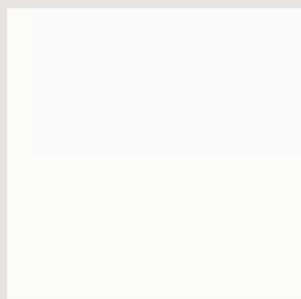


DIÁLOGOS CRÍTICOS

O pensamento estrangeiro e a
sociologia do trabalho no Brasil



*Roberto Vêras de Oliveira
José Ricardo Ramalho
Cesar Sanson
(Organizadores)*

ISBN 978-65-980621-7-0



9 786598 062170

DIÁLOGOS CRÍTICOS

Desde suas origens, a sociologia do trabalho no Brasil manteve um diálogo variado (muitas vezes cruzado) com o pensamento internacional. Percebe-se, no entanto, a ausência de um balanço mais sistemático, abrangente e crítico sobre os termos e as modalidades em que, ao longo da formação desse campo de estudos, se processou esse diálogo. De que modo tais contribuições têm sido recepcionadas pelos autores e autoras brasileiros, nos seus esforços de interpretação da realidade do país? Em que medida as trocas que daí resultaram se fundamentaram em uma reflexão crítica sobre os termos e condições de sua incorporação ao pensamento brasileiro?

Apoio



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Bruna Heller – CRB 10/2348

D537

Diálogos críticos: o pensamento estrangeiro e a sociologia do trabalho no Brasil / Organizadores: Roberto Vêras de Oliveira, José Ricardo Ramalho, Cesar Sanson. – São Paulo: Annablume, 2023.

984 p. 16 x 23 cm

ISBN: 978-65-980621-7-0

1. Sociologia. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I. Oliveira, Roberto Vêras. II. Ramalho, José Ricardo. III. Sanson, Cesar. IV. Título.

CDU 316.334.2

Índice para catálogo sistemático:

1. Sociologia do trabalho 316.334.2

DIÁLOGOS CRÍTICOS:
O PENSAMENTO ESTRANGEIRO E A
SOCIOLOGIA DO TRABALHO NO BRASIL

Diagramação
Fernandes Augusto Castro

Capa
Proccultural

Revisão
Marise Reis

Projeto e Produção
Coletivo Gráfico Annablume

Annablume Editora
Área de Sociologia
Conselho Científico
Iram Jácome Rodrigues
Jacob Carlos Lima
José Ricardo Ramalho
Josué Pereira da Silva

1ª edição: julho de 2023

© Roberto Vêras de Oliveira, José Ricardo Ramalho, Cesar Sanson
Organizadores

Annablume Editora Comunicação
www.annablume.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Entre o não ser e o ser outro

ANDRÉ BOTELHO 13

I – INTRODUÇÃO 17

1. APRESENTAÇÃO

ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA

JOSÉ RICARDO RAMALHO

CESAR SANSON 19

2. SOCIOLOGIA DO TRABALHO E SUAS INTERFACES: TRAJETÓRIA E TENDÊNCIAS ATUAIS

ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA

JOSÉ RICARDO RAMALHO

CINARA ROSENFELD 23

II – O TRABALHO SOB O PARADIGMA INDUSTRIAL E SUAS VARIAÇÕES CRÍTICAS	61
3. “O TRATADO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO” DE FRIEDMANN E NAVILLE E A FORMAÇÃO DE UM NOVO CAMPO CIENTÍFICO	
RICARDO COLTURATO FESTI	63
4. AS CONTRIBUIÇÕES DE ALAIN TOURAINE PARA A SOCIOLOGIA DO TRABALHO NO BRASIL	
FLÁVIO DA SILVA MENDES	89
5. BRAVERMAN E A ABORDAGEM DO PROCESSO DE TRABALHO: INFLUÊNCIA E CONSEQUÊNCIA	
LEONARDO MELLO E SILVA	109
6. DAVID LOCKWOOD – MARGINAL ENTRE NÓS, INCONTORNÁVEL PARA OS ESTUDOS DO TRABALHO	
PATRÍCIA VIEIRA TRÓPIA	141
7. E. P. THOMPSON, HISTORIADOR INTERDISCIPLINAR: PERFORMANCE, EXPERIÊNCIA E CULTURA, LULISMO E AGÊNCIA	
ANTONIO LUIGI NEGRO	165
8. RELAÇÕES DE TRABALHO E SINDICALISMO EM RICHARD HYMAN	
ANDRÉIA GALVÃO	193

**9. POR UMA CIÊNCIA COMPROMETIDA COM OS
TRABALHADORES: HUW BEYNON E A EXPERIÊNCIA
DO TRABALHO NA FORD**

JOSÉ RICARDO RAMALHO

RODRIGO SALLES PEREIRA DOS SANTOS 215

**10. OS TRABALHADORES E O DESENCANTAMENTO
DO MUNDO EM PIERRE BOURDIEU**

JOSÉ SÉRGIO LEITE LOPES

245

**11. SOBRE AS RESISTÊNCIAS COTIDIANAS:
A CONTRIBUIÇÃO DE JAMES C. SCOTT
PARA OS ESTUDOS DO TRABALHO**

MARILDA APARECIDA DE MENEZES

JAIME SANTOS JUNIOR

295

**12. CATEGORIAS DE ANÁLISE DE DANIÈLE KERGOAT
E SUA RECEPÇÃO NO BRASIL**

HELENA SUMIKO HIRATA

323

**13. O TRABALHO DAS MULHERES NA INTERSECÇÃO
ENTRE RAÇA E CLASSE: CONTRIBUIÇÕES DE ANGELA DAVIS**

CLARISSE GOULART PARADIS

349

**14. A TEORIA POLÍTICA DE POULANTZAS E A PESQUISA
SOBRE SINDICALISMO NO BRASIL**

ARMANDO BOITO JÚNIOR

365

III - REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	395
15. SOBRE O LUGAR DO PROLETARIADO NA TEORIA DE ANDRÉ GORZ	
JOSUÉ PEREIRA DA SILVA	397
16. “DISORGANIZED CAPITALISM” DE CLAUS OFFE E OS ESTUDOS DO TRABALHO NO BRASIL	
ADALBERTO MOREIRA CARDOSO	421
17. MICHAEL BURAWOY: DA POLÍTICA DA PRODUÇÃO AOS REGIMES DE MERCANTILIZAÇÃO	
RUY GOMES BRAGA NETO	441
18. DAVID HARVEY: AS TESES SOBRE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL, NEOLIBERALISMO E A CENTRALIDADE DO TRABALHO	
MARIA DA GRAÇA DRUCK	473
19. O DESEMPREGO, UMA INVENÇÃO: UM DIÁLOGO (DESDE O SUL) COM SALAIS, BAVAREZ E REYNAUD	
NADYA ARAUJO GUIMARÃES	499
20. COMO NOS TORNAMOS O QUE SOMOS: CENTRALIDADE DO TRABALHO E SUAS MUTAÇÕES NA OBRA DE ROBERT CASTEL	
CIBELE SALIBA RIZEK	527

- 21. PENSAR PELO AVESSE AS RELAÇÕES DE TRABALHO:
UMA CONTRIBUIÇÃO ATUAL DE BENJAMIN CORIAT
PARA A DEMOCRACIA NO BRASIL?**
MARIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY
FERNANDO RAMALHO MARTINS 543
- 22. PIORE E SABEL E A TESE DA ESPECIALIZAÇÃO FLEXÍVEL**
TARIK DIAS HAMDAN
LUCAS LEMOS WALMRATH 565
- 23. DE CADEIAS PRODUTIVAS GLOBAIS A CADEIAS GLOBAIS
DE VALOR: A CONTRIBUIÇÃO DE GARY GEREFFI PARA
A SOCIOLOGIA DO TRABALHO NO BRASIL**
ALICE RANGEL DE PAIVA ABREU 595
- 24. JACQUES FREYSSINET – POLÍTICAS PÚBLICAS, ATORES
SOCIAIS E TRABALHO**
CLAUDIO SALVADORI DEDECCA
JOSÉ DARI KREIN 623
- 25. JOAN W. SCOTT: GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE**
LUCÍLIA REGINA DE SOUZA MACHADO 647
- 26. “A DESMEDIDA DO CAPITAL” DE DANIÈLE LINHART E SUA
INFLUÊNCIA NOS ESTUDOS DO TRABALHO BRASILEIROS**
ANGELA MARIA CARNEIRO ARAÚJO 671
- 27. SOCIALIZAÇÃO IDENTITÁRIA E PROFISSIONALIZAÇÃO
EM CLAUDE DUBAR**
JORDÃO HORTA NUNES 695

28. “A DISTINÇÃO”: CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA AOS ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL	
MAURÍCIO ROMBALDI	
KIMI APARECIDA TOMIZAKI	721
IV - NOVAS CONFIGURAÇÕES LABORAIS E SOCIETAIS	741
29. O PARADIGMA INFORMACIONAL DE CASTELLS E SUAS REPERCUSSÕES NOS ESTUDOS DO TRABALHO NO BRASIL	
ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA	743
30. O DEBATE SOBRE O CAPITALISMO CONEXIONISTA EM BOLTANSKI E CHIAPELLO	
MARCELO SAMPAIO CARNEIRO	791
31. A NOVA CULTURA DO TRABALHO NA OBRA DE RICHARD SENNETT	
JACOB CARLOS LIMA	815
32. ISTVÁN MÉSZÁROS E A ONTOLOGIA SINGULARMENTE HUMANA DO TRABALHO	
RICARDO LUIZ COLTRO ANTUNES	833
33. TRABALHO IMATERIAL EM NEGRI E LAZZARATO: UMA CATEGORIA OUSADA E POLÊMICA	
CESAR SANSON	857
34. JUSTIÇA, TRABALHO E SOLIDARIEDADE EM “HOMO JURIDICUS”, DE ALAIN SUPIOT	
ELINA GONÇALVES DA FONTE PESSANHA	
KAREN ARTUR	885

35. O “PRECARIADO” SEGUNDO GUY STANDING	
SIDARTHA SORIA E SILVA	
CRISTIANO WELLINGTON NOBERTO RAMALHO	907
36. TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL: A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR EM DETRIMENTO DO CIDADÃO, SEGUNDO LUCY TANGUY	
LILIANA PETRILLI SEGNINI	
SELMA BORGHI VENCO	
RAFAEL FERMINO BEVERARI	931
37. TRABALHO “CLÁSSICO” E “NÃO CLÁSSICO”: A CONTRIBUIÇÃO DE ENRIQUE DE LA GARZA PARA O DEBATE SOBRE A CRISE TEÓRICA DO TRABALHO	
MARIA APARECIDA BRIDI	945
AUTORES E AUTORAS	971

PREFÁCIO

ENTRE O NÃO SER E O SER OUTRO

ANDRÉ BOTELHO

“Não somos europeus nem americanos do norte, mas destituídos de cultura original, nada nos é estrangeiro, pois tudo o é. A penosa construção de nós mesmos se desenvolve na dialética entre o não ser e o ser outro.”

Paulo Emílio Salles Gomes, 1973.

“Diálogos críticos” é uma realização ímpar com muitos significados importantes para as ciências sociais brasileiras. Conforme o vamos lendo, camadas de significados diferentes vão se abrindo: um livro-cebola, por assim dizer. Sem hierarquizá-las, exatamente, gostaria de destacar duas destas suas camadas, desdobrando um pouco mais a segunda.

Primeiro, trata-se de um projeto de mapeamento de uma das áreas mais tradicionais e influentes das ciências sociais como um todo: a sociologia do trabalho. Organizado por Roberto Vêras de Oliveira, José Ricardo Ramalho e Cesar Sanson, o livro reúne 37 artigos e, em cada um deles, um ou mais autor/a brasileiro/a discute o papel de um ou mais autor/a estrangeiro/a na sociologia do trabalho, em diferentes momentos do percurso histórico da área que assim descobrimos mais plural do que talvez imaginássemos. Sua abrangência, como se pode ler no sumário, reunindo temas, autores/as brasileiros/as e estrangeiros/as como objetos de crítica *quase* nos faz lembrar a história ficcional de Jorge Luís Borges “Sobre o rigor da ciência” (1946) sobre a relação mapa-território: um império onde a ciência da cartografia se torna tão exata que chega a um mapa da mesma escala do próprio império. É claro que é uma provocação sobre o caráter sempre incompleto do conhecimento produzido pela ciência, mas, sem exagero, poucas vezes se terá visto um balanço tão preciso de uma área tão ampla, diversificada e historicamente tão central nas ciências sociais brasileiras como esse realizado em “Diálogos críticos”.

Acrescente-se que o mapeamento em jogo diz respeito não a um território delimitado, mas, como o próprio título revela, a “diálogos”, o que por certo implica, então, numa territorialidade da “relação”, envolvendo, no mínimo, dois lados; e, exigindo dos seus “cartógrafos” a disponibilidade para adotarem e enfrentarem um ponto de observação móvel. O subtítulo do livro “O pensamento estrangeiro e a sociologia do trabalho no Brasil” dá bem a medida do campo problemático eminentemente relacional que se forja em suas muitas, instrutivas e agradáveis páginas. Mas, obviamente, são muitos os pensamentos estrangeiros; são muitas as sociologias do trabalho; são muitos os trabalhos e também são muitos os Brasis. A diversidade dos diálogos contemplada no livro e as múltiplas direções em que, na verdade, esses se realizam, constitui a segunda camada geral de significados que gostaria de destacar e a partir daqui desdobrar.

Na verdade, parece-me que, neste ponto, o livro representa uma inflexão importante nos modos mais tradicionais de contar a história, não apenas de uma área de pesquisa, mas das ciências sociais brasileiras como um todo, ainda que do ponto de vista da sociologia do trabalho. Não é segredo para ninguém na nossa comunidade de leitores que a sociologia não nasceu brasileira. Nasceu francesa; nasceu alemã; nasceu britânica. Países centrais na geopolítica capitalista que reúne e separa estados-nações ao redor do mundo e ao longo do tempo. Ainda que não seja o caso de concordar com qualquer tentativa de derivação automática entre elas, é claro que nossa sociologia vive e expressa essa geopolítica também no plano do conhecimento. Como em demais áreas das ciências, espera-se uma divisão internacional do trabalho científico ligando países, regiões ou universidades como produtores de conhecimento a outras como consumidores, aplicadores, reprodutores de modelos formulados em sociedades centrais.

Sem descurar do problema da dependência cultural mais ampla que também constitui a vida acadêmica brasileira, “Diálogos críticos” problematiza em seu conjunto, bastante diverso, a dinâmica da formação da sociologia do trabalho pondo à mostra três questões principais. Primeiro, a multilateralidade das relações do Brasil com tradições sociológicas diversas: Friedmann e Naville; Alain Touraine; David Lockwood, E. P. Thompson, Richard Hyman, Huw Beynon, Richard Sennet, Pierre Bourdieu, Danièle Kergoat, Angela Davis e Joan W. Scott, para citar apenas alguns e algumas dos/as autores/as cuja recepção, no Brasil, é objeto de análise e discussão nos diferentes capítulos do livro.

Segundo, o caráter ativo dos diálogos da sociologia do trabalho produzida no Brasil, que não se deixaram domesticar inteiramente pelos modelos metropolitanos; mas, antes, souberam problematizá-los a partir não apenas de realidades históricas distintas, de sociedades afinal também muito diferentes entre si, mas também a partir de pontos de vista inovadores que a própria localização no sistema global da sociologia tem nos permitido experimentar. Noutras palavras, se como a dinâmica do capital identificada por Marx, é desigual, mas combinada, também a sociologia produzida na periferia do capitalismo pode desvelar problemas cruciais que tendem a uma maior naturalização nos centros do que nas periferias. Para dar um único exemplo: o processo de precarização do trabalho e dos direitos do trabalho que parecia longe da realidade de países centrais, tem sido, de um modo ou de outro, uma realidade cotidiana no Brasil, e há muito tempo. Então, numa espécie de vitória de Calibã diante de Próspero, para retomar os atores da geopolítica de “A tempestade”, de William Shakespeare, o sociólogo alemão Ulrich Beck, ainda na virada do milênio, já discutia pioneiramente uma espécie de “brasilianização” do mundo (expressão dele), posto que o agravamento das desigualdades estruturais estaria redesenhando também as sociedades afluentes e “desenvolvidas” do Atlântico Norte.

Diluiríamos finalmente nossas *diferenças* em relação às sociedades de capitalismo central, não pela “redenção” da sociedade brasileira, mas graças a uma regressão aparentemente inédita no plano dos direitos e das garantias sociais mínimas em todas as latitudes? Todavia, os permanentes fluxos e trocas que nos constituem não acarretam necessariamente integração ou fusão harmoniosa, mas contradições e, sobretudo, assimetrias. Economia política e cultura articulam-se. Isso me leva, por fim, a ressaltar o adjetivo “crítico”, atribuído e reivindicado para qualificar o sentido dos diálogos ao longo da existência da sociologia do trabalho produzida no Brasil com o pensamento “estrangeiro”, como também os organizadores do livro optam por qualificar. Mais uma vez, seria imprudente pensar um sentido unívoco ou até mesmo estável para estas categorias, mesmo se isso tivesse ocorrido aos organizadores do livro, numa coletânea tão diversa e deliberadamente voltada às relações multilaterais da sociologia do trabalho. Refiro-me aos modos de articulação entre história e teoria, nacional e estrangeiro, particular e universal ou global, que emergem na leitura do livro.

Mais do que a diferença histórica como um fim em si mesmo, como tem aparecido em tendências relativistas mais voluntaristas das relações desiguais na geopolítica do conhecimento; ou como um meio de problema-

tização das possibilidades de uma narrativa abrangente frequentemente denunciada como “teleológica” ou “eurocêntrica”, por exemplo, “Diálogos críticos” reafirma o território próprio do sociológico como o campo por excelência da “relação” – da sociologia do trabalho e da disciplina como um todo também. Onde “próprio” não implica a escolha “entre” um ou outro termo da relação, entre a realidade social particular do Brasil “ou” uma universalidade genérica vazia de densidade histórica. “Diálogos críticos” aposta na discussão da relação, como adiantou-se logo de saída neste texto. No lugar do “ou”, multiplicam-se os “e”.

Por certo, não bastam inventividade, dedicação contínua e rigor científico para definir a recepção do trabalho sociológico acadêmico, já que outros fatores sociais e históricos entram aí, constringendo voluntarismos que, ainda assim, renascem a cada geração intelectual entre nós. O que a coletânea “Diálogos críticos” demonstra, porém, é que observar a teoria, as relações de trabalho e o capitalismo enquanto padrão civilizatório que se realiza *diferencialmente* nos seus vários contextos temporais e espaciais, desde as margens, implica perceber com mais clareza os fenômenos que desafiam a imaginação sociológica no presente. Como Calibã advertia a Próspero, a sua vingança seria aprender a língua que o dominava. Mas e agora, o que fazer com essa conquista? Como, de um lado, seria um devaneio aspirar a um pensamento sociológico autóctone autossuficiente, e, de outro, só pode haver realizações “brasileiras” ou “no Brasil” efetivas se, de fato, houver problematização da geopolítica do conhecimento dominante, cabe-nos fazer a cultura dominada retroagir sobre a dominante, colocando em xeque a real universalidade dos valores metropolitanos. Bravo para a sociologia do trabalho e aos autores e às autoras desta brilhante e potente realização sociológica coletiva que é “Diálogos críticos”.

Itaipava, 1º de maio de 2023.

I
INTRODUÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

A sociologia do trabalho é uma das disciplinas de maior tradição nas ciências sociais, e sua presença no Brasil já tem uma longa trajetória. Nesse percurso, foram incluídos vários temas, incorporadas abordagens em perspectivas diversas e construídas interfaces com múltiplas áreas do conhecimento, assim como se estabeleceu um amplo diálogo com as mais relevantes expressões do pensamento sociológico estrangeiro.

Desde os primeiros estudos, desenvolvidos a partir do final da década de 1950, com Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues, Azis Simão, José Albertino Rodrigues, Luis Pereira, Heleieth Saffioti, Evaristo de Moraes Filho, entre outros, gerações de pesquisadores e pesquisadoras contribuíram e seguem contribuindo para a consolidação dessa área de conhecimento.

Nos anos 1970-80 em diante, ao mesmo tempo em que amplia sua interlocução com outras áreas (a exemplo da sociologia do desenvolvimento, sociologia econômica, sociologia urbana, sociologia política, antropologia social, educação do trabalho, economia do trabalho, direito do trabalho e várias outras), a sociologia do trabalho afirmou-se como um importante interlocutor no campo dos estudos sobre os temas do trabalho, contribuindo decisivamente para que ganhassem projeção pública. Destaque-se, ainda, desde o seu nascedouro e particularmente a partir dos anos 1970, a forte interação da sociologia do trabalho brasileira com os movimentos de

trabalhadores rurais e urbanos e sua vocação internacionalista de abertura ao debate sobre os rumos do trabalho em perspectiva mundial.

Vários espaços institucionais foram constituídos no campo acadêmico, a exemplo dos Grupos de Trabalho (GTs) sobre processo de trabalho e sindicalismo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), os GTs sobre trabalho e sindicalismo da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), os encontros nacionais da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), os congressos da Asociación Latinoamericana de Estudios del Trabajo (ALAST), contribuindo com a consolidação de uma tradição de reflexões sobre os fundamentos, referências teórico-metodológicas e caminhos do desenvolvimento da disciplina.¹

Ao longo desse período, houve uma busca constante em associar as abordagens sobre o tema com as particularidades históricas e atuais da realidade econômica, social e laboral do país (e da América Latina), assim como um permanente esforço de atualização dessas abordagens diante das constantes (e muitas vezes profundas) mudanças nos padrões produtivos e de relações de trabalho. Isto acabou por colocar à prova conceitos, metodologias e diagnósticos consagrados, com a contribuição importante dos estudos sobre gênero, etnia-raça, trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos não industriais, etc.

Desde suas origens, a sociologia do trabalho no Brasil manteve um diálogo variado (muitas vezes cruzado) com o pensamento internacional. Percebe-se, no entanto, a ausência de um balanço mais sistemático, abrangente e crítico sobre os termos e as modalidades em que, ao longo da formação desse campo de estudos, se processou esse diálogo. De que modo tais contribuições têm sido recepcionadas pelos autores e autoras brasileiros, nos seus esforços de interpretação da realidade do país? Em que medida as trocas que daí resultaram se fundamentaram em uma reflexão crítica sobre os termos e condições de sua incorporação ao pensamento brasileiro?

Este livro se propõe a resgatar as formas de interação com o pensamento sociológico internacional estabelecidas ao longo do processo de construção da sociologia do trabalho no Brasil. Para a elaboração dos capítulos, cada um versando sobre uma obra de referência (em alguns casos, mais de uma), convidamos especialistas com atuação no Brasil, posicionados em diversas instituições, para escreverem textos inéditos.

1. Para mais detalhes a respeito, ver o Capítulo 2 desta coletânea.

As obras selecionadas têm como autores (segundo a ordem dos capítulos): Georges Friedmann e Pierre Naville, Alain Touraine, Harry Braverman, David Lockwood, Edward P. Thompson, Richard Hyman, Huw Beynon, Pierre Bourdieu, James Scott, Danièle Kergoat, Angela Davis, Nicos Poulantzas, André Gorz, Claus Offe, Michael Burawoy, David Harvey, Robert Salais, Robert Castel, Benjamin Coriat, Michael Piore e Charles Sabel, Gary Gereffi, Jacques Freyssinet, Joan Scott, Danièle Linhart, Claude Dubar, Manuel Castells, Luc Boltanski e Ève Chiapello, Richard Sennett, István Mészáros, Antonio Negri e Maurizio Lazzarato, Alain Supiot, Guy Standing, Lucie Tanguy e Enrique de La Garza Toledo.

Admitimos que nem todas as obras importantes foram contempladas, mas temos convicção de que estamos oferecendo aos leitores um quadro abrangente e representativo dos diálogos incorporados criticamente na trajetória dos estudos do trabalho no país.

Para discutir as obras selecionadas, cada autor e autora seguiu caminhos próprios. Como regra, todos apresentaram basicamente a obra tratada, sendo que vários se referiram a traços biográficos dos respectivos autores/ autoras e ou incluíram comentários a outras de suas obras. Quase sempre foram discutidas as repercussões do texto no debate nacional. Alguns enfatizaram mais o diálogo que foi estabelecido com as contribuições conceituais, metodológicas e analíticas propostas pelas formulações enfocadas.

Este livro está dividido em quatro partes. Na primeira, denominada “Introdução”, encontram-se esta “Apresentação” e o capítulo intitulado “A sociologia do trabalho e suas interfaces: trajetória e tendências atuais”, que oferece um quadro panorâmico sobre os estudos do trabalho no Brasil. Na segunda parte, com o título “O trabalho sob o paradigma industrial e suas variações críticas”, reunimos doze capítulos versando sobre obras que trataram (em geral entre os anos 1960 e 1970) do trabalho sob o paradigma da industrialização, incluindo abordagens que o questionaram especialmente a partir de estudos feministas e de abordagens voltadas ao estudo dos padrões tradicionais de produção e trabalho. Na terceira parte, nomeada de “Reestruturação produtiva e flexibilização das relações de trabalho”, encontram-se quatorze capítulos (predominantemente referidos a obras escritas entre os anos 1980 e 1990) que se dedicaram a discutir, por vários ângulos e perspectivas, as transformações que impactaram os processos produtivos e as relações de trabalho. Os nove capítulos finais, reunidos sob a denominação de “Novas configurações laborais e societais”, dedicaram-se

às abordagens (especialmente tornadas públicas a partir do final dos anos 1990) que anunciaram versões diversas sobre como vêm se conformando as sociedades contemporâneas, vistas particularmente do ponto de vista de suas implicações para o mundo do trabalho.

Além dos autores e autoras, que abriram precioso espaço em suas agendas de trabalho para se dedicarem a este projeto, agradecemos também os indispensáveis apoios financeiros da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

2. SOCIOLOGIA DO TRABALHO E SUAS INTERFACES: TRAJETÓRIA E TENDÊNCIAS ATUAIS¹

ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA

JOSÉ RICARDO RAMALHO

CINARA LERRER ROSENFELD

Introdução

Os estudos sociológicos sobre o tema do trabalho no Brasil têm sido objeto de inúmeros balanços bibliográficos, com enfoques variados (muitos dos quais publicados pela *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*). Entre esses, destacamos: Sorj (1983 e 2000); Abramo (1990); Castro e Leite (1994); Abramo e Montero (1995); Leite e Silva (1996); Leite, Abramo e Abreu (1997); Leite, Abramo, Carrillo, De la Garza, Novick, Santiago, Silva (1998); Guimarães (2004 e 2009); Leite (2012); De la Garza (2016), Lima e Araújo (2016); Bridi, Braga e Santana (2018). Outras resenhas também podem ser acrescentadas a esta lista, mais especificamente sobre o tema do sindicalismo (Rodrigues e Munhoz, 1974; Vianna, 1977 e 1983; Ladosky e Veras de Oliveira, 2014), ou, de modo mais amplo, sobre o tema das representações das “classes populares” no pensamento social brasileiro. (Paoli, Sader e Telles, 1984; Sader e Paoli, 1986).

A proposta deste capítulo² é retomar a análise sobre a trajetória da sociologia do trabalho no Brasil³, que conta com um número significativo de balanços já rea-

1. Este texto foi inicialmente publicado na *Revista BIB*, São Paulo, n. 90, 2019.

2. Agradecimentos ao apoio do CNPQ, Capes e Faperj.

3. Uma das subáreas mais tradicionais e consolidadas da sociologia brasileira. Em uma busca no Diretório Grupos de Pesquisa do CNPQ, usando como filtros a área de sociologia e os termos *trabalho* e *trabalhadores*, contabilizamos 83 grupos, distribuídos por todas as regiões e pertencentes a diversos tipos institucionais. Dessa lista já haviam sido expurgados os casos de repetição (um mesmo grupo com dois registros) e as ocorrências em que a palavra *trabalho* não remete a estudos sobre o tema trabalho (por exemplo, foi contabilizado um caso em que a denominação do grupo se inicia com “grupo de trabalho”). Em todos os 83 casos o tema do trabalho/trabalhadores está bem caracterizado no título.

lizados. Por outro lado, como essa área do conhecimento está referida a um objeto redesenhado a partir de transformações sucessivas, impõe-se a necessidade de constantes atualizações temáticas, conceituais e metodológicas. Isto colocou alguns dilemas: quanto ao recorte temporal, o texto deveria versar sobre toda a trajetória ou enfatizar os momentos mais recentes? O foco deveria se circunscrever à produção sociológica ou abranger os estudos do trabalho, em sentido mais amplo? Que perspectiva metodológica adotar?

Optou-se por um balanço de todo o processo histórico de construção da sociologia do trabalho no Brasil, com atenção para as tendências atuais. Na contextualização, embora circunscrita à produção brasileira, buscou-se indicar, sempre que pertinente, as interconexões com o debate internacional, em especial com as tradições sociológicas latino-americana, europeia e norte-americana. Do mesmo modo, embora com foco na sociologia, foram consideradas as interfaces com outras áreas do conhecimento que também têm o trabalho como tema central. O principal desafio foi delimitar os contornos da sociologia do trabalho, em meio a um amplo e diverso campo de estudos. Nesse esforço, destacaram-se autores e obras, caracterizaram-se fases e passagens, identificaram-se temas e interfaces priorizados, procurando apreender os redesenhos de suas fronteiras e campos de abordagem.

Quanto aos aspectos metodológicos, optou-se por uma abordagem qualitativa, contemplando de forma ampla as diversas visões (temas, autores, perspectivas), reveladas no mapeamento das resenhas bibliográficas anteriores. Adotou-se também uma narrativa ordenada pelos critérios cronológico e temático, buscando combinar um com o outro, até onde se mostrou possível.

A sociologia do trabalho no Brasil: primeiros passos

Na origem da sociologia do trabalho no Brasil, segundo Guimarães (2004), impuseram-se dois desafios: a necessidade de explicar, a partir do impulso industrializante dos anos 1950, o perfil do novo operariado e sua relação com os sindicatos e com o Estado; e a institucionalização do discurso sociológico frente às análises predominantes de militantes e memorialistas⁴.

4. Antes disso, Moraes Filho (1952), adotando uma perspectiva sociológica em interface com o Direito, questionou a “ideologia da outorga” e demonstrou que os trabalhadores tinham uma história de luta em defesa dos seus direitos de representação.

As abordagens de Brandão Lopes (1965) e Rodrigues (1966, 1974, entre outros) sobre as aspirações e atitudes desse novo operariado, largamente originário do campo, marcaram esta fase da sociologia brasileira. Já Simão (1966) e Albertino Rodrigues (1968) privilegiaram o estudo da relação entre o Estado, os sindicatos e os trabalhadores. Em geral, prevaleceu o entendimento de que a ausência de conflitos de classe alimentava uma prática operária de tipo heterônoma e “populista”, incapaz de constituir formas próprias e permanentes de organização.

As bases teórico-metodológicas então prevalecentes foram assentadas em um diálogo privilegiado e crítico com a sociologia industrial e a escola de relações humanas norte-americanas (representadas por Elton Mayo, John Dunlop, William Whyte, entre outros) e com a sociologia do trabalho francesa (capitaneadas por Georges Friedman, Pierre Naville, Alain Touraine, etc.).

Conforme lembram Abramo e Montero (1995), nos anos 1950-1960, as ciências sociais latino-americanas estavam centradas nos problemas macro-sociais do desenvolvimento, referidos à transição do “tradicional” ao “moderno” e do rural ao urbano, quando predominava uma visão dualista da realidade social. Nesse contexto, a sociologia do trabalho em muito se via imbricada na sociologia do desenvolvimento. Na outra mão, formas de trabalho não-industriais também se convertem em objeto de pesquisas, sobretudo em outras áreas do conhecimento.

Um movimento de conversão acadêmica do marxismo, impulsionado pelo “Seminário Marx”, realizado por um grupo de cientistas sociais ao final dos anos 1950, repercutiu uma década depois no sucesso da “teoria da dependência” e na criação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap, representando decisivo contraponto aos paradigmas *dualista* e *funcionalista* no debate sobre a formação social brasileira. Especialmente no Cebrap, germinaram inúmeros estudos centrados no tema do trabalho urbano, com ênfases ora no emprego, ora no trabalhador autônomo, assim como na pobreza ou na *marginalidade*. Vê-se nesses estudos a predominância de aportes das sociologias do desenvolvimento e urbana e da economia, em geral lastreadas em categorias marxianas.

“A crítica da razão dualista” (Oliveira, 1972) foi um marco. Ao invés de relações estanques entre o “moderno” e o “atrasado”, haveria, no caso brasileiro, uma relação “simbiótica” entre esses dois momentos da realidade do país: o “crescimento não-capitalístico do setor comerciário” (e um aparente inchaço das grandes cidades) seria funcional à acumulação capitalista. Os

estudos de Kowarick (1975), sobre o “processo de marginalização nas zonas urbanas”, e de Prandi (1978), sobre o “trabalhador por conta própria”, focaram no tema da *marginalidade*. Kowarick, polemizando com Nun (1969) e Quijano (1970), contesta o caráter “afuncional” ou “disfuncional” à acumulação capitalista de segmentos como trabalhadores autônomos, empregadas domésticas, desempregados, subempregados, formas tradicionais de produção, etc.

Outras abordagens, como Singer (1977) e Santos (1978), dedicaram-se, por caminhos diferentes, a buscar os nexos *histórico-estruturais* que em países não-desenvolvidos como o Brasil se estabeleciam, no primeiro caso, entre “modos de produção” (particularmente o “mercado”, o “autônomo” e a “subsistência”) e, no segundo caso, entre o “circuito superior” (setor monopolista) e o “circuito inferior” da economia (composto de “atividades de pequena escala”). A partir do final dos anos 1970, tal perspectiva perdeu importância com o esvaziamento do tema do desenvolvimento, a crise do marxismo, a crítica teórico-metodológica e política aos *determinismos* e *economicismos*, entre outros fatores.

Também nos anos 1970, firmou-se outra vertente urbana das abordagens sobre *trabalho* e *sistemas produtivos*. Silva (1971), em um estudo antropológico sobre *favelas* do Rio de Janeiro e de outras cidades brasileiras, introduziu as categorias de “mercado formal” (MF) e “mercado não-formalizado” (MNF), incluindo neste último os “trabalhadores por conta própria”, os “biscateiros” e os “empregados domésticos”. A articulação entre os dois “subsistemas” resultaria de um intenso fluxo de mercadorias e pessoas, inclusive por parte de membros de uma mesma família, de modo a melhor aproveitar as vantagens e evitar os riscos de cada um. Simultaneamente, surgia a partir de Hart (1973) e de missões da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Quênia (ILO, 1972), a categoria de “setor informal”, abrindo com isso novas perspectivas de interpretação sobre *trabalho* e *emprego* sobretudo nos países periféricos. Apesar das controvérsias, tal categoria se tornou referência no debate acadêmico e no âmbito das políticas públicas.

Souza (1982), pela economia do trabalho, marcou o debate brasileiro, associando ao “setor informal” um caráter de “subordinação” e condição “intersticial” frente à produção capitalista, sendo aquele continuamente destruído por esta, mas recriado persistentemente pela ação dos trabalhadores autônomos. Sua abordagem diferiu do dualismo “tradicional-moderno”,

mas também das abordagens marxistas de viés funcionalista e da categoria de “setor informal” da OIT. O tema da *informalidade* se firmou como um dos mais importantes nos estudos do trabalho, especialmente para a área da economia do trabalho. Para a sociologia do trabalho veio a ter maior importância a partir dos anos 2000, conforme veremos mais adiante.

A percepção dos trabalhadores como sujeitos políticos e plurais

Na virada para os anos 1980, o contexto político de luta contra o Regime Militar motivou uma reorientação nos estudos do *trabalho* e dos *trabalhadores*. Críticas às perspectivas *estruturalistas*, *funcionalistas*, *deterministas*, *economistas* ganharam particular evidência. Sader e Paoli (1986) identificaram uma ruptura com a representação de “classe atrasada”, contrastada pela experiência dos movimentos sociais emergentes. Para os autores, com Weffort (1972 e 1979), Moisés (1982), entre outros, foi incorporada uma noção ressignificada da *política*, evidenciando o poder instituinte da ação dos trabalhadores frente à estrutura social; com Leite Lopes (1976), Durham (1973) e outros, ganhou destaque o lugar simbólico dos conflitos do trabalho e a experiência dos trabalhadores como classe; Leite Lopes (1976) e Humphrey (1982) estiveram entre os que priorizaram a abordagem do *processo de trabalho*, quando o espaço fabril voltou ao centro da atenção, agora como espaço de enfrentamentos cotidianos; e, finalmente, pela História Social e Política, com Visentini e De Decca (1976), De Decca (1981), Hall (1984) e outros, a volta ao passado visou apurar os movimentos de enfrentamento de classes. A irrupção do movimento grevista no ABC Paulista, em 1978, teria, na visão dos autores, “consagrado as novas interpretações”.

Tratando especificamente da sociologia do trabalho, Guimarães (2004) argumenta que tal inflexão, além da emergência do “novo sindicalismo”, resultou das novas influências provindas sobretudo de duas vertentes do marxismo. Uma, inspirando-se em Braverman (1974), colocou em evidência o processo de trabalho fabril (destacando a organização do trabalho, a qualificação, as novas tecnologias, a divisão sexual do trabalho, as formas de resistência e de relação com o sindicalismo, etc.)⁵. A outra, referenciando-

5. Importante destacar que o debate na sociologia do trabalho no Brasil sobre processo e organização do trabalho, pouco mais de uma década depois, sofreu importante influência também de Burawoy (1985), que realçou, para além das dimensões econômica e técnica, a dimensão política implicada.

-se nos historiadores Thompson (1963) e Hobsbawm (1964), voltou-se para a experiência do trabalho, as greves operárias e as novas práticas sindicais.

A sociologia do trabalho foi, naquela ocasião, desafiada a ter uma maior integração com a sociologia política, a ciência política, a antropologia social, os estudos feministas, a história social, a engenharia de produção, a administração de empresas, a saúde ocupacional, etc. Na interface com a antropologia social, ganharam relevância os ambientes extrafabris, a exemplo do bairro e da família. De outra parte, abriu-se um novo olhar para o trabalho e os sistemas produtivos no setor agrícola, priorizando-se a apreensão das representações simbólicas de trabalhadores (Sorj, 1983). O projeto “Mudança social no Nordeste”, lançado em 1993, do Museu Nacional, teve papel decisivo quanto a isso, capitaneando um expressivo conjunto de estudos sobre camponeses das grandes plantações de cana-de-açúcar, trabalhadores rurais e operários agroindustriais vinculados às usinas e engenhos e operários têxteis. Entre eles: Palmeira (1976), Almeida e Palmeira (1977), Leite Lopes (1976 e 1988), Heredia (1979), Garcia (1989) e Alvim (1998).

Variantes desses estudos voltaram-se para os movimentos sociais no campo e o sindicalismo rural (Sigaud, 1979 e 1980; Medeiros, 1981, 1989; D’Incao, 1985; Novaes, 1991), para as implicações do avanço do capitalismo sobre a pequena produção rural e resistência, com a luta pela terra (Silva, 1981 e 1983; Wanderley, 1979; Sigaud, 1981 e 1983; Esterci, 1987), assim como para o tema do trabalho análogo ao escravo nas áreas rurais (Esterci, 1994). Produziu-se, a partir de então, uma visão mais diversa e complexa dos processos sociais de articulação entre o “tradicional” e o “moderno”, o “capitalista” e o “não-capitalista”, o “rural” e o “urbano”, a indústria e os demais sistemas produtivos, efeito esse também decorrente dos estudos de gênero e de raça associados ao tema do trabalho.

O tema de gênero só ganhou impulso nos estudos do trabalho nos anos 1970, quando passaram a ser abordadas as conexões entre a *divisão social e sexual do trabalho*, assim com entre as esferas produtiva e da reprodução social. Para Guimarães (2004), a visibilização da dupla condição das mulheres, de produtoras de trabalho não pago no espaço familiar e de trabalhadoras com inserção desfavorável no mercado de trabalho, contribuiu decisivamente para (em associação com os estudos étnico-raciais, geracionais e de família) produzir um repensar das próprias noções de *trabalho* e de *classe*, evidenciando a dimensão cultural e o caráter heterogêneo das classes trabalhadoras. Destacaram-se, nesse primeiro impulso, os estudos

de Saffioti (1969 e 1981), Bruschini (1985 e 1992), Hirata (1981), Hirata e Humphrey (1984), Souza-Lobo (1991), entre outros, tendo essa área se convertido, a partir de então, em uma das mais vigorosas da sociologia do trabalho no país.

Para Saffioti (1978), na economia brasileira, amplos contingentes de mulheres foram relegados às atividades “pré-capitalistas”, em geral ao papel de “donas-de-casa” ou de “empregadas domésticas”, sempre em condições menos privilegiadas. A exemplo de Pena (1981), vários estudos ressaltaram a relação entre gênero e a segmentação do mercado de trabalho. Já no que se refere à temática do trabalho associada à de etnia-raça, apesar de trabalhos pioneiros como Oliveira, Porcaro e Araujo (1981) e Vieira (1987), só ganharam maior projeção nos anos 1990, com Fagundes (1992), Hasenbalg (1991), Andrews (1992), Castro e Guimarães (1993), Abreu e Sorj (1993), Castro e Barreto (1998), Guimarães e Castro (1999), entre outros. Em geral, predominaram nesses estudos a percepção de que a dinâmica capitalista se utiliza das diferenças sociais estabelecidas fora das relações de produção para acarretar uma heterogênea situação ocupacional em desfavor das mulheres, dos negros e outros grupos socialmente mais vulneráveis. Em conjunto, tais abordagens tornaram-se centrais para a compreensão das assimetrias de renda, carreira e posição no mercado de trabalho.

As lutas sindicais retomadas ainda sob o regime militar de 1964 reacenderam, por outro lado, o interesse das ciências sociais pelo tema do sindicalismo e suas possibilidades de suscitar formas de organização e ação de tipo mais autônomas e independentes da tutela do Estado. Estudos como Rodrigues (1970), Weffort (1972), Almeida (1975), Humphrey (1979 e 1982) estiveram nos fundamentos desse debate. Para uns (como Weffort e Humphrey) se esboçavam naquele contexto novas possibilidades de um sindicalismo autêntico e autônomo, enquanto para outros (a exemplo de Rodrigues e Almeida) prevaleceria um papel heterônimo (Rodrigues) ou, quando muito, os setores mais dinâmicos (como o sindicalismo do ABC paulista) não conseguiriam ir muito além de um “sindicalismo de negócios”, ao estilo norte-americano (Almeida).

Com as greves operárias da passagem dos anos 1970 aos 1980 e a articulação de práticas sindicais que questionavam, a um só tempo, o sistema corporativista, o regime militar e sua política econômica e as práticas autoritárias empresariais, ganhou fôlego o projeto de um “novo sindicalismo” e, com ele, reafirmou-se o interesse dos pesquisadores do trabalho pelo tema

sindical. Os focos recaíram sobre as greves e outras formas de luta e resistência dos trabalhadores, os processos de reconstituição de sua organização nos locais de trabalho e as primeiras ações de rearticulação intersindical. Além dos estudos citados acima, destacamos ainda: Rainho (1980); Almeida (1984 e 1988); Moisés (1982); Maroni (1982); Sader (1988); Antunes (1988); Jácome Rodrigues (1991); Boito Jr. (1991); Noronha (1991); Neves e Le Ven (1991); Abramo (1999); Cardoso (1992); Mangabeira (1993); French (1995) e vários outros.

A partir de meados da década de 1980, quando se consolidaram dois campos principais no sindicalismo brasileiro, articulados em torno da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (que se reivindicava a continuação do “novo sindicalismo” e detinha crescente influência) e da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) (que professava posições sindicais e políticas bem mais moderadas), ambas criadas em 1983⁶, as atenções dos pesquisadores se voltaram com maior ênfase para as experiências articuladas em torno da CUT, avaliando seu potencial de mudança da estrutura sindical e de influência sobre o cenário político de então. Sobressaíram-se: Antunes (1991), Rodrigues (1991), Jácome Rodrigues (1997), Boito Jr. (1991) e vários outros. Enquanto, para Rodrigues (1990), a CUT não teria tido tamanho crescimento se não tivesse se aproximado da estrutura sindical oficial, o que tornou “disfuncional” o “*ethos* socialista” presente na sua origem, levando-a a assumir posições mais pragmáticas, para Antunes (1991), o distanciamento de uma orientação socialista teria sido resultado de uma opção da maioria de seus dirigentes por uma tendência “social-democrata”. Já, para Boito Jr. (1991), a estratégia do “novo sindicalismo” em atuar por dentro dos sindicatos oficiais a impediria de se constituir em uma força social capaz de, “conscientemente”, levar a uma ruptura com tal “estrutura”. Para Jácome Rodrigues (1997), por sua vez, a passagem de uma perspectiva “confrontacionista” para uma posição mais “propositiva” era resultado natural de sua afirmação como central sindical, voltada à defesa da negociação coletiva e do alargamento da cidadania. Em geral, predominou o entendimento de que, na passagem para os anos 1990, o sindicalismo brasileiro sentia os efeitos de um distanciamento das instâncias diretivas em relação aos trabalhadores.

A partir do início dos anos 1990, com a criação da Força Sindical, em 1991, defensora de um “sindicalismo de resultados”, de tipo mais “pragmático”

6. A Conclat se converteu, em 1986, em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

e em oposição às posições da CUT, algumas abordagens se dirigiram especificamente para essa experiência: Cardoso (1992 e 1999), Rodrigues e Cardoso (1993), Nogueira (1997); Trópia (2004).

Do tema da reestruturação produtiva ao da flexibilização e precarização do trabalho

O trabalho industrial, como objeto da pesquisa social, ganha novo fôlego nos anos 1990, em um contexto de “reestruturação produtiva” e de “globalização”. Com relação à América Latina, Leite (2012, p. 107) identifica novas ênfases: (i) centralidade da empresa como agente da transformação das relações de trabalho; (ii) subordinação da sociologia à economia, ignorando o caráter político das transformações; (iii) um novo determinismo, expresso na inexorabilidade das novas mudanças; (iv) privilegiamento dos estudos de caso na análise das transformações do trabalho.

Para Abramo e Madero (1995), na sociologia do trabalho latino-americana prevaleceram duas posições. Uma, em sintonia com o debate internacional, via como inexorável a transição para um modelo *pós-fordista*. A segunda, em contrário, buscava as particularidades regionais desse processo. No caso do Brasil, a *reestruturação produtiva* teve um caráter heterogêneo, atingindo diversamente setores da indústria, regiões do país e segmentos dos trabalhadores (Guimarães, 2004). Entre fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, o foco recaiu sobre o processo de trabalho, buscando apreender as novas formas de gestão inspiradas no modelo japonês, a exemplo dos círculos de controle de qualidade (CCQs) (Hirata, 1983; Freyssenet e Hirata, 1985; Salerno, 1985; Marques, 1987; entre outros). A partir da segunda metade dos 1980, houve maior difusão de equipamentos de microeletrônica, assim como de novas formas de gestão da força de trabalho associada à inovação tecnológica, com fortes implicações para as relações de trabalho (Fleury, 1988; Abramo, 1990; Humphrey, 1991; Castro, 1993 e 1995; Leite, 1994; entre outros).

Para Guimarães (2004), a partir do início dos anos 1990, constituíram-se na sociologia do trabalho no Brasil quatro campos prioritários de abordagem: i) a crítica à tese do “fim do trabalho”, com destaque para Antunes (1995 e 1999); ii) a crise do *fordismo* e a emergência de novos paradigmas produtivos, com Hirata (1983), Carvalho (1992 e 1993), Druck (1999), Salerno (1999) e vários outros; iii) as negociações entre os “atores do trabalho” sobre a organização e

as relações industriais (Cardoso e Comin, 1993; Githay; Leite e Rabelo, 1993; Martins e Ramalho, 1994; Hirata, 1998, entre outros); iv) e as mudanças nas formas de contratação e uso do trabalho, incorporando a perspectiva da cadeia produtiva e do mercado de trabalho e o tema da terceirização (entre outros, com Saboia, 1991; Dedecca e Montagner, 1993; Dedecca, 1999).

Quando as atenções se deslocam das empresas para o mercado de trabalho, ao final da década de 1990, ganharam proeminência os termos flexibilização e precarização do trabalho⁷ (Guimarães, 2004; Leite, 2012). Para Guimarães (2004), o caráter “genético” da “flexibilidade” precisa ser levado em conta nas abordagens sobre a “flexibilização do trabalho” no Brasil. A especificidade desse processo só poderia ser melhor entendida se articulada aos determinantes intra e extrafabris, com suas novas formas de contratação e seus impactos sobre um mercado de trabalho estruturalmente heterogêneo. Trabalhos como Hirata, Guimarães e Sugita (2009) e Leite e Araújo (2009) reuniram farto material desse processo, no Brasil, observado em comparação com outros países.

Conforme Druck e Borges (2002) e Druck e Franco (2007), o recurso à *subcontratação/terceirização* constituiu-se na principal estratégia de gestão empresarial do trabalho, a partir dos anos 1990, resultando em mudanças significativas no perfil dos trabalhadores e nas formas de trabalho. Tal situação foi particularmente levada ao extremo no segmento de confecções e de calçados no Nordeste, quando da chegada de novas plantas industriais oriundas do Sul e Sudeste (Lima, 2002).

O sindicalismo, especialmente sobre como estava sendo impactado e reagia aos processos de reestruturação produtiva e de flexibilização e precarização das relações de trabalho, em um contexto de implementação de políticas de corte neoliberal, voltou a ganhar relevância. Expressões disso foram os trabalhos de Antunes (1997), Boito Júnior (1998), Ramalho (2001), Jácome Rodrigues (2002), Santana e Ramalho (2003), Cardoso (1999 e 2003), Vêras de Oliveira (2011), entre outros.

De outra parte, fomentaram uma nova leva de estudos de gênero e trabalho, com Posthuma e Lombardi (1996); Abramo (1998); Segnini (1998); Rocha

7. Tendo, correspondentemente, como destacadas referências Harvey (1989) e Castel (1995). Para se ter um parâmetro da repercussão de ambos no Brasil, as versões em português de ambos (“Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural”, do primeiro, publicado pela Editora Loyola em 1992, e “As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário”, do segundo, publicada pela Editora Vozes em 1998), receberam no Google Acadêmico, até o dia 18 de fevereiro de 2019, 14.721 e 4.324 citações, respectivamente.

(2000); Araújo (2004); Costa *et al.* (2004); Bruschini (2007); Costa, Sorj e Bruschini (2008); Brumer (2009); Lombardi (2010); Ferreira (2014); Gonçalves, Vannuchi, Trópia e Tosta (2014); entre outros. Alguns buscaram relacionar a perspectiva de gênero com outros temas: sindicalismo (Araújo e Ferreira, 1998); sindicalismo rural (Scott, Cordeiro e Menezes, 2010); etnia-raça (Nascimento, 2003); economia solidária (Wirth, 2010), saúde (Araújo e Oliveira, 2006), trabalho artístico (Segnini, 2006 e 2015), emprego doméstico (Ávila, 2009); cuidado e cuidadoras (Hirata e Guimarães, 2012).

O trabalho *artesanal, autônomo, por conta própria, informal, a domicílio, cooperativo, autogestionário* e outras formas de trabalho tidas como não salariais, semi-salariais ou salariais disfarçadas, sob os processos de flexibilização e precarização do trabalho, ganharam a atenção da sociologia do trabalho. Muitos viram pertinência na retomada do tema da *informalidade* (denominando-a de “nova informalidade”), com Dedecca e Baltar (1997), Malaguti (2000); Lima e Soares (2002); Noronha (2003); Tiriba (2003); Figueiras *et al.* (2004); Lima (2009 e 2013); Vêras de Oliveira *et al.* (2010), Cardoso (2013). Outros, alternativamente, têm dado maior relevância ao tema do *empreendedorismo* como capaz de explicar melhor as novas formas de trabalho “autônomo”, como em Silva (2002), Lima (2010) e Rosenfield (2015). Outros, ainda, miraram nas passagens entre emprego e desemprego e entre trabalho formal e informal, tratando centralmente de trajetórias ocupacionais: Castro, Cardoso e Caruso (1997); Cardoso (2000); Cardoso, Comin e Guimarães (2001); Guimarães (2004).

As mudanças na área das tecnologias de informação e comunicação (TICs), desencadeadas na passagem para o século XXI, vêm suscitando amplas reflexões sobre suas implicações para as esferas da vida e do trabalho. O conceito de *paradigma tecnológico* (Castells, 1999) tem sido uma referência na compreensão dessas transformações⁸, plasmando a ideia de *sociedade da informação*. Nesta, os novos meios tecnológicos (centrados na informação e comunicação) moldam diretamente a esfera da existência individual e coletiva, imprimindo uma lógica de redes às relações sociais em geral. Vive-se a primazia da flexibilidade. Apresenta-se, assim, uma tendência de convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado.

8. No Google Acadêmico, até o dia 23 de fevereiro de 2019, registraram-se 21.897 citações somadas de “A sociedade em rede”, “A era da informação: economia, sociedade e cultura” e “A sociedade em rede: do conhecimento à política”.

Há controvérsias, contudo, sobre se as novas tecnologias estariam, ou não, levando à substituição do paradigma industrial pelo paradigma informacional no regime de acumulação. Para os primeiros, emerge um novo padrão de acumulação baseado no conhecimento e nos processos de inovação, que alguns denominam de trabalho imaterial (Lazzarato e Negri, 2001; Gorz, 2003). Estaria em mudança todo o sistema produtivo e a natureza do trabalho, com o conhecimento se tornando um recurso e um produto per se (Castells, 1999). A cooperação não poderia mais ocorrer nos marcos do taylorismo-fordismo, sob um encadeamento sequencial de tarefas elementares e impostas heteronomamente (Azaís, Corsani e Dieuaide, 2001; Galvão, Silva e Cocco, 2003). O trabalho imaterial consiste em tarefas analíticas e simbólicas, em trabalho afetivo de contato e interação humana, assumindo o formato de redes baseadas na comunicação e na colaboração. Nesse contexto, os empregos se tornam altamente movediços e flexíveis, com as fronteiras entre trabalho e mundo da vida se embaralhando e o tempo livre se tornando tempo produtivo.

Já de acordo com a segunda abordagem, a natureza capitalista das transformações apontaria para a permanência da teoria do valor-trabalho em Marx, mesmo que adaptada à realidade do trabalho intensivo em conhecimento (Lessa, 2005; Amorim, 2009). Como em toda história do capitalismo, o desenvolvimento tecnológico resulta, simultaneamente, na expansão de ocupações com maior qualificação e de uma massa de trabalhadores desqualificados. É nessa perspectiva, de modo geral, que o tema do trabalho em TIC ganhou maior projeção no Brasil. O trabalho em call-centers foi tomado como o exemplo mais cabal da taylorização no setor de TIC (Antunes e Braga, 2009; Rosenfield, 2007 e 2009; Braga, 2012). A congruência entre esse trabalho desqualificado e a terceirização que se coaduna com o trabalho em rede estaria constituindo um infoproletariado (Antunes e Braga, 2009) ou um precariado⁹ (Braga, 2012; Alves, 2013). A temática gênero também aqui começa a ser pautada, como em Leite e Guimarães (2015) e Castro (2016).

Fronteiras em permanente expansão e redefinição

Tangenciando os estudos do trabalho sempre estiveram presentes abordagens, com mais ou menos centralidade, nos sistemas produtivos. Dentre esses, um capítulo especial se abriu com o tema da *economia solidária*. Esta,

9. Em uma reelaboração do termo de Standing (2011).

conforme Gaiger (2013), enquanto atividades de produção e consumo referenciadas na cooperação e autogestão, obteve projeção no Brasil a partir dos anos 1990, com Singer (1998), Singer e Souza (2000); Lima (2002), Gaiger (2004 e 2013), Cattani (2003), George e Leite (2012); Leite, Araújo e Lima (2015), Ferrarini, Gaiger e Schiochet (2018). Trata-se de um campo de abordagem que logo adquiriu vasta amplitude e diversidade. Os estudos compreendem reflexões mais gerais e teóricas sobre os significados históricos, econômicos, políticos e sociais das experiências de *economia solidária*, assim como enfoques mais específicos sobre temas como coleta de recicláveis, fábricas recuperadas, modalidades de cooperativismo e associativismo em áreas rurais e urbanas, entre outros.

Segundo Singer (1998), a *economia solidária* se inspira na busca de alternativas não individualistas e não capitalistas para o desemprego. Tais experiências se utilizam, na leitura de Gaiger (2009, p. 86), “de recursos e de relações mercantis, não-mercantis e não-monetárias”, assim como “rejeitam a excisão entre o econômico e o social e procuram reconciliar a eficiência com a cooperação produtiva”.

Para Leite (2015, p. 20), configuraram-se três principais visões sobre o tema na América Latina. Uma, exemplificada por Razeto (1993), mesmo diferindo-a da experiência socialista, propugna-a como uma forma de produção e de consumo que levará à superação do capitalismo. Outra, ilustrada por Coraggio (2000), a toma como economia de sobrevivência das camadas populares, mas que pode levar à superação do capitalismo. A terceira, com Quijano (2002), sendo mais crítica prefere destacar as contradições das experiências concretas. Em comum, a economia solidária é concebida como alternativa de inclusão social e produtiva dos setores marginalizados da população.

No trato dos temas da *economia solidária, nova informalidade*, trabalho, territórios produtivos e desenvolvimento, cadeias e redes produtivas, trajetórias ocupacionais, entre outros, cresceram ainda mais nas últimas duas décadas as interfaces entre a sociologia do trabalho e outras abordagens sociológicas e antropológicas que, a exemplo da nova sociologia econômica, da antropologia do desenvolvimento, da economia moral, evidenciam noções como *construção social da economia, redes sociais, capital relacional, atores estratégicos*, entre outras.

A partir dos anos 1990, como lembram Lima e Araújo (2016), novas territorialidades produtivas acompanharam um movimento de realocação de plantas industriais, impulsionados pela reestruturação produtiva. Contudo,

apenas nos anos 2000, conforme destacam Ramalho e Vêras de Oliveira (2013b), o problema da territorialização dos investimentos produtivos e suas implicações para o trabalho ganhou maior evidência, ajudado pela retomada de uma nova agenda desenvolvimentista no país.

Os estudos sobre trabalho referidos a territórios produtivos e ao tema do desenvolvimento vieram acompanhados de uma ênfase nas relações entre os espaços locais e nacionais/globais, nas cadeias e redes produtivas, nos modos específicos de constituição dos mercados de trabalho, nas relações das formas capitalistas com as diversas formas de trabalho autônomo e atividades informais e no reordenamento dos atores econômicos e políticos que se situam nesses espaços, com destaque para o sindicalismo. Ver, por exemplo: Lima (2002); Ramalho (2006); Jácome Rodrigues e Ramalho (2007); Ramalho e Jácome Rodrigues (2010, 2013 e 2015); Ramalho e Fortes (2012); Ramalho e Vêras de Oliveira (2013); Vêras de Oliveira e Santana (2013), entre outros.

No que tange ao tema do desenvolvimento, em sentido mais amplo, avaliou-se em geral que as melhoras nos indicadores de emprego, formalidade e renda observados de 2003 a 2014 não implicaram, como destacaram Baltar e Krein (2013), em reversões estruturais no caráter precário do trabalho no país, persistindo o processo de flexibilização das relações de trabalho. Os estudos sobre sindicalismo ganharam por essa via um novo impulso, a exemplo de: Ladosky (2009); Araújo e Vêras de Oliveira (2011); Vêras de Oliveira, Bridi e Ferraz (2014); Marcelino (2013 e 2014); Santana (2015); Galvão, Marcelino e Trópia (2015); Boito Jr., Galvão e Marcelino (2015); Ramalho e Jácome Rodrigues (2018).

A sociologia do trabalho no Brasil, refletindo e compartilhando tendências que se observam também na América Latina e no mundo, incorporou em sua trajetória uma ampla diversidade temática, algo que lhe permite se beneficiar de múltiplas interfaces com inúmeras áreas do conhecimento, assim como reelaborar permanente e diversamente seu objeto por excelência, o *trabalho*.

Outros temas podem ser ainda elencados, embora não caiba aqui mais detalhamentos. São exemplos: *juventude e trabalho* (como atestam Pochmann, 2000; Novais e Vanuchi, 2004; Guimarães, Marteleto e De Brito, 2018), *trabalho e migração* (conforme Jannuzzi, 1999; Santos, 2006; Cavalcanti e Oliveira, 2018), *trabalho e saúde* (debatidos em Minayo-Gomez e

Thedim-Costa, 1997; Minayo-Gomez e Lacaz, 2005; Bonfatti, De Vasconcellos e Ferreira, 2017).

Tendências atuais da sociologia do trabalho no Brasil

Antes de passarmos às tendências atuais da sociologia do trabalho no Brasil, vale retomar algumas condições que tiveram influência decisiva sobre sua trajetória até aqui. Começamos pelo caráter estrutural e dinâmico do tema do trabalho na sociedade contemporânea, que desafia permanentemente a sociologia do trabalho a interagir, seja com outras disciplinas da sociologia (como as sociologias do desenvolvimento, política, econômica, da família, de gênero, da cultura, etc.), seja com outras áreas do conhecimento (como economia, administração, engenharia de produção, antropologia, educação, direito, gestão pública, ciências da saúde, etc.). Em cada momento as interações variaram conforme os temas, perspectivas e ênfases priorizados. A tendência a uma perspectiva inter e multidisciplinar nos estudos do trabalho provavelmente se imporá crescentemente quanto mais complexidade ganhar o tema.

De outra parte, associado ao desafio da inter e multidisciplinaridade, para dar conta das diversas dimensões que o tema do trabalho apresenta histórica e atualmente, sempre submetido a constantes transformações, impôs-se a necessidade de se testar ângulos diversos de abordagem, centrando-se o olhar do micro ao macro, do material ao imaterial, do formal ao informal, da indústria aos serviços e à agricultura, dos sistemas produtivos aos arranjos institucionais, da esfera da produção à esfera da reprodução social, das ações dos atores privados às políticas governamentais, das clivagens de classe às de gênero, etnia-raça, geração, etc. Muitas vezes optou-se por uma perspectiva deliberadamente relacional, na qual, ao invés da escolha por um dos polos em questão, o alvo passou a ser o modo como se relacionam. A complexificação do tema do trabalho na contemporaneidade certamente trará ainda maior relevo às abordagens relacionais.

Por sua vez, a afirmação da sociologia e das demais ciências sociais em sociedades como a brasileira, de desenvolvimento capitalista tardio e, conforme clássica bibliografia, estabelecido em bases dependentes, colocou desde sempre o problema da pertinência da importação dos modelos analíticos oriundos da Europa e Estados Unidos. Entre satisfazer-se com tais mode-

los, tomando o caso brasileiro como extensão de uma dinâmica socioeconômica ditada do exterior, e a defesa de uma perspectiva analítica voltada sobretudo ao realce das especificidades da sociedade brasileira, em muito tem sido exercitado um caminho intermediário, pendendo mais a um lado ou a outro. Também aqui a adoção, ou não, de uma perspectiva relacional marcou diferenças. Expressões como “flexibilizando o flexível” (Guimarães, 2009) indicam o esforço de muitos em tratar das influências exógenas, sem perder um pé nas condições endógenas. Mesmo quando, com a “globalização”, uma ênfase ainda maior tem sido dada aos fatores exógenos, são fartas as abordagens que destacam as particularidades do processamento interno das novas tendências globais. Provavelmente esse continuará sendo um aspecto de muita relevância na continuidade dos estudos sobre os temas do trabalho no caso brasileiro.

Considere-se ainda que a combinação de vários métodos e técnicas de pesquisa tem sido, e provavelmente continuará sendo, um fator crucial para o enriquecimento da sociologia do trabalho, sendo essa uma das áreas de interação com outras áreas do conhecimento. O grande desafio nesse caso é o de tornar compatíveis e complementares metodologias tão díspares quanto as de predominância de uma racionalidade quantitativa frente àquelas de primazia do qualitativo.

Por último, leve-se em conta que a sociologia do trabalho surgiu, na passagem dos anos 1950 aos 1960, em um esforço de se diferenciar das abordagens de militantes e de memorialistas sobre o tema do trabalho e dos trabalhadores. Mas, também, cabe salientar a interlocução que foi capaz de estabelecer com os atores estratégicos do mundo do trabalho (sindicalistas, líderes de movimentos sociais, ONGs, gestores públicos e até mesmo representantes do ambiente empresarial). Tal interlocução provavelmente ganhará novas tonalidades com as mudanças políticas que vêm marcando o cenário nacional e internacional, inclusive como recurso à volta de uma agenda de busca de legitimação social das ciências sociais.

As situações e condições acima indicadas provavelmente continuarão influenciando o campo de atuação da sociologia do trabalho no país. Para além disso, passamos a destacar, a seguir, quatro campos temáticos que já fornecem indicativos da atenção que serão capazes de mobilizar.

O primeiro deles se refere às mudanças tecnológicas. É inegável o potencial de impacto das novas tecnologias (e até com novos paradigmas tecnológicos) na natureza, relações e condições de trabalho na sociedade contempo-

rânea. Noções como economia informacional, capitalismo cognitivo, capitalismo de plataforma, *gig economy*, revolução 4.0, entre outras, vêm sendo mobilizadas, ao mesmo tempo em que são discutidas suas implicações no caso brasileiro. Tal situação desafia a sociologia do trabalho quanto, pelo menos, a três desdobramentos principais: nas formas sociais de inserção pelo trabalho; na natureza do trabalho; e nas formas de organização do trabalho. A miríade de formas de contratação, de ocupações informais e de autoempreendedorismo, que trazem as marcas da condição flexível e precária associadas à economia informacional, já vem sendo amplamente demonstrada em estudos empíricos, especialmente sobre o setor de serviços e de *softwares* (Castro, 2013; Bridi e Motim, 2014; Bridi e Braunert, 2015; Lima e Oliveira, 2017). Quando à natureza do trabalho, em segmentos específicos, incorporam-se tarefas analíticas e simbólicas, que exigem mobilização subjetiva (individual) e concertação (noção de trabalho em equipe concatenado, como em um concerto de orquestra) (Bridi e Lima, 2018; Lima e Oliveira, 2017). Sob tais condições, o mundo do trabalho invade o mundo da vida, com as TICs possibilitando que o capitalismo se aproprie da própria reprodução da vida social (Venco, 2009). A respeito da organização do trabalho, estão indicadas mudanças no sentido da valorização e incentivo à gestão de si mesmo (Antunes e Braga, 2009). Trata-se de uma transformação na forma de trabalhar que remete à noção de autonomia e gestão de si, às justificações das imposições sociais do novo momento histórico (crise econômica, suposta impossibilidade das empresas de manter e pagar seus empregados), ao enfraquecimento dos suportes sociais, aos valores do *ethos* empresarial (Rosenfield e Alves, 2011). O autoempreendedor é simultaneamente um trabalhador e um pequeníssimo capitalista que deve gerir seu negócio e buscar seu mercado (Rosenfield, 2011 e 2015). A lógica sindical estabelecida encontra um enorme desafio de representação desse trabalhador *sui generis* que associa em um só ator o trabalho e o capital. O potencial de mudanças dos processos de inovação tecnológica, com a magnitude que vem se apresentando, certamente continuará a atrair a atenção dos pesquisadores da área, ao mesmo tempo em que os desafiam a uma constante ampliação do escopo da análise e a um esforço de inovação contínua dos instrumentos analíticos.

Um segundo campo temático que promete atrair a atenção das novas gerações de pesquisadores da sociologia do trabalho é o das mudanças no padrão de regulação do trabalho. A adoção de novos padrões de regulação do trabalho também vem se constituindo em um decisivo fator

de mudanças nas relações e condições de trabalho em nível mundial. O momento vivido pelo país tem ganhado particular importância quanto a isso, pela magnitude das mudanças que vêm sendo operadas, especialmente a partir da aprovação da Lei da Terceirização e da Reforma Trabalhista, em 2017. Trata-se de uma temática amplamente debatida desde os anos 1990, especialmente pela sociologia do trabalho, economia do trabalho e estudos jurídicos. Nos anos 2000, o debate focou na constituição do Fórum Nacional do Trabalho, na Lei do Super-Simples, na Lei de Falências, no programa Micro-Empreendedor Individual, Conselho Nacional do Trabalho e em outras medidas com impacto na regulação do trabalho. A aprovação da Lei da Terceirização e da Reforma Trabalhista, contudo, altera de modo muito mais amplo o marco regulatório das relações de trabalho no país, como já documentado em Teixeira *et al.* (2017) e Krein *et al.* (2018). Em 2018, foi criada a Rede Nacional de Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR), que, em parceria com a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), se propõe a articular os principais grupos de pesquisa sobre o trabalho no Brasil, nas áreas da sociologia, economia, direito, psicologia, detendo-se sobre suas implicações na regulação do trabalho. Com a posse do novo governo no plano federal, em janeiro de 2019, novas medidas nessa área vão se somando às anteriores. Já foi extinto o Ministério do Trabalho, o que poderá também ocorrer com a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho. Está indicada a adoção de uma nova carteira de trabalho, denominada de “verde e amarela”, instituindo uma categoria de trabalhadores assalariados com menos direitos.

Gostaríamos de chamar a atenção, em terceiro lugar, para o tema das novas formas de ação coletiva. São inúmeros os fatores que vêm por décadas influenciando os destinos do sindicalismo e da ação coletiva dos trabalhadores, os quais continuarão atuando no próximo período. Contudo, é muito provável que serão tão impactantes as mudanças trazidas com as inovações tecnológicas anunciadas e com as novas bases de regulação das relações de trabalho que o sindicalismo e os trabalhadores terão que lidar com desafios ainda não enfrentados. As abordagens sobre mudanças de padrão na representação sindical, com ênfase na diversificação das formas de organização e ação, assim como na inserção sindical nos espaços institucionais e na interlocução com os governos e os partidos políticos, certamente continuarão presentes. Contudo, a sociologia do trabalho

também estará desafiada a renovar seu instrumental analítico, de modo a poder apreender mudanças paradigmáticas que poderão se apresentar nesse campo. Isso deve implicar uma melhor avaliação da capacidade de representação de trabalhadores em um contexto de economia globalizada e do modo como se estruturam os mecanismos de contestação articulados nas várias fases do processo produtivo.

Por último, reafirmamos a importância atual dos temas transversais. Percorrendo todas essas frentes, certamente se imporá a necessidade de novas rodadas de estudos sobre as temáticas de gênero, raça, geração e família, entre outros. Para que também esses temas se convertam polos de importantes inovações analíticas, será imprescindível avançar nas suas interconexões recíprocas (traduzidas nas noções de *interseccionalidade* e *consustancialidade*¹⁰), assim como na capacidade de nesse terreno serem identificadas formas de ação geradoras de novos padrões de relações de trabalho.

Considerações finais

A sociologia do trabalho no Brasil percorreu, como se pode constatar aqui, um já longo caminho, no qual os contornos foram sendo definidos a partir de sua capacidade de responder às questões trazidas a cada importante transformação envolvendo as condições e a natureza do trabalho, mas também a partir de sua capacidade de aprender com as contribuições incorporadas de fora e de estabelecer uma ampla e fecunda interlocução com diversas outras áreas de conhecimento. Foi capaz, nesse percurso, de alargar enormemente seu campo de abordagem, para além da fábrica, incorporando outras formas de trabalho e outras dimensões da vida social. Poderá, uma vez mais no próximo período, atualizando-se, ocupar um lugar de relevo na construção de interpretações sobre o tema do trabalho. Para isso, necessitará, além de acompanhar as transformações em curso, visitar sob novas perspectivas os temas que historicamente lhe têm sido constitutivos e empreender um esforço de conjunto para reinterpretar em sentido mais amplo a nova configuração da sociedade do trabalho no país, a exemplo dos estudos pioneiros e que poucas vezes depois disso se reproduziu (com raros casos de exceção, a exemplo de Cardoso, 2010). A conferir.

10. Ver a respeito dessas noções, por exemplo, Hirata (2014).

Referências

- Abramo, L. W. (1990). Novas tecnologias, difusão setorial, emprego e trabalho no Brasil: Um Balanço. *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, São Paulo/Rio de Janeiro: Anpocs/Vértice, n. 30, p. 19-65.
- _____. (1998). Um olhar de gênero - visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: Abramo, L.W.; Abreu, Alice R.P. (Orgs.). *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana*. São Paulo/Rio de Janeiro: Alast.
- _____. (1999). *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial.
- _____; Montero, C. (1995). A sociologia do trabalho na América Latina: paradigmas teóricos e paradigmas produtivos. *BIB -Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, São Paulo/Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Anpocs, n. 40, p. 65-83.
- Abreu, A; Sorj, B (1993). Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas no Rio de Janeiro. In: Abreu, A.; Sorj, B. (Orgs.). *O Trabalho Invisível: Estudos Sobre o Trabalho a Domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo.
- Albertino, R. J. (1968). *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Símbolo.
- Almeida, A. W.; Palmeira, M. (1977). Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, p. 201-238.
- Almeida, M. H. T. (1975). Sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. *Debate e Crítica*, São Paulo: Hucitec, n. 6, p. 32-60.
- _____. (1984). Novas demandas, novos direitos: tendências recentes da negociação coletiva no Brasil. *Dados*, 1, p. 31-57.
- _____. (1988). Difícil caminho: sindicatos e política na construção da democracia. In: Reis, O'Donnell (Org.). *A Democracia no Brasil - Dilemas e Perspectivas*. São Paulo: Vértice, p. 327-367.
- Alves, G. (2013). Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social do século XXI. *Textos & Contextos*, v.12, n.2, p. 235-248.
- Alvim, M. R. B. (1998). *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Ed. Graphia.

Amorim, H. (2009). *Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo*. 1ª ed. São Paulo: Annablume; Fapesp.

Andrews, G. R. (1992). Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística. *Estudos Afro-Asiáticos*, 22, p. 47-83.

Antunes, R. (1997). Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: Antunes, R. (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.

_____. (1988). *A rebeldia do trabalho. o confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80*. Campinas: Unicamp. 220p.

_____. (1991). *O novo sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasil Urgente.

_____. (1995). *Adeus ao trabalho?* (Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho). São Paulo/Campinas: Cortez/Unicamp.

_____. (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

_____; Braga, R. (2009). *Infoproletários: degradação do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo.

Araújo, A. (2004). *os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva*. Artigo apresentado no XV International Congress on Women's Health Issues, São Paulo – 7 a 11 de novembro.

_____; Ferreira, V. (1998). Construindo um espaço: a participação das mulheres no Movimento Sindical (1978-1988). *Sociologia e Política*, Curitiba, 10/11, p. 55-81.

_____; Lombardi, M. R. (2013). Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. *Cadernos de Pesquisa*, v.43, n. 149, p. 452-477.

_____; Vêras de Oliveira, R. (2011). El sindicalismo brasileño en la era de Lula. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 05, p. 83-112.

Ávila, M. B. (2009). *O Tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. Recife: Editora da UFPE.

Azais, C.; Corsani, A.; Dieuaide, P. (Org.). (2001). *Vers um capitalismo cognitif entre mutations du travail et territories*. Paris: L'Harmattan.

- Baltar, P.; Krein, D. (2013). A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, n. 68, p. 273-292.
- Bonfatti, R. J.; Vasconcellos, L. C. F.; Ferreira, A. P. (2017). Ergonomia, desenvolvimento e trabalho sustentável: um olhar para a saúde do trabalhador. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, v. 15, n. 3, p. 257-266.
- Boito Jr., A. (1991). *O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo/Campinas: Hucitec/Unicamp.
- _____; Galvão, A.; Marcelino, P. (2015). La nouvelle phase du syndicalisme brésilien. *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, 80, p.147-167.
- Braga, R. (2004). O trabalho na trama das redes. para uma crítica do capitalismo cognitivo. *Eptic On-Line (UFS)*, Aracajú, v. 6, n. 3, p. 48-54.
- _____. (2012). *A política do precariado. Do populismo à hegemonia lulista*. Tese de Livre-Docência em Sociologia. 264p. FFLCH/FSL, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Brandão Lopes, J. R. (1965). *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Braverman, H. (1974). *Labor and monopoly capital: the degradation of work in the twentieth century*. New York: Monthly Review.
- Bridi, M. A.; Braga, R.; Santana, M. A. (2018). Sociologia do trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 12, p. 42-64.
- _____; Braunert, M. B. (2015). O trabalho na indústria de software: a flexibilidade como padrão das formas de contratação. *Caderno CRH*, v. 28, n. 73, p. 199.
- _____; Motim, B. L. (2014). Trabalho e trabalhadores na indústria de informática. *Contemporânea*, v. 4, p. 351-380.
- _____; Lima, J. C. (Org.). (2018). *Flexíveis, virtuais e precários? Os Trabalhadores em tecnologias de informação*. 1ed. Curitiba: Editora UFPR. 325p.
- Brumer, A. (Org.). (2009). Gênero, família e globalização. *Sociologias*, 21, p. 14-23.
- Bruschini, M. C. (1985). *Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher*. São Paulo: Nobel/CECF. 147p.

_____. (1992). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas. 336p.

_____. (2007). Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *CADERNOS DE PESQUISA*, São Paulo, v. 37, n. 132.

Burawoy, M. (1985). *The politics of production: factory regimes under capitalism and socialism*. London: Verso.

Cardoso, A. M. (1992). O pragmatismo impossível - origens da força sindical. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 32, p. 165-182.

_____. (1999). *A trama da modernidade: pragmatismo sindical e democratização no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan/Iuperj.

_____. (2000). *Trabalhar, verbo transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística*. Rio de Janeiro: FGV. 250p.

_____. (2003). *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

_____. (2010). *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. (2013). Relações econômicas como relações sociais, ou uma visita à 'informalidade'. *Ensaio de Sociologia do Mercado de Trabalho Brasileiro*, v. 1, Rio de Janeiro: FGV. 264p.

_____; Comin, A. (1993). Câmaras Setoriais, modernização produtiva e democratização nas relações de trabalho no Brasil: a experiência do setor automobilístico. In: Castro, N. A. (Org.). *A Máquina e o Equilibrista: Inovações na Indústria Automobilística Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 387-427.

_____; Guimarães, N.; Comin, A. (2006). Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira. In: Guimarães, N.; Hirata, H. (Orgs.). *Desemprego: Trajetórias, Identidades, Mobilizações*. São Paulo: Senac.

Carvalho, R. Q. (1992). Projeto de Primeiro Mundo com conhecimento e trabalho de Terceiro? *Textos para Discussão*, n. 12, Campinas, Unicamp.

_____. (1993). *Programmable automation and employment practices in brazilian industry*. PhD in Development Economics. IDS/University of Sussex, Brighton.

Castel, R. (1995). *Les metamorfoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Fayard: Paris.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Castro, B. G. (2013). *Afogados em contratos: o impacto da flexibilização do trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI*. 368p. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, SP.

_____. (2016). *As armadilhas da flexibilidade: trabalho e gênero no setor de tecnologia da informação*. São Paulo: Annablume.

Castro, N. A. (1993). Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro: reestruturação industrial ou japanização de ocasião? *Novos Estudos Cebrap*, 37, p. 155-189.

_____. (1995). Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro. In: Castro, N. A. (Org.). *A Máquina e o Equilibrista: Inovações na Indústria Automobilística Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 15-52.

_____; Barreto, V.S. (Orgs.). (1998). *Trabalho e desigualdades sociais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador*. São Paulo: Annablume.

_____; Cardoso, A. M.; Caruso, L. A. (1997). Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade: há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil? *Contemporaneidade e Educação*, v. 2, n.1, p. 7-23.

_____; Leite, M. P. (1994). A sociologia do trabalho industrial no Brasil: desafios e interpretações. *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 37, p. 39-60. São Paulo/Rio de Janeiro: Anpocs/Relume-Dumará.

_____; Guimarães, A. S. (1993). Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 24, p. 23-60.

Cattani, A. D. (2003). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editora.

Cavalcanti, L.; Oliveira, M. (2018). O tema das migrações internacionais na sociologia no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 12, p. 88-113.

Cocco, G.; Galvão, A.; Silva, G. (Orgs.). (2003). *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A.

Coraggio, J. L. (2000). Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: Kraychete, G.; Lara, F.; Costa, B. (Orgs.). *Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia*. Petrópolis: Vozes.

- Costa, A. O.; Sorj, B.; Bruschini, C.; Hirata, H. (Orgs.). (2008). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV.
- D’Incao, M. C. (1985). Boias-frias: desafio para o sindicato rural? *Lua Nova*, v.1, n. 4, p. 73-78.
- De Decca, E. (1981). *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense.
- Dedecca, C. (1999). *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Campinas: IE/Unicamp.
- _____; Baltar, P. (1997). Mercado de trabalho e informalidade nos anos 1990. *Estudos Econômicos*, São Paulo, n. 27, p. 65-84.
- _____; Montagner, P. (1993). Flexibilidade produtiva e das relações de trabalho: considerações sobre o caso brasileiro. *Textos para Discussão*, Campinas, IE/Unicamp, n. 29.
- De la Garza, E. (Org.). (2016). *Los estudios laborales en América Latina: orígenes, desarrollo y perspectivas*. Barcelona: Anthropos Editorial.
- Druck, M. G. (1999). *Terceirização: (des)fordizando a fábrica. um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo: Boitempo.
- _____; Borges, A. (2002). Terceirização: balanço de uma década. *Caderno CRH*, Salvador, v. 37, p. 111-139.
- _____; Franco, T. (Orgs.). (2007). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo.
- Durham, E. (1973). *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva.
- Esterci, N. (1987). *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes. 201p.
- _____. (1994). *Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: Cedi/Koinonia.
- Fagundes, E. (1992). *O negro na indústria: proletarianização tardia e desigual*. GT Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais. Anais do XV Encontro Anual da Anpocs, Caxambu.
- Ferrarini, V. A.; Gaiger, L. I.; Schiochet, V. (2018). O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 12.

Ferreira, V. C. (2014). *Desemprego e relações de gênero: trajetórias ocupacionais e a experiência da perda do emprego entre mulheres e homens da categoria metalúrgica em Campinas (2002-2012)*. 344p. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.

Filgueiras, L. A. M.; Druck, M. G.; Amaral, M. F. (2004). O Conceito de informalidade: problema ou solução - um exercício de aplicação empírica dos conceitos. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229.

Fleury, A. (1988). Microeletrônica e organização da produção e do trabalho na empresa. *São Paulo em Perspectiva*, v. 2, n. 3, p. 5-19.

French, J. (1995). *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Hucitec.

Freyssenet, M.; Hirata, H. (1985). Mudanças tecnológicas e participação dos trabalhadores: os círculos de controle de qualidade no Japão. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3.

Gaiger, L. I. (2009). Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, p. 81-99.

_____. (2013). Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da economia solidária. *BIB -Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, v. 73, p. 5-20.

_____. (2004). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. São Leopoldo: Oikos.

Galvão, A.; Marcelino, P.; Trópia, P. V. (2015). *As bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras*. Curitiba: Appris. 293p.

Garcia, A. (1989). *O Sul: caminho do roçado. estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero/CNPq/UNB. 276p.

George, I. Leite, M. P. (Orgs.). (2012). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume.

Githay, L.; Leite, M.; Rabelo, F. (1993). Relações de trabalho, política de recursos humanos e competitividade. In: MCT (Org.). *Estudos de competitividade na Indústria Brasileira*. Unicamp: Campinas. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/mcthome/estudos/estudos.htm>. Acesso em: jan. de 2013.

Gonçalves, E.; Vannuch, M. L.; Trópia, P. V.; Tosta, T. L. D. (Orgs.). (2014). *Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais*. Goiânia: Editora da PUC Goiás.

- Gorz, A. (2003). *L'immatriel: connaissance, valeur et capital*. Paris: Galilée.
- Guimarães, A. S.; Castro, N. A. (1999). Racial inequalities in the labor market and the workplace. In: Reichmann, R. (Org.). *Race in contemporary Brazil*. University Park: The Pennsylvania State University Press. p. 83-108.
- Guimarães, N. A. (2004). *Caminhos cruzados: estratégias de emprego e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: Editora 34. 405p.
- _____. (2009). A sociologia do mercado de trabalho: ontem e hoje. *Novos Estudos – Cebrap*, 85, p. 151-170.
- _____; Hirata, H.; Sugita, K. (Orgs.). (2009). *Trabalho flexível, empregos precários?* São Paulo: Edusp.
- _____; Marteleto, L.; De Brito, M. M. A. (2018). *Transições e trajetórias juvenis no mercado brasileiro de trabalho*. Brasília: OIT. Disponível em <<https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2019/01/TET-Transicoes-e-Trajektorias-Juvenis-BRA.pdf>>. Acesso em abr. 2019.
- Hall, M. (1984). On widening the scope of Latin American working-class history: some general considerations and a Brazilian case study. Mimeografado.
- Hart, K. (1973). Informal income: opportunities and urban employment in Ghana. *The Journal of Modern African Studies*, v. 11, n. 01, mar., p. 61-89.
- Harvey, D. (1989). *The condition of postmodernity: one inquiry into the origins of cultural change*. Oxford: Basil Blackwell.
- Hasenbalg, C. (1991). O negro na indústria: proletarização tardia e desigual. Anais do XV Encontro Anual da Anpocs, GT “Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais”. Caxambu.
- Heredia, B. (1979). *A morada da vida: trabalho familiar entre pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hirata, H. (1981). Division sexuelle du travail et rôle de l'état: l'exemple brésilien. *Critiques de L'Économie Politique*, 17, p. 40-67.
- _____. (1983). Receitas japonesas, realidade brasileira. *Novos Estudos Cebrap*, 2, p. 61-65.
- _____. (1998). Reestruturação produtiva e relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v. 4, n. 7, p. 5-28.

_____. (2014). Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n.1, p. 61-73.

_____; Guimarães, N. A. (Orgs.). (2012). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas.

_____; Humphrey, J. (1984). O Emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira. *Revista de Economia Política*, 4, p. 89-107.

Hobsbawm, E. J. (1964). *Laboring men: studies in the history of labor*. New York: Basic Books.

Humphrey, J. (1979). Operários da indústria automobilística no Brasil: novas tendências no movimento trabalhista. *Estudos Cebrap*. Rio de Janeiro: Vozes, n. 23.

_____. (1980). As raízes e os desafios do ‘novo’ sindicalismo na indústria automobilística. *Estudos Cebrap*. Rio de Janeiro: Vozes, n. 26.

_____. (1982). *Fazendo o “milagre”: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis: Vozes/Cebrap.

ILO (1972). *Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*. Geneve: ILO.

Jannuzzi, P. M. (1999). Mobilidade social e migração no Brasil: revisão bibliográfica e elementos empíricos para análise. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 16, n. 1/2, p. 55-82.

Kowarick, L. (1975). *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Krein, J. D.; Gimenez, D.; Santos, A. (Orgs.). (2018). *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp.

Ladosky, M. H. (2009). A CUT no Governo Lula: da defesa da “liberdade e autonomia” à reforma sindical inconclusa. 310p. Tese de Doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo.

_____; Vêras de Oliveira, R. (2015). O ‘novo sindicalismo’ pela ótica dos estudos do trabalho. *Mundos do Trabalho*, 6, p. 147-170.

Lazzarato, M.; Negri, A. (2001). *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A.

Leite Lopes, J. S. (1976). *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1988). *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/CNPq.

Leite, M. P. (2012). A sociologia do trabalho na América Latina: seus temas e problemas (re)visitados. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 4, p. 103-127.

_____. (2015). A economia solidária no debate e na experiência Latino-Americana. In: _____; Araújo, A.M.C.; Lima, J. C. (Orgs.). *O trabalho na economia solidária: entre precariedade e emancipação*. São Paulo: FAPESP/Annablume.

_____; Araújo, A.; Lima, J. C. (Orgs.). (2015). *O trabalho na economia solidária: entre precariedade e emancipação*. São Paulo: FAPESP/Annablume.

_____; Araújo, A. (Orgs.). (2009). *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. Coleção Trabalho e Contemporaneidade. São Paulo: Annablume/Fapesp.

_____; Abramo, L.; Carrillo, J.; Dela Garza, E.; Novick, M.; Santiago, C. A.; Silva, R. A. (1998). La institucionalización de la sociología del trabajo en América Latina. *Sociología del Trabajo*, Madri, 32, p. 131-151.

_____; Guimarães, P. C. (2015). Tudo muda e nada muda: as implicações do uso das tecnologias de informação sobre o trabalho das mulheres no setor eletroeletrônico. *Cadernos Pagu*, v. 44, p. 333-366.

_____; Silva, R. A. (1996). A sociologia do trabalho frente à reestruturação produtiva: uma discussão teórica. *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, São Paulo/ Rio de Janeiro: ANPOCS/ Relume-Dumará, 42, p. 41-58.

Lessa, S. (2005). *Para além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial*. São Paulo: Xamã.

Lima, J. (2002). *As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. São Paulo: Terceira Margem.

_____. (2009). A globalização da precariedade: a informalidade em tempos de trabalho flexível. In: Navarro, V. L.; Padilha, V. (Orgs.). *Retratos do Trabalho no Brasil*. Uberlândia: Edufu.

_____. (2010). Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, v. 12, p. 158-198.

_____. (2012). Cooperativas, trabalho associado, autogestão e economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil. In: George, I.; Leite, M. P. (Orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume.

_____. (2013). Nova informalidade. In: Ivo, A. (Org.). *Dicionário Temático: Desenvolvimento e Questão Social – Questões Contemporâneas*. São Paulo: Annablume.

_____; Araújo, A. (2016). La sociología de trabajo en un contexto de transformaciones: una revisión de la producción brasileña de las últimas décadas. In: De La Garza, E. (Orgs.). *Los Estudios Laborales en América Latina: Orígenes, Desarrollo Y Perspectivas*. Barcelona: Anthropos Editorial.

_____; Oliveira, D. R. (2017). Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional. *Sociedade e Estado*, v. 32, n.1, p. 115-143.

_____; Soares, M. J. B. (2002). Trabalho flexível e o novo informal. *Cadernos CRH*, Salvador, 37, p. 163-180.

Lombardi, M. R. (2010). A persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. In: Costa, A. et al. (Orgs.). *Divisão sexual do trabalho: estado e crise do capitalismo*. Recife: SOS Corpo, p. 35-56.

Malaguti, M. L. (2000). *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salário*. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES.

Mangabeira, W. (1993). *Os dilemas do novo sindicalismo - democracia e política em Volta Redonda*. São Paulo: Anpocs/ Relume Dumará.

Marcelino, P. (2014). Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. *Tempo Social*, 29, p. 201-227.

_____. (2013). *Trabalhadores terceirizados e luta sindical*. Curitiba: Ap-pris. 308p.

Maroni, A. (1982). *A estratégia da recusa: análise das greves de Maio/78*. São Paulo: Brasiliense.

Marques, R. M. (1987). *Automação microeletrônica e organização do trabalho: um estudo de caso na indústria automobilística brasileira*. Dissertação de Mestrado em Economia. 225p.PUC, São Paulo.

Martins, H. S.; Ramalho, J. R. (1994). *Terceirização, diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec.

Medeiros, L. (1981). Contag: um balanço. reforma agrária. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agraria, Campinas*, v. 11, n. 6, p. 9-16.

_____. (1989). *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase.

Minayo-Gomez, C.; Thedim-Costa, S. M. F. (1997). O campo da saúde do trabalhador - percursos e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. III, n.3, p. 21-32.

_____; Lacaz, F. A. C. (2005). Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 797-807.

Moisés, J. A. (1982). Qual é a estratégia do novo sindicalismo? In: Moisés, J. A. et al. (Orgs.). *Alternativas populares de democracia: Brasil anos 80*. São Paulo: Vozes/Cedec.

Moraes Filho, E. (1952). *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. Rio de Janeiro: Ed. a Noite.

Nascimento, E. L. (2003). *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus.

Neves, M. A.; Le Ven, M. M. (1991). Organização do trabalho, inovações tecnológicas e resposta sindical na indústria microeletrônica: estudo de caso em minas gerais. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 74-93.

Nogueira, A. (1997). *A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro: a experiência do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo*. São Paulo: Educ.

Noronha, E. (1991). A explosão das greves na década de 80. In: Boito Jr., A. (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, p. 93-135.

_____. (2003). "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53.

Novaes, R. (1991). Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: Boito Jr., A. (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, São Paulo: Paz e Terra, p. 171-196.

_____; Vannuchi, P. (Orgs.). (2004). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania. 304p.

- Nun, J. (1969). Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latino-Americana de Sociología*, Buenos Aires, v. 5, n. 2, p. 1-50.
- Oliveira, F. (1972). A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, São Paulo, 2, p. 3-82.
- Oliveira, L. H. G.; Porcaro, R. M.; Araujo, T. (1981). *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro: FIBGE.
- Palmeira, M. (1976). Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. *Anuário Antropológico*, p. 201-242.
- Paoli, M. C.; Sader, E.; Telles, V. (1984). Pensando a classe operária: os trabalhadores no imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, 3, p. 129-149.
- Pena, M. V. J. (1981). *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 227p.
- Pochmann, M. (2000). *A batalha pelo primeiro emprego: as expectativas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho*. São Paulo: Publisher Brasil.
- Posthuma, A.; Lombardi, M. R. (1996). Gênero e exclusão social no novo paradigma produtivo. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, GT “Trabalho e Sociedade”, Caxambu, 22 a 26 de out., p. 1-42.
- Prandi, J. R. (1978). *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo: Símbolo.
- Quijano, A. (1970). “*Polo marginal*” y “*mano de obra marginal*”. Santiago de Chile: Cepal.
- _____. (2002). Sistemas alternativos de produção? In: Santos, B. S. (Org.). *Produzir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- Rainho, L. F. (1980). *Os peões do Grande ABC*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.
- Ramalho, J. R. (2001). Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 761-777.
- _____. (Org.). (2006). Novos espaços industriais e desenvolvimento regional. *Caderno CRH*, Salvador, 1, p. 1-88.
- _____; Fortes, A. (Org.). (2012). *Desenvolvimento, trabalho e cidadania: baixada e sul fluminense*. Rio de Janeiro: 7 Letras. 267p.

_____; Rodrigues, I. J. (2010). Sindicato, crise econômica e estratégias regionais: novas dimensões da participação política no ABC Paulista. *Caderno CRH*, v. 23, p. 339-351.

_____; Rodrigues, I.J. (2013). Sindicato, desenvolvimento e trabalho: crise econômica e ação política no ABC. *Caderno CRH*, 26, p. 217-231.

_____; _____. (Orgs.). (2018). Sindicalismo do ABC e a era Lula: contradições e resistências. *Lua Nova*, s/v, p. 67-96.

_____; Véras de Oliveira, R. (2013). A atualidade do debate sobre trabalho e desenvolvimento. *Caderno CRH*, 26, p. 233-252.

Razeto, L. (1993). *Los caminos de la economía de la solidariedad*. Santiago de Chile: Ediciones Vivarium.

Rocha, M. I. B. (Org.). (2000). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Abep, Nepo/Unicamp e Cedeplar/UFMG. São Paulo: Editora 34.

Rodrigues, I. J. (1990). *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. São Paulo: Cortez/Fase. 172p.

_____. (1997). *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta/ Fapesp.

_____. (2002). Transformações do trabalho e ação sindical no final do século: algumas questões. In: Silva, J. P.; Santos, M. S.; Rodrigues, I. J. (Orgs.). *Crítica Contemporânea*. São Paulo: Annablume Editora, p. 151-168.

_____; Ramalho, J. R. (Orgs.). (2007). *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos - comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense*. São Paulo: Annablume, 364p.

Rodrigues, L. M. (1966). *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel.

_____. (1970). *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1989). *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo: Ática, 151p.

_____. (1990). *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1991). As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: Boito Jr. A. (Org.), *O Sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____; Cardoso, Adalberto M. (1993). *Força Sindical: uma análise sócio-política*. São Paulo: Paz e Terra. 172p.

_____; Munhoz, F. A. (1974). Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil. *Estudos Cebrap*, São Paulo, 7, p.151-171.

Rosenfield, C. (2007). Paradoxos do capitalismo e trabalho em *call centers*: Brasil, Portugal e Cabo Verde. *Caderno CRH*, UFBA, 20, p. 447-462. Impresso.

_____. (2009). A identidade no trabalho em *call centers*: a identidade provisória. In: Antunes, R.; Braga, R. (Orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, p. 173-185.

_____. (2011). Trabalho decente e precarização. *Tempo Social*, São Paulo, 23, p. 247-268. USP. Impresso.

_____. (2015). Autoempreendedorismo: forma emergente de inserção social pelo trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30, p. 115-128.

_____; Alves, D. A. (2011). Autonomia e trabalho informacional: o tele-trabalho. *Dados*, Rio de Janeiro, 54, p. 207-233. Impresso.

Saboia, J. (1991). Emprego nos anos oitenta: uma década perdida. In: *Modelos de organização industrial, política industrial e trabalho*. São Paulo: ABET.

Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____; Paoli, M. C. (1986). Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro - notas de leitura sobre acontecimentos recentes. In: Cardoso, R. (Org.). *A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.

Saffioti, H. I. B. (1969). *A mulher brasileira na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes.

_____. (1978). *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes.

_____. (1981). *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher. um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos*. São Paulo: Hucitec. 184p.

Salerno, M. (1985). Produção, trabalho e participação: CCQ e Kamban numa nova imigração japonesa. In: Fleury, M. T.; Fisher, R. M. (Orgs.). *Processo e relações de trabalho no Brasil*. São Paulo: Atlas.

_____. (1999). *Projeto de organizações integradas e flexíveis: processos, grupos e gestão democrática via espaços de comunicação-negociação*. São Paulo: Atlas.

Santana, M. A. (Org.). (2015). Para onde foram os sindicatos? Dossiê. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 75.

_____; Ramalho, J. R. (Orgs.). (2003). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial. 333p.

Santos, A. O. (2006). Migração e força de trabalho: notas para debate. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, nov., v. 7, n. 2, p. 7-25.

Scott, P.; Cordeiro, R.; Menezes, M. (Orgs.). (2010). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Ed. Mulheres.

Segnini, L. (1998). *Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero*. São Paulo: Edusp.

_____. (2006). Accords dissonants: rapports salariaux et rapports sociaux de sexe dans des orchestres. *Cahiers du Genre* (Paris), v. 40.

_____. (2015). Os músicos e seu trabalho: diferenças de gênero e raça. *Tempo Social*, 26, 75-86.

Sigaud, L. (1979). *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 260p.

_____. (1980). *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 114p.

_____. (1981). Trabalho assalariado e trabalho familiar no Nordeste. *Anuário Antropológico*, p. 181-204.

Silva, M. A. M. (1971). *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. 142p. PPGAS, MN, UFRJ, Rio de Janeiro.

_____. (1983). O trabalho familiar nas pequenas propriedades rurais. *Revista Perspectivas*, São Paulo, 6, p. 57-65.

_____. (2002). Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, v. 15, n. 37, p. 81-109.

- Simão, A. (1966). *Sindicato e Estado*. São Paulo: Pioneira.
- Singer, P. (1977). *Economia política do trabalho*. São Paulo: Editora Hucitec.
- _____. (1998). *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto.
- _____; Souza, J. R. (Orgs.). (2000). *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Sorj, B. (1983). O processo de trabalho na indústria: tendências de pesquisa. *BIB -Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 53-55.
- _____. (2000). Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *RBCS*, 15, 43.
- Souza, M. C. C. (1982). *Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção*. 163p. Tese de Doutorado em Economia. Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Souza-Lobo, E. (1991). *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Standing, G. (2011). *The precariat: the new dangerous class*. London: Bloomsbury Academic.
- Teixeira, M. et al. (Orgs.). (2017). *Contribuição crítica à reforma trabalhista*. Campinas: IE/Unicamp/ Cesit.
- Thompson, E. (1963). *The making of the english working class*. London: Gollancz.
- Tiriba, L. (2003). O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular à economia informal. *Proposta*, Rio de Janeiro, n. 97.
- Trópia, P. V. (2004). *O impacto da ideologia neoliberal no meio operário: um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. 282p. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, SP.
- Venco, S. (2009). *As engrenagens do telemarketing: vida e trabalho na contemporaneidade*. Campinas: Arte Escrita.
- Véras de Oliveira, R. (2011). *Sindicalismo e democracia no Brasil: do Novo Sindicalismo ao Sindicato Cidadão*. São Paulo: Annablume Editora.

_____; Bridi, M. A.; Ferraz, M. (Orgs.). (2014). *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Editora Fino Trato.

_____; Gomes, D.; Targino, I. (Orgs.). (2010). *Marchas e contramarchas da informalidade no trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB.

_____; Santana, M. (Orgs.). (2013). *Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB.

Vianna, L. W. (1977). Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. In: *O que se deve ler em ciências sociais no Brasil*, n. 01, São Paulo: ANPOCS/Cortez Editora.

_____. (1983). Atualizando uma bibliografia: 'novo sindicalismo', cidadania e fábrica. In: *O que se deve ler em ciências sociais no Brasil*, n. 03, São Paulo: ANPOCS / Cortez Editora.

Vieira, C. R. (1987). Negra: mulher e doméstica - considerações sobre as relações sociais no emprego doméstico. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, 14.

Visentini, C. A.; De Decca, E. (1976). A revolução do vencedor. *Revista Contraponto*, n. 1.

Wanderley, M. N. (1979). *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 145p.

Weffort, F. (1972). Participação e conflito industrial: Contagem, Osasco 1968. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, n. 5.

_____. (1979). *Sindicalismo e democracia*. Comunicação no Seminário sobre Direito, Cidadania e Participação. São Paulo, OAF/Cedec/Cebrap. Mimeografado.

Wirth, I. (2010). As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão. 226p. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, SP.

II

O TRABALHO SOB O PARADIGMA INDUSTRIAL E SUAS VARIAÇÕES CRÍTICAS

3. O “TRATADO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO” DE FRIEDMANN E NAVILLE E A FORMAÇÃO DE UM NOVO CAMPO CIENTÍFICO

RICARDO COLTURATO FESTI

Introdução

Este capítulo busca analisar o processo de produção e publicação dos volumes 1 e 2 do “*Traité de sociologie du travail*”, pela editora Armand Colin, respectivamente, em 1961 e 1962, assim como a sua tradução, no Brasil, para o português, em 1973, pela Editora Cultrix e a Editora da Universidade de São Paulo.¹ Também é examinado e problematizado a relação dessa obra tanto com o processo intelectual que deu origem ao campo da sociologia do trabalho quanto com as articulações estabelecidas entre acadêmicos franceses e brasileiros, nos anos 1950 e 1960.

A primeira proposta de um compêndio sobre a sociologia “industrial” na França surgiu em 1954, numa consonância entre Georges Friedmann, Alain Touraine e Pierre Naville. No entanto, entre a ideia inicial e a sua publicação, o campo da sociologia do trabalho se consolidou no hexágono por meio de um amplo e profundo debate intelectual no seio da sociologia, pelas pesquisas empíricas, a formação de quadros acadêmicos e, sobretudo, pela institucionalização e a criação de institutos de pesquisa.² Esse processo ocorreu concomitante à formação de uma incipiente comunidade acadêmica internacional, o que permitiu aos jovens da sociologia do trabalho francesa se vincularem a países como Chile, Argentina e Brasil. Assim, a

1. O “*Traité*” foi rapidamente traduzido para o espanhol e o italiano, em 1963, e para o polonês e o tcheco, em 1967.

2. Vale lembrar que em 1959 foi lançada a revista *Sociologie du Travail*, tendo como editores e autores boa parte dos envolvidos com o “Tratado”.

tradução do livro representou a consolidação desse novo campo de pesquisa e, sobretudo, das relações políticas e acadêmicas entre a sociologia uspiana do trabalho e a sociologia do trabalho francesa.

O capítulo está dividido em seis partes. A primeira visa apresentar as articulações e os debates ocorridos entre os organizadores do “Tratado” e a relação deste com outras publicações em curso na França. Em seguida, apontamos alguns elementos centrais para compreender a formação do campo da sociologia no país europeu e, logo em seguida, ressaltamos a importância da sua internacionalização, em especial as relações estabelecidas entre franceses e latino-americanos. Na seção seguinte, analisamos a formação e o desenvolvimento da sociologia na Universidade de São Paulo e a inserção progressiva dos estudos sobre trabalho até a formação de um centro de pesquisa no início dos anos 1960. Assim, a tradução e a publicação do “Tratado”, analisada nas últimas partes, ocorreu em um contexto no qual o campo da sociologia do trabalho já se encontrava desenvolvido e com um público leitor. Por fim, concluímos o capítulo pontuando os limites e as atualidades desta obra que marcaram a história de nossa disciplina.³

O projeto de um “Traité de sociologie du travail”

A publicação na França do “Traité de sociologie du travail” pela prestigiosa editora Armand Colin, em 1961 (volume 1) e 1962 (volume 2), representou o desfecho de um período de criação, construção, desenvolvimento, diversificação e especialização do campo da sociologia do trabalho no país europeu. Esta não foi a única obra significativa publicada por esta disciplina no final dos anos 1950 e início dos 1960. Em 1958, Georges Gurvitch editou o famoso “Traité de sociologie”⁴, pela editora Presses Universitaires de France (PUF). Em 1959, foi lançada a revista *Sociologie du Travail* pela editora Seuil.⁵ Esses projetos contaram com a colaboração, na editoria e na

3. Para este texto, são utilizados, além de uma revisão bibliográfica, pesquisas realizadas em arquivos da França e do Brasil e em entrevistas com protagonistas da época.

4. É interessante o fato de que o “Tratado de sociologia” organizado por Gurvitch foi traduzido e publicado em português no Brasil apenas em 1977, pela Editora Martins Fontes, quatro anos após a publicação do “Tratado de Sociologia do Trabalho”.

5. Vale destacar também a publicação do “Traité de psychologie sociale”, em 1963 (V. 1), pela editora PUF, organizado por Roger Daval, em colaboração com François Bourricaud, Yves Delamonte, Roland Doron e prefácio de Jean Stoetzel.

autoria dos textos, de um conjunto de autores que se reuniam em torno dos estudos sobre o trabalho e a indústria. Tratava-se, em última instância, da articulação de um projeto de um novo campo científico⁶, como ressaltam os autores abaixo:

Este nascimento [da revista *Sociologie du Travail*] e a publicação, um ano depois, de um tratado homônimo nos encorajam a retornar a essas ‘participações cruzadas’ para examinar os processos de ‘co-construção’ e circulação entre essas ferramentas de disseminação do conhecimento sociológico que são a revista e um tratado dedicado ao mesmo assunto: trabalho (Borzeix e Rot, 2010, p. 191).

Assim, os lançamentos da revista e do tratado de sociologia do trabalho na França, entre as décadas de 1950 e 1960, representaram a consolidação da institucionalização da disciplina, consagrando os seus principais protagonistas como referências da sociologia desse país nos anos seguintes. No entanto, eles também marcaram, contraditoriamente, o início da queda desse projeto político e acadêmico. O enfraquecimento da sociologia do trabalho ao longo dos anos 1960 não esteve relacionado apenas a uma diminuição dos financiamentos das pesquisas, mas sobretudo ao distanciamento que foi ocorrendo entre cada autor-chave e seus antigos objetos de estudos. Como recorda Touraine (2017), “Michel Crozier foi para os estudos de organização, Jean-Daniel Reynaud para as relações trabalhistas e eu para os movimentos sociais. Isso evidencia uma maturação que eu considerava positiva, mas muito rapidamente nos tornamos pouco visíveis [...]” (Entrevista concedida ao autor, em 22 de fevereiro de 2017).

No entanto, sobre a edição do livro, “contrariamente ao que pode sugerir as datas das publicações, o projeto do “*Traité*” não é posterior ao nascimento da revista. Ao contrário disso, ele remonta a 1954, dois anos antes de ser lançada a ideia de criar uma nova revista de sociologia do trabalho” (Borzeix e Rot, 2010, p. 191). O ano é sintomático, pois expressa justamente um momento de inflexão no desenvolvimento do campo da sociologia do trabalho na França em que as principais figuras dessa disciplina estavam conquistando importantes postos em instituições de ensino e pesquisa. Além

6. Muitos dos capítulos do “Tratado” tiveram a sua primeira versão publicados na revista *Sociologie du Travail*. Por exemplo, o capítulo inaugural do volume 1 do Tratado, assinado por Friedmann, “O objetivo da sociologia do trabalho”, teve uma versão curta publicada no número 1 da revista, de 1959.

disso, novos projetos de investigação ganhavam volumosos aportes financeiros, como foi o caso da pesquisa de Naville sobre automação industrial (Naville, 1961). Também foi em meados dos anos 1950 que os “representantes” da sociologia do trabalho francesa começaram a se projetar internacionalmente, estabelecendo intercâmbios e vínculos com países da Europa Ocidental e da América.

Assim, a publicação de um tratado de sociologia do trabalho teria a finalidade de orientar o desenvolvimento desse novo campo científico que se consolidava e se expandia na França e em outros países. Diferente do livro, pode-se dizer que a revista *Sociologie du Travail*, lançada em 1959, buscava responder à demanda de publicação e publicização dos estudos de um campo amadurecido. Percorrendo os exemplares da primeira década de existência da revista, é possível constatar um enorme interesse nos estudos de outras regiões. Como destaca Lajoine (1973), “de 1959 a 1966, são os estudos sobre os países estrangeiros os mais numerosos (22 contra 10 sobre a França), sendo que a situação muda a partir de 1967, onde os estudos sobre a França se tornam, de longe, os mais abundantes (24 contra 4 sobre o estrangeiro)” (p. 202).⁷

Ainda assim, os textos inaugurais da revista *Sociologie du Travail* e do “*Traité*”, escritos por Friedmann, são praticamente os mesmos. Nos dois, podemos encontrar igual passagem que define, para aquela geração dos anos 1950/60, a abrangência deste novo campo científico:

A sociologia do trabalho deve ser considerada, em sua mais vasta extensão, como o estudo, nos diversos aspectos, de todas as coletividades humanas que se constituem graças ao trabalho. Examinaremos as orientações principais das pesquisas, as direções segundo as quais, imantadas pelos problemas e pelas necessidades, elas se agruparam até agora (Friedmann e Naville, 1973, p. 37).⁸

7. Lajoine (1973) analisou os cinquenta primeiros números da revista, publicados de 1959 a 1972, equivalente a um total de 262 artigos, e constatou que ela se preocupou, preferencialmente, por quatro domínios de investigação – o que representava 62% do seu conjunto (156 artigos): sociologia dos movimentos sociais e das relações industriais; sociologia aplicada às organizações; sociologia das organizações industriais e das administrações públicas e atitudes nas organizações, em especial de grupos operários.

8. Na revista *Sociologie du Travail*, o artigo assinado por Friedmann tinha o título “*Quelques problèmes de définition et de limites*”. A citação encontra-se no volume 1, octobre-décembre 1959, p. 2.

Reconstruir os meandros das articulações que deram origem ao “*Traité*” tem sido uma tarefa difícil, principalmente pela falta de documentos e pelas ambiguidades encontradas nos discursos dos atores envolvidos, já que suas percepções estão relacionadas, entre muitos fatores, à posição ocupada na hierarquia acadêmica da época e ao acesso a determinadas discussões e intimidades. Uma referência para quem se interessa pela reflexão sobre história e memória nas ciências sociais é o trabalho publicado por Anni Borzeix e Gwenaële Rot (2010) sobre a gênese da revista *Sociologie du Travail* e que contou com os testemunhos de Michel Crozier, Jean-Daniel Reynaud, Alain Touraine e Jean-René Treanton.

Neste estudo, os autores reproduzem uma carta de Naville para Jean-René Treanton sugerindo que um primeiro projeto de livro sobre a sociologia industrial tinha sido esboçado por Friedmann e Touraine. Isso teria ocorrido antes que o próprio Naville sugerisse aos dois uma obra mais ambiciosa e consagrada amplamente ao trabalho:

Friedmann e Touraine estavam considerando um pequeno trabalho sobre sociologia industrial e, quanto a mim, propus um grande trabalho sobre sociologia baseado no trabalho e não na indústria em geral. Finalmente Friedmann chegou ao meu ponto de vista e começamos a procurar os poucos colaboradores deste... trabalho (Naville *apud* Borzeix e Rot, 2010, p. 192).⁹

Após definido que o projeto seria mais ambicioso, em meados de 1954, Touraine e Reynaud, então jovens pesquisadores, foram incumbidos por Friedmann a elaborar um primeiro plano que, inicialmente, estava sendo concebido como “*Traité de sociologie industrielle*”. Ainda que a palavra industrial permanecesse à frente de sociologia, o que poderia remeter ao consolidado campo desenvolvido nos EUA, o grupo ao redor de Friedmann já tinha se distanciado da sociologia norte-americana quando iniciaram o projeto do “*Traité*”.¹⁰

9. Lettre dactylographiée de Pierre Naville à Jean-René Treanton du 12 novembre de 1992. Fonds Naville. Bibliothèque du Musée-Social Cédias.

10. Um marco dessa virada rumo à sociologia do trabalho foi o artigo publicado por Touraine, em 1952, na prestigiosa revista *Cahiers Internationaux de Sociologie* com o título “*Ambiguïté de la sociologie industrielle américaine*” (Touraine, 1952).

A ampliação do projeto inicial, sugerida por Naville e acatada por Friedmann, acabou por criar um enorme desafio. Quando publicado, os dois volumes contaram com a colaboração de 27 autores, totalizando 33 textos. Foi difícil, por exemplo, cumprir com os prazos estabelecidos, em particular, o envio dos manuscritos, um dos motivos que atrasou a publicação da obra. Em 27 de outubro de 1957, por exemplo, Naville escreve para Jean-Daniel Reynaud cobrando-lhe uma nova data para envio de seu manuscrito (Borzeix; Rot, 2010). O último encontrava-se trabalhando no Chile, o que demonstra a quantidade enorme de atividades que recaíam sobre esse grupo.

Diante das dificuldades e atrasos no projeto do “*Traité*”, Friedmann solicitou em 1959 a ajuda de Jean-René Treanton nas tarefas de organização e publicação do livro ao lado de Pierre Naville. Isso permitiu um afastamento do primeiro.¹¹ Nesse momento, Treanton exercia a função de coeditor da revista *Sociologie du Travail*, tendo então uma posição privilegiada de interlocução com vários autores. Esse importante papel exercido na finalização do “Tratado” lhe permitiu reivindicar o seu nome na capa do livro, o que lhe foi concedido de forma modesta por meio de uma menção na parte inferior da mesma, “com a colaboração de Jean-René Treanton”, algo que não o agradou (Borzeix e Rot, 2010).

O primeiro volume do “*Traité de sociologie du travail*” foi publicado em 1961. Com o sucesso editorial, os dois volumes foram reeditados em 1964 e 1970, sem modificações ou revisões nos textos. Em meados dos anos 1980, Naville buscou, sem êxito, obter da editora Armand Colin uma nova reedição revisada da obra, com a participação de uma nova geração de sociólogos. Somente trinta anos após a terceira edição francesa foi lançado um novo “Tratado de sociologia do trabalho”, organizado por Coster e Pichault (1994). Quase dez anos depois deste último, Pillon e Vatin (2003) lançaram um terceiro Tratado.

Vale a ressalva de Treanton (1986) de que o “Tratado” espelhava menos as reflexões da sociologia do trabalho do início dos anos 1960 e muito mais o estado da disciplina na segunda metade da década anterior. Assim, é interessante analisar como o campo da sociologia do trabalho na França foi se desenvolvendo ao longo da década de 1950, e as articulações que estabeleceu com os países da América Latina, em especial o Brasil, permitindo que se criasse um terreno fértil para uma futura tradução e publicação da obra francesa de 1961/62.

11. Um dos fatores que provocou o desengajamento de Friedmann no projeto do livro foi o acometimento de uma doença após a morte de sua esposa em junho de 1957.

A formação do campo da sociologia do trabalho na França

O desenvolvimento da sociologia do trabalho ao longo das décadas de 1950 e 1960 esteve associado às políticas impulsionadas por diversos agentes visando a constituição de uma comunidade acadêmica internacional de ciências sociais. Esse conjunto de ações contou com o protagonismo de organizações internacionais governamentais e não governamentais, intergovernamentais, fundações filantrópicas, universidades e órgãos de governos. Não era a primeira vez que se buscava constituir uma rede de cientistas sociais no nível internacional, mas foi desta vez que tal empreitada se consolidou e adquiriu uma abrangência nunca antes vista (Festi, 2018 e 2022).

Coube à geração de cientistas sociais que sobreviveram à Segunda Guerra Mundial reconstruir a sociologia na França. Esta tarefa ocorreu sob forte influência da sociologia praticada nos Estados Unidos da América, em particular o estrutural-funcionalismo. Dessa forma, as principais referências para os estudos sobre trabalho e indústria eram a “Human Relations”, de Elton Mayo, e a então intitulada sociologia industrial. No entanto, ao longo do tempo, os sociólogos franceses foram se distanciando da perspectiva desenvolvida nos EUA e buscando fundar um outro estilo e perspectiva para os estudos sobre o trabalho. Foi, portanto, por meio das críticas à sociologia industrial norte-americana que surgiu o projeto de sociologia do trabalho francesa, sobretudo com as elaborações de Friedmann (1946, 1950 e 1956), Touraine (1952 e 1955) e Naville (1961 e 1963).

Friedmann aponta que a consideração da fábrica enquanto uma estrutura social fechada conduzia os teóricos da “Human Relations” a buscar as causalidades dos “desequilíbrios” verificados no interior das empresas em determinantes unitárias e centrípetas, e descartar toda forma de determinação originada por forças diferenciadoras e centrífugas. Se é correto destacar que os operários são membros de diversos coletivos no interior da fábrica e que isso tem um peso significativo sobre as relações interpessoais, não se pode esquecer que estes mesmos operários também pertenciam a coletivos externos muito mais vastos, tais como os sindicatos, os grupos e partidos políticos, as comunidades religiosas, a classe social, a nação. Portanto, as relações interpessoais eram tomadas, pela escola inspirada nos trabalhos de Mayo, de forma independente das estruturas da sociedade.

Alain Touraine, em seu célebre artigo “Ambiguïtés de la sociologie industrielle américaine” (1952), considerado um ponto de inflexão na relação entre a

escola francesa e a norte-americana, compreende que aquela visão refletia o próprio desenvolvimento das relações entre capital e trabalho e, também, a tradição do movimento operário norte-americano. Apontado, geralmente em sua atuação, como um movimento sindical de pressão e reformista, tinha como prática isolar os problemas internos à empresa e renunciar a uma ação transformadora da sociedade. A mais marcante de suas características era o papel passivo dos operários na valorização de seu trabalho.

Não é o operário, o movimento operário, independente de qual ele seja, quem define as condições desta valorização, mas os psico- ou sociotécnicos quem consideram o meio social da fábrica como um terreno de experiências e aceitam intervir sobre os quadros impostos pela empresa (Touraine, 1952, p. 165).

Nesse sentido, a “Human Relations” se propunha a substituir as ações espontâneas dos trabalhadores por uma sociologia intervencionista ou, na expressão de Roethlisberger (1941), por “médicos da sociedade”. Como bem destacou Braverman (1987), essa escola criou não uma ciência social, mas tão somente um ramo da ciência gerencial.

Por todos esses motivos, os franceses propuseram um novo domínio das ciências sociais, estruturado em estudos interdisciplinares sobre o mundo do trabalho, reforçando um diálogo com a psicologia social, a economia, a demografia, a etnologia e a história do movimento operário. Nesse sentido, entendiam que a sociologia do trabalho não teria uma fronteira rigorosamente delimitada, já que o trabalho seria uma das questões centrais para compreender o conjunto da sociedade. Diferentemente da sociologia industrial, a proposta da sociologia do trabalho francesa buscava explicações que englobassem a totalidade e a historicidade. Isto permitiu a produção de uma heterogeneidade de pesquisas e interpretações sobre o mundo do trabalho ao longo das décadas de cinquenta e sessenta, a partir de um amplo leque de temas, tais como as atitudes operárias e a consciência operária, a mobilidade social e profissional dos trabalhadores, os impactos sociais das transformações tecnológicas, as formas de organização das empresas, o sindicalismo, entre muitos outros. Os marcos finais da institucionalização desse novo domínio foram as publicações da revista *Sociologie du Travail* e dos dois volumes do “Traité de sociologie du travail”.

À cabeça deste projeto estavam Georges Friedmann e seu grupo de pesquisadores. Segundo Pillon e Vatin (2003), o “pai” da sociologia do trabalho legou às futuras gerações uma tradição que continha quatro importantes proposições: a compreensão de que o trabalho é o ponto de partida para analisar a totalidade social; uma agenda de estudos sobre a racionalização das empresas e do trabalho, destacando a qualificação do trabalhador; uma perspectiva antifatalista e de que o destino de uma sociedade está nas mãos de seus agentes, o que permitiu desdobramentos deste campo em uma sociologia da ação, sociologia dos movimentos sociais e sociologia das relações profissionais; e, por fim, a incorporação da pesquisa empírica, com o acento na estatística, na observação, no campo, nas entrevistas e nos *surveys*. Além disso, foi também Friedmann quem deu início à tradição de pesquisas coletivas por meio de laboratórios e centros de pesquisas.

Todo processo de institucionalização de uma disciplina envolve uma série de iniciativas que acabam por constituir um campo científico para a sua atuação e reprodução. Além da própria existência dos sociólogos, foram fundamentais os financiamentos públicos e privados para as investigações, a criação e consolidação de instituições de ensino e pesquisa, a capacidade de mobilização e articulação com outros campos científicos e agentes de outros países, e os meios para a difusão do conhecimento, entre muitos outros.

Vejamos, sinteticamente, quais foram as principais instituições dos anos 1950 que abrigaram os projetos de investigação sobre o mundo do trabalho. Três delas foram fundamentais no desenvolvimento das pesquisas na França naquele momento: o Centre d'Études Sociologique (CES), criado em 1946, o Institut des Sciences Sociales du Travail (ISST), fundado em 1954, e a VI^{ème} Section de l'École Pratique des Hautes Études (EPHE), criada em 1947.

Vinculado ao Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), o CES buscava, sob inspiração de Georges Gurvitch e sua experiência no exílio nos EUA, criar um espaço que juntasse a sociologia geral e a pesquisa empírica. Este objetivo foi atingido com a realização de estudos sobre o mundo do trabalho, dirigidos por Friedmann e sua equipe de jovens pesquisadores, entre os quais estavam Touraine, Crozier e Edgar Morin. Esses estudos tiveram, no final dos anos 1940, o maior financiamento em relação aos demais (Heilbron, 1991; Revel e Wachtel, 1996). Foram divididos em quatro: a indústria de relógios da região de Besançon (Isambert-Jamati), a indústria de confecções masculinas (Raymond), a *laminoirs* da região de Sedan (Verley) e a indústria automobilística nas fábricas Renault (Touraine) (Touraine e Verley, 1949).

Outra instituição importante para o desenvolvimento do campo da sociologia do trabalho foi o ISST, criado em 1954. Ele contou com financiamentos muito acima do que se via até então nas ciências sociais, possível devido à confluência de fatores políticos e acadêmicos que uniram os seus interesses em torno do projeto de “modernização” da sociedade francesa. Assim, com o ISST, a sociologia francesa dos anos 1950 conseguiu efetivar seu anseio de uma ciência positiva e empírica, com capacidade de mobilizar os seus conhecimentos para intervir em políticas públicas (Tanguy, 2006, 2008 e 2017).

O primeiro estudo efetuado pelo ISST foi financiado pela Agence Européenne de Productivité, vinculada à Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE). O projeto foi intitulado “As atitudes dos trabalhadores em relação às transformações técnicas da indústria do aço” e foi desenvolvido em vários países da Europa Ocidental¹². Na França, ele foi dirigido por Reynaud e Touraine, e durou de 1954 a 1957. Segundo os realizadores do projeto,

[...] a ideia desse estudo surgiu da convicção de que era tempo de realizar uma pesquisa mais sistemática sobre a adaptação [dos operários] ao progresso técnico desde os pontos de vistas da organização e do indivíduo em um dos ramos em que ele aparece: as siderúrgicas. O crescimento da produção de aço afeta diretamente os desenvolvimentos técnicos e um tal crescimento não seria possível sem inovações técnicas, portanto, esperamos concentrar a atenção dos pesquisadores nos problemas referentes à adaptação na indústria do aço.¹³

Na França, os estudos buscaram analisar tanto as transformações técnicas ocorridas na fábrica e suas consequências sobre o trabalho quanto a percepção dessas transformações pelos trabalhadores. Acreditavam que a confrontação dos aspectos objetivos com os subjetivos da pesquisa permitiria analisar as atitudes dos operários frente às transformações e, principalmente, as origens dessas, ou seja, se estavam diretamente relacionadas ao progresso técnico ou se também refletiam fatores ideológicos e culturais. Portanto, dessa forma, o projeto seguia o esquema da sociologia industrial

12. Os países envolvidos neste projeto foram: Inglaterra, Alemanha Ocidental, Bélgica, Itália e França.

13. “Attitudes des ouvriers de l’industrie siderurgique a l’égard des changements techniques: une étude pilote”. Confidential. Rapport de l’étude pilote exécutée dans les “Hoogovens”, Projet 1964 – AEP, par Gadourek, Geerlings, Jalink en collaboration avec Lijtoot et Franken. Institut Néerlandais de Médecine Préventive, Leyde. Juin 1955. Arquivos da OCDE, Paris, p. 3.

norte-americana, que separava a organização da unidade de trabalho entre “formal” e “informal”, considerando as atitudes dos trabalhadores enquanto parte fundamental da segunda e como fator chave na implementação de “modernas” formas de organização do trabalho (Reynaud e Banks, 1959; Reynaud e Touraine, 1956).

A terceira instituição importante para o desenvolvimento da sociologia do trabalho francesa foi a EPHE. Ela rapidamente se tornou a principal instituição de ensino e pesquisa em ciências sociais do país, situação que coincidiu com a fundação do Laboratoire de Sociologie Industrielle (LSI), em 1958, sob a direção de Alain Touraine, e a constituição de um corpo permanente de professores. Nessa nova fase, iniciada nos anos 1960, os interesses dos autores da sociologia do trabalho estavam para além de compreender os temas exclusivamente vinculados ao trabalho e à sociedade francesa. Interessavam-se desde o “[...] sindicalismo francês aos nacionalismos latino-americanos, da mobilidade social à urbanização, do hospital às relações de classe” (Le Laboratoire de sociologie industrielle, 1966, p. 1).

Segundo o relatório de atividades do LSI de 1966, a inspiração inicial do laboratório era “refletir metodologicamente sobre a razão de ser das sociedades industriais ou em via de industrialização; compreender como as sociedades inventam sua história, por meio dos movimentos sociais, a dinâmica das organizações, os projetos pessoais” (Le Laboratoire de Sociologie Industrielle, 1966, p. 1).¹⁴ No relatório publicado em 1969, ressalta-se que, “mais ou menos diretamente, todos os trabalhos realizados contribuem para uma sociologia do poder ou dos movimentos sociais, de orientações, de debates e de conflitos de sociedades consideradas em sua transformação. Portanto, foi ganhando relevância os eixos e as temáticas que transbordavam o mundo industrial e do trabalho, seguindo, como apontamos, as inquietações e orientações de Touraine.

No entanto, outro tipo de pesquisa marcante no LSI esteve relacionado às relações políticas e acadêmicas que Touraine e seu grupo estabeleceram com vários institutos e universidades da América Latina. Elas começaram em 1958, ano de fundação do LSI, menos de um ano após o retorno do sociólogo francês de sua estadia em Santiago do Chile para dirigir uma pesquisa sobre sociologia industrial. A confrontação e a comparação en-

14. O doutorado de Estado de Touraine é a expressão deste amplo projeto. As duas teses que defendeu em 1964 deram origem a dois livros marcantes, “Sociologie de l’action” (1965) e “La conscience ouvrière” (1966).

tre as sociedades de capitalismo avançado e a periferia era um elemento fundamental para o desenvolvimento e o amadurecimento da teoria de Touraine. Além disso, era também uma oportunidade de empreender pesquisas empíricas, contando com incentivos financeiros de organismos nacionais e internacionais que tinham como preocupação o desenvolvimento do “Terceiro Mundo”, e de se vincular aos jovens sociólogos latino-americanos que despontavam em meio a uma recém-criada estrutura acadêmica em seus países. Além do Chile, a relação do LSI foi muito forte com a Argentina e o Brasil.

Esses laços acadêmicos estabelecidos entre o LSI e os institutos de pesquisa na América Latina permitiram criar um contínuo fluxo de intercâmbios de estudantes latino americanos para a França¹⁵ ao longo dos anos 1960. No interior do laboratório, por exemplo, um antigo assistente de Gino Germani, Melle Sarfatti, era o responsável pela gestão de bolsas para os estudantes da América Latina. No entanto, a eficácia desses estágios em Paris era limitada por uma série de fatores, em particular pelas suas curtas durações e pelo montante insuficiente de bolsas. Segundo relatório, o LSI teria condições de comportar de três a quatro bolsistas latino-americanos em seus estudos de doutorado. Esses estágios deveriam durar de dois a três anos e compreender uma missão de duração de oito meses no país de origem ou na Flacso, para recolher os materiais da tese.¹⁶ Nada indica que esta proposta foi efetivada, mas é seguro que este fluxo de intercambistas se manteve ao longo das décadas seguintes.

A internacionalização da sociologia do trabalho

15. No ano de 1965, Alain Touraine orientava os seguintes estudantes na elaboração de suas teses de doutorado: Rodrigo Ambrosio (Chile), “L'évolution de la mentalité patronale et des relations du travail dans l'industrie chilienne”; Francisco José Delich (Argentina), “Etude sur le péronisme”; Pablo Huneus (Chile): “Déterminants sociaux de la politique économique du Chili depuis 1938”; Julio Labastida del Campo (Mexique): “Syndicalisme et développement industriel au Mexique”; L. A. Morant (Colombie): “Le petit entrepreneur en Colombie”; Dardo Segredo (Uruguay): “L'Eglise et les problèmes agraires en Amérique Latine” (cf. Laboratoire de Sociologie Industrielle. *Rapport sur les activités de l'École Pratique des Hautes Études – V^e Section – concernant l'Amérique du Sud*. Fonds Louis Velay: fonds de dossier sur l'Amérique Latine. Années 1960. Arquivos da EHESS, Paris. Código: CP9/72).

16. Cf. “Laboratoire de Sociologie Industrielle”. *Rapport sur les activités de l'École Pratique des Hautes Études – VI^e Section – concernant l'Amérique du Sud*. Fonds Louis Velay: fonds de dossier sur l'Amérique Latine. Années 1960. Arquivos da EHESS, Paris. Código: CP9/72.

As articulações entre a sociologia do trabalho francesa e a sociologia latino-americana remonta aos primórdios dos anos 1950. Foram se dando por meio dos congressos da International Sociological Association (ISA) e sob a mediação de organismos e instituições internacionais, como a Unesco, e fundações filantrópicas que patrocinavam atividades e pesquisas internacionais e intercâmbios de acadêmicos. Nesse caso, foi marcante a fundação, em 1958, do Centro Latino-americano de Pesquisa em Ciências Sociais (Clapcs) e da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso). Sediadas, respectivamente, no Rio de Janeiro e em Santiago do Chile, elas tinham como objetivo formar especialistas em ciências sociais e desenvolver pesquisas temáticas envolvendo membros de vários países da região americana. Desde o início, assim como aconteceu com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em seus primeiros anos, intelectuais estrangeiros compuseram os seus quadros, sobretudo franceses e estadunidenses.

Nestes anos, os estudos sobre o trabalho e a indústria eram centrais e ressaltavam as perspectivas teóricas influenciadas pelo desenvolvimentismo e a modernização. Além disso, boa parte dos países da América Latina estava em plena industrialização e urbanização de suas sociedades, o que reforçava a necessidade de estudos mais detalhados sobre esses processos. Foi nesse contexto que Friedmann e sua equipe de pesquisadores foram convidados a aportar no desenvolvimento da sociologia do trabalho no Brasil e no Chile.

Em 1954, o sociólogo francês responde uma carta de Anísio Teixeira, então presidente da Capes, aceitando o convite para visitar o Brasil e ministrar uma palestra na USP sobre sociologia industrial. Este convite representava um projeto articulado entre Teixeira e Fernando de Azevedo, professor da Cadeira de Sociologia II da universidade paulista. Friedmann não conseguiu vir ao Brasil naquele ano, mas desembarcou aqui pela primeira vez no final de 1957, numa rápida passagem pelo Rio de Janeiro, onde conversou com Teixeira e ministrou uma palestra no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).¹⁷ Seria apenas no ano seguinte que o francês conseguiria concretizar o plano inicial de realizar palestras e um seminário em São Paulo, buscando estabelecer uma relação de pesquisa, intercâmbio e de qualificação entre o Centre d'Études Sociologiques e a sociologia da USP. Esta visita, em 1958, ocorreu após Friedmann participar do lançamento oficial

17. Nesta viagem de 1957, Friedmann estava a caminho de Buenos Aires e, posteriormente, Santiago do Chile, onde supervisionaria as pesquisas realizadas por seu grupo do CES.

da Flacso, em Santiago do Chile, instituição para a qual ele foi nomeado presidente de honra.

A visita de Friedmann à USP em 1958 produziu uma inflexão importante na sociologia uspiana do trabalho que vinha sendo realizada até então. Jua-rez Brandão Lopes, por exemplo, relata que conversou pessoalmente com o francês, assistiu às suas palestras, e que a sua passagem fez com que os estudos sobre a indústria e o trabalho, que até então tinham como principal referência a sociologia industrial norte-americana, passassem a ter na sociologia francesa o seu principal referencial e canal de diálogo. Além disso, a partir de 1958, abriram-se novos campos de pesquisa e financiamento para a sociologia uspiana do trabalho, permitindo a jovens acadêmicos, como Leôncio Martins Rodrigues e o próprio Fernando Henrique Cardoso, se vincularem a um dos mais importantes centros de produção sociológica. Após a passagem pela USP, Friedmann transferiu a responsabilidade desse intercâmbio para Touraine e Crozier e incentivou fortemente a criação de um centro de pesquisa sobre a indústria e o trabalho em São Paulo.¹⁸

Mas antes que Friedmann viesse para o Brasil, seu grupo já tinha estabelecido um vínculo acadêmico com o Instituto de Sociologia da Universidade do Chile, que entrou em contato com o francês por volta de 1956, solicitando sua ajuda para a criação de uma linha de pesquisa no campo da sociologia industrial. Friedmann, na época, ocupava o cargo de presidente da ISA, uma posição que lhe deu projeção internacional, mas também sobrecarga de trabalho. Por conta disso, envia, em seu lugar, Touraine, Reynaud e Lucien Brams, para se juntarem ao argentino Torcuato Di Tella e desenvolverem, entre agosto de 1956 e início de 1958, uma pesquisa sobre atitudes e consciência operária (Di Tella *et al.*, 1966).

18. Inicialmente, tinha-se planejado uma visita de Crozier a São Paulo em 1961 para ajudar na criação do Cesit. Tudo indica que a falta de auxílio financeiro impediu a sua vinda. Em uma carta, Crozier lamentava com Fernandes esse empecilho, e destacava que Touraine havia lhe dado “informações entusiasmantes sobre a qualidade de seus colaboradores e o interesse de pesquisas que [poderiam] ser feitas ou desenvolvidas em São Paulo” (cf. Carta de M. Crozier a F. Fernandes, Paris, 18 de abril de 1961. Fundo Florestan Fernandes, Acervo Coleções Especiais Ufscar/BCo. Código: 02.09.0145).

As correspondências comprovam, também, que havia uma boa relação entre Crozier e os sociólogos da Cadeira de Sociologia I, em particular com Fernando Henrique Cardoso, que o conheceu quando esteve em Paris, no inverno de 1962-1963 (cf. Carta de G. Friedmann a F. de Azevedo, de 11 de março de 1960 (timbre da EPHE), Arquivo IEB-USP, Arquivo Fernando de Azevedo, Código: Cp-cx13,22; Carta de Anísio Teixeira a Touraine, em 10 de maio de 1961, Arquivo Anísio Teixeira, Arquivo FGV-CPDOC, Código: AnT c 1931.12.27).

Não é possível neste capítulo estender de forma pormenorizada as riquíssimas relações que se deram e as pesquisas que foram realizadas a partir da parceria entre franceses e latino-americanos.¹⁹ Vale destacar que isso ocorreu num momento de efervescência das ciências sociais na América Latina, contribuindo para a sua institucionalização e profissionalização, formando-se uma geração de jovens intelectuais que marcaram os seus campos nas décadas seguintes. Entre as diversas figuras desse processo, o francês Alain Touraine se destaca pela importância que cumpriu nessas articulações e pela longa trajetória de relações com os países latino-americanos, em particular, Brasil e Chile.

A sociologia uspiana do trabalho

Ao longo da década de 1950, o campo da sociologia do trabalho foi progressivamente se constituindo entre os acadêmicos das ciências sociais da Universidade de São Paulo. Como já foi ressaltado, isso envolveu um projeto maior, articulado internacionalmente, que engajou professores de diferentes cátedras, departamentos e faculdades, como Mário Wagner Vieira da Cunha, Juarez Brandão Lopes, Azis Simão e Fernando Henrique Cardoso (Brandão Lopes, 1957; Cardoso e Ianni, 1959; Cunha, 1951; Simão, 1956). Além destes, que pesquisaram e escreveram sobre o mundo do trabalho, nota-se também a participação de dois catedráticos da sociologia, Florestan Fernandes e Fernando de Azevedo, responsáveis por garantir institucionalmente o seu desenvolvimento.

Nos seus primeiros anos, os estudos sobre o mundo do trabalho foram realizados de forma fragmentada e individualizada. A formação deste novo campo pode ser verificada com o aumento das pesquisas, mas também pela progressiva presença da temática em cursos, disciplinas, seminários, conferências e outros tipos de eventos acadêmicos e extra-acadêmicos. O ápice das atividades e dos debates relacionados à sociologia do trabalho na USP, nas décadas de 1950 e 1960, ocorreu entre os anos de 1959 e 1962, justamente quando a sociologia uspiana estreitou suas relações com a sociologia do trabalho francesa e, sobretudo, ao ser criado o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit).

19. Para um estudo mais detalhado sobre essa parceria e seus projetos, recomendamos a nossa tese de doutorado (Festi, 2018).

Em meados de 1950, a sociologia industrial norte-americana e, posteriormente, a sociologia do trabalho francesa eram lidas nos cursos da USP enquanto reflexões abstratas de uma sociedade que viria a se concretizar no Brasil. Porém, quando a industrialização se tornou o fator mais dinâmico da economia brasileira, o mundo do trabalho foi incorporado à sociologia uspiana como objeto central de reflexão político-acadêmica, enquanto a classe operária passava a mostrar sua relevância como agente político. A partir disso, a sociologia do trabalho ganhou concretude no território brasileiro, permitindo um diálogo teórico entre brasileiros e franceses, pautado em pesquisas empíricas.

Portanto, o surgimento da sociologia do trabalho no Brasil envolveu um longo processo de consolidação do mundo industrial e do trabalho como tema central de um grupo e de uma geração de sociólogos brasileiros e franceses. Suas pesquisas empíricas buscavam contribuir para o processo de “modernização” da sociedade capitalista ocidental, amenizando os danos que ela produzia sobre os seus membros.

Quando os sociólogos franceses do trabalho desembarcaram no nosso país, no final dos anos 1950, encontraram um estilo de pesquisa semelhante ao que buscavam na França. A criação do Cesit, no início de 1962 - que acabou por colocar em prática o projeto de uma sociologia aplicada, esboçado pela Cadeira de Sociologia I, regida por Fernandes -, só foi possível frente à conjuntura paulista de um governo estadual populista que valorizava as políticas planificadoras e buscava uma relação instrumental com a universidade. Foi relevante, também, o surgimento de uma fração entre dirigentes empresariais que demandavam por pesquisas sobre o mundo industrial, acreditando que a racionalização do trabalho desencadearia uma maior produtividade e rentabilidade do capital. Por fim, fervilhavam na Universidade de São Paulo os debates acerca da sua reforma acadêmica e administrativa (Romão, 2006).

Assim, o Cesit se conectaria com esse processo político mais amplo e passaria a representar uma inovação institucional em prol da pesquisa. Em seu estatuto, encontramos as seguintes finalidades:

1. Promover e intensificar o desenvolvimento de pesquisas no campo da sociologia industrial e do trabalho;
2. Difundir as contribuições resultantes dessas pesquisas por todos os meios possíveis;

3. Oferecer aos candidatos à carreira científica oportunidades de especialização nos referidos campos de sociologia industrial e do trabalho;
4. Organizar cursos extracurriculares em matérias pertencentes à sociologia industrial e do trabalho; e
5. Manter e incentivar relações científicas e culturais com instituições congêneres, nacionais e estrangeiras.²⁰

Como apontamos, a sociologia do trabalho dos anos 1950 estava inserida num contexto marcado pelo ideário de “modernização” das sociedades capitalistas ocidentais. Esta perspectiva esteve assinalada pelo dualismo atrasado/desenvolvido, rural/urbano, arcaico/moderno. Ela predominou nas análises e explicações sociológicas desse período, mas foi criticada na década seguinte, após o fracasso das políticas desenvolvimentistas/modernizadoras, tanto na periferia quanto nos países centrais.

No entanto, a rápida transformação pela qual passava o Brasil imprimiu nas sociologias a ideia de “transição” do arcaico para o moderno, de uma sociedade agrária e rural para a urbana e industrial, de autoritária para democrática liberal, de fechada para aberta, etc. No caso da sociologia uspiana, em especial as pesquisas sob influência de Florestan Fernandes, destacava-se a emergência do povo na história, determinante fundamental para o impulso do processo modernizador do país (Bastos, 2002). Ou seja, as ciências sociais tanto no Brasil quanto na França buscavam encontrar os sujeitos sociais da transformação ou da modernização que pudessem romper com a estrutura rígida das sociedades.²¹

Por exemplo, os dois grandes estudos de Brandão Lopes (1957, 1964 e 1966) na década de 1950 tinham como problemática central a adaptação da sociedade tradicional, representada pelos trabalhadores rurais, à nova sociedade industrial, em particular representada pelas fábricas. Em um desses estudos, o autor analisou o processo de transformação do meio tradicional (as cidades mineiras Leopoldina e Cataguases) com a chegada da indústria, enquanto, no outro, abordou a subsistência do tradicional nas relações

20. Cf. Decreto nº. 39.854, de 28 de fevereiro de 1962. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Departamento de Documentação e Informação. URL: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1962/decreto-39854-28.02.1962.html>>. Acesso: em agosto de 2017.

21. Semelhantes questões apareceram em estudos de Alain Touraine ao longo dos anos 1950, em particular sobre consciência e atitudes operárias e mobilidade social. Um exemplo disso foi a pesquisa sobre atitudes e mobilidade social de trabalhadores urbanos vindos do meio rural (Touraine e Ragazzi, 1961).

de trabalho. A perspectiva dualista expressa nesses estudos, marcada pela ideia de dois “Brasis”, um arcaico e outro moderno, é tomada da obra de Jacques Lambert (1953). A conclusão de Brandão Lopes é que, mesmo com a industrialização, essas cidades mantinham vivas a ordem patrimonialista.²²

Os primeiros projetos do Cesit, “Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento” e “Estrutura da empresa industrial em São Paulo”, buscavam compreender os efeitos da industrialização sobre o Brasil, em particular sobre a região metropolitana da capital paulista. O primeiro se dividia em quatro eixos-temáticos: a mentalidade do empresário industrial; Estado e desenvolvimento; a mobilização da força de trabalho; e desenvolvimento econômico e mudança social. “Nós optamos por uma abordagem que nos coloca diante da empresa industrial como ela se manifesta no fluxo do crescimento econômico e do desenvolvimento social da cidade de São Paulo”, revela o desdobramento do projeto (Cardoso e Ianni, 1976, p. 343).

A investigação deveria proporcionar conhecimentos objetivos e precisos sobre a situação global das indústrias (em particular, de São Paulo, Santo André, São Bernardo, São Caetano e Guarulhos), os caracteres estruturais dos vários tipos de empresa industrial existentes e, por fim, a organização, as tendências de crescimento e as condições de integração ao sistema socioeconômico vigente de empresas consideradas típicas. Também avaliavam importante investigar a relação da industrialização do estado de São Paulo com o desenvolvimento da nação, em particular, os impedimentos desse desenvolvimento devido às condições de atraso da sociedade brasileira (Fernandes, 1976).

Após o Golpe Militar de 1964, todo o plano inicial teve que ser revisto pelos mentores, como o próprio Fernandes menciona em nota incorporada à segunda edição do livro “A sociologia numa era de revolução social”, de 1976:

[...] o projeto em questão sofreu um forte impacto negativo com os acontecimentos ligados à implantação do regime político vigente, à desagregação do grupo da Cadeira de Sociologia I, ao

22. Fernando Henrique Cardoso publicou, em 1961, na edição especial sobre operários e sindicatos na América Latina da revista *Sociologie du Travail*, o artigo “Le prolétariat brésilien: situation et comportement social”. Neste texto, o autor expõe algumas de suas conclusões com os estudos realizados ao longo da década de 1950, sobre a formação do proletariado brasileiro, concordando com muitas teses de Brandão Lopes, que publicou também um artigo neste mesmo número da revista francesa.

desaparecimento do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, ao falecimento de Marialice Mencarini Foracchi e à transferência de Maria Sylvia de Carvalho Franco para o setor de Filosofia (Fernandes, 1976, p. 319).

Apesar de sua interrupção, as pesquisas realizadas no Cesit deram origem a importantes obras sociológicas, tais como:

Fernando Henrique Cardoso. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo, SP: Difel, 1964. (Corpo e Alma do Brasil, 13).

Octávio Ianni. *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. (Perspectivas do Homem).

Leôncio Martins Rodrigues. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966. (Corpo e Alma do Brasil).

Luiz Pereira. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1965. (Corpo e Alma do Brasil).

Florestan Fernandes. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. (Biblioteca de Ciências Sociais).

Portanto, o que buscamos demonstrar com esta seção foi o processo de desenvolvimento das reflexões e estudos realizados sobre o mundo do trabalho entre os pesquisadores da USP, ressaltando as influências e os intercâmbios com os sociólogos franceses. Assim, em meados dos anos 1960, a sociologia do trabalho brasileira tinha um campo consolidado e contava com uma importante contribuição da sociologia uspiana. Novas gerações se formaram nesse processo, dando continuidade às pesquisas nessa área. No entanto, o Golpe Militar de 1964 impôs uma inflexão na sociologia brasileira, dando lugar a um longo processo de revisões, autocríticas e distanciamentos das teorias da modernização. De qualquer forma, quando a editora Cultrix resolveu traduzir e publicar o “*Traité de sociologie du travail*”, em 1973, existia não apenas um campo científico consolidado com alguma tradição teórica, mas também um público leitor disposto a comprar os dois volumes.

A tradução e publicação do “Tratado de sociologia do trabalho” no Brasil

Nos arquivos da Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), encontramos documentos que permitem reconstruir parcialmente as negociações entre a editora universitária e a Editora Cultrix sobre o projeto de tradução e publicação dos dois volumes do “Tratado de sociologia do trabalho”²³. A proposta foi apresentada à Edusp pela Cultrix, no dia 4 de setembro de 1970, por meio de uma carta assinada pelo próprio proprietário da editora comercial, Diaulas Riedel. No acordo estabelecido entre elas, a Cultrix realizaria a tradução da obra francesa e arcaria com a maior parte dos custos de editoração e publicação. Prevvia-se, também, a impressão de quatro mil exemplares de cada volume, sendo que a Edusp ficaria responsável por adquirir mil livros de cada um com um desconto de 30% do preço de venda ao público.²⁴

Na proposta inicial, o preço de capa seria Cr\$ 25, mas, devido ao atraso e ao aumento dos custos de produção, a editora solicitou autorização à Edusp para aumentar o preço para Cr\$ 30,00, sem alterar o valor unitário que a universidade pagaria pelo total de dois mil exemplares. Com as partes concordando sobre os valores, o “Tratado” estava previsto para ser lançado em 1972, no entanto, só vindo a público um ano depois.²⁵

Criada em 1956, a editora Cultrix foi idealizada por Diaulas Riedel que, desde 1943, dirigia a Editora Pensamento, antes sob responsabilidade de seu sogro, Antônio Olívio Rodrigues. Esta segunda, fundada em 1907, especializou-se na publicação de livros esotéricos e, rapidamente, estabeleceu-se como uma das maiores empresas editoriais do país. A criação da Cultrix, voltada para atender um público universitário, foi possível devido ao sucesso comercial da editora espiritualista, permitindo ao seu dono a

23. “O Tratado de sociologia do trabalho” foi traduzido por Octávio Mendes de Cajado. Na orelha de cada volume, aparece a seguinte observação: “Obra publicada com apoio da Editora da Universidade de São Paulo”.

24. O tipo de acordo estabelecido (aquisição de exemplares), permitiu que a Edusp financiasse este e outros projetos da Cultrix sem que fosse necessária a abertura de concorrência pública.

25. Cf. Comissão Editorial. Interessado: *Traité de sociologie du travail* – 2º volume. Editora Cultrix. Data: 09/02/71. Discriminação: solicita colaboração da Edusp para publicação do 2º volume da obra de Georges Friedmann e Pierre Naville. Processo número 023/71. Arquivo da Editora da Universidade de Brasília. Agradeço à Cristiane Silvestrin e demais funcionárias da Edusp pela gentileza e disposição em fornecer os documentos solicitados.

tradução e publicação de várias obras custosas, tal como “Elementos de Semiologia”, de Roland Barthes (Paixão, 1997).

O projeto editorial da Cultrix de publicar o “Tratado de sociologia do trabalho” e outras obras em parceria com a Edusp se insere num contexto em que a sociologia do trabalho já se encontrava estabelecida no Brasil com *status* decampo científico. Além disso, não foi possível encontrar nenhum envolvimento dos acadêmicos da sociologia uspiana do trabalho ou de outra universidade nesse projeto. Isso nos leva a crer que se tratou essencialmente de um projeto comercial, bancado por um empresário que conseguiu perceber que havia no país uma demanda por obras como essa.

Ainda assim, é interessante pensar o quanto este “Tratado” teve uma boa recepção no Brasil e acabou por formar gerações de novos sociólogos nas décadas seguintes. O mesmo ocorreu na França, sendo que o livro segue até hoje como uma fonte de consultas, ainda que uma parte das reflexões e das técnicas propostas nos capítulos tenham envelhecido. Mas é justamente isso o curioso nessa obra. Como pontuou Treanton, o projeto expressou muito mais o estilo de pesquisa realizado em meados dos anos 1950 na França do que aqueles desenvolvidos nas décadas de 1960 e 1970. Além disso, nos anos posteriores, muitos de seus autores se distanciaram da sociologia do trabalho. Ainda assim, esta obra prossegue como referência procurada por professores e estudantes que se aventuram na sociologia do trabalho.

Considerações finais: uma obra marcada pelo seu tempo

O texto inaugural do “Tratado”, escrito por Friedmann, buscou definir o que aquele grupo de acadêmicos dos anos 1950 compreendia por sociologia do trabalho, isto é, o campo dos estudos sobre a sociedade, tendo como ponto de partida o trabalho. Este é entendido de forma abrangente e não apenas como atividade humana de produção, ou restrita ao trabalho industrial. O trabalho é estruturado e estruturante na sociedade, assim como também é o ponto de partida da ação social. Por conta disso, faz parte do campo científico sociologia do trabalho um amplo leque de problemas, que vão dos estudos sobre ergonomia e organização dos processos de trabalho aos movimentos sindicais e sociais.

No entanto, ainda que inicialmente Friedmann, Naville e Touraine tenham pensado uma obra que reunisse um grupo de pesquisadores com certa

coerência analítica e metodológica, o resultado é uma heterogeneidade de perspectivas. Há entre os seus autores, por exemplo, Fourastié, que escreveu sobre as dimensões profissionais e a distribuição da mão de obra na França. Muito respeitado por Friedmann, Fourastié foi a principal figura na implementação das políticas voltadas ao aumento da produtividade do trabalho, aspecto criticado pelo sociólogo em suas obras.²⁶

Todo o “Tratado” está marcado em seus textos pela reflexão, direta e indiretamente, sobre os impactos das novas tecnologias (no caso, a automação industrial) e da gestão sobre o trabalho e a sociedade. Tratava-se, na verdade, da grande temática dos estudos sobre trabalho e indústria dos anos 1950. Nela, inserem-se as preocupações sobre a racionalização e o aumento da produtividade do trabalho, as atitudes e as consciências dos diversos atores sociais (operários, empresários, camponeses, etc.) frente a esses processos (resistência, engajamento, disputa de projetos, etc.). Assim, sob a chave da teoria da modernização, numa época de reconstrução da França no pós-Segunda Guerra Mundial e preparatória daquilo que seria chamado de *Trinta anos gloriosos*, o “Tratado” deve ser encarado como um rico registro dessa reflexão.

No entanto, como todo produto de um certo tempo, os dois volumes têm inúmeras limitações quando o revisitamos seis décadas depois. A principal crítica que podemos fazer ao livro é a ausência de questões que envolvem os recortes de gênero, sexualidade e identidade no trabalho, assim como também da imigração.²⁷ A falta desses temas dificultou uma abordagem mais completa com relação às formas sutis de precarização do trabalho e de reprodução da vida social no fordismo. Também não foram objetos de preocupação os problemas envolvendo as aspirações, ética, o reconhecimento e a justiça no mundo do trabalho. Além disso, ainda estava ausente à sociologia do trabalho a atenção com as emoções, o sofrimento psíquico e a subjetividade do/as trabalhadores/as. Estas questões ganharam relevância em estudos realizados nos anos 1970, em particular com a incorporação de contribuições de outras áreas do saber, como a psicologia ou a psicodinâmica do trabalho.²⁸

26. Jean Fourastié presidiu o Comité Interministériel de la Productivité que lançou, a partir de junho de 1949, as grandes missões de produtividade financiadas pelo Plano Marshall. Ele participou dos seminários organizados por Friedmann no CES, em 1948.

27. O trabalho feminino é abordado em alguns capítulos, mas nunca como tema central, e muito menos sob a ótica de gênero.

28. Além disso, é importante ressaltar a influência de contribuições do pós-estruturalismo e de autores como Foucault que, incorporados nos estudos do trabalho, permitiram um entendimento sobre as estratégias de gestão (das emoções) em tempos neoliberais.

Assim, o “Tratado de sociologia do trabalho” deve ser lido como uma contribuição ao nosso campo de pesquisa marcado pelo seu tempo. No entanto, ainda que muitas das técnicas e mesmo perspectivas analíticas possam parecer anacrônicas hoje, as perguntas que estão colocadas de forma subjacentes em toda essa obra nos parecem extremamente atuais. Neste início de século XXI, diante de um novo ciclo de revoluções tecnológicas que impactam profundamente o mundo do trabalho, é imperativo refletir sobre isso à luz das novas técnicas e questões formuladas pelas ciências sociais. Dessa forma, revisitar o “Tratado” nos fornece inspirações para pensar o presente e o futuro.

Referências

- Bastos, E. R. (2002). Pensamento social da escola sociológica paulista. In: Miceli, S. (Ed.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo; Brasília (DF): Anpocs: Editora Sumaré; CAPES, v. IV.
- Borzeix, A.; Rot, G. (2010). *Genèse d'une discipline, naissance d'une revue Sociologie du travail*. Nanterre: Presses Univ. de Paris Ouest.
- Brandão Lopes, J. R. (1957). A fixação do operário de origem rural na indústria: um estudo preliminar. *Educação e Ciências Sociais*, nov., v. 2, n. 6, p. 293–322.
- _____. (1964). *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel.
- _____. (1966). *Crise do Brasil arcaico: estudo das relações industriais na sociedade patrimonialista brasileira*. São Paulo: Difel.
- Braverman, H. (1987). *Trabalho e capital monopolista a degradação do trabalho no século XX*, 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC.
- Cardoso, F. H.; Ianni, O. (maio 1959). *O processo de industrialização de São Paulo*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.
- _____; _____. (1976). A empresa industrial em São Paulo (projeto de estudo). In: Fernandes, F. (Ed.). *A sociologia numa era de revolução social*. Biblioteca de ciências sociais. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, p. 338–358.

Coster, M. de; Pichault, F. (1994). *Traité de sociologie du travail*. Bruxelles: De Boeck.

Cunha, M. W. V. da (1951). *Burocratização das empresas industriais - Estudo monográfico*. Tese de Cátedra, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Di Tella, T. S. *et al.* (1966). *Huachipato et Lota: étude sur la conscience ouvrière dans deux entreprises chiliennes* (Recherche menée par l'Institut de recherches sociologiques de l'Université du Chili). Paris: Éditions du Centre national de la recherche scientifique.

Fernandes, F. (1976). Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento. In: Fernandes, F. (Ed.). *A sociologia numa era de revolução social*. Biblioteca de ciências sociais. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, p. 314–333.

Festi, R. (2018). *O mundo do trabalho e os dilemas da modernização: percursos cruzados da sociologia francesa e brasileira (1950-1960)*. Tese de Doutorado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

_____. (2022). As articulações franco-brasileiras na formação da sociologia do trabalho no Brasil (1950 – 1960). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 37, n. 109, p. e3710901.

Friedmann, G. (1946). *Problèmes humains du machinisme industriel*. Paris: Gallimard.

_____. (1950). *Où va le travail humain?* Edição de 1963. Paris: Gallimard.

_____. (1956). *Le travail en miettes: spécialisation et loisirs*. Bruxelles: Éd. de l'Université de Bruxelles.

_____; Naville, P. (1973). *Tratado de Sociologia do Trabalho*. 1ª ed. v. 1. São Paulo: Cultrix; Edusp.

Heilbron, J. (1991). Pionniers par défaut? Les débuts de la recherche au Centre d'Études Sociologiques (1946-1960). *Revue Française de Sociologie*, jul., v. 32, n. 3, p. 365.

Lajoine, G. (1973). Sociologie du travail: vers de nouvelles frontières. In: Une nouvelle civilisation? Hommage à Georges Friedmann. Paris: Gallimard.

Lambert, J. (1953). *Le Brésil: structure sociale et institutions politiques*. Paris: Armand Colin.

Le Laboratoire de Sociologie Industrielle (1996). Paris: EPHE/ Laboratoire de sociologie industrielle.

Naville, P. (1961). *L'automation et le travail humain: rapport d'enquête, France, 1957-1959*. Paris: Centre national de la recherche scientifique.

_____. (1963). *Vers l'automatisme social? Problèmes du travail et de l'automation*. Paris: Gallimard.

Paixão, F. (1997). Testemunha da aventura do livro. *Folha de São Paulo*, 23 fev., p. 13.

Pillon, T.; Vatin, F. (2003). *Traité de sociologie du travail*. 1. éd. Toulouse: Octarès Éd.

Revel, J.; Wachtel, N. (1996). *Une école pour les sciences sociales: de la VI^e Section à l'École des hautes études en sciences sociales*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Reynaud, J. D.; Banks, O. (1959). *Travailleurs de l'acier et progrès technique: rapport comparatif sur six enquêtes Nationales*. Version Industrielle, juin., n. 2. Paris: AEP-OECE.

_____; Touraine, A. (1956). Les ouvriers de la sidérurgie et le progrès technique. Actes du troisième Congrès Mondial de Sociologie, 22 ago. 1956. Amsterdam.

Roethlisberger, F. J. (1941). *Management and morale*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Romão, W. de M. (2006). *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do Cesit*. São Paulo: Humanitas.

Simão, A. (1956). O voto operário em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, dez. v. I, n. 1, p. 130–141.

Tanguy, L. (2006). *Les Instituts du travail: la formation syndicale à l'université de 1955 à nos jours*. Rennes: Presses universitaires de Rennes.

_____. (2008). Retour sur l'histoire de la sociologie du travail en France: place et rôle de l'Institut des sciences sociales du travail. *Revue Française de Sociologie*, v. 49, n. 4, p. 723.

_____. (2017). *A sociologia do trabalho na França: pesquisa sobre o trabalho dos sociólogos (1950-1990)*. Tradução: Estela dos S Abreu. São Paulo: Editora da USP.

Touraine, A. (1952). Ambiguïtés de la sociologie industrielle américaine. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. XII.

_____. (1955). Recherches en cours en sociologie industrielle. *Recherches Sociologiques*, n. 2.

_____. (1965). *Sociologie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil.

_____. (1966). La conscience ouvrière. Paris: Éditions du Seuil.

_____; Ragazzi, O. (1961). *Ouvriers d'origine agricole*. Paris: Éditions du Seuil.

Touraine, A.; Verley, E. (1949). Enquête française de sociologie industrielle. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. vii, 4e année, p. 109–121.

Tréanton, J. R. (1986). Sur les débuts de la sociologie du travail. *Revue Française de Sociologie*, v. 27, n. 4, p. 736.

4. AS CONTRIBUIÇÕES DE ALAIN TOURAINE PARA A SOCIOLOGIA DO TRABALHO NO BRASIL

FLÁVIO DA SILVA MENDES

Introdução

Alain Touraine possui uma longa e duradoura relação com as ciências sociais brasileiras. Ele aparece quase sempre vinculado ao debate teórico sobre os novos movimentos sociais, mas pouco em pesquisas sobre a circulação das ideias sociológicas.¹ Esse viés talvez se explique por certas características de seu pensamento e de sua trajetória. O sociólogo francês realizou algumas mudanças drásticas em sua agenda de pesquisas. Na década de 1970, ele se afastou da sociologia do trabalho, tema ao qual se dedicava desde o final dos anos 1940, para desenvolver uma influente reflexão sobre os novos movimentos sociais. Em seguida, nos anos 1990, voltou-se mais para debates teóricos e para a elaboração de uma discussão mais abstrata sobre a crise da modernidade. Essas reviravoltas, somadas ao fato de que Touraine nunca se preocupou com a construção de um grupo sólido de cientistas em torno de suas ideias², podem ter contribuído para que laços com pesquisadores brasileiros fossem quebrados ou esquecidos. Porém, vale recordar, como será feito a seguir, que suas ideias circularam bastante, não apenas

1. Indico como exceção um artigo de José Sergio Leite Lopes (2013) que, ao comparar a recepção das obras de Pierre Bourdieu e Touraine no Brasil, explora sua contribuição para a sociologia do trabalho, no início dos anos 1960. Mais recentemente, em 2019, foi publicado pela revista *Lua Nova* um dossiê que organizei em parceria com Ricardo Festi e Rubia Ramos, dedicado ao pensamento de Touraine e seus diálogos com as ciências sociais brasileiras. Entre os artigos que compõem o dossiê, o escrito por Festi, “Um desejo de história: a sociologia do trabalho de Alain Touraine (1948-1973)”, apresenta uma discussão complementar a que faço neste capítulo. Para uma análise ainda mais detalhada sobre as relações entre sociólogos do trabalho no Brasil e na França, indico sua tese de doutorado (Festi, 2018).

2. Essa característica foi indicada em entrevistas realizadas com pesquisadores brasileiros que tiveram contato com Touraine.

entre cientistas sociais que participaram da construção no país dos campos de estudos sobre os novos movimentos sociais, entre os anos 1970 e 1980, mas também entre aqueles que, desde o final dos anos 1950, começavam a dar forma à sociologia do trabalho no Brasil.

Neste capítulo faço uma breve reconstrução dos diálogos que marcaram esse primeiro momento. Analiso por quais caminhos Touraine e suas ideias chegaram ao Brasil, por quais centros de pesquisa e estudiosos elas foram assimiladas e em que medida se fizeram presentes na constituição do campo da sociologia do trabalho no país. Busco demonstrar também os fundamentos teóricos de suas pesquisas empíricas sobre o movimento operário na França, no Brasil e no Chile, expostas em “Production de la société” (Touraine, 1973). Dessa forma, pretendo expor quais conceitos e abordagens o aproximavam e quais o distanciavam da agenda proposta pelos pioneiros da sociologia do trabalho brasileira.

Uma agenda internacional

Nascido em 1925, Alain Touraine se tornou uma referência na constituição do campo da sociologia do trabalho francesa já no início da década 1950, quando se juntou a Georges Friedmann e passou a desenvolver diversas pesquisas sobre a classe operária. Lucie Tanguy (2017) sugere que tanto as motivações para a construção dessa agenda quanto o rápido prestígio que ela conquistou não podem ser desvinculados do contexto histórico. A França do pós-guerra encarava o desafio da reconstrução social e econômica, o que influenciou a reorganização da sociologia. A nova geração de intelectuais que ingressava no campo, da qual Touraine fazia parte, defendia uma ciência mais voltada a pesquisas empíricas do que a reflexões teóricas consideradas abstratas e distantes dos problemas contemporâneos. As ciências sociais passavam, assim, a serem vistas como uma ferramenta para conhecer e reformar a sociedade francesa, com destaque para os conflitos entre capital e trabalho. As pesquisas dedicadas a este tema passaram a receber incentivo tanto do Estado francês quanto de organizações internacionais. Destacou-se, no período, o financiamento de estudos no âmbito do Institut des Sciences Sociales du Travail (ISST).

A vontade de impor um selo de cientificidade à nascente sociologia do trabalho francesa levou muitos pesquisadores a estabelecerem contato com aca-

dêmicos estadunidenses, sobretudo aqueles vinculados à sociologia industrial e à Escola de Chicago. O objetivo era conhecer e importar as reputadas técnicas de pesquisa empregadas do outro lado do Atlântico para apreender as atitudes da classe operária. Touraine foi aos Estados Unidos no início dos anos 1950, com apoio de uma bolsa da Fundação Rockefeller, e circulou entre as universidades de Chicago, Harvard e Columbia. Ao longo desse intercâmbio ele teve contato com as abordagens de Paul Lazarsfeld, Robert Merton e Talcott Parsons (cf. Leite Lopes, 2013, p. 46). Touraine não se entusiasmava diante das teses funcionalistas nem da pretensa universalidade de categorias empregadas pelos expoentes da sociologia industrial estadunidense, mas reconhecia o valor dos métodos de pesquisa empregados. Dessa forma, o sociólogo francês abraçou o empirismo e a utilização de questionários para a realização de grandes estudos quantitativos sobre a classe operária sem, no entanto, abandonar o desejo de desenvolver discussões teóricas originais.

Foi pouco depois dessa experiência que a América Latina cruzou o caminho de Touraine pela primeira vez. O sociólogo passou um semestre na Universidade do Chile, entre 1956 e 1957, indicado por Friedmann, então presidente da Associação Internacional de Sociologia, para atender à demanda local por pesquisadores que auxiliassem a implementação de uma agenda de ensino e pesquisas sobre trabalho. Naquele país, o sociólogo recrutou jovens pesquisadores – entre os quais se destacava Enzo Faletto – para realizarem um estudo empírico sobre operários siderúrgicos e mineiros (cf. Festi, 2019, p. 84).

A vinda de Touraine ao Brasil, no início dos anos 1960, se deu de forma semelhante. Na ocasião, o pedido a Friedmann foi feito por Fernando de Azevedo, da Cadeira II de Sociologia da Universidade de São Paulo. Na USP, ele encontrou jovens pesquisadores, que influenciados pelo clima nacional-desenvolvimentista, voltavam cada vez mais seus esforços para compreender os impasses da modernização brasileira. Este era o caso, sobretudo, de membros da Cadeira I de Sociologia, liderada por Florestan Fernandes. Ele e seus auxiliares – entre os quais se destacavam Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni – pretendiam analisar a história, as relações e as estruturas sociais para entender o processo de mudança social em curso. Para Touraine, que concebia a sociologia como uma ciência dotada de valores universais, normativa, empirista e voltada à compreensão dos conflitos sociais, a Cadeira I parecia o lugar ideal para abrigar um grupo de pesquisas sobre temas ligados ao mundo do trabalho e ao espaço urbano. Esses objetos não apareciam entre as prioridades dos membros da Cadeira II, onde as investigações de Maria Isaura

Pereira de Queiroz, por exemplo, mais voltadas ao estudo do meio rural, estavam distantes do que o sociólogo francês concebia como tarefa imediata da disciplina em sociedades em desenvolvimento.³ Pouco antes de retornar à França, já convencido de que a Cadeira I abrigava interesses teóricos e metodológicos semelhantes aos seus, Touraine sugeriu que Fernando Henrique Cardoso liderasse um novo grupo de pesquisa. O Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) seria fundado no final de 1961.

Alguns elementos ajudam a compreender o que trouxe Touraine ao Brasil e sua afinidade com os pesquisadores da Cadeira I de Sociologia. Havia, em primeiro lugar, um cenário internacional no pós-guerra favorável à expansão da sociologia. Nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil, diversos pesquisadores compartilhavam a convicção de que a disciplina deveria se organizar a partir de fundamentos teóricos e metodológicos bem definidos. Era sua tarefa tomar como objeto problemas sociais concretos e contribuir para os processos de mudança em curso, tanto na Europa Ocidental, em reconstrução, quanto nos países periféricos, em desenvolvimento. Para cientistas sociais do Chile e do Brasil, a construção de agendas de pesquisa com essas características passava pelo intercâmbio com estadunidenses e europeus. Esses, além de fornecerem métodos considerados inovadores, conferiam legitimidade ao perfil de trabalho sociológico que se perseguia.

Não por acaso, o vínculo mais duradouro que Touraine estabeleceu no Brasil foi com um grupo da sociologia paulista que mais se aproximava do projeto científico que ele defendia na França. São Paulo o atraiu por ser um centro urbano e cosmopolita, abrigo de intelectuais dedicados a pensar a modernização a partir de uma perspectiva semelhante àquela que ele defendia, com ênfase na industrialização e em seus conflitos, assim como Buenos Aires, Santiago e Cidade do México, cidades nas quais o sociólogo francês encontrou a maioria de seus interlocutores latino-americanos.

Outra afinidade também ajuda a compreender a relação de Touraine com a Cadeira I de Sociologia da USP. Assim como Florestan Fernandes e seus auxiliares, o sociólogo francês não se contentava em apenas reaplicar teorias e conceitos estadunidenses em outros contextos, fosse na França, no Chile ou no Brasil. Para ele, a sociologia industrial desenvolvida na costa leste

3. Touraine comentou sobre essa relação em entrevista concedida a mim em 2018: “A única coisa que posso dizer é que tinha essa gente da sociologia do trabalho e gente que eu me sentia menos próximo, como Maria Isaura [Pereira de Queiroz], que era realmente a ideia do Brasil rural, da tradição. Coisas de boa qualidade, porém mais distantes do que eu me ocupava, da modernização, da industrialização”. As diferenças e disputas entre as Cadeiras de Sociologia da USP foram detalhadas por Pulici (2007).

dos Estados Unidos capturava e explicava uma realidade social e econômica particular. As relações entre capital e trabalho ali identificadas – bem como os conflitos delas decorrentes – não poderiam ser tomadas como parâmetro universal, suficiente para a análise de outras sociedades. Ali, entre outras características, a conduta dos trabalhadores parecia se ater muito mais ao espaço da fábrica do que na Europa Ocidental, onde a atuação político-partidária da classe operária organizada era maior. Já em países de industrialização tardia, como o Brasil ou o Chile, outras relações de forças entre as classes e o Estado pareciam influenciar de modo decisivo a conduta dos trabalhadores.

O intercâmbio com a sociologia brasileira

Essa convicção da especificidade brasileira ou latino-americana apareceu em textos produzidos à época, tanto por Touraine quanto pelos sociólogos paulistas. Em 1961, foi editado o número especial “Ouvriers et syndicats d’Amérique Latine” da revista *Sociologie du Travail*, liderada por Touraine. Nele encontram-se os artigos “Industrialisation et conscience ouvrière à São Paulo”, escrito pelo sociólogo francês; “Le prolétariat brésillien. Situation et comportement social”, de Fernando Henrique Cardoso; “Industrialisation et syndicalisme au Brésil”, de Azis Simão; e “Relations industrielles dans deux communautés brésiliennes”, de Juarez Brandão Lopes.⁴

O texto de Touraine faz referência a diversos trabalhos de autores brasileiros, entre os quais se destacam “Mudanças sociais no Brasil”, de Florestan Fernandes, “Condições sociais de industrialização de São Paulo”, de Cardoso, e “Fatores humanos da industrialização no Brasil”, de Octavio Ianni, todos publicados em 1960. O diálogo com essas obras aparece já no início do artigo do sociólogo francês, a partir de uma breve apresentação do processo de expansão do capitalismo no Brasil, de seu contexto histórico e suas características principais. Ganham destaque nessa introdução os polos dinâmicos do centro-sul do país, sobretudo São Paulo, que absorvem boa parte dos investimentos e apresentam crescimento mais acelerado. Porém, logo em seguida, Touraine sugere que a observação limitada a esses casos pode gerar uma visão distorcida do todo:

4. Vale destacar que o intercâmbio foi além dessas publicações. Na mesma década, Fernando Henrique Cardoso e Cláudio Vouga realizaram estágios de pesquisa no Laboratoire de Sociologie Industrielle (LSI), criado por Georges Friedmann. Mesmo após o golpe de 1964, Touraine tentou articular a realização de uma pesquisa conjunta entre o LSI e o CESIT sobre industrialização e movimentos sociais no Brasil. Ver, a respeito, Festi (2019, p. 86-93).

O Brasil aparece então como um caso quase excepcional de industrialização pela via capitalista tradicional, como o país onde se escuta mais uma vez o conselho de Guizot: enriqueçam. Mas essa evocação da industrialização europeia só é útil para colocar em relevo a originalidade da situação brasileira (Touraine, 1961, p. 78, tradução própria, grifos no original).

Para além do crescimento rápido de algumas metrópoles, o sociólogo passa a sublinhar as desigualdades regionais. Em seguida, ele avança, enfim, para o objeto do artigo: a relação entre o processo de industrialização e a atitude dos operários. Para Touraine, é preciso compreender as raízes históricas e as condições da expansão capitalista no Brasil para se apreender as características dos atores sociais. Revela-se, assim, um processo de industrialização distinto, que se inicia quando já existe no país uma pressão considerável pela absorção de setores sociais subalternos. Tal modelo se afasta, segundo o sociólogo francês, do encontrado entre as nações pioneiras da industrialização, onde a concentração de poder nas mãos da burguesia teria permitido, num primeiro momento, “uma exploração quase sem limites da mão de obra operária”. Para Touraine, o sociólogo do trabalho no Brasil deveria partir dessa constatação da especificidade para, em seguida:

[...] se questionar sobre as causas e consequências desse descompasso entre a situação econômica e a situação social e política dos trabalhadores industriais; ele deve se questionar sobre as atitudes operárias e as formas de seu movimento em um país onde se constitui um capitalismo industrial sob um clima de liberalismo econômico – protegido pelo Estado – e de intervencionismo social. Sua atenção deve se ater principalmente sobre as novas categorias operárias, sobre os imigrantes que, vindos do interior do estado de São Paulo ou do Nordeste, buscam trabalho em São Paulo ou outras metrópoles industriais (Touraine, 1961, p. 78-79, tradução própria).

Para Touraine, compreender as atitudes dessa classe operária “em formação” era um grande desafio. Constituída por uma massa de imigrantes que chegava às grandes cidades ainda dominada por uma cultura pré-industrial,⁵

5. O tema das migrações e da origem rural dos operários brasileiros aparecia, sobretudo, em trabalhos de Juarez Brandão Lopes (1960 e 1971).

ela passa a demandar, ainda que muitas vezes de forma desorganizada, a ampliação dos direitos sociais. Trata-se, como Touraine resume, de um peculiar encontro entre o passado e o futuro: a classe trabalhadora se forma por saltos, numa sociedade que já apresenta centros industriais isolados, mas dinâmicos, e uma legislação social em expansão.

O quadro apresentado pelo sociólogo francês não era inédito. Touraine ecoava teses apresentadas por Fernandes, Cardoso e Ianni, autores que já discutiam as diferenças da expansão do capitalismo no Brasil em relação a países como Inglaterra ou França. Em seguida, sugeria que esse caminho particular era determinante sobre a condição e a conduta dos atores sociais. Ajudava a explicar, por exemplo, o processo de marginalização social, tema recorrente entre as ciências sociais latino-americanas. Em diálogo com trabalhos de Juarez Brandão Lopes, Touraine sugeria que os imigrantes recém-chegados aos centros industriais, com pouca instrução, não tinham acesso aos raros empregos estáveis. Criava-se, assim, um abismo entre trabalhadores industriais e um grande número de precarizados, o que se tornava um obstáculo para a organização da classe. Touraine sublinha, assim como fizera Brandão Lopes (1960), que a conduta dos trabalhadores nessas condições tende ao personalismo, típico do meio rural, e à busca individual por vantagens econômicas. As formas de solidariedade, quando encontradas, são descritas como primárias, pouco orgânicas ou duradouras. Esses operários se enxergam como integrantes de uma sociedade atravessada por privilégios. Eles têm “consciência de ser um pequeno, um pobre, de ser o ‘povo’ diante dos ‘grandes’, dos que comandam” (Touraine, 1961, p. 82). Uma forma de consciência de classe instável, distante daquela que se encontraria entre operários dos Estados Unidos ou da Europa Ocidental:

É fácil concluir das observações reunidas pelos sociólogos brasileiros que esses trabalhadores, ainda muito próximos de um meio pré-industrial, permanecem aquém dos comportamentos característicos das categorias operárias mais estáveis. Eles são camponeses ou trabalhadores agrícolas que se deslocaram à cidade para escapar da miséria, para encontrar melhores ‘oportunidades’. Não são – não ainda – trabalhadores que se identificam a uma classe social à qual se sentiriam ligados por seus interesses presentes e suas perspectivas de futuro (Touraine, 1960, p. 82-83, tradução própria).

Apesar de constatar esse desvio em relação ao padrão europeu ou estadunidense, Touraine sustenta que a análise da atitude da classe trabalhadora brasileira não deve parar por aí: o objetivo da sociologia não é simplesmente notar a especificidade, mas compreendê-la. Uma forma de enxergar a disciplina que o aproxima da perspectiva de Florestan Fernandes e seus auxiliares na USP. Nesse sentido, o sociólogo francês propõe que se busque apreender as formas de consciência operária realmente existentes. Entre elas, a esperança, expressa por muitos trabalhadores, de que o deslocamento do campo para a cidade crie possibilidades de mobilidade social para eles ou seus filhos. Ou, mais além, a percepção de que a trajetória individual é consequência de um meio social em transformação. É a convicção dessa relação incontornável entre a conduta dos atores sociais e o contexto histórico que leva Touraine a traçar, desde seus primeiros trabalhos sobre a América Latina, as características do que batizaria, mais tarde, de “modelo dependente de desenvolvimento” (Touraine, 1976). Estabelece-se, assim, um diálogo com autores como Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso (1970), dois personagens conhecidos em suas missões no Chile e no Brasil e que pouco depois se tornariam expoentes de uma vertente da teoria da dependência.

No interior desse modelo, como um elemento importante que o estrutura, encontra-se uma visão mais profunda sobre a conduta dos atores sociais latino-americanos: no contexto das sociedades dependentes – afirma Touraine – as classes sociais não têm o mesmo peso que tiveram no modelo clássico de expansão capitalista. Nem a burguesia nem os trabalhadores aparecem como as forças principais que produzem a mudança social. Isso ocorre, como já foi sugerido antes, porque, por um lado, a burguesia não conta com uma hegemonia plena, já pressionada por grupos sociais subalternos. E, por outro, porque esses grupos, bastante heterogêneos, não formam ainda uma classe operária organizada. Esse vazio é ocupado, então, pelo Estado, que conduz de cima para baixo tanto a industrialização quanto a equalização dos conflitos sociais. A adoção de uma saída conciliatória, articulada sob a ideologia nacional-desenvolvimentista, seria a consequência dessa combinação entre fragilidade dos atores sociais e protagonismo do Estado. Nesse ponto, Touraine se aproxima, também, da discussão sobre o populismo, outro tema recorrente do pensamento social latino-americano.

A leitura de “Industrialisation et conscience ouvrière à São Paulo”, de Touraine, revela que já estavam parcialmente desenhadas no início dos anos 1960 muitas das hipóteses que fundamentariam a análise das classes sociais

no Brasil nas décadas subsequentes. Exercício que ganharia impulso com a revisão das teses nacional-desenvolvimentistas e com a crítica ao populismo. O sociólogo francês não formulou essas ideias, que já circulavam entre cientistas sociais brasileiros na década anterior. Porém, sua participação no debate, sem dúvida, contribuiu não apenas para amadurecê-las, como para dar força a essa agenda de investigações dedicada a compreender a formação e a ação da classe trabalhadora no Brasil.

Acredito que os diálogos com a sociologia brasileira também impactaram de forma decisiva a sociologia de Touraine. A “descoberta” de sociedades em que os trabalhadores não aparecem como os principais responsáveis pela mudança o levou a repensar seus estudos empíricos, até então concentrados nas atitudes operárias. Se na América Latina o Estado se impõe como protagonista, na Europa Ocidental, sobretudo a partir do final dos anos 1960, esse papel se deslocaria, segundo Touraine, dos trabalhadores para os novos movimentos sociais. Essa seria a realidade das sociedades que ele viria a chamar de pós-industriais (Touraine, 1969), nas quais se justificaria uma guinada nos estudos sociológicos preocupados com o conflito social: saem de cena os trabalhadores e ganham espaço os novos movimentos sociais.

Apesar dessa mudança de objeto, demonstro a seguir que tal substituição não implicou em transformações significativas nas bases da teoria acionalista, detalhada por Touraine em ‘Production de la société’ (1973). Uma breve análise dessa obra nos permitirá elucidar alguns fundamentos teóricos de seus estudos sobre os atores sociais e explorar certos limites que ela impõe ao diálogo com a sociologia brasileira.

Das pesquisas empíricas à teoria social: a produção da sociedade

Há pouco, ao abordar o contato de Touraine com a sociologia estadunidense, indiquei que a assimilação de métodos de pesquisa se deu colada a um mal-estar diante do funcionalismo. O sociólogo francês se incomodava com a ênfase que pesquisadores como Talcott Parsons davam à dinâmica de reprodução da sociedade. Touraine, ao contrário, interessava-se mais pelas tendências à mudança que ele encontraria em sociedades como a francesa, a chilena e a brasileira.

A sociologia do trabalho aparecia como um campo privilegiado de estudos para acessar a dinâmica dos conflitos sociais que colocavam essas sociedades em movimento. Esse é o argumento que Touraine apresenta no artigo “Bilan de la sociologie du travail”, de 1962, uma nota crítica do “Traité de sociologie du travail”, então recém-publicado por Friedmann e Pierre Naville. Para Touraine, a expansão da industrialização em curso por tantas partes do mundo ampliava o protagonismo social da classe operária. Nesse processo a sociologia do trabalho também se impunha: “Quanto mais a ação operária aparece como um princípio de transformação ou convulsão das instituições, mais a sociologia do trabalho ocupa um lugar importante entre as ciências sociais” (1962, p. 278). Em suma: para Touraine, estudar o trabalho era algo indispensável para compreender as dinâmicas de produção, reprodução e transformação das sociedades industriais.

Esse projeto estava colado a uma teoria social que seria apresentada pela primeira vez em sua tese de doutorado, intitulada “Sociologie de l’action” (1965), e depois detalhada em “Production de lasociété” (1973). Nesses extensos trabalhos, Touraine se dedicou a apresentar os fundamentos teóricos que justificariam seu interesse pelos atores sociais. O acionalismo foi concebido em oposição ao estruturalismo e ao funcionalismo, correntes bastante influentes em vários centros de produção sociológica até a década de 1960. Era o caso dos Estados Unidos, onde Talcott Parsons era figura hegemônica, e da França, onde Louis Althusser ganhava prestígio. Para Touraine, apesar de bastante distintas entre si, essas abordagens pecavam por privilegiar a busca do sistema de valores que garantiria a integração e a estabilidade social. Ao enfatizar a reprodução, elas negligenciavam a produção da sociedade. Eram, portanto, mais atentas à conservação do que à transformação social. Em suas diversas vertentes, o estrutural-funcionalismo seria incapaz de reconhecer que a sociedade resulta exclusivamente do trabalho dela sobre ela mesma, através do conflito entre seus atores. Abraçado a esta tese, Touraine considera que a tarefa principal da sociologia é reconstruir e compreender o sentido das ações sociais:

Nós não podemos mais nos questionar a respeito da natureza da sociedade, mas apenas sobre seu funcionamento, ou seja, sobre suas orientações, seu poder, seus mecanismos de decisão, suas formas de organização e de mudança. Aceitemos, portanto, que a sociedade não se apoia sobre nada além da ação social (Touraine, 1973, p. 8, grifos no original, tradução própria).

Touraine distingue três tipos de ação social: 1) aquela que visa à disputa pelo “modelo cultural” que rege a sociedade; 2) a ação que se limita ao sistema institucional, ou seja, às normas internas que regem a sociedade e suas instituições; 3) a ação mais elementar, entendida como prática social, que também se realiza a partir da articulação com as normas e com a forma da dominação social. Além de separados, esses tipos de ação correspondem a diferentes níveis hierárquicos. O mais importante é o da *historicidade* e de seu principal produto, o “modelo cultural”. Este corresponde a uma “imagem de criatividade”, algo como um sentido específico que a realidade assume a partir do trabalho da sociedade sobre ela mesma. Trata-se de uma imagem compartilhada pelos atores em conflito nas três esferas da ação social. Desde a mais alta, onde o próprio modelo está em disputa, até as duas mais baixas, que não escapam à influência desse modelo. Ele não se reduz, para Touraine, à ideologia da classe dominante, pois as classes antagônicas se relacionam dentro do modelo cultural e contribuem para sua definição. Forma-se assim o “campo cultural” que guia a reprodução das sociedades através de valores e visões de mundo compartilhados pelos atores, mesmo que eles ocupem lugares opostos na luta. Tais valores são apresentados como resultados dinâmicos de relações de dominação, e não como fatores externos ou anteriores à sociedade.

O acionalismo foi concebido como um enunciado universal: ele se aplicaria a toda e qualquer sociedade, em qualquer época e lugar. Ocorre, porém, que tanto em trabalhos empíricos quanto teóricos elaborados na mesma época, Touraine começava a sugerir a coexistência de tipos distintos de sociedade. Diversidade que não era apresentada como superficial, mas, ao contrário, igualmente fundamental para a prática da sociologia. Ou seja: se, por um lado, o sociólogo fazia um movimento em direção à construção de um preceito universalizável – a ação é a base de toda vida social –, por outro, ao mesmo tempo, sugeria a existência de diversos tipos de sociedades. Entre eles, as “sociedades industriais” são definidas como um tipo específico no qual o trabalho e o maquinismo ocupam lugar de destaque. Nelas, portanto, a classe trabalhadora também se apresenta como protagonista. Trata-se de um modelo de organização que, embora restrito a poucos países, inspirou o processo de modernização em boa parte do globo. Touraine acreditava, porém, que este era um tipo em transformação. O novo tipo emergente seria o das “sociedades pós-industriais” (Touraine, 1969).

No final dos anos 1960 já eram bastante comuns questionamentos à centralidade do conflito entre capital e trabalho, sobretudo para analistas que

tomavam a Europa Ocidental ou os Estados Unidos como objeto. O pós-guerra fora marcado por um crescimento econômico acentuado e pelo surgimento de políticas sociais mais amplas, diante das quais o antagonismo entre operários e burgueses parecia perder força. Os conflitos que se manifestavam em meio aos chamados “30 anos gloriosos” mobilizavam novos atores em torno de temas que se distanciavam da pauta distributiva, antes primordial. Os eventos de maio de 1968 na França estimularam ainda mais a reflexão sobre esse tema, sobretudo por terem ocorrido num país em que o Estado de bem-estar social se encontrava consolidado. Sob a perspectiva de Touraine, se a classe trabalhadora se mostrava aparentemente confortável na sociedade industrial, era fundamental buscar o novo ator social que colocaria a história em movimento:

Algo que ainda nos falta, e que é a grande questão da sociologia, é saber qual personagem, através de sua ação, de sua luta, vai reanimar a cena? Quem vai ocupar o lugar da classe operária, transformada em agente político mais do que ator dos grandes problemas sociais? (Touraine, 1977, p. 104, tradução própria).

Os atores sociais fundamentais de uma sociedade são, no interior desse paradigma, aqueles capazes de disputar o modelo cultural. Assim, embora não desconsidere os outros níveis de conflito social, Touraine está mais atento àquele que consegue questionar a dominação social e impulsionar processos de transformação:

No *nível do campo da historicidade* de uma sociedade as relações sociais se estabelecem entre atores que não estão nem em reciprocidade nem em concorrência, mas em *conflito*, que não estão localizados nem numa escala de participação nem numa posição de influência, mas numa relação de *dominação*. A ação histórica, o trabalho da sociedade sobre seu próprio trabalho, ocorre através do *conflito de classes* numa luta que não é um simples conflito de interesses ou de valores, mas um combate para a gestão da historicidade e das orientações sociais e culturais do sistema de ação histórica (Touraine, 1973, p. 16, grifos no original, tradução própria).

Ao postular uma hierarquia entre as esferas de ação, Touraine justifica tanto o lugar de destaque ocupado pelo movimento operário na primeira fase de sua sociologia quanto, a partir do final dos anos 1960, seu empenho em buscar outro ator que o substituísse à altura. Se, por um lado, ele sublinha que nenhum movimento social pode ser considerado ator histórico sozinho, mas apenas em relação com outros atores, o que o afasta de uma definição da sociedade a partir da luta de apenas duas classes sociais antagônicas, por outro a separação hierárquica entre as esferas da ação social leva Touraine a apresentar uma visão essencialista do ator social: ele busca em cada etapa de sua sociologia identificar aquele personagem que seria capaz de transformar a sociedade.

Este é um dos motivos pelo qual a passagem do movimento operário aos novos movimentos sociais gera pouco ou nenhum impacto sobre a teoria acionalista. Outra razão para essa estabilidade teórica é o fato de Touraine identificar entre a sociedade industrial e a pós-industrial muitos traços em comum, os quais as distinguem das sociedades tradicionais. Entre eles, destaca-se a centralidade do trabalho, definida por Touraine num sentido mais amplo do que aquele que lhe atribui a teoria marxista: trata-se, segundo ele, da percepção crescente de que a sociedade resulta do seu trabalho sobre ela mesma e não da natureza ou de alguma influência transcendental. Este seria um traço importante da modernidade, tanto na fase industrial quanto na pós-industrial. A sociedade sob essa concepção se torna um fim em si mesmo, que se produz e reproduz a partir da interação entre seus atores. Essa capacidade “de produzir seu próprio campo social e cultural, seu próprio meio histórico” (1973, p. 26) é uma qualidade acentuada nas nações modernas.

A América Latina não ficou fora do esforço de construção de tipos de sociedade, mas vemos que, para Touraine, ela não atende a alguns desses requisitos de modernidade. Como o sociólogo francês sugeriu em seu artigo sobre a consciência operária em São Paulo e em outros estudos, diversas variáveis históricas contribuía para que os atores sociais latino-americanos agissem de um modo que não reproduzia simplesmente os padrões de ação encontrados em sociedades industriais típicas. Para explicar esse desvio, a noção de dependência é fundamental, pois, na medida em que muitas decisões internas escapam aos atores nacionais, estes perdem parte de sua autonomia. Ou seja: de acordo com sua proposta acionalista, esses atores perdem o controle sobre a historicidade. As sociedades pautadas pelo “modelo dependente de desenvolvimento” não apresentam, portanto,

a mesma capacidade de se produzirem ou se reproduzirem, pois se submetem – na economia, por exemplo – a interesses que lhes são externos. A heteronomia se torna, assim, um fator decisivo para se compreender a conduta das classes sociais no Brasil. Uma ênfase que aparece, também, na teoria da dependência de Cardoso e Faletto (1970).

Apesar de destacar esse constrangimento à ação social, Touraine sugere que a atitude dos trabalhadores em sociedades dependentes não deve ser interpretada como irracional. Ainda que muitas vezes não seja possível identificar nas táticas e estratégias dos operários brasileiros ou chilenos uma racionalidade econômica típica de sociedades urbano-industriais, percebe-se, segundo ele, que esses atores apresentam suas formas de consciência. Eles agem por interesse, negociando o tempo todo com os patrões e o Estado.

Essa forma de abordar a ação social em sociedades dependentes aparece em diálogos posteriores de Touraine com a sociologia latino-americana. Ao longo dos anos 1970, enquanto Brasil e Chile se submetiam a regimes autoritários, o sociólogo francês recebeu na França muitos pesquisadores desses países para a realização de teses de doutorado. Nesses estudos sobre as classes sociais brasileiras são frequentes as referências a textos de sociólogos do trabalho, como Juarez Brandão Lopes e Azis Simão.⁶ Andrea Loyola, por exemplo, em sua tese “Les ouvriers et le populisme. Les attitudes ouvrières à Juiz de Fora”, defendida em 1973, questiona a hipótese de Brandão Lopes de que a origem rural seria o principal determinante sobre a conduta da classe trabalhadora em formação no Brasil. Em sintonia com a abordagem de Touraine, ela sustenta que suas formas de ação e organização seriam conformadas por vários fatores. Além da fábrica ou da cidade, eles sofreriam a influência do contexto nacional, em que pesavam, à época, o autoritarismo do Estado e a dependência econômica. Esses determinantes também aparecem com peso na tese de Décio Saes, “Classe moyenne et système politique au Brésil”, defendida em 1974. Um de seus objetivos foi refutar argumentos que sustentavam características progressistas ou conservadoras como intrínsecas à classe média brasileira. Saes propõe uma abordagem histórico-estrutural, através da qual avalia a conduta dos setores médios ao longo do processo de expansão do capitalismo no Brasil e de como eles se posicionam em contextos de dependência, populismo e autoritarismo.

6. Em outro trabalho, analisei o conteúdo das nove teses sobre atores sociais brasileiros orientadas por Touraine ao longo daquela década, na Universidade de Nanterre e na École des Hautes Études em Sciences Sociales (Mendes, 2019).

Essa forma de abordagem, na qual se valoriza a história e o contexto social, é comum à maioria das teses sobre classes sociais brasileiras orientadas por Touraine. Essa talvez seja a principal marca que ele deixou nas pesquisas de seus orientandos. É notável como cada autor dialoga com uma bibliografia brasileira sobre atores sociais, mais presente do que citações a textos franceses. Nem mesmo Touraine, referência em estudos sobre atores sociais, tem mais peso do que cientistas sociais do Brasil. Este fato revela que, apesar de distantes, aqueles pesquisadores também se engajaram na crítica ao conjunto de teses nacional-desenvolvimentistas que dominou os debates políticos e intelectuais da esquerda durante as décadas de 1960 e 70. Eles estavam mais interessados no exame e refutação de ideias comuns ao período populista, como a defesa de um suposto caráter progressista da burguesia nacional, do que na participação das discussões teóricas sobre os atores sociais do período pós-industrial, às quais Touraine se dedicava.

A partir desse ponto, os diálogos de Touraine com a sociologia do trabalho brasileira ficaram mais escassos. O sociólogo francês, que havia contribuído para o reconhecimento da especificidade da industrialização e da formação das classes sociais no Brasil, voltava-se então para o estudo da sociedade pós-industrial. E, na medida em que consolidava a diferenciação entre esta e as sociedades industriais e dependentes, Touraine se afastava de uma perspectiva holística de análise da modernidade e do sistema capitalista. É como se, a partir de então, a compreensão da conduta dos atores sociais na periferia servisse apenas para revelar aspectos daquelas sociedades,⁷ vistas por ele como parcialmente modernas:

A América Latina é um continente de atores sem ação. [...] O que eu chamei de desarticulação da ação coletiva indica que o excesso de autonomia das ideologias e mesmo da ação política em relação à realidade econômica engendra uma mobilização social e política mais fictícia do que real, mais teatral do que eficaz. O que nos leva a uma constatação sem surpresa: a América Latina é apenas parcialmente moderna; ela tem uma capacidade insuficiente de ação técnica, econômica, social e política (Touraine, 1988, p. 469).

7. Essa visão é incompatível com a valorização da perspectiva periférica como privilegiada para a crítica da modernidade, algo que se tornaria uma marca do pensamento de Florestan Fernandes e outros autores da escola sociológica paulista. Ver a respeito Bastos (2002).

Dito de outra forma: nas sociedades dependentes não seria possível encontrarmos aquele ator social superpoderoso capaz de interferir no campo da historicidade. Aparece, portanto, uma incompatibilidade entre a teoria acionalista, consolidada em “Production de la société”, e a realidade brasileira ou latino-americana.

Considerações finais

Alain Touraine não se fixou em referências bibliográficas de dissertações e teses sobre o trabalho realizadas no Brasil, nem é muito lembrado em programas de disciplinas dedicadas ao tema. Sintomas de que ele não se tornou uma referência teórica incontornável, daquelas que servem para indicar uma forma comum de enxergar o mundo. Seu nome raramente é lembrado como um pioneiro do campo de estudos, ao contrário do que ocorre quando nos deslocamos ao tema dos movimentos sociais. No entanto, ao longo deste texto, indicamos que sua contribuição à sociologia do trabalho não pode ser ignorada, mesmo quando debatemos a constituição desse campo de estudos no Brasil.

No início dos anos 1960, Touraine chegou ao país com uma perspectiva de análise que já era em parte desenvolvida por sociólogos paulistas, mas que ainda disputava espaço e buscava se fixar entre as ciências sociais brasileiras. Além do intercâmbio com a Escola de Chicago, que fornecia a sociólogos como Juarez Brandão Lopes as ferramentas necessárias para a construção de um discurso científico sobre o fenômeno da industrialização, o diálogo com Touraine legitimava a necessidade de um olhar histórico e estrutural sobre esse processo. Esse aporte fortalecia o movimento liderado por Florestan Fernandes no interior da Cadeira I de Sociologia da USP, que buscava combinar o rigor científico da explicação sociológica à reflexão sobre as peculiaridades da realidade brasileira.

As afinidades encontradas naquele momento facilitaram a construção de um diálogo. Ao longo dos anos 1960, Touraine e sociólogos paulistas demonstraram não ser mais suficiente tentar encaixar a expansão do capitalismo no Brasil ou a conduta de seus atores sociais em modelos clássicos de interpretação. E, além de perceberem e sublinharem o desvio de padrão, sustentavam que este só poderia

ser compreendido a partir de uma análise histórica cuidadosa, que apreendesse as estruturas sociais e seus impactos sobre a forma da ação social. Não é possível afirmar que Touraine inspirou essa perspectiva entre sociólogos paulistas; nem, ao contrário, que foram estes que despertaram no sociólogo francês o interesse pela variedade e especificidade dos modelos de desenvolvimento. A análise dos diálogos entre eles sugere uma construção mútua: a partir de percepções e questionamentos anteriores ao encontro do início dos anos 1960, cada parte encontrou em seu interlocutor condições para reforçar certas hipóteses. Para os sociólogos paulistas que viriam a publicar seus artigos na revista *Sociologie du Travail*, o intercâmbio conferia maior legitimidade a suas teses, ainda bastante controversas na construção do campo de estudos no Brasil. Para Touraine, por outro lado, as pesquisas empíricas sobre a industrialização e a consciência operária em sociedades dependentes serviram para reforçar sua desconfiança em relação a perspectivas teóricas universalistas, alvo de suas críticas em “Production de la société”.

O distanciamento de Touraine em relação ao tema do trabalho, iniciado a partir do final dos anos 1960, redefiniu as condições de diálogo com os brasileiros. Quando o sociólogo francês se voltou ao estudo dos novos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, passou a basear sua abordagem em tipos rígidos de sociedade, tornou-se mais difícil conversar com alguns pesquisadores do Brasil e da América Latina. Esses, em sentido inverso, buscavam romper com uma espécie de marginalização teórica a que ficavam sujeitos como intérpretes de sociedades consideradas desviantes. Ao basear sua interpretação de países latino-americanos na construção do “modelo dependente de desenvolvimento”, Touraine reforçava aquele estigma, ainda que não fosse essa sua intenção. Ademais, a construção de tipos de sociedade proposta por ele não se mostrava adequada a estudos que se propunham a compreender o sistema capitalista em sua totalidade.

Creio, porém, que esse distanciamento não apaga o rico diálogo estabelecido entre Touraine e pesquisadores brasileiros no início dos anos 1960. E não há dúvidas de que ao conhecê-lo podemos aprofundar a reflexão sobre temas fundamentais da sociologia do trabalho no Brasil.

Referências

- Bastos, E. R. (2002). Pensamento social da escola sociológica paulista. In: Miceli, Sérgio. *O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS.
- Brandão Lopes, J. R. (1960). O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade e motivação. In: Hutchinson, Bertram (Org.). *Trabalho e mobilidade*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.
- _____. (1971). *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: DIFEL.
- Cardoso, F. H.; Faletto, E. (1970). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Fernandes, F. (1979). *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel.
- Festi, R. (2018). *O mundo do trabalho e os dilemas da modernização: percursos cruzados da sociologia francesa e brasileira (1950-1960)*. 421p. Tese Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, SP.
- _____. (2019). Um desejo de história: a sociologia do trabalho de Alain Touraine (1948-1973). *Lua Nova*, jan./abr., n. 106.
- Leite Lopes, J. S. (2013). Touraine e Bourdieu nas ciências sociais brasileiras: duas recepções diferenciadas. *Sociologia & Antropologia*, jun., v. 3, n. 5, p. 43-79.
- Mendes, F. (2019). Alain Touraine e o Brasil: atores sociais e dependência em diálogos dos anos 1970. *Lua Nova*, jan./abr., n. 106.
- Peralva, A. (2019). Conflito e movimentos sociais no acionalismo de Alain Touraine. *Lua Nova* (jan./abr.), n. 106.
- Pulici, C. (2007). De como o sociólogo brasileiro deve praticar seu ofício: as cátedras de sociologia da USP entre 1954 e 1969. *Perspectivas*, jan./jun., v. 31.
- Romão, W. de M. (2006). *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.
- Simão, A. (1961). Industrialisation et syndicalisme au Brésil. *Sociologie du Travail*, out./dez., v. 3, n. 4.

- Tanguy, L. (2017). *A sociologia do trabalho na França: pesquisa sobre o trabalho dos sociólogos (1950-1990)*. São Paulo: Edusp.
- Touraine, A. (1961). Industrialisation et conscience ouvrière à São Paulo. *Sociologie du Travail*, out./dez., v. 3, n. 4.
- _____. (1962). Bilan de la sociologie du travail. *Sociologie du Travail*, jul./set., v. 4, n.3.
- _____. (1965). *Sociologie de l'action*. Paris: Les Édition du Seuil.
- _____. (1969). *La société post-industrielle. Naissance d'une société*. Paris: Denoël.
- _____. (1973). *Production de la société*. Paris: Editions du Seuil.
- _____. (1976). *Les sociétés dépendantes: essais sur l'Amérique Latine*. Paris: Editions Duculot.
- _____. (1987). *Actores sociales y sistemas políticos de América Latina*. Santiago: PREALC.
- _____. (1988). *La parole et le sang. Politique et société en Amérique Latine*. Paris, Odile Jacob.
- _____. (1992). *Critique de la modernité*. Paris: Fayard.
- _____; Khosrokhavar, F. (2000). *La recherche de soi. Dialogues sur le sujet*. Paris: Fayard.

5. BRAVERMAN E A ABORDAGEM DO PROCESSO DE TRABALHO: INFLUÊNCIA E CONSEQUÊNCIA

LEONARDO MELLO E SILVA

Introdução

Esta contribuição pretende lançar alguma luz sobre uma abordagem que tem estado um pouco obscurecida na área de estudos laborais nos últimos anos, em particular na sociologia. O estudo do processo de trabalho tem uma filiação teórica inequívoca à obra de Karl Marx, e a seu intuito de converter a crítica da economia política em uma crítica da sociedade, na qual o trabalho desempenha um papel fundamental. Conforme os ensinamentos do autor, os assuntos e ideias que intelectuais e pessoas em geral professam obedecem a forças também elas social e politicamente determinadas, por isso talvez não seja muito difícil inferir por que certas tematizações e escolhas acadêmicas encontram ressonância em alguns períodos históricos mais do que em outros. É propósito do texto tentativamente acompanhar as respostas para essas indagações, o mais possivelmente colado à produção acadêmica que tratou do tema, e também introduzindo reflexões próprias. A perspectiva final, e que pode ser antecipada, é de que a abordagem baseada no processo de trabalho é, sim, ainda relevante, sobretudo quando se observa a realidade da organização do trabalho em firmas e corporações nos mais diferentes setores e ramos de atividade.

O capítulo está estruturado em cinco seções: a primeira faz uma rápida localização do estágio em que nos encontramos, seguida de uma retomada das principais questões colocadas pelo tema do processo de trabalho, do ponto de vista teórico; logo após, um tratamento sumário da produção acadêmica, tanto externa quanto local. A quarta seção se debruça sobre o significado da chamada “produção enxuta” (*lean production*), extraindo a

partir desta uma série de reflexões mais abrangentes – é uma das hipóteses deste texto que suas características “técnicas” têm um alcance social profundo e persistente, útil para entender o modo de funcionamento dos ambientes de trabalho na atualidade. A quinta e última seção aponta para algumas expressões dessa persistência, baseadas em trabalhos de campo realizados na década passada e orientados pelo paradigma do processo de trabalho, o que demonstra que o patrimônio deixado pela tradição anterior não foi desperdiçado. Como cada seção retoma os elementos argumentativos das demais, reforçando-os reciprocamente, julgou-se desnecessário uma seção conclusiva, poupando o leitor de repetições. Haveria muito mais a dizer, mas, como é sabido, as limitações de espaço obrigaram a uma síntese, difícil no caso de assunto tão importante.

A situação hoje: globalização e trabalho

O declínio e enfraquecimento das organizações da classe trabalhadora – mesmo que não signifique necessariamente, como no Brasil, o seu desmantelamento –, assim como da “cultura do trabalho” e da “identidade operária”, não podem ser vistos como fenômenos isolados, mas em conexão com outros fatos que lhes são contemporâneos. São eles, principalmente: a financeirização; a reestruturação produtiva, incluindo aí as inovações tecnológicas na área de comunicação e informação (Castells, 2011), e o predomínio dos serviços ligados aos negócios (Panitch e Gindin, 2012, p. 192) como setor dinâmico da economia e do mercado de trabalho.

Um sistema financeiro virtualmente global, contudo, não está desvinculado da indústria e da manufatura. Ele faz parte de uma conjuntura mais ampla. A globalização é uma realidade coerente que abarca um conjunto de subsistemas econômicos (o consumo, o trabalho, as redes de subcontratação com seus clientes e fornecedores, a legislação, etc.), de modo que é importante restituir a inteireza do objeto de que estamos tratando, capturando a complexidade que o envolve. Não é possível enxergar as profundas mudanças do mundo do trabalho nas últimas décadas sem ter em conta a influência desses fatores aparentemente marginais na explicação das formas de ação coletiva, do autoentendimento dos próprios atores de seu lugar na sociedade, enfim do que poderíamos chamar aproximativamente de consciência ou experiência de classe.

Um bom exemplo de como as coisas estão interligadas é a relação entre a indústria eletroeletrônica de produção de microprocessadores, essencial para a conversão prática da pesquisa e desenvolvimento de alto nível (realizados nos países centrais, em especial nos EUA), e itens de consumo de massa. Enquanto componentes de mais baixo custo na composição do valor total do produto final, a produção de tais itens pode ser transferida para sítios longínquos geograficamente, beneficiando-se de salários aviltados e do parco ou nenhum direito trabalhista e social praticados nesses lugares: são as chamadas cadeias de subcontratação para a confecção de uma única mercadoria. A expansão das empresas multinacionais de alta tecnologia *via* exportação significa simultaneamente a difusão de técnicas de produção e de organização do trabalho mais racionalizadas para outras áreas do globo, assim como o aproveitamento de vantagens comparativas desses ambientes (alguns dos quais não podem ser reproduzidos na matriz, tais como o laxismo ambiental e a compressão salarial e trabalhista, já mencionada). Desse modo, a constituição de redes ou cadeias globais de valor é uma resultante estrutural da divisão do trabalho, dessa vez em escala internacional, dentro da firma, que denota, como se pode notar, não o apagamento ou desaparecimento do trabalho industrial, mas antes o seu deslocamento (Silver, 2005).

Por outro lado, tais redes terminam por conferir um elemento de vulnerabilidade na arquitetura do sistema, pois uma vez abalada alguma parte de seus alicerces (crises nos países fornecedores, revoltas sociais, ação multilateral de agências reguladoras, etc.), essas firmas multinacionais responsáveis pelo produto final acabam por ser afetadas. Difusão de riscos que vai de par com a difusão de inovações (pela firma multinacional), ambas efeitos do processo de globalização produtiva.

Convém advertir que mesmo a difusão de inovações – caso mais conspícuo é o da capacitação de fornecedores, muito citado como derivado do modelo produtivo japonês – não é sempre certa, sendo antes apenas uma possibilidade: há várias razões pelas quais a “firma-mãe” não “passa” necessariamente seus conhecimentos e *know-how* para a firma fornecedora, ou essa última não está em condições de absorvê-los, o que, no fim das contas, não adiciona competência ou performance novas no processo (os intérpretes mais otimistas costumam se referir a esse último, nesse caso, como processo de “ganha-ganha”).

Considerando pelo lado dos serviços – seja de consultoria, advocacia, contabilidade, tecnologia da informação e outros, muitos ligados ao mercado financeiro ou aos bancos – é fácil perceber que eles são potencializados, numa espécie de círculo virtuoso, com a expansão externa das firmas multinacionais: mais elas reforçam sua atuação internacional, maior a demanda por essas qualificações, e mais elas adicionam valor à economia na qual tais capacidades e empregos estão originalmente associados (Panitch e Gindin, 2012, p. 193). Do lado de baixo da escala hierárquica dos empregos, também se expande um vasto contingente ligado a essas atividades, e a sociologia do trabalho de pronto acusou o surgimento de uma camada considerável de trabalhadores de serviço com condições de trabalho e remuneração próximas daquelas que em épocas anteriores se costumava atribuir à classe operária (Antunes e Braga, 2009; Antunes, 2018).

Tal cenário aproxima, mais do que separa, a realidade e a experiência do trabalho de contingentes diversos da população, seja em termos de setores econômicos, de ramos de atividade, seja até mesmo em termos de estatuto (formais e informais). Não há, portanto, por que pensar que a problemática do processo de trabalho – originalmente concebida para o trabalho industrial – esteja ultrapassada ou simplesmente enterrada. Assim como a sociologia do trabalho brasileira acompanhou razoavelmente aquele debate internacional (Abreu, 1985; Ramalho, 1991; Mello e Silva, 2014), uma linha de continuidade pode ser estabelecida para a pauta da atualidade.

As seções seguintes buscam recuperar, se não toda a complexidade daquele debate, pelo menos os pontos que permanecem no plano da atualidade referida acima. O eixo estruturador é a chamada “produção enxuta” (*lean production*), pois o juízo deste autor é que ela vertebra ainda boa parte da organização das firmas e as práticas endereçadas à sua força de trabalho. E que a análise de Marx, baseada na correlação entre processo de produção e processo de acumulação capitalista – na qual o processo de trabalho tem papel fundamental (Marx, 1996) – pode ainda ser de interesse científico e público.

Teoria e história: o processo de trabalho

Nos final dos anos 1970 e durante os anos 1980, no Brasil, o movimento operário ressurgiu depois de um período de autoritarismo, e o impacto político de sua presença, conjuntamente a outros movimentos sociais que

se reorganizavam, imprime uma identidade a esse movimento como um sujeito coletivo instituinte, na acepção que tal termo guarda no sentido de criação de fatos que desorganizam o bem pensado institucional dominante - inclusive do lugar estrutural da classe trabalhadora diante das outras classes na sociedade. A afirmação do sujeito coletivo (político), naquele momento, ia de par com a luta pela garantia de direitos sociais e reconhecimento (cidadania). Na literatura brasileira em sociologia do trabalho, tal observação é lugar comum, referencial incontornável dos estudos que se debruçaram sobre as últimas décadas (Véras de Oliveira, 2011; Rodrigues 1999; Santana, 1998).

Nos países centrais do capitalismo, contudo, esse segundo aspecto (os direitos de cidadania) tinha experimentado uma resolução algo diferente, historicamente falando, da de países da periferia, sendo que essa última, longe de ser um conjunto homogêneo, contém notáveis diferenças (América Latina; Ásia, África; Leste Europeu...). No caso da América Latina, as teorias desenvolvimentistas tinham concebido um lugar delimitado, embora importante (caso, por exemplo, de Celso Furtado), para os sindicatos e o mundo do trabalho em uma nova ordem mais autônoma em relação aos países de industrialização precoce. Assim, a contratação coletiva e a expansão de um mercado de trabalho baseado na relação assalariada (que teria a capacidade de “enxugar” a informalidade dominante) conferiam o componente progressista de seu projeto de sociedade. Não se questionava o trabalho em si, mas o seu invólucro institucional e formal. Nessa acepção, o papel *instituinte* do movimento operário era limitado à voz de seus representantes na área da política institucional.

Os estudos sobre o processo de trabalho, contudo, retomavam um outro lado da questão. A classe não existe apenas nessa esfera da sua afirmação institucional, visível, mas também na esfera onde ela, a classe, supostamente não está presente, não existe enquanto agente coletivo capaz de instituir uma nova situação social.

Explicando: o sujeito “no local de trabalho” é também a afirmação da identidade de classe no processo de trabalho que, na análise original e clássica de Marx (1996), é um espaço simultâneo de contratação econômica – e, portanto, de equivalência entre iguais (o aspecto visível da classe) e de disputa política – na medida em que o sujeito coletivo é negado em nome de indivíduos proprietários de sua força de trabalho (seu aspecto invisível). Focar no processo de trabalho é, portanto, trazer o que não aparece na esfe-

ra do mero contrato, isto é, a luta política negada pela linguagem neutra do liberalismo. De certa maneira, é trazer à luz aquilo que Polanyi chamava de “mercadoria fictícia”¹. A classe no processo de trabalho não é apenas aquela que negocia salários e jornada, mas a que afirma um poder que é suposto não existir ali, justamente.

Quando os estudos sobre o processo de trabalho emergiram, com Braverman (1981) e toda a literatura que se seguiu, o que estava pressuposto era que o sujeito coletivo do contrato, com suas instituições representativas, havia chegado a um limite: a produtividade então requerida pelo capitalismo exigia um rearranjo nas maneiras pelas quais o uso do trabalho humano nas fábricas tinha sido combinado entre as classes sociais. Estava-se questionando o poder (privado) do capitalista nessa esfera, por um tempo (considerado pela literatura como os “Trinta Gloriosos”) mantido intocado.

A ênfase de Braverman (1981), no processo de trabalho correspondia à dominância do capitalismo monopolista, mas foi a Escola da Regulação Francesa (Aglietta, 1979; Boyer, 1986a; Boyer, 1986b) que produziu o enquadramento macro mais convincente, com seus conceitos de relação salarial, modo de regulação, regime de acumulação e forma institucional, em que vários aspectos da totalidade do fenômeno (o Estado, a firma, o mercado de trabalho, o sindicalismo, a legislação, a organização do trabalho) eram considerados em conjunto. Devido a suas origens na economia, o componente microssociológico (onde a análise do taylorismo e do fordismo têm lugar) acabou por ficar obscurecido no desenvolvimento posterior dessa escola. No entanto, é importante reter dela a noção de “tempos” históricos distintos, orientados pela noção-chave de Fordismo: se havia um fordismo central paradigmático (o norte-americano), havia também variações do fordismo, assim como um fordismo típico da periferia (Lipietz, 1988).

Era possível então localizar, como nas teorias da modernização, fases ou períodos das economias nacionais por referência ao modelo de desenvolvimento que havia permitido altas taxas de crescimento e relativa paz social no capitalismo central. O processo de trabalho taylorista, com sua divisão estrita de funções componentes de uma tarefa metodicamente concebida, associada a um posto fixo (Coriat, 1982), era um elemento central na montagem explicativa da teoria, o que contribuiu mais ainda para consagrar o processo de trabalho como um eixo heurístico de interesse.

1. As outras mercadorias fictícias, além do trabalho, são a terra e a moeda (Polanyi, 1980).

Mas havia uma outra linha de força também envolvida, nessa mesma época, com o prestígio de uma abordagem que tinha como foco o trabalho real e concreto: ela tem a ver com o que foi mencionado anteriormente sobre a classe como *sujeito*, e não apenas como objeto passivo de determinações estruturais às quais responde por intermédio de seus representantes legais. Nessa última acepção, é na condição de perseguir o sujeito coletivo da classe que a análise se debruçou sobre o “chão de fábrica”. A conjunção das influências mencionadas desembocou em um caldo de cultura que foi capaz de produzir estudos e pesquisas muito minuciosos na sociologia do trabalho, valendo-se também de uma tradição já existente de anos anteriores, oriunda da sociologia industrial norte-americana, embora carente de uma totalização com pretensões estruturais (Desmarez, 1986; Burawoy, 1979b).

O resultado, contudo, parecia paradoxal. Por um lado, com o salariado substituindo o antigo proletariado industrial (Castel, 1998), o papel de sujeito coletivo da classe se retrai no plano do conflito macro e se desloca, no final do período dos “Trinta Gloriosos”, para o plano do conflito micro (crítica à divisão do trabalho, questionamento da organização taylorista, ocupações fabris, etc.), no Norte Global, enquanto que, no Sul Global, as novas classes trabalhadoras surgem como sujeitos coletivos tendo de dar conta de duas problemáticas ao mesmo tempo: 1) preencher a agenda da regulação fordista (traduzido por: crescimento com emprego e salário), nunca plenamente realizada por essas bandas, e 2) permanecer em linha com as lutas pela reorganização do trabalho, em sentido antitaylorista.

Em países periféricos, e devido à dominância da informalidade sobre a condição assalariada, os sujeitos coletivos lutam em duas frentes: tanto para substituir a heterogeneidade pessoalizada (o mundo do privado) pela homogeneidade impessoalizada (o mundo da lei: Paoli, 1994), quanto para reivindicar a política onde antes havia apenas a lógica férrea do mercado (e nesse sentido se aproxima das lutas “no chão de fábrica” do movimento operário dos países centrais). Pode-se inferir que tal convergência durou pouco na história do movimento operário brasileiro recente, o suficiente para infundir uma energia disruptiva durante o breve período da formação da CUT, com sua pauta de “controle”, “autonomia” e “democracia no local de trabalho”, assim como de espraiamento de comissões de fábrica a fim de consagrar a crítica à organização do trabalho.

Seja como for, a inflexão esboçada mais acima é necessária para desvelar uma confusão que impera hoje, e que pode ser formulada da seguinte ma-

neira: na postulação da “subjetividade” e do “sujeito no trabalho”, disseminados a partir de uma perspectiva principalmente empresarial, é preciso não tomar as trajetórias históricas de Norte e Sul globais como participantes de um mesmo movimento, já que na história do capitalismo elas obedecem a modulações diferentes. Caso contrário, corre-se o risco de tomar os reclames de “meritocracia” e “empreendedorismo” como sinais de emancipação e crítica do trabalho, o que eles obviamente não são.

Desse modo, os novos métodos de gestão, como se verá a seguir, não recalcam o “sujeito” e o “indivíduo” (como a antiga crítica do taylorismo afirmava) mas, ao contrário, os reforçam discursivamente. Fazem-no, até mesmo, no coração do próprio espaço produtivo - e não fora dele, como o seriam a família ou a vizinhança. Ao agir assim, negam a socialização salarial e promovem uma integração na sociedade de consumo que passa por cima de quaisquer estratificações reais – seja econômica, educacional, cultural ou outra – o que evidentemente choca-se com a realidade e promove uma profunda frustração.

Ademais, a ênfase no sujeito não é contraditória com a ênfase na empresa, pelo contrário: a socialização pela empresa é compatível com a individualização, enquanto que a “socialização pública” pelo Estado de bem-estar é compatível com uma identidade mais coletiva e solidária no interior do mundo do trabalho, onde a *diferenciação de classe* elude uma *indiferenciação individual*, em que o anonimato do operário-massa se impõe contra a distinção da cultura tardo-burguesa.² Não havia exatamente o predomínio do indivíduo durante o período dos “Trinta Gloriosos” do fordismo, mas, em contraponto, uma cultura avessa a ele; assim, os trabalhos que se debruçam sobre a “cultura operária” (ver, entre outros, Beaud e Pialoux, 1999) mostram sempre a contrariedade com os hábitos, projetos e mores do “eles” – os dotados de capital econômico, social e educacional - por oposição ao “nós”, entendido como uma comunidade de trabalhadores.

É interessante confrontar os pares: sujeito *com* socialização pela empresa, por um lado, com o par prévio à implantação das formas de organização do trabalho pós-fordistas (sejam elas o modelo japonês, a produção enxuta,

2. A caracterização de uma cultura tardo-burguesa foi aqui sugerida para se diferenciar de uma cultura burguesa revolucionária e plebeia como herança dos ideais iluministas de igualdade e justiça que estiveram por detrás da Revolução de 1789. Como se sabe, o movimento operário herdou esses ideais (Hobsbawm, 1996), enquanto que as preocupações “distintivas” e “gentrificantes” da classe burguesa correspondem a um momento histórico pós-1848, quando ela teria perdido o seu pendor emancipatório e igualitarista – o que o autor caracteriza como o universo simbólico-político dos “homens pequenos”.

ou o artesanato especializado-flexível), isto é, o par sujeito *com* socialização pública, por outro lado. O resultado líquido a que se chega é que, por paradoxal que possa parecer, o predomínio do Estado de bem-estar favorece não a individualização privada do sujeito confinado à cultura da empresa, mas a emergência de *sujeitos coletivos* sob a base de uma indiferenciação privada, que se expressa em demandas *públicas*. O neoliberalismo veio justamente corromper aquele equilíbrio próprio do fordismo, instaurando uma confusão conceitual e política (Paoli e Oliveira, 1999) que é tanto maior quanto se trata de países periféricos (ou semiperiféricos) como o Brasil, em que os sujeitos coletivos aparecem em sua instituição democrática sem ter experimentado o “círculo virtuoso” do Norte Global (Boyer, 1986a; Lipietz, 1988), como se viu acima.

O que a globalização expôs, em nosso caso, foi a sobreposição de uma crise do Centro (quando os arranjos produtivos aposentaram as formas consagradas de organização do trabalho) à uma crise devida ao fim da ditadura e à promessa de um caminho social-democratizante na periferia (quando as tais formas consagradas de organização do trabalho, as quais asseguravam altas taxas de produtividade, já estavam condenadas pelo paradigma da flexibilidade do capitalismo global).

O processo de trabalho no debate internacional e sua recepção no Brasil

Lugar de convergência de várias disciplinas acadêmicas, tais como a ergonomia, a engenharia de produção, a saúde ocupacional, a arquitetura, a história, a economia e a sociologia, o processo de trabalho teve o seu auge, como já se fez referência, a partir da recepção do livro de Harry Braverman, originalmente de 1974.

A obra tinha uma pretensão estrutural: associar os processos de trabalho – principalmente a “gerência científica” – com as tendências do capitalismo monopolista. No entanto, se tornou mais famosa e divulgada por conta de sua primeira parte, justamente aquela que recupera as reflexões decisivas de Marx em “O capital”, em que esse último desenvolve as diferenças entre “trabalho” e “força-de-trabalho”, e com isso acaba pondo em relevo todo o aspecto de *indeterminação* do contrato mercantil entre sujeitos livres de direito, base da representação burguesa da sociedade capitalista. Nesse empuxe, ganham fôlego as considerações do trabalho em termos de “contro-

le”, de “poder”, e de “posse”, na medida em que a indeterminação formal é resolvida na prática pela submissão e pela autoridade do proprietário da mercadoria “trabalho” (*força-de-trabalho*). A crítica da economia política atinge o seu ponto alto, e é justamente tal aspecto que nutriu o potencial analítico que “Trabalho e capital monopolista” acabou carregando consigo. Muitas consequências puderam ser extraídas desse ponto preciso da obra: desde entusiastas que procuraram estender as intuições para outros setores e para outros segmentos da população trabalhadora, como se verá abaixo, até aqueles que recusaram o fundamento materialista da abordagem e deram livre vazão às modalidades de exercício do poder, de submissão, e de construção de subjetividades.

A deriva do debate foi escrutinizada por balanços, análises críticas e recensões, tanto nacionais quanto internacionais. Lá fora, já uma primeira reação direta, de caráter principalmente empírico e com a discussão fundamentada em evidências das principais teses do livro - a desqualificação e degradação do trabalho; a gerência científica no trabalho de escritório; o lugar da mão de obra feminina; a incorporação da ciência à produção; a resistência (ou ausência dela), entre outras - apareceu em 1981, em coletânea organizada por Wood (1981). Mas houve também reações de cunho teórico (Littler e Salaman, 1982). O debate transcorreu basicamente entre autores de língua inglesa. Na França, ele estava fortemente vinculado ao debate sobre o taylorismo e o significado mais amplo do *travail enchaîné* para a divisão do trabalho, inclusive em um sentido mais amplo da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual (Coriat, 1976). Na Alemanha aflorou o importante ensaio do economista e filósofo Alfred Sohn-Rethel sobre a mesma questão³, e na Itália o taylorismo entrava pelo flanco da discussão no seio da corrente *operaísta*, em especial a passagem da figura do operário-massa para o operário-social em, por exemplo, Antonio Negri (1980).

No Brasil, uma primeira resenha crítica muito competente foi confeccionada por José Ricardo Ramalho (Ramalho, 1991). A partir dessa última desdobraram-se outras, sempre seguindo a trajetória do debate internacional tendo por contraponto também o ambiente intelectual nativo (pesquisas feitas por investigadores nacionais).

3. Há um excerto em língua portuguesa da obra desse autor sobre a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual na coletânea organizada por Erber (1982).

Foi, entretanto, o trabalho de Michael Burawoy, com sua crítica cortante a Braverman (Burawoy, 1985)⁴, que acendeu um farol por onde o debate podia evoluir. Esse autor propunha um conceito que parecia levar em conta todas as deficiências detectadas pela “bravermania”, e ainda operacionalizar uma chave interpretativa para reconstruir o lugar do processo de trabalho em uma teoria abrangente, de inspiração marxista-estruturalista: o conceito de “regime fabril” (Burawoy, 1985).

Regime fabril não é função direta (ou única) do processo de trabalho. Pode ser função também da intervenção do Estado; portanto, a variável nacional é importante. A intervenção do Estado cria distintos aparatos. O que distingue o capitalismo originário (*early capitalism*) do capitalismo avançado (*advanced capitalism*) são os tipos de intervenção do Estado. Em primeiro lugar, pelo processo (estatal) que separa a reprodução da produção da força de trabalho (*labour power*) via estabelecimento de níveis mínimos de *welfare*, independente da performance; esse nível mínimo (salário indireto) pode ser provido pelo Estado (como na maioria dos países europeus), mas também pela empresa (EUA ou Japão). Em segundo lugar, pela regulação direta dos aparatos de produção - na Inglaterra, por exemplo, não há tal intervenção do Estado nos aparatos de produção. O Estado é, portanto, uma variável-chave: tanto pelo ângulo da regulação estatal dos regimes fabris quanto pelo suporte estatal para a reprodução da força de trabalho. O Estado não está completamente autônomo em relação à “política de produção”: quando há mudanças na política de produção (aparatos de produção), o Estado reage.

Por exemplo, o Estado pode intervir *por causa* de certas políticas de produção. Burawoy identifica três regimes fabris sucessivos na trajetória do capitalismo desde o seu início: o regime despótico, o regime hegemônico, e o regime despótico-hegemônico.

Na caracterização do regime hegemônico, Burawoy identifica duas variações: 1) barganha fracionada (*Jay*) e 2) regras burocráticas (*Allied*), graças aos tipos de relações industriais predominantes: o primeiro é típico do caso inglês; o segundo, típico do caso norte-americano.⁵ Quanto ao regime despótico-hegemônico, que corresponde ao avanço neoliberal, o grande

4. O artigo “Towards a marxist theory of the labor process: Braverman and beyond” apareceu primeiramente na revista *Politics & Society*, em 1978; posteriormente foi incluído como capítulo no livro de 1985 (Burawoy, 1985).

5. Jay e Allied são os nomes fictícios de duas fábricas que forneceram o material empírico para a caracterização dos tipos. Isso reforça o foco no processo de trabalho como ponto de partida para a construção de conceitos mais abrangentes, conforme a pretensão do autor.

problema para a classe trabalhadora foi ter respondido à sua ascensão com as armas empregadas no antigo regime hegemônico do capitalismo avançado, ou seja, com negociações tendo por moeda de troca concessões no nível “micro”, o nível da fábrica (Burawoy, 1985, p. 151), enquanto o capital mostrava-se muito menos confinado à política de produção (*production politics*), e muito mais desenvolvido no nível “macro”. Trazendo para a nossa realidade latino-americana, tentativas de responder às iniciativas de escapar à regulação por parte das empresas foram feitas, por exemplo, no Brasil e na Argentina, ambas no sentido de orientar o investimento privado ou de propor saídas para a crise: câmaras setoriais, num lado (meados da década de 1990), e fábricas recuperadas, por outro lado (início dos anos 2000)⁶.

No entanto, o aspecto mais frágil do conceito é o fato dele não tematizar, no regime fabril despótico-hegemônico, contemporâneo da reestruturação produtiva, exatamente o seu lado mais insidioso e perverso: a individualização do trabalho, a competição interpares, e a quebra da solidariedade intrínseca ao coletivo de trabalhadores no coração das relações *na* produção (conceito que o autor emprega para distinguir de relações *de* produção). A principal característica do último regime fabril (que já acusava a difusão dos métodos toyotistas de organização do trabalho) é o deslocamento das empresas de zonas com influência sindical e militância operária (os *red-belts*) para as novas áreas isentas desses problemas (os *greenfields*). Ao se submeter à chantagem de fechar e sair, eliminando os empregos locais, os trabalhadores se encontravam diante de um despotismo contra o qual não havia como negociar, muito menos lutar contra – daí seu caráter “hegemônico”. Porém, nenhuma palavra sobre os principais traços intrínsecos do processo de trabalho ali onde as fábricas continuavam a existir. O estudo de caso feito em torno de uma fábrica metalúrgica norte-americana permitiu ao autor explicitar a forma como entendia o “consentimento” na produção – ao modo de um jogo (Burawoy, 1979a) – enquanto que o conceito de regime fabril variava a noção de “hegemonia” de acordo com uma perspectiva tanto diacrônica – comparando com organizações do trabalho do passado, como a Inglaterra da Revolução Industrial – quanto sincrônica – comparando diferentes realidades nacionais, tais como o Japão, os Estados Unidos e a Inglaterra, alargando-a para além de um único caso.

6. No Brasil, um movimento análogo – e anterior – ao da Argentina foi o das fábricas autogestionárias (organizado então pela Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogeridas – Anteag), com orientação cooperativista. Seu condão regulatório residiu no fato de recorrer a créditos do BNDES, como depois o fez o movimento cooperativista.

Na literatura nativa em sociologia do trabalho, o conceito de regime fabril foi muito pouco explorado como instrumento analítico válido⁷; o debate, mais ou menos na mesma época, acabou se concentrando sobre os chamados “transplantes” da produção japonesa para o Ocidente, e suas variações (Elger e Smith, 1994), assim como nas adaptações da *lean production* (produção enxuta) e as possibilidades entre um caminho “virtuoso” (*high road*) e um caminho precarizante (*low road*), essa última disjuntiva aplicando-se principalmente aos países da periferia.⁸ A indústria automotiva se converteu no principal laboratório de experiências de reestruturação, tanto no mundo (Babson, 1995; Durand *et al.*, 1999; Boyer e Freyssenet, 2000), quanto no Brasil (Arbix e Zilbovicius, 1997; Rodrigues e Ramalho, 2007; Abreu *et al.*, 2000). Uma rede de pesquisadores internacional se constituiu: o Gerpisa.⁹ Embora carecendo de um levantamento exaustivo, a percepção é de que vários setores importantes ficaram de fora de um tratamento tão detalhado, comparativo e compreensivo quanto o setor automotivo, que parecia ser o paradigma da inovação tanto tecnológica (a incorporação da eletrônica, os novos materiais e as novas fontes de combustível) quanto organizacional (o *teamwork*). Ulteriormente, e na literatura internacional, foi possível localizar o emprego do conceito de “regime fabril” na caracterização de um novo momento do capitalismo neoliberal em que as formas de contratação sobrepõem as formas de controle do trabalho direto, embora a base empírica tenha se limitado à Ásia (Nichols *et al.*, 2004).

No Brasil (e, talvez, na América Latina como um todo), de fato, a análise do processo de trabalho cedeu lugar, a partir de meados dos anos 1990, aos estudos sobre o mercado de trabalho, às modalidades de precarização e de (des)salarização, num momento em que a onda das políticas neoliberais estava em seu apogeu (Leite, 2012). Tendo em vista a informalidade histórica que viceja nesses países, não é de se espantar que tal tematização tenha sido revigorada com a introdução da nova pauta, agora devida muito mais aos chamados novos modelos produtivos, isto é, ao polo (super)moderno da economia, do que a seu polo atrasado e tradicional, ao qual a informalidade costumava estar associada.

7. Uma exceção é Guimarães (1986), porém sem continuidade.

8. Ver-se-á mais à frente.

9. Groupe d'Études et de Recherche Permanent sur l'Industrie et les Salariés de l'Automobile. O grupo se autointitula como uma “rede internacional sobre o automóvel”, e possui representantes ativos no Brasil.

Foi também ali quando as primeiras medidas de reforma laboral no país começaram a vigorar, com destaque para o banco de horas e a participação nos lucros e resultados, anunciando daí para a frente uma onda de desregulação e desmonte do aparato protetivo até então existente, e marcando de uma vez por todas a dominância do paradigma da flexibilização das relações de trabalho. Isso afetou as políticas de produção, e em particular as relações *na* produção – para ficar com a terminologia de Burawoy. As investidas do movimento sindical, por exemplo, endereçadas à demanda de “democracia no local de trabalho” e à “organização por local de trabalho” (no fundo, comissões de fábrica que tivessem poder de intervir nas políticas de produção das empresas, ainda que do ponto de vista mais consultivo do que deliberativo) saíram do radar.

Não é possível saber o quanto o advento de uma coalizão pró-sindicatos no poder político do Estado, a partir de 2003, tenha involuntariamente contribuído para esse esvaziamento (na medida em que possa ter vigorado um sentimento difuso do tipo “agora estamos no poder!”). O fato é que a pauta do mundo do trabalho efetivamente abandonou, na prática, aquilo que conceitualmente tinha sido o arcabouço da construção do “regime fabril” como chave analítica válida para capturar as principais mudanças empresariais e suas estratégias de classe. Ou seja, o processo de trabalho – como objeto analítico, não como problema real - se retraiu.

Como se observou há pouco, tal juízo se ressentia de um levantamento sistemático, e, portanto, de uma evidência que substitua uma mera afirmação impressionista. No sentido de superar esse obstáculo, foi feita uma primeira tentativa de objetivá-lo por meio de uma contabilidade simples de citações em revistas especializadas, cobrindo os anos de 1981 a 2016. As figuras na sequência dispõem os dados encontrados para apenas três balanços bibliográficos disponíveis em publicações representativas, relativas a décadas distintas: 1990, 2002 e 2016. O resultado sugere que pode estar se configurando uma tendência de escolhas temáticas – ou agendas de pesquisa - no campo da sociologia do trabalho, associadas a certos períodos históricos do país, aqui aproximativamente associados a decênios.¹⁰

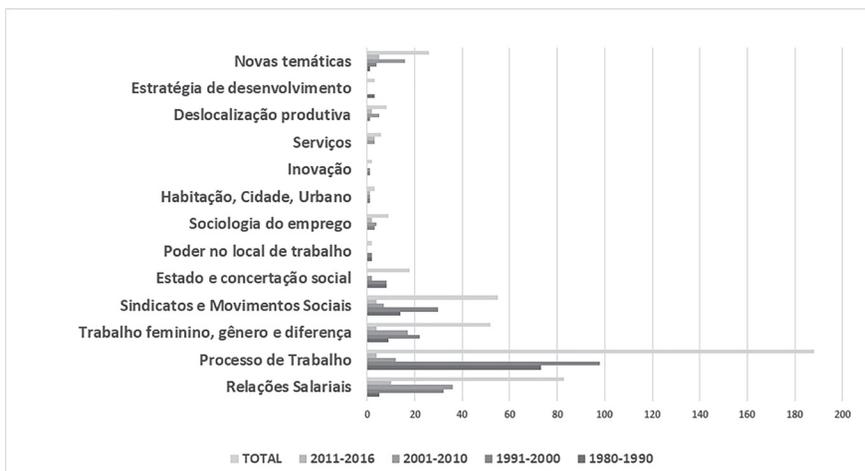
10. A organização, os critérios e a definição de cada tópico ou palavra-chave nos quadros alongariam em demasiado este texto, e por isso foram economizados aqui. Estão explicitados em “Évolution recente de la Sociologie du travail au Brésil: un essai”, *paper* apresentado em seminário do Centre Pierre Naville, Evry, em 24.02.2017, 13p.

Tabela 1. Citações nos três balanços bibliográficos (1999, 2002 e 2016)

	1980-1990	1991-2000	2001-2010	2011-2016	Total
Relações salariais	5	32	36	10	83
Processo de trabalho	73	98	12	4	188
Trabalho feminino, gênero e diferença	9	22	17	4	52
Sindicatos e movimentos sociais	14	30	7	4	55
Estado e concertação social	8	8	2		18
Poder no local de trabalho	2	2			2
Sociologia do emprego		3	4	2	9
Habitação, cidade, urbano		1	1	1	3
Inovação		1	1		2
Serviços			3	3	6
Deslocalização produtiva		1	5	2	8
Estratégia de desenvolvimento	3				3
Novas temáticas	1	4	16	5	26

Fonte: Elaboração do autor (2017).

Gráfico 1. Citações nos três balanços: disposição temporal



Fonte: Elaboração do autor (2017).

Por outro lado, um grande investimento foi posto na decifração dos fenômenos da subcontratação em cadeia, isto é, nas cadeias de mercadoria (Gereffi e Korzeniewicz, 1994), ou cadeias de valor (Humphrey e Schmitz, 2001). Esse é certamente um elemento dos mais importantes do novo modelo produtivo (na medida em que rompe com a verticalização da firma fordista), mas na abordagem das cadeias produtivas, sejam elas globais ou locais (os elos entre cliente e fornecedores), o processo de trabalho entra como um componente derivado na explicação, perdendo-se muito da riqueza de totalização que o regime fabril permitia inferir.

A “produção enxuta”

Nas economias ocidentais, a tradução do modelo toyotista de produção e organização do trabalho ficou conhecido como “produção enxuta”. Ela se difundiu principalmente no setor automotivo, mas também em outros ramos produtivos. Seus princípios seguem de perto a orientação racionalizadora da empresa japonesa baseada nos ditames do engenheiro Taichi Ohno, analisados didaticamente por Coriat (1993).

A produção enxuta foi confrontada com a realidade dos chamados “transplantes” para realidades nacionais distintas, cada uma delas carregando arranjos sociais muito diferentes entre si, o que acarretou também respostas desiguais aos desafios lançados por aquilo que chegou a se afigurar, no final dos anos oitenta do século passado, como uma espécie de novo *the one best way* (insígnia famosa de Taylor para o seu próprio método) contemporâneo, na forma de “melhores práticas”, consagrada pela obra de pesquisadores do MIT chamada “A Máquina que mudou o mundo” (Womack *et al.*, 1992).

Em geral, foram detectados três grandes linhas de adaptação nacional ao modelo japonês: um padrão anglo-saxão, de tintura neoliberal; um padrão europeu (com variações entre uma versão mediterrânea e uma versão escandinava), com normas protetivas para o trabalho, maior participação sindical e economia menos exposta; e finalmente um padrão corporativista-estatal, com fortes doses de autoritarismo no local de trabalho e relação estreita entre elite empresarial e Estado (caso de países emergentes ou dependentes). Falou-se ainda em um *high road* por oposição a um *low road* em cada economia hospedeira, como trajetórias possíveis para aclimatar a recepção do modelo nas empresas (ou nos territórios de cada país); nesse

caso, supondo-se que exista a possibilidade de um caminho “virtuoso” na produção enxuta. No caso brasileiro, esse apelo para uma saída que levasse em conta as reivindicações do mundo do trabalho tinha como suporte as experiências inovadoras de negociação entre capital e trabalho que vinham se desenrolando como reação ao neoliberalismo desde os meados dos anos 1990 (Rodrigues, 1999; Ramalho e Rodrigues, 2014; Vêras de Oliveira, 2011); isso podia envolver certos pactos com os patrões que incluíssem itens da produção enxuta como contrapartida a certas concessões.

Conquanto as adaptações nacionais desenhem respostas diferenciadas ao desafio colocado pelos novos métodos de gestão, produção e trabalho do “sistema Toyota”, não se pode fugir aos elementos fundamentais do modelo, constituintes de seu nervo central, que são os seguintes: 1) foco na redução de custos, tanto de componentes e matérias-primas quanto os custos humanos do trabalho, como efeito da pressão competitiva; intensificação do trabalho (com suas implicações em termos de duração da jornada e aumento da carga na própria jornada); concorrência interpares (tanto do chão-de-fábrica quanto do escritório), promovendo o enfraquecimento da solidariedade local, a individualização das demandas e a segmentação forçada da força de trabalho; 2) dependência do ambiente de mercado e de uma regulação de tipo *ex-post*, seguindo os ciclos de negócios; 3) insegurança do mercado de trabalho, introduzindo critérios flexíveis tanto para a contratação quanto para os direitos até então adquiridos em negociações coletivas (incluindo os salários); 4) descrédito dos sindicatos.

Tais elementos estão presentes, em maior ou menor medida, onde quer que a “produção enxuta” tenha sido aplicada. Por outro lado, os pontos positivos que os divulgadores e entusiastas propagandeiam são: 1) possibilidade de participação e empoderamento dos trabalhadores; 2) incremento da democracia no local de trabalho; 3) crença de que a organização do trabalho é “neutra” e que, dependendo da boa vontade gerencial, seus métodos podem ser empregados para assegurar eficiência e produtividade, tornando seus resultados benéficos a todos.

Uma característica fundamental da produção enxuta é o fato de viabilizar a produção em fluxo, isto é, de evitar as paradas e os tempos mortos, tanto com respeito ao capital fixo (os intervalos de *set-up* de máquinas) quanto com respeito ao capital variável (redução das pausas e retesamento do ciclo da montagem por parte da força de trabalho). Outro traço importante do modelo é o fato de ser “empurrado pela demanda”, ou seja, a ativação do processo de trabalho depende das oscilações dos pedidos dos consumidores – que podem ser tanto consumidores individuais quanto empresas de

subcontratação, intermediárias para o produto final. Muitas vezes, o mesmo princípio de ser “puxado pela demanda” aparece no próprio coração do processo produtivo de uma única fábrica, pois nesse caso uma seção ou departamento surge como fornecedor do seguinte, enquanto este último, cliente do primeiro, é o fornecedor do próximo; no Japão, os pedidos de uma seção à outra eram escritos no formato de um cartão e colocados em uma caixa que deslizava pela esteira – tal como as ferramentas e os componentes: daí o nome *kan-ban*. Finalmente, uma terceira importante característica é a ausência ou minimização dos estoques, uma vez que esses últimos podiam falsear os custos *reais* de produção – portanto, a adição de valor fica mais transparente, e qualquer desperdício tende a ser eliminado. Cadeias de produção, a rigor, podem ser concebidas espacialmente entre territórios do globo, como também, numa escala micro, interna à própria unidade produtiva – o que importa é que, em ambos os casos, a orientação racionalizadora coloca em primeiro plano a adição de valor e, portanto, o descarte de todos aqueles momentos em que não há contribuição direta para a criação e manutenção desse valor. Cadeias produtivas contêm, em geral, uma estrutura em rede, ou seja, uma teia de dependências recíprocas.

Quanto aos efeitos sobre o contingente humano envolvido nesses processos, a *intensificação* ressalta como elemento, talvez, o mais sintético de todos os demais traços característicos encontráveis. Muitas queixas sobre desgaste – físico e mental –, ansiedade e *stress* aparecem de relatos de estudos de caso. Esses últimos estão distribuídos por diferentes setores de atividade econômica – foi assim que a sociologia do trabalho consagrou a análise do fenômeno da produção enxuta: o mapeamento por setores, ramos e baseada em estudos de caso. Uma exceção é o estudo de Dal Rosso (2008) dedicado inteiramente à intensificação do trabalho. Afora ele, é digno de nota também as contribuições oriundas do campo da saúde do trabalho, da saúde coletiva, e da psicopatologia (posteriormente, psicodinâmica) do trabalho. A intensificação é, sem dúvida, um traço de permanência entre a época em que a produção enxuta se difundiu inicialmente (anos 1980 e 1990) e hoje.

Outro tópico presente no “pacote” da produção enxuta é o trabalho em grupo (*teamwork*), o que suscita uma série de questões extremamente interessantes para a sociologia, uma vez que põe em relevo fatores tais como o engajamento, a responsabilidade e a iniciativa do trabalhador individual, bem como de seu grupo de trabalho mais próximo, assim como os acordos com os superiores imediatos, tanto a hierarquia fabril mais próxima quanto

no âmbito da empresa como um todo, ou seja, enfatiza mais o comprometimento do que o conflito.

Essa ambiguidade foi tratada com relativo desprezo pelas abordagens mais militantes e decididamente *partisans* nos estudos do trabalho¹¹, mas tratamentos mais nuançados, por outro lado, foram capazes de enxergar aí um real problema, tanto teórico quanto prático: a individualização que os processos de trabalho estavam incitando tinha uma poderosa correspondência com as relações de emprego (*via* flexibilização do estatuto salarial: principalmente a terceirização, em um primeiro momento, e a pura e simples precarização, em seguida), com o papel do Estado e das políticas públicas (com as privatizações e o combate às redes protetivas de caráter coletivo), com as relações industriais (*via* ataque aos sindicatos e a representação trabalhista em geral), e finalmente com o ambiente cultural mais difuso (com o espraçamento do discurso neoliberal, em especial a ênfase no empreendedorismo e nas virtudes da competição sobre o ideal de solidariedade). Ou seja, a individualização das relações de trabalho, em cada universo microeconômico, era confirmada pelo entorno societal que cobria cada caso particular, isto é, cada local de trabalho, fosse ele fabril, de serviços ou administrativo. Nesse sentido, o *teamwork* – elemento do modelo de produção dito pós-fordista – tinha uma característica que permitia que fosse elencado como o traço talvez mais cheio de consequências, e que pudesse dialogar com as demais tendências de época no que tange ao “novo mundo do trabalho”, muito discutido e tematizado em círculos acadêmicos, políticos e da mídia.

Por que cheio de consequências? Em primeiro lugar, porque o trabalho em grupo mobiliza valores que sempre foram caros ao movimento operário e a seu pendor emancipatório em relação à divisão do trabalho capitalista – autonomia, independência e autocontrole. Os trabalhadores são instados a resolver problemas na produção, ao invés de previamente efetuar tarefas prescritas e delegar a solução de gargalos para os técnicos; em alguns casos descritos pela literatura – embora isso seja muito raro¹² - eles teriam a capa-

11. Uma vez que a causa para tais fenômenos preferencialmente era localizada na incapacidade de lideranças políticas e sindicais, o que punha em primeiro plano um argumento excessivamente voluntarista, e por isso reducionista.

12. Os exemplos apresentados em geral recaem no caso da Volvo de Uddevala, Suécia, paradigma do “modelo sueco” até meados dos anos 1990 (Berggren, 2006[1993]; Marx, 1992). Outro exemplo de autonomia e iniciativa no trabalho, muito discutido também na literatura, era o caso dos distritos industriais italianos que conformavam a chamada “especialização flexível” (Piore e Sabel, 1984), porém, ali não se tratava de produção manufatureira de massa, e a característica do artesanato o afastava *prima facie* das principais contradições postas para o taylorismo.

cidade de parar a produção quando observado um mal funcionamento ou desconformidade no equipamento ou no processo, e portanto de interromper o fluxo, eventualmente pesquisando as origens do problema (mecânico, elétrico, eletrônico, etc.) e consertando-o. É o famoso “melhoramento contínuo” (*kaizen*).

No caso brasileiro (como ademais em outros quadrantes) tais valores se revelaram um engodo, um estratagema para jogar com os bríos morais dos trabalhadores apenas para fazê-los trabalhar duro e produzir mais com menos – o operário multitarefas ao invés de polivalente (Salerno, 1993), ou então como produção enxuta, que mostrou sua verdadeira face como “gerência pelo *stress*” (Parker e Slaughter, 1990).

Em segundo lugar, porque coloca às claras o funcionamento do regime de competição generalizada do capitalismo neoliberal (Laval e Dardot, 2016), e o mecanismo que ele preenche de administração dos tempos mortos do processo de trabalho no contexto de uma produção em fluxo (Durand, 2003). Em terceiro lugar, porque permite, economicamente, a gestão dos estoques - como se viu há pouco - e o estreitamento do ciclo de vida dos produtos¹³, garantindo ganhos de eficiência e economia de custos com o mercado de trabalho. Em quarto lugar, e sobretudo, alimenta a ilusão da responsabilidade e de uma maior qualificação requerida da força de trabalho, uma vez que a delegação de certas decisões aos próprios operadores parece ir de par com o empoderamento operário e confirmar os vagos sentimentos de “meritocracia” (em geral associada a longas horas-extras e a sacrifícios privados em proveito da firma) que frequentam o discurso patronal, o que reforça, ademais, a ideia de ganha-ganha ou de comprometimento entre os de baixo em relação aos de cima, etc. Originalmente, contudo, a responsabilidade no trabalho – ao menos em sua versão japonesa, oriunda do modelo da Toyota – está ancorada no cuidado tanto com as ferramentas (o que inclui sua limpeza e manutenção), atribuídas aos postos em que o operário circula, quanto com o bem-estar do grupo, evitando conflitos e zelando pelo “clima” da organização.

Esse último quesito remete a uma noção muito prezada na literatura apolo-gética, e plena de implicações para a análise: o sentido do “engajamento” e do

13 Na indústria de confecções, por exemplo, as células de produção, utilizando-se do esquema de rotação pelos postos com as mesmas operárias, permitem ultimar produtos da estação fora da estação (roupas de praia durante o inverno, ou, inversamente, enxoval escolar fora do período de aulas etc.), já que máquinas diferentes são manipuladas pelo mesmo contingente de força de trabalho, auferindo considerável flexibilidade.

funcionamento do grupo de trabalho. O “engajamento” remete a um termo que tem nítida familiaridade com o campo semântico da política, sobretudo à política radical associada à militância. O mesmo ocorre com o espírito da mobilização permanente do grupo de trabalho (*teamwork*) ou células de produção. O próprio termo “célula” tem uma vinculação significativa com o universo da política radical, clandestinidade, disciplina partidária... mas também, num outro polo, com autodeterminação, com decisões autônomas de baixo para cima e democracia interna e direta, tendo como limite último a “causa”, sem mediações. É curioso que esse aspecto do “coletivismo” das células, grupos ou times de produção, emuladas pela reestruturação neoliberal, não tenha sido notada pelas análises da época; ele parece atestar o autêntico sequestro dos ideais de democracia no local de trabalho – bandeira do campo da esquerda¹⁴ – para as hostes de seu inimigo de classe: as empresas capitalistas as mais eficientes e produtivas. O verdadeiro *sacrifício* pela produtividade virou a “causa”, a campanha, que essas últimas queriam ver incutida em sua força de trabalho, muitas vezes estimulando que os seus trabalhadores reproduzissem essas práticas em suas casas.¹⁵ Ao passo que as células, em seu sentido político original e como extensões dos partidos revolucionários, procuravam, enquanto microcosmo da nova sociedade, antecipar o futuro e questionar as limitações existenciais que a sociedade impunha – as diferenças entre público e privado, família, religião, profissão, costumes, etc. – as células do novo regime produtivo, por meio de suas campanhas pela produtividade, enfatizavam a dedicação e devoção integral, consciente e inflexível, a um bem maior: a empresa.

Os efeitos subjetivos dessa verdadeira *guerra* econômica foram bem caracterizados por Dejours (1998), um dos autores a chamar a atenção para o aspecto de *totalitarismo* nesse estilo de organização do trabalho. Mas seu

14. No Brasil, não à toa, o trabalho em grupo encontrou como obstáculo a transpor a política sindical alinhada com o patrocínio das Organizações por Local de Trabalho (OLTs), comprometidas com o discurso da “democracia no chão de fábrica”. Os times e células da reestruturação produtiva não se referiam à “democracia” como discurso ou prática, bem entendido, porém o funcionamento deles emulava as noções de comunidade de pares, do “colega”, do “jogo”, do “empoderamento”, ao lado de seu pendor competitivo e guerreiro (Dejours, 1998). O senso do “jogo” também já estava presente no trabalho sociológico de Burawoy, porém o espaço autônomo preservado pelos trabalhadores foi construído ali justamente *em contraponto* ao controle exercido pela empresa – mesmo que paradoxalmente seu funcionamento pudesse contribuir para o aumento da produtividade (Burawoy, 1979a); essa é toda a diferença do exercício do “jogo” em ambiente pós-fordista.

15. É evidente a similitude com a cruzada moral que Henry Ford procurava disseminar em suas fábricas, nas primeiras décadas do século XX, mas agora, no final desse mesmo século, em bases estruturais pós-fordistas.

aspecto político-ideológico não foi muito explorado. Mais recentemente, obras de síntese como de Laval e Dardot (2016) tentaram abarcar o seu significado mais geral, isto é, difundido para outras esferas do social.

Perpassando todo o processo organizado em grupos de trabalho está o *just in time*, que serve tanto para a subcontratação de fornecedores quanto de trabalhadores – além de forçar o ritmo dos que já estão empregados. Ele é quase um sinônimo para “produção enxuta”. Por outro lado, todas as modulações posteriores de políticas de gestão baseadas na *qualidade total* são derivadas dos princípios do *just in time*.

Muito se falou sobre precarização do trabalho associado ao mercado de trabalho, mas pouca atenção é dada ao aspecto do trabalho precário no interior do próprio contingente assalariado normal, isto é, estável e não sujeito à terceirização. O trabalho duro e estressante dos que são a parcela fixa ou “nobre” é a contrapartida pela pressão exercida pelos que estão de fora querendo entrar e, portanto, se submetem a condições de trabalho e salários mais degradantes.

Estava em jogo, em suma, uma microrregulação do trabalho que operava no nível da firma, dando consistência à desregulação dos parâmetros institucionais do fordismo que tinham lugar no nível macro. Esse processo não teve solução de continuidade. Ele persiste, e foi incorporado no mundo do trabalho como uma espécie de nova normalidade, ou uma segunda natureza do ambiente laboral que os sujeitos encontram quando se defrontam com ele em seus empregos, “bicos” ou “tramos”.

Senão vejamos.

Os anos 2000: a longa duração da reestruturação

Novas pesquisas feitas sobre o chão-de-fábrica, no Brasil, nos primeiros anos do novo século, confirmam a continuidade (mesmo com a mudança das coalizões políticas no aparelho de Estado). Seguem-se alguns relatos exemplares, baseados em estudos de uma nova geração de sociólogos do trabalho.

O primeiro relato vem do ramo eletroeletrônico. Em uma empresa sul-coreana localizada em São Paulo adota-se, como método de gestão, a *respon-*

sabilização coletiva (isto é, pelos grupos de trabalho) tanto para a quantidade quanto pela qualidade do produto.

Longe de significar independência e autonomia, essa responsabilização revela-se ilusória, pois depende em última instância de ordens de produção, que estão além da deliberação dos grupos. Isso com respeito às quantidades: pedidos com especificações determinadas, etc. relativamente aos quais as margens de intervenção são mínimas. Com respeito à qualidade, a pressão dos pares sobre a performance de cada trabalhador individual decorre quase espontaneamente, pois o trabalho de um depende do trabalho dos outros. O *stress* aparece nos relatos dos trabalhadores entrevistados justamente quando tal dependência é explicitada (Lapa, 2015, p. 217-18).¹⁶

No entanto, a gestão que adota os preceitos da produção enxuta/toyotismo é a mesma que mantém a divisão do trabalho clássica entre técnicos e executantes: os primeiros ficam responsáveis por detectar de onde vem o erro – ao contrário dos próprios operadores diretos –; enquanto os segundos, e a despeito de estarem em uma linha de produção onde “o trabalho de um depende do trabalho do outro”, relatam que a disposição dominante é do tipo “faz e acabou” (Lapa, 2015), ou seja, a modulação ou ajuste do *trabalho real*¹⁷ segue a antiga segmentação dos postos adscritos formalmente.

O que vale para a responsabilização, vale também para o *envolvimento* e o *comprometimento* da força de trabalho.

A política de gestão baseada no comprometimento e engajamento não encontra um terreno vazio, mas ao contrário, preenchido com a história das relações de trabalho pregressas e presentes. O passado de paternalismo e benemerência patronal, traços do tradicionalismo no trato com os operários, muitas vezes mostrou-se, no nosso caso, mais compatível com as técnicas pós-fordistas de enquadramento da força de trabalho do que em resistência a ela. Trata-se da clássica divisa acerca das vantagens do atraso, isto é, a facilidade com que o paradigma mais arcaico se adapta ao paradigma mais atualizado, economizando a passagem da etapa intermediária que é

16. Qualquer tematização sobre a subjetividade no trabalho teria de partir desse pressuposto de que a constituição da identidade psicológica do sujeito no trabalho é fortemente determinada pela organização, o que retoma uma tópica adorniana clássica em suas reflexões sociológicas sobre o caráter *falso* da socialização em situações em que predominam as condições materiais da produção capitalista (Adorno e Horkheimer, 1978, p. 19-20; Adorno, 2008).

17. Seguindo aqui a distinção clássica na área entre “trabalho prescrito” *versus* “trabalho real” (Daniellou, Laille e Taiger, 1989), muito utilizada na sociologia do trabalho (embora seu pertencimento disciplinar original seja a ergonomia, e não a sociologia).

superada por esse último. A flexibilidade produtiva e a flexibilidade do trabalho, longe de serem uma figura recalcada pela experiência dominante do assalariamento, com sua “rigidez” contratual, tecnológica e organizacional, no caso brasileiro, mostrou-se enormemente compatível com as técnicas do *Just in time* e da mobilização pela busca da qualidade, em que o compromisso do trabalhador com os propósitos da empresa é fundamental. Existe uma espécie de “linha direta” que liga o antigo com o contemporâneo, sem a mediação do tempo histórico correspondente à regulação fordista.

Isso foi notado anteriormente por uma autora como Silva (1991), que mostrou que o operariado metalúrgico do ABC paulista era muito menos avesso à negociação da implantação de novos métodos de organização do trabalho do que sua contraparte inglesa, enquanto um observador arguto como Chico de Oliveira se referia jocosamente ao *Just in time* como o sistema do “é pra já, doutor!”, traduzindo simbolicamente a recepção dessa receita japonesa em terras onde a relação de subordinação ainda se pautava pela deferência pré-moderna da dependência ao senhor.

Uma empresa metalúrgica ícone do personalismo empresarial, a Termomecânica, de São Bernardo do Campo, nosso segundo relato, descreve muito precisamente essa trajetória, ligação direta entre o pré e o pós-moderno nas relações de trabalho. Nela,

[...] a extemporaneidade aparente ajustou-se às exigências de flexibilidade que aos poucos brilhavam no horizonte do capitalismo fordista. A burocratização apenas relativa d[a] empresa, ocasionada pelo alto teor personalista de seu modelo de gestão permitiu a[o dono] a flexibilidade necessária para tensionar o[seu] fluxo produtivo: a flexibilidade na (re)alocação dos trabalhadores, flexibilidade (extensão ou diminuição) das jornadas de trabalho que variavam ao sabor das exigências de mercado, flexibilidade na remuneração (isto é, salário associado à produtividade – a empresa foi pioneira no que posteriormente denominou-se PLR: Participação nos Lucros e Resultados), flexibilidade tecnológica (conquistada graças ao estilo ‘fábrica das fábricas...’) etc.. Em suma, o liberalismo paternalista d[o dono] possibilitou que a empresa realizasse aquilo que os ‘gurus’ da administração e da engenharia apenas conseguiam por meio das modernas estratégias de reestruturação produtiva: a incessante ampliação da produtividade (Dos Santos, 2019, p. 245-246).

Tanto o “velho” modelo produtivo quanto o “novo” modelo, esse último baseado na racionalização produtiva flexível no regime de competitividade generalizada, muitas vezes convivem em uma mesma planta, e a literatura não é indiferente ao “hibridismo” que pode funcionar por um período transitório ou então se arrastar como uma espécie de novo modelo, cuja permanência atesta a sua viabilidade econômica. Um dos componentes dessa convivência é, certamente, a organização do trabalho de feição taylorista que ainda se mantém em muitas seções (Lapa, 2015; Dos Santos, 2019; Aguiar, 2017). Mas é sobretudo o sentimento de ingratidão com o patrão que assoma quando é substituída uma gestão em que esse último era mais presente por uma outra considerada mais impessoal, distante e fria. Tal sentimento obedece a uma clivagem geracional, claro, com os trabalhadores mais antigos sendo mais afetados do que os jovens, pois que isentos da socialização fabril em um tempo em que os donos apareciam no chão de fábrica, eram acessíveis, e conversavam com seus empregados. Do mesmo modo que encontramos o caso do trabalhador que vai ao cemitério visitar o túmulo do patrão e, emocionado, lembra que ele “comia lá na cantina como todo o mundo”, mesmo sendo ele “rápido em demitir” (Dos Santos, 2019, p. 244), há também as situações de ressentimento pelo esquecimento de um certo pacto implícito entre o subordinado e o dono, quando um dos lados o quebra. Vejamos o relato de um antigo operário da Natura – nosso terceiro relato:

Era a época das vacas magras mesmo, quando o [dono da empresa] tinha um Fusca, ou uma Brasília ainda, e ele emprestava dinheiro para o [dono da empresa] pagar a conta de água, de luz. Era empregado da Natura [...]. Quando ele foi mandado embora, ele tinha quase 35 anos de empresa e ele foi mandado embora em casa, com atestado médico. [...] Foi quando a Natura fez a reestruturação (Aguiar, 2017, p. 123).

“Foi quando a Natura fez a reestruturação”: é esse o marco. Antes, o fluxo era, ainda que duro e desgastante, menos naturalizado; era mais, por assim dizer, “humano”. Depois, o fluxo naturaliza o constrangimento (Durand, 2003, p. 148); ninguém escapa, todos estão sujeitos aos mesmos ditames, desde o mais baixo da escala até a gerência mais responsável – “estão todos no mesmo barco”, é o mantra organizacional que justifica a “polícia” do fluxo, em que a dominação não tem rosto. E quem fala em “polícia” não fala em “política”, lembrando a disjuntiva introduzida no debate político por Rancière

(*apud* Oliveira, 2007). O processo de trabalho dos tempos de reestruturação produtiva, portanto, tem essa característica precípua: ele é despolitizante. Ele solicita uma postura individualizante e visibilizada do trabalhador que, ao ser “nomeado”, isto é, encontrável em meio ao que antes era o anonimato do grupo solidário *para dentro*, mas diferente de outros grupos *para fora* (classe social diferente de outra classe social), passa imediatamente a ser mais controlado. O que significa exatamente ser (des)solidário *para dentro* e igual aos outros *para fora*? O funcionamento da célula de produção (ainda no caso da Natura – mas há muitos outros! - é elucidativo:

Se a gente vê que tem alguém fazendo corpo mole ou tá faltando muito, ou não entrega o processo, ou fica enrolando, não sei... A gente pode se reunir e conversar com você. A gente da célula. [...] A gente não precisa falar com o chefe. A gente pode se reunir entre a gente e conversar. Se não resolver, aí a gente pode passar pro superior. (Relato de um trabalhador jovem, exemplar em termos de ‘comprometimento’) (Aguiar, 2017, p. 119).

Eis o engajamento que a firma valoriza, e que a sociedade mais ampla chama de espírito empreendedor. Não há a menor dúvida de que a máxima gramsciana de que a hegemonia vem da fábrica se aplica perfeitamente – e num formato mais insidioso do que o enquadramento despótico-hegemônico (Burawoy, 1985) podia dar conta.

Essa característica do processo de trabalho da contemporaneidade não chegou a ser capturada inteiramente pelo conceito de “regime fabril”, na época em que as grandes linhas do pós-fordismo foram traçadas. O debate ficou estacionado nos temas do toyotismo, do *just in time*, da produção enxuta e da *qualidade total*. É possível enxergar, na realidade atual dos serviços comerciais – por exemplo, os entregadores – muito dos princípios que já estavam contidos lá atrás, com as experiências da manufatura: flexibilidade total - da jornada, do salário, do território. O foco no processo de trabalho, com uma relativa história conceitual que é coetânea à crise do arranjo societal fordista, ainda contém possibilidades de análise que não foram completamente esgotadas pela sociologia, seus praticantes e leitores. Seu declínio – e isso ficou bem nítido à medida em que o tempo passava - corresponde ao declínio da influência dos sindicatos e de coalizões políticas alinhadas ao mundo do trabalho e dos trabalhadores.

Referências

- Abreu, A.; Beynon, H.; Ramalho, J. R. (2000). The dream factory: VW's Modular Production in Resende, Brazil. *Work, Employment & Society*, v. 14, n. 2, p.262-283.
- Abreu, A. R. P. (1985). *Processo de trabalho e ciências sociais: a contribuição do GT 'Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais'*. Texto apresentado no IX Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, São Paulo, out.
- Adorno, T. (2008). *Introdução à sociologia*. São Paulo: Editora da Unesp.
- _____; Horkheimer, M. (1978). *Temas básicos da sociologia*, São Paulo: Cultrix.
- Aglietta, M. (1979). *Regulación y crisis del capitalismo*. La experiencia de los Estados Unidos. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- Aguiar, T. (2017). *Maquiando o trabalho*. Opacidade e transparência numa empresa de cosméticos global. São Paulo: Annablume.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão*. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo.
- _____; Braga, R. (Orgs.). (2009). *Infoproletários. Degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo.
- Arbix, G.; Zilbovicius, M. A. (Orgs.). (1997). *De JK a FHC: a reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta.
- Babson, S. (Ed.). (1995). *Lean Work. Empowerment and Exploitation in the Global Auto Industry*. Detroit: Wayne University Press.
- Beaud, S.; Pialoux, M. (1999). *Retour sur la Condition Ouvrière*. Paris: Fayard.
- Berggren, C. (2006 [1993]). Lean production. The end of history? In Beynon, H. e Nichols, T. (eds.) *The Fordism of Ford and Modern Management*. Fordism and Post-Fordism, v. I, Northampton, US: Edward Elgar.
- Boyer, R.; Freyssenet, M. (Dir.). (2000). *Les modèles productifs*. Paris: La Découverte, Coll. "Repères".
- Boyer, R. (1986a). *La Théorie de la Régulation: une analyse critique*. Paris: La Découverte.

_____. (Dir.). (1986b). *La flexibilité du travail en Europe*. Paris: La Découverte.

Braverman, H. (1981). *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar.

Burawoy, M. (1985). *The politics of production. Factory regimes under capitalism and socialism*. London: Verso.

_____. (1979a). *Manufacturing consent. Changes in the labor process under monopoly capitalism*. Chicago: The University of Chicago Press.

_____. (1979b). The anthropology of industrial work. *Annual Review of Anthropology*, v. 8, p. 231-266.

Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis (RJ): Vozes.

Castells, M. (2011). *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*, v. 1. São Paulo: Paz e Terra.

Coriat, B. (1993). Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção. In: Hirata, H. (Org.) *Sobre o 'modelo' japonês. Automatização, novas formas de organização e relações de trabalho*. São Paulo: Edusp.

_____. (1982). *L'atelier et le chronomètre*. Paris: Christian Bourgois.

_____. (1976). *Ciencia, tecnica y capital*. Madrid: H. Blume.

Dal Rosso, S. (2008). *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo.

Daniellou, F.; Laville, A.; Taiger, C. (1989). Ficção e realidade do trabalho operário. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, out-dez., v. 17, n. 68, p. 7-13.

Dejours, C. (1998). *Souffrance en France. La banalisation de l'injustice sociale*. Paris: Seuil.

Desmarez, P. (1986). *La Sociologie industrielle aux États-Unis*. Paris: Armand Colin.

Dos Santos, D. T. (2019). A fábrica em que o sindicato nunca entrou. *Paternalismo industrial no ABC paulista*. São Paulo: Alameda.

Durand, J. P. (2003). A refundação do trabalho no fluxo tensionado. *Tempo Social*, v. 15, n. 1, p. 139-158.

- _____; Stewart, P.; Castillo, J. J. (Eds.). (1999). *Teamwork in the automobile industry. Radical Change or Passing Fashion?* London: Palgrave Macmillan.
- Elger, T.; Smith, C. (Eds.). (1994). *Global japanization? The transnational transformation of the labour process*. London: Routledge.
- Erber, F. S. (Org.) (1982). *Processos de trabalho e estratégias de classe*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Erggren, C. (2006 [1993]). Lean production. The end of history? In: Beynon, H.; Nichols, T. (Eds.) *The Fordism of Ford and Modern Management. Fordism and Post-Fordism*, v. I. Northampton, US: Edward Elgar.
- Gereffi, G.; Korzeniewicz, M. (Eds.). (1994). *Commodity chains and global capitalism*. Westport: Praeger.
- Guimarães, A.S. (1986). Regime fabril e formação de classe na indústria petroquímica da Bahia. Mestrado em Sociologia UFC / Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais. *Relações de Trabalho e Relações de Poder: mudanças e permanências*, v. 1, UFC, p. 262-285.
- Hobsbawm, E. (1996). *A Era das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra.
- Humphrey, J.; Schmitz, H. (2001). *Governance in global value chains*. Sussex: IDS Bulletin, v. 32, n. 3. 14p.
- Lapa, T. (2015). *Processo de trabalho, divisão sexual do trabalho e práticas sociais das operárias na indústria eletroeletrônica no contexto da flexibilidade produtiva*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 361p.
- Laval. C.; Dardot, P. (2016). *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Boitempo.
- Leite, M.P. (2012). A Sociologia do Trabalho na América Latina: seus temas e problemas (re)visitados. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 4, p. 103-127.
- Lipietz, A. (1988). *Miragens e milagres*. Problemas da industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel.
- Littler. C.; Salaman, G. (1982). Bravermania and beyond: recent theories of the labour process. *Sociology*, v. 16, n. 2, p. 251-269.
- Marx, K. (1996). *O capital. Crítica da economia política*. Tomo I (Coleção Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural.

_____. (1992). Processo de trabalho e grupos semi-autônomos: a evolução da experiência sueca de Kalmarnos anos 90. *Revista de Administração de Empresas*, v. 32, n. 2, p. 36-43.

Mello e Silva, L. (2014). Braverman e a centralidade do processo de trabalho: comentários sobre comentadores desde uma leitura periférica. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 2, n. 4, p. 159-182.

Negri, T. (1980). *Del obrero-masa al obrero social*. Entrevista sobre el obreirismo a cargo de Paolo Pozzi y Roberta Tommasini. Barcelona: Anagrama.

Nichols, T.; Cam, S.; Chow, W.G.; Chun, S.; Zaho, W.; Feng, T. (2004). Factory regimes and the dismantling of established labour in Asia: A review of cases from large manufacturing plants in China, South Korea and Taiwan. *Work, Employment & Society*, v. 18, n. 4, p. 663-685.

Oliveira, F. (2007). Política numa era de indeterminação: opacidade e reenchantamento. In: Oliveira, F.; Rizek, C. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo.

Oliveira, F.; Paoli, M.C. (Orgs.). (1999). *Os sentidos da democracia*. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes/Nedic.

Panitch, L.; Gindin, S. (2012). *The Making of Global Capitalism*. The Political Economy of American Empire. London/New York: Verso.

Paoli, M.C. (1994). Os direitos do trabalho e sua Justiça: em busca das referências democráticas. *Revista da Usp* 21, p. 100-115.

Parker, M.; Slaughter, J. (1990). Management-by-stress. The Team Concept in US Auto Industry. *Science as Culture*, v. 1, n. 8, p. 27-58.

Piore, M.; Sabel, C. (1984). *The second industrial divide*. Possibilities for Prosperity. New York: Basic Books.

Polanyi, K. (1980). *A grande transformação*. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus.

Ramalho, J. R. (1991). Controle, conflito e consentimento na teoria do processo de trabalho: um balanço do debate. *BIB - Boletim Bibliográfico em Ciências Sociais*, 2º sem., 32, p. 31-48.

_____; Rodrigues, I. J. (Orgs.). (2014). *Trabalho e ação sindical no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Annablume.

Rodrigues, I. J. (Org.). (1999). *O novo sindicalismo, vinte anos depois*. Petrópolis (RJ): Vozes.

_____; Ramalho, J. R. (Orgs.). (2007). *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: comparações entre o ABC paulista e o sul fluminense*. São Paulo: Annablume.

Salerno, M. S. (1993). Modelo japonês, trabalho brasileiro. In: Hirata, H. (Org.) *Sobre o 'modelo' japonês. Automatização, novas formas de organização e relações de trabalho*. São Paulo: Edusp.

Santana, M. A. (1998). O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate. Curitiba: *Revista de Sociologia e Política* 10/11, p. 19-35.

Silva, E. B. (1991). *Refazendo a fábrica fordista*. São Paulo: Hucitec.

Silver, B.J. (2005). *Forças do trabalho. Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo.

Véras de Oliveira, R. (2011). *Sindicalismo e democracia no Brasil*. Do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. São Paulo: Annablume.

Webster, E.; Lambert, R.; A. Bezuidenhout (2008). *Grounding Globalization: Labour in the Age of Insecurity*. London: Blackwell.

Wood, S. (Ed.). (1981). *The degradation of work? Skill, deskilling and the labour process*. London: Hutchinson.

Womack, J.; Roos, D.; Jones, D. (1992). *A Máquina que mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier. [Ed. original: *The Machine that changed the world*. The Story of Lean Production – Toyota’s Secret Weapon in the Global Car Wars that is Revolutionizing World Industry. New York: Free Press, 1990].

6. DAVID LOCKWOOD – MARGINAL ENTRE NÓS, INCONTORNÁVEL PARA OS ESTUDOS DO TRABALHO

PATRÍCIA VIEIRA TRÓPIA

Introdução

David Lockwood, sociólogo inglês, nascido em 1929 em Holmfirth, pequena cidade industrial de Yorkshire, West Riding, e falecido em 2014, aos 85 anos, graduou-se em Economia no ano de 1952 e iniciou no ano seguinte sua trajetória profissional na London School of Economics. Lockwood integrou, muito provavelmente, a principal e mais reconhecida geração de sociólogos do pós-guerra, responsável pela consolidação da sociologia na Grã-Bretanha. Nos anos de 1960, nada menos do que 28 novos departamentos de sociologia foram criados nas universidades britânicas (Halsey, 1982), em função do trabalho dessa “heróica” (Savage, 2005) geração de sociólogos, da qual Lockwood foi parte ativa e um dos nomes mais proeminentes¹.

De origem operária, Lockwood cresceu em um ambiente familiar em que a educação não era um valor dominante. Seu pai inicialmente trabalhou em uma fábrica como tintureiro e, após dar baixa no Exército durante a Primeira Guerra, desenvolveu o ofício de sapateiro por alguns anos, enquanto desde muito jovem sua mãe trabalhou como doméstica em Holmfirth, retomando esta atividade após a morte do marido. Sua única irmã evadiu da

1. A geração de estudantes da London School of Economics foi responsável pela profissionalização da sociologia britânica. Senão todos, a maioria provinha de uma condição de *outsiders* “provincianos”, nascidos na periferia da sociedade inglesa, filhos da classe trabalhadora. Receberam da universidade total apoio para se dedicar integralmente à disciplina, e nas décadas seguintes atuaram no sentido de institucionalizar o campo e colocar a sociologia britânica no mapa internacional. São eles: J. A. Banks, Olive Banks, Michael Banton, Basil Bernstein, Percy Cohen, Norman Dennis, Ralf Dahrendorf, A. H. Halsey, David Lockwood, Cyril Smith, J. H. Smith, Asher Tropp e John Westergaard (cf. Halsey, 1982).

escola aos 15 anos para trabalhar como secretária em um escritório, mesma trajetória trilhada pelo jovem Lockwood ao final do curso secundário.

Durante entrevista concedida a Paul Thompson, Lockwood abordou as dificuldades materiais vividas pela família e algumas influências que recebeu durante a infância, entre as quais de uma professora da Grammar School, hóspede em sua casa, que funcionou, durante um período, como pensionato (Thompson, 2002). Na referida entrevista, Lockwood também rememorou relações fortemente solidárias com vizinhos e membros da comunidade de Holmfirth, bem como algumas oportunidades que ele buscou avidamente aproveitar.

Lockwood ingressou na Honley Grammar School, após ganhar uma bolsa de estudos. Ao sair, foi trabalhar, impelido pelas difíceis circunstâncias de sua família, ainda mais empobrecida após a morte do pai e o casamento da irmã (Rose, 2014a). Depois de servir no Corpo de Inteligência do Exército Britânico, entre 1947 e 1949, na divisa entre Áustria e Iugoslávia, foi estimulado a pleitear uma vaga na universidade, por influência de professores de esquerda. Neste período em que serviu na fronteira, enquanto se recuperava de problemas de saúde, Lockwood teve contato com a obra de Marx, a partir do livro “Man’s worldly goods”, do economista norte-americano, professor em Columbia e um dos fundadores da revista *Monthly Review*, Leo Huberman (cf. Thompson, 2002), e do próprio “Capital - crítica da economia política”. Aprovado na London School, Lockwood recebeu, em 1949, uma bolsa de estudos do Exército. Em 1952, formou-se em economia com honras de primeira classe e foi agraciado com o Hobhouse Memorial Prize, o que lhe permitiu continuar os estudos na mesma universidade. Menos de um ano depois, foi nomeado para um cargo de professor assistente, enquanto, simultaneamente, desenvolvia o doutorado.

Segundo David Rose (2014c)², “durante sua infância, [Lockwood] tornou-se profundamente consciente das privações, tanto ocultas quanto mais óbvias, da classe trabalhadora”. Sua origem de classe e a experiência vivida na pequena Holmfirth - comunidade economicamente frágil, com marcadores de desigualdade social que Lockwood, de alguma forma, captou durante sua infância³ o conduziram aos temas da problemática sociológica e

2. Entrevista disponível em: <<https://archive.discoverysociety.org/2014/07/01/david-lockwood-1929-2014/>> Acesso em 31 jul. 2022.

3. Na referida entrevista a Paul Thompson (2002), Lockwood lembrou-se da professora da Grammar School, que se casara com um homem rico; dos vizinhos solidários que possuíam carro e que dele cuidavam enquanto a mãe trabalhava como doméstica para sustentá-lo; dos padrões da mãe que viajavam nas férias para o Egito.

das recorrentes investigações empíricas sobre a origem e a posição de classe dos assalariados, da heterogeneidade da classe trabalhadora (composta por assalariados manuais e não manuais), bem como da relação entre situação de trabalho e consciência de classe.

Desde a publicação de sua primeira obra, “The blackcoated worker - a study in class consciousness” (1958), Lockwood passou a ser referência de um amplo conjunto de pesquisas sobre as implicações da situação de trabalho, de *status* e de mercado na consciência social e na ação coletiva. De acordo com Gallie (1996), a investigação sobre a posição de classe dos trabalhadores de escritório legou não apenas o projeto “The affluent worker” (Goldthorpe *et al.*, 1968a, 1968b, 1969), mas vários estudos importantes sobre o local de trabalho e as condições sociais de diferentes categorias de trabalhadores (Bulmer, 1975) ou ainda sobre estratificação social e sindicalismo, constituindo um divisor de águas na sociologia britânica (Blackburn, 1990). De acordo com Rose (2014b), a abordagem de Lockwood sobre as classes foi extremamente influente, com pesquisadores aplicando-a posteriormente ao estudo de diferentes ocupações, tais como mineiros, operários navais e agricultores (Bulmer, 1975; Roberts, 2020).

No ano de 1996, foi organizado um seminário em torno de sua obra e a revista *The British Journal of Sociology* publicou um número especial em sua homenagem. Alguns artigos buscaram examinar se as conclusões das pesquisas conduzidas por Lockwood nos anos de 1950 e 1960 haviam resistido ao teste do tempo, como, por exemplo, se a inclusão de novas tecnologias no chão de fábrica e a “mecanização” nos escritórios tinham levado - ou não, como assevera nosso autor - à convergência de classes. Entre os artigos, destaque o de autoria de Duncan Gallie.

Gallie (1996) relembra que o debate sobre novas tecnologias e automação conduziu, em meados do século XX, a análises distintas. Uma parte supunha que as TICs reverteriam a tendência à mecanização das tarefas operárias (cf. Touraine 1995; Blauner 1964), confeririam novas habilidades, reduziriam a “dureza” do trabalho manual e alterariam as formas tradicionais de organização do trabalho. Em função das novas habilidades exigidas, “as formas tradicionais de supervisão direta dariam lugar a uma descentralização das responsabilidades decisórias a grupos de trabalho ‘autônomos’, nos quais os próprios empregados seriam responsáveis por alocar tarefas e fazer cumprir as normas de trabalho” (Gallie, 1996, p. 448-449). O uso de tecnologias avançadas tenderia a ser acompanhado por maior segurança

no emprego e condições de trabalho mais favoráveis. Minimizado o despotismo de fábrica, as condições de emprego tecnológicas estariam mais próximas do trabalho não manual e a personalidade do trabalhador em tal indústria tenderia “para a da nova classe média” (Blauner 1964, p. 181). Por sua vez, ao analisar os escritórios, alguns pesquisadores indagavam se as novas tecnologias poderiam minar as características do trabalho e do mercado de trabalho, que haviam criado uma situação de classe distinta e mais privilegiada para os trabalhadores não manuais situados nas franjas inferiores da estrutura social. Lockwood (1958, p. 95-96) compreendia que, embora a intensiva mecanização das tarefas burocráticas fosse “comparável nos seus efeitos mais avançados à mecanização fabril”, ela não teria alterado a situação de trabalho nos escritórios.⁴

A obra de Lockwood é comumente dividida por seus comentadores em duas problemáticas: o exame crítico dos grandes sistemas sociológicos e a análise empiricamente orientada das classes (Mouzelis, 1998).⁵ Ao fazer um balanço da obra de Lockwood, Rose (1996) afirma que há, por um lado, um certo ceticismo em relação às conquistas da sociologia e, por outro, um entusiasmo silencioso em torno de suas potencialidades. Na interpretação de Rose, Lockwood combina precisão conceitual e teorização original com uma preocupação rigorosa com evidências na pesquisa empírica, sociológica e histórica. Ademais, entende que, embora a sociologia tenha uma vida própria, que deve ser valorizada, ela também é passível de uma espécie de

4. Cerca de duas décadas depois, sob influência das teses de Braverman, o panorama sociológico tendeu a concordar com a tese segundo a qual os processos de racionalização e mecanização, que levaram à degradação do trabalho manual, também haviam transformado os escritórios, levando à proletarianização dos não manuais (Crompton e Jones, 1984). Gallie (1996) pondera que o vigoroso argumento de Braverman não teria sido acompanhado por evidências contundentes. O impacto das novas tecnologias entre diferentes categorias de funcionários administrativos e entre diferentes indústrias era muito variado e não evidenciava um declínio na habilidade do trabalho de escritório ou que suas vantagens em relação às oportunidades de promoção e segurança no emprego tivessem erodido (Lane, 1988). Gallie indica, a partir de pesquisas por ele conduzidas, que a disseminação de novas tecnologias aproximava as situações de trabalho e mercado de trabalho de trabalhadores não manuais e manuais inferiores. No entanto, as classes permaneciam distintas de duas maneiras fundamentais: elas diferem em termos de habilidades requeridas e diferem na medida em que os empregos oferecem, no longo prazo, distintas perspectivas de progressão na carreira. A combinação desses fatores (habilidades requeridas e diferenças na situação de mercado) indicava que eventuais diferenças na posição de classe teriam implicações importantes tanto para os estilos de vida das pessoas quanto para suas oportunidades de vida mais amplas (Gallie, 1996).

5. De acordo com Mouzelis (1988), há um tema onipresente na obra de Lockwood: a ideia segundo a qual a sociologia durkheimiana precisaria ser aproximada da forma como o marxismo compreende a ordem e o conflito social.

“anemia acadêmica” se não estiver continuamente em contato com preocupações práticas da sociedade que a abriga.

A instrumentalização da teoria social, destacada por alguns de seus principais comentadores (Blackburn, 1990; Savage, 2005; Rose, 2014a), levou o cientista político francês Raymond Aron, na metade dos anos 1960, a acusar Lockwood e seus colegas da London School of Economics (LSE) “de usar sua sociologia para tentar dar sentido intelectual aos problemas políticos do Partido Trabalhista” (Aron *apud* Halsey, 1982, p. 150). No artigo “Provincials and professionals: the British post-war sociologists”, Albert Henry Halsey (1982) pondera que a hipótese levantada por Aron é plausível; afinal, a geração de 1952 dedicou-se a pensar a questão da desigualdade social, o que certamente convergia com o trabalhismo. A geração de 1952 era composta por estudantes *outsiders*, majoritariamente provincianos⁶, que haviam trilhado uma trajetória até então pouco comum aos tradicionais padrões acadêmicos ingleses e estavam determinados a profissionalizar a sociologia - projeto que os tornou internacionalmente conhecidos, metropolitanos e cosmopolitas.

Com efeito, Lockwood, juntamente com Goldthorpe, Bechhofer e Platt, explicitam, na “Introdução” ao terceiro volume de “The affluent worker in the class structure” (1969), que o objetivo da pesquisa que realizaram foi intervir no debate sobre o aburguesamento da classe trabalhadora inglesa, tese defendida, entre outros, por Abrams e Rose (1960) e incorporada pelo Labour Party na tentativa de explicar sua terceira derrota eleitoral consecutiva, em 1959, e a queda progressiva no percentual de votos para o Conservative Party. Em termos gerais, o argumento mobilizado para explicar o peso do aburguesamento nas derrotas trabalhistas era que “o homem médio tem muito mais a perder e investiu muito em seu próprio futuro como cidadão de classe média e chefe de família” (Goldthorpe *et al.*, 1969, p. 23). Embora Aron tenha desmerecido o projeto da geração de 1952, por ter forjado uma sociologia engajada politicamente nos problemas do trabalhismo inglês, os próprios autores de “The affluent worker” sublinharam que a tese

6. Agradeço a Phillip Thwaites, avô paterno dos meus netos Maya, Antonio e Max, que me ajudou a compreender o sentido da expressão *provincial patriotism* empregada por Halsey (1982) em seu artigo. Halsey observa que muitos de sua geração tinham origem popular, foram educados em pequenas cidades do interior da Inglaterra e estavam expostos a aspectos provincianos, o que marcaria seu desenvolvimento educacional e sua imagem social. Halsey não confere um sentido pejorativo a esta observação; ao contrário, pretende indicar que foram aqueles aspectos que permitiram à geração de 1952 ir muito mais longe e produzir uma moderna sociologia, interessada em compreender a estrutura de classes, e engajada na profissionalização da disciplina.

segundo a qual operários abastados estavam se tornando classe média era igualmente partilhada pelos conservadores.

“The affluent worker” constitui uma investigação que definiu os debates britânicos sobre estratificação ao evidenciar que o crescimento da riqueza não implica aburguesamento nem “o fim da classe [trabalhadora], ou da política de classe, mas que a classe permanece central mesmo em uma sociedade próspera e consumista” (Savage, 2005, p. 931). Mais precisamente, o que ocorria era muito mais uma convergência político-ideológica do que uma assimilação ou fusão dos trabalhadores manuais abastados na classe média (Mouzelis, 1998).

Neste capítulo pretende-se ressaltar aspectos da obra de David Lockwood que podem interessar aos pesquisadores do trabalho. Com este propósito, ele está estruturado em duas partes. Na primeira, apresenta as teses centrais contidas no livro “The blackcoated worker”, considerado, juntamente com “The affluent worker”, um divisor de águas na sociologia britânica. “The blackcoated worker” relaciona as preferências e práticas sindicais dos trabalhadores de escritório à situação de trabalho, de mercado e de *status*, argumentando que os trabalhadores de escritório não eram formados do mesmo “barro” dos trabalhadores manuais. Na segunda parte, discute-se a repercussão de algumas teses desenvolvidas por Lockwood no livro, e, ao final, são levantadas algumas hipóteses explicativas de sua restrita circulação entre nós. Busca-se, ao mesmo tempo, evidenciar a atualidade e estimular a leitura da obra de Lockwood, em um momento histórico que nos impele, como pesquisadores do trabalho e do sindicalismo, a refletir sobre a estrutura de classes e ação coletiva.

A incontornável sociologia de David Lockwood - contribuições para os estudos do trabalho

David Lockwood iniciou sua carreira sociológica em uma época em que o funcionalismo parsoniano e o empirismo abstrato dominavam a sociologia (Mouzelis, 1998). Em confronto com a ortodoxia dominante, Lockwood tentou introduzir na pesquisa sociológica questões derivadas da obra de Karl Marx, o grande ausente do cânone sociológico britânico nos anos iniciais do pós-guerra. Alguns textos centrais da obra de Lockwood – “Some remarks on the social system” (1956), “The blackcoated worker” (1958),

“The affluent worker” (1967, 1968 e 1969), “Social integration and system integration” (1964) e “Solidarity and schism: the problem of disorders’ in durkheimian and marxist sociology” (1992) - podem ser interpretados como um debate imaginativo e crítico com o pensamento de Marx, segundo Mouzelis (1998). O principal objetivo de Lockwood, ao retomar a contribuição de Marx, teria sido “usar criativamente conceitos marxistas básicos [...] para (a) mostrar a inadequação das ferramentas conceituais parsonianas para a compreensão da constituição, reprodução e transformação das sociedades modernas; e (b) explorar empiricamente a estrutura social da Grã-Bretanha moderna” (Mouzelis, 1998, p. 163).⁷

A tese de doutorado de Lockwood, supervisionada por David Glass na London School of Economics, sobre a posição social e a consciência de classe dos funcionários de escritório, resultou na publicação de uma das mais conhecidas obras em língua inglesa, “The blackcoated worker” (1958). O livro está dividido em seis capítulos, incluindo introdução e conclusão.

Na introdução, Lockwood apresenta as motivações, a problemática e as questões teóricas envolvidas no tema central, qual seja, discutir a consciência de classe dos funcionários de escritório. No primeiro capítulo, “The counting house”, o tema são os funcionários de escritório na segunda metade do século XIX.⁸ Dispersos, estes trabalhadores estabeleciam uma relação de trabalho predominantemente pessoal com proprietários e sócios, tinham uma educação secundária superficial e adquiriam conhecimentos contábeis nos próprios escritórios. Sua situação de trabalho não favorecia a ação coletiva, exceto em alguns ramos (do Estado, bancário e ferroviário) em que surgiram associações de natureza mutual. Lockwood advertia que, para compreender os limites da ação organizada pelos funcionários de escritório naquele período, era preciso, sobretudo, analisar sua posição na divisão do trabalho e na hierarquia social, pois barreiras abissais separavam o mundo do funcionário de escritório da massa de trabalhadores manuais. No segundo capítulo, “The modern office: market situation”, o autor analisa o significativo crescimento numérico dos trabalhadores de escritório a partir do século XX, além das mudanças no padrão salarial e nos benefícios,

7. No artigo “Some remarks on the social system” (1956), o objetivo de Lockwood é distinguir as concepções de Parsons e de Marx, buscando, entretanto, demonstrar que elas não são antagônicas, mas complementares: “Por que as estruturas sociais se mantêm e por que mudam?” (Lockwood, 1956, p. 207).

8. *Counting house* ou *counting room* eram casas ou salas destinadas às atividades administrativas das empresas, locais onde trabalhavam os funcionários que recebiam correspondências enviadas aos escritórios ou que faziam e arquivavam balanços financeiros dos negócios realizados.

que, inicialmente próximos aos dos trabalhadores manuais, cresceram em maior proporção a partir do pós-guerra. O desemprego é um drama constante na vida dos operários - ao menos até os anos 1950 -, enquanto o trabalho nos escritórios tendia a ser estável e a permitir uma mobilidade social ascendente. Contudo, tal tendência se reduzia em determinados ramos, em função das mudanças no processo de recrutamento de quadros de direção com nível universitário. No terceiro capítulo, “The modern office: work situation”, Lockwood analisa a situação de trabalho dos funcionários do moderno escritório, cuja administração passa a ser cada vez mais racionalizada e cujo trabalho é cada vez mais especializado. Todavia, racionalização não significa mecanização massiva, nem o grau de concentração dos escritórios é proporcional ao da indústria, o que teria contribuído para manter relações de trabalho pessoais, individualizadas e divisões internas em níveis hierárquicos nos escritórios. No quarto capítulo, “The modern office: status situation”, Lockwood identifica mudanças de *status vis-à-vis* à crescente escolarização da população britânica, ao recrutamento dos trabalhadores de escritórios em estratos populares, à feminização e à maior cobrança por produtividade - fatores que afetaram de forma adversa o prestígio dos trabalhadores de escritório. Entrementes, tais mudanças, que Lockwood denominou “ambiguidade de status”, não poderiam ser entendidas como indicador da proletarianização nem de fusão com trabalhadores manuais. O quinto capítulo, intitulado “Trade unionism”, é central e o mais instigante.

Os sindicatos constituem “o principal veículo da consciência de classe do operariado” (Lockwood, 1958, p. 13). O autor adverte, entretanto, que não há uma relação imediata e necessária entre sindicalismo e consciência de classe. Sindicatos fortes e elevada consciência de classe podem ou não andar juntos. O sindicalismo depende da percepção de seus membros em torno de interesses comuns e de que a satisfação desses interesses confronta o patronato. Se não há uma percepção de interesses comuns, a ação coletiva tende a ser efêmera e esporádica, carente de solidariedade e fundada em objetivos meramente imediatos. Já a consciência de classe depende da percepção comum de que os interesses de categorias ou grupos são compartilhados com outros trabalhadores.

O nível de consciência de classe dos trabalhadores de escritório varia, mas tem limites. Conscientes que o sindicalismo é um movimento originalmente da classe operária, os trabalhadores de escritório seriam, inicialmente, reticentes tanto a mudar o nome de suas associações para sindicato quanto a usar da greve como um instrumento de luta efetiva, o que indicaria um

rebaixamento social em função da aproximação com trabalhadores manuais. Mas esta situação mudou. O posicionamento dos trabalhadores de escritório em relação aos sindicatos foi, ao menos até a segunda guerra, morno, pouco engajado, e eles próprios considerados desleais politicamente em relação às demandas trabalhistas. Mesmo assim, tal reticência não poderia ser interpretada como um indicador de falsa consciência. A realidade de classe não pode ser confundida com a consciência que uma classe tem sobre esta realidade, o que leva Lockwood a afirmar que não é a consciência que produz a realidade de classe, mas a realidade de classe que cria a consciência. Neste sentido, a burocratização do trabalho administrativo tornou-se um aspecto central da situação de trabalho dos “trabalhadores de paletó”, tendendo à impessoalidade das relações, à padronização das condições de trabalho e à existência de normas relativas à mobilidade ascendente. A base empírica que sustenta esta análise são os sindicatos de oficinistas da indústria, do comércio e da administração civil pública no Reino Unido, os quais foram se constituindo e crescendo à medida que o padrão burocrático e a concentração se instituíram. Embora não se possa desconsiderar que algumas associações tenham assumido uma natureza colaboracionista com o patronato, boicotado as greves operárias e se integrado ao movimento fascista, outras tornaram-se fortes, com elevado número de filiados e articuladas ao trabalhismo. Lockwood também identifica que alguns sindicatos de assalariados não manuais têm uma base mais radical do que suas lideranças, noutros é o inverso que se verifica. Os sindicatos representam seus membros, lutam por melhorias salariais, negociam, majoritariamente se filiam às centrais sindicais, mas evitam o uso da greve como instrumento normal de pressão coletiva. Finalmente, atuam de forma consciente de sua condição de trabalhadores não manuais.

Para examinar a relação geral do sindicalismo dos trabalhadores de escritório - não manuais - com os trabalhadores manuais, Lockwood distingue três tipos de interesse: imediatos, instrumentais e ideológicos. Os interesses imediatos dizem respeito a salário, jornada, férias, carreira e aposentadoria. Os interesses instrumentais derivam do primeiro e são comuns a todos os sindicatos de trabalhadores: dizem respeito à legalidade do sindicalismo, ao reconhecimento do direito sindical, à ação grevista, aos instrumentos de negociação coletiva e à representação política; enfim se referem ao direito à livre associação. Por fim, os interesses ideológicos têm alcance político mais amplo e nascem das conexões entre o movimento sindical e o *Labour Party*. Lockwood conclui que os sindicatos de trabalhadores de escritório

compartilham majoritariamente interesses instrumentais com sindicatos operários e, em menor grau, interesses ideológicos.

Em síntese, o sindicalismo é um indicador do nível de consciência e, em grande medida, também uma consequência da posição de classe de seus membros em relação à situação de mercado, de trabalho e de *status*. Enquanto a situação de mercado influencia principalmente o caráter dos sindicatos, a situação de trabalho influencia a densidade sindical - mais precisamente o ingresso ou não ao sindicalismo - e, superado o antissindicalismo, a maior ou menor adesão a um tipo de sindicalismo que os trabalhadores de escritório passaram a praticar.

Lockwood conclui que os trabalhadores de escritórios se imaginavam de um “barro” diferente dos trabalhadores manuais (Rose, 2014b). Os funcionários tinham maior segurança no emprego, viviam diferentes experiências no local de trabalho e uma sensação de superioridade (encapsulada pelos casacos pretos que usavam). O fato de não se identificarem ou, na prática, se orientarem como classe operária não deveria ser tomado como indicador de falsa consciência. A consciência de classe dos funcionários de escritório é produto da experiência derivada da sua real posição de classe. Neste sentido, o estudo da consciência de classe dos funcionários de escritório supõe que sejam analisados os fatores que afetam seu sentido de identificação ou estranhamento em relação à classe operária - perspectiva relacional tão cara aos estudos sobre classe.

“The blackcoated worker” sofreu algumas críticas por algumas lacunas empíricas, muito embora Lockwood tenha se apoiado em dados primários e secundários. Mas é o esquema teórico e a proposta metodológica que tornaram a obra uma referência na sociologia britânica.

Em resenha publicada em 1959, August Hollingshead afirma que “The blackcoated worker” seria essencialmente marxista na origem e na orientação, pois examina, como o próprio subtítulo do livro explicita, a consciência de classe dos trabalhadores de escritório. Lockwood queria entender por que eles foram, por quase um século, tão refratários ao movimento sindical britânico. Os funcionários de escritório têm consciência de classe. Não uma falsa consciência, nem uma consciência de trabalhadores manuais: “The black-coated worker is middle class in his social values” (Hollingshead, 1959, p. 115). Blackburn, por sua vez, ao analisar o livro “The blackcoated worker”, afirma que Lockwood incorpora ideias de Marx e Weber, muito embora seja frequentemente muito mais lembrado como um autor webe-

riano (Blackburn, 1990). Mouzelis (1998), comentador da obra de David Lockwood, no livro “Key sociological thinkers”, insiste que “The blackcoated worker” tem como motivação o diálogo com a obra e os conceitos de Marx, especialmente o conceito de consciência de classe e a tese da proletarianização. Trata-se, todavia, de interpretações polêmicas que buscam realçar muito mais a influência de Marx do que a perspectiva crítica de Lockwood sobre a teoria social marxiana. Senão, vejamos.

O fato de Lockwood partir da problemática da consciência de classe não o define, rigorosamente, como marxista, embora não seja um autor antimarxista. Lockwood se contrapõe à tese marxiana presente no “Manifesto do Partido Comunista” acerca da bipolarização socioeconômica e da fusão de interesses de todos os assalariados. Ele opera com noções de classe, estrutura de classe e consciência de classe, mas, a rigor, confere um tratamento weberiano ao tema. Para Lockwood, a situação de classe dos trabalhadores de escritório, definida a partir da condição de assalariamento e nível salarial, é insuficiente para compreender os interesses e a prática política deste segmento de trabalhadores.⁹ Imprescindível então seria analisar a posição de *status*, o que significa que ele acrescenta à análise da estrutura de classes o sistema de estratificação social baseado na noção de *status* e prestígio. Seguindo as análises de Weber sobre a hierarquia de *status* e prestígio, Lockwood compreende que os trabalhadores de escritório não apenas usufruíam de maior *status*, mas aspiravam permanentemente por mais prestígio e distinção em relação aos trabalhadores manuais. Pode-se, assim, compreender o comportamento dos assalariados não manuais a partir da luta pelo prestígio específico de cada ocupação. O conflito social seria, então, expressão da disputa por distinção e não da luta pela manutenção ou superação das desigualdades de classe - em particular da luta pela não igualização social entre trabalho manual e não manual (Saes, 1995; Trópia, 1996; Boito Jr., 2004) como definiria o marxismo estruturalista.

O livro foi um alerta aos estudiosos e trabalhistas britânicos¹⁰ que criticavam os trabalhadores de escritório por supostamente não perceberem que tinham os mesmos interesses de classe dos trabalhadores manuais. Segundo Rose, Lockwood mostra que, “longe de enganar a si mesmos, os trabalhadores de escri-

9. Segundo Boito Jr. (2004), o objetivo de Lockwood ao evidenciar a insuficiência da análise da situação de classe seria apontar os limites do conceito marxista de classe social.

10. Emprego o termo trabalhista para fazer referência aos quadros, militantes e apoiadores do Labour Party.

tório tinham de fato uma posição de classe única” (Rose, 2014b, p. 1) e que seus valores deveriam ser compreendidos não como um viés da consciência burguesa ou proletária, mas expressão de sua própria posição relacional de classe.

Sem dúvida, “The blackcoated worker” inspirou a mais sofisticada pesquisa coletiva sobre a estrutura de classes até então realizada na Grã-Bretanha. Juntamente com seus colegas de Cambridge - John Goldthorpe, Frank Bechhofer e Jennifer Platt -, David Lockwood publicou, entre os anos 1968 e 1969, “The affluent worker”, em três volumes, resultante das pesquisas conduzidas entre os anos de 1960 e 1961 com trabalhadores fabris da cidade de Luton. No primeiro volume, os autores analisam atitudes e comportamentos industriais dos assalariados abastados; no segundo, suas atitudes e comportamentos políticos; e, no terceiro, sua posição na estrutura de classes.

Para termos uma ideia da importância da pesquisa conduzida por Goldthorpe, Lockwood, Bechhofer e Platt, “The affluent worker” é, nas palavras de Gordon Marshall (1990, p.6), “provavelmente a pesquisa empírica mais conhecida da moderna sociologia britânica”. Os autores refutam a ideia segundo a qual os assalariados industriais com alto nível de renda estariam se “aburguesando” e tornando-se classe média. Tendo já realizado o estudo sobre os assalariados não manuais (trabalhadores de escritório), Lockwood e seus colegas concluem que, embora os trabalhadores manuais mais abastados pudessem consumir no mesmo padrão dos assalariados de classe média, eles mantinham valores sociais, ideais políticos e estilos de vida bastante distintos. Segundo Savage, “possivelmente o efeito mais importante de *Affluent worker study* tenha sido reposicionar a classe como um conceito estrutural, em vez de cultural” (2005, p. 931).

Se a importância da obra de Lockwood é quase consensual, embora não seja uma unanimidade¹¹, qual tem sido sua repercussão entre nós?

Marginal entre nós

David Lockwood é relativamente pouco divulgado no Brasil, mas não totalmente desconhecido. Referências aos livros “The blackcoated worker” e “The affluent worker” podem ser identificadas em alguns trabalhos so-

11. Para uma crítica ao estudo “The affluent worker project”, ver Kemeny (1972). Para uma retomada do “The affluent worker”, ver Savage (2005).

bre estratificação social (Aguilar, 1975; Scalon, 1998; Santos, 2012; Matos, 2019) e, no campo de estudos do trabalho, no debate sobre classes médias (França, 1994; Saes, 1985; Trópia, 1996; Boito Jr., 2004; Cavalcante, 2012; Malerba, 2019).

No primeiro caso, além da referência às obras, os esquemas de estratificação de classes propostos por Lockwood e, especialmente, por Goldthorpe são examinados visando colaborar com as pesquisas sobre estratificação no país.

Já no segundo caso, “The blackcoated worker” suscita interesse porque problematiza o conceito amplo de classe operária, lançando mão do conceito de situação de trabalho. Lockwood entende a *situação de trabalho* como o conjunto de relações sociais que os trabalhadores estabelecem em virtude de sua posição na divisão social do trabalho. Abrange a habilidade envolvida no trabalho, o grau de prescrição das tarefas, a maior ou menor autonomia no trabalho, a natureza dos grupos de trabalho e as relações com a gestão, além da forma salarial (comissionista, salário diferencial ou carreira ou piso único), do contato ou não com o público, da presença de proprietários e gerentes no local de trabalho, da existência ou não de carreira, da qualificação e do conteúdo do trabalho. Assim, a importância conferida por Lockwood ao conceito de situação de trabalho estimularia sua leitura entre autores não weberianos.

No campo da sociologia marxista, a posição teórica dominante, até a década de 1970, consistia em recusar o fracionamento da classe trabalhadora e a noção de classe média (Trópia, 1996; Boito Jr., 2004). Até então, a divisão capitalista do trabalho era concebida como uma dimensão meramente técnica e não importaria para a teoria das classes sociais. Na tradição marxista alguns começam a operar com um conceito restrito de classe operária e, por consequência, com a ideia de frações de classes ou camadas intermediárias, “os autores para os quais a condição de assalariamento (ser vendedor da força de trabalho) é insuficiente para determinar a origem, a situação ou a posição de classes” (Trópia, 2017, p. 167). Estimulados pela interpretação de Poulantzas (1969, 1975), estes autores entendem que os assalariados não manuais, embora sejam explorados, não pertencem ao proletariado (Saes, 1985; Boito Jr., 2004, Trópia, 1996), mesmo quando afetados por processos de rotinização, empobrecimento, perda de autonomia, em geral denominados como proletarianização (Trópia, 2017). A divisão social do trabalho torna-se central para a análise dos assalariados não manuais, na medida em que eles seriam portadores das funções (técnicas e políticas) de direção e da

supervisão capitalistas - o que os oporia aos trabalhadores manuais e ao capital, muito embora tal oposição seja ocultada por meio de disposições ideológicas meritocráticas (Saes, 1977, 1985).¹²

A confluência entre as questões formuladas por Lockwood e por pesquisadores marxistas das classes médias não significa uma incorporação acrítica. Os autores marxistas que mobilizam criticamente as análises presentes em “The blackcoated worker” operam um deslocamento teórico (Boito Jr., 2004). Se para Lockwood é a distribuição desigual de *status* e prestígio que determina a distinção entre trabalhadores manuais e não manuais, para os autores marxistas é o maior ou menor apego à ideologia meritocrática que explicaria o posicionamento das classes médias (Saes, 1977, 1985).

Além de presente nos estudos sobre estratificação e no debate marxista sobre classes médias, “The blackcoated worker” circulou de forma muito pontual entre nós. O livro, por exemplo, é citado na primeira grande pesquisa realizada sobre as bases sociais da CUT, de autoria de Leôncio Martins Rodrigues, publicada em 1989. Observando o peso do funcionalismo público na base da central, Rodrigues retoma a tese de Lockwood sobre os efeitos da burocratização e da racionalização dos serviços públicos para discutir a inserção dos funcionários no sindicalismo. Mais recentemente, ao abordar a polêmica sobre a “nova classe média”, alguns autores também mobilizaram a contribuição de Lockwood (Trópia, 2017; Matos, 2019).

Do conjunto da obra de Lockwood, apenas um artigo foi traduzido e publicado. Nem o livro “The blackcoated worker” (1958) ou qualquer dos três volumes do projeto “The affluent worker” foram traduzidos para a língua portuguesa¹³ e, contrariamente à importância que a obra suscita até os dias de hoje na Inglaterra, entre nós as questões empíricas e teóricas discutidas tiveram bem menos impacto.

12. Segundo Saes (1977), a situação de trabalho dos assalariados manuais produz efeitos pertinentes: dificulta que eles concebam a separação entre trabalho manual e trabalho não manual como uma contradição fundamental das relações capitalistas. Ao contrário do que ocorre em relação ao trabalhador manual que vive cotidianamente o despotismo de fábrica e a ausência de autonomia, a separação entre trabalho manual e trabalho não manual não é concebida como uma relação desigual, despótica e subordinada, mas, diversamente, como uma hierarquia natural fundamentada nos dons e nos méritos pessoais.

13. Entre nós, “The blackcoated worker” pode ser acessado no original ou, mais comumente, por meio da tradução espanhola, intitulada “El trabajador de la clase media – um estudio sobre la conciencia de classe” (Editora Aguilar, 1962). “The affluent worker” está disponível tão somente em inglês.

“Sources of variation in working class images of society” foi publicado originalmente em 1966, na *The Sociological Review*.¹⁴ Desde então, tornou-se muito influente. Em 1975, o artigo foi republicado e abriu a coletânea organizada por Martin Bulmer, “Working-class images of society” (Lockwood, 1975a). A ele se seguem várias pesquisas inspiradas na abordagem e na tipologia elaborada por Lockwood. Basicamente, os autores que colaboraram com a coletânea tinham duas motivações: i) ampliar o conhecimento e a compreensão sobre o sistema de estratificação na Grã-Bretanha e ii) examinar - a partir de estudos empíricos sobre imagens da religião (Moore, 1975), imagens sociais de operários da construção naval (Cousins e Brown, 1975) e trabalhadores agrícolas (Bell e Newby, 1975) - o problema da relação entre a situação objetiva de indivíduos e grupos e suas percepções subjetivas. Nesta coletânea, Lockwood contribui ainda com dois capítulos: “In search of traditional worker” (1975b) e “The radical worker: postscript” (1975c).

“Fonte de variação das imagens que a classe trabalhadora tem da sociedade” constitui o único texto do autor publicado no Brasil. Ele compõe a coletânea organizada por Neuma Aguiar, intitulada “Hierarquias em Classes”, publicada em 1974. A ideia central é que as percepções sobre a sociedade variam de acordo com as experiências que as diferentes classes sociais têm da desigualdade social. A hipótese é a de que, “quando um indivíduo fala sobre classe, ele está tentando dizer alguma coisa, de uma forma simbólica, sobre suas experiências de poder e prestígio nos grupos a que pertence e sobre seus relacionamentos sociais no passado e no presente” (Lockwood, 1974, p. 121).

Baseando-se em estudos comunitários britânicos e pesquisas americanas, francesas e alemãs sobre a classe trabalhadora da década de 1950, e acrescentando à situação de trabalho a situação da comunidade como indicador de variabilidade das imagens sociais, Lockwood identificou três tipos de trabalhadores, aos quais correspondem três tipos de consciência social: o *proletário tradicional*, o *deferencial tradicional* e o *privatizado*.

O *trabalhador tradicional proletário* tem uma imagem da sociedade que toma a forma do modelo de poder. Já o *trabalhador tradicional deferencial* teria uma percepção da desigualdade fundada na hierarquia social. Por fim, o *trabalhador privatizado* tem uma consciência social que se assemelha ao modelo pecuniário de sociedade. Os dois primeiros são tradicionais em suas perspectivas sociais e políticas e compartilham características comuns,

14. Este artigo foi escrito por Lockwood (1966) quando o projeto “The affluent worker” se encontrava na fase inicial de análise das entrevistas (Savage, 2005).

embora se distingam do trabalhador privatizado. Todavia, os dois tipos de trabalhadores tradicionais não se confundem.

Lockwood esclarece que as fontes do tradicionalismo estão associadas à indústria que concentra os trabalhadores proletários em comunidades solidárias e os isola das influências da sociedade mais ampla. Possuem alto grau de envolvimento no trabalho, fortes ligações com grupos do trabalho e têm, fora do espaço laboral, certa autonomia em relação a gerentes e supervisores. Estes trabalhadores compartilham experiências ocupacionais, fraternidade e companheirismo. Manifestam lealdade de classe, compartilham práticas de lazer, participam de “comunidades ocupacionais”. São, muitas vezes, vizinhos e parentes. Difundem valores que enfatizam a ajuda mútua e dispensam eventuais esforços individuais no sentido de “serem diferentes”. A sociabilidade vivida nas comunidades induz à elevada densidade moral e ao reforço de sentimentos de pertencimento a uma coletividade dominada pelo trabalho. Em função da solidariedade ocupacional e da sociabilidade, a consciência social proletária está centrada na oposição entre “nós” e “eles” - o que leva à percepção de conflito e desigualdade. “Eles” são os patrões, os administradores e os *white-collars*. O poder “deles” é percebido diferentemente do poder dos “outros”, de forma bivalente ou dicotômica, como se “existissem duas classes opostas no local de trabalho”. Em seu meio de origem, são pouco consideradas as chances de escapar ao assalariamento.

Adverte Lockwood que o *trabalhador tradicional deferente* exige que prestemos atenção à ação política. A imagem social construída pelo trabalhador deferente é de prestígio, hierarquizada e tricotômica. Sua percepção social não é construída tendo como base oposições, mas distinções de *status* e poder frente a superiores e subordinados. Crê nas qualidades intrínsecas, garantidas desde o berço, de uma elite à qual foi atribuída liderança por sua capacidade de “bem conduzir as coisas” e de representar interesses nacionais em oposição aos interesses setoriais ou de classe. O seu próprio *status* é adquirido por atribuição, por proximidade aos líderes. O trabalhador deferente imagina a sociedade como uma hierarquia de *status*, mas Lockwood afirma que a existência de trabalhadores não deferentes é quase uma condição necessária para a proteção de sua própria posição e imagem social. No modelo deferente alguns traços da vida comunitária também têm papel importante. Lockwood identifica “sistemas de status locais” em que as estruturas ocupacionais são bem diferenciadas e as populações estáveis, pois há reduzida mobilidade. As qualidades das pessoas são reconhe-

cidas em função da convivência. Os estratos inferiores veem sua posição menos como injustiça do que algo natural, aceitável e até desejável.

A despeito das diferenças, há aspectos comuns entre o proletário e o deferente. Antes de tudo, são tradicionalistas na medida em que ambos encontram-se em indústrias e comunidades mais atrasadas do desenvolvimento industrial nacional e urbano. São tradicionalistas também no sentido de que suas expectativas não se estendem muito além dos limites das comunidades onde vivem e das quais são membros fundadores. Ademais, seus relacionamentos no trabalho e na comunidade se estabelecem por meio de um sistema mútuo de influência interpessoal. O deferente pensa em termos de hierarquia. O proletário pensa a sociedade dividida em classes. Estão altamente integrados em suas comunidades locais, o que faz com que o controle sobre eles ocorra face a face. Por isso, afirma Lockwood, tendem a conceber os estratos ou classes como formações sociais ativas e não meramente como agregados amorfos de indivíduos. Neste sentido, a consciência social do trabalhador tradicional difere da do trabalhador privatizado, cujo modelo de sociedade é configurado por relacionamentos no trabalho e na comunidade que não criam disposições solidárias e coletivas.

O trabalhador *privatizado* - que Lockwood também denomina de nova classe trabalhadora - tende ao modelo pecuniário de sociedade. Os estratos e a divisão de classes são percebidos a partir das diferenças de renda e posses. Neste modelo, a imagem de sociedade é composta por classes de poder conflitantes ou de grupos de *status* hierarquicamente interdependentes. As situações sociais diárias do trabalhador privatizado levam-no a representar em um modelo de sociedade em que os indivíduos estão associados ou dissociados uns dos outros em função da magnitude (ou montante) de suas rendas e posses. Deste ponto de vista, a educação não é pensada como uma característica que confere *status*, mas como bem que pode ser comprado. O poder é o potencial de adquirir coisas, de consumir. O *status* não é visto como a partilha de um estilo similar de vida, mas em termos de padrão de vida.

A situação de trabalho do operário privatizado é tal que suas relações são tênues. Segundo Lockwood, o trabalho e o local de trabalho não constituem os interesses centrais da vida, mas um meio para se alcançar um fim. Frequentemente isolados de seus companheiros, tais trabalhadores são “alienados”, não formam grupos coesos dentro da fábrica e não estão propensos a formar comunidades fora dela. A tendência é viver de forma isolada ou por meio de relacionamentos pecuniários e utilitaristas. Por isso, “a nova

classe trabalhadora” não desenvolve uma consciência de pertencimento a um grupo coeso. Trabalhadores privatizados tendem a apoiar seu sindicato por razões instrumentais e pragmáticas, motivo pelo qual entidades representativas são vistas como prestadoras de serviços – e não como um movimento social.

Em “Fonte de variação das imagens que a classe trabalhadora tem da sociedade” é possível conferir como Lockwood cria uma tipologia das imagens sociais – da consciência social - a partir de condicionantes da situação de trabalho, de mercado e de *status* de estratos de trabalhadores. Sua leitura pode interessar a estudiosos de variados campos da sociologia, especialmente do trabalho, e retomá-lo neste capítulo tem o propósito de suscitar a curiosidade pelo conjunto de sua obra, que continua marginal entre nós. Por qual razão?

A repercussão de uma obra em outro país não depende, exclusivamente, de sua tradução. Em países centrais, bilíngues ou não obrigados a recorrer ao bilinguismo (Casanova, 2015), a questão da circulação das ideias não passa, necessariamente, pela tradução. A tradução torna-se um aspecto central para o acesso e reprodução - mas também para o questionamento (Spivak, 2010) - das ideias de autores estrangeiros em países periféricos. Como afirma Ribeiro (2021), o tráfego científico internacional tem nos tradutores agentes primordiais.

Embora seja importante, a tradução não é a única condição para a circulação de ideias. Conta também, neste circuito, o mercado editorial e as redes acadêmicas. Outra variável que pode interferir nas condições de recepção e circulação de um autor estrangeiro é sua potencial contribuição para a compreensão do contexto social e histórico do receptor. Todavia, como apontaram Bridi, Santana e Braga (2018), quando realizaram um balanço da área no Brasil, a sociologia do trabalho se configura historicamente “vinculada às realidades sociais, políticas e econômicas de cada país” (2018, p. 43). No caso do Brasil, a sociologia do trabalho se deparou com as peculiaridades de uma formação social que teve mão de obra escrava até fins do século XIX, de uma economia dependente, de industrialização tardia e de uma frágil estruturação do mercado de trabalho. Com efeito, uma realidade distinta daquela investigada por Lockwood no período do pós-guerra. No caso específico do livro “The affluent worker”, a estrutura de classes britânica destoava da brasileira, que nunca chegou a produzir uma franja abastada do operariado, embora sempre tenham existido hierarquias salariais.

Ao refletir sobre o período de constituição da sociologia do trabalho no Brasil, Santana e Braga (2009) reconhecem que as correntes teóricas mais influentes foram a escola estadunidense das relações industriais e a sociologia francesa do trabalho. Não obstante a observação dos autores, é inegável a contribuição da historiografia marxista britânica para os estudos do trabalho no Brasil, a exemplo de Eric Hobsbawm e, particularmente, de E. P. Thompson, cujos trabalhos marcam a trajetória de vários pesquisadores brasileiros¹⁵.

Outro aspecto que pode ajudar a explicar o reduzido legado da sociologia de Lockwood entre nós é o fato de predominarem, na sociologia do trabalho no Brasil, análises ampliadas da classe trabalhadora, cujas consequências teóricas são a rejeição da noção de classe média e a fusão de todos os assalariados em uma mesma classe.

“The blackcoated worker” (1958) discute os efeitos da divisão social do trabalho na estrutura de classes e, em particular, nas orientações políticas de trabalhadores não manuais. De uma perspectiva crítica, vale a pena conhecer uma das mais importantes contribuições deste debate.

Referências

Bell, C.; Newby, H. (1975). ‘The sources of variation in agricultural workers’ images of society. In: Bulmer, M (Ed.). *Working-Class Images of Society*. London: Routledge and Kegan Paul, p. 83-97.

Blackburn, R. M. (1990). The blackcoated worker revisited. *Work, Employment & Society*, v. 4, n. 2, p. 299-303.

Blackburn, R. M.; Mann, M. (1975). Ideology in the non-skilled working class. In: Bulmer, M. (Ed.). *Working-Class Images of Society*. London: Routledge and Kegan Paul, p. 131-162.

Blauner, R. (1964). *Alienation and Freedom*. Chicago: University of Chicago Press.

Boito Jr., A. (2004). Classe média e sindicalismo. *Politéia: História e Sociedade*, v. 4, n. 1, p. 211-234.

15. Ver a entrevista de José Ricardo Ramalho, concedida ao CPDOC - FGV, em 28 de junho de 2017. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/jose-ricardo-ramalho>>.

- Braverman, H. (1974). *Labor and monopoly capital*. New York: Monthly Review Press.
- Bridi, M. A.; Braga, R.; Santana, M. A. (2018). Sociologia do trabalho no Brasil hoje. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 12, p. 42-64.
- Bulmer, M. (1975). *Working-Class Images of Society*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Casanova, P. (2015). *La langue mondiale*. Traduction et domination. Paris: Seuil.
- Cavalcante, S. (2012). "Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista". Campinas: SP. IFCH - Unicamp. Tese de Doutorado em Sociologia.
- Cousins, J.; Brown, R. (1975). Patterns of paradox: shipbuilding workers' image of society. In: M. Bulmer (Ed.). *Working-Class Images of Society*. London: Routledge and Kegan Paul, p. 55-82.
- França, B. H. (1994). Nova classe média ou novo proletariado? *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 1, p. 42-51.
- Gallie, D. (1996). New technology and the class structure: the blue-collar/white-collar divide revisited. *The British Journal of Sociology*, v. 47, n. 3, p. 447-473.
- Goldthorpe, J. H.; Lockwood, D.; Bechhofer, E.; Platt, J. (1968a). *The affluent worker: industrial attitudes and behavior*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (1968b). *The affluent worker: political attitudes and behavior*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (1969). *The affluent worker in the class structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Halsey, A. H. (1982). Provincials and professionals: the British post-war sociologists. *European Journal of Sociology*, v. 23, n. 1, p. 150-175.
- Hollingshead, A. (1959). Review. *American Journal of Sociology*, v. 67, n. 1, p.115.
- Kemeny, P. J. (1972). The affluent worker project: some criticisms and a derivative study. *The Sociological Review*, v. 20, n. 3, p. 373-389.

- Lane, C. (1988). New Technology and clerical work. *In: Gallie, D. (Ed.). Employment in Britain*. Oxford: Blackwell, p. 67-101.
- Lockwood, D. (1956). Some remarks on the social system. *British Journal of Sociology*, v. 7, p. 134-46.
- _____. (1958). *The blackcoated worker - a study in class consciousness*. London: Allen & Unwin.
- _____. (1964). Social integration and system integration. *In: Zollschan, G.K.; Hirsch, W. (Eds.). Explorations in Social Change*. London: Routledge & Kegan Paul, p. 244-57.
- _____. (1966). Sources of Variation in Working Class Images of Society. *The Sociological Review*, v. 4, n. 3, p. 249-267.
- _____. (1974). Fonte de variação das imagens que a classe trabalhadora tem da sociedade. *In: Aguiar, Neuma (Org.). Hierarquias em classes*. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- _____. (1975a). Sources of variation in working class images of society. *In: Bulmer, M. (Ed.). Working-Class Images of Society*. London: Routledge and Kegan Paul, p.16-34.
- _____. (1975b). In search of traditional worker. *In: Bulmer, M. (Ed.). Working-Class Images of Society*. London: Routledge and Kegan Paul, p. 239-250.
- _____. (1975c). The radical worker: postscript. *In: Bulmer, M. (Ed.). Working-Class Images of Society*. London: Routledge and Kegan Paul, p. 257-261.
- _____. (1992). *Solidarity and schism: the problem of disorder' in durkheimian and marxist sociology*. Oxford: Oxford University Press.
- Malerba, P. (2019). Bancários: identidade e sindicalismo de classe média. XVI Encontro Nacional da ABET, 3 a 6 de setembro, UFBA, Salvador. *Anais do XVI Encontro Nacional da ABET*.
- Marschall, G. (1990). *In praise of sociology*. London: Unwin Hyman.
- Matos, D. D. (2019). O debate brasileiro sobre a nova classe média – uma revisão bibliográfica. Texto para discussão 01. Observatório das Metrôpoles, Rio de Janeiro.

Moore, R. S. (1975). Religion as a source of variation in working-class images of society. In: Bulmer, M (Ed.) *Working-Class Images of Society*. London: Routledge and Kegan Paul, p. 35-54.

Mouzelis, N. (1988). David Lockwood. In: Stones, Rob (Ed.). *Key Sociological Thinkers*. London: MacMillan Press, p. 163-174.

Poulantzas, N. (1969). *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista*. México: Siglo XXI editores.

_____. (1975). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar editores.

Ribeiro, G. (2021). Agentes da tradução e circulação dos clássicos na periferia da ciência. *Terra Brasilis* (Nova Série), v. 15, p. 1-34.

Roberts, K. (2020). Dealignment: Class in Britain and Class in British Sociology Since 1945. *Societies*, v. 10, n. 79, p. 1-13.

Rodrigues, L. M. (1989). *CUT - os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Rose, D. (2014a). David Lockwood 1929-2014. Disponível em: https://www1.essex.ac.uk/sociology/news_and_seminars/newsEvent.aspx?e_id=6584.

_____. (2014b). David Lockwood obituary - Sociologist whose groundbreaking books changed the way we study class. *The Guardian*, 29 de junho. Disponível em <<https://www.theguardian.com/education/2014/jun/29/david-lockwood>>. Acesso em 5 set. 2022.

_____. (2014c). David Lockwood, 1929-2014. *Discover Society*, jul. Disponível em <<https://archive.discoverociety.org/2014/07/01/david-lockwood-1929-2014/>>. Acesso em 31 set. 2022.

_____. (1996). For David Lockwood. *The British Journal of Sociology*, v. 47, n. 3, p. 385-396.

Saes, D. (1977). Classe média e política de classe – notas teóricas. *Contraponto – Revista do Centro de Estudos Noel Nutels*, v. 2, p. 96-102.

_____. (1985). *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T A Queiroz.

Santana, M. A.; Braga, R. (2009). O pêndulo oscilante - sociologia do trabalho e movimento sindical no Brasil. *Caderno CRH*, v. 22, n. 56, p. 297-309.

- Santos, J. A. F. (2012). Variantes da concepção sociológica de classe média. *Teoria & Sociedade*, p. 250-276.
- Savage, M. (2005). Working-class identities in the 1960s: revisiting the affluent worker study. *Sociology*, v. 39, n. 5, p. 929-946.
- Scalon, M. C. (1998). Mapeando estratos: critérios para escolha de uma classificação. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 41, n. 2, p. 337-375.
- Spivak, G. (2010). Translating in a world of languages. *Profession*, p. 35-43.
- Thompson, P. (2020). *Interviews with David Lockwood*. Disponível em <<https://essexsociologyalumni.com/memories/interviews/interviews-with-david-lockwood/>>. Acesso em 2 set. 2022.
- Touraine, A. (1955). *L'évolution du travail ouvrier aux usines Renault*. Paris: CNRS.
- Trópia, P. V. (1996). Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciários de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. IFCH – Unicamp, Campinas, SP.
- _____. (2017). Entre simplificação e complexidade: a inserção dos assalariados não-manuais na estrutura de classes. In: Amorim, Henrique; Souza, Davisson C. C. de (Orgs.). *As classes sociais no início do século XXI*. São Paulo: Annablume, p. 155-184.

7. E. P. THOMPSON, HISTORIADOR INTERDISCIPLINAR:
PERFORMANCE, EXPERIÊNCIA E CULTURA,
LULISMO E AGÊNCIA

ANTONIO LUIGI NEGRO

Começo pelo reconhecimento de que a confiança em mim depositada pelos organizadores deste livro me deixou indeciso. Claro que aceitei prontamente a incumbência de escrever sobre a importância de Thompson para a sociologia no Brasil, mas, depois, preparando e dando aulas, ou lidando com fontes arquivísticas, pensei e repensei (e repensei). O mais das vezes ficava sem o fio da meada para levar a cabo a atividade de aprontar o texto, tendo em vista o prazo e o equilíbrio requerido para a qualidade do argumento. O fato de a sociologia, à qual somo a antropologia, estar no centro da pauta me fez desde logo não esquecer que o artigo não é para historiadores apenas. Mesmo assim, visto que a história tem vínculo antigo com Thompson, não é possível ir adiante sem deixar de fazer menção ao recente livro de Tyrone Cândido, “E. P. Thompson. História e luta de classe”, trazido a lume pelo Plebeu Gabinete de Leitura.

Aqui, neste capítulo, desdubro outro (Negro, 2014), encerrado com citações a Cardoso (2012) e Dawsey (1997). Apesar de apontar para os problemas da “virada fenomenológica da historiografia marxista” (Cardoso, 2012, p. 2), o primeiro autor, que é sociólogo, ponderou que, sem tal virada, a história dos trabalhadores será, “sempre”, uma história “preconcebida”, sobre um “proletariado consciente de seu papel histórico”, consciência a que os de baixo vão chegar um dia, mas somente após superar sua espontaneidade, quando devidamente assistidos por uma organização dirigente, que pedagogicamente estabelece as lutas pertinentes. Já o segundo autor botou Thompson na roda da antropologia da performance. Apontando para o monitoramento, na literatura

especializada, do caráter verdadeiro da conversão do trabalhador rural em proletário assalariado, Dawsey observa que a temática da pureza da condição operária é debitária de um (pressuposto) “processo de modernização”, que assume ares “de uma força autônoma, independente de vontades humanas ou mesmo de suas relações sociais” (1997, p. 212-213). Assim visualizada, a “modernização” dá à luz o “boia-fria”. Além de ser cria de um processo que se impõe desencarnado de seres humanos reais, pela força das estruturas, o ser real – “boia-fria” – não tem condições de, por si só, perceber o que se passa, preso como está à sua limitada capacidade de percepção, articulação e expressão.

Este é exatamente o ponto em que Thompson (1987a) faz sentido para Dawsey, sendo então citado. Assim como classe é uma relação e não uma coisa, “a identidade de ‘boia-fria’ não é uma ‘coisa’” decorrente da “modernização” das relações sociais de produção. Quando os trabalhadores fazem referência a “cair na cana”, tomam parte do seu fazer-se enquanto classe. É uma interpretação, “feita pelos próprios trabalhadores”, sobre a realidade das relações de trabalho contraídas na safra da cana. Dramatizando o vivido, não são o subproduto do inalcançável macroprocesso global do desenvolvimento. Atuando nos seus espaços e momentos de liberdade, produzem a experiência de serem envolvidos por relações capitalistas chamadas de “modernas”. Com grande sensibilidade, o antropólogo que foi até a classe operária para ser antropólogo notou não apenas a batucada, a pinga e a turma mais jovem dependurada no caminhão, ao voltar do corte da cana, “desafiando carros e caminhões”. Se havia o clima do aparente desregramento da festa, havia também o do “esgotamento, de gente estirada no chão da carroceria”, homens e mulheres exauridos, precisando esticar a espinha. Creio, escreveu ele, que “cair na cana’ seja um dos textos dos trabalhadores da periferia de Piracicaba” em meados dos anos 1980. É um texto “no qual falam de si”, como classe (Dawsey, 1997, p. 214, 185, 209).

Sem perder de vista a especificidade do momento histórico vivido – a coincidência entre as primeiras favelas de Piracicaba (construídas por assalariados rurais) e as obras do distrito industrial onde se instalou a Caterpillar, depois do que “caiu tudo na cana” –, Dawsey (1997, p. 219) faz eco (parcial, anotou ele) ao “trabalho instigante” de Maria Célia Paoli. Ela, após pesquisa acerca dos trabalhadores em São Paulo das décadas de 1930 e 1940, escreveu que sua história não cabe e, portanto, “não pode ser reduzida a uma história institucional, à qual se atribui

uma lógica pré-fixada modelarmente”. O fazer-se da classe, continua Paoli (1983, p. 52), citando Thompson, “ocorre apenas na luta e não em modelos que abstraíram o chão histórico que lhes deram origem”, que nada mais são do que “descrições vazias sobre o que deve ser a classe, o sindicato, o partido, o Estado e a própria história”.

*

Na década de 1980, enquanto os estudos históricos estavam mais ocupados com a história da escravidão e com o movimento operário na Primeira República (Macedo, 2017, p. 179-287), as ciências sociais, ou comportavam pesquisas com recorte cronológico operado no passado (Paoli, 1987; Gomes, 1988), ou traziam à tona engenhos e fábricas que – assim como as ilhas – eram de história (Sigaud, 1979; Leite Lopes, 1988; Ramalho, 1989; Alvim, 1997). Ou ainda: sob o impacto de novas personagens que, maciçamente, lutavam para entrar em cena e na esfera pública, a sociologia se valeu de E. P. Thompson para analisar a prática invisível das mulheres nos mundos do trabalho, afora suas lutas e presença no movimento sindical (Souza-Lobo, 1991), a dignidade operária (Abramo, 1986), e os movimentos populares, bem como o sindicalismo metalúrgico, na grande São Paulo (Sader, 1988), nas décadas de 1970 e 1980.

Como escreveu Souza-Lobo (1992, p. 10) a respeito dos estudos sobre modos de vida, também aqui neste texto sobre a referência de E. P. Thompson para as Ciências Sociais no Brasil, dá para perceber que “são várias as tradições embutidas” em seu apelo ao historiador sobre a classe operária e a plebe inglesas, dos séculos XVIII e XIX. E, diferentemente do que sucedeu com a história social da escravidão nos anos 1980 – que teve na Unicamp e na UFBA linhas de pesquisa –, essas várias tradições das ciências humanas se uniram de modo interdisciplinar.¹ Parafrazeando Souza-Lobo (1992, p. 10), emergindo em distintos contextos, as “preocupações a que respondia”, e os debates que inspirava, deram à leitura de Thompson muito mais do que uma atenção passageira, razões pelas quais seu mais importante livro, “A formação da classe operária inglesa”, não deixou de ser copiado, lido, discutido, abraçado, e comentado, desde que, pela primeiríssima vez, apareceu nas livrarias, em 1963.

1. Na Unicamp, a presença de Robert Slenes foi fundamental para a orientação das pesquisas (Ribeiro, Freire, Abreu, Chalhoub, 2016). Enquanto não havia doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, mestres tiveram na Unicamp uma possibilidade de escolha para fazer o doutorado.

Em citação a Leite Lopes (1984), Souza-Lobo (1992, p. 9) aponta para a

[...] ‘preocupação principal’ que era o movimento de ‘ruptura da dicotomia entre condições e práticas subjetivas, pensadas sob a ótica da relação causa/efeito, ou de sucessivos recortes das relações sociais imputadas umas das outras ou ainda da ‘redução das estruturas às interações’.

O interesse pelos modos de vida da classe trabalhadora, ela situou, levava a efeito a crítica ao procedimento da pesquisa voltada “para as práticas político-institucionais ou para as condições e padrões de vida e indicadores sociais” (Souza-Lobo, 1992, p. 10). Buscava-se compreender “as práticas cotidianas, as tradições, a diferenciação interna das classes trabalhadoras, suas representações”, ao mesmo tempo em que era procurado o entendimento da internalização subjetiva das condições materiais de existência. Na fronteira entre história, antropologia e sociologia, esse era “um fio condutor para a análise das práticas sociais, a construção simultânea e articulada de relações sociais, das representações e do campo simbólico” (p. 10).

“Esta abordagem na encruzilhada de vários enfoques” era, para Souza-Lobo (1992, p. 13), indicadora de “deslizamento entre uma temática dos modos de vida e uma problemática da sua construção”. Caminhos da sociologia que percorriam “as relações entre os temas das condições e padrões de vida, das tradições culturais e políticas, das representações simbólicas e práticas da resistência”, denotavam a sua carência de “conceitos articuladores” (p. 13), tal como procedia – ela citou – Thompson (1981, p. 188), quando operava com o “conceito de experiência”. Dito isto, a autora retoma a equação entre, de um lado, o contexto das ciências sociais invadidas pela massa popular e operária, que não aceitava mais a cidadania de segunda classe da cabeça baixa e do tapinha nas costas, e, de outro lado, as preocupações surgidas dessa ascensão popular, acrescidas dos debates subsequentes. “Várias ordens de questões” se imbricavam: a ânsia de “romper a dicotomia entre objetividade e subjetividade, condições de vida e representações simbólicas” e de “recuperar, frente à lógica dita irremediável das estruturas, os espaços onde os sujeitos transmutam estruturas em processos e se inserem na história” (Souza-Lobo, 1992, p. 13). Socióloga como era,

a professora Beth Lobo fecha o raciocínio, não com Thompson, mas com Alain Touraine (1988).²

*

Embora em engenhos e fábricas, e também nos movimentos, e entre homens e mulheres, houvesse sindicatos e partidos, afora outras diversas instituições, a direção consciente formulada por uma elite dirigente não tinha muita importância. E talvez pudesse não ter a menor importância, em especial para os de baixo. O que importava era descobrir o que a classe trabalhadora fazia com as ordens dadas por chefes e patrões, como convivia com as tensões cotidianas da desigualdade e da injustiça, como suportava a exploração, quais sentimentos eram vividos nos mundos do trabalho. Também importava saber o que a classe trabalhadora fazia com aquilo que as – aparentemente impessoais – forças da estrutura ou da “modernização” tentavam fazer com essa classe trabalhadora. O desejo das aqui citadas pesquisas de Ciências Sociais em saber como a classe trabalhadora brasileira se fez – o fazer-se – era, tal qual em Thompson (1987a, p. 9, 4), um “estudo sobre um processo ativo”, devido “tanto à ação humana [*agency*] como aos condicionamentos”.

“Meu material de estudo levou-me”, respondeu Thompson num debate (2001, p. 211), “a privilegiar o aspecto ativo, voluntarista, criador de valores da cultura popular: o povo faz e refaz sua própria cultura”. A perspectiva adotada consiste em ponto de vista específico sobre a “cultura popular”, que não é impossível de “ser compreendida dentro do quadro da imposição hegemônica da dominação de classe”. É soprando esses ventos que os caminhos das ciências sociais se cruzavam com o de Thompson. “O que de fato fui lendo no entremeio das primeiras idas ao campo” (a vila operária da Companhia de Tecidos Paulista), relatou Leite Lopes (2011, p. 588), foi “The making of the English working class” (naquele momento, meados dos anos 1980, ainda sem tradução para o português). No livro, “aparecia de forma clara [...] a hipótese da importância do passado, da memória, da his-

2. Marquese (2013, p. 236) oferece gritante contraste ao ver na noção de experiência – “das mais frouxas expressões da reflexão teórica” – uma ferramenta para a prática historiográfica de Thompson. O contraste aumenta por ser experiência a chave “do projeto intelectual da história social da escravidão brasileira”.

“Meu método implica [...] uma perspectiva um pouco diferente da desenvolvida pelos historiadores franceses”, falou Thompson (2011, p. 211) na École Normale Supérieure. “Seguindo Fernand Braudel”, uma parte da historiografia francesa explorava “sobretudo as determinações da base, demográficas, espaciais, temporais, geofísicas, agrárias, naturais”. Se isto permitiu compreender e nuançar a noção de mentalidade, a esta se chegava por meio de sua concepção “como uma formação involuntária à maneira de um dado geofísico” (p. 211).

tória incorporada para a possibilidade de criação do novo”, afirma o autor (2011, p. 588). Ao mencionar o famoso prefácio, Leite Lopes não deixou de contar que, se Thompson entendia a experiência operária como determinada pelas relações de produção contraídas em sociedade, o interessante mesmo, ao ler seu livro, era como Thompson (1987a, p. 10) reelaborava o conceito de consciência de classe: “a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais”, o modo como são “encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”.

Apesar de toda atenção dada à ação e à inteligência dos de baixo, Thompson em nenhum momento entendia essas capacidades fora das noções de relação e do acontecimento históricos. Após afirmar que uma relação devia “estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais”, Thompson (1987a, p. 9, 10 e 12) não admitia a possibilidade de “duas classes distintas, cada qual como um ser independente”, que, uma vez existindo à parte, daí então se colocaria em relação de reciprocidade. “Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses”. Uma classe social se definia, prosseguiu, por homens e mulheres “enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição”. Numa publicação originalmente datada de 1965, Thompson (2001, p. 169) voltou a escrever: “classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional)”. Em 1968, no pós-escrito de “The making...” – exatamente a edição que Leite Lopes leu –, Thompson não se esquece de reiterar que tanto as relações de classe quanto a consciência de classe são “formações culturais”, que jamais serão um uma coisa pronta e acabada de uma vez por todas, imutável em sua solidez. Esticando o livro até quase chegar às mil e uma páginas, o autor, no penúltimo parágrafo do adendo, republicou suas palavras: “classe é uma formação cultural e social (frequentemente adquirindo expressão institucional)” (Thompson, 1968, p. 937-939). Existe na relação e, no final das contas, de maneira acontecimental, isto é, cronologicamente. Logo, é impossível defini-la de maneira isolada ou abstratamente. O livro – ele tentou resumir no último parágrafo de todos – é “uma tentativa de descrever essa performance” (*happening*, no original), um “processo de autodescoberta e autodefinição” (Thompson, 1968, p. 939). E por performance aqui se quer dizer aquilo que o termo sugere: ação ou acontecimento insólito, sem necessariamente ter o plano de sua continuidade ou premeditação, exatamente porque se entrelaça ao imprevisto e espontâneo, envolvida pela relação com o meio em que se faz, contando com a astúcia

dos presentes para definir o instante, sem estratégico desfecho prescrito por um autor mais importante que todos.

Foi algo extraordinário levar a sério a experiência dos de baixo em sua relação com “as estruturas de poder na sociedade”, conforme Dorothy Thompson (2001, p. X) já – à luz meridiana – atestou. Se a divisão entre as classes podia atravessar um país como um “corte cultural” (Thompson, 2001, p. 218), ela se expressou, no caso do chão da usina têxtil em Pernambuco, por meio da cultura fabril, tecida tanto pela reação e resposta “ao despotismo da hierarquia da administração fabril”, quanto pela “reinterpretação e reambientação criativas das duras condições de trabalho na fábrica”. Podendo até mesmo tomar o vulto de “uma ‘segunda natureza’” dentro da própria fábrica, a cultura fabril tem vínculo com a “concepção de trabalho”, expressão da construção da suportabilidade das condições de trabalho e dos padrões de sociabilidade entre pares submetidos à mesma administração (Leite Lopes, 1988, p. 81, 84 e 83). Assim, a cultura fabril expressa valores e práticas presentes, quer na delimitação de um espaço dos trabalhadores no processo de trabalho e no espaço fabril, quer nas suas concepções de honra e identidade, na qual se mesclam interiorização e releitura, legitimação e recusa.

De historiador tão refratário quanto Thompson à atividade de teorizar, vem uma afirmação decisiva para entendermos, não a contribuição da história social, mas o proveito da abordagem das ciências sociais. Adepto do holismo da Antropologia por não separar nem hierarquizar a economia e a cultura, Grendi (2009, p. 27 e 29) valoriza os procedimentos de “co-lher imediatamente [no trabalho de campo] as conexões entre fenômenos diversos, entre o problema que é objeto de análise e o ‘resto’”. É também de valia mapear as relações verticais e horizontais. Se o conflito político não obcecar a pesquisa, as “análises tipicamente antropológicas do ritual e do simbolismo” serão observadas em sua relevância para a história. Numa passagem tão breve quanto instrutiva, somos advertidos de que trocas se dão entre partes desiguais e é por isso que troca ou reciprocidade dão a ver relações estruturantes de pessoas e grupos.

Resulta então que, se valendo de Thompson, nem a consciência de classe, nem as instituições, tampouco as estruturas, foram jogadas fora.

Não passo ao próximo tópico sem antes sublinhar que não por acaso foi numa fábrica de tecidos do grande Recife que Leite Lopes (1988) e Alvim (1997) se deram conta do novo proletariado industrial não ser “o criador do movimento operário”. Perante homens e mulheres que passaram a conhe-

cer durante as interações e entrevistas do trabalho de campo, perceberam o alto relevo dos mundos do trabalho anteriores a transformações capitalistas chamadas de “modernizadoras”, porque eram suas tradições de trabalho de vida, sua cultura, quem os armava para o enfrentamento dos modos de dominação (Leite Lopes, 2011, p. 588). Recorrendo à sua própria história – em geral sem registro escrito algum – a fim de se relacionar com a política de domínio da usina, a peãozada nada mais fez do que reelaborar caminhos antes percorridos por escravizados africanos, por afrodescendentes, ou povos indígenas e seus descendentes. Volto a esse ponto no debate sobre o lulismo, mais à frente.

Quando os operários das fábricas de tecido apareceram, se eram, por um lado, uma novidade que atraiu Marx e Engels, se alimentavam, por outro lado, de tradições, valores, formas de associação e práticas herdadas de processos anteriores. “As mutáveis relações de produção e as condições de trabalho mutável da Revolução Industrial”, escreveu Thompson (1987b, p. 16), “não foram impostas sobre um material bruto, mas sobre ingleses livres”. Ante a ênfase dada à inovação industrial, homens e mulheres trabalhadoras cultivaram a “continuidade de tradições políticas e culturais”. Como resultado, “os operários, longe de serem os ‘filhos primogênitos da Revolução Industrial’ tiveram nascimento tardio” (Thompson, 1987b, p. 16).

*

Os próximos tópicos tratam de questões nas quais não são feitas citações à obra de Thompson. Primeiramente, no artigo de Singer (2009), sua ausência é sentida em negativo. Depois, sua ausência em positivo, por Thompson não ser mesmo preciso, é percebida no artigo de Souza e Rabelo (2018).

Perante a fortuna que o artigo de 2009 teve em termos de recepção e circulação dentro e fora das universidades, e diante das atividades desempenhadas por seu autor, André Singer, fora da academia, escrever sobre o lulismo comporta o mesmo risco existente na análise da trajetória do conceito de populismo. Então, em meio à desinteligência, à propaganda ideológica, à controvérsia e à paixão facciosa, o “destino de qualquer reflexão que trate do tema, reproduz, em certa medida, o próprio destino de seu objeto de estudo” (Gomes, 2001, p. 19). Diferentemente de populismo, que serve para nomear fenômenos díspares entre si, lulismo remetia, de modo específico, à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2006. Com o êxito que o ineditismo da proposta logo angariou, lulismo passou a ser usado também para examinar os desdobramentos da história política recente do

país. Embora lulismo possa ser visto como uma subparte do populismo, as diferenças existentes entre os dois fenômenos têm algo em comum. A primeira interseção entre ambos já foi antecipada, sem premeditação alguma, por Luigi Pirandello. Populismo ou lulismo assim será, se assim lhe parecer. Ponto e basta. Esta convergência decorre dos riscos de qualquer abordagem que se faça sobre os dois, em separado ou em conjunto.

Em segundo lugar, de acordo com Gomes (2001, p. 34 e 42) e com Weffort (1978), desde os anos 1970, se fazia ouvir a tendência na qual a “categoria chave para descrever a relação” estabelecida entre o líder e as massas, no populismo, era a da manipulação, sustentando a “ideia básica de controle e tutela do Estado”. Gomes faz ver que tal manipulação não se fazia numa direção apenas, já que as massas, mesmo sob a força da política estatal, conseguiam ser atendidas em suas demandas. (Ou conseguiam ver suas demandas atendidas). No entanto, se houve luta social – a exemplo das greves do pós-45, dos anos 1950 e no início da década de 1960 –, o “fortalecimento das forças populares” se verificou sob a hegemonia da “crença em um Estado benevolente”.

Marcado pela licenciosidade popular em recintos vigiados ou seletos – seja fisicamente, seja pelo receio, incômodo ou horror dos de cima pelos de baixo, ambos indiciários da mentalidade da elite e de suas perturbações de classe –, o contexto distinto da pesquisa de Gomes (1988) para sua tese de doutorado, defendida em 1987 no IUPERJ, sob a orientação de Wanderley Guilherme dos Santos, moveu debates inspirados por E. P. Thompson e respondeu a preocupações para as quais o historiador inglês era uma referência muito bem-vinda. Sua preocupação, diga-se logo, não era fazer uma discussão teórica. Por meio de uma perspectiva interdisciplinar, a autora, segundo ela mesma, queria chegar a uma “interpretação histórica alternativa”, alicerçada em demorada pesquisa empírica e “iluminada”, naquele momento, “pelas novas contribuições da produção internacional sobre a formação da classe trabalhadora”. A problematização da dicotomia do velho e do novo (antes e depois da Revolução de 30) e a recusa de investigar a manifestação de desvios na história da classe operária (a partir de um paradigma prévio e prescritivo) deram lugar a uma investigação cujo ponto de partida estava na percepção da classe trabalhadora como um sujeito político fundamental, capaz de enxergar opções e fazer escolhas, “segundo o horizonte de um campo de possibilidades”. A “abordagem” das fontes encontradas na pesquisa levava, não só à recusa em “atribuir aos trabalhadores uma posição política passiva”, como também não se punha a enquadrar

os sindicalistas como palermas ou safados. Consequentemente, foi rejeitada a categoria de cooptação por sua inadequação analítica, insuficiente como é para compreender uma relação de troca, na medida em que esvazia “o sujeito da cooptação de qualquer poder (inclusive o de ter suscitado a cooptação)”, transformando-o numa coisa, um “objeto, que é, por definição, incapaz de negociação”. Desse modo, “A invenção do trabalhismo” se define pela crítica à “interpretação que explicava o sucesso populista como o resultado de um cálculo utilitário em que ganhos materiais eram trocados por obediência política”. Enfim, enquanto reconheceu a assimetria dos recursos de poder entre o criador e o público para o qual a criatura foi inventada, a autora rompeu com o pressuposto de apenas o Estado ser o protagonista, na sua performance de pai de pobres passivos, subtraídos da ação ou perdoados por não saberem o que faziam (Gomes, 2001, p. 44-48).

Atuando em contexto posterior e muito diferente, buscando respostas para as mutações do Partido dos Trabalhadores (PT), André Singer realimentou – no debate sobre a política brasileira – o pressuposto de que ganhos materiais garantem a obediência política. Para ele, o lulismo “expressa um fenômeno de representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização”. A frieza dos números das eleições de 2006, ele argumenta, não dá conta do que foi a discreta e inarticulada migração do eleitorado de baixíssima renda em favor de Lula, já na mira da impoluta classe média brasileira. Além de se curvar até o “fundo da sociedade”, o olhar de Singer notou “personagens de escassa visibilidade”, gente trabalhadora com as mesmas origens, localizou ele, do ex-migrante sertanejo; “uma camada social específica”, porque paupérrima. Logo, em sua pobreza, essa força eleitoral decisiva do lulismo não era nem mesmo a classe C, mas sim um subproletariado. No fundo da sociedade, para usar os termos citados, essa camada tinha, além da particularidade da baixíssima renda, um lugar geográfico e social específico: era do Nordeste (Singer, 2009, p. 84-86).

É desnecessário declarar que não possuo cabedal para entrar num debate com o eminente cientista político, em específico no que toca à sua experiência na militância partidária, na imprensa e na prática da pesquisa acadêmica. Não foi exatamente por ser membro da disciplinada base petista que demorei para me inteirar de suas proposições, nem mesmo como leitor. Porém, aqui e agora, é impossível não atinar para uma nova mudança no contexto. Enquanto o Congresso faz a farra com o dinheiro público do orçamento secreto, o Auxílio Brasil é contabilizado como política públi-

ca que vai galvanizar o voto dos descamisados e levar o atual presidente a um segundo mandato. As atenções da população de alta renda e instruída voltam-se, à esquerda e à direita, para essa fração majoritária do eleitorado lulista e sua lógica de garantir um mínimo de distribuição de renda recendo qualquer ameaça à ordem estabelecida (Singer, 2009). Essas atenções evoluirão rapidamente para apreensões (ou expectativas) se se derem conta de que Singer (2009, p. 87) marcou no subproletariado “uma autolocalização intuitiva” (leia-se espontânea) “à direita do espectro ideológico”. Tendo sido Lula o primeiro presidente a ir ao seu encontro sem um chicote na mão e uma foice e martelo na outra, as massas estão silenciosamente arrumando a bagagem para migrar rumo a uma candidatura de extrema direita, trocando voto por dinheiro?

Incapaz de participar dessa discussão, a pergunta aqui é outra: a quais preocupações do contexto atual E. P. Thompson serve para buscar respostas?

Seguramente, o que Singer não notou em momento nenhum antes de publicar seu artigo foi a dissimulação embutida na frieza de dados regularmente alardeados como científicos, posição a que se pode chegar depois do somatório de faixa de renda com zona eleitoral. Por mais objetivos que esses dados sejam, eles trazem consigo a grande vantagem do preconceito – racial, de classe e regional – poder se travestir com o paletó e gravata da imparcialidade de sábio homem branco, experto em negar a existência e o efeito das desigualdades brasileiras. Singer não tem racismo algum para dissimular. Porém, o que ele não fez, a apropriação não deixou de fazer. Tão ao gosto dos preconceitos da mídia, logo surgiram outras pesquisas sugestivas da conclusão de negros, pobres e nordestinos não se preocuparem mesmo com corrupção. Quem tinha consciência cívica eram os ricos pintados de verde e amarelo, brancos e sudestinos. Foi Copacabana e a Paulista que foram às urnas para o protesto contra o assim chamado mensalão. Nesse momento de fazer a coisa certa, a cidadania de primeira classe era o eleitorado de fato rico de Alckmin, pondo-se paradeiro na mixórdia de pobre em aeroporto, e sendo enfim expelida da banda da riqueza a classe C, que também era rica, desde que posicionada na estrutura da desigualdade social durável do Brasil, conforme calculou Singer (2009, p. 86).

O que Singer podia ter notado, e seu lugar de fala no campo intelectual uspiano provavelmente turvou, foi que, na sociedade brasileira, o fundo, assim como o buraco, fica mais embaixo. Depois de localizar o fundo do Brasil no miserável Nordeste, é fácil fantasiar sobre o gado humano, o co-

ronel, e o grotão do curral eleitoral, no poço sem fundo dos trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico (Paoli, Sader e Telles, 1983). Naufrago na riqueza que produz, o subproletariado invisível é melhor tratado pela história thompsoniana. Grande parte da “invisibilidade histórica de muitos dos sujeitos” presentes na “Hidra de muitas cabeças” se deve não à sua esqualidez, mas sim “à repressão de que foram vítimas: a violência da fogueira, do cepo, da forca e dos grilhões de um escuro porão de navio”. Essa mesma invisibilidade se deve, em outra grande parte, “à violência da abstração com que a história é escrita” (Linebaugh e Rediker, 2008, p. 15). Há enorme desconhecimento e equívoco na afirmação que assegura serem os trabalhadores de origem rural “espoliados desde sempre” (Rodrigues, 1968, p. 349). Em pleno século XXI, Singer carimba de novo esse velho papel amarelado e atesta a incapacidade do subproletariado em construir a partir de baixo as suas próprias formas de organização.

É exatamente por isso que “A Formação da classe operária inglesa” nunca foi uma coqueluche e, ao contrário, tem sido um livro inspirador. Porque mostra, por um lado, que a história da dominação não é feita com a continuidade de sua total eficácia. A história das classes subalternas não é, por outro lado, a da incapacidade contínua nem é feita exclusivamente de fraturas. Assim, já faz tempo que ficou para trás a macronarrativa segundo a qual o movimento operário nasce das mãos dos italianos de São Paulo no início do século XX. Quebrado, em 1930, esquece sua fase libertária gloriosa à medida em que São Paulo se inunda de migrantes desembarcados do Trem do Norte, gente fraca, escura e iletrada, massa que se presta à manipulação populista, espedaçada em 1964. Greves, a partir de 1978, reanimam a radicalidade da Primeira República perdida com a migração e o populismo e reconhecem em Lula a sua liderança máxima, esta que, em 2006, será o pai dos pobres que não querem brigar. Alternativamente, já faz tempo que a história é contada de outro jeito: a rebeldia do imigrante africano, incluindo a greve dos ganhadores baianos de 1857, antecedeu as lutas paredistas na São Paulo do início do XX; o movimento operário brasileiro contou com a participação de trabalhadores afro-indígenas; o trabalhismo foi um sindicalismo autêntico e almejou a presença da classe trabalhadora no parlamento, e o novo sindicalismo é tributário das lutas operárias do pré-64. E hoje, Lula encontra, no contato direto com a presença física e maciça dos de baixo, o ânimo dissipado pelo fechamento de fábricas e o desemprego, situação piorada pela reforma da

legislação trabalhista, destruidora do poder de representação dos sindicatos na barganha capital e trabalho.

*

“A consciência do escravo apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados sociais que lhe eram impostos” (Cardoso, 2003, p. 161). Em sua resenha do livro “Capitalismo e escravidão no Brasil meridional”, João Reis (2003), após pincelar passagens em que Cardoso vai ao encontro de Gilberto Freyre, mostra o afastamento entre ambos. Cardoso, por um lado, enfatiza a coerção e a crueldade do escravismo e, por outro, sustenta a defesa da tese do escravo-coisa, outra maneira pela qual o trabalhador aparece sujeito ao imaginário acadêmico, para quem o escravizado nada fazia a não ser refletir a vontade de seu senhor, sendo inapto para descobrir seus próprios interesses. Até aqueles que, excepcionalmente, conseguiram se rebelar o fizeram de modo a desaparecer no mesmo desvão histórico da impossibilidade definida pela estrutura social. Dado que, quando escreveu o livro, Cardoso estava interessado na destruição do sistema, ele não conseguiu lidar com os escravizados cujo julgamento sobre a conjuntura excluía a possibilidade de rompimento da estrutura. Em outras palavras, havia escravizados em cuja visão não constava ameaçar a ordem. “O escravo”, contrapõe Reis, “era uma propriedade que trabalhava muito, mas que também dava muito trabalho”. Apesar dos rigores, “não permitiu que a escravidão fosse perfeita”. Isto porque, ensina Reis, “não permitiu que sua vontade apenas refletisse a vontade do senhor. Pelo contrário, a vontade do escravo amiúde parecia ao senhor como sua própria vontade. Artimanhas de escravo” (Reis, 2003a, n. p.).

Esta ladina performance perante o senhor ou sob as vistas de espias e vigias, refletindo, não a vontade do primeiro, mas a própria vontade, enquanto desempenhava o papel de refletir apenas o que o senhor queria, foi em boa medida responsável pelo “pacifismo crioulo”, escreveu Reis (2003b, p. 320). Diferentemente dos africanos, o “negro brasileiro”, por não ter o propósito de ameaçar a ordem, não consta na “rebelião de 1835”, a Revolta dos Malês. Também não estava na fila de espera por uma liderança vinda de fora que negociasse, dentro da ordem, reformas no sistema. “Eram mestres da dissimulação, não havia quem melhor fizesse o branco de bobo e lhe arrancasse concessões”. Enquanto os assim chamados (pela polícia) “pretos”, isto é, os negros africanos, eram associados à luta aberta contra o escravismo, “os crioulos, e ainda mais os mulatos” dispunham de suas “formas próprias de

resistência ao poder senhorial”, maneiras que “às vezes estabeleciam uma linha muito fina, até se confundia, com a acomodação pura e simples” (Reis, 2003b, p. 323). Em outras palavras, a política de convivência dos de baixo incluía dissimular ou exprimir a sua consciência, conforme não só o caso, mas também o grupo. Não se pense que esta linha pacifista era composta de medo e sabujice, depositados trêmulos no cafundó da sociedade. Reis a caracteriza com os relevos da insubordinação, boicote à produção, danificação de ferramentas e destruições das plantações, simulação de doenças, pequenos furtos e o vai e vem de breves fugas, do vou ali e já volto, já que o perdão do senhor não costuma faltar.

Tudo isso e muito mais – mas muito mais mesmo – escapa a quem quer que acredite que os de baixo, apesar dos rigores da pobreza, não são capazes de ter as suas próprias formas de organização, estando assim disponíveis, de pires na mão, a lideranças chegadas de fora. As ciências sociais e a história estão, desde pelo menos os anos 1980, se deparando com resultados de pesquisa que levam o conhecimento a superar sua ancoragem em organizações, como sindicatos e partidos. Parés (2012, p. 145), por exemplo, já escreveu sobre a habilidade “dos grupos subalternos em articular discursos contra-hegemônicos ou espaços alternativos de identidade no interior de estruturas de desigualdade”. Desembarcadas do *Trem do Norte* nas estações ferroviárias paulistanas, as levas de nortistas que migram para o sul maravilha podem oferecer um paralelo comparativo com a *underground railway*, a sedutora ferrovia subterrânea da liberdade dos escravizados estadunidenses. Em São Paulo, os nortistas engrossaram a luta por igualdade racial e deram ao ativismo a favor dos direitos de organização e sindicais ares ameaçadores das massas em movimento, caso dos piquetes grevistas, sobre os quais a repressão policial se abatia como tinha feito, no passado, em suas investidas contra o que antes se chamava de “ajuntamentos de pretos”. Se o trabalhismo foi inventado em 1942, ao ser colocado em movimento no pós-45 conviveu, a partir de baixo, com a possibilidade de sua reinvenção, pelos trabalhadores. Nada disso será descortinado enquanto a academia sujeitar os de baixo a um imaginário acadêmico formulado a partir de cima. Nada disso será admitido enquanto, apontando-se para a precariedade da pobreza ou do trabalho, não for igualmente considerada a possibilidade de uma dominação precária. Aqueles homens e mulheres que viviam ao ganho, no século XIX e nas primeiras décadas do XX, deixaram vivas tradições que podem ser apropriadas e reelaboradas por quem hoje vive de si, trabalhando para padrão que pretexto não existir. Dito de outro

modo, “a classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada” Thompson (1987b, p. 18). Em contraste, assim como teve quem pensasse o escravizado como uma coisa inanimada nas mãos do senhor, há quem pense a classe trabalhadora como uma coisa manipulável, pressuposto na raiz de cálculos errados e grandes surpresas.

Vezeira nessas duas veredas, se vê a cabeça de Fernando Henrique Cardoso. Não aceitava serem os escravizados capazes de qualquer coisa para valer (Reis, 2003) e, em 1971, a um colega estadunidense garantiu, com toda a autoconfiança de homem branco polido e cosmopolita, que os intelectuais, na América Latina, eram importantes por serem as vozes dos pobres coitados que não podiam se expressar por si mesmos (French, 2020, p. 357). Nada mais abolicionista do que isso: os negros são incapazes e, assim sendo, precisam de outra gente, essa sim capaz e eficaz, que fale e faça no seu lugar.

*

A reflexão sobre agência é o mote do artigo de Souza e Rabelo (2018). Como foi dito antes, este é um debate feito pela sociologia, sem que Thompson seja um autor crucial para dar respostas às perguntas abertas. A primeiríssima coisa a ser notada é a tradução sem cerimônia de *agency* por agência mesmo, enfim sem pausas explicativas. O termo agência se tornou aceito, o que não sucedia quando da tradução do primeiro volume da “Formação da classe operária inglesa”, impresso em 1987.

Tal como aconteceu com a história, “o conceito de agência” – Thompson talvez usasse o termo noção (no lugar de conceito) – “ganha relevo nas ciências sociais como contraponto ao domínio de análises estruturais”. Sua aparição fazia parte “de um esforço por reequilibrar a balança entre estrutura e ação, chamando atenção para o papel ativo e criativo dos sujeitos na construção e transformação de seus mundos”. Visualizada pela atribuição das características de astúcia, “liberdade, resistência e criatividade, a agência aparece como oposta à passividade, ao domínio do hábito cego, à aceitação da tradição (e/ou da dominação)”. Contudo, as autoras anunciam o propósito de colocar em questão “a captura” do termo pelos “binarismos atividade e passividade, resistência e submissão”, e, ainda mais, “sua vinculação aos polos da atividade e resistência”. Esta decisão, argumentam, decorre de situações no contexto etnográfico (animais para testes laboratoriais ou orixás baixados em terreiro) em que “a agência de um dos participantes é frequentemente colocada em dúvida”. No caso dos animais, sua “domesticação é frequentemente tratada como uma forma de relação na

qual” seus interesses são, não apenas, “suprimidos”, mas inteiramente “submetidos a propósitos humanos”, seus supostos donos. Como resultado, “a agência do animal” só pode ser encontrada “em seu protesto”. No caso dos orixás, como é que se apossam de corações e mentes, e também corpos, exigindo obediência de seus filhos se não são humanos e, portanto, incapazes de agência? (Souza e Rabelo, 2018, p. 109-110).

Apontando como problemático o “vínculo entre agência e atividade e/ou resistência”, as autoras se valem da noção de agência para compreender modalidades da ação descaracterizadas pela “resistência à dominação”, fugidias diante do “binarismo submissão *versus* resistência”. Elas indicam para a maleabilidade exigida de alguém ingressante em uma técnica ou saber, como condição para uma aprendizagem ou iniciação, sucedidas por obrigações. Indicam em segundo lugar para a prática, não como comunhão de identidades ou interesses, ou sistemas com regras e metas, mas como uma rede de conexões na qual os participantes se definem pelo envolvimento com vínculos que produzem a expectativa da reciprocidade, da troca (Souza e Rabelo, 2018, p. 111-112).

Qual a validade dessas descobertas da pesquisa etnográfica e suas proposições analíticas para quem lê, até hoje, a “Formação da classe operária inglesa”?

*

Antes de mais nada, é preciso reconhecer que o esforço de superar o estruturalismo viu na agência a deliberação da escolha criativa e com força de vontade (Thompson, 1958). O sujeito da história social é, em geral, alguém capaz tanto de compreender a ideologia dominante quanto dela se apropriar e reelaborar a política de domínio segundo sua lógica específica. Contudo, como escreveram as sociólogas, há outras modalidades de agência, na interação, na cooperação, na adesão, no aprendizado e na obediência. Não apenas na resistência.

Outro passo para se chegar a uma resposta é abrir “Un problema di scala”, de Levi, e botar imediatamente reparo na vizinhança da micro-história. Como a pesquisa vai se virar com “sistemas de grandes dimensões sem perder de vista a situação concreta da gente real e de sua vida?”, Levi pergunta. Ele rejeita dicotomias consagradas – cidade-campo, civilizado-primitivo, culto-ignorante, autonomia-dependência – , pelo fato do primeiro termo derivar de uma crença no progresso de uma história com uma direção presumida e necessária. Levi também critica a análise das relações sociais sem a investigação do seu próprio fazer-se, como se poderes e saberes desabas-

sem do alto sufocando todo alguém abaixo da linha de tomada de decisão, os de baixo em particular. Nem restam a recusa ou a autonomia como resposta a essa história vinda do alto, em contraste com a cumplicidade envergonhada ou adesão traidora (Levi, 1981, p. 75-77).

Também é preciso ter em mente que, no início da década de 1930, quando os metalúrgicos de Porto Alegre tornaram oficial o sindicalismo da categoria, houve, inicialmente “mais continuidade” do que abandono da prática do movimento operário anterior à Revolução de 30, ou da Primeira República (Fortes, 1999, p. 39). No lugar da recusa e da resistência, sua adesão à nova política trabalhista do primeiro governo Vargas não foi uma capitulação. Essa interação com as novas instituições do pós-30 – o sindicato legalmente organizado e reconhecido pelo Ministério do Trabalho – não produziu a subserviência. Antes, pelo contrário, a repressão varguista do Estado Novo, a partir de 1937, revelou quanto o movimento operário tinha estado presente à sua própria história. A “vitalidade associativa”, que seria fonte de apoio direto dos trabalhadores a Getúlio, não foi obtida pela obediência à figura do pai, mas sim canalizando conflitos “que a doutrina corporativista pretendeu negar” (Fortes, 1999, p. 41). Se o ingresso no assim chamado sindicalismo oficial exigiu aprendizado técnico-burocrático e de finanças, além de novos conhecimentos jurídicos, o novo sindicato dos metalúrgicos sentiu, na atitude de cooperar com os poderes públicos, a mesma necessidade de representar a categoria, como havia sentido na Primeira República. Uma diferença entre antes e depois de 1930 estava na propaganda governamental, que salientava a incompletude da abolição da escravidão em 1888. Presente a um encontro de trabalhadores realizado antes do Estado Novo, em Salvador, Pierson (1971, p. 238) recolheu o dito de que “desde a Revolução de 1930, os operários deixaram de ser escravos”.

Para encerrar este tópico, recupero a enquete sociológica que Leôncio Martins Rodrigues aplicou numa fábrica de automóveis de São Bernardo do Campo, a Willys-Overland do Brasil. Ele entrevistou um operário cuja fala de si dá ideia dessas outras modalidades da agência, na sua entrega ao trabalho duro.

Longe da rebeldia, tiravam-lhe o couro.

O homem era um frentista “nordestino” de 24 anos. Na “roça” frequentara a escola até o primeiro ano do ensino fundamental. Pai de quatro filhos, possuía casa própria, mas estava onerado em quase 30% de seu salário pelas devidas prestações (Rodrigues, 1970, p. 28). Contratado em 1957, abastecia e lubrificava veículos e empilhadeiras. Antes trabalhou em padaria, que

abria “às 4 horas da manhã e fechava à meia-noite”. Ficou “neste serviço um ano”. Quando esposou-se, teve de “trabalhar até o meio-dia e ir casar às 16 horas”. Na lua de mel, foi “obrigado a trabalhar”. Concluiu não ter futuro na panificação e deu ouvidos a colegas que lhe tinham falado sobre “uma fábrica automobilística que pagava melhor”. Na nova ocupação, desagradava-lhe “o horário de trabalho”, pois trabalhava aos domingos, escusando-se, em seguida, com uma declaração de paz: “fora disso nada me desagrada”. Após demonstrar seus apreços – “gosto de trabalho que não tem enchimento de saco”, “pelo meu gosto não deixo máquina vazia” –, sua estima se fez acompanhar de um incômodo (antes negado). “O que me desagrada é que ganho pouco”, queixou-se. No entanto, se comparado com o ordenado da padaria, seu salário era “alto”. Como é então que ganhava pouco? Por um lado, relacionou a possibilidade de receber mais por causa do tempo de serviço. Por outro, ressaltou sua versatilidade e disposição: “não me importo de fazer qualquer serviço”. De novo manifestou sua insatisfação, marcada tanto pela injustiça (“na minha seção, eu sou uma das pessoas de salário mais baixo”) quanto pela desvalorização de sua dedicação (“eu trabalho tanto e o chefe não reconhece o trabalho que faço”).

“O que eu fiz não é qualquer um que faz”, garantiu. Dedicação à firma, respeito pela chefia e serviço sem “corpo mole” compunham seus dotes. Não deixou ainda de indicar a pouca diferença entre a jornada de padeiro e a de frentista. Chegava em casa à uma da manhã, dormia umas seis horas, acordava para fazer um “servicinho” ou “ficar em casa”. Além do batente, a luta pela casa própria o consumia, pois o empurrava a fazer “biscatinhos”. “Nem para escutar rádio dá tempo”, ilustrou. Televisão? “Só para mais tarde”. O futebol, lamentou-se, já não existia mais na sua vida. Todo o “sacrifício” era “para pagar a prestação da casa”.

Havia um modo de melhorar de vida. “Gostaria de fazer um curso”, insinuou. “Mas a gente não vai pedir porque eles não vão atender”. Gente assim hesitava porque era temente à hierarquia: “teria de pedir ao chefe para mudar de horário, mas ele não gostaria”. “Sou sindicalizado”, admitiu. A informação foi ponderada com ressalvas. “A companhia não gosta, mas a gente que tem família precisa”, quis explicar bem direito, enumerando as razões: “nós temos tudo no Sindicato: dentista, médico, remédio pela metade”. E voltou a repetir-se: “a companhia sabe que sou sindicalizado”. “Escutei dizer que a companhia não gosta que a gente seja sindicalizado”, disse que ouviu dizer. “Só vou ao Sindicato quando preciso de passe para ir ao médico. Fora disso não vou”. Evidenciando a preocupação do instante

(demissões), declarou-se: “gosto da empresa” e pretendia “ficar lá sempre”; se o facão não o cortasse.³

Sua integração como pé-de-boi no mundo novo e grandioso da fábrica automobilística, no Brasil dos anos 1950 e 1960, não foi resultado de uma relação de dominação na qual só é possível reconhecer o treinamento fornecido pela empresa, depois do que a produção seria tirada de suas mãos sem o seu consentimento. Se foi preciso aprender, aprendeu de seu jeito e junto com os colegas. Se obedeceu, obedeceu do jeito aprendido e sustentado em rede horizontal de relações interpessoais, animada pela cultura fabril. A dominação não era apenas a exploração. Era ainda a falta de escolhas, a dependência. A fábrica iria tirar ou arrancar a produção. Isso era fato. E, se já não fizesse parte da experiência, iria ser expresso no aprendizado ou logo depois. Em busca de salário para sobreviver, o operariado se juntara na fábrica para dar a produção. Este voluntariado, que se convertia em cooperação coletiva, era motivo de discernimento e muita conversa. Na sua entrega, havia a dignidade operária. Parafraseando Souza e Rabelo (2018), a agência dos participantes não é para ser frequentemente colocada em dúvida, mesmo quando caracterizada pela obediência. E nem para ser desconsiderada como uma submissão passiva.

É bem possível que o metalúrgico escolhido por Leôncio Martins Rodrigues para entrevista fosse um homem de cor preta ou parda. Reconhecido como “nordestino”, seu tempo de casa já era motivo para ganhar mais, inclusive porque, durante esse tempo, tinha sido pau para toda obra, mesmo sem o apreço da chefia. Na sua seção, ele declarava ser um empregado de salário mais baixo. Além de se prestar a todo tipo de trabalho duro, classificado como sem qualificação, nem o tempo de casa nem o tanto de serviço que tinha feito a qualquer hora eram computados para justificar aumento. Enquanto outros recebiam mais, é possível que os filtros do preconceito regional e de raça fossem a causa de sua não promoção.

No ríspido e devassado mundo do trabalho fabril da São Paulo dos anos 1950 e 1960, pertencer ao grupo dos “baianos” era – “no jargão administrativo sulista” – um “qualificativo degradante”. “O baiano”, situa esse gerente da fábrica Ford Ipiranga, não enquadrava o natural da Bahia; nomeava a “mão-de-obra não qualificada”, contratada maciçamente na indústria da construção civil, proveniente do “Norte e Nordeste” e também de “Minas,

3. Entrevista analisada em Negro (2004, p. 418-420).

Goiás e Mato Grosso”. Baiano passou a ser o peão de cor na linha de montagem, “sem especialização”. Tipificado como braçal de pouca instrução, era “aquele cujo labor torna áspera a palma das mãos, aquele que tem a infelicidade [...] de suar trabalhando”. Comparável em oportunidade de emprego com a construção civil, a industrialização fabril gozava de prestígio, pois sua imagem era embelezada com “a estabilidade, o ofício, a segurança”, o pagamento registrado em contracheque no fim do mês, independentemente das chuvas ou das secas. Era a “seguridade”. Assim contemplado, “o trabalhador brasileiro” era – por livre e espontânea vontade – “tão estável” que apenas uma ditadura militar, com força para revogar a lei da estabilidade, conseguiria desalojar “do emprego de onde, voluntariamente, não saía” (Mello e Souza, 1983, p. 238 e 184).

Se associar migrantes à sina do infortúnio do trabalho sofrido era uma forma habitual de desprezar a intensidade da exploração e do trabalho duro (assim como os africanos, no passado, foram classificados como mais fortes e, portanto, de maior aptidão para a lavoura), baiano também podia servir como alguém conterrâneo e, assim, abria o oportuno guarda-chuva, sob cuja proteção migrantes recém-contratados podiam contar com algum amparo. Na Nitro Química dos anos 1950, pelo fato de aos chefes de seção, encarregados, mestres e contramestres caber o encargo do “ensino do trabalho”, houve momentos em que “bairanos” eram inteirados do “serviço dos bairanos” por outro “bairano” (Fontes, 2008, p. 111). Ao contrário do que é possível pensar, dispor-se como mão de obra à lógica do capital era e ainda é um engajamento e não consiste em alienação.

*

Não por acaso, o “resgate da dignidade” foi o tema da dissertação de Abramo (defendida em 1986, publicada em 1999). Decidida a recorrer ao conceito de classe, Abramo cita Thompson e se volta para homens e mulheres concretos. Ao fazê-lo, aponta como “chave” para a noção de experiência e vai além dos que veem no proletariado seres que reagem ou deixam de responder à exploração e à flutuação econômicas (Abramo, 1999, p. 36-43). Experiência é então a chave para ela conhecer, de fato, homens e mulheres que buscam interagir, conviver, cooperar e – inclusive – agradecer doutores e autoridades, chefes e patrões.

Atividade e passividade, engajamento e desengajamento, envolvimento e indiferença, solidariedade e egoísmo, são atitudes redistribuídas ao longo do tempo, em relações horizontais ou verticais. Atividade ou passividade

não são um traço definidor da classe operária. Patrões e empregados são duas partes de uma relação desigual, tensa e conflituosa, que se faz com um participante no caminho do outro. Uma sintonia entre ambas não é algo que, uma vez alcançada, dure para sempre. Um conflito aberto entre as classes também comporta altos e baixos. A força de um grupo, então, deve ser compreendida em seu poder de afetar a outra parte assim como é afetada pela relação estabelecida entre ambas. Quando os de baixo não são preconceituosamente taxados de incapazes, é possível serem conhecidos em sua habilidade de incitar, provocar, induzir, despertar, evocar, perturbar, inspirar, atrair ou repelir as forças dos de cima.

Capa e motivo do livro de Sader (1988), as novas personagens que entram em cena no final da década de 1970 foram em parte perseguidas e mortas. Outra parte, a maior dela, sobreviveu às dificuldades e à injustiça, mas envelheceu. Também adoeceu e faleceu. Para suas famílias, empregos, “com uma forte identidade ocupacional e a segurança da aposentadoria” (Beynon, 1997, p. 10), eram para a vida inteira. Nas palavras invariavelmente instigantes de Marco Aurélio Garcia, foi sobre essa base que Lula projetou a “ilusão social-democrata” que delineou o perfil de sua proposta e ação. Sindicatos e movimentos sociais, fortes e de massas, providenciaram comparecimento regular nas eleições, canalizado por partido político classista. Essa projeção do novo sindicalismo sobre a política nacional teve nas eleições de 1989 o seu “máximo de consciência possível”, isto para não deixar de novamente recordar as provocações de Marco Aurélio Garcia. Em 1992, sob o impacto da queda no índice de sindicalização entre os trabalhadores europeus, em encontro com Lula em São Paulo, o historiador Eric Hobsbawm perguntou como fazer para organizar os excluídos da economia formal. Lula reconheceu a importância da questão e apontou para a inexistência de uma resposta abrangente e eficaz, relacionando bons desempenhos eleitorais da esquerda com a presença de sindicatos fortes. Lula falou dos anos 1980, quando havia assembleias na porta de fábrica, no estádio de futebol e nos bairros. Lula disse que seu desempenho era bom entre o eleitorado de 3 a 15 salários mínimos. Mas a grande maioria, ele acrescentou, vivia com menos de três.⁴

*

4. “Brasil agora”, n. 30, 21 dez. 1992 - 24 jan. 1993.

“O que seria o fazer de uma classe ou grupo social, em termos conceituais”? Feita por Maria C. Paoli no encontro de 1982 da Associação Brasileira de Antropologia (realizado no Museu Nacional), a pergunta foi parcialmente respondida com menção a Thompson, autor importante para a tentativa de reconstruir o trajeto “da própria vida dos dominados”. O que era necessário era dar continuidade a “ênfases” que não eram “exatamente novas”, em particular quando “consideradas no interior da discussão conceitual das ciências sociais”. No ano eleitoral em que Lula passava pelo seu primeiro teste nas urnas (era candidato ao governo de São Paulo), os movimentos sociais já tinham ensinado “aos que pensam” que “a dominação não é um pacote pronto que dominados indiferenciados engolem porque não têm outras perspectivas pela frente”. À pública luz do sol do meio-dia, estava estabelecido que não existia “consumo passivo de padrões alienantes” – “desde sempre prontos” e “eficazes na promoção da dominação” (Paoli, 1987, p. 56-57).

Hoje em dia, ao mesmo tempo em que ainda há quem desconhece ou menospreza – ou nega, ou finge ignorar – a presença do povo e sua importância, se mantém de pé o reconhecimento de “que os sujeitos históricos têm emoções, experiências, tradições e valores próprios” (Paoli, 1987, p. 57). “A ideia que presidiu esse trabalho”, esclareceu Lygia Sigaud, no seu livro “Os clandestinos e os direitos”, foi dispor-se a saber o que havia ocorrido com os “pobres”; e não “privilegiar” o estudo do modo pelo qual “a classe dominante governava”.⁵ O que a pesquisa sobre a greve, em 1979, nos engenhos da Zona da Mata pernambucana, veio a revelar foi “a idealização do passado”, como “mostra Thompson”, ela comenta, “em seu livro sobre a formação da classe operária na Inglaterra” (Sigaud, 1979, p. 29, 222). Eram “os tempos de Arraes”, experiência e memória que a força do Golpe de 64 não liquidou. Foi precisamente “a continuidade das lutas pelos ‘direitos’ durante todos esses anos” (de 1963 a 1979) que permitiu à autora entender “como os acontecimentos de outubro” mobilizaram cem mil homens e mulheres para a luta contra o latifúndio. Os direitos pontuam com força a história da classe trabalhadora.

Antes de terminar, devo dizer que, enquanto escrevia, notei na “aspiração pela terra” que Sigaud identificou entre os trabalhadores de Pernambuco o apego do “baiano” pela seguridade da indústria, vínculo que lhe abria, nas palavras de Mello e Souza (1983), acesso ao ofício, à estabilidade e ao salá-

5. Note-se que a referência da autora nessa passagem são os Hammond, não Thompson, isto é, a história social, e não apenas um autor.

rio certo no fim do mês. De tão agarrado ao seu chão (de fábrica), o baiano só foi para a rua quando esbulhado pela força da ditadura militar instaurada no Golpe de 64, assim como o posseiro só largava sua terra flagelado pela seca ou expulso por grileiro.

Também não pude deixar de perceber, na diversidade de autores e autoras que li, a preocupação convergente, embora distribuída ao longo do tempo e em lugares diferentes, de querer ir ao encontro de homens e mulheres reais. Me fez ver nesse movimento a entrega de que Souza e Rabelo (2018) falam: abrir-se aos interesses do outro. Me fez ver que a busca não é nem para eleger os virtualmente fortes entre os fracos nem para ressaltar a força dos de cima, apontando para mais fraqueza ainda, entre os de baixo. Agora, em 2022, creio que a leitura interdisciplinar de E. P. Thompson vai permanecer relevante para entendermos outras ou novas formas dos de baixo, tanto de idealização do passado, quanto de autodescoberta, bem como de autodefinição e confiança na força e eficácia de sua agência, a partir de sua própria experiência.

Referências

Abramo, L. (1999). *O resgate da dignidade. Greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da Unicamp.

Alvim, R. (1997). *A Sedução da cidade. Os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia.

Beynon, H. (1997). As práticas do trabalho em mutação. In: Antunes, Ricardo (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Cândido, T. (2021). *E. P. Thompson. História e luta de classe*. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura.

Cardoso, A. (2012). *Sociologia e história: um diálogo de surdos?* Palestra apresentada no II Seminário Internacional Mundos do Trabalho, Rio de Janeiro.

Cardoso, F. H. (2003). *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Dawsey, J. (1997). Caindo na cana com Marilyn Monroe: tempo, espaço e bóias-frias. *Revista de Antropologia*, v. 40, n.1.

Fontes, P. (2008). *Um Nordeste em São Paulo. Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Fortes, A. (1999). Revendo a legalização dos metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945). In: _____ et al. *Na Luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp.

French, J. (2020). *Lula and his politics of cunning. From metalworker to President of Brazil*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.

Garcia, M. A. (1992). Tradição, memória e história dos trabalhadores. In: Cunha, Maria C. P.; Paoli, Maria C. (Orgs.). *O direito à memória*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura.

Gomes, A. C. (1988). *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice.

_____. (2001). O Populismo e as ciências sociais. Notas sobre a trajetória de um conceito. In: Ferreira, Jorge (Org.). *O Populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Grendi, E. (2009). Microanálise e história social. In: Oliveira, Mônica; Almeida, Carla (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Hall, M. (1975). Immigration and the early São Paulo working class. In: *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, band 12, p. 393-407.

Leite Lopes, J. S. (1984). Anotações em torno do tema “condições de vida” na literatura sobre a classe operária. In: Silva, Luiz A. M. (Org.). *Condição de vida das camadas populares*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1988). *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo, Marco Zero.

_____. (2009). A ponta do novelo. Em busca da trajetória de Lygia Sigaud. *Mana*, v. 15.

_____. (2011). Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais. *Mana*, v. 17.

Linebaugh, P.; Rediker, M. (2008). *A hidra de muitas cabeças. Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico Revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras.

Macedo, F. B. (2017). *O (re)fazer-se da historiografia: a obra de E. P. Thompson na produção discente do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (1982-2002)*. Tese de doutorado em História, Universidade de São Paulo/USP. São Paulo, SP.

Mello e Souza, R. (1983). *Administração integrada*. São Paulo: Duas Cidades.

Negro, A. L. (2014). Zé Brasil foi ser peão. Sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística. In: Batalha, Claudio H. M.; Silva, Fernando Teixeira da; Fortes, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe. Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp.

_____. (2014). E. P. Thompson no Brasil: da recepção aos usos. *Crítica Marxista*, n. 39.

Paoli, M. C. (1983). Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. *Comunicação*, n. 7.

_____. (1987). *Labour, law and the state in Brazil, 1930-1950*. Doutorado em História Social, University of London, London, UK.

_____; Sader, E.; Telles, V. (1983). Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, n. 6.

Parés, L. (2012). Where does resistance hide in contemporary candomblé? In: Gledson, John; Schell, Patience A. (Orgs.). *Rethinking Histories of Resistance in Brazil and Mexico*. Durham: Duke University Press.

Pierson, D. (1945). *Branco e pretos na Bahia. Estudo de contato racial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Ramalho, J. R. (1989). *Estado-patrão e luta operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Reis, J. (2003a). “O escravo-coisa”. Resenha de Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul de Fernando Henrique Cardoso. *Jornal de Resenhas*, 13 set.

_____. (2003b). *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ribeiro, G.; Freire, J.; Abreu, M.; Chalhoub, S. (Orgs.). (2016). *Escravidão e cultura afro-brasileira: temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes*. Campinas: Editora da Unicamp.

Rodrigues, L. M. (1968). Classe operária e sindicalismo no Brasil. In: _____. (Org.). *Sindicalismo e Sociedade*. São Paulo: Difel.

_____. (1970). *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense.

Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Sigaud, L. (1979). *Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

_____. (1980). *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Singer, A. (2009). Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos Cebrap*, n. 85.

Souza, I.; Rabelo, M.; Segata, J.; Theophilos, R. (2018) (Orgs.). *Políticas etnográficas no campo da ciência e das tecnologias da vida*. Porto Alegre: UFRGS.

Souza-Lobo, E. (1991). *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1992). Caminhos da sociologia no Brasil. Modos de vida e experiência. *Tempo Social*, São Paulo, v. 4, n. 1-2.

Thompson, D. (2001). Introduction. In: _____. (Org.). *The essential E. P. Thompson*. Nova Iorque: The New Press.

_____. (2004a). Marxismo e história. *Cadernos AEL*, v. 11, n. 20/21.

_____. (2004b). Agendas escondidas do século XIX. *Cadernos AEL*, v. 11, n. 20/21.

_____. (2004c). Fazendo movimentos sociais. *Cadernos AEL*, v. 11, n. 20/21.

Thompson, E. P. (1958). *The new reasoner*, n. 5.

- _____. (1968). *The making of the English working class*. Harmondsworth: Penguin Books.
- _____. (1987a). *A formação da classe operária inglesa*, v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1987b). *A formação da classe operária inglesa*, v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (2001). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Silva, Sergio; Negro, Antonio Luigi (Orgs.). Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (2001). Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. In: Silva, Sergio; Negro, Antonio L. (Orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Touraine, A. (1988). Sociologies et sociologues. In: Guillaume, Marc (Org.). *L'état des sciences sociales en France*. Paris: La Découverte.
- Weffort, F. (1973). Origens do sindicalismo populista. *Estudos Cebrap*, n. 4.
- _____. (1978). *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

8. RELAÇÕES DE TRABALHO E SINDICALISMO EM RICHARD HYMAN

ANDRÉIA GALVÃO

Introdução

Richard Hyman, professor emérito da disciplina “Industrial Relations” na London School of Economics, é um dos autores estrangeiros mais conhecidos por estudiosos do trabalho no Brasil. Sua vasta obra, pouco traduzida para o português, é citada em grande parte dos artigos publicados em livros e periódicos nacionais, bem como em teses e dissertações realizadas em programas de pós-graduação em sociologia, ciência política e economia.

Ao longo de seus mais de quarenta anos de atividade, Hyman tornou-se uma referência incontornável para o campo de estudos das relações de trabalho, com destaque para pesquisas sobre sindicalismo, negociação coletiva, políticas de emprego, conflitos do trabalho e greves, muitas delas realizadas em perspectiva comparada.¹

O presente capítulo pretende abordar as contribuições de Richard Hyman a partir de duas de suas obras, produzidas em diferentes momentos da trajetória intelectual do autor: “Industrial relations: a marxist introduction” (1975), publicada no início da carreira, e “Understanding European trade

1. Seu CV, disponibilizado em <https://www.lse.ac.uk/management/people/emeriti-visiting-staff/rhyman>, indica nove livros autorais, nove livros e coletâneas organizadas, 127 capítulos de livros publicados, 80 artigos em periódicos e 19 *papers* e textos para discussão. Muitos de seus textos foram traduzidos para o francês, alemão, espanhol e italiano. Levantamento no Google scholar, em outubro de 2022, reporta 16.236 citações.

unionism: between market, class and society” (2001), que veio a público quando o autor já havia se tornado uma das principais referências na área.²

Na primeira obra, o autor tece uma crítica às perspectivas sistêmica e institucionalista que prevaleciam no campo de estudos denominado “relações industriais”³, sobretudo à noção de sistema de relações industriais. Seu argumento é que essas perspectivas privilegiam a análise da negociação, da regulação e do compromisso entre capital e trabalho, insistindo nas regularidades e na estabilidade das regras que permitem o amortecimento dos conflitos, deixando em segundo plano, ou mesmo ocultando, as tensões e contradições subjacentes à relação entre capital e trabalho. Inspirado pela teoria marxista, o autor propõe uma “*economia política* das relações industriais”, destacando a importância de analisá-las enquanto relações de exploração e dominação, dotadas de um caráter dinâmico e contraditório. Hyman sustenta que as relações de trabalho são atravessadas por um antagonismo estrutural, mesmo quando produzem regras e consensos, e que o Estado *não é um ator neutro ou desinteressado frente ao* processo de acumulação de capital, o que o diferencia das abordagens que critica.

Já a segunda obra parte de uma perspectiva distinta, ao propor a análise das identidades e ideologias sindicais a partir de três tipos ideais. Esses são os vértices do “eterno triângulo” de geometria variável no interior do qual os sindicatos atuam: entre o mercado, a classe e a sociedade, pois os sindicatos são, simultaneamente, atores econômicos que atuam no mercado de trabalho, veículos de mobilização anticapitalista e de luta de classes, bem como agentes de integração social e responsáveis pelo diálogo social na sociedade civil. Apesar das tensões e diferentes possibilidades de combinação entre esses vértices, teria prevalecido, no pós-guerra, um sindicalismo de tipo social-democrata, “definido como uma síntese entre negociação coletiva pragmática e uma política de reforma social e gestão econômica dirigida pelo Estado” (Hyman, 2001, p. 55). Foi esse o tipo de sindicalismo, deno-

2. Este é o segundo livro de sua autoria mais citado no Google Scholar, com 1.307 ocorrências. Destas, 61 provêm de páginas em português. Vale dizer que essa busca compreende apenas publicações recuperadas e indexadas por aquela ferramenta em língua portuguesa.

3. Esse campo de estudos compreende o conjunto das atividades econômicas, não apenas industriais, atravessadas por uma relação de assalariamento, e constituiu-se como uma disciplina autônoma nos países anglo-americanos. A tradição vigente no Brasil é distinta, já que são várias as disciplinas voltadas ao estudo das relações de trabalho, em suas diferentes dimensões. O termo *industrial relations*, correntemente utilizado em inglês, ou *relations professionnelles*, conforme a tradução francesa, costuma ser traduzido por relações de trabalho em português. Neste capítulo, usaremos relações industriais para nos referir, direta ou indiretamente, à obra do autor.

minado pelo autor de “*economicismo político*”, que entrou em crise a partir dos anos 1970.

Além de detalhar as contribuições e argumentos desenvolvidos em cada uma dessas obras, pretendemos indicar algumas possibilidades de crítica, apoiando-nos eventualmente em outros textos do autor e de seus comentaristas⁴. Na primeira seção do texto tratamos de “Industrial relations”; na segunda, de “Understanding European trade unionism”. Na terceira seção, abordamos seu impacto sobre a literatura brasileira, buscando refletir sobre a influência de cada uma das obras em nossa própria pesquisa.

A economia política das relações industriais e o sindicalismo como expressão da luta de classes

A publicação de “Industrial relations” se dá em um contexto em que as análises sobre sindicalismo e relações de trabalho eram muito influenciadas pelas perspectivas sistêmica e institucionalista, que se desenvolveram, sobretudo, nos Estados Unidos e na Inglaterra. Essas perspectivas partiam do reconhecimento da pluralidade de atores envolvidos nas relações de trabalho e da diversidade de seus interesses, o que poderia levar a diferentes formas de expressão do conflito entre capital e trabalho. Se o conflito não poderia ser evitado, ele poderia ser controlado ou contido mediante a negociação coletiva e a definição de regras para regular essa relação, de modo que os sindicatos desempenham um papel de destaque nesse processo, ao lado dos empregadores e das instituições estatais. Nesse sentido, o sindicalismo é visto como uma forma de representação de interesses e de regulação do mercado de trabalho, assumindo funções no plano jurídico e econômico, com destaque para a negociação coletiva. Por meio dela seria possível produzir consensos e compromissos mais ou menos estáveis, a depender das regras pactuadas. As relações industriais seriam, assim, um campo de ação autocontido, voltado para a superação de conflitos e a promoção da paz social.

4. Em 2011, a revista *British Journal of Industrial Relations* publicou uma série de artigos em homenagem à Hyman, entre os quais destacamos o de Kelly, Frege e McGovern (2011), que apresenta um balanço abrangente da obra do autor. No ano seguinte, a revista *Capital and Class* dedicou um número especial à trajetória de Hyman. Dois desses artigos tratam especificamente dos livros aqui discutidos: Gall (2012) e Upchurch, Taylor e Mathers (2012).

Além de um campo de estudos, as relações industriais constituíram um arcabouço teórico, sobretudo após a publicação, em 1958, de “Industrial relations system”, de John Dunlop, obra que se difundiu para além das fronteiras estadunidenses e dos estreitos limites da disciplina “relações industriais” e que permanece sendo uma grande referência. Inspirada na concepção parsoniana de sistema social, a teoria dunlopiana “tornou-se, nos anos 1950, a principal rival do marxismo para interpretar os problemas sociais e os problemas do trabalho” (Piore, 1991, p. 320). Seu conceito-chave, sistema de relações industriais, é concebido como um subsistema do sistema social, constituído por um conjunto de instituições, práticas e procedimentos que contribuem para a manutenção e o equilíbrio do todo.

Um sistema de relações industriais é composto por “certos atores, certos contextos, uma ideologia que unifica o sistema como um todo, enfim por um corpo de regras cuja finalidade é reger os atores em seu lugar de trabalho e em sua vida no trabalho” (Dunlop, [1958] 1993, p. 47). Os atores interagem no interior de uma rede ou meio, que compreende três subsistemas: 1) o contexto tecnológico, que enquadra as condições de trabalho e a vida no trabalho; 2) os constrangimentos econômicos e financeiros que pesam sobre os atores; 3) o contexto político, isto é, as relações de poder e a distribuição do poder na sociedade. A ideologia é o que assegura a estabilidade do sistema na medida em que une os atores em torno de ideias e valores comuns. Quando não há uma ideologia comum, o sistema torna-se instável, pois não há uma base que permita aos atores se atribuírem reciprocamente um papel considerado legítimo.

Hyman intervém nesse debate de duas formas. Primeiramente, apontando os limites dos estudos sobre as relações industriais, que considera majoritariamente empíricos e descritivos. Em segundo lugar, criticando o conceito dunlopiano, que, embora seja um dos poucos esforços de teorização existentes, “distorce e omite aspectos importantes das relações industriais” (Hyman, 1975, p. 3), na medida em que privilegia os mecanismos constituídos para conter e controlar os conflitos, calando-se sobre as razões de seu surgimento. Hyman admite que muito do que Dunlop escreveu é incriticável, pois trata da existência de regras que regulam o mundo do trabalho e do emprego, bem como das instituições que as elaboram e as implemen-

tam.⁵ Porém, considera que definir o assunto exclusivamente em termos de regras e regulação é muito restritivo, pois não explica por que os conflitos eclodem, não obstante a existência de regras destinadas a contê-los. As regras podem impedir provisoriamente a manifestação do conflito, pois institucionalizam as relações de trabalho, canalizando as formas de expressão de interesses e definindo procedimentos de negociação e resolução das divergências, mas não eliminam suas causas. Para o autor, o conceito de sistema de relações industriais só tem valor analítico se incorpora a existência de processos e forças contraditórias, as fontes e as consequências do conflito social. Assim sendo, as relações industriais devem ser compreendidas a partir de uma perspectiva dialética, “como um processo que gera conflito e desordem tanto quanto ordem e regulação” (Hyman, 1975, p. 197).

A primeira crítica que Hyman dirige à abordagem sistêmica é que ela pressupõe que as relações entre empregadores e trabalhadores são geralmente estáveis e ordenadas, descartando as contradições sociais e a existência de interesses antagônicos. Partindo da teoria marxista, o autor propõe-se a abordar as relações industriais enquanto relações de *exploração* e *dominação*, observando-as à luz da luta de classes.⁶ O autor esclarece, de saída, que não se trata de transpor mecanicamente os conceitos de Marx às décadas finais do século XX, mas de compreender o mundo, em seu processo permanente de mudança, a partir das noções de totalidade, contradição e *praxis*. A ideia de totalidade remete ao fato de que os diferentes fenômenos sociais são inter-relacionados e não podem ser compreendidos de maneira isolada. A ideia de contradição requer perceber que os diferentes processos e instituições que compõem o sistema econômico e social não são compatíveis e integrados, mas pressionam “em direções *opostas*” (Hyman, 1975, p. 4, grifo do autor). Já a noção de *praxis* ocupa-se da dimensão subjetiva e da capacidade de agência humana, entendendo que as relações sociais de produção se desenvolvem a partir de condições materiais que limitam o campo das escolhas dos indivíduos e grupos sociais, sem determinar me-

5. Ao se perguntarem por que todos aqueles que criticam o modelo sistêmico – incluindo Hyman – insistem em continuar a empregá-lo, concebendo variantes do conceito dunlopiano, Giles e Murray respondem que sua utilização se deve menos à sua capacidade teórica e “mais [à] sua aptidão em fornecer um retrato aparentemente científico do universo complexo das relações industriais” (Giles e Murray, 1996, p. 71).

6. Segundo um de seus comentadores, essa foi a primeira tentativa de sintetizar e aplicar, de forma sistemática e abrangente, a abordagem marxista ao exame das relações de trabalho e ao campo das relações industriais (Gall, 2012, p. 136). No entanto, Hyman não busca ultrapassar o modelo sistêmico, mas apenas “edificar uma reapropriação [...] marxista da tese de Dunlop” (Groux, 1992, p. 53).

canicamente as possibilidades de ação. Deste modo, opõe-se, de um lado, às análises economicistas, que negam qualquer possibilidade de *práxis* ao subsumir a ação da classe operária aos determinantes estruturais do capitalismo e, de outro, àquelas que consideram as possibilidades de ação operária ilimitadas, quaisquer que sejam as condições objetivas, pois tanto umas quanto outras desconsideram “o *duplo* acento que [Marx] coloca sobre os determinantes estruturais da produção capitalista e sobre o agente histórico que é a classe operária em luta” (Hyman, 1979, p. 437, grifo do autor). Assim, Hyman compreende as relações entre capital e trabalho como um elemento da totalidade das relações sociais de produção que, longe de apresentarem um comportamento estável, compatível e integrado, possuem um caráter *dinâmico e contraditório*.

A segunda grande crítica dirigida à teoria de Dunlop deve-se ao fato de que este privilegia as organizações de empregadores e trabalhadores envolvidas em negociações e acordos coletivos, reduzindo o estudo das relações industriais ao aspecto formal e institucional. Além disso, a ênfase na negociação minimiza as formas de repressão e de dominação ideológica existentes. Hyman, ao contrário, define relações industriais como “o estudo do *processo de controle sobre as relações de trabalho*” (Hyman, 1975, p. 12, grifos do autor), o que compreende não somente as formas de regulação do emprego, mas também formas não institucionalizadas de controle, a exemplo das relações de poder. Seu objetivo é, portanto, realizar uma “*economia política das relações industriais*” (p. 31, grifos do autor).

A abordagem de Hyman amplia as esferas do controle e da regulação para além da dimensão legal-institucional, desmistificando a suposta neutralidade estatal e permitindo que os diversos modos de implicação do Estado nas relações entre capital e trabalho sejam incorporados à análise. A maior parte dos trabalhos sobre relações industriais considera o papel do Estado enquanto legislador, empregador e definidor da política macroeconômica, mas ignora sua relação com os interesses de classe e o processo de acumulação de capital. Já Hyman, retomando elementos da teoria marxista de Estado, sustenta que este não é um “terceiro”, nem uma entidade neutra, o representante do “interesse geral” da sociedade. O Estado possui uma natureza de classe, mas, ao mesmo tempo, detém uma certa autonomia em relação ao capital, o que lhe permite contrariar alguns de seus interesses de curto prazo, sem que isso atinja seus interesses fundamentais: a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do trabalho assalariado.

Esse papel se mantém a despeito das mudanças que o Estado sofre ao longo do tempo. De acordo com o autor, a regulação e a intervenção estatal não são monopólio do Estado-providência, mas também se encontram presentes naquilo que ficou conhecido como Estado mínimo. Isto porque a abstenção da lei também é uma forma de intervenção estatal, que deixa aos atores a função de encontrar seu ponto de “equilíbrio”. Já nos anos 1970, Hyman argumentava que a retirada do Estado do campo normativo ou a redução de sua interferência nas relações de trabalho (o que se convencionou chamar de desregulamentação) permite ao capital estruturar os termos de sua relação com os sindicatos de forma unilateral, de modo que a “não-intervenção do Estado foi não-intervenção *em favor* do capital” (Hyman, 1975, p. 132, grifo do autor).

A tese da neutralidade do Estado oculta as relações privilegiadas que este estabelece com as classes dominantes, induzindo à percepção da negociação coletiva como um “jogo entre iguais”, pois, ainda que se admita que os parceiros tenham interesses diferentes, seu poder é considerado equivalente. Hyman, por sua vez, considera equivocada a ideia de que os trabalhadores organizados podem deter o mesmo *quantum* de poder ou até exceder o poder detido pelo empregador, mesmo em arranjos democráticos, uma vez que o patronato pode contar com recursos que o situa, de saída, em um posição vantajosa: a influência da ideologia dominante sobre os dominados, o apoio do Estado em caso de ameaça aos fundamentos da sociedade capitalista (é preciso lembrar que o direito de propriedade é garantido pela lei), além da possibilidade de fechar a empresa e transferir seu capital para outro lugar. A assimetria de poder entre as classes e o papel determinante desempenhado pelo capital na esfera das relações industriais fazem com que o papel do sindicalismo seja, na maioria das vezes, reativo. Ainda que a organização dos trabalhadores em sindicatos possa fortalecê-los, melhorar as condições de trabalho e,

[...] impor certos limites gerais sobre a prerrogativa gerencial
[...] o que os sindicatos demandam numa negociação coletiva é necessariamente constringido pelo que é considerado realístico, e o que é realístico é definido em termos do que o empregador pode ser persuadido a conceder num acordo negociado. Isto claramente não abrange nenhuma mudança radical na balança de poder na indústria (Hyman, 1975, p. 97).

Desse modo, Hyman redefine o conceito sistêmico pois, ao contrário de Dunlop, enfatiza a importância do conflito e minimiza a importância das regras. Além disso – e aqui reside a principal diferença entre os conceitos propostos por esses autores – Hyman busca explicar as causas do conflito: seguindo a tradição marxista, o autor considera que a distribuição desigual dos meios de produção gera uma *contradição insolúvel* entre proprietários e não proprietários, que ocupam posições antagônicas na estrutura produtiva. Essas posições antagônicas dão origem a interesses conflitantes, ainda que nem sempre o conflito venha a eclodir. Enquanto para Hyman a origem do conflito é estrutural, pois reside nas divisões de classe, para Dunlop, deve-se a um desentendimento, à falta de consenso, e não à assimetria que caracteriza a relação entre capital e trabalho. De acordo com Hyman, as relações sociais de produção entre capitalistas e trabalhadores assalariados podem ser mais ou menos conflitivas, a depender da correlação de forças e das disputas ideológicas que marcam o contexto sócio-político em cada momento histórico. Nesse sentido, o conflito pode ser tanto agudo quanto latente: o fato dele não se manifestar abertamente não significa que deixou de existir. Em suma, a contradição capital x trabalho pode permanecer adormecida ou ser ativada por uma conjuntura específica. As tentativas de conter ou sufocar os conflitos, minimizando seu impacto ou impedindo-os de se exprimir, não são capazes de suprimi-los definitivamente, pois a celebração de acordos não elimina a contradição nem a assimetria entre as classes antagônicas. Desse modo, consensos são sempre pontuais e passageiros, pois, a despeito de possíveis acordos e pactos celebrados entre representantes das classes sociais, a divergência de interesses permanece (ao contrário, portanto, de Dunlop, para quem os conflitos são eventuais).

O conflito pode ser provocado e/ou agravado por fatores indiretamente ligados ao exercício do trabalho, uma vez que as causalidades jamais são simples e unívocas, mas sim múltiplas e complexas. Com efeito, os conflitos são desencadeados por diversos motivos e podem assumir diferentes formas. Diferenças étnicas, de gênero, ideológicas, organizacionais, categoriais, sobrepõem-se e contribuem – com pesos distintos nos diferentes momentos – para a eclosão ou para a resolução temporária de um conflito. Diversos fatores – de ordem conjuntural e estrutural, objetiva e subjetiva – concorrem para a definição de uma alternativa ou outra. Há que se considerar não apenas a ação dos trabalhadores e de suas organizações, mas também as reações patronais, a ação do Estado, a intensidade da repressão, as condições econômicas, etc.

Essa perspectiva permite a Hyman se contrapor a uma análise voluntarista e dialogar com a tradição marxista sobre o papel dos sindicatos, apontando os limites tanto da visão otimista (atribuída a Marx e Engels), quanto da visão pessimista (associada a Lênin, Michels e Trotsky), sob o argumento de que ambas são parciais. Seguindo Perry Anderson (1967, p. 264), Hyman aponta a “natureza dialética da interação entre sindicatos e sociedade capitalista” (Hyman, 1978, p. 11), já que os sindicatos constituem, ao mesmo tempo, parte do capitalismo e oposição a ele. Por um lado, os sindicatos desafiam o poder do capital, colocam em questão o tema do poder e do controle, que são fontes de conflito político; por outro, podem se limitar a melhorias econômicas e a reivindicações compatíveis com os marcos do capitalismo. Nesse sentido, possuem tanto potencialidades, quanto limitações e contradições. Os sindicatos podem prejudicar o funcionamento do sistema econômico capitalista, mas também podem ser usados contra os interesses dos trabalhadores, disciplinando seus membros de modo a facilitar o controle exercido pelo capital e contribuindo, assim, para a estabilização do capitalismo. Esse entendimento leva Hyman a considerar o sindicalismo como expressão da luta de classes, portanto, do antagonismo estrutural entre capital e trabalho, ao mesmo tempo em que nos alerta para a necessidade de contextualizar a análise: a integração do sindicato está associada a certas fases do desenvolvimento capitalista, mas nem sempre prevalece sobre a contestação, já que algumas demandas não podem ser aceitas em determinados contextos.

Hyman aponta, ainda, os paradoxos da institucionalização, no que se refere ao papel dos dirigentes, à dinâmica interna da organização e à relação entre liderança e base. Admite que a conversão do trabalhador em sindicalista modifica seu universo de atuação, seu círculo social, seu estilo e padrão de vida, mas falar em corrupção, carreirismo ou apatia não ajuda a explicar o papel e as mudanças sofridas pela organização sindical (Hyman, 1975, p. 78). Novamente, chama a atenção para a necessidade de conectar os problemas internos ao sindicato a fatores externos, ao contexto social, colocando-os em perspectiva histórica. A luta sindical por reconhecimento e legitimidade permite aos sindicatos serem admitidos como interlocutores, por parte do Estado e do patronato, possibilitando-lhes participar de processos de negociação e influenciar a produção de políticas públicas. Essas conquistas podem levar os sindicatos à acomodação e à burocratização, mas não há leis de ferro nas relações industriais. Se os constrangimentos materiais e as relações de poder estabelecidas determinam parte das regularidades observadas, a ideologia e a consciência de classe possuem um papel igualmente

importante: “Com formas apropriadas de consciência, organização e estratégia, os sindicatos *poderiam* tomar a iniciativa de mudar os padrões das relações industriais” (Hyman, 1975, p. 118, grifo do autor).⁷

A concepção segundo a qual as relações industriais se definem em termos de regulação do trabalho “encoraja a hipótese de que os objetivos sindicais são relativamente incontroversos” (Hyman, 1975, p. 85), desconsiderando-se a existência de uma tensão entre negociação e conflito. Mas mesmo que a única função do sindicalismo, num dado momento, seja negociar e administrar regras, isso não significa que seja uma função técnica, desprovida de caráter político, ou que suas funções se limitem à aceitação da lógica capitalista, sendo-lhe impossível “ameaçar a ordem social e a estrutura de controle na indústria” (Hyman, 1975, p. 86).

As relações industriais se tecem a partir de um marco construído anteriormente, mas que pode ser modificado numa nova conjuntura. Ou seja, o equilíbrio encontrado pode ser desafiado, o processo não é linear. A hegemonia da ideologia burguesa não é absoluta nem monolítica: ela contém contradições internas que podem ser exploradas pelos trabalhadores e suas organizações sindicais, escapando a qualquer fechamento determinista. Daí a necessidade de articular a análise estrutural à conjuntural, avaliando a correlação de forças e, especialmente, a posição político-ideológica das instituições que organizam e representam os interesses das classes em luta. Só a consideração desses elementos permite-nos entender a dinâmica da luta de classes, possibilitando-nos, por exemplo, explicar o porquê do refluxo da ação sindical em alguns contextos.

Os diversos papéis do sindicato: das tensões ao predomínio do economismo político e sua crise

A influência marxista permanece em “Understanding European trade unionism”, mas mesclada a outras perspectivas teóricas.⁸ Hyman parte da

7. Gall (2012) lembra que a influência de “Industrial relations” extrapolou os limites da universidade, impactando militantes e trabalhadores sindicalizados. Por esse motivo, critica Hyman por não retirar as implicações práticas da análise efetuada, ou seja, por não orientar a ação dos sindicatos em um sentido que lhes permita resolver os problemas identificados nas relações industriais. Cabe indagar, no entanto, se a ausência de uma perspectiva normativa constitui, de fato, uma fragilidade ou limite.

8. Para Upchurch, Taylor e Mathers (2012, p. 27), Hyman promove “uma mistura cada vez mais eclética de teoria da regulação, teoria do estado neogramsciana e sociologia durkheimiana”. Como vemos a seguir, o autor inspira-se também na sociologia weberiana.

identificação de três tipos ideais a fim de refletir sobre as diferentes funções e orientações ideológicas que os sindicatos podem assumir. Conforme sua tipologia, os sindicatos são agentes de integração social, pois buscam assegurar melhorias nas condições e *status* dos trabalhadores no interior da sociedade capitalista, celebrando compromissos e participando do diálogo social; são atores econômicos que atuam no mercado de trabalho, por intermédio da negociação coletiva com o patronato; e constituem escolas de guerra, isto é, são uma forma de organização radical, voltada para a defesa de interesses de classe, ant Enquanto tipos ideais, “todos os sindicatos encaram as três direções” (Hyman, 2001, p. 3), não podem escapar de nenhuma delas. Ou seja, atuam no interior de um “eterno triângulo” de geometria variável entre sociedade, mercado e classe.

Essa perspectiva permite a Hyman identificar os paradoxos de um sindicalismo orientado para o mercado, como o sindicalismo de negócios norte-americano, que se apresenta como defensor de questões diretamente ligadas ao trabalho assalariado e circunscritas à esfera econômica. O autor argumenta que um sindicalismo puramente de mercado é raro, só pode ser eficaz se não negligenciar questões sociais e políticas, ou seja, se “seus objetivos e ações transcendem o puramente econômico” (Hyman, 2001, p. 6). Esses paradoxos aparecem mais claramente em períodos de crise, em que os sindicatos têm que assumir outras preocupações, manifestando o interesse de influenciar o salário social, por exemplo. Assim, são obrigados a superar o economicismo, assumindo a forma do economicismo político (Hyman, 2001, p. 15), que abordamos adiante.

Do mesmo modo, o sindicalismo que assume uma visão classista é atravessado por tensões: “entre ação política e ‘economicismo’; entre militância e acomodação; e entre uma orientação de classe mais ampla e preocupações seccionais mais estreitas” (Hyman, 2001, p. 17). O paradoxo, aqui, se dá entre “a necessidade e a impossibilidade de um sindicalismo de classe” (Hyman, 2001, p. 36). Mas mesmo um sindicato que não se define em termos de classe não pode se livrar completamente dos apelos de um “radicalismo de classe” (Hyman, 2001, p. 36).

Por fim, o sindicalismo de integração social também é atravessado por contradições. O catolicismo social, por exemplo, a despeito da visão organicista, funcionalista e antisocialista que o caracterizava em suas origens, foi sendo desafiado pela emergência de um segmento cristão anticapitalista,

que substitui a tese da complementaridade entre capital e trabalho pelo reconhecimento do conflito de interesses entre as classes.

Para dar concretude a sua tipologia, Hyman faz um histórico do desenvolvimento do sindicalismo europeu e norte-americano, passando pelo sindicalismo de ofício, de negócios, cristão, *trade*-unionista, social-democrata e comunista, tratando das transformações em suas ideologias e identidades, conceito esse que adquire um lugar central em sua análise. Partindo das contribuições de Touraine, Hyman assume que o trabalho não é mais o centro de sociabilidade e de produção de identidade, sendo necessário considerar as relações entre as múltiplas identidades que contribuem para a constituição da classe trabalhadora, no trabalho e fora dele.⁹

Hyman sustenta que a luta mais intensa entre as três identidades consubstanciadas na tripla polarização entre mercado, classe e sociedade marcou a primeira metade do século XX, mas a batalha entre os vértices do “eterno triângulo” de geometria variável se reduziu no pós-guerra. A despeito da manutenção de conflitos entre diferentes organizações e retóricas distintas, as organizações sindicais convergiram para o economicismo político, um modelo que se caracteriza pela combinação entre negociação coletiva e a preocupação em influenciar a estrutura política, econômica e legal que a enquadra, o que teria dado origem a um complexo institucional associado à troca política e ao neocorporativismo.¹⁰ Esta convergência está relacionada à institucionalização da negociação coletiva, à força das relações entre sindicatos e partidos social-democratas – o que viabilizou sua vitória eleitoral no norte europeu –, e à disposição dos sindicatos em efetuarem trocas políticas com os governos de diferentes partidos. Isso favoreceu o desenvolvimento da parceria social, termo que entra em uso após 1945 para designar uma forma de transcender divisões sociais e ideológicas, instaurando consensos ou compromissos entre interesses tradicionalmente opostos. No caso sueco, que constitui o exemplo mais emblemático desse modelo, “a ascensão ao governo de seus aliados políticos [...] encorajou uma estraté-

9. Porém, diferentemente de Touraine, Hyman não estabelece uma oposição entre conflitos do trabalho e conflitos societais, nem possui uma visão catastrofista sobre a crise do sindicalismo. Para uma discussão sobre esse ponto, cf. Galvão (2019).

10. A perspectiva da troca política refere-se a um processo de negociação em que as concessões salariais feitas pelos sindicatos seriam compensadas por uma política macroeconômica expansiva e por melhorias no Estado de bem-estar social (Pizzorno, 1982). O neocorporativismo, ou corporativismo societal, constitui uma forma de organização e representação de interesses marcada pela criação de instâncias de negociação tripartites, não por iniciativa do Estado, mas a partir de um movimento da própria sociedade (Schmitter, 1974).

gia cooperativa por parte dos sindicatos. Em troca de reformas sociais e melhoria nas condições materiais, os sindicatos se declararam preparados para demonstrar ‘responsabilidade social’” (Hyman, 2001, p. 47).

Embora seu desenvolvimento não seja linear e observem-se variações, o modelo social-democrata envolveu a construção de arranjos tripartites e mecanismos de parceria ou diálogo social, “ao menos à medida que os empregadores estavam preparados para negociar com *eles*” (Hyman, 2001, p. 55, grifos do autor). O contexto econômico favorável possibilitava a satisfação dos interesses imediatos dos filiados, o que possibilitou a obtenção de melhorias salariais e nas condições de trabalho, ao mesmo tempo em que permitia aos sindicatos endereçar demandas mais amplas de solidariedade social, de modo que a troca política resultava em um jogo de soma positiva.¹¹

O sucesso do economicismo político no pós-guerra levou a social-democracia a assumir muitas das características que anteriormente criticava, aderindo à ordem social capitalista e abandonando projetos de transformação estrutural da sociedade.¹² O socialismo foi se tornando anacrônico, a tensão entre reformas imediatas e fins últimos foi sendo abandonada, e o revisionismo ideológico promovido nos anos 1950/60 foi consolidando o consenso social-democrático. Diante desse processo de indistinção ideológica e ênfase na negociação coletiva, até mesmo o comunismo, então expressivo em países como França, Itália e Espanha, assume uma perspectiva de compromisso com o capital. Segundo Hyman, com a hegemonia do sindicalismo social-democrata, a parceria social torna-se a “síntese ideológica” do sindicalismo europeu pós-1945 (Hyman, 2001, p. 62).

O economicismo político se converte na forma de identidade sindical dominante no fordismo, mas entra em crise a partir dos anos 1970. Apesar dos desafios políticos e ideológicos representados pelos movimentos de 1968 e pelo advento das teses acerca de uma sociedade pós-industrial terem levado a tentativas de renovação da social-democracia, sua decomposição

11. A nosso ver, a ideia de soma positiva se choca com a abordagem desenvolvida na obra anterior, que enfatiza a assimetria de poder entre capital e trabalho.

12 Upchurch, Taylor e Mathers (2012) criticam o uso de uma categoria proveniente da teoria da regulação, o economicismo político, para caracterizar a identidade dominante no sindicalismo europeu no pós-guerra. Argumentam que a reorientação das estratégias sindicais não se reduz a uma única alternativa e que as identidades sindicais passam por um processo mais complexo de continuidade e mudança. Por fim, os autores consideram que a teoria da regulação mitiga as tendências de crise associadas ao desenvolvimento do capitalismo e rejeitam a ideia de que a era fordista tenha sido “esmagadoramente ‘organizada’ ou estável”, sugerindo que o “economicismo político” era uma forma de sindicalismo instável e sujeita à crise e que operava dentro e contra o arranjo fordista” (p. 26).

se aprofunda com a crise econômica dos anos 1970 e com a substituição do keynesianismo pelo neoliberalismo. Com a deterioração econômica, os sindicatos buscam a regulação pelo mercado, mas isso também falha, e “a lógica de classe adquire nova ressonância” (Hyman, 2001, p. 63).

No final do século XX, a capacidade regulatória do Estado-nação que caracterizara o período formativo da parceria social se enfraqueceu. A pressão do capitalismo internacional sobre os Estados nacionais fez com que muitos partidos social-democratas europeus se convertessem, em ritmos e intensidades desiguais, à ortodoxia econômica. O declínio da classe trabalhadora manual, por sua vez, fez com que esses partidos tentassem atrair a “nova classe média” em expansão, diluindo ou abandonando seus antigos compromissos políticos com um bem-estar social generoso e universal, financiado por impostos elevados e progressivos, e com formas de intervenção no mercado de trabalho que contrabalançam a dinâmica desigual do mercado” (Hyman, 2001, p. 172). A partir de então, a parceria torna-se incapaz de entregar resultados positivos. Diferentemente das trocas políticas do pós-guerra, os pactos sociais celebrados nos anos 80 e 90 são incapazes de chegar a um jogo de soma positiva. “Os sindicatos permaneceram bem-vindos enquanto interlocutores desde que endossassem as políticas de austeridade e restrição” (Hyman, 2001, p. 56). Consagra-se a lógica do menos pior, sem compensação como contrapartida às concessões efetuadas. É o fim do economicismo político.

Diante da dificuldade de mobilizar as formas tradicionais de pressão política e econômica, os sindicatos se voltam não ao Estado, nem ao mercado, mas à sociedade civil, buscando influenciar a opinião pública. A partir de então, a redefinição da identidade sindical passa pela recuperação de seu papel enquanto movimento social, isto é, enquanto agente que expressa conflitos em busca da promoção de mudanças. No entanto, os sindicatos enfrentam vários dilemas: a dificuldade de mover seus membros e apoiadores, colocá-los em ação para impactar as relações externas aos sindicatos; a tensão criada pela combinação de práticas distintas, a saber, o diálogo institucionalizado entre parceiros sociais e o esforço para moldar crenças e valores de modo mais amplo na sociedade; a necessidade de se relacionar com outros movimentos sociais para buscar apoio e influência popular.

Apesar das particularidades observadas nos diferentes países europeus, relativas a histórias, instituições e tradições distintas, os sindicatos enfrentam desafios semelhantes. Um dos maiores é o de definir interesses comuns e unir,

em uma única organização, trabalhadores que se encontram em diferentes situações de trabalho. A questão é como ampliar a solidariedade, de modo que ela seja menos compartimentalizada em torno de profissões ou ocupações similares, menos “mecânica”, nos termos durkheimianos. Outra dificuldade é encontrar uma alternativa programática ao neoliberalismo, pois os sindicatos “estão à deriva”, desorientados ideologicamente (Hyman, 2001, p. 173).

Hyman considera haver dois caminhos possíveis para superar esses desafios. Ainda que a União Europeia não seja um Estado supranacional, supõe que a integração europeia poderia oferecer uma base positiva para o trabalho e a ação sindical. Assim, um caminho passa pela defesa de uma Europa social, pela busca de uma regulação trabalhista supranacional. O outro é a batalha de ideias, a construção de novas utopias capazes de gerar solidariedade e intervenção em âmbito transnacional. Nesse sentido, trata-se de constituir uma espécie de solidariedade “orgânica”, que permita dar conta da diversidade de sujeitos, tanto no plano nacional quanto entre trabalhadores de países distintos. A coesão social seria construída a partir da consolidação de uma sociedade civil europeia, sensível às demandas sindicais, principalmente dos setores mais vulneráveis, precários, e de mecanismos de diálogo social.¹³

Para alguns de seus críticos, essa perspectiva entra em tensão com o marxismo, que teria sido abandonado pelo autor em prol de “uma abordagem estrutural-funcionalista segundo a qual a ‘identidade’ sindical é determinada pela orientação dos sindicatos diante das esferas institucionalmente autônomas da ‘política’, da ‘economia’ e da ‘sociedade’” (Upchurch, Taylor e Mathers, 2012, p. 21). A utilização de uma metodologia estrutural-funcionalista, por sua vez, negaria “a importância da luta de classes no processo de desenvolvimento histórico” (Upchurch, Taylor e Mathers, 2012, p. 24). Embora seja possível discutir em que medida Hyman foi bem-sucedido em sua tentativa de compatibilizar diferentes referenciais teóricos, parece-nos que essa é uma crítica excessiva, pois não se trata exatamente de abandonar o marxismo ou de negar a luta de classes, mas de integrar outras categorias à análise, o que pode ter levado o autor a apostar em uma perspectiva reformista.

13. “A estratégia de Hyman aceita o argumento de que o poder do Estado-nação foi marginalizado pelo desenvolvimento de instituições transnacionais como a União Europeia, e a noção de que a sociedade civil europeia fornece uma arena para perseguir uma luta ética contra-hegemônica contra o neoliberalismo em Europa” (Upchurch, Taylor e Mathers, 2012, p. 27). Trata-se, segundo os autores, de uma agenda normativa, já que objetiva recriar o projeto social-democrata em escala europeia, para o qual a categoria de Europa social é crucial.

A recepção de Hyman no Brasil

A publicação de “Industrial relations” passou bastante despercebida no Brasil e é pouco citada por pesquisadores nacionais.¹⁴ Já “Understanding European trade unionism” é bastante influente, sendo citada em estudos que versam sobre: identidades e estratégias sindicais (Lemos, 2014; Corrêa, 2018); papeis e variedades do sindicalismo (Ramalho e Santos, 2019); ação sindical em empresas multinacionais (Ramalho, Santos e Rodrigues, 2019; Araújo, 2019); relações entre sindicato e política, governos trabalhistas e sindicalismo (Ladosky e Rodrigues, 2018; Colombi, 2018; Galvão, 2019) e sobre os desafios do sindicalismo (Véras de Oliveira, 2014; Rodrigues e Ramalho, 2014; Krein e Dias, 2017; Colombi, 2019; Ramalho, 2022).

Uma hipótese para essa disparidade é que a incorporação de outros referenciais teóricos tornou sua abordagem mais palatável a autores críticos de uma perspectiva estritamente marxista. Outra diferença importante a ser considerada é que o enfoque da primeira obra é predominantemente teórico, ao passo que a segunda combina o desenvolvimento teórico à análise empírica, com foco na experiência social-democrata da Europa Ocidental, o que pode ter despertado o interesse por parte de pesquisadores interessados na compreensão do apogeu e crise do “economicismo político”.

Uma segunda hipótese para explicar o baixo impacto da primeira obra é a influência de Dunlop nos estudos sobre os processos de regulação e institucionalização das relações de trabalho, seja a partir da própria obra desse autor, seja a partir de desenvolvimentos mais ou menos críticos, como os elaborados pela sociologia do trabalho francesa (Reynaud, 1991).¹⁵

Ao analisar os projetos de reforma trabalhista em discussão nos anos 1990, baseamo-nos em Hyman (1975) para questionar as análises que compreendem o “sistema brasileiro de relações de trabalho” como um todo fechado e integrado, operando em um funcionamento perfeito (Galvão, 2003). Como argumenta o autor, o conceito sistêmico é incapaz de dar conta das contradições e tensões que perpassam as relações de trabalho, tanto no âmbito da elaboração e do cumprimento do direito do trabalho quanto na definição do desenho institucional das organizações representativas de capital

14. Entre as exceções, podemos mencionar: Colombi (2018) e Galvão (2003).

15. A incorporação de Dunlop na literatura brasileira se deu especialmente através da economia do trabalho (cf., entre outros: Dedecca, 1997; Horn, 2009) e do direito (cf. Siqueira Neto, 1994; Crivelli, 1997).

e trabalho. Porém, a preservação do termo sistema por Hyman oculta a diferença conceitual entre a definição que o autor propõe e a que critica, conduzindo à ambiguidade e à imprecisão, uma vez que, como vimos, a expressão é predominantemente associada à definição dunlopiana.

A despeito dessa ressalva, a formulação de Hyman permitiu-nos contrapor à tese de que a legislação sindical e a legislação trabalhista integram um mesmo sistema, no qual a mudança de uma das partes levaria necessariamente à mudança de outra. São, antes, esferas independentes, pois representam duas dimensões nas quais as relações de trabalho se desenrolam.¹⁶ Ainda que sejam estreitamente articuladas, e no caso brasileiro, estejam reunidas em um mesmo diploma legal, a CLT, a flexibilização do direito do trabalho não implica uma modificação nas formas de organização e representação de interesses de capital e trabalho. Assim, sustentamos que o alvo da reforma pretendida e efetivada pelos governos Collor e FHC era a legislação trabalhista, ao passo que a legislação sindical era relegada a um segundo plano (Galvão, 2003, 2007).

Com efeito, os ataques neoliberais à CLT naquele contexto tinham endereço certo: enquanto a legislação trabalhista passou por uma reforma liberalizante, a legislação sindical permaneceu baseada em fundamentos corporativos.¹⁷ A reforma da legislação sindical não era prioridade justamente porque a segmentação das classes trabalhadoras em diversas categorias profissionais facilitou a difusão de acordos descentralizados e dificultou a unificação e organização dos trabalhadores para resistir ao desmantelamento dos direitos sociais e trabalhistas. Não é preciso modificar a estrutura sindical para flexibilizar as regras que regem as relações de trabalho. As características da estrutura sindical brasileira facilitaram esse processo. A unicidade e as contribuições compulsórias possibilitaram a sobrevivência de sindicatos que nada ou pouco fizeram para combater a política neoliberal, ao mesmo tempo em que o monopólio da representação impedia os trabalhadores de se organizarem de modo alternativo, em sindicatos mais representativos e atuantes na defesa de seus direitos. Nos anos 1990,

16. A necessidade de estabelecer uma distinção, do ponto de vista teórico e político, entre legislação sindical e trabalhista foi originalmente desenvolvida por Boito (1991), nos seguintes termos: enquanto a primeira impõe limites à organização da classe operária, a segunda restringe o direito de o capital explorar a força de trabalho.

17. Isso vale também, de certa forma, para a reforma trabalhista de 2017, que tirou um dos pilares do edifício corporativo, as contribuições compulsórias, mas não mexeu na unicidade e no monopólio da representação dos sindicatos de base.

a estrutura sindical corporativa não foi um obstáculo para a implantação e legitimação do neoliberalismo.¹⁸

Se Hyman não impactou muito a discussão sobre sistema de relações de trabalho, suas análises sobre sindicalismo são incorporadas por grande parte da produção brasileira que se refere a publicações do autor, especialmente a “Understanding...”, que é, como dissemos, bastante influente entre nós. Este texto é citado sobretudo para caracterizar a identidade sindical como resultante da combinação entre classe, mercado e sociedade. Convém lembrar, porém, que a preocupação com tendências e correntes sindicais já estava presente em “Industrial relations”, ainda que em um registro distinto, qual seja, o da relação com o capitalismo. Hyman identificava uma dualidade ou ambivalência nessa relação, pois os sindicatos integram o capitalismo ao mesmo tempo em que atuam para impor limites a seu poder. Essa dualidade ou ambivalência se expressa de outras formas como, por exemplo, na coexistência entre negociação e conflito, aspecto tratado pelas duas obras aqui citadas. Ambas se contrapõem à tese da rotinização do conflito, pois sustentam que nenhuma integração é inevitável, tampouco definitiva. Como nos ensina Hyman, institucionalidade e movimento social não são dissociados, pois o sindicalismo compreende as duas dimensões (Galvão, 2019).

Considerações finais

Buscamos, neste texto, reconstituir as principais teses e argumentos desenvolvidos em dois momentos da longa carreira de Hyman, problematizando alguns de seus aspectos. Embora os objetivos e os referenciais nos quais o autor se apoia em “Industrial relations” e “Understanding...” sejam diferentes, não estabelecemos uma ruptura entre uma obra e outra; antes, procuramos apontar algumas linhas de força que o acompanham ao longo de toda sua trajetória. Em ambas as obras, o autor sustenta que as relações de trabalho

18. Isso não significa que as coisas não possam se dar de modo distinto em um outro contexto. Sob o governo Bolsonaro, a discussão sobre o fim da unicidade sindical, que apareceu em diferentes momentos da luta político-sindical desde sua introdução na década de 1930, voltou à tona (cf. <<https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2019/03/06/depois-da-previdencia-governo-vai-propor-fim-da-unicidade-sindical.ghtml>>.). No entanto, uma vez mais o processo de redução de direitos se deu sem que fosse preciso implementar um modelo alternativo de organização sindical. Para uma recuperação crítica do debate, cf. Galvão e Marcelino (2019).

se caracterizam tanto pelo conflito quanto pelas normas que buscam regulá-lo, e que o papel dos sindicatos se modifica conforme a conjuntura político-econômica e o perfil ideológico da organização considerada.

A produção de Hyman se destaca por ampliar o foco de análise das relações de trabalho e do sindicalismo, incorporando dimensões relativas à política, à ideologia, à subjetividade dos agentes, às identidades das organizações. Na primeira obra, o autor argumenta que os sindicatos constituem instituições ambíguas, afinal, dividem-se entre a luta contra o capital e a negociação dos termos da utilização da força de trabalho para melhorar a condição de vida dos trabalhadores. Ou seja, de um lado, exprimem o poder coletivo dos trabalhadores; de outro, organizam o conflito, tornando-o passível de controle por parte de empregadores e governos. Na segunda obra, essa questão aparece sob a forma das tensões e contradições que atravessam os três tipos ideais que apresenta, ainda que seja possível identificar os traços que predominam em cada um deles. Assim, mesmo incorporando outras questões e preocupações teóricas, Hyman contribui para superar a dicotomia nas análises do sindicalismo, destacando a natureza dialética da instituição sindical.

Referências

Anderson, P. (1967). The limits and possibilities of trade unions action. In: Blackburn, Robin; Cockburn, Alexander. *The incompatibles: trade union militancy and consensus*. London: Penguin.

Araújo, A. (2019). *Da solidariedade internacional à institucionalização da parceria: a experiência do Comitê Mundial de Trabalhadores da Volkswagen AG e Daimler AG*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP.

Boito Jr., A. (1991). *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp.

Colombi, A. P. F. (2018). *A institucionalização do consenso: atuação da CUT e da FS durante os governos do PT (2003-2014)*. Tese de Doutorado, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, SP.

_____. (2019). As centrais sindicais e a reforma trabalhista: enfrentamentos e dificuldades. *Tempo Social*, set./dez., São Paulo, v. 31, n. 3, p. 217-236.

Corrêa, E. G. (2018). *Sindicalismo rural e centrais sindicais no Brasil: aproximações e disputas nas primeiras décadas do século XXI*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP.

Crivelli, E. (1997). Modelo corporativo no Brasil: ensaio para uma teoria da transição. *São Paulo em Perspectiva*, v.11, n. 3.

Dedecca, C. (1999). *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Campinas: Unicamp/IE.

Dunlop, J. (1993). *Industrial relations systems* (1ª ed. 1958). Boston: Harvard Business Scholl Press.

Frege, C.; Kelly, J.; McGovern, P. (2011). Richard Hyman: Marxism, Trade Unionism and Comparative Employment Relations. *British Journal of Industrial Relations*, jun., v. 49, n. 2, p. 209–230.

Gall, G. (2012). Richard Hyman: An assessment of his industrial relations: A Marxist Introduction. *Capital & Class*, v. 36, n. 1, p. 135-149.

Galvão, A. (2003). *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. 2003. 384p. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP.

_____. (2007). *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

_____. (2019). *Sindicalismo, direitos e conflitos sociais no Brasil (2003-2018)*. Coletânea apresentada para concurso de livre-docência em Ciência Política. Unicamp, mimeo.

_____; Marcelino, P. (2019). O sindicalismo brasileiro e a Convenção 87 da OIT. *Carta Social e do Trabalho*, 39-40, p. 20-34. Disponível em <<https://www.cesit.net.br/carta-39-40-dossie-100-anos-da-oit/>>. Acesso em 10 set. 22.

Giles, A.; Murray, G. (1996). Trajectoires et paradigmes dans l'étude des relations industrielles en Amérique du Nord. In: Murray, Gregor; Morin, Marie-Laure; Da Costa, Isabel. *L'état des relations professionnelles – traditions et perspectives de recherche*. Toulouse: Octares Editions.

- Groux, G. (1992). *Marxisme et relations industrielles, acquis et critiques. Societé Française*, avril/juin., 43.
- Horn, C. H. *et al.* (2009). John T. Dunlop e os 50 anos do industrial relations systems. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 1047-1070.
- Hyman, R. (1975). *Industrial relations: a marxist introduction*. London: The Macmillan Press.
- _____. (1978). *El marxismo y la sociologia del sindicalismo* (1ª ed. 1971). Cidade do México: Ediciones Era.
- _____. (1979). La théorie des relations industrielles: une analyse matérialiste, *Sociologie du Travail*, n. 4, p. 418-438.
- _____. (2001). *Understanding European trade unionism: between market, class and society*. London: Sage.
- Krein, J. D.; Dias, H. (2017). Os caminhos do sindicalismo nos anos 2000. *Revista Ciências do Trabalho*, ago., São Paulo, 8, p. 1-17.
- Ladosky, M. H. G.; Rodrigues, I. J. (2018). A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes: limites e possibilidades. *Tempo Social*, abr., São Paulo, v. 30, n. 1, p. 53-76.
- Lemos, P. R. (2014). *Entre o mercado e a sociedade: o sindicalismo da União Geral dos Trabalhadores (UGT)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP.
- Piore, M. (1991). Critiques sur le systeme de relations professionnelles de Dunlop. In: Reynaud, Jean-Daniel (Org.) *Systèmes des relations professionnelles: un examen théorique*. Lyon: Éditions du CNRS.
- Pizzorno, A. (1982). Political Exchange and collective identity in industrial conflict. In: Crouch, Colin; Pizzorno, Alessandro (Eds.). *The resurgence of class conflict in Western Europe since 1968*. Londres: Mac Millan, p. 277-298.
- Ramalho, J. R. (2022). Trabalho e sindicalismo na indústria – Poder institucional e social em contexto de crise e pandemia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 37, n. 109, p. 1-18.
- _____; Santos, R.S.P. (2018). Trabalho e ação sindical em redes globais de produção. *Tempo Social*, abr., São Paulo, v. 30, n. 1, p. 9-29.

_____; _____. Rodrigues, I. J. (2019). Mudanças na legislação trabalhista, sindicato e empresas multinacionais. *Cadernos CRH*, maio/ago., v. 32, n. 86, p. 343-359.

Reynaud, J.D. (Org.). (1991). *Systèmes des relations professionnelles: un examen théorique*. Lyon: Éditions du CNRS.

Rodrigues, I. J.; Ramalho, J. R. (2014). Novas configurações do sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados. *Contemporânea*, jul./dez., São Carlos, v. 4, n. 2, p. 381-403.

Schmitter, P. (1974). Still the century of corporatism? *Review of Politics*, 36, p. 85-131.

Siqueira Neto, J. F. (1994). A modernidade necessária. In: Ministério do Trabalho (Ed.) *Fórum nacional sobre contrato coletivo e relações de trabalho no Brasil*. Brasília: Ministério do Trabalho, p. 13-23.

Upchurch, M.; Taylor, G.; Mathers, A. (2012). Social democracy and trade unions beyond “political economism”: New identities for trade unions in Western Europe? *Capital & Class*, feb., v. 36, n. 1, p. 17-34.

Véras de Oliveira, R. (2014). Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [On-line], maio, 103, p. 111-136.

9. POR UMA CIÊNCIA COMPROMETIDA COM OS TRABALHADORES: HUW BEYNON E A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO NA FORD

JOSÉ RICARDO RAMALHO
RODRIGO SALLES PEREIRA DOS SANTOS

Introdução

Para pesquisadores brasileiros da área de estudos do trabalho, “Working for Ford” (Allen Lane, 1973), de Huw Beynon, tão logo foi publicado, passou a ser uma referência obrigatória de leitura por sua originalidade teórica e por sua ousadia metodológica. A repercussão do lançamento no meio acadêmico e intelectual do Reino Unido, as críticas e elogios que recebeu, apenas confirmaram a novidade do tratamento dedicado à atuação dos trabalhadores fabris em resposta às estratégias de acumulação de capital próprias do mundo industrial.

A tradução do livro para o português pela editora Paz e Terra, sob o título “Trabalhando para Ford: trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística” (Beynon, 1995a), ampliou o conhecimento da obra e aprofundou laços de pesquisa, que se mostrariam duradouros, estabelecidos por Huw Beynon¹ com sociólogos, antropólogos e historiadores que investigavam a formação da classe operária brasileira e suas organizações de representação, no passado e no presente.

1. Com passagens pelas universidades de Bristol, Southern Illinois, Durham e Manchester, Beynon se aposentou em 2010 pela Cardiff University, na qual fundou e dirigiu o Wales Institute of Social Economic Research Data and Methods (WISERD). Em sua longa carreira, publicou mais de vinte livros, foi reconhecido com o título de Doctor of Social Sciences pela University of Manchester, em 1999, eleito para a Academia de Ciências Sociais do Reino Unido, em 2000, e congratulado, em 2013, com o título de Honorary Doctor of Letters, pela University of Durham (Martins e Rangel, 2016).

Em grande medida, isto se deveu a intercâmbios acadêmicos firmados, ao longo dos anos 1990 e 2000², entre a University of Manchester (Reino Unido) e algumas instituições brasileiras, especialmente a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Os projetos desenvolvidos em colaboração tiveram foco especial nas mudanças do mundo do trabalho e na ação sindical, especialmente na indústria.

Nesse período, Beynon não só participou de cursos³ e congressos no Brasil⁴, como se engajou em investigações sociológicas lideradas por brasileiros a partir de uma perspectiva comparada, buscando “manter uma perspectiva internacional” (Beynon, 2012). Ao mesmo tempo, publicou parte de suas reflexões em língua portuguesa (Beynon, 1995b, 1996, 1999), assim como visitou fábricas, entrevistou sindicalistas e ampliou seu conhecimento sobre a realidade econômica e política brasileira. Podemos dizer que se tornou um intérprete e um interlocutor permanente para discussões sobre trabalho, desenvolvimento econômico e expansão industrial presentes na história recente do país.

O investimento acadêmico na experiência fabril tornou-se uma tarefa importante no Brasil, particularmente diante da reemergência do trabalho industrial organizado como protagonista político no processo de redemocratização (cf. Boito Jr., 1991; Cardoso, 1997; Comin, 1994; French, 1992; Rodrigues, 1990; 1997; Vêras de Oliveira, 2011). Nada mais oportuno que a valorização do ponto de vista dos que vivem do trabalho se encontrasse com a leitura de “Trabalhando para Ford”. O livro apresenta um roteiro de como se aproximar dos trabalhadores e conviver com eles em processos de observação e coleta de dados, respeitando limites e deixando clara a posição social do pesquisador, ao mesmo tempo que demonstra criticamente uma perspectiva até então pouco apreciada nos estudos sobre o trabalho fabril e sobre estratégias de resistência operária.

O lançamento da tradução da obra por aqui coincidiu também com uma nova fase da indústria automotiva brasileira, que havia passado recentemente por

2. Se destacam nessas iniciativas dois convênios entre a CAPES e o British Council, com os programas de pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) e Antropologia Social (PPGAS) da UFRJ, sendo o primeiro intitulado “The reorganization of work and labour in contemporary Brazil and Britain” (1994-1997), e o segundo “Globalization, informality and gender” (1998-2001), coordenados por Huw Beynon, José Ricardo Ramalho e Bila Sorj.

3. Em universidades em Belém, Campinas, João Pessoa, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo (Beynon, 2012). No PPGSA/UFRJ e no PPGAS/UFRJ, Beynon chegou a atuar em cursos regulares de pós-graduação.

4. A exemplo da participação em congressos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e seminários realizados na Unicamp e na Universidade de São Paulo (USP).

mudanças expressivas no paradigma tecnológico e organizacional (Abreu, Beynon e Ramalho, 2000; Cardoso, 2001), e então deslocava decididamente os investimentos em capacidade produtiva para novas regiões fora do eixo do ABC paulista, atraídas por uma política de incentivos fiscais e creditícios, buscando esquivar-se de um sindicalismo organizado e reivindicativo (Arbix, 2000; Nabuco, Neves e Carvalho Neto, 2002; Ramalho e Santos, 2022).

As razões alegadas para a busca de novos territórios se assemelhavam àquelas que levaram a Ford a se deslocar, nos anos 1960, para Liverpool (Reino Unido), se centrando na debilidade do mercado de trabalho e, consequentemente, em uma configuração caracterizada por “salários baixos e uma força de trabalho vulnerável” (Beynon, 1995a, p. 93). De certa forma, tais condições configurariam, mais tarde, um padrão que se estabeleceu globalmente. Segundo Beynon (1995a, p. 94)⁵, a estratégia da empresa foi a de se expandir para “locais distantes das regiões manufatureiras tradicionais”, com isso abrindo a “possibilidade de organizar a produção de veículos livre do controle de trabalho que se desenvolvera nas fábricas mais antigas”.

A semelhança dos processos ocorridos no Brasil e no Reino Unido nesse aspecto forneceu bons elementos para análises comparativas entre os dois países, e criou a possibilidade de identificar os pontos comuns e as diferenças das estratégias empresariais marcadas por contextos nacionais e regionais. Citamos como exemplo dessa colaboração, a publicação do artigo seminal “The dream factory” (Abreu, Beynon e Ramalho, 2000), que recupera o debate sobre os *greenfields* industriais no Reino Unido e analisa o implante da “fábrica dos sonhos” da Volkswagen no Rio de Janeiro, Brasil (Ramalho e Santos, 2022).

Origens e formação

A origem familiar parece ter sido decisiva na especial sensibilidade com que Huw Beynon tratou e deu voz aos trabalhadores da Ford. Em outra das entrevistas concedidas a periódicos acadêmicos brasileiros, ele recupera um pouco de sua trajetória pessoal:

5. Em entrevista à revista *Enfoques*, afirma Beynon: “[...] o livro descreve o processo de implantação de uma nova fábrica de automóveis em Liverpool, uma cidade onde não havia indústria automobilística, como o processo de trabalho foi estabelecido, a resistência a ele e como essa resistência levou a uma nova forma de organização” (Remold e Poll, 2003, p. 2).

Fui criado em uma cidade chamada Ebbw Vale⁶, no sul do País de Gales; uma cidade dominada por uma siderúrgica enorme e três minas de carvão. A classe trabalhadora tinha completa hegemonia na cidade. [...] Meus avós paterno e materno eram mineiros, meu pai era professor (Ramalho e Santos, 2016, p. 16).

Ebbw Vale podia ser vista como a representação em miniatura da comunidade trabalhadora industrial britânico período de sua infância e juventude, e os modos como ambas se transmutaram ao longo dos anos “causaram uma grande impressão” em Beynon, e principalmente, ele reconhece, “na maneira como me desenvolvi como sociólogo” (Beynon, 2012).

Uma proximidade atávica com a comunidade trabalhadora, mineira⁷ e siderúrgica, em particular, e a vivência da construção de orgulho através do trabalho, influenciaram de modo marcante seu percurso como sociólogo, já inegavelmente delineado em “Perceptions of work” (Beynon e Blackburn, 1972), trabalho no qual os autores mostram como as condições de trabalho e o grupo profissional se mesclam às expectativas e valores pessoais na conformação de experiências de trabalho extremamente variadas em uma fábrica de alimentos.

Essa perspectiva seria aprofundada, aparecendo em forma plenamente desenvolvida na pesquisa sobre os *shop stewards* da Ford (Beynon, 1995a) e, desde então, acabaria por balizar, ao longo de toda a sua carreira, a concepção de outros importantes estudos sobre os trabalhadores britânicos, vários deles em colaboração com colegas (cf., entre outros, Beynon, 1991; Beynon e Austrin, 1994; Beynon, Hudson e Sadler, 1994; Beynon *et al.*, 2002; Hudson e Beynon, 2021).

6. Em visita de campo realizada em 2011, o sítio onde se localizava a Ebbw Vale Steelworks passava por obras para a construção de um *shopping center*. A antiga cidade industrial era, naquele momento, representativa do processo de desindustrialização pelo qual o Reino Unido passava desde fins dos anos 1970, e por seus problemas associados, em especial o desemprego.

7. A Festa dos Mineiros de Durham (Durham Miners Gala) remonta à fundação da Associação de Mineiros de Durham (Durham Miners Association) em 1871, e tem sido realizada desde então. Apesar da inexistência de mineração de carvão no Reino Unido atualmente, a Durham Miners Gala tornou-se um evento político de grandes proporções – atraindo cerca de 200 mil visitantes, sendo essa audiência superior ao período de operação das minas (Ramalho e Santos, 2016). Tendo participado regularmente da Festa e de suas atividades ao longo dos anos, Beynon nunca se distanciou da política e da cultura da comunidade mineradora britânica.

Da mesma forma, em sua formação universitária, testemunhou transformações importantes e a ascensão de novas perspectivas para a sociologia britânica.

Nos anos de 1950, a sociologia mal existia como disciplina acadêmica na Grã-Bretanha. Havia três departamentos [de sociologia], alguns departamentos de antropologia, mas de um modo geral a ciência social era representada pela economia, que foi a minha primeira graduação⁸. Interessado em sociologia industrial, engajei-me como estudante de graduação no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Liverpool, que no começo dos anos 1960 era o principal centro britânico de pesquisa social e o primeiro a desenvolver um programa de pesquisa empírica sobre relações de trabalho e relações de vizinhança na Grã-Bretanha (Ramalho e Santos, 2016, p. 16).

De fato, Beynon testemunhou os anos iniciais do processo de institucionalização das ciências sociais britânicas, tendo ocupado uma posição privilegiada na conformação do campo da sociologia e na definição de seus problemas e enfoques predominantes. O contraste entre as trajetórias da disciplina no Reino Unido e nos Estados Unidos da América (EUA) entre os anos 1950 e 1960, esta última dominada pelo funcionalismo de corte parsoniano, é ilustrativo do sucesso do empreendimento.

Assim, “indivíduos particularmente talentosos como Eric Hobsbawm, Raymond Williams e Edward Thompson, tendo todos eles sido primeiramente tutores de educação de adultos nos departamentos de extensão das universidades” (Ramalho e Santos, 2016, p. 17), como o próprio Beynon, mobilizariam a abordagem qualitativa – com destaque para os métodos históricos – e o enfoque marxista para conferir centralidade ao trabalho e às experiências dos trabalhadores como objeto privilegiado, transformando a sociologia britânica em uma matriz intelectual tão singular quanto influente.

Já atuando “como professor no novo departamento de sociologia da Universidade de Bristol e [...] [também ministrando] aulas noturnas para tra-

8. O autor obteve sua formação de graduação em economia da University of Wales, localizada em Aberystwyth, e realizou o mestrado e o doutorado em sociologia na Liverpool University (Beynon, 2012, 2015).

balhadores pelo Departamento de Extensão”⁹ daquela universidade a partir de 1968, Beynon reforçava os vínculos entre a sociologia acadêmica, a educação popular e o ativismo político que marcariam indelevelmente sua obra e trajetória, assim como a de vários de seus contemporâneos: “Lembro-me de discutir ‘Trabalho assalariado e capital’ e ‘Salário, preço e lucro’ com trabalhadores da construção!” (Ramalho e Santos, 2016, p. 17).

O papel da sociologia

A postura teórica e metodológica assumida ao longo de “Trabalhando para Ford” nos remete imediatamente às influências e à capacidade de empreender uma leitura crítica da realidade em análise. Nesse ponto, a experiência como professor e o trabalho de pesquisador integravam-se.

Me convenci de que a sociologia, para desempenhar o papel esclarecedor que preconizávamos em nossas aulas, deveria ser crítica e reunir o engajamento e o artesanato intelectual ressaltados por Wright Mills, em seu *A imaginação sociológica* (Ramalho e Santos, 2016, p. 20).

A defesa da aproximação do trabalho intelectual com o engajamento político é um dos pontos de destaque de seu modo de fazer pesquisa, antecipando uma abordagem pública da sociologia¹⁰ (cf. Burawoy, 1985, 2005). Esta perspectiva teve grande acolhida entre os investigadores brasileiros que se viam desafiados a produzir um conhecimento que refletisse a resistência dos trabalhadores e a repressão sofrida nos espaços fabris, principalmente no período da ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985. Essa perspectiva é explicitada em sua defesa de uma sociologia intimamente conectada à

9. Atividades desse tipo eram bastante comuns nesse processo de institucionalização. Mesmo um intelectual emigrante como Nobert Elias as realizaria momentaneamente, tendo ministrado aulas noturnas para a Workers' Educational Association, organização vinculada ao Partido Trabalhista, em Cambridge, e cursos de extensão voltados à educação de adultos na Universidade de Londres, localizada em Leicester, no início dos anos 1950 (“Biografie Norbert Elias”, 2022).

10. “O que eu penso e o que eu sempre tento fazer é conversar com as pessoas sobre o que acontece em relação a elas. Isso é o que Michael Burawoy começou a chamar de sociologia pública, que é a ideia do engajamento com as pessoas. Ele referiu-se ao meu trabalho como uma ‘sociologia pública por baixo’” (Martins e Rangel, 2016, p. 38-39).

realidade social e de seu débito intelectual em relação a E.P. Thompson no que respeita às questões relativas à classe operária:

[...] É por isso que o livro começa com Detroit (EUA) e Dagenham (UK) e tenta situar esse tipo de relação entre a Ford Company e sua força de trabalho, ao longo do tempo, historicamente, e particularmente com o caso ‘Halewood’; e, com isso, transmitir a ideia de classes e relações [de classe]. [...] Em certo sentido, é possível afirmar que isso se encaixa nas ideias de Thompson, sobretudo na medida em que se evidencia uma forma de consciência de classe, um certo reconhecimento de ser o trabalhador, uma consciência de que ‘eles nos tratam como números’ (Martins e Rangel, 2016, p. 249).

Ainda sobre E.P. Thompson e a contribuição teórico-metodológica da abordagem culturalista britânica para uma compreensão adequada do fenômeno da classe social, Beynon afirma:

O que eu aprendi com ele foi sua ênfase na ‘experiência’ e a ideia de que a ‘experiência’ tem algo que os sociólogos podem usar como uma estrutura para entender a classe e seu devir. Você não pode construir uma descrição da classe sem incluir a experiência diária das pessoas (Martins e Rangel, 2016, p. 247 ver também Beynon, 1993).

Esta opção ressalta o compromisso em ouvir diretamente os trabalhadores, colocar em evidência as suas vozes e inverter os padrões de pesquisa estabelecidos no mundo acadêmico, que habitualmente subordinam a experiência ao ‘dado’ e tendem a ocultar a subjetividade dos investigados. Nesses termos, “o principal impacto do livro talvez seja a maneira de abordar o assunto, buscando descrever as vozes e ações dos trabalhadores e como a fábrica é vivenciada” (Remold e Poll, 2003, p. 2).

Essa postura se associava a um sentimento de que “era preciso mais engajamento entre os sociólogos e seus sujeitos de pesquisa” (Martins e Rangel, 2016, p. 240), de modo que “Trabalhando para Ford” viria a responder essa demanda. Assim, o livro “foi escrito de um modo que permitiu aos trabalhadores apresentarem sua versão, e essa era então interpretada de forma livre” (Remold e Poll, 2003, p. 2), e seus depoimentos preenchiem grande

parte do *corpus* da obra – ao ponto de seus críticos se permitirem ridicularizar “a tagarelice da oficina” (Beynon, 1995a, p. 13).

O “valor duvidoso” ou a “tragédia desse livro”¹¹ (Beynon, 1995a, p. 14) foram atribuídos exatamente ao que o distingue como um marco divisor nos estudos sociais do trabalho: a capacidade de exprimir as condições de vida dos trabalhadores e sua própria compreensão acerca das mesmas.

Embora o livro (Trabalhando para Ford) tenha uma certa estrutura teórica, esta não é evidente. E eu suponho que estava muito preocupado em desenvolver a ideia da experiência de trabalho como uma característica central do livro e da análise: como o trabalho era vivenciado e como as pessoas lidavam com isso; como as pessoas resistiam e organizavam a resistência; como elas entendiam o que estavam fazendo (Martins e Rangel, 2016, p. 240).

Mais do que isso, a posição teórica assumida buscou por todo o tempo considerar não apenas a dimensão estrutural das condições e do processo de trabalho, mas associá-la de maneira ampla à capacidade de agência dos trabalhadores e às propriedades abrangentes da ação social:

Em vez de avaliar à distância uma determinada citação ou atividade, partia da construção das frases dos trabalhadores ao falarem sobre suas experiências, frustrações e emoções. Marx, como se sabe, escreveu sobre como as pessoas fazem sua própria história, mas não nas condições de seu próprio arbítrio, reunindo agência e estrutura. Muitas vezes, a ‘agência’ é esquecida. Por isso, um dos temas centrais do meu livro [...] se refere ao modo pelo qual trabalhadores e delegados sindicais lutavam para mudar e melhorar o local de trabalho. Em 1969, quando entraram em greve, muitos deles sentiram que estavam ‘fazendo história’ (Ramalho e Santos, 2016, p. 19).

11. O “Prefácio a segunda edição de Trabalhando para Ford” (Beynon, 1995a) é um documento especialmente importante porque indica tanto o pioneirismo da obra quando a enorme reação negativa que ela provocou ao questionar o cânone acadêmico vigente.

Em retrospectiva recente sobre a influência longeva do livro, realizada pela revista *Work, Employment and Society*, Beynon (2015) reafirmou sua intenção de promover com o seu trabalho um tipo de conhecimento da realidade social que transcendesse os muros acadêmicos e, assim, pudesse definir a ideia de engajamento ativo como característica-chave do processo de pesquisa. Beynon “estava preocupado que o livro fosse lido além da academia e precisava ser escrito de uma forma que ajudasse a criar tal público” (Beynon, 2015, p. 188).

As supramencionadas críticas ao livro e à sua metodologia, que surgiram a partir do *establishment* da sociologia britânica nos anos 1970, tiveram o efeito contrário no Brasil. As observações sobre a “falta de objetividade”, por exemplo, foram vistas pelos brasileiros como incapacidade de perceber as revelações novas e surpreendentes sobre a vida no chão de fábrica, os dilemas políticos, pessoais, familiares e geracionais dos operários da Ford. O estilo de Huw Beynon reforçou a identificação dos pesquisadores brasileiros com a abordagem que aproximava o investigador de seu objeto (Ramalho, 2015).

A resistência na indústria automobilística

A organização dos *shop stewards* da Ford de Halewood, em Liverpool, e as dificuldades na relação com um sindicato burocratizado e distante das bases, permitiram uma comparação, guardadas as diferenças contextuais, com uma concepção nova de sindicalismo que emergiu no interior das fábricas brasileiras nos anos 1970 e que enfatizava acima de tudo a representação no chão de fábrica, através das comissões de fábrica, como sustentáculo essencial para outro tipo de sindicalismo.

Durante o período ditatorial no Brasil (1964-1985), os sindicatos sofreram forte repressão policial e suas principais lideranças foram presas ou destituídas de suas funções de representação. Qualquer movimento de contestação operária era imediatamente objeto de intervenção dos órgãos de segurança e as greves eram proibidas (cf., entre outros, Cardoso, 1999; Gomes, 1988; Ramalho, 1989; Rodrigues, 1968). A resistência a esse tipo de imposição foi sendo construída lentamente, no final dos anos 1960 e ao longo dos anos 1970, no interior das fábricas.

Não coincidentemente, foi na região mais industrializada do Brasil, o ABC paulista, que surgiu um movimento sindical disposto a questionar a tutela do Estado sobre a organização sindical e construir sua legitimidade a partir da representação no chão de fábrica, no local de trabalho (cf., entre outros, Abramo, 1999; Cardoso, 1999; Rodrigues, 1990, 1999; Vêras de Oliveira, 2011). Esse movimento, autodenominado “novo sindicalismo”, desafiou o regime ditatorial, ao descumprir publicamente a legislação sindical e anti-greve vigente.

As greves dos metalúrgicos do setor automobilístico entres os anos de 1978 e 1980, no Brasil, revelaram uma resistência dos operários do chão de fábrica pouco conhecida e se vincularam a uma luta mais geral contra a ditadura, pelas liberdades democráticas e pelos direitos humanos. Desse contexto ressurgiu então um movimento sindical de caráter nacional, com a criação, em 1983, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), assim como um projeto político ambicioso, coma fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980 (Ramalho, 2020).

Um importante movimento intelectual de estudiosos do trabalho nos anos 1980 e 1990 se voltou, desse modo, ao desafio de identificar os diversos e possíveis mecanismos de resistência política dentro das fábricas, assim como a constituição de outras formas de representação que substituíam ou questionavam o sindicato sob intervenção da ditadura. São exemplos disso os estudos sobre as greves no ABC paulista, sob a liderança de Lula, e a luta das Oposições Sindicais metalúrgicas de São Paulo. O surgimento de comissões de fábrica, o trabalho político de base, colocou em xeque a estrutura burocrática imposta aos sindicatos pela ditadura militar (cf. Rodrigues, 1990, entre outros).

A resistência cotidiana dos operários aos mecanismos de controle do processo de trabalho, as estratégias muitas vezes clandestinas para confrontar as gerências na linha de produção, que aparecem com destaque nos capítulos de “Trabalhando para Ford”, também ocorreram nas principais fábricas automobilísticas brasileiras (cf., entre outros, Abramo, 1999; Barbosa, 2003). Mais do que isso, a ênfase nesse tipo de ativismo provocou também um debate sobre as estratégias de resistência em um contexto político autoritário. O que diz Beynon sobre a conquista dos *shop stewards*, com relação ao acesso aos seus representados estabelecidos mediante sérios conflitos com a gerência, se aplicava, em grande medida, à realidade brasileira.

A metodologia desafiadora

Escrever o livro sobre os trabalhadores de Hallewood demandou um longo investimento de tempo e de dedicação aos contatos criados com seus entrevistados. E mais do que isso, um compromisso acadêmico e político assumido com aqueles a quem retratou. Sattel (1975, p. 78-79), em resenha publicada sobre o livro, reconhece esse empenho.

O que [Beynon] fez foi passar cinco anos com os homens e mulheres da Ford britânica em sua casa, na fábrica, seus bares, em seus piquetes. Quando ele se sentou para escrever, [...] ele não escreveu para sociólogos, mas para as pessoas que ele estudou. Ele escreveu para os rapazes de Halewood [Ford Liverpool] que fizeram as perguntas.

Em suas próprias palavras, Beynon justifica e defende um modo de observação que implicava em um tipo de envolvimento pessoal necessário para construir uma narrativa que revelasse com acuidade a vida do trabalhador:

Conversei com operários na fila do almoço, na fila do ônibus ou na fila para bater cartão de ponto no começo e no fim do expediente. Enquanto eu estava na fábrica irromperam diversas disputas, pequenas e localizadas, que se transformaram em greves. Observei esses eventos e conversei com as pessoas enquanto elas decidiam sua linha de ação. Ouvi, recordei e tomei notas. O mais das vezes, ouvi (Beynon, 1995a, p. 16).

Posteriormente, Beynon (2015) destacaria a forma como abordou os trabalhadores na planta da Ford e como lidou com a situação de sua “dupla identidade”, como empregados e como membros do sindicato. O autor explica quais foram os diversos passos necessários para realizar uma investigação na qual a confiança dos operários era uma condição *sine qua non* – um dilema que continua a desafiar sociólogos e sociólogas.

Para começar, [...] eu tive que obter a aprovação dos *shop stewards* [...]. Eles ouviram atentamente o que eu tinha a dizer antes de continuar. Depois de alguma discussão sobre de onde eu vinha, por que eu estava fazendo a pesquisa e assim por diante, eles decidiram que a pesquisa podia ser levada a sério. [...] Então o meu relacionamento com o comitê de fábrica se expandiu e se tornou mais elaborado com o passar do tempo (Beynon, 2015, p. 183).

A confiança e a proximidade com os trabalhadores conquistada ao longo da pesquisa também implicou em outros compromissos, nem sempre previstos. Os desdobramentos desses contatos pressupunham também uma expectativa de que a presença do pesquisador pudesse valorizar a vida e os valores daqueles operários.

Além disso, à medida que o programa de entrevistas continuava, eles ficaram preocupados em garantir que eu tivesse acesso a todos os fatos que me permitissem escrever um ‘relato verdadeiro’. Isso significava me afastar da zona de conforto da pesquisa e conhecer outras pessoas: pessoas que já haviam trabalhado na fábrica; delegados sindicais que tinham lidado com a planta nos primeiros dias; e assim por diante. Fui encorajado a segui-los em suas seções, ‘ficar por aí, assistir e ouvir. Além disso, [...] eles me convidaram para todas as suas reuniões e eventos sociais fora da fábrica (Beynon, 2015, p. 184).

Consciência de fábrica, consciência de classe

A discussão teórica presente na pesquisa sobre a unidade da Ford em Liverpool remete a um debate sobre o aparente paradoxo da presença nas ações dos trabalhadores de características relacionadas à resistência de classe, à crítica ao sistema produtivo, e de reação no chão de fábrica, sem que esta forma de consciência de classe transborde os muros da fábrica, e constitua um poder efetivo de transformação social em escala societária.

Segundo Sattel (1975, p. 80), em “Trabalhando para Ford”, Beynon mobiliza o “conceito organizador [...] de consciência de fábrica da classe trabalhadora; uma consciência que entende as relações de classe em termos de sua

manifestação direta em conflito entre os chefes e os trabalhadores dentro da fábrica”. Ao observar como estas relações estão enraizadas no local de trabalho, onde as “lutas são travadas sobre o controle do trabalho e os ‘direitos’ dos gestores e trabalhadores”, Beynon identifica a autonomia relativa que distingue as dimensões endógena (ao nível da fábrica) e exógena (ao nível da sociedade) das relações de classe.

Também nesse âmbito, a obra de Beynon se alinha a tendências-chave que caracterizam investigações sociológicas sobre o mundo do trabalho no período, focalizando as pressões exercidas pelas “políticas da produção” (Burawoy, 1985) e pela escala analítica local na conformação da experiência trabalhadora. É nesse sentido que Webster (2012), ao comentar a opção analítica de Beynon, destaca que a construção dessa “consciência de fábrica” enraizada no local de trabalho determina um enfoque sobre outro tipo de agente-chave: “Se o palco deste conflito é o chão da fábrica, sua manifestação organizacional não são os burocratas sindicais, mas o comitê de *shop stewards*” – até então um objeto analítico pouco “legítimo”.

A reorientação analítica não se faz sem um olhar mais crítico às organizações de representação dos trabalhadores mais tradicionais. Para Sattel (1975, p. 80), Beynon reconhece que “os sindicatos são organizações defensivas construídas e apoiadas por trabalhadores que precisam de proteção no mercado de trabalho “e que a política está contida “na forma como trabalhadores e ativistas lidam e passam a entender seu sindicato e seus empregadores”. No entanto, no caso estudado, “os sindicatos restringem em vez de desenvolver essa consciência política”.

O contato direto com os trabalhadores, a constatação da resistência fabril, no entanto, frustrava expectativas no sentido de uma transformação radical da sociedade, de modo que a classe trabalhadora descrita por Beynon não correspondia a qualquer arquétipo de agente revolucionário.

Mas quando eu perguntava às pessoas sobre o que elas fariam, em relação a um novo tipo de sociedade ou para onde caminharíamos, havia uma militância que era, na verdade, fabril. Ela não levava a nenhum tipo de visão articulada de transformação. Na ausência de um partido hegemônico, o Partido Trabalhista não conduzia a nenhum tipo de ideia transformadora. E, de certo modo, isso se tornou o problema principal [...] (Martins; Rangel, 2016, p. 249).

Beynon, na verdade, identifica no movimento dos *shop stewards* o rompimento com uma concepção da ação sindical com objetivos mais amplos de transformação da sociedade capitalista. A explicação deveu-se ao “vínculo frágil” entre o operário da indústria automobilística e seu trabalho: “um vínculo baseado na necessidade de dinheiro do qual o compromisso moral ali está ausente e que pode ser facilmente quebrado” (Lansbury, 1974, p. 296).

Assim, apesar de compor o núcleo da “nova classe trabalhadora”, os operários tinham pouca inclinação para estender sua “guerra de guerrilha” das fábricas para as ruas. Nas palavras de Beynon: “sua batalha não produziu nenhuma exigência política radical [de] ataque à lógica dominante da produção capitalista” (Lansbury, 1974, p. 296).

Estava evidente, em 1972, que os *shop stewards* que negociavam com a Ford não eram, nem por instinto e nem na prática, revolucionários. Embora a maioria deles provavelmente concordasse em que era desejável – até mesmo necessário – conseguir mudanças políticas fundamentais em nossa sociedade, poucos eram capazes de imaginar como esse desejo poderia transformar sua vida prática na oficina no ato da produção. A ‘política’ era deixada para os partidos políticos. Cada vez mais, uma antipatia pela ‘política partidária’, alimentada por referências às práticas do Partido Comunista na década de 1950, era formulada do tradicional jeito ‘trabalhista’: com ênfase não na natureza política das relações no local de trabalho, mas na separação entre trabalho e política, entre sindicato e partido (Beynon, 1995a, p. 481-482).

A pesquisa de “Trabalhando para Ford”

A pesquisa buscou compreender como o movimento dos *shop stewards* impactou a trajetória do sindicalismo britânico e provocou um importante reavivamento político nas fábricas automotivas do Reino Unido, introduzindo mudanças estruturais na disputa em torno do controle do processo de trabalho. Para Beynon,

[...] o sistema de *shop stewards* (por tanto tempo uma exclusividade dos trabalhadores qualificados em suas oficinas mecânicas) tornou-se uma característica generalizada na vida industrial da

Grã-Bretanha, oferecendo a possibilidade de um lugar alternativo, baseado no local de trabalho, para a ação sindical. Foi esse 'hiato estrutural' entre a organização sindical 'oficial' e as organizações nas oficinas das fábricas que (juntamente com outros distúrbios) muitos analistas consideraram uma ameaça à estabilidade do 'sistema de relações industriais' como um todo (1995a, p. 21).

A constituição desse movimento de resistência no chão de fábrica e a formação desse novo tipo de liderança enfrentaram obstáculos expressivos e não foram isentas de contradições e dúvidas. Os desafios colocados passavam pela necessidade do convencimento dos trabalhadores sobre a legitimidade da nova representação e pela reversão de concepções correntes que associavam a representação sindical a condutas ilícitas de modo generalizado.

Portanto, os *shop stewards* [...] sabiam haver necessidade de organização no chão de fábrica e tinham plena consciência de que essa organização estava repleta de dificuldades. Tinham que estar preparados para a derrota, para a labuta sem glória. Mais do que isso, tinham que reconhecer que a organização dependia do apoio dos operários e que esse apoio não podia ser automaticamente garantido. Para consegui-lo, precisavam mostrar que não eram corruptos, que não estavam favorecendo seus próprios interesses ou se beneficiando de alguma forma da função que exerciam (Beynon, 1995a, p. 171).

No espaço fabril, as contradições de classe interferiam diretamente nas ações de representação perante as gerências e no controle sobre o processo de trabalho. Nesse sentido, a demarcação de campos aparecia até nas estratégias gerenciais de cooptação, por meio da promoção no trabalho:

Promover um *shop steward* a contramestre é um dos truques mais comuns, e muitos dos *shop stewards* ficavam zangados com qualquer um que virasse a casaca. Com efeito, quase todos eles, de fato, achavam que o *shop steward* não devia buscar ou aceitar uma promoção ao posto de supervisor. [...] Para eles, usar o avental branco em Halewood seria bandear-se para o outro lado [...] (Beynon, 1995a, p. 171-172).

A pesquisa aborda diretamente a questão da consciência de classe, e demonstra novas formas de manifestação do poder operário apoiadas em uma ideologia emergente centrada no comitê de *shop stewards*, ou seja, de

[...] uma forma de consciência de classe alicerçada na fábrica, sendo que o elemento dominante dessa consciência é o irremovível conflito entre ‘nós’, os operários, e ‘eles’, os chefes. O palco desse conflito é o chão da fábrica, e o comitê de *shop stewards* é sua manifestação organizacional (Beynon, 1995a, p. 259).

Beynon demonstra que, nesse tipo de organização, a ideia do “nós” é fundamental e que o coletivismo permanece como a base essencial do sindicalismo: “O coletivismo permeia a própria estrutura das relações no sindicato e está impresso na posição do *shop steward*” (Beynon, 1995a, p. 260). E como afirma um dos *stewards*: “Sempre acreditei no sindicalismo porque os sindicatos representam a causa do trabalhador e eu quero lutar por essa causa [...] eu até morreria por essa causa” (Beynon, 1995a, p. 262). Esse compromisso ativista ressignificava o próprio sindicato, que “representava as lutas travadas pelos trabalhadores ao longo das gerações, era uma tradição viva, baseada em valores coletivistas de união e fraternidade” (Beynon, 1995a, p. 263).

Beynon ressalta que, na experiência da Ford, a dualidade das dimensões “ideológica” e “empresarial” da ação sindical permanecia relevante. No entanto, no caso de Halewood, os *shop stewards* assumiam um “compromisso positivo com os valores do coletivismo”, escapando da injeção típica a qual os dirigentes sindicais estão sujeitos. Nesse sentido, tal compromisso era direcionado por uma ideologia “que impossibilitava aos homens que se tornavam *shop stewards* escapar à luta” (Beynon, 1995a, p. 264).

O cansaço e o tédio associados ao trabalho em Halewood eram característicos da experiência desses trabalhadores: “Os rapazes não gostavam de trabalhar na oficina. Ansiavam pelos fins de semana” (Beynon, 1995a, p. 205). Beynon reconhece que esse não é um problema novo, mas acredita que, no caso dos operários das montadoras, essa “apatia” aparecia de modo acentuado. Por essa razão o papel desempenhado pelos *shop stewards* na reconfiguração do chão de fábrica foi visto como uma expressão de continuidade: “O coletivismo não é uma tradição arbitrária, algo que se aceita

ou se abandona; ele é uma parte fundamental da vida da classe trabalhadora” (Beynon, 1995a, p. 267).

A despeito disso, a discussão já clássica sobre ativismo sindical e seus principais dilemas é acionada todo o tempo. Os *shop stewards* reclamavam da insuficiente participação em reuniões dos filiados sindicais, ainda que, como observou Beynon (1995a, p. 208), aceitassem essa situação “como um fato da vida”, desenvolvendo “a atividade sindical de forma mais positiva em outras direções”:

A tensão entre a necessidade de organização sindical e a participação da massa nessa organização é vital e insolúvel. Existe um abismo entre os *shop stewards* e o resto. [...] Mesmo no nível do chão de fábrica. Ao lidarem com isso, os *shop stewards* vêem-se [*sic*] dilacerados pelas forças da representação e burocratização (Beynon, 1995a, p. 272-273).

Em comum com o debate sobre sindicalismo que ocorria no Brasil, a defesa da representação sindical no nível do chão de fábrica reforçava a importância do trabalho de base como forma de recolocar o protagonismo sindical. No entanto, reconhecia os limites dos sindicatos, já apontados pela perspectiva marxiana, na contestação ao capitalismo dentro da fábrica. Marx via os sindicatos “como centros de resistência contra a usurpação do capital”, embora os criticasse pelo “uso imprudente de sua força” (Marx, 1969 *apud* Beynon, 1995a, p. 475) e

[...] por limitarem-se a uma guerra de guerrilhas contra os efeitos do sistema vigente, em vez de simultaneamente tentar mudá-lo, em vez de usar suas forças organizadas como alavanca para a emancipação da classe trabalhadora, ou seja, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado (Marx, 1969 *apud* Beynon, 1995a, p. 475).

Beynon reconhece que, na indústria automotiva britânica dos anos 1960 e 1970, houve “uma continuidade da ‘guerra de guerrilhas’ que ocasionalmente saiu das fábricas e foi para as ruas, mas em todas essas lutas o papel dos sindicatos foi o de reduzir a intensidade da luta entre trabalho e capital e não ampliá-la” (Beynon, 1995a, p. 475–476). De fato,

os trabalhadores da indústria automotiva dessa época estiveram no centro da luta de classes, contudo a luta jamais se estendeu além da ‘guerra de guerrilhas’. Eles combateram bravamente e seu ânimo resoluto com frequência mereceu admiração. Entretanto, há poucos indícios de que eles tenham sido capazes de relacionar positivamente suas lutas com as de outros operários (Beynon, 1995a, p. 476).

Brasil

Embora a história da industrialização no Brasil seja muito recente em comparação com a do Reino Unido, o processo mais intenso de implantação industrial ocorrido a partir dos anos 1950, com a presença das empresas multinacionais do setor automotivo, concentrado no ABC paulista, forjou propriamente uma classe operária. Por sua vez, a defesa da representação local e, conseqüentemente, a ideia de comissão de fábrica ganhou força neste setor e nesta região, associadas à história de resistência política dos trabalhadores metalúrgicos no período da ditadura militar.

A organização no interior das fábricas, muitas vezes clandestina, se tornou um elemento político importante de contestação ao autoritarismo em diferentes níveis – do despotismo fabril (Burawoy, 1990) à tutela legal trabalhista –, assim como forjou lideranças operárias com experiência no embate diário do chão de fábrica e com uma percepção mais aguda das necessidades e demandas dos trabalhadores da base (Ramalho, 2020).

Estudos de pesquisadores brasileiros mostraram que o crescimento das comissões de fábrica e de sua prática militante colocou em xeque os dirigentes apontados pelo regime militar. Esse “novo sindicalismo” se manifestou dentro dos próprios sindicatos ou nas “oposições sindicais”, constituídas “por fora” das instituições, e ensejou um debate ainda não esgotado sobre a autonomia dessas organizações com relação ao sindicato (cf. entre outros, Francisco, 2005; Rodrigues, 1990,1999; Vêras de Oliveira, 2011).

Os vários estudos sobre a construção do “novo sindicalismo”, principalmente no ABC paulista, reconhecem a resistência constituída no interior das fábricas (cf., entre outros, Abramo, 1999; Francisco, 2005; Rodrigues, 1999). Chamou a atenção dos autores a capacidade recém criada de “fazer política em espaços ainda não utilizados, ou não tão usuais, como o eram a fábrica, o bairro, a Igreja” (Ramalho, 2020).

A influência das organizações de representação local foi essencial para a renovação dos repertórios (Tilly, 1978) da ação sindical, de modo que, segundo Francisco (2005), as comissões se mostraram inegavelmente mais capazes do que os sindicatos então existentes de desenvolver uma ação política que extrapolasse o espaço fabril, tornando públicas suas questões através de greves, paralisações e “operações tartaruga”, e explicitando, portanto, as condições e relações de trabalho às quais os trabalhadores estavam submetidos.

Esse debate nos aproximou das questões trazidas por Huw Beynon em “Trabalhando para Ford”. Na verdade, a experiência brasileira mostrava uma ligação consistente entre o chão de fábrica e os dirigentes do “novo sindicalismo”, constitutiva de novos repertórios de ação coletiva (Tilly, 1978) que desafiavam a estrutura imposta pelo governo autoritário dos anos 1960-1980.

Mas se a especificidade do autoritarismo político brasileiro distinguia as lutas do chão de fábrica entre os dois países, a atuação dessas mesmas comissões e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC no enfrentamento dos prejuízos sociais trazidos pela reestruturação produtiva das empresas a partir dos anos 1990 e pelo aumento do desemprego ensejou uma interlocução importante com a fábrica da Ford em Liverpool.

Em busca de maior produtividade, as empresas multinacionais automotivas do ABC paulista iniciaram mudanças substantivas na organização fabril e nas relações de trabalho nos anos 1990. O enxugamento das plantas, a introdução de novas tecnologias, a terceirização de atividades, a redução dos postos de trabalho e o fantasma do desemprego colocaram em pauta a necessidade das comissões de fábrica darem origem a novas formas de resistência e de se articularem para contestar as inovações organizacionais e tecnológicas voltadas à ampliação da flexibilidade (Ramalho, 2020).

No novo contexto, diferentemente da experiência britânica, a ação sindical se constituiu no principal foco de resistência às novas estratégias empresariais, e, por esse motivo, as empresas, principalmente as montadoras automotivas, buscaram interferir na composição das comissões de fábrica e influenciar suas atividades, uma vez estabelecidas, buscando instrumentalizar tais organizações diante da ação contestatória do sindicato.

As ameaças de demissão e desemprego empurraram a ação sindical e a ação das comissões de fábrica para uma estratégia de negociação defensiva, aceitando as mudanças como inevitáveis, mas exigindo participar das decisões

que afetassem o emprego e os interesses dos trabalhadores. Se o papel assumido pelas comissões de fábrica no Brasil diferiu consideravelmente de suas congêneres britânicas, em ambos os casos esse tipo de agente e seu poder passaram a integrar, sem sombra de dúvida, a paisagem das disputas em torno do processo de trabalho na indústria automobilística.

Construção de liderança no chão de fábrica

A descrição da formação do espírito de representação coletiva na Ford de Liverpool revela o processo de criação de líderes legítimos e atuantes.

Para começar, eles se consideram operários, e por isso acham que têm de estar *com* os operários. [...] E somente [...]essa participação em situações comuns a todos daria ao *shop steward* o direito de falar por eles. Trata-se também de uma necessidade estratégica, pois apenas estando com eles seria possível saber o que estão pensando, conhecer e compreender suas disposições (Beynon, 1995a, p. 286).

A proximidade estabelecida com os trabalhadores como estratégia de ação acabou por aumentar a confiança ao ponto de permitir a interferência e o aconselhamento acerca de questões não específicas ao trabalho. De acordo com um *shop steward* de Halewood:

Se algum dos rapazes da minha seção tem um problema, com seu imposto, com a lei, qualquer coisa, problema com os filhos e a mulher, ele não vai procurar o contramestre. [...] Eles me procuram porque confiam em mim. Sabem que direi a verdade [...] (Beynon, 1995a, p. 287).

Por outro lado, sua atuação revelava uma distinção nas funções de representação, de modo que, embora a ação dos *shop stewards* compusesse o rol mais amplo dos repertórios da ação sindical, ela desfrutava de independência relativa quanto às estratégias institucionais perseguidas pelo sindicato.

O *shop steward* procura representar os mais importantes interesses dos operários [...] mas precisa fazer isso por intermédio de uma organização sindical. O comitê de *shop stewards* possui um grau considerável de autonomia em relação aos funcionários de tempo integral do sindicato, mas não deixa de ser uma organização sindical (Beynon, 1995a, p. 291).

A liberdade de representar o chão-de-fábrica, a autenticidade dessa representação e o vanguardismo das reivindicações diante do controle do processo de trabalho desempenhado pela Ford forçaram a um tipo de rompimento com a lógica e a política sindicais no caso específico do Reino Unido àquela época, marcados pelos compromissos com o Partido Trabalhista e com o seu posicionamento na disputa política nacional mais ampla.

[...] os *shopstewards* não queriam ser tolhidos. Seu comprometimento era com os rapazes do chão de fábrica, e era esse comprometimento que lhes dava as diretrizes nas negociações com a administração. Também serviam-se dele ao tratar com as burocracias do sindicato (Beynon, 1995a, p. 296).

A defesa da autonomia do comitê de fábrica implicava também em uma posição de rechaço a interferências externas, mesmo aquelas vindas do sindicato da categoria. O argumento era de que apenas quem vivia o cotidiano da fábrica conhecia efetivamente seus principais problemas e conflitos e, conseqüentemente, detinha a prerrogativa da representação dos trabalhadores. Isso incluiu também a interferência política de concepções de esquerda que, ao final, não apontava para um socialismo esperado.

Os *shop stewards* de Halewood coerentemente argumentaram [...] que não apoiariam qualquer grupo que tentasse ditar a política nas oficinas. Quem não trabalhava nas oficinas não conhecia os problemas que lá havia. Os *shop stewards* eram responsáveis por seus representados, sabiam o que se passava no chão de fábrica, sabiam como lidar com a administração, e nenhum grupo de fora poderia interferir em sua atividade na oficina (Beynon, 1995a, p. 300).

O debate proposto por Beynon sobre esse tipo de autonomia aportou uma contribuição importante para as interpretações sobre o que estava acontecendo nas comissões de fábrica que se formaram nas empresas automotivas do ABC paulista. Embora, no caso brasileiro, a combinação entre repressão política e gestão empresarial despótica¹² conferisse foco específico à resistência no chão de fábrica, a defesa da autonomia significava também uma estratégia de contenção da interferência externa (Ramalho, 2020).

No caso britânico, a preservação do poder de representação e de defesa dos interesses operários desfrutado pelos *shop stewards* reconhecidamente dependia da manutenção dessa autonomia – sempre ameaçada por acusações de “interferência externa”. Para Beynon, a fábrica da Ford, mais antiga, em Dagenham, constituía a referência crucial do aprendizado organizacional dos *shop stewards*:

O que mais distinguia os *shop stewards* [de Halewood] dos de Dagenham era o modo como eles viam seu papel de líderes. Haviam aprendido certas coisas com a derrota em Dagenham. Perceberam que não podiam confiar nos dirigentes nacionais do sindicato. Não podiam confiar, mas de vez em quando precisavam deles. [...] Sobretudo aprenderam uma outra coisa que já sabiam. Sua força estava nos operários que eles representavam. [...] Os *shop stewards* da PTA chegaram à decisão consciente de que os comitês de *shop stewards* nas oficinas seriam os organismos onde se daria a tomada de decisões em Halewood [...]. E estavam irredutíveis em sua decisão de manter partidos políticos longe dos comitês de *shop stewards* de Halewood (Beynon, 1995a, p. 103).

Segundo Beynon, para esses representantes locais, a “política de esquerda”¹³ não respondia às necessidades do chão de fábrica, assim como não fornecia uma visão de futuro com objetivos compreensíveis

12. No caso emblemático da Volkswagen, a colaboração entre Estado e corporação multinacional incluía mesmo “o uso das dependências da empresa para detenção ilegal e realização de tortura” (Silva, Campos e Costa, 2022, p. 147).

13. Isso não excluía a percepção da importância do sindicato enquanto instituição: “Os líderes podem ser burocratas, mas [...], de certo modo, com eles é possível saber onde se pisa. Podem ser vendidos, mas ainda são capazes de falar a mesma língua. [...] [Mas] o sindicato é a única instituição sobre a qual podem verdadeiramente reivindicar alguma participação. Por isso é que os *shop stewards*, a despeito de toda a sua crítica aos burocratas, são sindicalistas [...]” (Beynon, 1995a, p. 301-302).

aos trabalhadores. Essa visão, em grande medida compartilhada com os trabalhadores do chão de fábrica, se ancorava ainda em uma experiência que transcendia a escala da fábrica, amalgamando os trabalhadores da Ford enquanto operariado britânico:

Embora os *shop stewards* de Halewood desconfiassem da política e dos políticos, não se pode classificá-los de *apolíticos*. A política concerne basicamente ao poder. A quem faz o que a quem. Dessa perspectiva, fica óbvio que aqueles homens possuíam uma compreensão política bastante desenvolvida. Mas a fronteira dessa política era o chão de fábrica. [...] Embora possa muitas vezes parecer não ser esse o caso, as pessoas realmente aprendem com o passado, e a experiência da classe trabalhadora de Merseyside proporcionou o cerne para a concepção que os *shop stewards* desenvolveram sobre o trabalho e o sindicalismo na fábrica. [...] Eles haviam aprendido com os erros dos *shop stewards* de Dagenham (Beynon, 1995a, p. 123–124).

Novamente nesse quesito, a discussão trazida por Beynon tornou possível um diálogo com o contexto brasileiro. No ABC paulista, a organização no chão de fábrica forçou o sindicato dos metalúrgicos a se transformar e a enfrentar a estrutura autoritária imposta pelo Ministério do Trabalho. Este reavivamento (um “novo sindicalismo”) tornou a estrutura burocratizada sensível às vozes que vinham das bases (cf., entre outros, Rodrigues, 1999; Vêras de Oliveira, 2011).

A greve de 1969

Um capítulo importante de “Trabalhando para Ford” se refere a um desdobramento político da organização dos *shop stewards*: em 1969 ocorreria uma paralisação nacional dos operários da Ford no Reino Unido. Segundo Risek (1995, p.1) Beynon descreve de forma detalhada a “gênese das greves, a maneira como se forjaram as lideranças, a constituição da militância [...], as redes de sociabilidade dentro e fora da fábrica e as questões que estes trabalhadores se colocavam a respeito do futuro do trabalho”.

Do mesmo modo, são destacadas “as diferenças e nuances entre as formas de luta, entre os representantes operários e os dirigentes sindicais, os meandros das mesas de negociação” (Rizek, 1995, p.1), demonstrando como se constituiu o campo dos conflitos de classe nesse período da sociedade britânica. Segundo Beynon,

Os épicos modernos são escritos em papel de imprensa. Um desses épicos dominou as primeiras páginas dos jornais britânicos em fevereiro e março de 1969. Os operários da Ford estavam em greve. Até então poucas pessoas na Grã-Bretanha sabiam que a Ford Motor Company possuía uma fábrica em Liverpool. Para elas, a Ford ficava em Dagenham. Em março, já sabiam sobre Halewood (Beynon, 1995a, p. 323).

E a explicação para essa surpresa tinha a ver com o afloramento repentino daquilo que, até então, eram ações locais, significando propriamente um movimento de ascensão escalar até o plano nacional:

As lutas de operários nas oficinas de Halewood durante toda a década de 60 foram inteiramente locais. Tiveram por base as oficinas e às oficinas ficaram limitadas. Em 1969, uma história de confronto interno aflorou à superfície e culminou na primeira paralisação nacional das fábricas da Ford na Grã-Bretanha (Beynon, 1995a, p. 323).

Beynon então conecta o movimento dos operários da Ford de Liverpool com uma mudança mais significativa ocorrida nas relações industriais no Reino Unido.

[...] todos os ingredientes das relações industriais em vigor nos anos 60 estavam presentes na greve. Os *shop stewards* de Halewood eram um produto desse período e a greve foi o auge dos conflitos que eles vivenciaram na oficina durante essa época. Foi seu golpe decisivo, e acabou sendo glorioso, pois essa greve, mais do que todas as outras e talvez mais do que tudo, foi o divisor de águas entre os anos 60 e 70 (Beynon, 1995a, p. 324).

A greve apresentava um elemento novo, articulando uma luta que ultrapassava a reivindicação salarial, de modo similar ao que ocorreria no Brasil em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Foi uma greve não por dinheiro, como os *shop stewards* de Halewood não se cansavam de afirmar, mas por princípio. Foi um momento crítico para o comitê de Halewood, pois seus membros ganharam uma luta declarada sobre questões que os vinham atormentando havia seis anos. Também foi um divisor de águas para os *shop stewards* em geral no TGWU, porque revelou, pela primeira vez, o que o novo secretário geral, Jack Jones, queria dizer como ‘democracia sindical’ (Beynon, 1995a, p. 324).

Considerações finais

Em resumo, podemos dizer que “Trabalhando para Ford” tornou-se um clássico da sociologia do trabalho mundial. Entre nós, pesquisadores brasileiros da área de estudos do trabalho, seu uso promoveu não apenas um debate rico e a possibilidade concreta de comparação entre realidades e conjunturas diferentes, como permitiu o convívio e o aprofundamento de uma postura teórico-metodológica que se disseminou entre intelectuais no país orientados para uma leitura da realidade político-sindical que atribuía capacidade de agência aos trabalhadores do chão de fábrica. De acordo com Beynon (2011, p. 10-11):

No Reino Unido, nos anos 70, a ênfase foi na capacidade da liderança local das fábricas (comitês de *shopstewards*) se organizarem para realizar greves nacionais e padrões de ação solidária internacional, incluindo boicotes. Isso ocorreu na época em que havia um grande debate entre os sociólogos sobre a natureza do corporativismo como forma de governança. Dentro do corporativismo marxista passou a ser visto como uma forma de governança crítica à sobrevivência do capitalismo e muito menos benigna do que a visão laborista do ‘tripartitismo’. Nesse contexto, muitos de nós vimos os movimentos ‘de baixo’ como uma dinâmica essencial para a mudança progressiva dentro da sociedade capitalista tardia.

O próprio Beynon (2011, p. 26) afirma que sua intenção “sempre foi a de que, criando os ritmos do livro a partir das ações das pessoas que trabalhavam na Ford e permitindo que o relato se desenvolvesse por intermédio de suas palavras”, ele “pudesse produzir uma expressão duradoura e autêntica de sua experiência”.

Nada mais inspirador, e até hoje uma lição para jovens pesquisadores, o modo como explica a sua inserção no trabalho de campo junto aos *shop stewards*, que lhe permitiu “observá-los e ouvi-los enquanto negociavam, argumentavam e discutiam problemas entre eles próprios e com os membros do sindicato” (Beynon, 1995a, p. 16).

“Trabalhando para Ford”, portanto, já se transformou no Brasil em leitura obrigatória em cursos de pós-graduação e graduação nas áreas de Ciências Sociais e História, e a qualidade da pesquisa de Huw Beynon tem servido como indicador da melhor forma de valorizar e estudar a questão do trabalho a partir do ponto de vista dos trabalhadores, de sua cultura, de sua articulação política e das suas formas de resistência e contestação social.

Referências

Abramo, L. W. (1999). *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: EdUnicamp.

Abreu, A. R. de P.; Beynon, H.; Ramalho, J. R. (2000). ‘The dream factory’: VW’s modular production system in Resende, Brazil. *Work, Employment and Society*, v. 14, n. 2, p. 265–282.

Arbix, G. (2000). Guerra fiscal e competição intermunicipal por novos investimentos no setor automotivo brasileiro. *Dados*, v. 43, p. 5–43.

Barbosa, M. S. (2003). *Sindicalismo em tempos de crise: a experiência na Volkswagen do Brasil*. Santo André: Alpharrabio Edições.

Beynon, H. (1973). *Working for Ford*. London: Allen Lane.

_____. (1991). *Tale of two industries: contraction of coal and steel in the North East of England*. London: Open University Press.

_____. (1993). Thompson, E. P.: um intelectual público. *Jornal do Brasil, Caderno B*.

- _____. (1995a). *Trabalhando para Ford: trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1995b). A destruição da classe operária inglesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 10, p. 5–27.
- _____. (1996). A classe acabou? Reflexões sobre um tema controverso. *Dados*, v. 39, n. 3, p. 253–277.
- _____. (1999). Protesto ambiental e mudança social no Reino Unido. *Mana*, abr., v. 5, p. 07–28.
- _____ *et al.* (2002). *Managing employment change: the new realities of work*. 1ª ed. Oxford; New York: OUP Oxford.
- _____. (2011). Engaging labour: British sociology 1945–2010. *Global Labour Journal*, v. 2, n. 1, p. 5–26.
- _____. (2012). *About*. Huw Beynon, 14 maio. Disponível em <<https://huwbeynon.com/about/>>. Acesso em 18 nov. 2022.
- _____. (2015). Book review symposium: response to reviews of Huw Beynon, *Working for Ford: men, masculinity, mass production and militancy*. *Work, Employment and Society*, v. 30, n. 1, p. 181–191.
- _____; Austrin, T. (1994). *Masters and servants: class and patronage in the making of a labour organisation: the Durham miners and the English political tradition*. 1ª ed. London: Rivers Oram Press.
- _____; Blackburn, R. M. (1972). *Perceptions of work: variations within a factory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____; Hudson, R.; Sadler, D. (1994). *A place called Teesside: locality in a global economy*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Biografie Norbert Elias (2022). Disponível em <<https://agso.uni-graz.at/archive/lexikon/klassiker/elias/13bio.htm>>. Acesso em 21 nov. 2022.
- Boito Jr., A. (Ed.). (1991). *O Sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Burawoy, M. (1985). *The politics of production: factory regimes under capitalism and socialism*. [s.l.] Verso.
- _____. (1990). A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 5, n. 13, p. 1–18. Rio de Janeiro: Anpocs.

_____. (2005). For public sociology. *American Sociological Review*, v. 70, n. 1, p. 4–28.

Cardoso, A. M. (1997). O sindicalismo corporativo não é mais o mesmo. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 48, p. 97–119.

_____. (1999). *A trama da modernidade: pragmatismo sindical e democratização no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

_____. (2001). M. A nova face da indústria automobilística brasileira ou a tese da convergência revisitada. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 61, p. 109–129.

Comin, A. (1994). A experiência de organização das centrais sindicais no Brasil. In: Oliveira, C. A. *et al.* (Eds.). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta.

Francisco, E. M. V. (2005). *A comissão enxuta: ação política na fábrica do consórcio modular em Resende*. Caxias do Sul: EDUSC.

French, J. D. (1992). *The Brazilian workers' ABC: class conflict and alliances in modern São Paulo*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Gomes, A. M. C. (1988). *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ.

Hudson, R.; Beynon, H. (2021). *The shadow of the mine: coal and the end of industrial Britain*. [s.l.] Verso Books.

Lansbury, R. (1974). Book reviews: Working for Ford by Huw Beynon (Allen Lane, Penguin Education, London, 1973). 336p. *Journal of Industrial Relations*, v. 16, n. 3, p. 295–297.

Martins, F. R. M.; Rangel, F. (2016). Huw Beynon: uma sociologia pública do trabalho. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 6, n. 1, p. 237–237.

Nabuco, M. R.; Neves, M. A.; Carvalho Neto, A. M. (Eds.). (2002). *Indústria automotiva: a nova geografia do setor produtivo*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

Ramalho, J. R. (1989). *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2015). Book review symposium: Huw Beynon, Working for Ford: men, masculinity, mass production and militancy. *Work, Employment and Society*, v. 30, n. 1, p. 179–181.

_____; Santos, R. S. P. (2016). Huw Beynon: marxismo e sociologia. *Sociologia & Antropologia*, abr., v. 6, n. 1, p. 13–29.

_____; _____. (Eds.). (2022). *Trabalho e mudança social: efeitos da indústria automotiva no Rio de Janeiro*. São Paulo: Annablume.

_____. (2020). Workers' participation at the shop floor level and trade unions in Brazil: economic crisis and new strategies of political action. In: Berger, S.; Pries, L.; Wannöffel, M. (Eds.). *The Palgrave Handbook of Workers' Participation at Plant Level*. New York: Palgrave Macmillan US.

Remold, J.; Poll, A. P. (2003). Trabalho e globalização: entrevista com Huw Beynon. *Enfoques*, v. 2, n. 1, p. 1–6.

Rizek, C. S. (1995). Cenas de uma fábrica: Resenha de Trabalhando Para Ford: trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística. *Folha de São Paulo, Jornal de Resenhas*. Disponível em <<http://www.jornalderesenas.com.br/resenha/cenas-de-uma-fabrica/>>. Acesso em 19 nov. 2022.

Rodrigues, I. J. (1990). *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. Rio de Janeiro: FASE.

_____. (1997). *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta.

_____. (1999). A trajetória do novo sindicalismo. In: Rodrigues, I. J. (Ed.). *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Editora Vozes.

_____. (1968). *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Sattel, J. (1975). *Book review: Working for Ford: Working for Ford*, Huw Beynon. (Penguin Books: London, 1973). *Insurgent Sociologist*, v. 5, n. 2, p. 78–80.

Silva, M. A. C.; Campos, P. H. P.; Costa, A. (2022). A Volkswagen e a ditadura: a colaboração da montadora alemã com a repressão aos trabalhadores durante o regime civil-militar brasileiro. *Revista Brasileira de História*, v. 42, p. 141–164.

Tilly, C. (1978). *From mobilization to revolution*. [s.l.] Addison-Wesley Publishing Company.

Véras de Oliveira, R. (2011). *Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. São Paulo: Annablume.

Webster, E. (1974). *Back to the shop floor: Edward Webster looks at Working for Ford*, by Huw Beynon. 4 dez. 2012. Disponível em <<https://www.redpepper.org.uk/back-to-the-shop-floor/>>. Acesso em 19 nov. 2022.

10. OS TRABALHADORES E O DESENCANTAMENTO DO MUNDO EM PIERRE BOURDIEU

JOSÉ SÉRGIO LEITE LOPES

Introdução

Este capítulo trata do livro que relata a primeira pesquisa empírica sob a coordenação de Pierre Bourdieu. “O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais” havia sido concebido pelo autor (para uma divulgação mais ampla, na França e em diversos países) como uma versão curta e “sem o aparato de provas” do volumoso “Travail et travailleurs en Algérie”, de 1963, resultado de pesquisa envolvendo uma equipe de estatísticos e de sociólogos.¹ É esse, assim, por enquanto, o livro em português que mais extensamente se detém sobre o vasto material empírico coletado por pesquisa sobre trabalho na Argélia, entre 1958 e 1961, desencadeada localmente pelo órgão estatístico da então metrópole, o INSEE (equivalente ao IBGE no Brasil). A tradução brasileira, de 1979, é uma das primeiras a sur-

1. Além de “Travail et travailleurs en Algérie” ter esse aspecto de relatório de pesquisa, com uma primeira parte composta de quadros estatísticos e muitos anexos qualitativos de entrevistas mais extensas com os pesquisados – o que fez surgir a necessidade do livro mais sintético, “O desencantamento do mundo” -, outra possível razão editorial que limitou sua difusão em termos relativos, provavelmente se relaciona com a existência do livro “Le déracinement: la crise de l’agriculture traditionnelle en Algérie” (em coautoria com A. Sayad), publicado pela editora Minuit, em 1964. Havia também no mercado editorial francês, atraído pela atualidade da crise com sua então colônia, o livro de bolso “Sociologie de l’Algérie” (1958), escrito entre suas atividades no Centro de Documentação do Exército colonial francês - como parte das tarefas como soldado convocado, logo depois aproveitado em serviços de assessoria na sede do Governo Geral - e seu trabalho subsequente como professor de filosofia na Faculdade de Argel.

girem após a publicação de 1977, em francês, e agora republicada em nova edição revista e aumentada.²

Caso o livro “*Travail et travailleurs en Algérie*” (doravante abreviado por “TTA”) estivesse disponível em português, certamente eu o indicaria para apresentar nesta coletânea, pela forte influência que teve em minha formação, desde a escritura de minha dissertação de mestrado, depois publicada, “O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar” (1976), bem como na formação de vários colegas de pesquisa. Mas é um livro que estava indisponível, mesmo na França, até janeiro de 2021, quando, ao completar vinte anos da morte do autor, mereceu uma versão revista e atualizada por Amín Perez com a colaboração de Tassadit Yacine. Em seus últimos anos, quando foi se tornando um intelectual público com forte presença no cenário da sociedade civil francesa dos anos 1990, não foi por acaso que Bourdieu recuperou para si próprio a importância de “TTA” como sendo “meu livro mais antigo, e talvez o mais atual”.³

“O desencantamento do mundo” foi, até recentemente, portanto, destinado a representar o conteúdo do “TTA” para públicos maiores. O subtítulo “Estruturas econômicas e estruturas temporais” denotava o encontro entre, por um lado, o estudo inicial do autor sobre a formação cultural dos povos que compõem a Argélia, consubstanciado no pequeno livro de estreia, “*Sociologie de l’Algérie*”, logo seguido pela pesquisa sobre trabalho; e, por outro lado, o que anteriormente vinha marcando seu interesse filosófico pelo tempo, em seu projeto de tese na Filosofia, “As estruturas temporais

2. Esta relativa precocidade se deve às relações do autor com o sociólogo brasileiro Sergio Miceli, que já havia editado a coletânea “A economia das trocas simbólicas”, em 1974, pela mesma Editora Perspectiva, que publicará, em 1979, “O desencantamento do mundo”. É o mesmo ano da edição em inglês (que mantém o título do original em francês (“*Algeria 60*”). Para a edição brasileira, autor e tradutor preferiram o título de “O desencantamento do mundo”, retomado de uma primeira versão mimeografada que circulou para discussão interna na rede do Centre de Sociologie Européenne. A primeira tradução é húngara, de 1978. A edição alemã é do ano de 2000. A nova edição brasileira, revista e aumentada, é organizada por Elisa Krüger (2021a), que faz uma excelente apresentação ao livro. Para uma descrição sintética do livro, ver Catani *et al.* (2017), verbete “O desencantamento do mundo”, p. 141, e verbete contextual “Argélia”, p. 38, ambos por Enrique Martin-Criado.

3. Esta citação está em “*Contrafogos*”, p. 122, da edição brasileira (Bourdieu, 1998). A frase completa é: “Paradoxalmente, como mostrei em *Travail et Travailleurs en Algérie*, meu livro mais antigo e talvez o mais atual, para conceber um projeto revolucionário, isto é, uma ambição raciocinada de transformar o presente por referência a um futuro projetado, é preciso ter um mínimo de domínio sobre o presente”. Isto é mostrado também em “O desencantamento do mundo” (2021a, p. 130-133 e na “Conclusão”, p. 159-161).

da vida afetiva”, orientado por Georges Canguilhem, projeto que ainda o preocupava no início de sua estadia na Argélia.⁴

Neste capítulo apresento primeiramente o conteúdo substantivo de “O desencantamento”, que em grande parte corresponde ao de “TTA”. Em seguida destaco a importância da materialidade da pesquisa que aparece em “TTA”, e que tanta importância teve ao inspirar a análise de meus dados de pesquisa com trabalhadores no Nordeste (assim como para colegas de equipe do Museu Nacional, nos anos 1970 e 1980, envolvidos em projetos coletivos naquela região).⁵

A relação entre estruturas econômicas e estruturas temporais

O título da edição brasileira do original “Algérie 60”, que se tornou “O desencantamento do mundo”, e que provinha de versão anterior mimeografada, de circulação restrita⁶, denotava a importância das leituras que fazia Bourdieu de Max Weber, em sua conversão autodidática da filosofia para as ciências sociais. Como suportes para a análise da sociedade tradicional argelina, Bourdieu recorreu a leituras de autores da antropologia cultural e social disponíveis, disciplina naquele momento legitimada pela obra em ascensão de Levi-Strauss (para além da literatura etnológica sobre as sociedades do Mediterrâneo e dos estudiosos do orientalismo). Ao ser convidado pelos estatísticos para o estudo do trabalho⁷, buscou inspirar-se ainda mais em Weber, sobre o surgimento e as características específicas do capitalis-

4. Ver Bourdieu, “Esboço de auto-análise”, 2005, p. 71.

5. Já existe estudo aprofundado sobre este assunto, a recepção relativamente precoce de Bourdieu no Museu Nacional, baseado na consulta aos arquivos do autor e em entrevistas, reunidos nos capítulos 1 (“Uma travessia transatlântica: a primeira geração de mediadores e mediadoras da obra de Bourdieu no Brasil”) e 3 (“Bourdieu e a antropologia das classes dominadas no Museu Nacional do Rio de Janeiro”), em Maria Eduarda Rocha (2022). Ver também Leite Lopes (2003).

6. Na terceira edição de “Sociologie de l’Algérie”, de 1970 - a primeira é de 1958 -, há notas de rodapé atualizadas, com partes do texto remetidas a obras posteriores do autor, entre as quais figura a citação de “Le désenchantement du Monde”, Paris, C.S.E, 1966. Ver Bourdieu (1970), nota 1, p. 21; e nota 1, p. 95.

7. Bourdieu foi convidado por estatísticos do INSEE, convocados para transformarem o serviço de estatística da Argélia numa instituição capaz de montar um censo da população e a produzir enquetes sobre consumo das famílias, emprego, habitação e pesquisa nos campos de reagrupamento de populações camponesas pelo Exército (entre os anos 1958-1962). A necessidade do recurso às ciências sociais nesse contexto, antevisto pelos estatísticos, e a presença do autor de “Sociologie de l’Algérie” como professor na Faculdade de Argel, fez acontecer o convite e o diálogo. Essa colaboração é tratada mais adiante nesse capítulo.

mo para pensar o contexto concreto da transformação de uma “sociedade tradicional” que estava em situação de domínio colonial.⁸

A consideração da concepção diferencial do tempo entre as situações de classe faria parte da crítica à suposta (não)racionalidade do homem pré-capitalista envolvido pelas estruturas econômicas que se impõem abruptamente nas partes dominadas do sistema colonial ou pós-colonial - eis o que Bourdieu desenvolve na Introdução do livro “O desencantamento”. A partir dos estudos de Weber⁹ e Sombart sobre a construção subjetiva que foi necessária à formação do capitalismo nascente na Europa, Bourdieu enfatiza que, ao contrário da transformação da lógica interna e da evolução autônoma da sociedade, a situação de dependência econômica (cuja situação limite é a situação colonial) se caracteriza pela dominação exógena imposta pelo poderio imperialista (ver “Desencantamento”, Bourdieu, 2021a, p. 38-39). Apesar da força de tal dominação, Bourdieu chama a atenção para o aspecto criativo por debaixo das relações de força: “[...] agentes criados dentro de uma tradição cultural totalmente diferente só conseguem se adaptar à economia monetária às custas de uma *reinvenção criadora* que não tem nada a ver com uma acomodação forçada, puramente mecânica e passiva” (p. 38, grifos meus). E, que

[...] o novo sistema de disposições não é elaborado no vazio; ele se constitui a partir das disposições costumeiras que sobrevivem ao desaparecimento ou à desagregação de suas bases econômicas e que

8. A leitura dos etnólogos e antropólogos pode ser aquilatada pela tradução e publicação posterior na coleção “Le sens commun”, dirigida por Bourdieu na Editora Minuit, de obras de Radcliff-Brown, Ralph Linton, Gregory Bateson, Edward Sapir, S. Nadel. Sobre esta coleção, iniciada em 1965, com “Un art Moyen” e que perdura até 1992, ver J. Duval e S. Noël (2022). Sobre a leitura por Bourdieu de Weber, com o atraso nas traduções pelas editoras francesas do sociólogo alemão (ver Pollak, 1986), certamente ele se socorreu de edições em inglês ou alemão da “Ética protestante” (traduzido em francês somente em 1964) e da edição alemã, e sobretudo da edição mexicana de “Economia e sociedade” (por sua origem no Béarn, Bourdieu tinha familiaridade com a leitura em espanhol).

9. No que concerne à leitura de “A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo”, de Max Weber (2004), surgiram nos últimos anos edições cuidadas, com apresentações importantes, como a edição brasileira, organizada por Antônio Flávio Pierucci; e a francesa, apresentada por Isabelle Kalinowski (Weber, 2002). A noção de “espírito do capitalismo” foi reatualizada por Luc Boltanski e Ève Chiapello, para a análise do capitalismo atual: “Isso nos levará a separar a categoria espírito do capitalismo - dos conteúdos substanciais, em termos de *éthos*, que estão ligados a ela em Max Weber, para tratá-la como uma forma que pode ser preenchida de maneiras diversas em diferentes momentos da evolução dos modos de organização das empresas e dos processos de obtenção de lucro capitalista” (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 43, grifo do autor).

não podem ser adaptadas às exigências da nova situação objetiva senão ao preço de uma transformação criadora (p. 40).

Relativamente reduzida, tanto no capitalismo nascente como na sociedade capitalista avançada, a discordância entre os *habitus* e as estruturas da economia é neste caso tão grande quanto possível.

Deste fato histórico-cultural, o devir recente da sociedade argelina é um caso particular: o processo de adaptação à economia capitalista que se pode aí observar lembra o que a simples consideração das sociedades capitalistas avançadas poderia fazer esquecer, sabendo que o funcionamento de todo sistema econômico é ligado à existência de um sistema determinado de disposições em relação ao mundo, e mais precisamente em relação ao tempo (p. 41). [...] Nada é mais estranho (ou indiferente) à teoria econômica do que o sujeito econômico concreto [...]” (p. 42).

Bourdieu iria, assim, em sua situação de pesquisa na sociedade argelina em transformação, se defrontar precocemente e de forma original com a problemática de combate ao etnocentrismo da teoria econômica (e suas consequências nas ciências sociais) que vinha sendo criada paralelamente entre os anos 1960 para 1970 e que se expressou nos debates da antropologia econômica daqueles anos.¹⁰

O Capítulo 1 de “O desencantamento”, “Reprodução simples e tempo cíclico” não está presente no livro “TTA”. Como a introdução ao livro cumpre a função de apresentação de um trabalho de pesquisa já terminado, cujo objetivo é o de apresentar o seu conteúdo substantivo, Bourdieu compõe seu capítulo inicial e sua reflexão introdutória com base no conteúdo do artigo “A sociedade tradicional: atitude diante do tempo e conduta econômica”,

10. Que eu tenha podido perceber, a primeira citação de Bourdieu à obra marcante de Karl Polanyi se deu no artigo “Les modes de domination”, publicado na revista *Actes de la Recherche*, em 1976, com tradução em português incluída na coletânea “A produção da crença”, organizada por Maria da Graça Jacintho Setton (Bourdieu, 2002, cap. 3, p. 191-219; a citação a Polanyi abre o artigo à p. 193). O artigo foi retomado como capítulo do livro “Le sens pratique”, de 1980 (no Brasil, Bourdieu, 2009). Por outro lado, a literatura marxista crítica daqueles anos buscava trabalhar a partir de escritos recém-descobertos de Marx sobre as sociedades pré-capitalistas (Hobsbawm, introdução a Marx, 1964), ou em aproximações com a antropologia econômica, como em Godelier (1970).

anteriormente publicado na revista *Sociologie du Travail*.¹¹ Trata-se de uma apresentação da sociedade tradicional que não é desenvolvida em “TTA”, cuja análise se concentra sobretudo no meio urbano, após o processo de aceleração da migração. Esta que ocorreu em virtude do deslocamento forçado de populações do campo como estratégia de isolamento dos guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional, confinamento populacional este que é objeto do livro “Le déracinement”.¹²

Neste primeiro capítulo, Bourdieu mostra a concepção de futuro dos camponeses cabilas, voltada para a reprodução simples (alusão ao termo marxiano de “O capital”) da sociedade, como é o caso da noção de previdência, de colocar em reserva a produção do presente (*mise en reserve*, no original francês), repartindo-a para anos vindouros como segurança para imprevistos do porvir. Esta ação econômica de *pré-vidência* estaria inserida diretamente pelas experiências acumuladas que se constituem na tradição, ao contrário do futuro como *previsão*, estabelecida por um cálculo no âmbito de um planejamento.

Há aqui dois termos denotativos da oposição entre comportamentos característicos em relação ao futuro, respectivamente entre sociedade tradicional e sociedade capitalista, a saber a oposição entre previdência (e armazenamento) e previsão; e entre porvir (*avenir* no original) e futuro.

O capítulo faz a análise fenomenológica específica da sociedade tradicional, baseada em trabalho de campo, sobretudo na Cabília. Tal análise vai sublinhando, sob diferentes aspectos, o caráter embebido e inseparável do econômico subordinado ao social.¹³ Tais aspectos remetem à produção de bens, à posse da terra, ao cálculo, e ao trabalho subordinado à temporalidade agrícola interpretada na forma de ciclos cósmicos. Assim, a produção de

11. “La société traditionnelle: attitude à l’égard du temps et conduite économique”. *Sociologie du Travail*, I, janvier-mars 1963, p. 24-44. Já os escritos preliminares que introduzem o livro “TTA” são assuntos ligados à realização da pesquisa: dizem respeito à relação entre estatística e sociologia e à tomada de posição sobre a necessidade da pesquisa científica desenvolvida mesmo na situação extrema de guerra colonial. Isso é retomado neste capítulo mais adiante.

12. Ver referência na nota 1, anterior. Em “Le déracinement”, Bourdieu e Sayad tratam da crise da agricultura tradicional da Argélia; no artigo sobre a atitude diante do tempo, a sociedade tradicional é tratada do ponto de vista predominantemente econômico. A 2ª edição brasileira de “O desencantamento” traz em complemento os artigos “O senso da honra” e “A casa cabila”, que tratam de outros temas emblemáticos da sociedade tradicional cabila.

13. Conforme anunciado por Polanyi, desde 1957, e por Mauss, desde 1925, baseados em outros materiais empíricos, e que alimentaram debates sobre a antropologia econômica nos anos 1960 e 1970 (cf., por exemplo, Firth (1979) e Leite Lopes (1971)).

bens, que permite a subsistência do grupo, é inseparável da reprodução dos vínculos, dos valores e das crenças que fazem a coesão do grupo, e inclusive da relação com a posse da terra.¹⁴

O autor enfatiza que ali o cálculo estaria a serviço da equidade e se oporia absolutamente ao *espírito de cálculo*. Este último, fundamentando-se na avaliação quantitativa do lucro, anula as aproximações desinteressadas de uma moral da generosidade e da honra. As tarefas agrícolas, lavoura ou colheita, realizando-se num ciclo cósmico, impõem-se com o rigor arbitrário dos deveres tradicionais, ao mesmo título que os ritos que lhes são inseparáveis (ver p. 66).¹⁵ O trabalho não é uma finalidade em si nem uma virtude por si. O que está valorizado não é a ação orientada em direção a um fim econômico, é a atividade em si, com a condição de que ela tenha uma função social. O homem que se respeita deve estar sempre ocupado com alguma coisa (ver p. 67). O desencantamento do mundo significa o desaparecimento dos encantos e dos prestígios que proporcionavam uma atitude de submissão e de homenagem em relação à natureza.

Tendo por móvel o engajamento como cidadão diante do absurdo da dominação colonial em crise e da guerra à qual havia sido convocado como soldado, Bourdieu procura fornecer substância através de seu estudo empírico em relação às questões e aos debates, no ar do tempo, sobre as bases sociais da transformação e da revolução. Assim, ele começa a se posicionar, na análise da sociedade camponesa argelina ao afirmar que “o grupo cuja atividade só tem a finalidade de assegurar a reprodução da ordem econômica e social, de durar, [...] não pode se descobrir como agente histórico, cuja ação contra a ordem presente só teria sentido em relação à ordem futura que tal ação se empenharia em fazer advir” (p. 41, versão concisa minha).

No Capítulo 2, “Necessidades contraditórias e condutas ambíguas”, Bourdieu começa o texto criticando a literatura sociológica que abstrai as atitudes de populações tradicionais relativas à “modernização” das efetivas condições econômicas e sociais de sua constituição e de sua expressão. Ele faz esta crítica tendo por alvo o livro de Daniel Lerner, 1958, “The passing of traditional society. Modernising the Middle East”. Nesta obra, tomada pelo autor como representativa de tal posição, a modernização seria vista como estimuladora da participação da população tradicional com relação à sociedade em mu-

14. “A interdependência da economia e do *éthos* é tão profunda que toda atitude em relação ao tempo, ao cálculo e à previsão se acha como que inscrita na maneira de apropriação do solo, a saber, a indivisão” (p. 57-58).

15. Estou fazendo aqui uma versão concisa próxima ao texto.

dança, fazendo-a deixar de lado seus laços comunitários e a obediência às suas regras, transformando suas atitudes em virtude dos avanços dos meios de comunicação. Ao expor a suposição de Lerner de que a adoção do estilo de vida moderno pela população tradicional em crise seria o resultado de sua livre escolha, Bourdieu explicita que o sociólogo estadunidense deixa transparecer sua filosofia implícita da história que faria a “sociedade moderna” tender à sociedade capitalista em sua forma norte-americana (p. 76-77).

Essa pequena introdução ao assunto serve de motivação contraditória para a apresentação resultante da observação direta de Bourdieu sobre tal processo de mudança. Com base no que havia apresentado no primeiro capítulo, ele parte do fato de que na sociedade camponesa tudo concorria para obscurecer a relação existente entre o esforço do trabalho e o seu produto. Tanto a amplitude dos ciclos agrários distanciava o trabalho dispendido e o seu resultado, quanto a solidariedade familiar protegia contra o desfecho da miséria através das reservas de alimentos disponíveis para o consumo. Desta forma, a passagem da atividade da produção devotada às finalidades tradicionais para a atividade de ganho “racional” se efetivava de maneira lenta e progressiva. Os produtos da agricultura, da criação de animais e do artesanato familiar permitiam a satisfação de parte das necessidades sem recorrer ao mercado. Já no mundo urbano, a universalização das trocas monetárias simultaneamente ao desaparecimento de atividades não monetárias faz da obtenção de uma renda em dinheiro uma necessidade absoluta generalizada. Opera-se então uma descoberta da significação moderna do trabalho, expressa no ditado que os camponeses cabilas traziam da atividade sazonal nas fazendas europeias de outra região: “Nada de trabalho, nada de pão” (p. 78).¹⁶ Esta será a realidade enfrentada pelos trabalhadores mais desfavorecidos em sua nova situação de recém-chegados à cidade.

O subproletariado e sua visão de mundo

Caracterização geral pelo medo interiorizado do desemprego

Desde o Capítulo 2, até o fim do livro, entra em cena um novo personagem, o subproletário. Bourdieu descreve minuciosamente as vicissitudes vividas

16. Ver o desenvolvimento do tema no Capítulo IV em Bourdieu e Sayad, “Le déracinement” (1964, p. 61-84); na edição em espanhol, aos cuidados de Amín Pérez, “El desarraigo” (2017, p. 85-112).

por esses trabalhadores ocasionais.¹⁷ Ele vai tratar sucessivamente do lugar do acaso na procura por trabalho, a necessidade de mediadores, a nostalgia das relações encantadas do passado, o trabalho a todo custo, a moral profissional, o medo interiorizado do desemprego, as diferenças entre trabalho e ocupação. Progressivamente os subproletários serão comparados com os trabalhadores estáveis do chamado setor moderno, aos quais o autor dará grande importância, e que apresento na sequência de nossa exposição do livro. Exponho estes resultados, que atravessam os capítulos 2, 3 e 4. A maneira como estas questões foram abordadas, através de entrevistas com os trabalhadores e em diálogo com as interrogações e respostas proporcionadas pelo controle dos dados estatísticos, me parecia altamente estimulante para as situações de trabalho de campo que alguns de nós vivíamos em pesquisas com trabalhadores brasileiros.

Bourdieu vai prestar particular atenção à maneira e à forma como são ditas as descrições do trabalho e do desemprego por parte dos trabalhadores. Além das categorias nativas e de sua expressividade, é dada atenção às histórias de vida nas entrevistas. Assim, ele salienta como a importância do acaso na procura por trabalho aparece nas expressões verbais dos trabalhadores a respeito da pressão do “exército de reserva”. Isto se dá, ora por fórmulas gerais (“Há grande número de braços; há gente demais”) ora através de relatos próximos a uma experiência vivida (descrição de procura de emprego no cais, a multidão). “É como na loteria, quem será admitido?” O servente sem qualificação estava submetido à necessidade da aceitação de qualquer emprego: na medida em que não estava preparado para nenhum, aceitava qualquer um dos empregos oferecidos. Estando sujeito ao acaso das contratações e das dispensas, “não é o trabalhador que escolhe o seu trabalho, o trabalho é que escolhe o trabalhador”. Ilustrativos desta situação como caso limite são os anos de adolescência, os mais instáveis e difíceis: muitas ocupações sucessivas, muitos patrões, várias possíveis aprendizagens de ofícios.

Mas o autor se serve da pesquisa por questionário para ponderar o contexto das falas com algumas quantificações. Assim, ele destaca também as desigualdades relativas à instrução. Entre os trabalhadores, 87% dos indivíduos aparecem sem nenhum diploma de instrução (escola primária ou técnica).

17. Aqui é retomada parte do conteúdo do Capítulo 1 de “TTA”, “Necessidade econômica e modelos culturais” (a comparar com o título deste Capítulo 2 de “O desencantamento”, “Necessidades contraditórias e condutas ambíguas”, talvez sob o efeito da ênfase comparativamente maior, neste livro, da questão da existência ou não da racionalidade, do cálculo e do projeto).

Constatou, com isso, grandes diferenças entre aquele que sabe ler e o que não sabe, e entre o que sabe ler e o que sabe ler e escrever, o que contribuiu para o privilégio relativo dos trabalhadores qualificados e dos empregados de escritório. Com um diploma de instrução geral, o candidato a trabalhador tinha mais facilidade na obtenção de empregos administrativos nas fábricas e na pequena burocracia.

Como os subproletários estão sob o signo do acaso e da arbitrariedade, aparecem com frequência menções à gratificação fornecida ao contramestre pelo emprego obtido; aparece a necessidade das proteções e do pistolão, o que faz ressaltar a importância do parentesco, da vizinhança, da camaradagem. E consolidar a convicção de que o pistolão (*baraka*), o “desembaraço” (*chtara*), a “gratificação” ou “gorjeta” (*bakchich*) e o “café” tudo podem. “O nepotismo, nesse caso, é virtude” (p. 82). Os mediadores e intercessores, o primo e o amigo, são assim fundamentais. No entanto, a eficácia das proteções e das relações pessoais não é a mesma nas diferentes categorias profissionais e nos diferentes setores da economia. No artesanato e no comércio, os antigos procedimentos de recrutamento se perpetuam, sobretudo nas pequenas empresas familiares. A seleção se faz pelo parentesco e pela amizade. Mas no setor moderno também são ignoradas as regras “racionais” de engajamento. O recrutamento de trabalhadores é de fato o resultado de uma espécie de cooptação espontânea entre os operários, o que ilustra um tipo de relação social característica, inserida em um sistema cultural baseado nas relações de parentesco e de interconhecimento (p. 83). Já entre os operários qualificados, mais antigos na empresa, há quase sempre a manutenção de boas relações com seus companheiros. O estabelecimento de relações amigáveis com base nas relações profissionais parece ser inseparável de uma forte adesão à profissão e de uma forte integração ao grupo de trabalho (p. 84).

Tais descrições e análises dos processos de entrada no mercado de trabalho e das formas de recrutamento guardavam uma similaridade, para mim estimulante, com o que eu tinha nos meus dados de trabalho de campo, tanto no caso das trajetórias de trabalho dos operários do açúcar, quanto dos tecelões e tecelãs. Pois se tratava também de situações de passagem do trabalho no campo para o trabalho urbano; de processos de descampesinamento para os de proletarização, sob seus diferentes formatos. Apareciam também as trajetórias dos trabalhadores em direção à atividade fabril, inicialmente com a instabilidade de trabalhos de serventes, sujeitos a entradas e saídas sucessivas do emprego e a efeitos sazonais, com as peripécias contidas nas narrativas; estava presente a diferenciação entre trabalhadores temporários

e fixos, e, dentre estes, a de operadores de máquinas e operários de manutenção qualificados nas artes industriais e chamados de *artistas*.

Em “O desencantamento”, a nostalgia das relações encantadas está associada à passagem do rural para o urbano. Com sua tradição cultural formada na sociedade tradicional rural, acostumado a relações interpessoais intensas, o subproletário passa pela experiência dolorosa das relações de trabalho frias e impessoais; e particularmente quanto às relações com os superiores. Em muitas entrevistas, enfatizavam o isolamento entre colegas no trabalho: a fadiga, a distância da residência, o trajeto casa-trabalho-casa (“No trabalho cada um por si; depois do trabalho, cada um em sua casa”; “Eu vou, eu volto: a família é tudo”). Com o receio de dispensa, o desejo de relações mais humanas permanece como nostalgia. “Chego, visto o avental. Bom dia, bom dia, boa noite, boa noite; só isso e nada mais!”

O gosto e a precisão das metáforas e das situações teatralizadas é outra semelhança encontrada por Bourdieu entre os pesquisados argelinos e os que nossa equipe de pesquisadores registrou: o mesmo talento de uma sabedoria oralizada com que nos deparamos entre trabalhadores rurais e urbanos do Nordeste em nossas pesquisas dos anos 1970 e 1980.

Os subproletários exprimem a nostalgia das relações encantadas, que aparecem de diferentes formas. Vários indícios da importância das relações pessoais surgiam na pesquisa: a decisão de não mudar de emprego para ganhar mais era frequentemente justificada pelo apego ao patrão. Os trabalhadores entrevistados diziam gostar do emprego mesmo quando descontentes com seu salário, nas situações de relações profissionais com características paternalistas. Também se manifestava a oposição entre o mau contramestre e o bom patrão. Já os mais novos tendiam a se acomodar em relações impessoais e neutras.

O trabalho a todo custo perseguido pelos trabalhadores e subproletários está ligado à situação de desemprego crônico: 3/4 dos indivíduos dizem não gostar de sua profissão, mas nela permanecem enquanto podem. As causas preferenciais de insatisfação são a insuficiência do salário e, em seguida, o risco e perigo presentes no ambiente do trabalho. Ninguém reclama de não poder ter iniciativa no trabalho e de ser executante. A insuficiência do salário é a principal razão de descontentamento, superando a distância do local de trabalho, a monotonia das tarefas, os maus-tratos infligidos pelos superiores. Somente os trabalhadores das categorias mais favorecidas valorizam o interesse intrínseco das tarefas e delas esperam mais prestígio. O

desejo de relações mais humanas no trabalho permanece como nostalgia resignada ou revolta impotente. Mais de 2/3 dos que dizem não gostar do trabalho não procuram outro emprego. O descontentamento generalizado coincide, assim, em um aparente paradoxo, com uma grande estabilidade no emprego. Tais conclusões foram trabalhadas do material de pesquisa obtido por meio de quantificações de respostas de questionário e da análise de conteúdo de entrevistas qualitativas.¹⁸

A explicação geral do desemprego dos subproletários pela “quase-sistematização afetiva”

A atenção dada na análise de Bourdieu às justificativas e às explicações dos trabalhadores fazia parte da ênfase do autor nas mediações subjetivas com relação às características objetivas das condições materiais de existência. O medo interiorizado do desemprego e o peso do acaso no acesso ao emprego proporcionam um lugar explicativo importante às proteções como o pistolão (*ktaf*, “coup d’épaule”) e à performance do desembaraço e da malandragem (*chtara*) nas descrições dos trabalhadores mais desfavorecidos. A frequência e a intensidade emocional da invocação do pistolão nas referidas descrições mostram que tal prática não somente é um dado da experiência vivida, mas um princípio de explicação universal. Contra as todo-poderosas forças do pistolão maléfico, do sistema colonial, do maquinismo, do favorecimento aos espanhóis ou italianos, só seria eficaz a invocação de uma força oposta, todo-poderosa, do pistolão benéfico, visto como um golpe de sorte, a *baraka*, ou a benção do pobre.¹⁹ Contra a exploração e a injustiça, só funcionam as artes do subterfúgio, da viração, da malandragem e da esperteza dos fracos, a *chtara*, invocada pelos subproletários. Trata-se da arte no jogo do menor esforço, usado como arma contra a exploração que rói a dignidade proletária.²⁰

18. Destas análises pude extrair elementos para entender o que denominei de “fetichismo do salário”, que aparece sob diferentes formas entre os operários do açúcar, tanto os localizados no processo de produção na planta industrial, quanto nos *artistas* da manutenção da usina (Leite Lopes, 1976, cap. 3, p. 99-149).

19. A propósito da importância do uso das palavras e dos termos, em árabe e em berbere, pelos trabalhadores nas pesquisas argelinas de Bourdieu e Sayad, ver Tassadit Yacine, “TTA”, 2021b, posfácio.

20. No Capítulo 2 de “A tecelagem dos conflitos de classe”, pude relatar a malandragem das aventuras de Severino, operário têxtil que narrou longamente suas entradas e saídas do trabalho nas fábricas, e seus microembates com contramestres, dando carne e osso à rotatividade indicada numa amostra de fichas de pessoal da Companhia, através de anotações nos reversos das fichas. Severino também era mestre na arte de remanchar e outras microrresistências da cultura fabril (Leite Lopes, 1988, p. 73-91).

Ainda na linha da atenção do autor com as explicações nativas dos fenômenos relativos ao novo mundo do trabalho urbano, que vai sendo interiorizado por uma população camponesa recente, ele assim dá importância à reinterpretação criativa que tal população vai elaborando sobre acontecimentos vividos no mercado de trabalho. Vai ser salientado que a “consciência” do desemprego podia se manifestar, na prática, de duas maneiras. Uma delas pode aparecer através de explicações parciais que se alimentam do enunciado das experiências mais marcantes da vida profissional do trabalhador. Uma outra maneira propõe uma explicação generalizante, através do que Bourdieu chama de “quase sistematização afetiva”, isto é, uma visão unitária do mundo econômico e social, cujo princípio de unificação não é da ordem do conceito, mas do sentimento, e que apreende o mundo colonial como universo dominado por uma vontade maligna e toda poderosa (ver p. 114-117). As experiências mais diversas (desde a reprimenda ou o assédio, até o desemprego) eram transmitidas de forma muito ressentida.²¹ O sistema como tal escapa a espíritos absorvidos pelas dificuldades da vida cotidiana. A revolta é dirigida contra pessoas e situações individuais, não contra um sistema que necessitaria de transformação sistemática. Os subproletários tendiam a viver seu sofrimento como habitual, como um componente inevitável de sua existência. Sem o mínimo de segurança e de informações indispensáveis, não podiam conceber com clareza a mudança global da ordem social que seria capaz de abolir as causas de tal miséria.

Trabalho, ocupação e família

A temática da família não poderia estar ausente deste estudo sobre os trabalhadores urbanos, referidos aos seus passados rurais de origem. Ela é

21. Esta noção de “quase-sistematização afetiva” me foi muito útil ao chamar atenção para relatos genéricos de trabalhadores carregados de um conformismo fatalista, como, por exemplo, esta expressa por um ex-foguista de locomotiva: “O pobre tudo que der pra ele, recompensa. Porque se ganhar 30 contos, é aquele mesmo, se ganhar 20 é aquele mesmo, onde é que ele vai ver mais? Agora, dizer que hoje em dia pra gente que é pobre, nada chega, nada dá. Tudo só dá pro rico e pronto”. Outras vezes explicações gerais vinham sob a forma de metáforas e fábulas, como num diálogo entre o mesmo foguista e seu vizinho no bairro rural próximo à usina: “Antigamente os bichos corriam pra pegar o povo, hoje o povo corre pra pegar os bichos. [...] Naquele tempo a gente pegava peixe de laço, cada uma traía deste tamanho. E agora? Quem pega? Passa o dia todo e o cabra morre afogado” (Leite Lopes, 1976, p.157). Em um raro texto manuscrito com narrativa ficcional de um operário qualificado de fábrica têxtil, sobre a trajetória de sua família de origem, encontra-se um capítulo, em homenagem ao seu irmão mais velho, intitulado “O homem do salário-mínimo e o jumento nordestino”, onde tece considerações sobre “o salário-mínimo e o sobejo do leão” (Leite Lopes e Alvim, 1999, p. 107 *apud* Machado, 1977, ms.).

onipresente na sociedade camponesa tradicional, foco de muitos artigos do autor, entre os quais os dois incluídos como anexos da segunda edição brasileira de “O desencantamento” - “O senso da honra” e “A casa cabila ou o mundo invertido” -, e ainda “O parentesco como representação e como vontade” (que está incluído em “Esboço de uma teoria da prática”, além dos dois anteriores) e “Os usos sociais do parentesco” e “A terra e as estratégias matrimoniais” (em “O sentido prático”).²²

Fazendo uma relação coerente com a análise da concepção de trabalho da sociedade camponesa tradicional, atividade envolvida pelas relações sociais comunitárias, o autor mostra como, entre os subproletários, mesmo o serviço mais humilde ou aviltante sempre é tido como mais que um simples ganha-pão. O desemprego é temido pelo fato de ser vivenciado como uma mutilação social. A pressão da necessidade econômica e a situação de desemprego estrutural têm por efeito perpetuar práticas que tomam de empréstimo suas justificações à moral camponesa do passado: ter a dignidade de exercer alguma ocupação com a finalidade de guardar o respeito de si próprio. No entanto, se na sociedade camponesa, através do trabalho familiar, há ocupação para todos que quiserem fazer algo, e a ociosidade é considerada uma falta moral, na sociedade urbana ao contrário, a atividade que não garante uma renda em dinheiro aparece como estigmatizada. Daí a procura, da parte do subproletariado, por ocupações que fossem sobretudo uma justificativa perante o grupo familiar. Trabalhar, mesmo por uma renda ínfima, é fazer o que é possível, perante si mesmo e seu grupo de apoio, uma justificativa de esforço para ganhar (mesmo que parcialmente) a vida. Por outro lado, o grupo não pode responsabilizar os desempregados por sua falta de emprego; mas está em seu direito esperar que eles se ocupem com alguma coisa. Aparece assim a distinção entre trabalho no sentido de atividade produtiva e lucrativa e o trabalho como maneira de preencher suas obrigações com o grupo.

A necessidade econômica vai impondo a subordinação das anteriores finalidades tradicionais às exigências do cálculo monetário. Isto passa a atingir os antigos valores de solidariedade e de honra, em particular as normas que regem as relações com os parentes. Nas regiões rurais mais afetadas pela

22. O último texto citado é resultado do trabalho de campo do autor em sua aldeia natal, na região do Béarn (Sudoeste da França), em pesquisa provocada pelos efeitos de suas investigações na Argélia, que resultou em extenso artigo sobre o celibato camponês. Os dois artigos com “Parentesco” no título são versões de um mesmo capítulo de uma coletânea sobre a estrutura da família mediterrânea, feito em colaboração com Sayad.

penetração da economia capitalista, a autoridade tradicional do patriarca, o mais idoso, passa a sofrer o fortalecimento da nova concepção de que o chefe de família possa ser aquele que traz a maior contribuição para o orçamento familiar, independentemente da idade. A análise das situações concretas fazia aparecer formas variadas de relações possíveis, desde a conservação da autoridade patriarcal até o desarranjo da relação costumeira.

Mas de fato a entrada de uma pluralidade de rendimentos monetários ameaça a autoridade do chefe de família em virtude da diminuição da dependência econômica dos outros membros, podendo cada um deles reivindicar mais consideração pelo que trazem para o orçamento familiar. Isso vai tornando possível uma contabilidade racional, significando o fim da repressão implícita do cálculo que a indivisão tradicional trazia. Além disso, a expansão da família ampla, que se mantém congregada para favorecer a segurança dos mais pobres através da divisão de uma pluralidade de rendimentos, além de protegê-la da crise habitacional, pode ser refreada e dar lugar, desde que um aumento dos rendimentos o permita, a uma separação em unidades familiares menores, como as famílias nucleares. A mudança na estrutura da atividade dos diferentes membros da família passa por algumas transformações. Paradoxalmente, mesmo quando a urbanização leva à emancipação em outros domínios, a dependência econômica da mulher aumenta, devido ao fato de que a adoção das disposições econômicas capitalistas leva a depreciar as atividades femininas, sendo somente reconhecidas as atividades que produzem um rendimento monetário. O novo universo econômico e social tende a despossuí-la das próprias funções que a antiga sociedade lhe conferia. Mas a dependência dos jovens em relação aos pais diminui, desde que tragam um salário, e desde que estejam mais instruídos que seus antepassados e, por isso, mais adaptados ao mundo econômico. O aumento da tensão entre as gerações, no entanto, frequentemente não chega a se dar de forma aguda, sendo possíveis vários arranjos de acomodação. A emancipação dos jovens é tão mais precoce quanto mais rapidamente eles conseguem um emprego estável e bem remunerado, quanto mais são instruídos, e quanto maior for a diferença entre o nível dos pais e dos filhos.

À medida que aumentam o grau de adaptação à economia capitalista e o grau de assimilação das disposições correlativas, a tensão avança entre as normas tradicionais (que impõem deveres de solidariedade para com a família numerosa) e os imperativos de uma economia individualista e calculadora. Assim, a necessidade econômica podia impor aos mais

desfavorecidas condutas em que se percebe tanto o cumprimento quanto a transgressão da tradição, de modo que o dia a dia do subproletário e do camponês proletarizado diferia de maneira absoluta da existência rodeada de segurança do camponês tradicional. Num caso, a busca da subsistência é a finalidade única, unanimemente aprovada; no outro caso, a obtenção do mínimo de sobrevivência é a finalidade imposta pela necessidade a uma classe explorada. Desta forma, o desemprego e o emprego intermitente trazem consigo uma desorganização da conduta: o *tradicionalismo do desespero* e a falta de planejamento de vida seriam duas faces de uma mesma realidade (“O desencantamento”, 2021a, p. 101).

No Capítulo 4, “As condições econômicas da transformação das disposições econômicas”, o autor incluiu resultados de pesquisa realizada em 1960 sobre os efeitos da política de construção de conjuntos habitacionais modernos, esboçada nos últimos anos que antecederam a independência, aos moldes, em menor escala, da política de habitação popular do pós-guerra realizada na França. Os resultados desta pesquisa não haviam sido incluídos no “TTA” e permaneciam inexplorados até serem trabalhados parcialmente para esta inserção em “O desencantamento” (p. 136-158). Ela foi feita a partir de uma amostra representativa de famílias (baseada em fichários de empresas de construção) dividida em 10 grupos de residentes de habitações modernas, para que ali houvesse a aplicação de questionários e entrevistas complementares. Além disso, foram utilizadas entrevistas e observações coletadas em várias favelas de Argel quando da pesquisa do “TTA”, em 1958 e 1959.²³

O acesso à moradia moderna tem seus efeitos contraditórios. Na anterior habitação em favelas, com um grupo familiar maior, o equilíbrio econômico baseava-se numa pluralidade de fontes de rendimento. Na nova moradia, a família reduzia-se ao casal com filhos, e mesmo assim as despesas com a casa não somente aumentavam, como eram pagas geralmente de uma única fonte de renda. A porcentagem de famílias nucleares é muito maior na amostra da população realojada do que naquela que representa a população em condições de habitação precária. Assim, todo o equilíbrio antigo, fundado na pluralidade de fontes de rendimento, se achava ameaçado quando despesas de várias ordens passam a se acumular.

23. Na nota 4, p. 137, o autor dá mais detalhes do conjunto de pesquisas realizadas, com informações sobre a composição social dos novos moradores dos edifícios de apartamentos, e anuncia: “Apresentamos num quadro sinótico os principais resultados dessa pesquisa, pois não figuram na obra *TTA*” (2021b, p. 138).

Desse modo, em paridade de rendimento, vive-se melhor numa favela do que num HLM (literalmente Habitation à Loyer Modéré, política habitacional francesa do pós-guerra). O *habitat* precário participa de um universo econômico que tem sua lógica própria e que permite aos mais despossuídos realizarem uma forma de adaptação ao mundo urbano. “Apesar de [...] ela ter todas as aparências em contrário, a economia da miséria tem sua coerência” (p. 142).

No *habitat* moderno, o isolamento das mulheres torna-se um problema que inexistia na favela. Os empregos habituais para mulheres, como empregadas domésticas, são desestimulados na nova moradia. A distância do local de trabalho e das antigas favelas onde parentes e amigos permaneciam aumentam as despesas com transporte. À brandura das relações pessoais sucedeu a rigidez burocrática. Absorvendo grande parte dos recursos, pago a intervalos regulares e em datas fixas, o aluguel se torna o centro de toda configuração orçamentária e de toda economia doméstica. A ausência de móveis na moradia moderna testemunha a incapacidade do morador de tomar posse efetiva do espaço concedido, a inaptidão em adotar o modo de vida moderno proposto pela moradia. O acesso ao *habitat* requer uma verdadeira metamorfose cultural de que nem todos os realocados são capazes. A moradia moderna faz surgir dificuldades materiais por vezes intransponíveis e ao mesmo tempo aspirações inacessíveis. Ela é solidária de toda uma arte de viver que a existência cotidiana de muitos novos locatários contradiz em tudo. O isolamento da vizinhança pesa sobretudo nas mulheres, afastadas da antiga sociabilidade nas favelas. O novo *habitat* isola, enquanto a favela ou o velho bairro unia.²⁴

Para os mais favorecidos entre os assalariados permanentes, o acesso a uma nova moradia é a oportunidade para uma mutação cultural, um novo modo de vida para uma pequena burguesia em construção, separando-a do velho bairro ou da favela, assim como do proletariado e do subproletariado, fazendo com que o umbral da modernidade seja também uma fronteira entre as classes.

24. Pode-se comparar aqui com resultados semelhantes aos estudos contemporâneos sobre a transferência de populações operárias da Inglaterra, no pós-guerra dos anos 1940 e 1950, de velhas comunidades, bombardeadas ou não, e a nova vida em conjuntos residenciais recém-construídos. Cf. Young e Willmott (1957), “Family and kinship in East London”. Ver também, no caso brasileiro, Valadares (1978), “Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro”.

Esperanças subjetivas e probabilidades objetivas – a diferença decisiva entre trabalhadores estáveis e subproletários

Conforme já mencionei, a dinâmica analítica principal do livro tem por suporte a comparação entre dois subgrupos da classe trabalhadora: os subproletários, trabalhadores temporários intermitentes, e os trabalhadores estáveis, inseridos no que seria uma versão colonial incipiente da sociedade salarial que havia sido (re)construída na França do pós-guerra (Castel, 1998, cap. VII, p. 415-493). A experiência de estudo desta dualidade acompanhou o pensamento de Bourdieu quando ele foi provocado a retomar análises que dizem respeito ao trabalho.²⁵

Em “Desencantamento” e em “TTA”, o autor introduz a importância dos operários estáveis a partir das concepções do conjunto dos trabalhadores quanto ao trabalho. Para ele, a elaboração de uma verdadeira moral profissional, que pudesse se encarnar na conduta, tem por necessidade que a ligação forçada com o trabalho ceda lugar à adesão eletiva. E de que é necessário que o trabalhador reconheça sua própria dignidade na sua tarefa e na sua obra. Entre alguns trabalhadores manuais, operários altamente qualificados e entre artesãos, aparece a adesão deliberada e positiva da profissão e o culto do trabalho bem-feito.²⁶ A moral profissional tem a ver com o forte engajamento de si mesmo no trabalho para ver nele mais que um ganha-pão. Quando o trabalho se reduz à sua função econômica, o trabalhador se vê em meio a uma “situação catastrófica”, geradora de condutas e atitudes dramáticas, quer se trate da engenhosidade do desespero ou da confiança nos encantos da magia.²⁷

25. Como é o caso, por exemplo, do pós-escrito 2 ao capítulo “Violência simbólica e lutas políticas”, de “Meditações pascalianas” (2001), intitulado “A dupla verdade do trabalho” (p. 247-251).

26. Estas considerações apoiaram o destaque analítico dado aos operários artistas de manutenção das usinas açucareiras em “O vapor do diabo” (Leite Lopes, 1976) que, juntamente com o anexo “Os artesãos na Argélia” (“TTA”, 1963, anexo X, p. 521-558; e em “TTA”, 2021b, p. 263-318), teve importância também para Alvim (1972 e 1983).

27. Aqui Bourdieu apoia seu argumento numa citação a Durkheim, segundo o qual “a melancolia coletiva é uma das expressões mais significativas das contradições objetivas que podem ser obscuramente ressentidas sem aflorar ao nível da consciência clara e explícita” (Durkheim (2007, [1897]) *apud* Bourdieu, 1963, p. 94). A referência a Durkheim está na nota 92 da página 94 em “TTA”. O raciocínio que antecede a esta citação se encontra mais precisamente na p. 93 de “TTA”. As formulações e trechos redigidos nos dois livros a respeito do assunto são próximas, com algumas nuances.

Com base nos dados quantitativos produzidos pelo questionário²⁸ e por entrevistas qualitativas, o autor conclui que as condutas individuais só podem contribuir para uma consciência sistemática e racional do sistema econômico quando a pressão da necessidade econômica se abranda. Interrogados sobre a renda necessária para viverem bem, os indivíduos de menores recursos tendem a formular pretensões desmedidas, sendo a renda estimada bastante diferente daquela real recebida. De modo geral, esses indivíduos sob forte pressão pela subsistência formulam opiniões sobre suas expectativas não sob a forma de um cálculo sobre a renda extra necessária para suas necessidades, mas enquanto respostas onde seja “permitido sonhar”. O grau de compromisso na opinião formulada é função do grau de acessibilidade do futuro visado. Futuro que é mais ou menos acessível segundo as condições materiais de existência e o estatuto social de cada indivíduo. As opiniões relativas ao futuro das crianças, que envolvem um plano de vida para duas gerações, tendem a ser ainda mais desordenadas do que a avaliação das necessidades (ver “O desencantamento”, p. 103-105).

As aspirações tendem a se tornar mais realistas, mais de acordo com as possibilidades reais, conforme tais possibilidades se elevam. Com o aumento dos rendimentos, a distância entre o nível de aspiração e o nível de realidade diminui. O cálculo econômico se encarna progressivamente na conduta, à medida que a melhoria das condições materiais o permite. O grau de liberdade que é concedido a cada trabalhador – liberdade de escolher seu emprego, de definir a qualidade e o ritmo de seu trabalho, de reivindicar o respeito nas relações profissionais – varia segundo as categorias socioprofissionais, os rendimentos e, sobretudo, o grau de qualificação e o nível de instrução.

O campo do possível tende a se alargar à medida que a pessoa se ergue na hierarquia social. A grande maioria não pode esperar da antiguidade na empresa nem da ação reivindicativa uma melhoria de sua situação profissional. No entanto, uma minoria beneficia-se de um conjunto de garantias que dizem respeito ao presente e ao futuro. Assim como a ascensão no espaço de uma vida, a mobilidade em duas gerações, sempre fraca, varia segundo as categorias sociais.

Com os assalariados permanentes penetra-se em outro universo. As aspirações tendem a circunscrever-se à medida que uma atividade econômica regular seja estabilizada. Aparecem assim dois umbrais: (a) o patamar de segurança: para o qual são necessários o emprego permanente e a renda regular, com o con-

28. Apresentados no “quadro sinótico de alguns dos dados estatísticos utilizados”, à p. 96.

junto de garantias sobre o futuro que asseguram. A razão de ser da atividade econômica é a satisfação das necessidades, que obedece assim ao princípio de maximização da segurança; e (b) o umbral da calculabilidade (ou de empreendimento), que é marcado pela posse de rendimentos aptos à liberação da preocupação com a subsistência. Dessa forma, haveria uma transformação das disposições ligadas à racionalização das condutas, que tendem a se estender para a esfera doméstica. Disposições que se compõem num sistema que se organiza em função de um futuro dominado pelo cálculo e pela previsão.

De todos os numerosos índices de transformação do *habitus* econômico em função das condições de existência, o mais seguro é o número de pessoas empregadas por família. A multiplicação das fontes de renda pelo trabalho de vários membros da família está para as categorias mais desfavorecidas como as horas extras e as promoções estão para as outras (sobretudo no setor moderno). Por outro lado, o pequeno comércio e o artesanato seguem sendo um refúgio do espírito pré-capitalista no mundo urbano. O pequeno comerciante se aparenta ao camponês tradicional por meio de traços de seu estilo de vida e de sua visão de mundo.

Considerações políticas sobre potencialidades e projetos revolucionários

Como salientado por Elisa Klüger na apresentação da segunda edição brasileira de “Desencantamento”, neste livro, Bourdieu respondia, entre outras questões, “a indagações, presentes no espírito de seu tempo, acerca do potencial revolucionário das massas depauperadas das sociedades coloniais” (2021a, p.17).

Nas considerações que faz a esse respeito ele procura embasar tal questão na pesquisa empírica da qual teve a chance de participar - a partir da sequência de eventos que foram desencadeados por sua convocação, em outubro de 1955, para o serviço militar na Argélia enquanto ali se desenrolava a guerra colonial. A contribuição distintiva do autor nesse debate, que está associada à sua repulsa à guerra e à situação colonial, como cidadão envolvido, é a de apresentar informações e análises fundamentadas nas difíceis condições de pesquisa empírica no terreno, nas áreas urbanas e rurais. Um dos resultados da pesquisa é justamente a comparação contrastiva entre camponeses desenraizados e subproletários urbanos, por um lado, e trabalhadores estáveis, principalmente na indústria, por outro.

A situação e posição de classe de cada uma dessas categorias, as suas disposições e atitudes (o conceito de *habitus* estando naquele momento em

formação), sua experiência sobre os efeitos das transformações capitalistas e sua respectiva concepção de futuro, serão postos à prova analiticamente em relação às potencialidades revolucionárias em debate nos movimentos de libertação e seus aliados em escala mundial.

O autor tira assim consequências sobre as respectivas potencialidades políticas dos dois setores das classes trabalhadoras analisados. Tal análise tem seu ápice no final do Capítulo 3, embora perpassasse todas as subpartes do livro. O encadeamento dos argumentos aparece com clareza nas páginas 119 e 120, logo após suas considerações sobre o uso da *quase-sistematização afetiva* por parte dos subproletários.

De um lado a revolta do sentimento, expressão incerta de uma condição caracterizada pela insegurança e pela incoerência. De outro lado, o radicalismo revolucionário, resultado da consideração sistemática da realidade. Duas atitudes que correspondem a dois tipos de condições materiais de existência. De um lado, os subproletários das cidades e os camponeses desenraizados cuja existência é caracterizada pela fatalidade e arbitrariedade. Do outro lado os trabalhadores permanentes do setor moderno, providos do mínimo de segurança e de garantias que autorizam a colocação em perspectiva das aspirações e das opiniões. A desorganização da conduta cotidiana interdita a formação desse sistema de projetos e de previsões racionais do qual a consciência revolucionária é um dos seus aspectos. *Força de revolução*, os camponeses proletarizados e o subproletariado das cidades não formam uma *força revolucionária* na verdadeira acepção da expressão. Com o emprego permanente e o salário regular, pode-se formar uma consciência aberta e racional; as ações, os julgamentos e as aspirações se ordenam em função de um plano de vida. É somente então que a atitude revolucionária toma o lugar da evasão no devaneio ou da resignação fatalista (p. 119-120, grifos do autor).

Assim, Bourdieu fecha o Capítulo 3:

É por isso que é preciso recusar a tese de que o proletariado não seria, nos países colonizados, uma verdadeira força revolucionária, sob pretexto de que, à diferença das massas camponesas, ele tem

tudo a perder, tendo se tornado uma engrenagem insubstituível do maquinismo colonial. É bem verdade que, numa sociedade obcecada pelo desemprego, os trabalhadores que têm a segurança de um emprego permanente e de rendimentos regulares formam uma categoria privilegiada. É bem verdade que, *sempre e em toda parte*, o proletariado está determinado, tanto quanto por suas condições de existência, pela *posição* que ocupa na estrutura social, não no ponto mais baixo, na parte mais afastada, como quer certa representação escatológica da revolução como desarranjo; mas no topo de uma *carreira negativa*, a que conduz para a recaída no subproletariado; mais simplesmente, compreender-se-ia melhor certas práticas por demais apressadamente imputadas ao conservantismo dos proletários (ou de seus ‘aparelhos’) se se soubesse que, ao mesmo título da solidariedade efetiva, as escassas vantagens associadas à estabilidade no emprego estão à mercê de um acidente, de uma doença, de uma demissão, e que tudo que os burgueses (revolucionários ou não) se apressam em descrever como sinais de emburguesamento são, em primeiro lugar fortificações levantadas contra os revezes ofensivos da miséria (p. 119-120, grifos do autor).

Esta questão da mobilização política de trabalhadores estáveis ameaçados pela antevisão de uma *carreira negativa* volta com frequência em outros escritos de Bourdieu sobre as classes trabalhadoras, como em “A Distinção”²⁹, onde novamente é ressaltada a sempre presente perspectiva ameaçadora da recaída no subproletariado por parte dos operários qualificados. Esta questão é explorada em “A miséria do mundo” por Pialoux e Beau, no capítulo “Permanentes e temporários”; por Pialoux, em “O velho operário e a nova fábrica” e pelo próprio Bourdieu, em “O fim de um mundo”, ao proporcionarem depoimentos e análises sobre a desagregação do mundo operário na França dos anos 1990, na indústria automobilística e na siderurgia (ver Bourdieu [Org.] *et al.*, 2003 [1993], respectivamente p. 309-320, 321-338 e 365-370). Ainda

29. No capítulo “A escolha do necessário”, o autor observa que “A ‘carreira’ que se oferece aos operários é, sem dúvida, vivenciada, em primeiro lugar, como o *avesso* da *carreira negativa* que conduz ao subproletariado; o que conta, nas ‘promoções’, são, ao lado das vantagens financeiras, as garantias suplementares contra a ameaça, sempre presente, da recaída na insegurança e na miséria. A *potencialidade da carreira negativa* é tão importante para apresentar as disposições dos operários com qualificação quanto a potencialidade da promoção para compreender as disposições dos empregados e quadros médios” (Bourdieu, 2007 [1979], nota 24 do capítulo 7, p. 539 da edição brasileira, grifos do autor).

em “Meditações pascalianas”, Bourdieu retoma o assunto no bojo de digressões em vários capítulos finais do livro, quando, por exemplo, se refere à tendência ao “desajuste entre as esperanças e as oportunidades, em consequência tanto da insegurança salarial generalizada, como da generalização da escolaridade, geradora de uma desclassificação estrutural devido à desvalorização dos títulos escolares”, e assim generaliza a preocupação dos operários qualificados acossados pelo medo internalizado do rebaixamento e da “carreira negativa”, a conjuntos mais amplos dos assalariados, inclusive a novas formas de subproletariados modernos (Bourdieu, 2001 [1997], p. 265).³⁰

Àqueles que têm o ‘privilégio’ de ser o objeto de uma exploração permanente e ‘racional’ e de se beneficiar das vantagens correlativas, cabe também o privilégio de uma verdadeira consciência revolucionária: esse objetivo realista do futuro não é acessível senão àqueles que têm os meios de enfrentar o presente e de nele procurar um início de execução de suas esperanças, em vez de se deixarem levar a uma sujeição resignada ou a entregar à impaciência mágica dos que estão demasiadamente esmagados pelo presente para poder visar outra coisa que um futuro utópico, negação imediata e mágica do presente (p. 120).

Na conclusão de “O desencantamento”, o autor sente a necessidade de atenuar a caracterização dos subproletários como incapazes de uma ação política transformadora eficaz, reforçando a análise compreensiva de suas atitudes.

30. Nas “Meditações pascalianas”, Bourdieu faz referências constantes às suas pesquisas do período argelino, nos capítulos “Conhecimento pelo corpo” (cap. IV), “Violência simbólica e lutas políticas” (cap. V) e “O ser social, o tempo e o sentido da vida” (cap. VI). Por exemplo, na subparte do Cap. V, “Senso prático e trabalho político” há um trecho em que discorre sobre o sentido prático com que os grupos dominados se localizam no espaço social, onde ele vai novamente recorrer explicitamente às narrativas dos trabalhadores argelinos: “O conhecimento proporcionado pela incorporação da necessidade do mundo social, notadamente sob a forma do sentido dos limites, é bastante real, tal como a submissão por ele acarretada e que por vezes se exprime nas constatações imperativas da resignação [...]. Tal conhecimento encerra inclusive (como já havia tentado mostrar ao interrogar os trabalhadores argelinos sobre as causas do desemprego) os primeiros rudimentos de uma explicitação ou de uma explicação”. A nota 15, que se segue ao texto, cita “TTA” (1963, p. 303 e seguintes, e “Algérie 60” (1977) [“O desencantamento”], p. 77 -78.

Os subproletários reproduzem, tanto em suas representações conscientes quanto em suas práticas, a situação de que são o produto [...] [embora haja] a impossibilidade de uma tomada de consciência adequada da verdade da situação: não conhecem essa verdade, mas [...] a afirmam por meio do que fazem. Seus propósitos irrealísticos não contradizem, senão na aparência, a realidade objetiva que seus atos exprimem tão claramente: a própria ilusão não é ilusória e é preciso esquivar-se de ver um fantasma arbitrário que [...] é [...] o efeito objetivo de sua posição impossível no sistema econômico e social (p. 160).

Com isso, o autor vem sublinhar que sua análise dos camponeses desenraizados e dos subproletários não implica uma suposta falsa consciência de classe, atribuída por sujeitos ou observadores externos, mas apenas que a passividade seguida de explosões, condicionadas por sua situação objetiva, não se direciona para uma ação transformadora continuada, fruto de uma consciência mais aguda da opressão.³¹

O tema é retomado na metade do Capítulo 4 (p. 132-133, grifo do autor), aqui em transcrição aproximada:

A elite operária, pouco numerosa devido ao fraco desenvolvimento da indústria, participa das vantagens da economia moderna (sociedade salarial), abono de família, aposentadoria, *habitat* moderno, escolaridade das crianças. O apego a essas vantagens seriam obstáculos para a formação de uma consciência revolucionária? De fato, somente indivíduos providos de um sistema coerente de aspirações e reivindicações, situados numa lógica de cálculo e previsão adquiridos em sua vida profissional, podem apreender sua existência em referência a um futuro coletivo e aceitar as renúncias

31. Nas nossas leituras dos anos 1970 fazíamos um paralelo entre os textos argelinos de Bourdieu (como o artigo das atitudes em relação ao tempo na sociedade camponesa, “TTA” e “O desencantamento”) e os artigos de E. P. Thompson: tanto aquele sobre tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial, quanto outro sobre a economia moral da multidão inglesa no século XVIII, ambos depois reunidos pelo autor na coletânea “Costumes em comum”, no final de sua vida. No artigo sobre a economia moral da multidão, Thompson (1998 [1991]) faz a crítica de “uma visão espasmódica da história” e das explicações até então correntes dos “motins da fome”, indo ao encontro do que salienta Bourdieu de que a revolta ou “[...] consciência de classe [não] é o resultado mecânico da pressão exercida pela necessidade econômica”, mas envolve outros grupos menos oprimidos que portam noções legitimadoras de direitos.

provenientes de toda ação revolucionária. Os proletários são, dentre todos os trabalhadores, os menos acessíveis às seduções demagógicas.

Na pequena conclusão do livro também é introduzido de forma mais explícita o conceito de *habitus*, concebido pelo autor depois da publicação de “Sociologie de l’Algérie”, “TTA” e de “Le déracinement”, que só veio a ser formulado mais explicitamente no seu livro “Esquisse d’une théorie de la pratique”, de 1972. Esta inserção acaba por fazer justiça à importância de sua experiência imersa na situação empírica de pesquisa na Argélia, onde sua atenção foi despertada para a elaboração subsequente do conceito. Tal elaboração foi favorecida pelo que ele designou retrospectivamente de “verdadeiro laboratório social”, que se apresentava para ele naquele momento na Argélia, onde era evidenciada a discordância entre as disposições mentais formadas na sociedade camponesa tradicional e o “espírito do capitalismo” imposto, com suas visões embutidas de tempo e de cálculo.

No texto da conclusão, a noção aparece como *habitus de classe*:

Interiorização da situação objetiva, o *habitus* de classe é a estrutura unificadora do conjunto das disposições que supõem a referência prática ao futuro objetivo, quer se trate da resignação ou da revolta contra a ordem atual ou da aptidão a submeter as condutas econômicas à previsão e ao cálculo [...] O uso metódico de conceitos mediadores, tais como potencialidades objetivas ou *habitus* de classe, permite ultrapassar as oposições abstratas entre o subjetivo e o objetivo, o consciente e o inconsciente (p. 159-160).

Bourdieu termina a conclusão com a advertência (sinteticamente carregada de internalizações de suas leituras de Weber e Marx) de que a revolta que antecipa a mudança social conflitiva não é determinada pelos sujeitos mais explorados ou miseráveis, mas por aqueles menos esmagados pela dominação, que podem estar mais próximos à constituição de um projeto racional com vistas à transformação social, quando a ordem social contiver elementos de seu próprio desaparecimento.

Embora possa se olhar com a curiosidade, à distância de mais de 60 anos, o papel histórico efetivo dos grupos estudados, no espectro que vai do campesinato à classe trabalhadora, no desfecho da guerra da Argélia e no

período de reconstrução do país no início da independência, de qualquer forma as considerações do autor vão ao encontro de muitas análises sobre qual seria o papel estratégico de parcelas mais estáveis dos grupos dominados com relação aos movimentos sociais em que estão inseridos, como, por exemplo, nos casos dos artesãos no início do movimento operário na Inglaterra, dos ferramenteiros e trabalhadores qualificados da indústria automobilística nas greves metalúrgicas da Grande São Paulo dos anos 1970 e 1980, e dos moradores foreiros no início das Ligas Camponesas na periferia do Nordeste canavieiro dos anos 1950 e 1960.

Um problema que pode ser apontado à sua análise política das potencialidades diferenciais da força revolucionária dos camponeses e trabalhadores argelinos é a hipótese da transferibilidade dos esquemas mentais, isto é, Bourdieu estabeleceu nos seus estudos argelinos uma relação direta entre a capacidade para o cálculo econômico, por um lado, e a ação racional no contexto político, por outro, sem dar atenção às diferenças em cada um dos dois âmbitos. À medida em que vai, ao longo do tempo, estendendo suas pesquisas aos diferentes campos, com a importância da especificidade do campo político, ele pôde mais adiante complexificar essas análises, ao introduzir lógicas diferenciais para cada contexto.³² No capítulo final de “Le déracinement”, Bourdieu e Sayad já chamam atenção para as dificuldades das experiências iniciais de empreendimentos patrocinados pelo Estado argelino independente, nas relações com os camponeses nas fazendas autogeridas. As concepções tradicionais de controle de toda a produção até a comercialização, no trabalho familiar camponês, se enfrentam com a gestão coletiva das fazendas, resultando em práticas reativas de lentidão e malandragem no trabalho, comuns nas fazendas e empresas durante o sistema colonial; práticas que contrariam as anteriores expectativas nos autossacrifícios que seriam próprios às massas revolucionárias. Isso provocou disputas, poucos meses após a Independência, entre o “socialismo libertário” do setor autogerido e as intervenções burocráticas de um socialismo autoritário da preferência do Exército - ambas as tendências se batendo por abstrações distantes do camponês concreto, de suas condições de existência construídas na história do sistema colonial. Os autores propõem, a esse

32. Ver Martin-Criado (2006, p. 66, nota 117). No texto “A greve e a ação política”, comunicação de “conclusão” de mesa-redonda de “História Social Europeia”, promovida pela Maison des Sciences de l’Homme em Paris, em maio de 1975, Bourdieu salienta a importância da eficácia dos aparelhos de mobilização coletiva, como os sindicatos, dos procedimentos de delegação, e da relação com o Estado naquele momento (Bourdieu, 2019, p. 236-247).

respeito, uma urgente “ação educativa dotada de uma teoria sistemática da realidade econômica e social, fundamento de um programa metódico e progressivo” (Bourdieu e Sayad, 1964 [ed. francesa inicial], p. 177, e 2017 [ed. em espanhol], p. 214).³³

A singularidade de “Travail et travailleurs en Algérie”

Como já mencionei anteriormente, foi o livro “TTA” que me chegou às mãos em 1973, pelo correio, no momento mesmo em que começava a organizar e classificar por assunto as entrevistas resultantes do trabalho de campo nas usinas de açúcar em 1972. Assim, ao redigir meu texto sobre os operários do açúcar, algumas leituras de Bourdieu sobre universos empíricos bem distintos me haviam chamado a atenção, em especial a de “Travail et travailleurs en Algérie”, que me forneceu chaves de análise importantes. O ambiente repressivo da ditadura em seu auge no início dos anos 1970 na área canavieira de Pernambuco, fortemente atingida, me fez recorrer ao contexto de guerra colonial que permeava a pesquisa coordenada por Bourdieu, na Argélia, na virada dos anos 1950 para 1960. Além do efeito de tais condições sobre as entrevistas, aquele livro trazia uma análise qualitativa fina dos depoimentos e encadeava de forma inspiradora o seu conteúdo com a explicação em construção. Algumas noções ali presentes, como as de “reinvenção criativa” (1963, p. 314), usada como “reinterpretação criativa” (Leite Lopes, 1978, p. 8), e a de “quase-sistematização afetiva” (Bourdieu, 1963, p. 305-312; Leite Lopes, 1978, p. 159), também presentes, como vimos em “O desencantamento”, tornaram-se instrumentos inspiradores importantes para a minha análise. Essa leitura foi reforçada pelo artigo “Condição de classe, posição de classe” (Bourdieu, 1974), então recém-traduzido para

33. As frases conclusivas do livro se seguem: “É na confrontação permanente entre as expectativas dos camponeses e as exigências das elites, responsáveis da determinação e da realização progressiva de fins racionais, que pode ser elaborada uma cultura autêntica, sistema de modelos de comportamento econômico e social ao mesmo tempo coerente e compatível com as condições objetivas. Se elas querem cumprir com esta tarefa, é delas mesmas que as elites revolucionárias deverão exigir essas virtudes excepcionais que ela espera hoje dos camponeses, e frequentemente, só deles” (Bourdieu e Sayad, 1964, p. 177 e 2017, p. 214). Martin-Criado (2006, p. 65, nota 114) comenta que haveria nesta proposta uma perspectiva durkheimiana na linguagem weberiana da dominação racional. Pode-se ver também presente, através da noção de “cultura autêntica”, a leitura do antropólogo-linguista Edward Sapir, depois publicado na coleção “Le Sens Commun”, dirigida por Bourdieu na editora Minuit.

o português, que inspirou a análise comparativa das subcategorias nativas de autoclassificação dos operários do açúcar.³⁴

O livro “TTA”, mais que “O desencantamento”, guardava toda proximidade com a realização mesma da pesquisa. Já a comparação dos dois livros mostrava o contraste entre o título descritivo e substantivo de “Trabalho e trabalhadores”, colado à pesquisa, e o título alusivamente “teórico” do segundo, por referência a Weber, acompanhado do subtítulo não menos “teórico” referente a duas modalidades de estruturas sociais. O título “TTA” era denotativo da pesquisa conjunta feita entre estatísticos e sociólogos, na qual Bourdieu coordenava a parte sociológica, embora estivesse envolvido em ambas, e tenha elaborado a introdução geral do livro “Estatística e sociologia”.³⁵

Dois textos importantes que apresentam a ligação “a quente” de “TTA” com a pesquisa são esta introdução geral ao livro e a introdução que fez Bourdieu sobre a parte sociológica que coordenou na segunda metade da obra, denominada “Avant-propos” (prefácio ou considerações iniciais).³⁶ Este “Avant-propos” é como um manifesto em favor da importância da realização da

34. O próprio Bourdieu leu a versão mimeografada da dissertação e sugeriu por carta a publicação de um artigo para a sua revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, para o início de 1977, que retomasse o conjunto dos resultados. Vários pontos da leitura de Bourdieu foram enumerados em duas páginas em anexo à minha carta, de 18/12/1976 (cf. *Archives-Leite-Lopes. In Bourdieu, P. (1976). Archives Pierre Bourdieu Collège de France*). No entanto, naquele momento de partida para um trabalho de campo, onde eu tinha responsabilidades coletivas, não pude atender à solicitação. Dos pontos de interesse salientados por Bourdieu estavam os de “l’insertion en milieu rural de l’usine et ses conséquences” e “le système totalitaire [dans le sens d’ ‘institution totale’ de Goffman], le controle total”. Pude desenvolver esses pontos alguns anos mais adiante, mesmo que o sugerido “controle total” tenha sido desenvolvido no estudo de outro grupo operário, no setor têxtil, por comparação Leite Lopes (1988) e Leite Lopes, Alvim e Brandão (2008). As cartas trocadas constam do conjunto da correspondência de Bourdieu com brasileiros, que foram localizadas, selecionadas e analisadas por Maria Eduarda Rocha (2022), nos referidos “Arquivos Bourdieu”.

35. Bourdieu já havia então publicado “Sociologie de l’Algérie” - fruto de estudos realizados enquanto ainda estava alocado nos escritórios do Governo Geral da França, na Argélia, onde passou os 18 meses de seu serviço militar, depois de ser transferido do posto em um depósito de armas, na retaguarda das frentes de batalha, tendo permanecido em seguida no país, após desmobilizado, como professor de filosofia na Universidade de Argel. Nesta condição, foi convidado pela direção do Serviço de Estatística Geral da Argélia (SSGA) para mobilizar uma equipe de estudantes e participar, com a equipe de estatísticos, do esforço de adequação das categorias estatísticas de emprego concebidas e aplicadas na França à realidade social da Argélia (ver Pérez, 2022b, p. 136-137 e Garcia-Parpet, 2006, p. 335-336).

36. Na segunda edição de 2021, o organizador Amín Pérez acrescentou o subtítulo “As condições de uma ciência social descolonial” (*Les conditions d’une science sociale décoloniale*) ao modesto título genérico de “prefácio” (“Avant-propos”), como que para ressaltar com justeza a importância deste tópico apreciado no tempo presente (mesmo que às custas de uma anacronia quanto à temática da colonialidade/descolonialidade, que é mais própria dos anos recentes, visto não haver observação em nota assinalando tratar-se de uma inserção inexistente na edição original). Ver Bourdieu (2021b, p. 31).

pesquisa científica e da repercussão cívica de seus resultados, mesmo em casos extremos como o do contexto de um conflito da metrópole com a insubordinação dos colonizados. Note-se que uma posição contrária se projetava naquele momento sob o argumento de que uma suposta culpabilidade do pesquisador da metrópole deveria anular *a priori* toda tentativa de pesquisa na colônia. Para efeitos da apresentação, Bourdieu se serve de um texto em que o etnólogo francês Michel Leiris denuncia a pesquisa na situação colonial em crise, caso dos anos da “Guerra da Argélia”, como moralmente impossível, por ser comprometida com a institucionalidade metropolitana, desde o seu financiamento até a autorização para o trabalho de campo, sendo assim uma coonestação à dominação colonial naquele momento. Ao invés de fazer da recusa em pesquisar etnograficamente nas condições do sistema colonial um ganho político e moral, através da denúncia, seguida da retirada de cena, Bourdieu procura defender a atuação por dentro das circunstâncias concretas que se apresentaram para a realização da pesquisa sobre o trabalho nas áreas urbanas e rurais, diminuindo assim o desconhecimento imperante sobre as relações sociais específicas naquela sociedade, em benefício da própria causa cívica anticolonial. Pois foi a esse desafio que a equipe de estatísticos e sociólogos se propôs, diante das inesperadas condições paradoxalmente propícias que se apresentaram a eles naquele momento.

Para sustentar-se nesta situação extrema, toda atenção às condições em que a pesquisa viria a se desenvolver, em seus detalhes, era de grande importância - o que viria a ser analiticamente aprofundado pelo autor nos anos vindouros por meio da noção de uma sociologia reflexiva. Justamente por saber que o contexto de pesquisa numa sociedade que tem por pano de fundo um conflito armado, onde o que está em jogo é a continuação da dominação colonial ou a ruptura pela independência, toda atenção deveria ser dada aos mínimos detalhes, desde a construção institucional da pesquisa até a relação entre pesquisador e pesquisado. Desta forma, “o que se pode exigir com todo rigor do etnólogo, é o seu esforço em restituir a outros homens o sentido de seus comportamentos, sentido este que o sistema colonial, entre outras coisas, os destituiu” (Bourdieu, 2021b, p. 36-37).

Bourdieu apresenta, na sequência, as características efetivas da pesquisa³⁷, a começar pela “caução oficial indispensável para evitar as inquisições ofi-

37. Na primeira edição do livro, a passagem para a descrição dos condicionamentos e das microestratégias da pesquisa é assinalada por três asteriscos indicando mudança de assunto. Na segunda edição, o organizador introduziu o subtítulo esclarecedor de “Pesquisa e reflexividade em tempos de guerra” (p. 36).

ciais, a que foi fornecida pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos [INSEE, equivalente ao nosso IBGE]” (Bourdieu, 2017, p. 36). De fato, o INSEE já representava, de certa forma, o que posteriormente Bourdieu caracterizaria como fazendo parte da “mão esquerda” do Estado (Bourdieu, 1997, p. 217); e, a partir de 1958, quando De Gaulle é alçado à presidência, em consequência da crise causada pela guerra colonial, são estimulados projetos para o desenvolvimento da colônia, assim como estudos sobre a realidade argelina. É neste contexto que jovens estatísticos do INSEE passam a ser estimulados a se lançarem em investigações, desde o recenseamento de 1960, até a construção de amostras com base nas famílias, tanto da maioria muçulmana quanto da população europeia, sobre temas como emprego e habitação. A motivação da parte do governo local da metrópole (inclusive dos militares) seria de imediato tomar conhecimento da situação dos campos de reagrupamento de populações rurais, que havia provocado denúncias na imprensa francesa. No entanto, essa demanda foi transformada pelos técnicos em um projeto mais amplo de levantamento estatístico de aspectos mais gerais que envolviam a população da colônia, como consumo das famílias, emprego e habitação, estando incluída também nestes estudos a investigação nos campos de reagrupamento (que resultará na publicação, em 1964, de “Le déracinement”, sob a autoria de Bourdieu e Sayad). Foram feitos testes de aplicação de questionários sobre emprego, constatando-se discrepâncias de resultados com relação ao instrumental de perguntas construídas para uso no contexto da metrópole, interpretadas como interferência de fatores de (in)compreensão dos respondentes devido à sua inserção numa sociedade tradicional. Bourdieu, que a esta altura já era professor auxiliar na Faculdade de Filosofia de Argel, e acabara de publicar o livro “Sociologie de l’Algérie”, foi convidado pela equipe estatística para colaborar com a parte sociológica/etnográfica, vista como necessária.

As lideranças das duas equipes, Alain Darbel, pelos estatísticos, e Bourdieu, pela equipe sociológica, eram jovens profissionais que haviam prestado serviço militar durante o período de guerra e estavam se estabelecendo profissionalmente; Darbel, inserido de forma estável no INSEE, e Bourdieu, como professor temporário na Faculdade de Argel. Nas reuniões das equipes, Bourdieu passa a ter uma liderança no projeto como um todo, devido à sua legitimidade de convidado para propor soluções sociologicamente fundadas aos impasses que poderiam comprometer o sentido do levantamento estatístico, e pelo seu empenho e comprometimento empírico em pleno processo de sua conversão da filosofia (com sua filiação metodológica de filosofia da ciência)

para a sociologia, via a prática da etnologia. Essa liderança vai se consolidar entre o momento da pesquisa e o momento do processo de escrita e edição das publicações de “TTA” e “Le déracinement”, em razão de seu próprio processo de enraizamento, na volta à França, em direção à École Pratique des Sciences Sociales (posteriormente, o *Pratique* será substituído por *Hautes Etudes*, que era onde estava localizado o Centre de Sociologie Européenne de Raymond Aron), e em direção à Maison des Sciences de l’Homme, instituição próxima à EHESS, que coedita em 1963 o “TTA”.

Assim se compreende que seja Bourdieu a escrever a introdução geral do livro, “Estatística e sociologia”, na qual contrapõe, à importância da primeira disciplina para a segunda, a frequente subserviência da última à primeira, a ser superada junto com sua causa, que o autor vai chamar de *fetichismo da estatística*.³⁸ Ali ele analisa a importância da estatística como propiciadora de cadeias causais nas quais motivações objetivamente dotadas de sentido estão inseridas, graças a hipóteses interpretativas; e como a estatística, ao captar, através da mensuração, “repartições” ou “distribuições”, fornece à sociologia uma ponderação de suas hipóteses, defendendo-a das intuições precipitadas. Mas ele assinala também que as regularidades estatísticas só têm um valor sociológico quando podem ser compreendidas. A estatística revela novas relações, inicialmente insólitas, mas é a reflexão sociológica que lhes deve dar sentido, transformando a relação de fato em relação significativa, ao introduzir termos mediadores (Bourdieu, 2021b, p. 22-25).

No final da “Introdução”, ressalta a colaboração ainda mais necessária entre o sociólogo e o estatístico para o estudo de sociedades em plena mudança.

De fato, o método etnográfico pode fracassar devido a uma realidade complexa e movediça que apresenta todas as aparências de incoerência, por outro lado só a compreensão dos modelos culturais antigos podem permitir a apreensão do sentido dos comportamentos que se referem sempre a tais modelos, mesmo que o estejam traindo, transformando ou recriando em função de novas situações (Bourdieu, 2021b, p. 25).

38. Nota-se aqui de passagem o uso analógico incorporado da expressão de crítica científica de Marx, o *fetichismo da mercadoria*.

Na sequência, o autor apresenta como a investigação estatística de “TTA” está articulada à sociológica através de duas amostras. Da amostra estudada pelo estatístico, havia sido aleatoriamente extraída uma subamostra de dez em dez (“sous-échantillon au dixième”) que foi analisada pelo sociólogo, fazendo parte da utilização de métodos diferentes, mas complementares, entre as duas disciplinas.³⁹

Bourdieu retorna ao assunto ao final de sua introdução à parte sociológica. Ali volta a falar da construção, pelos pesquisadores das duas disciplinas presentes na pesquisa, das vantagens recíprocas do uso combinado de seus resultados: um método adaptado a um objeto original, combinando um estudo de inspiração etnológica, que fornecia hipóteses explicativas, a uma pesquisa descritiva de forma quantitativa sobre uma população mais estendida. A análise das entrevistas obtidas pela pesquisa sociológica incitou os estatísticos a submeterem seus materiais a um tratamento original. Enquanto isso, inversamente, o conhecimento dos dados estruturais fornecidos pela pesquisa estatística permitia controlar a validade da amostra submetida à pesquisa sociológica, e dar às hipóteses do sociólogo uma verificação e uma ponderação. Por outro lado, foi feito o estudo aprofundado de casos típicos presentes entre os 60 indivíduos, interrogados não só sobre sua vida profissional, mas sobre o conjunto de sua vida, permitindo situar a experiência no trabalho em relação a outros aspectos da existência, como os da vida familiar dos entrevistados (Bourdieu, 2021b, p. 45). A este respeito, Bourdieu menciona o uso de entrevistas de indivíduos que têm uma consciência mais apurada de sua situação, iluminando assuntos que outros entrevistados equivalentes somente esboçam. O autor vai designá-los de “sociólogos espontâneos”, aos quais se abrem espaços nos anexos do livro, através de trechos de transcrição de depoimentos.⁴⁰

39. Claude Seibel, da equipe de estatísticos, e que assina como coautor na edição original de “TTA”, dá versão um pouco diferente. “Graças ao recurso intensivo à técnica das sondagens, nos pareceu necessário e possível articular, a partir da amostra principal (n=1200), duas subamostras encadeadas: uma é uma maquete da amostra principal (n= 200), recolhe e aprofunda todas as dimensões sociológicas com relação à atividade, ao ‘emprego’, aos recursos monetários e não-monetários; outra monográfica e etnográfica (60 pessoas), alarga a interrogação e aprofunda o conjunto dos aspectos de sua vida (origem geográfica, constituição da unidade familiar, histórias de vida, etc.)” (*Awal, Cahiers d’Études Berberes*, 2005, n. 31, p. 91-97, retomado como anexo em “TTA”, 2021b, p. 347).

40. A parte sociológica de “TTA” (1ª edição, 1963) contém 11 anexos. A 2ª edição de 2021 reproduz os dois últimos, o questionário (anexo XI na edição original) e o texto de Bourdieu “Os artesãos na Argélia” (anexo X). O anexo IX, intitulada “Um sociólogo espontâneo”, contém uma transcrição da história de vida de um cozinheiro de Argel. Além destes há ainda 4 anexos (de IV a VIII) com diversos trechos de entrevista agrupados sob os seguintes subtítulos: “Os difíceis começos”, “Bakchich e exploração”, “O trabalho a todo preço”, “Formas e graus da consciência do desemprego” e “Homens à deriva”. Os três primeiros anexos (assim como o último, que contém o questionário) dizem respeito à subamostra estatística que deu apoio à parte sociológica: “A amostra e sua representatividade”, “Tabelas estatísticas”, “A estratificação social: verificação estatística”. Os anexos estão às páginas 390 e 562 de “TTA” (1963).

O “Avant-propos” também expõe as circunstâncias delicadas da situação de pesquisa envolvida nas tensões da vida cotidiana, tendo por pano de fundo o conflito da guerra de independência, que exigiam – para além das tensões inerentes a interações com diferentes classes, grande parte delas, dominadas - uma internalização do convencimento, por parte da equipe, de estarem ali para outra coisa que não a confirmação de ideologias ingênuas. Eles estavam ali para cumprirem seu papel de *escriitores públicos*, sem caírem na ilusão de estarem cumprindo uma missão histórica ou um dever moral. Uma modéstia militante a serviço da pesquisa científica e do registro de experiências, que contribuía para o conhecimento empírico concreto do qual poderiam tirar proveito a cidadania e as lutas dos dominados. Essa posição de “escritor público”⁴¹ será um tema recorrente e um fio condutor de Bourdieu para designar pesquisadores politicamente motivados no registro das enunciações e narrativas das relações de dominação, e que aparece na obra “A miséria do mundo”, publicada em 1993, 30 anos depois de “TTA”.

Para isso, era necessário estarem preparados nos detalhes, para que a acolhida dos entrevistados fosse possível diante da tensão na interação com os pesquisadores.⁴² A pesquisa era introduzida pelos entrevistadores como destinada a conhecer as condições de vida dos argelinos – o que poderia despertar simpatia, ao ser interpretada como cumplicidade com o sofrimento dos entrevistados. Os pesquisadores se apresentavam em duplas, sempre que possível compostas de um argelino e um francês, um para introduzir as perguntas, o outro para tomar notas do que era dito.⁴³ A não utilização do gravador se devia ao fato daquele instrumento ser visto nessa

41. Preferi a tradução para o português de *écrivain public*, como “escritor público”, ao invés de “escrivão público”.

42. Se o “Avant-propos” do “TTA” é o texto com maiores indicações sobre a tensão da pesquisa no contexto em que ela foi feita, na nota 5 do capítulo 3 de “O desencantamento”, há uma interessante observação sobre estratégia de pesquisa, uma das poucas neste livro: “Apesar de ter sido imposta pela situação de controle policial que excluía todo questionamento sobre a guerra revolucionária, a escolha de interrogar sobre as causas do desemprego para captar atitudes políticas inspirava-se também pela preocupação de apreender essas atitudes no terreno onde elas tinham maiores possibilidades de se exprimir com o máximo de realismo”.

43. Foi verificado que a formação ideal da dupla de pesquisadores era a de um argelino e um francês; o primeiro trazia mais confiança, enquanto o segundo poderia explicitar certas perguntas que o seu colega não poderia porque já deveria saber do assunto. Por vezes, o entrevistador argelino era logo situado em sua posição de classe pelo entrevistado, provocando seja incômodo, seja simpatia. É relatado o caso de um pesquisador que fez excelentes entrevistas com proletários e subproletários, mas tinha dificuldades com entrevistados das classes média e alta. A presença de pesquisadoras mulheres era eficaz nas entrevistas a domicílio, na presença da família, enquanto na rua, naquele contexto, poderiam causar mais incômodo. Várias descrições de situações de entrevista, anotadas em caderno de campo, mostram a sensibilidade dos pesquisadores à interação e aos efeitos que provocava nos respondentes, da desconfiança à confiança, e ao pedido para recomençar a entrevista quando se convenciam de sua segurança diante dos entrevistadores.

situação como gerador de desconfiança. Um dos pesquisadores conduzia a entrevista sem o questionário visível, suas perguntas tinham de ser memorizadas pelo entrevistador, de forma a transmitir espontaneidade na condução dos assuntos, embora certamente contemplando as questões do questionário. Estas, quando não antecipadas na conversa mais improvisada, eram completadas através de uma recapitulação da entrevista. De fato, a iniciativa dos entrevistadores era estimulada, pois observava-se que a confiança dos entrevistados se tornava cumplicidade quando o pesquisador se utilizava da própria experiência pessoal no diálogo.

O autor recapitula que o conhecimento etnográfico dos problemas do trabalho nas sociedades rural e urbana veio a fornecer o corpo de hipóteses iniciais que serviu para a elaboração do questionário, que, por sua vez, ao ser aplicado, dependia da capacidade de adaptação dos entrevistadores às situações e aos indivíduos. Bourdieu sublinha também que, “na situação colonial, o trabalho é o lugar por excelência do conflito entre os modelos tradicional e os importados e impostos pela colonização, ou ainda, entre os imperativos da racionalização diante das tradições culturais” (“TTA”, 2021b, p. 44). Assim, a compreensão das regularidades estatísticas só é possível com a reconstituição feita pela etnografia do modelo de comportamento atual, no qual cada ato remete, ao mesmo tempo, ao modelo antigo, que participava de um sistema destruído total ou parcialmente, à nova situação e, ainda, a um modelo futuro, que se anuncia através das contradições da conduta do presente. Neste processo, há lugar para a reinterpretação criativa de condutas e práticas.

Nesse empreendimento de pesquisa, além da equipe de estatísticos que coassinou o livro, iniciou-se uma longa relação de trabalho e de amizade entre Bourdieu e Abdelmalek Sayad, que foi estudante de Bourdieu na Faculdade de Argel e integrou a equipe de sociólogos. Sua presença tanto intelectual como estratégica – participava de redes argelinas político-intelectuais nacionalistas e de redes nativas na Cabília – se consolidou ao longo da pesquisa e se tornou coautor com Bourdieu de “Le déracinement” (além da parceria em alguns artigos⁴⁴). Sayad se estabeleceu desde o final dos anos

44. “Paysans déracinés”. *Études Rurales*, n. 12, 1964; e “Stratégie et rituel dans le mariage kabyle”, 1972, retomado como “Usos sociais do parentesco” em “O sentido prático”, 2009 [1980].

1960 na França, onde se firmou como autor de referência na temática da imigração nos anos 1970 em diante.⁴⁵

Em suma, a experiência de pesquisa retratada em “TTA” denota a possibilidade de maior liberdade e importância relativa de jovens pesquisadores, paradoxalmente produzida numa situação de guerra. Garcia-Parpet (2006, p. 336) mostra como, no contexto da Argélia, na virada dos anos 1950 para 1960, o encontro improvável de jovens equipes, de estatísticos do INSEE, convocados para o Serviço Estatístico da Argélia, com sociólogos, coordenados pelo também jovem Bourdieu, não seria possível na França. Ela mostra, baseada em entrevista feita com Claude Seibel, como as hierarquias tanto do INSEE como da acadêmica não abririam, em tempos normais, as brechas para que responsabilidades de pesquisa deste vulto fossem feitas heterodoxamente de forma interdisciplinar. Em artigo posterior, Garcia e Garcia-Parpet (2022) fazem uma aproximação entre as experiências da pesquisa interdisciplinar forjada por instituições de Estado, presentes no momento da Guerra de Independência da Argélia, e a de pesquisadores antropólogos em um projeto desencadeado em diálogo com economistas de entidades pertencentes ao Ministério do Planejamento (FINEP, IBGE e IPEA), preocupados com o desemprego no auge da Ditadura Militar no Brasil. Este projeto, desenvolvido entre 1975 e 1977, propôs a análise de 11 situações-tipo, desde configurações sociais de campesinatos ligados à *plantation*, às áreas do semiárido nordestino e a migrações, acompanhando as fronteiras agrícolas em direção à Amazônia, até aquelas envolvendo trabalhadores em vilas operárias e em bairros populares de médias e grandes cidades. A própria discussão do projeto nas referidas instituições governamentais trouxe repercussões que propiciaram financiamentos para a manutenção do Programa de Pós-graduação em Antropologia do Museu Nacional, após a retirada, em 1972, dos aportes iniciais de fundações internacionais. Como no caso das pesquisas argelinas, que souberam transformar relatórios dos resultados devidos às instituições promotoras de financiamentos em livros acadêmicos, este também foi o caso do “Pro-

45. Amín Pérez reconstituiu as relações recíprocas entre os dois pesquisadores durante o período das pesquisas na Argélia, tendo trabalhado sobre os arquivos de Bourdieu e de Sayad. Amín Pérez (2022) “Combattre en sociologues: Pierre Bourdieu & Abdelmalek Sayad dans une guerre de libération (Algérie, 1958-1964)”. Pérez, além de ser organizador da 2ª edição de “TTA” (2021b), também o foi de uma edição em espanhol de “Le déracinement”, intitulado-a “El desarraigo; la violencia en una sociedad rural”, Siglo XXI editores, 2017.

jeto Emprego”, que fomentou, nos anos seguintes, teses, livros e artigos de repercussão nas áreas de estudo.⁴⁶

Conforme já mencionei, a leitura de “TTA” me veio no momento mesmo em que eu analisava as entrevistas colhidas em trabalho de campo numa usina de açúcar.⁴⁷ Tal leitura vinha ao encontro, de forma inspiradora e encorajadora, das observações que eu anotava sobre minhas recentes interações de pesquisa com os operários do açúcar. Outros colegas da equipe de pesquisa sobre a Zona da Mata canavieira de Pernambuco e, depois, de estados vizinhos, também usufruíram largamente de “TTA” e de outros escritos argelinos de Bourdieu. “TTA”, em particular, para mim, era o único a abranger a análise de trabalhadores urbanos e, em parte, fabris, que era o caso singular de meu estudo no conjunto daquelas pesquisas, mais voltadas para a literatura sobre campesinato.

As análises mais recentes da experiência de pesquisa na Argélia, que recuperam as descrições testemunhais esparsas de Bourdieu e Sayad, assim como a do coautor de “TTA” da parte estatística da equipe, Claude Seibel (“TTA”, 2021b, 2ª ed.), avaliam a singularidade desta pesquisa experimental e improvável entre estatísticos e sociólogos, “fazendo da necessidade virtude” nas tensas condições institucionais e operacionais de investigação naquele tempo e lugar.

O “TTA” foi retirado de sua inacessibilidade por um processo de revalorização dos trabalhos de pesquisa efetuados na Argélia nos anos 1960 e pela percepção crescente de suas relações com o restante da obra de Bourdieu sobre outros objetos, referentes às suas análises sobre os campos da educação, da produção intelectual e da arte, e progressivamente sobre diferentes mundos relativos aos modos de dominação nas sociedades complexas contemporâneas. Apesar dos resultados das pesquisas do período argelino (sobre sociedades tradicionais, campesinato e trabalhadores) estarem presentes nas

46. Além de Palmeira *et al.* (1976), ver também Leite Lopes *et al.* (1979), Garcia Jr. (1983) e Garcia Jr. *et al.* (1993), Palmeira (2013), Sigaud (1977, 1980,1986).

47. Tivemos acesso ao livro na excelente biblioteca do Centro Latino-americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS/Unesco), instituição que apoiava o PPGAS/MN no início dos anos 1970. Eu mesmo, em particular, o recebi em 1973, pelo correio, enviado, a meu pedido, por meu pai, então forçado a residir na França, e pude usufruir do livro de forma intensiva. Tanto o exemplar da biblioteca do CLAPCS quanto o da biblioteca do PPGAS/MN desapareceram - o primeiro, quando da execução da dívida trabalhista resultante da falência daquele centro; o segundo quando do incêndio do Museu Nacional, em 2018.

obras de síntese e elaboração teórica, como “Esboço de uma teoria da prática” (1972, ainda sem edição brasileira) e “O senso prático” (1980, edição brasileira, 2009) - pois constituem-se nas bases da construção do conceito de *habitus* -, tanto suas preocupações científicas, predominantes até o final dos anos 1980, quanto a recepção de sua obra, situavam-se no desvendamento dos diferentes campos em que se manifestava a disputa pelos capitais simbólicos nos países dominantes, com base sobretudo na França.⁴⁸

A surpresa editorial do livro “A miséria do mundo” (1993; edição brasileira 1997), tanto por seu sucesso de difusão e o alargamento do público leitor atingido, quanto por seu foco no sofrimento das classes populares francesas no contexto do neoliberalismo dos anos 1990, fez com que seus primeiros textos sobre a Argélia viessem à tona, inclusive o pouco conhecido “TTA”. Como se sabe, “A miséria do mundo” é composto de uma série de entrevistas transcritas e editadas, contando com um pequeno preâmbulo contextual e explicativo por parte de cada pesquisador.⁴⁹ São 18 pesquisadores apresentando pouco mais de 40 entrevistados/as. Este aspecto lembra, para quem havia lido “TTA”, os anexos qualitativos de entrevistas desta obra (para além das citações de entrevistas no decorrer do próprio texto principal).⁵⁰ Também o contexto de um novo desencantamento do mundo, e de sofrimento pela imposição de um sistema neoliberal por sobre a crise da sociedade salarial, desorienta as concepções vividas anteriormente pelos entrevistados, e se assemelha às consequências disruptivas do sistema colonial com relação às noções tradicionais que orientavam o campesinato argelino desenraizado dos anos 1960.

A mesma motivação política e ética investida na pesquisa científica empírica, provocada pelas injustiças do sistema colonial sobre a população local, vem reaparecer no contexto do sentimento de injustiça dos últimos anos do

48. Como se pode apreciar, por exemplo, nas obras “Les héritiers” (1964), “La reproduction” (1970), “La distinction” (1979), “Homo academicus” (1984), “La noblesse d’État” (1989) e em “Les règles de l’art” (1992).

49. A respeito de “A miséria do mundo”, Boltanski e Chiapello comentam: “Em vista da desconstrução das formas de crítica que haviam dominado a década de 70, e [...] da desqualificação de grande número dos mecanismos que lhe haviam servido de suporte, a crítica só podia encontrar novo alento numa espécie de relação direta com o sofrimento”. E acrescentam em nota: “[...] ao contrário de todas as obras publicadas até então por aquele sociólogo, ela é praticamente desprovida de qualquer metadiscurso e de ambição teórica manifesta. A miséria deve apresentar-se nua, no singular, e provocar uma indignação não mediada por dispositivos teóricos de generalização” (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 516 e nota 17 à p. 651).

50. Se em “TTA” a parte analítica principal é seguida de anexos empíricos, em “A miséria do mundo”, entrevistas editadas ocupam o lugar principal do livro, diante do texto teórico-metodológico “Compreender”, situado no fim da obra em “A miséria do mundo”.

século XX na França. Também onde, paradoxalmente, o problema da imigração dos antigos colonizados em busca de trabalho na antiga metrópole e a presença permanente de seus descendentes se torna um dos componentes da configuração que faz aparecer o mal-estar social difuso constatado.

Como uma das críticas em torno deste livro (“A miséria do mundo”) se deu pela suposta incoerência de um autor investido em uma produção científica considerada sofisticada e rigorosa, resultando uma obra descritiva, através de testemunhos e entrevistas e com uma intenção política mais evidente, pesquisadores mais jovens da constelação bourdieusiana vieram retrucar, demonstrando que tal pretendida inflexão é um falso problema diante da motivação política que estaria presente no conjunto da obra do autor, desde seus textos mais engajados durante a guerra colonial.⁵¹

Ainda em seus últimos anos de vida, Bourdieu pôde presenciar a renovação do interesse por suas pesquisas antropológicas iniciais que tinham por objeto o campesinato e os setores das classes trabalhadoras. Em decorrência do interesse manifestado por etnólogos pela revisita ao seu artigo seminal sobre o celibato e a condição camponesa, organiza o livro “Le bal des celibataires”, que saiu postumamente em 2002, com uma introdução que revelava os sentimentos envolvidos no estudo de sua aldeia natal, represados no artigo original, 27 anos atrás.⁵² De fato, o autor explicitou, desde “Esboço de uma teoria da prática” (1972) que, estando imerso no material de pesquisa sobre os trabalhadores e camponeses da Argélia (do início dos anos 1960), surgiu-lhe a ideia de quase simultaneamente fazer uma pesquisa comparativa entre o campesinato da Cabília e o francês, de sua própria região de origem (o Béarn). Mas no “Esboço” e, depois, no “Senso prático” (1980), o uso desta pesquisa comparativa era explorado mais do ponto de vista teórico - na superação das oposições entre o exótico e o familiar, entre o objetivismo e o subjetivismo, em benefício da construção de uma teoria da prática baseada nas diferenças entre estruturas, *habitus*, práticas e estratégias -, do que no uso das implicações reflexivas propiciadas pela comparação, que ele irá elaborar nos seus últimos anos. Desde a introdução em “O

51. Ver, por exemplo, a obra póstuma Bourdieu (2002), de textos organizados por Poupeau e Discepolo, sob o título significativo de “Intervenções 1961-2001: ciência social e ação política”.

52. O livro é composto pela reedição do artigo sobre o celibato camponês de 1962, seguido de mais dois artigos sobre a crise da sociedade camponesa na França. A referida introdução revela a perspectiva objetivista empiricamente entusiasmada do autor, que escamoteava o fato do local de estudo ser sua aldeia natal, depois recuperado em sua perspectiva de uma sociologia reflexiva, que iria levá-lo à sua própria socioanálise em “Esboço de auto-análise” (2005).

baile dos celibatários”, no qual o que aquela pesquisa representava para ele em termos pessoais fica finalmente explicitado; passando pelas “Confissões impessoais” (pós-escrito 1 do capítulo, “Crítica da razão escolástica”, de “Meditações pascalianas” (2001 [1997], p. 44-54); até a parte final do livro “Science de la science et réflexivité” [2001], baseado no seu último curso no Collège de France, antes da aposentadoria compulsória (que, incluída na parte final do capítulo “Porque as ciências sociais devem se tomar por objeto”, chama-se nada menos do que “Esboço de uma autoanálise”), Bourdieu tem necessidade de tentar abrir suas defesas, para sistematizar e objetivar um desejo de autocompreensão, mesmo que por motivo de ser um caso de reflexividade científica.

Uma outra oportunidade de valorização do material de pesquisa da fase argelina surgiu quando da tradução relativamente tardia de “O desencantamento” para o alemão, em 2000.⁵³ O organizador da edição alemã, o sociólogo Franz Schultheis, teve então acesso ao arquivo de fotografias de Bourdieu e o instigou a publicá-las em uma exposição e um livro. Foi publicado, assim, dois anos após sua morte, o livro “Images d’Algérie; une affinité élective”, organizado por Schultheis e Christine Frisinghelli (Bourdieu, 2003).⁵⁴ Em 2003, foi publicada uma coletânea de todos os textos sobre a Argélia escritos por Bourdieu, organizada por Tassadit Yacine (Bourdieu, 2003), com explicações de seus contextos, contribuindo para dar instrumentos para a valorização e o novo interesse nas pesquisas iniciais de Bourdieu, até que se organizasse a segunda edição de “TTA” por Amín Perez (com a colaboração de Tassadit Yacine), em 2021, no bojo do trabalho de recuperação e interpretação dos “Arquivos Bourdieu” por uma equipe de pesquisadores.

Assim, a volúpia de pesquisa manifestada por Bourdieu em sua fase inicial de convertido da filosofia à etnologia/sociologia produziu materiais diversos, presentes nos seus arquivos, que se revalorizam conforme novos interesses científicos aparecem. Tal foi o caso de seu imenso acervo fotográfico, seguindo, no início dos anos 1960, os conselhos empíricos e as técnicas do

53. Do fato de seu relativo atraso, a tradução alemã usou o título “A dupla verdade do trabalho”, atribuído a artigo anterior que veio à tona na revista *Actes de la Recherche*, em 1996 (embora redigido como comunicação, e apresentada num encontro internacional de historiadores que tratou das greves de 1975).

54. O livro contém 167 fotos, escolhidas dentre as cerca de 800 existentes no acervo. Bourdieu estimava haver cerca de 2000 fotografadas ao total, em seu trabalho de campo, mas teria havido perdas decorrentes de sucessivas mudanças. O planejado era que Bourdieu as comentasse para o livro, mas não houve tempo; os organizadores tiveram que seguir as indicações iniciais de Bourdieu e selecionar trechos de suas obras argelinas em conjugação com fotos que evocavam os assuntos tratados.

guia de estudos do comportamento cultural, o etnólogo do campesinato francês Marcel Maget (1962), bem como o gosto pela fotografia da parte de Margareth Mead e Gregory Bateson, acervo este recuperado pelo desenvolvimento mais recente da antropologia visual.⁵⁵

A revalorização dos estudos argelinos com camponeses e trabalhadores urbanos se dá também em razão de temáticas que perpassam os estudos mais recentes de sociologia e antropologia da economia, aí incluídos também os de antropologia do trabalho.⁵⁶ Se o interesse direto de Bourdieu pelo trabalho e pelas classes populares sofreu um hiato entre os estudos argelinos e a “Miséria do mundo”, no entanto ele sempre esteve atento e promoveu os estudos de seus colaboradores mais próximos que cobriam aquelas áreas de pesquisa, tais como Abdelmalek Sayad, Michel Pialoux (e Stéphane Beaud), Yvette Delsaut, Gabrielle Balazs, Jean-Pierre Faguer, J.C. Combéssie, Loïc Wacquant, entre outros.⁵⁷ Ele próprio, como assinalei antes, produziu textos como “A greve e a ação política”, o prefácio a “Les chômeurs de Marienthal” (Lazarsfeld, Jahoda e Zeisel, 1981 [“Os desempregados de Marienthal”]), capítulos de “La Distinction” e de “Meditações pascalianas”, e artigos de temas “teóricos” e transversais, mas essenciais para quem lida com temas referentes às classes trabalhadoras, como são “Os modos de dominação”, o “Espaço social e gênese das classes”, “Le mort saisit le vif: as relações entre a história reificada e a história incorporada”, “A delegação e o fetichismo político”; além de ter publicado em sua coleção “Le sens commun/minuit” o livro de Richard Hoggart, “The uses of literacy. Aspects of working-class life”, livro de referência para os estudos culturais anglo-americanos.⁵⁸

E essa revalorização também advém das discussões em torno da teoria do *habitus*, como já foi assinalado. Essa noção, é apresentada de forma sistematizada como fundamento de uma teoria da prática em “Esboço de uma

55. Revalorização similar aconteceu com o material fotográfico de Luiz de Castro Faria, antropólogo do Museu Nacional e representante oficial da instituição na expedição realizada entre julho e dezembro de 1938, chefiada por Levi-Strauss (Castro Faria, “Um outro olhar: diário da expedição à Serra do Norte”, 2001).

56. Entre os trabalhos mais recentes está a coletânea organizada por Maxime Quijoux, “Bourdieu et le travail” (2015), resenhada por Kimi Tomizaki (2022).

57. Ver, por exemplo, Abdelmalek Sayad (1998), Michel Pialoux (1984-85, 1999, 2014 e 2019), Yvette Delsaut (2020), Gabrielle Balazs (1996), Jean-Pierre Faguer (1996), J.C. Combéssie (1989), Loïc Wacquant (2002).

58. Título da edição francesa: “La Culture du pauvre: les effets de l’industrie culturelle sur le style de vie des classes populaires” (1970), com prefácio de J-C. Passeron. A repercussão deste livro na França fez Hoggart, crítico literário e um dos fundadores da corrente interdisciplinar das “cultural studies” britânica, ter a “carreira paralela” de sociólogo na França. (cf. Ducourneau, 2017).

teoria da prática” (1972)⁵⁹, vinha se esboçando nos estudos argelinos e no estudo, do mesmo período, sobre o celibato camponês na aldeia natal do próprio autor (Bourdieu, 2002). Sua atenção também se volta das disposições adquiridas na primeira infância para as aquisições secundárias escolares, e ressalta a noção encontrada no historiador da arte Erwin Panofsky, quando este percebe a afinidade estrutural entre a arquitetura gótica e a escolástica, afinidade explicada pelo *habitus* adquirido no aprendizado nas instâncias para-escolares da época.⁶⁰ Também a noção aparece no livro coletivo “Un Art Moyen” [1965], sobre os usos sociais da fotografia, cuja introdução contém esboços da noção de *habitus*, antecipando o pensamento presente de forma desenvolvida nos dois livros posteriores sobre a teoria da prática, bem como raciocínios sobre a quebra da hierarquia dos objetos de estudo considerados legítimos, que irá, dez anos depois, inaugurar o primeiro número da revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*.⁶¹ No entanto, resta que os estudos sobre os trabalhadores e camponeses argelinos forneceram fortes indicações a seguir na pertinência para o estudo da relação entre condições materiais de existência e dispositivos mentais correspondentes ou em dissintonia, como é o caso do desacordo entre a socialização na sociedade camponesa tradicional e o comportamento exigido pela imposição acelerada do capitalismo pela situação colonial. Este processo de transformação chamou a atenção do autor para a possibilidade de reconstituição da sociedade camponesa tradicional na memória, nos traços materiais e nas ruínas das aldeias destruídas pela guerra. No prefácio ao “O senso prático” (2009) [1980], Bourdieu evoca o interesse dos pesquisados em reconstituir o passado tradicional mesmo diante da tragédia vivida durante a e entrevista e de trabalho de campo estar se realizando numa aldeia

59. Com tradução parcial brasileira em Renato Ortiz (1994). (Org.). *Pierre Bourdieu, Sociologia*. p. 46-81 (que consiste na tradução das partes: “Les trois modes de connaissance” e “Structures, habitus et pratiques” da obra Bourdieu [1972], “Esquisse d’une théorie de la pratique”. Geneve: Lib. Droz, p. 162-189). Já a edição portuguesa é completa. Bourdieu (2002).

60. O posfácio de Bourdieu na edição francesa do livro “Arquitetura Gótica e pensamento escolástico” (Panofsky, 1967) tomou o título de “Estrutura, habitus e prática” na edição brasileira, ecoando o título do capítulo de “Esboço da teoria da prática” (1972), em que a noção de *habitus* foi desenvolvida. O título foi mudado de comum acordo entre Bourdieu e o editor Sergio Miceli, como foi o caso em todo o processo de edição da coletânea “A economia das trocas simbólicas” (1974).

61. Bourdieu, com auxílio de seus pai e mãe, e da esposa, Marie-Claire Bourdieu, fez grande investimento de pesquisa sobre o uso da fotografia entre os camponeses de sua região de origem. Ver “O camponês e a fotografia” e “O camponês e seu corpo”, no “Dossiê Pierre Bourdieu em campo”, na *Revista Sociologia e Política*, UFPR, nº 26, 2006. Estudos recentes a partir dos arquivos de pesquisa do Centro de Sociologia Europeia têm explorado novos aspectos do trabalho de campo na Argélia e no Bearn e outras atividades da prática científica coordenada por Bourdieu. Ver Duval, Heilbron e Issenruth (2022).

recém-destruída, e, assim, legitimizar o interesse e a fascinação do autor por aquela cultura ameaçada (Bourdieu, 2009, p. 12-13).

É esta situação tradicional reconstituída que servirá de base para a teoria do *habitus*, para a qual o esperado é a adequação dos esquemas mentais à situação, a interiorização pelos sujeitos de suas condições materiais e simbólicas de existência, inclusive do modo de dominação correspondente. Martin-Criado (2006, p. 112-114) chama a atenção para o que seria supostamente um paradoxo da teoria do *habitus* de Bourdieu, de ter sido desenvolvida através da situação de reconstituição de uma sociedade tradicional (no caso, a sociedade camponesa da Cabília, ou a da região francesa do Béarn), no momento mesmo em que estas sociedades estavam em grande transformação (como o que estava sendo analisado em “TTA”, “O desencantamento”, e “Le déracinement”) e que, levando esta situação ao limite, o “normal” seria menos a correspondência disposições/condições, mas a sua discordância.⁶² Isto será chamado por Bourdieu de efeito de *hysteresis do habitus*, de decalagem entre *habitus* e situação objetiva transformada, o que propiciaria o retorno reflexivo aos esquemas incorporados.⁶³ Nesse sentido a situação “normal” seria a da transformação contínua encontrada em “TTA” e em “O desencantamento”, e não a estabilidade da sociedade camponesa cabila, pressuposta nos estudos sobre o parentesco, as representações sobre a casa ou o sistema ético da honra, os estudos cabílios que acompanham os textos teóricos do “Esboço da teoria da prática e o senso prático”. Após a construção de uma teoria adequada com base na situação “estática” e estrutural de concordância entre *habitus* e condição, mesmo que dinamizada pela noção de estratégia (noção esta que não implica necessariamente em ações conscientes), tudo se passaria como se, para que a compreensão das transformações sociais aceleradas desencadeadas pelo neoliberalismo agudo dos anos recentes avançasse, a retomada de instrumentos inicialmente forjados na experiência da complexidade dos estudos sobre

62. Pode-se observar, no entanto, que este procedimento aparentemente paradoxal, de elaborar a compreensão da situação ou o processo “normal” ou predominante, subjacente a um período de grandes transformações contemporâneas à vivência do autor, não é inusual na prática científica, como mostram o estudo do “processo de civilização”, por Norbert Elias, estando ele e sua família sendo atingidos pelo extermínio nazista; ou por Marx, que, em pleno processo de acumulação primitiva em escala mundial, desenvolve seu estudo do capitalismo na suposição analítica da liberdade contratual do trabalhador para melhor ressaltar a existência da mais-valia.

63. Sobre a noção de *hysteresis do habitus*, ver o verbete correspondente por Cristina C. C. de Medeiros, em “Vocabulário Bourdieu”, Catani *et al.* (Orgs.), 2017, p. 228-229. O termo grego *hysteresis*, que significa estar atrasado, é usado para explicar a defasagem estrutural entre as ocasiões e as disposições, o desajuste entre as condições em vigor e condicionamentos do passado, interiorizados pelos agentes.

os trabalhadores argelinos pudesse propiciar novas elaborações analíticas. Os paradoxos de resultados do legado de Bourdieu iniciados pelos estudos argelinos, assinalados por Martin-Criado, vão no sentido de apontar as vicissitudes próprias à prática científica, e ao mesmo tempo a necessidade de uma apropriação ativa de um patrimônio intelectual fundamental. Tal patrimônio guarda seu lugar junto aos estudos interdisciplinares entre sociologia, antropologia e história das classes trabalhadoras, apropriado por várias gerações de estudiosos de escolas de diferentes tradições e lugares geográficos de origem.

Referências

Alvim, R. (1972). *A arte do ouro; um estudo sobre os ourives de Juazeiro do Norte*. Rio de Janeiro. Museu Nacional, UFRJ. Disponível em <<https://2022.memov.com.br/site/livros-e-textos/a-arte-do-ouro-um-estudo-sobre-os-ourives-de-juazeiro-do-norte>>. Acesso em 02 jan. 2023.

_____. (1983). Artesanato, tradição e mudança social: um estudo a partir da *Arte do Ouro* de Juazeiro do Norte. In: Ribeiro, Berta G. *et al.* *O Artesão Tradicional e a Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Funarte, p. 49-100. Disponível em <<https://2022.memov.com.br/site/livros-e-textos/o-artesao-tradicional-e-seu-papel-na-sociedade-contemporanea>>. Acesso em 02 jan. 2023.

Balazs, G.; Faguer, J-P. (1996). Une nouvelle forme de management, l'évaluation. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 114, sept., p. 68-78.

Beaud, S.; Pialoux M. (1999). *Retour sur la condition ouvrière*. Paris: Fayard. Edição brasileira 2009, Beaud e Pialoux. Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França. São Paulo: Boitempo. 333p.

Boltanski, L. Chiapello, E. (2009 [1999]). *O Novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 701p.

Bourdieu, P. (1958, 1963, 2001). *Sociologie de l'Algérie*, Paris: Presses Universitaires de France. Colection, Que sais je?

_____. (1963). La société traditionnelle. Attitude à l'égard du temps et conduite économique. *Sociologie du Travail*, 1, p. 24-44.

_____. *et al.* (1963). *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris/La Haye: Mouton, 567p.

_____. (1965). *Un Art Moyen; essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Minuit, 361p.

_____. (1966). Condition de classe et position de classe. *European Journal of Sociology/Archives Européennes de Sociologie*, v. 7, n. 2, p. 201-223. DOI: 10.1017/S0003975600001417.

_____. (1974 [1966]). Condição de classe e posição de classe. In: Miceli, Sérgio (Org.). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, p. 3-25.

_____. (1974). *A economia das trocas simbólicas*. Miceli, Sérgio (Org.). São Paulo: Perspectiva. 361p.

_____. (1976). Les modes de domination. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2-3, juin, p. 122-132. Tradução em português - Os modos de dominação. In: Bourdieu, P. (2002). *A Produção da Crença*. São Paulo: Editora Zouk; Maria da Graça Jacintho Setton (Org., apresentação e tradução). Cap. 3, p. 191-219.

_____. (1979). *Algérie 60: structures économiques et structures temporelles*. Paris: Minuit. 125p.

_____. (1979). *La Distinction; critique sociale du jugement*. Paris: Minuit. 670p. Edição brasileira 2006. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Zouk/Edusp. 556p.

_____. (1981). La grève et l'action politique. In: Bourdieu, P. *Questions de Sociologie*. Paris: Minuit, p. 251-263. Tradução brasileira: A greve e a ação política (2019). *Questões de Sociologia*. Petrópolis: Vozes, p. 236-247.

_____. (1983). *Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. Ortiz, Renato. (Org.). São Paulo: Ática.

_____. (1989). *Escritos de educação*. Nogueira, Maria Alice; Catani, Afrânio (Orgs.). Petrópolis: Vozes.

_____. (1989). Le mort saisit le vif. As relações entre a história reificada e a história incorporada. In: Bourdieu, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, p. 75-106. Edição original 1980: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 32-33, p. 3-14. DOI: 10.3406/arss.1980.2077.

- _____. (1989). Espaço social e gênese das classes. In: Bourdieu, P. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, p. 133-162. Edição original 1984: Espace social et genèse des classes. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 52-53, p. 3-12.
- _____. (1996). La double vérité du travail. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 114, p. 89-90. DOI: 10.3406/arss.1996.3197.
- _____. (1997). (Coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes. 747p. Edição original 1993: Bourdieu, P. (Dir.). *La misère du monde*, Paris: Seuil. 957p.
- _____. (1998). *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (2000). *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de Trois études d'ethnologie kabyle*, Paris: Seuil. Edição original 1972, Droz. Edição portuguesa 2002: *Esboço de uma teoria da Prática*. Oeiros: Celta Editora. 265p.
- _____. (2001). *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 320p. Edição original 1997: *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil. 318p.
- _____. (2002). *Le bal des célibataires. Crise de la société paysanne en Béarn*. Paris: Éditions du Seuil. 268 p. [Tradução em português: P. Bourdieu (2021c). *O baile dos celibatários. Crise da sociedade camponesa no Béarn*. São Paulo: Editora Unifesp. 262 p. (tradução, apresentação e notas de Carolina Pulici)].
- _____. (2003). *Images d'Algérie: une affinité elective*. Schultheis, Franz; Frisinguelli, Christine (Orgs.). Paris/Vienne: Actes Sud/Camera Austria/Fondation Liber. 224p.
- _____. (2004). A delegação e o fetichismo político. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, p. 149-168 [Edição original: (1984). La délégation et le fétichisme politique.
- _____. (2005 [2004]). *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras. 140p. (Trad. e org. Sergio Miceli).
- _____. (2006). Dossiê Pierre Bourdieu em Campo (Capítulos: “O camponês e a fotografia” e “O camponês e seu corpo”). *Revista Sociologia e Política*, UFPR, n. 26.
- _____. (2008). *Esquisses algériennes*. Tassadit, Yacine (Org.) Paris: Seuil. 414p.

_____. (2021a). *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. 2ª ed. revista e aumentada. Klüger, Elisa (Org.). São Paulo: Perspectiva. 239p. (1ª ed. brasileira 1979. São Paulo: Perspectiva. 135p.).

_____. (2021b) *Travail et travailleurs en Algérie*. Pérez, A.; Yacine, T. (Orgs.). Paris: Raisons d'agir. 2ª ed. 428p.

_____; Sayad, A. (1964). *Le déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Les Éditions de Minuit. 225p. Edição espanhola 2017: Bourdieu, P.; Sayad, A. *El Desarraigo; la violencia del capitalismo en una sociedad rural*. Pérez, A. (Org.) Buenos Aires: Siglo XXI, 270p.

Castel, R. (1998 [1995]). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.

Catani, A. et al. (2017). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 398p.

Combéssie, J-C. (1989). *Au Sud de Despeñaperros. Pour une économie politique du travail*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme/ CNRS. 280p. Disponível em <http://classiques.uqac.ca/contemporains/combessie_jean_claude/sud_de_despenaperros/despenaperros_biblio.html>. Acesso em 02 fev. 2023.

Corouges, C.; Pialoux, M. (1984a). Chroniques Peugeot. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 52-53, p. 88-95. DOI: 10.3406/arss.1984.3335.

_____. (1984b). Chroniques Peugeot. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 54, sept. p. 57-69. DOI: 10.3406/arss.1984.2223.

_____. (1985a). Chroniques Peugeot. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 57-58, p. 108-128. DOI: 10.3406/arss.1985.2265.

_____. (1985b). Chroniques Peugeot. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 60, p. 72-74. DOI: 10.3406/arss.1985.2290

Delsaut, Y. (2020). *Carnets de Socioanalyse: Écrire les pratiques ordinaires*. Daher, Andrea (Org.). Paris: Raisons d'Agir. 221p.

_____; Rivière, M-C. (2002). *Bibliographie des Travaux de Pierre Bourdieu*. Pantin: Le Temps des Cerises. 241p.

Ducourneau, C. (2017). Les deux (ou trois) carrières de Richard Hoggart. De la fondation des *cultural studies* aux appropriations de la sociologie française. *Revue d'anthropologie des connaissances*, v. 11, n. 3, p. 263-282.

Disponível em <<https://www.cairn.info/revue-anthropologie-des-connaissances-2017-3-page-263.htm>>. Acesso em 09 dez. 2022.

Duval, J.; Heilbron, J.; Issenhuth, P. (Orgs.). (2022). *Pierre Bourdieu et l'art de l'invention scientifique*. Paris: Garnier, 461p.

Firth, R. (Ed.). (1967). *Themes in Economic Anthropology. A.S.A Monographs*, n. 6. London: Tavistock Publications, 292p.

Garcia Jr., A. (1983). *Terra de trabalho. Trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 248p.

_____. *et al.* (1993). Dossier: Droit, politique, espace agraire au Brésil. *Études Rurales*, n° 131-132, p. 9-108. [On-line]. Disponível em <www.persee.fr/issue/rural_0014-2182_1993_num_131_1>. Acesso em 02 mar.2023.

Garcia Jr., A.; Garcia-Parpet, M.-F. (2023). Mudança social sob a ótica de etnografias conjugadas a métodos estatísticos: ferramentas de Pierre Bourdieu em mundos rurais na Argélia e no Nordeste do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura* (no prelo).

Garcia-Parpet, M.-F. (2003). Les outsiders dans l'économie de marché: Pierre Bourdieu et les travaux sur l'Algérie. *Awal. Cahiers d'Études Berbères*, 27-28, p. 139-152.

_____. (2006). A gênese social do homo-economicus: a Argélia e a sociologia da economia em Pierre Bourdieu. *Mana* v. 12, n. 2, p. 333-357.

Godelier, M. (1971). Objet et méthode de l'anthropologie économique. T. II, p. 131-209. In: Godelier, M. *Rationalité & Irrationalité en Économie*. Paris: François Maspéro. 337p. Edição brasileira 1970: *Racionalidade e Irracionalidade na Economia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 397p.

Hobsbawm, E. (1977). Introdução. In: Marx, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 11-64.

Hoggart, R. (1957). *The uses of literacy. Aspects of working-class life with special reference to publications and entertainments*. Londres: Chatto & Windus, p. 384 [com várias reedições pela Penguin Books].

_____. (1970). *La culture du pauvre: les effets de l'industrie culturelle sur le style de vie des classes populaires*. Paris: Minuit, 422p. [Edição francesa com prefácio de J.-C. Passeron].

Lane, J. (2000). *Pierre Bourdieu. A Critical Introduction*. Londres: Pluto Press. 383p. Disponível em <<https://pt.scribd.com/book/314635775/Pierre-Bourdieu-A-Critical-Introduction>>. Acesso em 02 mar. 2023.

Leite Lopes, J. S. (1978). *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 220p. Disponível em <<https://2022.memov.com.br/site/livros-e-textos/o-vapor-do-diabo-o-trabalho-dos-operarios-do-acucar>> Acesso em 11 dez. 2023.

_____. (2011). *El vapor del diablo: el trabajo de los obreros del azúcar*. Buenos Aires: Antropofagia. 320p. Prefacio a la presente edición (p. 27-55). Disponível em <<https://2022.memov.com.br/site/livros-e-textos/el-vapor-del-diablo-el-trabajo-de-los-obreros-del-azucar-pdf/>>. Acesso em 03 jan. 2023.

_____. (1988). *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo-Brasília: Marco Zero/Ed. da UnB. 623p. Disponível em <<https://2022.memov.com.br/site/livros-e-textos/a-tecelagem-dos-conflitos-de-classe-na-cidade-das-chaminés/>>. Acesso em 02 mar.2023.

_____. (2003). A recepção dos trabalhos de Pierre Bourdieu e a renovação das análises sobre as classes populares brasileiras. *Revista de Cultura Vozes*, v. 97, n. 4, p. 5-21.

_____. (1971). Sobre o debate na Antropologia econômica: a economia política de Polanyi.: *América Latina - Revista do Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais - CLAPCS*. Rio de Janeiro, Ano 14, n. 3-4 jul./dez., p. 43-60.

_____. *et al.* (1979). *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Disponível em <<https://2022.memov.com.br/site/livros-e-textos/mudanca-social-no-nordeste-estudos-sobre-trabalhadores-urbanos>>. Acesso em 11 dez. 2022.

_____.; Alvim, R. (1999). A memória operária entre o romance e a entrevista. *Estudos Avançados*, v. 13, n. 37, p. 105-124.

_____.; Alvim, R.; Brandão, C. (2008). *Tecido memória*. Documentário longa metragem em DVD, 70 min. Rio de Janeiro: Museu Nacional-UFRJ.

Maget, M. (1962). *Guide d'Étude Direct des Comportements Culturels*. Paris: CNRS, 346p. Disponível em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bp-t6k3370645w/f15.item>>. Acesso em 02 mar.2023.

- Martin-Criado, E. (2006). Las dos Argelias de Pierre Bourdieu. In: Enrique Martín- Criado (Ed.). *Sociología de Argelia y Tres estudios de etnología cabilia / Pierre Bourdieu*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/ Boletín Oficial del Estado, 408p.
- Palmeira, M. (2013). Conflitos de classe sob regime autoritário: o caso do Nordeste. In: Leite Lopes, J.S.; Cioccarri, Marta. *Narrativas da Desigualdade: memórias, trajetórias, conflitos*. Rio de Janeiro: Mauad X. [1ª publicação, pela *Revista de Cultura e Política*, Ano 1, n. 1, p. 41-55, ago. 1979].
- Palmeira, M. et al. (1976). Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste (projeto de pesquisa). *Anuário Antropológico*, 76, p. 201-233. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro.
- Pérez, A. (2021). Note éditoriale: Pierre Bourdieu et la sociologie du travail. In: Bourdieu, Pierre. *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris: Raison d'agir éditions.
- _____. (2022). *Combattre en sociologues. Pierre Bourdieu & Abdelmalek Sayad dans une guerre de libération (Algérie, 1958 – 1964)*. Marseille: Agone, 303p.
- Pialoux, M. (2019). *Le temps d'écouter. Enquêtes sur les métamorphoses de la classe ouvrière*, Paris: Raisons d'Agir.
- Pialoux, M.; Corouges, C. (2014). *Crônicas Peugeot*. Lisboa: Deriva. 194p.
- Polanyi, K. (1957). *Trade and markets in the early empires*. Glencoe: The Free Press.
- Quijoux, M. (Org.). (2015). *Bourdieu et le travail*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes. 369p. DOI: 10.4000/books.pur.69641.
- Rocha, M. E. M. (Org.). (2022). *Bourdieu à brasileira*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento.
- Sayad, A. (1998 [1991]). *A Imigração*. São Paulo: EDUSP. 299p.
- Seibel, C. (2005). Travailler avec Pierre Bourdieu sur Travail et travailleurs en Algérie. *Awal, Cahiers d'Études Berberes*, 31, p. 91-97. [Retomado como anexo em *Travail et Travailleurs en Algérie*, 2021, p. 341-347].
- Sigaud, L. M. (1977). A percepção do salário entre trabalhadores rurais. In: Pinsky, Jaime (Ed.). *Capital e Trabalho no Campo*. São Paulo: Hucitec.

_____. (1980). *Greve nos Engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980. Disponível em <<https://2022.memov.com.br/site/livros-e-textos/greve-nos-engenhos>>. Acesso em 11 dez. 2022.

_____. (1986). A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3.

Thompson, E. P. (1998) [1991]). *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras. 493p.

Tomizaki, K. (2022). Bourdieu e as relações de trabalho: tecendo fios de um encontro profícuo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 37, n. 108. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/3710812/2022>>. Acesso em 02 mar. 2023.

Valadares, L. (1978). *Passa-se uma Casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 142p.

Wacquant, L. (2002) [2001]). *Corpo e Alma; notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 294p.

Weber, M. (2002). *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Tradução e apresentação de Isabelle Kalinowski. Paris: Flammarion, 395p.

_____. (2004). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Apresentação e revisão técnica de Antônio Flávio Pierucci São Paulo: Companhia das Letras. 335p.

Yacine, T. (2021). Postface – Travail et Colonisation: les mots de la domination coloniale ou quand la langue fait corps. In: Bourdieu, P.; Pérez, A; Yacine, T. (Orgs.). *Travail et travailleurs en Algérie*. 2ª ed., p. 353-362. Paris: Raisons d'agir. 428p.

Young, M.; Willmott, P. (1957). *Family and Kinship in East London*. London: Routledge and Kegan, Paul. Edição Penguin Books, 1962. 222p.

11. SOBRE AS RESISTÊNCIAS COTIDIANAS: A CONTRIBUIÇÃO DE JAMES C. SCOTT PARA OS ESTUDOS DO TRABALHO

MARILDA APARECIDA DE MENEZES

JAIME SANTOS JUNIOR

Introdução

Com o propósito de suscitar a recepção de uma obra, ou autor, no interior de uma comunidade interpretativa, no caso em tela a sociologia do trabalho brasileira, somos tentados a, pelo menos em princípio, encontrar leitores e usos dos elementos conceituais e metodológicos presentes na referida obra que teriam sido incorporados, ou encontrar aderência, por outros pesquisadores em suas agendas. Se há vinculações, digamos, mais diretas, entre a obra e o campo temático em que se insere, este não parece ser o caso do livro que nos coube tratar nesse capítulo: “Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance”, doravante referida como “Weapons of the weak”, de James C. Scott (1985). A amplitude dos modos de assimilação dessa obra entre pesquisadores de vários temas e disciplinas, por si só um dado interessante, não nos impedirá, ao que esperamos, de arguir em favor da fertilidade analítica dos aspectos teórico-metodológicos ali contidos para os estudos do trabalho.

A abrangência temática de “Weapons of the weak” em parte se explica por se tratar de uma etnografia feita em uma comunidade de produtores de arroz na Malásia que, como sabemos, ao levar em conta diferentes domínios do social, pretende reconstituir o modo de vida da população em estudo. Disso, falamos mais detidamente a seguir. Por agora, gostaríamos de preservar o potencial heurístico da etnografia que, como a obra aqui analisada, a despeito de não ser uma pesquisa propriamente voltada para o estudo do trabalho enquanto categoria decisiva na análise, lá está presente e emerge

como dimensão da vida cotidiana. Vale dizer, propomos ao nosso leitor que leve em conta a mediação necessária que fazemos ao aproximar domínios igualmente relevantes no estudo do trabalho, mas por vezes analiticamente acercados, como a sociologia do trabalho e a antropologia do trabalho¹.

Com isso, elegemos os seguintes objetivos: i) situar a obra em destaque no conjunto dos demais trabalhos do autor *pari passu* com aspectos da sua trajetória acadêmica; ii) circunscrever o emprego do conceito de “resistências cotidianas” nas situações empíricas analisadas do trabalho no cultivo de arroz; e, por fim, iii) destacar a recepção da obra pela literatura nacional e a fortuna crítica dela decorrente, o que inclui a nossa apropriação como pesquisadores. O nosso propósito não é o de meramente inventariar, em termos bibliográficos, os usos, mas dispor de elementos que nos facultem a compreensão da incorporação da referida obra pela literatura nacional, ainda que isso transborde o recorte específico dos estudos sobre o “trabalho”.

O leitor notará ainda que o nosso recorte denuncia um arbítrio, e que não declinamos desse ônus de autoria ao propor uma leitura sobre a recepção de “Weapons of the weak” ao público brasileiro; julgamos, entretanto, e esperamos que fique visível, o nosso “lugar” na compreensão da obra e o que aventamos como sendo possíveis aplicações em pesquisas com foco na realidade brasileira.

A obra em perspectiva biográfica do autor²

Filho de um médico e de uma dona de casa, James Scott fez a formação superior na Williams College, em Massachusetts, na área de economia política. Lá ele conhece o professor Bill Hollinger, que lhe manifesta o interesse em fazer pesquisa sobre o desenvolvimento econômico Birmanês (Myanmar), que passa a ser o tema do seu trabalho de conclusão de curso. Nesse momento, ele se candidata a uma bolsa de estudo do Rotary, para pesquisas na Birmânia (Myanmar). Com a obtenção do auxílio financeiro, Scott vai passar um ano no país,

1. Sobre isso, Leite Lopes (2013) faz uma excelente reconstrução desse campo ao mostrar como, a partir do estudo de grupos sociais periféricos e dos processos de subordinação e proletarização do campesinato, os problemas da sociedade capitalista brasileira são vistos “pela porta dos fundos”. O que constitui um “novo olhar” para o trabalho e os trabalhadores, ligeiramente distinto da então nascente sociologia industrial do trabalho.

2. Valemo-nos fartamente da entrevista concedida ao programa “Oral History Center of The Bancroft Library, da University of Califórnia” (Holmes, 2020).

momento em que agentes da CIA lhe solicitam relatórios sobre o movimento estudantil Birmanês.³ Ainda nesse período, e por meio da Associação Nacional dos Estudantes, ele segue para viagens ao Congo, Gana, Escócia e França. Ao retornar, é eleito vice-presidente dessa associação. Após essa experiência no Sudeste Asiático, ele decide se candidatar ao Departamento de Economia da Universidade de Yale com o propósito de seguir os estudos sobre desenvolvimento econômico nessa região, mas por um problema na creditação da disciplina de cálculo, vai parar no Departamento de Ciências Políticas, que já possuía, à época, alguns professores desenvolvendo pesquisas sobre o Sudeste Asiático.

É importante destacar que nesse período, entre as décadas de 1960 e 1970, emergem, nos EUA, estudos sobre países ditos de “Terceiro Mundo” e as lutas pós-coloniais, nos quais se insere o interesse pelo Sudeste Asiático de James Scott, cujo primeiro livro, publicado em 1968, pela Yale University Press, intitula-se: “Political ideology in Malaysia: reality and the beliefs of an elite”. Em 1971, ele faz um pós-doc em Yale e aprofunda seus estudos sobre a história e a cultura do Sudeste Asiático, disso resultando uma segunda publicação, agora pela *American Political Science Review*, o artigo “Patron-client politics and political change in Southeast Asia”⁴.

Após esse período de formação em Yale, James Scott consegue uma vaga como professor na Universidade de Wisconsin. Desse período sairia o seu segundo livro: “Comparative political corruption” (1972b), publicado no momento em que ele começa a se deslocar para a análise do campesinato. Nessa obra, o seu objetivo era compreender como as classes subalternas estão mais ligadas às elites ao invés de defenderem seus próprios interesses. Deixa transparecer, assim, e ele afirma isso em entrevista (Holmes, 2020), a literatura que o teria influenciado. O catálogo inclui Hobsbawm (1965), Polanyi (2001), Thompson (1987), Chayanov (1966), para citar alguns. Eis que surge o que será a sua primeira grande obra, talvez a que primeiro

3. Esta nota biográfica causou certo furor nas redes sociais no Brasil, quando se disse, acreditamos que apressadamente, que ele teria colaborado com a CIA. Consideramos, entretanto, que para além da honestidade intelectual em revelar um aspecto temeroso da sua trajetória, essa relação precisa ser compreendida no contexto em que ela se insere. Na entrevista que tomamos por base para recuperar a sua biografia, Scott comenta que a CIA tinha relações estreitas com a Associação Nacional dos Estudantes que, por exemplo, atuava em favor de estudantes argelinos que vinham sendo expulsos da França durante a guerra de independência da Argélia, sob o governo de De Gaulle. Depreende-se que a CIA certamente acompanhava tais movimentos de insurgência contra regimes ditatoriais em acordo com a política americana. Parece-nos temeroso ir além do que se pode inferir a partir da declaração feita por James Scott nessa entrevista. O próprio Clifford Geertz também aparece envolvido nesse envio de relatórios de pesquisa à CIA. Sobre isso, ver Price (2016).

4. Scott (1972a).

atraiu a atenção de pesquisadores brasileiros: “The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia”, de 1976.

Reavivando um argumento exposto no artigo “Patron-client politics” (Scott, 1972a), o autor avança na análise do aparente equilíbrio de reciprocidade na relação *patron-client* que estava em erosão em face da emergência de formas capitalistas de produção da existência. Para ele, o rompimento desses vínculos assimétricos suscitava rebeliões. Em “The moral economy of the peasant”⁵, Scott, inspirando-se em Wolf (1966), Moore (1966), Shanin (1966) e Chayanov (1966), e à luz do que se passava no Myanmar e no Vietnã, esboça a ideia de que os camponeses, frente à maneira como o mercado se organizava, faziam esforços para se proteger de resultados desastrosos nas trocas econômicas, com o objetivo de organizar a vida para minimizar uma eventual perda máxima. O argumento também estava presente em Chayanov (1966) e versava sobre o aproveitamento da distribuição do trabalho, da mão de obra familiar, dos tipos de plantações, como recursos para garantir a subsistência, o que teria dado forma a uma “ética da subsistência”. Desse modo, como bem lembra Menezes (2019), o conceito de economia moral tinha como objetivo compreender a racionalidade econômica, social e cultural dos camponeses, associando-se ao seu comportamento político.

Ainda nesse livro, a aproximação com a antropologia, precisamente a necessidade de fazer trabalho de campo, mostrava-se mais decisiva como potência para esboçar um investimento futuro. Em 1976, Scott regressa a Yale e solicita ao Departamento de Ciências Políticas uma espécie de período sabático para passar dois anos na Malásia fazendo pesquisa. Antes do que consideramos ser a sua principal obra, aqui em análise, ele recupera *insights* presentes em “The moral economy” e esboça alguns argumentos que iriam encontrar profundidade no seu trabalho de campo para “Weapons of the weak”. Referimo-nos aqui ao artigo “Protest and profanation: agrarian revolt and the little tradition” (Scott, 1977). Dividido em duas partes, esse artigo explora a divisão entre a “grande tradição” e a “pequena tradição”, a primeira como representante do imaginário social das elites e a segunda como pertencente aos camponeses. Mas ele não as opõe para dizer que a “pequena tradição” seria uma versão menor da “grande tradição”; vai além para tê-la em outro

5. Conquanto ao que parece ser uma clara alusão ao texto de Thompson (1998), “A economia moral da multidão inglesa no Século XVIII”, Scott afirma em entrevista ter tido contato com essa obra em momento posterior, quando notou a semelhança entre elas. O nome do livro que era: “Exploitation: a victim’s perspective”, foi alterado pelo autor para “The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia”, o que, a seu juízo, teria atraído mais leitores.

registro: a “pequena tradição” constituiria uma sorte de versão à parte com o seu próprio padrão estilístico, normativo nos modos de representar a oposição à “grande tradição” das elites. Mas essa altercação não se revela apenas como conflito direto, havendo certa dose de colaboração entre as duas partes, insurgindo-se na forma de uma “subordinação negociada” (Scott, 1977).

Nesse sentido, os deslocamentos analíticos vão sendo promovidos e podemos lê-los como um exercício de autocritica do próprio autor ao que havia sido posto em “The moral economy”. Explicamos. Nessa obra, Scott resumia seu objetivo na seguinte pergunta: como nascem as rebeliões camponesas? Lembremos que ele estava olhando para as guerras de libertação nacional. Mas, digamos, essa “mira” o teria conduzido a outra questão, que nos permitimos formular desse modo: como operam as resistências?

Mas queremos advogar que não há uma fratura entre uma obra e outra, e acreditamos que o elo está no artigo “Protest and profanation”, de 1977. Nele, Scott (1977) mostra como movimentos dissidentes catalisam a disjunção entre aspectos da “pequena tradição”, que representam a rejeição simbólica das crenças e valores das elites, e os da “grande tradição”; todavia, adverte-nos: isso serviria tanto para os movimentos radicais, na chave da mudança, quanto para os conservadores, pela manutenção do que teria sido perdido. Nesses artigos, isso é feito por meio de uma análise da religião, para saber como o sincretismo, a profanação, presentes na intersecção feita pela “pequena tradição” frente a elementos da ordem sagrada da “grande tradição”, deixam divisar esse arranjo tenso entre classes diferentes. Para ir além, nas comunidades camponesas por ele analisadas, as oposições culturais estavam expressas em mitos, brincadeiras, contos, no que constitui uma “infrapolítica do cotidiano”⁶. Em entrevista, Scott (2020) diz ter encontrado a inspiração para tal *insight* na literatura sobre escravidão. Voltamos a essa questão mais à frente. Com isso, chegamos à principal obra em análise nesse texto, “Weapons of the weak: everyday forms of resistance”.

A categoria “trabalho” em “Weapons of the weak”

Publicada em 1985, nos Estados Unidos, pela Yale University Press, é ocioso assumir como sendo o passo decisivo rumo à antropologia. Entre os

6. O uso dessa expressão é registrado posteriormente em “Domination and the arts of resistance”, de 1990.

anos de 1978-80, aos 45 anos, Scott embarca com a esposa e três filhos para viver em uma comunidade de camponeses em Sedaka, localizada no estado de Kedah, noroeste da Malásia. Naquele momento, tal comunidade, que possuía em torno de 70 unidades familiares, passava por um amplo processo de transformações tecnológicas no processo de trabalho, no sistema de propriedade e nas relações de trabalho na colheita do arroz, o que a tornava um lugar atraente para uma análise das classes sociais envolvidas na questão. A etnografia realizada durante dois anos possibilitou ao autor observar como homens e mulheres atuavam no seu cotidiano, enquanto sujeitos ativos nas relações, com grupos em posição de dominação, fossem membros das elites ou do Estado.

Como vimos, se na obra anterior havia um esforço de Scott por compreender as origens das revoltas camponesas, aqui o empenho é tratar das relações de classe no cotidiano e das formas de resistência (Scott, 1985). O modo ligeiramente distinto em que a luta de classes se apresentava em campo suscitava a ocorrência de formas silentes de luta, que se expressavam em outros termos, como ressentimento, raiva, sabotagens, roubo de grãos, para citar os mais recorrentes. Os que se opunham à mecanização da colheita, e por meio dela à profunda transformação das relações de trabalho, do sistema de pagamento dos pequenos arrendatários, das relações assimétricas de reciprocidade, faziam-no de um modo particular, expresso por meio de palavras e práticas que insinuavam sempre alguma ambiguidade de significado.

A rigor, Scott analisa o trabalho em perspectiva, pensando-o juntamente com outros domínios do social, tais como a família, a política, a religião, o lazer. É por meio desse truque metodológico que ele colhe os sentidos atribuídos às práticas sociais e formas de comunalidades, às reciprocidades e expectativas sociais forjadas por meio das relações de trabalho – bem como em outros espaços –, que criam laços de pertencimento e clivagens para além da simples oposição entre “proprietários” e “camponeses”, “patrões” e “trabalhadores”. O que lhe permite encontrar o que se apresenta de modo dissimulado, difuso, como forma de contestação dos camponeses pobres ao processo de modernização das plantações de arroz e transformação das relações sociais. Eis o átomo da obra.

Não se isola o trabalho para compreendê-lo, por exemplo, por meio dos usos da mão de obra, da composição do mercado de trabalho, dos processos de gestão organizacional, como usualmente se procede em análises do

tipo⁷. O que não deprime a sua contribuição para a área que aqui se reivindica. O trabalho, enquanto categoria, está presente e o que se quer é compreender, pela etnografia, como os camponeses e trabalhadores de Sedaka lidam com as situações de exploração. Como vimos, o modo convencional de ação coletiva é o que menos se deixa ver, e os motivos para tal arranjo serão apresentados a seguir.

Permaneçamos no fio da meada. Ao se permitir deslocar o foco dos processos de sublevação, de confronto aberto, para estratégias que se conjugam com a intenção de “trabalhar o sistema” (Hobsbawm, 1973)⁸, Scott (1985) recorre à noção de “formas cotidianas de resistência”. Chega-se a isso por meio da descrição densa, ao tomar os diferentes aspectos que compõem a vida naquele microcosmo, enquanto caso, e pensá-los relacionalmente. Um exemplo ajuda a ilustrar. Ao contar a história de dois personagens, Razak e Haji Broom, que moram na vila e que vivem em polos opostos com relação ao acesso aos recursos materiais de produção da existência, um extremamente pobre e indisposto ao trabalho, o outro extremamente rico e ganancioso – cuja riqueza está associada a usura –, e vê-los pela maneira como são descritos pelos outros, Scott (1985) mostra que esse jogo simbólico demarca fronteiras de valores, expectativas sociais, sobre as quais atuam os atores. De tal modo que nos franquia o acesso a uma crítica das coisas e das pessoas como elas são, bem como a uma imagem de como deveriam ser, enquanto comportamento socialmente esperado. Se para ambos ter um “bom nome” significa ter acesso à reputação na sociedade, para o mais pobre significa uma espécie de seguro social contra as inúmeras contingências da vida agrária. A reputação é um bem simbólico disputado por ambas as partes e que mobiliza uma arena de confrontos nem sempre traduzidos como revolta, talvez mais como negociação. O detentor de terras precisa se

7. Permanece luminosa a contribuição de Fernandes (1976) ao lembrar que arrolar temas em uma área de estudos não necessariamente implica na constituição de um domínio apartado do conhecimento científico da área. Como por vezes se opõem os partidários de uma sociologia “rural”, “urbana”, do “trabalho”, para citar alguns exemplos.

8. É bem-vinda alguma cautela ao estabelecer possíveis pontos de convergência e divergência entre E. Hobsbawm e James Scott. Este faz referência àquele em três ocasiões em “Weapons of the weak”. Na primeira passagem, vai de encontro ao que diz Hobsbawm (1965), em “Primitive rebels”, e se opõe ao emprego de “primitivo” como adjetivo para caracterizar o substantivo “resistências”. Porque em Hobsbawm (1965) esse recurso é feito para distinguir formas de resistências tidas como retrógradas, que seriam superadas por ideologias e táticas mais sofisticadas. A segunda e terceira menções ocorrem tendo como referência o artigo “Peasants and politics” (Hobsbawm, 1973), e agora ao encontro deste, para assumir que o objetivo da “resistência” tal como ele a entende está expresso na ideia: “working the system to their minimum disadvantage”.

legitimar frente a quem ele subordina por meio das relações de trabalho. Sucede que nessa outra arena, os camponeses pobres opõem resistência aos novos valores e crenças que igualmente sustentam as transformações em curso pela elite dominante.

Em vista disso, não seria forçoso reconhecer que se apresentam as duas faces de uma mesma moeda: o consentimento e o controle. Scott (1985) mostra-se tentado a privilegiar a primeira em detrimento da segunda. Devemos nos deter um pouco mais nesse aspecto. Podemos dizer que esse par de oposição descortina dois eixos interpretativos de grande envergadura na sociologia do trabalho. Embora Scott (1985) não cite Braverman (1977) nos estudos sobre trabalho industrial, a referência à “Trabalho e capital monopolista” permeou um extenso debate sobre como, nas formas organizacionais modernas, o “controle” era o elemento proeminente nos processos de trabalho. A crítica a essa perspectiva não tardará a chegar, e podemos ter como referência o livro “Manufacturing consent”, de Burawoy (1979), que questiona a obediência como mero recurso das formas de controle e da dissociação taylorista entre “planejamento e execução” ao trazer à superfície o “consentimento”, ou seja, a colaboração como resultado do comportamento esperado. As formas modernas de gestão do trabalho precisam encontrar alguma legitimidade entre aqueles a ela submetidos.⁹

Os dados da pesquisa de campo estavam mostrando a Scott (1985) que a relação de patronagem entre produtores e camponeses no cultivo de arroz, que se espalhava para além do domínio do trabalho propriamente dito, não operava somente no registro do controle, ou digamos, da dominação. Scott (1985) se mostrava preparado para arguir na chave do “consentimento”, que suscita uma forma de “colaboração” ainda que em relações hierárquicas. Isso certamente vinha da influência que tinham exercido nos seus escritos autores tais como Antonio Gramsci, Eugene Genovese e E. P. Thompson.

Descortinar a trama dos elementos de convencimento, que legitimavam e deslegitimavam crenças e valores nas relações de classe, no quadro social mais amplo em que elas encontravam assento, não foi um tropeço. Ali, como diz o autor, a submissão apresentava-se como uma penumbra que escondia os elementos de tensão presentes nas práticas sociais de camponeses pobres. Scott (1985) conta que para chegar a essa perspectiva de entendimento confrontou teses que ele considerava insatisfatórias quando

9. Essas teses também reverberaram em nossa literatura e, para termos um bom resumo, não resistimos a dois brilhantes artigos: Castro e Guimarães (1991) e Ramalho (1991).

tratavam das rebeliões camponesas. O mais das vezes atribuía-se um papel secundário às classes camponesas. A proposta de alargamento semântico do que designa “resistências” atende a este fim, para dizer, ele propõe que pensemos a “infrapolítica das relações cotidianas” (Scott, 1990) de trabalho dissociando, analiticamente, ação e efeito. Com isso, poderíamos analisar o conteúdo/espectro das ações e os significados atribuídos e compartilhados nas interações sociais sem necessariamente ter como métrica o fim alcançado, para ter em conta o que se traduz muitas vezes como “negociação”, “barganha”, “aceitação tácita”.

No entanto, o efeito da dissociação apresentada acima poderia induzir a uma interpretação de que as formas cotidianas de resistência não seriam mais do que uma coleção de comportamentos e atitudes individuais.¹⁰ Mas ele recorda que a análise não deve ficar presa ao nível do comportamento isolado, e encontramos um esforço adicional para deixar isso claro no artigo “Everyday forms of peasant resistance” (Scott, 1986)¹¹, quando diz que, respondendo às críticas feitas ao livro, apesar de serem individuais, tais atos são praticados por coletividades e podem ter efeito sobre as formas de dominação. Embora não figurem como “manchetes de jornais”, o efeito agregado de pequenos atos de insubordinação é grave (Scott, 1986).

Sobre isso nos permitimos uma ligeira digressão. Em verdade, quando se trabalha em termos relacionais, deixa de ser uma questão sociológica pensar o efeito de agregação ou desagregação como pares que se opõem, como se para querer encontrar o que há de agência (produção) e o que há de estrutura (reprodução). Scott (1985) não afasta a possibilidade de que uma parte dessas ações que estão sendo lidas como de resistência podem assumir um efeito indeterminado, em desfavor, digamos, daquele que age. Sim, sabemos, e sente-se o fio da navalha aqui, contudo, o que se expressa como “negociação”, “barganha” (Schwartz, 1988), não mira necessariamente em mudar o sistema, subvertê-lo, mas, talvez, criar condições para a sobrevivência. No entanto, convenhamos, não é tão simples afirmar isso, e podemos admitir a permanência de arestas que serão água em moinho no debate com os críticos. Uma parte delas se concentra na aparente oposição entre ação individual e ação coletiva. Para Tilly (1991), esta última teria sido o passo ausente no modelo scottiano das resistências, ou seja, quando

10. Em Santos Junior (2020) e Menezes (2002a), o leitor encontrará um desenvolvimento das implicações e limites em tomar o conteúdo das ações sempre na chave da razão, da consciência.

11. Traduzido para o português em Scott (2002).

elas deixam de ser ações individuais e passam a ser coletivas. Conquanto ele reconheça o potencial heurístico de se trabalhar com a hipótese de que estruturas de constrangimento também criam oportunidades, Tilly (1991) aponta o aparente abandono desse modelo quando se chega ao problema do confronto aberto. Mas teria Scott (1985) eclipsado a dimensão aberta do confronto ou teria proposto, pelas evidências que encontrou em campo, outras estratégias?

Quando assumimos como oposição, ou como uma versão “menor” da ação coletiva, a ferramenta conceitual das resistências cotidianas empalidece. Algo que, como mostramos ao recorrer ao exemplo dos estudos sobre escravidão, encurta o alcance da compreensão de processos sociais mais complexos. Mas o contrário disso não é pulverizar o conceito de resistências para torna-lo ubíquo, como na crítica apresentada por Caldeira (1989). Nem tudo pode ser lido como “resistência”, e Scott (1985) nos alerta sobre esta precaução. O ponto nevrálgico permanece ainda sobre a possibilidade de associar “resistências” a práticas que falam mais sobre a reprodução das relações de poder, como quer Caldeira (1989).

Voltemos. Scott (1985) procura então declinar de certos extremismos de perspectivas que supõem a ausência/*deficit* de consciência, ou que vê as relações de forças no campo como sendo inteiramente baseadas no poder de mando, e não igualmente assentadas em crenças e comportamentos. Seguindo a perspectiva de Thompson, ele compreende que a luta de classes é não apenas por trabalho, direitos de propriedade, grãos e dinheiro, mas “é também uma luta pela apropriação de símbolos, uma luta sobre como o passado e o presente devem ser entendidos e classificados¹² [...]” (Scott, 1985, p. xvii).

Desse modo, as transformações nos processos e relações de trabalho em Sedaka foram percebidas diferentemente pelos sujeitos envolvidos. Mesmo o termo “exploração” encontra acepções diversas associadas, por vezes, a ações tidas como “dignas”, ou “indignas”, e que expressam aprovação ou desaprovação de condutas, suscitando a discussão que já aventamos anteriormente de que seu estudo se esforça por compreender um campo de disputa que está além da posse ou não dos meios de produção e do acesso a riqueza. Havia, entre os camponeses pobres por ele estudados, um discurso normativo no que se refere às regras de conduta, sobre como devem ser

12. No original: “It is also a struggle over the appropriation of symbols, a struggle over how the past and present shall be understood and labeled [...]” (Scott, 1985, p. xvii).

as relações entre as pessoas, reforçado pela religião, que cria uma zona de equilíbrio entre os mais pobres e os ricos.¹³

Acima de tudo, a resistência simbólica dos pobres rejeita as categorias que os ricos tentam lhes impor. Eles sabem que os grandes agricultores os veem cada vez mais como preguiçosos, pouco confiáveis, desonestos e gananciosos. Eles sabem que, pelas costas, são culpados como autores da sua própria vitimização e que, no dia a dia, são cada vez mais tratados com pouca consideração ou, pior ainda, ignorados. Muito do que eles têm a dizer deles próprios é uma rejeição decisiva da tentativa de relegá-los a um status econômico e ritual permanentemente inferior e uma afirmação contundente dos seus direitos de cidadania nessa pequena comunidade¹⁴ (Scott, 1985, p. 236).

Embora muitos pudessem considerar que o que ocorre em Sedaka é pura guerra de palavras, o autor considera que é na verdade muito mais do que isso. As formas de resistência lá presentes refletem as condições e constrangimentos que as geraram. Assim, se as resistências são abertas, raramente são coletivas, se são coletivas, raramente são abertas. A introdução das colheitadeiras de arroz, e o seu conseqüente impacto, foi mediada pela complexa estrutura de classe já existente em Sedaka. Isso significa dizer que não havia apenas dois polos, os que exploram e os que são explorados. Notava-se a existência de uma camada nada desprezível de setores da população, frações de classe, cujos interesses não eram facilmente distinguíveis. É nesse terreno que as clivagens e as alianças criavam outros obstáculos para a ação coletiva.

Na tentativa de operacionalizar uma primeira definição, Scott afirma:

13. Eis a chave gramsciana, mas não somente, do porque seria importante disputar os elementos do “senso comum” que produzem visões de mundo. Mais recentemente, Boltanski e Thévenot (2020), Dardot e Laval (2016), mas não só eles, irão retomar esse debate.

14. No original: “Above all, the symbolic resistance of the poor rejects the categories the rich attempt to impose upon them. They know that the large farmers increasingly see them as lazy, unreliable, dishonest, and grasping. They know that, behind their backs, they are blamed as the authors of their own victimization and that, in daily social encounters, they are increasingly treated with little consideration or, worse, ignored. Much of what they have to say among themselves is a decisive rejection of the attempt to relegate them to a permanently inferior economic and ritual status and a decisive assertion of their citizenship rights in this small community”.

Posso argumentar que a resistência de classe inclui qualquer ato(s) dos membros de uma classe subordinada que é, ou são, destinado(s) tanto a mitigar quanto a negar reivindicações (por exemplo, alugueis, impostos, prestígio) feitas a essa classe por classes superiores (por exemplo, senhorios, grandes agricultores, o Estado), ou a avançar com as suas reivindicações (por exemplo, trabalho, terra, caridade, respeito) vis-à-vis as classes superiores¹⁵ (Scott, 1985, p. 290).

Mas permanece em pé a possível vinculação entre ação e intenção/interesse, esteio de um conjunto amplo da literatura sobre ação coletiva.¹⁶ Scott (1985) propõe que dissociemos, analiticamente, a ação, enquanto ato, da explicação feita pelos participantes sobre ela, os “atos de fala”; o que não resolve propriamente a questão de se haveria sempre um interesse oculto, operando *behind the back*, e o nosso desafio seria o de buscar evidências disso. Podemos reconhecer aqui um limite interpretativo da sua proposta que encontra dificuldades em dar tratamento ao que poderia ser lido como, apenas para fins de argumentação, “irracional”, vale dizer, o que não se afirma como “interesse” na métrica da razão, nem mesmo chega a ser verbalizado. A título de exemplo, seguidas paradas para tomar café não requerem interesse oculto, mesmo quando se questiona o indivíduo sobre o ato, mas elas acabam tendo como consequência um ritmo diferenciado de trabalho.

O tratamento dado à noção de resistências cotidianas, que será burilado conceitualmente cinco anos após, em 1990, com a publicação de “Domination and the art of resistance”, não é um produto específico das relações sociais dos camponeses em Sedaka, o que explicará, como sustentamos, apropriações diversas em outros campos do conhecimento, mesmo que as situações empíricas não coincidam com as analisadas por Scott (1985). Pensar as formas de resistência associando-as às instituições repressoras – Foucault está na moita e entrará em diálogo na publicação seguinte – suscita a compreensão da dramaturgia dos conflitos. Como já dissemos, seu estudo nos mostra que boa parte da resistência camponesa que ele analisa não visa diretamente transformar o sistema de dominação, mas garantir as condições mínimas de sobrevivência, embora possa contribuir para trans-

15. No original: “I might claim that class resistance includes any act(s) by members(s) of a subordinate class that is or are intended either to mitigate or deny claims (for example, rents, taxes, prestige) made on that class by superordinate classes (for example, landlords, large farmers, the state) or to advance its on claims (for example, work, land, charity, respect) vis-à-vis those superordinate classes”.

16. Ver, por exemplo, Tilly (1978).

formações nas formas de controle e estratégias de dominação. Isso encontrará uma formulação prévia ao livro de 1990 e que aparece no artigo “Prestige as the public discourse of domination”¹⁷.

Como o objetivo não é o de fazer uma análise imanente da obra, vejamos agora como ela influenciou as nossas agendas de pesquisa em uma breve retrospectiva.

A influência em nossas pesquisas

As nossas agendas de pesquisa se aproximam pelo interesse em esmiuçar os significados contidos em práticas de trabalhadores cortadores de cana, camponeses, agricultores familiares, trabalhadores migrantes, que, ao seu modo, legitimam discursiva e simbolicamente o conteúdo das suas ações. O quadro social mais amplo é o do intenso processo de assalariamento de trabalhadores rurais, embora em períodos diferentes, nesse setor de atividade econômica, em uma ocupação cingida pelo signo do precário, cujo passado remonta ao contexto da escravidão. Compreender as estratégias de deslocamento, o enfrentamento de condições adversas de sobrevivência, o choque entre regimes morais diversos (o que vinha pelo signo do urbano, da individualização, do regramento frio da regulação do trabalho), para citar os mais palpitantes, encontrava pontos de tensão ao se chocar com as concepções nativas sobre a influência do parentesco, da religião, de uma concepção êmica de “direito/justiça”, da racionalidade presente na gestão dos afetos e dos recursos materiais de sobrevivência escassos, demandava um tratamento conceitual que fosse capaz de preservar, para compreender, as singularidades desse contexto sem subsumi-las nas chaves usualmente mobilizadas quando o estudo era feito em contexto de trabalho urbano.

Nesse sentido, era preciso compreender os efeitos das mudanças em curso pelos deslocamentos desses trabalhadores, ir além da denúncia que o valor de face da exploração provocava, mas sobretudo compreender os termos do que estava sendo negociado, imposto, mantido, e que não se deixava ver facilmente. Nas representações mais comuns feitas sobre esses trabalhadores, mesmo em alguns clássicos da sociologia do trabalho, o registro os tomava ora como passivos, atrasados, o que dificultava a formação

17. Scott (1989).

da “consciência de classe” e da ação coletiva no polo urbano moderno das relações de trabalho, ora como rebeldes. Mas na literatura brasileira, notadamente em trabalhos de antropólogos que haviam feito suas pesquisas no contexto da *plantation* canavieira no Nordeste, entre as décadas de 1960 e 1980, a chave de leitura era outra. Em trabalhos tais como os de Palmeira *et al.* (1977), Leite Lopes (1976), Garcia Jr. (1989), Heredia (1979), Sigaud (1979), drasticamente tratados em conjunto aqui, havia pistas interessantes na mesma direção do que posteriormente encontramos em “Weapons of the weak”, ou seja, reconhecia-se o universo simbólico do prestígio, da honra, da moral, muro de arrimo da “experiência”, naquelas populações rurais que estavam vivendo intensos processos de transformação das relações sociais com o fim do regime de “morada”, a luta pela implementação dos “direitos”, a expropriação das terras que garantiam a subsistência, para citar os temas mais recorrentes.

Ali, a dramaturgia das formas de conflito e resistência nem sempre operavam no mesmo compasso do contexto fabril e urbano. Como bem recorda Leite Lopes (2013), *avant la lettre*, um elemento como a tradição era catalisador de revoltas, resistências, fornecia uma linguagem para reivindicar direitos. No mesmo diapasão, brincadeiras, mentiras, pequenos atos de sabotagem, fofocas, rumores, aparente passividade, precisavam ser lidos ao avesso, como propõe Scott (1990). Ora, dar consequência a esta chave analítica nos contextos de trabalho que analisávamos nos permitia, como já dissemos, ir além da denúncia para entender os modos de apropriação por parte dos trabalhadores dos recursos mobilizados pelas usinas para fomentar a produtividade, fora do argumento que nos parecia reducionista de uma suposta “captura da subjetividade”, de como o assalariamento e toda a gramática das novas relações entre patrão e empregado, que passava também pela representação sindical, convivia com aspectos subjetivos valorados pelo modo de vida dessas populações. Isto para dizer que, a título de ilustração, a taxonomia nativa nos modos de se referir e nomear a si próprios e as situações de trabalho nem sempre convergia com as categorias usualmente mobilizadas para representá-los, mais precisamente: “camponeses”, “trabalhadores rurais”, “migrantes”, “assalariados”.

Na outra perna, a dos movimentos sociais e sindicatos, o argumento desenvolvido por Scott (1985, 1990) sobre a estrutura dos conflitos nos permitia seguir argumentando acerca dos significados atribuídos aos engajamentos em ações coletivas, bem como sobre as formas de mobilização. Em nossa pesquisa (Menezes, 2002a e 2002b) realizada com trabalhadores migrantes

paraibanos nas usinas de cana-de-açúcar, em Pernambuco, no período de 1990 a 1997, incorporamos como perspectiva metodológica a observação de ações, eventos e discursos dos trabalhadores nos espaços da usina, em seus locais de moradia e lazer, que poderiam ser compreendidos como prática cotidiana de resistência. Um exemplo ajuda a ilustrar como rumores e dissimulações contribuíram para a mobilização dos trabalhadores na greve ocorrida em 3 de dezembro de 1995. Naquela ocasião, os chefes da Usina São José tentaram deslocar os trabalhadores que estavam nos alojamentos de modo a evitar o contato com os dirigentes sindicais que tentavam convocá-los para uma assembleia geral na porta da usina. Os trabalhadores assumiram diferentes atitudes: alguns cochichavam para outros para não saírem do alojamento, outros fingiram não entender a orientação da usina e foram dormir, enquanto outros, expressando sentimento de indignação, falaram em voz alta que não eram “ladrões” para serem removidos. Nesse entrevero, espalhou-se o rumor de que eles iriam ser deslocados para outro alojamento em piores condições, como já havia acontecido em 1993. No entanto, todos permaneceram no alojamento e foram, em grande maioria, participar da assembleia sindical no dia seguinte. Isso nos mostra como rumores, dissimulação, silenciamento, foram repertórios mobilizados pelos trabalhadores e que se revelaram não apenas como um “discurso oculto” (Scott 1990), mas, também, abriram possibilidades de expressão da participação em um evento público, coletivo e organizado pelo sindicato.

Na pesquisa feita com trabalhadores canavieiros em Sergipe (Santos Júnior, 2017), recorreremos ao modo como se constituíam identidades a partir da experiência de um tipo de trabalho sempre associado ao signo do “precário” e que aparentemente não fornecia elementos para a afirmação positiva de uma imagem de si, no suposto de que as percepções associadas ao trabalho, difusas no imaginário social, alimentavam formas distintas de engajamento em ações ordinárias, tais como a decisão de migrar, manter os filhos na escola, transitar para outra ocupação, para citar alguns exemplos. Por esse prisma, pudemos avançar no entendimento de como o trabalho ocupava posições distintas no quadro de referência simbólica dos indivíduos, em razão da idade, da experiência de trabalho, do leque de oportunidades disponíveis em cada contexto, do ciclo de vida, do significado atribuído ao “assalariamento”, entre outros aspectos.

É nesse quadro que o comentário feito pelo procurador do trabalho, por ocasião de uma entrevista de pesquisa, a respeito da aparente necessidade de aumentar o investimento em ações de “conscientização” dos trabalhadores

acerca dos “direitos” colidia com diferentes concepções nativas sobre “direito” e “justiça”, nem sempre convergentes com a acepção da letra fria da norma jurídica. Desse modo, embebido por concepções morais de prestígio, honra, a forma êmica de se referir às mesmas noções valorava estratégias de resistência que nem sempre podiam ser fraseadas na linguagem dos “direitos”. Colocar uma usina na justiça poderia comprometer, por exemplo, um acordo firmado com um amigo que o indicou para a vaga de emprego. A dificuldade alegada para o uso dos equipamentos de proteção individual, que aparecia tanto no discurso dos trabalhadores quanto no das usinas, encontrava amparo no efeito discursivo sobre a virilidade requerida nos coletivos de trabalhadores, o que dava o tom a distintas masculinidades. Nada disso se resumia, portanto, a um gradiente com níveis de consciência, ou à simples aceitação de uma exploração irrefletida. Mostrou-se decisivo granjejar essas outras “linguagens” para entender o repertório das ações, as justificações dadas e legitimadas pelas práticas.

O aparente refluxo das formas abertas de contestação não implicava em diminuição dos pontos de atrito entre trabalhadores e a usina (Menezes e Cover, 2016). Algo que também se transmutava em frequentes interrupções da jornada de trabalho. Éramos desafiados a compreender o conteúdo desse saber comum, que sustenta comportamentos, donde a importância do cotidiano. Certamente que não temos somente a inspiração em Scott para um efeito “abre-te, sésamo”. Ou melhor, em nosso caso, partimos do suposto de que a evidência empírica que se descortina através do registro etnográfico, das memórias, é prenhe de teoria. Formulações conceituais disponíveis nos permitiam alargar o alcance das nossas conclusões.

Sob o fito das memórias, em outra investida de pesquisa, agora analisando as trajetórias de famílias de trabalhadores rurais que haviam migrado para São Paulo, entre as décadas de 1960 e 1970, mais uma vez as evidências empíricas traduzidas como histórias de vida suscitavam uma apreensão dos elementos significantes nas trajetórias ocupacionais (Thibes *et al.*, 2018; Santos *et al.*, 2019). Com outras palavras, ao nos valermos das memórias, granjeávamos diferentes relatos do cotidiano do trabalho, do arranjo familiar para garantir formas de proteção contra o desamparo do desemprego, que não só sustentavam uma imagem narrada de si, mas mobilizavam como componente de herança geracional. Estávamos, pois, diante de questões muito próximas às que Scott (1985) em termos de formas de resistência que operavam de modo silente, diríamos mesmo à margem de

“interesses” claramente definidos, o que não tinha como consequência a mera passividade e/ou reprodução irrefletida de desigualdades.

Dois exemplos ajudam a ilustrar. O primeiro extraído da pesquisa com as famílias de migrantes nordestinos que voltaram a ser entrevistadas passados trinta anos após o primeiro contato (Thibes *et al.*, 2018). As memórias sobre a história da migração, nos relatos de homens e mulheres, apareciam com uma clivagem de gênero. Era sabido, e farta literatura já havia mostrado, o modo como operava a desigualdade sexual do trabalho em famílias como as que estávamos entrevistando, que possuíam origem rural e ingressaram no mercado de trabalho urbano e fabril das metalúrgicas da região do ABC Paulista, entre as décadas de 1970 e 1980. O signo da independência financeira do marido, que se traduzia na possibilidade de manter a esposa fora do mercado de trabalho, foi constantemente desafiado, e apareciam as formas de tensão nos relatos das mulheres. Seja porque tentavam obter alguma renda informalmente, ou quando questionavam os maridos sobre essa possibilidade, ou ainda em narrativas de vida como reconhecimento de um projeto de família assumido simbolicamente como polo de equação dos engajamentos dos seus membros. Nada disso, por suposto, suprimia as opressões e as desigualdades de gênero no interior dessas famílias, mas deixavam entrever os recursos mobilizados para a superação do que se considerava indigno, a exemplo do investimento na educação dos(as) filhos(as) e o acento em promover a “independência” das filhas.

Em outro contexto, agora com ex-militantes sindicais que viveram um intenso período de greves entre as décadas de 1970 e 1980 na região do ABC Paulista, colhemos relatos das opressões vividas e percebidas nos espaços de trabalho e de militância, mas a novidade parecia a perenidade do silenciamento das suas histórias, mesmo passados 40 anos dos acontecimentos, que se apresentava como recusa em falar, por ter a sua história como de “menor valor” (Santos Júnior e Menezes, 2019). A possibilidade de poder “contar” as suas histórias era mobilizada como resistência no momento em que essas próprias memórias estavam sendo disputadas por outros atores, o mais das vezes trabalhadores homens. Destacamos a maneira como situações empíricas de pesquisa, como problemas que demandam respostas, nos motivaram a dialogar com os achados de Scott (1985), detidamente o modo como ele operacionalizou a noção de resistências cotidianas.

Na última seção, reunimos, ainda que sem pretender esgotar, a fortuna crítica da obra no mercado das ideias no Brasil.

A fortuna crítica

“Weapons of the weak” provocou um significativo debate entre pesquisadores de vários temas no Brasil, o que, como já dissemos, deu provas da vitalidade das possibilidades de apropriação para além dos estudos do trabalho. Como o *insight* mais relevante da obra estava concentrado em uma forma de compreensão de práticas de resistência, propondo uma leitura diversa da usualmente mobilizada por estudos sobre ação coletiva, a obra de James Scott aparece citada em estudos do campesinato, ruralidades, atuação política e práticas de resistência de camponeses e trabalhadores, questões metodológicas sobre relações de trabalho; dominação e formas de resistência em movimentos sociais, classe; para termos uma prova da diversidade e amplitude do debate.

Entre os esforços de análise e divulgação da obra de James Scott no Brasil, podemos citar Ramalho e Esterci (1996), que se valem amplamente dos conceitos de controle, conflito, consentimento, obediência, dominação e resistência cotidiana; Monsma (2000) e Menezes (2002), que analisam o conceito de resistência cotidiana em diálogo com alguns críticos; em 2014 foi publicado na *Revista Raízes* o dossiê “Práticas Cotidianas de Resistência: diálogos de pesquisa com a obra de James Scott”, organizado por Menezes e Nascimento (2013); em 2011 foi publicada uma tradução do Capítulo 2 – “Exploração normal, resistência normal”, do livro “Weapons of the weak”, na *Revista Brasileira de Ciência Política* (Scott, 2011). Tais referências têm como objetivo apenas pontuar algumas contribuições. Não é o caso de inventariarmos o que apareceu em forma de resenha, entrevistas com o autor, dossiês, artigos, desde a sua publicação, mas convém oferecer ao leitor ao menos um panorama desse espectro.

Para o caso dos estudos do trabalho, a apropriação mais direta da obra teve lugar entre aqueles que se sentiram desafiados a compreender, a partir do cotidiano de trabalho, o que parecia ser a infrapolítica das negociações entre consenso e controle nos processos de trabalho. No refluxo, ou no interregno, de períodos com maior mobilização e confronto de trabalhadores, ou mesmo para arguir sobre o “nascimento” de processos conflitivos mais intensos, a obra de Scott (1985) municiou abordagens que garimpavam formas menos evidentes de contestação e conflito. Não à toa são trabalhos monográficos, estudos de caso.

Mas não é nossa pretensão tomar a obra como instauradora de uma abordagem, ainda que ela tenha, de fato, proposto uma reflexão conceitual mais densa sobre resistências. Sendo assim, podemos ter como exemplos de abordagens que se valeram amplamente de uma perspectiva muito próxima à contida em “Weapons of the weak”, e que tentaram compreender, por meio do cotidiano do trabalho, as formas subjetivas de percepção da exploração a que estavam submetidos os trabalhadores, as clivagens tecidas entre eles, e a gramática em que operavam as comunalidades, que servia, por vezes, de antessala do conflito aberto, na forma de interrupção do dia de trabalho, ou de greves, obras tais como “A estratégia da recusa” (Maroni, 1982), “O resgate da dignidade” (Abramo, 1999), ‘Quando novos personagens entram em cena’ (Sader, 1988), para citar alguns exemplos, que, ao seu modo, analisaram o modo como trabalhadores metalúrgicos da região do ABC Paulista interpretam, avaliam, experimentam o seu cotidiano de trabalho. A magnitude dos conflitos que se instauraram nessa região, entre fins da década de 1970 e início de 1980, foi analisada em uma chave muito próxima, como queremos arguir, àquela feita por Scott para tratar das resistências cotidianas.

Nos estudos sobre escravidão também não passou despercebido o esforço para compreender resistências que não fossem revoltas/rebeliões. O próprio Scott (1985) cita Genovese (1974) e, na entrevista feita pelo projeto Berkley Oral History, aqui citada, alega ter sido muito influenciado pelos estudos sobre escravidão. Ora, se considerarmos o trabalho de um historiador como João José Reis, vemos como ele opera, embora não cite, mas isso não importa aqui, na mesma compreensão de resistência que encontramos em “Weapons of the weak”, notadamente em “Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista” (Reis e Silva, 1989). Em seu último livro, “Ganhadores: a greve negra de 1957 na Bahia”, Reis (2019), ao analisar o significado de canções que animavam os trabalhadores diz:

[...] não surpreende que os ganhadores [como eram chamados os escravos que viviam do ‘ganho’, que designava um conjunto amplo de atividades] cantassem críticas à escravidão e zombassem dos brancos, coisas que só eles entenderiam porque feitas em língua africana, ou num afro-português codificado, um ‘transcrito secreto’, diria James Scott, porque de entendimento inalcançável para os baianos em geral e as autoridades de plantão em particular (Reis, 2019, p. 76).

Não compete aqui reproduzir a já vasta literatura sobre resistência escrava que não tardou em explorar um filão ligeiramente distinto dos polos da rebelião ou da passividade. Mais uma vez, é uma demanda comum aos pesquisadores – que ousamos formular por meio da pergunta: o que faziam os escravos entre a rebelião e a passividade? – que catalisa novos investimentos historiográficos. Portanto, e como queremos sustentar, tal movimento é anterior à necessidade de qualquer síntese teórica disponível.

Como já dissemos, nada impede que o alcance teórico desse tratamento sobre formas de resistências possa encontrar melhoramentos, limites, quando aplicado a contextos diferentes dos analisados por Scott (1985), aspecto que poderia ser mais pronunciado nas duas obras (Scott, 1985, 1990). Por exemplo, a crítica feita por Caldeira (1989) de que a divisão proposta por Scott (1985) entre o que ocorre no domínio público (*on-stage*), das relações entre classe, e no domínio privado (*off-stage*), próprio aos subalternos, acabaria esvaziando o potencial explicativo de pensar o “poder” enquanto “relação de poder”. Como se fosse possível, diz ela, procurar resistências fora das relações de poder, afinal: resiste-se a quê? Nossa compreensão é um pouco diferenciada. A articulação de significados que ocorre no domínio privado (*off-stage*) toma sempre por referência, ainda que não exclusiva, a classe à qual os camponeses se opõem. Esse problema será enfrentado por meio de um diálogo maior com a perspectiva foucaultiana do poder que ocorrerá na obra seguinte, em “Dominations and the arts of resistance” (Scott, 1990), através da noção de transcrito público (*public transcript*) e transcrito oculto (*hidden transcript*).

A despeito de uma parte das críticas versar sobre possíveis inconsistências internas ao próprio argumento scottiano (Caldeira, 1989; Monsma, 2000; Tilly, 1991; Ortner, 1995), não raro vem embutida uma crítica que reclama o alcance explicativo da abordagem sobre as resistências cotidianas para realidades empíricas distintas das observadas por Scott. Acreditamos que sim, tensionar o conceito seja saudável para aplicações em outros contextos com a devida calibragem. Nesse sentido, Monsma (2000) vê limites na possibilidade de extensão das conclusões auferidas por Scott (1985) quando deslocamos de contextos de dominação direta para outros mais ambíguos, de dominação indireta ou mediada por um aparato burocrático mais complexo, que insere mais elementos na relação dominantes-subalternos (chefias intermediárias, gerências, um quadro hierárquico com mais divisões). No mesmo sentido da crítica feita por Ortner (1995) ao alertar sobre

a necessidade de um olhar mais atento às clivagens internas para não incorreremos no risco de romantizar a resistência camponesa.

O problema dos limites da racionalidade volta a aparecer quando se assume que, como argumenta Monsma (2000), a decisão sobre as estratégias de resistência pesa como uma operação de escolha feita pelos subalternos entre aquelas que irão aderir. Scott (1990) enfrenta essa questão na obra seguinte ao lançar mão de uma análise do poder como “dramaturgia”, ou seja, para dizer que as estratégias de resistência precisam ser pensadas em face da forma como os conflitos se estruturam, para recuperar a historicidade. Mas não seria temeroso reconhecer que, seja sobre a economia moral da ética de subsistência, que se opõe ao camponês racional¹⁸ de Popkin (1980), seja sobre a dinâmica das práticas de resistência cotidianas, Scott (1976, 1985 e 1990) hesita em escapar dos limites da racionalidade da ação, de que há sempre “interesses” – declarados ou ocultos – nos modos de agir. O caráter rotinizado da vida social pode ocorrer em quadros de referências que nem sempre favorecem ações de contestação, a exemplo de quando não se percebe a situação de dominação como exploração ilegítima. Não à toa Monsma (2000) recorre ao conceito de *habitus* para sustentar que há formas de reprodução social em situações nas quais os atores encontram dificuldade na distinção das percepções e sentimentos. Mas reside aqui, como estamos propondo, as vantagens do alargamento semântico da noção de resistências cotidianas. Sim, porque como nos lembra Reis e Silva (1989), quem cede pode ser para melhor controlar, quem aceita pode ser para melhor sobreviver.

Os usos, portanto, são diversos. Podemos encontrá-los em pesquisas nos temas do campesinato, da história social dos sertões, dos retirantes da seca (Neves, 2013 e 2017; Candido, 2019). Num ligeiro apanhado, e certamente deixando outras pesquisas sem citar, servem como exemplos os trabalhos de Neves e Candido (2017), que analisam como os pobres – indígenas, quilombolas, camponeses – adentravam os sertões em busca de autonomia e resistência às formas de controle de patrões e do Estado. Ainda sobre o tema da resistência, temos os trabalhos de Cover (2015) e Silva (2011), que analisaram relações de sociabilidade em espaços de alojamentos e práticas microbianas de resistências nos canais do estado de São Paulo; Melo e Silva (2013), que analisam as pequenas rebeliões, boicotes e disseminação de boatos entre famílias de sitiantes, no contexto de expansão do agronegócio sucroalcooleiro no noroeste paulista a partir da década de 1950; Costa

18. Sobre o diálogo crítico entre Scott (1976) e Popkin (1980), ver Abramovay (1990).

e Andrade (2014), que analisam diversas formas de resistência de famílias de quebradeiras de coco babaçu à instalação de usinas termelétricas no Médio Mearim Maranhense; e Batista (2014), que estudou as práticas de resistência do campesinato frente às estratégias de dominação da elite rural no Cariri Ocidental da Paraíba, no período de 1900 a 1950.

À guisa de conclusão, parece-nos instigante a continuidade de estudos que se valem dessa abordagem sobre resistências nos estudos sobre o trabalho no Brasil. Não seria arriscado dizer que estamos presenciando um agravamento da forma de regulação do trabalho que se erigiu entre nós a partir da constituição da CLT e da cesta de direitos ali reunidos. A despeito de não termos universalizado o assalariamento como forma regular, e do restrito sistema de proteção social que o Estado oferece, para ficarmos com esses dois aspectos, sempre convivemos com um mercado de trabalho heterogêneo no que tange aos recursos mobilizados pelos indivíduos para garantir a sua sobrevivência (Guimarães, 2004). O que não impediu, no imaginário popular, a referência ao assalariamento como sendo um polo gravitacional. Pois bem, se parece tenso o lugar que ocupam hoje as figuras clássicas do “trabalhador”, suas formas de representação coletiva, o imaginário sobre o trabalho, suscitando novas maneiras de “experimentar” o mesmo, talvez seja um momento propício para formularmos novas perguntas no afã de garimpar o que pode estar emergindo nesse cenário. Dito de outro modo, e ousando formular perguntas impertinentes, se as formas consagradas de contestação e conflito parecem perder fôlego, como surgem novas modalidades de luta? Na medida em que o trabalho assalariado convive com modos distintos de se ganhar a vida, pensamos aqui no que vem sendo chamado de “empreendedorismo”, no trabalho informal, autônomo, como se tecem laços de comunalidades quando a referência ao trabalho na sua forma clássica parece vaga?

Ainda que tímidas e reconhecendo a possibilidade de termos outras tantas perguntas, já há bons indícios em nossa literatura de pesquisas que apontam para essa agenda. Descer à experiência cotidiana do “chão de fábrica”, do “chão de loja”, do trabalho por aplicativo para prescrutar novos significados do trabalho e estratégias de resistência mantém acessa a validade da compreensão acerca de formas de contestação e conflito que nem sempre encontraram legitimidade nas abordagens mais consagradas da sociologia do trabalho no Brasil.

Referências

- Abramo, L. (1999). *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial.
- Abramovay, R. (1990). Duas visões do comportamento camponês. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.20, n.2, maio/ago., p.305-322.
- Batista, F. A. (2014). Nas trilhas da resistência cotidiana. *Raízes*, v. 33, n. 2, p. 123-136. Disponível em <<https://doi.org/10.37370/raizes.2013.v33.365>>. Acesso em 21 nov. 2021.
- Boltanski, L.; Thévenot, L. (2020). *A justificação: sobre a economia da grandeza*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Braverman, H. (1997). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Burawoy, M. (1979). *Manufacturing consent*. Chicago: University of Chicago Press.
- Caldeira, T. P. R. (1989). Antropologia e poder: uma resenha de etnografias americanas recentes. *BIB*, n. 27, p. 3-50, Rio de Janeiro.
- Cândido, T. A. P. (2019). *Proletários das secas. experiências nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. Curitiba: Appris.
- Castro, N. A.; Guimarães, A. S. A. (1991). Além de Braverman, depois de Burawoy: vertentes analíticas na Sociologia do Trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 17.
- Chayanov, A. (1966). *The theory of peasant co-cooperatives*. Columbus: Ohio State University Press.
- Costa, B. C. F.; Andrade, M. P. (2014). Briga com poderosos. *Raízes*, v. 33, n. 2, p. 53-67. Disponível em <<https://doi.org/10.37370/raizes.2013.v33.389>>. Acesso em 21 nov. 2021.
- Cover, M. (2015). *“Andar pelo mundo” e “morar no sítio”: migração, trabalho e territorialidade de famílias de agricultores do sertão paraibano*. Tese Doutorado em Ciências Sociais. CH/UFCG, Campina Grande, PB.
- Dardot, P.; Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.

Fernandes, F. (1976). *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo: Pioneira.

Garcia Jr., A. R. (1989). *O Sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Brasília: Editora UNB.

Genovese, E. (1974). *Roll, Jordan, Roll*. New York: Phanteon Books.

Guimarães, N. A. (2004). *Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: Editora 34.

_____. *et al.* (2020). Laços à brasileira: desigualdades e vínculos sociais. *Tempo Social*, v. 32, n. 3, p. 265-301. Disponível em <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.174291>>. Acesso em 21 nov. 2021.

Heredia, B. M. A. (1979). *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Hobsbawm, E. (1965). *Primitive rebels: studies in archaic forms of social movement in the 19th and 20th Centuries*. New York: Norton.

_____. (1973). Peasants and politics. *Journal of Peasant Studies*, v. 1, n. 1, p. 3-22.

Holmes, T. (2020). James C. Scott: agrarian studies and over 50 years of pioneering work in the social sciences. *Oral History Center, The Bancroft Library*. University of California, Berkeley, p.1-125.

Leite Lopes, J. S. (1976). *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2013). O trabalho visto pela antropologia social. *Revista Ciências do Trabalho*, v. 1, n. 1, p. 65-84.

Maroni, A. (1982). *A estratégia da recusa: análise das greves de maio de 1978*. São Paulo: Brasiliense.

Melo, B. M.; Silva, M. A. M. (2014). Expansão canavieira e resistência sitianta. *Raízes*, v. 33, n. 2, p. 82-103. Disponível em <<https://doi.org/10.37370/raizes.2013.v33.391>>. Acesso em 21 nov. 2021.

Menezes, M. A. (2002a). O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação. *Raízes*, v. 21, n. 1, p. 32-44. Disponível em <<https://doi.org/10.37370/raizes.2002.v21.177>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

_____. (2002b). *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa (PB): EDUFPPB.

_____. (2019). Economia moral em James Scott e as perspectivas de seus críticos. *Raízes*, v. 39, n. 2, p. 225-240. Disponível em <<https://doi.org/10.37370/raizes.2019.v39.106>>. Acesso em 21 nov. 2021.

_____; Cover, M. (2016). Movimentos “espontâneos”: a resistência dos trabalhadores migrantes nos canaviais. *Caderno CRH*, v. 29, n. 76, p. 133-148. Disponível em <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v29i76.19601>>. Acesso em 21 nov. 2021.

_____; Nascimento, C. G. (2013). Práticas cotidianas de resistência: *Raízes*, v. 33, n. 2, jul./dez, p. 7-9. Disponível em <<https://doi.org/10.37370/raizes.2013.v33.386>>. Acesso em 21 nov. 2021.

Monsma, K. (2000). James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. *BIB*, n. 49, p. 95-121. Rio de Janeiro.

Moore, B. Jr. (1966). *The social basis of dictatorship and democracy*. Boston: Beacon Press.

Neves, F. C. (2013). O discurso oculto dos retirantes das secas. *Raízes*, v. 33, p. 67-81. Disponível em: <<https://doi.org/10.37370/raizes.2013.v33.390>>. Acesso em 21 nov. 2021.

_____. (2017). Com as próprias mãos: justiça popular, camponeses e comunistas no Ceará (1947-1953). In: _____; Cândido, Tyrone A. P. (Orgs.). *Capítulos de História Social dos Sertões*. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, p. 195-204.

_____; Cândido, T. A. P. (2017). Introdução: para uma História Social dos Sertões. In: _____. (Org.). *Capítulos de História Social dos Sertões*. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, p. 8-14.

Ortner, S. B. (1995). Resistance and the problem of ethnographic refusal. *Society for Comparative Study of Society and History*, v. 37, n. 1, p.173-193.

Palmeira, M. *et al.* (1977). Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. *Anuário Antropológico*, v. 76, p. 207-292.

Polanyi, K. (2001). *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press.

Popkin, S. (1980). The rational peasant: the political economy of peasant society. *Theory and Society*, v. 9, n. 3, p. 411-471.

Price, D. H. (2016). *Cold War Anthropology*. Durham: Duke University Press.

Ramalho, J. R. (1991). Controle, conflito e consentimento na teoria do processo de trabalho: um balanço do debate. *BIB*, v. 32, p. 31-48.

_____; Esterci, N. (1996). A resistência em campo minado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 32, ano 11, p. 83-88.

Reis, J. J. (2019). *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____; Silva, E. (1989). *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras.

Rodrigues, I. J.; Ramalho, J. R. (2014). Novas configurações do sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados. *Contemporânea - Revista do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar*, jul./dez, v. 4, n. 2, p. 381-403. São Carlos, SP.

Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Santos Jr., J. (2017). *Na trama das identidades: práticas sociais e imagens do trabalho no corte de cana*. São Paulo: Annablume.

_____. (2020). Fissuras do cotidiano: nos meandros das estruturas de dominação. In: Palermo, Hernán M.; Capogrossi, María L. *Tratado Latinoamericano de Antropología del Trabajo*. Buenos Aires: CLACSO/ CEIL/ CONICET; Córdoba: Centro de Investigaciones sobre Sociedad y Cultura-CIECS, p. 705-732.

_____. *et al.* (2019). Disjunções e ambivalências: famílias migrantes nordestinas no ABC Paulista. *Civitas*, v. 19, n. 3, p. 675-691. Disponível em <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.28647>>. Acesso em 21 nov. 2021.

_____; Menezes, M. A. (2019). À margem da história? Mulheres metalúrgicas e a memória das greves do ABC (1978-1983). In: Leite Lopes, José S.; Heredia, Beatriz A. (Orgs.). *Movimentos cruzados, histórias específicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 227-266.

Schwartz, S. B. (1988). *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.

Scott, J. C. (1968). *Political ideology in Malaysia: reality and the beliefs of an elite*. New Haven: Yale University Press.

_____. (1972a). Patron-client politics and political change in Southeast Asia. *The American Political Science Review*, v. 66, n. 1, p. 91-113.

_____. (1972b). *Comparative political corruption*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, Inc.

_____. (1976). *The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven, Conn.: Yale University Press.

_____. (1977). Protest and profanation: agrarian revolt and the little tradition. Part I. *Theory and Society*, v. 4, n. 1, p. 1-38.

_____. (1977). Protest and profanation: agrarian revolt and the little tradition. Part II. *Theory and Society*, v. 4, n. 2, p. 211-246.

_____. (1985). *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven and London: Yale University Press.

_____. (1986). Everyday forms of peasant resistance. *The Journal of Peasant Studies*, v. 13, n. 2, p. 5-35. Disponível em <<https://doi.org/10.1080/03066158608438289>>. Acesso em 21 nov. 2021.

_____. (1989). Prestige as the public discourse of domination. *Cultural Critique*, n. 12, p. 145-166. Disponível em <<https://doi.org/10.2307/1354326>>. Acesso em 21 nov. 2021.

_____. (1990). *Domination and the arts of resistance: Hidden Transcripts*. New Haven and London: Yale University Press.

_____. (2002). Formas cotidianas da resistência camponesa. In: Menezes, M. A. de; Guerra, L. (2002). *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, 21(1), 10-31. Disponível em <<https://doi.org/10.37370/raizes.2002.v21.175>>. Acesso em 21 nov. 2021.

_____. (2011). Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 217-243. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100009>>. Acesso em 21 nov. 2021.

Shanin, T. (1966). The peasantry as a political factor. *Sociological Review*. v. 1-14, n. 1. Disponível em <<https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1966.tb01148.x>>. Acesso em 21 nov. 2021.

Sigaud, L. (1979). *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades.

Silva, M. S. S. (2011). *Trabalhadores-migrantes nos canaviais paulistas: sociabilidades, condições de trabalho e formas de resistência*. Tese Doutorado. UFCG, Campina Grande, PB.

Thibes, M. Z. et al. (2018). Narrativas assimétricas: gênero, família e trabalho no ABC Paulista. *Sociologia & Antropologia*. v. 8, n. 2, p. 519-541. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/2238-38752017v827?>>. Acesso em 21 nov. 2021.

Thompson, E. P. (1987). *A formação da classe operária Inglesa* (v. I, II, III). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1998). *Costumes em comum. estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.

Tilly, C. (1978). *From mobilization to revolution*. Reading: Addison-Wesley.

_____. (1991). Domination, resistance, compliance... discourse. *Sociological Forum*, v. 6, n. 3, p. 593-602.

Wolf, E. (1966). *Peasants*. New Jersey: Prentice-Hall.

12. CATEGORIAS DE ANÁLISE DE DANIÈLE KERGOAT E SUA RECEPÇÃO NO BRASIL

HELENA SUMIKO HIRATA

Introdução

O conceito de “divisão sexual do trabalho” forjado por Danièle Kergoat no fim dos anos 1970 foi pioneiro, ao mesmo tempo em que guarda grande atualidade: nos anos 1980, articulando o trabalho doméstico e o trabalho profissional num mesmo conceito, ampliado, de trabalho; nos anos 1990, para pensar a consubstancialidade das relações sociais de sexo, de classe e de raça; e, finalmente, nos anos 2000, respondendo às teorias da reprodução social, mostrando que o trabalho é ao mesmo tempo produtivo e reprodutivo, não havendo razão para separar reprodução e produção.

Contextualizar a obra de Danièle Kergoat, além de apresentar a sua trajetória profissional, significa apontar duas especificidades da sua produção, que ela mesma designa: a primeira, a de ser uma socióloga oriunda da classe operária realizando pesquisas sobre a classe operária ou “as classes populares”; a segunda, a de não separar teoria e prática, pensamento e ação, indissociáveis na reflexão sobre a emancipação. Os principais conceitos desenvolvidos por Danièle Kergoat são o de divisão sexual do trabalho, de relações sociais de sexo, de emancipação, de consubstancialidade e coextensividade das relações sociais enquanto relações de poder. Esse capítulo, ao apresentar tais conceitos, indica a evolução do pensamento de Danièle Kergoat, desde o seu artigo pioneiro de 1978, “Ouvriers = ouvrières?”, publicado na *Critiques de l’Economie Politique*¹, até o artigo sobre interseccionalidade ou consubstancialidade das relações sociais, publicado em

1. Esse artigo foi traduzido para o português pelo SOS Corpo de Recife (cf. referências ao final).

2021 pela revista *La Pensée*, com o título “Penser la complexité: des catégories aux rapports sociaux”.²

A repercussão de sua obra no Brasil, tanto no meio acadêmico quanto no movimento sindical, sobretudo nas comissões de fábrica de mulheres, fica evidenciada pelo grande número de traduções de seus escritos, pelos convites para participar de congressos, colóquios e seminários, e por publicações que analisam a influência de sua obra no país. O dossiê da revista *Política & Trabalho*, de 2021, consagrado a Danièle Kergoat e a Helena Hirata, consta de seis artigos que detalham a influência multiforme do seu pensamento no Brasil, sobretudo o artigo de Nadya Araujo Guimarães, que indica a importância de sua participação em encontros da Anpocs nos anos oitenta, e marcou profundamente a maneira de estudar a força de trabalho feminina no Brasil dos anos oitenta para cá. A partir dos artigos desse dossiê, analiso a apropriação da obra na interpretação da realidade brasileira, seus limites e seus aportes.

Enfim, menciono a importância de Danièle Kergoat, enquanto pessoa e enquanto intelectual, enquanto socióloga e militante feminista, na minha formação e na minha própria trajetória intelectual e profissional.

Trajectoria pessoal de Danièle Kergoat³

Nasceu em 1942, em Créteil, subúrbio próximo de Paris, de uma mãe empregada dos correios, trabalho rotineiro e não qualificado, fortemente controlado pela hierarquia, e de um pai que por muitos anos foi operário qualificado na montadora Citroën, e que abriria mais tarde uma pequena garagem ao lado de casa, trabalhando por conta própria. Quando sua mãe falece, Danièle Kergoat tem 8 anos. Criada pelo pai, aprende a ler com o avô. O pai é muito culto, sabe muita coisa e “conta histórias maravilhosamente”, mesmo não tendo estudado muito. Ele não previa que Danièle continuaria os estudos após o primeiro grau, mas a professora da filha convence-o de que, se ela passasse no concurso de docentes da Escola Normal, iria para um internato com as despesas pagas. Esse concurso constitui, na época, um “verdadeiro elevador social”. Assim, aos 13 anos, ela se inscreve

2. Esse artigo foi traduzido para o português na revista *Caderno Espaço Feminista* (cf. referências ao final).

3. Esses dados biográficos são extraídos de um texto inédito de Elsa Galerand, professora e pesquisadora da UQAM no Canadá e ex-doutoranda de Danièle Kergoat.

num cursinho para o concurso da École Normale, e descobre no liceu onde estuda uma educação burguesa, a literatura, a pintura, as lojas à margem do Sena, com reproduções de quadros em cartões postais. Um ano mais tarde, ela ingressa na École Normale, onde estuda até o fim do segundo grau (*baccalauréat*). Com 17 anos, Kergoat se torna professora. Entretanto, detesta o trabalho, e se demite dois anos mais tarde para se matricular na Sorbonne. Um emprego de tempo integral obtido numa empresa de pesquisa de mercado permite-lhe ajudar financeiramente a família e pagar os estudos, primeiro de filosofia, depois de psicologia, de psicossociologia e de sociologia. Com 25 anos, é recrutada pelo Centre de Sociologie des Organisations, dirigido por Michel Crozier, como assistente de Renaud Sainsaulieu. Assim começa sua carreira no CNRS.

Trajectoria pessoal, política e teórica

Maira Abreu, que entrevista Danièle Kergoat (Abreu, 1918), afirma que, segundo a introdução do seu livro “Se battre, disent-elles”, seu itinerário pessoal, político e teórico é marcado por quatro movimentos sociais: o movimento operário, o movimento de libertação da Argélia, os acontecimentos de maio de 1968 e o movimento de libertação das mulheres. E é a influência desses quatro movimentos sociais que se expressa nas conceitualizações apresentadas a seguir.

Operários, operárias

No artigo “Operários = operárias?” (cf. nota 1) emerge o *paradigma da divisão sexual do trabalho* como o que está em jogo nas relações sociais de sexo. A divisão sexual do trabalho tem como campo de referência o trabalho, enquanto as relações sociais de sexo transversalizam todos os campos do social. A problemática da divisão sexual do trabalho, enquanto construção social, cultural e histórica das categorias do masculino e do feminino, ou como o define Danièle Kergoat, o gênero enquanto “sistema que organiza a diferença hierarquizada entre os sexos” (2018, p. 85), o distingue da *relação social*, que permite pensar na dinâmica deste sistema, anuncia uma lógica

da contradição e do conflito em oposição às lógicas neofuncionalista e neo-parsoniana da complementariedade e da conciliação.

Na teoria da divisão sexual do trabalho enquanto conflito, a dimensão opressão/dominação está fortemente presente. Segundo Danièle Kergoat, que conceitualizou esta modalidade, divisão social e técnica do trabalho são acrescentadas de uma hierarquia nítida do ponto de vista das relações sexuais de poder. Esta teoria sociológica da divisão sexual do trabalho renova os paradigmas da sociologia do trabalho na medida em que estes ampliam o conceito de trabalho. O trabalho é pensado como categoria profissional ou doméstica, o *status* de trabalho sendo plenamente conferido ao trabalho doméstico; o trabalho é considerado remunerado e não remunerado, formal ou informal, este último tipo sendo dominante nos países ditos em vias de desenvolvimento, e em franco crescimento nos países capitalistas desenvolvidos. Há uma variabilidade no espaço e no tempo, porém permanece a divisão sexual do trabalho. Segundo Danièle Kergoat, “a divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo são indissociáveis, formam um sistema” (2012, p. 24).

O citado artigo “Operários = operárias?” teoriza a partir de pesquisas empíricas sobre operárias e operários dos anos setenta. Lança de maneira pioneira a ideia de categorias de sexo, que, antes de Danièle, só encontravam uma precursora preocupada em conceitualizá-las: Nicole-Claude Mathieu (1973).

A conceitualização de Danièle Kergoat sobre a diferença entre operários e operárias enfatiza a heterogeneidade da classe trabalhadora, constatando o fato de que “a classe operária tem dois sexos” (cf. Hirata e Kergoat, 1993), afirmação corroborada, a partir da realidade brasileira, por Elisabeth de Souza-Lobo (2022 [2011, 1991]).

No artigo publicado no “Dicionário crítico do feminismo” (2000), Danièle realiza uma síntese magistral do conjunto de conceitos formulados há mais de vinte anos atrás. Ela mostra como a divisão sexual do trabalho é o que está fundamentalmente em jogo nas relações sociais de sexo, que são relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas. Apresenta também os princípios organizadores da divisão sexual do trabalho, o princípio da separação (trabalho masculino e trabalho feminino são distintos) e o princípio hierárquico (o trabalho masculino vale mais do que o trabalho feminino). O sucesso dessa formalização foi tão grande que hoje ela aparece em teses, artigos e comunicações sem referência à autora que a produziu, como se fosse um bem comum. Noutro artigo (Kergoat, 2018/2005), Danièle se refere explicitamente ao fenômeno migratório, que faz afluir aos países ca-

pitalistas avançados mulheres à procura de serviços em casas de família. Danièle também enfatiza a dupla consequência política dessa evolução, em primeiro lugar, a relação de classe entre as patroas dos países ricos e essa nova classe servil; e em segundo lugar, a relação de concorrência entre mulheres em situação precária nos dois tipos de países.

Subjetividade, trabalho e emancipação

Não se pode apreender a divisão sexual do trabalho sem traçar o caminho que vai do indivíduo ao coletivo, “a passagem do ‘eu’ ao ‘nós’”, na qual a subjetividade e a intersubjetividade têm um papel central. Creio que não é necessário lembrar a importância da dimensão subjetiva na elaboração teórica de Danièle: “na medida em que a atividade de trabalho é produção de si [...]”, não se pode “pensar o trabalho, compreendido sociologicamente, sem levar em conta a subjetividade” (Kergoat, 2001, p. 89). Subjetividade e afetos: Danièle foi uma das pioneiras a operacionalizar o afeto no interior de uma conceptualização sociológica, teorizando por exemplo o “ódio de gênero” (“haine de genre”), heurístico tanto do ponto de vista dos dominados quanto dos dominantes.

Essa dialética do individual ao coletivo permite a construção do “silogismo” do sujeito sexuado: da negação da identidade feminina à sua afirmação, possível apenas no nível do grupo e não no nível individual. Danièle mostra também (2001) a importância teórica de se estabelecer uma distinção entre grupo e coletivo. O “nós” não remete sempre a um coletivo. O coletivo é definido pela sua “forte capacidade de ação”, sendo constituído de “atores históricos do seu devir” (2018, p.101).

O silogismo do sujeito sexuado, cuja demonstração magistral é realizada no artigo Kergoat (2001) a partir do caso das “operárias especializadas” (consideradas não qualificadas), é emblemático dessa reflexão sobre o sujeito mulher e de seu acesso à instância do coletivo. “Todas as mulheres são ciumentas”; logo, “eu não sou ciumenta” deveria conduzir à conclusão “eu não sou mulher”, o que leva à impossibilidade de identificação a um coletivo “mulheres”. O silogismo também impede e bloqueia a constituição do sujeito sexuado, pois a negação do ser mulher não é nem pensável nem dizível. A dificuldade do acesso ao coletivo e também à emancipação individual pode ser reforçada pela atomização dos espaços de trabalho e do

isolamento, cujo exemplo paradigmático é o caso das empregadas domésticas e das cuidadoras domiciliares.

Trata-se aqui também de se interrogar sobre o sexo do movimento social, como e em que condições as mulheres se mobilizam e o que significa sua hegemonia no movimento da “Coordenação enfermeira”⁴ na França nos anos oitenta (Kergoat *et al.*, 1992), análise original e pioneira. Esse livro tem por objetivo entender de que maneira as mulheres chegam a dirigir a “Coordenação”, um movimento social misto. Danièle esmiúça cada uma das quatro características essenciais desse tipo de movimento social: i) vontade unitária; ii) auto-organização: assembleia geral soberana; iii) autonomia em relação aos sindicatos e aos partidos políticos; iv) controle e democracia direta. Essa pesquisa sobre uma mobilização coletiva nos fornece paradoxalmente elementos de compreensão dos processos de individuação, pois processos coletivos de emancipação e processos de individuação são, para Danièle, indissociáveis. O livro permite uma análise fina sobre a natureza do poder – “conquistado e atribuído” - das enfermeiras nesse processo de organização e mobilização social, no qual havia unanimidade na afirmação de que se tratava de uma luta de mulheres e dirigida por mulheres.

Consustancialidade e interseccionalidade

Se hoje a agenda das ciências sociais e da teoria feminista no Brasil dá um destaque importante às teorias da interseccionalidade, a noção de interdependência das relações de gênero e de classe foi desde o artigo de 1978 postulado por Danièle. Ela integrou mais tardiamente, em meados dos anos 2000, também a raça como dimensão interdependente das relações sociais de poder. Mas essa interdependência foi e é denominada por Danièle como consustancialidade ou coextensividade das relações de poder, e ela criti-

4. A “Coordenação enfermeira” (1988-1989) foi um movimento formidavelmente amplo. A manifestação do dia 6 de outubro de 1988 colocou 25 mil pessoas nas ruas. Ela foi exemplar, na medida em que esclarece o fenômeno mais geral das coordenações: é uma verdadeira encenação reivindicativa da vivência e das representações em matéria de salários, de condições de trabalho, de relação ao trabalho e ao coletivo de trabalho, de reivindicação... que assistimos no fim dos anos oitenta. As coordenações não eram antissindicalistas, mas mostravam os vazios deixados pelo sindicalismo tradicional, pensados aqui em particular no discurso sobre as mulheres trabalhadoras. A coordenação enfermeira foi também algo de específico na medida em que revelou a nova relação das mulheres ao trabalho e à qualificação, assim como a natureza de um movimento social quando ele é majoritariamente feminino (Nota redigida por Danièle Kergoat e traduzida por H. Hirata).

ca de maneira sistemática o conceito de interseccionalidade tal como foi formulado e formalizado por Kimberlé Crenshaw apenas em 1989, mais de dez anos depois do artigo em que ela, Danièle, propõe a articulação das relações sociais de classe e de gênero. Com a categoria da interseccionalidade, Crenshaw focaliza, sobretudo, as interseções de raça e de gênero, abordando parcialmente ou periféricamente classe ou sexualidade. Um ponto maior de convergência entre Crenshaw e Danièle é a proposta de não hierarquização dos tipos de opressão.

Danièle utiliza em 1978, além de consubstancialidade e coextensividade, a categoria “articulação das relações sociais” que também era, desde o início dos anos 1980, o objeto de análise de Angela Davis, de bell hooks, de Audre Lorde, todas representantes do *blackfeminism*, mas com duas diferenças fundamentais, como nota Danièle numa das introduções à edição francesa: i) elas não concedem um lugar central ao trabalho; ii) elas não formalizam seus raciocínios principalmente em termos de relações sociais.

A crítica da categoria de interseccionalidade é feita explicitamente por Danièle Kergoat pela primeira vez no congresso da Associação Francesa de Sociologia (AFS), em Grenoble, em 2006, publicada em forma de artigo em 2009 e traduzido no Brasil em 2010 (Kergoat, 2010). No artigo citado, ela critica a noção “geométrica” de intersecção.

Essa crítica é aprofundada na introdução do seu livro “Se battre, disent-elles” (2012), pelos seguintes aspectos:

- i) a multiplicidade de pontos de entrada (casta, religião, região, etnia, nação, etc., e não apenas raça, gênero, classe) leva ao risco de fragmentação das práticas sociais e à dissolução da violência das relações sociais, ameaçando contribuir com a sua reprodução;
- ii) não é certo que esses pontos remetem todos a relações sociais, e talvez não seja o caso de colocá-los todos num mesmo plano;
- iii) os teóricos da interseccionalidade continuam a raciocinar em termos de categorias e não de relações sociais, privilegiando uma ou outra categoria, como por exemplo a nação, a classe, a religião, o sexo, a casta, etc., sem historicizá-las, e por vezes não levando em conta as dimensões materiais da dominação (Kergoat, 2012, p. 21-22).

O ponto essencial da crítica de Danièle ao conceito de interseccionalidade é que ele não parte das relações sociais fundamentais (sexo, classe, raça) em toda sua complexidade e dinâmica. Entretanto, me parece que outra crítica, nem sempre explícita, é a de que a análise interseccional coloca em geral em jogo mais o par gênero-raça, deixando a dimensão classe social em um ângulo menos visível. Para Danièle existem três relações sociais fundamentais que se imbricam, são transversais e não passíveis de hierarquização: o gênero, a classe e a raça. Essa não hierarquização das relações de poder de gênero, de raça e de classe social é uma tese de consequências políticas relevantes, já desenvolvida por Danièle num importante artigo de 1984, traduzido para o português em 1987 (Kergoat, 1987): “[...]recusa de hierarquizar essas relações sociais; para mim, não há nem frente principal nem inimigo principal. Uma relação social não pode ser um pouco mais viva do que uma outra, ela é ou não é” (Kergoat, 2012 [1984], p. 89). Essa ideia é, por exemplo, contrária à tese de uma sobredeterminação de classe sobre as outras dimensões, pois o paradigma da consubstancialidade critica a ideia de uma determinação em última instância pela classe social. A tese da indissociabilidade entre gênero, raça e classe também vai contra uma análise feita unicamente a partir da categoria de gênero, pois tratar as relações de poder exclusivamente a partir dessa perspectiva pode reduzir a pertinência de tal análise apenas às mulheres brancas e burguesas. Como diz Danièle, “o gênero constrói a classe e a raça, a raça constrói a classe e o gênero, a classe constrói o gênero e a raça (Kergoat, 2012, p. 24).

No último artigo de Danièle Kergoat consagrado à problemática da consubstancialidade/interseccionalidade, *La Pensée* (2021)⁵, ela avança na sua teorização:

E podemos dizer que cada relação social [...]é estruturante e potencialmente subversiva com a mesma intensidade, em todas as culturas e sociedades, em todos os momentos e em todos os lugares? Ou ainda: ela é apenas estruturante para algumas sociedades? [...] Esses termos (gênero/raça/classe) têm o mesmo conteúdo, a mesma história, eles mantêm entre si a mesma relação, conforme nos referirmos à sociedade americana, à sociedade indiana ou à sociedade francesa? ao século 19 ou ao século 21? (Kergoat, 2021, p. 104).

5. Artigo traduzido para o português em 2021 na revista *Espaços Feministas* (cf. referências ao fim desse texto). As páginas se referem à tradução brasileira.

Aqui Danièle relativiza o caráter estruturante e a intensidade das relações sociais de gênero, raça e classe segundo a sociedade considerada, e segundo o momento histórico. Também nesse artigo ela apresenta a hipótese de que “existem relações sociais em todas as sociedades, mas elas variam em potência segundo as formações sociais e inclusive no âmbito da mesma sociedade e segundo o período histórico considerado” (2021, p. 105). A partir dessa hipótese Danièle propõe diferenciar *relações sociais* – transversais – nomeando todas as demais como *relações de poder* (Kergoat, 2021, p. 105).

Essas considerações abrem caminho para novas conceitualizações sobre a consubstancialidade ou a interseccionalidade das relações sociais de gênero, de raça e de classe.

Recepção de Danièle Kergoat no Brasil⁶

Os seis artigos desse dossiê da revista *Política e Trabalho* retomam os conceitos de divisão sexual do trabalho e de relações sociais de sexo e também mostram o interesse desses conceitos para pensar os movimentos sociais. A plasticidade da divisão sexual do trabalho, salientada nos escritos de Danièle, é retomada no artigo de Bianca Briguglio, Fabiana Grecco, Raquel Lindoso e Thais Lapa. Flávia Biroli e Débora Quintela sublinham o fato de que a divisão sexual do trabalho pode assumir novas formas, mas não é superada.

O artigo de Nadya Araujo Guimarães, “A transversalidade do gênero: desafiando cânones nos estudos brasileiros do trabalho”, apresentado nos congressos da Anpocs no início dos anos 1980, remete à história da emergência do conceito de divisão sexual do trabalho nas ciências sociais brasileiras. Trata-se de dar uma perspectiva histórica ao uso e difusão desses conceitos no cenário brasileiro, destacando a forte presença de Elisabeth Souza-Lobo e Heleieth Saffioti. Nadya mostra o processo de reconfiguração dos estudos do trabalho no Brasil via o entrecruze de histórias pessoais, intelectuais e institucionais. A transversalidade do gênero, que abate as fronteiras do público e do privado, do trabalho e do extratrabalho, se torna tema de um

6. Nos baseamos aqui na leitura dos artigos de pesquisadoras brasileiras consagrados ao pensamento de Danièle Kergoat Helena Hirata, publicados no dossiê da revista *Política e Trabalho*, nº 53, em junho/dezembro de 2020, organizado por B. Briguglio, F. Sanches Grecco, R. Oliveira Lindoso e T. de Souza Lapa e intitulado “Aventura coletiva. A influência de D. Kergoat e H. Hirata nos estudos do trabalho e na luta feminista no Brasil”, e nas comunicações dessas duas autoras ao VII Congresso da ABET, realizadas no dia 17 de agosto de 2021.

simpósio temático da Anpocs em 1990 e imprime sua marca nos estudos do trabalho. Esse artigo mostra cabalmente como os estudos do trabalho foram afetados pela reflexão sobre a divisão sexual do trabalho, como dimensão essencial da análise e não como variável independente. A crítica da sociologia do trabalho centrada na figura do operário do sexo masculino, qualificado, da grande empresa industrial, como universal, repercute nas sociologias do trabalho francesa, brasileira, latino-americana. Um exemplo dessa desconstrução do trabalho a partir da perspectiva de gênero pode ser visto no artigo pioneiro de Beth Lobo e Vera Soares, “Masculino e feminino na linha de montagem”, apresentado num GT da Anpocs em 1985.

A reconfiguração dos estudos do trabalho também se beneficiou, segundo a autora, da renovação do marxismo e dos avanços da história social do trabalho (E.P. Thompson, M. Burawoy, entre outros), de um lado, e da emergência de instituições preocupadas com a questão do gênero nas ciências sociais brasileiras (Fundação Carlos Chagas, ABEP, ABA, núcleos de pesquisa sobre gênero em dezenas de universidades brasileiras, etc.), de outro. A influência dos movimentos feministas nesse processo também foi vital.

A autora ressalta a importância da introdução da subjetividade e da experiência como categorias de análise e a importância de um enfoque interdisciplinar para repensar o trabalho para além dos estudos tradicionais. Ela associa a reconfiguração dos estudos do trabalho e a institucionalização das ciências sociais no Brasil, num mesmo movimento. E mostra como a perspectiva epistemológica de Danièle Kergoat e Helena Hirata questiona os enfoques tradicionais, ortodoxos ou não, do mercado de trabalho e do processo de trabalho.

A relação entre movimentos feministas e produção acadêmica, sublinhado por Nadya no seu artigo, permanece nos anos recentes (cf. os movimentos das feministas negras e as teorias da interseccionalidade).

O artigo de Maria Betânia de Melo Ávila e Verônica Ferreira, “Reflexões acerca da constituição sexuada do sujeito em Danièle Kergoat” coloca a emancipação como sendo o resultado da passagem do indivíduo ao coletivo. Elas sublinham a importância do trabalho de campo para a análise sociológica da emancipação. Como Nadya, Betânia e Verônica ressaltam, a experiência de 40 anos de internacionalismo feminista e a importância do trabalho coletivo realizado durante esses anos dos dois lados do Atlântico. Também como Nadya, as autoras sublinham a importância da introdução da subjetividade na análise do trabalho, introdução que pode conduzir ao

silogismo do sujeito sexuado. Elas consideram que a contribuição fundamental de Danièle está no questionamento de um sujeito universal do trabalho e de um sujeito único da emancipação.

Parece-me importante ainda a transposição que as autoras fazem da divisão analisada por Danièle nos anos 1980 entre trabalhadoras qualificadas e não qualificadas para a atual divisão da categoria naquelas com direitos e as precarizadas. A pesquisa de Betânia e Verônica sobre precarização permite essa transposição para o Brasil e a retomada da análise da divisão entre trabalhadoras num outro registro. Danièle também observou o interesse das autoras por essa mudança na divisão entre grupos de mulheres sob efeito das transformações socioeconômicas e do mundo do trabalho. Interessante também indicar o movimento entre trabalho produtivo e reprodutivo como sendo em si um fator de precarização, isto é, o exercício concomitante do trabalho doméstico e do trabalho remunerado como fonte de precarização.

A análise da constituição do sujeito sexuado em Danièle Kergoat leva à constatação da dificuldade na construção de um sujeito coletivo no Brasil hoje, dada a precarização e as formas atomizadas de trabalho. Entretanto, se não há resistência aberta, pode-se constatar a importância do trabalho remunerado para as trabalhadoras e a importância da cooperação e da solidariedade entre elas, instâncias que remetem ao coletivo. A solidariedade de classe e de gênero é também constatada por Thais Lapa na sua pesquisa sobre indústria metalúrgica que evoco mais adiante.

O artigo de Yumi Garcia dos Santos e Isabel Georges, “A formação de um grupo profissional: entre permanências e mudanças das agentes de execução de programas sociais sob o prisma de gênero, classe e raça”, trata de dois grupos profissionais no trabalho de *social care*, isto é, de cuidadoras no quadro de políticas públicas assistenciais: as agentes comunitárias de saúde (ACS) e as agentes de proteção social (APS). O ponto de partida das autoras é a questão: em que medida as dimensões de gênero, classe e raça interferem ou não na formação desses grupos profissionais? A resposta, afirmativa, sim, interferem, é resultado da análise de três trajetórias entre esses profissionais: a da primeira geração, momento de formação do grupo profissional, pioneira, marcada pelo militantismo e liderança comunitária; a da segunda geração, de transição e no momento de profissionalização do grupo; e a da terceira geração, na qual se verifica uma gestão da saúde via subcontratação de OS (Organização Social). Nessa terceira geração, é analisada a trajetória de um APS jovem negro, do sexo masculino.

Essas gerações são estudadas a partir de uma dupla metodologia, o interacionismo norte-americano no estudo das instituições e a análise em termos de consubstancialidade/imbricação das relações sociais de raça, de gênero, e de classe. À semelhança com as enfermeiras estudadas por Danièle Kergoat, as ACS e as APS dão valor à utilidade social do seu trabalho, priorizando uma reivindicação de utilidade social em detrimento de seu valor profissional. A análise da consubstancialidade das relações sociais é particularmente pertinente e inovadora no caso estudado, pois as agentes e as usuárias do serviço partilham da mesma origem social, isto é, são mulheres, pobres, muitas vezes negras ou pardas, na medida em que uma das condições para o recrutamento das agentes é de que elas morem no mesmo bairro (“micro-área”). Essas agentes, embora dominadas nas relações de raça e de gênero, podem ver sua situação de classe melhorar com o acesso a um emprego formal, embora esse emprego formal seja mal remunerado e exija muito trabalho, tanto emocional quanto material, por ser um trabalho de cuidado. A mobilidade social das agentes mostra como a consubstancialidade das relações sociais de poder, de raça, de gênero e de classe pode conduzir a uma mudança na situação de classe, em virtude mesmo da simetria entre agente e usuária. As autoras exprimem claramente o fato de que a relação entre classe e gênero, operacionalizada nas pesquisas de Danièle, deve dar lugar, no Brasil, à relação entre classe e raça para a plena compreensão das relações sociais. A originalidade dos achados de pesquisa das autoras deve-se à mobilização de um enfoque da consubstancialidade das relações sociais de poder.

O artigo das organizadoras do dossiê, Bianca Briguglio, Fabiana Sanches Grecco, Raquel Oliveira Lindoso e Thaís de Souza Lapa, “Evidências da plasticidade e atualidade da divisão sexual do trabalho a partir de quatro modalidades concretas”, analisa quatro casos a partir do conceito de “plasticidade” de Danièle Kergoat, que entendo como variabilidade da divisão sexual do trabalho.

Quatro campos são mobilizados: a metalurgia (Thais), a confecção (Raquel), a cozinha profissional (Bianca) e os produtos recicláveis (Fabiana), com relações diferentes quanto à formalidade ou informalidade do emprego: formal na metalurgia; informal na confecção a domicílio e nos produtos recicláveis; informal e formal na cozinha profissional.

O enfoque adotado é o feminismo materialista, no qual a divisão sexual do trabalho é considerada como a expressão da base material das relações de gênero na sociedade capitalista.

Analisando as catadoras, Fabiana mostra a desvalorização do trabalho das mulheres, com a adoção de formas precárias e informais de trabalho, fundamental para o sucesso da geração do lucro industrial; analisando a confecção a domicílio, Raquel mostra que a relação entre mulheres é de “ajuda”: não há entre as trabalhadoras e aquelas que cuidam de seus filhos o mesmo antagonismo entre executivas e empregadas domésticas, pois trata-se, como no caso das agentes estudadas por Isabel e Yumi, de relações simétricas entre trabalhadoras com a mesma origem de classe, pobres, mulheres, muitas vezes pardas ou negras; analisando as cozinheiras, Bianca mostra como existe uma clivagem entre as mulheres na cozinha doméstica e os homens na cozinha profissional. Para aceder à cozinha profissional, as mulheres devem se “masculinizar”; enfim, estudando a divisão sexual do trabalho na metalurgia, Thais mostra como, segundo já mencionava Danièle, “a força física é remunerada”, enquanto as qualificações femininas são naturalizadas e, por isso, não são remuneradas.

Em cada um desses casos a divisão sexual do trabalho aparece de forma diferente, transformada pelo tipo de ramo, pelo tipo de uso da mão de obra, pelos objetivos de rentabilidade. Em todos os casos, a força de trabalho feminina fica abaixo da masculina se comparadas as hierarquias por sexo.

O artigo de Flávia Biroli e Débora Françolin Quintela, “Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias”, utiliza os conceitos de divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização, mas nesse artigo as categorias de produção e reprodução social são essenciais.

As autoras fornecem dados sobre a participação das mulheres na política no Brasil e na América Latina e dados sobre a política de quotas também no Brasil e na região.

As categorias de consubstancialidade e coextensividade são mobilizadas, e a partir delas, Flávia e Débora criticam o conceito de “interseccionalidade” nos mesmos moldes que Danièle o faz nos seus escritos (Kergoat, 2016) e de maneira semelhante à crítica desenvolvida por Isabel e Yumi no artigo já citado. Elas mostram que a divisão sexual do trabalho é atualizada, mas não superada, “tudo muda, mas nada muda”, corroborando a ideia de plasticidade da divisão sexual do trabalho de Bianca e das outras autoras.

O objetivo de Flávia e Débora é de transpor o conceito de divisão sexual do trabalho utilizado na sociologia para a sua manifestação na política institucional, isto é, levando o conceito para a ciência política. Elas pensam

a DST política (parlamentares mulheres e homens) e a DST na política. A expressão da DST na política mostra a imbricação do institucional, do estrutural e do simbólico, e explica porque a política é uma esfera ainda predominantemente masculina. O gênero das democracias é o objeto da pesquisa de Flávia e Débora, e o conceito de divisão sexual do trabalho é heurístico para a apreensão das desigualdades existentes no campo da política e das modalidades e princípios de separação entre homens e mulheres. Estou de acordo com as autoras sobre o fato de que as controvérsias relativas à predominância de um ou outro sistema de dominação são pouco produtivas, e que é necessário ver conjuntamente a coprodução do gênero, da classe e da raça nas relações de trabalho. Enfim, a ideia de que é necessário fazer intervir as relações intersubjetivas para apreender a variabilidade e a permanência da divisão sexual do trabalho converge com as reflexões sobre a sua plasticidade, desenvolvidas no artigo de Bianca, Fabiana, Raquel e Thais e com a minha ideia de que é necessário associar processo de trabalho, mercado de trabalho e sujeito sexuado. Penso que uma análise em termos de divisão sexual do trabalho exige uma complementaridade entre uma teoria dos mercados do trabalho, uma teoria correlativa dos processos de trabalho e uma teoria do “sujeito sexuado”.

O artigo de Tica Moreno, Tatau Godinho e Nalu Faria, “Trabalho como produção do viver: consequências políticas para o feminismo”, a respeito da influência dos conceitos de divisão sexual do trabalho sobre os movimentos sindicais e populares no Brasil, mostra como a circulação das ideias de Danièle Kergoat e Helena Hirata se fez desde os anos 1980, nas seções de formação do movimento sindical e popular. A figura de Elisabeth Souza-Lobo nessa influência é também central.

As contribuições principais assinaladas pelas autoras, que se valem de sua experiência de militância na CUT, no PT (desde os anos 1980) e na Marcha Mundial das Mulheres (a partir de 2000) são: i) a materialidade das relações sociais de sexo; ii) a consubstancialidade e a coextensividade; iii) o trabalho como produção do viver, sintetizado com a elaboração da economia feminista de Cristina Carrasco sobre a sustentabilidade da vida. A compreensão do trabalho como produção do viver reconcretiza em agendas políticas feministas processos de luta e transformação.

Essas contribuições para a construção de um campo do feminismo de esquerda no Brasil também participam das lutas contra o neoliberalismo. Isso fica claro nas análises que Danièle e Helena trazem para esse dossiê, men-

cionando as lutas atuais das mulheres no mundo inteiro contra as políticas neoliberais que se apoiam cada vez mais no trabalho reprodutivo não remunerado que executam.

O artigo traça o histórico das lutas inspiradas no feminismo materialista e libertário, desde a centralidade do trabalho, nas lutas dos anos 1970 por creche e contra o custo de vida.

As autoras também mostram como é necessário atentar para além do “teto de vidro” que diz respeito às mulheres com diplomas de ensino superior, para os “solos pegajosos” que dizem respeito às mulheres negras e pobres, e considera que a reivindicação principal nesse caso deve ser a valorização do salário mínimo.

Contra a divisão das lutas entre específicas (culturais) e gerais, as autoras consideram igualmente importantes as lutas contra a violência do Estado, contra o recrudescimento da extrema direita, a privatização dos serviços públicos, a defesa da natureza.

O artigo de Danièle Kergoat e Helena Hirata para esse dossiê mostra a atualidade política dos conceitos de divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo para compreender e analisar os movimentos populares e feministas que se desenvolvem atualmente no mundo, e em particular a participação das mulheres nas manifestações dos “coletes amarelos” na França, em 2018 e 2019, e o sentido das suas lutas atuais.

O artigo argumenta que as sociedades contemporâneas parariam simplesmente de funcionar se não houvesse o trabalho de todas essas mulheres, professoras, puericultoras, enfermeiras, cuidadoras, trabalhadoras domésticas, agentes de limpeza, etc. Os sindicatos têm dificuldade em medir esse fenômeno e o poder subversivo potencial dessas trabalhadoras, pois utilizam como referência a figura do trabalhador operário, masculino, branco, industrial.

Ora, no Brasil, na Índia, em Israel, no Líbano, assistimos à luta das trabalhadoras domésticas. Na Espanha, na França, em todo o mundo, os movimentos feministas prepararam a greve “paramos todas”, no dia 8 de março. A violência contra as mulheres foi denunciada em jornadas e manifestações na Argentina, no Brasil, na França, junto com o movimento mundial do #MeToo. As mulheres que participam do movimento dos “coletes amarelos” vêm das classes populares e se insurgem contra a precariedade de seus empregos, seus baixos salários, a queda drástica da proteção social, a su-

pressão dos serviços públicos, muitas vezes evocando sua condição de mães solteiras, mas também contra o desprezo do poder pelos pequenos, pela “gentinha”. Algumas vão mais longe e denunciam a violência das relações sociais de classe e de sexo e a apropriação do trabalho das mulheres e de seus corpos através da supressão programada dos serviços públicos, à qual faz referência o artigo de Tica Moreno, Tatau Godinho e Nalu Faria. A divisão sexual do trabalho permite, portanto, dar conta da mobilização dessas mulheres, assim como das modalidades dessa mobilização.

As autoras do dossiê foram bem além dos conceitos e categorias de análise de Kergoat e Hirata, mostrando como essas categorias e conceitos se transformam em contato com uma outra realidade nacional e com outras relações sociais de classe, de gênero e de raça, que foram moldados pela história social de cada país e pelas suas lutas.

Também fica claro que, além dos conceitos como divisão sexual do trabalho e categorias analíticas como consubstancialidade e coextensividade, as autoras do dossiê retomam outros conceitos, como “práticas sociais” ou “emancipação”, de Kergoat, ou de “qualificação” ou “subjatividade”, presentes nas pesquisas de Kergoat e Hirata, e que são mobilizados pelas autoras para analisar o perfil e o comportamento das trabalhadoras e das mulheres brasileiras.

Comentários de Daniele Kergoat a partir dos seis artigos⁷

Os comentários ao artigo de Nadya Araujo Guimaraes se referem à relação da sociologia do trabalho com a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo no Brasil e na França.

A sociologia – e em particular a sociologia do trabalho – foi a primeira disciplina na França, com a antropologia, a pensar no que se chama hoje de gênero, o que é paradoxal, dado o pouco impacto que isso teve e ainda tem sobre a sociologia do trabalho em geral:

7. Esse tópico apresenta a tradução dos comentários de Danièle Kergoat ao dossiê anteriormente discutido. Considero importante incluí-los aqui, visto que mostram como Kergoat considera a recepção de suas categorias de análise no Brasil: divisão sexual do trabalho, relações sociais de sexo, plasticidade da divisão sexual do trabalho, consubstancialidade, emancipação, entre outros, assim como sua pertinência para a interpretação do contexto brasileiro. As citações não incluem referência bibliográfica porque os referidos comentários, escritos em 2021, não foram publicados anteriormente.

a divisão social do trabalho continua não sendo sexuada [...]. E é a Friedmann e Naville que se deve a afirmação de que o trabalho está no centro das práticas sociais. Mas foram necessárias análises suplementares para sair do masculino neutro.

Para nós, o ponto de partida da reflexão foi dar ao trabalho doméstico o *status* de trabalho. Foi o que fez Christine Delphy. Foi o ponto de partida da reflexão, mas era ainda de maneira paralela e não imbricava a relação salarial e a relação entre os sexos. Foi essa lacuna que a divisão sexual do trabalho veio preencher. Em seguida pareceu necessário articular entre elas as relações sociais: foi a reflexão em torno das relações sociais de sexo, a divisão sexual do trabalho tendo o *status* do que está em jogo nas relações sociais de sexo. Dessa maneira tínhamos um paradigma sólido para incluir a diferença dos sexos na sociologia do trabalho. E tratava-se aqui de uma análise feminista materialista (diferente, entretanto, da de Delphy).

As contribuições de pesquisas introduzindo uma perspectiva de gênero sobre os objetos tradicionais da sociologia do trabalho são numerosas: o emprego e o desemprego, a qualificação, os movimentos sociais, hoje o cuidado, etc. Mas, do meu ponto de vista, é sobre o conceito de trabalho que essas contribuições foram mais importantes.

Termino com uma observação mais pessoal: a teorização das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho vai contra uma sociologia do trabalho assentada sobre o dogma do capitalismo como única e exclusiva relação de produção. Essa teorização vem, entretanto, prolongar a crítica do capitalismo e a análise da luta das classes que ela revela como intrinsecamente sexuada. Na sua definição extensiva, o trabalho não é pensado principalmente em termos de alienação ou exploração, mesmo se eles continuam centrais. Mas essa redefinição contempla também o trabalho como produção de si, como produção do viver em sociedade (Hirata), como o desafio de lutas potencialmente unificadoras, como alavanca possível de solidariedade e de emancipação coletiva.

Comentários de Danièle Kergoat a partir do artigo de Flávia Biroli e Débo-
ra Françolin Quintela

O interesse desse texto é que ele mostra também a plasticidade da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo: elas são reatualizadas nas economias liberais. São também as características da divisão sexual do trabalho – separação e hierarquização – que são usadas para explicar a situação das mulheres na política e as práticas sociais dos homens e das mulheres face à divisão do trabalho.

Mas é também a coextensividade e a consubstancialidade que Flávia e Débora convocam para ir além da metáfora geométrica (cf. a interseccionalidade) assim como a distinção entre *rapport social* e *relation sociale* para compreender a dinâmica das relações intersubjetivas – e em particular a violência contra as mulheres (a notar que essa violência se exerce contra indivíduos mulheres, mas também e sobretudo contra o grupo das mulheres).

Todos esses instrumentos conceituais são mobilizados para abordar o problema do gênero na democracia: as autoras mostram que as normas de gênero mudaram nesses últimos anos, mas que para apreendê-las, é indispensável levar em conta a divisão sexual do trabalho.

Com efeito, a evolução do emprego, o recuo da idade do casamento, a diminuição do número de filhos, a renegociação nos espaços domésticos, tudo isso tem um impacto sobre as democracias e sua evolução, mas isso é perceptível apenas quando se leva em conta centralmente a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo - o que permite um enunciado teórico importante: a divisão sexual do trabalho e, mais geralmente, a divisão social do trabalho é uma forma de organização política, tanto ao nível estrutural quanto organizacional e simbólico. Vê-se claramente as consequências teóricas de uma tal afirmação.

Os comentários de Kergoat ao artigo de Isabel Georges e Yumi Garcia dos Santos mostram as realidades sensivelmente diferentes entre França e Brasil, apesar do uso de um instrumental teórico similar.

Mostram a coerência e o interesse do vínculo entre o dispositivo metodológico e o quadro teórico, o da consubstancialidade e da divisão sexual do trabalho; mostram também o interesse da

descrição dos itinerários do grupo profissional estudado, que não tem equivalente na França.

Os princípios organizadores da divisão sexual do trabalho permitem compreender os invariantes dos fenômenos sociais analisados. E num enfoque consubstancial, o cruzamento raça (homens e mulheres negras), gênero e classe (pobreza) e o trabalho doméstico permite compreender a tal disposição para o cuidado dessa figura arquetípica (para esse grupo profissional) da mulher negra pobre. A precariedade e os itinerários caóticos existem também na França, tanto entre mulheres quanto entre homens. Eles também podem ser apreendidos a partir dos instrumentos da divisão sexual do trabalho e da consubstancialidade. Mas aqui, muitos determinantes são totalmente diferentes. Isso se deve às políticas de saúde, ao fato de que, no Brasil, “ser pobre é ser negro”, ao papel da Igreja e às características do mercado de trabalho, à importância extrema da informalidade. Os itinerários descritos mostram a imbricação dessas variáveis determinantes, mas – e é toda a força heurística dessa demonstração – mostram a imbricação simultânea dos diferentes episódios das trajetórias. E é essa dupla imbricação que faz a força da argumentação e enriquece consideravelmente o conceito de consubstancialidade, mostrando a variação de seu conteúdo de um país a outro.

Assim, raça não tem o mesmo sentido; classe também não, dadas as diferenças enormes entre mercados do trabalho; gênero também não, a partir do momento em que raciocinamos em termos de relações sociais de sexo – isto é de forma materialista – e não apenas em termos de gênero. Daí, por exemplo, o papel da e na família se torna central. Em suma, se as palavras são as mesmas, as categorias para pensar a realidade são distintas.

Quanto ao texto de Maria Betânia Ávila e Verônica Maria Ferreira, Kergoat comentou:

[...] ele demonstra o interesse de entrar pelo que chamei “o silogismo do sujeito sexuado feminino” para pensar a potência de agir. As autoras lembram que o silogismo não está na esfera da dominação pura, mas que ao contrário ele postula a existência de um espaço de

liberdade. A questão de Betânia e Verônica é, portanto, a seguinte: Como criar o movimento de sua própria emancipação? Como pensar esse movimento em relação com o silogismo no que diz respeito à constituição do sujeito da luta salarial?

Para isso as autoras mostram que há pré-requisitos para compreender esse sujeito das lutas salariais: abandono do esquema pavloviano (condições de exploração, logo lutas), atenção outorgada à subjetividade (dá-se aos afetos o *status* de mediadores entre estruturas e práticas), necessidade da existência simultânea de uma tomada de consciência ao mesmo tempo teórica e prática. Mas elas precisam a propósito dessa tomada de consciência que não se trata de conhecimento de uma identidade mulher ou operária, mas do desvendamento das condições objetivas e do seu impacto sobre a subjetividade.

Verônica e Betânia retomam o exemplo das enfermeiras para ilustrar essa questão e preparar o desenvolvimento mais geral que segue: as enfermeiras reivindicam o reconhecimento de uma verdadeira qualificação e, de maneira indissociável, recusam a explicação de sua relação ao trabalho pela vocação. Não é, portanto, a afirmação de uma identidade mulher, o que não seria subversivo. Para chegar às práticas subversivas e à potência de agir, é necessário a passagem do indivíduo ao coletivo. Verônica e Betânia avançam a ideia de que a desnaturalização do sexo permite a aparição da consciência de gênero e reciprocamente.

Num segundo tempo, as autoras retomam o modelo assim forjado para pensar a situação social atual.

Interessante que esse texto evoca um problema atualmente muito discutido na França: o das identidades e da reclusão identitária. É demonstrado que no contexto atual, quando os movimentos sociais se refluem em reivindicações identitárias, trata-se da enunciação das identidades individuais que ganha força. Dado que isso se fabrica fora de todo quadro coletivo, ele cria obstáculo à articulação das lutas e à tomada de consciência.

É o fundo do debate hoje na França. Precisamente a propósito da importância dos conceitos de raça, racização, racizado..., conceitos que tendem a ser apresentados como principais fatores de explicação da realidade social. Um exemplo: os jovens da periferia que se revoltam e queimam carros são considerados unicamente como indivíduos racizados. O que não é contestável. Mas o que alguns põem em

questão é que essa atribuição “racizado” é apresentada como único fator explicativo enquanto que outras relações sociais podem e devem intervir: a relação de classe para começar, pois esses jovens fazem parte do proletariado; e a relação de idade, pois trata-se de jovens. O problema é, portanto, o seguinte: podemos representar prioritariamente a França atual como escravagista, colonialista, imperialista? Os jovens de que falamos têm uma única identidade à qual se referiria o essencial de seus comportamentos, ou melhor, para compreender esses comportamentos não seria necessário abandonar a ideia de uma identidade hegemônica para raciocinar em termos de identidades múltiplas e entrecruzadas? Esse debate é subjacente a esse artigo que conclui voltando à potência de agir e à emancipação.

Ele lembra que levar em conta unicamente as estruturas significaria uma negação do sujeito, que a emancipação deve perder seu sentido heroico. E Betânia e Verônica propõem uma virada sociológica maior para dar conta da sociedade salarial de hoje: tratar-se-ia de passar da oposição operários qualificados VS operários não qualificados, trabalhadores com direitos vs trabalhadores sem direitos. Essa virada merece discussão. Há incontestavelmente uma verdadeira potência epistemológica e abre a via a múltiplos debates apaixonados.

Quanto ao artigo de Nalu Faria Silva, Renata Moreno e Tatau Godinho:

Assim como Nadya analisou o impacto da consideração do gênero e da divisão sexual do trabalho nos estudos brasileiros sobre o trabalho, Tica, Tatau e Nalu analisam como as militantes se apoderaram da divisão sexual do trabalho, das relações sociais de sexo, etc. e as mudanças que levaram ao militantismo feminista de esquerda, seja ele político ou sindical.

Isso foi possível, em parte, porque as relações sociais de sexo colocam o trabalho no centro da teorização. Mas não se trata de qualquer trabalho: trata-se do trabalho de produção do viver (cf. H. Hirata). Isso, inversamente aos estudos de gênero em geral leva a uma postura resolutamente materialista para apreender os fenômenos sociais.

Muitos problemas puderam assim ser levados em conta, ou ser levados em conta diferentemente. É o que permitiu fazer a diferença entre movimento das mulheres e movimento feminista. Mas há

também análises novas impulsionadas por essa postura. O artigo faz o inventário de uma série de problemas:

- Análise do neoliberalismo e de sua natureza, e em que ele concerne às mulheres. Como o movimento feminista pode combatê-lo?
- Análise da dualização do emprego. Já mostramos a correspondência entre o trabalho de tempo parcial nos países do Norte e trabalho precarizado nos países do Sul.
- A relação entre trabalho assalariado e trabalho doméstico, entre privado e público, permitiu mostrar como mudanças na produção conduziam a mudanças nos ritmos de trabalho e, portanto, na produção do viver.
- A necessidade de politizar a reprodução, não com o salário para o trabalho doméstico, mas por exemplo, com a economia solidária.
- A afirmação de que o solo pegajoso é mais importante que o teto de vidro. É preciso reivindicar um salário mínimo.
- Combater a ideia de que há lutas gerais (homens) e lutas específicas, identitárias.

Essa enumeração, importante pelas ideias que ela avança e os problemas que ela levanta, conduz ao problema da constituição do sujeito político. Seretomamos os conceitos de consubstancialidade e de coextensividade, vemos que a capacidade de agir só pode existir se há simultaneamente consciência de classe, consciência de gênero, consciência de raça. Trata-se, portanto, nesse artigo, da descrição de um verdadeiro feminismo de esquerda que afirma que a luta não se situa somente ao nível dos direitos individuais, mas também no nível da mudança das estruturas. Trata-se, sim, de um feminismo materialista.

Sobre o artigo de Bianca Briguglio, Fabiana Sanchez Grecco, Raquel Oliveira Lindoso e Thais de Souza Lapa:

Além do grande interesse dos quatro casos considerados, duas dimensões teóricas aqui presentes são apaixonantes quanto a seus resultados: trata-se da plasticidade da divisão sexual do trabalho e do enfoque materialista.

Partindo dos pontos fortes do conceito de divisão sexual do trabalho, separação e hierarquia, Bianca, Fabiana, Raquel e Thais mostram que isso permite uma análise quantitativa, o que é muito importante se se quer provar a existência das relações sociais de sexo e que não se

raciocina apenas em termos de gênero. Elas mostram também que essa definição tem uma base material (o que é determinante) e que ela permite apreender numa relação dialética os determinantes estruturais e a subjetividade na medida em que a divisão sexual do trabalho, por definição, tem o *status* do que está em jogo nas relações sociais de sexo. Uma das contribuições desse artigo é mostrar que essa definição é operatória qualquer que seja o setor analisado. A demonstração é tanto mais vigorosa quanto são levados em conta quatro setores extremamente diferentes. O fato de que a divisão sexual do trabalho possa ser ao mesmo tempo um instrumento de análise e um revelador não era evidente. Ora, a divisão sexual do trabalho é um revelador, no sentido fotográfico do termo. Ela faz aparecer as causas e as consequências da consideração insuficiente das mulheres e de seu trabalho. Esse não levar em conta é aparentemente paradoxal porque seu trabalho -qualquer que seja o setor - permite a reprodução ampliada do capital (cf. por exemplo o trabalho na confecção). O que as autoras mostram é que essa reprodução ampliada é tornada possível pelo vínculo entre trabalho assalariado e trabalho doméstico, vínculo não reconhecido quando os dois são indissociáveis e que esse vínculo permite a manutenção das mulheres nos trabalhos precários e sem qualificação (cf. por exemplo o setor da reciclagem). Enfim, a análise pelo prisma da divisão sexual do trabalho permite demonstrar a centralidade do trabalho das mulheres (cf. a confecção) e que essa centralidade exige precariedade e sub-qualificação. Ela permite também dar sentido a coisas aparentemente tão insignificantes quanto o fato de que, nas cozinhas industriais, às mulheres se atribui legumes, frutas e entradas, enquanto que aos homens se atribui o quente e a carne. Essa análise permite enfim desconstruir os estereótipos: o setor da metalurgia é uma boa demonstração disso. Mas a divisão sexual do trabalho é também um instrumento de análise precioso no sentido em que ela é extraordinariamente plástica, no tempo e no espaço; assim, ela é operacional para setores tão diferentes quanto os apresentados nesse artigo. As autoras mostraram como ela espousa as reorganizações do trabalho e os novos modelos tanto produtivos quanto familiares. Trata-se, portanto, de uma perspectiva feminista materialista: a divisão sexual do trabalho é a base material das relações entre os sexos e um instrumento metodológico poderoso dada a sua plasticidade.

Considerações finais

O conjunto dos escritos de Danièle Kergoat parte de um ponto de vista situado – *situated knowledge* –, segundo Haraway (1988) e Harding (1991), e de uma epistemologia: o feminismo materialista, que foi definido por Danièle no discurso proferido no enterro da antropóloga e amiga Nicole-Claude Mathieu, no dia 14 de março de 2014, como “uma das correntes de pensamento crítico das mais ricas do período contemporâneo”. A materialidade do trabalho, o peso das práticas sociais, a preeminência das relações sociais de produção e de reprodução, todas essas dimensões concorrem para uma análise em que as determinações concretas são consideradas em primeiro plano: “toda relação social tem um fundamento material” (Kergoat, 2012, p. 99). Alexis Cukier, na sua contribuição ao *Cahiers du Genre* sobre os feminismos materialistas de 2016, mostra como Danièle Kergoat “politiza o conceito de trabalho” (2016, p. 153) junto com Christine Delphy e Silvia Federici. Segundo ele, essas autoras apontam para “a função política central do conceito de trabalho” (2016, p. 161). A ideia de base dessas autoras seria, segundo ele, a indissociabilidade entre as funções econômicas (produção de bens e serviços) e política (reprodução e transformação das relações sociais), o que permite “renovar a crítica marxista da economia política” (2016, p. 161) e pensar o trabalho como “alavanca da emancipação coletiva” (2016, p. 161). Para Cukier o feminismo materialista permite opor ao neoliberalismo a perspectiva de um trabalho feminista, pós-capitalista e democrático.

A própria Danièle Kergoat afirma que é “o potencial crítico e subversivo dessa sociologia (crítica) que se trata de evidenciar” (Galerand; Kergoat, 2014). Trata-se de uma sociologia que dá preeminência às relações sociais e ao trabalho, no que a diferencia das sociologias das “diferenças entre os sexos” ou dos “Gender Studies”, que não analisam conjuntamente trabalho e exploração, dominação e emancipação.

Não é possível restituir nessas páginas toda a riqueza do pensamento de Danièle Kergoat, com todas as suas ideias, experiências, pistas de pesquisa e momentos de emoção. Mas pode-se afirmar que pesquisar com Danièle Kergoat é reconhecer a cada passo a atualidade e o caráter heurístico de sua forma de pensar as relações sociais de poder para vislumbrar uma saída coletiva e ao mesmo tempo individual, rumo à emancipação. Trabalhar com Danièle Kergoat é apreender, a cada momento, a relação entre ação e pensamento, entre movimento social e construção teórica, entender a importância das práticas sociais para o conhecimento e a necessidade do conhecimento para a construção de coletivos de luta.

Referências

Abreu, M. (2018). *Posfácio de Lutar, dizem elas...* Entrevista com Danièle Kergoat. Recife: Edições SOS Corpo.

Crenshaw, K. W. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, p. 139-167.

Cukier, A. (2016). De la centralité politique du travail: les apports du féminisme matérialiste. In: Bidet-Mordrel, A.; Galerand, E.; Kergoat, D. (Coord.). *Analyse critique et féminismes matérialistes. Cahiers du Genre hors-série*.

Galerand, E.; Kergoat, D. (2008). Le potentiel subversif du rapport des femmes au travail. *Nouvelles Questions Féministes*, v. 27, n. 2, p. 67-82. Tradução em português *Cadernos de Critica Feminista*, Recife: SOS Corpo, 2010.

Haraway, D. (1988). Situated knowledges: the sciences question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, 1988, v. 14, n. 3, p. 575-599.

Harding, S. (1991). *Whose science, whose knowledge? thinking from women's lives*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

Kergoat, D. (1978). Ouvriers= ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. *Critiques de l'Economie Politique* (Nouvelle série), n. 5, p. 65-97.

_____. (1982). *Les ouvrières*. Paris: Le Sycomore.

_____. (1984). *Les femmes et le travail à temps partiel*. La Documentation française, Document Travail Emploi, Paris.

_____. (1984). Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux. De l'analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualisation. *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif*. Grenoble: PUG. Trad. português: *O sexo do trabalho*, Paz e Terra, 1987. Reproduzido em *Se battre, disent-elles...*, 2012.

_____. (1992). *Les infirmières et leur coordination*. Com F. Imbert, H. Le Doaré et D. Senotier. Paris: Lamarre.

_____. (1993). *La classe ouvrière a deux sexes*. Com Helena Hirata. In: *Politis - la revue*, n. 4, p. 55-58. Trad. brasileira. A classe trabalhadora tem dois sexos. *Estudos Feministas*, v. 2, n. 3, p. 93-100, 1994.

_____. (2000). Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe. In: Hirata, H., Laborie, F.; Le Doaré, H.; Senotier, D. (Coords.). *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF, 1ère éd. 2000, 2ème éd. 2004. Trad. brasileira, São Paulo: EDUNESP, 2009.

_____. (2001) Le rapport social de sexe. De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. *Actuel Marx*, n. 30, p.85-100. Trad. brasil., 2002, *Revista Proposições*, v. 13, n. 2.

_____. (2005). Rapports sociaux et division du travail entre les sexes. In: Maruani, M. (Dir.). *Femmes, genre et sociétés*. Paris: La découverte. Trad. brasil. *Lutar, dizem elas...* 2018, p. 85-94.

_____. (2010). Dinâmicas e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos Cebrap*, n. 86, p. 93-103 [Publicado originalmente em francês, 2009).

_____. (2012). *Se battre, disent-elles...* Paris: La Dispute. Collection Le genre du monde.

_____. (2016). O cuidado e imbricação das relações sociais. In: Abreu, A. R. P.; Hirata, H.; Lombardi, M.R. (Coord.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França. Perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo.

_____. (2018). *Lutar, dizem elas...* Recife: Edições SOS Corpo.

_____. (2021). Penser la complexité: des catégories aux rapports sociaux. *La Pensée*, n. 407. [Trad. Brasileira] *Caderno Espaço Feminista*, v. 34, n. 2 jul./dez. 2021, p. 102-116.

_____. (2021). *Commentaires aux 6 articles publiés dans Política & Trabalho*, jun./dez., n. 53, ano XXXVII, 2020. (A influência de Danièle Kergoat e Helena Hirata nos estudos do trabalho e na luta feminista no Brasil). Mimeo apresentado no Congresso da ABET, em 17 ago. 2021.

Mathieu, N. C. (1991). *L'Anatomie politique. Catégorisations et idéologies du sexe*. Paris: Côté-femmes [Textos de 1971 a 1989].

Saffiotti, H. (1976). *A mulher na sociedade de classes. mito e realidade*. Petrópolis: Editora Vozes.

_____. (1984). *Mulher brasileira: opressão e exploração*. Rio de Janeiro: Editora Achimé.

Souza-Lobo, E. (2022). *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular (2022 [2011-1991]).

13. O TRABALHO DAS MULHERES NA INTERSECÇÃO ENTRE RAÇA E CLASSE: CONTRIBUIÇÕES DE ANGELA DAVIS¹

CLARISSE GOULART PARADIS

Introdução

Angela Davis é umas das mais importantes intelectuais contemporâneas. Sua potente história de luta política encarnou uma geração de reivindicações por igualdade e liberdade para o povo negro e para todas as parcelas oprimidas da sociedade.

Suas reflexões aliaram, como as de mais ninguém, teoria e prática em uma leitura da história, da sociedade e da política, que estiveram e ainda estão fundamentalmente conectadas com um novo devir, com uma transformação profunda da realidade e, portanto, seu pensamento entra no rol das teorias críticas.

Em 2016, a obra “Mulheres, raça e classe”, escrita por Davis em 1981, ganhou uma edição brasileira, lançada pela Editora Boitempo. O livro pode ser lido como uma obra marcante do pensamento da autora, que desde os primórdios de sua formação intelectual produziria uma filosofia baseada em seus engajamentos políticos e sociais (Moreira, 2018). A participação no movimento de direitos civis nos Estados Unidos, entre outros, possibilitou uma escrita que se manifesta pelas leituras compartilhadas no terreno dos movimentos sociais (Moreira, 2018; Veiga, 2020).

Seu pensamento também esteve em diálogo com setores socialistas que buscavam compreender as dinâmicas de raça e gênero na luta de classes. Assim, localizam-se suas reflexões em torno da categoria trabalho. De acor-

1. Uma versão muito reduzida desse capítulo foi publicada no formato de resenha na edição número 58 da Revista Cadernos Pagu, em 2021.

do com Angela Figueiredo (2020), o ativismo das mulheres negras impactou os movimentos sociais e de contracultura dos anos 1960.

Ainda que nesse espaço de tempo feministas brasileiras se esforçassem para se apropriar dessa e de outras obras de Davis, o lançamento do referido livro no Brasil tem um significado importante. Além de recuperar um instrumental teórico fundamental para o enfrentamento das disputas democráticas desse período, ele acompanha um processo importante de fortalecimento da luta feminista e, especialmente, da mobilização das leituras e práticas das mulheres negras para o feminismo.

Panorama da obra “Mulheres, raça e classe”

O livro está dividido em doze capítulos, que cobrem desde uma das mais terríveis experiências de desumanização, violência e expropriação do corpo e da vida de trabalhadores/as africanos/as, que foi a escravidão, retratada pela autora no contexto do século XIX, nos Estados Unidos, até os imensos desafios vivenciados pela população negra, especialmente as mulheres, no pós-abolição naquele país.

A análise de Davis sobre o papel social das mulheres negras na sociedade colonial escravocrata estadunidense partiu da constatação da inconsistência dos estudos historiográficos anteriores, que invisibilizavam o trabalho das mulheres na reconstituição das dinâmicas sociais, econômicas e políticas no contexto colonial do país.

Para a autora, as mulheres negras escravizadas, como também nos mostra bell hooks (1982), se encarregavam dos trabalhos pesados, na lavoura e na mineração, junto aos homens, porém, sofrendo uma forma própria de terrorismo e tortura, que era o estupro sistemático. Uma vez proibido o tráfico, no início do século, as mulheres passaram a ser obrigadas a reproduzir mão de obra. Muitas não tinham o direito a criar seus filhos, que logo eram separados das mães (Davis, 2016).

Davis buscou demonstrar que as mulheres negras eram vistas como anomalias quanto ao padrão de feminilidade do século XIX, o qual, a partir das transformações do capitalismo industrial, reforçava o confinamento das mesmas ao trabalho reprodutivo e propagava o papel maternal como máxima realização.

As mulheres negras, ao serem incorporadas, como os homens, no trabalho produtivo, e serem destituídas do direito de maternarem seus filhos, estavam, assim, apartadas do que se esperava das mulheres brancas nesse contexto (Davis, 2016).

É preciso lembrar que, nesse período, a divisão das esferas da produção e da reprodução tem seu auge no período de expansão do capitalismo industrial, quando tal divisão é consagrada também como sexual. Essa transformação acompanhou uma revalorização da produção, eliminando o reconhecimento da importância das tarefas que não tivessem valor no mercado. É a partir desse processo que vai sendo forjada a figura da dona de casa – modelo universal de feminilidade e ideal de prosperidade da classe média (Davis, 2016).

Poucas mulheres, obviamente, poderiam ser representadas pelo ideal da feminilidade universal. No entanto, Davis reconhece que o desajuste *vis-à-vis* esse ideal era parte constitutiva do modo como as mulheres foram reconhecidas e oprimidas. Se as mulheres brancas das classes detentoras eram personificação dessas representações, as mulheres negras, desumanizadas no processo da escravidão, constituíam força de trabalho fundamental nas tarefas produtivas e reprodutivas.

De acordo com a autora, a consciência das mulheres negras sobre a opressão à qual estavam submetidas, sob esse ideal de feminilidade, foi simbolizada pelo discurso de Sojourner Truth, “Ain’t I a woman”, proferido durante uma convenção de mulheres em Akron, Ohio, em 1851 (Davis, 2016).

Truth nasceu em 1797, foi escravizada e conseguiu liberdade em 1826. Em 1843 se mudou para Nova York e decidiu militar contra as injustiças. Se tornou uma liderança religiosa e política, figura importante do movimento abolicionista, sendo reconhecida por sua habilidade como oradora em um momento em que poucas mulheres ousavam falar em público (Davis, 2016). Além da luta pela abolição, Truth também lutou pelo direito de voto para as mulheres.

No referido discurso, Truth expressou a indignação com a afirmação de um dos homens na convenção, que havia zombado da luta pelo direito ao voto feminino, já que, na sua concepção, as mulheres não poderiam fazer nada sem ajuda masculina (Davis, 2016). Como afirma Davis, Truth enterrou o argumento do “sexo frágil” e buscou defender a ideia de que a sua experiência como mulher negra e antes escravizada era também retrato do conjunto

das mulheres, e que suas reivindicações eram, portanto, igualmente válidas. Segue trecho do discurso:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (Truth, 2014).

Davis também examinou a inclusão das mulheres e a reivindicação pela igualdade de gênero na luta abolicionista. Sua narrativa buscou visibilizar atores e atrizes-chaves, momentos cruciais em que essa luta foi ganhando terreno, assim como as contradições entre a luta por direitos e as interseções entre raça, classe e gênero. Quatro pontos são discutidos pela autora.

O primeiro refere-se à participação das mulheres brancas no movimento abolicionista. Este atraiu um número muito significativo de mulheres, tanto da classe média quanto operárias, que compreenderam o vocabulário de luta contra a escravidão como significativo para se opor à opressão no casamento e no mundo do trabalho. O léxico de reivindicação de uma vida livre, próprio da luta abolicionista, foi, assim, expandido, não sem contradições, para tratar as várias formas de opressão e exploração vivenciadas pelas mulheres no contexto dos Estados Unidos.

Um segundo ponto salientado relaciona-se ao modo como o movimento abolicionista incorporou a reivindicação pela igualdade de gênero, especialmente o direito ao voto feminino. Enquanto essa reivindicação viesse a ser menosprezada ou negada em alguns momentos do movimento e por alguns atores, lideranças de destaque como o militante negro Frederick Douglass declaravam publicamente seu apoio, além de serem identificadas

referências importantes na imprensa negra e em eventos que congregavam abolicionistas negros/as.

Um terceiro ponto diz respeito ao papel das mulheres negras, que também lutaram incessantemente pela causa abolicionista e contra a opressão feminina. Nos Estados Unidos, no período escravocrata, elas desenvolveram papel importante na orquestração de fugas e na criação de comunidades livres. A autora destacou, ainda, momentos relevantes de solidariedade entre as mulheres brancas e negras, mesmo no contexto do fosso social que as separavam, especialmente pela atuação das irmãs Grimké e pelas iniciativas de algumas professoras na luta pela alfabetização da população negra (Davis, 2016).

O quarto ponto explorado por Davis refere-se aos desencontros entre uma destacada ala do movimento sufragista e o abolicionismo. Ainda que as principais lideranças do recém-nascido movimento feminista americano tenham sido forjadas no âmbito das lutas antiescravistas, elas se opuseram à conquista do voto pelos homens negros, estes entendidos como ameaça à conquista do voto das mulheres.

Essa posição demonstrou inconsistências e lacunas na consciência de classe desse grupo de sufragistas, assim como explicitou o quanto estas possuíam ainda traços racistas em suas argumentações, e, portanto, não conseguiram perceber a conexão entre “escravidão, exploração econômica e opressão social das mulheres” (Davis, 2016, p. 75).

O período pós-abolição, especialmente o final do século XIX e início do século XX, é compreendido por Davis como um momento em que o cruzamento entre racismo e sexismo foi ganhando novas fontes de legitimação. As mulheres negras foram sendo incorporadas ao trabalho remunerado, embora nos postos mais precários. O serviço doméstico manteve-se como “selo da escravidão” (Davis, 2016, p. 98), convivendo com alta precarização, e foi renovando as relações de exploração perpetuadas pelas mulheres brancas de classe média sobre as mulheres negras.

Além da inserção subordinada no mercado de trabalho, o período pós-abolição experimentou renovados dispositivos de violência, que contribuíam para que a experiência da população negra no espaço público fosse marcada por continuidades em relação à desumanização e deslegitimação vividas no período escravocrata.

A autora analisa, nesse contexto, o mito do estuprador negro, que reforçou uma onda dramática de violência, especialmente por parte de grupos de supremacia branca, que praticavam linchamentos contra homens negros. As mulheres negras se organizaram fortemente contra tal atrocidade, criando campanhas e entidades e projetando importantes lideranças.

A luta pelos direitos sexuais e reprodutivos também foi examinada pela autora, especialmente com a ascensão do movimento eugenista na primeira metade do século XX e das iniciativas de esterilização em massa das mulheres negras e pobres, que ganharam reforço na segunda metade daquele século.

Davis analisa a campanha pelo direito ao aborto nos anos 70 nos Estados Unidos, reconhecendo que, se, por um lado, houve um avanço fundamental no reconhecimento do direito das mulheres em decidir sobre fazer ou não um aborto nos Estados Unidos, por outro, o movimento acabou por reforçar estereótipos raciais e não compreender as necessidades das mulheres não brancas.

A ofensiva conservadora contra o direito ao aborto prejudicou o acesso das mulheres negras, imigrantes e brancas pobres aos serviços de aborto legal, bem como incentivou uma massiva prática abusiva de esterilizações, que pressupunha o controle de natalidade como peça fundamental para o combate à pobreza.

O último capítulo do livro dedica-se à análise do trabalho doméstico. Nele, Davis reconhece que a invisibilização desse trabalho esteve associada ao advento do capitalismo industrial e à perda do caráter produtivo do lar e da família. Enquanto as mulheres brancas da classe média dos Estados Unidos se tornaram a encarnação das donas de casa, as mulheres negras mantiveram uma participação fundamental no espaço público. Por um lado, as mulheres negras gozavam de certa liberdade; por outro, experimentaram uma carga enorme de trabalho, em duplas ou triplas jornadas.

Questões sobre o trabalho feminino na obra de Angela Davis

Os anos 70 e 80 significaram debates profícuos no campo da sociologia do trabalho em torno da ampliação das análises de, no contexto de crise capitalista, retração da atividade econômica industrial, progressiva descolonização do Sul e aumento gradativo da presença das mulheres no mercado de trabalho remunerado.

Autoras como Souza-Lobo (2011), Hirata e Kergoat (2007), Federici (2019), Carrasco (2018), entre outras, contribuíram para ampliar a categoria trabalho, para além da esfera produtiva e do ideal de trabalhador como homem branco operário (Souza-Lobo, 2011; Moreno; Godinho; Faria, 2020). No campo das leituras dominantes no marxismo, criticou-se certa cegueira quanto às dinâmicas reprodutivas do trabalho (Federici, 2019) e quanto ao papel da colonialidade de poder no contexto do capitalismo (Grosfoguel, 2018).

A partir da noção de que “o pessoal é político”, o feminismo da década de 70 contribuiu para lançar novo olhar sobre o trabalho doméstico e de cuidados, e para a politização da sexualidade e da reprodução (Carrasco, 2018). Nesse contexto, surgiram perspectivas teóricas, como as de Della Costa e Delphy, reconhecendo o papel do trabalho doméstico para a acumulação capitalista (Carrasco, 2018; Hirata e Kergoat, 2007). Esses esquemas ajudaram a visibilizar o papel da reprodução para as engrenagens da economia no capitalismo ainda que, de acordo com Carrasco (2018), reproduzia a dicotomia liberal entre os âmbitos público e privado.

Em “Mulheres, raça e classe”, Davis lança luz sobre diversos aspectos do trabalho das mulheres, a partir de uma perspectiva interseccional², *avant la lettre*, contribuindo para que as categorias de trabalho, de família, de âmbito público e privado, entre outras, fossem historicizadas e complexificadas desde as conexões entre gênero, raça e classe. Para Davis, analisar o papel das mulheres negras como trabalhadoras seria elucidativo para reexaminar suas histórias no período da escravidão e no período posterior (Davis, 2016).

No contexto colonial estadunidense, como dito anteriormente, o papel das mulheres negras nos trabalhos produtivos sob a égide da escravidão contrastava com a divisão sexual do trabalho dominante na ideologia burguesa, que atingiu seu ápice no século XIX, marcada pela celebração da figura maternal e cuidadora da esposa, desprovida de capacidade provedora, em contraste com o papel do marido, que detinha poder econômico, político e social.

2. O conceito de “interseccionalidade” nos remete a como as estruturas de poder se amalgamam no sentido de produzir uma diversidade de formas de exploração e opressão sobre múltiplas mulheres (Crenshaw, 2002). Para Collins e Bilges, o uso da interseccionalidade como categoria analítica permite reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator. Para as autoras, “usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre as várias categorias de poder” (Collins e Bilge, 2021, p. 48).

No contexto colonial, as mulheres trabalhavam em jornadas extenuantes na agricultura, mesmo grávidas. Nas fábricas de tecido, tabaco e cânhamo, nas madeireiras e minas de carvão, na indústria de transportes e nas fundições de ferro, havia número considerável de mulheres negras escravizadas (Davis, 2016).

A divisão sexual no interior das famílias também foi analisada, sendo refutada por Davis a tese da prevalência do patriarcado no contexto das famílias escravizadas. Para a autora, a população negra desse período experimentava uma maior igualdade no âmbito privado do que no público, sendo o trabalho doméstico o único voltado ao cuidado e bem-estar da comunidade escravizada.

A divisão de tarefas entre homens e mulheres negros no contexto colonial escravocrata não obedecia, portanto, ao modelo de espólio do trabalho das donas de casa, em face ao marido provedor, mas seguia uma lógica menos rígida, mais igualitária e intercambiável entre homens e mulheres (Davis, 2016).

No período pós-colonial, a colonialidade mantém-se na divisão sexual do trabalho. As mulheres negras foram empurradas para os serviços domésticos ou do campo como assalariadas, meeiras ou arrendatárias (Davis, 2016). No trabalho doméstico remunerado, vivenciavam formas de abusos análogos aos do período da escravidão – jornadas indefinidas e exaustivas, abusos sexuais, entre outros. Havia também, segundo a autora, dificuldades dessindicalizarem-se.

Na indústria, de modo geral, eram minoria, com exceção da indústria armamentista, impulsionada no período da II Guerra Mundial. A contratação de pessoas encarceradas, por sua vez, era negócio lucrativo para os contratantes, mantendo-se os mesmos papéis atribuídos à população negra no período escravocrata (Davis, 2016).

As reflexões sobre trabalho doméstico, ao final do livro, são fundamentais para pensar os desafios daquele período e também do contexto atual. A autora reconhece esse trabalho como tendo uma essência opressiva, tal como a tradição socialista do século XX e, ao mesmo tempo, percebia seu papel crucial para as dinâmicas de acumulação capitalista.

As mulheres negras, desde o período da escravidão, não estiveram confinadas necessariamente ao trabalho reprodutivo e, portanto, tinham presença importante no espaço público, gozavam de relativa liberdade em relação à

figura submissa da esposa da família burguesa. Por outro lado, esse lugar social impôs a elas uma carga enorme de trabalho, dentro e fora de casa.

Ao se referir às mulheres masais, em uma visita à Tanzânia, ou quando analisa a divisão sexual do trabalho no contexto do *apartheid* sul-africano, a autora desestabiliza uma pretensa universalidade dessas categorias de análise, como também reconhece que os modelos de família e de divisão do trabalho variavam entre os diferentes contextos.

Nas comunidades masais, Davis mostra que em contextos distantes da ideologia burguesa, a relação entre produção e reprodução não obedecia à dicotomia liberal e sexual. O trabalho doméstico exercido pelas mulheres incluía a construção das casas e não era menos valorizado do que a criação de gado, tarefa atribuída aos homens (Davis, 2016).

Ao analisar os dispositivos de violência, opressão e exploração adotados pela política de *apartheid* na África do Sul, a autora reconstitui os esforços do governo supremacista em tornar as mulheres sul-africanas “apêndices supérfluos” (Davis, 2016, p. 223), criando regimentos que evitavam a formação de famílias e o papel reprodutivo das mulheres no espaço privado.

A autora reconhece que o desmonte da família como *locus* de cuidado foi fundamental para destruir os modos de resistência das comunidades negras sul-africanas. A reflexão da autora diante desse cenário complexifica o debate socialista sobre o papel de desmonte da família num imaginário pós-capitalista e reconhece as particularidades do trabalho reprodutivo e de cuidados, e sua vitalidade para a sustentação da vida humana.

Davis também propôs uma crítica em relação ao Movimento pela Remuneração das Tarefas Domésticas, levada à cabo por um setor do movimento feminista na Itália nos anos setenta, o qual teve repercussões importantes em várias partes do mundo. Para Davis, o confinamento das mulheres no trabalho doméstico tinha consequências nefastas para a subjetividade das mulheres. A autora endossa a crença socialista da época de que a emancipação das mulheres deveria se dar, especialmente, por sua incorporação na produção, assim como propugnada por Lenin, Kolontai, etc. Mas sua crítica não parou por aí.

Escutando a realidade das mulheres negras e de minorias étnicas dos Estados Unidos, a autora pôde perceber os limites da ideia de cidadania baseada no assalariamento. Sua proposta de emancipação ia além

do confinamento na família, repensando as políticas de bem-estar e as formas de socialização dessas tarefas:

Hoje, para as mulheres negras e para todas as suas irmãs da classe trabalhadora, a noção de que o fardo das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças pode ser tirado de seus ombros e dividido com a sociedade contém um dos segredos radicais da libertação feminina. O cuidado das crianças deve ser socializado, a preparação das refeições deve ser socializada, as tarefas domésticas devem ser industrializadas – e todos esses serviços devem estar prontamente acessíveis à classe trabalhadora (Davis, 2016, p. 221).

É importante reconhecer, por fim, o esforço de Davis em dar voz e rosto às mulheres que lutaram pela emancipação dos/as trabalhadores/as e do povo negro. Muitas foram as personagens aguerridas da narrativa da autora, que buscou destacar, inclusive, lideranças importantes dos partidos socialistas e comunistas, negras e brancas que contribuíram decisivamente para que a organização de trabalhadores e trabalhadoras reconhecesse a centralidade da luta antirracista.

As ideias políticas de Davis encontram ressonância no Brasil

No Brasil, os escritos e a militância de Angela Davis tiveram relevante repercussão. Conceição Evaristo, sobre a influência de Davis em sua vida, afirmou: “Quando eu contemplava a imagem de Angela Davis, o enorme *blackpower*, o punho cerrado para cima, me fortalecia na audácia e na verdade daqueles gestos. Fui assumindo a coroa armada de meu cabelo” (Evaristo, 2017).

Desde 2012, com o lançamento do documentário “Free Angela Davis”, a autora passou a ter um renovado interesse pelo público brasileiro (Silva, 2018). Em 2016, com seu lançamento no mercado editorial brasileiro, o livro “Mulheres, raça e classe” alcançou sucesso de vendas, motivando a editora Boitempo a publicar outras obras da autora (Silva, 2018).

As reflexões de “Mulheres, raça e classe” possuem importantes aproximações com a teorização proposta pela antropóloga Lélia Gonzalez. De acor-

do com Raquel Barreto (2005), na dissertação “Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez”, as autoras compõem um campo de pensamento feminista negro da diáspora, e ambas combinaram ativismo político com reflexão acadêmica, em um sentido de angariar transformações sociais.

De acordo com Barreto (2005), apesar de diferenças nas análises devidas às suas filiações filosóficas e contextos de estruturação do racismo nos Estados Unidos e no Brasil, ambas autoras produziram reflexões acerca do papel das mulheres nas respectivas sociedades escravocratas, analisaram o trabalho das mulheres negras e constituíram uma metodologia interseccional, antes mesmo do conceito ser formulado por Kimberlé Crenshaw (1989).

Gonzalez (2020), assim como Davis, reconheceu o estupro sistemático das mulheres negras no contexto escravocrata brasileiro. Tal recuperação não apenas ofereceu outra narrativa para a história do colonialismo no Brasil, como contribuiu para desmontar o mito da democracia racial que cegou parte das leituras sobre as relações sociais no Brasil, associando a miscigenação com uma suposta harmonia nas relações raciais (Rios e Lima, 2020).

Gonzalez (2020) reconhece três papéis sociais das mulheres negras escravizadas: aquelas que trabalhavam na roça com os homens; as mucamas, que se encarregavam do trabalho doméstico e sofriam mais diretamente os abusos dos membros das famílias da casa grande; e a figura da mãe preta, que tinha um papel mais direto no cuidado e educação das crianças brancas.

Como afirmam Flávia Rios e Márcia Lima (2020), Gonzalez problematizou esses lugares sociais como estereótipos das mulheres negras brasileiras. “De mucama a mulata profissional, de mãe preta a doméstica, para as mulheres negras a linha entre a esfera doméstica e o mundo do trabalho permanecia imprecisa” (Rios e Lima, 2020, p. 16).

Analisando o trabalho das mulheres negras no século XX, Gonzalez observa que a decadência da indústria têxtil acompanhou uma diminuição das mulheres negras nesse setor nos anos 80. Sua inserção no mercado de trabalho era marcada pela condição de subemprego e baixíssimas condições de vida, especialmente na posição de empregadas domésticas (Gonzalez, 2020).

O trabalho de Gonzalez integra os estudos sobre raça no Brasil, que, a partir dos anos 80, impactados pelos aportes do movimento negro, demonstraram a persistência das relações de desigualdades entre brancos e negros (Hasenbalg, 1979; Gonzalez, 2020). Com isso, tais desigualdades passaram

a não mais se explicar apenas pelas relações estruturais de classe, mas que continham tratamentos peculiares, persistindo abismos no campo do trabalho, renda e escolaridade (Guimarães, 2008; Figueiredo, 2015).

Lélia Gonzalez foi uma das primeiras teóricas brasileiras a reconhecer que racismo e o sexismo são estruturas objetivas das relações ideológicas e políticas do capitalismo, reproduzidas por meio de uma divisão racial e sexual do trabalho (Gonzalez, 2020).

Ao assumir que gênero, raça e classe compunham as formas de exploração e subalternização no capitalismo periférico, a questão da sobrevivência é evidenciada como uma pauta política importante para as mulheres negras (Gonzalez, 2020). Os dilemas vivenciados pela interseção entre o racismo, o sexismo e as desigualdades de classe no Brasil podem ser bem observados na narrativa da autora sobre o cotidiano de uma mulher trabalhadora doméstica brasileira:

Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). Após adiantar os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. E isso sem contar quando tem de acordar mais cedo (três ou quatro horas da manhã) para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar de algum filho doente; ou então quando tem de ir às reuniões de pais nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas psicológicos de seus filhos, que apresentam um comportamento desajustado que os torna dispersivos ou incapazes de bom rendimento escolar (Gonzalez, 2020, p. 50-51).

Assim como Davis, Gonzalez nos mostra que ao visibilizar o papel social das mulheres negras e a interconexão das formas de opressão e exploração vivenciadas por elas, podemos complexificar as análises sobre o trabalho, repensar as fronteiras entre trabalho, família, vida pública e políticas de bem-estar e, ainda, complexificar as respostas necessárias para as transformações da ordem social.

Contribuições da obra de Angela Davis para a teoria feminista

É possível destacar, por fim, algumas das várias contribuições da obra de Angela Davis também para a teoria feminista. Ao demonstrar que as mulheres resistiram à escravidão, a partir de diferentes estratégias, e ao visibilizar suas formas de luta, passando pelos movimentos abolicionistas, pela luta por educação e também pela resistência à violência sistemática sofrida pela população negra no pós-abolição, Davis reconheceu as mulheres negras como sujeitos sociais e políticos fundamentais para a história da emancipação feminina e da população negra.

Sua obra contribui para uma tarefa ainda indiscutivelmente inacabada de resgatar a história do feminismo como tradição do pensamento político, reconhecendo que o traço interseccional esteve presente desde as suas origens. Ainda que essa trajetória não tenha se dado sem conflitos, a autora demonstra que existiu a preocupação em construir, em diferentes momentos e a partir de diferentes atores e atrizes, estratégias de emancipação que fossem, de fato, completas. Assim, a autora enriqueceu e ampliou a história de luta das mulheres.

A narrativa de Davis nos leva a revisar e aprofundar as caracterizações do que foi convencionalmente chamado de “primeira onda do feminismo”. É preciso abarcar nesse primeiro momento de ascensão da luta organizada e massiva das mulheres não apenas o direito ao voto, mas sem dúvida uma moção pela liberdade, que incluiu a luta contra a terrível experiência da escravidão e suas cicatrizes, a luta contra a violência patriarcal e a luta pelo direito à contribuição ao mundo público, pela atuação política e pela inserção no trabalho remunerado.

A obra de Davis nos mostra, ainda, que a linguagem antirracista foi fundamental para dar base para a luta feminista. É a partir do vocabulário da liberdade que a luta feminista encontra a tarefa de construir as bases para a igualdade entre todas as mulheres, conectando sua história, a luta pela autonomia do corpo, a defesa de seus territórios e o reconhecimento de seu trabalho.

O trabalho de Davis nos inspira a recontar a história da luta das mulheres, a partir de um olhar que inclua o exame das contradições dos contextos políticos, as estratégias perseguidas pelas mulheres organizadas e de modo interseccional, compreendendo historicamente como gênero, raça e classe foram se configurando para a manutenção das opressões e para as possibilidades de emancipação.

Resta-nos a tarefa de resgatar as vozes que historicamente se tornaram invisíveis, mas que contribuíram decisivamente para o feminismo latino-americano. Trabalhadoras, mulheres do campo e das cidades, operárias, indígenas, mulheres afro-latinas e caribenhas, que, como suas irmãs negras estadunidenses, produziram, na sua prática, uma pedagogia da libertação.

Referências

Barreto, R. A. (2005). *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. 115p. Dissertação de Mestrado. Curso de História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=7183@1>>. Acesso em 02 abr. 2023.

Carrasco, C. (2018). A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. *Revista Temáticas*, n. 52, ano 26.

Collins, P. H.; Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo.

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum*, n. 140, p. 139-167.

_____. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, jan., v. 10, n. 1, p. 171-188.

Davis, A. (2016 [1981]). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.

Evaristo, C. (2023). O encontro da escritora Conceição Evaristo com a ativista Angela Davis. Ed. 11 jun. 2017. *Folha de São Paulo*. Caderno Ilustríssima. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/06/1891636-angela-davis-influenciou-conceicao-evaristo-leia-sobre-o-encontro.shtml>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Breda, Tadeu (Ed). Tradução de Coletivo Scorax. [S.l.]: Editora Elefante.

- Figueiredo, A. (2015). Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. *Periódicus*, n. 3, v. 1.
- Gonzalez, L. (2020). A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: Gonzalez, Lélia; Rios, Flávia; Lima, Márcia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Editorial. Rio De Janeiro: Zahar.
- Grosfoguel, R. (2018). Negros marxistas o marxismos negros?: uma mirada descolonial. *Tabula Rasa*, 1 jan., n. 28, p. 11–22.
- Guimarães, A. S. A. (2008). Raça, cor e outros conceitos analíticos. In: Sansone, Livio; Pinho, Osmundo A. (Orgs.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia/EDUFBA.
- Hasenbalg, C. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- Hirata, H.; Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, dez., v. 37, n. 132, p. 595–609.
- Hooks, bell (1982). *Ain't I a woman: black women and feminism*. London: Pluto Press.
- Moreira, F. (2018). A liberdade é uma luta constante. *Griot: Revista de Filosofia*, v. 18, n. 2, p. 480-485.
- Moreno, R.; Godinho, T.; Faria, N. (2021). Trabalho como produção do viver. *Revista Política & Trabalho*, 23 mar., n. 53, p. 129–143.
- Silva, L. (2018). Diáspora negra em contexto de tradução: discutindo a publicação de Mulheres, Raça e Classe, de Angela Davis, no Brasil. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, abr., v. 57, n. 1, p. 205–228.
- Souza-Lobo, E. (2011). *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Truth, S. (2014). *E não sou uma mulher?* Portal Geledés. Trad. Osmundo Pinho. Disponível em <<http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/#gs.h8jBXJA>>. Acesso em 23 nov. 2016.
- Veiga, A. M. (2020). Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. *Revista Tempo e Argumento*, v. 12, n. 29.

14. A TEORIA POLÍTICA DE POULANTZAS E A PESQUISA SOBRE SINDICALISMO NO BRASIL

ARMANDO BOITO JÚNIOR

O livro “Pouvoir politique et classes sociales”, de Nicos Poulantzas, publicado em Paris no ano de 1968 (Poulantzas, 1968), foi muito influente no meu trabalho sobre movimento sindical¹. Advirto de saída que não se trata de uma obra de sociologia do trabalho ou que analisa especificamente o sindicalismo. O que Poulantzas faz é uma análise teórica geral do poder, da política e das classes sociais nas sociedades capitalistas, e sua influência sobre as minhas pesquisas a respeito de trabalhadores e sindicalismo confirma algo já sabido, isto é, que teses teóricas gerais são passíveis das mais variadas – e às vezes surpreendentes – aplicações em muitas áreas temáticas. Outra advertência é que, seguindo o espírito da proposta editorial desta coletânea, não vou me referir aos demais livros que também foram influentes para a minha pesquisa. Elegi o livro de Poulantzas porque foi dele que extraí a inspiração teórica mais geral e mais importante, embora não necessariamente próxima e direta.

Eu conheci o trabalho de Poulantzas ainda quando fazia o Mestrado em Ciência Política na Universidade de Campinas (Unicamp) no biênio 1975-1976. Naquela época, os autores marxistas que mais líamos eram Nicos Poulantzas e Antonio Gramsci. Alguns dos então jovens docentes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, como André Villalobos, Décio Saes e Paulo Sérgio Pinheiro, tinham feito parte importante de sua formação acadêmica na França e usavam muito os escritos de Poulantzas. Após defender minha dissertação de mestrado sobre o golpe de Estado de 1954 (Boito, 1982), dissertação na qual utilizei os conceitos de

1. Há uma nova tradução brasileira dessa obra, intitulada “Poder político e classes sociais”, que foi publicada pela Editora da Unicamp (Poulantzas, 2020).

fração burguesa e de bloco no poder, tal qual tais conceitos foram desenvolvidos por Poulantzas, eu viajei para Paris, com bolsa de estudos da Capes, onde permaneci entre 1976 e 1978. Em Paris, obtive o Diplôme d'Études Approfondies (DEA) na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) sob a orientação de Alain Touraine. Embora orientado por Touraine, sociólogo francês fundador da revista *Sociologie du Travail*, o meu interesse maior era a obra de Poulantzas. Ele era professor na Université de Vincennes, mas oferecia também cursos na École. Fui aluno de Poulantzas durante o tempo que permaneci em Paris, estudei a fundo os seus trabalhos e, desde então, me convenci do grande valor científico da sua obra. Utilizo os conceitos de sua teoria política até os dias atuais, seja para pesquisar teoria política marxista (Boito, 2007), seja para analisar a política brasileira contemporânea (Boito, 2018).

Neste artigo, farei uma breve apresentação da obra “Pouvoir politique et classes sociales”, considerando aqueles dos seus conceitos e teses que mais influenciaram as minhas pesquisas sobre o movimento sindical. Em vez de dividir rigidamente a exposição, apresentando, numa primeira parte, o conjunto das principais teses do livro de Poulantzas e, numa segunda parte, o conjunto das minhas pesquisas sobre trabalhadores e sindicalismo, em vez disso, vou proceder intercalando a exposição da teoria política de Poulantzas e do meu trabalho de pesquisa sobre o sindicalismo no Brasil, num constante vai-e-vem entre uma e outro.

I

A trajetória intelectual de Poulantzas passa, pelo menos, por três fases distintas. Na primeira fase, como estudioso do direito, ele se encontrava sob a influência do existencialismo sartreano (Motta, 2010) e a sua principal obra é o livro dedicado ao estudo do direito intitulado “Nature des choses et droit”. Já o livro “Pouvoir politique et classes sociales” se situa na segunda fase do seu pensamento, aquela na qual a referência era uma leitura estrutural da obra de Marx elaborada por Louis Althusser e o seu grupo de colaboradores. Por último, é possível definir uma terceira fase, cujo trabalho principal é “L'État, le pouvoir, le socialisme” (Poulantzas, 1978)², na qual

2. A edição brasileira, intitulada “O Estado, o poder e o socialismo”, foi publicada pela Editora Graal (Poulantzas, 1980).

ele abandona a problemática do marxismo estrutural de Louis Althusser. Politicamente, se aproxima então da corrente eurocomunista que se constituía na Europa Ocidental. Pude acompanhar em sala de aula os debates acirrados provocados pela passagem da segunda para essa que foi a última fase de seu trabalho. Testemunhei a resistência de auxiliares de Nicos Poulantzas, principalmente de Massimo Salvadori, em seguir teórica e politicamente o mestre. Neste artigo, consideraremos apenas a segunda fase do seu trabalho, que é a fase na qual se situa o livro que nos interessa. Menciono, contudo, que além desse livro, Poulantzas publicou em sua fase althusseriana outros livros importantes: “Fascisme et dictature” (1970), “Les classes sociales dans le capitalisme aujourd’hui” (1974) e “La crise des dictatures – Portugal, Grèce, Espagne” (1975a)³.

Três anos antes de Poulantzas lançar o seu “Pouvoir politique et classes sociales”, Louis Althusser havia publicado, em 1965, dois livros que tiveram grande impacto na esquerda da Europa Ocidental e da América Latina: o “Pour Marx”⁴, que reunia ensaios escritos por Althusser entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, e um livro escrito por Althusser conjuntamente com o seu grupo de colaboradores – Etienne Balibar, Roger Establet, Pierre Macherrey e Jacques Rancière – intitulado “Lire le Capital”⁵, que reunia os estudos que ele e o seu grupo vinham fazendo do livro “O capital” em seminários na École Normale Supérieure de Paris. O livro “Pouvoir politique et classes sociales”, que designarei daqui em diante apenas pela sigla “PPCS”, está ampla e profundamente influenciado por esses dois trabalhos de Althusser.

“PPCS” é um tratado marxista de ciência política escrito da perspectiva daquilo que podemos denominar a corrente do marxismo estrutural. Nessa corrente, e também na obra que estamos considerando de Nicos Poulantzas, alguns conceitos e teses são fundamentais. O marxismo é concebido como uma ciência da sociedade e da história, e não apenas como uma “crítica do capitalismo” ou um “guia para a ação”, e o seu conceito fundamental é o conceito de modo de produção (Boito, 2016). Até aí, Althusser está retomando

3. Há edições brasileiras dessas três obras: “Fascismo e ditadura”, publicada pela Enunciado Publicações (Poulantzas, 2021); “As classes sociais no capitalismo de hoje”, publicada pela Zahar (Poulantzas, 1975b); “A crise das ditaduras”, publicada pela Paz e Terra (Poulantzas, 1976).

4. Há uma nova tradução brasileira dessa obra. Intitulada “Por Marx”, foi publicada pela Editora da Unicamp (Althusser, 2015).

5. A tradução brasileira, intitulada “Ler o capital”, foi publicada pela Zahar em dois volumes (Althusser, 1979 e 1980).

uma concepção clássica do marxismo já presente na própria obra de Marx e de Engels, concepção que tinha sido abandonada por parte do denominado marxismo ocidental. Contudo, uma inovação decisiva de Althusser e dos althusserianos – e Poulantzas era um deles quando publicou “PPCS” – é conceberem o conceito de modo de produção num sentido ampliado.

Vejam os porque esse entendimento representa uma inovação no campo da tradição marxista. No plano do enunciado teórico geral, Marx concebera o modo de produção como um conceito restrito à economia, e a própria expressão que nomeia o conceito o indica – modo de produção, ou seja, maneira de produzir. Na análise praticada nos textos de Marx, contudo, as coisas não se passam bem assim. O método althusseriano de leitura, que Althusser denominou “método sintomal”, é uma leitura atenta a esse tipo de desajuste entre o enunciado geral e a análise prática e permite detectar e extrair teses e conceitos presentes apenas em “estado prático”, isto é, praticado na análise embora não formulado no plano da teoria. A noção de “conceito em estado prático” é consagrada pela epistemologia de Althusser e foi por ele empregada no estudo da obra de Marx. Indico dois exemplos por minha conta e risco. No do Livro 1 de “O capital”, como está patente na passagem da Seção II (“A transformação do dinheiro em capital”) para a Seção III (“A produção da mais-valia absoluta”), Marx concebe o direito burguês como pressuposto necessário das relações de produção capitalistas. O que se vê nessa passagem, na análise prática de Marx, é que o trabalhador tem de ser juridicamente livre – e não um trabalhador submetido juridicamente, como escravo, ao seu proprietário ou, como servo, ao seu senhor – para poder incorporar-se à produção capitalista na condição de operário que pode alugar, já que é sujeito de direito, a força de trabalho que lhe pertence. Logo, o direito aparece em “O capital” como pressuposto das relações de produção; o jurídico-político como pressuposto da economia.

Quatro anos após a primeira edição de “O capital”, escrevendo em 1871 sobre a Comuna de Paris no seu opúsculo “A guerra civil na França”, Marx destaca que a manutenção e consolidação da grande novidade política instaurada pela Comuna – qual seja, a criação de uma democracia de massa na qual os trabalhadores haviam estabelecido mecanismos inéditos de democracia direta e também de controle sobre os seus próprios representantes políticos – dependiam da socialização dos meios de produção. E isso porque a manutenção do poder econômico do capital minaria a democracia de massa. Ou seja, a socialização dos meios de produção aparece, aqui, como pressuposto da manutenção de um poder político que, ele, já fora “socializado”. Se no

primeiro caso, o jurídico-político aparece como condição do econômico, no segundo, é o econômico que aparece como condição do político.

Pois bem, o conceito ampliado de modo de produção representa uma tentativa de elevar essas ideias presentes na análise prática de Marx para o nível mais geral e abstrato do próprio conceito – modo de produção – estabelecendo a necessidade de esse conceito contemplar, simultaneamente, o econômico, o político e o ideológico. Diga-se, de passagem que, apesar dessa ampliação, Althusser retém a expressão “modo de produção”, imprópria para um conceito que pretende, agora reformulado, englobar a totalidade das dimensões da vida social. Podemos conjecturar que a conservação da antiga terminologia tenha obedecido uma razão de ordem tática: manter o diálogo e o debate com o campo no qual se encontravam os intelectuais – marxistas – com os quais ele, Althusser, desejava e necessitava dialogar e debater (Turchetto, 2004).

O conceito ampliado de modo de produção conquistou a última cidadela teórica na qual poderiam se refugiar as leituras economicistas do marxismo. Marx, Engels, Lênin, Gramsci e outros já haviam iniciado esse combate teórico, mas Althusser o estendeu ao conceito central do materialismo histórico e removeu o “obstáculo epistemológico” – outra noção da epistemologia althusseriana e essa tomada da obra de Gaston Bachelard – que ainda se antepunha ao desenvolvimento da teoria política marxista. Nicos Poulantzas não poderia ter escrito o “PPCS” sem o conceito ampliado de modo de produção. Com efeito, uma conclusão que Althusser tirava desse conceito era a de que Marx havia elaborado em “O capital” apenas a teoria do nível econômico do modo de produção capitalista, e não a teoria do modo de produção capitalista no seu conjunto. Poulantzas partiu da indicação dessa lacuna teórica do marxismo e elegeu como objeto teórico de “PPCS” o nível político do modo de produção capitalista, isto é, colocou-se como objetivo elaborar a teoria, ainda faltante, do nível político nesse modo de produção.

Além da concepção ampliada de modo de produção e da concepção do marxismo como ciência da sociedade e da história, a escola althusseriana é conhecida por ter estabelecido a estrutura como determinante da prática dos agentes sociais. Essa é outra tese que teve grande impacto sobre a obra “PPCS”. Estamos diante de teses e conceitos organicamente vinculados. Se a ação dos agentes sociais fosse livre, não haveria regularidade na prática desses agentes e, na falta dessa, seria impossível uma ciência da sociedade e da história, já que a ciência nada mais faz que detectar as leis que regem e

explicam a regularidade dos fenômenos observáveis. E o conceito de modo de produção ampliado afirma que a determinação da estrutura sobre a prática social e a conseqüente regularidade dessa última não estão confinadas ao terreno da economia, onde se impõe o processo cego de valorização do capital, mas estendem-se a todos os níveis da vida social. Portanto, a ação política tampouco seria a esfera da liberdade, ela estaria determinada também pela estrutura do modo de produção, e particularmente pelo seu nível político. Os diferentes modos de produção – asiático, escravista antigo, feudal, escravista moderno, capitalista – possuem estruturas regionais que funcionam de modo integrado, reproduzindo-se reciprocamente. Estaríamos diante de uma variante funcionalista do marxismo que seria incapaz de pensar a mudança social, como pretenderam alguns críticos? Não.

Retomando com retificações o famoso “Prefácio de 1859” de Marx, Etienne Balibar mostra, na obra coletiva “Lire le Capital”, que o desenvolvimento das forças produtivas introduz uma contradição, inexistente na origem desse mesmo modo, contradição essa que permite que surja a luta de classes e, assim, a superação daquela forma de organização da vida social. Acrescentamos, e retomando a terminologia de Marx no referido “Prefácio”, que o surgimento da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção abre tão-somente “uma época de revolução social”, já que a ocorrência efetiva da revolução depende, ainda, do surgimento de uma situação revolucionária, que não é um dado de toda uma época, mas sim um dado estritamente conjuntural (Lenin, 1979). A prática disruptiva, revolucionária, não é, portanto, um fenômeno teoricamente inconcebível para aqueles que trabalham com a tradição althusseriana. A tese é que essa prática apenas não é possível no período ascendente do modo de produção, quando as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas são compatíveis, isto é, quando as primeiras estimulam o segundo (Cohen, 2014).

II

Note-se que estamos tratando das estruturas gerais – econômica, política – de um determinado modo de produção e da passagem de um modo de produção a outro. Esse alerta importa porque muitos não compreendem esse fato. Para dar um exemplo célebre dessa incompreensão, citemos E. P. Thompson (1978). Esse autor incorre em erro quando, polemizando com a tese da determinação da prática pela estrutura, apresenta como exemplo

hipotético de ação livre e negadora dessa última o caso de uma operária que, explorada como trabalhadora e oprimida como mulher, se rebela e decide participar do sindicato e de ações grevistas. Nesse ato, a operária apresentar-se-ia como sujeito livre e independente diante da estrutura. Ora, na verdade, Thompson, ignorando a estrutura do modo de produção capitalista, não consegue ver que o sindicato e a greve são eventos normais no capitalismo, *permitidos pela própria estrutura desse modo de produção*. E aqui eu faço a primeira referência a um trabalho meu influenciado pelas obras de Althusser e de Poulantzas. Mobilizando o conceito ampliado de modo de produção, eu procurei, num ensaio teórico, estabelecer alguns pontos para a elaboração de uma teoria da ação sindical. Refiro-me ao meu artigo intitulado “Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores: nota para uma teoria da ação sindical”, que é o capítulo VII do meu livro “Estado, política e classes sociais” (Boito, 2007).

Procuro mostrar, nesse texto, que o direito e a estrutura econômica dos modos de produção pré-capitalistas – considero no meu artigo o escravismo antigo, o modo de produção feudal e escravismo moderno – impedem a organização e a luta permanente e legítima dos trabalhadores. Não há sindicatos ou greves de escravos ou de servos. Uma paralização coletiva do trabalho por parte de escravos – que é algo muito raro, mas que existiu – não recebe e não pode receber o mesmo tratamento que é dispensado a uma paralização coletiva do trabalho no capitalismo. A paralização coletiva num e noutro caso, e eu mostro isso com detalhes históricos no meu artigo, são vistos e tratados de modos muito distintos. Seria um erro ocultar essas diferenças nomeando com a noção “greve” toda e qualquer paralização coletiva do trabalho ocorrida ao longo da história.

Utilizei a bibliografia brasileira e internacional para mostrar que nos citados modos de produção pré-capitalistas a história da luta dos trabalhadores apresenta um perfil característico: prolongados períodos de ausência de organização e de luta coletiva separados por momentos geralmente breves de revoltas e insurreições, momentos aos quais se seguem novos períodos prolongados de inatividade. A historiografia sobre o escravismo antigo, sobre o período feudal e sobre o escravismo moderno, inclusive o brasileiro, é rica na descrição e análise desse perfil da resistência dos trabalhadores nos citados modos de produção. Isso se passa desse modo porque no direito pré-capitalista o trabalhador e o proprietário dos meios de produção recebem um tratamento desigual – desigualdade jurídica essa que origina a estratificação dessas sociedades em ordens e estamentos. As sociedades

pré-capitalistas são, simultaneamente, sociedades de classes e de ordens. O proprietário dos meios de produção é sujeito pleno de direito, mas o trabalhador não o é. No caso do trabalhador escravo, ele simplesmente não é considerado sujeito de direito, já que é tido como objeto da vontade de terceiros, isto é, da vontade do seu proprietário, enquanto no caso do servo de gleba temos um sujeito de direito de direito limitado – o servo possui alguns direitos e mesmo esses limitados.

Nessas sociedades, então, o ato de reivindicar, que é um ato de expressão da vontade do trabalhador, choca-se com o direito (pré-capitalista) e, em decorrência disso, não pode ser aceito, e não é aceito, pela classe dominante – convém lembrar o leitor que o ato de reivindicar só se completa no ato da negociação que, por sua vez, requer a anuência e a participação da classe proprietária. E a classe proprietária não pode romper, e não rompe, com o direito que lhe assegura a propriedade dos meios de produção e, nesse caso, a propriedade, absoluta ou limitada, do próprio trabalhador. Nada disso significa que os trabalhadores não tenham tentado antes do surgimento do capitalismo travar a luta reivindicativa. Porém, a resposta da classe dominante foi sempre a repressão pura e simples, jamais a negociação. A organização dos trabalhadores regredia, então, para a estaca zero. Logo, a passividade no plano da ação coletiva ou a rebelião, essas são as únicas opções. Analiso no meu ensaio esse perfil da luta dos trabalhadores na Roma Antiga, na França feudal e no Brasil Colonial e Imperial, considerando no caso do Brasil lutas ocorridas na zona açucareira do Nordeste e cafeeira do Sudeste. Pois bem, além da *interdição* provocada pelo direito, o perfil das forças produtivas dos modos de produção pré-capitalistas opõe grande *obstáculo* à luta reivindicativa. Como não são forças produtivas socializadas, pois a economia desses modos de produção assemelha-se mais a uma somatória de pequenas e médias unidades econômicas independentes, a luta dos trabalhadores em uma delas, seja uma fazenda escravista ou um feudo, não repercute na produção das demais unidades. A luta reivindicativa permanece localizada e não desorganiza a economia. Social e politicamente a tendência é que ela permaneça isolada.

Serei mais breve no que respeita à situação original apresentada pela estrutura econômica e pela estrutura jurídico-política do modo de produção capitalista. No seu “PPCS”, Poulantzas mostra que o direito capitalista, diferentemente do direito dos modos de produção pré-capitalistas, é um direito formalmente igualitário que atribui a todos –sejam proprietários dos meios de produção, sejam trabalhadores desprovidos de propriedade

–a condição de sujeitos plenos de direito. No capitalismo, seguem existindo as classes sociais e, conseqüentemente, a desigualdade de classes, que é uma desigualdade de tipo econômico, mas são extintos os estamentos e as ordens, que correspondem a uma desigualdade de tipo jurídico. Os economicamente desiguais são tratados de modo igualitário pelo direito capitalista e de modo inigualitário pelo direito pré-capitalista (Saes, 1994). O fato de o trabalhador ser juridicamente livre e de ele se integrar à produção capitalista como vendedor da mercadoria força de trabalho com base em um contrato de compra e venda, características essas fundamentais da estrutura jurídico-política e da estrutura econômica do modo de produção capitalista, esses fatos permitem e até estimulam a ação reivindicativa. O trabalhador é estimulado a discutir o contrato de trabalho procurando, como qualquer vendedor de mercadoria, obter um bom preço para a mercadoria que coloca no mercado. Essa característica do direito capitalista isola os trabalhadores, ocultando aos seus olhos o seu pertencimento de classe. Contudo, quando combinada com o trabalho socializado, essa mesma característica permite uma torsão que dá origem à ação coletiva de tipo sindical: negociar coletivamente a venda da força de trabalho. É por isso, e também pela socialização das forças produtivas típica do capitalismo, que sindicato e greves são fenômenos próprios das sociedades onde domina o modo de produção capitalista. A socialização das forças produtivas potencializa o impacto da ação grevista no conjunto do sistema econômico e social, mesmo que essa ação seja setorial ou localizada, aumentando a visibilidade social e a força da luta reivindicativa.

No ensaio ao qual estou me referindo, foram essas as explicações que encontrei – partindo do conceito ampliado de modo de produção e me apoiando também em ideias já presentes na bibliografia sobre a relação do movimento sindical com o direito capitalista, ideias devidamente citadas no referido ensaio – para o fato de a resistência dos trabalhadores no capitalismo assumir a forma, até então desconhecida, de uma organização permanente e legítima dos trabalhadores: o sindicato e a greve. Resumindo: a estrutura do modo de produção, no passado remoto e no presente, determina a prática dos agentes sociais, inclusive a prática de resistência dos trabalhadores. Estamos muito longe da ideia de E. P. Thompson sobre a ação sindical como ação livre e de negação da estrutura.

Três observações derradeiras sobre esse ponto: a) note-se que discorreremos sobre uma prática de resistência, de defesa diante dos efeitos do capitalismo, e não uma prática disruptiva, revolucionária, que se volta contra estru-

tura da sociedade capitalista, prática essa cuja condição de possibilidade é, como indicamos, o desenvolvimento das forças produtivas e a contradição à qual tal desenvolvimento dá origem; b) a análise que desenvolvi no ensaio teórico comentado é congruente com a distinção estabelecida por Marx, no texto “Salário, preço e lucro”, e que é retomada por Lênin no livro “Que fazer?”. Refiro-me à distinção entre *luta reivindicativa*, da qual é um exemplo a forma mais corrente de luta sindical, e *luta pelo poder de Estado*, distinção conceitual essa frequentemente esquecida ou subestimada e impropriamente designada pelos termos *luta econômica* e *luta política*; c) eu mostro ainda nesse ensaio que a despeito de o movimento sindical, na sua forma corrente, ser uma prática que reitera a estrutura da sociedade capitalista, esse movimento pode, em conjunturas revolucionárias, articular-se com a luta dos trabalhadores pelo poder de Estado, isto é, pela revolução.

III

A estrutura determina a prática. Essa tese que é válida, como indicamos, para a estrutura mais geral do modo de produção, o é também, ainda que de modo distinto, para as estruturas particulares das formações sociais capitalistas concretas. Essas determinam a prática, mas o fazem de maneira distinta, com distintos graus de eficácia; e as condições de superá-las, isto é, de eliminá-las, podem surgir sem que esteja em crise o modo de produção capitalista. Essa afirmação vale para as estruturas econômicas e políticas particulares de uma ou outra sociedade capitalista existente num determinado tempo e lugar.

A obra “PPCS” de Nicos Poulantzas segue rigorosamente e de modo criativo a distinção althusseriana entre o conceito de *modo de produção* e o conceito de *formação social*. Tudo que escrevemos sobre as relações entre os diferentes modos de produção e a ação de resistência dos trabalhadores refere-se ao conceito mais geral e invariante de capitalismo – o conceito de modo de produção capitalista – e não a sociedades capitalistas historicamente existentes – as formações sociais capitalistas. No plano das formações sociais, que é histórico e concreto, a variação é muito grande – existem variadas configurações de capitalismo e de sociedades capitalistas. A epistemologia da escola althusseriana opera, no processo de análise da sociedade, com a distinção de diferentes níveis de generalização, distinção essa praticada também, embora de modo distinto, por outras tradições

epistemológicas, como a weberiana, e recusada pela tradição empiricista, como aquela representada por E. P. Thompson. Tais níveis de generalização vão do mais simples e abstrato, o conceito geral de modo de produção, ao mais complexo e concreto ou determinado, a formação social – há ainda um nível intermediário que é formado pelos conceitos específicos de modo de produção escravista, capitalista etc.

Para indicar alguns atributos que especificam as formações sociais capitalistas, podemos lembrar que há sociedades capitalistas centrais e periféricas, economias imperialistas e dependentes, capitalismo concorrencial e monopolista, as sociedades capitalistas sob Estados ditatoriais e sob Estados democráticos, as democracias presidencialistas e as parlamentaristas e, para cada caso, encontraremos ainda variações no tempo e no espaço. Chamo a atenção do leitor para o fato de que o livro “PPCS” não trata apenas do nível político no modo de produção capitalista, mas também do nível político nas formações sociais capitalistas centrais do século XX. É quando analisa tais formações sociais que Poulantzas elabora ou simplesmente retoma conceitos como forma de Estado, regime político, cena política, sistema partidário e outros. Pensando no Brasil do século XXI, temos uma sociedade capitalista cuja economia e cujo Estado são capitalistas e dependentes, sendo que esse último se apresenta sob a forma democrática num regime político presidencialista e pluripartidário, regime esse que, no momento em que escrevemos – final do ano de 2022 – encontra-se em crise. Tais características singulares são apenas algumas das que especificam a formação social capitalista brasileira contemporânea.

Pois bem, no que respeita ao nível político, que é o que mais nos interessa aqui, as diferentes formações sociais capitalistas possuem estruturas e instituições que as particularizam. Todas elas são congruentes com a estrutura política do modo de produção capitalista, mas possuem especificidades. Essas instituições, em primeiro lugar, cristalizam valores e possuem normas compatíveis com a estrutura geral do modo de produção capitalista que, no seu nível político, consagra: a) a igualdade jurídica formal e b) um segundo elemento, também esse desenvolvido originalmente por Poulantzas no “PPCS”, que consiste no burocratismo. Esse segundo elemento é particularmente importante para a análise que desenvolvi sobre o sindicalismo de Estado no Brasil (Boito, 1991a), sindicalismo esse que é uma instituição política particular e limitadora da democracia brasileira – os trabalhadores no Brasil não usufruem de plena liberdade de organização sindical.

Poulantzas entende que o direito formalmente igualitário individualiza os integrantes das classes trabalhadoras e demais classes sociais. Trata-se de um efeito ideológico que ele denomina efeito de isolamento. A segunda característica do nível político do modo de produção capitalista aparece no sistema burocrático de organização do Estado. Poulantzas, nesse ponto, utiliza, com retificações importantes, o trabalho de Max Weber sobre a forma burocrática de organização daquele que ele, Weber, denomina o Estado moderno. Esse é, de resto, o procedimento epistemológico de retificação, muito presente, como já indiquei, na escola althusseriana. Aliás, esse procedimento enriquece muito o livro “PPCS”. Além de não ficar confinado ao que os marxistas escreveram, Poulantzas pode utilizar de maneira crítica uma plêiade de autores e obras não marxistas que são por ele reaproveitados. Esse procedimento, ademais, converte a obra que estamos comentando num verdadeiro balanço do estado da arte na ciência política europeia e estadunidense das décadas de 1950 e 1960.

Voltando ao burocratismo, esse que é o sistema de organização criador da camada burocrática do Estado, ele permite o recrutamento dos agentes do Estado em todas as classes sociais. As pesquisas empíricas, como aquela realizada no clássico livro de Ralph Miliband (1972), mostram que a cúpula do aparelho de Estado é ocupada por funcionários oriundos na sua maioria da burguesia e da alta classe média. Contudo, no plano do direito, esses postos são formalmente abertos a todos, independentemente de sua origem e pertencimento social. Essa abertura formal tem um efeito ideológico decisivo e que, em “PPCS”, Poulantzas denomina efeito de representação da unidade. Como, diferentemente dos Estados pré-capitalistas, os postos do Estado não são monopólio legal dos integrantes da classe dominante, o Estado capitalista acaba aparecendo como representante de um coletivo de indivíduos, previamente isolados pelo direito, coletivo esse que nada mais é que a nação, figura ideológica típica e exclusiva do modo de produção capitalista. A nação reúne num coletivo imaginário, supostamente dotado de um interesse geral comum, os indivíduos isolados pelo direito, e esse coletivo imaginário se contrapõe aos coletivos de classe dotados de interesses particulares, conflitantes ou antagônicos. A burocracia de Estado aparece, então, como representante daquilo que seria o interesse nacional. Pois bem, como procurei demonstrar em meu livro “O sindicalismo de Estado no Brasil” – uma análise crítica da estrutura sindical, a estrutura sindical de Estado brasileira é uma instituição cuja existência e eficácia depende dos

efeitos ideológicos básicos do Estado capitalista – particularmente do efeito de representação da unidade – e contribui para sua reprodução e difusão⁶.

IV

A seu modo, e não da maneira como ocorre com as estruturas gerais e invariáveis do modo de produção capitalista, que, repito, só podem ser superadas em período muito particular da história, o sindicato de Estado determina a prática dos dirigentes e dos militantes sindicais que atuam dentro dos sindicatos oficiais. Poderíamos denominar estruturas de segundo grau, que são estruturas que, como o sindicato de Estado, podem vir a ser eliminadas pela luta social e política sem que para isso seja necessário superar o modo de produção capitalista. Essa eliminação, porém, exige que os sindicalistas rompam, na medida em que o curso das lutas gere condições para tanto, com a ideologia que solda a estrutura sindical, e que denominei no livro acima citado “ideologia da legalidade sindical”. E, aqui, nos deparamos com outro tema do livro “PPCS”: a estrutura, que é um conjunto integrado e coerente de relações, se mantém e se reproduz graças à ideologia que ela, estrutura, encarna. Jacques Bidet, no seu valioso estudo sobre o livro “O capital” (2010), denominou “meta-estrutura” a ideologia que se encontra na base das relações estruturais. Idealismo? Não, porque a ideologia deita raízes na economia e na sociedade. No caso do sindicalismo de Estado, tentei mostrar no meu livro que tais raízes se encontram no processo de formação histórica bem como na situação presente da classe operária e da classe média no capitalismo brasileiro.

Não poderei ser exaustivo, mas indicarei alguns pontos básicos da análise que faço no meu livro “O sindicalismo de Estado no Brasil”. Anuncio, em primeiro lugar e muito brevemente, a polêmica do meu livro com a bibliografia sobre esse tema. A expressão estrutura sindical ainda é corrente

6. Esse trabalho foi a minha tese de doutorado. Para escrevê-lo, além da utilização da bibliografia e da documentação do movimento sindical, pude contar com uma espécie de pesquisa participante, pois militava, nos primeiros anos da década de 1980, num dos agrupamentos da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, agrupamento que se encontrava sediado na Zona Sul da cidade, que era a região em que se concentravam grandes empresas metalúrgicas de então. Percebendo a necessidade de irmos além da mera disputa pela diretoria do sindicato oficial dos Metalúrgicos de São Paulo, criamos naquela região o *Comitê para a construção do sindicato livre*. A militância nesse comitê ensejou minha participação em debates e em ações de diferentes segmentos do sindicalismo operário e de classe média da cidade de São Paulo.

no vocabulário dos ativistas sindicais, dos observadores e dos estudiosos, embora o uso do termo venha sendo cada vez menos frequente desde o fim dos governos militares e a promulgação da Constituição de 1988. Contudo, a grande maioria dos estudos confunde, como procuro mostrar no meu livro, a estrutura sindical com os seus efeitos e, equívoco correlato, sustentam que a natureza do conjunto do sindicato de Estado ou a natureza de um sindicato oficial específico muda quando muda a correlação política de forças na sociedade e/ou quando direções conservadoras são substituídas por direções consequentes na condução da luta reivindicativa. Eu, diferentemente, distingo a estrutura, que na grande maioria dos casos permanece oculta aos olhos dos ativistas e dos pesquisadores, dos seus efeitos mais evidentes e procuro mostrar que a natureza do sindicato de Estado não muda simplesmente com mudanças na situação política ou na direção que o ocupa. Claro, a orientação e o alcance da luta reivindicativa podem mudar em decorrência de mudanças políticas gerais e da mudança da direção de um determinado sindicato, porém só pode mudar, se mantida a estrutura sindical de Estado, dentro dos limites estabelecidos por essa estrutura (Boito, 1991a). A seu modo, a estrutura sindical determina a prática sindical.

A estrutura sindical brasileira, como toda estrutura, é um conjunto integrado e coerente de relações sociais. As partes envolvidas nessas relações são o Estado, o empresariado e os trabalhadores. O elemento fundamental da estrutura sindical consiste na necessidade de o Estado reconhecer oficialmente cada sindicato de trabalhadores – a chamada investidura sindical. Mostro no meu livro que tudo o mais depende desse elemento de base. Os estudiosos e sindicalistas em sua maioria ignoram ou subestimam a importância desse elemento. No entanto, é a investidura sindical que concede representatividade ao sindicato e que permite que ele negocie e assine convenções e acordos coletivos em nome de um segmento de trabalhadores, isto é, que permite que ele desempenhe as funções elementares da atividade sindical. É acima de tudo da investidura que decorrem, necessariamente, os mais variados tipos de intervenção do Estado na vida sindical, inclusive as intervenções criticadas pelos sindicalistas que, no entanto, não criticam a investidura, embora maldigamos seus efeitos.

Outro elemento da estrutura, derivado, mas importante, é a unicidade sindical: a investidura é fornecida ao sindicato oficial em regime de monopólio. O sindicato é único por força de lei. A investidura e a unicidade representam uma interferência profunda do Estado na vida sindical e são incompatíveis com a liberdade de organização sindical. É o Estado, e só

pode ser o Estado, que determina qual é o único sindicato representante de um determinado segmento dos assalariados – e esse segmento também é definido pelo próprio Estado. Disso decorrem as intervenções do Estado nos resultados de eleições sindicais, na deposição de direções eleitas etc. Contudo, tal qual no caso da investidura, os sindicalistas quando criticam tais efeitos, não criticam esse outro elemento de base da estrutura que os possibilita: a unicidade sindical.

No ano de 1988, que foi quando escrevi “O sindicalismo de Estado no Brasil”, ainda tínhamos o imposto sindical obrigatório para todos os trabalhadores da base do sindicato oficial, associados ou não. Esse elemento, que foi suprimido pela reforma trabalhista do Governo Temer – e que, eventualmente, poderá retornar – não é, ao contrário do que pensam muitos, a característica fundamental do sindicato de Estado. Como mostro no meu livro, Francisco Weffort apresentava, erroneamente, o imposto sindical como o elemento de base da estrutura e, em contrapartida, defendia a unicidade sindical. Na verdade, ele seguia a escola de Evaristo de Moraes Filho, tido erroneamente como crítico da estrutura sindical, mas que, de fato, procurou encontrar meios para combinar a preservação da investidura e da unicidade sindical com uma organização democrática dos sindicatos. Tento demonstrar no meu livro que se trata de uma busca vã⁷.

Argumento também no livro que a ideologia da legalidade sindical, que é responsável pela reprodução da estrutura sindical, é, na verdade, uma manifestação da ideologia populista. Considero esse um achado importante da minha pesquisa, achado que evidencia a complexidade e a difusão da ideologia populista, ideologia cuja caracterização na sociologia política brasileira é muito prejudicada pela simplificação oriunda do tão difundido conceito weberiano de liderança carismática. Sei que ao falar de populismo toco em outro tema controverso. Grande parte dos intelectuais críticos re-lutam em utilizar esse conceito ou recusam-no abertamente. Muitas vezes,

7. Finda a ditadura militar, foram feitas reformas na estrutura sindical brasileira que levaram alguns estudiosos e sindicalistas a argumentar que a estrutura sindical havia sido superada. Contra essa tese, argumentei em meu ensaio intitulado “Reforma e persistência da estrutura sindical” que o que tais reformas haviam feito fora substituir – em consonância com a transição da ditadura militar para a democracia – a gestão ditatorial da estrutura sindical de Estado pelo governo por uma gestão mais flexível, tendo o principal gestor se deslocado do Ministério do Trabalho para o Judiciário. Esse ensaio foi publicado no livro por mim organizado “O Sindicalismo brasileiro nos anos 80” (1991b). A organização desse livro foi resultado do meu trabalho como Coordenador do Grupo de Trabalho (GT) “Classe operária e sindicalismo” da Anpocs no período de 1989 a 1992. Além do meu texto, o livro contém artigos de outros colegas do referido GT: Eduardo Noronha, Iram Jácome Rodrigues, Leôncio Martins Rodrigues e Regina Reyes Novaes.

eles resistem, sem o saber, à palavra, à terminologia, e não à ideia, isto é, ao conceito. Onde encontram tal palavra imaginam que ela se refere sempre a um mesmo e único conceito de populismo, aquele que identifica esse fenômeno como uma política que uniria uma “liderança carismática” ou “demagógica” a uma massa desinformada e disponível para irrestrita manipulação. Nós utilizamos a palavra populismo para designar outro conceito, isto é, outra ideia.

O populismo é uma relação política na qual os trabalhadores orientam-se pelo fetiche do Estado, imaginando-o uma entidade autônoma e protetora, e não uma entidade cuja estrutura possui natureza de classe e cuja ação depende, dentro de tais limites estruturais, da relação de forças entre as classes em presença. Logo, na nossa concepção, o populismo só é possível no Estado capitalista que, como mostra Poulantzas no “PPCS”, é uma instituição que se apresenta, e que pode se apresentar, como uma entidade socialmente neutra. O fetiche consiste em imaginar que as políticas oriundas dessa instituição neutra pairam acima das relações políticas de força entre as classes sociais. O governo ou o político populista é forte porque goza de apoio popular, mas a ideologia populista inverte essa relação, concebendo o governo como entidade independente e todo poderosa e os trabalhadores como vítimas incapazes carentes de proteção. Operando uma torsão na ideologia do Estado capitalista – Estado representante da nação, isto é, do interesse geral –, os trabalhadores, estando sob o impacto do populismo, imaginam que tal instituição pode e deve proteger os mais fracos e vulneráveis. Logo, o populismo só é bem sucedido, e essa é uma diferença de fundo com a concepção weberiana do populismo, se o governo populista tomar medidas efetivas que atendam de alguma forma alguns interesses das classes populares. Os trabalhadores apoiavam Vargas pela sua política de expansão do direito do trabalho e não porque ele seria uma “liderança carismática” e/ou “demagógica”.

Mas o populismo, sendo um tipo de reformismo, não é um reformismo qualquer. Não se trata apenas de assegurar direitos trabalhistas e sociais que, numa sociedade capitalista, só podem ser assegurados por intermédio do Estado e pela ação dos governos. Esse tipo de expectativa está presente em toda e qualquer luta por reformas dentro do capitalismo, sejam essas lutas dirigidas por movimentos e partidos reformistas ou mesmo revolucionários. Trata-se de algo mais: trata-se de conferir ao Estado e aos governos a função de organizar a luta sindical dos trabalhadores e/ou a luta reivindicativa de demais classes populares. Os sindicalistas impactados

pela ideologia da legalidade sindical supõem e chegam a verbalizar a ideia segundo a qual sem a investidura, a unicidade e as contribuições sindicais obrigatórias, o sindicalismo se perderia na falta de representatividade, no pluralismo pulverizador, na falta de recursos e seria levado à morte. Logo, seria preciso que o Estado, e não partidos operários reformistas ou revolucionários, assumisse a tarefa de assegurar a legitimidade, a unidade e os recursos da luta sindical. O Estado não impõe o sindicato de Estado ao movimento sindical. É esse último que almeja o tipo de proteção do Estado acima referido e, portanto, almeja a tutela do Estado sobre o movimento sindical. No meu livro, desenvolvo em detalhes esses argumentos, polemizando com inúmeros analistas do movimento sindical e recorrendo à história do sindicalismo urbano e do sindicalismo rural brasileiro.

A existência da estrutura sindical, ou da instituição sindicato de Estado, produz efeitos práticos sobre a luta sindical. No livro que estou comentando, eu procuro resumir tais efeitos dividindo-os em dois grupos. Em primeiro lugar, aqueles efeitos que impedem a união da luta sindical reivindicativa com a luta pelo socialismo. São efeitos políticos mais gerais e que impedem a aplicação de uma linha de ação socialista no sindicalismo de Estado como movimento social. Resumindo: a ação no sindicalismo de Estado reproduz a concepção segundo a qual o Estado burguês é uma entidade socialmente neutra e protetora que pode organizar os sindicatos para os trabalhadores. A prática sindical nesse tipo de sindicalismo alimenta ilusões ideológicas no Estado burguês e bloqueia a formação de uma consciência socialista. Em segundo lugar, os efeitos que dificultam a própria luta reivindicativa elementar. O sindicato de Estado, pela sua própria estrutura organizativa e de financiamento, penetra muito superficialmente na massa de assalariados; ao contrário do que imaginam os defensores da unicidade sindical, esse sindicato dificulta a unificação da luta sindical – divide os trabalhadores em categorias legalmente organizadas pelo Estado e os pulveriza em um número cada vez maior de sindicatos cada vez menores, criados um atrás do outro para usufruir das benesses propiciadas pela estrutura à burocracia sindical; e, finalmente, permite ao Estado, seja ao executivo seja ao judiciário, selecionar as lideranças que podem ascender na estrutura sindical. Essa seleção é de dois tipos. Aquela concentrada no tempo e massiva, como nos períodos críticos da história do Brasil, nos quais o Estado promove verdadeira varredura nos sindicatos oficiais, afastando as diretorias mais combativas – 1947, 1964, 1978 – e aquela seleção permanente e capilarizada que o Estado realiza recorrendo a mecanismos os mais variados – deferimento ou indeferimento de

investidura sindical, intervenção em processo eleitoral, delimitação da base deste ou daquele sindicato etc. Apresento no meu livro fatos os mais variados para desenvolver esses argumentos. Mesmo que o queiram, os sindicalistas, submetidos à ideologia da legalidade sindical e, portanto, constrangidos a permanecer nos limites da estrutura sindical, isto é, obedientes à investidura e à unicidade sindical, esses sindicalistas não têm como, pela sua ação, evitar os efeitos inevitáveis acima arrolados da estrutura sobre a prática sindical. A primeira continuará determinando a segunda.

Em muitos casos, os efeitos que prejudicam a mais elementar luta reivindicativa são repudiados pelos sindicalistas. Muitas vezes, criticam as intervenções do Executivo Federal ou do Judiciário nas eleições sindicais; a destituição de diretoria eleitas; a regulamentação do uso ou congelamento das finanças dos sindicatos; a delimitação da base dos sindicatos etc. Como, então, sustentar que os sindicalistas aceitam a estrutura sindical? Duas observações permitem esclarecer tal dúvida. Primeira observação: essas intervenções não são percebidas pelos sindicalistas que as criticam como efeitos da estrutura sindical, mas sim como a própria estrutura. Ou seja, ignoram que são a investidura, a unicidade e as contribuições sindicais obrigatórias que permitem e ensejam as intervenções vistas como indesejáveis. Não se dão conta que há uma estrutura subjacente a tais efeitos e que os torna possíveis. Aceitam e defendem a estrutura, mas almejam, em vão, livrar-se dos seus efeitos. A segunda observação é a seguinte: grande parte das intervenções indesejáveis são motivadas por ações legais movidas por um grupo sindical contra outro, ou seja, são intervenções solicitadas pelo próprio movimento sindical. E a solicitação da intervenção autoritária do Estado no movimento sindical não é apanágio dos sindicalistas pelegos ou conservadores. As correntes progressistas do sindicalismo também recorrem ao Estado para solicitar intervenções que consideram legítimas ou saneadoras⁸.

Vemos que a estrutura sindical não é imposta unilateralmente pelo Estado. Ela usufrui de apoio amplo e ativo de dirigentes e militantes sindicais. Isso não significa, porém, que tal estrutura sempre tenha sido aceita por todos. Há conjunturas na história do sindicalismo de Estado em que segmentos da classe operária e da classe média resistiram e combateram tal estrutura. Citarei alguns exemplos que analiso no meu livro. No início

8. Os estudos sobre a estrutura sindical, entendida nos termos que expus até aqui, foram desenvolvidos em múltiplas dimensões, dentre outros, por pesquisadores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e da Faculdade de Direito da USP. Cito alguns desses trabalhos: Coletti (1998); Galvão (2007); Marcelino, (2013); Corregliano (2020); Yamamoto (2016); Barison (2016).

da década de 1930, a historiografia registra a resistência dos sindicatos operários aos decretos varguistas de implantação do sindicato oficial nas regiões mais industrializada se a adesão a esse sindicato nas regiões onde o movimento operário era mais débil; o sindicalismo dos operários navais do Rio de Janeiro ao longo dos anos 50, a região da grande indústria naval brasileira da época, era organizado por fora dos sindicatos oficiais; o PCB, diante da linha repressiva do governo Dutra, passou a organizar os trabalhadores por fora dos sindicatos oficiais, política que se iniciou em 1948 e se manteve até 1952; o Fundo de Greve do novo sindicalismo do ABC na crise da ditadura militar representou, na prática, um sindicato livre, embora a direção sindical tenha relutado em assumir esse fato e se direcionado para conduzir o movimento de volta para o sindicato oficial; o sindicalismo do funcionalismo público foi criado e permanece, na sua maior parte, fora da estrutura sindical (Boito, 1991a). Em todos esses casos, analisados e reconstruídos por bibliografia que cito no meu livro, presenciamos setores com maior poder de pressão e mais organizados se afastando da concepção sindical populista ou mesmo rompendo com ela e, portanto, com a estrutura sindical. No livro, mostro também que na década de 1980, que foi quando realizei a minha pesquisa, a sindicalização nos sindicatos oficiais apresentava um padrão muito significativo: era maior nas pequenas que nas grandes cidades; maior nas pequenas e médias empresas que nas grandes empresas; e era maior também nos setores da classe operária menos propensos à luta grevista.

V

No campo marxista, Poulantzas, tal qual Gramsci, dedica-se, acima de tudo, ao desenvolvimento da teoria política. Tal projeto intelectual é, por si só, um rompimento de ambos os autores com as correntes marxistas economicistas. Contudo, como pudemos notar até aqui, Poulantzas dá importância às estruturas e instituições políticas próprias do modo de produção e das formações sociais capitalistas, enquanto Gramsci, acrescento agora, analisa e valoriza, unilateralmente, a ação política. Já Poulantzas contempla ambas as partes: a estrutura e a ação. Essa última está muito presente em “PPCS” e é considerada em suas mais variadas dimensões, funções e possibilidades.

Poulantzas se preocupou, particularmente, em produzir os conceitos necessários para designar a posição que cada classe, fração de classe, camada ou categoria social ocupa nas relações de poder. Desenha para o cientista político marxista um quadro complexo de conceitos e teses com os quais ele pode analisar de modo sofisticado a posição e a ação das forças sociais em presença num dado processo político. O próprio conceito de “força social” foi produzido por Poulantzas para designar um segmento social qualquer – uma classe, fração de classe, camada, etc. – que logra, pela sua ação, produzir no processo político nacional aquilo que Poulantzas denominou “efeitos pertinentes”.

Pois bem, para designar as posições nas relações de poder, Poulantzas foi muito além da oposição binária classe dominante/classe dominada. Não negou essa oposição, mas sofisticou-a: 1. em “PPCS” sistematizou e desenvolveu o tradicional conceito de fração burguesa e elaborou os conceitos novos de bloco no poder e de fração burguesa hegemônica no bloco no poder, para distinguir as diferentes posições de poder ocupadas por diferentes segmentos da classe dominante. O bloco no poder designa a unidade conflituosa e hierarquizada das diferentes frações da burguesia no exercício comum do poder de Estado; 2. com os conceitos de classe detentora e classe reinante, a obra “PPCS” distingue as classes sociais que fornecem o pessoal para a cúpula da burocracia de Estado e para a atividade partidária e parlamentar – ou seja, conceitos que se referem à questão de saber *quem* governa – da classe e da fração de classe cujos interesses são atendidos pelas decisões de Estado, ou seja, da classe dominante e da fração hegemônica no bloco no poder – conceitos de classe dominante e de fração hegemônica que se referem à questão de saber *para quem* o Estado governa; 3. o conceito de classe-apoio, outra contribuição inovadora de “PPCS”, designa e distingue as classes trabalhadoras cuja insatisfação econômica e social permanece difusa – e por isso acaba servindo de mero apoio para uma ou mais frações da burguesia em luta pela hegemonia no bloco no poder – da classe operária, que é a classe trabalhadora mais capacitada para intervir no processo político organizada em torno de um programa próprio, explicitamente formulado e consciente; 4. a concepção restrita de classe operária, que Poulantzas distingue rigorosamente de outras classes trabalhadoras – a pequena burguesia, a classe média (para a qual ele reserva o conceito a meu ver equivocado de nova pe-

quena burguesia) e o campesinato⁹. Esses e outros conceitos e teses inovadores aparecem no livro juntamente com conceitos tradicionais da teoria política marxista, como aliança de classes, frente política e outros que Poulantzas retoma e procura desenvolver e sistematizar¹⁰.

Voltando ao meu trabalho. Na minha pesquisa sobre o sindicalismo brasileiro no período neoliberal, que resultou na minha tese de livre-docência e que foi publicada em livro, intitulado “Política neoliberal e sindicalismo no Brasil” (Boito, 1999), e num trabalho mais ensaístico sobre o sindicalismo no período neodesenvolvimentista dos governos do PT, escrito juntamente com Andréia Galvão e Paula Marcelino e publicado no meu livro “Reforma e crise política no Brasil” (Boito, 2018), mobilizei os conceitos poulantzianos referentes à prática política para analisar o sindicalismo. Faço, nesses casos, uma sociologia política do sindicalismo e procuro, acima de tudo, inserir o sindicalismo no conjunto das relações de classe e das instituições políticas que formam o quadro no qual o sindicalismo atua. Esse enfoque, cuja banalidade é apenas aparente, exige a crítica da ideia expressa na metáfora “mundo do trabalho”, muito utilizada nas décadas de 1990 e 2000. Não existe um mundo, isto é, algo à parte, que seria o mundo do trabalho. A ação e a luta dos trabalhadores não podem ser compreendidas a não ser que sejam inseridas e tenham a sua posição determinada no quadro geral das

9. Eu escrevi um ensaio teórico sobre o sindicalismo de classe média onde procuro detectar e analisar as particularidades desse sindicalismo frente ao sindicalismo operário. Tais particularidades são ignoradas pela maior parte da bibliografia devido, justamente, ao fato de a grande maioria dos autores utilizar o conceito vago de “classe trabalhadora”, conceito que oculta as particularidades de interesses e de valores que distinguem as diferentes classes trabalhadoras. Ver o meu ensaio “Classe média e sindicalismo”. In Boito Jr, Armando. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Editora Unesp. 2007, p. 223-246.

10. Note o leitor que os conflitos de gênero, racial e sexual não estão presentes na teoria política poulantziana. Essa lacuna não será examinada aqui. Vamos, contudo, adiantar uma ideia. Do nosso ponto de vista, é possível inserir tais conflitos na teoria política poulantziana. Para tanto, deveríamos seguir indicações oferecidas, dentre outros e outras autores e autoras marxistas, por Nancy Frazer e Rahel Jaeggi no livro “Capitalism, a conversation in critical theory” (Frazer e Jaeggi, 2018). Para promover o encontro entre o autor e as autoras citadas, teríamos de enfrentar questões teóricas complexas e ainda não resolvidas bem como promover retificações teóricas numa e noutra obra. A questão teórica que exige resposta mais satisfatória que aquelas das quais dispomos presentemente é a questão de saber se a dominação de gênero e racial é uma característica do próprio modo de produção capitalista ou se são fenômenos atinentes a formações sociais capitalistas particulares. Não há consenso sobre esse tema entre os e as marxistas que se dedicam ao estudo dessa questão. Basta lembrar o debate de Cinzia Arruzza (2015) com Ellen Wood (2003) a respeito da relação do patriarcado com o capitalismo. Para o que eu sugeri, a principal retificação a fazer na obra de Frazer e Jaeggi seria introduzir a distinção teórica, ignorada no livro “Capitalism”, entre, de um lado, a relação dos conflitos de gênero e racial com o conflito distributivo de classe, que é um conflito em torno da distribuição da riqueza produzida na sociedade capitalista e, de outro lado, a relação dos mesmos conflitos de gênero e racial com a luta de classes, que é a luta pela superação do capitalismo.

relações políticas de classe e das instituições do Estado e do regime político vigente. Essa é uma das grandes lições que se pode tirar da leitura da obra “PPCS” de Nicos Poulantzas para a análise do sindicalismo¹¹.

VI

Para analisar o sindicalismo no período neoliberal e no período neodesenvolvimentista, inserindo-o no processo político nacional, eu procedi de um modo diferente daquele que se encontra presente na quase totalidade da bibliografia marxista brasileira que trata desse tema. Eu não trabalhei com o quadro analítico, a meu ver simplificador, que remete todos os conflitos políticos e sociais à oposição do conjunto da classe dominante, supostamente um campo homogêneo e sem fissuras, ao conjunto da “classe trabalhadora”, outra conceituação também impropriamente homogeneizadora. Refiro-me aos textos que tendem a reduzir as lutas sociais ao conflito capital/trabalho ou, noutra denominação, ao conflito burguesia/“classe trabalhadora”. De minha parte, eu levo em consideração na análise as distinções existentes tanto no campo da burguesia, considerando as suas distintas frações, quanto no campo das classes trabalhadoras – classe operária, classe média, trabalhadores da massa marginal, campesinato e pequena burguesia urbana. Sem tais distinções, inúmeros conflitos existentes no processo político nacional seriam incompreensíveis.

11. Na primeira parte do PPCS, Poulantzas sintetiza: “(...) as práticas de classe não são analisáveis a não ser como práticas conflituais no campo da ‘luta’ de classe (...)” (Poulantzas, 2019, p. 84). No ensaio intitulado “O futuro do sindicalismo”, publicado num outro livro meu intitulado “O sindicalismo na política brasileira” (Boito, 2005), polemizei com a noção de “mundo do trabalho”. Cito uma passagem: “Salientemos de saída que a análise das dificuldades do sindicalismo esteve, entre os autores ligados ao pensamento crítico, muito marcada, e também muito prejudicada, pelo uso abusivo da conhecida metáfora ‘mundo do trabalho’. Essa metáfora, se usada com parcimônia e sob controle consciente, pode ter alguma utilidade crítica, já que pode sugerir uma distinção entre os trabalhadores e o ‘mundo da riqueza’. Mas, como conceito, isto é, como instrumento de análise nas ciências sociais, os inconvenientes dessa metáfora são muitos. Tal metáfora sugere que os trabalhadores vivem e trabalham num ambiente à parte (o mundo do trabalho, como indica a expressão), como se a sociedade pudesse ser subdivida em compartimentos estanques. É por isso que a maioria dos estudiosos que utilizam a metáfora ‘mundo do trabalho’ como se ela fosse um conceito tendem a se restringir, na análise do movimento sindical, ao nível da fábrica e do mercado de trabalho, que seria o ‘mundo do trabalho’ por excelência, separando o sindicalismo da sociedade, da política e do Estado (...). Essa metáfora partilha do vício dualista que tem marcado a história de parte das ciências sociais, e que, nos últimos vinte anos, tem sido apanágio da obra de J. Habermas, cujo dualismo está presente em noções como as de ‘mundo da vida’ e ‘mundo do sistema’” (Boito, 2005, p. 295).

Eu considerei que o processo político nacional encontrava-se entre 1990, quando da posse de Collor de Melo, e 2018, quando da eleição de Jair Bolsonaro, dividido, fundamentalmente, entre um programa neoliberal e um programa neodesenvolvimentista, sendo que cada um deles encontrava-se, conforme procuro demonstrar na minha análise, dirigido por uma fração da burguesia. Cheguei a essa conclusão após criterioso levantamento e análise dos documentos oficiais das associações empresariais de industriais, de banqueiros e do agronegócio. O programa neoliberal, concluí nos meus livros citados, representa a grande burguesia associada ao capital internacional, enquanto o programa neodesenvolvimentista o caracterizei como o programa da fração burguesa que denominei – seguindo com certa liberdade a indicação de Nicos Poulantzas – grande burguesia interna. A grande burguesia interna sendo formada pelas grandes empresas de capital nacional que, embora dependentes financeira e tecnologicamente do capital estrangeiro, entretinham também conflitos moderados com esse capital.

Sustento que o sindicalismo brasileiro, e o faço com base em levantamento e análise de documentos oficiais das centrais sindicais e de grandes sindicatos de trabalhadores, permaneceu a reboque do citado conflito. Quando da hegemonia política da burguesia associada, isto é, entre 1990 e 2002, sob os governos Collor, Itamar e FHC, o sindicalismo brasileiro dividiu-se entre a adesão ao neoliberalismo, como evidencia a atuação sindical da central Força Sindical (FS), e a resistência vacilante às ideias e propostas do programa neoliberal, como aconteceu com a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Mesmo o sindicalismo mais reivindicativo acabou assimilando as ideias de empregabilidade, de prevaecimento do negociado sobre o legislado, da inevitabilidade da abertura comercial, da substituição da CLT por um código de trabalho mais enxuto, da negociação salarial a frio e outras. Isso tudo está detalhadamente documentado em “Política neoliberal e sindicalismo no Brasil” (Boito, 1999).

Dedico nesse livro uma atenção especial à análise das concepções e da prática sindical da CUT e da FS. Essa última central, como afirmei acima, aderiu à política neoliberal. No livro que estou comentando, mostro o papel estratégico que a FS desempenhou para obter a adesão dos trabalhadores das empresas estatais aos leilões de privatização das empresas nas quais trabalhavam. A FS teve conflitos pontuais com a política neoliberal nas vezes em que a abertura comercial atingiu unidades fabris metalúrgicas do município de São Paulo.

No que diz respeito à CUT, mostro que na década de 1980, essa central possuía concepções e desenvolvia uma estratégia sindical bem mais avançadas que as concepções e estratégias que veio a desenvolver na década subsequente. Utilizo seus documentos e acompanho suas ações para evidenciar a mudança de posição política dessa Central no início da década de 1990, quando ela passa de uma concepção que integrava a luta sindical à luta pela reforma agrária e pela estatização de inúmeros setores da economia brasileira, e quando a greve ocupava um lugar de destaque no repertório de ação cutista – analiso uma a uma as cinco grandes greves gerais de protesto da década de 1980 – para outra concepção que tende a separar a luta sindical das demais lutas populares, a confinar a luta grevista ao espaço restrito de cada categoria profissional e a abandonar a estratégia das greves de massa. É nessa fase que a CUT debate e apresenta a sua proposta de Contrato Coletivo de Trabalho e tenta fazer dessa proposta o eixo da luta sindical no Brasil. Analisando detalhadamente a proposta cutista do contrato coletivo de trabalho, procuro evidenciar o impacto da ideologia neoliberal em tal proposta de contratação.

Argumento ainda que esse comportamento político da CUT não resultava de decisões e concepções exclusivas da direção sindical cutista, mas sim que eram decisões e concepções que encontravam eco na base do sindicalismo. Analiso a baixíssima mobilização para os atos convocados pela própria CUT contra as privatizações das estatais, o discurso dos agentes políticos envolvidos na implantação de reformas neoliberais e outros fatos e processos para cogitar a ideia de uma hegemonia ideológica regressiva do neoliberalismo sobre amplos setores das classes trabalhadoras – hegemonia ideológica regressiva porque obtida sem a contrapartida de concessões materiais. O discurso neoliberal que identifica direito com privilégio pôde se difundir, é o que eu tento demonstrar no livro citado, porque a cidadania social e trabalhista regulada, repleta de desigualdades, permitia que se jogasse uma parte dos trabalhadores contra a outra.

Considerando o período subsequente, entre 2003 e 2016, quando se verifica, segundo a minha análise, a hegemonia política da grande burguesia interna, avalio que o sindicalismo brasileiro, grosso modo, aderiu ao neodesenvolvimentismo dessa fração da burguesia brasileira. É certo que o apoio ao neodesenvolvimentismo permitia a obtenção de algumas reivindicações dos trabalhadores. O neodesenvolvimentismo é uma política econômica e social que exige a intervenção do Estado na economia para estimular o crescimento econômico e a redução da pobreza. Embora não rompa

com o modelo econômico neoliberal, o neodesenvolvimentismo traz, por isso, emprego e melhoria salarial. Porém, o meu argumento é que faltou ao sindicalismo introduzir com força demandas específicas dos trabalhadores assalariados no programa de desenvolvimento dirigido pela fração menos conservadora da classe dominante. Essa pesquisa está presente no meu livro “Reforma e crise política no Brasil” (Boito, 2018). É verdade que a relação de forças na sociedade brasileira e a situação internacional do movimento operário e socialista eram muito desfavoráveis para o movimento sindical. Porém, tal ponderação não basta para explicar o comportamento político do sindicalismo nesses dois períodos.

A subordinação política do movimento sindical à grande burguesia interna, fração burguesa hegemônica no período dos governos neodesenvolvimentistas do PT, foi possível não apenas porque essa política, em contraste com a política neoliberal, permitia ganhos para os trabalhadores, ela foi possível também porque os dirigentes sindicais passaram a ocupar grande número cargos na cúpula do Estado brasileiro. Os segmentos sindicalmente organizados da classe operária e da classe média passaram a integrar aquilo que Poulantzas denomina o grupo de classes detentoras do aparelho de Estado e de classes reinantes. Esse fato acarreta, além da decapitação de parte do movimento sindical, a ilusão de representação política dos trabalhadores no Estado. Outro elemento importante para explicar tal subordinação é a estrutura de classes do capitalismo dependente brasileiro.

O lulismo dispõe de uma classe-apoio junto aos trabalhadores da massa marginal – desenvolvo essa ideia no ensaio “O lulismo, o populismo e o bonapartismo”, também publicado no meu “Reforma e crise política no Brasil” (Boito, 2018). Os trabalhadores da massa marginal são o contingente mais numeroso da sociedade brasileira e constituem um segmento social característico do capitalismo dependente latino-americano (Nun, 2001; Kowarick, 1985). Contingente numeroso, pauperizado, social e economicamente muito heterogêneo e com baixa capacidade de auto-organização, esse contingente converteu-se na principal base social do lulismo, com o qual mantém relações difusas e inorgânicas que considero neopopulistas. A política de transferência de renda e de expansão dos serviços e bens públicos aplicada pelos governos petistas, voltada principalmente para os trabalhadores da massa marginal, e a fidelidade eleitoral desses trabalhadores para com o lulismo reduziu a importância política do movimento sindical nos governos do PT. Grande parte das reivindicações do sindicalismo, algumas delas históricas e apresentadas formalmente aos sucessivos candida-

tos à presidência pelo PT, foi ignorada nos governos petistas (Boito, 2018). Como mostro em meu ensaio intitulado “Porque foi fraca a resistência ao golpe de 2016”, o sindicalismo esteve praticamente ausente da luta contra o impeachment de Dilma Rousseff (Boito, 2018).

A presença do sindicalismo na história política do Brasil republicano – como essa história condiciona pesadamente o movimento sindical e como é, ao mesmo tempo, influenciada por ele – é um campo de estudo que ainda exige muita pesquisa. Vários pesquisadores contribuíram para o conhecimento dessa relação entre a história política e sindicalismo. De minha parte, inspirado na teoria política poulantziana, esbocei algumas ideias gerais sobre esse tema no ensaio intitulado “A presença do sindicalismo na história política do Brasil”¹².

VII

Como alertei desde o início deste artigo, o livro de Poulantzas não é um livro de sociologia do trabalho ou sobre o movimento sindical. Avalio, contudo, que a influência desse livro, e da corrente althusseriana de um modo geral, colaborou muito positivamente para as análises que fiz do sindicalismo brasileiro. É pena que a obra de Poulantzas, não apenas aquela que comentei aqui, mas também as outras obras desse autor citadas de passagem no início deste texto, não seja conhecida e valorizada por grande parte dos estudiosos do sindicalismo.

A história da repercussão da obra de Poulantzas não é linear. Ela foi uma obra muito estudada e valorizada nas décadas de 1960 e 1970 por professores universitários e intelectuais principalmente da Unicamp e da USP, onde se concentrava grande parte dos programas de pós-graduação do país. Nas duas décadas seguintes, a universidade deu pouca importância aos trabalhos de Poulantzas. Desde o início do presente século, porém, muitos sociólogos e cientistas políticos vinculados a centros e a linhas de pesquisa de Programas de Pós-Graduação de diversos Estados do país têm retomado e aplicado criativamente os conceitos e teses poulantzianos. Na verdade, há uma retomada dos estudos da obra de Poulantzas e de Althusser tanto no Brasil e na América Latina, quanto nos Estados Unidos e na Europa (Motta, 2009).

12. O ensaio foi publicado em Armando Boito Jr. “O sindicalismo na política brasileira”. Campinas: Edições do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. Coleção Trajetórias número 8, p. 265-292.

Mais recentemente, foi publicado o livro intitulado “A atualidade da teoria política de Nicos Poulantzas”, organizado por Tatiana Berringer e Angela Lazagna que, além de reunir estudos sobre diversos aspectos da obra do nosso autor, apresenta um balanço da retomada dos estudos poulantzianos na América Latina (Berringer e Lazagna 2022). Nessa retomada, além da obra que comentamos neste texto, tem sido valorizada também a obra “L’État, le pouvoir et le socialisme” (1978) publicada no Brasil pela Editora Graal em 1980 (Poulantzas, 1980).

Referências

- Althusser, L. (2015). *Por Marx*. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (1979). *Ler o capital* – Volume I. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1980). *Ler o capital* – Volume II. Rio de Janeiro: Zahar.
- Arruzza, C. (2015). Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23.
- Barison, T. (2016). *A estrutura sindical no Brasil e o controle Judiciário após a Constituição de 1988*. São Paulo: LTr.
- Berringer, T.; Lazagna, A. (Orgs.). (2022). *A atualidade da teoria política de Nicos Poulantzas*. São Bernardo: Editora da UFABC.
- Bidet, J. (2010). *Explicação e reconstrução do Capital*. Campinas: Editora Unicamp.
- Boito Jr., A. (1982). *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- _____. (1991a). *O sindicalismo de Estado no Brasil – uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo e Campinas: Editora Hucitec/ Unicamp.
- _____. (Org.) (1991b). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (1999). *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Xamã.

_____. (2005). *O sindicalismo na política brasileira*. Campinas: Edições IFCH-Unicamp.

_____. (2007). *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Editora Unesp.

_____. (2016). Indicações para o estudo do marxismo de Althusser. In: Piniheiro, Jair (Org.). *Ler Althusser*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica. p. 151-182.

_____. (2018). *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo: Editoras Unesp; Campinas: Unicamp.

Cohen, G. (2014). *A teoria da história de Karl Marx: uma defesa*. Campinas: Editora da Unicamp.

Coletti, C. (1998). *A estrutura Sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: Editora da Unicamp.

Corregliano, D. U. (2020). *O direito e as greves por fora*. Belo Horizonte: Editora RTM.

Frazer, N.; Jaeggi, R. (2018). *Capitalism, a conversation in critical theory*. Cambridge: Polity Press.

Galvão, A. (2007). *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan.

Kowarick, L. (1985). *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Lenin (1979). *A falência da II Internacional*. São Paulo: Editora Kairós.

Marcelino, P. (2013). *Trabalhadores terceirizados e luta sindical*. Curitiba: Appris.

Miliband, R. (1972). *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar.

Motta, L. (2010). Poulantzas e o direito. *Dados*. 53 (2).

Motta, L. (2009). Nicos Poulantzas, trinta anos depois. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 33.

Nun, J. (2001). *Marginalidad y exclusión social*. México: Fondo de Cultura Económica.

Poulantzas, N. (1968). *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspero.

- _____. (1970). *Fascisme et dictature*. Paris: François Maspero.
- _____. (1974). *Les classes Sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris: Seuil.
- _____. (1975a). *La crise des dictatures – Portugal, Grèce, Espagne*. Paris: François Maspero.
- _____. (1975b). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1976). *A crise das ditaduras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1978). *L'État, le pouvoir, le socialisme*. Paris: Presses Universitaires de France.
- _____. (1980). *O Estado, o poder e o socialismo*. São Paulo: Graal.
- _____. (2020). *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora Unicamp.
- _____. (2021). *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Enunciado.
- Saes, D. (1994). *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: Edição IFCH-Unicamp.
- Thompson, E. P. (1981). *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Turchetto, M. (2004). *Giornate di studio sul pensiero di Louis Althusser*. Venezia: Edizione Cartacea.
- Wood, E. (2003). *A democracia contra o capitalismo*. São Paulo: Boitempo.
- Yamamoto, P. C. (2016). *Trabalhadores unidos, Direito em ação: crítica da legalização da classe operária brasileira sob o sindicalismo de Estado pós-88*. Tese de Doutorado, FDUSP. Disponível em <<https://repositorio.usp.br/item/002775096>>. Acesso em 10 dez. 2021.

III
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA
E FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES
DE TRABALHO

15. SOBRE O LUGAR DO PROLETARIADO NA TEORIA DE ANDRÉ GORZ

JOSUÉ PEREIRA DA SILVA

Introdução

Começo pelo mais simples. Meu encontro com o livro “Adeus ao proletariado – para além do socialismo” se deu em 1983, quando eu estava às voltas com a escrita de um projeto de pesquisa sobre a jornada de trabalho de oito horas, para concorrer a uma vaga no mestrado em história da Unicamp. Embora àquela altura já houvesse uma tradução brasileira do livro, publicada no ano anterior, eu não a conhecia. Meu primeiro contato foi, pois, com a segunda edição francesa, de 1981, na qual André Gorz havia incluído um longo prefácio, intitulado: “Nove teses para uma esquerda futura”, texto escrito em fins de 1980 e publicado originalmente na revista *Les Temps Modernes*, número 416, p. 1541-1554, em março de 1981. Esse último texto estava, portanto, ausente na primeira edição do livro, que é de 1980. Por seu teor de esclarecimento sobre as posições do autor, o texto do prefácio à segunda edição do livro já sugere uma reação de Gorz às primeiras impressões causadas pela recepção, crítica ou não, de seu polêmico livro.

Ora, além de polêmico, “Adeus ao proletariado” é também o livro mais emblemático de André Gorz, tanto pelo lugar que ocupa no conjunto de sua obra quanto por seu impacto no debate entre os intelectuais e militantes de esquerda. Não podia ser diferente, uma vez que ele desafiou, de forma um tanto iconoclasta, alguns dogmas e valores caros ao pensamento da esquerda marxista, no qual a crença no proletariado como sujeito privilegiado e incontestável da transformação social revolucionária tinha há muito tempo raízes profundas.

Em 1983, quando li “Adeus ao proletariado” pela primeira vez, eu já conhecia outros três livros de Gorz, publicados no Brasil,¹ mas nenhum deles havia me impressionado tanto. E isso se deve em grande medida à coincidência entre meus interesses de pesquisa naquele momento e os temas tratados por Gorz em “Adeus ao proletariado”, livro que li então com avidez. Além de tratar de tempo de trabalho, tema de minha pesquisa de mestrado, o livro contribuía para elucidar uma questão mais geral – a relação entre trabalho e emancipação – que me inquietava e me motivava a pesquisar a história da jornada de trabalho.² Sem dúvida, tudo isto impulsionou também meu interesse mais geral pelo conjunto dos textos de Gorz, que desde então passei a ler com afinco e que, mais adiante, se tornou objeto de minha pesquisa de doutorado (Silva, 1993).³

Meu interesse pelo problema do tempo de trabalho, inspirado até então pelos escritos de Karl Marx e, sobretudo, de Paul Lafargue, ganhou assim um novo impulso com a leitura dos livros de Gorz, autor que foi uma das principais referências para os debates a respeito de tempo de trabalho nas décadas de 1980 e 1990.⁴ Nessa época, vale lembrar, os principais países capitalistas vivenciavam, ao mesmo tempo, uma enorme crise de desemprego e uma revolução tecnológica – ou revolução microeletrônica, nas palavras de Gorz –, com as duas impactando fortemente o arranjo sociopolítico vigente, sobretudo na Europa Ocidental depois da Segunda Guerra. Devo ressaltar aqui, no entanto, que, apesar dos escritos de Gorz terem sido importantes para mim já na pesquisa de mestrado, foi apenas no doutorado que o conjunto dessa obra se tornou propriamente meu objeto de pesquisa.⁵

1. Os três livros são: “Estratégia operária e neocapitalismo” (1968 -1964); “O Socialismo difícil” (1968 -1967); “Crítica da divisão do trabalho” (1980 -1973). O último é uma coletânea, organizada por Gorz, que contém textos de diversos autores sobre o tema do título, incluindo dois textos do próprio Gorz, que foram de grande importância para o debate sobre processo de trabalho nos anos subsequentes.

2. O resultado de minha mencionada pesquisa de mestrado está no livro “Três discursos, uma sentença: tempo e trabalho em São Paulo 1906/1932”, Annablume, 1996.

3. Minha tese de doutorado, intitulada “Alienation, work, and utopia: a study of the thought of André Gorz”, foi defendida em fevereiro de 1993, na New School for Social Research (New York, USA); meu livro “André Gorz: trabalho e política”, publicado em 2002, é uma versão atualizada, em português, dessa tese.

4. Os textos de Karl Marx, aos quais me refiro aqui, são basicamente o capítulo de “O capital” sobre a “Jornada de trabalho”, no livro I, e o capítulo intitulado “A fórmula trinitária”, no livro III. No caso de Paul Lafargue, trata-se do texto “O direito à preguiça”, publicado inicialmente em 1880.

5. Sobre minha decisão de fazer a tese de doutorado sobre sua obra, ver minha entrevista para a revista IHU On-line, 238, p. 27-32 (Silva, 2007).

“Adeus ao proletariado” é formado por três partes, cujos títulos são, pela ordem, os seguintes: “Adeus ao proletariado”, “Poder pessoal e poder funcional” e “Para além do socialismo”. A primeira e a terceira partes, como se pode ver, emprestam nomes, respectivamente, ao título e ao subtítulo do livro. Essas duas partes desdobram-se também em quatro capítulos cada uma, enquanto a parte dois, intitulada “Poder pessoal e poder funcional”, é formada por um único capítulo.

Além das três partes já referidas, o livro contém ainda cinco anexos, um posfácio e o já mencionado prefácio à segunda edição. Entre os anexos, o quinto, intitulado “Uma utopia dualista”, foi extraído do livro “*Écologie et liberté*”, de 1977. Os demais anexos foram publicados originalmente como artigos, entre 1977 e 1978, na revista *Le Nouvel Observateur*, da qual Gorz foi editor de economia.⁶

Os mesmos temas abordados nos cinco anexos também aparecem ao longo dos diversos capítulos do livro, ainda que de forma dispersa. Por isso, não faço aqui uma análise detalhada sobre eles, mas sim dos temas principais tratados por Gorz no corpo principal do livro, que são a liberdade do tempo e a abolição do trabalho, conforme ele próprio deixou claro no referido prefácio à segunda edição do livro, publicada em 1981.

Devo adiantar desde já, entretanto, que ao se referir à abolição do trabalho, Gorz tinha em mente um conceito de trabalho bem preciso: o trabalho assalariado capitalista.

Ao colocar em questão o lugar privilegiado do trabalho assalariado, o livro de Gorz abria ao mesmo tempo duas outras frentes de reflexão e de debate, relacionadas à centralidade do trabalho: desafiava a crença no proletariado como o sujeito principal da transformação social revolucionária e relativizava a importância do salário como o principal meio de acesso das pessoas aos direitos de cidadania, em especial aos direitos sociais.

Nas páginas a seguir, trato especificamente do livro “Adeus ao proletariado” no item segundo, enquanto no item terceiro lido com os desdobramen-

6. Os anexos, com seus respectivos títulos e os assuntos que cada um trata são os seguintes: 1. “Os desgastes do progresso” é um comentário ao livro com título idêntico, publicado pela Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT). O anexo 2 está dividido em duas partes e tem dois títulos: “A idade de ouro de desemprego” e “Viver sem trabalhar”. O anexo 3, intitulado “Informática: qual sociedade?”, é um comentário a “L’informatisation de la société”, de Simon Nora e Alain Minc. O anexo 4, “Trabalhar menos [...] e viver melhor”, é uma entrevista de Michel Rolant, então secretário nacional de CFDT. Sobre o anexo 5, eu já me referi anteriormente.

tos, em escritos posteriores de Gorz, das formulações presentes nesse livro, sempre atentando para os temas principais e suas eventuais mudanças de posição; por fim, no item quarto, indico alguns textos aos interessados em se aprofundar na leitura da obra de Gorz.

O livro

Gorz inicia “Adeus ao proletariado” com a seguinte frase: “O marxismo está em crise porque há uma crise do movimento operário” (1980, p. 13).⁷ Esta frase, que abre a curta introdução do livro é, na verdade, a tese principal que perpassa toda obra.

A dupla crise - do marxismo e do movimento operário – decorria, segundo Gorz, da *ruptura* entre o desenvolvimento das forças produtivas e o aprofundamento das contradições de classe. Tal ruptura se devia, por sua vez, ao fato de o capitalismo ter aprendido a administrar suas crises de forma a prevenir um colapso do sistema, a despeito de não ter havido mudança nas relações de produção, que continuavam as mesmas. Tratava-se, para ele, de uma ruptura que impactou profundamente o marxismo e a própria ideia de socialismo científico, uma vez que para o marxismo a revolução socialista seria uma tarefa do proletariado, tido como a classe social que englobaria a maioria dos produtores sociais e cuja essência seria a impossibilidade consciente de aceitar sua própria realidade social como uma classe.

Segundo Gorz, foi com base nisso que a teoria marxista da revolução proletária sustentou a tese de que “o desenvolvimento das forças produtivas engendra a base *material* do socialismo” (Gorz, 1980, p. 14, grifo original); e, também, de que esse desenvolvimento “faz surgir a base *social* do socialismo, a saber: uma classe operária capaz de se apropriar coletivamente e de gerir a totalidade das forças produtivas cujo desenvolvimento a fez nascer” (Gorz, 1980, p.14, grifo original). Ele afirma também que a força do marxismo como um instrumento analítico, intelectual e mesmo revolucionário encontrava suporte na suposição dessas contradições de classe.

7. As citações desse livro no presente texto são extraídas da primeira edição francesa, de 1980. Eu tenho em mãos a edição brasileira, da editora Forense-Universitária, mas prefiro citar a edição francesa com minha própria tradução que nem sempre coincide com a da edição brasileira. Em relação ao mencionado prefácio à segunda edição francesa, eu cito diretamente o texto publicado na revista *Les Temps Modernes*, também com tradução própria.

Entretanto, para Gorz, a conexão entre estes dois postulados não se confirmou. E não se confirmou, em primeiro lugar, porque a base material do socialismo não podia simplesmente ser derivada do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, que só funcionam de acordo com a própria lógica da racionalidade capitalista. Ao invés de fornecer a base material para uma sociedade socialista, as forças produtivas capitalistas são na verdade um obstáculo ao socialismo. A busca do socialismo supõe, assim, uma reconversão completa de tais forças produtivas para adaptá-las às necessidades de uma nova sociedade. Em segundo lugar, acrescenta Gorz, a forma de desenvolvimento dessas forças produtivas capitalistas não se presta à apropriação coletiva direta pelo proletariado; em outras palavras, isto significa que o desenvolvimento capitalista criou uma classe operária incapaz de gerir, de administrar meios de produção, cujos interesses não coincidem com uma racionalidade socialista. A chave para se entender a crise do marxismo estaria nessa *dissociação* entre o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento das contradições de classe.

O título do primeiro capítulo desse livro – “O proletariado segundo São Marx” – é um irônico empréstimo de Gorz ao próprio Marx. Em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels ironizam seus adversários Bruno Bauer e Max Stirner referindo-se a eles como, respectivamente, São Bruno e São Max. Utilizando termos semelhantes, Gorz dirige a Marx o mesmo tipo de ironia para criticar sua concepção de proletariado, que para ele é quase religiosa e cuja fundamentação empírica encontra-se na própria obra de Marx.⁸

Para Marx, Bruno Bauer e Max Stirner eram mistificadores. Entretanto, por tudo que se conhece da obra de Gorz, seria demasiado dizer que ele considerava Marx um mistificador. Longe disso. Os escritos de Marx são não apenas referências importantes para Gorz; são na verdade – com os escritos de Sartre – suas principais fontes de inspiração e, sobretudo, o principal instrumento teórico de que dispunha para levar adiante seu diagnóstico crítico do capitalismo.⁹ E isso vale tanto para os livros iniciais sobre alienação e estratégia operária, quanto para seus escritos de maturidade, incluindo “Adeus ao proletariado”.

Ao afirmar que a resposta de Marx “não é evidentemente satisfatória”, Gorz parece ter em mente apenas as formulações do autor a respeito da classe

8. Ver Marx e Engels, s/data.

9. Além de Marx e Sartre, vale acrescentar que Ivan Illich tornou-se uma referência importante para Gorz, sobretudo a partir da década de 1970, quando ele se tornou crescentemente interessado em ecologia.

operária, do proletariado como classe e como sujeito revolucionário. Nisso, há claramente uma equiparação entre Marx e os filósofos Bauer e Stirner, como sugere a ironia do título: “o proletariado segundo São Marx”. Ora, mas se assim é, o que dizer, então, dos escritos de Gorz da década de 1960 sobre estratégia operária?

Para Gorz, a teoria marxista da classe operária não se fundamenta em um estudo empírico do antagonismo de classe nem na experiência do radicalismo da classe operária, sendo, pelo menos no jovem Marx, anterior à existência empírica da classe. As fontes da descoberta de sua missão histórica por Marx, missão considerada constitutiva de seu próprio ser de classe, estão na verdade na própria obra de Marx: “ele é o fundador” (Gorz, 1980, p. 18).

A teoria marxista do proletariado é, pois, uma mistura sincrética das principais tendências do pensamento ocidental “na época da burguesia heróica [*sic*]: o cristianismo, o hegelianismo e o cientificismo” (Gorz, 1980, p. 18-19). A dialética hegeliana é a matriz da dialética marxiana e é nela que se encontra a chave para identificar as origens da ideia do destino histórico da classe operária. Gorz afirma, então, que Marx retém o essencial da ideia hegeliana de sentido histórico. Mas diferente de Hegel, para quem o sentido histórico é trabalho do Espírito, para Marx: “A História [...] é a tomada de posse progressiva da Natureza pelo trabalho humano” (Gorz, 1980, p. 20). Ou seja, em Marx, a atividade de produzir o mundo substitui a atividade do Espírito; quem trabalha são os trabalhadores, não o Espírito.

Assim, com o proletariado, “o trabalho como auto-produção [*sic*] do homem e do mundo tem, pela primeira vez, a chance histórica de igualar-se a si mesmo e de alcançar o reino de um universo humano” (Gorz, 1980, p. 22).

É surpreendente para ele, no entanto, o fato dessa teoria não resultar de “uma observação empírica, mas de uma reflexão crítica sobre a essência do trabalho” (Gorz, 1980, p.22), de forma que “para o jovem Marx, não é a existência de um proletariado revolucionário que justifica sua teoria; ao contrário, é sua teoria que permite prever o surgimento do proletariado revolucionário e estabelece a necessidade dele” (Gorz, 1980, p. 22). Portanto, ele conclui que o espírito de ortodoxia, o dogmatismo e a religiosidade encontrados em muitos dos seguidores de Marx não são um fenômeno acidental no marxismo, mas sim parte da própria estrutura da teoria de Marx.

Na teoria de Marx, continua Gorz, a emergência do trabalho abstrato, substituindo a atividade individual de artesanato, constitui-se a chave para explicar a necessidade histórica do comunismo. Ao possuir a propriedade dos

meios de produção e trocar seus produtos no mercado, o artesão vivencia a alienação na condição de proprietário e de comerciante ao mesmo tempo, na medida em que ele está submetido à lógica e à necessidade do mercado. O artesão permanece autônomo em sua atividade porque controla todas as dimensões do processo de trabalho, da concepção à transformação do produto, assim como a cadência da atividade. Mas o fato de ser autônomo em sua atividade – embora alienado como proprietário e como comerciante – dota o artesão de um interesse particular que acaba por limitar sua autonomia. Conforme a teoria de Marx, essa particularidade da atividade do artesão – que dialeticamente se transforma em sua prisão – desaparece com a proletarização do artesão. A proletarização “iria liberar sua individualidade estreita de seus limites particulares” (Gorz, 1980, p. 28). Por substituir os produtores individualizados e limitados – artesãos – por uma classe indiferenciada de produtores gerais – proletariado –, a proletarização tem, para Marx, um papel progressivo e libertador.

Nessa formulação, afirma Gorz, o proletariado se torna imediatamente consciente de seu amplo poder: “nos proletários, portanto, a suprema pobreza do poder sem objeto deveria, pelo contrário, conter a virtual onipotência” (Gorz, 1980, p. 29). Por não ter um ofício, o proletário pode executar qualquer trabalho; por não ter uma habilidade específica, ele tem a habilidade universal; por não estar vinculado a qualquer trabalho ou produto específico, ele está habilitado a abraçar a totalidade das atividades produtivas; e, por fim, por não dispor de propriedade ou riqueza, ele só pode se contentar com a apropriação da totalidade da riqueza. Segundo Gorz, “Marx não cessou, ao longo de toda sua vida, de recorrer a esta vocação dos proletários de ser e de poder tudo, não somente enquanto classe, mas também cada um individualmente” (Gorz, 1980, p. 29).

Para Gorz, há aqui um problema a ser resolvido por Marx e pelos marxistas: como o sentimento de classe é incorporado pelos indivíduos proletários? Como individualmente o proletário se torna consciente do pertencimento a uma classe e do papel histórico dessa classe? Ele considera problemática a forma como Marx passa da afirmação de uma necessidade objetiva para a de uma possibilidade existencial; a capacidade do proletariado como classe ser internalizado por cada um de seus membros não é da mesma ordem que a capacidade de se apropriar de qualquer coisa. A possibilidade da ideia de proletariado como classe ser incorporada em cada um de seus membros é um problema de ordem filosófica e refere-se à essência do proletariado; esse é um problema que, segundo Gorz, Marx herdou de Hegel: “é o poder

universal do Trabalho tomando consciência de si como fonte do mundo e da história” (Gorz, 1980, p. 31). Por outro lado, a segunda capacidade, que se refere à necessidade de se apropriar da totalidade das forças de produção, é de outra ordem e deriva da análise histórica do processo de proletarização; mas, na interpretação de Gorz, essa análise não é suficiente para fundamentar a primeira suposição filosófica: “a análise histórica é, entretanto, tão pobre que é incapaz de fazer decorrer do exame dos fatos a tese que ela é reputada a dar fundamento” (Gorz, 1980, p. 32).

E, para ele, a fraqueza da análise histórica se deve, em parte, à sua dependência da primeira suposição, filosófica. A classe operária e cada trabalhador individualmente são concebidos como capazes não apenas de se apropriarem da totalidade das forças produtivas, mas também de desenvolverem todas as suas capacidades. O próprio Marx teria reconhecido em “A ideologia alemã” a impossibilidade de conceber uma massa de trabalhadores desqualificados como capaz de se apropriar da totalidade do processo de trabalho em uma fábrica. Somente dez anos depois, nos “Grundrisse”, quando um novo estrato emergente de trabalhadores qualificados e politécnicos se tornou a base do movimento anarco-sindicalista, Marx se convenceu da capacidade da classe operária para autoemancipação e autogestão, tese baseada na suposição de que o desenvolvimento técnico e a automação levariam ao desaparecimento dos trabalhadores desqualificados, que cederiam lugar aos trabalhadores politécnicos e qualificados.¹⁰

Ainda assim, Gorz afirma que Marx errou porque o que de fato aconteceu foi que o capital conseguiu, por meio do desenvolvimento tecnológico e da divisão do trabalho, solapar a possibilidade de autogestão dos processos produtivos pela classe operária. E, com isso, o poder da classe operária no processo de produção tornou-se cada vez menos importante. A classe operária, ele acrescenta, está de tal forma estruturada pela divisão do trabalho e ajustada às suas exigências técnicas que “o trabalhador coletivo funciona ele próprio à maneira de um mecanismo: à maneira e sobre o modelo dos exércitos” (Gorz, 1980, p. 36). Esse trabalhador coletivo, que é externo aos trabalhadores como indivíduos, não pode ser considerado capaz de apropriação coletiva das forças de produção que ele faz funcionar.

O que caracteriza um exército, na visão de Gorz, é o fato de cada unidade e o todo combinado dessas unidades serem externos a cada soldado indi-

10. Vale notar aqui também que os “Grundrisse” de Marx (1978) tornaram-se uma importante referência para os últimos textos de Gorz sobre o imaterial (Silva, 2019).

vidualmente.¹¹ Num exército, os soldados e o grupo comandante conhecem apenas as ordens e os movimentos locais; da mesma forma, o trabalhador coletivo, a totalidade das unidades de produção e do processo de trabalho não podem ser manejados pelos trabalhadores, individualmente ou em grupo: “Assim como os soldados não podem interiorizar o ‘soldado coletivo’ que é o exército [...], da mesma forma, os trabalhadores não podem interiorizar o trabalhador coletivo e submeter a seu controle direto o processo social de produção” (Gorz, 1980, p. 37). O trabalhador coletivo é externo aos trabalhadores individuais da mesma maneira que o exército como um todo é externo a cada soldado individual, e a externalidade é parte da própria estrutura produtiva.

Para Gorz, por fim, a teoria marxista nunca conseguiu esclarecer o problema da apropriação coletiva. Nunca esclareceu quem exatamente praticaria essa apropriação, nem no que ela consistiria exatamente; que mediações seriam necessárias e quais seriam as relações entre os indivíduos e o trabalhador coletivo. Marx teria discutido esses problemas em seus primeiros escritos, mas mesmo assim apenas de um ponto de vista filosófico (Gorz, 1980, p. 44).

Em seus escritos da década de 1960, Gorz distinguia três momentos no processo de tomada de consciência de si pelo proletariado. Num primeiro momento, o proletariado é visto como uma classe determinada de fora, como resultado passivo dos desenvolvimentos históricos conhecidos como acumulação primitiva e proletarização. No segundo momento, essa determinação histórica ainda é concebida como totalmente negativa para o proletariado na medida em que significa sua completa expropriação. No terceiro momento, porém, Gorz sugere que a única saída é a reapropriação pelo proletariado de todo o sistema social, criando com isso a condição necessária para fazer com que liberdade e necessidade vital possam coincidir. Trata-se de um processo dialético por meio do qual a classe operária, concebida inicialmente como produto sociológico das circunstâncias históricas, se torna um sujeito consciente de seu papel e de seus interesses históricos. Nele, a determinação unilateral que criou a classe operária dá lugar à ação autônoma de um sujeito social plenamente consciente de sua capacidade de autodeterminação.

Nesta concepção, a estratégia revolucionária da classe operária deveria estar apta a considerar as diferenças no interior da própria classe e também

11. Essa é uma imagem que lembra as análises de Foucault (1975) sobre o poder; escrevi sobre essa semelhança nas análises que constam em meu livro sobre Gorz (Silva, 2002).

deveria ser capaz de ligar as lutas cotidianas por objetivos imediatos ao objetivo geral de instituir uma sociedade socialista. Nela, o local de trabalho era considerado o lugar privilegiado para a luta contra o capital e, por essa razão, o controle operário do processo de trabalho ocupava o centro de sua pauta de reivindicações. Esta ideia de controle operário se baseava em duas importantes suposições: a classe operária era capaz de exercer um poder autônomo no interior da fábrica e esse poder podia ser projetado para o conjunto da sociedade. Com base nesse poder autônomo, os trabalhadores podiam questionar as premissas da política capitalista de gestão da economia e controlar seus meios e condições. O poder autônomo na fábrica e na sociedade consistia no primeiro passo em direção à subordinação das exigências da produção às necessidades humanas, objetivo maior da conquista do poder pelos trabalhadores.

Durante a década de 1970, porém, surgem os primeiros sinais de que Gorz iria abandonar a crença nesse controle operário. No livro “Écologie et politique”, por exemplo, ele já escreve que a autogestão das chamadas unidades heterorreguladas é uma tarefa impossível (Gorz, 1978). Mas foi em “Adeus ao proletariado” que ele desenvolveu completamente a tese sobre a impossibilidade de apropriação coletiva e de autogestão dos processos produtivos pelos trabalhadores.¹² Segundo essa tese, tanto os capitalistas no topo da hierarquia quanto os trabalhadores na sua base estão submetidos a uma forma abrangente de poder, definido por Gorz como um sistema de relações, no qual “uma lei das coisas escraviza os homens por intermédio de outros homens” (Gorz, 1980, p. 69).

Gorz argumenta, neste sentido, que desde seu início o movimento da classe operária aprendeu a diferenciar o *poder pessoal* de *poder funcional*. O poder pessoal, ele afirma, tem sua fonte na superioridade das capacidades e habilidades individuais. Então, não era difícil ver porque os trabalhadores qualificados declaravam sua superioridade técnica em relação aos trabalhadores não qualificados e reivindicavam reconhecimento por esta. Conquanto o movimento operário lutasse contra os patrões, vendo-os como classe e

12. Numa entrevista que concedeu a Peter Glotz e Tilman Fitcher, que o indagaram sobre a mudança de estratégia, Gorz afirma que não se tratava de uma mudança de estratégia, mas da derrota da estratégia anterior (Gorz, 1986). Em seu recente livro, Françoise Gollain (2018, p. 147-151) argumenta a propósito que em “La morale de l’histoire”, de 1959, Gorz já mantinha uma relação tensa com o conceito de proletariado de Marx. De acordo, mas ainda assim não podemos esquecer que no mesmo livro de Gorz há um capítulo, cujo sugestivo título “Le prolétariat comme destination à la liberté” parece confirmar sua crença na potencialidade do proletariado, conforme a posição que prevaleceu em seus livros da década seguinte sobre a estratégia operária (Silva, 2002, p. 85-121).

como função, a possibilidade de negociar com eles, no entanto, era facilitada, uma vez que seus interlocutores eram empresários de tipo schumpeteriano, definidos como inovadores, munidos de iniciativa e de poder pessoal. E devido ao caráter pessoal de seu poder, o empresário schumpeteriano era também capaz de se comunicar com os trabalhadores, o que tornava mais fácil para a classe operária lutar contra o poder dos patrões, um poder personificado cuja legitimidade se encontrava no indivíduo.

Não é a mesma coisa quando se trata do poder funcional. Nessa segunda forma, segundo Gorz, as posições de poder e as formas de exercê-lo são crescentemente pré-determinadas. A dominação aqui se dá por meio da burocratização do poder; o burocrata é seu agente fundamental. O poder burocrático é uma forma de dominação própria das sociedades maduras. São formas de dominação nas quais “não são os homens que têm o poder”, mas são “as funções de poder que possuem os homens” (Gorz, 1980, p. 77). Em sociedades onde ocorre a generalização dessa nova forma de poder funcional, a figura do empresário schumpeteriano assim como outras figuras cujo poder se baseia em qualidades individuais tendem a desaparecer. E a emergência do poder funcional coincide com a substituição das empresas capitalistas individuais pelas sociedades por ações.

Com a análise dessas novas formas modernas de poder, Gorz fundamenta sua tese sobre a impossibilidade da classe operária se tornar um sujeito de poder e conclui que a concepção da classe operária como sujeito de poder político precisa ser revista. E acrescenta que esse poder só pode ser tomado por uma classe já dominante, e que o projeto de suprimir a dominação pela eliminação do poder funcional - um sonho das revoluções passadas - provou ser um fracasso.

As formas modernas de poder são diretamente geradas pelo aparato produtivo e por sua inerente divisão de trabalho; sua supressão é, pois, uma tarefa impossível. Na impossibilidade de eliminá-las, afirma Gorz, a saída “é reconhecer que o poder funcional é inevitável e reservar a ele um lugar circunscrito, determinado de antemão, de maneira a dissociar poder e dominação, e a proteger as autonomias respectivas da sociedade civil, da sociedade política e do Estado” (Gorz, 1980, p. 88, grifos no original). Ao concluir que esse tipo moderno de poder pode ser administrado, mas jamais apropriado por qualquer indivíduo, Gorz abre caminho para a ideia de uma sociedade dualista.

Ao optar por uma saída dualista, no entanto, Gorz distancia-se do modelo de sociedade unificado em torno da categoria trabalho, que estava até então na base de suas análises. Ele passa, assim, a postular um modelo de sociedade baseado em duas esferas distintas e autônomas, no qual o trabalho deixa de ser a categoria hegemônica e o proletariado perde seu *status* de único sujeito capaz de liderar uma transformação social revolucionária.¹³

Essa opção por um modelo de sociedade dualista, vale observar, também se aproxima das formulações de Marx. Não o jovem Marx dos “Manuscritos”, de 1844, mas sim o Marx de “O capital” (Marx, 1986), onde, no terceiro livro, ele se refere aos reinos da liberdade e da necessidade. Mas em vez de usar os mesmos termos de Marx – reino da liberdade e reino da necessidade – Gorz prefere as expressões esfera da “autonomia” e esfera da “heteronomia”.¹⁴

As justificativas de Gorz para a mudança de concepção são basicamente duas. A primeira, que ele desenvolve plenamente em “Adeus ao proletariado”, é a “divisão macrossocial do trabalho”. Essa divisão do trabalho, típica das sociedades complexas, impede o proletariado, individual ou coletivamente, de se apropriar de um aparato social produtivo que é caracterizado por instituições complexas e sem nenhuma transparência. Reconhecer que essa divisão macrossocial do trabalho não pode ser eliminada significa admitir também a dificuldade em eliminar a alienação.¹⁵

A segunda razão é a denominada “revolução microeletrônica”, da qual Gorz já tinha ciência quando escreveu “Adeus ao proletariado”, mas que só analisou plenamente em seu livro seguinte: “Les chemins du paradis”, de 1983, ainda sem tradução para o português. Essa *revolução microeletrônica*, conforme se pode ver no texto citado a seguir, tinha para ele o potencial de eliminar todo trabalho que envolve um contato direto com a matéria:

13. Devo lembrar aqui que a possibilidade de eventualmente substituir o proletariado por uma “não-classe de não-trabalhadores” – expressão utilizada por Gorz no livro de 1980 – não vingou, pois ela deixou de aparecer em seus livros posteriores.

14. Em suas palavras, a esfera da heteronomia “assegura a produção programada, planejada, de tudo o que é necessário à vida dos indivíduos e ao funcionamento da sociedade, o mais eficazmente possível e, por isso, com o menor consumo de esforços e de recursos” (Gorz, 1980, p. 137). Na esfera da autonomia, por outro lado, “os indivíduos produzem de forma autônoma, fora do mercado, sozinhos ou livremente associados, os bens e serviços materiais e imateriais, não necessários, mas de conformidade com os desejos, os gostos e a fantasia de cada um” (Gorz, 1980, p. 137).

15. Não devemos esquecer que em escritos anteriores Gorz afirmou que a alienação decorria da divisão do trabalho (Gorz, 1973).

A revolução microeletrônica inaugura a era de abolição do trabalho. E essa última deve ser compreendida num duplo sentido: a) a quantidade de trabalho necessário decresce rapidamente até se tornar marginal na maior parte das produções materiais e das atividades de organização; b) o trabalho não implica mais num face a face do trabalhador com a matéria. A transformação desta não resulta de uma atividade imediata completa e soberana (Gorz, 1983, p. 73).

Ora, enquanto a primeira razão – divisão macrossocial de trabalho – representa claramente uma revisão de suas posições anteriores, a segunda – revolução microeletrônica – decorre de sua interpretação das mudanças tecnológicas então em curso na esfera da produção.¹⁶ Pode-se ver, portanto, que Gorz elaborou seu modelo de sociedade dual apoiando-se tanto numa análise dos desenvolvimentos históricos de então quanto numa revisão dos pressupostos teóricos sobre os quais se baseava o projeto político do proletariado.

Até o início da década de 1970, durante o auge do Estado de bem-estar, quando o padrão de vida da população dos países europeus industrializados era relativamente alto, Gorz defendia para a classe operária uma estratégia de luta centrada no controle do processo de trabalho, no âmbito da fábrica, mas tendo em vista sua expansão para a sociedade como um todo. Sua elaboração da conhecida estratégia de reformas revolucionárias, na qual a noção de poder operário autônomo desempenhava o papel fundamental, é dessa época.¹⁷ Ele, então, ainda acreditava na possibilidade de unir trabalho e vida, e também de fazer coincidir os interesses dos indivíduos com os da sociedade.

Em “Adeus ao proletariado”, como se viu, essas condições desaparecem, fazendo com que o trabalho perca o poder, que antes lhe era atribuído, tanto de exercer a função de integrar os indivíduos socialmente quanto de exercer o papel de categoria unificadora das relações sociais. A possibilidade de conceber a totalidade da realidade social através da categoria trabalho perde, então, completamente o sentido. É em vista disso e também da crescente e

16. As duas referidas razões continham implicações para seu entendimento do conceito de trabalho, do qual falarei mais adiante.

17. Sobre o conceito de “reformas revolucionárias” de Gorz, ver Silva (2017a).

irreversível crise de desemprego nos países industrializados que a proposta de redução do tempo de trabalho se torna um tema central para ele.¹⁸

Na visão de Gorz, estava então em curso um processo de eliminação do trabalho, que significava desemprego crescente e irreversível; a convivência forçada com o desemprego permanente, por sua vez, fazia com que os desempregados ou trabalhadores temporários perdessem o próprio sentimento de pertencer a uma classe trabalhadora. Em tais condições, ele alegava que a persistência do antigo padrão de trabalho em tempo integral só contribuía para aprofundar a divisão no mercado de trabalho entre um decrescente grupo de “privilegiados”, trabalhadores em tempo integral, e uma crescente massa de desempregados, trabalhadores temporários ou que trabalhavam em tempo parcial.

E como a sociedade se mostrava incapaz de resolver o problema do desemprego, fornecendo trabalho em tempo integral para essa maioria de marginalizados, ele sugeria que a solução estava na distribuição do trabalho social existente entre todos os que tinham condições de e disposição para trabalhar. A solução somente poderia ser alcançada por meio de uma redução geral e planejada do tempo de trabalho. A redução contínua do tempo de trabalho faria com que o tempo livre se tornasse dominante e mais importante socialmente que o tempo de trabalho. E com isso, em vez de uma sociedade do trabalho, teríamos uma sociedade do tempo livre.¹⁹

Dessa forma, o antigo modelo de autogestão da produção – defendido em seus escritos anteriores – dava lugar a um modelo de autogestão do tempo livre. Todavia, para Gorz, ainda que se tornasse quantitativamente menos importante do que o tempo livre, o tempo de trabalho jamais desapareceria, de modo que sua noção de tempo livre somente podia ser entendida no interior de uma concepção dual de sociedade.

Considerações finais

Na primeira tese do citado texto “Nove teses para uma esquerda futura”, Gorz escreveu que “o tema central do livro é a liberdade do tempo e abo-

18. Ver Silva (2014, p. 17-32), para a relação entre trabalho e integração social; e para uma análise mais recente sobre a redução do tempo de trabalho, ver meu texto “Do tempo escolhido aos fins do sono: tempo de trabalho e renda básica no capitalismo tardio” (Silva, 2020).

19. Considerando seu modelo de sociedade dual, o tempo de trabalho faria parte da esfera da heteronomia e o tempo livre pertenceria à esfera da autonomia.

lição do trabalho” (Gorz, 1981, p. 1541).²⁰ Conforme procurei mostrar nas páginas anteriores, esse tema central – na verdade são dois temas – perpassa de fato todo o livro, ainda que de modo disperso ao longo dos capítulos e dos anexos. Nestas últimas linhas, eu retomo esses dois temas – *abolição do trabalho e liberdade do tempo* – e procuro precisar resumidamente como Gorz lidou com eles em “Adeus ao proletariado” e em seus livros posteriores, atentando sempre que possível para as eventuais mudanças ou inflexões em sua concepção a respeito de cada um deles. Além disso, trato também da *renda social*, outro tema presente nas formulações de Gorz desde o livro de 1980 e que é fundamental para se entender sua proposta de redução do tempo de trabalho.²¹

Entendo, portanto, que “Adeus ao proletariado” trata não apenas de um tema, como sugere seu autor, mas sim de dois ou três temas. E embora eles estejam intimamente relacionados, tanto nos escritos de Gorz quanto nos debates mais gerais da época, creio que também podem ser abordados separadamente, conforme faço a seguir. Abordo-os separadamente com a intenção de elucidar a compreensão de Gorz a respeito de cada um deles e de realçar o lugar que eles ocupam individualmente em suas formulações.

Começo pelo tema da *abolição do trabalho* porque ele me parece o mais abrangente dos três. Já mencionei antes que, em seus escritos das décadas de 1950 e 1960, Gorz não parecia preocupado em definir com clareza o que entendia por trabalho, deixando entrever que partilhava o mesmo entendimento do jovem Marx, especialmente nos “Manuscritos econômico-filosóficos”, de 1844, onde trabalho tem o sentido antropológico de atividade humana geral (Marx, 1978). Esse também parece ser o entendimento de

20. Ele desenvolve a análise desse tema em três livros posteriores: “Les chemins du paradis” (1983); “Métamorfoses du travail” (1988); “Capitalisme, socialisme, écologie” (1990). Desses três livros, apenas o segundo foi traduzido para o português. Enquanto no livro de 1983 Gorz faz um diagnóstico de época no qual revela os limites das políticas de combate ao desemprego diante de mudanças tecnológicas voltadas justamente para a eliminação de postos de trabalho, no livro de 1988, talvez o mais elaborado deles, ele amadurece as teses apresentadas em “Adeus ao proletariado”, refinando muitos dos conceitos apresentados neste último, sobretudo o conceito de trabalho e a delimitação mais precisa das esferas da sociedade dual antes apresentada. O mesmo vale dizer em relação às proposições de redução do tempo de trabalho e de renda social, consideradas complementos necessários a uma proposta de redução geral do tempo de trabalho, sem necessidade de redução nos salários. No livro de 1990, uma coleção de ensaios, ele retoma muitas teses dos três livros anteriores e também elabora de forma mais clara sua proposta de “redução do tempo de trabalho como contrato social” (Gorz, 1990, p. 185-214; Silva, 2002, p. 185-195).

21. Vale acrescentar, aqui, que em dois de seus últimos livros – “Misérias do presente, riqueza do possível”, de 1997, e “O imaterial”, de 2003 – o tema da renda social ganhou força, para não dizer autonomia, e se tornou central em suas formulações tardias (Silva, 2014, p. 63-83).

Hegel na “Fenomenologia do Espírito”, para quem o trabalho é a atividade que transforma o mundo e a todos nós (Hegel, 1977).

Entretanto, no citado texto que serve de prefácio à segunda edição de “Adeus ao proletariado”, Gorz escreve o seguinte, já na primeira tese:

No sentido em que o entendemos atualmente, o *trabalho* nem sempre existiu: apareceu com os capitalistas e com os proletários. Atualmente designa uma atividade que se exerce: 1) a serviço de um terceiro; 2) em troca de um salário; 3) segundo formas e horários fixados por aquele que paga; 4) visando fins que não são escolhidos por quem o executa (Gorz, 1981, p. 1541, grifo do original).

Em seguida, ele afirma que o termo trabalho refere-se, na origem, a um instrumento de tortura; o trabalho assalariado, ele acrescenta, não é liberdade, “é apenas um meio de ganhar dinheiro e não uma atividade com fim em si mesma” (Gorz, 1981, p. 1542). Por isso, ele escreve na segunda tese, mais adiante:

Abolir o trabalho não significa [...] abolir a necessidade de esforço, o desejo de atividade, o amor à obra, a necessidade de cooperar com os outros e de se tornar útil à coletividade. Ao contrário: a abolição do trabalho é apenas a supressão progressiva, e que jamais será total, da necessidade que temos de comprar nosso direito à vida (praticamente sinônimo de direito ao salário) alienando nosso tempo, nossa vida (Gorz, 1981, p. 1543).

Os dois textos há pouco citados evidenciam bem a preocupação de Gorz em definir claramente o que o autor entende, então, por trabalho. E quando ele fala em abolição do trabalho, não deixa dúvida de que se trata do trabalho assalariado – o trabalho moderno, que ele considera uma criação do capitalismo –, e não do trabalho humano em geral, no sentido antropológico, como fazia em seus primeiros escritos, ainda na esteira do jovem Marx e de Hegel.

Acho bom realçar esse ponto porque, no debate sobre a crise do trabalho ocorrido nas últimas três décadas do século XX, parte dos críticos que dele

participaram se abstinham de precisar a que tipo de trabalho eles se referiam. E isso vale também para alguns dos críticos de Gorz que, baseados em uma leitura superficial de seu livro, sugeriam pura e simplesmente que ele propunha um “adeus ao trabalho”. Claro que a leitura ligeira facilitava a crítica às ideias de Gorz, mas, por isso mesmo, não deixava de ser uma crítica capenga, que não conseguia ou não queria entender o que de fato estava em questão naquele debate mais amplo e não apenas no livro de Gorz. Em vez de contribuir para aprofundar o debate sobre a crise do trabalho então em andamento, esse tipo de crítica superficial na verdade dificultou a elaboração de um diagnóstico mais acurado sobre a crise do trabalho.

Sua definição de trabalho apresentada no prefácio à segunda edição de “Adeus ao proletariado” e desenvolvida em “Metamorfoses do trabalho” é bem precisa: uma atividade exercida na esfera pública, com capacidade para criar valor de uso e valor de troca, e que, sobretudo, tem o tempo como critério para medir a produtividade. Trata-se de uma definição fundada na análise crítica da situação vivenciada então pelo movimento operário e pelo marxismo diante da emergente revolução tecnológica, e foi de grande importância para o debate daquela época sobre a crise da sociedade de trabalho (Gorz, 1988).²²

Preocupado em encontrar uma saída para aquela crise, Gorz não se contentava apenas em elaborar conceitos e fazer o diagnóstico da situação, mas também em formular propostas que acreditava capazes de pavimentar o caminho para sair da crise; para uma saída – é preciso dizer – à esquerda.

É essa saída à esquerda que conduz ao tema da *liberação do tempo*, que se traduz aqui na proposição de uma redução geral e planejada do tempo de trabalho, proposta que para Gorz atendia simultaneamente a dois objetivos: primeiro, atacar o desemprego por meio da redistribuição do trabalho disponível em jornadas de tempo reduzido de forma a alcançar o conjunto da população em condições de trabalhar e, segundo, dar sentido ao tempo livre propiciado pelo aumento da produtividade decorrente da revolução tecnológica poupadora de trabalho.

Ora, se em seus escritos da década de 1960, Gorz desdenhava das reivindicações pela redução da jornada de trabalho por considerá-las quantitativas (Gorz, 1964), uma mudança de posição a respeito do tempo de trabalho

22. Vale lembrar mais uma vez que nos escritos anteriores de Gorz, ao menos naqueles publicados até metade da década de 1970, não era evidente essa sua preocupação conceitual em relação ao trabalho.

tornou-se bem visível em seus escritos a partir da metade da década de 1970. A proposta de reduzir o tempo de trabalho também decorre da análise do trabalho assalariado e da situação do proletariado diante da revolução tecnológica e da irreversibilidade do desemprego trazida por ela. O tempo de trabalho tornou-se, assim, um tema central na agenda teórica e política de Gorz desde a década de 1980, ocupando lugar semelhante ao da ecologia – outro tema ao qual ele dedicava crescente atenção desde a década anterior. Pode-se mesmo dizer que a *redução do tempo de trabalho* foi, do final da década de 1970 até a virada para o século XXI, a principal proposta do autor para superar a crise de desemprego, do movimento operário e quiçá do marxismo.

Em linhas gerais, Gorz propunha uma redução do tempo de trabalho de larga escala, traduzida em um determinado número de horas de trabalho distribuídas ao longo da vida ativa. Essa redução não precisava ser linear, caracterizada por jornada diária reduzida ou semana curta; ela podia também, e preferencialmente, adquirir outras formas, com atividades em tempo integral durante certo período alternando com longos períodos sem trabalho, de forma a permitir ao trabalhador, segundo a preferência de cada um, aprimorar sua formação ou simplesmente exercer alguma outra atividade autônoma de sua escolha (Gorz, 1991).

Para Gorz, no entanto, a proposição de liberar o tempo por meio de uma redução geral e programada do tempo de trabalho só fazia sentido se complementada pelo que ele denominou renda social.

A *renda social* era a condição necessária para que a redução do tempo de trabalho não acarretasse a redução de salário. Gorz argumentava, então, que se a proposta de redução do tempo de trabalho sem diminuição de salário era insustentável no âmbito microeconômico de cada empresa, como alegavam muitos, não dava para dizer o mesmo quando se abordava o problema no âmbito macroeconômico da economia como um todo.

Resumindo, o raciocínio é mais ou menos o seguinte: a redução do tempo de trabalho seria planejada pelo Estado e financiada com impostos na forma de um *segundo cheque*, que completaria os rendimentos que o trabalhador recebia da empresa (Gorz, 1983 e 1991).²³ Dessa forma, a empresa não seria prejudicada com a redução do tempo de trabalho, uma vez que pagaria apenas pelo tempo de trabalho efetivo; o trabalhador, por sua vez,

23. A expressão “segundo cheque” foi introduzida no debate pelo sociólogo Guy Aznar, conforme se pode ver em dois de seus livros (Aznar, 1981 e 1990). Para mais detalhes sobre a posição de Aznar, ver meu livro sobre Gorz (Silva, 2002).

não teria perda de renda por causa da redução na jornada do trabalho, porque o segundo cheque – renda social – complementar a renda que ele receberia da empresa pelo trabalho efetivado em tempo reduzido. Com isso, ademais, o emprego disponível poderia ser redistribuído e o aumento da produtividade propiciado pela revolução tecnológica seria assim revertido também ao trabalhador.

Embora no desenho anterior a redução do tempo de trabalho não implicasse em perda de renda para o trabalhador, o vínculo entre trabalho e renda ainda se mantinha. Nessa época, Gorz ainda defendia a ideia do direito ao trabalho como direito político de participar da produção social; por isso, ele defendia a quebra de vínculo entre renda e tempo de trabalho, mas não entre renda e trabalho pura simplesmente (Gorz, 1992).

Gorz manteve essa posição inalterada até por volta de 1996, conforme atestam alguns de seus escritos daquele período. Mas em 1997, no livro *“Misérias do presente, riqueza do possível”*, ele muda sua compreensão a respeito do vínculo entre trabalho e renda, e passa, desde então, a defender a renda garantida incondicional e independente de qualquer contribuição em termos de trabalho (Gorz, 1997 e 2003). A mudança de posição ocorre, conforme ele justifica no livro de 1997, principalmente em razão da emergência de uma economia do imaterial e da impossibilidade de se medir a produtividade e a contribuição individual das pessoas em uma economia desse tipo.²⁴ Sua proposta de uma *sociedade de multiatividade*, articulada em torno da renda garantida incondicional, da redistribuição do trabalho e da liberação do tempo e da promoção e incentivo às atividades autônomas está resumida no capítulo quatro de seu livro de 1997.

Aqui vale especular um pouco. Nessa nova formulação, é perceptível o enfraquecimento da ideia de sociedade dual e também do conceito de trabalho, presentes nos livros de 1980 e 1988. Isso porque com a emergência do imaterial quase toda atividade humana tornou-se trabalho e ficou também mais difícil medir sua produtividade, assim como a contribuição individual à produção social. Gorz sugere isso no livro sobre o imaterial (Gorz, 2003), mas não chega a desenvolver um novo conceito de trabalho. Talvez se possa

24. Para uma apreciação mais completa dessa mudança, ver, além do livro de Gorz referido acima, meu texto “André Gorz e renda básica: uma história de conversão crítica” (13º Congresso da BIEN - Rede Mundial de Renda Básica), FEA-USP, junho/julho de 2010. Esse mesmo texto, com modificações, está também em meu livro “Por que renda básica?” (Annablume, 2014, p. 63-83). Ver também: Silva (2019, p. 61-80), para a análise de Gorz sobre a emergência do imaterial.

dizer que seria um retorno à compreensão do jovem Marx a respeito de trabalho; porém, isso é apenas de uma especulação.

Cabe destacar ainda, para finalizar, que “Adeus ao proletariado” tornou-se um livro icônico para o debate sobre a crise da sociedade do trabalho, seja pelo diagnóstico de época nele contido, seja pelo momento então vivenciado pelas sociedades industrializadas, sobretudo da Europa. Não vou me alongar aqui sobre o assunto, que já discuti na introdução de meu livro “Trabalho, cidadania e reconhecimento”, por falta de espaço (Silva, 2008). Mas a ampla bibliografia sobre o tema que se seguiu à publicação de “Adeus ao proletariado” mostra claramente a importância desse livro para a sociologia do trabalho e também para a sociologia em geral.²⁵

Leituras sugeridas

A bibliografia sobre a obra de Gorz, que era bem significativa antes de sua morte, aumentou substancialmente desde 2007. Lidar com toda ela aqui seria impossível. Por isso, além das referências listadas ao final deste texto, limito-me a indicar, como sugestões de leitura, dois livros em francês que considero essenciais para qualquer pessoa interessada em conhecer o pensamento de André Gorz. Deixo de lado, no entanto, uma vasta e importante bibliografia sobre a obra de Gorz, composta, seja por autores individuais, seja por coautorias, na forma de coletâneas, em francês e em outras línguas, ou em inglês, língua na qual a literatura de Gorz é bastante significativa.

O primeiro livro em francês que recomendo é “André Gorz. Une vie”, de Willy Gianinazzi. Esse livro, publicado em 2016, é até agora o mais completo que conheço e certamente um dos melhores trabalhos sobre a obra de Gorz. O segundo livro é “Lettre à G. André Gorz en heritage”, de Christophe Fourel. Trata-se, nesse último caso, de um emocionante depoimento de quem partilhou os últimos momentos da vida de Gorz.²⁶ São dois ótimos livros sobre a vida e a obra do autor.

25. Ver a respeito alguns exemplos: Offe (1984 e 1985); Giddens (1987); Keane (1988); Méda (1995); Castel (1995); Rifkin (1995); Van Parijs (1996); Leleux (1998); Boltanski e Chiapello (1999); Beck (2000); Fourel (2009); Fourel e Caillé (2017).

26. O título, como se pode ver, é uma paráfrase ao livro “Carta a D. - História de um amor”, de 2006, que Gorz escreveu em homenagem a sua mulher, Dorine (Gorz, 2006).

Em português, indico meu livro – “André Gorz: trabalho e política”, que teve duas edições, em 2002 e 2011, a coletânea “André Gorz e seus críticos”, organizada por mim e por Iram Jácome Rodrigues, publicada também pela Annablume, em 2006, e que conta inclusive com textos do próprio Gorz.

Além dos livros mencionados, sugiro também dois dossiês. Um deles, intitulado “Homenagem a André Gorz”, organizado por Iram Jácome Rodrigues e por mim, que foi publicado na revista *Tempo Social*, volume 21, n. 21, de 2009, p. 9-87, e no qual há um importante texto de Gorz sobre “envelhecimento”. O outro dossiê, “A atualidade de André Gorz”, foi organizado por mim e publicado na revista *Caderno CRH*, v. 30, n. 81, 2017, p. 413-521. Embora não esgotem o assunto, as diversas contribuições dos autores brasileiros tanto na referida coletânea quanto nos dois dossiês abordam diferentes aspectos da obra de Gorz e, com isso, conseguem dar uma boa ideia do debate sobre seus escritos no Brasil.

Referências

Aznar, G. (1981). *Tout a mi-temps*. Paris: Le Seuil.

_____. (1990). *Le travail, c'est fini*. Paris: Pierre Elfont.

Beck, U. (2000). *The brave new world of work*. Cambridge: Polity Press.

Boltanski, L.; Chiapello, E. (1999). *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.

Castel, R. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard.

Fourel, C. (2009). (Org.). *André Gorz. Un penseur pour le XXIe. Siècle*. Paris: La Découverte.

_____. (2017). *Lettre à G. André Gorz en heritage*. Larmont: Le Borde De L'Eau.

_____; Caillé, A. (2017). (Orgs.). *Le moment Gorz – André en personne; Sortir du capitalisme: le scenario Gorz*. Larmont: Le Borde De L'Eau.

Gianinazzi, W. (2016). *André Gorz, une vie*. Paris: La Découverte.

Giddens, A. (1987). *Sociology – a brief but critical introduction*. 2^a ed. San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, Publishers.

Gollain, F. (2018). *André Gorz. Une philosophie de l'émancipation*. Paris: L'Harmattan.

Gorz, A. (1964). *Stratégie ouvrière et néocapitalisme*. Paris: Éditions du Seuil.

_____. (1967). *Le socialisme difficile*. Paris: Éditions du Seuil.

_____. (1968). *Estratégia operária e neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

_____. (1968). *O socialismo difícil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

_____. (1973). (Org.). *Critique de la division du travail*. Paris: Edition du Seuil.

_____. (1977). *Écologie et liberté*. Paris: Editions galilée.

_____. (1978). *Écologie et politique*. Paris: Seuil.

_____. (1980). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (1980). *Adieu au prolétariat. Au delà du socialisme*. Paris: Galilée.

_____. (1981). Neuf thèses pour une gauche future. *Les Temps Modernes*, n. 416, p. 541-1554.

_____. (1982). *Adeus ao proletariado. Para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

_____. (1983). *Les chemins du paradis*. Paris: Galilée.

_____. (1986). La plus grande liberté possible. Entretien com André Gorz. Por: Peter Glotz e Tilman Fichter. *Les Temps Modernes*, n. 483, p. 65-96.

_____. (1988). *Métamorphoses du travail. Quête du sens*. Paris: Galilée.

_____. (1991). *Capitalisme, socialisme, écologie*. Paris, Galilée.

_____. (1992). On the difference between society and community, and why basic income cannot by itself confer full membership of either. In: Van Parijs, Philippe. *Arguing for Basic Income*. Edição 1992. London: Verso, p.178-184.

_____. (1997). *Misères du présent, richesse du possible*. Paris: Galilée.

- _____. (2003). *L'immatériel. Connaissance, valeur et capital*. Paris: Galilée.
- _____. (2003). *Metamorfoses do trabalho*. São Paulo: Annablume.
- _____. (2004). *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume.
- _____. (2005). *O Imaterial. Conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume.
- _____. (2006). *Lettre à D. Histoire d'un amour*. Paris: Galilée.
- _____. (2008). *Carta a D. - História de um amor*. São Paulo: Annablume/Cosac Naif.
- _____. (2008). *Écológica*. Paris: Galilée.
- _____. (2010). *Ecológica*. São Paulo: Annablume.
- Hegel, G. W. F. (1977). *Phenomenology of spirit*. Oxford: Oxford University Press.
- Keane, J. (1988). *Democracy and civil society*. London: Verso, p. 69-100.
- Lafargue, P. (1999). *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec/Unesp.
- Leleux, C. (1998). *Travail ou revenu?* Paris: CERF.
- Marx, K. (1978). Economic and philosophic manuscripts of 1844. In: *The Marx-Engels reader*. Second edition. Edited by Robert C. Tucker. New York: W.W. Norton & Company, p. 66-125.
- _____. (1986). *O capital*. Livro 3, v. 5. São Paulo: Nova Cultural.
- _____; Engels, F. (s/data). *A ideologia alemã*, 3ª ed., v. I. Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes.
- Méda, D. (1995). *Le travail. Une valeur envoie de disparition*. Paris: Aubier.
- Offe, C. (1984). *Contradictions of the Welfare State*. Cambridge, MIT Press, p. 252-299.
- _____. (1985). *Disorganized capitalism*. Cambridge: Ma., MIT Press.
- Rifkin, J. (1995). *The end of work*. New York, G. P. Putnam's Sons.
- Rodrigues, I. J.; Silva, J. P. (2009). (Orgs.). Homenagem a André Gorz. Dossier. *Tempo Social*, v. 21, n. 21, p.9-87.
- Silva, J. P. (1993). Alienation, work, and utopia: a study of the thought of André Gorz. PhD Dissertation. New School for Social Research, New York, USA.

_____. (1996). *Três discursos, uma sentença: tempo de trabalho em São Paulo (1906-1932)*. São Paulo: Annablume.

_____. (2002). *André Gorz: trabalho e política*. São Paulo: Annablume/Fapesp (2.ed., 2011).

_____. (2007). Uma nova luz sobre o pensamento de esquerda. *IHU On-line - Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n. 238, p. 27-32.

_____. (2008). *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume.

_____. (2014). *Por que renda básica?* São Paulo: Annablume.

_____. (2017a). Nota sobre o conceito de 'reformas revolucionárias' de André Gorz. *Caderno CRH*, v. 30, n. 81, p. 507-521.

_____. (2017b). (Org.). A atualidade de André Gorz. Dossiê. *Caderno CRH*, v. 30, n. 81, p. 413-521.

_____. (2019). *Sociologia crítica e a crise da esquerda*. São Paulo: Intermeios.

_____. (2020). Do tempo escolhido aos fins do sono: tempo de trabalho e renda básica no capitalismo tardio. *Sociedade e Estado*, v. 35, n. 3, p. 723-739.

_____; Rodrigues, I. J. (2006). (Orgs.). *André Gorz e seus críticos*. São Paulo: Annablume.

Van Parijs, P. (1996). *Refonder la solidarité*. Paris: CERF.

16. “DISORGANIZED CAPITALISM” DE CLAUS OFF E OS ESTUDOS DO TRABALHO NO BRASIL

ADALBERTO MOREIRA CARDOSO

Em 1984 e 1985, o cientista político australiano John Keane prestou um grande serviço aos não leitores de alemão, ao mandar traduzir para o inglês e reunir os principais ensaios de sociologia política de Claus Offe, em dois livros seminais: “Contradictions of the Welfare State”, editado em 1984, pela *Hutchinson & Co.*, e “Disorganized capitalism: contemporary transformations of work and politics”, no ano seguinte, pela prestigiosa *MIT Press*. O primeiro livro tratava de temas como a crise dos estados de bem-estar na Europa e as alternativas para sua reforma, movimentos sociais, partidos políticos, direitos e políticas sociais e mercado de trabalho, entre outros. E o segundo, objeto deste comentário, reuniu textos voltados sobretudo para o mundo do trabalho, embora o interesse central do autor, manifesto na introdução do livro, estivesse nos padrões de relação entre o que ele denomina “poder social”, em particular os grupos de interesse, e a “autoridade política”, ou o Estado.

É impossível estimar o impacto do livro no debate internacional e também brasileiro, em razão das muitas teses inovadoras e polêmicas sobre as mudanças em curso nos mercados de trabalho (crescimento do setor de serviços, informalidade), nas organizações de representação de interesse, nas lógicas da ação coletiva de capital e trabalho e, muito particularmente, sobre o que Offe denominou “perda da centralidade do trabalho” como categoria sociológica principal, capaz de dar inteligibilidade ao capitalismo contemporâneo.

Neste estudo, apresento os principais argumentos de quatro capítulos centrais do livro (os dois últimos não tratam diretamente de temas relacionados com o mundo do trabalho): o que discute a centralidade do trabalho (Capítulo 5), o que trata das distintas lógicas da ação coletiva de capital e

trabalho (Capítulo 7) e os dois capítulos que constroem uma sociologia do mercado de trabalho (Capítulos 1 e 2). O primeiro teve e continua tendo grande repercussão no Brasil e na América Latina, enquanto o segundo teve impacto sobretudo no mundo anglo-saxão, então encantado pelas teorias da escolha racional e pela “Lógica da ação coletiva”, de Mancur Olson, que Offe revê a partir do mesmo paradigma do indivíduo racional olsoniano, para criticá-lo internamente. E os dois últimos procuram desconstruir qualquer possibilidade de se tratar a força de trabalho como uma mercadoria como as outras, e seu mercado como um mercado como os outros.

O capítulo tem cinco seções além desta introdução. Na primeira discute o contexto político-social brasileiro no qual o livro foi recebido. Na segunda aponto rapidamente o “clima” nos estudos do trabalho no país, ante esse contexto, para salientar a repercussão algo tardia do argumento sobre a perda da centralidade do trabalho na sociologia e na vida das pessoas. Apresento, então, a crítica de Ricardo Antunes e Enrique de La Garza ao argumento de Offe. A terceira parte trata das duas lógicas da ação coletiva, que foram apropriadas por Angela de Castro Gomes na construção de seu problema de pesquisa em “A invenção do trabalhismo”. A quarta seção trata dos dois capítulos sobre mercado de trabalho, e a quinta traz uma breve conclusão.

I

O ano de 1985 foi de grandes esperanças para os brasileiros. Saídos da resaca da memorável campanha das “Diretas Já”, do ano anterior, que levava milhões de pessoas às ruas das grandes cidades do país pedindo eleições diretas para a presidência da República (Rodrigues, 2003), no dia 15 de janeiro vimos o Colégio Eleitoral inventado pelos militares eleger Tancredo Neves presidente. Primeiro civil a ocupar o posto desde 1964, Tancredo não tomaria posse. Morreria no hospital no dia 21 de abril, depois de 39 dias internado e inúmeras cirurgias. As esperanças de renovação foram mitigadas pela posse de seu vice, José Sarney, membro histórico da ARENA, partido de sustentação da ditadura militar. De perfil reacionário, Sarney assumiu prometendo convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, promessa que, cumprida, nos legou a Constituição de 1988.

Tanto a campanha das Diretas Já quanto a eleição de Tancredo e, por fim, a nova Constituição, podem ser lidas como pontos culminantes dos processos de mobilização popular iniciados com as greves metalúrgicas do ABC Paulista de 1978, que se espalharam para outros segmentos operários e também para fora do mundo industrial, no que ficaria conhecido no país como “novo sindicalismo”¹.

É incontestável a importância dessa corrente sindical na conjuntura. Depois de seu surgimento ruidoso, o número de sindicatos cresceu 50% até 1989, e ao final da década o país contava com quase 7 mil entidades representando trabalhadores espalhadas por toda a malha produtiva em todas as regiões geográficas; 30% da força de trabalho assalariada formal eram filiados a sindicatos e associações profissionais; quatro centrais sindicais disputavam a liderança das entidades de base e atuavam ruidosamente junto ao sistema político (Central Única dos Trabalhadores, Central Geral dos Trabalhadores, Confederação Geral dos Trabalhadores e União Sindical Independente, essas três últimas sofrendo grande sangria a partir de 1991, quando da fundação da Força Sindical); e os sindicatos movimentavam anualmente algo em torno de um bilhão de dólares na manutenção de atividades de representação de interesses e de prestação de serviços assistenciais. Essa estrutura sustentou o maior volume de greves do Ocidente naquela década; foram realizadas perto de 30 mil negociações coletivas apenas em 1989; mais de 18 milhões de trabalhadores tinham seu destino empregatício representado em sindicatos ligados a uma das quatro centrais sindicais (Cardoso, 1999).

Um feixe de condicionantes convergiu favoravelmente ao sindicalismo brasileiro naqueles anos de transição do autoritarismo. Já foi dito (Kowarick, 1980) que o renascimento, em 1978, a partir do ABC Paulista, fez do movimento sindical o “estuário conjuntural” para onde acorreram as mais variadas formas de contestação ao regime autoritário, tornando-o elemento momentâneo de aglutinação de interesses e de estruturação de projetos alternativos de sociedade. Esse sopro inicial foi de grande relevância para o que se seguiu, porque contribuiu para politizar muito rapidamente o sindicalismo que nascia. De par com isso, a estrutura sindical corporativa garantiu os recursos materiais, institucionais e logísticos necessários à rápida estruturação, em nível nacional, de representação centralizada (Martins

1. A literatura sobre o “novo sindicalismo” é vasta. Textos seminais são Tavares de Almeida (1983), Abramo (1999), Antunes (1988), Rodrigues (1999), Sluyter-Beltrão (2010) e Santana (1998).

Rodrigues, 1991). Ademais, num ambiente pós-1964 em que os empresários estavam acostumados ao arbítrio completo na regulação do uso do trabalho e onde imperavam relações de trabalho francamente autoritárias (Humphrey, 1982; Carvalho, 1993; Cardoso, 2015), boa parte da mobilização sindical trouxe a marca da democratização daquelas relações, da tentativa de resgate da dignidade da (e na) atividade laboral (Abramo, 1999). Principalmente na indústria, carro-chefe do sindicalismo nascente, isso era ainda mais agravado pelo fato de que, aos regimes autoritários de trabalho, somava-se o uso predatório da força de trabalho, por meio do recurso às mais altas taxas de rotatividade do mundo, pela extensão da jornada de trabalho via horas-extras, pela dilapidação das qualificações via expulsão de grandes contingentes de trabalhadores desse setor produtivo a cada ano, e pela prática de salários aviltantes, entre os mais baixos do mundo ocidental (Cardoso, 2015). Estes eram vetores poderosos de descontentamento passível de ser canalizado para a ação sindical, vetores inscritos no próprio mercado de trabalho, *locus* de operação das oportunidades de renda e bem-estar e, por isto mesmo, muito sensível a irrupções coletivas.

No plano macroeconômico as coisas não eram menos favoráveis à construção de vontade de agir. A inflação sempre crescente tornava extremamente racional a ação sindical confrontacionista, voltada para movimentos grevistas de massa visando à manutenção do poder de compra dos salários, quase sempre contra políticas salariais oficiais (de governos militares ou civis) restritivas (Tavares de Almeida, 1992). Ao mesmo tempo, as taxas médias de desemprego aberto, na década, estiveram não raro abaixo dos 3%, valor considerado suficiente para garantir poder de barganha ao trabalhador individual no mercado de trabalho, favorecendo a disposição para a ação coletiva. Além disso, a estagnação da economia na década, combinada com mercado fechado à competição externa, ditou tímidas políticas de reestruturação econômica na indústria, nos serviços e no comércio (e mais ainda nos serviços públicos, virtualmente sucateados), políticas de impacto limitado sobre as bases de sustentação do sindicalismo que se consolidava.

A crise econômica se arrastou por toda a década de 1980. Uma crise que se reitera deixa marcas profundas, em especial nas relações de trabalho. O horizonte de incertezas imediatiza os confrontos entre os agentes econômicos, que atuam em cada embate como se fosse a primeira e última batalha, com o que jogam jogos de soma zero a cada vez. Todos querem ganhar tudo de uma vez para sempre, porque ninguém sabe como estará (e se estará) no próximo encontro. As negociações coletivas no Brasil da “década perdida”

tiveram essa marca (Horn, 2006). Mas se o ambiente de crise não favorecia coalizões interclasses, por outro lado, converteu-se em outro vetor convergente explicativo do sucesso do sindicalismo, pois também tornava racional o caráter confrontacionista da ação sindical hegemônica de então, aquela levada a cabo pelo sindicalismo cutista. As greves foram, certamente, os indicadores mais conspícuos desse sucesso (Noronha, 1994).

Tudo isso fez do sindicalismo, ou do trabalho organizado, ator crucial do processo de transição do autoritarismo no Brasil. Não por acaso, as pesquisas de opinião, durante toda a década de 1980, mostraram que os sindicatos se tinham legitimado como a segunda instituição mais confiável da democracia em gestação, logo depois da Igreja Católica (Cardoso, 1999). Ademais, não se compreende a dinâmica da Assembleia Nacional Constituinte, composta em sua maioria por deputados conservadores (Martins Rodrigues, 1987), sem menção à atuação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, ligado ao DIEESE e ao movimento sindical, de parlamentares ligados à CUT, como Paulo Paim, ou de sindicalistas conservadores, como Luiz Antônio de Medeiros e seu “sindicalismo de resultados”, cuja ação foi crucial para a manutenção da estrutura sindical corporativa (Cardoso, 1999b), mas também para o desenho do direito de greve e dos direitos trabalhistas inscritos no Artigo 7 da Constituição. E por fim, em 1989, ano da publicação da tradução brasileira de “Disorganized capitalism”², o metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, líder maior do “novo sindicalismo” e fundador do Partido dos Trabalhadores, quase foi eleito presidente da República.

II

Ademais da conjuntura, as ciências sociais brasileiras se haviam consolidado a partir do final dos anos 1950 tendo no trabalho o elemento central da inteligibilidade de nossa modernização. Inúmeras recensões da produção acadêmica sobre o processo de industrialização, de constituição da classe operária, dos limites de sua consciência de classe, de sua participação po-

2. A tradução para o português saiu pela Brasiliense em 1989, e não trouxe o capítulo sobre a perda da centralidade do trabalho, que aparecera um pouco antes no primeiro volume da coletânea “Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho”, publicada no mesmo ano de 1989, pela Tempo Brasileiro, e que reproduzia também o Capítulo 2 de “Disorganized capitalism”, “O futuro do mercado de trabalho”.

lítica e ação coletiva e demais temas relacionados à consolidação da sociedade do trabalho no Brasil foram produzidas ao longo da década de 1980 e início da de 1990, mostrando o vigor e a abrangência dos estudos do trabalho que, como não poderia deixar de ser, tinham como pressuposto o reconhecimento de sua centralidade.

Pioneiros nesse sentido são os levantamentos críticos de Werneck Vianna (1978 e 1984), o primeiro sobre a prevalência dos estudos sobre sindicalismo e movimento operário na literatura dos anos 1960 e 1970, e o segundo dando notícia da emergência de estudos de fábrica, voltados também para o processo de trabalho. Dez anos depois, o exaustivo balanço bibliográfico de Castro e Leite (1994) sustentou que a sociologia saiu na dianteira das outras ciências sociais na tentativa de responder algumas questões centrais:

Quem eram os seus [do Brasil] trabalhadores, de onde provinham e o que aspiravam? Como fora talhado o seu empresariado industrial, e quais as concepções sobre o desenvolvimento econômico que agenciava? Quais os correlatos culturais do processo de industrialização: que pautas valorativas passavam a compor a vida urbana e como essa nova ordem social convivia com os valores de um Brasil arcaico, que se afigurava em crise? A Sociologia ousava correr o risco de formular uma teoria da sociedade brasileira. Nesse pioneirismo, os estudos sobre o trabalho industrial desempenharam um papel decisivo (p. 40).

Essa conclusão é sustentada pela resenha de mais de 170 trabalhos, em sua grande maioria dos anos 1980 e inícios dos 1990, o que revela a pujança de um campo de estudos já consolidado, marcado ao mesmo tempo por multidisciplinaridade e especialização.³

Contra esse pano de fundo, “Disorganized capitalism”, publicado originalmente em 1985, não tinha como não produzir dissonâncias interpretativas, em particular em razão do capítulo sobre a perda da centralidade do trabalho na sociologia. O mundo do trabalho estava em intenso movimento no Brasil, e se pusera, de fato, no centro das mudanças mais relevantes da década. É impossível compreender a dinâmica da transição, em suas dimen-

3. Ver, por exemplo, a ampla revisão bibliográfica feita por Abramo (1990) sobre reestruturação produtiva no Brasil.

sões sociais, políticas, econômicas e ideológicas sem afirmar a centralidade do trabalho como chave de interpretação.

É claro que o debate sobre a crise ou mesmo o fim da sociedade do trabalho era antigo. Nos anos 1960, autores como Daniel Bell (1960) e Alain Touraine (1969) já haviam apontado que mudanças estruturais profundas no capitalismo ocidental estavam deslocando o proletariado do centro da dinâmica social, agora dominada pelos trabalhadores dos serviços. Para esses autores, nascia a sociedade pós-industrial. No mesmo período, Jürgen Habermas (1972, em tradução para o inglês de textos publicados em alemão em 1969) formulou as primeiras ideias de sua teoria do agir comunicativo, na qual a interação (o agir comunicativo) substituiu o trabalho na inteligibilidade da sociedade contemporânea, ademais dominada pela técnica e pela ciência como forças produtivas principais e fontes autônomas de mais-valia. E, em 1980, André Gorz lançou “Adeus ao proletariado” (tradução brasileira de 1987), uma crítica corrosiva à “religião do proletariado” e à ideia de revolução como caminho para a liberdade e a igualdade. Para Gorz, a liberdade estava fora da esfera do trabalho e do consumo, e só podia ser uma busca individual.

Com exceção de Bell, os demais autores eram oriundos da tradição marxista. Suas críticas, pois, eram também uma forma de chegar a termos com essa tradição. E ainda que o trabalho seja categoria importante nos edifícios teóricos de Weber (não é a posição de classe componente causal de oportunidades de vida?) e Durkheim (não é a divisão do trabalho o mecanismo que garante a coesão da sociedade moderna?), é para o marxismo que a crítica à centralidade do trabalho é mais danosa. Isso porque o trabalho social abstrato é o substrato do valor das mercadorias, e tudo no mundo das mercadorias não passa de formas do valor, ou do trabalho social abstrato. Assim, a mercadoria é trabalho objetivado, o capital é trabalho morto, o dinheiro é trabalho fetichizado, a mais-valia é trabalho não pago pelo capitalista, portanto a exploração é exploração do trabalho e assim por diante. Como afirma Marx na “Crítica ao programa de Gotha”, o trabalho é “a fonte de toda a riqueza e de toda a cultura”.⁴ Postular, pois, o fim da centralidade do trabalho, é afirmar que o edifício marxiano simplesmente já não fica de pé.

4. Hanna Arendt, por seu lado, sustentou em “A condição humana”, que a grande heresia de Marx e Engels foi mostrar que o homem racional não é produto de Deus, mas do trabalho, ou do seu metabolismo com a natureza para produzir sua subsistência.

Não por acaso, todos esses autores abandonaram o marxismo. Foi o caso, também, de Claus Offe, que abraçou as teorias da escolha racional e do agir comunicativo em sua crítica à centralidade do trabalho no mundo contemporâneo, embora tenha retido do marxismo aspectos decisivos, como a centralidade das clivagens e dos conflitos de classe na dinâmica social, base, por exemplo, de sua crítica a Mancur Olson da “Lógica da ação coletiva”, formulada no capítulo “As duas lógicas da ação coletiva”, comentado mais adiante.

Mas qual o fundamento dessa crítica ao que ele e outros sociólogos denominaram “sociedade do trabalho”?⁵ Para Offe, haveria claras indicações de declínio no poder objetivo de determinação do trabalho, da produção e do consumo sobre as condições e o desenvolvimento social como um todo. Com isso, a sociedade estaria *objetivamente* menos moldada pelo fato do trabalho, e as esferas da produção e do trabalho estariam perdendo sua capacidade de determinar a estrutura e o desenvolvimento da sociedade mais ampla. Seria mesmo possível afirmar que, apesar de a esmagadora parcela da população depender de salário para viver, o trabalho se teria tornado menos central para os indivíduos e para a coletividade, tanto em termos objetivos como subjetivos: “o fato social do trabalho assalariado, ou a dependência em relação ao salário”, não constituiria mais “o foco da identidade coletiva e da divisão social e política” (Offe, 1984, p. 136). Estaríamos diante da “implosão” da categoria trabalho (Offe, 1984, p. 134).

Aspecto central desse processo é o fato de que o crescimento do emprego nos serviços e a redução drástica do emprego industrial nas sociedades capitalistas ricas teriam tornado o trabalho estruturalmente muito heterogêneo. Entre outras coisas, porque os

problemas de escassez e de eficiência, que determinam a racionalidade na produção dos bens industrializados, são suplementados com problemas de ordem e normalização, que não podem ser adequadamente tratados através da supremacia técnica e econômica da escassez, mas que requerem uma racionalidade específica do trabalho em serviços (Offe, 1984, p. 137).

Ademais, como um agente da sintetização consciente de sistemas e processos sociais, o trabalho em serviços da “nova classe [média]” desafia e

5. Por exemplo, Dahrendorf (1980).

questiona a sociedade do trabalho e seus critérios de racionalidade (realização, produtividade, crescimento [característicos de uma ética do trabalho taylorista]) em favor de padrões valorativos substantivos, qualitativos e “humanos” (Offe, 1984, p. 139).

A consequência seria uma grande diversificação de níveis salariais, qualificações, conteúdos do trabalho, segurança, *status*, encargos e formas de comunicação; haveria também forte segmentação do mercado de trabalho, com atribuição de grande importância aos trabalhadores de colarinho branco, a produção não capitalista de pequenas empresas e a terceirização; além da fragmentação dos mundos da vida do trabalhador, com maior importância dos mundos não laborais nos circuitos do consumo, do lazer, da família. O trabalho, enfim, teria perdido sua condição de *medida comum*, com significação precisa e compartilhada por todos os assalariados.⁶

Na América Latina, as reações críticas mais consistentes ao trabalho de Offe e demais autores dessa vertente vieram de dois dos principais teóricos do trabalho no continente: Ricardo Antunes, no Brasil, e Enrique de la Garza, no México, não por acaso dois autores que reivindicam para si a herança marxiana. Antunes dedicou dois livros a esse intuito: “Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”, com primeira edição de 1995 e com uma sétima em 2006, revista e ampliada para refinar a discussão teórica sobre a teoria do valor-trabalho em Marx; e “Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho”, de 1999, sobretudo os capítulos VII e VIII, especificamente sobre a centralidade do trabalho no mundo contemporâneo, criticando Habermas em particular. E De la Garza publicou inúmeros artigos em reação sobretudo a Claus Offe.

A crítica de Antunes parte do reconhecimento do aumento da heterogeneidade interna do que ele denomina de “classe-que-vive-do-trabalho”, aspecto salientado também por Offe, bem como da redução do peso do operariado fabril nessa classe nos países do capitalismo central. Mas, para ele,

6. Offe não elabora as consequências teóricas da alegada perda da medida comum do trabalho abstrato para o edifício teórico do marxismo. Uma incursão nesse campo é de Giannotti (1990 e 2008). Para ele, a construção marxiana da noção de trabalho social abstrato como medida do valor exige a comensurabilidade dos diferentes trabalhos concretos. Essa comensurabilidade cairia por terra ante o monopólio da inovação tecnológica por um ou alguns capitalistas (argumento, de resto, presente em Habermas, 1972, em particular o capítulo sobre a ciência e a técnica como ideologia), e pela heterogeneidade das ocupações nos serviços. Nesse ponto, Giannotti cita justamente esta análise de Offe sobre o trabalho nos serviços.

o capitalismo ainda não se teria livrado do trabalho vivo na produção de mercadorias, e nem aquela heterogeneidade estrutural invalidaria a teoria do valor-trabalho. Seguindo Marx, Antunes lembra a distinção entre o trabalho concreto, destinado à produção de valores de uso, ou dos bens que as pessoas necessitam para viver; e o trabalho abstrato, aquele que gera valor de troca e é o fundamento da teoria do valor de Marx. O trabalho concreto, prossegue Antunes, jamais perderá centralidade em nossa vida, pois ainda não se encontrou outra forma de se produzir valores de uso para suprir as necessidades humanas, sendo, por isso, elemento central do metabolismo da humanidade com a natureza.

Já o trabalho abstrato é o trabalho total de uma sociedade, e mesmo oriundo de uma classe-que-vive-do-trabalho estruturalmente heterogênea (em termos tanto ocupacionais - os múltiplos trabalhos heterogêneos dos serviços, para além do operariado fabril ou rural - quanto das formas de contratação cada vez mais múltiplas, incluindo trabalhos em tempo parcial, informais, precários, etc.), é ainda trabalho abstrato fonte de valor, ademais de ser estranhado, alienado e fetichizado⁷. Isto é, se é de capitalismo que se trata, então a mercadoria segue sendo o veículo da riqueza, e seu valor continua dependente do tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Além disso, se nos países centrais é cada vez maior o tempo de não trabalho, o que de fato reduz o lugar do trabalho nas biografias de homens e mulheres, isso não acontece para 2/3 da classe trabalhadora mundial, hoje vivendo nos países em processo de industrialização e que ainda trabalham jornadas extensas e pesadas. Para esses trabalhadores não faria sentido falar em perda de centralidade do trabalho em suas biografias.⁸

De la Garza também salienta o caráter eurocêntrico do argumento de Offe, criticando-o ponto por ponto. Para este autor, malgrado a hegemonia neoliberal nos anos 1990, na qual se procurou equiparar trabalho e mercado, e apesar das teorias pós-modernas sobre a fragmentação das experiências de vida,

no mundo empírico capitalista o que fica é uma maioria assalariada, ainda que com extensão importante do trabalho desregulado e por conta própria. Apenas para uma minoria a desregulamentação significou maior liberdade. A sociedade do não-trabalho vale para uma pequena

7. Ver Antunes (1999, cap VII e Apêndice III).

8. Ver Antunes (2006, prefácio à 7ª edição). Ver também Alves (2000).

quantidade de homens no mundo, a maioria tem que trabalhar mais agora para subsistir. A verdadeira sociedade do não-trabalho é a do desemprego e do subemprego (De la Garza, 2000, p. 21).

O autor afirma ainda que a fragmentação dos mundos de vida dos trabalhadores não é uma novidade, sendo característica também dos inícios da experiência operária. E que a suposta “ética do trabalho taylorista” teria sido substituída por uma ética do trabalho toyotista ainda mais integrada e consistente em seus modos de moldar as subjetividades operárias.

De la Garza, contudo, não se debruça sobre o impacto dos argumentos de Offe a respeito da teoria do valor-trabalho de Marx, embora sua crítica veementemente à teoria econômica neoclássica não deixe dúvidas sobre sua filiação à vertente marxista (ver ainda De la Garza, 2007).

Trata-se, como parece claro, de dois sociólogos do trabalho escrevendo em reação a um argumento que, ao fim e ao cabo, pretendeu ter desmontado por dentro seu objeto de pesquisa. Desse ponto de vista, a reação foi algo tardia. O primeiro texto de Antunes é de 1995, portanto, 10 anos depois da publicação da versão em inglês do trabalho de Offe, e o primeiro de De la Garza é de 1997, baseado em artigo apresentado em congresso um ano antes. É curioso que este último cite não o artigo de Offe sobre a centralidade do trabalho, mas sim seu estudo sobre as duas lógicas da ação coletiva, numa versão em inglês publicada em 1980 na coletânea “Political power and social theory”, pela JAI Press. De la Garza, obviamente, se confundiu ao indicar a fonte de sua crítica. Já Antunes cita a versão em português de 1989, publicada pela Tempo Brasileiro e já referida.

De todo modo, parte da explicação para a repercussão tardia dos argumentos de Offe prende-se, talvez, ao fato de que, na década de 1980, viveu-se a revivescência do mundo do trabalho no Brasil, na Argentina e em outros países latino-americanos saídos de regimes autoritários. Para os estudiosos da área, a centralidade do trabalho na dinâmica social geral era autoevidente. A década de 1990, ao contrário, abriu uma crise no mundo do trabalho no continente, em razão de algo que podemos denominar de ofensiva do capital contra as formas institucionais prevaletentes de uso do trabalho. Vieram a investida neoliberal flexibilizadora dos mercados de trabalho; a abertura dos mercados, que forçou a reestruturação produtiva, que impactou profundamente o trabalho na indústria, gerando desemprego industrial em toda parte; o ataque neoliberal ao trabalho assalariado e às identidades

coletivas a ele associadas, somado à promoção do empreendedorismo, da empregabilidade e do individualismo; apenas para citar três dimensões salientes daquela ofensiva multidimensional. Sob ataque, os/as trabalhadores/as e suas instituições se viram na defensiva, e com eles/as os/as analistas do mundo do trabalho. Nesse ambiente inóspito, negar a perda da centralidade do trabalho tornou-se uma necessidade empírica, teórica, prática e política. Tanto o argumento de Antunes quanto o de De la Garza tem evidente viés engajado, vendo no trabalho a chave para a construção de identidade e solidariedade de classe capazes de se opor à dominação do capital.⁹

III

Como mencionado, o livro de Offe só foi traduzido para o português em 1989. Mas alguns dos argumentos de seus capítulos repercutiram antes disso. Um exemplo é a tese de doutorado de Angela de Castro Gomes, defendida em 1987 no IUPERJ e publicada pela Vértice no ano seguinte com o título “A invenção do trabalhismo”, tornando-se um clássico da literatura sobre o varguismo no Brasil. O livro é referência incontornável entre os/as muitos/as autores/as que deram inteligibilidade à Era Vargas, ao propor o conceito de “trabalhismo” em substituição ao de “populismo” como mais adequado à compreensão da relação entre Getúlio Vargas e as massas trabalhadoras.

Na construção de seu problema de pesquisa, A. C. Gomes recorre ao texto original de Offe e Wiesenthal sobre as “duas lógicas da ação coletiva”, publicado em 1980 (Gomes indica 1979), e que figura como o capítulo 7 de “Disorganized capitalism”. Gomes chama principalmente a atenção para a crítica dos autores alemães ao estudo clássico de Mancur Olson (1999, original de 1965), que constrói uma teoria sobre a lógica da ação coletiva (no singular) indiferente às distinções de classe. Olson contesta a ideia de que, nos grupos de interesse, as pessoas agem coletivamente quando se tornam conscientes de seus interesses comuns. Em seu modelo os indivíduos são agentes racionais maximizadores de utilidades, ou de seu próprio bem-estar. O engajamento de cada qual numa ação coletiva que visa à obtenção de um bem público (como o aumento de salários para uma categoria

9. Na mesma direção, ver Castillo (1998). É curioso que, nos 36 capítulos de dois dos livros mais influentes sobre a crise do trabalho nos anos 1990 no Brasil e no mundo (Oliveira *et al.*, 1994; Oliveira e Mattoso, 1996), o artigo de Offe sobre a perda da centralidade do trabalho não seja citado por ninguém.

profissional) resultará de um cálculo racional de custo x benefício sobre a probabilidade de êxito da ação (o benefício), tendo em vista os custos da participação individual. Olson argumenta que o indivíduo racional procurará usufruir do bem público resultante da ação coletiva, sem precisar participar dela. A ação racional para qualquer pessoa seria pegar carona na ação coletiva dos outros, ou não incorrer nos custos da produção do bem público, mas usufruir dele. E essa ação, o “caronismo”, seria mais provável quanto maior o grupo que se está organizando para obter o bem público. Logo, uma ação coletiva de classe, por exemplo, seria menos provável do que ações coletivas de pequenos grupos, nas quais haveria incentivos seletivos para a participação, como a retaliação dos membros próximos, a proscrição moral, o ostracismo e outros, que podem ser tais que tornam insuportáveis o custo da não participação. O anonimato do *input* de cada qual em grupos muito grandes favoreceria o carona, que só participaria em função de incentivos seletivos de algum tipo.

Offe e Wiesenthal criticam a noção liberal de “grupos de interesse” que subjaz o argumento de Olson, que toma como equivalentes quaisquer organizações que promovem interesses coletivos. Sugerem que as organizações de capital e trabalho são distintas quanto aos insumos que organizam (*input factors*), quanto aos processos organizacionais internos e quanto às “condições de sucesso estratégico encontráveis nos ambientes organizacionais” (1980, p. 175), o que os autores denominam *output factors*.

Uma das premissas centrais do argumento, com origem em “A grande transformação”, de Karl Polanyi, é a de que, diferentemente dos capitalistas e das mercadorias de que são proprietários, incluindo o capital, os trabalhadores estão atados à força de trabalho que vendem no mercado, levando sua subjetividade para dentro da relação de trabalho. Como o capitalista compra *tempo* de trabalho, durante o qual o/a trabalhador/a fica à sua disposição para desempenhar as tarefas a ele/a designadas pelo comprador, o contrato de trabalho instaura um conflito incontornável, pois o capitalista tentará fazer com que o/a trabalhador/a trabalhe com a maior intensidade possível nesse tempo, pagando por isso o menor salário possível, e este/a tentará resistir a essa intensificação, pressionando pelo maior salário possível. O conflito de classe, pois, é estrutural, incontornável. E individualmente o/a trabalhador/a pode pouco diante do capitalista, que tem o poder de unilateralmente decidir não contratá-lo/a, ou demiti-lo/a. Historicamente, a resistência operária e a luta por seus interesses assumiram a forma da ação coletiva, crescentemente organizada em sindicatos.

Mas que interesses os sindicatos organizam? Aqui comparece a distinção central entre os *inputs* das organizações de capital e trabalho. Como o trabalhador é ao mesmo tempo sujeito e objeto da troca de força de trabalho, seus interesses não se restringem às recompensas materiais. Incluem coisas como “satisfação no trabalho, saúde, tempo de lazer e continuidade do emprego. Os sindicatos se defrontam, portanto, com a tarefa de organizar todo o espectro de necessidades que as pessoas têm quando empregadas como trabalhadores assalariados” (Offe, 1984, p. 179). Ora, não existe um parâmetro externo que defina os conteúdos desses interesses e necessidades, heterogêneos (por exemplo segundo o sexo e as gerações) e muitas vezes conflitantes. Por isso os sindicatos precisam *construir coletivamente* esses conteúdos, o que leva a distinções importantes nas práticas organizacionais de capital e trabalho. Enquanto ao capitalista basta, em geral, pagar a taxa de associação para que sua organização promova seus interesses vitais racionalmente definidos (manter ou aumentar sua taxa de lucro por exemplo), os trabalhadores precisam *chegar a acordos* sobre quais são seus interesses coletivos, e isso se faz dialogicamente, de forma horizontal e tão democrática quanto possível, o que é tão mais difícil quanto mais heterogênea for a força de trabalho a ser organizada. O problema da identidade coletiva não se coloca da mesma maneira para os capitalistas, menos ainda o da democracia decisória. A eles interessa uma burocracia racional e eficaz na luta pelo interesse empresarial, enquanto para os trabalhadores a burocratização pode significar perda da capacidade de seu engajamento na ação coletiva. Nesse quadro, os trabalhadores precisam gastar imensas energias e recursos para contornar o problema do caronismo (o que envolve ações expressivas mais que racionais), ao passo que o capitalista, no limite, pode agir sozinho em favor de seus interesses.¹⁰

Interessada em estudar o processo de construção da classe trabalhadora como ator político no Brasil, Angela de Castro Gomes salienta sobretudo o caráter expressivo da ação e da organização dos trabalhadores, apontado por Offe e Wiesensthal, que remete a aspectos simbólicos e culturais da construção de identidades coletivas. A autora lembra que é de Alessandro Pizzorno (1976) esta última noção, e a de que as pessoas que se engajam

10. O texto de Offe é referência, também, na tese de doutorado de Wilma Mangabeira, defendida na Universidade de Londres, em 1991, e que venceu o prêmio Anpocs em 1992, sendo publicada no ano seguinte pela Relume-Dumará (Mangabeira, 1993). Usei o trabalho de Offe e Wiesensthal em minha dissertação de mestrado, defendida na USP (Cardoso, 1991), na qual estudo a greve dos petroleiros de Paulínia de 1983, da perspectiva identitária presente tanto no texto dos autores alemães quanto no de A. Pizzorno (1974).

em ações coletivas o fazem também para o reconhecimento e afirmação de uma identidade comum, para além do cálculo racional/utilitarista relacionado aos fins almejados na ação.

IV

Karl Polanyi (1944) inspira também o Capítulo 2 de “Disorganized capitalism”, “The future of the labour market”. Offe argumenta que toda sociedade precisa resolver dois problemas alocativos centrais: primeiro, a força de trabalho de indivíduos humanos precisa ser atribuída a ocupações economicamente concretas; segundo, os frutos desse trabalho precisam ser distribuídos a esses ocupados, e também aos “legitimamente desempregados” via seguro-desemprego ou outro mecanismo institucional (Offe, 1984, p. 52). No capitalismo, esse duplo desafio foi resolvido por meio do mercado de trabalho e suas instituições reguladoras.

Contudo, esse mercado não funcionaria da mesma maneira que outros mercados, pois, como quer Polanyi, a força de trabalho é uma mercadoria *fictícia*. Primeiro, porque, diferentemente de uma “mercadoria genuína”, “[a] decisão de produzir a mercadoria fictícia trabalho não é tomada em empresas orientadas para o mercado, mas sim em famílias e outras agências de socialização nas quais as motivações são bastante distintas da vendabilidade” (Offe, 1984, p. 54). E o mecanismo de mercado não pode ser o único guia do destino dos seres humanos, afirma Polanyi, pois isso resultaria na demolição da sociedade.

Em segundo lugar, a força de trabalho se distingue das mercadorias convencionais por ser marcadamente variável e plástica. Como Offe afirma também em “Duas lógicas da ação coletiva”, o que o comprador adquire no mercado de trabalho é *força* de trabalho, e haverá sempre a questão de fazer com que essa força se transforme em trabalho efetivo. O contrato de trabalho define, em geral, apenas o quanto será pago ao trabalhador. As tarefas que serão efetivamente executadas permanecem relativamente indefinidas, no interesse do empregador e segundo os variáveis requisitos da produção. Em terceiro lugar, a força de trabalho não pode ser separada de seu possuidor. Por isso o trabalhador precisa *cooperar* no processo de trabalho, e precisa, também, *querer* trabalhar.

Além disso, a relação entre capital e trabalho envolve estratégias que não estão disponíveis às mercadorias convencionais, como, do lado dos trabalhadores, a constituição de sindicatos para se fortalecer na negociação

coletiva e a aquisição de qualificações e habilidades para reduzir a competição no mercado. E vender sua força de trabalho não é o único papel dos trabalhadores, que são também cidadãos e participam da vida política do país. Com isso, o mercado de trabalho não está “insulado contra o impacto de outros ‘sistemas’ ou ‘esferas da vida’” (Offe, 1984, p. 59), como estão os mercados de mercadorias “genuínas”.

Por fim, no primeiro capítulo do livro, “A economia política do mercado de trabalho”, Offe havia agregado que é possível falar numa deficiência estrutural da força-de-trabalho no mercado *vis-à-vis* os que a demandam, decorrente do fato de que ela não pode controlar a sua própria oferta, que depende de dinâmicas populacionais, como taxas de fecundidade, mortalidade, migrações e outras forças para além da possibilidade de intervenção das pessoas, ao passo que os capitalistas têm completo controle sobre suas necessidades de demanda por trabalho (Offe, 1984, p. 16-17).

Esse esforço teórico foi inovador em todos os sentidos, ainda que ancorado no clássico de Polanyi (1944). Ao fundar as bases de uma sociologia do mercado de trabalho, feriu de morte, de forma inapelável, a teoria econômica neoclássica segundo a qual o mercado de trabalho funcionaria melhor se oferta e demanda de trabalho encontrassem naturalmente seu equilíbrio na troca desregulada, na qual se definiria o preço da força-de-trabalho. Segundo esse argumento, instituições civilizatórias como salário-mínimo, seguro-desemprego, aposentadoria, idade mínima para entrada no mercado de trabalho, proteção de mulheres gestantes no trabalho, etc., todas resultantes do reconhecimento do caráter fictício da mercadoria força-de-trabalho, introduziriam distorções no seu mercado em favor dos trabalhadores, em prejuízo dos empregos e da eficiência econômica. Depois de Offe esse arrazoado mostrou-se puramente ideológico.

V

“Disorganized capitalism” traz outros capítulos de leitura obrigatória para os estudiosos do trabalho. Discute de forma sempre inovadora e erudita os problemas da construção da unidade de ação sindical em situações de heterogeneidade objetiva das categorias de trabalhadores, incluindo aqueles informais e autônomos; com olhos na Europa, analisa os mecanismos de atribuição de *status* público a grupos de interesse nos países onde a construção do estado

de bem-estar social se deu pela via neocorporativa, pela qual o desenho de políticas públicas mobilizou as energias das organizações de representação de capital e trabalho, reconhecidas como instituições semipúblicas; além de um estudo algo perplexo sobre o crescimento do desemprego nos países europeus na década de 1970 e as possibilidades de resposta ao problema.

John Keane, organizador do volume, incluiu ainda um estudo sobre problemas de legitimação da ação estatal no capitalismo contemporâneo, tema que ocupou também Habermas no mesmo período (“A crise de legitimação no capitalismo tardio”). E por fim, um texto sobre o que ele define como as três racionalidades divergentes da ação administrativa: no primeiro nível, o processo administrativo dos estados de bem-estar nos países avançados decorreria das regras legais, sendo avaliado por sua “correção” ou adequação a elas. Num segundo nível, a racionalidade estaria ligada à efetividade funcional da ação administrativa, que precisa escolher os recursos organizacionais, legais e de pessoal *mais adequados* aos fins. Nesse nível já não haveria como distinguir claramente ação administrativa da ação política. Por fim, e em consequência da politização da administração, o terceiro padrão de racionalidade administrativa prender-se-ia à busca de relações de consenso, apoio e cooperação entre a administração e suas clientelas, cujos interesses precisam ser levados em conta (Offe, 1984, p. 315-316).

Por todas essas razões, o livro de Offe se tornou um clássico incontestável, e continua alimentando o debate sobre temas como a centralidade do trabalho e as dinâmicas sociológicas dos mercados de trabalho, num momento em que o trabalho e os trabalhadores estão novamente sob pesado ataque das forças neoliberais em todo o mundo.

Referências

Abramo, L. W. (1990). Novas tecnologias, difusão setorial, emprego e trabalho no Brasil: um balanço. *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 30.

_____. (1999). *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas; Editora da UNICAMP.

Alves, G. (2000). *O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo.

Antunes, R. (1988). *A rebeldia do trabalho - o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. São Paulo/Campinas, Ensaio/Editora da Unicamp.

_____. (1999). *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, 2ª ed. São Paulo: Boitempo.

_____. (2006[1995]). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, 11ª ed. São Paulo: Cortez.

Bell, D. (1960). *The end of ideology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Cardoso, A. (1991). *Petroleiros de Paulínia: participação, consciência e identidade*. Dissertação de mestrado em sociologia. Departamento de Ciências Sociais, FFLCH-USP. São Paulo.

_____. (1999). *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a Era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: FGV.

_____. (1999b). *A trama da modernidade. Pragmatismo sindical e democratização no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

_____. (2015). *Globalização e relações industriais na indústria automobilística brasileira: um estudo de caso*. Rio de Janeiro: Amazon.

Carvalho, R. Q. (1993). Projeto de Primeiro Mundo com conhecimento de Terceiro? Um estudo comparativo das implicações da aceleração da mudança tecnológica para os processos de trabalho e os recursos humanos na indústria. *Estudos Avançados*(jan./abr.), USP, São Paulo, n. 17, p. 35-79.

Castillo, J. J. (1998). *A la búsqueda del trabajo perdido*. Madrid: Tecnos.

Castro, N. A.; Leite, M. de P. (1994). A sociologia do trabalho industrial no Brasil: desafios e interpretações. *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 37, p. 39-59.

Dahrendorf, R. (1980). Imentschwinden der arbeitgesellschaft: Wandlungen der sozialen konstruktion des menschlichen lebens. *Mercur*, n. 34, p. 749-760.

De la Garza, E. (1997). El papel del concepto de trabajo en la teoría social del siglo XX. *Acta Sociológica*, n. 20, p. 9-31. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://investigacion.politicas.unam.mx/ras/wp-content/uploads/2016/12/020_02_elpapelconcepto.pdf>. Acesso em ago. 2022.

_____. (2007). La evolución reciente de los significados del trabajo en los enfoques contemporáneos. *Revista Trabajo*, año 3, n. 4, p. 37-51.

Giannotti, J. A. (1990). A sociabilidade travada. *Novos Estudos Cebrap*, n. 28, p. 50-66.

_____. (2008). A perda do mundo. *Novos Estudos Cebrap*, n. 82, p. 69-95.

Gomes, A. C. (1988). *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ.

Gorz, A. (1987). *Adeus ao proletariado. Para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

Habermas, J. (1972). *Toward a rational society. Student protest, science and technology*. Boston: Beacon Press.

Horn, C. H. (2009). *Collective bargaining in Brazil: A study on joint regulation of the employment relationship in manufacturing*. Saarbrücken: VDM Verlag.

Humphrey, J. (1982). *Fazendo o milagre - controle capitalista e resistência operária na indústria automobilística brasileira*. São Paulo/Petrópolis: Vozes/Cebrap.

Kowarick, L. (1980). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Mangabeira, W. (1993). *Os dilemas do novo sindicalismo. Democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Martins Rodrigues, L. (1987). *Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: OESP/Maltese.

_____. (1991). As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: Boito, Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos oitenta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 11-42.

Noronha, E. G. (1994). Greves e estratégias sindicais no Brasil. In: Oliveira, Carlos A. de; Siqueira Neto, José F.; Oliveira, Marco A. de (Eds.). *O Mundo do Trabalho: Crise e Mudança no Final do Século*. Brasília: MTb-PNUD; São Paulo: Cesit; Campinas (SP): Scritta, p. 323-358.

Oliveira, C. A. et al. (1994) (Orgs.). *Mundo do trabalho. Crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta; Brasília: MTb/PNUD.

Oliveira, C. A.; Mattoso, J. E. (1996) (Orgs.). *Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta.

- Olson, M. (1999[1965]). *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp.
- Pizzorno, A. (1974). Los sindicatos y la acción política. In: Pizzorno, A. et al. *Economía y política en la acción sindical. Pasado Y Presente*, Buenos Aires, n. 44.
- _____. (1976). Introducción al estudio de la participación política. In: Pizzorno, A. Kaplan, Marcos; Castells, Manuel (Orgs.). *Participación y cambio social en la problemática contemporánea*. Buenos Aires: SIAP.
- Polanyi, K. (1944). *The great transformation. The political origins of our time*. Boston: Beacon Press.
- Rodrigues, A. T. (2003). *Diretas Já, o grito preso na garganta*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Rodrigues, I. J. (1999). A trajetória do novo sindicalismo. In: Jácome, Iram; Rodrigues (Org.). *O novo sindicalismo, vinte anos depois*. Petrópolis (RJ): Vozes; São Paulo: Educ/Unitrabalho, p. 73-94.
- Santana, M. A. (1998). O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate. *Revista de Sociologia e Política*, n. 10 - 11, p. 19-35.
- Sluyter-Beltrão, J. (2010). *Rise and decline of Brazil's new unionism: the politics of the Central Única dos Trabalhadores*. Oxford: Peter Lang.
- Tavares de Almeida, M. H. (1983). O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: _____.; Bernardo Sorj (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1992). *Crise econômica e organização de interesses: estratégias do sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Tese de Livre Docência em Ciência Política. 178p. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Touraine, A. (1969). *La société post-industrielle. Naissance d'une société*. Paris: Denoel.
- Werneck Vianna, L. (1978). Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 3.
- _____. (1984). Atualizando uma bibliografia: ‘novo sindicalismo’, cidadania e fábrica. *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 17.

17. MICHAEL BURAWOY: DA POLÍTICA DA PRODUÇÃO AOS REGIMES DE MERCANTILIZAÇÃO

RUY GOMES BRAGA NETO

Introdução

No campo de estudos do trabalho no Brasil, Michael Burawoy é amplamente reconhecido como o principal expoente do “debate sobre o processo de trabalho” nos anos 1970 e 1980. Em larga medida, seu livro “Manufacturing consent” (1979) foi interpretado como uma resposta marxista preocupada com a questão da consciência da classe operária subordinada ao suposto determinismo economicista contido na obra que organizou as reações ao debate original, isto é, o livro de Harry Braverman, “Trabalho e capital monopolista” (1974).

Neste capítulo, buscamos argumentar que os dois livros mais conhecidos de Burawoy, ou seja, “Manufacturing consent” e “The politics of production” (1985), são parte de uma agenda investigativa que se originou das preocupações do autor com a questão do capitalismo racial e que evoluiu na direção de uma reconstrução polanyiana do marxismo, capaz de iluminar aspectos pouco destacados no neoliberalismo, como, por exemplo, sua relação de afinidade eletiva com o racismo. Portanto, esses livros fazem parte de uma agenda muito mais ampla do que aquela centrada no processo de trabalho.

Para tanto, avanço em três direções. Em primeiro lugar, apresento de maneira sintética as diferentes etapas dessa agenda de pesquisa a partir das três “grandes transformações” estudadas por Burawoy em sua obra: as passagens do colonialismo ao pós-colonialismo, do fordismo ao neoliberalismo e do socialismo burocrático ao capitalismo. Em seguida, destaco como o método do estudo de caso ampliado possibilitou ao autor deslocar suas

análises dos regimes fabris de um país para outro, escorando sua mudança rumo à *teoria do desenvolvimento desigual e combinado dos diferentes regimes de mercantilização*. Finalmente, tento mostrar que tanto a reconstrução polanyiana do marxismo quanto o método do estudo de caso ampliado advogados por Burawoy foram decisivos para a definição e a redefinição de minha agenda investigativa, condensada em dois livros: “A política do precariado” (2012) e “A rebeldia do precariado” (2017).

Capitalismo racial: origens da agenda de pesquisa dos regimes fabris

Quando chegou ao Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, em 1972, para realizar seu doutorado, vindo de uma experiência de formação em antropologia social na Universidade de Zâmbia, Michael Burawoy percebeu, como havia antecipado Alvin Gouldner em “The coming crisis of western sociology” (1970), que aquela posição da sociologia dos anos 1950, ao proclamar que os Estados Unidos teriam colocado um fim nos principais conflitos sociais, inaugurando uma era marcada pelo fim da ideologia pela integração democrática das principais dissidências, simplesmente não havia sobrevivido à escalada das demandas por direitos civis e justiça social que sacudiram o país nos anos 1950 e 1960 (Burawoy, 2021).

Antes de tudo, era preciso superar os limites da sociologia profissional marcadamente positivista a partir de sua reconstrução marxista em consonância com os novos tempos carregados de projetos utópicos, tais como o socialismo, a descolonização e o desenvolvimentismo. Nesse sentido, é sabido que em “Manufacturing consent: changes in the labor process under monopoly capitalism” (1979), Burawoy propôs o conceito de “política da produção”, isto é, o conjunto das relações institucionais que organizam os diferentes regimes fabris, reproduzindo a dominação ou a hegemonia capitalista sobre os trabalhadores, como forma de integrar a observação etnográfica a um programa de pesquisa marxista orientado pelo diálogo crítico com os dados empíricos.

No entanto, o que muitas vezes passa despercebido aos estudiosos de sua obra é que este programa se relacionava a uma agenda mais ampla de investigações cujo eixo original gravitava em torno da análise da natureza classista dos diferentes regimes racializados de acumulação, incluindo uma reflexão a respeito da reprodução da força de trabalho barata por meio da

imigração. Esquemáticamente, a investigação de Burawoy a respeito de uma mina de cobre em Zâmbia, publicada em 1972, com o título “The colour of class on the Copper Mines: from African advancement to Zambia-ization”, consistia em uma investigação crítica do processo de descolonização do país africano a partir do foco em um de seus principais ativos: a nacionalização da mineradora.

Afinal, após a independência de Zâmbia, o que teria acontecido com a “barreira de cor”, isto é, a proibição de que negros exercessem poder sobre brancos, um dos principais pilares do capitalismo racial no país? Em outras palavras, como a substituição de brancos por negros e o surgimento de uma burguesia africana afetava a ordem racial? A descoberta da investigação de Burawoy foi desconcertante: o feitor da mina branco era deslocado para cima, mas, não era removido. Ele era promovido a uma nova posição criada na superfície – assistente do gerente de operações de subsolo. A nacionalização das minas de cobre estava recriando a barreira de cor. Como e porque o colonialismo continuava a se desdobrar no interior do pós-colonialismo? Enfrentar esse problema implicava analisar a razão por trás da reprodução da barreira de cor quando ela estava sendo dissolvida na esfera do governo, onde a “zambianização” avançava em ritmo acelerado.

Na ocasião, trabalhando no escritório da empresa, Burawoy compreendeu que, na realidade, a nacionalização da mina de cobre criava uma aparência de neutralidade racial pela integração dos negros nas escalas salariais dos brancos, mas de uma maneira que não ameaçasse o *status quo*. Dessa forma, a empresa buscava contentar alguns trabalhadores negros promovidos a funções de feitor ao mesmo tempo em que favorecia as qualificações e a experiência dos trabalhadores brancos promovidos a subgerentes de operações. Inspirado em Fanon, Burawoy demonstrou como mudanças oriundas de uma revolução política liderada pela burguesia nacional não eram suficientes para superar a ordem racial capitalista em um país marcado pela espoliação colonial. Sem uma revolução socialista e democrática, o velho capitalismo racial iria se reconfigurar, triunfando sob novas roupagens.

Esta agenda investigativa ganhou mais tração quando Harold Wolpe decidiu estudar o sistema de trabalho migrante na África do Sul. Esquemáticamente, ele considerava que a opressão racial respondia à necessidade capitalista de acumular explorando trabalhadores racializados. A espoliação política das populações africanas permitia que as empresas não pagassem pelos custos de reprodução do trabalhador africano, na medida em

que suas famílias permaneciam nas regiões rurais excluídas do território nacional, porém, controladas pelo Estado racista, e que o próprio trabalhador não fosse considerado um cidadão, portanto, não possuindo nenhum direito trabalhista ou social, mantendo-se indefinidamente na condição de imigrante.

Quando chegou em Chicago, Burawoy trouxe na bagagem essa agenda investigativa que logo iria florescer na direção da comparação entre a África do Sul e o sistema de trabalho migrante, que era o esteio da lucratividade do agronegócio da Califórnia (Burawoy, 1976). As convergências entre os dois casos levaram-no não apenas a concluir que a espoliação política era um instrumento contemporâneo da acumulação econômica, como a regulação estatal dos direitos da cidadania criava as condições precárias e racializadas que asseguravam a reprodução de uma parte importante da força de trabalho abaixo do seu valor. A síntese de suas posições no período pode ser encontrada em sua polêmica com Edna Bonacich a propósito da dualização do mercado de trabalho na África do Sul, publicada em um longo capítulo intitulado “The capitalist state in South Africa: marxist and sociological perspectives on race and class” (Burawoy, 1981).

Em suma, Burawoy compreendeu que a moderna acumulação capitalista seguia atada às arcaicas relações de dominação baseadas da discriminação racial. Daí a ideia segundo a qual o racismo apoia-se na racialização, isto é, na hierarquização de indivíduos e grupos sociais a partir de algum marcador fenotípico arbitrariamente selecionado, como a cor da pele, por exemplo, porém, vai além, na medida em que os corpos racializados se transformam em objeto de exploração econômica baseada na troca de não equivalentes. Para tanto, a regulação estatal deve ser capaz de criar as bases institucionais, sobretudo, legais, da racialização, assim como assegurar por meio da violência política a reprodução do processo de acumulação via espoliação social.

Da perspectiva de um programa de investigação crítico do capitalismo racial, a conclusão a respeito da *contemporaneidade da expropriação baseada na troca de não equivalentes mercantis* criava todo um campo de possibilidades de comparação entre o Norte e o Sul globais, destacando as diferenças e as convergências existentes entre sociedades nacionais como partes do desenvolvimento mundial do capitalismo. Cabe destacar que Burawoy chegou originalmente a esse programa inspirado, sobretudo, pelas leituras de Frantz Fanon feitas na África do Sul e em Zâmbia. Portanto, trata-se de uma elabo-

ração a respeito do desenvolvimento desigual e combinado da acumulação impulsionada pela necessidade de interpretar o capitalismo racial.

Nesse sentido, a intersecção entre capitalismo e racismo torna-se compreensível à luz da criação de leis e da violência política estatal que asseguram a reprodução dos regimes de expropriação do trabalho. Aqui é possível identificar uma notável convergência entre o *capitalismo racial* e o *neoliberalismo*: ambos dependem de um tipo de Estado capaz de criar despoiticamente um “outro”, isto é, uma massa de excluídos de direitos políticos, sociais e trabalhistas, a fim de viabilizar um tipo de exploração econômica baseada primordialmente na troca de não equivalentes mercantis.

Segundo essa visão, tanto o capitalismo racial quanto o neoliberalismo dependeriam para sua reprodução da produção politicamente despótica de um precariado localizado na fronteira entre o aumento da exploração econômica e a ameaça da exclusão social. Trata-se de base da relação de afinidade eletiva existente entre ambos. Na medida em que a violência política e a exploração econômica distribuem-se de maneira muito desigual no interior das classes subalternas nacionais, atingindo mais diretamente os grupos racializados, faz-se necessário interpretar o conceito de “raça” sobretudo como algo forjado e atualizado pelas contradições e metamorfoses da acumulação capitalista, e não a partir de suas implicações culturais e políticas.

Esta talvez seja a principal lição legada pelas investigações de Burawoy a propósito do capitalismo racial: precisamos ir além dos modelos de recursos de poder de dominação racial a fim de *destacar tanto as fronteiras raciais dentro das classes quanto as fronteiras de classe dentro das raças como partes constitutivas do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo*. Trata-se de uma visão totalizante do problema do racismo que busca integrar suas dimensões econômica, política e cultural. Logicamente, não é possível assegurar uma ampliação mundial da acumulação capitalista sem um aumento concomitante do número de trabalhadores submetidos à dominação racista:

Argumentei que o baixo custo do trabalho migrante residia, antes de tudo, em sua base material, a saber, a separação forçada entre manutenção e renovação da força de trabalho. [...] A circulação de trabalho migrante era uma função dos regimes coercitivos de colaboração entre o capital e o Estado que forçavam os trabalhadores

a padrões migratórios. Tais regimes podem ser encontrados em outras partes do mundo, não apenas sob o colonialismo. Além disso, mostrei como teorias desenvolvidas na África (Fanon, van Velsen, Wolpe...) poderiam gerar novos *insights* sobre os fenômenos sociais encontrados no capitalismo avançado. [...] Daí a necessidade de destacar o papel crítico dos Estados operando na reprodução de sistemas de trabalho barato” (Burawoy, 2021, p. 98-99).

Assim, é possível argumentar que quando Burawoy mudou-se da África para os Estados Unidos ele trouxe consigo um programa de pesquisa marxista em desenvolvimento capaz de interrogar o caráter classista das ordens raciais focado na reprodução da força de trabalho barata. Trata-se do pano de fundo de sua conhecida problematização da teoria gramsciana da hegemonia sintetizada no conceito de política da produção desenvolvida em “Manufacturing consent”. À primeira vista, essa afirmação pode parecer um tanto excêntrica, considerando se tratar, como sabemos, de uma análise a respeito de como o fordismo foi capaz de assegurar o consentimento dos trabalhadores a partir da reprodução de um regime fabril hegemônico apoiado no Estado interno, no sistema de metas, na negociação com o sindicato e no mercado interno de trabalho.

Fordismo: fabricando o consentimento

No entanto, ao observarmos mais de perto os argumentos presentes no livro, perceberemos a presença orientadora de uma agenda investigativa focada na reprodução das condições de produção do trabalho barato. Na região sul de Chicago, eram os negros os responsáveis pela ampla oferta de trabalho não qualificado para as empresas. Afinal, como o consentimento operário ao regime fordista de acumulação pode ser alcançado em condições de consumo desse tipo de trabalho? Ao começar a trabalhar no dia 2 de julho de 1974, como operador de máquinas na divisão de fabricação de motores da Allis-Chalmers, uma corporação multinacional que produzia máquinas e equipamentos para a construção civil e para a agricultura, Burawoy ficou impressionado a respeito de quantas qualificações existem em um trabalho supostamente não qualificado e também sobre o quão duro as pessoas trabalhavam por salários modestos, sem nenhuma razão aparente capaz de explicar essa “anomalia”.

Este era o quebra-cabeça que definiu a pesquisa de campo de Burawoy na Allis-Chalmers: por que os trabalhadores trabalhavam tanto, suando para alcançarem as metas do trabalho e fazendo horas extras para que os capitalistas pudessem lucrar ainda mais? Desde os anos 1930, ao menos, a sociologia industrial, assumindo o ponto de vista das gerências, havia sempre se perguntado por que os trabalhadores não trabalham mais ou estudado como fazê-los trabalharem mais duro. Mas, aquilo simplesmente não combinava com o que ele viu no chão de fábrica. Ademais, os marxistas em geral supunham que era o açoite vindo do mercado de trabalho, ou seja, o medo de ser demitido, que explicava o trabalho duro. Se não fosse isso, então era o incentivo econômico que impulsionava os trabalhadores. Esses fatores estavam inegavelmente em jogo. No entanto, conforme observou Burawoy, na Allis-Chalmers era muito difícil ser demitido, além da empresa assegurar o pagamento de um salário mínimo aos trabalhadores, mesmo aos não qualificados. A coerção por si só não podia explicar o entusiasmo que seus companheiros de trabalho devotavam ao trabalho duro.

Logo após Burawoy começar a trabalhar na Allis-Chalmers, Harry Braverman publicou seu conhecido livro “Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX” (1974), atraindo considerável atenção e iniciando um amplo debate sobre o processo de trabalho na sociologia estadunidense e mesmo internacional. Em sua obra, Braverman enfatizou conscientemente a transformação “objetiva” da organização do trabalho sob o capitalismo e não nas diferentes respostas dos trabalhadores às estratégias adotadas pela gerência científica. Assim, ele presumiu tacitamente que a natureza coercitiva do processo capitalista de trabalho explicaria a intensidade do ritmo da atividade dos trabalhadores.

Na oficina de fabricação de motores, Burawoy percebeu que a suposição de Braverman deveria ser problematizada. Assim, ele elaborou seu problema de pesquisa a partir da experiência de seus próprios companheiros de trabalho. Cotidianamente, os operários da Allis-Chalmers enfrentam uma dura realidade: chegar na fábrica pontualmente todos os dias para realizar oito ou mais horas de um trabalho árduo, repetitivo e intrinsecamente sem sentido. Para fazer o tempo passar mais rápido, para injetar um pouco de sentido em suas vidas no chão de fábrica, eles transformaram o processo de trabalho em um jogo chamado de “bater a meta”. Alcançar suas metas tornou-se um desafio que eles (trabalhadores) perseguiram por meio de maneiras engenhosas de cortar caminhos na fábrica e combinar diferentes tarefas antes dispersas.

Na fábrica, o jogo de bater as metas atraía os trabalhadores, fazendo o tempo passar mais rápido e desenvolvendo uma cultura operária que fortalecia as relações de solidariedade entre os diferentes grupos de operários, muitas vezes absorvendo inclusive as baixas gerências. Os trabalhadores sentiam-se emocionalmente empenhados em participar do jogo e eram reconhecidos por seus pares conforme se mostrassem proficientes em atingir os objetivos definidos pelos próprios jogadores. Além disso, o “Estado interno” existente na empresa constituía os trabalhadores como autênticos “cidadãos industriais” com direitos e obrigações definidos pelo sistema de reclamações estabelecido pela negociação coletiva entre a empresa e o sindicato. Finalmente, um mercado de trabalho interno assegurava aos trabalhadores alguma autonomia, ainda que limitada, em relação aos supervisores que, se quisessem manter os melhores trabalhadores em suas sessões, teriam que tratá-los de maneira respeitosa.

Na realidade, esta caracterização das instituições capazes de fabricar o consentimento dos trabalhadores à exploração na Allis-Chalmers descreve sinteticamente o modo de regulação fordista do pós-Segunda Guerra nos Estados Unidos. Um pacto classista envolvendo os sindicatos, as gerências e o Estado, cuja reprodução tornou possível por cerca de três décadas a articulação dos interesses materiais do trabalho organizado com as empresas, persuadindo os trabalhadores a se dedicarem à produção de mais-valor e a se beneficiarem relativamente dos frutos do crescimento econômico por meio do aumento de bens de consumo duráveis.

Seguindo a análise de Antonio Gramsci no *Caderno 22*, a este arranjo de instituições capazes de assegurar a produção do consentimento operário ao fordismo, Burawoy chamou de regime hegemônico de produção. No entanto, apesar da caracterização das instituições do Estado interno, quais seriam as condições externas que tornaram esse regime possível? Ao comparar seus achados de campo com a etnografia realizada por Donald Roy na mesma planta industrial nos anos 1940, Burawoy percebeu que os conflitos entre os trabalhadores e a gerência eram mais intensos e que os direitos dos trabalhadores, como a negociação coletiva, por exemplo, eram menos desenvolvidos.

Ou seja, o fordismo havia produzido uma maneira de absorver os desafios dos trabalhadores, incorporando-os na produção do consentimento ao capitalismo. Ao contrário do pensamento marxista da época, Burawoy sustentou que a desorganização da classe trabalhadora por meio dos mecanismos

institucionais criados pela cidadania industrial ocorreu não apenas no reino das superestruturas, ou seja, da educação, dos partidos, dos sindicatos, da religião, das comunidades e da família, mas no próprio lugar de produção onde a consciência de classe deveria se condensar, isto é, nas fábricas.

Este é um dos pontos que devemos destacar a respeito do trabalho de Burawoy, isto é, sua preocupação em articular empiria e teoria por meio de um método que, inspirado na escola de antropologia de Manchester, ele chamou de estudo de caso ampliado. Como podia ser possível fazer generalizações a propósito do fordismo baseado em observações de uma única fábrica em Chicago? Na realidade, este método é teoricamente orientado, ou seja, a partir de um ou de poucos casos, o estudo pode estimular a ampliação da teoria levada a campo pelo pesquisador. Além disso, apoiando-se em seu estudo de caso, Burawoy reconstruiu a teoria marxista do processo de trabalho, temperando-a com achados da sociologia profissional, até chegar a um conceito de regime fabril capaz de apreender os elementos centrais do modo de regulação da relação entre capital e trabalho no interior da fábrica.

Trata-se de uma intervenção teórica no interior do marxismo que propôs a existência de relações políticas no espaço da produção imediata homólogas àquelas encontradas no nível do próprio Estado. A partir daí ele decidiu se apoiar em fontes secundárias para mostrar como os diferentes regimes produtivos variavam entre o capitalismo do passado e o capitalismo avançado, no interior e entre diferentes sociedades capitalistas avançadas, entre o capitalismo avançado e o socialismo de Estado e, finalmente, entre o contexto colonial e o pós-colonial. Isso o ajudou a consolidar um programa de pesquisa que acabou articulando o marxismo, isto é, os macroprocessos, as transformações em larga escala, e a etnografia, ou seja, os microprocessos, as diferentes formas de interação social.

Dessa maneira, Burawoy inspirou outros sociólogos em suas próprias pesquisas de campo a partir, sobretudo, dessa preocupação em mostrar como o macro e o micro estão mutuamente conectados. Para ele, o sentido principal da sociologia consiste em ligar o micro ao macro, reconhecendo que o micro é moldado por condições que vão além dele mesmo. Para tanto, é necessário desenvolver ferramentas teórico-metodológicas capazes de revelar as microfundações da macrossociologia por meio de ampliações do caso em questão. Nesse sentido, ele propôs quatro ampliações: do observador ao participante; no tempo e no espaço; no interior da própria teoria; do estudo de caso para o âmbito global.

Em parte, a reflexão a respeito do método do estudo de caso ampliado impôs-se como uma necessidade diante do fato de que em sua pesquisa sobre o processo de trabalho na Allis-Chalmers, Burawoy não foi capaz de perceber como o fordismo podia ser frágil como um regime hegemônico. Apenas um ano após a publicação de seu livro, ele assistiu Ronald Reagan vencer as eleições presidenciais e transformar seu governo, em especial, após a destruição da greve dos controladores de voo liderada pelo PATCO, na ponta de lança da desconstrução do fordismo internacional. Sua etnografia dos trabalhadores negros não qualificados da empresa nada antecipara a respeito da grande transformação liderada por uma ofensiva estatal contra os trabalhadores que iria erodir as bases do poder sindical por muitas décadas.

Racismo, capitalismo, neoliberalismo: as faces do despotismo

Qual o sentido dessa incompreensão e quais as lições podemos aprender a partir daí? Em primeiro lugar, é importante lembrar que Burawoy sempre destacou a autonomia relativa do processo de trabalho, enfatizando criticamente sua inserção em contextos nacionais historicamente diversos. Nesse sentido, é compreensível que a produção do consentimento à exploração capitalista em uma fábrica em Chicago na primeira metade dos anos 1970 sintetizasse relações hegemônicas que, a partir de mudanças mais gerais do próprio capitalismo, tardassem para serem substituídas por outras de caráter despótico.

Aqui, é necessário dizer que se Burawoy tivesse permanecido mais atento ao próprio programa levado de Zâmbia para Chicago, talvez ele identificasse mais prontamente a dialética existente entre os regimes hegemonzados pela troca de equivalentes, caso do fordismo, e os regimes dominados pela troca de não equivalentes, como o neoliberalismo. Se o despotismo gerencial praticado sobre os trabalhadores nas minas de cobre em Zâmbia é muito diferente dos jogos de ajuste das metas criados com a participação ativa das gerências pelos trabalhadores, em sua maioria negros, do sul de Chicago, não podemos perder de vista que a reprodução das relações sociais de exploração capitalistas induz comportamentos similares entre os trabalhadores, a despeito da distância geográfica ou histórica:

De fato, os mineiros [zambiano] demonstraram sua absorção ao capitalismo já em 1935, quando organizaram com sucesso o primeiro grande movimento grevista pacífico no cinturão de cobre. Eles se mostraram tão adeptos do controle e da restrição das cotas de produção quanto os operadores de máquinas da Geer e da Allied. [...] Como descobrimos na Allied, *as categorias étnicas e raciais geralmente são importantes apenas quando reproduzidas pelo próprio processo de trabalho*. Caso contrário, elas permanecem como preconceitos, atitudes e, sobretudo, como um idioma capaz de treinar os trabalhadores (Burawoy, 1979, p. 215, grifos nossos).

Com isso queremos destacar que, para Burawoy, o racismo e a exploração econômica são duas faces de uma mesma moeda: o capitalismo racial. Além disso, quando o neoliberalismo decidiu decretar uma verdadeira guerra civil contra o trabalho organizado, inaugurando uma era de declínio estrutural dos sindicatos marcada pela estagnação dos rendimentos do trabalho pelo aumento das desigualdades classistas, os maiores estragos aconteceram nas comunidades onde vivem os trabalhadores. Manietados pela crise econômica, eles viram alguns de seus poucos recursos protetivos ruírem com o declínio dos bons empregos e dos sindicatos, sugerindo fortemente a existência de uma relação de afinidade eletiva entre o racismo e o neoliberalismo (Wilson, 1997).

O neoliberalismo, como um momento de subversão das relações de forças entre as classes em que os trabalhadores são obrigados a fazer concessões ao invés de recebê-las das gerências, foi identificado por Burawoy por meio do conceito de “despotismo hegemônico”: “Nos anos 1980, a desindustrialização estava dando origem à regulação enxuta e mesquinha da produção no capitalismo avançado, e a hegemonia estava se tornando despotismo hegemônico - um reequilíbrio entre coerção e consentimento” (Burawoy, 2021, p. 211). Em sua análise da passagem do colonialismo ao pós-colonialismo em Zâmbia, não é difícil perceber uma relação de afinidade eletiva existente entre os conceitos de despotismo hegemônico e despotismo colonial:

Chamo essa forma de regime de produção de despotismo colonial: despótico, porque *a força prevalece sobre o consentimento*; colonial, porque *um grupo racial domina por meio de direitos políticos, legais e econômicos negados ao outro*. [...] O poder arbitrário exercido pelo

ditatorial 'Bwana' (chefe branco) baseava-se no controle da vida dos trabalhadores fora do trabalho. Um racismo aberto e explícito foi o princípio organizador por trás desses aparatos de produção (Burawoy, 1985, p. 226, grifos nossos).

Em síntese, os aparatos de produção no mundo colonial dependeriam tanto da prevalência da força sobre o consentimento quanto da exclusão de grupos racializados do domínio dos direitos da cidadania. Aqui, um racismo "aberto e explícito" transforma-se no princípio organizador de um regime de acumulação apoiado sobre a violência política. Um racismo tão enraizado na estrutura econômica capitalista que, na forma da "barreira de cor", se manteve relativamente intacto mesmo após a independência do país. É nessa direção que ganha relevância a discussão a respeito da afinidade eletiva entre o capitalismo racial e o neoliberalismo.

Assim, falar em neoliberalismo significa atualizar a análise da dominação racial tendo em vista as formas contemporâneas de mercantilização do trabalho, da natureza e do dinheiro. Isso implica não reduzir a dominação racial a uma única "hierarquia" mais ou menos abrangente. Em primeiro lugar, é necessário desentrelaçar as diferentes dimensões da dominação racial por meio da problematização do sentido do capitalismo contemporâneo.

Em "The politics of production", Burawoy propôs abordar a dominação racial a partir da problematização de duas fontes do lucro capitalista: por um lado, temos as formas de extração do mais-valor, por outro, a tendência à compressão dos custos de reprodução da força de trabalho. A precarização do trabalho resulta do entrelaçamento dessas duas formas distintas e complementares de aumento do lucro. No âmbito do processo de trabalho, o predomínio da força aprofundaria a exploração dos trabalhadores racializados, negando-lhes direitos de cidadania, portanto, de representação sindical, e inserindo-os em condições cada vez mais inseguras de produção. No domínio da reprodução da mercadoria força de trabalho, a precarização das formas de manutenção e de renovação das comunidades de trabalhadores degrada o acesso das famílias aos meios de subsistência, ameaçando sua economia moral.

Nesse sentido, o despotismo colonial e o despotismo hegemônico compartilhariam a mesma essência econômica: a dependência de formas de apropriação baseadas na troca de não equivalentes mercantis. A diferença é que no caso do colonialismo, o racismo é explicitamente elaborado na forma

das leis e de procedimentos que regulam a produção. Sob o neoliberalismo, a dominação racial revela-se indiretamente, ainda que seus efeitos sejam muito visíveis: segregação espacial de comunidades, baixos salários, longas jornadas, exclusão de direitos de cidadania, inserção em ocupações degradantes, racialização de indivíduos e de grupos, dependência sistemática da assistência social, assédio e violência policial permanentes, deterioração das redes de apoio familiares, abuso de drogas, etc.

Através das lentes fanonianas, Burawoy percebeu na “zambianização” das minas de cobre durante a independência do país africano tanto a reprodução do racismo na condição de princípio organizador das relações de produção quanto a transformação da ordem jurídica que, ao menos de um ponto de vista formal, emancipou-se da dominação racial a fim de se adaptar à nova regulação do mercado. Na passagem do colonialismo ao pós-colonialismo, ele percebeu como a expropriação capitalista reagiu às lutas emancipatórias, ao mesmo tempo, conservando sua essência econômica e adaptando suas relações de poder. A presença explícita do racismo foi substituída por uma atuação implícita que, ainda assim, seguia dependendo do processo de racialização dos trabalhadores como forma de reproduzir as relações de produção capitalistas.

Em certa medida, o estudo de caso ampliado em Zâmbia antecipou em algumas décadas aquilo que aconteceria na África do Sul com o fim do regime de *apartheid* e a ascensão do Congresso Nacional Africano à condição de partido governante do país, já com o neoliberalismo dominando o mercado mundial. Apesar da absorção de alguns negros no setor público, o sistema de reserva de empregos e os limites para a mobilidade ocupacional dos trabalhadores negros mantiveram-se mais ou menos intactos.

Com a ampliação dos direitos da cidadania para alguns grupos étnicos que passaram a ser considerados “nacionais”, a estrutura econômica passou a depender da imigração de trabalhadores de outros países vizinhos. Na medida em que a redução dos custos de reprodução da força de trabalho é um componente essencial da ordem racial capitalista, as comunidades rurais que subsidiam os baixos salários dos trabalhadores imigrantes precisaram ser acessadas de mais longe. Ao contrário de eliminar a dominação racial, a mercantilização neoliberal do trabalho na África do Sul acabou reinventando as leis que regulam a circulação do trabalhador negro, restringindo seus direitos de residência, em uma escala internacionalmente ampliada e

não mais restrita às chamadas “terras ancestrais” onde as diferentes etnias eram originalmente segregadas.

A exemplo de seu estudo de caso em Zâmbia, a análise de Burawoy a respeito do fordismo racial sul-africano procurou problematizar os interesses de classe por trás da reprodução do racismo. Nesse sentido, sua polêmica com a interpretação de Edna Bonacich é esclarecedora. Para a socióloga estadunidense, o principal grupo responsável pela reprodução da ordem racial na África do Sul seriam os trabalhadores brancos, protegidos pelos mecanismos de reserva de mercado que asseguravam a eles os melhores empregos e salários. Para Burawoy, de fato, a classe trabalhadora branca tinha interesse na reprodução do *apartheid*, porém, os trabalhadores brancos não configuravam uma fração homogênea de classe.

Por um lado, o grupo de trabalhadores brancos qualificados era ameaçado pela desqualificação trazida pelo progresso tecnológico, aproximando-se dos trabalhadores brancos não qualificados que se sentiam ameaçados de serem substituídos por uma força de trabalho negra mais barata. Nesse sentido, os brancos qualificados teriam um interesse em manter a barreira de cor, desde que ela ajudasse a preservar seu monopólio sobre as qualificações. No caso dos brancos não qualificados, seu interesse seria o de suprimir a barreira de cor, excluindo completamente os negros da concorrência no mercado de trabalho. Trata-se de um exemplo que revela como o racismo pode criar tensões no interior da própria fração branca da classe trabalhadora, estimulando diferentes escolhas políticas.

A solução temporária para o aprofundamento dessas tensões somente pode ser garantida por um Estado capaz de criar e impor as leis definidoras da ordem racial. Ou seja, é o Estado que regula os diferentes interesses de classes e frações de classe, assegurando a reprodução da ordem racial e, conseqüentemente, as bases da acumulação, na medida em que desenha as fronteiras que separam aqueles grupos de trabalhadores submetidos à exploração baseada na troca de equivalentes dos espoliados por relações de produção dependentes da troca de não equivalentes mercantis.

Trata-se de uma noção de capitalismo racial que, na medida em que revela divisões de classes no interior das raças e divisões raciais no interior das classes, dialoga com a interpretação de W. E. B. Du Bois da ordem racial estadunidense. Em “Black reconstruction in America”, Du Bois (1962) estudou o fim do período da Reconstrução após a Guerra Civil, quando o Norte abandonou seu apoio à emancipação negra no Sul, restaurando o poder dos

grandes donos de fazenda que impuseram novas formas de trabalho compulsório aos negros concomitante à promulgação das leis segregacionistas conhecidas com Jim Crow. Além disso, ele interpretou os escravizados, à luz de suas leituras dos textos de Marx sobre a Guerra Civil americana, como uma verdadeira classe revolucionária engajada em construir a primeira “greve geral” da história dos Estados Unidos por meio da deserção em massa para o Norte do país. O pano de fundo da análise de Du Bois era sem dúvida a interconexão entre a pilhagem da África e a acumulação capitalista.

Para Du Bois, essa imbricação entre escravidão e capitalismo é a base de sua noção de capitalismo racial que significava tanto um *momento histórico* no qual a sociedade moderna logrou articular a acumulação de capital à escravidão em escala sistêmica, quanto um *método* capaz de localizar o racismo no interior de uma análise crítica do capitalismo. Ao refletir sobre as transições do colonialismo ao pós-colonialismo e do fordismo ao neoliberalismo, Burawoy sugeriu que essa problematização do capitalismo racial seria capaz de revelar os processos históricos por meio dos quais as metamorfoses do capitalismo promoveriam a atualização do racismo em condições historicamente determinadas. Em ambos os casos, as conclusões de Du Bois e de Burawoy parecem se encontrar na afirmação de Achille Mbembe, segundo a qual:

Pela primeira vez na história humana, o nome Negro deixou de remeter unicamente para a condição atribuída aos genes de origem africana durante o primeiro capitalismo. [...] A este novo carácter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o devir-negro do mundo (Mbembe, 2014, p. 18).

Explorar as afinidades eletivas entre o racismo e o neoliberalismo supõe problematizar as reconfigurações do capitalismo a partir da intersecção entre identidades classistas e identidades étnicas-raciais, enfatizando a contemporaneidade da expropriação baseada na troca de não equivalentes mercantis, cujos efeitos podem ser facilmente percebidos na racialização dos setores subempregados das classes trabalhadoras em diferentes contextos nacionais. Além, obviamente, do fortalecimento da exclusão dos corpos dos trabalhadores racializados dos domínios dos direitos humanos que antecede sua integração como objeto da expropriação capitalista mais

cruel. Assim, ao contrário do que afirmam as interpretações liberais: “O racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico. Racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente” (Almeida, 2016, p. 23).

Nesse sentido, o racismo não pode ser confundido com a substancialização culturalista de qualquer característica fenotípica arbitrariamente selecionada de um indivíduo ou mesmo de um grupo social. Esses marcadores fenotípicos variam historicamente, alternando seu peso na definição de “raças” distintas conforme os resultados das lutas de fronteira que redefinem quem somos nós e quem são eles, inclinando-se nesta ou naquela direção. Até a década de 1930, judeus, italianos e irlandeses eram considerados não brancos nos Estados Unidos.

Por isso mesmo, não devemos deixar de considerar entre os grupos “racializados” de trabalhadores estadunidenses, aqueles brancos – “caipiras”, “lixo branco”, etc. – que, tendo em vista o aumento das desigualdades classistas, foram sendo progressivamente expulsos do pacto protetivo do trabalho que vigorou durante o fordismo. Se somarmos a isso seu relativo isolamento em pequenas comunidades castigadas pela desindustrialização e pela pobreza, especialmente concentradas nas áreas rurais, perceberemos como, aos olhos de muitos liberais moradores dos grandes centros urbanos, esses trabalhadores acabaram se transformando na maior ameaça ao funcionamento da democracia americana.

Desigual e combinado: articulando diferentes regimes de mercantilização

Trata-se de um diagnóstico que simplesmente não é capaz de identificar como a crise da globalização neoliberal, iniciada em 2008, não apenas bloqueou o funcionamento das instituições democráticas como impediu a negociação de soluções alternativas para os dilemas das sociedades nacionais em nome do funcionamento dos mercados.¹ A ameaça à democracia não vem das escolhas políticas dos trabalhadores pobres submetidos

1. Possivelmente, o maior exemplo desse tipo de bloqueio da democracia tenha sido dado pelas eleições gregas de 2015, quando a população do país votou majoritariamente em um partido radical que prometia não cumprir o memorando europeu, aprofundando a aplicação de políticas “austericidas”, e o governo vitorioso foi obrigado a aplicar tais medidas a fim de permanecer na União Europeia (Ver Baptiste Dericquebourg, “Os dilemas do Syriza: História de uma decepção?” *Nueva Sociedad*, n. 261, janeiro-fevereiro de 2016).

à expropriação neoliberal, mas do modo como forças econômicas e políticas extranacionais determinam a experiência vivida pelas classes subalternas no interior das sociedades nacionais.

Como a combinação contemporânea entre Estados e mercados criou diferentes regimes de trabalho e como esses regimes influenciaram o processo de formação, desconstrução e reconstrução das classes trabalhadoras nacionais e de suas lutas? A etapa mais recente da evolução do programa de pesquisa dos regimes de produção proposto por Burawoy concentrou-se em questões que deslocaram o olhar para além do processo de trabalho, na direção da articulação de diferentes modos de mercantilização:

Fui compelido a olhar além do local de trabalho para entender as condições sob as quais a consciência de classe forjada na produção dá origem à formação de classes, como a classe em si se torna uma classe para si. [...] O segredo oculto da ordem emergente não estava no processo de trabalho, mas no reino da troca que corroía sistematicamente a produção (Burawoy, 2021, p. 146).

Este deslocamento deu-se, sobretudo, no momento de sua investigação a respeito do colapso do regime despótico burocrático na Rússia. A rápida desregulação das relações de produção soviéticas que impulsionou a mercantilização do trabalho no país fez com que os salários caíssem muito abaixo de seu custo de reprodução, obrigando as famílias trabalhadoras a desenvolverem toda sorte de estratégias de sobrevivência. A aproximação em relação à perspectiva polanyiana da análise da mercantilização, chamada por Burawoy para o caso russo de “grande involução”, não deixava de ressoar suas preocupações da primeira fase de seu programa investigativo.

Nos anos 1990, a crise da reprodução social na União Soviética e colapso do socialismo burocrático de Estado revelaram que a terceira onda da mercantilização era a lógica destrutiva por detrás do caos da era pós-soviética. A mercantilização do trabalho tornou-o precário ou inútil, impulsionando o lento desmanche das comunidades onde viviam os trabalhadores russos. Nesse momento, Burawoy identificou a emergência de um regime de expropriação que destruiu completamente a troca de equivalentes entre os sindicatos e a indústria, favorecendo a troca de não equivalentes baseada na privatização do capital estatal e na expropriação dos direitos dos trabalhadores.

De certa forma, parecia existir uma conexão invisível ligando a pilhagem colonial praticada na África pelo mercado mundial à espoliação da propriedade estatal russa impulsionada por um neoliberalismo mundialmente vitorioso. Recuperando a agenda polanyiana, Burawoy identificou no triunfo do neoliberalismo sobre o fordismo internacional, o socialismo burocrático e o desenvolvimentismo pós-colonial, a ascensão de uma avassaladora “terceira onda da mercantilização capitalista” cujo âmago localizava-se na erosão das relações sociais de produção.

Na Rússia, Burawoy vislumbrou um processo que se espalhava pelo mundo na esteira da ascensão da mercantilização neoliberal: quando a força de trabalho é mercantilizada sem proteção, a exploração desregulada faz com que os salários caiam abaixo do custo de subsistência. Nesse sentido, ele percebeu o caso russo como a vanguarda de uma decadência global impulsionada pela distopia neoliberal.

Além disso, o resgate da agenda polanyiana permitiu a Burawoy identificar nos desdobramentos da terceira onda da mercantilização a confluência entre o trabalho precário, a devastação ambiental e o efeito corrosivo da financeirização capitalista: “O capital financeiro é o condutor de todos esses processos: o ganho espúrio de dinheiro com dinheiro supervisionando a destruição e o desperdício, garantindo que o mercado de ações flutue para cima mesmo quando a economia produtiva declina” (2021, p. 214).

A articulação entre a precarização do trabalho, a degradação ambiental e a financeirização do capital trazidas pelo neoliberalismo não apenas desconstruiu os antigos atores políticos característicos do fordismo, do socialismo e do desenvolvimentismo, como também favoreceu o surgimento de novos atores políticos, impulsionando uma onda de movimentos sociais através do globo, casos da Primavera Árabe, do movimento Occupy Wall Street, dos Indignados espanhóis e portugueses, além de energizar outros movimentos mais tradicionais em diferentes contextos nacionais, como o sindicalismo, o movimento de camponeses, de mulheres, contra o racismo e o ecológico.

Segundo o diagnóstico de Burawoy, se existia algo unificando movimentos tão distintos não era a oposição à exploração econômica na produção, mas *a resistência à mercantilização destrutiva da terceira onda*. Daí a necessidade de reforçar o foco analítico nas instituições, organizações e movimentos sociais que emergem no interior do capitalismo, mas que, ao mesmo tempo, desafiam seus fundamentos. Ocorre que tais reações à terceira onda nem sempre se manifestam como “utopias reais”, para lembramos o concei-

to de Erik Olin Wright, ensejando resistências baseadas no fortalecimento de valores democráticos, da liberdade, da igualdade e da segurança social.

Na realidade, “o contramovimento à terceira onda da mercantilização pareceu despojado de uma dimensão utópica, em grande parte, devido ao descrédito da ideia do socialismo” (Burawoy, 2021, p. 10). Daí percebermos, muitas vezes, as reações à mercantilização poderem se mover em uma direção oposta, ou seja, evoluir no sentido de uma utopia reacionária, favorecendo movimentos de extrema direita como, por exemplo, o “Tea Party” nos Estados Unidos.

Da política da produção, com seu foco nas relações sociais *na* produção contra o pano de fundo das relações sociais *de* produção, a agenda de Burawoy avançou na direção da análise da articulação dos modos de mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro. Para tanto, apoiou-se em uma espécie de reconstrução polanyiana do marxismo. O modelo marxista original enfocava a competição entre os capitalistas, a desqualificação dos trabalhadores pelas novas tecnologias, a intensificação das lutas entre as classes sociais e a crise de superprodução. No entanto, o modelo tendia a subestimar o papel do Estado na regulação do capitalismo, no controle das crises econômicas e na sustentação de pactos sociais garantidores de concessões capazes de conter momentaneamente as crises de superprodução, integrando parte das classes trabalhadoras por meio da ampliação dos direitos da cidadania.

A principal diferença entre Karl Polanyi e o marxismo é que para ele a destrutividade social do mercado no capitalismo seria o grande problema a ser enfrentado pela classe trabalhadora. Portanto, Polanyi focava o processo de mercantilização, não a exploração do trabalho, como eixo vertebrador dos conflitos sociais capitalistas. Nesse sentido, a crítica da utopia regressiva do mercado autorregulado seria a base para a crítica do capitalismo e sua ameaça permanente à reprodução das diferentes sociedades nacionais. Para Burawoy:

Retirar terra, trabalho, dinheiro e conhecimento de seu tegumento social e, assim, submetê-los à mercantilização cria novos mercados e mais lucros. Essa expropriação não apenas deu origem ao capitalismo como nos tempos da ‘acumulação primitiva’ de Marx, mas continua sendo uma característica do capitalismo contemporâneo, muitas vezes violenta, muitas vezes gerando protestos sociais. David Harvey (2003) acertadamente destaca muito dessa contínua ‘acumulação primitiva’ em sua noção de ‘acumulação por espoliação’ (2021, p. 171).

Ainda assim, há que se questionar com Burawoy até que ponto estaríamos diante de um processo de acumulação ou de desacumulação, isto é, até que ponto essas contínuas expropriações não estariam simplesmente destruindo o capitalismo em vez de expandi-lo sobre os ombros de milhões de camponeses deslocados, de refugiados de guerras, de trabalhadores desempregados e subempregados, de inquilinos despejados, das vítimas das grandes enchentes, dos incêndios florestais e da poluição ambiental: “Não podemos dizer que os mercados estão agora em um modo de destruição do capitalismo, *desacumulação por desapropriação*, um processo que eu antes chamava de ‘involução?’” (Harvey, 2003, p. 173, grifos nossos).

Em sua reconstrução polanyiana do marxismo, Burawoy identificou não apenas pontos convergentes, como complementares. O principal deles talvez seja a crítica à alienação mercantil do trabalho presente em ambas agendas com claros desdobramentos relacionados à crise reprodutiva dos trabalhadores e suas comunidades. Uma crise que enseje reações politicamente diversas e que se alinham tanto à esquerda quanto à direita do espectro político. Durante a primeira metade dos anos 2010, as duas reações à terceira onda muitas vezes se encontram, como durante as chamadas “Jornadas de Junho” de 2013 no Brasil, por exemplo. Outras vezes, elas caminharam paralelamente sem se tocarem, apesar do objeto das críticas ser o mesmo, ou seja, os bancos e os poderosos, casos, por exemplo, dos movimentos “Occupy Wall Street” e “Tea Party”.

Apesar da reação direitista à terceira onda da mercantilização na segunda metade dos anos 2010 ter conseguido impulsionar a eleição de governos neautoritários nos Estados Unidos, na Europa, na Índia e no Brasil, não nos parece possível falar ainda em uma “hegemonia” suficientemente forte capaz de regular a crise de reprodução e estabilizar esses regimes. Na verdade, em nossa opinião, seria mais correto falar em uma espécie de paralisia da democracia liberal em um momento de “interregno” entre a atual crise do neoliberalismo e uma sociedade futura, cujos traços gerais ainda estão em disputa entre aqueles que se opõem pela direita ou pela esquerda à mercantilização. Seguramente, encontraremos pistas a respeito do tipo de sociedade que tende a emergir dessas disputas se olharmos para aquilo que unifica os diferentes atores: a desmercantilização.

Burawoy no Brasil

No passado, fordismo, socialismo burocrático e desenvolvimentismo, em diferentes graus, e colhendo resultados muito diversos em termos de proteção social, definiram a desmercantilização como a substituição do mercado por um Estado interventor mais ou menos autoritário. No entanto, num momento em que o Estado se aliou ao mercado na tarefa de impulsara devastação neoliberal da sociedade, como podemos redefinir o processo de desmercantilização sem reinventar os autoritarismos do passado? Para Burawoy: “O impulso para a desmercantilização deverá vir da sociedade civil. Isso não significa que o Estado e o mercado desapareceram miraculosamente; ao invés disso, eles devem estar subordinados à auto-organização coletiva da sociedade civil. É uma questão de restaurar o social do socialismo” (Burawoy, 2021, p. 177).

A evolução da agenda investigativa dos regimes de produção influenciou meu trabalho de diferentes maneiras em diferentes momentos. Além disso, cabe destacar que uma “guinada polanyiana”, ocorrida entre meados dos anos 1990 e início dos anos 2000, também marcou a produção intelectual do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), ao qual me associei em 2003. Sob liderança de Chico de Oliveira que, desde a publicação de seu conhecido ensaio “Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita” (1998), havia assumido um ponto de vista explicitamente polanyiano, o Cenedic trabalhou a noção segundo a qual a eleição de Lula, em 2002, teria iniciado uma era de “indeterminação” na vida política e social do país.

Antes de mais nada, tratava-se de uma tentativa de compreender o significado mais profundo da vitória petista. Por um lado, a equipe do Cenedic já havia mapeado alguns dos principais impactos do que chamamos à época, inspirados por Roberto Schwarz, de “desmanche neoliberal”, isto é, o avanço da mercantilização do trabalho, das terras e do dinheiro no meio popular. Decidimos, então, focar nas metamorfoses da economia popular nas periferias e no enfraquecimento do sindicalismo em um contexto de globalização capitalista, a fim de alertar para o perigo que uma conversão petista ao neoliberalismo representava para o futuro dos movimentos de resistência à mercantilização no país.

Na realidade, Lula havia sido eleito em meio a uma evidente onda de otimismo quanto ao futuro. No entanto, sua eleição coincidia com o reflú-

xo dos movimentos sociais manietados por pouco mais de uma década de neoliberalismo. A “indeterminação” dialogava com essa contradição em relação ao futuro. De uma certa maneira, o pessimismo de nossa análise chocava-se com o otimismo dos petistas. Por isso, assumimos que nossa análise poderia estar errada e que deveríamos manter uma janela aberta à indeterminação. Para tanto, nossa aposta era condicional: caso o governo investisse em políticas públicas como a distribuição de renda por meio da taxação dos ricos e dos bancos, os investimentos massivos em políticas universais de saúde, educação, habitação popular, etc., haveria ainda a chance de que “por cima”, o governo eletrizasse os “de baixo” numa tentativa de reverter o desmanche neoliberal, assegurando um futuro no qual as aspirações organizativas dos subalternos se reconciliassem com os direitos da cidadania.

No entanto, logo nossa aposta na indeterminação provou-se bastante equivocada por conta dos rumos do primeiro governo Lula. Quando o livro resultante do projeto foi lançado, em 2005, já não se podia falar mais em indeterminação. Neste momento, publiquei com Alvaro Bianchi um artigo no qual nos engajávamos com a tese de Chico de Oliveira presente em seu conhecido ensaio de 2003 intitulado “O ornitorrinco”. Neste ensaio, Chico acertava contas com certas análises que ainda enxergavam a possibilidade de superação do atraso do país por meio de um projeto liderado por um governo “desenvolvimentista”.

Na ocasião, Chico atacou as bases da tese desenvolvimentista argumentando que na nova fase do capitalismo financeirizado os sindicalistas que controlavam os fundos de pensão das empresas estatais haviam se aproximado tanto dos economistas tucanos, que durante os governos de FHC haviam se tornado sócios em bancos de investimento, que para eles não existiria mais nenhum projeto alternativo de sociedade ao neoliberalismo. Essa “nova classe” formada por sindicalistas petistas e economistas tucanos consolidaria a mercantilização neoliberal no país. Eu e Alvaro Bianchi apostamos em uma variação da tese de Chico.

Argumentamos que a financeirização da burocracia sindical inviabilizava o projeto desenvolvimentista, pois quem decidia o investimento era, no limite, o mercado, isto é, a taxa de retorno sobre o capital investido, e não o governo Lula. Porém, o fato dessa burocracia sindical não poder cristalizar seu poder na forma de propriedade privada sobre os ativos financeiros asseguraria certa permeabilidade às demandas dos trabalhadores. Ou seja,

Lula representaria um neoliberalismo “de esquerda”, isto é, com sensibilidade social. No fundo, a diferença era a seguinte: para Chico, a “nova classe” teria liquidado o PT como partido dos “de baixo”. Para nós, isso ainda não havia acontecido, pois os sindicalistas não se transformaram em uma “nova classe”. Eles continuavam sendo um estrato da classe trabalhadora. Ainda que agindo em um mundo econômico financeirizado em que o controle político das empresas estatais colocava a chave do cofre em suas mãos.

De certa maneira, este era o mesmo problema levantado por Chico no ensaio de 2003. Como entender a conversão de Lula e do PT ao neoliberalismo? Com a tese da “nova classe”, Chico apontava para uma transformação recente e sociologicamente apoiada na aliança entre sindicalistas petistas e economistas tucanos, uns controlando os fundos de pensão e outros os fundos de investimento. Não que eu discordasse totalmente disso, mas, o fato de ter apostado não na tese da “nova classe” e sim na noção de burocracia operária me obrigou a recuar para antes da Era FHC. Ou seja, para o período de formação daquela burocracia na qual surgiu Lula, o PT e a CUT.

No entanto, meu interesse não era o do historiador. Ou seja, eu não estava interessado em reconstituir a história do ABC nos anos 1960 e 1970 a partir de novas fontes. Meu interesse principal consistia em analisar o surgimento de uma relação política que me ajudasse a compreender o tipo específico de dominação social que Lula estava reproduzindo nos anos 2000 e que, aos meus olhos, conservava uma capacidade notável de realizar concessões aos subalternos. Em outras palavras, pretendia compreender como aquelas relações sociais na produção, características do período fordista periférico brasileiro, nos ajudaria a compreender as relações sociais de produção durante a transição da ditadura para a democracia. Tratava-se de um problema tipicamente ligado à agenda da política da produção definida por Burawoy.

Assim, dediquei-me a tentar compreender a gênese do que chamei de “hegemonia lulista” a partir da combinação entre a análise das relações sociais *na* produção (regime fabril) e a investigação das relações sociais *de* produção (modo de regulação da conflitualidade classista). Chico havia interpretado a eleição de Lula em 2002 como uma vitória do projeto dos de “baixo”, isto é, uma autêntica vitória política das classes subalternas brasileiras que coroou aquilo que ele havia chamado no passado de “era das invenções” impulsionada pelos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980.

Ou seja, a sociedade civil brasileira havia conquistado uma vitória por meio de Lula. Para Chico, essa vitória apenas foi possível devido ao fato de que os movimentos sociais haviam conseguido conquistar uma espécie de hegemonia moral antes do PT assumir o controle do aparelho político de Estado. Um bom exemplo disso foi a mobilização da sociedade civil pela universalização do acesso ao sistema público de saúde durante o período da Constituinte, em 1986. Os movimentos sociais foram capazes de exercer uma espécie de hegemonia moral que conduziu os debates parlamentares e assegurou a criação do Sistema Único de Saúde.

Nesse sentido, a hegemonia moral precedeu a hegemonia política. Com a vitória de Lula, havia a chance dessas duas hegemonias finalmente se encontrarem. Mas, com a conversão do PT a uma versão mitigada do neoliberalismo, isso não ocorreu. A hegemonia intelectual e moral continuava com os subalternos, porém, seus representantes colocavam em prática um programa econômico que aprofundava a exploração e a espoliação dos trabalhadores por meio da financeirização do capital. E isso tudo sob um governo supostamente “dos trabalhadores”. A essa forma esdrúxula de dominação Chico deu o nome de “hegemonia às avessas”.

Se o nome pode ser ambíguo, a ideia era bastante clara. Tratava-se de uma forma de hegemonia burguesa que concedia ao PT o controle do aparelho de Estado e, assim, permitiu ao governo Lula colocar em prática alguns pontos daquele projeto lá dos anos 1980, ou seja, gestados na era das invenções, sem a necessidade de um confronto com as forças capitalistas. Para esse modelo se reproduzir seria necessário assegurar o crescimento econômico e alguma redistribuição de renda em direção à parte de baixo da pirâmide social. E isso era possível por meio de uma integração ainda maior da estrutura social do país à terceira onda da mercantilização do trabalho, das terras e do dinheiro, leia-se, ao super ciclo das *commodities* e ao regime de acumulação financeirizado.

Como sabemos, essa parte da equação lulista era problemática, pois a financeirização tende a erodir no médio prazo as bases econômicas do crescimento sustentado, na medida que privilegia a acumulação dos bancos e dos proprietários de ativos financeiros em detrimento do investimento. Quando o governo de Dilma Rousseff tentou modificar os rumos desse modelo, acabou encontrando muita resistência por parte de uma parcela majoritária dos empresários rentistas, assustados com os efeitos da crise da globalização neoliberal iniciada em 2008.

Se Chico enfatizou a força da hegemonia lulista, em “A política do precariado” eu simplesmente procurei apontar para alguns de seus pontos mais frágeis, em especial, a questão dos limites desse modelo financeirizado de criar bons empregos e absorver as expectativas dos grupos sociais subalternos que eram mais ou menos amparados pelas políticas públicas dos governos petistas, como o crédito consignado e o financiamento para a educação universitária. Para tanto, empreguei a noção de política da produção e o instrumento do estudo de caso ampliado.

Decidi analisar as etnografias do trabalho operário fordista dos anos 1950 até os anos 1980. Ao longo da análise, foi ficando claro aos meus olhos que a “invariância” do poder lulista apoiava-se em sua capacidade de atualizar a relação entre o consentimento “ativo” das lideranças burocráticas – reproduzindo o controle do aparelho (sindicato, Estado, etc.) – e o consentimento “passivo” das classes subalternas – sem projeto hegemônico próprio e que, portanto, assumiam o projeto da burocracia sindical como seu.

Para que a hegemonia lulista pudesse se reproduzir, tanto nos anos 1970 quanto nos 2000, era necessário que a burocracia sindical fosse capaz de negociar certas concessões que alimentassem a percepção das bases sociais de que a capacidade de direção política era assegurada pela burocracia, não pela ditadura ou pelo capital. No entanto, afirmei que esse tipo de hegemonia capaz de concatenar o consentimento ativo e passivo dos trabalhadores apoiava-se sobre bases frágeis, afinal, o regime despótico de expropriação fordista periférico admitia pouca margem de manobra.

Assim como, 25 anos após o início do ciclo grevista que galvanizou o ABCD Paulista e depois o país, o neoliberalismo também não permitiria a Lula eleito presidente um espectro muito amplo de negociações para os subalternos. E quando as concessões não fossem mais possíveis devido a alguma crise econômica ou algo semelhante, essa relação de poder sofreria um desgaste e poderia ser rapidamente desmantelada. Aqui, cabe destacar a importância do despotismo inerente ao regime de acumulação fordista periférico.

Em poucas palavras, as relações sociais *na* produção, isto é, o regime de acumulação fordista periférico, não permitia que as relações sociais *de* produção, ou seja, o modo de regulação do conflito classista, consolidasse um regime hegemônico ao invés de um regime despótico hegemônico. E as transições do fordismo periférico ao pós-fordismo financeirizado que analisei em “A política do precariado” apontavam nesta direção: apesar dos

esforços do PT no poder, o neoliberalismo tenderia a erodir as bases da hegemonia lulista, impedindo a reprodução da combinação entre consentimento passivo e ativo das classes subalternas no país.

Minha pesquisa de campo na indústria paulistana do setor de *call center* apontou nesta direção. Tratava-se do setor que sintetizou as principais tendências percebidas em termos de reconfiguração da classe trabalhadora brasileira nos anos 2000. Com a desindustrialização da economia dos anos 1990, verificamos uma degradação do emprego que podia ser medido pelo nível dos salários praticados no mercado de trabalho como um todo e no setor de *call center* em especial. Enquanto nos anos 1980, os empregos formais pagavam em média entre 3 e 5 salários mínimos, nos anos 2000 eles pagavam até 1,5 salário mínimo.

Na verdade, 94% dos cerca de 20 milhões de empregos produzidos durante os governos petistas pagavam esse valor. Desse total, 12 milhões eram empregos terceirizados. Como o valor do salário mínimo é muito rebaixado no país, verificamos essa “combinação esdrúxula”, para usar uma expressão cara a Chico de Oliveira, com a precarização do trabalho ajudando a impulsionar a formalização do emprego, em especial, no setor de serviços, que passou a absorver uma massa de trabalhadores, sobretudo, mulheres, jovens e negros. No regime produtivo da indústria do *call center* era possível estudar os principais desdobramentos da combinação entre formalização do emprego e precarização do trabalho.

Apoiando-me no método do estudo de caso ampliado, pude perceber as “microfundações” (relações *na* produção) da “macrohegemonia” (relações *de* produção) lulista e o papel desempenhado pelas políticas públicas dos governos do PT, em especial, o PROUNI e o crédito consignado, na reprodução do consentimento passivo das massas no país. Assim, tive a oportunidade de estudar a contradição entre um modo de regulação do conflito trabalhista apoiado na expectativa dos setores mais precarizados em ascender socialmente pela via do trabalho formal e da educação - vias clássicas para avançar rumo à profissionalização e à segurança da classe média - e um regime de acumulação despótico apoiado na espoliação dos direitos trabalhistas via terceirização e deterioração do emprego formal (baixos salários, sindicatos frágeis, altas taxas de rotatividade, etc.).

Em suma, tendo em vista a agenda da “política da produção” e o recurso ao método do estudo de caso ampliado, minha pesquisa de campo na indústria do *call center* na cidade de São Paulo assegurou a chance de analisar as bases movediças daquilo que chamei de “hegemonia precária” dos governos do PT.

De uma certa maneira, ao estudar o crescimento da inquietação das bases sociais do setor que mais sofria com as contradições do lulismo, eu acabei preparando meu projeto seguinte que foca no ciclo de rebeliões em escala internacional, concentrado na primeira metade dos anos 2010 e que, no Brasil, teve as chamadas “Jornadas de junho” de 2013 como ponto culminante.

Trabalho e regimes de mercantilização no Sul Global

O ciclo de protestos contra a globalização neoliberal que se iniciou com a “Primavera Árabe”, sendo logo seguido pelo movimento “Occupy Wall Street”, pela ascensão dos “Indignados” espanhóis e portugueses, pela chamada “Rebelião dos Pobres” na África do Sul, pelo movimento de ocupação do parque Gezi na Turquia, pelos protestos gregos contrários à intervenção da Troika, que ocorreram na praça Sintagma, e pelas “Jornadas de Junho” no Brasil, para ficarmos em alguns exemplos afamados, inaugurou uma nova conjuntura de luta de classes em escala global, estressando o modo de regulação e, finalmente, solapando as bases para a reprodução da hegemonia lulista. Diante das possibilidades abertas pela nova conjuntura, entendi que uma análise da crise da hegemonia lulista no Brasil exigia uma comparação internacional capaz de revelar tanto a particularidade quanto a universalidade do caso brasileiro.

A sugestão de comparar o caso brasileiro ao caso sul-africano foi dada por Chico de Oliveira, que na época estava envolvido com o projeto “hegemonia às avessas” e havia ficado muito impressionado com as similaridades existentes entre a vitória de Mandela, em 1994, e de Lula, oito anos mais tarde. Aliás, a ideia original da hegemonia às avessas Chico teve ao observar o caso sul-africano. Acabei incorporando o caso português à agenda investigativa, pois sentia ser necessária a comparação entre as Jornadas de Junho e os movimentos dos Indignados. Daí surgiu o projeto que redundou no livro “A rebeldia do precariado”, que publiquei em 2017.

Neste trabalho, “ampliei” meu caso da indústria paulistana do *call center*, conectando-o à greve dos teleoperadores terceirizados da linha “Saúde 24”, em Portugal, liderada pela nova associação de trabalhadores “Precários e Inflexíveis”, e à luta contra a terceirização dos carteiros de Johannesburgo, movimento grevista emblemático e vitorioso que soube articular a criação de um novo sindicato à rebelião dos pobres nas comunidades negras sul-africanas. No caso brasileiro, concentrei-me na relação entre as Jornadas

de Junho e o pico do ciclo grevista da primeira metade dos anos 2010, em especial na análise da greve dos garis da cidade do Rio de Janeiro e da formação do “Círculo Laranja” a partir da auto-organização dessa categoria.

O recurso ao método do estudo de caso ampliado implicava a articulação entre as relações sociais *na* produção e as relações sociais *de* produção em cada um desses países, além do desenvolvimento de uma perspectiva desigual e combinada do desenvolvimento desses países a partir do contexto da crise da globalização neoliberal. No livro, recuperei a análise da transição entre processos de democratização liderados por forças populares que desaguarão em variações do modelo neoliberal, ainda que absorvendo parte das demandas dos “de baixo”. Nos três casos, considerei útil explorar a teoria da revolução passiva de Gramsci, como Chico havia sugerido no início do projeto. Ademais, procurei explorar as sugestões de Burawoy a respeito dos limites e dos alcances da etnografia global, testando as possibilidades de construir uma etnografia multicaso da crise da globalização neoliberal. Diga-se que foi Burawoy quem me apresentou à equipe do Sociedade, Trabalho e Política (SWOP), centro de pesquisa ligado à Universidade de Witwatersrand, que me acolheu em minhas missões de pesquisa em Johannesburgo.

Assim como na África do Sul, onde um governo liderado pela principal força democratizante surgida durante um longuíssimo processo de libertação de quase um século, isto é, o Congresso nacional Africano (ANC), passou a implementar um programa econômico neoliberal, menos evidente durante o governo de Mandela, mas, totalmente explícito a partir do governo de Thabo Mbeki, no Brasil, a vitória eleitoral do único partido realmente popular criado pelos trabalhadores na história do país também se transformou em uma vitória da financeirização e da subordinação da estrutura nacional à globalização neoliberal.

Nos dois casos, cabia analisar as razões para tanto, e acabei enfatizando, sobretudo, aquelas relativas ao crescimento do proletariado precarizado e ao enfraquecimento do sindicalismo nesses países, como forma de refletir sobre a relativa facilidade com que as direções partidárias aderiram à ortodoxia neoliberal, mas, igualmente, como maneira de revelar as novas tensões criadas entre os governos e suas bases sociais. Ademais, tanto no caso brasileiro quanto no caso sul-africano, o controle do aparelho de Estado por partidos originalmente representantes dos “de baixo” consolidou algo muito importante para a discussão sobre a revolução passiva, isto é, assegurou o consentimento ativo das direções ao projeto neoliberal.

No caso brasileiro, devido à “financeirização da burocracia sindical”, e no caso sul-africano por meio do programa de criação de uma burguesia negra capaz de dirigir as empresas do país, o chamado de BEE (Empoderamento Econômico Negro). Além disso, a adesão do movimento sindical (a CUT brasileira e o Cosatu sul-africano) ao projeto neoliberal dos respectivos governos também configurava um elemento-chave na interpretação tanto do comportamento do movimento sindical, como, sobretudo, das tensões envolvendo as bases e as direções dos trabalhadores.

No caso sul-africano, analisei além do surgimento de novos movimentos sociais críticos ao governo do ANC, como o Fórum Antiprivatização e o Movimento Sem-Terra, por exemplo, o “Massacre de Marikana”, quando 43 mineiros da empresa Lonmin que estavam em greve foram assassinados por forças policiais a pedido tanto do sindicato dos mineiros, o NUM, quanto do presidente do conselho diretor da empresa, na época, Cyril Ramaphosa, atual presidente do país e maior liderança histórica do próprio NUM.

E comparei estes casos com as greves que ocorreram no Brasil durante os primeiros anos de 2010, em especial, nos canteiros das grandes obras de infraestrutura, como no caso das usinas de Jirau e Belo Monte, por exemplo. Aliás, um ciclo reprimido pela Força Nacional de Segurança Pública acionada pelo governo de Dilma Rousseff. Ambos momentos serviram para mostrar em que medida regimes hegemônicos precários estavam se transformando rapidamente em regimes despóticos hegemônicos conforme a crise da globalização neoliberal envolvia diferentes países e regiões.²

Nesse sentido, é possível dizer que as forças da mercantilização alinharam a história dos três países que estudei no livro. No caso brasileiro, desde os anos 1990, a sociedade foi ficando cada dia mais marcada pela combinação de diferentes modos de mercantilização: o trabalho foi se precarizando, a natureza foi se degradando, e o dinheiro foi se financeirizando. Em todos os casos, deteriorou-se o valor de uso dessas mercadorias chamadas de “fictícias” por Karl Polanyi. Além disso, assim como aconteceu na África do Sul (ANC) e em Portugal (PS), a onda de mercantilização também foi

2. Ao contrário da maior parte dos analistas que identificou na eclosão das Jornadas de Junho o início da guinada à extrema direita do espectro político que supostamente levaria ao *impeachment* de Dilma Rousseff e à eleição de Jair Bolsonaro, indiquei se tratar de um ciclo politicamente plural de protestos, porém, claramente concentrado nas camadas populares da população. Ademais, as Jornadas de Junho ajudaram a impulsionar um aumento histórico no número de greves no país, o que revelava seu alinhamento ao ciclo global de protestos contrários à mercantilização do trabalho, das terras e do dinheiro (Ver Braga, 2017).

pilotada pelo partido que saiu vitorioso da luta contra a ditadura, isto é, o PT. Dispensável dizer que nos três casos, esses partidos defendiam soluções reformistas para os dilemas sociais, mas, acabaram adotando um programa neoliberal que fortaleceu a terceira onda de mercantilização.

De uma maneira semelhante aos demais casos analisados no livro, as tensões que se acumularam ao longo dos anos 2000 explodiram no início dos anos 2010: no caso brasileiro, uma onda grevista inédita na história enfrentou a mercantilização do trabalho, uma onda de protesto dos setores populares urbanos desafiou a mercantilização das terras urbanas, dos transportes, das condições de moradia, etc.; além de manifestar seu descontentamento com o endividamento das famílias trabalhadoras para comprar serviços que deveriam ser gratuitos, como educação e saúde.³

Finalmente, o problema da relação de afinidade eletiva entre o neoliberalismo e o racismo. Tive oportunidade de explorar os problemas levantados pelo conceito de capitalismo racial quando, inspirado em Fanon, analisei a conversão do ANC à agenda neoliberal na África do Sul. Além disso, ao estudar o massacre de Marikana, além da onda de violência xenofóbica que tomou conta de muitas comunidades sul-africanas, em meados dos anos 2010, procurei argumentar numa direção semelhante àquela indicada por Burawoy: assim como o pós-colonialismo zambiano reinventou a barreira de cor, o neoliberalismo sul-africano estava reinventando o *apartheid*, ainda que os governos estivessem nas mãos dos negros.

O caso brasileiro era diferente. O primeiro governo de Dilma Rousseff tentou improvisar um plano de obras públicas e firmar pactos com os empresários no sentido de assegurar investimentos e reproduzir a hegemonia lulista. No entanto, o regime de acumulação no país estava exigindo um ajuste estrutural radicalmente antipopular, a começar por uma mudança drástica do mercado de trabalho rumo à informalização. Essas eram demandas que o governo petista não conseguiria entregar sem alienar totalmente sua base social. Ou seja, sem desmanchar aquela articulação mais ou menos coerente entre o consentimento ativo e o passivo que assegurava a reprodução do modo de regulação lulista.

3. Cada um a seu modo, os três casos analisados apresentam lições sociológicas úteis para o projeto de resgatar aquilo que há de social no socialismo democrático. Por exemplo, não existe uma solução burocrático-sindical para as contradições trazidas pela atual onda de mercantilização. Ou os movimentos sociais se articulam e formam novas coalizões orientadas por uma abordagem em termos de justiça social, ou fenômenos eleitorais como Jair Bolsonaro continuarão a nos atormentar, ameaçando a democracia em diferentes países.

Considerações finais

Como observamos, junho de 2013 assistiu à explosão das tensões desse modo de regulação, na medida em que a maior onda grevista da história recente do país encontrou-se com um ciclo de protestos que varreu as principais cidades brasileiras. Ou seja, as direções dos sindicatos não conseguiam mais controlar suas bases e a revolta daqueles setores que mais cresceram durante os governos do PT, isto é, os jovens trabalhadores negros e mulheres que, submetidos a condições precárias de reprodução nos empregos e nas comunidades, começaram a protestar contra os limites estreitos de um modelo de desenvolvimento apoiado na mercantilização do trabalho, da natureza e do dinheiro.

Na medida que o governo petista não podia mais entregar lucros recordes para bancos e ainda assim investir em políticas públicas redistributivas, ficou cada dia mais claro para as elites neoliberais que o ajuste radical exigido pelas finanças teria que impor uma mudança radical na estrutura da acumulação capitalista no país. De um regime baseado na exploração econômica para um outro regime dominado pela expropriação social. Ou seja, a espoliação das terras indígenas, dos direitos trabalhistas, dos investimentos públicos em educação, saúde, etc. Basicamente foi esse o programa de transição que saiu vitorioso do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e que passou a ser aplicado pelos governos Temer e Bolsonaro. Em outras palavras, um regime neoextrativista com fortes características neocoloniais.

Com isso, gostaria de destacar a atualidade da agenda de pesquisa de Michael Burawoy, desde sua teoria do capitalismo racial, desenvolvida durante a transição pós-colonial em Zâmbia, passando por sua análise dos regimes fabris construída para analisar o fordismo e, posteriormente, o socialismo burocrático, até chegarmos em sua noção da terceira onda de mercantilização, criada a partir de sua reconstrução polanyiana do marxismo e de sua excelência na prática da etnografia global. Meus dois trabalhos mais diretamente envolvidos com esta agenda de pesquisa sugerem modestamente que, à luz do desenvolvimento desigual e combinado dos diferentes modos de mercantilização, alguns de nossos dilemas nacionais podem ganhar cores mais internacionalistas.

Referências

- Almeida, S. (2016). Marxismo e questão racial: apresentação. *Margem Esquerda*, n. 27, 2º semestre.
- Braga, R. (2017). *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global*, São Paulo, Boitempo.
- Burawoy, M. (1976). The functions and reproduction of migrant labor: comparative material from Southern Africa and the United States. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 5, p. 1050-1087.
- _____. (1979). *Manufacturing consent: changes in the labor process under monopoly capitalism*. Chicago, University of Chicago Press, p. 215.
- _____. (1981). The capitalist state in South Africa: marxist and sociological perspectives on race and class. In: M. Zeitlin (Org.). *Political Power and Social Theory*, v. 2, p. 279-335.
- _____. (1985). *The politics of production: factory regimes under capitalism and socialism*. Nova Iorque, Verso, 226p.
- _____. (2021). *Public sociology: between utopia and anti-utopia*. Cambridge, Polity Press, 238p.
- Du Bois, W. E. B. (1962). *Black reconstruction in America, 1860-1880*. New York: Harcourt, Brace and Company.
- Harvey, D. (2003). *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press.
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão negra*. Lisboa, Antígona, 311p.
- Wilson, W. J. (1997). *When work disappears: the world of the new urban poor*. Nova Iorque, Vintage Book.

18. DAVID HARVEY: AS TESES SOBRE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL, NEOLIBERALISMO E CENTRALIDADE DO TRABALHO

MARIA DA GRAÇA DRUCK

Introdução

O objetivo do capítulo é discutir as principais teses de David Harvey, apresentadas no livro “A condição pós-moderna”, com destaque para o conceito de “acumulação flexível”, categoria central para explicar as transformações do capitalismo contemporâneo e a “condição pós-moderna”, que tem no “trabalho” sua base fundamental. Trata-se de um conceito que se disseminou no campo da sociologia do trabalho brasileira e que foi incorporado por inúmeros autores de diferentes perspectivas teóricas.

Na primeira parte, vou situar historicamente o livro e suas principais teses, ressaltando a atualidade de algumas das principais formulações de Harvey, que tratam das transformações do trabalho na acumulação flexível e dos novos movimentos do capital.

Na sequência, procuro explicar como o conceito de acumulação flexível vem sendo utilizado em análises sobre a realidade sócio-histórica do trabalho no Brasil, tomando como base as minhas próprias pesquisas, em especial sua influência nos meus estudos sobre flexibilização e precarização do trabalho.

Na última parte, busco relacionar esse livro, que se tornou um clássico, com algumas das obras mais recentes de Harvey publicadas no Brasil e que continuam influenciando a sociologia brasileira.¹

1. Ver a lista ao final do texto.

As teses sobre acumulação flexível e a centralidade do trabalho: a atualidade e longevidade das análises de David Harvey

Publicado originalmente em 1989, “The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change”, “A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural”, foi traduzido no Brasil e publicado pela Edições Loyola, em 1992. A “tese” principal de Harvey, anunciada antes mesmo do prefácio do livro, ao constatar mudanças espantosas nas práticas culturais e político-econômicas, a partir de 1972, é que: “[...] há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de ‘compressão do tempo-espaço’ na organização do capitalismo” (Harvey, 1992, p.3). Entretanto, ressalva que as mudanças em curso, analisadas à luz da dinâmica da acumulação capitalista, não sinalizam para o surgimento de uma sociedade pós-capitalista ou pós-industrial. E, ao desenvolver sua análise, enfrenta e assume uma postura crítica ao “pós-modernismo” e seus desdobramentos, não só no campo cultural, pois examina os fundamentos político-econômicos que desvendam as transformações históricas do capitalismo, da relação tempo-espaço, da produção cultural e da ideologia.

Como geógrafo e estudioso das questões urbanas, Harvey busca na obra de Marx, num primeiro momento das suas leituras, “o problema do espaço”, e cria um círculo de leituras do autor, quando se muda para os EUA e integra a Universidade John Hopkins, em 1969. Desde então, se dedicou ao estudo da obra marxiana, organizando cursos, disciplinas, simpósios e atividades diversas, e, com base nessa trajetória de estudos, consolidou uma vasta produção teórica, cujos principais títulos foram publicados no Brasil.²

Em “A condição pós-moderna” (1992), é sob a perspectiva marxista que Harvey discute modernidade, modernismo, pós-modernismo e modernização capitalista, na primeira parte do livro, introduzindo algumas das principais formulações de Marx acerca da sociedade burguesa moderna, da constante revolucionarização das formas de produção - “tudo que é sólido desmancha no ar” da sua análise da mercadoria, do dinheiro e do fetichismo.

2. A lista das principais obras de David Harvey na língua original e nas traduções para o português será apresentada no final deste capítulo.

A metateoria de Marx procura derrubar essa máscara fetichista e entender as relações sociais que estão por trás dela. Ele por certo acusaria os pós-modernistas que proclamam a ‘impenetrabilidade do outro’ como seu credo de aberta cumplicidade com o fato do fetichismo e de indiferença aos significados sociais subjacentes (Harvey, 1992, p. 98).

[...] As preocupações pós-modernas com o significante e não com o significado, com o meio (o dinheiro) e não com a mensagem (o trabalho social), com a ênfase na ficção e não na função, nos signos em vez das coisas, antes na estética do que na ética, sugerem um reforço, e não uma transformação, do papel do dinheiro descrito por Marx (p. 99).

[...] A resultante transformação da experiência do espaço e do lugar é acompanhada por revoluções na dimensão do tempo, na medida em que os capitalistas tentam reduzir o tempo de giro do seu capital a um ‘piscar de olhos’.

[...] Em resumo, o capitalismo é um sistema social que internaliza regras que garantem que ele permaneça uma força permanentemente revolucionária e disruptiva em sua própria história mundial. Se, portanto, ‘a única coisa segura sobre a modernidade é a insegurança’, não é difícil ver de onde vem essa insegurança (p. 103).

Contudo, insiste Marx, há um princípio unitário que sustenta e dá forma a todo esse distúrbio revolucionário, à fragmentação e à insegurança perpétua. O princípio reside no que ele denomina, bem abstratamente, “valor em movimento”, ou, mais simplesmente, a circulação do capital, incansável e eternamente em busca de novas maneiras de auferir lucros (p. 103).

Neste capítulo, conforme já anunciado na introdução, é apresentada uma síntese das principais formulações que explicitam o conceito de acumulação flexível, tema da segunda parte do livro. Harvey parte do reconhecimento sobre as transformações no capitalismo a partir de 1973 e procura examinar o grau de profundidade expresso em mudanças radicais no campo do trabalho, do consumo, nas conformações geográficas e geopolíticas e nos poderes e práticas do Estado.

Inspirado em Gramsci e na Escola da Regulação, apresenta a hipótese de que “há uma transição no regime de acumulação e no modo de regulação social e política a ele associado” (Harvey, 1992, p. 117). Esses dois conceitos (“regime de acumulação” e “modo de regulação”) foram formulados pelos autores franceses (regulacionistas) em suas análises sobre o fordismo, cuja contribuição reside fundamentalmente em construir categorias mediadoras entre a teoria mais geral da acumulação capitalista e suas expressões histórico-concretas. Tem por objetivo explicar as condições objetivas e subjetivas compreendidas numa relação de indissociabilidade entre as formas de produção e reprodução material e os meios de convencimento para que todos aceitem e contribuam para o “bom” funcionamento daquele modo de produção.

Nessa medida, enquanto o “regime de acumulação” pode ser definido pelas regularidades econômicas e sociais que sustentam a acumulação no longo prazo, constituído pelas formas de organização da produção, pela relação dos trabalhadores com os instrumentos de trabalho, por princípios de gestão que respondem à valorização do capital, pela demanda social e padrão redistributivo requerido pela reprodução das classes sociais (Paulani, 2009), o “modo de regulação” é a “[...] materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulação [...] que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução[...]” (Lipietz, 1986 *apud* Harvey, p. 117). O modo de regulação seria, então, um “corpo de regras e processos sociais interiorizados”.

A opção teórica de Harvey reforça as análises que procuram romper com o economicismo, ou que compreendem a acumulação capitalista exclusivamente pela sua estrutura econômica. É por isso que também recorre às formulações de Gramsci, em sua análise sobre o fordismo e americanismo, compreendendo que a todo modo de produção corresponde um modo de vida. E explica:

A disciplinarização da força de trabalho para propósitos de acumulação do capital – um processo a que vou me referir, de modo geral, como ‘controle do trabalho’ – é uma questão muito complicada. Ela envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento,

a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formulação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho (Harvey, 1992, p. 119).

Em sua análise sobre o fordismo, além de explicitar as diferenças com o taylorismo, ressalta a centralidade do papel do Estado, quando amplifica a experiência de Ford para o conjunto da sociedade, se configurando como um “Estado de compromisso”, ou expressão de um pacto social entre capital e trabalho, derrotando os movimentos operários radicais. Contribui também para desmistificar a “nostalgia do fordismo”, ao destacar a permanência das desigualdades, já que migrantes, negros, mulheres e segmentos secundários na economia não foram beneficiados pelos direitos estabelecidos pelo Estado de bem-estar social, bem como os países da periferia.

Nem todos eram atingidos pelos benefícios do fordismo, havendo na verdade sinais abundantes de insatisfação mesmo no apogeu do sistema. Para começar, a negociação fordista de salários estava confinada a certos setores da economia e a certas nações-Estado em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala na tecnologia de produção em massa. Outros setores de produção de alto risco ainda dependiam de baixos salários e de fraca garantia de emprego. E mesmo os setores fordistas podiam recorrer a uma base não-fordista de subcontratação. [...] As desigualdades resultantes produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos - movimentos que giravam em torno da maneira pela qual a raça, o gênero e a origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado (Harvey, 1992, p. 132).

E ressalta que no apogeu do fordismo ocorreram manifestações contraculturais dos anos 60, ao lado de mobilizações dos segmentos excluídos das “benesses” do fordismo e dos críticos à “racionalidade burocrática despersonalizada”

que, reunidos, constituíram um forte movimento político-cultural, somado ao crescimento da insatisfação nos chamados países do “Terceiro Mundo”, com movimentos de libertação nacional se confrontado com o “fordismo global” e a hegemonia norte-americana, relativizando, desta forma, a “paz social” que o fordismo teria conquistado em sua história no período de 1945-1973.

Harvey parte do colapso do fordismo, a partir de 1973, que indica a sua incapacidade de refrear as contradições do capitalismo e suas crises. E identifica na rigidez – dos contratos de trabalho, do Estado de bem-estar, dos investimentos – o problema central daquele regime de acumulação, evidenciando os limites para o capital. E se pergunta: a procura e o surgimento de formas mais flexíveis de organização do trabalho e maior flexibilidade nos contratos de trabalho, maior mobilidade geográfica para os investimentos do capital, novos hábitos de consumo, caracterizariam um “novo regime de acumulação”? E, ao mesmo tempo, o incentivo ao empreendedorismo e o neoconservadorismo junto de uma crescente influência do pós-modernismo no plano cultural caracterizariam um “novo modo de regulação”?

A tese desenvolvida por Harvey é a de que estava se vivendo uma transição do fordismo para um novo regime de acumulação, que ele chamou de “acumulação flexível”:

A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional [...] (Harvey, 1992, p. 140).

[...] envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a ‘Terceira Itália’, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados) (p. 140).

[...] um novo movimento que chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ [...] no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (p. 140).

[...] Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados (salvo, talvez, no Japão) para níveis sem precedentes no pós-guerra. O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de ‘desemprego estrutural’ (em oposição ao ‘friccional’), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais [...] e o retrocesso do poder sindical - uma das colunas políticas do regime fordista (p. 140-141).

Em sua análise sobre a reestruturação do mercado de trabalho, além de indicar o fenômeno da redução do emprego industrial e do seu crescimento nos serviços, o autor ressaltava a redução do emprego estável ou regular e a sua crescente substituição por trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado/terceirizado. Harvey classifica dois grandes grupos que compõem o novo mercado de trabalho: o centro, constituído por empregos mais seguros e estáveis, gozando de um conjunto de direitos similares aos do fordismo, mas que exige dos empregados nesta condição serem ‘adaptáveis’, ‘flexíveis’ e terem fácil “mobilidade geográfica”; e a periferia, constituída por distintos segmentos, aqueles cujas profissões são mais disponíveis no mercado e, portanto, submetidos a uma alta rotatividade, e os empregados em tempo parcial, temporários, com contratos por tempo determinado, subcontratados. Esses últimos, segundo Harvey, tenderiam a ter um crescimento muito significativo, conforme evidências já indicadas, especialmente para os temporários e subcontratados, como mostram os casos nos EUA (um terço dos empregos criados em 1988 era de

temporários) e Inglaterra, com aumento de 16% dos “trabalhadores flexíveis” entre 1981 e 1985, previsão que se realizou plenamente até os dias de hoje.

A reestruturação trazida pela acumulação flexível é fruto de novos movimentos do capital: um processo de concentração (monopolização, incorporações, fusões) e dispersão de capital (com crescimento de pequenas empresas/estruturas patriarcais, artesanais familiares, propiciado pela terceirização); transformação do saber (do conhecimento), que se torna uma mercadoria chave, através de um movimento de mercantilização, em que universidades e institutos de pesquisas passam a ser dominados por interesses privados e comerciais, sob o comando das grandes corporações, a exemplo das festejadas conexões com a indústria de “alta tecnologia” do Vale do Silício de Stanford ou a Rota 128 MIT-Boston, cujos desdobramentos propiciaram condições para a 4ª revolução tecnológica, com os algoritmos, o *big data*, as tecnologias de informação e comunicação, que conformam hoje o que alguns autores denominam de capitalismo de vigilância (Zuboff, 2021); o processo de reorganização do sistema financeiro internacional, considerado por Harvey como central nessa nova configuração da acumulação capitalista, tornando-se uma “novidade” sem igual, cujas implicações redefinem a ordem econômica e social do sistema:

O que parece realmente especial no período iniciado em 1972 é o florescimento e transformação extraordinários dos mercados financeiros [...]. Tem havido fases da história capitalista – de 1890 a 1929, por exemplo – em que o ‘capital financeiro’ (como quer que seja definido) parece ocupar uma posição de fundamental importância no capitalismo – apenas para perder essa posição nas crises especulativas que sobrevêm. Na atual fase, contudo, o que importa não é tanto a concentração de poder em instituições financeiras quanto a explosão de novos instrumentos e mercados financeiros, associada à ascensão de sistemas altamente sofisticados de coordenação financeira em escala global. *Esse sistema financeiro foi o que permitiu boa parte da flexibilidade geográfica e temporal da acumulação capitalista.* O Estado-nação, embora seriamente ameaçado como poder autônomo, retém mesmo assim grande poder de disciplinar o trabalho e de intervir nos fluxos de mercados financeiros, enquanto se torna muito mais vulnerável a crises fiscais e à disciplina do dinheiro internacional. *Estou, portanto, tentando a ver a flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo antes como um resultado da*

busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo do que o contrário. Isso implicaria que o sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo, levando este último a uma era de riscos financeiros igualmente inéditos” (Harvey, 1992, p. 181, grifos meus).

[...] A desregulamentação e a inovação financeira - processos longos e complicados - tinham se tornado, na época, um requisito para a sobrevivência de todo centro financeiro mundial num sistema global altamente integrado, coordenado pelas telecomunicações instantâneas. A formação de um mercado de ações global, de mercados futuros de mercadorias (e até de dívidas) globais, de acordos de compensação recíproca de taxas de juros e moedas, ao lado da acelerada mobilidade geográfica de fundos, *significou, pela primeira vez, a criação de um único mercado mundial de dinheiro e de crédito* (p. 152, grifos meus).

[...] A estrutura desse sistema financeiro global alcançou tal grau de complexidade que ultrapassa a compreensão da maioria das pessoas. As fronteiras entre funções distintas como bancos, corretoras, serviços financeiros, financiamento habitacional, crédito ao consumidor etc. tornaram-se cada vez mais porosas, ao mesmo tempo que novos mercados futuros de mercadorias, de ações, de moedas ou de dívidas surgiram em toda parte, *introduzindo o tempo futuro no tempo presente de maneiras estupefacentes.* O uso de computadores e as comunicações eletrônicas acentuaram a significação da coordenação internacional instantânea de fluxos financeiros. *‘A atividade bancária’, disse o Financial Times (8 de maio de 1987), ‘está se tornando com rapidez indiferente às restrições de tempo, de espaço e de moeda’* (p. 154, grifos meus).

O uso do conceito de acumulação flexível para explicar as transformações do trabalho no Brasil

Influenciada pelas formulações de Harvey, desde a minha tese de doutorado, defendida em 1995³, e por outras contribuições de autores estrangeiros

3. Tese que foi publicada na forma de livro: “Terceirização (des)fordizando a fábrica – um estudo sobre o complexo petroquímico” – Ed Boitempo/Edufba, 1999.

e nacionais, passei a analisar o processo de reestruturação produtiva no Brasil em suas várias dimensões, situando-o no quadro da globalização e do avanço neoliberal em todo o mundo. Ao mergulhar no estudo teórico e empírico sobre a precarização do trabalho, iniciada de forma mais sistemática, a partir de 2002, com o projeto “Trabalho, Flexibilização e Precarização: (re)construindo conceitos à luz de estudos empíricos”⁴, incorporei em meus escritos a concepção de “acumulação flexível” de Harvey e, com base em algumas de suas principais teses, também expostas em outras obras publicadas posteriormente, passei a analisar a realidade do trabalho no Brasil, e suas especificidades, através de diferentes recortes e objetos de estudo, que indicavam um movimento mais geral de flexibilização e precarização do trabalho que perpassava todos os casos empíricos pesquisados. Neste projeto, já considerava que:

No quadro mais geral das transformações do mundo do trabalho num contexto de globalização, reestruturação produtiva e de políticas neoliberais, observa-se um fenômeno que articula e sintetiza esses três grandes movimentos: a flexibilização, que tem, no trabalho – nas formas de produzir, na organização dos processos produtivos, na legislação sobre os trabalhadores, nas modalidades de emprego/ocupação e de regimes de trabalho, o seu substrato maior (Druck, 2002, p. 2).

E formulava a seguinte questão:

A diversidade e as diferentes formas de manifestação empírica constatadas pelas pesquisas no Brasil, acerca do fenômeno da flexibilização do trabalho, permitem a construção de uma conceituação mais geral que dê conta e unifique – no plano teórico – essa diversidade encontrada no plano empírico? (p. 4).

4. Projeto apoiado por bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, que teve a sua continuidade, como segunda etapa, em 2005, e no Estágio pós-doutoral realizado na Universidade de Paris XIII, em 2006, com o projeto: “Flexibilização e Precarização do Trabalho – um estudo comparativo França-Brasil”, apoiado pela Capes.

Apoiada no levantamento dos estudos publicados desde os anos 1990, afirmava que, em sua imensa maioria, demonstravam para todos os setores de atividades e casos pesquisados, que a flexibilização do trabalho é o elemento chave do processo de reestruturação em curso, expresso no quadro das mudanças organizacionais e tecnológicas, nos estudos sobre as transformações do mercado de trabalho, do emprego, da legislação trabalhista e dos sindicatos. No campo da “organização/processo de trabalho”, a pluralidade de temas e recortes revelam as diferentes faces do processo de flexibilização do trabalho, a exemplo dos estudos sobre terceirização, programas de qualidade total, inovações tecnológicas/automação, qualificação, saúde ocupacional e ambiental, acidentes de trabalho, informalidade, programas de demissão voluntária, divisão sexual do trabalho e as condições de trabalho das mulheres, como os que mais se destacam e os que, explicita ou implicitamente, discutem o fenômeno da flexibilização; e no campo do “mercado de trabalho”, estudos com enfoque na redefinição da estrutura ocupacional, com recortes de gênero, raça, gerações, renda, escolaridade, formalidade e informalidade, discutindo as novas condições de emprego, desemprego, empregabilidade, relações de trabalho e aspectos da legislação trabalhista. Tais estudos (mais críticos), situados nas áreas da sociologia e da economia do trabalho, partem do contexto mais geral das transformações no conjunto do sistema capitalista, apoiados nas contribuições dos autores da Escola da Regulação e nas formulações de Harvey.

Nestas abordagens, a flexibilização do trabalho, revelada pelas pesquisas – sejam aquelas que estudam os processos de organização do trabalho ou as que estudam os mercados de trabalho – está invariavelmente associada ao fenômeno da precarização do trabalho e do emprego. E, nesta medida, os estudos apontam os resultados negativos, expressos num conjunto de indicadores como: desemprego, instabilidade, situações de risco e insegurança no trabalho, falta de segurança e condições propícias ao trabalho, aumento de doenças ocupacionais e de acidentes de trabalho, perda de vínculos e direitos, intensificação do trabalho, e outros.

Como demonstração desse percurso, reproduzo aqui alguns trechos de escritos publicados, inspirados em Harvey, mas que integram uma compreensão que fui construindo no decorrer dos meus estudos, para além do autor, dialogando com outros pesquisadores, a exemplo de Robert Castel (1995), Annie Thebaut-Mony e Beatrice Appay (1997):

Na era da acumulação flexível, as transformações trazidas pela ruptura com o padrão fordista geraram outro modo de trabalho e de vida pautado na flexibilização e na precarização do trabalho, como exigências do processo de financeirização da economia, que viabilizaram a mundialização do capital num grau nunca antes alcançado. Houve uma evolução da esfera financeira, que passou a determinar todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as práticas produtivas e os modos de gestão do trabalho, apoiada centralmente numa nova configuração do Estado, que passa a desempenhar um papel cada vez mais de ‘gestor dos negócios da burguesia’, já que ele age agora em defesa da desregulamentação dos mercados, especialmente o financeiro e o de trabalho.

Conforme já foi afirmado em outros escritos (Druck, 2007 e 2010), essa hegemonia do setor financeiro ultrapassa o terreno estritamente econômico do mercado e impregna todos os âmbitos da vida social, dando conteúdo a um novo modo de trabalho e de vida. Trata-se de uma rapidez inédita do tempo social, sustentado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem – os homens e mulheres que vivem do trabalho. É isso que dá novo conteúdo à flexibilização e à precarização do trabalho, que se metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações. O curto prazo – como elemento central dos investimentos financeiros – impõe processos ágeis de produção e de trabalho, e, para tal, é indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças. Assim, a mesma lógica que incentiva a permanente inovação no campo da tecnologia e dos novos produtos financeiros, atinge a força de trabalho de forma impiedosa, transformando rapidamente os homens que trabalham em obsoletos e descartáveis, que devem ser ‘superados’ e substituídos por outros ‘novos’ e ‘modernos’, isto é, flexíveis. É o tempo de novos (des)empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato (Druck, 2011, p. 40).

Mais recentemente, passei a conceber a flexibilização como sinônimo de precarização do trabalho, conforme sintetizado no verbete “Precarização social do trabalho:

[...] é um processo econômico, social e político que se tornou hegemônico e central na atual dinâmica do novo padrão de desenvolvimento capitalista – a acumulação flexível – no contexto de mundialização do capital e das políticas de cunho neoliberal. Trata-se de uma estratégia patronal, em geral apoiada pelo Estado e seus governos, que tem sido implementada em todo o mundo, cujos resultados práticos se diferenciam muito mais por conta da história passada de cada país, refletindo os níveis de democracia e de conquistas dos trabalhadores, do que da história presente, cujos traços principais os aproximam e os tornam semelhantes, pois a precarização social do trabalho se impõe como regra e como estratégia de dominação assumindo um caráter cada vez mais internacionalizado.

[...] A centralidade do trabalho e suas formas históricas justificam porque enfatizar o caráter social da precarização. Mas para além desta questão de fundo, é importante destacar que a precarização social do trabalho é social porque : i) torna-se uma estratégia de dominação do capital num determinado momento histórico, combinando a crise do fordismo e dos estados de bem-estar-social, a financeirização da economia, as políticas neoliberais e a reestruturação produtiva, que formam um novo regime de acumulação flexível; ii) desta forma, não é um resultado da flexibilização do trabalho, conforme afirmado em muitos estudos, ela é a própria flexibilização, pois flexibilizar é precarizar e precarizar é flexibilizar (Druck, 2013, p. 373-374).

A partir de 2009, como resultado dos levantamentos realizados na produção da sociologia do trabalho brasileira e de pesquisas empíricas realizadas por mim e por membros do grupo de pesquisa do CRH/UFBa, Tânia Franco e eu elaboramos uma “tipologia” da precarização, a partir de indicadores selecionados para a realidade do trabalho no Brasil. Os tipos ou dimensões da precarização social do trabalho encontrados são: (i) as formas de mercantilização da força de trabalho, produzindo um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção (contratos) precárias, sem proteção social; (ii) os padrões de gestão e organização do trabalho – que têm levado a condições extremamente precárias, através da intensificação do trabalho (imposição de metas inalcançáveis, extensão da jornada de trabalho, polivalência etc.), sustentados na gestão pelo medo, na discriminação criada pela terceiriza-

ção, se propagando de forma epidêmica; e nas formas de abuso de poder, através do assédio moral; (iii) as condições de (in)segurança e saúde no trabalho – resultado dos padrões de gestão que desrespeitam o necessário treinamento, as informações sobre riscos, as medidas preventivas coletivas etc., na busca de maior produtividade a qualquer custo, inclusive de vidas humanas, levando a altos índices de acidentes de trabalho e adoecimento; (iv) a condição de desempregado e a ameaça permanente da perda do emprego. O isolamento, a perda de enraizamento, de vínculos, de inserção, de uma perspectiva de identidade coletiva, resultantes da descartabilidade, da desvalorização e da exclusão são condições que afetam decisivamente a solidariedade de classe, solapando-a pela brutal concorrência que se desencadeia entre os próprios trabalhadores; (v) o enfraquecimento da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores, decorrentes da violenta concorrência entre os mesmos, da sua heterogeneidade e divisão, implicando numa pulverização dos sindicatos criada, principalmente, pela terceirização; (vi) a condenação e o descarte do direito do trabalho, fruto da fetichização do mercado, que tem orquestrado e decretado uma “crise do direito do trabalho”, questionando a sua tradição e existência, expressa no ataque às formas de regulamentação do Estado, cujas leis trabalhistas e sociais têm sido violentamente condenadas pelos princípios neoliberais de defesa da flexibilização como processo inexorável trazido pela modernidade dos tempos de globalização.

É com base nesta tipologia que as principais transformações do trabalho elencadas por Harvey em “A condição pós-moderna” podem ser compreendidas como diferentes dimensões da precarização do trabalho: i) o lugar que a subcontratação (ou terceirização) passou a ter na organização do trabalho, abrindo espaço para pequenas empresas e restaurando formas pretéritas, como o trabalho a domicílio, familiar (patriarcal), paternalista (com relações semelhantes às da máfia), que se tornam centrais na organização flexível do trabalho, e não mais resquícios de uma época passada; ii) o crescimento da informalidade, do “trabalho subterrâneo” em países capitalistas avançados, engendrando um mercado de trabalho que os aproxima dos países da periferia; iii) a transformação do trabalho das mulheres, que acessam o mercado de trabalho através de empregos precários, em tempo parcial, subcontratadas, e substituindo os homens, com salários mais baixos e expostas à maior rotatividade e insegurança; iv) as novas tecnologias e formas de organização do trabalho inspiradas no toyotismo, *just-in-time*, com a redução do tempo de giro do capital, que intensificaram o trabalho e

aumentaram a exploração da força de trabalho; v) a valorização e disseminação da ideologia do empreendedorismo, como alternativa à crise do emprego, imputando ao indivíduo a responsabilidade por sua “empregabilidade”; vi) transformações que têm levado ao solapamento da organização da classe trabalhadora, já que os sindicatos estruturados com base no emprego regular, nas fábricas e empresas, não conseguem agregar os trabalhadores dispersos e fragmentados em espaços diversos, implicando numa transfiguração da base objetiva da luta de classes.

O legado marxista da obra de David Harvey para além de “A Condição Pós-Moderna”

No campo marxista, considero que Harvey contribui fortemente para um tipo de análise das transformações do capitalismo que não se mantem no mesmo de nível de abstração de Marx. Partindo das principais categorias teóricas de “O Capital” e do método, Harvey tem a competência de elaborar determinadas mediações para compreender a historicidade do capitalismo e suas manifestações na realidade empírica. Não por acaso, em todos os seus livros, abundam dados estatísticos secundários, pesquisas diretas, informações de instituições e da imprensa, entre outras fontes, que dão sustentação à sua elaboração, avançando teoricamente na compreensão das metamorfoses da sociedade capitalista. E, nessa medida, suas contribuições são fundamentais para entender o capitalismo dos séculos XX e XXI, conforme comprova o conjunto de sua obra, apesar da diversidade de objetos e recortes de análise.

Em “A condição pós-moderna”, Harvey já decifra e antevê as principais transformações do capitalismo contemporâneo, em curso até os dias atuais. No capítulo “Teorizando a transição”, se colocam alguns dilemas teóricos:

Poderemos apreender teoricamente a lógica, senão a necessidade, da transição? Até que ponto as formulações teóricas passadas e presentes da dinâmica do capitalismo têm de ser modificadas à luz das radicais reorganizações e reestruturações que ocorrem nas forças produtivas e nas relações sociais? E poderemos representar o atual regime suficientemente bem para termos alguma ideia do provável curso e implicações do que parece ser uma revolução permanente? (Harvey, 1992, p. 163).

Para responder a essas questões, Harvey busca nas formulações de Marx a sustentação teórica para compreender a natureza das mudanças, já que a “acumulação flexível é uma forma de capitalismo”. E encontra em suas análises, sobre o sistema fabril, um conjunto de peculiaridades que parecem não ser muito diferentes do atual sistema de relações de trabalho, pois Marx observa que o trabalho na fábrica se organiza de forma híbrida, utilizando-se de manufaturas domésticas, de oficinas e formas artesanais, e que cria um exército de reserva industrial para se contrapor ao poder dos trabalhadores, determinando um alto grau de controle do trabalho e dos salários. Ao lado disso, a ciência e as novas tecnologias também são empregadas buscando neutralizar a capacidade de organização dos trabalhadores, estimulando a competição e demandando flexibilidade na realização de tarefas e na disponibilidade e disposição para o trabalho.

Ainda seguindo Marx, Harvey sublinha que esses elementos do sistema fabril são permanentes como parte do sistema de produção capitalista, mas que se reproduzem de forma diferente em cada condição histórica, por isso critica os que se limitam a afirmar que o capitalismo sempre foi flexível e estabeleceu a precariedade do trabalho desde os primórdios, numa perspectiva a-histórica, sem levar em conta a dinâmica do modo de produção capitalista:

[...] quando todas as evidências (incluindo-se aí as explicitamente arroladas por Marx) apontam para o fato de ser o capitalismo uma força constantemente revolucionária da história mundial, uma força que reformula de maneira perpétua o mundo, criando configurações novas e, com frequência, sobremodo inesperadas. A acumulação flexível se mostra, no mínimo, como uma nova configuração, requerendo, nessa qualidade, que submetamos a escrutínio as suas manifestações com o cuidado e a seriedade exigidos, empregando, não obstante, os instrumentos teóricos concebidos por Marx (Harvey, 1992, p. 176).

Por fim, mas tão importantes como as transformações que caracterizam um novo “regime de acumulação”, Harvey enuncia alguns elementos do novo “modo de regulação” da acumulação flexível, destacando a ascensão do que denomina de um “agressivo neoconservadorismo” na América do Norte e Europa Ocidental, expresso, por exemplo, nas eleições de Thatcher

e de Reagan, cuja imagem os caracterizou como “governos fortes administrando fortes doses de remédios não-palatáveis para restaurar a saúde de economias moribundas” (Harvey, 1992, p. 152). São as políticas de austeridade, com um intervencionismo fiscal que rompem com o Estado de bem-estar social, que se disseminam por todo o mundo capitalista avançado. Esse neoconservadorismo descrito por Harvey ainda de forma incipiente será denominado e analisado em profundidade como neoliberalismo, em obras subsequentes, conforme está indicado ao final deste capítulo.

Entretanto, já naquele momento, Harvey afirma que o sucesso político do “neoconservadorismo” não advém de suas políticas econômicas, que resultaram em crescente desemprego, baixo crescimento econômico, instabilidade fiscal, mas sim devido ao novo modo de regulação, cujas normas e valores estavam impregnados por uma cultura do empreendedorismo, alicerçada num forte individualismo competitivo, que se disseminou por todos os campos da vida social, pois não se atém ao espaço dos negócios, mas atingiu a administração do estado, o setor informal, a organização do mercado de trabalho, a área de pesquisa e desenvolvimento, chegando até mesmo “[...] aos recantos mais distantes da vida acadêmica, literária e artística” (Harvey, 1992, p. 161).

Esses novos valores e formas de conduta são parte essencial dessa nova configuração da acumulação capitalista. Nas palavras de Harvey:

[...] o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo. Na medida em que a ação coletiva se tornou, em consequência disso, mais difícil – tendo essa dificuldade constituído, com efeito, a meta central do impulso de incremento do controle do trabalho –, o individualismo exacerbado se encaixa no quadro geral como condição necessária, embora não suficiente, da transição do fordismo para a acumulação flexível (Harvey, 1992, p. 161).

Em síntese, o debate atual acerca das transformações do trabalho no capitalismo contemporâneo trata de questões e explicações que já estavam presentes 33 anos atrás, quando da publicação de “A condição pós-moderna”, e que permanecem até hoje, amplificadas, mais desenvolvidas, acrescidas de outras inovações, mas que não alteram o substancial que está no conceito

de acumulação flexível. Entretanto, no último livro de Harvey, publicado no Brasil, em 2020, pela Boitempo – “Os sentidos do Mundo” –, o autor faz, no quinto capítulo, “Compressão espaço temporal e a condição pós-moderna”, uma síntese das principais teses de várias de suas obras, e declara-se surpreso com a repercussão do livro aqui comentado, afirmando que:

É obvio, no entanto, que em 1975 ocorreram enormes mudanças no funcionamento do capital. Muitas pessoas interpretaram essas transformações equivocadamente como emancipatórias, enquanto a acumulação flexível, a desindustrialização, o crescente poder das finanças internacionais, a globalização e as fortes correntes daquilo que denominei ‘compressão espaço temporal’ estavam sendo mobilizadas a fim de destruir o poder das instituições e culturas da classe trabalhadora. *Na época, eu só consegui enxergar metade desse processo: a história completa fui contar mais tarde em “O neoliberalismo: história e implicações”, publicado em 2005* (Harvey, 2020, p. 150, grifos nossos).

Em respeito a essa consideração do autor e também em concordância com a compreensão de Harvey, com base na leitura do livro sobre neoliberalismo, incluo aqui, algumas das suas principais teses, que contribuem para enriquecer o legado da sua obra e que são centrais para entender o “capitalismo flexível neoliberal” nos dias atuais.

Considero que as principais contribuições de Harvey neste livro residem em sua análise sobre a interconexão e intersecção entre neoliberalismo e acumulação flexível, sustentada na sua compreensão que o neoliberalismo não se restringe às políticas econômicas, mas é uma concepção de mundo, que se tornou hegemônica, “[...] como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (Harvey, 2014, p. 13). Em sua história político-econômica do neoliberalismo, busca responder qual a sua origem, “por que ocorreu a virada neoliberal”, qual o seu objetivo e como se propagou pelo mundo, numa perspectiva de engajamento crítico para a construção de alternativas, tendo por substrato de análise as classes sociais, enquanto sujeitos, o que diferencia Harvey da maioria dos estudiosos críticos do neoliberalismo.

Na introdução do livro, Harvey já apresenta uma primeira concepção:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e leis requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário, pela ação do Estado (p. 12).

Nesta formulação, já se encontram elementos que subordinam a liberdade individual ao mercado, sustentada no empreendedorismo e na necessidade do Estado para criar e garantir instituições que estimulem essa “liberdade” do mercado, até mesmo pela força, levando a um processo inédito de mercantilização de bens públicos que, transformados em mercadoria, alimentam o que Harvey denominou de “acumulação por espoliação”, tese mais desenvolvida em “O Novo Imperialismo” (publicada no Brasil, em 2004, pela Edições Loyola).

O processo de neoliberalização para Harvey alimentou mais ainda o que ele chamou de “compressão espaço temporal”, se utilizando e promovendo as tecnologias de informação que são fundamentais para esse resultado, bem como as novas formas de organização do trabalho e o redesenho do mercado de trabalho, apoiado nos “contratos temporários”, de curto prazo, e num tipo de regulação do Estado que favoreceu e instituiu essa estrutura.

A partir dessas considerações de caráter mais geral, passo a destacar alguns pontos que julgo mais relevantes e que, de certa forma, reforçam e complementam as teses sobre acumulação flexível, notadamente no campo do trabalho.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar a resposta dada por Harvey à questão: “Por que ocorreu a virada neoliberal?”. Parte da sua análise sobre o “Estado de bem-estar social” no pós-Segunda Guerra, cujas modalidades diferem

em cada país, mas que tinham em comum a implementação de políticas de pleno emprego, buscando conciliar o crescimento econômico com acesso a bens públicos, elevando a condição de cidadania; uma política de redistribuição de renda e um Estado que absorvia um poder sindical forte, constituindo um “[...] ‘compromisso de classe’ entre o capital e o trabalho” (Harvey, 2014, p. 20). O Estado ampliou os gastos sociais, interveio na economia, colocando alguns limites à mobilidade do capital, principalmente financeiro, aplicou políticas fiscais e monetárias keynesianas, e promoveu elevadas taxas de crescimento da economia. Do lado das organizações políticas e sindicais dos trabalhadores, predominou uma postura conciliadora contribuindo para uma certa harmonia entre as classes, justificada pela participação dos trabalhadores organizados sindicalmente nos ganhos econômicos e no acesso às políticas sociais. Essa condição histórica permaneceu por volta de trinta anos.

A crise da acumulação do capital dos anos 1970, com o colapso do crescimento econômico, gerando desemprego e inflação acelerada, com redução nas margens de lucro, criou um mal-estar social e político. Do lado dos trabalhadores, movimentos e mobilizações se espalharam por todos os lugares, na defesa das conquistas obtidas no período fordista; do lado das classes empresariais, o perigo de continuar reduzindo seus lucros e o descontentamento político, levaram-nas a buscar alternativas para restabelecer o controle econômico e político da situação. Era a ruptura do “pacto de classe” e do “estado de compromisso”.

Harvey, apoiado em análises de outros autores (Gérard Duménil e Dominique Lévy, 2003), com base em dados empíricos sobre a concentração da renda e da riqueza, fruto das novas políticas econômicas implementadas para superar a crise, defende que o neoliberalismo veio para restaurar o poder de classe, se constituindo “[...] como um projeto *político* de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (Harvey, 2014, p. 27).

As experiências nos Estados Unidos e na Inglaterra foram decisivas para a internacionalização do neoliberalismo. E um dos aspectos centrais da ideologia neoliberal era o enfrentamento do poder sindical, desqualificando todas formas de solidariedade social, ressaltando o individualismo, expressos na famosa frase de Thatcher: “a sociedade não existe, existem apenas homens e mulheres individuais” (Harvey, 2014, p. 32). Os confrontos dos governos de Thatcher e Reagan com o movimento sindical, manifestados

na greve dos mineiros na Inglaterra e na greve dos controladores de voo nos EUA, respectivamente, foram emblemáticos para se compreender – no plano da realidade daqueles países – o grau de menosprezo e de destruição dos movimentos coletivos. A decisão de Thatcher de fechar as minas, já que não conseguia por fim à greve que durou um ano, dá uma ideia da “guerra” declarada ao poder sindical.

Afirmando ser o objetivo central do neoliberalismo a “restauração do poder de classe”, Harvey introduz a sua concepção de classe para avançar em sua análise. Considera que “[...] ‘classe’ não é uma configuração estável” (Harvey, 2014, p. 40). Isto porque ela se reconfigura em cada momento histórico do capitalismo e, no neoliberalismo, há uma nova composição da classe que, segundo o autor, difere de país para país, mas que apresenta algumas tendências comuns: i) a fusão de proprietários e CEOs de empresas, através do pagamento dos altos executivos em títulos de propriedade, ações que passaram a guiar a atividade econômica, através das aplicações no mercado financeiro; ii) a forte redução na separação entre “capital monetário” (que recebe dividendos e juros) e capital produtivo, manufatureiro ou mercantil. As grandes corporações se subordinam à “orientação” financeira, há fusões intersetoriais que juntaram produção, comercialização, e interesses financeiros, produzindo conglomerados diversificados. Em síntese, conclui Harvey, reafirmando o que já havia destacado como a “grande novidade” da acumulação flexível:

Tudo isso se vinculava à forte expansão da atividade e do poder no mundo financeiro. Cada vez mais liberta das restrições e barreiras regulatórias que até então limitavam seu campo de ação, a atividade financeira pôde florescer como nunca antes, chegando a ocupar todos os espaços. Uma onda de inovações ocorreu nos serviços financeiros para produzir não apenas interligações globais bem mais sofisticadas como também novos tipos de mercados financeiros baseados na securitização, nos derivativos e em todo tipo de negociação de futuros. Em suma, a neoliberalização significou a ‘financeirização’ de tudo. Isso aprofundou o domínio das finanças sobre todas as outras áreas da economia, assim como sobre o aparato de Estado e, como assinala Randy Martin, a vida cotidiana (Harvey, 2014, p. 41).

A compreensão de Harvey sobre a nova configuração de classe, no sentido dos novos “indivíduos” que compõem a classe dominante ou o que ele denomina de “elite econômica”, com base na realidade empírica das transformações da economia hegemônica pela financeirização e a sua asserção sobre o poder de classe, indicando que é a classe quem propõe e executa o projeto neoliberal, o diferencia de grande parte dos analistas do neoliberalismo, especialmente dos que reivindicam as formulações foucaultianas, em que a classe não aparece como sujeito central.

Em segundo lugar, uma contribuição fundamental de Harvey trata de responder como foi possível gerar um “consentimento popular” que legitimou a virada neoliberal. Mais uma vez, inspirado em Gramsci, afirma:

nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. Se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento (Harvey, 2014, p. 15).

Tal descrição é o que Gramsci formula sobre hegemonia, quando uma concepção de mundo dominante se torna dirigente à medida que conquista a adesão dos dominados, que são convencidos e passam a agir de acordo com os valores defendidos pelos dominadores. Entre esses valores, a “liberdade individual” ocupa lugar central. E é a sua defesa pelo discurso neoliberal em contraposição a tudo o que a limita ou regula, junto de outros valores religiosos e tradicionais, que dissemina o medo a tudo o que ameaça essa base cultural: comunismo, imigrantes e qualquer outro que não pense de acordo com esses valores.

Uma verdadeira pregação do neoliberalismo ocorreu em todos os aparelhos ideológicos da sociedade civil: meios de comunicação, universidades, escolas, igrejas, associações profissionais, partidos políticos, chegando ao Estado, seja através de processos eleitorais, casos de Reagan e Thatcher, seja por ditaduras militares, como foi no Chile. E através do Estado, foi possível usar coerção, cooptação e ameaça para manter o consentimento necessário para a restauração do poder de classe.

Harvey descreve a atuação de classe através de inúmeras instituições de representação setorial e de grandes corporações (federações, câmaras, fundações, associações de CEOs, entre outros) que investiram recursos e atuaram através de *lobbies* para promover pesquisas nos principais centros universitários dos EUA, buscando legitimar as ideias neoliberais.

Um dos elementos centrais do convencimento que se transformou em senso comum, presente no discurso dominante e que atingiu os próprios trabalhadores foi que o neoliberalismo era a única alternativa à crise, naturalizando essa transformação. No que se refere diretamente ao trabalho, Harvey ressalta que:

As virtuosas reivindicações de especialização flexível nos processos de trabalho e de flexibilização dos contratos de trabalho puderam tornar-se partes da retórica neoliberal capazes de ser persuasivas para trabalhadores individuais, particularmente aqueles que haviam sido excluídos dos benefícios monopolistas que a forte sindicalização às vezes trazia. Uma maior liberdade em geral e a liberdade de ação no mercado de trabalho podiam ser louvadas como uma virtude tanto para o capital como para o trabalho, e também nesse caso não foi difícil integrar valores neoliberais ao ‘senso comum’ de boa parte da força de trabalho (Harvey, 2014, p. 63).

É nesta perspectiva que tenho analisado o que denomino de “precarização social do trabalho” que está no centro da dinâmica da acumulação flexível sob a hegemonia neoliberal, que considero como estratégia de dominação, pois a força e consentimento são os recursos que o capital se utiliza para viabilizar esse grau de acumulação sem limites materiais e morais. A força se materializa principalmente na imposição de condições de trabalho e de emprego precários frente à permanente ameaça de desemprego estrutural criado pelo capitalismo. Afinal, ter qualquer emprego é melhor do que não ter nenhum. Aplica-se aqui, de forma generalizada, o que Marx e Engels elaboraram acerca da função política principal do “exército industrial de reserva”, qual seja: a de criar uma profunda concorrência e divisão entre os próprios trabalhadores e, com isso, garantir uma quase absoluta submissão e subordinação do trabalho ao capital. O consenso se produz a partir do momento em que os próprios trabalhadores, influenciados por seus di-

rigentes políticos e sindicais, passam a acreditar que as transformações no trabalho são inexoráveis e, como tal, passam a ser justificadas como resultados de uma nova época ou de um “novo espírito do capitalismo”. Esse “novo espírito” insiste em desqualificar os valores construídos na era anterior, fazendo desmoronar a crença no progresso, nas possibilidades de emprego e de direitos sociais de longo prazo e num Estado protetor. Em nome da “via única” e do “pensamento único”, impõe um conjunto de mudanças que passam a ser justificadas no plano material e intelectual como uma força da natureza e, portanto, sem possibilidades de uma intervenção humana (Druck, 2011).

Por fim, e não menos importante, ressalta-se a concepção de Harvey sobre “Estado neoliberal”, suas práticas e contradições, assim como as diferentes configurações em cada país ou região. Não se trata de reproduzir toda sua análise, mas destacar a relação entre a atuação do Estado frente ao trabalho. Neste ponto, Harvey explicita como o neoliberalismo está imbricado com a acumulação flexível, pois a busca por restaurar o poder de classe, eliminando qualquer limite para a acumulação, se constitui numa política de hostilidade a toda forma coletiva de ação dos trabalhadores. Sindicatos, movimentos, associações são “disciplinados” ou destruídos, “[...] em nome da supostamente sacrossanta liberdade individual do trabalhador isolado. ‘Flexibilidade’ se torna o mantra dos mercados de trabalho” (Harvey, 2014, p. 85). São políticas opostas às do Estado de bem-estar, retirando direitos sociais e trabalhistas e responsabilizando os indivíduos trabalhadores pelo sucesso ou fracasso de ter um emprego, transformados em empreendedores que devem agir na solidão do mercado.

David Harvey, nas teses aqui comentadas, bem como em toda a sua obra, traz um conjunto de contribuições teóricas e de análises histórico-concretas, que nos faz compreender os processos de metamorfoses do capitalismo na perspectiva da teoria marxiana, tendo na centralidade do trabalho o elemento fundamental para compreender a sociedade e, fiel ao método e à práxis marxista, seus estudos até os dias atuais vão além da interpretação da realidade histórica, à medida que têm por objetivo transformar essa realidade. É com essa perspectiva que saúdo o trabalho de Harvey, a sua lucidez, a sua consistência teórica e perseverança, mantendo a herança marxista viva em tempos de hegemonia neoliberal.

Obras de David Harvey publicadas no Brasil

“The Condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change”. Wiley-Blackwell, 1989.

“A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural”. Editora Loyola, 1992.

“Spaces of hope”. University of California Press, 2000.

“Espaços de esperança”. Edições Loyola, 1ª ed., 2004; 2ª ed., 2006

“Spaces of capital: towards a critical geography”. Edinburgh University Press, 2001.

“A Produção capitalista do Espaço” Annablume, 2005.

“The new imperialism”. Oxford University Press, 2003.

“O novo imperialismo”. Ed Loyola, 2004. Edição Português | por David Harvey | 1 jan. 2005.

“A brief history of neoliberalism”. Oxford University Press, 2005.

“O neoliberalismo – história e implicações”. Edições Loyola, 1ª ed., 2008; 5ª ed., 2014; reimpressão, 2017.

“The limits to capital: new edition”. Verso, 2007.

“Os limites do capital”. Editora Boitempo, 2013.

“The enigma of capital”. Profile Books (UK) 2010.

“O enigma do capital”. Ed. Boitempo, 2011.

“Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution”. Verso, 2012.

“Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana”. Editora Martins Fontes, 2014.

“Seventeen contradictions and the end of capitalism”. Oxford University Press (US), 2014.

“17 contradições e o fim do capitalismo”. Editora Boitempo, 2016.

“Paris, capital of modernity”. Routledge, 2003.

“Paris, capital da modernidade”. Editora Boitempo, 2015.

“The ways of the world”. Oxford University Press (US), 2016.

“Os sentidos do mundo”. Boitempo, 2020.

“Marx, capital and the madness of economic reason”. Oxford University Press (US), 2017.

“A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI”. Boitempo, 2018.

“Anticapitalismo em tempos de pandemia: marxismo e ação coletiva (Pandemia capital)”. Boitempo, 2020.

Referências

Appay, B.; Thébaud-Mony, A. (1997). *Précarisation sociale, travail et santé*. Paris: lresco.

Castel, R. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard.

Druck, G. M. (2011). Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, Salvador, v.24, Número especial, 01, p. 35-55.

_____. (2013). Precarização social do trabalho (verbete). In: Ivo, A. (Org). *Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social*, São Paulo: Annablume, p. 373-381.

_____. (2002). *Trabalho, flexibilização e precarização: (re)construindo conceitos à luz de estudos empíricos*. Projeto de Pesquisa. Mimeografado.

Harvey, D. (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.

_____. (2014). *O neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Ed. Loyola, 1ª ed. 2008; 5ª ed. 2014; reimpressão, 2017.

_____. (2020). *Os sentidos do Mundo*. São Paulo: Ed. Boitempo.

_____. (2004). *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola.

Paulani, L. M. (2009). A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 25-39.

Zuboff, S. (2021). *A era do capitalismo de vigilância*. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca.

19. O DESEMPREGO, UMA INVENÇÃO: UM DIÁLOGO (DESDE O SUL) COM SALAIS, BAVAREZ E REYNAUD¹

NADYA ARAUJO GUIMARÃES

Introdução

Trabalho e desemprego são fenômenos ordinários na trajetória ocupacional dos indivíduos. A privação de emprego, como bem sabem os assalariados, é um risco a que todos estão sujeitos, em maior ou menor medida, cedo ou tarde. Por outro lado, a condição de desempregado, embora uma situação de todo indesejada, ganhou progressivo reconhecimento social que se expressa tanto nos pleitos coletivos por proteção quanto na legitimidade das políticas que para tal foram sendo desenhadas. Entretanto, as regras, convenções, contratos sobre as quais se assentam tais representações são construções sociais historicamente recentes, tecidas a partir do final do século XIX nos países do Norte Global. Reconhecê-lo, significou um avanço interpretativo de especial relevância no campo dos estudos do trabalho. Disso trata este capítulo, que se organiza em duas seções, além desta abertura introdutória.

Na primeira, procuro retratar esse novo movimento interpretativo tomando como fio condutor um livro seminal, que veio à luz em 1986 – “L’invention du chômage: histoire et transformations d’une catégorie en France des années 1890 aux années 1980”. Nele, Robert Salais, Nicolas Bavarez e Bénédicte Reynaud se debruçaram sobre um período de quase cem anos na vida social francesa (entre 1890 e 1980) para acompanhar um processo que sugestivamente intitularam como “invenção do desemprego” (Salais, Bavarez e Reynaud, 1986). Assim fazendo, deflagraram uma virada

1. Agradeço a leitura atenta e as sugestões de Roberto Vêras, Paula Montagner e Vitor Menezes.

interpretativa. Isso porque, e como veremos, compreender a emergência de processos sociais que punham em xeque o arranjo socioinstitucional então vigente - o dos chamados “anos dourados” do fordismo - impunha retrair a trilha da construção histórica das regras, convenções e contratos que estiveram na base da possibilidade de existência desse arranjo.

Esse livro foi, assim, o primeiro grande sintoma da inquietação intelectual então vigente, que animou férteis diálogos na fronteira entre disciplinas como a sociologia, a economia, a estatística e a história. Um esforço que logo ganharia corpo através de outros trabalhos seminais que viriam à luz nos anos 1990, como o de Alain Desrosières e sua história da razão estatística (1993), o de Christian Topalov, sobre o nascimento da categoria “desempregado” (1994), ou o de Robert Castel (1995), com sua incursão sobre as formas históricas do regime de assalariamento e a contraface nas modalidades de exclusão social e políticas de proteção que lhes foram coetâneas. Essa vaga de robustas e seminais interpretações marcaria a agenda subsequente, animada por intelectuais do porte de Margaret Maruani e Emmanuèle Reynaud (1993) e de Didier Demazière (1995), que se voltaram a atualizar o arcabouço de uma “sociologia do desemprego”, cujas raízes haviam sido antes plantadas, tanto no mundo anglófono (Jahoda, Lazarsfeld e Zeisel, 1933), como no mundo francófono (Ledrut, 1966).²

Mas, o que temos nós a ver com isso? Podemos transpor construções teóricas entre realidades tão diversas? Como foi possível que esse movimento intelectual ecoasse no campo dos estudos do trabalho no Brasil, dando fôlego a uma sociologia do desemprego então em vias de consolidação entre nós? Esse é objeto da segunda seção do texto. Com efeito, e como se tratará em mais detalhe adiante, reconhecer, mensurar e agir sobre o desemprego passaram a ser demandas sociais relevantes, no Brasil, somente a partir do fim dos anos 1970, o que não deixa de causar espécie em se tratando de um país em que a ausência de trabalho regular e protegido sempre foi parte

2. Não deixa de ser significativo que o clássico estudo sobre os desempregados de Marienthal, conduzido nas cercanias de Viena no início dos anos 1930, por Marie Jahoda, Paul Lazarsfeld e Hans Zeisel, apenas tenha ganhado a sua primeira edição em língua francesa em 1981 (contendo um Prefácio de Pierre Bourdieu), portanto, cinquenta anos depois da publicação original, e precisamente nessa agitada década de 1980, quando o tema do desemprego de longa duração passa a estar na ordem do dia na França (Lazarsfeld, Jahoda e Zeisel, 1981). Se é certo que a edição em língua inglesa (Jahoda, Lazarsfeld e Zeisel, 1971) também tardou a circular, é também verdade que isso ocorrera dez anos antes. Todavia, causa ainda mais espécie que, em língua francesa, a autoria da obra apareça estranhamente invertida, indicando Paul Lazarsfeld (até onde sabemos, responsável por redigir a Introdução ao livro) como seu autor principal, e não Marie Jahoda – tal qual nas edições original e em inglês.

da experiência cotidiana dos indivíduos. Por isso mesmo, a seção segunda empreende uma breve retomada da trajetória da codificação do estatuto de desempregado no Brasil, nela localizando a emergência de pleitos ao redor da adequada mensuração do fenômeno do desemprego. Esse foi o solo comum que possibilitou que essa perspectiva de abordagem pioneiramente talhada por Salais, Bavarez e Reynauld também medrasse entre nós, inspirando-nos a entender a dinâmica de um mercado de trabalho e de um sistema de proteção tão radicalmente diversos daquele que animou a reflexão francesa do início dos anos 1980.

A invenção do desemprego: uma invenção de acadêmicos ou um desafio à política pública e à ação coletiva?

Robert Salais, Nicolas Bavarez e Bénédicte Reynaud (1986), em sua obra seminal “L’invention du chômage: histoire et transformations d’une catégorie en France des années 1890 aux années 1980”, se dedicaram a entender a gênese, a formação e a evolução da categoria “desemprego”, tomando a França como seu objeto empírico.³ Mas por que ir tão longe no tempo para entender o presente que os desafiava, a saber, a crise de um modelo de crescimento econômico e de pleno emprego que servira, até então, de esteio à intervenção das instituições de política econômica e social?

Vejamos. Essa era uma crise que já se anunciava desde os anos 1960, tornando evidente no curso dos anos 1970 e que adquiria traços dramáticos naquele início dos anos 1980.⁴ Diante dela, as diferentes instituições e atores que intervinham sobre a dinâmica do mercado de trabalho, e que para tal necessitavam informações precisas, viram-se frente ao desafio de dar mostras da objetividade dos seus critérios. Estes, ao determinarem os contornos da categoria de “desempregado”, deveriam permitir que se reconhecesse, sem ambiguidade, a situação de “desemprego” de uma dada pessoa.

3. Em outros trabalhos, os autores e a autora, em voo solo ou com outras parcerias, seguiram explorando essa estratégia de modo a entender a construção do presente em base à sólida evidência histórica. Tal foi o caso de livro posterior, preparado por Malcom Mansfield, Robert Salais e Norbert Whiteside (1994). Bem assim o fez Reynaud (2013), ainda mais recentemente, ao retomar o tema comparando a realidade da França com as da Alemanha e da Bélgica.

4. Nas palavras dos próprios autores: “Pode ser útil recordar: a França computava, em 1965, 142.000 demandas de emprego não satisfeitas e, em 1968, 255.000; em 1984 passou a contabilizar 2.309.000. O número de desempregados era de 437.000 em 1968 e de 2.059.000 em 1982” (Salais, Bavarez e Reynaud, 1986, p. 13).

Os questionamentos em torno da confiabilidade de tais medidas vinham se intensificando já desde a segunda metade dos anos 1970 (Salais, Bavarez e Reynaud, 1986, p. 18).

Ora, esse não era um debate do qual nossos autores estivessem distantes, muito ao contrário. Robert Salais, autor de três dos cinco capítulos do livro que nos serve de fio condutor, tinha à época especial protagonismo no Institut national de la statistique et des études économiques (INSEE) - Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos, organismo oficial que, desde 1946, era responsável pela coleta, análise e publicação de dados e informações sobre a economia e a sociedade francesas. Salais ali trabalhou entre 1966 e 2017, tendo dirigido a Divisão de Emprego e depois a Unidade de Pesquisa, em paralelo com uma carreira proeminente na academia francesa.⁵

Muitos anos depois, em entrevista, Salais rememorar a origem do seu interesse pessoal pelo tema, que o fizera aproximar-se de Alain Desrosières, outro intelectual influente no debate.⁶

Durante cerca de 20 anos fui um quadro do INSEE, onde conduzi pesquisas sobre emprego, estudos para o Commissariado Geral de Planejamento [‘Commissariat général du plan’]⁷ sobre emprego e desemprego. Fiz parte de um grupo de gestores que, no final da década de 1970, passaram a se interessar em refletir sobre suas práticas: que papel social tivemos ao realizar pesquisas com categorias estatísticas, como desemprego? Começamos, então, a trabalhar sobre a história de instrumentos estatísticos, como as pesquisas ou as nomenclaturas, que muitas vezes remontam ao início do século XX. Descobri, assim,

5. Robert Salais era professor de economia na École Polytechnique, e dirigiu, entre 1986 e 1996, o grupo de pesquisa dedicado a instituições, emprego e políticas econômicas (IEPE). Em 1997 fundou o Laboratório de Pesquisa “Instituições e dinâmicas históricas da economia”, com os historiadores Michel Margairaz e Denis Woronoff, uma articulação de porte, reunindo o CNRS, as universidades de Paris 1, VIII, X e a École Normale Supérieure de Cachan. Desta última, foi seu vice-diretor, de 1998 a 2001, e diretor, de 2002 a 2005.

6. Desrosières tornou-se especialmente conhecido nesse domínio por sua investigação que retrava a história do que se consagrou denominar como “a razão estatística” (Desrosières, 1993). Nos agradecimentos de abertura em “L’invention du chômage”, Salais, Bavarez e Reynaud registram a importância da contribuição de Desrosières, um dos poucos comentaristas por eles acionados na leitura do manuscrito do livro.

7. Instituição do governo francês que existiu de 1946 a 2006 e que era responsável por propor as diretrizes do planejamento econômico do país, notadamente por meio de planos quinquenais.

que a categoria ‘desemprego’ - o que chamamos de desemprego hoje - teve uma origem relativamente recente (Entrevista de Robert Salais, 2012, p. 10, tradução da autora).

Os dois outros autores, Bénédicte Reynaud e Nicolas Bavarez, vinte anos mais jovens, finalizavam as suas teses doutorais à época da publicação do livro, e com Salais compartilhavam o interesse pela história do trabalho e do desemprego. Reynaud, autora do Capítulo 2, sobre as representações do trabalho e a gênese da categoria desemprego no final do século XIX, estava em vias de completar o seu doutorado em Ciências Econômicas, o que ocorreu em 1987, quando defendeu a tese intitulada “Le modèle hiérarchique: une méthode d’analyse des relations salariales” (Reynaud, 1987). Bavarez, historiador, autor do Capítulo 4, sobre o desemprego moderno e a convenção keynesiana do pleno emprego, defendeu, em 1986, a sua tese de doutorado em História, intitulada “Chômeurs et chômeages des années 1930: l’exemple parisien” (Bavarez, 1987).

Juntos, Salais, Reynaud e Bavarez encararam um empreendimento por eles classificado como “um trabalho coletivo.”⁸ Um esforço intelectual de fôlego, que importou em passar em revista cem anos de mudanças nos sistemas de percepção e de representações sobre o trabalho, os quais ganham vida tanto entre os indivíduos comuns, quanto nas categorias mobilizadas pelos especialistas, fossem eles atores individuais (como economistas, estatísticos, juristas) ou instituições (do Estado, das empresas e dos sindicatos). Intrigava-os, por um lado, a constatação, documentada por Bénédicte Reynaud, de que apenas no final do século XIX a noção de “desemprego” aparecera e se havia estabelecido na França, propiciando com que se dissociassem as realidades do trabalho e do não trabalho. Por seu turno, Nicolas Bavarez, demonstrou como se fixou uma definição para o “desempregado” como um indivíduo não apenas disponível para o trabalho, mas também mobilizado na busca das oportunidades laborais. Tal definição deu sentido a todas as iniciativas de gestão do desemprego, uma responsabilidade que passa a ser entendida como do Estado - e não mais da família e da comunidade -, na esteira da consolidação da grande indústria e da concentração populacional nas macrometrópoles. Mas, também os intrigava a necessida-

8. Com efeito, nos agradecimentos que abrem a obra, os autores e a autora não apenas registram a divisão de trabalho no preparo dos capítulos, como deixam assente a colaboração de quadros técnicos do INSEE, como Françoise Dumontier e Maryse Marpsat, colaboradoras estratégicas no preparo de parte das informações históricas requeridas.

de de desvendar a natureza da crise no mercado de trabalho, vivida desde o fim dos anos 1970, e que se expressava tanto no chamado “desemprego de longa duração” quanto na crescente instabilização das trajetórias ocupacionais. Por isso, para os autores e autora, havia que voltar ao passado de modo a entender os desafios que lhes eram contemporâneos, os quais, a seu juízo, apontavam para uma crise que levava de roldão categoriais e convenções que pareciam solidamente estabelecidas.

Assim, ao apontar para o valor heurístico do estudo das formas sociais – convenções, direito, contratos, etc. -, em seu papel regulador das relações entre indivíduos, instituições, Estado e empresas, Salais, Bavarez e Reynaud inocularam, no campo dos estudos do trabalho, as novas pistas de pesquisa abertas pelo pensamento da socioeconomia francesa, que se expandia por uma vertente profícua de reflexão. Salais o reconhece, em nota de rodapé, no capítulo de abertura, onde registra não somente o débito intelectual para com pensadores da escola francesa da economia das convenções, como François Eymard-Duvernay e Laurent Thévenot,⁹ como a ambiência intelectual proporcionada pelo INSEE para a proliferação dessas ideias e avanços analíticos:

Essa obra não teria sido possível sem a acumulação de trabalhos conduzidos nos últimos anos no INSEE por um núcleo de pessoas em torno de J. Affichard, A. Desrosières, F. Eymard-Duvernay, A. Goy e L. Thévenot. Seus pontos de partida foram, por um lado, a história dos instrumentos estatísticos, estimulada pela preparação, em 1976, da *Fresque histoire du système statistique*, para o que também contribuíram ativamente J. Mairesse e M. Volle; e, por outro lado, a reforma da classificação e nomenclatura das profissões e da formação. Esses trabalhos se ampliaram, incluindo, hoje, os efeitos sociais das atividades de representação (alinhando-se às pesquisas de Luc Boltanski), a economia da empresa e os investimentos de forma. Esse último conceito amplia a acepção econômica tradicional de investimento, integrando-lhe todas as atividades demandantes

9. Esse grupo de autores se tornará referência no pensamento da socioeconomia, na França e mais além, por suas obras (então em gestação, ou em vias de publicação ou posteriormente publicadas), tais como: a seminal coletânea organizada por Salais e Thévenot (1986), bem assim os volumes que vieram à luz nos anos subsequentes, entre os quais destaco, Eymard-Duvernay e Thévenot (1983); Desrosières e Thévenot (1988); Dupuy *et al.* (1989); Salais e Storper (1993); Orléan (1994); Salais, Chatel e Rivaud-Danset (1998); Eymard-Duvernay (2004 e 2006).

de tempo e de dinheiro através das quais um agente entra em relação durável com outros. Aos investimentos materiais se somam o estabelecimento de regras, de convenções, de procedimentos, de marcas (cf. f. Eymard-Duvernay e L. Thévenot, 1983) (Salais, Bavarez e Reynaud, 1986, p. 20-21, tradução da autora).

O crédito ao manuscrito de François Eymard-Duvernay e Laurent Thévenot, mesmo se em rodapé, deixa clara a influência dos teóricos das convenções sobre o núcleo duro do argumento do livro, e cito novamente Salais, na abertura do mesmo:

A perspectiva histórica em que nos apoiamos ilustra como e em que medida a existência social de uma categoria polariza e estrutura as reflexões, os debates e as ações relativas ao fenômeno que ela define e mede, para o qual, em outras palavras, ela constrói uma representação.

Isso porque esse fenômeno é moldado e objetivado em um conjunto de produtos sociais (regras, convenções, procedimentos, instituições...) os quais, por sua longa prevalência, impactam de volta sobre a realidade com efeitos próprios, duráveis. Esses são, por um lado, efeitos de conhecimento: os conhecimentos que podem ser adquiridos são estruturados por esses produtos. O que é tido como conhecimento tende, então, a se confundir com o que é cognoscível. Mas são, por outro lado, efeitos de realidade: as iniciativas dos atores sociais, relativas ao fenômeno considerado, tendem a se organizar em base à representação assim construída (Salais, Bavarez e Reynaud, 1986, p. 20, tradução da autora).

Em suma, as estratégias dos indivíduos privados de emprego são incompreensíveis se não as apreendemos em sua imersão nos sistemas de representações sociais acerca do trabalho e da atividade. Isso porque tais sistemas pautam a ação dos indivíduos, mas também das instituições relevantes para a operação do mercado de trabalho. Daí porque, para os autores, a crise que lhes era contemporânea deveria ser entendida como uma crise de representações e categorias até então duradouramente estabelecidas. Isso lhes impunha o “trabalho coletivo” de recuperar a dimensão histórica da formação da categoria “desemprego” de maneira a compreender como,

num dado país, se construiu o conhecimento sobre as realidades do trabalho e do não trabalho, iluminando o papel desempenhado pelas atividades de formalização levadas a cabo pelos diversos agentes econômicos.

Uma cuidadosa mobilização de evidências históricas, documentais e estatísticas, sustentará o fio do argumento, ancorado na análise de alguns momentos-chave. O primeiro deles, eximamente trabalhado por Bénédicte Reynaud no Capítulo 2, nos fará penetrar no universo das representações sociais que se forjam, na França, na virada do final do século XIX até os anos 1930. Nesse período, em que os recenseamentos inauguram a codificação estatística do desemprego, a condição de desempregado está associada à rutura do vínculo com um estabelecimento. Não sem razão, reconhecem-se como desempregados - e declaram-se enquanto tal, podendo ser assim recenseadas -, as pessoas que mantinham vínculos com instituições econômicas, ocupadas em estabelecimentos. As que trabalhavam em domicílios, quando privadas de emprego, não se reconheciam na condição de “desempregadas”. Como bem resumiu Demazière (1989, p. 336), à dualidade de formas de trabalho correspondia uma dualidade de formas de desemprego.

Por isso mesmo, o ajuste entre a definição estatística e as representações dos indivíduos será progressivo e se fará ao tempo em que o moderno contrato de trabalho se estabelece como forma reguladora das relações sociais de emprego. Mas, mesmo este, como documenta Robert Salais no Capítulo 3, ganha existência nas práticas e representações dos atores sob uma nova dualidade. Por uma parte, vige o modo de regulação da grande indústria, maiormente implantada nos mais densos aglomerados urbanos, onde a institucionalização do assalariamento se sustenta numa estrutura interna fortemente racionalizada para gerenciar seus efetivos, e transfere ao Estado a gestão do desemprego. Este não apenas contabiliza os desempregados, mas passa a desenvolver políticas cada vez mais complexas e onerosas de seguro (indenização), e treinamento (formação) e de recolocação (intermediação). O direito ao trabalho, reconhecido pela Constituição francesa de 1958 logo daria lugar à criação, em 1967, da Agence Nationale pour l'Emploi (ANPE). Entretanto, essa é apenas uma das faces da nova dualidade. Outra é a realidade dos estabelecimentos de pequeno porte, nas quais cabia às formas de solidariedade de base familiar e comunitária sustentar os indivíduos, quando privados de trabalho.

Como demonstra Nicolas Bavarez, a convenção keynesiana do pleno emprego, por ele analisada no Capítulo 4, vai sendo progressivamente estabelecida

nas constituições de 1946 e 1958. Desse modo, na década de 1970 se alcançaria a maturidade no que respeita à regulação da relação salarial, tanto pelo estabelecimento das convenções coletivas e das formas de associar qualificação, carreiras e remuneração, como pela padronização da gestão do desemprego enquanto responsabilidade do Estado, fiador, em última instância, dessa norma de pleno emprego. A evidência da completa institucionalização do desemprego está na convergência entre a contabilidade estatística produzida pelos recenseamentos e os registros administrativos dos gestores das políticas para desempregados. Tal coincidência evidencia que os indivíduos contabilizados pelo Estado como estando em situação de desemprego também se reconheciam enquanto desempregados, buscando, portanto, registro na ANPE. Estava, assim, implantada na consciência social a norma de que o desempregado era um indivíduo privado de trabalho e que, por isso mesmo, se dedicava a buscar uma nova oportunidade de emprego.

Salais, no Capítulo 5, se debruça sobre as teorias do desemprego para refletir sobre a crise então vivida. Uma crise que se expressa não somente no crescimento do desemprego de longa duração, como também na multiplicação de formas intermediárias entre o emprego regular e duradouro, por um lado, e a inatividade, por outro. Uma crise que careceria, segundo o autor, ser pensada em seu efeito sobre a norma de pleno emprego. Isso porque, a seu ver, a amplitude do desemprego, na crise contemporânea, seria um produto, permanentemente renovado, do complexo agenciamento de formas sociais, institucionais e materiais, implantadas de modo duradouro pela convenção keynesiana do pleno emprego. Superar essa crise requereria que os vários atores (indivíduos, empresas e Estado) se mobilizassem na invenção de novos modelos de representar o trabalho e, por consequência, novas formas de empresas.¹⁰

O livro de Salais, Bavarez e Reynaud se alinha de modo precursor a uma geração de trabalhos seminais que vieram à luz poucos anos depois no mundo francês, também ancorados em sólida pesquisa de natureza histórica e que seguiram marcando o curso das reflexões nesse campo.¹¹ Destaco um

10. Não sem razão o desdobramento da reflexão intelectual o fez engajar-se, desde o início dos anos 2000, numa série de programas de pesquisa europeus voltados para se reconectar com os objetivos de redução das desigualdades e igualdade de oportunidades, colocando no centro a realização de aspirações a uma verdadeira liberdade de escolha, ao exercício pessoal e pleno da cidadania. Ver a entrevista de Robert Salais, “La travail vu autrement. L’*économie des conventions*” (Salais, 2012).

11. Entre eles, destaco: Deroisières (1993), Topalov (1994) e Castel (1995).

entre eles, “Naissance du chômeur, 1880-1910”, de Christian Topalov, que veio à luz poucos anos depois (Topalov, 1994).¹²

Topalov retrança os modos de uso e as representações associadas aos termos que identificam a condição de desempregado (*chômeur, sans travail, out of work, idle*, entre outros), mostrando como se (re)configuram os universos mentais que conduzirão à concepção atual sobre o assalariado privado de trabalho. Assim fazendo, o autor prolonga e aprofunda, numa refinada interpretação sociológica, a inquietação sobre a trajetória das representações sobre o desemprego e o desempregado. Seu livro enriquece a agenda posta pelos autores de “L’invention du chômage”, seja por alargar a grade interpretativa indo além da economia e das disputas teóricas em seu seio, que davam a tônica à reflexão de Salais, Bavarez e Reynaud, seja pelo recurso à comparação robusta entre três realidades - Paris, Londres e Nova York, o que lhe permite revisitar a realidade francesa em perspectiva contrastada.

As seis partes do livro conduzem o leitor por uma trilha plena de achados. Topalov inicia pelo que identifica como “Um problema” (o nascimento do desempregado num contexto de assalariamento frágil), para, em seguida, identificar “Os atores” (com especial destaque à Conferência Internacional sobre o Desemprego, de 1910, realizada em Paris, da qual resultam redes nacionais de reformadores nos países que dela participaram), e daí a se debruçar sobre “As palavras” por eles mobilizadas e que conotam a situação de ausência de trabalho (explorando a imposição de um novo léxico e os conflitos que disso resultam). Isso o leva a refletir sobre “As classificações” (onde tratará das disputas acerbadas até se chegar à invenção da categoria “desempregado involuntário”, “*chômeur involontaire*”, “*genuine unemployed workman*”), e como dessas se passa à contabilidade daqueles privados de trabalho. Esse tema se constitui no foco da seção sobre a produção d’ “As cifras”, um processo, para ele, a um só tempo cognitivo e prático, em que a estatística não é um mero meio de observação, mas um instrumento que contribui para produzir o seu próprio objeto ao construir os fatos que deve mensurar.

Finaliza, em grande estilo, numa espécie de sociologia da produção teórica (de então) sobre o desemprego, documentando “Um giro” essencial. Este é o resultado de um movimento produzido pela ciência social, que redefine o problema e rompe com as formas de saber disponíveis na sociedade,

12 Um trabalho igualmente seminal - e influente no Brasil, como foi o livro de Castel (1985), também se prestaria a considerações comparativas com o de Salais, Bavarez e Reynaud. Optei, entretanto, por remeter o/a leitor/a à reflexão sistemática que, sobre essa obra, se faz em outro capítulo deste livro.

cunhando conceitualmente o desemprego, pensado como um fato social. Mas, ele é também fruto da política reformista que propõe e põe em ação novos métodos que afetam a organização do mercado de trabalho, introduzindo o seguro contra o desemprego e regulando o volume de emprego mediante programas públicos de trabalho. Topalov argui que a “virada teórica” do pensamento sociológico se configura na medida mesma e *pari passu* com o movimento reformista que torna possíveis tais políticas. Tece-se, assim, uma relação a tal ponto estreita que as medidas reformistas vão recorrer às novas conceituações científicas para sustentar sua razão de ser, de modo tal que as construções teóricas acabam por contribuir para a objetivação do desemprego como fato social.

O eco dessa onda de novas ideias se fez sentir também entre nós, economistas e sociólogos do trabalho, sendo um dos esteios para a construção de um mínimo denominador comum do ponto de vista teórico-metodológico para subsequentes iniciativas de comparação internacional, inclusive aquelas envolvendo o Brasil.¹³ Desse eco trata a seção seguinte.

A (re)invenção do desemprego em mercados heterogêneos de trabalho

No Brasil, as disputas em torno da mensuração do desemprego estiveram longe de ser meras querelas acadêmicas. Elas galvanizaram mobilizações sindicais e de especialistas, tanto quanto contendas envolvendo instituições produtoras de dados, tão logo o fenômeno ganhou visibilidade no espaço público, notadamente nos anos 1980, na esteira da crise do chamado “milagre econômico”. Com efeito, entre nós, reconhecer, mensurar e agir sobre o desemprego se tornaram demandas sociais crescentemente relevantes somente a partir do fim dos anos 1970. Ora, num país em que a ausência de trabalho regular e protegido sempre foi parte da experiência cotidiana dos indivíduos, não deixa de causar espécie o caráter recente, tanto da codificação desse estatuto, quanto da emergência de pleitos ao redor de sua adequada mensuração.

Isso nos induz a uma primeira observação comparativa. À diferença de países como a França (objeto do interesse de Salais, Bavez e Reynaud), onde, desde o final do século XIX, a ausência de trabalho regular e protegido

13. Ver, por exemplo: Kase e Sugita (2006); Guimarães (2009); Demazière, Guimarães, Sugita e Hirata (2013).

(atingindo indivíduos mobilizados para obtê-lo) configuraria a situação codificada como de “desemprego”, e facultaria, em consequência, o acesso a políticas sociais voltadas a quem se convencionou chamar de “desempregados”, no Brasil a situação de “desemprego” e o estatuto de “desempregado” apenas ganharam a eficácia de uma convenção social quase um século depois, trazidas à luz pelo cômputo das estatísticas oficiais e pelas políticas do Estado (mesmo se restritas).

Vitor Menezes (2022), em cuidadoso estudo, chamou a atenção para o fato de que até meados do século XX, as informações administrativas sobre os nossos desempregados eram praticamente inexistentes. Não sem razão: afinal, foi apenas em 1975 que um serviço público de emprego foi criado, sendo ainda mais recente (de 1986) a instituição do seguro-desemprego.¹⁴ Uma vez instituídas, essas iniciativas de políticas públicas passaram a demandar estatísticas fiáveis sobre a população elegível e funcionaram como um acicate para a mensuração do fenômeno.

Isso porque era desalentador o quadro da disponibilidade de dados provenientes das pesquisas domiciliares então em curso. Não apenas estávamos restritos a um acompanhamento decenal da dinâmica do mercado brasileiro de trabalho, através dos recenseamentos, como, até o Censo Demográfico de 1960, nossas estatísticas apenas se aprofundavam nas características da população ocupada. O desemprego, enfim, inexistia, até então, como um problema a ser considerado nas estatísticas censitárias brasileiras.

Foi somente em 1967 que o IBGE se engajou na consecução de uma Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a qual passou a ter periodicidade anual apenas a partir de 1971, ganhando abrangência nacional em data ainda mais recente, 2004. Como “desempregados” eram considerados os indivíduos sem trabalho e que haviam tomado medidas efetivas de procura. Entretanto, a classificação do desemprego logo precisou sofrer ajustes para dar conta de aspectos próprios ao padrão excludente do desenvolvimento brasileiro. Assim, numa sociedade fortemente marcada pelo engajamento de menores no trabalho, a população em idade ativa, inicialmente fixada em 14 anos e mais, a partir de 1969 (ou seja, apenas dois anos depois do deflagrar da pesquisa) teve seu limite mínimo de idade reduzido para 10 anos ou mais. A segunda mudança referiu-se ao período de referência para captar a procura por trabalho, marcador importante para diferenciar o de-

14. O qual apenas em meados dos anos 1990 começa a ser efetivamente pago, com a instituição do Fundo do Amparo ao Trabalhador.

sempregado do inativo; inicialmente estabelecido em dois meses, passou a uma semana em 1976, seguindo diretriz da OIT.

Todavia, a periodicidade anual das informações da PNAD era de pouca valia para monitorar a dinâmica conjuntural do mercado de trabalho, requisito operacional do Sistema de Nacional de Emprego (SINE) que se instituiu em 1975. Por isso, em 1979, o IBGE concebeu a Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Para a população com 15 anos ou mais, a PME captava a procura por trabalho na semana e no mês de referência. Desse modo, uma taxa oficial de desemprego passou a ser regularmente coletada e divulgada, tendo como referência a procura por trabalho na semana anterior à coleta. Ou seja, foi somente no alvorecer dos anos de 1980, com o início de tal coleta, que a mensuração do desemprego passa a ter lugar, e de forma sistemática, no Brasil.¹⁵

Entretanto, a limitada possibilidade de encontrar empregos formais leva à manutenção de mecanismos antigos de autoemprego, numa combinação perversa que impacta as chances da procura sistemática de trabalho, de maneira que – e novamente à diferença de outros países, como a França – as taxas de desemprego aberto se revelaram um indicador pouco efetivo da performance do mercado brasileiro. Ademais, muitos indivíduos não conseguiam procurar trabalho com a periodicidade semanal que pautava os inquéritos oficiais, até mesmo pelos altos custos da procura, o que acabava por superestimar o grupo dos inativos.¹⁶ Em suma, e como bem notou Menezes (2022, p. 140), tal como operacionalizado, o conceito falhava em elucidar a articulação entre as experiências de trabalho e não trabalho.

Não sem razão, uma intensa disputa em torno da medida que fora recentemente implantada passou a ter lugar, a partir do início dos anos 1980. Seus críticos arguíam sua pouca adequação frente à especificidade das relações de emprego e, por consequência, das formas de desemprego em mercados heterogêneos de trabalho, como o brasileiro. Neles, não se generalizara,

15. Mas, vale ressaltar, a cobertura da PME era restrita porque limitada a algumas regiões metropolitanas. Essas foram tomadas como *proxy* da dinâmica conjuntural do mercado, seja pela importante concentração de força de trabalho em seus mercados, seja pela suposição de que, pela concentração da atividade econômica de ponta, os espaços metropolitanos seriam bons termômetros do impacto da dinâmica econômica sobre os níveis de emprego e desemprego (Menezes, 2022).

16. Pesquisa comparativa conduzida no início dos anos 2000 nas regiões metropolitanas de São Paulo, Paris e Tóquio, encontrou que era na metrópole paulista (que passava por intensa contração de postos de trabalho) que se registrava a menor taxa de desemprego aberto, numa evidência das dificuldades da medida oficial (Kase e Sugita, 2006; Guimarães, 2009).

apesar de legalmente estatuída, uma norma contratual fundada no assalariamento por tempo indeterminado e protegido pela formalização do vínculo de trabalho. Mais ainda, privados das instituições de proteção que haviam tomado forma sob regimes universalistas de bem-estar, mercados como o nosso careceriam da experiência histórica de um sólido sistema público de suporte ao trabalhador desempregado, de modo que este pudesse fazer face às circunstâncias de perda do vínculo de trabalho recorrendo ao apoio de políticas públicas efetivas de transferência de renda, de (re)qualificação profissional e de suporte à procura de trabalho.

Nessas condições, na organização do mercado de trabalho predominavam as “relações atípicas” (para usar uma noção então corrente), o subemprego e as múltiplas formas da informalidade (Machado da Silva, 1971; Cardoso, 2010). Longe estávamos do modelo dos países afluentes e com sistemas de proteção inclusivos, como a França, em que o sistema de relações de trabalho se assentava na díade formada pelas figuras do emprego duradouro e formalmente protegido, por um lado, e do desemprego transitório e igualmente protegido, por outro. A distribuição dos riscos e a natureza das trajetórias também pareciam desafiar o conhecimento acumulado em países onde o assalariamento duradouro e o desemprego de curta duração davam a tônica (Humphrey e Hirata, 1984). Nessas condições, havia que bem conceituar e quantificar as situações atípicas que se situavam entre esses dois estatutos, já que eram elas as que conferiam especificidade aos contextos pouco estruturados pela norma do emprego registrado e duradouro. Nesses, redefiniam-se as formas elementares de inserção individual num mercado capitalista, quais sejam a inatividade e a atividade, e, contidos nesta última, o emprego e o desemprego. Urgia calibrar as medidas a essa realidade (Troyano, 1990; Hoffmann e Brandão, 1996; Dedecca, 1996 e 1999; Hoffmann e Cutrim, 2000; Montagner, 2003).

A construção de uma definição operacional para medir o que se chamou “desemprego oculto” constituiu-se, por isso mesmo, no passo analítico decisivo. Enfrentá-lo permitiria trazer à luz o peso dos contingentes da força de trabalho que se localizavam tanto na fronteira (até ali cinzenta) entre ocupação e desocupação, sob a forma do “desemprego oculto pelo trabalho precário”, quanto na fronteira igualmente cinzenta entre atividade e inatividade, sob a forma do “desemprego oculto pelo desalento”. Para tal, cumpria ampliar a agenda de temas a investigar de modo a produzir como resultado uma classificação analiticamente confiável do estatuto de cada entrevistado. Assim, cabia analisar tanto a disposição subjetiva para o engajamento no

trabalho (indagando sobre pretensões em termos de jornada), como enfrentar o desafio da mensuração mais refinada e cuidadosa do fenômeno da procura de trabalho (investigando-o em temporalidades distintas e mais amplas que a semana anterior à coleta, tomada até então como referência). Mais ainda, havia que conhecer melhor os mecanismos acionados na procura; com isso abria-se toda uma avenida para mensurar o papel dos agentes do mercado (e de fora dele) na circulação da informação sobre oportunidades ocupacionais (Guimarães, 2009a).

Essa empresa intelectual, em que se mobilizaram acadêmicos e planejadores, cabia como uma luva no contexto dos anos 1980, quando o Brasil, no quadro da reestruturação da economia internacional, assumia estar diante da sua primeira grande crise de desemprego. A crise golpeava duramente as principais metrópoles. Entretanto, à diferença dos anos subsequentes, ela encontrava àquela época um movimento sindical fortalecido pela arregimentação de um “novo sindicalismo”, ancorado em formas diversas de organização popular forjadas na resistência à ditadura militar (Humphrey, 1982; Antunes, 1988; Abramo, 1999). Ademais, com a assunção de militantes “oposicionistas” a governos estaduais, como o de São Paulo, havia que inovar na concepção e gestão de políticas públicas de corte “popular e democrático”.¹⁷

Assim, nos anos 1980, uma conjunção virtuosa entre ousadia intelectual e política, deu origem a uma outra pesquisa – a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) - inicialmente testada na região metropolitana de São Paulo. Ela era o sinal da capacidade de responder a uma conjuntura que desafiava o entendimento e as formas de medir as mudanças no mercado de trabalho, em vista da urgência social de produzirem-se novas modalidades de política pública (Guimarães, 2006). Ao longo das décadas seguintes, e até o final dos anos 2010, esse experimento estendeu-se para quase todas as principais metrópoles brasileiras, e a nova metodologia mostrou-se relevante para flagrar a especificidade da dinâmica desses grandes mercados urbanos de trabalho. E quanto menos estruturados pelo assalariamento regular, mais sensível parecia ser a medida (Montagner, 2003). Vimos, assim, que a natureza do desemprego, expressa na variedade das suas formas, se constituiu num elemento-chave para o

17. Significativamente, esta foi a última vez em que presenciamos, no Brasil, massivos movimentos de desempregados urbanos a desafiar tanto os patrões (clamando por novas vagas) como as autoridades constituídas (demandando por políticas de proteção), ancorados na solidariedade do movimento dos seus sindicatos de origem.

entendimento da dinâmica de mercados de trabalho como o nosso, onde são tênues os limites que demarcam as fronteiras entre os ocupados, os desempregados e os inativos, todos sujeitos a intensas transições entre situações laborais.¹⁸ Em suma, os anos 1980 foram seminais para o debate sobre trabalho e, nesse veio, para a produção de uma nova métrica capaz de capturar as formas específicas do desemprego.

Curiosamente, nessa mesma década pesquisadores franceses também se viam – como documentado na seção anterior – desafiados a entender os sinais inusitados que lhes eram dados pela dinâmica do seu mercado de trabalho. O desafio convergente convivia, entretanto, com sinais distintos. Naquele momento, assumimos, com todas as suas duras e desafiadoras consequências, a realidade de que o desemprego havia se tornado um problema no Brasil, e que havia chegado para ficar. E não apenas porque tivéssemos diante de nós problemas de (sub)emprego associados às esferas locacional, de formação ou de retribuição da força de trabalho. Nesse diapasão tinha ido parte significativa da nossa melhor inteligência analítica que, nos anos 1960 e 1970, tratara de dar conta dos problemas dos mercados urbanos de trabalho (Hoffmann, 1977). Essa geração de intérpretes soube documentar como a consolidação de tais mercados se fez possível pelos intensos fluxos migratórios internos que realocalizaram no Sudeste parcela importante dos ofertantes de força de trabalho (dos 1940 aos 1970), na esteira da constituição de uma indústria pujante e de serviços modernos que se haviam concentrado em algumas áreas urbanas mais significativas, entre os 1950 e 1970, no mesmo Sudeste (Brandão Lopes, 1964; Oliveira, 1972).

Ora, qual então a novidade desses anos 1980? Por um lado, nesse período, conferiu-se legalidade analítica a um interesse acadêmico; mas, e por outro

18. Em iniciativa pioneira, a Fundação Seade tentara, já em 1996, mensurar a intensidade dos fluxos entre as condições de atividade na região metropolitana de São Paulo nos anos 1990 (Brandão, Watanabe, Ferreira e Montagner, 2006). Para tanto, foi elaborado um questionário especial, que circulou entre abril e dezembro de 1996 como parte integrante da PED. Esse suplemento buscou identificar a parcela da população em idade ativa com experiência de trabalho nos anos 1990 e, através do confronto entre sua condição de atividade no momento da pesquisa e aquela imediatamente anterior, quantificar e caracterizar os vários fluxos a que a mesma fora submetida na primeira metade daquela década. Em uma das suas principais conclusões, os autores afirmaram que, nos anos 1990, ocorrera a intensificação do fluxo entre condições de atividade, até mesmo entre os indivíduos com experiência anterior de trabalho. Menos de 20% dos indivíduos que transitaram no mercado de trabalho permaneceram no mesmo setor de atividade, na mesma ocupação e posição ocupacional. No outro extremo, mais de 30% dos que transitaram apresentaram mudanças de setor, ocupação ou posição ocupacional. Além disso, só 10% das transições se deram em direção ao mesmo setor e função, ainda assim em posição ocupacional diferente, num período marcado pela alteração das condições contratuais, com redução dos níveis de assalariamento com carteira de trabalho assinada no setor privado.

lado, no plano do imaginário social ganhou legitimidade simbólica o sentimento de que tínhamos, sim, um problema de desemprego a enfrentar, conceitual, operacional e politicamente. Assim fazendo, essa geração de acadêmicos, técnicos e políticos deu consequência, no campo das medidas, ao reconhecimento da especificidade do nosso mercado de trabalho, marcado pela sua heterogeneidade estrutural, flexibilidade operacional e escasso poder de organização das relações de trabalho com base numa norma salarial que se tivesse universalizado. Por isso mesmo, vêm de então as estatísticas que retiraram da sombra as formas diversas do desemprego, com especial relevo para aquelas mais relevantes para a nossa realidade, as que se ocultavam no trabalho precário e no desalento. Devassava-se o amplo leque de modalidades de relação dos indivíduos com respeito ao trabalho e ao desemprego.

Tais medidas – e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) foi pioneira nesse caminho – avançaram na descrição das especificidades da estrutura do nosso mercado de trabalho. Todavia, elas apenas deixavam entrever a intensa dinâmica de transições que já marcava desde então a realidade brasileira – e que se tornaria particularmente significativa a partir dos anos 1990, com as mudanças macroeconômicas e micro-organizacionais que redirecionariam os rumos da economia em geral e das firmas em especial, aprofundando o fenômeno do desemprego *recorrente*. Tamanhos foram os efeitos, no mercado de trabalho, das mudanças promovidas a partir dos anos 1990, tão grande foi a sua magnitude (em termos de número de demitidos), tão intenso era o “enxugamento” (em termos de encolhimento dos postos), que o analista rapidamente percebia que já distava muito o tempo em que as estratégias gerenciais de desemprego se assentavam (confortáveis) em estratégias de rotação dos trabalhadores (Cardoso, Comin e Guimarães, 2004).

Com efeito, até os anos 1980, a quebra do contrato de trabalho (para aqueles que dele se beneficiavam) prenunciava o estabelecimento de um outro vínculo, geralmente no mesmo setor, no mais das vezes com um outro empregador (mas por vezes com o mesmo, num outro momento), embora (muito provavelmente) a menores salários e em condições mais desiguais de barganha. Assim, nos anos do chamado “milagre econômico”, só para figurar um exemplo, a rotação (contraface do despotismo de mercado) deprimia os salários e sujeitava os trabalhadores à intensificação das jornadas, em condições de privação de direitos (como o da estabilidade, substituída pela legislação do FGTS). Entretanto, no próprio mecanismo de rotação

acnava-se com o horizonte de uma futura readmissão, da reinserção no mundo dos empregos no setor do qual se saía. O intenso *turn-over* era, assim, um instrumento por excelência de gestão, que se completava com a repressão política (Humphrey, 1982). Mas ele não privava, seja da chance (de longo prazo) da reinserção, seja – e por isto mesmo – da representação simbólica de uma identidade (profissional) e de um destino (ocupacional). Tanto é assim que, na crise do início da década de 1980, os sindicatos protegiam “os seus” desempregados. Ou, por outra, quando o desemprego era expressão do custo “político” da militância, havia o instituto dos “fundos de greve”, a vaticinar a transitoriedade do desligamento “da categoria” e a anunciar que num futuro, mesmo que mais remoto que o desejado, o trabalhador restabeleceria os elos com o seu destino de origem. É eloquente observar como, num exemplo ou no outro, era o sindicato que bancava a conta desse interregno. Assim, se nos faltava um arcabouço institucional público-estatal, as pontes de passagem eram feitas por instituições públicas não estatais, estando os sindicatos e a solidariedade operária entre as principais delas.

Ora, ao avançar no estudo dos elos entre reestruturação econômica e seletividade no mercado brasileiro de trabalho, ficava cada vez mais claro que, a partir dos anos 1990, o desemprego representava, para uma parcela muito significativa dos desligados, a perda definitiva dos laços com uma trajetória pretérita, com uma eventual carreira profissional, com uma identidade social, enfim. Não se tratava de mera rotação, mas de rompimento dos vínculos que faziam do par emprego-desemprego elementos de uma relação biunívoca. O desemprego não era mais, para muitos dos trabalhadore(a)s, o outro, transitório, do emprego (Cardoso, 2000; Guimarães, 2004; Machado da Silva, 2002).

Tudo isso tornava evidente o aumento da insegurança ocupacional, conseqüente à perversa combinação entre, por um lado, o alongamento dos tempos de desemprego e de procura de trabalho e, por outro, um sistema de proteção pouco efetivo. O intenso trânsito entre situações no mercado de trabalho refletia, assim, o esforço individual no sentido de obter algum rendimento que permitisse a sobrevivência, dada a fragilidade da proteção institucional, ainda que isso acarretasse passar com muita frequência da condição de ativos à de inativos, de ocupados à de desempregados. Além de intensas, as transições ocupacionais mostravam-se crescentemente imprevisíveis, trazendo como traço distintivo, o mudar, muitas vezes e erráticamente, em busca da sobrevivência – na forma do que Beck (2000) chamou

de “multiatividade nômade”. Mais ainda, numa dinâmica de transições que parecia pouco afeita a ser entendida pelas variáveis clássicas que haviam servido, até ali, para explicar a inserção e permanência no mercado de trabalho, como a escolaridade e a progressão em carreiras (Brandão, Watanabe, Ferreira e Montagner, 2006, p. 124-125).

Em suma, as inovadoras análises produzidas a partir dos anos 1990 deixavam entrever a importância de dar um passo adiante na agenda da sociologia brasileira do desemprego, alinhando dois desafios metodológicos. Por um lado, avançar em análises longitudinais que permitissem guiar o alvo, passando dos estudos sobre os estoques de trabalhadores ocupados, flagrados num momento do tempo, para as análises de fluxo, capazes de acompanhar percursos ocupacionais de um mesmo grupo ou coorte de trabalhadores por períodos determinados de tempo (Cardoso, 2000; Guimarães, 2004). Por outro lado, havia que encarar o desafio de colocar o caso brasileiro em perspectiva, avançando em metodologias de comparação internacional acerca dos caminhos pelos quais, em sociedades diversas, tinham lugar o processo de construção institucional do desemprego (em sintonia com a reflexão precursora de Salais e colegas, ou de Topalov) e o modo como este se enlaça e dá sentido às formas subjetivas de representação da experiência da privação de trabalho (Guimarães, 2002).

Nesse mesmo momento, uma importante linha de reflexão chamava atenção para os efeitos determinantes que a forma de institucionalização dos sistemas de emprego e dos regimes de *welfare* (Gallie e Paugam, 2000) tinha sobre os modos de estruturação dos mercados de trabalho. A diversidade desses efeitos se evidenciava quando diferentes sociedades se defrontavam com um desemprego crescente e com a despadronização dos percursos ocupacionais em direção a formas “atípicas” de trabalho. Isso chegou a animar a formulação de hipóteses que apontavam para uma pretensa convergência entre características dos mercados de trabalho, lançando mão de noções de forte apelo, como a que antevia uma “Brasilianização do Ocidente” (Beck, 2000).

Esses esforços de comparação internacional envolveram diálogo com diferentes realidades nacionais, como a inglesa (Guimarães, Cardoso, Elias, Purcell, 2008) ou a francesa e japonesa (Guimarães, Montagner, Hirata e Sugita, 2004; Kase e Kurumi, 2006; Guimarães, Demazière, Hirata, Sugita, 2010; Demazière, Guimarães, Sugita, Hirata, 2013). Os achados desses estudos indicavam que o risco de histórias ocupacionais marcadas pela tran-

sição intensa não era apenas elevado no alvorecer dos anos 2000. Ele estava muito desigualmente distribuído, tanto entre as distintas posições dos indivíduos no mercado de trabalho, quanto com respeito a seus atributos, como idade, posição no curso de vida, sexo e cor. Ademais, essa nova geração de estudos apontava que os padrões de transição ocupacional variavam segundo a maneira como haviam se institucionalizado, nas diferentes sociedades, os sistemas de emprego e os regimes de proteção social, os chamados “regimes de *welfare*” (Gallie e Paugam, 2000).

Assim, estudos comparativos confrontaram os tipos de trajetórias ocupacionais mais recorrentes em São Paulo com aquelas encontradas em outras metrópoles, como Paris e Tóquio. Tal comparação permitiu contextualizar os movimentos no mercado de trabalho, num mesmo período (fins dos anos 1990 e início dos anos 2000), em três modalidades de regimes de proteção, com percursos de constituição muito diversos e que se viam em xeque nesse momento: (i) um sólido e inclusivo sistema público, como o erigido na França, cujo ápice coincidira com os chamados “trinta anos gloriosos” de expansão capitalista no pós-guerra; (ii) um pujante, conquanto seletivo, sistema privado de proteção, estabelecido, no Japão, durante a vigência do chamado “modelo de emprego vitalício”; e (iii) uma recente e restrita experiência de proteção ao desemprego, como a brasileira, que se constituíra no curso da redemocratização do fim dos anos 1980, e que se erigira sobre a base de um mercado onde predominava uma situação de assalariamento restrito.

As análises revelaram que os padrões de transição ocupacional se diferenciavam fortemente, refletindo as normas de emprego prevaletentes nos vários contextos institucionais. No caso da região metropolitana de São Paulo esse padrão fundava-se em duas características principais. Em primeiro lugar, num tipo de mobilidade no mercado de trabalho marcada por um “desemprego recorrente”, distinto do “desemprego de longa duração” que se manifestava com clareza (ainda que em graus distintos) em Paris e em Tóquio. Em segundo lugar, o modelo de transição, no caso da metrópole brasileira, contemplava tanto a mobilidade que se fazia entre situações de ocupação e desemprego (ou seja, aquela que ocorre nos limites do mercado de trabalho, tal como analiticamente costumamos entendê-lo) como a mobilidade entre situações de atividade e inatividade (ou seja, que ocorre para além desses limites, pelo trânsito entre ocupação, ou desemprego, e inatividade).

Ora, um trânsito ocupacional que ultrapassa as bordas do mercado de trabalho seria usualmente esperado apenas em momentos determinados do curso da vida: seja no início desta, na transição para a vida adulta (quando se ingressa numa ocupação, deixando a inatividade, movimento que ocorreria na passagem da juventude para a idade adulta, ao final do ciclo de formação escolar), seja ao seu final (quando se deixa o mercado de trabalho, depois de uma longa vida ativa). Diferentemente da expectativa teórica, construída a partir do estudo de mercados de trabalho onde uma norma salarial foi institucionalizada, no caso da macrometrópole brasileira, cruzar as fronteiras de saída do mercado, mostrou-se um tipo de transição tão banal quanto se mover entre ocupação e desemprego. Ademais, longe de ser este um padrão restrito a um grupo social, circunscrito e marcado pela sua progressiva desafiliação, no caso de São Paulo o mesmo foi flagrado como norma para parcela quantitativamente muito significativa da população em idade ativa.

Mas, por outro lado, esse novo passo no programa de pesquisas da sociologia brasileira do desemprego procurou avançar um segundo argumento: variando as configurações dos mercados, variariam igualmente as representações sobre a procura de trabalho e os padrões de mobilização de recursos para a obtenção de ocupação (mecanismos institucionalizados nos sistemas de emprego e/ou nas redes sociais). Assim, em sistemas de emprego onde o padrão de duração dos vínculos era mais estável (como no Japão), ou onde a regulação normativa do desemprego o fazia mais protegido (como na França), o significado da desocupação, por um lado, e as condições em que se dava a procura de trabalho, por outro, induziam a que fossem valorizados mecanismos de obtenção de ocupação distintos daqueles que foram encontrados no Brasil, onde a recorrência das transições se aliava à fraca institucionalização do desemprego. Dito de modo direto: os recursos mobilizados na procura não se mostravam equivalentes nas três metrópoles; ao contrário, eles dependiam do contexto onde se dá a procura, o qual, por sua vez, refletia a configuração do sistema de emprego e das formas de reconhecimento institucional do desemprego. Novamente podemos ouvir os ecos do modo de observar, pioneiramente desbravado por Salais e colegas – mesmo se os resultados aqui encontrados apontassem em direção diversa daquela que havia sido descrita para o caso francês na primeira metade dos anos 1980.

Assim, enquanto em São Paulo as redes sociais foram os mecanismos que mais se destacaram, especialmente através dos elos fortes do grupo familiar

e dos amigos mais chegados (ao lado do esforço individual da prospecção direta junto às empresas), em Tóquio, eram os recursos disponíveis no espaço público aqueles mais utilizados pelos indivíduos em busca de trabalho (consulta a jornais e revistas e ao sistema público de emprego). Já na região de Paris-Île de France, prospectar individualmente as chances abertas no mercado era o meio que se destacava; mas à diferença de São Paulo, onde tal expediente era também recorrente, em Paris a procura direta nas firmas se fazia, antes, com o suporte do sistema público de apoio ao desempregado do que com o respaldo de redes sociais, cuja significação era bem menor no caso francês do que no caso brasileiro. Ademais, na França, elos sociais mais fortes e mais fracos eram igualmente mobilizados, enquanto no Brasil o mais comum é recorrer a parentes e amigos.

Esses achados – e o peso revelador das comparações empreendidas – deram lugar a uma outra geração de estudos na sociologia brasileira do trabalho, voltada ao tema da saída do desemprego (Guimarães, 2009a; Vieira, 2012). A atenção analítica passou a estar centrada no fenômeno da intermediação de empregos, na circulação da informação sobre oportunidades ocupacionais, a ser pensada como resultante de uma forma particular de combinação entre mecanismos mercantis e não mercantis, vigente em contextos, como o brasileiro, de fraca institucionalização do desemprego e, por consequência, de escasso alcance das políticas públicas de proteção ao desempregado.

Qual a importância desses achados e reflexões para um estudo sobre oportunidades no mercado e, mais exatamente, sobre as oportunidades de escapar do desemprego? Eles sugerem que nem todos os indivíduos têm igual acesso às informações ocupacionais pertinentes e, nesse sentido, nem todos se beneficiam de modo igual de suas redes de relações. Por vezes, dado que a rede à qual têm acesso é menos eficaz em termos da informação que nela circula; outras vezes porque a sua própria posição na rede lhe é menos favorável que a de outras pessoas (Guimarães, Andrada, Picanço e Vieira, 2012). Essa agenda teórica de pesquisas se mostra particularmente elucidativa quando a tomamos em conta para entender realidades como a de mercados de trabalho estruturalmente flexíveis, pouco regulados, com forte peso de relações informais, e marcadamente desiguais em termos dos seus sistemas de estratificação, como é o caso das grandes metrópoles latino-americanas.

O adensamento de resultados consagrou uma nova linha na sociologia do desemprego, voltada para explorar o tema da procura de trabalho. Não sem razão, porque a procura é parte constitutiva do desemprego, sendo dele

indissociável, na medida em que, seja do ponto de vista normativo (isto é, da institucionalização do fenômeno), seja do ponto de vista subjetivo (isto é, da internalização de um certo estatuto socialmente normatizado), o desempregado extrai o reconhecimento (administrativo e social) e, assim sendo, a legitimidade da sua condição, do fato de ser um demandante de trabalho; vale dizer, alguém “em procura ativa” (para usar o jargão pleonástico das políticas públicas) de uma ocupação. Por isso mesmo, no estudo do fenômeno do desemprego, tornou-se inescapável a abordagem da temática da procura de trabalho.

Novamente a inspiração do modo de pensar de Salais e colegas ecoa e é recriada no processo de constituir uma agenda específica para estudo da nossa realidade. Havia que aceitar o desafio de interpretar a emergência da categoria “desemprego” como a expressão de uma relação social que se tornava historicamente significativa. Uma relação que, como dito, estava mediatizada por ferramentas institucionais, que eram, elas mesmas, formas sociais. Uma tal abordagem animou intérpretes, também no Brasil, a entender o problema do desemprego indo além de considerações que o viam como uma simples medida estatística que cumpria padronizar e afiar.

Longe disso, o fenômeno, sob o olhar da nossa sociologia do desemprego, se afigurava como uma construção simultaneamente social e simbólica, institucional e subjetiva. Como tal, havia que capturar o processo de produzir essas novas formas sociais, de modo a apreender como iam se objetivando as representações do trabalho e do desemprego na forma de regras e procedimentos que passavam a sustentar a construção institucional desse fenômeno. Havia que fazê-lo, ainda, sem perder de vista o movimento pelo qual formas de representação subjetiva do desemprego foram se construindo e internalizando entre os indivíduos, desempregados ou não. Talvez esse tenha sido o legado desafiante deixado por uma obra seminal como “L’invention du chômage”, que inspirou uma geração de intérpretes e assentou as bases para uma sociologia do desemprego comprometida com a história do trabalho no Brasil.

Mas, e para concluir com olhos voltados ao futuro, que dizer da influência dessa obra quando nos vemos, como hoje, confrontados a bem compreender um processo que parece ser inverso ao que foi brilhantemente descrito por Salais, Bavarez e Reynaud e sua geração de estudiosos do tema? Como bem pressentiu Jérôme Gautier (2002), será possível dizer que estamos vivendo uma “desconstrução do desemprego”, assentada no ressurgimento de

problemáticas como as da pobreza e do pauperismo, que assumem o centro das representações individuais e das formas institucionalizadas de ação?

Quando nos confrontamos a um mundo em que parece se completar a dissolução dos vínculos, dos estatutos e das formas de proteção, estaremos agora desafiados a entender a generalização do trabalho sem forma e, por isso mesmo, instados a confrontar as consequências interpretativas não mais da “construção” ou da “invenção”, mas da “desconstrução do desemprego”? Dizendo-o de outro modo, quando se generaliza esse trabalho sem forma, podemos intuir que o desemprego, como o seu “outro”, a sua contraface, perde seu sentido socialmente partilhado e se priva de existência institucional?

Por certo não encontraremos resposta a qualquer uma dessas indagações simplesmente relendo Salais e colegas, e mimetizando seus achados. Do mesmo modo que deles não depreendemos respostas acabadas quando se tratou de pensar a construção institucional do desemprego entre nós, num Brasil de décadas que deixamos para trás. Entretanto, assim formuladas, as perguntas ecoam e talvez façam jus ao modo inquieto e desconcertante de pensar os elos entre passado e presente, mirando encontrar formas de agir no futuro imediato que nos alinhem com alvos de equidade e justiça social no mundo do trabalho.

O modo desconcertante de perguntar, a crítica aguda das categorias que organizam a nossa própria análise, a busca da historicidade que nelas reside, essas são as lições que nos deixa uma obra seminal como “L'invention du chômage”.

Referências

Abramo, L. (1999). *O resgate da dignidade. Greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da Unicamp.

Antunes, R. (1988). *A rebeldia do trabalho. Confronto operário no ABC paulista. As greves de 1978-80*. Campinas: Ensaio.

Bavarez, N. (1987). *Chômeurs et chômages des années 1930: l'exemple parisien. Lille 3: Atelier national de reproduction des theses*. Thèse de 3e. cycle en Histoire Économique, Paris 1, 1986.

Beck, U. (2000). *The brave new world of work*. Cambridge: Polity Press.

Brandão Lopes, J. R. (1964). *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Brandão, S.; Watanabe, M.; Ferreira, S.; Montagner, P. (2006). Mobilidade ocupacional: a experiência da Região Metropolitana da São Paulo. In: Guimarães, Nadya; Hirata, Helena. *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo: Editora do Senac. Cap. 2, p. 91-126.

Cardoso, A. (2000). *Trabalhar, verbo transitivo. Destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística*. Rio: Ed. FGV.

_____. (2010). *A construção da sociedade do trabalho no Brasil. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

_____; Comin, A.; Guimarães, N. (2004). Les rejetés de la modernisation: restructurations productives et trajectoires intersectorielles effectuées par les travailleurs licenciés de l'industrie. *Sociologie du Travail*, v. 46, p. 54 - 68.

Castel, R. (1995). *Les métamorphoses de la question social*. Une chronique du salariat. Paris: Fayard.

Dedecca, C. (1996). Desemprego e regulação no Brasil Hoje. *Cadernos do Cesit*, n. 20. Campinas: Unicamp-IE-Cesit.

_____. (1999). *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Campinas: Unicamp-IE. (Coleção Teses).

Demazière, D. (1989). Salais Robert, Bavarez Nicolas, Reynaud Bénédicte, L'invention du chômage [compte-rendu]. *Revue Française de Sociologie*, v. 30, n. 2, p. 335-337.

_____. (1995). *La sociologie du chômage*. Paris: La Découverte.

_____; Guimarães, N.; Sugita, K.; Hirata, H. (2013). *Être chômeur à Paris, São Paulo et Tokyo. Une méthode de comparaison internationale*. Paris: Presses de Sciences Po.

Desrosières, A. (1993). *La politique des grands nombres*. Histoire de la Raison Statistique. Paris: La Découverte.

_____; Thévenot, L. (1988). *Les catégories socioprofessionnelles*. Paris: La Découverte (Col. Repères).

Dupuy, J-P; Eymard-Duvernay, F; Favereau, O.; Salais, R.; Thévenot, L. (1989). Économie des conventions. *Revue économique*, v. 40, n. 2.

Eymard-Duvernay, F. (2004). *Économie politique de l'entreprise*. Paris: La Découverte (Col. Repères).

_____. (Ed.). (2006). *L'économie des conventions, méthodes et résultats*. Paris: La Découverte (Col. Recherches, 2 vols.).

Eymard-Duvernay, F.; Thévenot, L. (1983). *Les investissements de forme: leurs usages pour la main d'oeuvre*. Paris: INSEE. Mimeografado.

Gallie, D.; Paugam, S. (Orgs.). (2000). *Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe*. Oxford: Oxford University Press.

Gautié, J. (2002). De l'invention du chômage à sa deconstruction. *Genèses*, v. 46, n. 1, p. 60-76.

Guimarães, N. (2002). Por uma sociologia do desemprego. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs, v. 17, n. 50, out.

_____. (2004). *Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: Editora 34.

_____. (2006). Novas formas, novas medidas. Desemprego, trajetórias ocupacionais e experiências na produção de informações. *São Paulo em Perspectiva*, jul./set., v. 20, n. 4, p. 103-126.

_____. (2009). *Desemprego, uma construção social*. Belo Horizonte: Argymentvm.

_____. (2009a). *À procura de trabalho. Instituições do mercado e redes*. Belo Horizonte: Argymentvm.

_____; Andrada, A.; Picanço, M.; Vieira, P. (2012). Redes sociais e obtenção de trabalho: trajetórias, atributos e relações. *Redes – Revista Hispana para el Analisis de Redes Sociales*, v. 22.

_____; Cardoso, A.; Elias, P.; Purcell, K. (2008). *Mercado de trabalho e oportunidades. Reestruturação econômica, mudança ocupacional e desigualdade na Inglaterra e no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ.

_____; Demazière, D.; Hirata, H.; Sugita, K. (2010). Unemployment, a social construction: institutional programs, experiences and meanings in a comparative perspective. *Economic Sociology*, v. 11, n. 3, p.10-24.

_____; Hirata, H.; Montagner, P.; Sugita, K. (2004). Desemprego: mercados, instituições e percepções. Brasil e Japão numa perspectiva comparada. *Tempo Social*, jul./dez., São Paulo, USP, v. 16, n. 2.

Hoffmann, H. (1977). *Desemprego e subemprego no Brasil*. São Paulo: Editora Ática.

Hoffmann, M.; Brandão, S. (1996). Medição do emprego: recomendações da OIT e práticas nacionais. *Cadernos do Cesit*, n. 22, Campinas, Unicamp-IE-Cesit.

_____; Cutrim, M. A. (2000). *Unemployment in Brazil: How can it be measured?* Comunicação em Seminário. São Paulo, Cebrap, out.

Humphrey, J. (1982). *Fazendo o "milagre": controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. S. Paulo: Vozes/Cebrap.

_____; Hirata, H. (1984). Hidden inequalities: women and men in the labour process. IV Encontro Nacional. *Anais do...* São Paulo, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 1, p. 271-300.

Jahoda, M.; Lazarsfeld, P.; Zeisel, H. (1933). *Die Arbeitslosen von Marienthal. Einsoziographischer Versuch über die Wirkungen langandauernder Arbeitslosigkeit*. Leipzig: Hirscl.

_____; Lazarsfeld, P.; Zeisel, H. (1971 [1933]). *Marienthal: the sociography of an unemployed community*. Chicago: Aldine.

Kase, K.; Sugita, K. (Orgs.). (2006). *The unemployed and unemployment in an international perspective*. Comparative Studies of Japan, France and Brazil. Tokyo: University of Tokyo.

Lazarsfeld, P.; Jahoda, M.; Zeisel, H. (1981 [1933]). *Les chômeurs de Marienthal*. Paris: Editions de Minuit (Preface Pierre Bourdieu).

Ledrut, R. (1966). *Sociologie du chômage*. Paris: PUF.

Machado da Silva, L. A. (1971). *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. (2002). Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). *Caderno CRH*, v. 37, n. 81-109.

Mansfield, M.; Salais, R.; Whiteside, N. (1994). *Aux sources du chômage. 1880-1914*. Paris: Belin.

Maruani, M.; Reynaud, E. (1993). *Sociologie de l'emploi*. Paris: Découverte. Col. Repères.

Menezes, V. M. O. (2022). *Distribuição e socialização dos riscos do desemprego no Brasil: Estado, mercado de trabalho e esfera familiar*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Montagner, P. (2003). A medida do emprego e do desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras. In: Guimarães, Nadya Araujo et al. *Desemprego. Abordagens institucional e biográfica. Uma comparação Brasil, França, Japão*. Relatório Final do Auxílio CNPq 469792-00, fev., São Paulo.

Oliveira, F. (1972). A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, n. 2.

Orléan, A. (Ed.). (1994). *Analyse économique des conventions*. Paris: PUF.

Reynaud, B. (1987). *Le modèle hiérarchique: une méthode d'analyse des relations salariales*. Thèse de doctorat en Sciences économiques, Paris 10. Grenoble: Atelier National de Reproduction des Theses.

_____. (2013). L'invention du chômage. *Régards croisés sur l'économie*, n. v. 13, n. 1, p. 11-20.

Salais, R. (2012). Le travail vu autrement. L'économie des conventions (Propos recueillis par: Jacques des Courtils). *Réponse*, jan., p. 8-11.

_____; Bavarez, N.; Reynaud, B. (1986). *L'invention du chômage: histoire et transformations d'une catégorie en France des années 1890 aux années 1980*. Paris: Presses Universitaires de France (Col. Economie en Liberté).

_____; Chatel, E.; Rivaud-Danset, D. (Eds.). (1998). *Institutions et conventions. La réflexivité de l'action économique*. Paris: Editions de l'EHESS (Col. Raisons Pratiques).

_____; Storper, M. (1993). *Les mondes de production*. Enquête sur l'identité économique de la France. Paris: Éditions de l'EHESS.

_____; Thévenot, L. (Eds.). (1986). *Le travail: marchés, règles, conventions*. Paris: INSEE.

Topalov, C. (1994). *Naissance du chômeur, 1880-1910*. Paris: Albin Michel.

Troyano, A. A. (1990). A trajetória de uma pesquisa: avanços e obstáculos. *São Paulo em Perspectiva*, jul./dez., São Paulo, SEADE, v. 4, n. 3/4, p. 69-74.

Vieira, P. (2012). *A experiência da procura de trabalho: vivências, significados e interações*. 1ª ed. São Paulo: Annablume.

20. COMO NOS TORNAMOS O QUE SOMOS: CENTRALIDADE DO TRABALHO E SUAS MUTAÇÕES NA OBRA DE ROBERT CASTEL

CIBELE SALIBA RIZEK

“O trabalho [...] é mais que o trabalho e, portanto, o não trabalho é mais do que o desemprego... Também a característica mais perturbadora da situação atual é ... o aparecimento de um perfil de ‘trabalhadores sem trabalho’ que H. Arendt evoca, os quais literalmente ocupam na sociedade um lugar de supranumerários, de ‘inúteis para o mundo’”.

Castel, 2010, p. 496.

Essa guinada apontaria para uma metamorfose completa das nossas relações com o trabalho e com o mundo, o que exigiria uma reinvenção do mundo ou a resignação com o apocalipse.

Castel, 2010, p. 497.

Introdução

Robert Castel encontrou e abraçou a sociologia de forma bastante profícua e produziu uma obra de forte repercussão na reflexão brasileira e latino-americana. Sua trajetória profissional teria se iniciado pelo ensino de filosofia na Universidade de Lille, onde entrou em contato com Pierre Bourdieu, que o teria convencido a trabalhar com pesquisas em andamento no Grupo de Sociologia da Educação. Castel se afastaria gradativamente da filosofia, não sem antes traduzir para a língua francesa, em conjunto com Pierre Henri Gonthier, o livro de H. Marcuse, “Razão e revolução – Hegel e o nascimento da teoria social”, que seria publicado no ano emblemático de 1968 pelas Editions Minuit. Os tradutores são também autores do prefácio do livro. Aceitando o convite que lhe foi feito, trabalhou com Bourdieu e Passeron e, paralelamente, dedicou-se ao estudo das doenças mentais, o que marcaria sua preocupação constante com as dimensões subjetivas dos fenômenos sociais. Ainda no interior do grupo de Bourdieu, discutiria e comentaria o livro de Goffman sobre as instituições psiquiátricas – “Ma-

nicômios, prisões e conventos”¹, guardando alguma distância em relação ao trabalho do principal articulador do grupo, embora tenha participado de algumas das coletâneas organizadas em torno desse autor. No ano emblemático de 1968, tornou-se *maître à conférence* na Universidade de Vincennes, onde também trabalhavam Passeron e Foucault. É desse período seu maior investimento nas questões que adentram a psiquiatria e a ordem psiquiátrica.

Nesse cruzamento de temas, porém, aproximava-se cada vez mais de uma produção de caráter sociológico, dialogando com Bourdieu – apesar das diferenças teóricas, mesmo e talvez, sobretudo, quando as questões e temas dos dois pensadores acabavam por se cruzar. Afinal, as formas de dominação, a conformação da dominação simbólica, as transformações do mundo do trabalho e o crescimento da miséria e da vulnerabilidade social, descritas nas entrevistas analisadas no livro de Bourdieu “A miséria do Mundo”², por um lado, e a formação da sociedade salarial, seu encolhimento, suas metamorfoses por outro, podem ser pensados como conexões, como testemunhos de um tempo e de uma geração, guardadas todas as diferenças.

Castel teve assim uma trajetória que se cruzou com outros autores centrais na sociologia e no pensamento francês, mas trilhou caminho próprio, tendo produzido muito mais do que “As metamorfoses da questão social”. Ficaria conhecido por publicações bastante anteriores à publicação desse livro em solo brasileiro. “A ordem psiquiátrica, a idade de ouro do alienismo” foi publicado pela Graal pela primeira vez em 1978, sendo reeditado em 1991. A publicação “A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise”, foi editado pela Rodrigues Alves, em 1986. “A insegurança social: o que é ser protegido?” foi publicado pela Vozes em 2005. Mais recentemente, em 2008, a Editora Vozes também publicaria “A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones”³.

1. Ver Goffman, E. “Manicômios, prisões e conventos”, originalmente escrito em 1961, e publicado no Brasil pela Editora Perspectiva, São Paulo, 1974.

2. O livro “La misère du monde”, de P. Bourdieu, foi publicado por Editions Seuil, em Paris, em 1993. A tradução e publicação no Brasil pela Editora Vozes (Petrópolis, RJ) é de 1997.

3. O mesmo se pode dizer de seus livros em castelhano, em especial “Individuación, precariedad y inseguridad”, com Gabriel Kessler, Numa Murard e Denis Merkelén, publicado pela Paidós, em 2013; “La discriminación negativa: ciudadanos o indígenas”, publicado pela Hacer em 2010; “Propiedad privada, propiedad social, propiedad de sí mismo: conversaciones sobre la construcción del individuo moderno”, com Caludine Haroche, publicado pela Homo Sapiens em 2003; e “Pensar y resistir: la sociología crítica después de Foucault”, publicado pelo Círculo de Bellas Artes, em 2006.

A importância de alguns de seus temas e a relevância das discussões que apontava teriam sido pioneiras em relação a algumas questões como o enfrentamento do risco, a precarização e vulnerabilidade dos pobres, os processos objetivos que produziram as transformações em curso no final do século XX e os entrelaçamentos e desdobramentos que forjavam novas disposições subjetivas. Esse espectro de questões e dimensões e suas tramas conformariam então o livro que talvez tenha sido o de maior repercussão na discussão francesa e brasileira.

Foi no clima *fin de siècle* que o livro “As metamorfoses da questão social” foi escrito. Chegou ao Brasil em excelente tradução, no interior de uma coleção coordenada por Paulo Arantes e publicada pela Editora Vozes. Ainda mais próxima da virada do milênio, sua recepção foi importante para vários autores vinculados às ciências sociais num momento marcado pelo que se pôde reconhecer como os anos finais da década neoliberal por excelência no Brasil. Esses anos teriam sucedido os anos 1980, marcados por severa crise econômica, pela efervescência política, por processos de reestruturação produtiva que, combinados, marcariam a longa e inacabada transição democrática brasileira. Na vigência de uma Nova República marcada pelos governos de FHC, o livro “As metamorfoses da questão social” ofereceria um terreno, um solo explicativo para o que seria crescentemente reconhecível como um conjunto de sinais do que uma parcela do pensamento social brasileiro nomearia como *desmanche*⁴ de um ordenamento – real ou apenas simbólico e imaginário – ou mesmo, como desmanche de um horizonte social e político, de um futuro até então possível e desejável.

A partir das várias sugestões de Schwarz, a princípio postas em questão por Francisco de Oliveira, que posteriormente caminharia na mesma direção, uma espécie de “sociologia do desmanche” começava a ganhar forma, pelo acompanhamento de um processo de conquista/destituição de direitos,

4. A noção de *desmanche* apareceu nas publicações da revista *Novos Estudos Cebrap*, novembro de 1993, v 3, com os comentários de Roberto Schwarz sobre o livro de Kurz, especialmente em “Ainda sobre o livro de Kurz”. Note-se especialmente a citação: “[...] ao historicizar a modernização, ao tomá-la como processo mundial efetivo, em vias de afunilamento, e não como coleção de normas abstratas, o livro de Kurz desestabiliza este quadro de certezas, pacato e provinciano em última análise, para o qual o problema não está na marcha do mundo, que nós dispensamos de ponderar, mas apenas em nossa posição diferencial dentro dela. Se for verdade que a modernização entrou por um rumo que não está ao alcance de nosso bolso, além de não criar o emprego e a cidadania prometidos, como ficamos? *O que vamos pensar dela?* O mito da convergência providencial entre progresso e sociedade brasileira em formação já não convence. E se o aspecto da modernização que nos coube, assim como a outros, for o desmanche ora em curso, fora e dentro de nós? E quem seríamos *nós* neste processo?” (Schwarz, 1993, p. 137, grifos do autor).

construção/deslocamento/estreitamento e *metamorfoses* da discussão do que se entendia por cidadania, desmanche e recomposição das linhas estruturantes das relações de trabalho e das relações de dominação, e de dominação de classe no Brasil. O trabalho e sua centralidade foram construídos e atualizados como questão a partir do que se pôde reconhecer como lutas e pelos trabalhadores nas greves do final dos anos 1970 e 1980. Essas lutas se desdobraram nas enormes manifestações em seu apoio a partir sobretudo do ABC paulista, ainda que atingissem outras parcelas e regiões do país. Tendo como centro greves e manifestações, tanto o trabalho como os trabalhadores ganharam protagonismo na construção de uma perspectiva cidadã, aproximando e enovelando trabalho, cidadania e direitos. Esse protagonismo, ao lado de movimentos sociais e do movimento estudantil acabariam por deflagrar uma interminável transição democrática no interior da qual as centrais sindicais e o Partido dos Trabalhadores se conformaram. Foi nesse cenário da sociologia do desmanche, que buscava identificar o que vinha se desvanecendo ou se metamorfoseando ao longo e ao final dos anos 1990 – a chamada década neoliberal por excelência -, que a recepção brasileira da obra de Castel acontecia.

Tive o prazer e a honra de escrever o prefácio da edição brasileira de “As metamorfoses da questão social”, em constante discussão com Francisco de Oliveira e Maria Célia Paoli – ambos então na direção intelectual e institucional do antigo NEDIC, posteriormente CENEDIC (Centro de Estudos do Direitos da Cidadania). Embora a edição francesa já tivesse muitos leitores entre nós, a publicação do livro em português teria grande impacto sobre a sociologia do trabalho, sobre a discussão das formas de proteção e assistência social, sobre as formas de integração e “fratura”, mas, também, apenas para citar um exemplo, sobre as contribuições imprescindíveis de um autor como Lucio Kowarick para a compreensão da vida e da pobreza urbana.⁵ Esse grande campo de irradiação diz respeito sobretudo à discussão de um tema central na reflexão brasileira nos anos de transição entre o século XX e XXI: a discussão da pobreza e de suas formas de enfrentamento no país, que começavam a se descolar do horizonte de integração ao assalariamento formal. Talvez seja possível formular a hipótese de que a grande discussão sobre o trabalho que resultava das formas de reestruturação produtiva em curso acabava por deslizar e desaguar – tanto no âmbito nacional e latino-

5. Ver entre outras publicações do autor, especialmente, “Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18 fev. 2003. Ver também Kowarick, Lúcio (2010). “Viver em risco. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil”. São Paulo: Ed. 34.

-americano, quanto no âmbito de agências multilaterais, como o Banco Mundial – na discussão da pobreza e do combate à pobreza. A constatação da centralidade do Estado, as práticas e conformações provenientes das proposições de reformas (administrativa, da previdência, etc.), os novos modos de ação “cidadã” múltiplos e nem sempre virtuosos deslizamentos semânticos dos sentidos e horizontes da cidadania, eclodiam em conjunto com a discussão de direitos, com sua expansão e retração, nos anos turbulentos da volta às formas democráticas de escolha, por meio do voto, dos governantes nas instâncias municipais, estaduais e nacional.

A recepção no país acontecia em um clima que se instalava a partir do que se podia reconhecer como a “questão social” brasileira e seus temas – crescentemente nucleados pela pobreza e pelas desigualdades fortemente adjetivadas (abissais, estruturais, acrescidas das características de gênero e raça) –, que se desdobravam em um jogo de elementos e questões multifacetados. Esse espraiamento das expressões como *desfiliação*, *inúteis para o mundo*, *zonas de coesão*, entre outras, diziam respeito a um tema central da obra de Castel, vinculado a um eixo da reflexão sociológica clássica especialmente francesa. Trata-se da questão da *integração social e de seu avesso - a ideia de fratura* – que, em Castel, ganha força e intensidade a partir das dimensões do trabalho e da formação do assalariamento, numa abordagem que persegue o que o autor teria nomeado com tanta propriedade como história do presente.⁶ O subtítulo da obra em português – “Uma crônica do salário” – permite entrever que a constituição da questão social foi pensada a partir de sua ancoragem na discussão do trabalho, nas relações de trabalho e

6. Como já comentei em uma homenagem a Castel, a questão da história do presente foi objeto de interessante observação à guisa de resenha e de problematização do livro “As metamorfoses da questão social”, escrita por Bernard Lepetit. Esse autor comenta a relação entre a historicização da questão social, a ideia de que o social é resultado de uma produção e a perspectiva de pensá-la como história do presente. Uma tensão se desenharia então entre sociologia, história e historiografia, em especial uma tensão entre métodos e abordagens diversas. Se essa tensão não se resolve, Lepetit apontava, ao longo do texto, a diferença teórico-metodológica entre tratar um período e tratar uma questão. Castel teria então eleito como principal foco e principal problema “As metamorfoses da questão social”. A palavra forte do título – metamorfoses – deveria, portanto, ser levada a sério, afirmava Lepetit, que termina seu texto com a indicação de que talvez não fosse necessário ou importante tomar uma argumentação – a do sociólogo ou a do historiador – como a mais justa. A mudança de registro daria relevo para uma moral da ação pública. Lepetit perguntava então a Castel – que teria sublinhado suas preferências teóricas e conceituais ao questionar se um conjunto de proprietários de mercadorias fazia sociedade – se um conjunto de assalariados poderia então constituir o laço social a partir de uma relação desigual entre trabalho e proteção. Após apontar a tensão e alguma problematização das relações entre história e sociologia, Lepetit termina seu texto afirmando que o livro de Castel apontaria explicitamente para a relação entre valores e conhecimento, questão que merecia – como ainda merece – uma reflexão coletiva para além da denúncia meramente ideológica. Ver Lepetit (1996).

da formação e diluição de sua forma salarial, especialmente porque como apontava Castel, “o trabalho é mais do que o trabalho”, o trabalho é/era sobretudo modo de integração, forma de mediação e de construção do mundo social, no interior de uma sociedade salarial, tal como de fato se instituiu no centro europeu, no longo processo de estabelecimento e maturidade do mundo capitalista. Esse modo de integração teria presidido a configuração de um horizonte e de uma hipótese integradora do lado de baixo do equador, em contínuo percurso em direção à sociedade de classes marcada ao mesmo tempo por relações de subordinação crescentemente regulada e pela produção de uma sociedade de semelhantes em que se podia reconhecer a instituição de uma medida comum, um modo de regulação e proteção social que trazia a marca de uma possibilidade de abrangência universal.

Chamava a atenção do público brasileiro o fato do livro “As metamorfoses da questão social” apontar exatamente para a dissolução das formas de integração que pareciam constituir o cerne das formas de sociabilidade que operavam como horizonte de modernização numa espécie de jogo de espelhos que informava as apostas nos processos aglutinados e assimilados à formação de uma sociedade de classes no Brasil. Essa sociedade seria, tal como a promessa e o horizonte de modernização anunciavam, uma sociedade onde o contrato salarial, revestido pelos direitos do trabalho e por seus modos consagrados de proteção, pudesse se desenhar como eixo operador e articulador de formas de coesão social, pela mediação de um Estado social, ou do bem-estar social, à luz dos países do centro do mundo capitalista, especialmente no segundo pós-guerra. Frequentemente, nesse jogo de espelhos, buscava-se ler em solo brasileiro, formas de integração e de sociabilidade ancoradas na formação e consolidação de um assalariamento que, entre nós, não ganhou os mesmos contornos, a mesma centralidade que teriam desembocado na conformação das sociedades europeias, especialmente a sociedade francesa e aos seus modos de enunciação pela sociologia clássica.

Nesse momento sensível e tenso que o país atravessava ao longo dos anos 1990, marcado, por exemplo, pelos primeiros governos presidenciais eleitos por voto direto, pelos planos monetários, especialmente o Plano Real, pelo enfrentamento e por punições exemplares de greves, como a greve dos petroleiros⁷, o livro chega ao Brasil, momento em que parecia ficar mais

7. Ver, entre outros títulos, Rizek, C. S. (1998). A greve dos petroleiros. In: *Praça: a que ponto chegamos - balanço do governo FHC Cardoso e perspectivas da oposição*. São Paulo: Hucitec.

claro que uma parcela da população nunca tinha sido - e nunca seria de fato - integrada na forma do emprego assalariado, nos mesmos termos dos processos que teriam marcado os trinta anos gloriosos no Hemisfério Norte. O que se constatava pela leitura do capítulo “A nova questão social” eram processos de desmanche que tinham alcance mundial, ainda que os solos sobre o qual operassem fossem diversos: na sociedade francesa o que vinha se instalando era um processo de transformação da odisseia do trabalho assalariado em drama.⁸ No contexto brasileiro, surgiam e eram nomeados os quarenta milhões de “inempregáveis”.⁹ Se o objeto desses processos qualificados por Roberto Schwarz como *desmanche* eram diferentes nos dois contextos, tomava corpo a constatação da natureza e da intensidade dessas transformações, a certeza crescente de que pareciam se conformar como ponto de inflexão, como ponto de não retorno.¹⁰ Essas mesmas transformações apontariam para um outro conjunto de metamorfoses que recairiam sobre a representação da história como linha ascendente e progressiva, sobretudo a partir do horizonte da coesão e da integração, e para uma

8. “O salariado acampou durante muito tempo às margens da sociedade; depois aí se instalou, permanecendo subordinado; enfim, se difundiu até envolvê-la completamente para impor sua marca por toda parte. Mas é exatamente no momento em que os atributos vinculados ao trabalho para caracterizar o *status* que situa e classifica um indivíduo na sociedade pareciam ter-se imposto definitivamente, em detrimento dos outros suportes da identidade, como o pertencimento familiar ou a inscrição numa comunidade concreta, que essa centralidade do trabalho é brutalmente recolocada em questão. Teremos chegado à quarta etapa de uma história antropológica da condição de assalariado, etapa em que sua odisseia se transforma em drama?” (p. 495-6).

9. O neologismo teria sido criado pelo presidente sociólogo que anunciava: “O processo global de desenvolvimento econômico cria pessoas dispensáveis no processo produtivo, que são crescentemente ‘inempregáveis’, por falta de qualificação e pelo desinteresse em empregá-las” (Folha de São Paulo, 8 abr. 1997).

10. Relendo o livro “Metamorfoses da questão social”, chamou-me a atenção o fato de que tanto Castel, para o caso francês, quanto F. de Oliveira, discutindo os processos de regulação do trabalho e as lutas dos trabalhadores no Brasil, empregaram – com sentidos diversos entre si – a metáfora dos trabalhos de Sísifo como recurso de descrição desses anos. No caso francês, Castel aponta para a guinada e a intensidade da intervenção do Estado que deixaria de lado as políticas de integração em nome das políticas de inserção. “As políticas de inserção obedecem a uma lógica de discriminação positiva: definem com precisão a clientela e as zonas singulares do espaço social e desenvolvem estratégias específicas para elas. Porém, se certos grupos, ou certas regiões, são objetivo de um suplemento de atenção e de cuidados, é porque se constata que têm menos e são menos, é porque estão em situação deficitária[...]. As políticas de inserção podem ser compreendidas como um conjunto de empreendimentos de reequilíbrio para recuperar a distância em relação a uma completa integração [...] Mas [...] essas populações são, talvez e apesar de tudo, na atual conjuntura, *inintegráveis* (Castel, 2010, p. 538, grifo do autor). No caso de Oliveira, os trabalhos de Sísifo em recomeço eterno diziam respeito ao permanente processo de conquistas de direitos e afirmação de uma classe que luta e por isso se constitui como classe – referência às concepções de E. P. Thompson – e aos ataques e destituições de direitos do trabalho, da cidadania, direitos à organização sindical e direito a reinventar o horizonte da igualdade ali onde ele não parecia ser plausível. Ver Oliveira, F. (1998). *Os Trabalhos de Sísifo* (Mimeografado).

guinada nas configurações e horizontes de constituição (assim como para os processos de destituição) do que Castel nomeava como Estado Social, truncado e incompleto no Brasil.

Se a leitura desse livro e de outras obras de Castel nos anos 1990 tinha como eixo de recepção a questão do salário e do salariado, hoje se sobressaem outras dimensões. A primeira é a discussão do pauperismo.

Com o pauperismo, manifesta-se o perigo de uma desfiliação em massa inscrita no próprio cerne do processo de produção das riquezas [...] Mas tal representação [do pauperismo] era portadora de uma verdade histórica, social e antropológica profunda. Pode-se, evidentemente, discutir a respeito do número de vítimas da industrialização, ou tentar relativizar seu infortúnio com base em estatísticas sobre a evolução dos salários. Isso é indispensável, mas as querelas sobre cifras traduzem mal as injunções e os dramas de uma época (Castel, 2010, p. 298).

Ou ainda, na página seguinte:

A atualidade da questão do pauperismo não se deve apenas ao fato de que se pode observar, no século XIX e hoje uma ‘pauperização’ de algumas categorias sociais. De modo mais profundo, convida a refletir sobre as relações que existem entre as recomposições da ordem do trabalho e uma dessocialização de massa. O pauperismo é um drama que ilustra esse efeito bumerangue através do qual o equilíbrio do conjunto de uma sociedade é abalado por aquilo que parece situar-se à margem (p. 299).

A desfiliação, os “inúteis para o mundo”, o pauperismo e a pauperização, uma precarização crescentemente generalizada não apenas pelo encolhimento do salariado, mas pela destituição dos direitos e proteções que a ele se associaram historicamente, ao lado dos processos de constituição de uma subjetividade marcada pelo que nomeou como individualismo negativo, ganham o primeiro plano da cena que Castel tão bem delineou. Dimensões objetivas e subjetivas se entrelaçam nesse diagnóstico de crise do futuro que parece ainda perdurar na segunda década no século XXI.

Chama ainda a atenção do leitor contemporâneo o diagnóstico que se inscrevia na caracterização e na formação do presente e das perspectivas que se desenhavam a partir dessa caracterização. A primeira é a centralidade que a empresa e a indústria exerciam, a partir dos quais as relações sociais se organizavam. A centralidade da fábrica é um dos elementos cuja formação e transformação seria fortemente analisada por Castel, porque era a partir da fábrica e do trabalho que se formava e se fixava permanentemente uma condição social que organizava o mundo. Ao leitor que, como nós, conhece os desdobramentos presentes de um vasto processo de encolhimento e permanente deslocamento dos empregos industriais, cabe reconhecer que as figuras da empresa e da fábrica já não podem ser tomadas como quase unidade. Constatamos, assim, a partir da reestruturação produtiva em escala mundial desde os anos 1970, um processo de dissociação entre uma e outra instância. Se é possível reconhecer, na maior parte das sociedades contemporâneas, um encolhimento significativo de empregos industriais, sobretudo fabris, é importante assinalar que a empresa como forma cresceu de modo bastante duradouro e persistente, tanto como dimensão objetiva – o empresariamento ou empresarização de inúmeras atividades que ganhariam esse caráter de forma acelerada – quanto do ponto de vista subjetivo – o que Foucault teria identificado como empresariamento de si, e autores mais contemporâneos como processos de subjetivação neoliberal.¹¹ Há assim reverberações desse “crescimento de uma vulnerabilidade de massa” que se instala a partir do momento em que uma “civilização do trabalho” teria se imposto definitivamente, “repondo na ordem do dia a velha obsessão popular de ter que viver ‘com o que ganha em cada dia’” (p. 593). Trata-se de uma vulnerabilidade de uma era pós-proteções vinculadas à destituição da figura do trabalhador assalariado que qualificava o *status* constitutivo de uma identidade social. O assalariamento em sua longa trajetória histórica teria apagado “os traços mais arcaicos da subordinação”. Suas metamorfoses imporiam e multiplicariam, tanto em seus desdobramentos objetivos quanto na produção de disposições subjetivas, uma extensão e uma hegemonia da forma empresa e um encolhimento e esfacelamento do trabalho fabril.

11. Ver Dardot, P.; Laval, C. (2016). A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo.

Se o autor de “As metamorfoses da questão social” busca evitar o regozijo ou o lamento pelas transformações do salariado, afirmando peremptoriamente que a sociedade salarial não morreu – especialmente no que se refere a alguns países europeus daquele período, sobretudo a França – não se furta de avançar nas relações densas entre trabalho, condição de classe, suas metamorfoses e desdobramentos do ponto de vista da constituição de relações entre indivíduos e grupos, entre indivíduos e contextos sócio-históricos, especialmente nessa era *pós-proteções*. A longa citação abaixo parece ser de recuperação imprescindível:

Essa articulação complexa dos coletivos, das proteções e dos regimes de individualização está hoje em discussão, e de um modo que é, ele mesmo, muito complexo. As transformações que se dão no sentido de maior flexibilidade, tanto no que se refere ao trabalho quanto ao extratrabalho, têm sem dúvida um caráter irreversível. A segmentação dos empregos, do mesmo modo que o irresistível aumento dos serviços, acarreta uma individualização dos comportamentos no trabalho completamente distinta das regulações coletivas da organização ‘fordista’. Não basta mais saber trabalhar, é preciso saber, tanto quanto, vender e se vender. [...] Essa diluição dos enquadramentos coletivos e dos pontos de identificação que valem para todos não está limitada às situações de trabalho. O próprio ciclo de vida se torna flexível com o prolongamento de uma ‘pós-adolescência’ frequentemente entregue à cultura do aleatório, às vicissitudes de uma vida profissional mais abrupta que, amiúde, se estira de uma saída prematura do emprego até os confins sempre mais recuados da quarta idade. Uma espécie de desinstitucionalização, entendida como uma des-ligação em relação aos quadros objetivos que estruturam a existência dos sujeitos, atravessa o conjunto da vida social (p. 601).

O argumento então acaba por demonstrar a centralidade do trabalho como elemento estruturante das relações sociais, dos novos modos de subjetivação e individualização e, ainda, das políticas sociais ou políticas de inserção, inclusive a política de renda mínima e suas injunções e condicionalidades.

‘Faça um projeto, envolva-se na busca de um emprego, de uma moradia, em suas combinações para criar uma associação ou lançar um grupo de rap, e o ajudaremos’, é o que se diz hoje. Esta injunção perpassa todas as políticas de inserção e assumiu, com o *contrato de inserção do RMI*¹², sua formulação mais explícita: um subsídio e um acompanhamento contra um projeto (p. 605, grifos nossos).

E, da constatação dessa matriz contratual como elemento constitutivo das políticas que hoje chamaríamos de combate à pobreza, nasceram muitas perguntas, inclusive sobre as exigências que recaíram exatamente sobre os indivíduos mais desestabilizados, fazendo dos agentes sociais (no Brasil chamaríamos de agentes comunitários) os juizes que atribuiriam ou não legitimidade ao que funciona ou deixa de funcionar no interior dessa forma contratual.

Outro desdobramento, outra metamorfose da questão social ou que a constituiu, é o caráter territorial e frequentemente de proximidade que recobriram esses programas e políticas sociais aqui identificados como políticas de inserção ou de inclusão, permitindo formas que frequentemente exigem pertencimentos e um certo confinamento nas relações de proximidade. Além desse caráter pouco afeito às dimensões universais dos direitos, as clivagens entre os “bons” e os “maus pobres” a partir de critérios crescentemente morais acabam por se tornar operantes na ponta dessas políticas e programas de inserção/inclusão: nasceria, então, uma “magistratura da moralidade” muito distante das formas de proteção social que atribuíam subvenções e rendimentos aos coletivos detentores de direito. Esses sujeitos de direitos seriam, assim, objeto de distribuição automática e anônima, sem ter que passar nem pela localização, nem pela focalização, nem tampouco por uma magistratura da moralidade que ganharia proporções cada vez mais significativas.

Se a questão social sofria fundas metamorfoses, é preciso também reconhecer que seus elementos, suas articulações não poderiam permanecer em seu antigo lugar. Não se trata então de apenas reivindicar os direitos tal como vinham operando num momento anterior a esses processos de transformação. E isso porque os direitos sociais teriam se particularizado, se individualizado, se fragmentado.

12. Revenu Minimum d’Insertion, em português “renda mínima de inserção”.

Assim, o direito do trabalho, por exemplo, se fragmenta, recontratualizando-se ele próprio. Aquém das regulações gerais que dão um estatuto e uma identidade forte aos coletivos de assalariados, a multiplicação das formas particulares de contratos de trabalho ratifica a balcanização dos tipos de relação com o emprego: contratos de trabalho por tempo determinado, interino, de tempo parcial etc. As situações intermediárias entre emprego e não emprego também constituem objeto de novas formas de contratualização [...] Estas últimas medidas são particularmente significativas da ambiguidade dos processos de individualização do direito e das proteções [...] Essa abertura de um direito é assim subordinada à constatação de uma deficiência, de ‘dificuldades particulares’, de natureza pessoal ou psicossocial. Ambiguidade profunda, porque o exercício de uma discriminação positiva em relação a pessoas em dificuldade é absolutamente defensável [...] Porém, ao mesmo tempo, esses procedimentos reativam a lógica da assistência tradicional que o direito do trabalho havia combatido, isto é, para ser assistido, é necessário manifestar os sinais de incapacidade, uma deficiência em relação ao regime comum do trabalho [...] Como no caso do RMI e das políticas locais, esse tipo de recurso ao contrato ameaça trair a impotência do Estado para controlar uma sociedade cada vez mais complexa e heterogênea através de adiamento, por artifícios singulares, de tudo o que as regulações coletivas não podem mais comandar (Castel, 2010, p. 607-608).

Crise e individualização atravessam e reestruturam esse social em metamorfose, assim como a esfera dos direitos, dos processos de individuação, das relações sociedade-Estado, da própria experiência política. Seus resultados e impactos dizem respeito a formas de fragmentação social “que tornam a sociedade ingovernável”, e a uma “polarização entre os que podem associar individualismo e independência porque sua posição social está assegurada e aos que carregam sua individualidade como uma cruz, porque significa falta de vínculos e ausência de proteções” (p. 610). O lugar do Estado, seu papel necessário em evitar o naufrágio da impossibilidade de coesão sem proteção, finalizam o livro.

A releitura do alto dos anos 20 do século XXI é a de um desastre claramente anunciado e denunciado. Ao mesmo tempo, o brilho de seu autor e a precisão de suas enunciações – o que faz dessa obra um clássico – remete mais uma

vez à longa constituição da sociologia francesa com seus temas e contrapon-tos como coesão e fratura, como indivíduo e sociedade. Encontramos nele um pulso e um conjunto de elementos que atravessa “A miséria do mundo”, de Bourdieu, assim como referências a A. Supiot, M. Gauchet, E. P. Thomp-son, J-C. Passeron, Louis Dumont, A. Gorz, J. L. Laville e tantos outros.

Numa rápida busca encontrei pelo menos dez resenhas de “As metamor-foses da questão social”, certamente o livro mais lido e citado do autor no Brasil. Há referências a ele em várias faces das ciências sociais brasileira da época. Talvez uma de suas apropriações mais florescentes – pelo menos no âmbito paulista - tenha sido a de um autor que, como Lucio Kowarick, se dedicava ao estudo das cidades brasileiras, buscando explicar suas profun-das desigualdades, além dos estudiosos do trabalho, em especial do traba-lho fabril. Por outro lado, a recepção brasileira teve que se haver com o fato de que Castel e seu texto estavam enraizados no Estado social e na socie-dade salarial profundamente francesas e europeias. Nossa incompletude, o despotismo dos regimes de exploração do trabalho no Brasil, a marca de uma funda desigualdade, assim como de uma forma de dominação cunha-da pelo “horror às distâncias” jamais permitiram algo como uma sociedade de semelhantes, nunca teriam de fato normalizado uma condição salarial fortemente protegida para uma parcela considerável da força de trabalho. Ou seja, nossa “questão social” constituída na contramão de sua identifi-cação como questão de polícia, traria a marca não da semelhança, mas de uma proximidade promíscua que conservaria a desigualdade estruturante das sociedades de passado colonial. Os leitores brasileiros de Castel por um lado encontraram nomeações claras para o que queriam pensar e definir à luz de um conjunto de desmanches das promessas do que Oliveira teria identificado como a era das invenções, tecida ao longo das lutas pela demo-cratização. Mas por aqui a sociedade salarial em sua plenitude foi horizonte e promessa que seriam superados pelo caráter permanentemente truncado da luta e da invenção e reinvenção permanente, tal como os trabalhos de Sísifo, dos horizontes e identidade de classe.

Uma última observação sobre Castel permite entrever um pouco do que ele foi como pensador e cientista social. Em depoimento pessoal sobre o processo de elaboração desse livro, “As metamorfoses da questão social”, Castel apontava, por ocasião de seu lançamento, que passou mais de dez anos escrevendo e reescrevendo o texto para que ele fosse claro, inequívoco, exato. A elaboração do texto, a riqueza de referências e citações, os desdo-bramentos e as múltiplas dimensões, a pesquisa e, sobretudo, a montagem

da perspectiva de uma história do presente se impunham. Foi um belo depoimento que me fez pensar nas exigências de produção, na escrita apresada, nos índices e *rankings* que se naturalizam, impondo-se como regra à produção acadêmica tanto em solo brasileiro como, crescentemente, em âmbito mundial. Tomara que ainda seja possível produzir livros como esse, ou produzir em meio à velocidade das metamorfoses que continuam a nos assolar, pensadores do porte de Robert Castel.

Para encerrar esse texto gostaria de apontar e me desculpar de antemão pelo caráter excessivamente paulista da leitura, referências e comentários. Reconhecer esse caráter, regionalizá-lo, faz parte de um esforço em conhecer, dialogar e admirar a diversidade e riqueza da produção em ciências sociais no Brasil. Mesmo assim, o uso do cachimbo, como se sabe, deixa a boca torta...

Referências

- Bourdieu, P. (1997). *A miséria do mundo*. Petrópolis (RJ): Vozes.
- Castel, R. (1978). *A ordem psiquiátrica, idade de ouro do alienismo*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1998a). *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis (RJ): Vozes.
- _____. (1998b). *Le sociologue et son objet: La sociologie et la réponse à une demande sociale - Pour une entente raisonnée avec les médias*. Paris: La Lettre du CEMS.
- _____. (2005). *A insegurança social - o que é ser protegido?* Rio de Janeiro: Vozes.
- _____. (2006). *Pensar y resistir – la sociología crítica después de Foucault*. Estados Unidos: Círculo de Bellas Artes.
- _____. (2008). *A discriminação negativa – cidadãos ou autóctones*. Rio de Janeiro: Vozes.
- _____. (2010). *La discriminacion negativa: ciudadanos o indígenas*. Espanha: Hacer.
- _____; Kessler, G.; Merklen, D.; Murard, N. (2013). *Individuacion, precariedad y inseguridad*. Buenos Aires: Paidós.

_____; Haroche, C. (2003). *Propriedad privada, propiedad social, propiedad de sí mismo. Conversaciones sobre la constucción del individuo moderno*. Rosario: Homo Sapiens.

Dardot, P.; Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.

Foucault, M. (2008). *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.

Goffman, E. (1974). *Manicômios prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.

Leal, I.; Brito, A. (2008). *Viver por um fio: pobreza e política social*. São Paulo/Salvador: Annablume/CRH-UFBA.

Lepetit, B. (1996). Le travail de l'histoire (note critique). *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 51e année, n. 3, p. 525-538.

Kowarick, L. (2003). Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51.

Oliveira, F. (2007). Política numa era de indeterminação: opacidade e recantamento. In: _____; F; Rizek, C.S. (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo.

_____. (1999). Os Trabalhos de Sísifo. São Paulo. Mimeografado.

Rizek, C. S. (1998). A greve dos petroleiros. *Praga- Revista de Estudos Marxistas*. A que ponto chegamos - balanço do governo F.H. Cardoso e perspectivas da oposição. São Paulo: Hucitec.

_____. (2013). Uma homenagem a Robert Castel. *Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho*, v. 18, n. 30, p. 299-310.

_____. (2009). *Viver de risco - vulnerabilidade e pobreza urbana - entre questões e situações*. São Paulo: Editora 34.

Santos, W. G. (1979). *Cidadania e justiça. A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.

Schwarcs, R. (1993). Ainda sobre o livro de Kurz. *Novos Estudos Cebrap*, nov., v. 3.

21. PENSAR PELO AVESSO AS RELAÇÕES DE TRABALHO: UMA CONTRIBUIÇÃO ATUAL DE BENJAMIN CORIAT PARA A DEMOCRACIA NO BRASIL?

MARIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY

FERNANDO RAMALHO MARTINS

Introdução

Em 1991, Benjamin Coriat publicou “Pensar pelo avesso” na França. Segundo o autor, essa obra integra a trilogia composta também por “L’atelier et le robot” e “L’atelier et le chronomètre”, que juntos expressavam parte significativa das transformações pela qual passava o trabalho no período.

A partir dos anos 1980 e, sobretudo, dos anos 1990, o tema trabalho esteve “na moda”, conforme Leite e Silva (1996, p. 41), sendo abordado sob inúmeros ângulos, e em diversos campos disciplinares: sociologia, antropologia, economia, direito, administração, engenharia de produção, entre outras.

Um dos muitos enfoques voltou-se, então, para a chamada *reestruturação produtiva*, que sintetiza os vários modos de “superação” do paradigma clássico taylorista-fordista de organização do trabalho na instituição de sistemas produtivos “pós-fordistas”, sobre os quais destacaram-se referências de análise como a *especialização flexível* (Piore e Sabel, 1984), a *produção enxuta* (Womack *et al.*, 1992), o *sistemofatura* (Hoffman e Kaplinsky, 1988) e a *acumulação flexível* (Harvey, 1993). O ohnismo, termo cunhado por Coriat em “Pensar pelo avesso” para referir-se ao *modelo japonês*, criado por Taichii Ohno, engenheiro da Toyota Motor Company, é mais uma das contribuições nessa direção, que é abordada nesse capítulo.

A obra foi publicada em português em 1994, pela editora da UFRJ e Revan, três anos após o lançamento na França. No prefácio à edição brasileira, o autor faz duas observações a respeito da pertinência do livro para o Brasil: “As primeiras referem-se às modalidades sob as quais os métodos japoneses

se inserem na indústria brasileira, e os efeitos que são suscetíveis de produzir. As segundas são relativas à ‘transferibilidade’ do sistema complexo que nesse livro qualifiquei de ohnismo”. (Coriat, 1994, p. 11-12)

Em relação à primeira dimensão, Coriat afirma que o ohnismo,

[...] não é em parte alguma revelado como tendo sido apreendido pela indústria brasileira [...] Para dizê-lo em termos conceituais ‘os métodos japoneses’ são, no Brasil, utilizados como ferramentas de racionalização do já existente, sem nada mudar das lógicas fundamentais tayloristas e fordistas que constituem o fundamento da indústria tradicional” (p.12).

No entanto, em relação à segunda dimensão, o autor diz que a introdução do ohnismo em nosso país, enquanto sistema, se colocava como uma possibilidade real num futuro não tão distante:

[...] após a ‘década perdida’, e enquanto desafios imensos aguardam o país, é importante que o movimento social disponha de novas e audaciosas visões sobre o futuro. A reflexão sobre o ohnismo [...], as perspectivas que ele abre, num país como o Brasil, de renovação dos compromissos sociais fazem parte dos assuntos sobre os quais é preciso, creio eu, refletir seriamente (p. 13).

De sua publicação aos dias de hoje passaram-se quase trinta anos, período no qual o país experimentou momentos de crescimento econômico, sobretudo entre 2003 e 2014, com reflexos na produtividade na indústria, na agricultura e nos serviços. Este capítulo pretende resgatar as ideias lançadas pela obra de Coriat – na qual a implementação do sistema ohnista assentaria “novos compromissos sociais, tanto dentro como fora da empresa” (Coriat, 1994, p. 13) – para analisar, com o benefício do tempo, em que medida elas frutificaram no Brasil e se colocam como referência para o debate atual sobre organização do trabalho e sistemas produtivos, influenciando as relações capital - trabalho.

Após essa introdução, o capítulo está organizado do seguinte modo: na primeira seção trazemos brevemente o “olhar” de Coriat sobre o ohnismo

em “Pensar pelo avesso”, seus objetivos e principais argumentos. Não se trata exatamente de uma resenha, para que o leitor aqui não se canse, mas de “recordar” alguns pontos essenciais para dialogar sobre as ideias que autor e a obra trazem, e que poderiam eventualmente impactar nos estudos sobre trabalho no Brasil. Damos ênfase à reflexão de Coriat sobre a universalização do ohnismo, isto é, sua transferibilidade para nosso país. Optou-se muitas vezes em “dar a palavra” ao autor, o que implica necessariamente em muitas citações (algumas longas), e, portanto, pedimos a compreensão do leitor.

Em seguida, partimos para uma breve digressão sobre a sociologia do trabalho no Brasil, para situar os temas sobre os quais os estudiosos do trabalho mais voltaram sua atenção e os contextos que marcaram tal produção. Tal reflexão tomou por base quatro artigos de balanço sobre as principais linhas e temas de pesquisa na área publicados no decorrer dos anos 1990 e 2000.

Por fim, apresentamos um breve levantamento bibliográfico de disciplinas sobre o trabalho utilizada em alguns programas de pós-graduação em sociologia ou em ciências sociais, para averiguar o quanto de Coriat e de “Pensar pelo avesso” está presente no universo acadêmico da área atualmente.

Algumas breves considerações são tecidas ao final do texto.

O sistema japonês de produção e a sua universalização segundo Coriat

Nas palavras de Coriat:

A tese geral que pretendo sustentar é que o sistema Toyota, ou, se preferirem, o ohnismo, constitui um conjunto de inovações organizacionais cuja importância é comparável ao que foram em suas épocas as inovações organizacionais trazidas pelo taylorismo e pelo fordismo. O primeiríssimo objetivo deste ensaio é explorar e analisar em todos os seus detalhes o conteúdo destas inovações, mostrando sua significação e seu alcance (1994, p. 24).

O título da obra, aliás, é uma referência ao modo como o próprio Ohno encarava seu desafio à frente da Toyota, em relação às montadoras norte-americanas. Para ele era preciso partir do modelo taylorista-fordista de produção e “pensar pelo avesso” para poder realizar ganhos de produtivi-

dade no contexto econômico japonês, cujo mercado consumidor restrito no pós-guerra inviabilizava uma economia de larga escala, com a produção em massa fabricando grandes séries de produtos idênticos, como acontecia nos EUA.

Por tal razão, a questão que se colocava para Ohno então era: “o que fazer para elevar a produtividade quando as quantidades não aumentam?” (Ohno, 1978, p. 27 *apud* Coriat, 1994, 31).

Fazendo referência comparativa entre as duas situações, Ohno assim explica como dar conta de tal desafio:

Há duas maneiras de aumentar a produtividade. Uma é a de aumentar as quantidades produzidas, a outra é a de reduzir o pessoal da produção. A primeira maneira é, evidentemente, a mais popular. Ela é também a mais fácil. A outra, com efeito, implica repensar, em todos os seus detalhes, a organização do trabalho (Ohno, 1978, p. 71 *apud* Coriat, 1994, p. 33).

Desse modo, Ohno foi conduzindo um conjunto de inovações para a racionalização da organização do trabalho e da produção, guiadas pelo senso prático de aumentar a produtividade, a competitividade e a lucratividade da Toyota, chegando assim a resultados diametralmente opostos ao do fordismo: ao invés da produção em massa, o ohnismo promoveu um sistema adaptado à produção em séries restritas de produtos diferenciados e variados.

As inovações propostas por Ohno que deram origem ao sistema Toyota foram se constituindo no decorrer décadas. Conforme Coriat (1994):

Para uma boa compreensão do sistema, parece realmente indispensável, ainda que brevemente, lembrar os grandes acontecimentos que marcaram sua elaboração e seu ajuste inicial. ‘A criação, a inovação’, repete Ohno, ‘sempre nasce da necessidade’. Buscar a ‘necessidade’, melhor dizendo, o conjunto das limitações, mas também das oportunidades, que determinaram esta linha de acumulação particular de saber-fazer organizacional que constitui o método Toyota, significa, em última instância, dar-se os meios de compreender o sentido profundo da inovação ohnista (p. 36–37).

Coriat então destaca quatro fases, de 1947 a 1973, que marcam a estruturação do ohnismo, período mais ou menos correspondente ao do regime fordista nos EUA e Europa.

A primeira fase (1947-1950) marca a passagem da empresa do ramo têxtil para o automobilístico, em que o dispositivo técnico que fazia a máquina de fiar parar ao identificar um defeito no processo de fabricação proporcionou a experiência da “autonomação” (um neologismo resultado da fusão entre “autonomia” e “automação”, conhecido como Jikoda na língua nipônica) no setor automobilístico, que vem a ser a possibilidade de o operador da máquina paralisar a produção. Para Coriat há duas implicações nessa mudança: a primeira diz respeito à quebra da linearização com a mudança no *layout* do “chão de fábrica”, não mais por linhas de montagem, mas por “células” ou “ilhas” de máquinas com funções diferentes.

A outra implicação se refere à organização do trabalho propriamente dita, pois o modelo taylorista-fordista da especialização e da fragmentação por meio de operações estritas em postos de trabalho rígidos foi confrontado pelo modelo japonês que, baseado na “autonomação”, propiciou o trabalho polivalente, em que um empregado exerce mais de uma função ao ter sob sua responsabilidade a produção em mais de uma máquina. Possibilitou-se, assim, uma “outra organização e espacialização das oficinas e um outro modo de consumo da força de trabalho que são exigidos” (Coriat, 1994, p. 37). Essa inovação e a intensificação do trabalho desencadearam a resistência dos trabalhadores.

Seguindo a periodização de Coriat, a segunda fase ocorreu entre 1949 e 1950 e foi marcada por três eventos: i) uma crise financeira que quase levou a Toyota à falência e, conseqüentemente, a adotar um plano drástico de contenção de custos e redução de desperdícios imposto por um banco credor / investidor da companhia; ii) uma greve que resultou na demissão de 1600 trabalhadores; e iii) o aumento de encomendas de veículos decorrente da Guerra da Coreia. A seqüência desses eventos levou a uma situação contraditória de se ter aumento da demanda com drástica redução de custos e do efetivo operário.

A conjunção dos três fenômenos também levou à conformação do sistema de relação de assalariamento, que é para Coriat o principal fator do êxito do modelo japonês, uma vez que se tratava de um *modo de regulação* no nível da empresa que viabilizaria o *regime de acumulação* fabril do ohnismo. Ou seja, aqueles eventos possibilitaram não só derrotar os sindicatos mais

atuantes e vencer a resistência operária como também consolidaram um padrão de mercado de trabalho e relações industriais. Para Coriat, é “essencial compreender que a introdução do sistema Kan-Ban, em grande escala, só pôde ser feita após esta reorganização em profundidade do sindicalismo, e após o estabelecimento de um jogo complexo de contrapartidas regrando as relações industriais” (Coriat, 1994, p. 46). De modo complementar, Coriat também afirma que:

[...] é nesse conjunto de compromissos que asseguram a ‘regulação’ da empresa e da economia, que é preciso buscar, ao mesmo tempo, os elementos-chave que serviram de base ao desenvolvimento das inovações organizacionais e os mecanismos que permitem a reprodução eficaz do sistema até no Japão de hoje (Coriat, 1994, p. 83).

Três traços definiam, para Coriat, o sistema de relações industriais japonesas: o “emprego vitalício”, o “salário por antiguidade” (sistema Nenko) e o sindicalismo “de empresa”, com caráter mais cooperativo do que conflitivo. Para Coriat (1994, p. 87):

[...] nunca se deve perder de vista que se esta forma de sindicalismo ‘cooperativo’ pôde, durante um longo período, estabelecer-se, manter-se e desenvolver-se, é porque o sistema de relações industriais, constituído sobre tais bases muito particulares (e singulares em relação à tradição da maior parte dos outros grandes países industrializados), *mostrou-se historicamente em condições de assegurar contínuas e substanciais melhorias das condições de vida dos assalariados* (Grifos do autor).

A terceira fase, dos anos 1950 até o começo dos anos 1960, foi a da introdução do *just in time* (JIT) – o grande pilar do sistema Toyota, segundo Ohno –, complementado pelo sistema de informação do Kan-Ban, sob a lógica da “produção puxada”. Ou seja, juntos eles promovem “uma inversão das regras tradicionais: o processo de fabricação, em lugar de ser feito em cadeia, de montante à jusante da cadeia de produção, é feito de jusante à montante”. (Coriat, 1994, p. 57). Desse modo, o ponto de partida é o das encomendas já endereçadas à fábrica e dos produtos já vendidos. Essa inversão só pôde

funcionar de modo eficaz ao inverter o fluxo de informação, possibilitado pelo Kan-Ban, para que os “postos posteriores” demandassem aos “postos anteriores” a quantidade exata de peças necessárias, em fluxo contínuo, no momento certo (*just in time*), sem estoque.

Sobre esse assunto, Coriat ressalta que o ohnismo não é um método de gestão dos estoques, mas efetivamente um método de gestão dos efetivos por estoque (Coriat, 1994, p. 34). Em outras palavras, a “redução do estoque” permitiria vir à tona o excesso de pessoal e de equipamentos, uma expressão do desperdício a ser eliminado em um sistema que buscava maior produtividade sem grandes volumes de produção. Era a fábrica mínima, reduzida às suas funções, equipamentos e efetivos estritamente necessários para satisfazer a demanda diária ou semanal.

Outro ponto destacado por Coriat, articulado com a característica anterior, foi a “administração pelos olhos”, de modo a tornar visível tudo aquilo que a fábrica pode eliminar, que não seja estritamente necessário. Ressalta ele que, juntas, a “redução do estoque” e a “administração pelos olhos” representavam uma via de racionalização particular, “onde *as economias e os ganhos de produtividade são constantemente buscados ‘internamente’ muito mais do que em extensão*, como é o caso da fábrica fordista” (Coriat, 1994, p. 35, grifos do autor).

A quarta fase, de 1962 até o pós-1973, foi a extensão do método Kan-Ban às empresas subcontratadas.

Conforme colocamos na introdução, não se pretende esgotar a análise de Coriat sobre o sistema Toyota de produção, mas destacar alguns aspectos centrais que servem a uma reflexão sobre as transformações ocorridas no tecido industrial brasileiro desde a publicação de “Pensar pelo avesso”. Essa reflexão deve considerar o tema da “transferibilidade do ohnismo” (ou universalização) para outros contextos sociais. Para Coriat:

Há no ohnismo o ‘contingente’ e o ‘universal’, só que não mais do que há ou havia no taylorismo e no fordismo. As verdadeiras dificuldades residem, como eu procurarei demonstrar, além das falsas facilidades que apresenta uma ‘japonização’ das relações de produção, na capacidade de inovação ‘social’, para a qual é necessário ter competência, se se quer tirar proveito das inovações organizacionais que podem ser postas na conta da escola japonesa. Problemas essenciais da *democracia* econômica são aí questionados (1994, p. 24, grifo do autor).

Na citação anterior, Coriat indica já na introdução do livro as “verdadeiras dificuldades”, em que destaca a “inovação social” que possibilita “tirar proveito das inovações organizacionais”. Neste ponto, ele já aponta a centralidade que a “inovação social” tem no modelo ohnista, precisamente por ser o elemento de regulação que conferiria legitimidade à acumulação obtida pelas inovações da organização do trabalho e da produção por meio das “ferramentas gerenciais japonesas”.

No capítulo conclusivo do livro ele retoma esse ponto, afirmando que a transferência do modelo ohnista é desejável por duas razões principais: a primeira, porque o método japonês se caracteriza por ganhos de produtividade em um contexto de crescente concorrência global e competição entre firmas (Coriat, 1994, p. 164). E a segunda diz respeito à “*construção sistemática de uma flexibilidade ‘interna’*” (p. 165, grifos do autor).

Contudo, se Coriat destaca alguns aspectos que tornam desejável a transferência de ferramentas do ohnismo para além do Japão, ele também afirma a existência de contradições e paradoxos nesse processo, como, principalmente, “aquela que opõe o caráter *singular* das condições de formação do sistema – e sua irreduzível especificidade – à *universalidade* das significações e dos resultados aos quais ele chega” (1994, p. 165).

Nesse momento, Coriat, mais uma vez, recorre a uma comparação com o taylorismo-fordismo, que transcendeu o contexto histórico local de sua origem para difundir-se como paradigma de organização do trabalho e da produção por todo o mundo. A observação é feita não “pelo avesso”, mas para reforçar o argumento de que, se foi possível a universalização do taylorismo-fordismo, a despeito dos aspectos singulares que lhe caracterizavam, o mesmo poderia se passar na universalização do modelo ohnista. A questão é: a partir de quais aspectos se poderia universalizar o ohnismo?

Se raciocinamos sempre por analogia com o taylorismo e com o fordismo, duas séries de questões, amplamente interdependentes aliás, estão colocadas pela ‘possibilidade de transferência’ dos métodos japoneses: primeiramente aquela da natureza do ‘coração’, irreduzível e, por último, da mensagem que elas veiculam; aquela em seguida dos *compromissos sociais* que garantem a prática e a aceitação social das *inovações organizacionais ou relacionais* a que este coração pode ser reduzido. É preciso ter em mente esse esclarecimento, pois a eficácia esperada do sistema – o benefício de

seus efeitos ‘virtuosos’ – só pode ser obtida sob a condição, e apenas sob essa condição, de que uma solução *conjunta* seja encontrada para o duplo problema do qual acabamos de lembrar os termos (Coriat, 1994, p. 167, grifos do autor).

Mais adiante, Coriat aborda a possibilidade de transferência do modelo japonês fazendo menção aos elementos que procedem do ostracismo e da democracia. Vejamos, primeiro, como ele explica a questão do ostracismo:

Tecnicamente, na linguagem da teoria das organizações (e mais especialmente ainda na linguagem da teoria dos estímulos), o ‘ostracismo’ se define pela *importância e pela eficácia da pressão coletivamente exercida por um grupo sobre todo elemento deste grupo que tenderia a distanciar-se dos objetivos que lhe são determinados, ou que são comumente assumidos por ele*. Em outras palavras ainda, o ostracismo é aqui definido como uma técnica de controle social, apreciada pela teoria dos estímulos como especialmente ‘econômica’, pois menos custosa a praticar que técnicas que exigem a presença física de uma burocracia de enquadramento especialmente formada e paga para se consagrar a tarefas de controle, de medida e de avaliação da conformidade dos trabalhos efetuados em relação aos objetivos determinados. Praticamente, a auto-ativação [*sic*] centrada sobre a polivalência e a plurifuncionalidade, o tempo partilhado ... são, na empresa japonesa, o modo *imediato* de prática do ostracismo. A modalidade de *longo termo* é constituída pela combinação tão particular do ‘emprego vitalício’ e do ‘salário por antiguidade’ que caracteriza a relação salarial japonesa. Eis aí no que consiste o ostracismo (Coriat, 1994, p. 168, grifos do autor).

E assim Coriat define a questão da democracia em sua relação contraditória com o ostracismo:

Se pode ser feita alguma referência à democracia – no âmbito de um modo de controle social que se inspira amplamente em práticas ostracistas – é por uma dupla razão. A primeira é que há efetivamente presença do ‘contrato’ e da negociação na prática japonesa. Uma

parte dos compromissos é explícita e fortemente regrada por procedimentos institucionais, mesmo se, e isto é um incontestável limite, o horizonte da contratualização é aquele da firma individual. Mas há uma outra razão ainda mais sutil. É que o *engajamento estimulado* à japonesa procede através de importantes e significativas desconcentrações e descentralizações do poder de comando, através de séries significativas de atos e de decisões da vida da empresa. Até a uma certa ‘classe’ de decisões – que não abordam os objetivos estratégicos da empresa, as escolhas de investimentos e de produtos... – a *condução da produção é amplamente internalizada e co-gerida* [sic]. Similarmente, a extensão das contrapartidas a um direito *de fato* e quase permanente à formação ou ao ‘mercado interno’... – mais geralmente, a ‘intelectualização dos *colarinhos azuis*’ que descreve Koiké – são características da empresa japonesa que dizem respeito, pensamos nós, a esta ‘democracia salarial’ a qual tentamos, em outra parte, abordar em seus conteúdos possíveis. Certamente, não se trata de democracia *representativa* – no sentido que a noção é utilizada, na sociologia política notadamente, para caracterizar os regimes constitucionais – mas desde o momento em que o ‘comando’ é coletivamente assumido ou que direitos formais fundamentais (educação, formação...) se investem de conteúdos reais, tangencia-se aqui os confins do que, em sua intenção, o princípio democrático visa (Coriat, 1994, Coriat, 1994, p. 169, grifos do autor).

Enfim, ao analisar conjuntamente as contradições do par ostracismo-democracia, do modo como ele percebe cada um daqueles termos, Coriat afirma:

O verdadeiro, e o difícil, é que, para além da oposição que tentamos esboçar entre ostracismo e democracia, os protocolos de engajamento estimulado à japonesa associam processos sutis de *inclusão* e de *exclusão*, onde são os próprios modos de eficácia da inclusão que abrem o espaço para a legitimação da exclusão. O emprego vitalício incontestavelmente ‘inclui’ o assalariado na empresa, mas o preço, elevado, é por ele conhecido: a não-interiorização dos objetivos da empresa que se traduziria por um defeito de engajamento torna ‘legítima’ a exclusão daquele que se distancia da norma (1994, p. 169, grifos do autor).

Tais questões sobre ostracismo e democracia estão no cerne da “inovação social” que representa a relação salarial e industrial no Japão, características que para Coriat são fundamentais na universalização do modelo ohnista, considerando que a elevação da produtividade e a melhoria na concorrência no âmbito fabril se dão não somente pelo “regime de acumulação”, mas também, pelo “modo de regulação”, que na empresa consolida formas de engajamento e processos de legitimação social baseados na compensação que cada parte recebe nas relações de trabalho. Para Coriat, sem aqueles elementos, o “ocidente” faria “apenas” o uso da “japanização” como individualização das relações de trabalho e como novas técnicas de organização do trabalho.

Assim, para Coriat, a universalização do ohnismo é plenamente possível, mas não é fácil. Para ele:

A dificuldade *não* está na série de inovações organizacionais que traz a escola japonesa. Quanto a isto, não há lá muito mistério [...]. Para a empresa ocidental, o desafio, o único na verdade, é aquele que consiste em conceber os tipos de contrapartidas e de compromissos sociais, adaptados à composição atual dos assalariados, às formas históricas de sua representação e às tradições culturais que os animam. Para o observador atencioso da firma japonesa, isto significa não reproduzir a impossível intricação do ostracismo e da democracia que constitui a maneira japonesa, mas *passar do engajamento estimulado ao engajamento negociado. Garantir o movimento nessa direção. Abrir e entender o contrato* para fazer com que ele ganhe o espaço do trabalho produtivo e da decisão econômica. [...] Fica evidente que é um caminho estreito, ‘no fio da navalha’, que se abre aqui. Pois, se tudo leva a pensar que a democracia, penetrando na oficina, está efetivamente em posição de aí estabelecer as condições de uma eficácia renovada e, através disso sua própria legitimação sob os mesmos critérios que são aqueles dos administradores, nada garante que as vias bem mais curtas não serão primeiramente exploradas. E a ‘japanização’ praticada como arte de quebrar compromissos herdados do período fordista é, certamente, um meio potente de abafar, na empresa como na sociedade, o que décadas de inovação social e contratual construíram lenta e pacientemente em nossos países (Coriat, 1994, p. 173-174, grifos do autor).

Assumindo a perspectiva de Coriat sobre o que seria uma universalização do ohnismo, podemos afirmar que, no Brasil, passados mais de 30 anos da publicação de “Pensar pelo avesso”, não se vê por aqui o ohnismo por inteiro, ou seja, como um modelo de organização do trabalho e da produção baseado em alta produtividade e competitividade, regulado por contratos e negociações coletivas que, por conferirem compensações, legitimam o engajamento dos trabalhadores no processo de produção. Por certo que muitas ferramentas toyotistas estão bastante difundidas no país, mas da forma como Coriat já as conhecia no momento do lançamento da edição brasileira de “Pensar pelo avesso”, isto é: “como ferramentas de racionalização [...], sem nada mudar das lógicas fundamentais tayloristas e fordistas que constituem o fundamento da indústria tradicional” (Coriat, 1994, p.12).

A obra de Coriat nos balanços da sociologia do trabalho no Brasil

Os primeiros ventos da chamada reestruturação produtiva começaram a soprar no Brasil em meados dos anos 1980, quando algumas grandes empresas começaram a adotar os círculos de controle de qualidade (CCQ). De acordo com Castro e Leite (1994, p. 47), vários estudos apontaram o caráter parcial e reativo dessa “japanização de ocasião”, responsável então pelo rápido fracasso daquelas iniciativas.

Na ocasião, os estudos sobre processo de trabalho ganhavam expressão na sociologia do trabalho brasileira como parte do esforço para compreender os movimentos de trabalhadores no interior das fábricas, no contexto em que greves do tipo “braços cruzados”, “operações-padrão” e “operações-tartaruga” eram cada vez mais frequentes. A inspiração para essas análises provinha da obra de Braverman (1987), ao ressaltar os aspectos do controle gerencial e da resistência operária a partir de um saber tácito sobre seu ofício. O “chão de fábrica” era tema de análise como local de conflito e de construção de identidades de classe, frente a uma gestão excessivamente despótica, herança da ditadura militar em combinação com a organização taylorista do trabalho.

Os temas relacionados ao processo de trabalho e à resistência operária se complementavam nas investigações sociológicas voltadas ao surgimento de “novos personagens” na cena da redemocratização do país e com a ascensão do “novo sindicalismo”.

À medida que a redemocratização política foi se configurando ao longo da década de 1990 por uma inserção subalterna à globalização econômica, em que o Estado foi sendo capturado pelo então denominado “consenso de Washington” e que a dinâmica da reestruturação produtiva foi ganhando novo vigor na estratégia de produtividade e competitividade das grandes empresas multinacionais (EMNs), os estudos de sociologia foram penetrando cada vez mais pela empresa na sua preocupação, agora com o interesse direcionado à inovação tecnológica e organizacional, desafiados a interpretar processos que, se encontravam nos ambientes fabris os seus espaços de expressão por excelência, careciam de melhor compreensão quanto à sua natureza e seus determinantes (Castro e Leite, 1994).

A sociologia do trabalho na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, incorporaram a discussão do “pós-fordismo” assentado em quatro eixos: (i) um novo desaparecimento do sujeito, oculto agora pela centralidade conferida à empresa, como agente da transformação das relações de trabalho; (ii) uma nova subordinação da sociologia à economia, ignorando as questões sociológicas que as mudanças fundavam e obscurecendo o caráter político das transformações; (iii) um novo determinismo, expresso na ideia da inexorabilidade de uma determinada forma de organização do trabalho, erigida como o novo *one best way*; e (iv) o privilegiamento dos estudos de caso na análise das transformações do trabalho. (Leite, 2012, p. 107). Segundo a autora:

O resultado dos estudos latino-americanos indicava, contudo, uma dualidade teórica da discussão: de um lado, aqueles que, abraçando uma perspectiva mais positiva das transformações, consideravam que as novas tendências da organização do trabalho vindas do Japão estavam se difundindo pelo conjunto de nossa economia (Gitahy, 1994); de outro, aqueles que alertavam para um enorme conjunto de adaptações que as empresas promoviam ao trazer as técnicas japonesas de produção para a região, assim como para as implicações nocivas dessas técnicas sobre os trabalhadores e

suas formas de organização. Essa corrente mais crítica se voltou mais uma vez para a análise das especificidades da região: o fraco investimento em novas tecnologias; as mudanças na organização do trabalho que se distanciavam muito das técnicas japonesas; a manutenção dos princípios fordistas e tayloristas de organização do trabalho (De la Garza, 2000). Esse segundo enfoque promoveu um conjunto de estudos extremamente significativos para o conhecimento do que se passava no interior das empresas e inovou metodologicamente ao propor o avanço dos estudos de caso, que predominaram no início dessa etapa, em direção às cadeias (Leite, 2012, p. 108).

No final dos anos 1990 os estudos sociológicos “saem do interior das empresas” e voltam-se para os efeitos da reestruturação produtiva no mercado de trabalho, agora sob a lógica dos processos de precarização, de terceirização e de outras modalidades de relações interfirmas, desdobrando-se na flexibilização da legislação trabalhista e na perda de direitos.

Em outro balanço da sociologia do trabalho, Bridi, Braga e Santana (2018, p. 45) identificaram três grandes temáticas de investigação do trabalho e da classe trabalhadora no cenário brasileiro das últimas três décadas: a primeira abordou a crise do trabalho e a discussão sobre sua centralidade. A segunda colocou ênfase em categorias de trabalhadores diferentes dos setores clássicos da economia, como as ocupações oriundas do segmento das novas tecnologias (trabalhadores informacionais; digitais), bem como nas interseccionalidades presentes em estudos sobre trabalho e gênero, trabalho e qualificação profissional, trabalho e desigualdade, trabalho e desenvolvimento, entre outros. Estudos sobre o trabalho flexível, as formas flexíveis de contratação, e a informalidade também compuseram a temática da sociologia do trabalho. De acordo com os autores, “trata-se, portanto, de um conjunto de estudos marcado pelos esforços dos pesquisadores em explicar as transições em curso, as mudanças no trabalho e as consequências para os trabalhadores e seus sindicatos, refletidas evidentemente pelas crises econômicas e pelas opções políticas e de modelo de Estado” (Bridi, Braga e Santana, 2018, p. 45).

Os autores ainda elencam, como terceiro conjunto de temas, alguns desafios para a agenda da sociologia do trabalho brasileira aproximar-se da internacional como, por exemplo, a relação entre a crise da globalização, o recrudescimento da precariedade do trabalho em escala nacional e internacional e o impacto sobre o movimento dos trabalhadores, em especial, seus setores mais jovens, bem como a relação entre a financeirização da economia, o avanço das políticas neoliberais, a intensificação das lutas sociais e a desestruturação dos sistemas nacionais de proteção do trabalho (p. 45). Para eles, “trata-se de uma ênfase cada vez mais afinada à realidade brasileira contemporânea, devendo, portanto, atrair cada dia mais a atenção dos sociólogos do país” (Bridi; Braga; Santana, 2018, p. 45).

No que diz respeito em geral à reestruturação produtiva – mas não necessariamente sob a perspectiva do modelo japonês, tema central de “Pensar pelo Averso”, os autores assim percebem os estudos de sociologia do trabalho no Brasil:

Favorecidas pela revolução informacional e políticas neoliberais, as empresas promoveram uma reestruturação produtiva que vai alterar de modo profundo o trabalho. Naquele contexto dos anos 1990, proliferaram no Brasil os estudos sobre tais mudanças nos mais diversos setores da economia, como o industrial, o de serviços e o financeiro (entre outros, Guimarães, 2006; Leite, 1994; Salerno, 1991) (p. 47).

Outra análise sobre a trajetória da sociologia do trabalho no Brasil foi produzida por Vêras de Oliveira, Ramalho e Rosenfield (2019). Os autores relacionam “do tema da reestruturação produtiva ao da flexibilização e precarização do trabalho”, indicando o deslocamento das investigações sobre os paradigmas de organização do trabalho no interior das empresas para as pesquisas sobre seus efeitos no mercado de trabalho e na regulação jurídica das formas de contratação. Este mesmo deslocamento na sociologia do trabalho já havia sido apontado por Castro e Leite (1994) e Leite (2012). Para eles:

[...] no caso do Brasil, a reestruturação produtiva teve caráter heterogêneo, atingindo diversamente setores da indústria, regiões do país e segmentos dos trabalhadores (Guimarães, 2004). Entre fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, o foco recaiu sobre o processo de trabalho, buscando apreender as novas formas de gestão inspiradas no modelo japonês, a exemplo dos círculos de controle de qualidade - CCQs (Hirata, 1983; Freyssenet; Hirata, 1985; Salerno, 1985; Marques, 1987), entre outros. A partir da segunda metade dos anos 1980, houve maior difusão de equipamentos de microeletrônica, assim como de novas formas de gestão da força de trabalho associada à inovação tecnológica, com fortes implicações para as relações de trabalho (Fleury, 1988; Abramo, 1990; Humphrey, 1991; Castro, 1993; 1995; Leite, 1994), entre outros (Véras de Oliveira, Ramalho e Rosenfield, 2019, p. 7).

Ao final da década de 1990, informam os autores, ganharam proeminência os termos flexibilização e precarização do trabalho; e os temas da subcontratação / terceirização e de seus efeitos sobre o sindicalismo, muitas vezes com recorte de gênero.

Também ganharam a atenção da sociologia no período as seguintes categorias de trabalho: artesanal, autônomo, por conta própria, informal, a domicílio, cooperativo, autogestionário e outras formas, enquanto processos de flexibilização e precarização (Véras de Oliveira, Ramalho e Rosenfield, 2019, p. 8).

Igualmente em Bridi, Braga e Santana (2018), o artigo destaca a relevância dos temas da sociedade da informação, o trabalho digital, o trabalho imaterial e a crise do trabalho.

O espraiamento da noção de informalidade para as economias centrais em meio às práticas de empreendedorismo e de trabalho flexível também receberam atenção de pesquisadores. Assim, por qualquer ângulo que sejam observadas as mudanças no trabalho, estará presente o tema da precarização, seja como traço persistente das relações laborais no Sul Global seja como “incômoda novidade” no Norte Global.

Mais recentemente, a sociologia do trabalho no Brasil tem mirado novos temas, sobretudo após a pandemia de Covid-19, como o trabalho de plataforma e a modalidade do trabalho *home office*, ratificando o processo de incessantes reconfigurações que desafiam a compreensão da sociologia do trabalho.

Como se pode perceber, os vários balanços feitos sobre a sociologia do trabalho no Brasil, em diferentes períodos, dedicaram-se pouco à obra de Co-

riat, embora a reestruturação produtiva tenha tido seu espaço assegurado na pesquisa, aproximadamente entre meados dos anos 1980 e dos 1990, segundo os artigos aqui abordados.

A obra de Coriat nos programas de pós-graduação em sociologia e ciências sociais no Brasil

Dado o panorama acima exposto, apresentamos aqui um balanço realizado a partir de análises da bibliografia nas ementas de 40 disciplinas em programas de pós-graduação de sociologia ou de ciências sociais em todo o país. Foram visitados os *sites* de 17 universidades públicas em todas as regiões do país.¹ Foram dois os critérios utilizados para a escolha dos programas aqui consultados: um deles foi a nota na CAPES (quadriênio 2017-2020); outro foi a participação de docentes credenciados nestes PPGs, em entidades acadêmicas como a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs). Neste caso, foi considerada a presença de docentes destes programas na direção de tais entidades e/ou na coordenação de grupos de trabalho (GTs) nos principais eventos acadêmicos que debatem o tema trabalho no país.

Busca-se, com isso, avaliar *se e como* Coriat e suas contribuições encontram-se presentes nos debates contemporâneos promovidos em nível de mestrado e doutorado, considerando as disciplinas nas quais ele pode (ou poderia) se fazer relevante, sobretudo no que respeita ao *ohnismo* e suas implicações no estudo das relações de trabalho e sindicalismo.

Nas ementas das disciplinas analisadas (vide quadro a seguir), considerou-se a inclusão do autor na bibliografia da disciplina.

Vale ressaltar que não se trata de uma abordagem exaustiva, pois trabalhamos com uma amostra não probabilística e não aleatória. Nosso objetivo é iniciar uma reflexão, que se some às já existentes aqui expostas e as reforce. Espera-se também estimular estudos mais aprofundados que possam validar ou não as hipóteses que aqui são aventadas.

1. Lamentavelmente, mesmo pelo critério utilizado, não foi possível acessar a página do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), sucessor do antigo IUPERJ.

Quadro 1. Referências a Coriat nas ementas de disciplinas sobre trabalho em programas de pós-graduação em sociologia ou em ciências sociais²

Universidade	Linha de pesquisa	Nome da disciplina	Menção a Coriat
UFBA	Trabalho e Desigualdades sociais	Estudos em Trabalho e Sociedade	BNC
		Estudos sobre Gênero e Trabalho	Não
		Leitura orientada em Sociologia da Família, Gênero e Trabalho	BNC
		Leitura orientada em Sociologia do Trabalho	BNC
		Sociologia do Trabalho I	BNC
		Sociologia do Trabalho II	BNC
UFCG	Desenvolvimento, Ruralidades e Políticas públicas	Trabalho, Ação Coletiva e Políticas Públicas	Não
UFG	Trabalho, Formação e Representações culturais	Trabalho e Sociedade	BND
UFMA	Relações de produção e Ação Coletiva: Questão agrária, trabalho e ambiente	-	
UFMG	Sociologia Econômica e das Organizações	Organizações, Trabalho e Mudança Econômica	Não
UFPA	Ética, Trabalho e Sociabilidades	Trabalho e desigualdades sociais na América Latina	Não
UFPB	Trabalho, Políticas Sociais e Desenvolvimento	Sociologia do Trabalho	Não
UFPE	Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia	Sociologia do Trabalho	BND
UFPR	Trabalho, Ruralidades e Meio Ambiente	Trabalho, Desigualdade e Classes sociais	Não
		Trabalho, Reprodução e Cuidado	Não
		Sociologia do Trabalho	Não
		Trabalho, emprego e tecnologia	Não
		Trabalho e sindicalismo	Não
UFRGS	Trabalho e Sociedade	Processos de Trabalho no Capitalismo	Não
		O debate sobre os sentidos do trabalho no capitalismo	Não
		Trabalho e Tecnologia	Sim

Continua

2. Diante da não existência de programa de pós-graduação em sociologia na Unesp, considerou-se o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

Quadro 1. (Continuação)

Universidade	Linha de pesquisa	Nome da disciplina	Menção a Coriat
UFRJ	Política, Economia e Trabalho	Trabalho e Sociedade hoje	Não
		O Trabalho sob Ataque: relações e direitos do trabalho em tempos de crise da democracia social	Não
		Trabalho e Globalização: estratégias corporativas, relações laborais e ação coletiva transnacional	Não
		Sociologia Econômica	Não
UFSCAR	Mercados morais, cidades, trabalho e mobilidades	Trabalho e Sociedade hoje	Sim
UFU	Política, Cultura, Trabalho e Movimentos Sociais	Trabalho e Sindicalismo na Contemporaneidade	Sim
UnB	Trabalho e Sociedade	Sociologia do Trabalho	BND
		Organização e Processo de Trabalho	BND
		Subjetividade no Mundo do Trabalho	BND
UNESP Marília	Determinações do Mundo do Trabalho	Trabalho e Globalização	Não
UNICAMP	Trabalho e Sociedade	Sociologia do Trabalho I	Não
		Sociologia do Trabalho II	Não
		Sociologia do Trabalho III	Não
		Os trabalhos das mulheres no Brasil	Não
USP	Economia, Trabalho e Sociedade	Trabalho, Sindicato e Globalização	Não
		Temas de Sociologia do Trabalho	Não
		Trabalho, Sindicato e Globalização	Não
		Trabalho, Gênero e Cuidado: Novas Perspectivas	Não
		A Sociedade Programada: Inteligência Artificial, Trabalho e Desigualdades	Não

Fonte: Elaboração própria a partir de informações disponíveis nos websites das instituições.

Notas:

BNC – O *site* informa que a bibliografia não foi cadastrada.

BND – Bibliografia não disponível no *site*.

Os dados apresentados no quadro anterior sugerem que no atual cenário acadêmico, considerando a bibliografia usada pelas disciplinas de alguns dos principais programas de pós-graduação em sociologia / ciências sociais na área de estudos sobre trabalho, Coriat e “Pensar pelo avesso” parecem não mais figurar com relevância em discussões que envolvam a temática.

Em nosso levantamento, dos três casos em que o autor consta da bibliografia indicada dois se referem ao livro em tela. No outro, o texto utilizado é “Inovações, ciclos e crises: O retorno de Schumpeter”, em coautoria com Robert Boyer, publicado no *Caderno Novos Estudos*, do Cebrap (número 12, junho de 1985, p. 42-47).

Considerações finais

De acordo com o nosso olhar sobre as reflexões que a sociologia do trabalho tem feito desde o início dos anos 1990, quando Coriat publicou “Pensar pelo avesso”, tudo indica que as ideias do autor “não vingaram”.

Mais do que concluir apressadamente com essa “obviedade”, indicando assim o “fracasso” de sua análise, pensamos ser necessário parar para refletir o porquê do autor e sua obra serem tão ausentes na sociologia do trabalho brasileira.

Ao retomarmos seu livro, nos chama a atenção que Coriat apostava (ou talvez, simplesmente desejasse) que uma universalização do ohnismo resultaria em um “modo de regulação” no interior das empresas, que conduziria a uma relação de ganho para ambas as partes: de um lado, a companhia teria seus ganhos de produtividade a partir do engajamento de uma força de trabalho qualificada e colaborativa para incrementar contínuas inovações no processo produtivo. Para isso, deveria ser feito no “chão de fábrica” uma certa “distribuição (restrita) de poder” para os trabalhadores terem algum grau de autonomia nas tomadas de decisão em nível operacional. Por outro lado, a dedicação do operariado teria compensações que também lhe conferiria certos “ganhos” no mercado de trabalho interno, como o emprego vitalício e a remuneração por produtividade, além do salário.

Portanto, retomando a expectativa de Coriat sobre a introdução do ohnismo no Brasil, seria esse o principal desafio para as empresas que adotavam o método japonês: “repactuar”, através de negociação, as relações com os trabalhadores por meio de uma gestão de ganhos mútuos, em um ambiente “democrático”. Em suas palavras,

[...] é importante que o movimento social disponha de novas e audaciosas visões sobre o futuro. A reflexão sobre o Ohnismo [...], as perspectivas que ele abre, num país como o Brasil, de renovação dos compromissos sociais, fazem parte dos assuntos sobre os quais é preciso, creio eu, refletir seriamente (1994, p. 13).

Portanto, a “transferibilidade” precisaria ter ido muito além da mera incorporação pelas empresas da organização *just in time*, do Kan-Ban, do CCQ, do kaizen, etc. Em várias passagens do livro que trouxemos aqui, Coriat afirmou que essa seria a parte mais fácil.

Apesar de um potencial democratizante do ohnismo no interior das empresas, persistiu o que Coriat já sabia: “os métodos japoneses’ são, no Brasil, utilizados como ferramentas de racionalização do já existente, sem nada mudar das lógicas fundamentais tayloristas e fordistas que constituem o fundamento da indústria tradicional” (Coriat, 1994, p. 12). Não é difícil concluir que, no Brasil, o “lado sombrio” do ohnismo – um ambiente de maior pressão no interior da empresa para explorar ainda mais a força de trabalho, sem nenhum tipo de negociação ou concessões de qualquer natureza – acabou prevalecendo.

Nada com que se espantar, uma vez que em nosso “fordismo periférico”, agravado com a herança do escravismo, o autoritarismo, os baixos salários, o subemprego precário, o desemprego, o “bico”, sempre andaram de mãos dadas... Nesse sentido, o ohnismo, do modo “regulacionista”, como Coriat o apresenta, parece ter sido inviável desde o início no Brasil!

A sociologia do trabalho brasileira, sempre atenta em compreender a dinâmica das relações de trabalho e seu contexto, chamou atenção para o fato de que a democracia no chão de fábrica, por aqui, pode ser um projeto, mas não um fenômeno real. Não faltaram denúncias contra o caráter que assumiu o toyotismo por aqui e os efeitos deletérios dessa “modernização” sobre o mercado de trabalho, ampliando a informalidade laboral, a pobreza, as estratégias de sobrevivência, a desigualdade social.

É esse “descompasso” entre o lado virtuoso do ohnismo apresentado por Coriat, e a realidade de intensificação e precarização do trabalho no interior das empresas, articuladas com uma crescente desregulação e retirada de direitos que a nosso ver “explica” a pouca presença de “Pensar pelo avesso” na sociologia do trabalho brasileira e nos programas de pós-graduação na atualidade.

A democracia no trabalho, alicerçada na noção de “trabalho decente”, com emprego, salário digno, representação sindical e negociação coletiva em torno de direitos básicos, permanece sendo o desafio. Se não foi possível concretizá-la da forma como Coriat imaginou em “Pensar pelo avesso”, a partir da introdução do ohnismo nas relações salariais, ao menos a obra, em alguma medida, ainda pode ser “fértil” para refletirmos sobre o debate nos termos regulacionistas propostos por Coriat: com a transformação do “ambiente privado” e autoritário do chão de fábrica em um espaço sob “regulação pública” a partir da negociação com os trabalhadores e seus representantes, os sindicatos.

É, afinal, sobre a democratização das relações de trabalho que “Pensar pelo avesso” trata. Assim, ao invés de fechá-lo e colocá-lo na estante, fosse talvez mais prudente buscar inspiração na reflexão proposta por ele sobre que caminhos construir nessa direção.

Referências

Braverman, H. (1987). *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Bridi, M. A.; Braga, R.; Santana, M. A. (2018). Sociologia do trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas. *Revista Brasileira de Sociologia*, jan./abr., v. 6, n. 12.

Castro, N.; Leite, M. (1994). A sociologia do trabalho industrial no Brasil: desafios e interpretações. *BIB*, 1o. sem., Rio de Janeiro, n. 37, p. 39-59.

Coriat, B. (1994). *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan/ UFRJ.

Leite, M. (2012). A sociologia do trabalho na América Latina: Seus temas e problemas (re)visitados. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 103–127.

Véras de Oliveira, R.; Ramalho, J. R.; Rosenfield, C. (2019). A sociologia do trabalho e suas interfaces: trajetória e tendências atuais. *BIB*, São Paulo, n. 90, p. 1-28.

22. PIORE E SABEL E A TESE DA ESPECIALIZAÇÃO FLEXÍVEL

TARIK DIAS HAMDAN
LUCAS LEMOS WALMRATH

Introdução

“The second industrial divide: possibilities for prosperity”¹, escrito por Michael J. Piore e Charles F. Sabel, foi publicado pela primeira vez em 1984. O livro passou a ser amplamente citado, tornando-se um marco no desenvolvimento da teoria da especialização flexível e na ideia de uma nova economia industrial.

Piore e Sabel são proeminentes pesquisadores que atuam nas áreas da economia, da sociologia e da ciência política, cujo trabalho influenciou o debate acadêmico, sobretudo nas áreas de sociologia e economia do trabalho e nos estudos sobre o desenvolvimento econômico.

Nascido em 1940 nos Estados Unidos (EUA), Piore é economista, tendo obtido o título de doutor pela universidade de Harvard em 1966, ano em que passou a integrar os quadros do Massachusetts Institute of Technology (MIT), do qual é professor emérito ainda nos dias atuais (MIT Economics, 2023). Suas áreas de pesquisa no MIT compreendem a economia política e a economia do trabalho (*labor economics*) (MIT Economics, 2023).

Sabel, por sua vez, nasceu em 1947, tendo recebido, com distinção, no ano de 1969, o título de bacharel em Estudos Sociais também pela universidade de Harvard (Sabel, 2022). Seu doutoramento, contudo, foi na área de Governo (*Government*), quase uma década depois, em 1978. Após uma passagem inicial no renomado instituto Max Planck, da Alemanha, construiu a

1. De agora em diante referenciado como “The second...”

maior parte de sua carreira como professor de Ciência Política no MIT. Nas últimas duas décadas, todavia, ele assumiu a cátedra de Direito e Ciências Sociais na Columbia University (Sabel, 2022).

A parceria entre os dois teve início em 1975, quando realizaram um estudo comparativo sobre a transformação industrial nos EUA, Japão, Alemanha e França (Piore e Sabel, 1985). Pelos resultados desse trabalho, receberam o prêmio MacArthur Prize Fellows. Em “The second...”, Piore e Sabel (1984) argumentam que o sistema de produção em massa que dominou a economia industrial de meados do século XX até a década de 1970 havia chegado ao seu limite, provocando crises e baixo crescimento econômico. Propuseram, então, que um novo sistema de produção e organização, o qual chamaram de “especialização flexível”, era necessário para que as empresas fossem bem-sucedidas no cenário em mudança, um sistema que fosse, também, menos instável do que o anterior.

No momento em que o texto foi escrito, o mundo vivia o rescaldo da crise econômica associada aos “choques” do petróleo de 1973 e 1979, quando se estabeleceu um quadro de estagflação, ou seja, inflação com baixo crescimento econômico. Os anos imediatamente anteriores haviam sido marcados por intensas lutas sociais e políticas, culminando nas emblemáticas mobilizações de operários e estudantes, em 1968, na França e em várias outras regiões do mundo. Segundo Boltanski e Chiapello (2020), enquanto os trabalhadores ressaltavam a exploração econômica e seus conflitos com a gerência – compondo a crítica social –, os estudantes focavam sua contestação no caráter alienante, autoritário e desumanizado da vida social e das relações de trabalho, denunciando o espaço restrito, nesse contexto, ao exercício da autonomia e da criatividade – expressando uma crítica estética.

Em suma, as contestações, na forma daquelas mobilizações, que se estenderam até o final dos anos 1970, tinha como alvo principal as grandes estruturas burocráticas – do Estado e das grandes corporações. Contudo, conforme propuseram os referidos autores, em um movimento de absorção e ressignificação da crítica operado pelas empresas, os anos 1980 viram nascer um “novo espírito do capitalismo”.

“The second...” debruça-se sobre a reestruturação do capitalismo que se estabelece nesse contexto. Sua publicação ocorreu em um *timing* preciso, tendo repercussão imediata, incluindo comentários elogiosos da renomada *The Harvard Business Review* (Piore e Sabel, 1985) acerca da importância

do livro. Apesar deste ter influenciado significativamente o debate que se seguiu, inclusive no Brasil, nunca foi traduzido para o português.

A próxima seção destaca as principais contribuições da obra. A seção seguinte analisa o conceito de especialização flexível, central para a compreensão da abordagem dos autores. Em seguida, faz-se um balanço (não exaustivo) de autoras e autores brasileiros que citaram e dialogaram com “The second...”. A penúltima seção está reservada a indicações gerais sobre outras obras dos autores publicadas nas últimas décadas. Por fim, trazemos algumas considerações a título de conclusão.

Uma nova divisão industrial?

Um dos conceitos centrais da abordagem de Piore e Sabel é o de “divisão industrial”. Para os autores, ele demarca o processo crítico no qual as tecnologias usadas para a produção em massa são colocadas em xeque. Como desdobramento, os caminhos do desenvolvimento econômico que se seguem são marcados por conflitos sociais que procuram substituir a organização econômica anterior.

A primeira divisão industrial teria sido caracterizada pela substituição do sistema de produção artesanal pela produção em massa, e o segundo, pela volta das características artesanais na organização capitalista, chamadas pelos autores de especialização flexível. Enquanto o primeiro momento se deu no início do século XX, tendo se consolidado após a Segunda Guerra Mundial, o segundo estaria acontecendo no momento em que os autores escreveram o livro.

Desde o início da revolução industrial até o final do século XIX, no intervalo de aproximadamente um século, as relações de produção teriam sido baseadas no que os autores chamaram de “sistema artesanal”. Sua característica central, no que diz respeito às unidades produtivas, era a predominância de pequenas e médias unidades fabris, as quais, embora estivessem sob um regime de competição entre si, mantinham nas suas relações margem para a cooperação.

Nessa mesma linha, do ponto de vista do processo de trabalho, prevalecia a ideia de que as máquinas deveriam ser utilizadas pelos trabalhadores artesãos para otimizar suas habilidades, visto que, como indica amplamente a

literatura, o trabalho artesanal implica o amplo domínio de um ofício por parte do trabalhador e a autonomia em relação ao planejamento e execução das tarefas. Nesse âmbito, o espírito cooperativo tinha forte influência, vicejando uma solidariedade horizontal entre os artesãos, mas também certo nível de cooperação vertical entre os empregados e os empregadores.

Para Marx, o processo de desenvolvimento do capitalismo envolveu a substituição gradual da produção artesanal pela manufatura e, por fim, pela fábrica. A história da acumulação capitalista teria culminado na produção em massa, tendo em vista os movimentos convergentes de concentração e centralização do capital. Do ponto de vista da organização produtiva, nessa passagem, com a predominância das grandes empresas, o espírito cooperativo que marcara o período artesanal foi substituído por um espírito mais competitivo. No que diz respeito ao processo de trabalho, a parcelização das atividades anteriormente integralizadas por artesãos, ampliando-se com isso a divisão do trabalho dentro das unidades produtivas e a separação entre concepção e execução, teria promovido uma desqualificação dos antigos trabalhadores artesanais.

Segundo Piore e Sabel (1984), Marx (assim como Adam Smith o havia feito) naturalizou a inevitabilidade do desenvolvimento capitalista apoiado na produção em massa, e não compreendeu que, até o final do século XIX, a produção artesanal predominava. Os autores ressuscitam teóricos contemporâneos que possuíam visões distintas sobre tal tema. É o caso de Pierre Joseph Proudhon, filósofo e anarquista francês, que defendia o mutualismo, ou seja, a formação de cooperativas de trabalhadores de pequeno e médio portes, articuladas entre si de modo interdependente, preservando com isso características da organização artesanal.

Nesse sentido, ao contrário da visão que veio a se afirmar, a passagem da produção artesanal para a de massas não foi resultado de uma evolução natural do sistema capitalista, mas sim produto de uma escolha feita pelos Estados nacionais e pelas firmas. Os primeiros atuaram no sentido de construir um arcabouço institucional que estimulasse a mudança organizativa das empresas, enquanto as empresas foram seduzidas pela ideia de que a produção em massa acarretaria um maior sucesso econômico e maiores lucros.

Para Piore e Sabel (1984), foi com o fim da Segunda Guerra Mundial que emergiu o consenso baseado na produção em massa. Neste, o objetivo central era a redução de custos através da produção em larga escala e da padronização dos produtos. Contudo, a institucionalização da produção em massa

seria um sistema inerentemente instável, visto que estaria sujeita às crises de regulação. Nestas, o elemento central é que oferta e demanda não se estabilizam. Uma possibilidade é a de que a demanda exceda a oferta quando as empresas não conseguem produzir o suficiente, tendo em vista problemas de coordenação das etapas do processo produtivo. Outra, é que a oferta supere a demanda, situação em que os estoques acumulados de mercadorias pelas empresas não seriam integralmente vendidos, acarretando crises de realização. Em razão disso, emergiram na primeira divisão industrial duas instituições voltadas a buscar diminuir as instabilidades do sistema, sendo uma no âmbito microeconômico e a outra no macroeconômico.

Quanto à primeira, no campo microeconômico, a corporação se afirma enquanto forma fundamental de organização empresarial do processo produtivo. Como um dos problemas fundamentais para a produção em massa dizia respeito à capacidade de obter recursos suficientes e constantes para serem investidos produtivamente, as firmas primaram por uma integração cada vez mais vertical de suas atividades econômicas, passando a administrar diretamente todas as etapas do processo produtivo.

Complementarmente, a necessidade de se alcançar uma maior estabilidade no fornecimento de recursos para a produção em larga escala fez com, no âmbito do processo de trabalho, as firmas buscassem subdividir mais e mais, promovendo a substituição dos trabalhadores ainda com um perfil próximo ao de artesão, cujo exercício do ofício pressupunha um domínio mais amplo do processo de feitura da mercadoria, por trabalhadores semi-qualificados, incumbidos de tarefas menos complexas e que demandavam menos tempo de formação (assimiladas predominantemente na vivência prática dentro das fábricas).

De acordo com Piore e Sabel (1984), a desqualificação dos trabalhadores na produção em massa tinha como objetivo assegurar um maior controle do processo de trabalho por parte da gerência. Isso se efetivou com a expropriação do saber dos trabalhadores sobre as etapas e o fazer produtivo, deslocando-o para as mãos da gerência, posicionada no topo de um regime cada vez mais hierarquizado de organização do trabalho, delimitado pelo fordismo, como um padrão de organização do processo produtivo, e pelo taylorismo, enquanto forma de gerenciamento do processo de trabalho. Os conflitos que ali afloravam foram delimitados por esse modelo de produção.

Henry Ford é tomado como um dos grandes idealizadores da produção em massa, baseada na linha de montagem, na padronização dos produtos e

na integração vertical da produção, de onde derivou a expressão *fordismo*. Piore e Sabel (em linha com Braverman, 1978) reconhecem em Frederick Taylor um papel central na idealização de um processo de trabalho ancorado na separação entre as tarefas de concepção e de execução, em total contraste com o que restava do antigo modelo artesanal. Para Taylor, seria a função da gerência científica controlar e gerenciar os micromovimentos dos trabalhadores, para torná-los passíveis de maior controle e alcançar maior produtividade.

Já do ponto de vista da regulação macroeconômica, os autores evidenciam seu papel fundamental para evitar as crises de realização na economia, atuando para impedir que não houvesse desequilíbrio entre a oferta dos produtos acumulados pelas empresas fordistas e a demanda da sociedade. Assim, as instituições deveriam focar na garantia da demanda, incorporando como referência o princípio Keynesiano da *demanda efetiva*, que, segundo Piore e Sabel (1984), pode ser dividida nas esferas privada e pública. A primeira (e mais importante) forma de escoar as mercadorias teria sido garantida pela força do sindicalismo nos países desenvolvidos. Ao atuarem barganhando melhores salários e condições de trabalho, faziam com que aumentasse o poder de compra dos trabalhadores e, por consequência, a demanda na esfera privada. O exemplo utilizado pelos autores de como as relações industriais na produção em massa garantiam a sobrevivência do próprio modelo foi o acordo firmado entre o sindicato norte-americano United Auto Workers (UAW) e a General Motors, em 1948.

A centralidade dessa negociação residia no fato de que a mesma serviu como modelo a ser seguido pelo movimento sindical norte-americano e europeu. No acordo se previa que o aumento salarial estava vinculado ao aumento da produtividade dos trabalhadores e ao índice de inflação. Ao servir como parâmetro para as negociações entre capital-trabalho, o fordismo institucionalizou um mecanismo de ampliação da demanda privada, diminuindo a possibilidade de crises de regulação. Além disso, o mercado de trabalho também foi posto sob uma legislação de garantias de direitos mínimos que, entre outros, estabeleceram um piso salarial. Normalmente, os países desenvolvidos ao longo do tempo aumentaram constantemente o salário mínimo, acompanhando não só a inflação, mas constituindo ganhos reais para os trabalhadores.

O Estado ainda atuou diretamente para estabilizar a oferta e a demanda, ao adotar políticas Keynesianas que estimulavam o investimento público e

ajudavam a constituir um sistema de seguridade social. Além disso, atuou nos âmbitos das políticas fiscal e monetária para produzir efeitos anticíclicos, ou seja, o *deficit* público e a taxa básica de juros deveriam ser ajustados de modo a mitigar a queda da demanda diante de crises econômicas. O Estado, em momentos de recessão, poderia (ou, mesmo, *deveria*) se endividar para favorecer a retomada dos investimentos, assim como deveria levar a taxa de juros a cair, de modo a reaquecer a economia. Na outra mão, poderia segurar os investimentos públicos e reajustar a taxa de juros em situações em que, em um ritmo muito aquecido, estivesse ocorrendo um aumento generalizado dos preços.

No plano internacional, a venda dos produtos para países em desenvolvimento assim como a transnacionalização das atividades das corporações foi um importante fator de realização dos estoques acumulados pelas corporações. Some-se a isso as baixas taxas de juros americanas vivenciadas no momento, e a postura de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que financiaram estratégias nacional-desenvolvimentistas nos países da periferia, o que fazia com que as empresas dos países desenvolvidos se beneficiassem e pudessem vender seus produtos. Além disso, a adoção de tarifas de câmbio fixas tinha efeitos microeconômicos positivos para as firmas, tornando possível que estas planejassem suas operações.

Para Piore e Sabel (1984), a produção em massa se tornou um consenso no âmbito dos países desenvolvidos. No entanto, variações importantes influenciaram as condições de passagem para a especialização flexível de cada economia. Em especial, as diferenças analisadas por eles se referem aos padrões de fordismo adotados em cada uma delas. Os EUA e a França teriam sido os casos de fordismo em sua forma mais “pura”, onde os resquícios do sistema artesanal foram praticamente eliminados pelas corporações. Predominou amplamente nesses países o controle do chão de fábrica pela gerência, através da desqualificação dos trabalhadores, fazendo com que os salários e os benefícios fossem vinculados às tarefas por eles exercidas – que também estavam conectadas à senioridade do empregado (quanto mais tempo de firma, melhores as tarefas designadas e, portanto, os salários e os benefícios). Em ambos os casos, a representação dos trabalhadores se dava por meio de delegados sindicais nos locais de trabalho e da negociação dos sindicatos com as corporações – seguindo o modelo de acordo coletivo feito entre a UAW e a GM em 1948.

Em contraste, Alemanha, Japão e Itália, embora tenham adotado o modelo de produção em massa, conviveram com formas artesanais de trabalho. Na Alemanha, a tradição artesanal sobreviveu nas corporações através do uso das comissões de fábrica. Além de garantir uma maior autonomia aos trabalhadores no desempenho de suas tarefas, as referidas comissões permitiram que os conflitos entre gerência e empregados diminuíssem, uma vez que os trabalhadores seriam assim consultados e informados sobre as decisões da empresa. Em alguns casos, também tinham direito à cogestão, quando podiam participar ativamente nas mudanças e decisões nos locais de trabalho. Esse modelo permitiu que as firmas do país adotassem processos de trabalho mais flexíveis, se adaptando melhor a mudanças do mercado, além de fomentar o espírito cooperativo capital-trabalho.

O Japão também incorporou características do sistema artesanal no processo de trabalho. Neste, foi adotado um modelo de rotatividade de tarefas entre os trabalhadores, fazendo com que todos eles pudessem ter conhecimento de todos os processos necessários para a confecção do produto, o que permitiu a recuperação da visão holística dos antigos artesãos. Com isso, foi possível também adotar um modelo de controle de qualidade, fazendo com que os empregados melhorassem continuamente suas tarefas.

Por fim, a Itália preservou o sistema artesanal através de uma integração dualista na sua economia. Enquanto as grandes corporações adotaram o fordismo, as pequenas e médias empresas, que assumiram setores pequenos, mantiveram o processo de trabalho em bases mais artesanais.

Não obstante a produção em massa tenha construído um complexo aparato institucional para preservar a economia de crises geradas pelo desequilíbrio entre oferta e demanda, para Piore e Sabel (1984), tal modelo entrou em crise no final dos anos 1970. Observam, contudo, que o fordismo tinha uma natureza inerentemente instável, especialmente em razão da rigidez no reajuste dos preços e da baixa capacidade das firmas de se adaptarem às mudanças na demanda. Para além disso, as fragilidades do modelo foram ampliadas por quatro fatores, deflagrando uma crise de regulação – ou seja, na capacidade de oferta e demanda convergirem para o equilíbrio: os choques do petróleo de 1973 e 1979; o fim da conversão dólar-ouro junto com a adoção de câmbios flutuantes; a subida da taxa básica de juros nos EUA; e, por fim, os conflitos sociais dos anos 1960 e 1970, nos EUA e Europa.²

2. Enquanto nos EUA a população se mobilizava pelos direitos civis dos negros norte-americanos e pelo fim da guerra no Vietnã, o contexto Europeu era marcado pelas manifestações de maio de 1968, que influenciaram uma série de protestos no continente.

Para Piore e Sabel, a crise do petróleo causou a elevação dos custos de produção e deflagrou uma subida inflacionária nos países. Os salários rígidos nas relações de produção fordista – dado que são barganhados coletivamente entre sindicatos e empresas –, impediu que as firmas buscassem evitar a alta dos preços dos produtos através de reduções salariais. Ademais, os governos, procurando enfrentar o aumento da inflação, começaram a introduzir uma série de políticas fiscais contracionistas. Observa-se, portanto, que enquanto a crise do petróleo deflagrou um problema de oferta de recursos as políticas dos governos minaram a demanda. Por sua vez, o fim do padrão dólar-ouro fez com que os países transitassem do câmbio fixo para o flutuante, resultando em uma capacidade menor das corporações de planejarem suas atividades e, portanto, afetando diretamente os seus investimentos. De maneira semelhante às políticas fiscais contracionistas, o crescimento da taxa básica de juros norte-americana produziu uma baixa no nível da demanda, contribuindo para minar um dos pilares da produção em massa. Particularmente, essa mudança implicou consequências graves para os países em desenvolvimento, que possuíam dívidas com os EUA indexadas à taxa de juros, de modo que essas nações tiveram que reduzir o consumo de produtos das empresas transnacionais. Por fim, as crises sociais nos EUA e na Europa contribuíram para que o modelo de produção em massa perdesse legitimidade social.

A crise na produção em massa abriu a possibilidade de um processo de transição. No entanto, ao primar por uma perspectiva não determinista da história, Piore e Sabel (1984) apontaram dois desdobramentos possíveis, alegando que a prevalência de uma em detrimento da outra deveria resultar em caminhos institucionais distintos.

A primeira delas seria continuar no caminho da produção em massa, o que implicaria um rearranjo das organizações e aparatos reguladores ao nível internacional. Trilhar esse caminho significaria aderir ao keynesianismo internacional. Como aquela crise era caracteristicamente de subconsumo, deveriam ser priorizados mecanismos de estabilização, como a criação de blocos regionais que agiriam facilitando a produção dos países fora da esfera nacional, assim como a construção de instrumentos robustos para incrementar os investimentos e a expansão produtiva entre os países desenvolvidos, mas também destes em relação aos países em desenvolvimento. Isso deveria ser acompanhado de uma revisão da atuação do FMI e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GAAT). No caso do FMI, sua postura de austeridade deveria ser revista, de modo a facilitar a tomada de crédito pelos

países sem a contrapartida da adoção por estes últimos de políticas fiscais e monetárias contracionistas, que concorrem para restringir ainda mais a demanda e alimentar a crise de regulação.

Outra reforma macroeconômica necessária para seguir nessa direção deveria ser a retomada das taxas de câmbio fixas ou a adoção de uma regra que limitasse sua volatilidade, o que teria implicações na tomada de decisões das firmas. A consequência dessas medidas seria a criação de um ambiente menos incerto para o planejamento das corporações.

Embora a adoção do keynesianismo a nível internacional fosse possível, Piore e Sabel (1984) dizem, ao mesmo tempo, que isto implicaria um nível de coordenação que dificilmente se realizaria naquele contexto. A argumentação dos autores remete, assim, ao conceito de especialização flexível.

A especialização flexível

Outro caminho possível para sair da crise do fordismo é exposto no texto como uma solução mais realista: a conversão, nas economias dos países desenvolvidos, da produção em massa fordista para a especialização flexível. Esse modelo teria como propósito recuperar as características do sistema artesanal que foi subordinado à produção em massa desde o final da Segunda Guerra Mundial. De maneira sintética, ele é visto como uma forma menos instável de organização da economia, pois é capaz de se adaptar às mudanças da oferta e da demanda. Do ponto de vista das relações inter-firma, implica uma cooperação entre pequenas e médias empresas, mas também a concorrência entre elas. Em relação ao produto, substitui a produção padronizada de larga escala por lotes pequenos e diversificados.

Quanto ao processo de trabalho, valoriza-se uma força de trabalho qualificada e que domine todas as etapas – sendo, portanto, polivalente. Nessa mesma linha, os conflitos entre gerência e trabalhadores pelo controle do chão de fábrica do fordismo dariam lugar à autonomia dos empregados na organização e execução das tarefas. A volta do trabalhador com características artesanais – multitarefas e autônomo –, seria reforçada pelo desenvolvimento tecnológico, que, na visão dos autores, contrasta com as características do período pós-Segunda Guerra Mundial.

Enquanto o fordismo foi marcado pela dominação das máquinas sobre os trabalhadores - quando, nos dizeres de Marx em “O capital”, os homens se tornam apêndices das máquinas -, na especialização flexível, segundo os autores, há uma mudança na relação entre ser humano e meio de trabalho. As máquinas e, mais especificamente, o computador, se tornaram as ferramentas do artesão moderno, dotado de capacidade de se adaptar a diferentes tarefas. A tecnologia e o computador teriam restabelecido o controle humano sobre a produção. Em um debate implícito com os marxistas, e que foi interpretado assim pelos mesmos (Antunes, 1995), o processo de trabalho seria, portanto, desalienado na especialização flexível, ou pelo menos perderia em grande medida as características que Marx definiu como compondo a alienação do trabalho.

Sobre a definição dos salários, enquanto a produção em massa utilizava o critério da senioridade, o sistema artesanal a vinculava diretamente às habilidades de cada trabalhador. Se a barganha coletiva sindical no fordismo impunha uma rigidez ao modelo, o mesmo poderia passar a atuar seguindo exemplos construídos antes da Segunda Guerra Mundial. Na tradição do sindicalismo de ofício nos EUA, era comum que os sindicatos funcionassem como intermediários para a contratação de trabalhadores através do sistema “*hiring halls*”. Neste, um representante sindical atua designando trabalhos para cada artesão. Além disso, ao monopolizarem o ofício, os sindicatos possuíam um maior controle sobre o mercado de trabalho, passando suas habilidades para aprendizes escolhidos - geralmente através de laços étnicos e familiares, mas também para *outsiders*. Nesse regime de trabalho, o pagamento dos trabalhadores estava vinculado à habilidade e ao número de tarefas realizadas. Assim, enquanto o salário dos trabalhadores na produção em massa podia ser entendido como um custo fixo, ele era, no sistema artesanal, um custo variável.

Em termos comparativos, a especialização flexível seria mais vantajosa do que a produção em massa, pois seria menos instável. Enquanto o fordismo dependia do planejamento central - dos Estados, corporações e sindicatos - para a definição dos preços, o sistema artesanal recorre novamente às estruturas de equalização da oferta e da demanda do mercado concorrencial. Nesse sentido, qualquer mudança na disponibilidade dos insumos e alterações na procura acarretariam variações nos preços. Mesmo sendo menos instável que a produção em massa, a especialização flexível apresenta dois possíveis problemas, segundo Piore e Sabel (1984): 1) a manutenção do dinamismo tecnológico; e 2) a dificuldade de coordenação para a inovação.

No primeiro caso, quando a firma encontra seu nicho de mercado, sempre há a tentação de interromper o processo de inovação – ainda mais na ausência de competição. Já no segundo, a competição entre as firmas pode minar o incentivo necessário para a cooperação e inovação.

Dessa maneira, embora à primeira vista o modelo flexível possa se adequar ao mercado, Piore e Sabel (1984) argumentam que, para melhorar o funcionamento do modelo, este deveria se enraizar em instituições no nível regional e que dependam da construção de relações de longa duração entre os atores. Portanto, a especialização flexível violaria as pressuposições da economia política clássica, que concebia apenas duas formas de organização: uma baseada no mercado e a outra na hierarquia.

São mencionadas pelos autores quatro instituições que se enquadram como formas microeconômicas de estruturação, entre elas: conglomerados regionais; federações de empresas; empresas solares (uma no centro e subcontratadas no entorno), e as *workshop factories*.

Os conglomerados regionais, também chamados “distritos industriais”, podiam ser observados no norte da Itália e em Nova Iorque (EUA), sendo compostos de pequenas empresas em rede que cooperam e competem entre si, onde prevalecem os contratos curtos nas relações interfirmas e onde se destaca o papel dessas modalidades produtivas na inovação. De acordo com os autores, os principais fatores que fazem com que as unidades produtivas cooperem entre si é o senso de comunidade que se desenvolve nos distritos, fortalecido pelo componente étnico e familiar das relações interfirmas e na relação capital-trabalho. Quanto às federações de empresas, baseiam-se no entrelaçamento entre suas estruturas organizativas, fazendo com que cada uma possua ações e participe dos conselhos de administração de outras. O exemplo utilizado pelos autores são os *zaibatsus* japoneses, empresas existentes desde antes da Segunda Guerra Mundial e que, desse modo, mantiveram uma coordenação em rede no pós-guerra. Já as empresas solares são caracterizadas por um arranjo no qual um conjunto de unidades de pequeno e médio porte são subcontratadas por uma firma maior. Embora esta última tenha a centralidade, as fornecedoras não estão em posição de mera subordinação, mas de colaboração e autonomia. Por fim, as *workshop factories* se assemelham com as empresas solares, se concentrando em nichos de mercado específicos e possuindo processos de trabalho associados ao sistema artesanal.

Do ponto de vista macrorregulatório, embora haja uma volta do mercado para balizar oferta e demanda, os salários e a taxa de retorno seriam dotados de uma certa estabilidade, ancorada nas expectativas e demandas da comunidade – como foi visto antes. Dessa maneira, ainda se faria necessário instituições de bem-estar social associadas à lógica keynesiana, com vistas a manter a função microrreguladora de preservação da solidariedade nas comunidades. Internacionalmente também, a especialização flexível acomodaria melhor a variação na taxa de câmbio e dos termos de troca vigente após a quebra do padrão dólar-ouro. No quadro 1 a seguir sintetizamos alguns elementos centrais dos dois modelos produtivos a partir da obra de Piore e Sabel (1984).

Quadro 1. Instituições macro e microeconômicas associadas à produção em massa e à especialização flexível, segundo Piore e Sabel (1984)

Produção em massa		Especialização flexível	
Instituições macroeconômicas	Instituições microeconômicas	Instituições macroeconômicas	Instituições microeconômicas
<ul style="list-style-type: none"> . Barganha salarial via <i>sindicatos</i> . Atuação do Estado (políticas fiscal e monetária anticíclicas, gasto público e benefícios sociais) . Internacionalização das empresas 	<ul style="list-style-type: none"> . Integração vertical . Controle da força de trabalho (desqualificação e separação entre concepção e execução) 	<ul style="list-style-type: none"> . Regulação da oferta e demanda via mercado . Atuação do Estado (política monetária anticíclica) 	<ul style="list-style-type: none"> . Instituições no nível regional (conglomerados regionais; federação de empresas; empresas solares; e <i>workshop factories</i>) . Trabalhador autônomo e polivalente

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de Piore e Sabel (1984).

Para Piore e Sabel (1984), a transição para o modelo flexível apresenta variações entre as nações e, assim sendo, deve ser explicada à luz de como a produção em massa foi incorporada em cada caso. Como foi visto anteriormente, EUA e França não conviveram com resíduos do sistema artesanal nas suas indústrias; em contraste, Itália, Alemanha e Japão conservaram aspectos do antigo regime de produção. Assim, enquanto os primeiros apresentaram mais dificuldades na transição, os demais conseguiram com relativa facilidade adotar a especialização flexível. No último capítulo, os autores se dedicaram a estudar mais a fundo o caso dos EUA, tendo em vista elucidar mais exaustivamente as dificuldades do país para alterar sua organização econômica.

Para além da pouca aderência do sistema artesanal na economia dos EUA, o primeiro motivo para a dificuldade dos norte-americanos com a especialização flexível teria relação com as políticas econômicas implementadas por seus governos desde o final dos anos 1970. De maneira geral, tanto o Partido Republicano quanto o Democrata³ adotam uma visão microeconômica pautada no *laissez-faire*. Durante períodos de crise, ambos os partidos atribuem a culpa pelos maus tempos às intervenções do Estado na economia, aos sindicatos e às estratégias das grandes corporações. Ao se filiarem a uma tradição liberal, que remonta aos séculos XVII e XVIII, baseada na competição entre empresas e na ideia do *self made man* – personagem que permeia o imaginário dos estadunidenses –, ambos os partidos acabaram por minar as bases necessárias para a especialização flexível. Como vimos, a mesma requer uma fusão de competição e cooperação que não corresponde ao modelo de *livre mercado*. No sistema artesanal, as firmas dependem das outras e dos seus trabalhadores para o compartilhamento de habilidades, saber técnico, informação e para definir os padrões da produção. Para Piore e Sabel (1984), embora a especialização flexível não requeira uma forte presença do Estado no nível federal, ela depende da atuação dos governos locais e regionais. Assim, a política industrial se transforma em política regional, coordenando programas de treinamento, pesquisa industrial, redes de transporte, crédito, infraestrutura, entre outros elementos. Em síntese, ela reforça os laços comunitários necessários para o modelo artesanal funcionar.

Alguns pesquisadores na época, identificando a necessidade de aderir ao modelo flexível, propuseram reformas para ajustar a economia dos EUA. Chamado por Piore e Sabel (1984) de “reformadores moderados”, os mesmos visavam reforçar o papel das grandes corporações ao mesmo tempo em que incentivavam a formação de comunidades do chão de fábrica, como os comitês de fábrica, e a presença dos empregados nos conselhos de administração.

Além disso, as empresas teriam tanto a função de distribuir benefícios sociais como assegurar estabilidade permanente no emprego para trabalhadores com mais de 10 anos. Para além da inadequação do modelo de grandes empresas, o problema com esses projetos se relaciona à falta de arranjo

3. Uma diferença deve ser notada. Para Piore e Sabel, o Partido Democrata possui na sua visão macroeconômica uma vertente Keynesiana. Assim, utiliza a intervenção do Estado e faz com que a demanda necessária seja suprida através da internacionalização das suas empresas. No entanto, nos momentos de crise, retoma uma vertente liberal de ação no nível microeconômico.

institucional que incluía sindicatos. Para os autores, a especialização flexível só poderia ter êxito nesse caso se existisse uma coordenação entre as firmas e os sindicatos. Um risco possível seria o de que as firmas aderirem ao modelo de negociação através de comitês de fábrica, nos quais as organizações de trabalhadores no nível nacional não marquem presença.

Por último, Piore e Sabel (1984) destacam as crenças e ideias dos norte-americanos como um obstáculo à transição para a implementação dos projetos reformistas, já que sua visão de mundo está impregnada de um sentimento antiburocrático, seja ele voltado contra governos interventores e/ou grandes corporações. Nesse sentido, projetos nos quais se aderisse parcialmente à especialização flexível, mas aumentassem o poder das grandes empresas, não teriam adesão popular.

“The second industrial divide” no debate sociológico do trabalho no Brasil

Um livro tão importante como “The second...” mereceria uma verdadeira revisão de literatura à parte, capaz de mapear sistematicamente o impacto e as citações da obra no debate brasileiro. Nossos objetivos aqui são mais modestos, uma vez que incumbidos da missão de, sobretudo, apresentar o livro, seus principais conceitos e as obras posteriores dos autores. Contudo, antes de apresentarmos nosso breve apanhado de estudos brasileiros que discutiram a obra, acreditamos que é necessário fazer também um breve recuo.

“The second...” se situa em um movimento mais amplo na sociologia do trabalho e outras áreas que se dedicaram a estudar as mudanças nas formas de organização do capitalismo e do trabalho a partir do final dos anos 1970. Nesse sentido, o livro se colocaria ao par com diversas outras obras que, igualmente, se dedicaram a teorizar sobre a transição das formas de organização capitalista, como Harvey (1998), em “A condição pós-moderna”, Castells (2008), em “A sociedade em rede”, entre outros. Além disso, esse foi um dos primeiros trabalhos de fôlego a propor um diagnóstico da crise do capitalismo contemporâneo – a partir da década de 1970 – e dos caminhos que os países estavam seguindo (ou deveriam trilhar), influenciando uma gama de trabalhos que aprofundaram suas teses ou indicaram contraevidências, propondo modelos teóricos alternativos.

Ao que tudo indica, ao menos no nível nacional, o trabalho de Piore e Sabel (1984) não foi usado exaustivamente para interpretar as mudanças na organização capitalista. Embora os autores tenham proposto um modelo e um projeto de reformas para os governos nacionais, outros conceitos saíram vitoriosos – mesmo que tenham se inspirado em “The second...” – para classificar a passagem do capitalismo fordista para o flexível. Entre eles, destacamos a categoria de “acumulação flexível” de Harvey (1998) – inspirando-se no marxismo – e a noção de “Toyotismo”, de Coriat (1994) – participante da Escola Francesa da Regulação. Em parte, isso se justifica justamente pelo pioneirismo da obra e esforço dos autores ao proporem soluções aos *policy makers*. Ademais, o livro de Piore e Sabel (1984) foi publicado em um momento em que a transição para um padrão flexível estava dando seus primeiros passos, não sendo possível observar por inteiro outros desdobramentos do modelo.

Para além disso, outro motivo de sua subutilização como base de interpretações mais abrangentes em abordagens mais recentes sobre as transformações pelas quais passa o capitalismo a partir dos anos 1970, nos parece ser a inspiração empírica da obra. Enquanto Piore e Sabel (1984) tiveram como principal referência a “Terceira Itália” e outros lugares organizados em torno de distritos industriais, autores como Coriat (1994) se inspiraram nos desenvolvimentos da economia Japonesa e, mais especificamente, no setor automotivo, tomando a Toyota como um caso representativo. Ao que tudo indica, os processos de reestruturação de empresas que se seguiram mimetizaram (Dimaggio e Powell, 2005) mais o padrão japonês do que os exemplos fornecidos por Piore e Sabel (1984).

Ruy Braga (Braga Neto, 2002), por exemplo, indica que, apesar dos autores apontarem tendências, o modelo ainda não conformava um *sistema*, faltando um marco institucional nacional que Coriat (1994) encontraria no capitalismo japonês. No caso dos países da periferia do capitalismo, a situação é ainda mais crítica, visto que o livro se referia aos países desenvolvidos. Chega-se até a mencionar a possibilidade de deslocamento de fábricas de produção em massa dos países centrais para os em desenvolvimento, em particular a América Latina.

É possível dizer, ainda, que a pouca utilização para análises mais recentes sobre a reestruturação do capitalismo pode estar relacionada ao desencanto com as formas flexíveis de organização da produção e do trabalho que marcaram as gerações de pesquisadores posteriores. Enquanto para Piore e

Sabel (1984) a diminuição da rigidez da produção em massa poderia abrir um caminho virtuoso de desalienação do trabalho, melhoria na qualidade de vida a partir do trabalho e a diminuição de crises de regulação, os debates contemporâneos têm apontado que a flexibilização pode atuar em outros sentidos. Como vemos a seguir, autores e autoras destacam, como resultado desse processo, a intensificação da jornada de trabalho, o aumento ou diminuição do tempo de trabalho sem ganhos adequados, a disseminação de formas precárias de contratação, entre outras consequências deletérias aos trabalhadores.

Feitas essas considerações, é preciso destacar que a obra de Piore e Sabel (1984) foi citada por diversos autores e autoras brasileiros nas últimas três décadas. Em sua tese de doutoramento, mais especificamente em seu capítulo três, que atende pelo sugestivo título “Crônicas de uma transição imperfeita”, Braga Neto (2002) conduz um complexo debate crítico da Teoria Francesa da Regulação. O autor aciona Piore e Sabel (1984) na seção “O pós-fordismo procura a luz no fim do túnel”. Após expor brevemente a obra e relacioná-la com a crítica francesa, Braga Neto (2002) ressalta o caráter supostamente progressista encampado por Piore e Sabel (1984) para, na seção “O pós-fordismo encontra seu campeão”, tecer suas críticas às proposições dos autores. Para ele, “o modelo da especialização flexível carece daquilo que marcou de forma indelével o fordismo: um marco institucional nacional” (Braga Neto, 2002, p. 142). Da mesma forma, os exemplos de Piore e Sabel (1984) não seriam suficientes para indicar uma tendência; o pós-fordismo se encontraria não na especialização flexível dos autores estadunidenses, mas, antes, no modelo japonês, coordenado pelo Estado e pelos *zaibatsus* em setores dinâmicos, com o emprego de novas tecnologias fabris e, sobretudo, organizacionais.

Recuando alguns anos no tempo, o texto da economista Maria Carolina Souza (1992) se dedica inteiramente a analisar “The second...”, discutindo o papel das pequenas e médias empresas (PMEs) no processo de reestruturação industrial e como elas se adaptam às mudanças tecnológicas. Souza discute também a visão de Piore e Sabel (1984) em relação às PME e à especialização flexível. O texto ajuda a evidenciar como a obra é uma referência importante na análise das PME, reconhecendo o quanto ela contribuiu para o debate sobre seu papel no processo de reestruturação industrial e para a compreensão dos desafios enfrentados por essas empresas em um contexto de mudanças tecnológicas aceleradas.

Outro texto a ser mencionado é o da socióloga Nadya Araujo Guimarães (Castro, 1993)⁴. Em estudo sobre o setor automotivo brasileiro, indaga se já era possível testemunhar uma transição pós-fordista em direção ao modelo japonês. Ao discutir a literatura dos então novos paradigmas de produção, a autora cita Piore e Sabel (1984) em meio a outras contribuições importantes nessa temática. Em sua leitura, rechaça o binarismo presente naquele debate entre “fordismo vs. pós-fordismo, produção em massa vs. especialização flexível, produção ‘gorda’ vs. produção ‘enxuta’, maquinofatura vs. sistemofatura” (Castro, 1993, p. 157, grifos da autora). Apesar desta crítica inicial mais geral, que se aplicava não só a Piore e Sabel (1984), mas à literatura disponível como um todo, a autora não retoma um debate mais pormenorizado do livro. Em sua conclusão acerca do caso do setor automotivo, observa que, nem mesmo nesse segmento, apesar das importantes mudanças organizacionais e nas relações industriais ali verificadas, a transição pós-fordista havia se completado.

Em um texto que situa o debate acadêmico sobre as mudanças tecno-organizacionais em curso na época e a possibilidade de transição pós-fordista, Helena Hirata (1994) foca no debate da (re)qualificação exigida neste processo, analisada em relação com o tema da divisão sexual do trabalho, ressaltando as promessas não cumpridas ao longo do caminho. A autora inclui a abordagem de Piore e Sabel (1984) na sua crítica às teses sobre novos paradigmas produtivos e de (re)qualificação, ao não incorporarem a questão de gênero que perpassa tais fenômenos. Isso, ao partirem, “nas suas elaborações teóricas, da figura do trabalhador homem como encarnando o universal”, sendo “fundados sobre essa figura arquetípica do operário prudhoniano” (Hirata, 1994, p. 134). Referindo-se a uma edição francesa posterior de sua obra⁵, datada de 1989, a autora destaca que os autores, mesmo diante das críticas a “The second...”, continuavam tangenciando a problemática do gênero. Em texto mais recente (Hirata, 2005), a autora se refere ao tema da especialização flexível, de Piore e Sabel (1984), como exemplos de formas de abordagem das mudanças no trabalho que teriam tido evidência nos anos 1980 e 1990. Nos anos 2000, tais abordagens teriam sido “recobertas pelo enfoque em termos de globalização/mundialização” (Hirata, 2005, p. 111).

4. Na época, utilizando o nome Nadya Araujo de Castro.

5. Piore, M.; Sabel, C. (1989). *Advertissement à l'édition française. In: _____*. Les chemins de la prospérité: de la production de masse à la spécialisation souple. Paris: Hachette.

Alice Abreu (1994) segue pelo mesmo caminho das argumentações de Hirata. Inicia apresentando brevemente a tese de Piore e Sabel (1984), e de como ela punha em xeque a tese bravermaniana da desqualificação do trabalho, que condenaria o capitalismo à produção de massa. Ela situa “The second...” no conjunto de trabalhos que apontavam as reviravoltas no mundo do trabalho nos anos 1980. Mas, logo em seguida, acusa a ausência do debate de gênero e da perspectiva da divisão sexual do trabalho na abordagem dos autores. Para ela, somente a teoria da divisão sexual do trabalho seria capaz de integrar coerentemente “os aspectos *trabalho* e *extra-trabalho* na discussão da qualificação” (Abreu, 1994, p. 54, grifos originais). A introdução das novas tecnologias produtivas e formas organizacionais não estaria acarretando imediatamente a redução das desigualdades de gênero no trabalho. Antes de ser apenas uma questão técnica, observa a autora, “a construção da qualificação é uma construção social sexuada” (Abreu, 1994, p. 56). Assim, a reconversão ou requalificação para as mulheres corria o risco, desde então, de se efetivar de maneira precarizante, caracterizada, por exemplo, por “contratos de curta duração ou empregos em tempo parcial” (Abreu, 1994, p. 56).

O ano de 1994 ainda teve uma outra contribuição importante na forma de um artigo escrito pela socióloga Leda Gitahy (1994). Em texto cujo objetivo era “[...] discutir o processo de reestruturação das empresas em curso na indústria brasileira, com ênfase na discussão das relações interfirmas e seus efeitos nas relações de emprego e no mercado de trabalho” (Gitahy, 1994, p. 144), a autora parecia se alinhar com a tese de que estava ocorrendo, de fato, uma transição para um “[...] novo paradigma de organização industrial” (Gitahy, 1994, p. 144).

Ao que nos interessa neste capítulo, Gitahy (1994) utiliza Piore e Sabel (1984) no contexto de obras que tentavam nomear ou conceituar este amplo e complexo processo de mudanças técnicas, organizacionais e sociais, sendo os autores creditados como proponentes da interpretação de especialização flexível que discutimos previamente. Mais especificamente, Gitahy (1994) expõe em detalhes a tese de Piore e Sabel (1984) na revisão desses estudos, concluindo com um quadro comparativo entre a produção em massa e a especialização flexível. A partir deste arcabouço teórico ampliado, a autora prossegue discutindo como esse novo paradigma estava sendo ensaiado na indústria nacional desde a década de 1970 e, em particular, analisando seus efeitos associados à reestruturação produtiva então em curso e ao mercado de trabalho, quando se testemunhava um avanço

importante da terceirização de muitas atividades produtivas na esteira da desverticalização das firmas.

Além disso, a autora identificou com a crise econômica dos anos 1980 e a emergência do movimento dos trabalhadores, novas formas de gestão da força de trabalho e de relacionamento entre as empresas e seus empregados. Cabe mencionar sobre o primeiro ponto a formação dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), *Kanban*, grupos semiautônomos. Já sobre as novas maneiras de relacionamento das firmas com seus trabalhadores, é digna de nota a formação das comissões de fábrica no setor automotivo, em empresas como a Ford e a Volkswagen.

Ao fim e ao cabo, embora a indústria brasileira tenha adquirido características da especialização flexível, Gitahy (1994) concluía de maneira cética, questionando o quanto esta transição paradigmática seria bem executada dada a natureza complexa do processo e as interações entre firmas, sindicatos e o processo recente de democratização do país. A questão que se colocava a autora era se as formas flexíveis de organização da produção produziriam uma trajetória virtuosa para empregados e empregadores, tal como na “Terceira Itália”, ou se as novas tecnologias e técnicas de gestão da força de trabalho poderiam ser usadas para aprofundar a precarização do trabalho.

Em “Adeus ao trabalho?” (1995), também Antunes menciona Piore e Sabel (1984), ao se referir às mudanças estruturais do capitalismo e do trabalho desencadeadas nos anos 1980:

Novos processos de trabalho emergem, onde o *cronômetro* e a *produção em série e de massa* são substituídos pela flexibilização da produção, pela ‘especialização flexível’, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (Antunes, 1995, p. 16, grifos originais).

Mas, logo em seguida, critica a perspectiva dos autores, chamando a atenção para a impossibilidade de generalização do modelo, amplamente demonstrada pela crítica a “The second...”, assim como o caráter “epidêmico” das mudanças, a intensificação do trabalho que acarretou, entre outros aspectos. Embora não ofereça um parecer direto sobre a análise proposta pelos acadêmicos estadunidenses, fica evidente o ceticismo do autor com

relação a ela, ao trazer em seu texto as críticas de Benjamim Coriat, Simon Clark, Frank Annunziato e Fergus Murray. Em sua visão, a adoção dos princípios pós-fordistas tendia a se alinhar com a lógica neoliberal, o que poderia fragilizar os trabalhadores ao redor do mundo e as provisões de bem-estar social ainda (então) disponíveis (Antunes, 1995). O autor indica uma preferência pelo conceito de Harvey de “acumulação flexível”. Nele, as mudanças na organização da produção têm como fundamento os desenvolvimentos da luta de classes e se orientam pela perspectiva da superação da dinâmica de exploração da força de trabalho.

Em um balanço da sociologia do trabalho na América Latina, Abramo e Montero (1995) recuperam quatro fases da evolução do debate sobre trabalho. Nas duas últimas (“Segunda ruptura: reconversão produtiva e processo de trabalho” e “Fordismo periférico ou flexibilidade perversa?”), as autoras destacam o debate na região diante da reconfiguração econômica global e do fracasso do projeto histórico da industrialização. Quanto aos anos 1990, identificam duas vertentes argumentativas: uma que via a flexibilidade como futuro inexorável, e outra que enxergava de maneira mais relativa esse avanço, ponderando as particularidades dos processos de trabalho na região. Sobre Piore e Sabel (1984), especificamente, Abramo e Montero (1995) avaliam:

Ainda que ambos os autores tenham repensado criticamente a ideia original de uma volta ao trabalho artesanal como fonte de competitividade, suas análises apontaram corretamente a importância do envolvimento do trabalhador e do compromisso do coletivo de trabalho para alcançar os aumentos de produtividade e a flexibilidade sistêmica que exigem as novas condições da concorrência global. O novo paradigma de especialização flexível exige que se volte a atenção para fora da fábrica a fim de compreender o que ocorre no seu interior (Abramo e Montero, 1995, p. 70).

Em texto que discute primariamente a globalização e as mudanças relacionadas, Gorender (1997) aciona Piore e Sabel (1984) para o debate sobre a transição do fordismo para a produção enxuta (*lean production*). O autor parece concordar que a produção enxuta e informatizada teria aberto caminho ao florescimento das PMEs. Observa, contudo, que nesse contexto as grandes empresas, multinacionais/transnacionais, continuavam dando

as cartas no jogo econômico, de modo que o benefício aparente das PMEs em momentos de crescimento do ciclo capitalista seria decorrência do compartilhamento e conexão dessas com as grandes de variados setores. A preocupação, segundo o autor, é de como essas organizações de menor escala lidarão com momentos de crise. Por fim, lembra o quanto as empresas médias estavam (até aquele momento, pelo menos) ainda muito vinculadas ao Estado-nação de origem, fato que, para o bem e para o mal, comprometeria suas operações; por sua vez, as multinacionais já conseguiam facilmente o feito de operarem a despeito das fronteiras.

Druck (1999) cita Piore e Sabel (1984) em sua caracterização do conceito de pós-fordismo, quando realça o modelo japonês como seu “maior exemplo” (Druck, 1999, p. 281). Ao levantar o debate sobre fordismo e japonismo, como sinônimo da produção enxuta/toyotismo, Druck (1999) também oferece sua visão acerca da implementação destas novas tendências no Brasil, a partir da questão da reestruturação produtiva que tanto marcou o debate na década de 1990. A autora apresenta uma leitura crítica e cética quanto à associação das PMEs com a ideia de “qualidade”, uma vez que estariam sujeitas e conectadas em verdadeiras redes de subcontratação. Identificou uma segmentação no debate brasileiro dos anos 1990: uma vertente partia de Piore e Sabel (1984) para realçar os pontos positivos da terceirização; e outra, à qual a autora se filia, ressalta a terceirização como um efeito da especialização flexível, como um fenômeno invariavelmente danoso aos trabalhadores.

O ano 2000 marcava o final do século XX, e com ele as discussões que envolveram a categoria de trabalho neste longo período. Naquele ano, Gitahy (2000) defendia sua importante tese de doutoramento, a qual consistia na reunião e revisão de seis artigos previamente publicados nas décadas de 1980 e 1990. Neste trabalho, que abre com citação direta de Sabel, as referências à “The second...” são feitas para contextualizar o conceito de especialização flexível e sua aplicação na análise das mudanças na indústria brasileira. O texto se concentra principalmente em discutir as práticas de produção flexíveis adotadas pelas empresas brasileiras e as transformações nas relações entre elas em diferentes cadeias de produção.

O conceito de especialização flexível é usado pela autora (Gitahy, 2000) na análise das mudanças na indústria brasileira para entender como as empresas estão se adaptando a um ambiente de mercado mais instável e segmentado. O texto discute como as empresas brasileiras estavam ado-

tando práticas flexíveis de produção, a exemplo da produção enxuta (*lean production*), para aumentar sua eficiência e competitividade. Além disso, o texto também analisa as relações entre empresas em diferentes cadeias de produção e como essas relações mudavam em resposta ao novo paradigma tecnológico e econômico.

Também Ramalho (2000) fez referência direta ao estudo de Piore e Sabel (1984). Após expor os fundamentos acerca do que veio a ser entendido como “fordismo”, o autor recua aos anos 1980 para situar “The second...” como uma obra que marcava a passagem a novos tempos. Em um debate que recupera também o estado da arte da sociologia do trabalho para pensar o Brasil, Ramalho (2000) não hesita em classificar a obra em questão como uma interpretação que buscava positivar as transformações daquele momento, a qual teria sido ainda prontamente adaptada e difundida pelo próprio discurso empresarial, que logo se muniu do adjetivo “flexível” para promover e defender as novas práticas organizacionais e seus efeitos sociais controversos.

Em texto posterior (Ramalho, 2005), o autor igualmente evidencia o tema das PMEs, ao tratar das múltiplas dimensões e efeitos sociais do desenvolvimento industrial local, referindo-se ao caso da região sul do estado do Rio de Janeiro. Um curioso caso de desenvolvimento industrial, a região se via ainda no início de uma leva de investimentos fabris no setor automotivo, o que só teria sido possível envolvendo ações da sociedade civil e de sindicatos locais. Mencionando os exemplos, discutidos por Piore e Sabel (1984), dos dinâmicos distritos industriais italianos, Ramalho (2005) critica uma leitura focada somente nas PMEs, ao levar em conta o debate sobre as Cadeias Globais de Valor (Gereffi, Humphrey e Sturgeon, 2005) e a centralidade das corporações transnacionais em arranjos globalizados. O autor via com ressalvas as possibilidades de integração entre a economia local e as PMEs, uma vez que iniciativas como a chegada de grandes empresas, como as montadoras automotivas, não lhe pareciam “particularmente estimulantes de qualquer parceria com as instituições e os atores econômicos e políticos em prol do desenvolvimento local” (Ramalho, 2005, p. 517).

Ao discutir o impacto de Piore e Sabel (1984) na sociologia do trabalho brasileira e latino-americana, Leite (2012) situa o debate do livro nos anos 1980, período de mudanças relevantes para o debate sociológico do trabalho. Em sua visão, o debate brasileiro na época ainda estava muito focado nos acontecimentos *dentro* das fábricas. A obra de Piore e Sabel (1984) teria

inspirado novos debates, entre os quais o da requalificação e o do pretensão “pós-fordismo”. Leite (2012) pinta o debate resultante em tons negativos, apontando que o foco recaiu nas empresas, sob uma perspectiva econômica e um apelo determinista. A autora referenda a categorização de Abramo e Montero (1995), qual seja, a de uma bifurcação no debate entre os trabalhos com viés mais positivo e/ou receptivo e aqueles mais céticos e/ou críticos a respeito da tradução das mudanças apontadas por Piore e Sabel (1984) em relação à historicamente crítica situação do trabalho latino-americano e brasileiro.

Também Lima (2013) evidencia essa contribuição do estudo de Piore e Sabel (1984), observando que, por muito tempo, o debate na sociologia do trabalho ficou centrado no âmbito fabril e na (des)qualificação dos trabalhadores:

Na sociologia brasileira, em termos teóricos, temos inicialmente a teoria do processo de trabalho de fundamentação marxista, seguida pelas *teorias da especialização flexível* que *desaguam nas abordagens pós-modernas*, as quais secundarizam o trabalho na construção das sociabilidades e identidades sociais, em nome da fragmentação e das identidades múltiplas (Lima, 2013, p. 1, grifos nossos).

O autor cita a obra de Piore e Sabel (1984) em dois momentos: no primeiro para argumentar que a reestruturação produtiva dos anos 1980 veio a engatar no Brasil somente na década seguinte, transformação esta que enseja a especialização flexível teorizada pelos autores estadunidenses. Mas nota que, no novo contexto, o discurso participativo não se sustentava, e que se mantinham “formas tayloristas adaptadas” (Lima, 2013, p. 6). No segundo momento, Lima (2013) aciona Piore e Sabel (1984) na sua discussão sobre os estudos sociológicos brasileiros do trabalho acerca da informalidade. Nota o quanto experiências como a da “Terceira Itália”, discutidas por Piore e Sabel (1984), “se constituíram em referência do modo como pequenas unidades produtivas altamente tecnológicas e cooperativas se inserem num mercado globalizado com vantagens”, de modo que os “aspectos negativos presentes na exploração de trabalho sem regulamentação [seriam] compensados pela flexibilidade intrínseca a essa atividade” (Lima, 2013, p. 9).

Pelo que apresentamos aqui, é possível concluir que Piore e Sabel (1984) é um “livro obrigatório”, por assim dizer, para uma adequada compreen-

são da trajetória da sociologia do trabalho brasileira, mas, ainda assim, que não suscitou um debate mais amplo e aprofundado. Embora não esteja no escopo de nossa pesquisa oferecer uma revisão sistematizada ou exaustiva da literatura, até onde nos consta, e até onde foi possível retrazar o debate, pode-se afirmar, sem grandes temores, que a obra de Piore e Sabel é usualmente acionada mais de modo a *contextualizar* uma tendência de transição no capitalismo, qual seja, a superação do fordismo, do que no sentido de produzir uma reflexão específica sobre o que propõe. Ainda assim, quando acionado de forma específica, o texto geralmente tem uma recepção mais crítica do que favorável.

A obra de Piore e Sabel pós-“The second industrial divide”

Como visto, Piore e Sabel começaram sua colaboração no meio da década de 1970, dando origem, em 1984, ao influente livro “The second...”. Além desta, os autores trouxeram outras contribuições relevantes para os campos da economia e da sociologia.

A pesquisa de Piore desenvolvida até sua obra mais conhecida no Brasil concentrou-se em mercados de trabalho, imigração e desenvolvimento econômico (exemplos: Berger e Piore, 1980; Doeringer e Piore, 1971; Piore, 1980). Ele escreveu extensivamente sobre os desafios enfrentados pelos trabalhadores pouco qualificados na economia global e propôs políticas destinadas a promover o emprego e a melhorar as condições de trabalho.

Em texto mais recente, “Root-cause regulation”, Piore argumenta, junto com Andrew Schrank, professor de sociologia e de assuntos internacionais na Brown University, que o ato de trabalhar é, nos dias de hoje, curiosamente mais letal do que os combates armados, vitimando cerca de 2,3 milhões de pessoas em todo o mundo a cada ano (Piore e Schrank, 2018). Os autores apontam que os EUA, com sua complicada estrutura regulatória, têm uma das maiores taxas de mortalidade ocupacional do mundo industrializado, bem como más condições de trabalho em geral. O livro busca encontrar os motivos pelos quais os trabalhadores estadunidenses estão se tornando menos seguros e protegidos após um século de reformas. Ao comparar as políticas regulatórias dos EUA com as da Europa e da América do Sul, discute as causas dessa tendência de queda e como revertê-la, com lições para países ricos e pobres. Em suma, Piore e Schrank (2018) desafiam

o credo neoliberal de que a regulação destruirá postos de trabalho; antes, esta é bem-vinda para a melhor organização do trabalho e, sobretudo, para a saúde dos trabalhadores.

As pesquisas de Sabel, por sua vez, enfocam a organização do trabalho, o papel das instituições no desenvolvimento econômico e a relação entre o direito e a mudança social (exemplos: Sabel, 1982; Sabel e Zeitlin, 2010). O autor também escreveu diversos trabalhos sobre os desafios enfrentados pelas pequenas e médias empresas (como Bagnasco e Sabel, 1995) e, tal como Piore, atuou na proposição de políticas públicas, neste caso, com foco na promoção da inovação e do empreendedorismo.

Mais recentemente, Sabel parece enveredar para o debate sobre a questão climática (como em Sabel e Victor, 2022). No entanto, o trabalho permanece no centro das atenções do pesquisador. Apesar de vir publicando menos livros nos últimos anos, o autor se manteve ativo na produção de artigos acadêmicos e capítulos de livro de alto impacto. Destacamos aqui o capítulo “Building a good jobs economy”, escrito com o renomado economista político de Harvard, Dani Rodrik (2022). Neste escrito, os autores argumentam que tanto o Estado de bem-estar social nos países desenvolvidos quanto as tentativas da industrialização nos subdesenvolvidos parecem esgotadas (Rodrik e Sabel, 2022). A economia contemporânea estaria dando lugar a uma sociedade dual, onde parte consegue interagir com padrões globalizados e a economia do conhecimento, enquanto a outra parte está alheia e empobrecida. A solução, para os autores, não está no keynesianismo, nem (somente) em políticas redistributivas, mas em buscar as causas do problema. Embora políticas econômicas anticíclicas, de redistribuição de renda, e regulações que evitem a concentração de poder econômico e a formação de oligopólios sejam importantes, os autores apontam a necessidade de uma economia fundamentada em bons empregos, que garantam as expectativas e a qualidade de vida do que se poderia entender como uma classe média. Esses só poderão ser oferecidos, contudo, com uma colaboração atualizada e bem performada entre setor público e privado.

De modo geral, as contribuições de Piore e Sabel são diversas e multifacetadas. Em trabalhos interdisciplinares, os autores vêm acumulando escritos que oferecem uma leitura pragmática sobre o trabalho e seu futuro. Embora no Brasil de modo geral, e na sociologia do trabalho, em particular, o livro de maior destaque tenha sido “The second...”, há certamente muito mais nas obras individuais dos autores para se considerar.

Considerações finais

Em resumo, podemos dizer que a importância do livro de Piore e Sabel se deve à capacidade de fomentar uma série de debates na sociologia do trabalho sobre as mudanças na organização produtiva e, mais especificamente, sobre o pós-fordismo. Situado no seu tempo histórico, marcado pela crítica às estruturas burocráticas, o livro também representa as aspirações de uma geração de cientistas sociais que via na especialização flexível e no desenvolvimento tecnológico a possibilidade de diminuir os conflitos sociais, de modo geral, e, em particular, nos locais de trabalho. Assim, embora os desenvolvimentos do capitalismo não tenham ocorrido como o propugnado (ou desejado) por eles, o livro em questão ajudou nas formulações posteriores a respeito das características centrais da produção flexível.

No caso do Brasil, a obra foi lida para contrastar as mudanças do capitalismo na Europa e Estados Unidos, com as características que assumiu no país. Assim, embora as empresas tenham adotado aspectos da especialização flexível, o caminho “virtuoso” de desenvolvimento narrado por Piore e Sabel, cujo emblema foi o caso italiano, foi visto com ceticismo pelos pesquisadores nacionais.

De toda maneira, o livro aqui discutido permanece um clássico que merece ser revisitado e, ainda que tardiamente, traduzido para o público leitor em português. O ano de 2024 marcará os 40 anos de sua publicação original, o que nos parece uma data oportuna para uma versão traduzida e comentada por sociólogos do trabalho brasileiros.

Referências

- Abramo, L.; Montero, C. (1995). A sociologia do trabalho na América Latina: Paradigmas teóricos e paradigmas produtivos. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, São Paulo, n. 40, p. 65–83.
- Abreu, A. R. de P. (1994). Especialização flexível e gêneros: debates atuais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, mar., v. 1, n. 8, p. 52–57.

Antunes, R. (1995). Fordismo, Toyotismo e acumulação flexível. In: _____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo/ Campinas, SP: Cortez - Editora da Universidade Estadual de Campinas.

Bagnasco, A.; Sabel, C. F. (1995). *Small and medium-size enterprises*. Londres: Pinter.

Berger, S.; Piore, M. J. (1980). *Dualism and Discontinuity in Industrial Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.

Boltanski, L.; Chiapello, E. (2020). *O novo espírito do capitalismo*. WMF Martins Fontes.

Braga Neto, R. G. (2002). *A nostalgia do fordismo: elementos para uma crítica da Teoria Francesa da Regulação*. 329 p. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

Braverman, H. (1978). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: LTC.

Castells, M. (2008). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Castro, N. A. (1993). Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro: reestruturação industrial ou japanização de ocasião? *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nov., n. 37, p. 155–173.

Coriat, B. (1994). *Pensar pelo avesso - o modelo japonês de trabalho e organização*. Revan.

Dimaggio, P. J.; Powell, W. W. (2005). A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, abr./jun., v. 2, n. 45, p. 74-89.

Doeringer, P. B.; Piore, M. J. (1971). *Internal labor markets and manpower analysis*. Armonk (NY): M.E. Sharpe.

Druck, M. G. (1999). Globalização e reestruturação produtiva: o Fordismo e/ou Japonismo. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 2, n. 19, p. 271–290.

Gereffi, G.; Humphrey, J.; Sturgeon, T. (2005). The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, London, fev., v. 1, n. 12, p. 78–104.

- Gitahy, L. (1994). Inovação tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, jan./mar., São Paulo, v. 8, n. 1, p. 144–153.
- _____. (2000). *A new paradigm of industrial organization: The diffusion of technological and managerial innovations in the Brazilian industry*. Uppsala (Suécia). 48 p. Tese de Doutorado. (Comprehensive Summaries of Uppsala Dissertations from the Faculty of Social Sciences 93). Uppsala University.
- Gorender, J. (1997). Globalização, tecnologia e relações de trabalho. *Estudos Avançados*. São Paulo, abr., v. 29, n. 11, p. 311–36.
- Harvey, D. (1998). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Ed. Loyola.
- Hirata, H. (1994). Da polarização das qualificações ao modelo de competência. In: Ferretti, C. J. (Org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. (2005). Globalização, trabalho e gênero. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 1, n. 9, p. 111–128.
- Leite, M. de P. (2012). A sociologia do trabalho na América Latina: seus temas e problemas (re)visitados. *Sociologia & Antropologia*, dez., Rio de Janeiro, n. 2, p. 103–127.
- Lima, J. C. (2013). A sociologia das novas formas de trabalho no Brasil: olhares, temáticas e desafios. In: Lima, J. C. (Org.). *Outras sociologias do trabalho: flexibilidades, emoções e mobilidades*. São Carlos, SP: EdUFSCar.
- Mit Economics (2023). Michael J. Piore. Brief Biography. Disponível em <<https://economics.mit.edu/people/faculty/michael-j-piore/brief-biography>>. Acesso em 06 mar. 2023.
- Piore, M. J. (1980). *Birds of passage: migrant labor and industrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____; Sabel, C. F. (1984). *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. Nova Iorque: Basic Books.
- _____; _____. (1985). The second industrial revolution. Disponível em <<https://www.inc.com/magazine/19850901/3510.html>>. Acesso em 15 mar. 2023.
- _____; Schrank, A. (2018). *Root-cause regulation: protecting work and workers in the twenty-first century*. Cambridge, Massachusetts (EUA)/ Londres (Inglaterra): Harvard University Press.

_____. (2000). Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje. *Dados*, n. 43, p. 761–777.

Ramalho, J. R. (2005). Novas conjunturas industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento. *Dados*, Rio de Janeiro, set., n. 48, p. 491–523.

Rodrik, D.; Sabel, C. (2022). Building a Good Jobs Economy. In: Allen, D.; Benkler, Y.; Downey, L.; Henderson, R.; Simons, J. (Orgs.). *A Political Economy of Justice*. Chicago: University of Chicago Press.

Sabel, C. F. (1982). *Work and politics: the division of labour in industry*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (2022). CV. Disponível em <<https://charlessabel.com/>>. Acesso em 06 mar. 2023.

_____; Victor, D. G. (2022). *Fixing the climate: strategies for an uncertain world*. Princeton: Princeton University Press.

_____; Zeitlin, J. (Orgs.). (2010). *Experimentalist governance in the European Union: towards a new architecture*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Souza, M. C. de A. F. (1992). A especialização flexível e as pequenas e médias empresas (PMEs): algumas notas sobre a visão de Piore e Sabel. *Ensaaios FEE*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 316–340.

Wikipedia Contributors (2022). *Michael J. Piore*. Disponível em <https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Michael_J._Piore&oldid=1076134508#References>. Acesso em 06 mar. 2023.

23. DE CADEIAS PRODUTIVAS GLOBAIS A CADEIAS GLOBAIS DE VALOR: A CONTRIBUIÇÃO DE GARY GEREFFI PARA A SOCIOLOGIA DO TRABALHO NO BRASIL

ALICE RANGEL DE PAIVA ABREU

Introdução

No início dos anos 1990 a sociologia do trabalho no Brasil, uma importante área com forte tradição e consolidação, tinha como um dos seus focos as transformações do processo de trabalho e das relações de produção a partir da crise do modelo fordista,¹ que dialogava, mas se distinguiu, dos tradicionais estudos sobre os sindicatos e organizações fabris. Olhando inicialmente como as novas formas de produção englobadas no conceito de “especialização flexível”² se materializavam num país em desenvolvimento, a discussão logo se reatualiza ao constatar a necessidade de entender como se davam as relações entre as firmas e a diversidade das formas de gestão por elas adotadas. Nesse sentido, esse novo enfoque, fortemente multidisciplinar, deslocava os referentes de espaço, até então centrado no interior das fábricas, para as redes e cadeias produzidas nas trajetórias de transformação das empresas. Trazia, igualmente, para a mesa, a questão das relações com grandes empresas transnacionais, porém, mais uma vez, reposicionava a discussão da teoria da dependência, que tratava da subordinação das periferias no desenvolvimento latino-americano face às grandes empresas dos países centrais, para uma análise das cadeias produtivas globais, e suas diversas formas de governança.

1. Os estudos do trabalho na sociologia brasileira foram tema de inúmeros balanços bibliográficos recentes, entre os quais Vêras de Oliveira, Ramalho e Rosenfield (2019) e Guimarães (2020), complementando resenhas anteriores, como Sorj (1983) e Abreu (1994).

2. Cf. Piore e Sabel (1984).

É nesse contexto que se insere a publicação do livro “Commodity chains and global capitalism”, em 1994, de Gary Gereffi e Miguel Korzeniewicz, que inaugura longo debate sobre cadeias produtivas globais, trazendo uma alternativa para entender a crescente internacionalização da economia e seus impactos em países em desenvolvimento.

Este capítulo, dividido em quatro partes, inicialmente apresenta os fundamentos do conceito de *cadeias produtivas globais*, discutindo na segunda parte sua evolução para *cadeias globais de valor*. A terceira parte discute como as análises de cadeias produtivas globais e cadeias globais de valor foram utilizadas para examinar alguns setores relevantes da economia brasileira e entender sua inserção nessas cadeias e redes globais. Finalmente, à guisa de conclusão, analisamos como os estudos dos pesquisadores brasileiros envolvidos nesse diálogo evoluíram nos últimos trinta anos e apontamos como os desenvolvimentos recentes no mundo do trabalho e na sociedade contemporânea exigem um reposicionamento dos conceitos de cadeias globais de valor, para dar conta dos freios atuais à globalização da produção.

Cadeias produtivas globais – o início do debate

A crescente internacionalização das atividades produtivas pós-Segunda Guerra Mundial foi analisada por diferentes perspectivas, desde a teoria da mundialização até a teoria da dependência. A primeira trouxe uma ampla perspectiva histórica ao processo de globalização, mostrando como, desde o século XVI, algumas mercadorias eram comercializadas globalmente e salientando as estruturas hierárquicas entre países. A teoria da dependência, por sua vez, tinha como centro da análise a dependência entre centro e periferia no capitalismo contemporâneo, enfatizando o aspecto de subordinação política nas relações econômicas entre o Norte e o Sul globais.³ Reconhecendo que a interlocução com essas duas perspectivas contribuiu para sua visão das cadeias produtivas globais, Gary Gereffi traz, no entanto, uma perspectiva mais pragmática. Sem deixar de reconhecer as relações de subordinação dos vários níveis da cadeia, a perspectiva de cadeias produtivas globais, tomando como foco um produto específico (calçados, automóveis, ves-

3. Cf. Gereffi (1994), Part I.

tuário e tantos outros), identifica as atividades dispersas internacionalmente para a fabricação do produto final, e analisa como as grandes corporações multinacionais envolvidas no controle da cadeia como um todo afetam o desenvolvimento competitivo das empresas locais nas diferentes regiões. Os vários estudos que integram o livro inaugural dessa perspectiva, analisando exemplos da América Latina e Sudeste Asiático, refletem com clareza a afirmação de Hopkinse Wallerstein (1994, p. 50), que “a maior virtude de uma cadeia produtiva está na ênfase no processo”.

Considerando as três dimensões das cadeias produtivas globais, [i] a interrelação de produtos e serviços numa crescente cadeia de valor das atividades econômicas; [ii] a dispersão ou concentração espacial das cadeias de produção ou distribuição envolvendo empresas de diferentes tipos e tamanhos, e [iii] a estrutura de governança, que indica como relações de autoridade e poder determinam a alocação de recursos materiais, humanos e financeiros ao longo da cadeia, essa perspectiva abre uma discussão profícua sobre as possibilidades de desenvolvimento competitivo das empresas locais.

Segundo Gereffi, Ponte e Raj-Reichert (2019, p. 5), alguns temas específicos distinguem essa abordagem de outras análises do processo de internacionalização produtiva: “(1) a centralidade das corporações multinacionais e das dinâmicas de poder no estudo das indústrias globais; (2) a re-conceptualização [*sic*] do papel do Estado e das ‘estratégias de desenvolvimento’ do Sudeste Asiático e da América Latina; e (3) a institucionalização da agenda de pesquisa das Cadeias Globais de Valor”. As grandes corporações transnacionais que participam dos sistemas globalizados de produção o fazem, não de forma isolada, mas como parte de estratégias globais de produção e distribuição. É necessário, portanto, entender suas relações com os vários outros agentes econômicos das cadeias. Um outro aspecto importante que a análise de cadeias globais de produção permite identificar é o papel das estratégias nacionais de desenvolvimento dos diferentes países para sua inserção nas cadeias globais. Essa perspectiva contrasta, por exemplo, o modelo de substituição de importações latino-americano com o modelo de industrialização orientada para exportação do Sudeste Asiático, com consequências bastante distintas nas respectivas

posições na economia global, bem como na alocação doméstica de recursos entre indústrias e grupos sociais.⁴

A interrelação em redes das atividades econômicas num sistema de produção permite que empresas criem redes tecnológicas e organizacionais que sustentam o desenvolvimento, a produção e a distribuição de produtos específicos numa organização global. Diferenciando a simples dispersão geográfica, entendida como internacionalização, da globalização, que envolve uma integração funcional entre as atividades dispersas internacionalmente, Gereffi chama atenção para o fato de que as grandes corporações transnacionais que coordenam estratégias globais de produção, distribuição e comercialização estão fortemente envolvidas no processo, ainda que de formas diferenciadas.

De fato, as cadeias produtivas globais podem se organizar de diferentes maneiras, dependendo dos ativos que as empresas líderes acionam para efetivar sua coordenação. Nas cadeias de produção (*producer-driven*), as corporações transnacionais têm um papel central no controle do sistema produtivo, como é peculiar a indústrias intensivas em capital e tecnologia, como as indústrias automotiva e aeronáutica, ou de computação. A subcontratação de componentes é comum nesse modelo, mas o controle do processo produtivo permanece com as corporações transnacionais.

Nas cadeias de comercialização (*buyer-driven*) as empresas líderes são corporações representando grandes marcas ou empresas comerciais, que estabelecem uma rede de produção descentralizada em vários países em desenvolvimento, organização típica de indústrias intensivas em trabalho, como a do vestuário, sapatos, móveis, brinquedos, além de outras. As empresas líderes não fabricam, mas mantêm o controle do planejamento, do *design* e da comercialização do produto, para garantir a qualidade final, e as cadeias constitutivas são muitas vezes complexas, envolvendo diferentes níveis de empresas.

As inúmeras pesquisas utilizando o modelo de cadeias produtivas globais permitiram refinar e aprofundar esses dois modelos, trazendo uma riqueza de detalhes para o modo de funcionamento das cadeias. As duas indústrias

4. Em "Manufacturing miracles: paths of industrialization in Latin America and East Asia", que compara as estratégias de desenvolvimento do México, Brasil, Coreia do Sul e Taiwan, o autor afirma que a visão tradicional é que os países latino-americanos com um grande mercado interno, como Brasil, México e Argentina investiram na substituição de importações, enquanto os pequenos países do Sudeste Asiático adotaram uma industrialização orientada para a exportação. Argumenta, no entanto, que a perspectiva de cadeias produtivas globais permite ir além e constatar que ambas as estratégias são adotadas em diferentes cadeias pelas duas regiões (Cf. Gereffi e Wyman, 1990).

emblemáticas desses modelos são a indústria automobilística, como uma cadeia impulsionada pela produção, e a indústria do vestuário, como uma cadeia coordenada pelas grandes marcas ou grandes empresas comerciais.

A primorosa análise de Gereffi, centrada sobre como grandes marcas do vestuário esportivo dos Estados Unidos ou grandes empresas comerciais, que dominavam o mercado consumidor americano, controlavam vastas cadeias produtivas em diferentes países, não através da produção, mas através da coordenação das diferentes atividades para chegar a um produto final com as requeridas características de qualidade, é uma das referências obrigatórias desse modelo. As vantagens auferidas pela empresa líder resultam de um complexo conjunto de pesquisa de ponta, desenvolvimento de *design*, vendas, *marketing* e serviços financeiros, sobre o qual mantém estrito controle, e que garante sua posição no nicho específico de mercado. A fabricação dos produtos, no entanto, é realizada por uma extensa cadeia de vários níveis espalhada por inúmeros países (Gereffi, 1994).

Já na cadeia automotiva, as grandes corporações multinacionais controlam diretamente a produção, com o domínio da tecnologia e de algumas etapas-chave do processo, ainda que possam subcontratar a fabricação de componentes. A análise de como a indústria de autopeças se organiza em distintos países, México, Brasil e Coreia, mostra como as características locais dos diferentes níveis podem influir fortemente na forma de inserção na cadeia (Lee e Cason, 1994).

A emergência do conceito das cadeias globais de valor

Com a perspectiva de cadeias produtivas globais fortemente reconhecida e servindo de base a um número expressivo de pesquisas em diferentes países e regiões, o grupo liderado por Gereffi, ainda no final dos anos 1990, faz um importante movimento para abrir o diálogo com uma outra perspectiva cujo interesse central era o conceito de “especialização flexível” (Piore e Sabel, 1984), que caracterizava as pequenas empresas do norte da Itália (Capecci, 1990 e 1997; Brusco, 1982; Sabel e Zeitlin, 1997). Com foco na dinâmica local dos *economic clusters*, i.e., aglomerações setoriais e distritos industriais, os pesquisadores do conceito de especialização flexível queriam entender como as pequenas empresas, tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento, podiam melhorar sua posição na economia global. Nesse sentido,

contrastavam com a perspectiva das cadeias produtivas globais que olhavam o processo a partir das corporações transnacionais. No entanto, também a perspectiva das cadeias produtivas globais tinha interesse em entender como o funcionamento das cadeias determinava os ganhadores e os perdedores nos diferentes níveis, contribuindo para o desenvolvimento efetivo de vários países do Sul Global.

Ambas as perspectivas reconheciam que os ganhos da globalização estavam muito mal distribuídos dentro e entre países. O desafio era integrar os diferentes níveis de análise: o *macro* (global), o *meso* (indústrias e países), e o *micro* (empresas e comunidades) (Gereffi, Ponte e Raj-Reichert, 2019), para poder introduzir uma série de novos temas que permitissem entender a crescente desigualdade entre países e os aspectos empobrecedores da globalização. Nasce aí o conceito de cadeias globais de valor, que adicionam novas áreas de interesse e uma nova tipologia de governança. Nas palavras de Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2018, p. 108):

O trabalho de pesquisa e de política relacionado a Cadeias Globais de Valor examina as diferentes maneiras em que os sistemas de produção e distribuição globais são integrados, e as possibilidades para empresas nos países em desenvolvimento para melhorar sua posição nos mercados globais. Esperamos que a teoria de governança das cadeias globais de valor que desenvolvemos aqui serão úteis para o desenvolvimento de ferramentas efetivas de políticas relacionadas à um *upgrading* industrial, ao desenvolvimento econômico, à criação de emprego e alívio da pobreza.

Nas cadeias globais de valor os países podem fazer escolhas importantes para regular ou desregular as cadeias locais, mas apenas uma análise abrangente de todos os atores envolvidos pode explicar “as dinâmicas sempre em movimento das cadeias globais de valor e os processos relacionados de acumulação de capital” (Gereffi, Ponte e Raj-Reichert, 2019, p. 112).

A nova tipologia proposta para cadeias globais de valor tentava dar conta da variedade de relações reveladas pelos diferentes estudos empíricos, que ultrapassavam os modelos de *producer-driven* e *buyer-driven* utilizados anteriormente.

Uma cadeia de valor descreve todas as atividades realizadas pelas firmas e pelos trabalhadores para fazer um produto, desde sua concepção até sua

forma final e comercialização. Inclui, portanto, atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de *design*, produção, comercialização, distribuição e assistência pós-venda para o consumidor final. Essas atividades podem ser realizadas dentro de uma única fábrica ou ser repartidas entre firmas diferentes, podendo estar dispersas geograficamente. Ao focalizar toda a cadeia, e incluir atividades tangíveis e intangíveis de agregação de valor, essa perspectiva permite uma visão holística das indústrias globais. E possibilita uma análise tanto de cima para baixo, ao analisar como as empresas líderes coordenam as atividades ao longo da cadeia, como de baixo para cima, ao indagar como decisões podem afetar as trajetórias de países ou regiões relacionadas com o desenvolvimento econômico e social.

O novo modelo apontava para seis dimensões básicas das cadeias globais de valor, três delas relacionadas às dinâmicas globais e as três seguintes relacionadas às dimensões locais, que esclarecem como os países se inserem nas cadeias global de valor (Gereffi e Fernandez-Stark, 2016, p. 7; Humphrey e Schmitz, 2001):

A - Dimensões globais

1. *A estrutura de entrada e saída de insumos (input-output), que descreve o processo de transformação da matéria-prima ao produto final.* Com relação a esse ponto os autores indicam a necessidade de: [a] identificar as principais atividades e segmentos na cadeia global de valor e [b] identificar as dinâmicas e as estruturas das empresas dentro de cada segmento da cadeia de valor (Gereffi e Fernandez-Stark, 2016, p. 8-9);

2. *A dimensão geográfica, que explica como a indústria está distribuída globalmente e em que países se realizam as diferentes atividades.* De fato, uma das principais contribuições dessa perspectiva é mapear a distribuição geográfica das indústrias globais, bem como as mudanças que ocorrem ao longo do tempo. As empresas operam em diferentes escalas geográficas, local, nacional, regional e global, e estão em evolução permanente. Esse é um ponto importante para ser levado em consideração com as mudanças contemporâneas da economia mundial. Os autores sugerem que pode estar ocorrendo uma tendência para a regionalização com o advento dos grandes acordos comerciais regionais (Gereffi e Fernandez-Stark, 2016, p. 10);

3. *A estrutura de governança, que explica como a cadeia é controlada por empresas.* Indo além dos modelos *produce-driven* e *buyer-driven*, propõem uma estrutura de governança mais elaborada, envolvendo cinco modelos: de mercado, modular, relacional, cativa e hierárquica, construídos a partir de três variáveis: a complexidade da informação entre os atores das cadeias; a forma pela qual a informação é codificada; e o nível de competências dos supridores (Gereffi e Fernandez-Stark, 2016, p. 10-11; Frederick e Gereffi, 2009; Gereffi *et al.*, 2005).

B – Dimensões locais

4. *O processo de upgrading, que descreve o movimento dinâmico dentro da cadeia, examinando como distintos produtores se movimentam entre os diferentes níveis e estágios da mesma.* A melhoria de posição nas cadeias pelas empresas está associada a diversos fatores, como as políticas governamentais, as estratégias corporativas, instituições, tecnologia e qualificação dos trabalhadores. Os padrões de sucesso na cadeia diferem de acordo com as indústrias e com a estrutura local de insumos e o contexto institucional de cada país (Gereffi e Fernandez-Stark, 2016, p. 12-14);

5. *O contexto institucional local onde se insere a cadeia, que envolve elementos econômicos e sociais.* A inserção nas cadeias globais de valor está fortemente associada às condições locais, tanto econômicas, que incluem a disponibilidade de insumos, os custos do trabalho, a infraestrutura financeira disponível, etc.; como às condições sociais, que incluem o contexto do mercado de trabalho local, sua diversidade, qualificação e acesso à educação; além das condições jurídico/administrativas, como regulação trabalhista e fiscal, subsídios, políticas de educação e inovação (Gereffi e Fernandez-Stark, 2016, p.14);

6. *Todas as partes interessadas de uma empresa (stakeholders), que descrevem como os atores locais da cadeia de valor interagem para atingir melhorias na sua posição na cadeia.* O mapeamento dos diferentes atores é fundamental. Os mais comuns são: empresas, associações industriais, trabalhadores, instituições educacionais, agências governamentais, departamento comerciais e de promoção de exportações e investimentos, ministérios de economia, educação, ciência e tecnologia, do exterior.

É necessário também considerar como estão estruturadas as relações entre esses atores no nível local, e que instituições estão numa posição de influenciar mudanças, o que identificaria os atores centrais da cadeia (Gereffi e Fernandez-Stark, 2016, p. 14).

O reposicionamento para cadeias globais de valor vai subsidiar um importante número de estudos integrando as perspectivas de distritos industriais e cadeias de valor e levar a uma forte institucionalização da equipe de Gary Gereffi na Duke University nos EEUU. Inicialmente no Center on Globalization, Governance & Competitiveness, e depois no The Duke University Global Value Chains Center⁵, a comunidade de pesquisa ligada às cadeias globais de valor continuou a ter uma enorme atividade, onde a América Latina e o Brasil mantiveram presença.

Cadeias produtivas globais e cadeias globais de valor no Brasil: a evolução de um tema de pesquisa

A sociologia do trabalho brasileira ao final dos anos 1980 já vinha discutindo temas relacionados ao debate das cadeias produtivas globais, vistos através de abordagens críticas da reestruturação produtiva e da globalização. A maioria dos trabalhos se centrava na discussão de como as mudanças na produção fordista, em pleno curso nos países desenvolvidos, e as novas formas inspiradas no modelo japonês afetavam o uso da força de trabalho das empresas locais, e como as organizações sindicais reagiam a essas mudanças.⁶

Um outro grupo, que tinha como uma das suas âncoras o GT 30 da Anpocs⁷, trazia o processo de trabalho como foco principal de pesquisa. Com uma forte perspectiva multidisciplinar, congregava pesquisadores de muitas áreas como antropologia, educação, engenharia, economia, gestão, e concentrava seus estudos nos processos de reestruturação produtiva em curso no país. Como enfatiza Nadya Guimarães “[...] ao unificá-los o interesse pelos estudos das relações sociais tal como estabelecidas e negociadas

5. Cf. <<https://gvcc.duke.edu/>>. Acesso em 24 ago. 2022.

6. Para um competente levantamento dessa produção, ver Vêras de Oliveira, Ramalho e Rosenfield (2019).

7. O GT 30, Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais, criado em 1983, teve importante presença na Anpocs durante os anos 80/90.

nos cotidianos, maiormente (conquanto não exclusivamente) de natureza fabril” (Guimarães, 2020, p. 38).

Ao olhar a produção desse grupo é possível perceber que:

[...] agregavam algo realmente novo na literatura sociológica. Ao inverter a perspectiva tradicional, abandonando o sistema político como ponto de partida para a percepção do movimento operário e privilegiando a análise da experiência cotidiana de subordinação na esfera fabril, essa nova perspectiva enfatiza o processo de trabalho como um dos elementos cruciais através do qual a classe se constitui, ou seja, as formas de subordinação e resistência no contexto fabril passam a ser um elemento central para a compreensão da formação e trajetória da classe trabalhadora (Abreu, 1986, p. 84).

De fato, já em trabalho anterior, Guimarães (2005) indicava como uma das abordagens em curso da sociologia do trabalho brasileira aquela que incorporava o estudo das mudanças nas formas de uso do trabalho, incorporando a perspectiva da cadeia produtiva e do mercado de trabalho, assim como o tema da terceirização.

Para esse conjunto de pesquisadores, fortemente internacionalizados, com conexões em diferentes instituições na Europa e nos Estados Unidos, uma relação importante se dava com o Institute of Development Studies, da Universidade de Sussex, com forte interesse no Brasil. E é através do trabalho de dois pesquisadores do IDS, John Humphrey e Hubert Schmitz, que a integração entre a perspectiva de *cluster*/distritos industriais e de cadeias globais de valor será formalizada, utilizando como exemplos alguns estudos de caso brasileiros. Ambos tinham trabalhado no Brasil, Humphrey com a indústria automobilística (Humphrey, 1982; Hirata e Humphrey, 1992; Humphrey, 1987), Schmitz com a indústria de calçados no Rio Grande do Sul (Schmitz, 1995; Nadvi e Schmitz, 1994). Foi, no entanto, depois da aproximação com o grupo de Gereffi, num seminário realizado em 2000⁸ que conectava as duas comunidades, a da especialização flexível e a das cadeias de produção globais, que Schmitz e Humphrey elaboram de

8. Gereffi, Humphrey, Kaplinsky e Sturgeon (2001) fazem um relato do seminário e incluem uma lista de participantes, que além de Humphrey e Schmitz inclui também um pesquisador brasileiro, Antônio Fleury, da Escola Politécnica da USP.

forma competente uma visão integrada das duas perspectivas, como vemos adiante.⁹ Certamente, no entanto, esse esforço de integração estava informado pelos estudos anteriores dos dois autores, centrados em aglomerados setoriais ou setores industriais.

Assim, o artigo de Schmitz sobre o que classificou de *super cluster* de calçados no Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, chamava atenção para as características que autorizavam a usar o conceito de *cluster* (a concentração espacial de um grande número de empresas num mesmo espaço geográfico, fabricando diferentes etapas do produto,¹⁰ e sua inserção no mercado exportador, através de agentes de exportação), ao mesmo tempo em que indicava os elementos que distinguem esse caso do modelo italiano original (como a existência de empresas de tamanhos muito diferenciados, com grandes fábricas fordistas ao lado de pequenas e médias empresas; a forma de utilização da força de trabalho, que não seguia os modelos de qualificação crescente; e a importância de políticas governamentais locais, que não são o foco principal do modelo de especialização flexível). Afirma que o caso do Vale dos Sinos resulta numa contradição, já que pode ser classificado como distrito industrial/*cluster*, mas não como um exemplo de industrialização flexível (Schmitz, 1995).

Humphrey, por sua vez, tinha estudado a indústria automobilística brasileira nos anos 1970/80, quando sete grandes multinacionais constituíam a totalidade daquele setor, produzindo uma variedade de automóveis, caminhões e ônibus. Seu objetivo era entender o uso e controle da força de trabalho para poder explicar o nascente movimento operário/sindical metalúrgico de São Bernardo em São Paulo. O interessante da sua análise é o foco nas condições do interior da fábrica para entender o contexto do movimento operário (Humphrey, 1982, p. 11-16). Um outro aspecto interessante do trabalho de Humphrey nesse período é introduzir uma análise por gênero (Humphrey, 1987; Hirata e Humphrey, 1992), que será um dos novos temas posteriormente introduzidos nas cadeias globais de valor.

Quando se olha os novos parâmetros das cadeias globais de valor fica claro que o confronto entre cadeias produtivas globais e a perspectiva de *cluster* - aglomerações setoriais ou distritos industriais, que envolvia diferentes

9. Cf. Humphrey e Schmitz, 2000; Humphrey e Schmitz, 2001, e Schmitz (Ed.), 2004.

10. Schmitz (1995) ressalta que o Vale dos Sinos é o único conglomerado de calçados no país que congrega todas as etapas da fabricação do produto, desde a preparação do couro até a comercialização final, passando por etapas de confecção de componentes.

modelos de especialização flexível -, trouxe contribuições importantes para ambos. Havia, dos dois lados, uma clara percepção de que participar da economia global trazia tanto oportunidades como perigos. O maior perigo era ficar estacionado nos estratos inferiores das cadeias, competindo por meio de menores salários e situações degradantes de trabalho. As oportunidades eram vistas através de histórias de sucesso, de exemplos onde a inserção global leva a uma melhora coletiva de um aglomerado setorial, como foi o caso do polo de calçados no Vale dos Sinos no Brasil (Schmitz, 2004).

A integração das duas perspectivas introduz, do lado das cadeias globais de valor, a noção de *upgrading*, o processo de agregação de valor que melhora a posição na cadeia dos diferentes atores e que abrange uma clara preocupação com temas sociais, inserindo de forma explícita temas como o da questão de gênero e de políticas públicas/governamentais. Do lado dos pesquisadores de aglomerados setoriais e distritos industriais, introduz a noção de rede e de cadeias, ampliando a percepção de eficiência coletiva para além dos limites do aglomerado ou distrito industrial.

De fato, Humphrey e Schmitz iniciam esse diálogo já no final dos anos 1990, quando incluem a rede como uma das formas de eficiência coletiva, enfatizando que “a organização em rede de pequenas e médias empresas não precisa estar necessariamente ligada ao fato de estar na mesma localidade e pode ainda levar a uma eficiência coletiva” (Humphrey e Schmitz, 1996, p. 1859).¹¹ É, no entanto, em Humphrey e Schmitz (2000), que as duas perspectivas irão explicitamente se integrar, ao indagar se a entrada de aglomerados industriais em redes e cadeias favorecem ou impedem suas estratégias de melhoria da posição relativa na cadeia. Para responder a essa pergunta, os autores argumentam ser necessário explicitar o tipo de governança das cadeias (de mercado, semi-hierárquico e hierárquico) e o tipo de melhoria disponível para as empresas (se aquelas de produtos e processos ou as melhorias funcionais, que levariam a uma adequação aos padrões globais). Para os autores fica claro que os estudos de caso em países em desenvolvimento mostram que a coordenação da cadeia é uma atividade custosa, e que na maioria dos casos as empresas líderes relutam em favorecer grandes melhorias nos produtores locais, mantendo as assimetrias.

11. Nesse trabalho, “The Triple C approach to local industrial policy”, os autores discutem como políticas industriais devem associar os aspectos positivos dos modelos dos *clusters* e distritos industriais com os de redes e cadeias, visando uma política apoiada nos Triplo C: *customer-oriented, collective, cumulative* (orientada para o cliente, coletiva e cumulativa).

A introdução explícita da questão de gênero foi outra novidade na produção mais recente dos pesquisadores ligados à perspectiva das cadeias globais de valor. Muitos estudos avançaram para além da análise das cadeias de indústrias tradicionais, onde o trabalho feminino aparece nos estratos inferiores de qualificação e remuneração, como o de Bamber e Hamrick (2019), que investiga aspectos da indústria de equipamentos médicos na Costa Rica. As autoras mostram que o avanço das empresas estudadas na cadeia global afetou também as mulheres trabalhadoras, com aumento de salários e promoções funcionais, embora reconheçam que sucessos como esses necessitam políticas específicas, de qualificação e suporte da mão-de-obra feminina.

Como toda essa discussão repercutiu nos estudos do trabalho no Brasil? O final dos anos 1990 parece ter sido um período especialmente fértil para as discussões teórico-metodológicas do grupo em torno da questão do processo de trabalho. Importante ressaltar algumas iniciativas e eventos que motivaram uma viva discussão acerca dos temas de cadeias produtivas globais e cadeias globais de valor, que traziam também uma clara postura crítica em relação a muitos pontos.

Dois encontros se transformaram em importantes pontos de referência para esse grupo, um seminário, realizado em 1997 no Rio de Janeiro, sobre Produção Flexível e Novas Institucionalidades na América Latina; e, em 1999 e 2000, os Seminários Temáticos Interdisciplinares “Os Estudos do Trabalho: Novas Problemáticas, Novas Metodologias e Novas Áreas de Pesquisa”, organizados pela Universidade de São Paulo.¹² Ambos consolidaram discussões sobre redes e cadeias, sobre governança e as múltiplas relações econômicas e sociais ao longo da cadeia, e reafirmaram a questão de gênero como uma variável importante no estudo do trabalho. Muitas questões discutidas naquele momento evoluíram para temas centrais da sociologia de trabalho, hoje institucionalizados em importantes grupos de pesquisa.

12. O seminário de 1997, que resultou no livro “Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina” (Abreu, 2000), foi o coroamento do projeto “Economic governance and flexible production in Latin America and East Asia. A program of research, conferences and publication”. Desenvolvido no Social Science Research Council dos Estados Unidos, de 1995 a 1997, teve a coordenação de uma equipe internacional composta pelos professores Rick Doner, Eric Hershberg, Frederic Deyo, Alice Rangel de Paiva Abreu e Laís Abramo. Os seminários de 1999 e 2000 da USP foram organizados por Helena Hirata, Mario Salerno, Nadya Guimarães, Afonso Fleury, Leda Gitahy, Maria Teresa Fleury, Marcia de Paula Leite e Claudio Salvadori Dedecca, reunindo um número expressivo de pesquisadores do mundo do trabalho no Brasil ao longo de várias sessões. As sessões sobre novas metodologias e novas áreas de pesquisa resultaram no livro “Novas tramas produtivas: uma discussão teórico metodológica” (Gitahy e Leite, 2005).

A questão de redes e cadeias se impôs a partir dos muitos estudos centrados nas novas formas de organização do trabalho, resultante de modelos mais flexíveis e focados no aumento da qualidade, tanto de produto como da mão-de-obra. Entender como algumas funções eram externalizadas para fora da fábrica em questão obrigava o pesquisador, como tão bem enfatiza Guimarães (2005), a ter um olhar mais ampliado, e a analisar o intrincado tecido de relações econômicas e sociais estabelecidas ao longo da rede.

Nesse caminho, a metodologia de estudos transversais, em profundidade, de caso único mostrou-se cada vez mais insuficiente. O entendimento das estratégias de gerenciamento do trabalho apontava para desenhos de tipo longitudinal (antes que para fotografias de tipo *cross-section*) e para o estudo das firmas imersas em seu contexto de competição e de alianças, para a análise de redes interfirmas (antes que para o estudo de um só caso ou de poucos casos, isolados dos complexos em que se inserem). A análise longitudinal de firmas em redes revelou-se, então, uma estratégia de grande valor heurístico, quando se enfrenta o desafio de identificar a maneira pela qual se combinam, na explicação, os determinantes contextuais e aqueles internos à própria organização (Guimarães, 2005, p. 34).

Esse olhar para redes e cadeias informou toda uma nova agenda de pesquisa. Os estudos sobre as redes de fornecedores de diferentes setores se multiplicaram e constituíram a base para interessantes debates sobre que metodologias adotar para captar esses processos (Gitahy, 2005; Guimarães, 2005; Leite, 2005). A cooperação com outras disciplinas fica também evidente, com a forte presença de engenheiros, que já utilizavam o conceito de cadeias globais de valor (Fleury e Fleury, 2000, 2005) e de pesquisadores da área de educação. O que impressiona é a diversidade de setores estudados (químico, automobilístico, têxtil, linha branca, telecomunicações, calçados, plástico, móveis); as diferentes abordagens metodológicas e a ênfase de que era preciso estudar não apenas as mudanças em curso nas grandes e médias empresas, mas também o que acontecia ao longo da cadeia produtiva, incluindo as pequenas empresas fornecedoras de terceira ou quarta linha (Abreu, 2000; Gitahy, 2005; Abramo, 2005).

O olhar para redes e cadeias amplia também os estudos para fora do Brasil, uma vez que não apenas é preciso entender a coordenação de empresas

líderes situadas no exterior, mas também exige muitas vezes uma análise comparativa para evidenciar como a mesma cadeia pode ter conexões em diferentes países e como as condições locais podem resultar em dinâmicas bastante distintas (Novick e Yoguel, 2000; Fleury e Fleury, 2000).

A questão da governança e da possibilidade de movimento ao longo da cadeia foi outro tema importante nessa nova agenda de pesquisa. Fica claro, mais uma vez, a importância do diálogo com todo o arcabouço conceitual das cadeias globais de valor, não obstante a ênfase no fato de as condições locais afetarem de forma negativa a posição das empresas brasileiras ao longo da cadeia. Abreu e Ramalho (2005), ao analisarem a implantação do novo polo automotivo no sul fluminense, consideram essencial iluminar as relações entre o global, o regional e o local, e incorporar ao seu quadro analítico a dimensão de poder (relações hierárquicas), mapeando a atuação dos diversos atores sociais e econômicos envolvidos. Ramalho, Santos e Lima (2016) expressam bem esse ponto ao observarem que: “O peso atribuído às escalas regional, internacional e, principalmente, global, como espaços de decisão e ação econômica e política de grandes empresas, tem limitado o entendimento de que sua constituição efetiva passa pela localidade” (p. 176).

A pesquisa sobre o consórcio modular implantado pela Volkswagen Caminhões e Ônibus em Resende, em 1996, consegue captar um exemplo único de arranjo organizacional na indústria automobilística brasileira, já que continua sendo o único exemplo no qual a montagem do produto final é integralmente realizada pelos fornecedores (Abreu, Beynon e Ramalho, 2000). Posteriormente, outras montadoras, em outros estados brasileiros, implantaram sistemas parecidos, os assim chamados condomínios industriais,¹³ que passaram a agrupar empresas fornecedoras em torno das principais montadoras, reduzindo custos de transporte, ajustando a integração entre as empresas e assegurando um fluxo contínuo de fornecimento. Os dois modelos são redes verticalizadas e hierarquizadas, mas com arranjos bastante distintos da cadeia usual de produção.

A vinda, em 2001, de outra montadora, a PSA Peugeot Citroën, para o município vizinho de Porto Real, permitiu contrastar diferentes formas de arranjos organizacionais, e, mais do que tudo, investigara relação com os trabalhadores ao longo da cadeia. Enfatizando que muitas vezes os estudos

13. Os casos da Fiat (Betim/MG), Audi (São José dos Pinhais/PR), GM (Gravataí/RS) e Ford (Camaçari/BA).

de redes e cadeias deixam de lado uma análise mais profunda da agência dos trabalhadores nesses espaços, Ramalho e Santos (2018), afirmam:

Dessa forma, o conjunto de contribuições que visa preencher essa lacuna demonstra enorme potencial para reconstituir uma compreensão relacional da conformação das estratégias corporativas em rede e de uma classe trabalhadora profundamente estratificada, implicando condições mais complexas de consentimento e resistência. Nesses termos, parece central o aprofundamento das investigações acerca das formas de integração assimétrica e funcional das frações da classe trabalhadora, tendo em conta segmentações étnica, de gênero, regional etc. e os processos estruturais de diferenciação que os sustentam – generificação, racialização, regionalização etc. Mais importante, essas contribuições destacam a natureza fragmentada e contraditória, individual e coletiva, da agência dos trabalhadores. De fato, os trabalhadores e suas organizações de representação configuram uma matriz constitutiva da globalização econômica. Não obstante, sua conformação empírica não se reduz, de modo algum, a modelos de ação predeterminados, grandemente apoiados na experiência histórica de categorias organizadas de trabalhadores oriundas de segmentos da indústria e com forte componente idealizado. De fato, a ‘fragmentação’ da agência proposta pelo modelo das RGPS precisa ser radicalizada e incorporada pelos estudos do trabalho, de modo a reconstituir as condições empíricas a partir das quais os trabalhadores se vinculam a cadeias de valor extensão, que partem da extração, passam pela produção, distribuição e consumo, mas não se esgotam no descarte, reconstituindo incessantemente tanto os ciclos de acumulação de capital quanto as condições de sua ruptura periódica (Ramalho e Santos, 2018, p. 25-26).

A ênfase na agência dos trabalhadores passa também pelo reconhecimento da permanente importância da representação sindical, que, segundo os mesmos autores, “vêm sendo reconfiguradas incessantemente, emulando práticas corporativas em rede, mas também se desenvolvendo a partir de repertórios históricos e inovações institucionais” (Ramalho e Santos, 2018, p. 26).

Uma outra característica dessa nova agenda de pesquisa no final dos anos 1990 é a reafirmação da questão de gênero como elemento central para a compreensão da complexa rede de relações de produção nos espaços fabris. Abreu afirma

[...] que as relações de produção atualizam, muitas vezes, relações de poder que não emanam diretamente da esfera produtiva. Abre-se, portanto, todo um amplo espectro de análise onde a cultura, a questão do gênero e das relações familiares, das representações e percepções da realidade vivida ocupam um espaço tão significativo como o espaço usualmente atribuído a fatores de ordem política, econômica e tecnológica (Abreu, 1986 *apud* Guimarães, 2022).

Como já mencionado, os pioneiros estudos de Humphrey (1987) e Hirata e Humphrey (1992) haviam revelado como emprego e desemprego, qualificação e salários, eram conjugados de forma muito distinta para homens e mulheres. Esses autores, baseados em estudos de processos fabris na indústria paulista, traziam o tema para outro patamar de análise. A nova agenda de pesquisa focando a questão das cadeias globais de valor vai, como em outros temas, acrescentar novos olhares e perspectivas. Laís Abramo (2005), coloca os pontos centrais dessa nova perspectiva:

Em termos metodológicos e conceituais, essas conclusões reforçam a importância de dois procedimentos: a) a incorporação da perspectiva de análise das cadeias produtivas no estudo dos fenômenos relativos à reestruturação, na medida em que esta permite visibilizar a presença feminina como parte importante das novas articulações produtivas, ao evidenciar como (apesar de muitas vezes ausente das empresas de ponta das cadeias) elas estão presentes nos diversos níveis de subcontratação que as conformam, e, nessa medida, são parte importante do ‘novo trabalhador coletivo’ que se configura ao longo dessas articulações; b) a incorporação explícita da dimensão de gênero nos estudos referentes à reestruturação produtiva, e, especificamente, naqueles referentes às novas configurações das cadeias produtivas, que permite elucidar a permanência e reprodução desses mecanismos de discriminação e segmentação do mercado de trabalho (Abramo, 2005, p. 113).

Entender a variedade dos tipos de trabalho incorporados nos diferentes níveis leva Abramo a afirmar que, ao olhar de forma holística a cadeia, passamos a compreender que:

A própria noção de qualificação é uma construção social, na qual a dimensão de gênero é um componente fundamental [...] Em outras palavras, o que define um trabalho como qualificado e não-qualificado [*sic*] não é apenas o seu conteúdo técnico específico (e tenderia a ser cada vez menos, segundo as novas tendências da organização produtiva). Nessa construção social entram fortemente as imagens de gênero, ou seja, as representações que têm empresários, gerências, trabalhadores, trabalhadoras, sistemas de formação profissional, sobre o que é o trabalho de homens e o trabalho de mulheres, as habilidades, qualidades, comportamento, atitudes e competências de uns e outros (Abramo, 2005, p. 112).

Essas afirmações são plenamente confirmadas por Bila Sorj (2005) que discute um tipo específico de trabalho, o trabalho domiciliar, e mostra que este pode ser exercido por assalariados formalmente contratados, ao estudar uma empresa de um setor de atividade não tradicional que utiliza o trabalho domiciliar no contexto de políticas de “qualidade total”. Na empresa estudada, as trabalhadoras em domicílio tinham contratos formais de trabalho, com direitos trabalhistas e um salário fixo mensal competitivo para o mercado local. O estudo sugere, portanto, uma hibridização entre trabalho formal/informal, que expressa a complexidade dos efeitos da reestruturação produtiva sobre o trabalho.

Um olhar contemporâneo – os estudos do trabalho e cadeias globais de valor no mundo de hoje

O debate sobre cadeias e redes na sociologia do trabalho brasileira discutido acima se deu fortemente fertilizado por inúmeras outras referências, e não apenas de Gary Gereffi e seu grupo. É inegável, no entanto, que os conceitos de cadeias produtivas globais e, posteriormente, de cadeias globais de valor marcaram fortemente a sociologia do trabalho e foram a base de uma rica discussão teórico-metodológica que certamente agregou um conhecimento importante sobre o mundo do trabalho nos últimos 30 anos.

A vasta produção recente do grupo de Gereffi inclui trabalhos de naturezas distintas. Por um lado, textos que continuam a refinar a discussão teórico-metodológica, como os “Global value chains analysis: a primer” (Gereffi e Fernandez-Stark, 2016); “Global value chains and development: redefining the contours of 21st Century capitalism” (Gereffi, 1918); “Local cluster in global value chains: linking

actors and territories through manufacturing and innovation” (De Marchi, Di Maria e Gereffi, 2018); “Handbook on global value chains” (Gereffi, Ponte e Raj-Reichert, 2019). Por outro, um vasto leque de relatórios e pesquisas patrocinadas por clientes que abordam questões de desenvolvimento econômico e social para governos, fundações e organizações internacionais. Uma grande parte desses estudos está concentrada na Ásia e África, mas é possível encontrar referências sobre América Latina e Caribe e, em menor número, Brasil.¹⁴

Também no Brasil houve uma evolução. Muitos trabalhos aqui citados se revelaram como primeiros passos para uma forte institucionalização de temas até hoje relevantes e presentes na sociologia do trabalho brasileira.

Um trajeto interessante foi aquele dos estudos de gênero, que incitaram a sociologia do processo de trabalho “a pensar as realidades mais amplas do mercado do trabalho” (Abramo, 2005, p. 101), e que evolui para a criação e estruturação de um novo e importante tema, o “trabalho do cuidado”, hoje ancorado numa competente discussão conceitual e em estudos cada vez mais amplos envolvendo as realidades do cuidado na sociedade brasileira.¹⁵

O conceito de cadeias globais de valor continua sendo um referencial importante para a engenharia de produção e estudos do trabalho, utilizado para iluminar os processos recentes e nem sempre positivos da inserção brasileira nas cadeias e redes internacionais, fortemente impactados pelas crises recentes da economia brasileira e pelos desdobramentos da pandemia de Covid -19 (CNI, 2021; Fleury e Fleury, 2021; Fleury, 2022; Leite e Salas, 2022; Ress, Moraes e Salerno, 2013).

O estudo da implantação do polo automotivo em Resende germinou para o núcleo de pesquisa *Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA)*, vinculado à UFRJ, criado em 2014, e que hoje revela

[...] o esforço coletivo bem-sucedido de pesquisadoras e pesquisadores, ao longo desse período, reajustando continuamente o foco de análise e atualizando de modo incessante o debate sobre temas e aspectos transformadores daquela realidade regional.

14. No portal do Duke Global Value Chains Center é possível realizar uma busca de toda sua produção. Cf: <<https://gvcc.duke.edu/overview-of-work/>>.

15. Além de um importante número de artigos, alguns livros sintetizam o trabalho recente sobre o tema: Guimarães e Hirata (2020); Guimarães e Hirata (Orgs.) (2020a); Guimarães e Hirata (2021); Hirata (2022).

Isto resultou na elaboração de dezenas de teses e dissertações, na publicação de achados em importantes periódicos científicos nacionais e internacionais, na realização de três *surveys* sobre o perfil do operariado, na participação em encontros regionais, entre outras atividades (Ramalho e Santos, 2022, p. 13).

É preciso assinalar, no entanto, que os desenvolvimentos recentes no mundo do trabalho e na sociedade contemporânea vão exigir um reposicionamento do conceito de cadeias globais de valor, para dar conta dos freios atuais à globalização como consequência da pandemia e do novo cenário geopolítico mundial. Gereffi não tem se furtado a debater essas questões. Desde 2014, quando publicou um artigo sobre cadeias globais de valor num mundo pós-Consenso de Washington, vinha discutindo como os novos acordos regionais, as crises econômicas e o novo papel de países como a China vinham afetando fortemente algumas cadeias de valor. É, no entanto, no seu depoimento para o Comitê de Comércio, Ciência e Transporte do Senado Americano, em 2021, comentando um recente relatório produzido pela Casa Branca sobre como fortalecer as cadeias de suprimento americanas (Gereffi, 2021), que o autor aponta para questões a serem levadas em consideração para manter a perspectiva de cadeias globais de valor como um conceito operacional para o mundo contemporâneo. O impacto da Covid-19, os novos acordos econômicos regionais, o crescente papel da Ásia e da China como seu epicentro, têm resultado no encurtamento de algumas cadeias e na volta de políticas de cunho nacionalistas. Como refinar a análise de cadeias globais de valor a esses novos tempos será um dos desafios a ser enfrentado.

Referências

Abramo, L. (1998). Um olhar de gênero: visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. *In*: Abramo, Laís; Abreu, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: Alast/Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo.

_____. (2005). Cadeias produtivas, segmentação de gênero e novas formas de regulação: notas metodológicas a partir de uma experiência de pesquisa.

In: Gitahy, Leda; Leite, Márcia de Paula. (Orgs.) *Novas Tramas Produtivas. Uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac, p. 93-118.

Abreu, A. R. P. (1994). Especialização Flexível e Gênero: debates atuais. *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 1, p. 52-57.

_____. (Org.). (2000). *Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

_____; Beynon, H.; Ramalho, J. R. (2000). The dream factory. VW's Modular Production System in Resende, Brazil. *Work, Employment and Society*, 14, p. 265-282.

_____; Gitahy, L.; Ramalho, J. R.; Ruas, R. (2000). Produção flexível e relações interfirmas: a indústria de autopeças em três regiões do Brasil. In: Abreu, Alice R. de P. (Org.). *Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 27-73.

_____; Ramalho, J. R. (2005). Para além do processo de trabalho: uma agenda de pesquisa para o polo automotivo do Rio de Janeiro. In: Gitahy, Leda; Leite, Márcia de Paula. (Orgs.). *Novas tramas produtivas. Uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac, p. 119-136.

Bamber, P.; Hamrick, D. (2019). *Gender dynamics and upgrading in global value chains: the case of medical devices*. Background paper for the WBG WTO Global Report on Trade and Gender, jan., 18. Disponível em <<https://gvcc.duke.edu/cggclisting/gender-dynamics-and-upgrading-in-global-value-chains-the-case-of-medical-devices/>>. Acesso em 19 ago. 2022.

Brusco, S. (1982). The Emilian model: productive decentralisation and social integration. *Cambridge Economic Journal*, v. 6, n. 2.

Capecchi, V. (1990). La economía informal y el desarrollo de la especialización flexible en Emilia Romagna. In: Portes, Alejandro (Org.) *La Economía Informal en los Países Dessallorados y en los Menos Avanzados*. Buenos Aires: Planeta.

Confederação Nacional da Indústria (2021). *Reorganização das cadeias globais de valor: riscos e oportunidades para o Brasil resultantes da pandemia de COVID-19*. Relatório preparado por Timothy J. Sturgeon e Mark P. Dallas, tradução de Demaristes Volpa. Brasília: CNI, 2021. 64p. Disponível em <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/?title=Reorganiza%C3%A7%C3%A3o+das+cadeias+globais+de+valor&categories=11&month=0&year=&data_geral=>>. Acesso em 09 dez. 2022.

De Marchi, V.; Di Maria, E.; Gereffi, G. (2018). Industrial districts, clusters and global value chains. Toward an integrated framework. *In: De Marchi, Valentina; Di Maria, Eleonora; Gereffi, Gary (Rds.). Local cluster in global value chains: linking actors and territories through manufacturing and innovation.* Abingdon: Routledge, p. 1-18.

_____. (Eds.). (2018). *Local cluster in global value chains: linking actors and territories through manufacturing and innovation.* Abingdon: Routledge.

Fleury, A. (2022). *Reindustrialização: determinações advindas das cadeias globais de valor.* Texto preparado para o Ciclo de Estudos Estratégicos do CONDEFESA – Conselho Nacional da Indústria de Defesa e Segurança da CNI – Confederação Nacional da Indústria. 12p.

Fleury, A.; Fleury, M. T. L. (2005). Em busca de metodologias para o estudo de cadeias de valor. *In: Gitahy, Leda; Leite, Márcia de Paula (Orgs.). Novas tramas produtivas. uma discussão teórico-metodológica.* São Paulo: Senac, p. 137-169.

_____. (2020). A reconfiguração das cadeias globais de valor (global value chains) pós-pandemia. *Estudos Avançados* [On-line], n. 34, p. 203-219.

_____. (2000). A dinâmica das relações cliente-fornecedor no processo de aprendizagem organizacional de empresas brasileiras e mexicanas. *In: Abreu, Alice R. de P. (Org.). Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 192-215.

Gereffi, G. (1994). The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S. Retailers shape overseas production networks. *In: Gereffi, Gary; Korzeniewicz, Miguel (Eds.). Commodity chains and global capitalism.* Westport, Connecticut, London: Praeger, p. 95-122.

_____. (2014). Global value chains in a Post-Washington Consensus World. *Review of International Political Economy*, v. 21, n. 1, p. 9-37. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1080/09692290.2012.756414>>. Acesso em 23 ago. 2022.

_____. (Ed.). (2018). *Global value chains and development: redefining the contours of 21st Century Capitalism.* New Delhi: Cambridge University Press. 476p. Edição do Kindle.

_____. (2021). Written testimony submitted to the Committee on Commerce, Science and Transportation, United States Senate, for the Legisla-

tive Hearing on “Implementing Supply Chain Resiliency”. *Committee on Commerce, Science and Transportation, United States Senate*, Thursday, July 15, 2021. Disponível em <<https://www.commerce.senate.gov/2021/7/implementing-supply-chain-resiliency>>. Acesso em 23 ago. 2022.

_____; Wyman, D. (Eds.). (1990). *Manufacturing miracles: paths of industrialization in Latin America and East Asia*. Princeton: Princeton University Press.

_____; Korzeniewicz, M. (Eds.). (1994). *Commodity chains and global capitalism*. Westport, Connecticut, London: Praeger.

_____; Humphrey, J.; Kaplinsky, R.; Sturgeon, T. J. (2001). Introduction: globalisation, value chains and development. *IDS Bulletin*, v. 32, n. 3, p. 1-8.

_____; Fernandez-Stark, K. (2016). *Global value chains analysis: a primer*. Center on Globalization, Governance & Competitiveness, Duke University. 2nd Edition, July.

_____; Humphrey, J.; Sturgeon, T. J. (2018). The governance of global value chains. In: Gereffi, Gary (Ed.). *Global value chains and development: redefining the contours of 21st Century Capitalism*. Cambridge University Press, p. 108-133.

_____; Ponte, S.; Raj-Reichert, G. (Eds.). (2019). *Handbook on global value chains*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing. 611p. Acessado de Pub Factory em 03/08/2022.

Gitahy, L. (2005). Redes e flexibilidade: da mudança das práticas cotidianas a uma nova trama produtiva. In: Gitahy, Leda; Leite, Márcia de Paula (Orgs.). *Novas tramas produtivas. Uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac, p. 216-233.

_____; Cunha, A. M.; Rachid, A. (1997). Reconfigurando as redes institucionais: relações interfirmas, trabalho e educação na indústria de linha branca. *Educação & Sociedade*, XVIII, dez., 61, p. 159-186.

_____; Leite, M. P. (Orgs.). (2005). *Novas tramas produtivas. Uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac. 232p.

Guimarães, N. A. (2005). Tempo e espaço: antigos desafios que se atualizam em novas abordagens. In: Gitahy, Leda; Leite, Márcia de Paula (Orgs.). *Novas tramas produtivas. Uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac, p. 28-57.

_____. (2009). A sociologia do mercado de trabalho: ontem e hoje. *Novos Estudos Cebrap*, 85, p. 151-170. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002009000300007>>. Acesso em 18 ago. 2022.

_____; Hirata, H. (2020). *O gênero do cuidado. desigualdades, significações e identidades*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial. 295p.

_____; Hirata, Helena (Orgs.). (2020a). *El cuidado em América Latina: mirando los casos de Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Uruguay*. Buenos Aires: Fundación Medifé Edita. 243p.

_____; Hirata, H. (Orgs.). (2021). *Care and care workers: a Latin American perspective*. Cham, Switzerland: Springer Nature Switzerland. 246p.

_____; (2020). A Transversalidade do gênero: desafiando cânones nos estudos brasileiros do trabalho. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, n. 53, p 35-52.

Hernández, R. A.; Martínez, J. M.; Mulder, N. (Eds.). (2014). *Global value chains and world trade: Prospects and challenges for Latin America*. ECLAC Books, n. 127 (LC/G.2617-P), Santiago, Chile: Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC).

Hirata, H. (2022). *O cuidado. Teorias e práticas*. São Paulo: Boitempo Editorial. 233p. Edição do Kindle.

_____; Humphrey, J. (1992). Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise. *Tempo Social*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 111-131.

Hopkins, T. K.; Wallerstein, I. (1994). Conclusions about commodity chains. In: Gereffi, Gary; Korzeniewicz, Miguel (Eds.). *Commodity chains and global capitalism*. Westport, Connecticut, London: Praeger.

Humphrey, J. (1982). *Fazendo o "milagre". Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis: Vozes (em coedição com Cebrap).

_____. (1987). *Gender and work in the Third World: sexual divisions in Brazilian industry*. London and New York: Tavistock Publications. 229p.

_____. (2002). How does insertion in global value chains affect upgrading in industrial clusters? *Regional Studies*, v. 36, n. 9, p. 1017-1027. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/24087684_How_Does_Insertion_in_Global_Value_Chains_Affect_Upgrading_in_Industrial_Clusters>. Acesso em 16 ago. 2022.

_____. (2000) *Governance and upgrading: linking industrial cluster and global value chain research*. IDS Working Paper 120. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/320809220_Governance_and_Upgrading_Linking_Industrial_Cluster_and_Global_Value_Chain_Research>. Acesso em 09 ago. 2022.

_____. (2001). Governance in global value chains. *IDS Bulletin*, v. 32, n. 3, p. 19–29.

_____; Schmitz, H. (1996). The Triple C approach to local industrial policy. *World Development*, v. 24, n. 12, p. 1859-1877.

Lee, N.; Cason, J. (1994). Automobile commodity chains in the NICs: A comparison of South Korea, México, and Brazil. In: Gereffi, Gary; Korzeniewicz, Miguel (Eds.). *Commodity chains and global capitalism*. Westport, Connecticut, London: Praeger, p. 223-243.

Leite, M. P. (2005). O trabalho (re)visitado: uma discussão metodológica. In: Gitahy, Leda; Leite, Márcia de Paula (Orgs.). *Novas Tramas Produtivas. Uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac, p. 234-257.

_____; Salas, C. (2022). O trabalho em cadeias globais de valor: um olhar sobre setores selecionados no Brasil. In: Leite, Marcia de Paula; Biavaschi, Magda Barros; Salas, Carlos; Lima, Jacob Carlos (Orgs.). *O trabalho em crise: flexibilidade e precariedades*. São Paulo: EdUFSCAR, 2022, Ebook, p. 62-80.

Nadvi, K.; Schmitz, H. (1994). Industrial clusters in less developed countries: Review of experiences and research agenda. *IDS Discussion Paper 339*.

Oliveira, L.; Fleury, A.; Fleury, M. T. (2021). Digital power: value chain upgrading in an age of digitization. *International Business Review*, v. 30, n. 6, p. 101850-101852.

Piore, M. J.; Sabel, C. F. (1984). *The second industrial divide*. New York: Basic Books.

Ramalho, J. R. (2005). Novas conjunturas industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 48, n. 3, p. 491-524.

_____; Santos, R. S. P. (Orgs.). (2022) *Trabalho e mudança social: efeitos da indústria automotiva no Rio de Janeiro*. São Paulo: Annablume. 616p.

_____. (2018). Trabalho e ação sindical em redes globais de produção. Dossiê: Sociedade, trabalho e sindicalismo na contemporaneidade. *Tempo Social*, v. 30, n. 1, p. 9-29. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ts/a/z4pw dVZTjWD8w7tgzSZRbWN/?lang=pt>>. Acesso em 08 ago. 2022.

_____. (2022). Um percurso de investigação coletiva: fábricas, territórios e redes na indústria automotiva do Rio de Janeiro. In: Ramalho, José Ricardo; Santos, Rodrigo Salles Pereira dos (Orgs.). *Trabalho e mudança social: efeitos da indústria automotiva no Rio de Janeiro*. São Paulo: Annablume, p. 21-54.

_____; Lima, R. J. C. (2013). Estratégias de desenvolvimento industrial e dinâmicas territoriais de contestação social e confronto político. *Sociologia & Antropologia*, jun., Rio de Janeiro, v. 03, n. 05, p.175 –200.

Ress, A. P; Moraes, R. O.; Salerno, M. S. (2013). Test-driven development as an innovation value chain. *Journal of Technology Management & Innovation*, 8, p. 115-123.

Ruas, R.; Zawislak, P. A. (2005). A externalização produtiva no complexo calçadista do Rio Grande do Sul: impactos sobre o emprego e a qualificação. In: Gitahy, Leda; Leite, Márcia de Paula (Orgs.). *Novas Tramas Produtivas. Uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac.

Sabel, C. F.; Zeitlin, J. (Orgs.). (1997). *World of possibilities: flexibility and mass production in Western industrialization*. Cambridge: Cambridge University Press.

Schmitz, H. (1995). Small shoemakers and Fordist giants: tale of a super-cluster. *World Development*, v. 23, n. 1, p. 9-28. Elsevier. Disponível em <<https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/0305750X9400110K?token=0-34473D4216D6AD3A6EB607A092DF917306290CA6007D95957E117383CE5DB2A4E1D3B8002DE329D6B603A1DF537C2E2&originRegion=us-east-1&originCreation=20220725165551>>. Acesso em 03 ago. 2022.

Schmitz, H. (Ed.). (2004). *Local enterprises in the global economy. issues of governance and upgrading*. Cheltenham: Edward Elgar.

Sorj, B. (1983). O processo de trabalho na indústria: tendências de pesquisa. *BIB -Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 15, p. 53-55

_____. (2000). Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, p. 25-34. Disponível

em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000200002>>. Acesso em 01 ago. 2022.

_____. (2005). Mudanças e continuidades do trabalho domiciliar: algumas questões metodológicas *In*: Gitahy, Leda; Leite, Márcia de Paula (Orgs.). *Novas tramas produtivas. Uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac. p. 83-96.

Véras de Oliveira, R.; Ramalho, J. R.; Rosenfield, C. (2019). A sociologia do trabalho e suas interfaces: trajetória e tendências atuais. *BIB*, 90, p. 62-88.

24. JACQUES FREYSSINET: POLÍTICAS PÚBLICAS, ATORES SOCIAIS E TRABALHO

CLAUDIO SALVADORI DEDECCA

JOSÉ DARI KREIN

Introdução

Na ciência social, na maioria das vezes, a interpretação de um fato histórico é marcada por diversas abordagens que não resultam na dominância exclusiva de uma delas em termos de conhecimento científico. Ressaltamos esta particularidade em razão do autor em foco, Jacques Freyssinet, ter conduzido sua trajetória científica refletindo sobre um período, ressaltando-se, longo, marcado por grandes e complexas transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas na sociedade e, em particular, no mundo do trabalho.

Tendo completado sua graduação em economia no final dos anos 1950, Jacques Freyssinet teve intensa atuação no movimento estudantil, tendo presidido a Associação Francesa dos Estudantes, com foco na defesa da democracia e em oposição à política colonial francesa, em especial na defesa da independência e da autonomia da Argélia. Nos anos de 1960, em sua trajetória acadêmica, defronta-se com os primeiros sinais de crise do mundo do trabalho no pós-guerra, nas relações entre capital e trabalho e na representação sindical. Nos anos de 1970, a reflexão se volta para a crise econômica e seus impactos sobre o mundo do trabalho, o recrudescimento do desemprego e a pressão pela desconstrução da proteção social e do trabalho. O contexto de crise, combinado com as transformações tecnológicas, deram suporte às suas proposições sobre políticas de emprego e salário e de reordenamento das relações de trabalho.

Foi analisando o mundo do trabalho nesse contexto que Jacques Freyssinet pautou sua reflexão e formulou suas contribuições, seja como professor da Universidade de Paris 1, seja como presidente da Agência Nacional de Em-

prego (ANPE), ou ainda como presidente do conselho científico do Centro de Estudos de Emprego (CEE) e como diretor técnico do Instituto de Estudos Econômicos e Sociais (IRES), instituição vinculada ao movimento sindical.

Seus diversos esforços de análise visaram entender os fenômenos ou processos em curso nos mercados de trabalho francês e europeu, sempre com a preocupação de contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas de emprego, de renda e de relações do trabalho. Sua reflexão não se restringiu ao espaço científico e político francês, tendo alimentado as formulações de políticas públicas ocorridas na União Europeia desde os anos 1980, bem como na América Latina, em especial no Brasil e na Argentina.

Neste ensaio apontamos algumas das contribuições de Jacques Freyssinet para a análise das transformações do mercado de trabalho no capitalismo avançado e para a formulação de políticas de emprego, renda e relações de trabalho, bem como discutimos o quão relevantes foram tais contribuições para a análise de mercados de trabalho na periferia, como o brasileiro. Este capítulo está organizado, além desta Introdução, em mais cinco partes. Inicialmente, pontuamos o percurso acadêmico e político do autor na França. Em seguida, destacamos algumas das transformações observadas nos mercados de trabalho dos países desenvolvidos que amparam as reflexões de Freyssinet. Na sequência, apoiando-se nos olhares das seções anteriores, destacamos algumas das contribuições do autor, seja em termos de análise das transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas no mundo do trabalho, seja do ponto de vista do desenho e formulação de políticas públicas de emprego, de renda e de relações de trabalho. Consolidadas estas contribuições, apontamos como elas alimentaram as reflexões sobre as transformações no mercado e nas relações de trabalho no Brasil. Concluímos com algumas observações sobre como as contribuições do autor poderão continuar presentes nas análises sobre o mundo do trabalho e na formação de políticas públicas.

Um pesquisador diante de um mundo do trabalho em mudança

Refletir sobre as contribuições de Jacques Freyssinet requer obrigatoriamente pontuar sobre o contexto social e político no qual elas foram estabelecidas, ressaltando-se a situação de instabilidade e de transformações sociais, econômicas e tecnológicas recorrentes, que sistematicamente marcaram todo esse período histórico.

A fase inicial de sua trajetória acadêmica coincide com os primeiros sinais de esgotamento da articulação social e política que lastreou o crescimento no pós-guerra na Europa. Na França, esse momento foi marcado pela emergência de um movimento de fragmentação e de perda de representatividade da organização sindical, expressa nas primeiras cisões nas centrais sindicais, ocorridas na primeira metade da década de 1960 e por sua crise de representatividade revelada pelo movimento social de 1968. As novas gerações de trabalhadores iniciaram um processo de contestação de uma direção envelhecida e burocratizada que dominava a estrutura sindical francesa. A demanda por uma desverticalização da representação sindical, consubstanciada em grande medida na defesa de uma representação fundada nas comissões organizadas por locais de trabalho, colocava em questão uma certa forma de organização sindical que havia sido consolidada na França e em outros países da Europa Ocidental ao longo do período posterior a Primeira Guerra.

A emergência de uma crise política no sistema de representação e, por consequência, nas relações de trabalho, foi seguida por mudanças na ordem econômica, com o fim da conversibilidade do dólar, e pela reação dos países árabes à estratégia de Israel, de ampliação de seu território, que capitanearam um aumento substantivo do valor do barril de petróleo via Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), fundada em 1960. Os aumentos do custo do dinheiro e da energia colocaram em xeque um padrão de produção e consumo que historicamente se encontrava estreitamente dependente de dinheiro e de energia baratas, bem como produziram rapidamente, a partir de 1973, uma desaceleração das taxas de crescimento dos países desenvolvidos. As grandes empresas buscaram responder, tanto ao aumento dos custos do dinheiro e da energia quanto à crise das relações de trabalho, através da modernização tecnológica e da racionalização do custo do trabalho, demandando a desconstrução da proteção social trabalhista de natureza pública e das estruturas nacionais de negociação coletiva. As consequências deste processo foram a reemergência do desemprego, que assumiu uma dimensão estrutural, e um processo de desvalorização salarial, recorrente desde meados da década de 1970. A deterioração do mercado de trabalho foi reforçada pelo processo de desindustrialização vivido pelos países desenvolvidos, potencializado pela deslocalização de plantas produtivas destas economias, inicialmente, para os países do Leste Europeu e para o México, e, posteriormente, para o Sudeste Asiático, com destaque para a China.

Ao final da década de 1970, diversas perguntas foram apresentadas para os pesquisadores da área do trabalho: (1) O padrão de relações de trabalho após a guerra havia se tornado completamente inviável? (2) A convivência com um desemprego estrutural recorrente passara a ser um fato incontornável? (3) Estaria o trabalho sob ameaça radical devido às transformações tecnológicas? Em suma, estabeleceu-se uma polêmica sobre se a sociedade capitalista teria iniciado um processo que apontava para o fim da centralidade do trabalho na produção de bens e serviços, excetuando a esfera pública.¹

Sem dúvida, têm sido profundas as transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas na sociedade capitalista nestes últimos 50 anos, independentemente do grau de desenvolvimento de cada país. Entretanto, um fato deve ser ressaltado. De modo diferente do que era sugerido na passagem dos anos de 1970 para os de 1980, as transformações ocorridas no mundo do trabalho foram extremamente complexas, de forma a não permitir respostas lineares.

Embora tenha ocorrido um processo de descentralização das negociações coletivas acompanhado de um contínuo movimento de desfiliação sindical, as referências básicas de organização das relações de trabalho continuaram as mesmas das historicamente vigentes no capitalismo. A emergência de novas relações de trabalho enfraqueceu as estruturas tradicionais das relações de trabalho. Esta situação fez estudiosos como Jacques Freyssinet refletirem sobre possíveis iniciativas que pudessem superar a crise nas relações capital-trabalho. Esta crise, por um lado, alimentou recorrentemente o desemprego e ratificou continuamente um processo de desvalorização salarial e, por outro, comprometeu a base de consumo das sociedades e limitou o aumento sistêmico da produtividade nos diversos setores econômicos.

Observou-se a recorrência de um desemprego de natureza estrutural, prolongado, bem como a emergência de situações ocupacionais precárias, mais semelhantes a uma situação de desemprego do que de ocupação contínua. A diferenciação das formas de desemprego se tornou uma preocupação permanente tanto dos pesquisadores como da Organização Internacional do Trabalho. Como consequência, surgiram da reflexão acadêmica e das instituições públicas proposições de políticas de renda e trabalho vinculadas aos programas nacionais de seguro-desemprego. Proposições de programas de intermediação, capacitação e proteção ao trabalho ganharam

1. Sobre as complexidades destas transformações e suas implicações, ver Dedecca (1999).

centralidade na política pública, mesmo com um processo de retração na regulação das relações de trabalho, genericamente denominada de flexibilização do contrato de trabalho.

As transformações tecnológicas também surpreenderam os pesquisadores do mundo do trabalho. O prognóstico de perda da centralidade do trabalho não foi confirmado. Ao contrário, mesmo que sob relações menos protegidas e em ocupações de baixo salário, a perspectiva de completa automação dos processos produtivos não se efetivou. Se a indústria encolheu nos países desenvolvidos, ainda assim o trabalho continuou sendo fundamental para o processo produtivo. No caso do setor de serviços, a baixa produtividade continuou sendo uma regra em vários de seus segmentos importantes e, portanto, a demanda por emprego, mesmo que de tipo precário, se manteve elevada. Enquanto se processava essa transformação produtiva e no mundo do trabalho nos países desenvolvidos, uma indústria lastreada no uso intensivo de força de trabalho, nas elevadas jornadas de trabalho e nos baixos salários emergia no Sudeste Asiático, tendo como principal referência a China.

Em suma, as transformações na estrutura produtiva e seus impactos sobre o mercado e as relações de trabalho produziram resultados muito mais complexos nestes últimos 50 anos, escapando do prognóstico de superação da centralidade do trabalho. O esforço de Jacques Freyssinet em sua trajetória de pesquisador e de gestor na esfera pública se concentrou a analisar essas transformações visando melhor entendê-las e, com isso, contribuir na formulação de políticas públicas de proteção ao trabalho, de combate ao desemprego, de fortalecimento dos atores sociais, de elevação dos salários, de intermediação e qualificação da força de trabalho.

O autor e sua trajetória na esfera pública

Em 1960, Jacques Freyssinet inicia sua vida acadêmica, ingressando na Universidade de Estrasburgo, tendo declinado a presidência da União Francesa de Estudantes (UNEF). Na universidade, ele se vincula ao Institut Sciences Sociales du Travail (ISST), instituição pertencente a uma rede de dez instituições universitárias, constituída com o objetivo de viabilizar a formação superior para dirigentes sindicais.

Em 1963, aprovado no concurso nacional para a efetivação no sistema universitário, foi transferido para a Universidade de Grenoble, onde se manteve até 1979. Neste ano, por meio de concurso, assume definitivamente a cátedra na Universidade de Paris 1. Desde Estrasburgo, o foco de sua pesquisa foram os estudos sobre trabalho e questões sociais.

Em 1979, já na Universidade de Paris 1, Freyssinet assume a direção do Institut Sciences Sociales du Travail. Fundado em 1950, o instituto integra uma rede voltada para a formação sindical e de *proud'hommes*, membros dos tribunais do trabalho². Ele ocupa a direção do Instituto até 1989. Nos primeiros anos da década de 1980, exerceu concomitantemente a presidência do conselho da Agência para Promoção do Emprego (ANPE).

A primeira metade dos anos de 1980 foi marcada por uma grande recessão econômica, com origem na economia americana, e pela emergência de uma política econômica com foco agressivo na desconstrução dos direitos sociais e do trabalho, que teve como grande referência a Primeira Ministra Inglesa Margareth Thatcher. A situação de desemprego recorrente observada na segunda metade dos anos de 1970 se aprofundara na década seguinte. O crescimento do desemprego estava associado tanto ao contexto recessivo quanto às intensas transformações tecnológicas que ocorriam em diversos setores produtivos. As nações desenvolvidas se defrontaram, pela primeira vez, após a Segunda Guerra, com duas perguntas básicas: (1) O que o desemprego recorrente apresentava de novo em termos de suas características e dinâmica? e (2) Seria incontornável a adoção de políticas de emprego ativas visando a requalificação do trabalho frente às transformações estruturais e tecnológicas da base produtiva? A reflexão sobre estas duas perguntas conduziu os esforços acadêmicos de Jacques Freyssinet.

Em 1988, ele assumiu um novo desafio enquanto diretor do Institut des Recherches Économiques e Sociales (IRES), onde se manteve até 2002. No final dos anos de 1970, um relatório público do gabinete do governo Giscard d'Estaing pontuou a necessidade de democratização da análise econômica na esfera pública. Como resultado deste relatório, duas instituições foram criadas em 1981. O Observatoire François des Analyses Économiques (OFCE) e o IRES. O financiamento desta instituição deveria ser feito pelo Estado, sua agenda de trabalho definida pelas centrais sindicais, seu diretor

2. Os tribunais do trabalho na França têm por objetivo intermediar os conflitos relativos ao contrato de trabalho e, caso não superados, arbitrá-los.

deveria ser um professor universitário e sua administração e corpo técnico deveria ter autonomia em relação ao Estado.

Como diretor do IRES, as contribuições de Feryssinet ampliaram os temas abordados. Questões relativas às relações de trabalho e à organização sindical passam a ser por ele analisadas, bem como o tratamento destes temas e dos anteriores passam a incorporar suas relações com o processo de consolidação da Comunidade Europeia. Tal ampliação foi também fundamental para ele exercer a função de diretor do IRES e para contribuir com a agenda de trabalho da instituição.

Ao concluir seu mandato no IRES, Freyssinet assumiu a direção do conselho científico do Centre des Études de l'Emploi (CEE), instituição do Estado que tinha por objetivo acompanhar a evolução da situação de emprego na França e propor iniciativas de políticas de emprego visando fortalecer a geração de emprego e corrigir distorções no mercado de trabalho, por exemplo, em termos de diferenciais de salário e renda e de condições de trabalho entre gênero.

Ao se recuperar a trajetória profissional de Jacques Freyssinet, fica evidente, de um lado, seu comprometimento com as questões do trabalho na sociedade francesa e, por outro, como ela influenciou suas contribuições acadêmicas para as políticas públicas de emprego e renda.

Algumas das suas contribuições mais significativas

Não é possível realizar um recorrido sobre todas as contribuições que Freyssinet fez ao longo de sua trajetória profissional e acadêmica, mas podemos dizer que os dois focos principais da sua produção foram: (1) as políticas públicas de emprego e renda e (2) as relações de trabalho. Em geral, suas abordagens tomaram (a) como ponto de partida as contribuições existentes sobre o tema proposto para análise, e (b) a dinâmica dos atores sociais e a institucionalidade das políticas públicas.

Neste ensaio, vamos explorar três eixos de contribuições de Freyssinet: (a) as transformações econômicas e os desafios para o enfrentamento do desemprego; (b) o esmigalhamento do tempo de trabalho, segundo suas próprias palavras; e (c) os desafios das relações de trabalho e da organização sindical.

As transformações econômicas e a crescente complexidade do desemprego

O esgotamento do padrão de crescimento no pós-guerra trouxe consigo a emergência do desemprego enquanto um problema estrutural e complexo nos países desenvolvidos. A capacidade substantiva em termos de geração de empregos, nos anos 1950 e parte dos anos 1960, sob a vigência de uma regulação pública do contrato e das relações de trabalho abrangente e de uma posição forte dos sindicatos na negociação coletiva, resultou em uma situação do mercado de trabalho associada a um desemprego relativamente residual, que era marcado pela dominância do genericamente denominado de desemprego aberto. Isto é, expresso pela ausência completa da atividade do trabalho acompanhada pela busca ativa de emprego nos últimos sete dias.

A perda de capacidade de crescimento, acompanhada de transformações tecnológicas importantes no processo produtivo, fez emergir um processo contínuo de redução sistemática do emprego na indústria de transformação, corroendo tanto uma referência importante para a sustentação do pleno emprego no mercado de trabalho como o principal lastro da estrutura sindical dos países desenvolvidos. A partir de 1973, este processo alimentou a situação de desemprego estrutural, crescentemente marcado pelo ingresso de trabalhadores que demandavam a requalificação profissional necessária para a migração em direção aos diversos segmentos do setor de serviços.

A reemergência do desemprego estrutural capitaneada pelo desemprego aberto representou para as sociedades capitalistas avançadas um problema econômico e social que elas viveram sistematicamente com a II Revolução Industrial, mas que tinha sido momentaneamente superado ou controlado nas três décadas seguintes ao término da Segunda Guerra Mundial, como bem observou Jacques Freyssinet em seu livro “Le chômage” (1984).³ Para ele, os anos de pleno emprego posteriores à guerra se constituíram em um período de exceção na história do capitalismo de alguns países da Europa Ocidental e da América do Norte, experiência não conhecida pelos países não desenvolvidos. Ademais, ressaltou que a própria noção de pleno emprego necessitava ser melhor qualificada devido às especificidades da organização e estruturação do mercado de trabalho em cada um dos países desenvolvidos. Para a própria França, a situação de pleno emprego estaria restrita aos trabalhadores nacionais, sendo que parte da força de trabalho migrante conviveu com relações informais e precárias durante todo o período de 1950-1970.

3. Ver também Fitoussi *et al.* (1997) e Ires (2000).

A crise de emprego nos países desenvolvidos posteriormente a 1973 produziu um desemprego com características complexas, fenômeno também presente nesses países no período anterior à Segunda Guerra. Assumiu características diversas, associadas às transformações tecnológicas, ao processo de globalização econômica e à situação demográfica vivida pelos países desenvolvidos. Para Freyssinet, em razão dessas condições econômicas, tecnológicas e demográficas e do grau de desenvolvimento institucional da regulação do contrato e das relações de trabalho, a crise de emprego passou a exigir políticas de proteção ao desemprego, de intermediação e de qualificação de mão de obra.

A recorrência da crise de emprego produziu uma crescente heterogeneidade das formas de desemprego, tornando progressivamente menos representativo o desemprego aberto. Como consequência, expandiu-se o trabalho precário, marcado por condições que, muitas vezes, não se caracterizam por uma situação de emprego pleno e nem de desemprego aberto. Por este motivo, em 1982, a Organização Internacional do Trabalho orientou os países membros a ampliarem seus levantamentos estatísticos de natureza socioeconômica com o objetivo de captar situações de desemprego por desalento e oculto pelo trabalho precário. Ademais, Freyssinet alertava para o mascaramento do desemprego com a migração de segmentos da população em idade ativa para a inatividade, diante das dificuldades de manterem-se à procura de trabalho, seja por razões pessoais seja por motivos associados ao mercado de trabalho.

Ao olhar a complexidade do desemprego, Jacques Freyssinet explicitava, de um lado, a imperativa necessidade de enfrentar o seu caráter estrutural e, de outro, de incorporar a esta iniciativa as demais situações de desemprego. Indicava que este esforço dependia do crescimento econômico com geração de emprego, mas também de políticas visando a reinserção da população ativa nas diversas situações de desemprego ou mesmo fora delas. Seu enfoque incorporava proposições, muito debatidas à época, de políticas de emprego de naturezas passiva e ativa.

A primeira vertente de política estaria associada à geração de emprego, derivada do crescimento alimentado pelas dinâmicas do consumo e do investimento, o seguro desemprego e a transferência de renda. Estas seriam as ações mais clássicas de políticas de emprego, sistemática e permanentemente acionadas pelos Estados nacionais desde a crise econômica dos anos de 1930.

Entretanto, considerando as transformações setoriais e tecnológicas recorrentes e intensas que impactaram as sociedades capitalistas a partir da primeira metade dos anos de 1970, fazia-se necessário dinamizar políticas de emprego orientadas para a reinserção produtiva da população nas diversas situações de desemprego. Para Freyssinet, a intermediação de mão de obra e a qualificação profissional seriam os pilares das políticas de emprego de natureza ativa. Em relação a estas, o enfoque e a justificativa para a sua adoção diferiam dos daqueles autores que, desde os anos 1970, fundamentavam o pensamento conservador, argumentando em favor da necessidade de flexibilização do contrato e das relações de trabalho e ao mesmo tempo transferindo a responsabilidade da situação de desemprego da economia para a pessoa afetada.

Jacques Freyssinet considerava que as políticas de emprego passivas e ativas se complementavam e que a flexibilização das relações de trabalho tenderia a agravar o problema, entendendo que as políticas de emprego ativas tinham como determinantes as transformações setoriais e tecnológicas estruturais e a configuração demográfica da sociedade, marcada por um envelhecimento acelerado da população. Além de ações visando a reinserção ocupacional, o autor apontava a necessidade de adoção de políticas orientadas para o processo de transformação produtiva das empresas, em termos tecnológicos, organizacionais e financeiros, tomando como parâmetros básicos a manutenção e a geração de emprego. As ações de escopo ativo indicadas focavam o nível de produção e sua relação com o emprego, isto é, a demanda e o investimento. Ou melhor, se enquadravam na perspectiva keynesiana que dominou as políticas econômica e de emprego dos anos de 1930 até os anos de 1970. O autor diferenciava as iniciativas demandadas após 1973 das anteriormente adotadas, ao apontar um papel mais expressivo das políticas de natureza ativa, as quais passaram a contar com a presença de instituições públicas mais robustas para o seu desenvolvimento.

Analizando o tempo de trabalho sob a égide do neoliberalismo e da desconstrução da proteção social do trabalho

Adotando a perspectiva de enfrentar as consequências negativas das transformações tecnológicas sobre a demanda de trabalho, o movimento sindical nos países desenvolvidos, na segunda metade dos anos 1970, retomou a defesa da política de redução da jornada de trabalho, como instrumento

de combate ao desemprego. A reinserção desta política nas negociações coletivas centralizadas foi motivo de tensão e impasse entre capital e trabalho na França na segunda metade daqueles anos. Os sindicatos foram sistematicamente derrotados nas negociações travadas, sendo que o desemprego estrutural foi um fator decisivo para tal resultado.

Apesar do aprofundamento do desemprego no início dos anos de 1980, a mudança política ocorrida na França em 1981, com a eleição do François Mitterrand para presidente da república, deu força à demanda sindical frente ao Estado. A vitória socialista também alcançou o parlamento, permitindo um alinhamento político entre presidente da república e primeiro-ministro. Como referência básica das políticas públicas de emprego e renda, das relações de trabalho e das políticas setoriais do novo governo, foi consolidado um acordo tripartite, em maio de 1981, de estabelecimento de uma jornada de trabalho média anual de 35 horas semanais até meados de 1985. A iniciativa foi adotada em um momento de grave recessão internacional e em uma fase importante do processo de integração europeia. Sendo uma política restritiva à França, gerou tensão com os demais países participantes da Comunidade Europeia, especialmente com a Inglaterra, que naquele momento conhecia o apogeu da estratégia de desregulamentação econômica e social da era Thatcher.

A implementação do acordo sofreu revezes, na sua maioria, associados às dificuldades políticas do primeiro e segundo governos Mitterrand, que em certos momentos tiveram que conviver com primeiros-ministros a eles não alinhados. Os objetivos da política de natureza centralizada não se concretizaram como programados, transferindo a pauta da redução da jornada de trabalho para 35 horas para negociações coletivas descentralizadas.

Ao longo dos anos de 1980, a França registrou perda de competitividade em um contexto de crescente globalização com intensa mudança tecnológica. Cresciam as economias dos países asiáticos e iniciava-se o processo de deslocalização da base produtiva dos países centrais em direção à Europa do leste, México e Ásia.

Objetivamente, a redução da jornada de trabalho para 35 horas, decorrente do acordo de 1981, não ocorreu. Apesar do desgaste dessa política ao longo da década de 1980, ela foi retomada em 1993, processo que resultou na conhecida Lei Aubry (1998), em alusão à ministra do trabalho à época. Na iniciativa dos anos de 1990, a redução da jornada de trabalho foi acompanhada de compensação financeira para as empresas que a adotassem, desde

que estas se comprometessem com a geração de novos postos de trabalho. Mais uma vez, o resultado não correspondeu ao esperado. A redução da jornada de trabalho para 35 horas não vingou de modo generalizado no tecido produtivo. Ao contrário, a anualização da jornada de trabalho presente na regulamentação da política alimentou um processo de crescente modulação do tempo diário de trabalho.

Em concomitância às idas e vindas na negociação e condução da política de redução da jornada de trabalho, foram sendo estabelecidos acordos coletivos descentralizados que acabaram alimentando um processo de modulação da jornada de trabalho. Isto é, de administração flexível da jornada de trabalho anual, que teve duas características importantes. A primeira foi a crescente liberalização do trabalho aos domingos, nas atividades de serviço, e de trabalho aos sábados, no setor financeiro. A segunda foi a proliferação de jornadas descontínuas de trabalho, situação conhecida no Brasil como “dupla pegada”. Esta prática teve como principal referência a sua adoção nas grandes redes de supermercado e lojas de departamento, que modularam a jornada diária de trabalho em dois períodos, um na parte da manhã e outro a partir das 16 horas.

A crescente modulação da jornada de trabalho corroeu tanto a iniciativa de redução da sua extensão, definida na lei de 1998, como a elevada concentração de ocupados exercendo a genericamente chamada semana de trabalho inglesa, isto é, jornada de segunda a sexta-feira, focada entre às 7 horas e às 18 horas.

Quando da dominância da semana inglesa, as jornadas de trabalho exercidas segundo parâmetros dela diferenciados eram consideradas jornadas em regime especial. Eram os casos, por exemplo, das ocupações nos hospitais, nas refinarias de transporte, nas diversas modalidades de transporte público e nos vários segmentos do setor de energia. A adoção do regime especial era justificada no fato destes bens ou serviços não poderem ter sua produção interrompida diariamente, como é o caso das refinarias de petróleo, ou pela necessidade de serem providos continuamente em prol da segurança da população, como as atividades de atendimento à saúde e de fornecimento de água e energia elétrica.

Jacques Freyssinet apresentou uma análise minuciosa deste processo de crescente modulação da jornada de trabalho a partir de meados da década de 1980, explorando suas relações com o movimento de progressivo enfraquecimento da negociação e reivindicação sindical e seus efeitos de am-

pliação da subordinação do trabalho aos desmandos do capital. Segundo seu ponto de vista, o processo de modulação causou um esmigalhamento da jornada de trabalho. Em seu livro “Le temps de travail en miettes”, o título parodiava o trabalho clássico de Georges Friedmann, “Le travail en miettes”⁴, publicado em 1955.

O livro de Friedmann explorou dimensões da precariedade do trabalho de baixa qualificação na fase de robusta geração de emprego no pós-guerra. O estudo apontou que, mesmo em um contexto de desemprego cadente com sindicatos progressivamente mais fortes, o mercado de trabalho manteve uma expressiva diversidade nas condições de inserção ocupacional. Freyssinet retoma esta perspectiva de diversidade na estrutura ocupacional, associando-a a uma crescente heterogeneidade das formas e tipos de jornadas de trabalho, situação agora reforçada pela baixa sindicalização e pequena capacidade de barganha dos sindicatos de trabalhadores. Para o autor, as transformações no mercado de trabalho produziram uma precariedade nas relações de trabalho em termos das condições de sua realização e de suas formas de remuneração, a partir da primeira metade dos anos de 1970, bem como das jornadas de trabalho estabelecidas, que se tornaram mais intensas e descontínuas.

Refletindo sobre as relações de trabalho, as negociações coletivas e o contrato de trabalho

Em 2010, Jacques Freyssinet (2010) publicou uma reflexão sobre 50 anos de negociação interprofissional sobre o contrato de trabalho, isto é, sobre o emprego e suas condições de desenvolvimento, e a formação profissional. A grande contribuição que o estudo trouxe para a análise do mercado e das relações de trabalho na França e na Europa foi permitir entender os ganhos e as perdas que as negociações coletivas carregaram em um período dominado por uma crise de emprego recorrente e pela progressiva perda de representatividade dos sindicatos, porém marcado pelo desenvolvimento das políticas institucionais de emprego.

4. Georges Friedmann foi um dos fundadores e pesquisador de referência do Institut de Sciences Sociales du Travail, instituição de origem de Jacques Freyssinet e da qual foi diretor.

O balanço apresentado por Freyssinet mostra uma clara transformação da agenda do movimento sindical nas negociações coletivas, expressa por uma maior complexidade de temas relativos ao contrato e às condições de trabalho. A perda de representatividade do contrato de trabalho por tempo indeterminado na estrutura de emprego, a crescente flexibilidade da remuneração do trabalho associada a prêmios de desempenho em termos de produção, produtividade, qualidade... e a difusão da modulação da jornada de trabalho em substituição à jornada semanal fixa provocaram a superação das práticas até então vigentes de negociação coletiva. Antes focada na barganha salarial e de benefícios salariais monetários e não monetários indiretos, foram reorientadas para uma barganha dos termos da flexibilidade salarial, da garantia das condições de emprego sob a crescente dominância do contrato de trabalho por tempo determinado, das formas de modulação da jornada de trabalho, da qualificação profissional contínua, da segurança do trabalho, entre outros. Sendo que toda esta transformação foi conduzida por instituições sindicais amparadas por um baixo engajamento político e sindical dos trabalhadores.⁵

Neste sentido, Freyssinet discute como as instituições sindicais foram obrigadas a realizar um processo de reorganização em todos os seus níveis, sendo um deles o relativo à organização interprofissional. Isto é, elas se defrontaram com o desafio de organizar uma agenda comum aos diversos segmentos de trabalhadores, em um contexto político desfavorável, seja devido à recorrência do desemprego, à precariedade de parte expressiva dos contratos de trabalho e ao diminuto interesse pela ação sindical por parte dos jovens ingressantes no mercado de trabalho.

Essa transformação fica evidente quando se trata do tema da defesa do emprego. A ampliação da diversidade das estruturas de contrato de trabalho entre setores e o elevado desemprego impuseram ao movimento sindical o esforço incontornável de negociar garantias relativas à perenidade do contrato de trabalho e, portanto, do emprego, ao mesmo tempo em que foi obrigado a incorporar uma pauta de reivindicações relativa aos três pilares do sistema público de emprego, isto é, o seguro desemprego, a intermediação de força de trabalho e a formação profissional. Em suma, o movimento sindical foi obrigado a estabelecer uma pauta de reivindicações para os trabalhadores empregados e também para aqueles em situação de desemprego.

5. Ver Freyssinet (2010) e (2007).

Neste sentido, as pautas e os acordos interprofissionais ganharam maior importância, seja para o movimento sindical negociar com as empresas, seja para atuar sobre a gestão e o desenho das políticas públicas de emprego.

Freysinet e sua influência na pesquisa brasileira

Jacques Freysinet interagiu com pesquisadores brasileiros e teve influência na realização de pesquisas a partir de parâmetros construídos por seus estudos, como nas relações de trabalho, na teoria de desemprego e nas políticas públicas de emprego. Além de sua presença em diversos momentos do Brasil, interagindo com pesquisadores na área do trabalho, em encontros da ABET, do DIEESE/CESIT e em diversas universidades brasileiras, ele contribuiu com as discussões relativas à proposta de organização de um sistema público de emprego conduzida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, entre 2003 e 2005.

Mesmo considerando as especificidades brasileiras e a correlação de forças dos atores econômicos e sociais, Freysinet apresenta uma construção metodológica de significativa influência nos estudos brasileiros das relações de trabalho, a partir do processo de desconstrução da relação salarial que ocorreu entre o pós-guerra e os anos 1970.

Na construção da análise é possível destacar quatro dimensões: 1) emprego, formas de contratação; 2) uso do tempo de trabalho; 3) remuneração; 4) processo de mudanças nas normas de relações de trabalho. No livro (Freysinet, 2007), ele faz uma análise das políticas de emprego em 14 países da Europa. No presente texto, destacam-se os elementos metodológicos que serviram de referência para a análise das relações de trabalho no Brasil.⁶

Emprego: diversificação nas formas de contratação e segmentação dos mercados de trabalho

A tendência é uma perda de importância relativa dos contratos padrão, por tempo indeterminado, com 8 horas de duração, com relativa estabilidade,

6. Ver estudos de Dedecca (1999 e 2006); Dedecca e Menezes (1995); Krein (2007 e 2018); Rodrigues e Albuquerque (2018).

em uma única empresa. A partir dos anos 1980, ganham expressão, especialmente nos países com maior grau de regulação protetiva do trabalho, diversas novas formas de contratação, tais como:

1. Avanços dos contratos em tempo parcial, particularmente, em alguns países, com incentivos financeiros para as empresas;
2. Ampliação das possibilidades de utilização da força de trabalho pelo empregador em contratos com duração determinada e de trabalhos temporários;
3. Estímulos, inclusive financeiros ou fiscais, para contratos que buscam inserir no mercado laboral segmentos mais vulneráveis da força de trabalho.

No estudo da Europa, o autor chama a atenção para o fato de que, apesar da tendência comum de aumento da diversidade das formas de contratação flexíveis, os resultados são muito diversos, segundo os setores econômicos e o padrão de emprego verificados nos países.

No caso brasileiro, o estudo inspirou a análise das reformas trabalhistas ocorridas especialmente nos anos 1990 e em 2017, em que essas modalidades de contratação flexível ganharam espaço, com a ampliação dos contratos por tempo parcial e a introdução do contrato por prazo determinado, como as modalidades de trabalho intermitente e “autônomo exclusivo”. Também, na mesma perspectiva indicada por Freyssinet, as análises dos autores brasileiros procuraram dimensionar o impacto destas modalidades no total de empregos gerados. O resultado, até o momento (início de 2023), mostra que a dica do autor foi relevante, com as novas possibilidades legais não apresentando incidência significativa, dada a existência de um regime de contratação já flexível, com a possibilidade do empregador poder despedir sem justificar, e da alta informalidade.

Para além do esquema inspirado em Freyssinet, no debate brasileiro, acrescentou-se na análise a terceirização com a modalidade de gestão mais flexível da força de trabalho, a qual apresentou grande relevância a partir dos anos 1990. A terceirização teve impacto importante na estruturação das formas de organização da força de trabalho na perspectiva de ampliar a precarização do trabalho (Krein *et al.*, 2021).

Flexibilização e individualização do uso do tempo de trabalho, com ou sem redução da jornada

A flexibilização do uso do tempo dos/as trabalhadores/as é uma tendência comum em praticamente todos os países europeus analisados pelo autor, apesar das diversidades dos sistemas nacionais de relações de trabalho. O autor aponta duas dimensões novas ali introduzidas:

Em um contexto de maior concorrência, as empresas e o Estado buscaram garantir formas de alargar a utilização dos equipamentos e o tempo de atendimento dos serviços sociais e públicos. Esse processo levou a ampliar os horários de trabalho, que invadiram o período noturno, os finais de semana (com liberação do trabalho aos domingos) e, ainda, a diversificá-los.

Avanço na modulação da jornada de trabalho de forma anual ou até plurianual na perspectiva de racionalização do uso do tempo pela empresa de acordo com as variações da atividade econômica, que tende a ser cada vez mais irregular. Na mesma perspectiva de racionalizar o uso do tempo, o trabalhador pode ficar com o aparelho de comunicação ligado para que a empresa o chame quando precisar. O trabalhador fica à disposição e ganha somente quando efetivamente realiza o trabalho. É uma mudança importante, pois agora busca-se remunerá-lo somente quando em atividade e não pelo tempo em que está à disposição da empresa.

É uma redefinição dos termos de distribuição do tempo de uso da força de trabalho na perspectiva de atender às demandas de organização das atividades empresariais e dos serviços públicos. Freyssinet aponta também para a crescente interdependência que se estabelece entre a flexibilidade do uso do tempo de trabalho, dos salários e da ocupação. Parece uma antevisão do que viria anos mais tarde, com o trabalho via empresas de plataformas digitais no mundo.

O mesmo esquema foi inspirador para a análise das mudanças na regulamentação do uso do tempo de trabalho no Brasil, via negociação coletiva ou por mudança legal. No caso, o processo começa antes, por meio de negociação, com a introdução do banco de horas, nas grandes indústrias, como mostra Dedecca (2006) e Manzano (2004), que identificaram no setor automotivo uma combinação de redução da jornada média semanal com a introdução da flexibilização. É, em outra dimensão, algo similar ao que o autor analisou da jornada de 35 horas semanais na França.

Na via legal, também buscou-se legalizar as práticas flexíveis de uso do tempo, tanto na reforma dos anos 1990 quanto na de 2017 (no governo Temer).

O banco de horas corresponde a uma modulação da jornada de trabalho nos termos de Freyssinet. É uma medida que teve grande impacto no Brasil, em que pelo menos a metade das empresas médias e grandes o utilizam (Krein *et al.*, 2021). As negociações coletivas colocam poucos limites para as empresas. Por exemplo, no estudo sobre impacto da reforma trabalhista de 2017, constatou-se que somente 30% dos instrumentos coletivos analisados traziam alguma limitação para o uso do domingo e do feriado no cômputo das horas em crédito ou débito (Krein e Cris, 2021).

A outra mudança que segue na perspectiva apontada por Freyssinet se refere à liberação do trabalho aos domingos. Iniciada nos anos 1990, tal medida se consolidou ao longo do tempo. Embora os trabalhadores/as junto com suas organizações continuem resistindo em trabalhar no final de semana, o poder das empresas pela liberação é mais forte, em um mercado de trabalho com poucas oportunidades. A pressão, entretanto, continua: no governo Bolsonaro foi editada uma Medida Provisória que propunha uma folga somente a cada sete domingos trabalhados, embora não tenha sido aprovada no Congresso Nacional.

A flexibilidade do uso do tempo avançou para novas regras de uso do intervalo de almoço e para o não pagamento de horas de preparo para o trabalho, tais como as *horas in itinere* e o período de troca de turnos. Ou seja, até o presente momento, a tendência é ampliar a liberdade das empresas para se apropriarem do tempo livre dos trabalhadores, reduzindo progressivamente sua autonomia de organização da vida pessoal. Ao mesmo tempo, a redução da jornada com flexibilidade foi uma experiência bastante restrita no setor automotivo, pois desde a Constituição de 1988 não houve alteração da extensão legal da jornada, nem sendo esta uma dimensão presente nas negociações coletivas. O Dieese (2006) mostra que as empresas privadas ou privatizadas ampliaram a sua jornada com o final da 5ª turma e alteram a forma de funcionamento dos turnos interrompidos de revezamento no setor de produção de processo contínuo.

A remuneração do trabalho: a descentralização e individualização da composição dos salários

O autor aponta como uma tendência comum em quase toda a Europa, nos anos 1980 e 1990, a perda dos salários na renda nacional, com pequenas exceções. Ela foi causada pela estratégia de redução dos custos do trabalho

com o debilitamento ou eliminação das normas salariais nacionais que protegiam as pessoas, que serviram de parâmetro para a análise das mudanças nas remunerações do trabalho:

1. No contexto de inflação e desemprego dos anos 1980, os países europeus eliminaram os reajustes automáticos dos salários pela inflação anterior. A desindexação das políticas de recomposição dos salários, em alguns países, foi substituída por perspectivas futuras de metas de controle dos preços e ganhos de produtividade.
2. Nas negociações coletivas, aparece uma dinâmica de descentralização da definição da remuneração para o âmbito da empresa, em que parte do valor recebido pelo trabalhador passa a corresponder a metas de produção e desempenho econômico da empresa, na perspectiva de vincular o rendimento do trabalho com obrigações de competitividade, flexibilidade e características dos mercados de trabalho locais. Assim se desenvolvem novas formas jurídicas para composição dos salários, tais como a participação nos lucros e resultados, o *stock-options* (participação acionária), as distribuições de ações, etc.
3. As medidas de remuneração variável foram acompanhadas de outras com o objetivo de reduzir os custos da proteção social. Por um lado, houve uma tendência de redução dos direitos sociais, condicionada à capacidade de financiamento do Estado, em um contexto de austeridade fiscal. A perspectiva foi ampliar as condições impostas aos trabalhadores para ter acesso aos benefícios sociais, passando de um Welfare state para um Workfare. Ainda, houve, especialmente nos países com tradição “bismarckiana”, iniciativas para reduzir a dependência do financiamento da seguridade a partir do assalariamento, com a introdução de outras fontes fiscais. Ou seja, a tendência foi de reduzir custos com uma série de reformas no sistema de proteção social e também de desvincular o seu financiamento do assalariamento. Por outro lado, houve um estímulo para a constituição de formas privadas de proteção social, tais como previdência complementar, baseadas em empresas ou seguros individuais.

Estas dinâmicas têm como consequência uma crescente elevação das desigualdades entre os assalariados, com o aparecimento de trabalhadores que

não recebem o suficiente para se manter dignamente, designados como *working poors* (Freyssinet, 2007, p. 61).

As tendências indicadas por Freyssinet são muito similares, apesar das especificidades nacionais. No Brasil, nos anos 1990 em diante, também são introduzidas uma série de medidas que apresentam coerência com as tendências apontadas por Freyssinet, tais como: o final da política salarial, a desindexação do valor do salário mínimo, a vinculação de possíveis aumentos reais negociados nas categorias à produtividade, a introdução, com incentivos fiscais, do Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e o estímulo a pagamentos com verbas não salariais. O estímulo ao programa de PLR promoveu, nas categorias mais estruturadas, uma descentralização da definição da remuneração e um crescimento de sua parte variável (Krein, 2018). O incentivo fiscal no sentido de isentar um valor alto (em torno de 6 salários mínimos) de cobrança do imposto de renda e principalmente a não consideração do valor pago como bônus (não salário), portanto, sem encargos sociais, fez o programa ganhar expressão nas grandes empresas. A reforma de 2017 aprofundou a proposta de descentralização e ampliou as formas de remuneração variável, com perspectiva de um componente de individualização. Trouxe outra novidade que foi a possibilidade de os trabalhadores que recebessem mais de dois tetos previdenciários não serem cobertos pela negociação coletiva (Ibarra, 2021). Ou seja, as tendências são similares ao que o autor apresenta para a Europa (Tuma, 1999).

Considerações finais

As contribuições de Jacques Freyssinet são indissociáveis de sua experiência na universidade e nas instituições públicas e de sua relação sistemática com os atores sociais. É impossível caracterizá-las simplesmente como acadêmicas, ou institucionais, ou de natureza política. Expressam essas três formas de inserção profissional e pessoal na sociedade francesa. Inserção amplamente valorizada por seus pares na universidade, pelos atores sociais e no âmbito das instituições públicas.

Encontram-se ainda intimamente relacionadas com as dinâmicas e transformações social, econômica e política, sendo de natureza empírica, mas caudatárias também das grandes contribuições das teorias econômica e so-

ciológica. Por um lado, elas exploram as características comuns das novas tendências nas relações de trabalho, das importantes inflexões nas políticas de emprego e das regras que estabelecem a relação entre capital e trabalho. Por outro lado, apontam a importância de considerar as especificidades nacionais e até setoriais, que são, respectivamente, influenciadas pela correlação de forças, resistências promovidas pelo movimento trabalhista de cada país e pelas estratégias de negócios das empresas.

Em síntese, a contribuição de Jacques Freyssinet permite entender ao menos seis tendências comuns ao mercado e relações de trabalho nacionais, bem como refletir sobre políticas públicas orientadas para o enfrentamento de suas consequências nas condições de trabalho, emprego e renda:

1. A introdução de uma série de novas modalidades de contratação atípicas ou flexíveis (tais como a temporária, a parcial, de prazo determinado, intermitente), em contraposição ao padrão predominante no pós-guerra. Também há estímulos para a contratação de segmentos mais vulneráveis do mercado de trabalho;
2. Flexibilidade no uso do tempo de trabalho, na perspectiva de ajustar a jornada de acordo com as sazonalidades das atividades e também de ampliar a jornada de trabalho em períodos noturnos e nos finais de semana. A mudança significa que a empresa amplia os seus limites para subtrair o tempo de vida de quem ela contrata;
3. Fim das escalas móveis de reajustes autônômicos dos salários pela inflação passada e a introdução de formas de variáveis de remuneração, vinculadas a resultados e lucros. Nesta perspectiva, há uma tendência de individualização e descentralização na determinação dos salários;
4. Descentralização na definição das negociações coletivas, em que as regras mais gerais e nacionais vão sendo flexibilizadas para o interior das empresas ou até individualmente. O programa de remuneração variável é um exemplo;
5. Fragilização das instituições estatais, responsáveis pela elaboração de políticas ou por efetivar os direitos trabalhistas. Ou seja, uma mudança do papel do Estado na sua atuação no mercado e nas relações de trabalho;

6. Pressão para diminuição das proteções sociais aos assalariados, em que se fragiliza o *Welfare state* e se fortalece a perspectiva do *Workfare*. A perspectiva é retirar as proteções, deixando as pessoas mais vulneráveis e sujeitas às regras do mercado, e ao mesmo tempo abrir espaços para que a seguridade seja uma responsabilidade individualizada, viabilizada no mercado.

Apesar das tendências terem sentidos comuns, é fundamental ressaltar o sistemático alerta encontrado na contribuição de Jacques Freyssinet quanto ao enquadramento que os condicionantes históricos, políticos e sociais estabelecem aos processos de transformação do trabalho nos espaços nacionais. Para ele (2006), o espraiamento da contratação atípica, comum em termos gerais em vários países, assumiu características particulares na França, em razão desta estar em grande medida circunscrita aos setores de serviços e a atividades sazonais. Portanto, a pesquisa e a observação referidas às especificidades nacionais são fundamentais para qualificar e entender as transformações nos mercados e nas relações de trabalho nos espaços nacionais.

Em síntese, a trajetória intelectual do autor contribui para problematizar teses amplamente difundidas nos últimos 50 anos, que simplificaram processos históricos e sociais complexos observados na sociedade capitalista. Por exemplo, ao contrário do prognóstico sobre o fim do trabalho, corrente que teve grande difusão nos anos de 1970 e 1980, é inegável a sua contribuição sobre a continuidade da centralidade do trabalho, embora sob a marca de uma estrutura de emprego mais diversificada e muito mais precária em termos de condições de contratação, uso e remuneração do trabalho.

Enfim, Freyssinet, como pesquisador atento às mudanças do mundo do trabalho, contribuiu com pistas que foram seguidas por muitos estudiosos no Brasil, sobre como observar e analisar as mudanças nas políticas de emprego e especialmente nas relações de trabalho. Como participante do processo social e de atuação no âmbito governamental, Freyssinet contribuiu para não somente fazer o diagnóstico, mas também para elaborar subsídios para pensar a ação coletiva e as políticas públicas. Ou seja, é um intelectual orgânico nos termos formulados por Gramsci, por ser expressão de inserção política permanente, com o comprometimento sistêmico com o rigor científico.

Referências

Baglioni, G. (1994). As relações industriais na Europa nos anos 1980. In: Oliveira, Carlos Alonso Barbosa *et al.* (Orgs.). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, p. 49-106.

Calvete, C. (2006). *Redução da jornada de trabalho: uma análise econômica para o Brasil*. Tese de doutoramento. Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, SP.

Castel, R.; Fitoussi, J-P.; Freyssinet, J.; Guaino, H. (1997). *Chômage: le cas français, Rapport au Premier Ministre*. Paris: La Documentation Française.

Dedecca, C. (2006). *Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário: a experiência brasileira*. Trabalho apresentado no Colóquio Internacional: Novas formas de trabalho e de desemprego - Brasil, Japão e França numa perspectiva comparada, CEBRAP – FFLCH/USP, São Paulo, 11 e 12 de set. 2006.

_____. (1999). *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Campinas: Instituto de Economia/ UNICAMP (Coleção Teses).

_____; Menezes, W. (1995). A contratualidade das relações de trabalho e o problema do emprego na Europa Ocidental: as experiências sueca, italiana e francesa. *Economia Política*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, v. 15, n. 03.

Fitoussi, J-P.; Passet, O.; Freyssinet, J. (1997). *Réduction du Chômage: les réussites en Europe, Rapport pour le Conseil d'Analyse Économique*. Paris: Documentation Française.

Freyssinet, J. (1984). *Le chômage*. Paris: La Découverte.

_____. (1997). *Le travail en Miettes*. Paris: Les Editions de l'Atelier.

_____. (2006). Les trajectoires nationales vers la flexibilité du rapport salarial: le cas de la France dans le contexte de l'Union européenne. Trabalho apresentado no Colóquio Internacional: novas formas do trabalho e do desemprego: Brasil, Japão e França numa perspectiva comparada. *Anais do Colóquio Internacional...* São Paulo: Cebrap e Faculdade de Sociologia/USP, 11 e 12 set. 2006.

_____. (2007). *El desafío de las políticas del empleo en el siglo XXI: la experiencia reciente de los países*. Buenos Aires: Editora Miño y Dávila sri/CEIL-PIETE CONICET.⁷

_____. (2010). *Negocier l'emploi*. Paris: Centre d'Études de l'Emploi/Éditions Liaisons.

Friedmann, G. (1956). *Le travail em Miettes*. Paris: Gallimard.

IRES (2000). *Les marchés du travail en Europe*. Paris: La Découverte.

Krein, J. D. (2013). *A flexibilização do trabalho na era neoliberal no Brasil*. São Paulo, LTR.

_____. (2018). O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, v. 30, n. 1, p. 77-104. Disponível em <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>>. Acesso em 04 abr. 2023

Manzano, S. P. (2004). *Diagnóstico das condições de trabalho nas montadoras de veículos do ABC e do Paraná: um estudo sobre a modulação da jornada de trabalho e da PLR*. Dissertação Mestrado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

Rodrigues, C.; Albuquerque, D. (2018). Trabalho no capitalismo contemporâneo: transformações e desafios. Disponível em <https://congressods.com.br/sexta/anais_sexta/ARTIGOS_GT11/TRABALHO%20NO%20CAPITALISMO%20CONTEMPORANEO%20TRANSFORMACOES%20E%20DESAFIOS.pdf>. Acesso em 04 abr. 2023.

Uriarte, O. E. (2002). *A flexibilidade*. São Paulo: LTr Editora Ltda.

7. Este é a principal referência junto com o texto do Colóquio internacional da USP.

25. JOAN W. SCOTT: GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

LUCÍLIA REGINA DE SOUZA MACHADO

Introdução

A historiadora e militante feminista norte-americana Joan Scott publicou, em 1986, o artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, que teve grande repercussão acadêmica e nos movimentos sociais e, ainda hoje, é reconhecido como uma importante contribuição aos estudos de gênero, realizados de forma disciplinar ou interdisciplinar.

Trata-se de uma obra de referência para as ciências sociais e humanas brasileiras, quanto a produções realizadas em história, sociologia, antropologia, ciências políticas, psicologia, educação e filosofia.

Segundo Vêras de Oliveira, Ramalho e Rosenfield, no Brasil, “o tema de gênero só ganhou impulso nos estudos do trabalho nos anos 1970, quando passaram a ser abordadas as conexões entre a divisão social e sexual do trabalho, assim como entre a esferas produtiva e da reprodução social”. Afirmam que essa área teria “[...] se convertido, a partir de então, em uma das mais vigorosas da Sociologia do Trabalho no país” (2019, p. 5).

Sobre o campo da historiografia brasileira, Pedro e Souto Maior (2021, p. 4) revelam ter havido nas pesquisas, temáticas e debates, uma significativa virada de gênero.

Trinta e um anos se passaram desde a tradução, no Brasil, de ‘Gênero: uma categoria útil de análise histórica’, artigo da historiadora americana Joan Scott e obra decisiva para os estudos sobre gênero

e sexualidades na historiografia brasileira. De lá para cá, graças também à abertura de mais programas de pós-graduação em História e nascimento de revistas acadêmicas da área de História, a categoria gênero germinou, fincou raízes e formou campos decisivos que têm nos ajudado a esclarecer questões sensíveis do passado e apontar para a construção de mundos possíveis.

Busca-se, portanto, neste capítulo, por meio de abordagem qualitativa, contextualizar o surgimento do artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” na trajetória e produção de sua autora, e recuperar argumentos em torno das possibilidades e limites teórico-metodológicos no uso dessa categoria, debate em que também se posicionou o mundo acadêmico brasileiro.

Nascida em 1941, Scott exerceu a docência em diversas universidades norte-americanas. Foi, também, diretora de estudos associados na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris. Em 2015, como professora adjunta de História, passou a atuar na pós-graduação da Universidade de Nova York e está vinculada ao Instituto de Estudos Avançados, Unidade Einstein, de Princeton, Nova Jersey.

Ao se discutir, hoje, a categoria gênero e as repercussões desse artigo nas ciências sociais e humanas, não há como não se voltar aos diálogos críticos, interesse e foco do presente livro. No caso desse tema, sobre as questões prezadas pela militância feminista, especialmente no atual contexto de ascenso do conservadorismo em todo o mundo.

Com atenção primordial na América Latina, a revista *Norus - Novos Rumos Sociológicos* trouxe uma entrevista de Candido, Gomes e Tanscheit (2019) às pesquisadoras Flávia Biroli, Flávia Freidenberg e Verónica Gago sobre tais matérias. As interrogadas destacaram a importância dos estudos de gênero, em primeiro lugar, por tornarem evidentes, entre outras questões, aquelas relacionadas às hierarquias no cotidiano, à sub-representação das mulheres na política e no noticiário político, aos modos de abordar e exercer o conhecimento, ciência feminista e vicissitudes da feminização do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Abordaram, também, as restrições da academia aos estudos de gênero e, por outro lado, as agressões e censuras vindas de setores conservadores, aumentadas com a perseguição feita por governos de direita em nome do combate à chamada ideologia de gênero. Informaram ser essa uma campanha transnacional de reação aos movimentos pela expansão dos direitos

e de questionamento das relações de poder e de exploração, esteio de privilégios, cruzada que desvenda a convergência entre o neoliberalismo e o conservadorismo.

Quanto à academia, as entrevistadas afirmaram a permanência dos diálogos sobre gênero, no geral, entre as mulheres, e a sub-representação da categoria nas posições de poder e nas estruturas de gestão.

A despeito disso, afirmaram o avanço e as contribuições importantes das pesquisas nesse campo; por exemplo, na elucidação das dinâmicas de violência de gênero e do entrecruzamento das distintas violências, na construção de novas categorias analíticas e na validação de experiências de mulheres pelo seu caráter inspirador.

Social e politicamente, as questões de gênero, segundo as entrevistadas, ganharam maior importância em razão do aumento da capilarização e transversalidade dos feminismos, da popularização dos fundamentos da agenda da igualdade, da composição intergeracional dos movimentos e do seu papel estratégico na mobilização por democracia e mudança nas relações de trabalho. Tudo isso tem exigido a renovação dos enfoques teóricos e metodológicos.

Scavone (2008) chamou a atenção para as oportunidades às ciências sociais com respeito às inovações temáticas, conceituais e de abordagem, trazidas pelos diálogos críticos travados entre o movimento social e as teorias. Assim, implicações políticas e científicas dos problemas estudados teriam trazido argumentos para o reconhecimento da validade científica da construção de uma sociologia de gênero e/ou feminista.

Nesse sentido, destaca a atuação de expoentes da teoria feminista, entre as quais se encontra Scott, mas também a precursora Simone de Beauvoir, e ainda Monique Wittig, Gayle Rubin, Daniele Kergoat, Júlia Kristeva, Jane Flax, Carole Pateman, Nancy Fraser e Judith Butler. Scavone traz Jameson (1992) para seu texto ao se referir ao contexto mobilizador das teorizações dessas feministas, advindo das transformações sociais da década de 1960 e das substituições paradigmáticas. Ambos teriam possibilitado a diferentes clamores coletivos tomar lugar, levando à “[...] desconstrução de um sujeito único e universal” (Scavone, 2008, p. 174).

Assim, o conceito de gênero teria sido “[...] construído por estudiosas da língua inglesa, como, por exemplo, Gayle Rubin, antropóloga e feminista”, a partir do “[...] diálogo crítico com a teoria antropológica de Lévi-Strauss,

com a psicanálise freudiana e com o marxismo”, mas que coube à Scott introduzi-lo na história ao publicar o artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, atribuindo-lhe caráter relacional de articulação histórica, cultural e política (Scavone, 2008, p. 179).

Para além desse artigo, o conjunto da obra de Scott precisa ser considerado pelos seus aportes às teorizações referenciadas em gênero e aos estudos sobre a história do feminismo. Segundo a socióloga mexicana María Luisa Tarrès (2012, p. 379), esses “[...] y el esfuerzo por articular la categoría de género partiendo de un escenario histórico determinado también por la presencia y participación de las mujeres alimentan los debates más actuales en torno a las relaciones e identidades vinculadas con el género”.¹

A presente retomada desse artigo de Scott é feita situando-o nos quadros do percurso intelectual da autora, das suas declarações e das interlocuções teóricas, inclusive brasileiras, a respeito do significado e uso analítico da categoria gênero.

O artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” e sua contextualização na trajetória e produção de Joan Scott

Publicado em 1986 na *American Historical Review*, esse artigo atraiu grande atenção e interesse acadêmico e político. Tarrès (2012) presume ser esse o trabalho mais divulgado e comentado de Joan Scott e concorda interpretá-lo como um reflexo da conjuntura da época, do grau alcançado pelas reivindicações do movimento feminista até aquele momento e suas repercussões nas instituições políticas de várias partes do mundo.

No Brasil, esse ensaio foi divulgado pela primeira vez em 1990 e por dois veículos: por um livreto publicado pelo SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, organização da sociedade civil fundada em 1981, com sede em Recife, Pernambuco, e no número dois do 15º volume, dedicado ao tema “Mulher e Educação”, do periódico *Educação & Realidade*, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1. “[...] e o esforço de articulação da categoria de gênero a partir de um cenário histórico também determinado pela presença e participação das mulheres alimentam os debates mais atuais em torno das relações e identidades vinculadas ao gênero” (tradução livre).

A historiadora Margareth Rago (1998) relata que foi nesse ano de 1990 que ela ouviu, pela primeira vez, discussões sobre relações de gênero. Isso, num encontro feminista em Nova York. Logo após, já no Brasil, informa que passou a integrar um grupo de estudos sobre o tema. Refere-se, ainda: à realização, em São Paulo, de um importante seminário com a participação de intelectuais feministas de grande expressão nacional para discutir o assunto; à criação, na Universidade de Campinas, do Núcleo de Estudos do Gênero Pagu e seu *Cadernos Pagu*; à emergência de uma pluralidade de iniciativas com esse foco. Logo, ler os textos de Scott tornou-se essencial. Diz que:

Da história das mulheres passamos repentinamente a falar na categoria do gênero, entre as décadas de 1980 e 1990. Uma imensa literatura abriu-se, então, para nós: as pós-estruturalistas, com Derrida e Foucault à frente, dissolvendo os sujeitos e apontando para a dimensão relacional da nova categoria; as marxistas, procurando integrar rapidamente a nova categoria em seu sistema de pensamento, sempre muito preocupadas em garantir o lugar outrora hegemônico e agora compartilhado do conceito de classe (Rago, 1998, p. 90).

Na edição do periódico *Educação & Realidade*, o que veio à luz foi a tradução feita por Guacira Lopes Louro do texto de Scott em idioma francês, publicado em 1988 pelo periódico *Les Cahiers du Grif*, fundado em 1973. O *Grif* ou Groupe de Recherche et d'Information Féministes, sediado em Bruxelas, Bélgica, publicou, ainda e até 1997, diversos artigos com esse enfoque, alguns sobre gênero e trabalho. O artigo de Scott publicado nessa revista (Scott, 1988) constitui-se de tradução feita pela historiadora grega, Éleni Varikas, radicada na França.

Em 1989, houve também a republicação desse artigo no livro de Scott, "Gender and the politics of history", editado pela Columbia University Press, de Nova York. Essa obra se divide em quatro partes. Na primeira, chamada "Em direção a uma história feminista", esse ensaio reaparece ao lado de outro, denominado "História das mulheres". Na segunda parte, o tema é gênero e classe e traz dois ensaios: o primeiro, a respeito de linguagem, gênero e história da classe trabalhadora, e o segundo, sobre as mulheres em "A formação da classe operária inglesa", que traz uma crítica à abordagem androcêntrica do historiador marxista Edward Palmer Thompson.

Na terceira parte, discute gênero na história em três capítulos, e, na quarta, o tema da igualdade² e diferença. Em “Gender and the politics of history”, Scott adverte que não se deve imaginar que gênero seja uma questão universalmente aceita e reconhecida.

O capítulo “História das mulheres” apareceu no Brasil em 1991, integrando o livro “A escrita da história”, de Peter Burke³, trazendo a afirmação da autora de que gênero é um termo aparentemente neutro, desprovido de propósito ideológico imediato. Nesse sentido, ela explica que:

‘Gênero’ foi o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Nos Estados Unidos, o termo é extraído tanto da gramática, com suas implicações sobre as convenções ou regras (feitas pelo homem) do uso da linguística, quanto dos estudos de sociologia dos papéis sociais designados às mulheres e aos homens. Embora os usos sociológicos de ‘gênero’ possam incorporar tônicas funcionalistas ou essencialistas, as feministas escolheram enfatizar as conotações sociais de gênero em contraste com as conotações físicas de sexo (Scott, 1992, p. 86).

Ao considerar as disposições aos gêneros dos contextos social e cultural, teria sido possível, segundo Scott “[...] pensar em termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias como raça, classe ou etnia, assim como levar em conta a mudança” (Scott, 1992, p. 87).

Mais à frente, nesse capítulo sobre a “História das mulheres”, Scott também ressalta a possibilidade de se usar a categoria de gênero não somente para analisar as diferenças entre os sexos, mas também para considerar as diferenças dentro da diferença.

Em 1995, *Educação & Realidade* republicou esse artigo em edição dedicada ao tema gênero e educação. Conforme seu editorial, o interesse pelo assunto cresceu, nacionalmente, em razão, sobretudo, das grandes transforma-

2. A *Revista Estudos Feministas*, editada na Universidade Federal de Santa Catarina desde 1999, publicou o texto de Scott, “O enigma da igualdade”, em edição de 2005.

3. Historiador inglês dedicado à história social e história cultural, casado com Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, historiadora brasileira e professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Foi professor-visitante do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA – USP), entre 1994 e 1995, período em que desenvolveu o projeto de pesquisa “Duas crises de consciência histórica”.

ções no campo de estudos sobre trabalho docente, currículo e organização da escola, a partir da emergência do fenômeno identificado como feminização da docência.

No editorial dessa edição de 1995, argumenta-se, ainda, que a republicação do artigo de Scott decorreu do esgotamento da edição de 1990 e do grande interesse de pesquisadores brasileiros pelo texto, não somente os do campo da educação. Essa segunda edição brasileira, revisada e cotejada com a original em inglês, contou também com o artigo “Gênero, história e educação: construção e desconstrução”, de Guacira Lopes Louro, destinado a analisar o artigo de Scott à vista das frequentes referências feitas a ele por pesquisadores brasileiros das ciências sociais e da educação, das afinidades da autora com o pós-estruturalismo e das implicações políticas e pedagógicas dessa abordagem (Louro, 1995).

Em 1998, foi a vez de Garneau (1998), pesquisadora canadense dedicada aos estudos sobre a construção identitária e direitos sociais das mulheres integrantes dos povos originários, observar a importância desse ensaio de Scott. Ela chamou a atenção para a divisão que a autora fez entre uso descritivo e uso teórico da noção de gênero, pois isso seria fundamental para a melhor compreensão dessa categoria. Cabe, contudo, salientar, segundo Garneau (1998), que a transição da noção de sexo para a de gênero é complexa, por envolver diferentes compreensões históricas e semânticas e o encontro de significados produzidos em diferentes tempos e culturas.

Explica Garneau (1998) que o uso descritivo dessa noção se aplica ao estudo de tudo aquilo alusivo às mulheres, mas que, na perspectiva teórica, se volta à análise da construção social das distinções entre mulheres e homens e dos corpos generificados ou submetidos a normas, atitudes, símbolos e ações relativas aos sexos, hierarquizados segundo valores.

Mas a esse respeito, observa Tarrès (2012, p. 391) que:

Em que pese o notável desenvolvimento da teoria de gênero, a perspectiva de Scott tende a ser utilizada de forma descritiva, privilegiando a análise de problemas em que a desigualdade das relações de gênero se mostra limitada e evidente. Sugiro então interpelar Scott, comparando o contexto de sua obra e o de agora, com o objetivo de estender o campo de análise e a compreensão das lógicas culturais e institucionais que influem na experiência das relações de gênero.

Com esse propósito, o artigo de Scott, segundo Thompson⁴ (2005), foi mobilizador ao propor a busca de formas alternativas de interpretar o passado, os sistemas e as instituições constitutivas da sociedade. Ao indicar gênero como uma categoria de identidade elaborada discursivamente e em defesa do poder, ela teria instado os historiadores a mudarem suas ferramentas analíticas, a metodologia de se fazer história. Thompson afirma, assim, que Scott está no nascedouro de uma rica discussão sobre a história de mulheres, não como um campo de pesquisa secundário e separado, mas integrante da história política geral.

Para tanto, conforme entendimento de Rago (1998, p. 93), “[...] a categoria do gênero não vem substituir nenhuma outra, mas atende à necessidade de ampliação de nosso vocabulário para darmos conta da multiplicidade das dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais”.

Mas, segundo Scott, a dificuldade na compreensão do que seja uma categoria analítica trouxe problemas. Perreau (2010) traz da entrevista que fez com essa autora e o seu relato a respeito do que ocorreu, em 2006, por ocasião do fórum de discussão organizado pela *The American Historical Review para comemorar os vinte anos da sua aposta, a primeira publicação do artigo* “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.

Scott comenta que os participantes desse fórum abordaram o seu artigo como se ele definisse o que era gênero. Ela diz, contudo, que teria escrito exatamente o contrário, pois tratou do gênero não como algo determinável, mas como uma questão aberta, alguma coisa sobre a qual se deve aprender a perguntar em um determinado contexto.

Isso significa dizer, segundo a autora, que é preciso partir da reflexão sobre o contexto, da análise dos próprios termos em que o gênero é formulado, uma vez que feminilidade e masculinidade nunca têm o mesmo significado. Assim, em Scott, gênero recebe dupla definição. A primeira delas se refere a construções sociais em torno das diferenças sexuais, historicamente verificáveis. Já a segunda diz respeito a uma relação com o poder, a uma forma de significar as relações de domínio e controle. Dessa forma, compreende-se o interesse da autora em entrelaçar política e gênero, pois, para ela, essa mescla ou nó é essencial para entender o poder e as diferenças de gênero.

4. Historiadora com abordagens de história cultural e social e foco na interação entre representação e experiência. Tem publicações sobre história das mulheres, gênero e sexualidade, cultura política e sobre o papel da emoção na formação de identidades coletivas e individuais.

Em língua francesa, surgiu em 2012, uma nova publicação desse artigo: pela Editora Fayard, de Paris, e no livro “De l'utilité du genre”, organizado pela própria Scott (2012a). A obra traz ensaios que descrevem o roteiro de pesquisa por ela perfilado ao longo de mais de vinte e cinco anos, utilizando metodologicamente a categoria gênero nas suas investigações históricas e discussões sobre situações da vida social.

Nessa descrição, Scott fala do seu encontro com a psicanálise e de como a utiliza metodologicamente na sua escrita histórica, na compreensão do gênero como uma forma de dar significado às relações de poder.

O livro “De l'utilité du genre” traz, além da conclusão, cinco artigos por ela publicados entre 1986 e 2012, em que discute gênero e os dispositivos históricos utilizados na linguagem para fazer a articulação e a naturalização das relações de poder estabelecidas entre o normativo e o psíquico. Ela retoma a categoria gênero não apenas como ferramenta para o campo da investigação histórica e social, mas também como instrumento crítico, tendo em vista a mudança em modos de pensar o funcionamento da sociedade.

Em 2016, os editores dos *Cadernos de História UFPe*, do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, decidiram também republicar esse texto de Scott. Essa quarta edição no Brasil serviu para abrir o nº 11, do volume 11 dessa revista, dedicado ao dossiê “Gênero e trabalho”.

A justificativa apresentada para a nova publicação desse artigo veio da constatação do espaço cada vez maior que a categoria gênero, com os conceitos e referenciais por ela abrigados, tem ocupado nas discussões cotidianas e acadêmicas, incluindo as relativas aos mundos do trabalho e suas desigualdades. É importante lembrar que Scott se iniciou na pesquisa social pela via da história do movimento operário, especialmente o francês.

O encontro com uma forma de pensar diferente

A questão da diferença na história tem constituído o objeto central dos estudos de Scott, mas, em especial, como as diferenças são usadas, representadas e justificadas. Essas abordagens constituem o pano de fundo dos seus livros mais recentes: “Sex and secularism” (2017), onde questiona a noção de que a posição neutra em matéria de religião seria uma garantia de igualdade de gênero; “Knowledge, power and academic freedom” (2019),

no qual discute as contradições no conceito de liberdade acadêmica; e “On the judgment of history” (2020), em que trata criticamente da persistência das estruturas de poder, que dificulta a busca de futuros sociais alternativos.

Em entrevista a Larzillière e Wieviorka (2019, p. 198-199), por ocasião do aparecimento da edição do seu livro “La religion de la laïcité” (cf. 2018), tradução de “Sex and secularism”, ela assim se pronunciou sobre seu percurso teórico-metodológico:

Mes travaux de recherche ont en effet débuté avec l’histoire des verriers, en pleine émergence de l’histoire sociale. Ce fut le sujet de ma thèse, que j’ai achevée en 1969, et dans laquelle je n’évoque pas les femmes des verriers.

Dans les années 1970, les étudiantes féministes ont demandé des cours sur les femmes, et comme j’étais la seule femme du département d’histoire de la Northwestern University, le président de l’université m’a évidemment chargée de ce cours d’histoire des femmes. À l’époque, il y avait à Chicago, où je vivais, des groupes de féministes qui s’intéressaient à ce sujet, et j’étais contente de m’y atteler.

Puis, en France, à la Maison des sciences de l’homme, toujours dans les années 1970, nous avons organisé une importante table ronde, Louise A. Tilly et moi, alors que nous étions en train d’écrire notre livre *Les femmes, le travail et la famille*.

Ce fut vraiment un moment extraordinaire où nous, les femmes, avons essayé de faire reconnaître l’importance de l’histoire des femmes dans l’histoire sociale. Pour moi, la trajectoire a été: de l’histoire sociale à l’histoire des femmes, mais à l’histoire des femmes comme histoire sociale.

[...]

Ce fut vraiment le temps d’une Internationale de l’histoire des femmes, sous une forte pression des jeunes étudiantes féministes, et cela se passait à la Maison des sciences de l’homme. Et quand je suis arrivée à la Brown University en 1980, j’y ai trouvé un cercle de femmes féministes influencées par la ‘théorie du féminisme à la française’, comme on dit en Amérique. Ce fut pour moi l’introduction à Foucault, à Derrida, Lacan, Cixous, Kristeva, Irigaray... Pour une historienne, il était difficile et important d’essayer de travailler avec ces idées très complexes.

Les mots et les choses ont représenté pour moi le moment épistémologique où j'ai trouvé un mode de pensée différent de celui de la formation que j'avais reçue. C'est après l'avoir lu que j'ai écrit mon livre *La citoyenne paradoxale*⁵, qui est différent de l'histoire des femmes que j'avais écrite avant (Larzillière e Wiewiorka, 2019, p. 198-199).⁶

Portanto, “As palavras e as coisas”, livro de Michel Foucault, foi, como esclarece Scott, uma obra decisiva para que ela fizesse mudanças no seu método de análise histórica. Essa obra veio a público pela primeira vez em 1966, vinte anos antes de “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, e nela Scott encontrou a importância de incorporar as representações no seu método.

A autora diz que foi depois de ler esse livro de Foucault (1966) que ela escreveu “Only paradoxes to offer. French feminists and the rights of man” (1996), que, na França, recebeu o título de “La citoyenne paradoxale: les féministes françaises et les droits de l’homme” (1998). Foucault a teria levado a repensar sua relação com a história, o que nela se projeta assim como as ideias dominantes sobre as diferenças entre os sexos.

Para Tarrès,

5. Publicado no Brasil e com tradução de Êlvio Antônio Funck: Scott, Joan W. “A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem”. Florianópolis: Mulheres, 2002.

6. “Meu trabalho de pesquisa, de fato, começou com a história dos vidreiros, em plena emergência da história social. Esse foi o tema da minha tese, que concluí em 1969, e na qual não menciono as mulheres dos vidreiros. Na década de 1970, alunas feministas pediram cursos sobre mulheres e, como eu era a única mulher no departamento de história da Northwestern University, o reitor da universidade obviamente me encarregou desse curso: História das Mulheres. Na época, havia grupos feministas em Chicago, onde eu morava, que se interessavam por esse assunto, e fiquei feliz em me envolver. Então, na França, na Maison des sciences de l’homme, ainda na década de 1970, organizamos uma importante mesa redonda, Louise A. Tilly e eu, enquanto escrevíamos nosso livro, *Mulheres, trabalho e família*. Foi realmente um momento extraordinário quando nós mulheres tentamos reconhecer a importância da história das mulheres na história social. Para mim, a trajetória tem sido: da história social à história das mulheres, mas como história social. [...] Era realmente a época de uma Internacional da história das mulheres, sob forte pressão de jovens estudantes feministas, e isso acontecia na Maison des sciences de l’homme. Quando cheguei à Brown University em 1980, encontrei lá um círculo de mulheres feministas que foram influenciadas pela teoria do feminismo francês, como dizemos na América. Foi para mim a introdução a Foucault, a Derrida, Lacan, Cixous, Kristeva, Irigaray [...]. Para um historiador, foi difícil e importante tentar trabalhar com essas ideias tão complexas. *‘As palavras e as coisas’* representou para mim o momento epistemológico em que encontrei uma forma de pensar diferente daquela da formação que recebi. Foi depois de lê-lo que escrevi meu livro *‘A cidadã paradoxal’*, que é diferente da história das mulheres que eu havia escrito antes” (Tradução livre).

El aporte de Scott se ubica en la experiencia de una generación, concebida como un grupo de personas de edades semejantes, que comparten un proceso histórico y son portadoras de proyectos, creencias o pautas comunes que le otorgan unidad y afloran con vigor en determinadas coyunturas. A finales de los años sesenta del siglo XX, la generación de Scott vivió la crisis de las divisiones disciplinarias en las ciencias sociales producida por una fuerte crítica a las bases epistemológicas, teóricas y metodológicas que redefinió sus campos y objetos de estudio (Tarrès, 2012, p. 381).⁷

Tarrès cita, ainda, como cenário histórico vivido por Scott e sua geração, as agitações urbanas, as lutas de libertação colonial, guerras, protestos pela paz, as mobilizações estudantis, revoluções socialistas, movimentos de indígenas e feministas e as ditaduras militares. Rememora, igualmente, o papel desempenhado pela institucionalização das ciências sociais em universidades e centros de pesquisa, após a II Guerra Mundial, na formação intelectual de profissionais, no debate das ideias e na geração de novos conhecimentos, significados e discursos considerados, até então, como inquestionáveis. Segundo Tarrès, sobre as influências no feminismo, é preciso considerar:

[...] el papel de Jacques Derrida que introdujo el concepto de deconstrucción del lenguaje, muy utilizado en los estudios de género y la importancia de la noción de discurso vinculado a la sexualidad y al poder de Michel Foucault. Ambos filósofos, cuyas biografías transcurren en la periferia, criticaron el discurso de la filosofía y de las ciencias sociales revelando que se encontraba marcado por relaciones de poder, por lo cual invariablemente excluía, reprimía o marginaba a ‘los otros’, a los diferentes, funcionando de tal manera que uno de los términos tenía primacía y marginaba al otro (Tarrès, 2012, p. 381).⁸

7. “A contribuição de Scott está localizada na experiência de uma geração, concebida como um grupo de pessoas de idades semelhantes, que compartilham um processo histórico e são portadoras de projetos, crenças ou diretrizes comuns que lhe conferem unidade e florescem em determinadas conjunturas. No final da década de 1960, a geração de Scott vivenciou a crise das divisões disciplinares nas ciências sociais produzida por uma forte crítica às bases epistemológicas, teóricas e metodológicas que redefiniram seus campos e objetos de estudo” (Tradução livre).

8. “[...] o papel de Jacques Derrida que introduziu o conceito de desconstrução da linguagem, amplamente utilizado nos estudos de gênero, e a importância da noção de discurso ligada à sexualidade

Além disso, Scott trazia sua experiência de convivência no ambiente familiar com pais sindicalistas, importunados pela perseguição macartista, e se comprometeu desde cedo com processos políticos de luta contra a dominação social e política, de onde vêm seus interesses pelos estudos sobre pressupostos de esquerda, ações em busca da transformação social, a Revolução Francesa, a história social e a experiência das mulheres nesses contextos.

Tais elementos de contexto histórico e pessoal permitem, portanto, dizer que o ensaio “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” e a obra posterior de Scott tendo essa produção como base não surgiram por acaso, acidentalmente ou por conta do brilhantismo de sua autora. Para eles confluíram a contribuição de outros personagens participantes das lutas sociais e dos debates teóricos.

Mas, sem dúvida, a despeito disso e até por conta disso, Scott teve o discernimento crítico, a agudeza teórica e a fineza metodológica que resultaram na elaboração desse artigo e de seus textos nele baseados. Para isso, foi decisiva a transformação da sua pergunta de pesquisa: em vez de indagar sobre os motivos que produzem a subordinação das mulheres, quaisquer que sejam os tempos e lugares históricos, passou a se interessar pela análise sobre a maneira do funcionamento da lógica das relações de gênero nesses contextos.

A categoria trabalho no ensaio “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”

Defendida na Universidade de Wisconsin, a tese de doutorado de Scott (1969), “*Les verriers de Carmaux, 1850-1914*”, foi publicada pela *Harvard University Press* com o título “The glassworkers of Carmaux: French craftsmen and political action in a Nineteenth-Century City”⁹ (1974).

Em Carmaux, uma pequena cidade do sul da França, muito conhecida por conta das suas indústrias de mineração de carvão (do século XIII a 2000) e de suas vidrarias (do século XVIII a 1931), a Fábrica de Vidros Santa Clotilde se tornou palco de uma das maiores lutas sindicais do século XIX, a greve de 1895, que durou quatro meses.

e ao poder de Michael Foucault. Ambos os filósofos, cujas biografias se dão na periferia, criticaram o discurso da filosofia e das ciências sociais revelando que ele era marcado por relações de poder, para as quais invariavelmente excluía, reprimia ou marginalizava ‘os outros’, o diferente, funcionando de tal maneira que um dos termos tinha primazia e marginalizava o outro” (tradução livre).

9. “Os vidreiros de Carmaux: artesãos franceses e ação política em uma cidade do século XIX”.

Com base em materiais de arquivos locais e de uma série de estatísticas, Scott buscou, na sua tese de doutorado, explicar o ascenso e declínio do movimento operário nessa localidade. Encontrou elementos para afirmar que a inovação tecnológica, ocorrida após 1884, na fabricação das garrafas, teria sido a grande responsável pelo enfraquecimento da elite de artesãos altamente qualificados frente à mecanização e à crise ocupacional decorrente da sua substituição por trabalhadores semiqualiificados e mal remunerados.

Em número especial, dedicado à divulgação de trabalhos de historiadores americanos sobre a história francesa do trabalho, a revista *Le Mouvement Social* publicou um artigo de Scott (1971), no qual ela apresentou e discutiu seus achados de pesquisa sobre o movimento social dos fabricantes de vidro de Carmaux. Outra divulgação dessa pesquisa foi feita no livro “*Les verriers de Carmaux: la naissance d’un syndicalisme*”, publicado em Paris, pela editora Flammarion, com sua coparticipação (Scott e Arminjon, 1982).

Nessa pesquisa, as mulheres operárias não lograram a atenção de Scott, nem tampouco as mulheres dos vidreiros. Contudo, em “Women, work and family” (1978), livro por ela publicado em coautoria com Louise Tilly¹⁰, a problematização histórica do trabalho das mulheres ganha centralidade. Mais precisamente a articulação entre família, mulheres e trabalho, a organização e estrutura da vida familiar das classes trabalhadoras, na Inglaterra e na França, entre 1700 e 1950, frente às transformações econômicas.

No artigo “Women’s history: the modern period” (1983), publicado no periódico *Past and Present*, ela se refere a um grande aumento no número das produções surgidas sob a inspiração direta ou indireta da agenda política do movimento das mulheres. Diz, então, que os historiadores têm se dedicado a documentar não somente as vidas das mulheres comuns em vários períodos históricos, como também se encarregado das mudanças de posição econômica, educacional e política das mulheres de várias classes, da cidade e do campo e de diferentes países.

Portanto, quando o artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” é publicado nos Estados Unidos, em 1986, ele já traz a expectativa da autora de dar maior centralidade aos temas afeitos à condição feminina. Ela, então, lamenta que “[...] no interior do marxismo, o conceito de gênero foi,

10. Pesquisadora norte-americana (1930-2018) versada na abordagem interdisciplinar da história social, hábil na articulação dos conceitos da antropologia, sociologia, economia e demografia.

por muito tempo, tratado como um subproduto de estruturas econômicas cambiantes; o gênero não tinha aí um *status* analítico independente e próprio” (Scott, 1995, p. 80).

Por outro lado, nesse artigo “Gênero: uma ...”, ela também repreende a interpretação que limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica. Isso porque tal modo de ver não permite ao historiador, segundo ela, “[...] ligar esse conceito (nem o indivíduo) a outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder” (Scott, 1995, p. 80).

Scott explica, então, sua insatisfação:

Sem dúvida está implícito que os arranjos sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães executem a maioria das tarefas de criação das crianças estruturam a organização da família. Mas não estão claras a origem nem as razões pelas quais eles estão articulados em termos de uma divisão sexual do trabalho. Tampouco se discute a questão da desigualdade, por oposição à da assimetria. Como podemos explicar, no interior desta teoria, a persistente associação entre masculinidade e poder, o fato de que se valoriza mais a virilidade do que a feminilidade? Como podemos explicar a forma pela qual as crianças parecem aprender essas associações e avaliações mesmo quando elas vivem fora de lares nucleares, ou no interior de lares onde o marido e a mulher dividem as tarefas familiares? Penso que não podemos fazer isso sem conceder uma certa atenção aos sistemas de significado, quer dizer, aos modos pelos quais as sociedades representam o gênero, servem-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir o significado da experiência.¹¹ Sem significado, não há experiência; sem processo de significação, não há significado (Scott, 1995, p. 80-81).

Scott, então, propõe o alargamento da forma de ver e analisar o gênero, e diz:

11. No Brasil, o capítulo “Experiência”, de Scott, foi publicado em 1999, no livro organizado por Alcione da Silva *et al.*, “Falas de gênero”, publicado pela Editora Mulheres, de Florianópolis.

Temos necessidade de uma visão mais ampla que inclua não somente o parentesco mas também (especialmente para as complexas sociedades modernas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção de gênero), a educação (as instituições de educação somente masculinas, não mistas, ou de coeducação fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio universal masculino faz parte do processo de construção do gênero) (Scott, 1995, p. 87).

Três anos após sair o artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, Scott o republicou no seu livro “Gender and politics of history” (1989). O prefácio desse livro foi divulgado no Brasil em 1994, nos *Cadernos Pagu*, em seção de debate denominada “Desacordos, desamores e diferenças”, junto com o artigo de Louise A. Tilly, “Gênero, história das mulheres e história social”, e o de Eleni Varikas, intitulado “Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott”.

Nesse prefácio, Scott questiona a desatenção com relação às mulheres na escrita da história do trabalho:

Associada à aceitação inicial do positivismo da história havia uma crença implícita no pluralismo, na possibilidade de expansão das categorias e temas existentes para incluir as mulheres. Mas escrever a respeito das mulheres como, digamos, trabalhadoras ou integrantes das classes trabalhadoras, não alterava efetivamente as definições estabelecidas dessas categorias, nem esclarecia porque aqueles que escrevem sobre a história do trabalho ignoraram, portanto, tempo e vidências a respeito das mulheres. A não ser por alusões ao preconceito masculino, nada explicava a ausência de atenção às mulheres no passado e, se o preconceito masculino era sua causa, nada garantia (a não ser a fé no progresso da democracia) que ele deixasse de obstruir o caminho da promessa de igualdade do pluralismo (Scott, 1994, p. 15).

A favor da incorporação da categoria gênero na escrita da história, Scott diz o seguinte:

A história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidade, foram construídos. Se as identidades mudam ao longo do tempo e em relação a diferentes contextos, não podemos utilizar modelos simples de socialização que veem gênero como um produto mais ou menos estável da educação na primeira infância, na família e na escola. Devemos deixar de lado também a tendência a compartimentalizar, de boa parte da história social, que relega sexo e gênero à instituição da família, associa classe com o local de trabalho e a comunidade e aloca a guerra e os temas constitucionais exclusivamente no domínio da ‘alta política’ do governo e do estado. Uma vez que todas as instituições utilizam alguma divisão de trabalho, uma vez que as estruturas de muitas instituições se apoiam na divisão sexual do trabalho (mesmo que tais divisões excluam um ou outro sexo), uma vez que referências ao corpo com frequência legitimam as formas que as instituições assumem, gênero é, de fato, um aspecto geral da organização social. E pode ser encontrado em muitos lugares, já que os significados da diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de lutas pelo poder. O saber social e cultural a respeito da diferença sexual é, portanto, produzido no decorrer da maior parte dos eventos e processos estudados como história (Scott, 1994, p. 19-20, aspas no original).

Bassanezi (1994, s.p), ao fazer a apresentação desse número do *Cadernos Pagu*, diz que o artigo “Gênero: uma categoria útil de análise história” foi bem recebido e trouxe contribuições, mas que, “[...] pouco tempo depois, Scott radicalizou suas posições em textos que provocaram reações mais polêmicas de vários pesquisadores e por diversos motivos”.

O texto de Tilly (1994), integrante desse dossiê, menciona ser importante o artigo “Gênero: ...”, de Scott, porém apresenta ressalvas e discordâncias com a autora. Entende Tilly “[...] que Scott em uma concepção muito geral e globalizante do estatuto da história das mulheres como campo de pesquisa” (p. 32); concorda “[...] que a maior parte da história das mulheres não ‘coloca em discussão’ o uso dos conceitos dominantes da disciplina [...]” (p. 40); considera que “Scott propõe uma outra abordagem do gênero, mais literária e filosófica” (p. 47); e dela discorda quando diz que a história social teria restringido as ações humanas e o gênero à mera decorrência das forças econômicas.

Tilly (1994), no artigo publicado pelo *Cadernos Pagu*, faz um amplo repertório de estudos sobre a história das mulheres fincados na história social e diz que:

Os apelos de Scott para fazer da desconstrução um método universal subtraem toda a importância das condições nas quais as relações de poder mudam e se transformam e correm perigosamente o risco de uma concepção funcionalista e tautológica da causalidade. É duvidosa a afirmação de Scott segundo a qual a desconstrução é uma teoria que pode contribuir para a explicação: a desconstrução é um método que permite a explicitação de significações ocultadas; não permite construir novas. Ela recusa a explicação, considerando-a um outro método de dominação. Se queremos compreender o poder, precisamos de uma análise das formas do poder, em termos de causas e consequências, que pesquise quais são as condições que tornam a desigualdade mais ou menos pronunciada e quais são os fatores associados a esta variação (Tilly, 1994, p. 50-51).

Varikas (1994), em artigo também publicado pelo *Cadernos Pagu*, se introduz na controvérsia entre Scott e Tilly, e com o apoio de novos pilares, busca a confluência entre a história construída pela relação entre sujeito e determinações sociais e os estudos de gênero. Ressalta a importância do campo da reflexão sobre os métodos e o objeto da história das mulheres, “[...] no qual se situa, em boa medida, a polêmica entre Louise Tilly e Joan Scott, ambas representantes eminentes da história social”, de onde “[...] emergiram análises notáveis da relação entre gênero e classes sociais” (Varikas, 1994, p. 73).

Dizendo-se não questionar “[...] a sutileza e a originalidade da análise de Scott, nem sua demonstração do lugar central do gênero na construção da identidade operária” (Varikas, 1994, p. 80), pretende com suas observações:

[...] somente sugerir os limites de uma interrogação que privilegia a textualidade e a dinâmica interna do discurso, considerando toda referência às experiências dos atores (seja ela feita pelo(a) historiador(a) ou pelos próprios atores) como um álibi positivista ou ideológico (Varikas, 1994, p. 80).

Críticas de Scott a formas de apropriação da categoria gênero

Em 2012, vinte e seis anos depois da publicação do artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, o periódico *Projeto História* trouxe uma Scott contrariada com as formas de apropriação dessa categoria. Seus questionamentos compõem seu artigo “Os usos e abusos do gênero” e, na passagem em que discute os obstáculos para se acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres, ela assim objeta:

O terceiro obstáculo é material: a ênfase no gênero reduz nossa visão para as desigualdades visíveis entre mulheres e homens. Nós não vemos que isso é geralmente gerado ou perpetuado por estruturas de trabalho de mercado globais, fabricadas pelo capital financeiro – e é insolúvel sem a atenção aos seus impactos e operações. Então, por exemplo, o foco nos direitos reprodutivos, violência doméstica, educação feminina e tráfico sexual, enquanto de crucial importância para a melhoria da qualidade de vida de algumas mulheres, no entanto subestima ou ignora as estruturas econômicas que moldam estas vidas, transformando culturas assim como condições materiais. Sem mudanças nestas estruturas – aquelas que estão na base da pobreza e da desigualdade buscando o empobrecimento das mulheres (em geral rurais) como uma fonte de trabalho barato, causando grandes fluxos de migração internacional e massivas transferências de população e riqueza – é difícil imaginar como uma reforma de longo prazo pode se manter. Nesta perspectiva, gênero é uma distração de causas mais imediatas e fundamentais de desigualdade entre pessoas e nações, bem como entre os sexos. Nas palavras de Arundathi Roy¹², é como colocar ‘um band-aid em um ferimento mortal’ (Scott, 2012, p. 339-340).

Com o passar dos anos, surge uma Scott menos motivada com a forma como a categoria gênero tem sido empregada. No seu artigo “Fantasias do milênio: o futuro do gênero no século XXI”, publicado no Brasil em 2019, ela assim se pronuncia:

12. Suzanna Arundhati Roy (nascida em 1961) é uma escritora indiana e ativista antiglobalização, em defesa dos direitos humanos e de causas ambientais.

À medida que os anos 1990 chegam ao fim, os limites do gênero me parecem cada vez mais evidentes. Nos Estados Unidos (e nas Nações Unidas), gênero tornou-se um aspecto do uso comum, rotineiramente oferecido como sinônimo de mulheres, de diferenças entre os sexos, de sexo. Às vezes, denota as regras sociais impostas aos homens e às mulheres, mas frequentemente não se refere ao conhecimento que organiza nossas percepções da natureza. Os livros que pretendem oferecer uma ‘análise de gênero’ são tipicamente estudos bastante previsíveis de mulheres, ou (como o Programa de Ação da Conferência de Pequim) estudos de diferenças no status, experiência e possibilidades abertas para mulheres e homens. Mas eles raramente examinam como os significados de ‘mulheres’ e ‘homens’ são estabelecidos discursivamente, que contradições perturbam esses significados, o que os termos excluem; quais variações de ‘ser mulher’ experimentadas subjetivamente foram evidentes em diferentes regimes normativos de gênero; quais são os relacionamentos - se houver - entre as compreensões científicas atuais da cognição ou evolução e a diferença sexual. Na verdade, muitas estudiosas feministas que usam o termo gênero, o fazem rejeitando explicitamente a premissa de que ‘homens’ e ‘mulheres’ são categorias historicamente variáveis. Isso teve o efeito de reificar a oposição homem/mulher como fundacional e fundamental (de aceitar os termos da psicologia evolucionista) e, portanto, negar ao gênero suas antigas agências, acadêmica e política, radicais (Scott, 2019, p. 332-333).

Nesse texto, ela diz que se vê usando cada vez menos a categoria gênero, procurando alternativas de termos e teorias condizentes com a perspectiva crítica. Ela diz que isso não quer dizer que a categoria gênero seja excluída do vocabulário ou que um único significado sobre esse termo predomine.

O que ela propõe é repensar os pressupostos que se tornaram rotineiros, recusar a acomodação ao *status quo*, resistir à tendência de aglutinar as mulheres em categorias homogêneas e a reduzi-las a uma identidade fixa, refletir sobre os limites da palavra gênero, revigorar a pesquisa considerando seu papel provocador e disruptivo.

Considerações finais

A retomada do artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, numa perspectiva situada e reflexiva, é fundamental às investigações sociais movidas pelo interesse em discutir matrizes e processos de generificação de esferas sociais, corpos, linguagens, códigos culturais, comportamentos, relações de poder e a marginalização de mulheres e de outras sexualidades depreciadas e subordinadas.

Ler e reler criticamente esse ensaio e discuti-lo é oportunidade para entender os rumos tomados pelo debate e pesquisa social em torno de questões advindas das relações de gênero, permanentemente abertas pelo movimento da história a novos conhecimentos e entendimentos, especialmente os concernentes aos mundos do trabalho e às desigualdades sociais.

A proposta de Scott, ao elaborar esse artigo, buscou ir além das explicações sobre o que leva à subalternidade e exclusão social e política das mulheres, supondo que esse esclarecimento concorreria para a conquista da igualdade entre os sexos.

Na sua perspectiva de análise, o que é necessário é investigar como essa subalternidade e exclusão se realizam historicamente e concretizam, seja por meio das regras ou do discurso, essa condição nas relações individuais e coletivas de gênero, nos diversos espaços da vida social.

Referências

Ayouch, T. (2019). Joan W. Scott: écrire l’histoire, de Foucault à la psychanalyse. *Genre, Sexualité & Société*, 21 [On-line].

Bassanezi, C. (1994). Apresentação. *Cadernos Pagu*, n. 3, Campinas, SP.

Cândido, M.; Gomes, S.; Tanscheit, T. (2019). Gênero, militância feminista e conservadorismo na América Latina: Entrevista com Flávia Biroli, Flávia Freidenberg e Verónica Gago. *Norus – Novos Rumos Sociológicos*, jan./jul., v. 11, n. 7, p. 23-42.

Foucault, M. (1966). *As palavras e as coisas*. Lisboa: Portugalíia.

- Garneau, E. (1998). Le genre: assez fort pour lui, mais conçu pour elle. *Politique et Sociétés*. Montréal, v. 1-2, n. 17, p.151-170.
- Jameson, F. (1992). Periodizando os anos 60. In: Buarque de Hollanda, He-loísa (Org.). *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Louro, G. L. (1995). Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *Educação & Realidade*, jul./dez., Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 101-132.
- Pedro, J. M.; Souto Maior, P. (2021). A virada de gênero na historiografia brasileira: pesquisas, temáticas e debates. *Revista Territórios & Fronteiras*, jan./jul., Cuiabá, v. 1, n. 14, p. 4-7.
- Perreau, B. (2010). La question du genre. Entretien avec Joan W. Scott. *Genre, Sexualité & Société*, n. 4.
- Rago, M. (1998). Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 89-98.
- Scavone, L. (2008). Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Estudos Feministas*, jan./abr., Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186.
- Scott, J. W. (1969). *Les verriers de Carmaux, 1850-1914*. Tese de doutorado, Madison: University of Wisconsin.
- _____. (1971). *Les verriers de Carmaux. Le mouvement social*, Paris, jul./sep. 76, p.67-93.
- _____. (1974). *The glassworkers of Carmaux: French craftsmen and political action in a nineteenth-century city*. (Harvard Studies in Urban History.) Cambridge (Mass.): Harvard University Press.
- _____. (1986). Gender: a useful category of historical analysis. *American Historical Review*, dec., v. 5, n. 91, p. 1053-1075.
- _____. (1988). Genre: une catégorie utile d'analyse historique. *Les cahiers du Grif*, Le genre de l'histoire. Traducteur: ÉléniVarikas. Bruxelles, 37-38, p.125-153.
- _____. (1989). *Gender and the politics of history*. Nova York: Columbia University Press.
- _____. (1990). *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo e Cidadania.
- _____. (1990). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*, jul./dez., Porto Alegre, v. 2, n. 15.

_____. (1992). Histórias das Mulheres. In: Burke, Peter (Org.). *A escrita da História*. São Paulo: Unesp.

_____. (1994). Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu*, Campinas, 3, p. 11-27.

_____. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, jul./dez., Porto Alegre, v. 2, n. 20.

_____. (1996). *Only paradoxes to offer. French feminists and the rights of man*. Cambridge: Harvard University Press.

_____. (1998). *La citoyenne paradoxale: les féministes françaises et les droits de l'homme*. Paris: Albin Michel.

_____. (1999). Experiência. In: Silva, Alcione da et al. *Falas de Gênero*. Florianópolis: Ed. Mulheres.

_____. (2002). *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres.

_____. (2005). O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, jan./abr. v. 1, n. 13, p. 11-30.

_____. (2012a). *De l'utilité du genre*. Paris: Fayard.

_____. (2012b). Os usos e abusos do gênero. *Projeto História*, São Paulo, dez., n. 45, p. 327-351.

_____. (2017). *Sex and secularism*. Princeton: Princeton University Press.

_____. (2018). *La religion de la laïcité*. Paris: Flammarion.

_____. (2019). *Knowledge, power and academic freedom*. New York: Columbia University Press.

_____. (2019). Fantasias do milênio: o futuro do gênero no século XXI. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, v. 39, n. 12, p. 319-339.

_____. (2019). Outras reflexões sobre gênero e política. *Revista Crítica Histórica*, ago., Maceió, v. 10, n. 19, p. 10-38.

_____. (2020). *On the judgment of history*. New York: Columbia University Press.

Tarrés, M. L. (2012). A propósito de la categoría género: leer a Joan Scott. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, maio, v. 2, n. 15, p. 379-39.

Thompson, V. E. (2005). L'histoire du genre: trente ans de recherches des historiennes américaines de la France. *Cahiers d'Histoire. Revue d'Histoire Critique*, oct./déc. Paris, n. 96-97, p. 41-62.

Tilly, L. A. (1994). Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 29-62.

Véras de Oliveira, R.; Ramalho, J. R.; Rosenfield, C. (2019). A sociologia do trabalho e suas interfaces: trajetória e tendências atuais. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, set., São Paulo, n. 90, p. 1-28.

Wieviorka, M.; Larzillière, P. (2019). Entretien avec Joan W. Scott. *Socio*, avril, p. 187-203.

26. “A DESMEDIDA DO CAPITAL” DE DANIELÈ LINHART E SUA INFLUÊNCIA NOS ESTUDOS DO TRABALHO BRASILEIROS

ANGELA MARIA CARNEIRO ARAÚJO

Introdução

O livro “A desmedida do capital”, publicado no Brasil em 2007, é uma tradução de coletânea de artigos publicados na França, por Danièle Linhart, nos anos 1990, voltados para as transformações no trabalho decorrentes de processos de modernização das empresas, a partir dos anos 1980.

Debatendo com distintas correntes teóricas da sociologia do trabalho e articulando-as com as pesquisas empíricas que realizou em diferentes setores e empresas, Linhart (2007) analisa essas mudanças no contexto francês, tendo como ponto de partida a revolta estudantil e as greves operárias ocorridas em maio de 1968.

Nesse ano, a França presenciou uma intensa mobilização dos trabalhadores, que, organizados coletivamente pelos sindicatos, realizaram um conjunto de protestos com invasão dos locais de trabalho e uma greve geral, contestando a organização taylorista do trabalho, reivindicando aumento do salário-mínimo, melhoria das condições de trabalho, além de novos direitos. Essa greve teve uma magnitude que praticamente paralisou a economia francesa e assustou o empresariado.

É na perspectiva dos debates que se seguiram a essa convulsão social, e, principalmente, da radicalidade das críticas ao trabalho, que a autora apresenta no primeiro capítulo do livro uma análise sobre a ambivalência da relação de todos os trabalhadores com o trabalho. Ela contesta a visão de uma corrente de pensamento psicossociológico dos anos 1970, que identificava nas palavras de ordem das manifestações do final dos anos 1960, uma

clara recusa do trabalho. Os autores dessa corrente identificavam um desinteresse ou mesmo uma rejeição dos jovens pelo trabalho. Os jovens, diferentemente das gerações anteriores, não viam o trabalho como um valor, mas apenas como um meio de ganhar a vida. E isto era entendido como a grande mudança.

Em meio à crise dos anos 1970 e ao crescimento do desemprego, emerge uma segunda corrente que vai mostrar a redução dos índices de rotatividade e de absenteísmo como parte da mobilização dos trabalhadores para salvar seus empregos. Além disso, grande parte dos jovens demonstram, nesse contexto, uma forte perseverança na preparação do seu futuro profissional, o que para essa vertente demonstra a impossibilidade de manter a tese da recusa do trabalho. O que se passa a defender é a evolução da sociedade na direção de uma forma de trabalho capaz de ser conciliada com outros valores, ou seja, uma sociedade em que se poderá “trabalhar de outra maneira”. Mesmo considerando que essa “outra maneira” pode significar “trabalho menos estressante, convivial, alternativo, associativo, cooperativo, temporalmente dual, autônomo etc.,” Linhart considera que há imprecisão nessas características e afirma não ter encontrado indicações claras do que poderia ser esse trabalho diferente (2007, p. 37).

Na sua discussão com essas duas visões, a autora vai mostrar que há uma ambivalência de todas as pessoas em relação ao trabalho. De um lado, trabalhar tem para todos um aspecto positivo, que é homogêneo socialmente. O trabalho permite e organiza o encontro com os outros, além disso é ele que ordena o tempo, que lhe dá significado, assim como é ele que dá um sentido à vida. Como diz Linhart, “não é tanto o próprio trabalho que atrai. É principalmente o vazio em torno do trabalho que repele. O vazio em uma sociedade concebida, moldada por e para o trabalho” (Linhart, 2007, p. 44). De outro lado, há uma dimensão negativa na relação das pessoas com o trabalho, pois se elas o valorizam e são atraídas por ele, também o criticam e o repelem, porque ele absorve muito, é cansativo e, mais importante, reduz muito o tempo que os indivíduos gostariam de ter para desfrutar com a família, do lazer ou de outras atividades.

A autora vai considerar também a vivência no trabalho, ou seja, as condições de trabalho, o conteúdo da atividade e as características da pessoa que a exerce, tais como o sexo, a idade, a qualificação, a origem sociocultural, entre outras, que parecem indicar mais as diferenças pessoais nas atitudes de trabalho. No entanto, mesmo considerando as diferenças existen-

tes entre os trabalhadores não qualificados e os mais qualificados, como alto executivos ou médicos cirurgiões, ela defende a existência em todos os indivíduos de um grau mínimo de envolvimento com o trabalho, que é o que permite o funcionamento tanto do sistema produtivo quanto do sistema social.¹

A modernização das empresas francesas

A modernização das empresas na França iniciou-se nos primeiros anos da década de 1970, quando se conjugaram as necessidades de aumentar a produtividade, para enfrentar a competitividade internacional, e de alterar a organização do trabalho, de modo a coibir a solidariedade de classe, as manifestações contra o taylorismo e as mobilizações e greves organizadas pelos sindicatos.

Naquele momento, a questão central para as empresas era a introdução de sistemas automatizados, que exigiam, além de uma formação específica dos assalariados, a sua confiabilidade total. Era, portanto, imprescindível romper com a identidade coletiva e com a solidariedade horizontal entre os trabalhadores, que viabilizava as trocas de experiências, as ajudas e a construção de um conhecimento clandestino que lhes dava a capacidade de se virarem para dar conta das tarefas exigidas. Mais do que isso, para o patronato era fundamental acabar com a identidade coletiva dos operários, objetivando enfraquecer sua cultura e consciência de classe, que os levava a contestar a lógica imposta pela organização taylorista do trabalho.

De certa forma, havia o reconhecimento de que a organização taylorista se baseava em um controle estrito dos indivíduos e não respondia às demandas de melhoria da organização e das condições de trabalho. Por isso, colocavam-se as necessidades de transformá-la e de adotar formas de motivar os trabalhadores para que estes continuassem a garantir altas taxas de produtividade. Assim, na primeira metade dos anos 1970, as empresas experimentaram diversas formas de humanização do trabalho, tais como a

1. Para Linhart, o envolvimento dos trabalhadores não qualificados mostra-se na medida em que eles utilizam o mínimo de autonomia para desenvolver atividades distintas daquelas prescritas pelas normas de organização do trabalho, e que são mais bem adaptadas às condições e exigências do seu posto de trabalho, pois procuram superar as falhas e imperfeições do sistema. Isto não impede que esses assalariados tenham “atitudes de rejeição e de negação das condições e do conteúdo do trabalho impostos a eles” (Linhart, 2007, p. 47).

rotação ou ampliação de tarefas, os grupos autônomos de produção, entre outros. No entanto, essas experiências não tiveram o êxito esperado, mas apenas uma difusão limitada.

Esse era um momento em que os sindicatos franceses se recusavam a negociar com as empresas questões relativas à organização do trabalho. Esse tipo de negociação era recusado porque entendido como uma forma de colaboração com o patronato. Esta posição só começa a ser alterada com a crise econômica, que levou a muitas falências de empresas, a um grande crescimento do desemprego, e a derrotas frequentes dos sindicatos na negociação de salários com as firmas, que se tornaram mais intransigentes. Nesse contexto, os sindicatos começam a perder filiados e em parte a confiança das bases, por não lutarem contra as demissões e pela manutenção dos empregos.

Uma reviravolta nas posições dos sindicatos - primeiramente da CFDT², seguida pela CGT³ - estava vinculada à terceirização dos filiados da primeira, mas também à introdução de novas tecnologias e, em especial, da informática. A mudança de atitude da CGT, diante da crise que também a atingiu, relacionava-se com a necessidade de assegurar a manutenção do emprego, de transformar as condições de trabalho, de fortalecer a iniciativa dos operários e modificar a organização do trabalho. Essa reorientação política das confederações foi legitimada com a chegada do Partido Socialista ao poder, em 1981, e facilitada pela presença das sessões sindicais nas empresas, reconhecidas desde 1968, mas com seus poderes reforçados pelas leis de 1971 e de 1973, que lhes conferiram responsabilidades na análise de projetos de formação e na avaliação das condições de trabalho.

Um novo reforço para essa mudança de orientação dos sindicatos veio com as leis de 1982, que estabeleciam o “direito de expressão direta e coletiva dos assalariados” (Linhart, 2007, p. 85, nota 37). Elas fortaleceram as prerrogativas dos comitês de empresa, mas principalmente criaram o direito de os coletivos de trabalhadores participarem diretamente do diálogo com o patronato, expressando as demandas relativas ao conteúdo e à organização do seu trabalho, bem como à melhoria das condições de trabalho. Essa proposta inovadora, que estabelecia uma forma de democracia nas empresas, parecia corresponder aos anseios de muitos diretores de empresa que desejavam implementar “um diálogo profissional entre os operadores de base e diferentes níveis da hierarquia” (Linhart, 2007, p. 85).

2. Confederação Francesa Democrática do Trabalho.

3. Confederação Geral do Trabalho.

No entanto, o desejo dos empregadores (Idem, p. 87) não era exatamente o de garantir maior democracia no chão de fábrica, e a medida legislativa, na verdade, vinha na contramão de suas estratégias de modernização. Seu intento era o de assegurar a colaboração voluntária dos trabalhadores, com o intuito de utilizar os saberes e capacidades da classe para tornar mais eficazes as novas tecnologias e incrementar a produtividade. Assim, a construção da confiança e da transparência necessárias ao estabelecimento de um consenso entre assalariados e a hierarquia de dirigentes das empresas passava pelo aprendizado nos distintos grupos de trabalho, como os coletivos de intercâmbio, os grupos de inovação e os círculos de controle de qualidade (CCQs), cujo funcionamento passava por um acordo *a priori* com os trabalhadores.

De fato, no início, os grupos de expressão não significaram um espaço de colaboração com as chefias, pois os trabalhadores compreendiam a nova lei como um direito e como um espaço para apresentarem suas reivindicações que os superiores deviam resolver. Na maioria dos casos, esses grupos de expressão eram vistos como uma ameaça pela hierarquia das empresas, que usava expedientes de bloqueio das demandas ou táticas de desvio, contribuindo assim para um acirramento dos conflitos e não para a propalada construção do consenso.

Os grupos de expressão foram, no entanto, mantidos em grande parte das empresas, ao lado dos grupos de intercâmbio e dos CCQs, como parte da administração participativa com o objetivo “de entrar em uma batalha relativa à identidade, tendo em vista metamorfosear os assalariados que executam as tarefas” (Linhart, 2007, p. 102). Nesse sentido, os dirigentes das empresas buscavam combater os coletivos clandestinos e sua mentalidade de confronto, envolvendo os assalariados em outras comunidades, por meio de um diálogo didático capaz de ensinar-lhes uma nova maneira de raciocinar, outras convicções e atitudes mais adequadas às novas práticas de gerenciamento das empresas.

Linhart observa que a reestruturação das empresas na França buscava superar a rigidez dos processos tayloristas e introduzir, juntamente com as novas tecnologias, novas práticas e relações na organização do trabalho. Isto envolvia redução das hierarquias, relações mais horizontais entre trabalhadores, chefes e gerentes, maior mobilidade, polivalência e cooperação dos operários entre si e com as chefias, o que exigia maior transparência e fidelidade à empresa.

Essas mudanças tinham como inspiração o modelo japonês, e além das práticas acima mencionadas, que tiveram grande difusão, os dirigentes investiram na formação de seus trabalhadores, na comunicação interna de modo a fornecer informações sobre a empresa⁴, na redução de custos, na flexibilidade por meio da terceirização dos serviços e de parte da produção, e no uso do *just in time*.

O uso dessa ferramenta levava a uma mudança geral no sentido da organização da produção. A redução de estoques e a produção das mercadorias de acordo com a demanda, exigia, em um contexto de feroz competição internacional, a garantia da qualidade dos produtos e da entrega no prazo definido pelo cliente. Para tanto era fundamental assegurar o compromisso dos trabalhadores com a qualidade e com as novas práticas e orientações que possibilitavam o aumento da produtividade.

Como o despertar a confiança dos assalariados não ocorria na rapidez desejada pelo corpo gerencial, como mera decorrência das mudanças organizacionais e nas relações internas às empresas, muitas diretorias buscaram acelerar a adaptação dos trabalhadores por meio de um trabalho com a sua subjetividade. Nas palavras de Linhart (2007, p. 110): o que estava em jogo era “distanciar o assalariado dos valores contestatórios, dos valores autônomos ou particulares, combater sua inquietação em relação ao futuro para incorporá-lo à racionalidade escolhida pela empresa”.

Mobilização da subjetividade e individualização

A autora chama atenção para esse processo de mobilização da subjetividade dos trabalhadores, de modo a obter o seu envolvimento com os valores e novas estratégias das empresas, mostrando de forma mais detalhada como essa mobilização ocorria na prática e como ela foi complementada com um processo de individualização necessário para obter a responsabilidade, a confiança e a cooperação dos assalariados com as chefias e dirigentes. A ênfase na mobilização da subjetividade vinha acompanhada por um dis-

4. Essas informações sobre produtividade, condições para manter a competitividade, sobre problemas e dificuldades que as empresas enfrentavam, eram muitas vezes demandadas pelos trabalhadores nos CCQs e em outros grupos participativos, e fornecidas pelos dirigentes como forma de convencê-los das necessidades das mudanças que estavam sendo implementadas.

curso de valorização da pessoa que respondia a certas expectativas, principalmente dos trabalhadores mais jovens.

As práticas individualizantes envolviam desde as formações personalizadas, a definição das carreiras dos operários até aumentos particularizados de salário, via bônus por produtividade ou negociações diretas com o superior imediato. Essas negociações ocorriam em reuniões individuais de cada trabalhador com o seu superior. Nelas, cada trabalhador devia definir os seus próprios objetivos e depois de um ano avaliar o seu desempenho, decidindo, juntamente com o seu superior, o aumento de salário.

Os processos de modernização envolvem, na verdade, várias reorganizações: investimentos em novas tecnologias, redução dos níveis hierárquicos e da quantidade de trabalhadores em cada planta, devido ao aumento de produtividade garantida pela inovação tecnológica e pela terceirização de certas atividades, flexibilização das estruturas mediante a supressão ou reagrupamento de instâncias e atividades. Todas essas mudanças acarretam sentimento de insegurança e de inquietação entre os trabalhadores, além de os colocarem em situação de concorrência entre si, diante da ameaça constante de perderem o emprego. Assim, “mais do que cooperar lealmente e confiar em seus superiores, cada um trata de se tornar indispensável, insubstituível, tornando seu trabalho ainda mais opaco, ainda mais inacessível” (Linhart, 2007, p. 113).

A valorização do indivíduo acarreta a transferência de mais responsabilidades aos trabalhadores, no mesmo movimento em que ocorre a redução das hierarquias, levando “os assalariados a seu novo papel e à sua nova relação com a empresa” (Linhart, 2007, p. 113). No entanto, o grau de autonomia de cada trabalhador, que devia ser estabelecido pela definição de suas tarefas, não corresponde ao montante de suas responsabilidades. O que a autora considera é que há nesse processo de modernização uma nova forma de racionalização que estabelece limites prescritivos e uma forma de controle mais onipresente. A autonomia dos assalariados é prescrita e submetida a controles mais estritos. Essa contradição entre a ampliação das responsabilidades dos trabalhadores e a limitação da autonomia para adequar as tarefas realizadas às exigências de qualidade, de eficácia e de respeito aos prazos, coloca esses trabalhadores em uma situação de vulnerabilidade e de grande sofrimento individual. A tensão constante, o temor quanto às

suas próprias fraquezas, o medo de fracassar e de se tornar não empregável, configuram o tipo de sofrimento que levaram Danièle Linhart a cunhar o conceito de “precariedade subjetiva”.

A individualização incluída entre as orientações que visavam a mudança das práticas de organização da produção e de gestão do trabalho, buscava garantir que os trabalhadores aderissem à causa da empresa, que mobilizassem todos os seus recursos para realizar um trabalho rentável e com qualidade. Para isso, os dirigentes definiram os comportamentos esperados dos assalariados e procuraram formatar sua subjetividade para que estes se adaptassem às finalidades e à racionalidade das empresas. Os assalariados, no entanto, mesmo procurando a eficácia e o cumprimento das metas estabelecidas, lutam para compatibilizar as demandas de qualidade e produtividade, geralmente sem poder contar com as chefias escassas e pouco disponíveis. Tendo que enfrentar sozinhos, sem apoio das chefias ou dos colegas de trabalho, objetivos cada vez mais exigentes, esses trabalhadores vivenciam o “sentimento de uma precariedade difusa, imperceptível, mas sempre presente” (Linhart, 2014, p. 51).

São elementos fundamentais da nova gestão do trabalho o rompimento das rotinas, a eliminação das referências e dos hábitos, mantendo os trabalhadores em estado de insegurança, para “obrigá-los a trabalhar sempre no limite de suas possibilidades, buscar permanentemente a superação e só contar com eles mesmos” (Linhart, 2014, p. 53). Em um contexto de crescente desemprego, essa insegurança parece ser a forma encontrada pelas direções empresariais para tornar os trabalhadores mais produtivos e mais rentáveis para as empresas.

As prescrições e o conjunto de expedientes impostos aos assalariados para obrigá-los a comprovar cotidianamente suas capacidades e a obterem boas avaliações, além da tensão frequente gerada por terem que compatibilizar objetivos praticamente inconciliáveis – como os relativos à qualidade e às metas de produtividade – provocam a desestabilização, a vulnerabilidade, o estresse e a precariedade subjetiva desses trabalhadores estáveis.

Essa precariedade é uma fonte constante de sofrimento. Os trabalhadores têm medo de não serem capazes, de não conseguirem ir além, de não poderem comprovar que merecem o posto que têm. O medo do fracasso causa uma angústia permanente que pode ser a causa do

burnout, e dos suicídios, que ocorreram de forma crescente em muitas empresas francesas que passavam por processos de reestruturação e privatização entre 2005 e 2015.⁵

A influência de Danièle Linhart nos estudos do trabalho no Brasil

No livro “A desmedida do capital”, Danièle Linhart traz contribuições importantes aos estudos das transformações do trabalho nas décadas de 1980 e 1990, quando se iniciou na França o processo de reestruturação ou modernização das grandes empresas. Essas contribuições dizem respeito ao modo como a autora mostra os objetivos almejados pelos dirigentes para a introdução de novas técnicas de organização da produção e do trabalho inspiradas no modelo japonês, bem como de novas estratégias voltadas para promover a mudança das relações entre os próprios trabalhadores e deles com a hierarquia, chamando atenção para a necessidade de envolvimento e, para isto, da mobilização de suas subjetividades. Na discussão das consequências dessas mudanças para os assalariados, a autora dá ênfase aos mecanismos de individualização, à formatação da sua subjetividade e ao sofrimento deles no trabalho.

Outro conceito importante, o de “precariedade subjetiva”, foi desenvolvido em outro artigo traduzido para o português: “Modernização e precarização da vida no trabalho”, publicado no livro “Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II, organizado por Ricardo Antunes e publicado em 2014.

É possível afirmar, como se vê adiante, que nos estudos brasileiros realizados sobre o trabalho, foram principalmente os conceitos de individualização, de mobilização da subjetividade e de precariedade subjetiva que tiveram maior repercussão e influência.

Os autores brasileiros baseiam-se também nas duas entrevistas de Danièle Linhart, e de um artigo sobre individualização, publicados em periódicos nacionais, mas também em uma entrevista, um livro e outros dois artigos publicados em francês (Linhart, 2004, 2009, 2015 e 2017).

5. France Télécom, Renault e o serviço de correios da França vivenciaram “ondas de suicídio”, entre 2005 e 2015, quando um total de 294 trabalhadores se mataram. Diz a professora Sarah Waters. Os diretores da France Télécom foram acusados de assédio moral, em um caso que levou ao suicídio de 35 funcionários da empresa entre 2008 e 2009. *BBC News Brasil*. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48963405>>. Acesso em agosto de 2022.

Nos estudos sobre as distintas dimensões das mudanças no trabalho encontramos principalmente pesquisas relativas aos trabalhadores formais na indústria, a empresas de serviços e funcionários públicos.

Em uma pesquisa relacionando a questão da intensificação do trabalho e a saúde na Mercedes Benz do Brasil, em São Bernardo do Campo, Pina e Stotz (2015) mostram como a tensão no trabalho provoca vários problemas de saúde, como acidentes, lesões por esforço repetitivo, transtornos psíquicos e problemas cardiovasculares. Consideram também o sofrimento e as penosidades vivenciados pelos trabalhadores devido às exigências das práticas de gestão e à deterioração das condições e da qualidade do trabalho. Seguindo Danièle Linhart, os autores salientam que as penosidades surgem da dificuldade dos assalariados em enfrentar as constantes mudanças no ambiente profissional em decorrência das imposições dos gestores. Surgem também da fragilização dos coletivos que historicamente amparavam os operários através da ajuda mútua, dos valores comuns, reduzindo o seu sofrimento, mas também alertando para a relação de exploração e de dominação mantida pela empresa, colaborando assim para a sua resistência.

A intenção clara da gerência de enfraquecer os coletivos e as negociações com a comissão de fábrica, criada em negociação com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, se de um lado garante melhorias nas condições de trabalho, aumentos significativos de salários, que são os mais altos da região, e aumento de benefícios, de outro não elimina as práticas voltadas para a individualização dos trabalhadores e conquista do seu envolvimento com os objetivos da empresa.

No processo de reestruturação da Mercedes, a participação dos trabalhadores foi institucionalizada depois de ter sido negociada com o sindicato, que também conquistou o direito de ter representação no local de trabalho, por meio de uma comissão de fábrica eleita pelo conjunto dos trabalhadores. Essa participação, foi vista pela empresa como um meio de mobilizar os trabalhadores no cotidiano e reduzir as suas resistências. Para o sindicato, por sua vez, a participação visava “manter o emprego e viabilizar a competitividade da fábrica” (Pina e Stotz, 2015, p. 839).

A presença e a força do sindicato fizeram com que muitas das novas práticas introduzidas no processo de reestruturação (como Kaisen, terceirização, manufatura celular, trabalho em grupo, reestruturação salarial e contrato por tempo determinado) fossem o resultado de acordos com a direção da fábrica. Além disso, a entidade, com a força dos trabalhadores, alcançou

muitos benefícios que melhoraram as condições de trabalho, como a participação nos lucros e resultados (PLR), alimentação e transporte, convênio médico e auxílio financeiro para custear o ensino superior. Os aumentos frequentes de salário, negociados como contrapartida ao crescimento da produtividade, fizeram com que, em 2010, a média salarial na Mercedes superasse em mais de 3 vezes a dos trabalhadores da região do ABC (Pina e Stotz, 2015, p. 830).

A participação do sindicato obteve todas essas melhorias e conquistas porque passou a orientar sua prática pela busca da identidade de interesses entre os trabalhadores e a empresa. Essa orientação acaba por legitimar as exigências gerenciais que têm a intenção de desorganizar os coletivos e fortalece entre os trabalhadores a ideologia do consenso entre operários e patrões.

Os autores mostram que as conquistas do sindicato e o conjunto dos benefícios oferecidos pela empresa, concomitante à baixa rotatividade, estimulam os trabalhadores a acreditar na possibilidade real de ascensão profissional na empresa. Mostram também que mudanças mais recentes nas exigências dos dirigentes, como o prolongamento da jornada nos finais de semana e feriados, paralelo ao estabelecimento do banco de horas, e os acordos da PLR de 2010 e 2011, que mantêm apenas a meta de volume da produção em número de veículos produzidos, contribuem para aumentar mais ainda a intensificação do trabalho. E essa maior intensificação soma-se ao prolongamento da jornada, que praticamente elimina o tempo livre, restringindo a vida social e familiar, reduzindo o tempo do descanso.

Essas condições, somadas às avaliações de cada trabalhador pela chefia, que anota em um prontuário os eventos considerados negativos de cada um, sem informá-los, afetam a esperança de ascensão profissional na empresa, principalmente entre os muitos operários com formação superior. Na visão desses trabalhadores seu trabalho na empresa é provisório, havendo necessidade de buscar uma carreira profissional em outro lugar, o que pode, de fato, ter pouca possibilidade de se efetivar. Essa situação acaba conformando um ciclo de frustração que leva ao sofrimento e ao adoecimento.

Pina e Stotz (2015) consideram, na conclusão, que o sofrimento desses trabalhadores emerge da necessidade de manter uma atenção permanente, a autocensura de atos, gestos e palavras, mesmo estando entre os colegas de trabalho, com quem não podem mais contar, em razão da intensa competição que se instalou entre eles; da sensação de não poder relaxar devido às constantes decisões gerenciais voltadas a modificar e intensificar o traba-

lho, que não encontram oposição e em geral são validadas pelos grupos de participação e pelas lideranças sindicais.

Pesquisas realizadas sobre o trabalho de professores de escolas públicas de educação básica, e com professores do ensino superior de universidades públicas buscam em Danièle Linhart o conceito de precariedade subjetiva, conceito desenvolvido principalmente no texto “Modernização e precarização da vida no trabalho”.

No artigo “Precariedades: desdobramentos da Nova Gestão Pública no trabalho docente”, Selma Venco (2016) procura analisar a política educacional implantada, nos anos 1990, pelo governo do estado de São Paulo, e suas consequências para as relações e as condições de trabalho dos professores das escolas públicas.

De acordo com Venco (2016), a Nova Gestão Pública (NGP) visou transpor aos serviços públicos as técnicas gerencialistas vindas do setor privado. Essa orientação política permitiu estabelecer a terceirização no setor público e regular contratações indiretas de profissionais. O setor público educacional passou, assim, a ser gerido pela racionalidade econômica, por princípios de eficiência e eficácia, pelo estabelecimento de metas e por avaliações homogêneas. A NGP abriu espaço para a contratação de professores sem concurso, com contratos firmados por tempo determinado, e sem acesso aos direitos dos professores efetivos. Esses professores não efetivos passaram a contar com os direitos previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) apenas em 2016.

Venco (2016) baseia-se na distinção proposta por Danièle Linhart entre a precariedade objetiva e a precariedade subjetiva⁶ para mostrar como os professores não efetivos vivenciavam uma precariedade objetiva nas suas condições contratuais. As estatísticas apresentadas por ela mostram que no estado de São Paulo o número de professores não efetivos superou os efetivos, no período entre 2000 e 2004, e que a situação se inverte a partir de 2005 devido à realização de concurso público. No entanto, a autora afirma que entre 2005 e 2014, quatro de cada dez professores mantinham contratos precários.

6. A autora baseia-se no texto de Danièle Linhart, “Modernisation et précarisation de la vie au travail”, publicado em 2009 nos *Papeles del CEIC*, traduzido para o português posteriormente e publicado, em 2014, no livro *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III*.

Voltando a Linhart, Venco destaca a importância de diferenciar os tipos de precariedade, pois isso permite observar a vivência entre os professores efetivos, que mantêm um vínculo estável, como o conjunto dos funcionários públicos, de formas de precariedade subjetiva. Como esses docentes, estão também submetidos à lógica gerencialista, à responsabilização individual por resultados e a um “sistema de avaliação educacional que associa fluxos escolares e testes para determinados anos e séries, além de estabelecer metas a serem atingidas para cada escola” (Venco, 2016, p. 80). É, portanto, uma avaliação homogênea aplicada em situações escolares muito heterogêneas, dadas as desigualdades econômicas e culturais das distintas regiões no estado de São Paulo.

A precariedade subjetiva entre os docentes instaura-se diante da prescrição do trabalho do professor, a partir de material didático que determina o conteúdo e a forma como a aula deve ser dada, sendo esse material e as demais diretrizes ligadas ao sistema de avaliação padronizada, que é aplicado em toda a rede estadual. Nesse sentido, ela vai além do sentimento de não dominar mais o seu trabalho.

A associação entre as duas formas de precariedade pode revelar a presença de penosidades, que são relacionadas à relação dos assalariados com as situações de trabalho que provocam incômodo e sofrimento. A precariedade subjetiva e o surgimento de novas penosidades têm uma dimensão psicológica associada ao aumento da fadiga, ao esgotamento, a distúrbios do sono, e à depressão, entre outras doenças psíquicas. Além disso, colaboram para essa situação de adoecimento entre os professores, a desvalorização do magistério e os baixos salários, que levam os docentes a ampliar sua carga horária na sala de aula, que pode representar um aumento de 30 ou até mais de 40 horas semanais.⁷

O estabelecimento da “Prova de Mérito”, em 2009, para promover a ascensão salarial dos professores, estabelece critérios para que o docente possa realizá-la. Entre esses critérios está o impedimento de que o candidato se ausente do trabalho, por motivo de greve ou de adoecimento, entre outros, o que leva os docentes a não usar o direito à licença médica e a trabalharem mesmo estando doentes.

7. Ver também Rigolon e Venco (2013).

Venco (2016) conclui afirmando a relação da Nova Gestão Pública com o estabelecimento das precariedades objetiva e subjetiva entre professores da rede pública paulista na vivência do seu trabalho educacional.

Nauroski e Bridi (2019) também realizaram uma pesquisa com professores temporários da rede estadual do Paraná. Eles destacam os docentes com contratos temporários, o processo de flexibilização dos vínculos de trabalho e a precariedade das condições de trabalho nas escolas. E salientam que a contratação desses profissionais temporários (conhecidos como PSS), que chegou a 30% do total de professores do estado, entre 2007 e 2014, visava tanto a redução da folha de pagamento quanto intervir na organização e na ação coletiva desses trabalhadores. A categoria dividida entre professores concursados e professores temporários fere a unidade do magistério, tendo consequências na capacidade de mobilização e de organização das lutas dos trabalhadores.

Essa situação leva ao estresse, que afeta a saúde da categoria, pois mais de 50% dos docentes pesquisados afirmaram ter adoecido em decorrência das condições do magistério.

Entre os problemas de saúde mental mencionados, alguns são recorrentes entre os professores, como estresse, nervosismo, ansiedade, depressão e síndrome do pânico.

De acordo com os autores, a instabilidade do vínculo precário dos professores PSS leva-os a vivenciar cotidianamente o medo e a insegurança por não conseguir um novo contrato de trabalho, ou ter seu contrato rescindido, com o retorno ou transferência de um docente efetivo que irá ocupar sua vaga. Eles convivem com uma situação de desigualdade, pois não têm acesso aos direitos e progressões da carreira, não recebem seguro saúde, não têm reconhecimento de suas titulações, e geralmente ficam até três meses sem receber salário devido ao término de contrato e a necessidade de esperar o início do próximo ano letivo. A precariedade dessas condições de trabalho conduz a processos de subjetivação negativa e manifestações de sofrimento e adoecimento mental.

Esses processos de subjetivação dos professores precários carregam “indícios de que a doutrina neoliberal adentrou o campo das subjetividades” (Nauroski e Bridi, 2019, p. 914) e os professores, diante da precarização das condições de trabalho nas escolas, têm dificuldade de resistir à ideia de que frente a problemas concretos como esse a busca de soluções deve ser indivi-

dual. Essa representação social que vem se ampliando entre os professores contribui para desencorajar ações coletivas de cunho social e política.

Outra estudiosa da área de educação e trabalho, Aparecida Neri de Souza, analisa as condições de realização do trabalho docente nas universidades públicas do Brasil (estado de São Paulo) e na França. O objetivo da pesquisa é analisar comparativamente o sentido social das mudanças no trabalho de professores e professoras universitários, no estado de São Paulo (Brasil) e na França.

A partir de Danièle Linhart (2009), Souza (2017) reconhece que há nas universidades dos dois países um processo de “institucionalização da instabilidade”, vivido tanto pelos professores com contratos temporários quanto por aqueles contratados como funcionários públicos e que têm emprego estável. Para a autora, Linhart (2008 e 2009) revela a “emergência de um novo modo de ser da precarização” que atinge os assalariados em empregos estáveis: a precariedade subjetiva (Souza, 2017, p. 65). Essa forma de precariedade é vivenciada “como sentimento difuso – de ser obrigado, em nome da autonomia e da responsabilização, a atingir objetivos e metas que intensificam de forma espetacular os ritmos de trabalho”. Esse sentimento é expresso pelos docentes entrevistados como “ansiedade, medo, insegurança, sofrimento, mal-estar, que conduzem ao estresse e ao adoecimento” (Souza, 2017, p. 66).

As universidades públicas no Brasil e na França passaram a adotar, nos últimos 30 anos, os novos métodos de gestão aplicados no setor privado que se orientam pelas ideias de eficiência e produtividade. A adoção no setor público do *new management public*, passa a valorizar as competências, a capacidade de iniciativa e a qualidade do trabalho, buscando a mobilização da subjetividade dos docentes.

Essas novas práticas de gestão baseiam-se em uma ofensiva ideológica que enfatiza o consentimento dos professores por meio da ampliação da flexibilidade, de práticas de engajamento e responsabilização, que levam à individualização. Essas novas práticas, conduzem à intensificação do trabalho docente, tanto em decorrência da redução de postos de trabalho, depois da aposentadoria ou transferência de professores, quanto, principalmente, pela nova política de avaliação que institui um “produtivismo” acadêmico. Os professores têm que demonstrar o tempo todo que são capazes de dar conta de todas as atividades deles exigidas – além das aulas, da pesquisa, das orientações, da administração, de publicações frequentes em revistas

avaliadas como excelentes. Como são sempre avaliados e comparados aos seus pares, eles têm que provar competência, produtividade e a qualidade do seu trabalho. Essa extrema intensificação do trabalho tem levado os professores ao adoecimento e às aposentadorias precoces.

As novas orientações para o gerenciamento do trabalho no setor público têm levado à uma redução dos concursos e à contratação de professores temporários em tempo parcial ou em tempo completo, e nesse caso devem desempenhar as mesmas atividades que os professores efetivos, ou seja, ensino, pesquisa e extensão. Essa tem sido uma política para a reposição de professores tanto nas três universidades estaduais no estado de São Paulo, como também nas universidades federais.

Na França, apesar das diferenças existentes no modo de organizar o trabalho nas universidades, a contratação precária de docentes e pesquisadores temporários tem permitido uma grande redução do número de profissionais efetivos. Como aponta Souza, a estimativa é de uma eliminação de 1500 postos de trabalho nas universidades e instituições de pesquisa. O trabalho temporário para a atividade de ensino geralmente envolve doutorandos e pós-doutorandos com contratos de um ano renováveis por mais um ano e salários que correspondem a 2/3 da remuneração de um professor que é *maître de conférences*⁸. A avaliação do trabalho dos professores é realizada pelos seus pares. Quando a avaliação indica um professor como “não publicante”, ele passa a ter uma carga didática que é o dobro da dos professores avaliados como “publicantes”.

Os professores estáveis, tanto na França como no Brasil, vivenciam uma precariedade subjetiva, se sentem isolados, com medo de não conseguir cumprir com as metas e objetivos da avaliação. A presença das penosidades no trabalho docente, foi mencionada pelos professores pesquisados, que apontaram as dificuldades para cumprir todas as exigências do cargo, e para incorporar as novas lógicas profissionais que levam à intensificação do trabalho e à individualização dos docentes. O sofrimento desses profissionais pode estar relacionado com as formas de consentimento, ou com

8. Nas universidades e nas grandes escolas francesas, os professores estáveis podem ser *Maître de conférences* ou *Professeurs*. O *Maître de conférences* é o que ingressa na universidade logo após o seu doutoramento. Ele desenvolve atividades de ensino e pesquisa. Depois de algum tempo de trabalho e de progressos na área de pesquisa o *Maître de conférences* pode pleitear o cargo de *Professeur*, que é a titulação máxima na carreira de um docente nas universidades, fazendo jus a um salário maior e a uma carga de ensino menor. É somente com este cargo que um docente pode se candidatar para reitor de uma universidade, por exemplo.

“as formas de resistência às mudanças em curso nas condições de trabalho e na qualidade de vida” (Souza, 2017, p. 76).

Diante desse processo de precarização objetiva dos contratados temporários e de precarização subjetiva daqueles estáveis, na França e no Brasil, que vivenciam mudanças permanentes para adaptar as formas de gestão do trabalho àquelas praticadas no setor privado, os docentes universitários expressam a angústia por se sentirem sempre em falta, e por vivenciarem a degradação da sua imagem como profissionais que têm uma carreira a preservar e desejam ser reconhecidos pelo seu trabalho (Souza, 2017, p. 82).

Outras pesquisas que utilizam os conceitos de Danièle Linhart foram realizadas no setor de construção civil, focalizando a questão da precarização do trabalho e o adoecimento dos trabalhadores. Observamos que os conceitos de precarização objetiva e subjetiva, das penosidades no cumprimento das atividades, além da intensificação do trabalho, tiveram influência nos estudos relativos à saúde física e mental dos trabalhadores. Encontramos vários trabalhos de psicólogos, médicos, enfermeiras/os, e de sociólogos explorando a questão.

Hugo Pinto de Almeida, Kátia Reis Souza e Jose Augusto Pina (2018) realizaram uma pesquisa com os operários envolvidos nas obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), que é uma das maiores na área da construção civil pesada no Brasil. Eles observam que a construção civil, apesar de ainda realizar certos tipos de trabalho de forma antiquada ou obsoleta, passou nas últimas décadas por um processo de modernização, o que incluiu novas técnicas de produção, além da incorporação de equipamentos e ferramentas baseadas nas novas tecnologias. A organização do trabalho também foi modernizada mediante a introdução de novos métodos de gestão voltados para a redução de custos e maior controle sobre os trabalhadores. A flexibilização do trabalho foi conseguida por um processo intenso de terceirização de empreiteiras que realizavam etapas diferentes da produção, e da terceirização de empresas para realizar serviços como limpeza, alimentação, transporte, etc. Além disso, muitas empreiteiras terceirizadas ofereciam mão de obra específica para atender demandas distintas do processo de construção, e esse conjunto de empreiteiras subcontratavam outras, gerando assim o que é conhecido como “terceirização em cascata”. Formas de recrutamento, seleção, contratação, externalização dos conflitos trabalhistas, avaliação e demissão dos trabalhadores, inclusive, foram transferidas para uma empresa especializada, o que significava, na visão dos autores, a externalização dos

conflitos trabalhistas. Essa era a estratégia para reduzir os custos do trabalho, pois os trabalhadores recebiam salários muito baixos e certas empreiteiras contratavam operários sem registro em carteira.

O controle dos trabalhadores era feito mediante a presença de vigilantes subcontratados, mas incluía também o uso de drones e de uniformes com cores diferentes, que identificavam os operários de cada setor. Para impedir o contato entre trabalhadores de setores diferentes, as empresas se utilizavam de várias estratégias visando aumentar a fragmentação. Havia a proibição de saírem do seu setor para circularem em outros, de modo a evitar a formação de coletivos que facilitassem a interação dos operários e a organização de resistências.

A necessidade de entregar partes da construção sem atraso e de reduzir custos forçava as empresas a exigir maior produtividade dos operários por meio de uma forte intensificação do trabalho, mas também do prolongamento da jornada por meio de horas extras, do não pagamento das horas *in itinere* do cancelamento das folgas de campo, decisões aprovadas em negociação coletiva da categoria. A pressão por mais produtividade e pelo cumprimento de metas individuais e coletivas estavam vinculadas ao pagamento da PLR, aprovada em negociação coletiva. Esse conjunto de estratégias gerenciais configuravam uma gestão por estresse, que somada à intensificação do trabalho e ao aumento constante da produtividade eram responsáveis por gerar as penosidades no trabalho e o adoecimento dos trabalhadores. Os autores chamam atenção para “a violência do sistema de metas em que o afastamento por motivo de saúde aparece como ameaça ao trabalhador pelo receio de sofrer penalidades, como descontos no salário e diminuição no bônus da PLR, passando por advertências até a demissão” (Almeida, Souza e Pina, 2018, p. 6).

Nesse canteiro de obras da Comperj, o processo de terceirização, ocasionando precarização social, sobrecarga e intensificação do trabalho e o prolongamento do tempo de trabalho, geram efeitos nocivos à saúde, com o aumento dos acidentes de trabalho, o surgimento de diferentes doenças e problemas psicossociais, incluindo registros de casos de suicídios.⁹

Érika L. Almeida Soares, tendo como uma de suas referências “A desmedida do capital”, pesquisou os trabalhadores do setor de edificações da construção civil em Manaus (AM). Ela vai chamar atenção para o processo de

9. Ver também o artigo “Terceirização e precarização laboral na construção civil na Grande Vitória (ES)”, de Renata Silva Souza, apresentado no 8º Encontro Internacional de Política Social e 15º Encontro Nacional de Política Social, realizados em novembro de 2020, em Vitória (ES).

adoecimento relacionado às condições de trabalho e mostra que a reestruturação produtiva desse setor incorpora tecnologias e técnicas inovadoras, inclusive de materiais e produtos, novos métodos de construção e formas modernas de organização do trabalho.

Além disso, as empresas do setor têm se utilizado amplamente da terceirização de serviços, e de empreiteiras que fornecem trabalhadores ou realizam atividades específicas da construção. O aumento da produtividade, como já mencionado, tem sido obtido por meio da intensificação do trabalho e do uso intensivo de horas extras. Essas medidas têm impacto sobre a vida e a saúde dos operários da construção. Os canteiros de obras configuram-se como espaços insalubres, marcados pelo aumento das condições que causam insegurança no trabalho. Assim, as penosidades presentes nos ambientes de trabalho levam ao adoecimento relacionado principalmente “à dimensão musculoesquelética, às dermatites, às intoxicações por chumbo e à exposição a asbestos, que predominam na lista de enfermidades de risco que afetam o trabalhador da construção” (Soares, 2014, p. 51). Além dessas enfermidades, Soares destacou as causas do adoecimento e da convivência frequente com a dor, os acidentes decorrentes de quedas, o carregamento de peso excessivo, a permanência prolongada em posições inapropriadas (em pé, sentado ou agachado), e o contato com produtos químicos, como *thinner*, ácido pneumático, tinta, etc., que desencadeiam uma série de sintomas, como “cefaleia, tontura, ardência nos olhos e mucosas, irritação e prurido na pele, náuseas, entre outros” (Soares, 2014, p. 56).

Bernardo, Nogueira e Büll (2011) partem dos resultados de duas pesquisas em psicologia social, para analisar as repercussões psíquicas do trabalho. A primeira foi realizada com operários da indústria automobilística, que tinham condições de trabalho consideradas privilegiadas, enquanto a segunda focalizou pessoas em situação de rua que sobrevivem de trabalhos informais. Os autores entendem que há uma “precariedade subjetiva” entre os trabalhadores estáveis das montadoras de automóveis, que segundo Linhart (2009, p. 3) “não é estranha ao sofrimento que se inscreve cada vez mais na relação com o trabalho moderno; seria inclusive uma de suas características”. Esses trabalhadores relataram nas entrevistas possuir problemas de saúde mental, tais como: depressão, síndrome do pânico e estresse, decorrentes da forte pressão psicológica e do excesso de responsabilidades, do ritmo intenso da produção e de ameaças frequentes de desemprego.

Por outro lado, conforme Franco *et al.* (2010), muitas pessoas em situação de rua identificam-se como trabalhadores, seja como guardadores de carro, cata-

dores de material reciclável, exercendo atividades nas áreas de limpeza, construção civil, ou como carregadores; atividades essas que têm claramente como característica uma precariedade objetiva. Justificavam estarem em situação de rua devido ao desemprego, ao alcoolismo e/ou ao uso de drogas, e atribuem ao alcoolismo o seu sofrimento mental, embora não o relacionem diretamente à precariedade das situações de não trabalho e de vida na rua. Os autores concluem que a precariedade objetiva e a precariedade subjetiva devem ser entendidas “como diferentes expressões de um mesmo fenômeno, para que, dessa forma, seja possível resgatar a solidariedade entre desempregados, terceirizados e todos aqueles que vivem do trabalho”¹⁰ (Franco *et al.*, 2010, p. 91).

Considerações finais

Além desses estudos, encontramos ainda pesquisas que se baseiam nos conceitos de Danièle Linhart realizadas em *call-centers* (Venco, 2006; Castro, Alvarez, Luz, 2017), sobre a tutela jurídica da saúde do trabalhador (Kimmelmeier, 2013), sobre as telecomunicações do Rio de Janeiro (Rodrigues, 2006), sobre trabalhadores terceirizados da Saúde Pública (Verde, Bernardo e Büll, 2013) e sobre a uberização do trabalho (Rebechi, 2017).

Encontramos também artigos teóricos que tratam das transformações em curso desde os anos 70 - 80, que substituíram o taylorismo-fordismo nos processos de produção e na organização do trabalho. Esses autores observam que a nova organização do trabalho contava com novas tecnologias e estratégias gerenciais originadas no “modelo japonês” (ou toyotismo). Tais estratégias são marcadas pela gestão flexível, pelos grupos de trabalho, como os CCQs, pela redução dos níveis hierárquicos, terceirização dos serviços e de partes da produção, como exigido pela ideia de empresa enxuta. Além disso, os novos métodos de gestão, como mostra Linhart, incluem o *just in time*, a individualização dos trabalhadores e a expropriação do seu saber, bem como a mobilização de suas capacidades físicas, intelectuais e psíquicas, de modo a garantir o enfraquecimento dos coletivos informais e impedir as manifestações de resistência dos operários. Voltadas para melhorar a qualidade dos produtos e para aumentar a produtividade das empresas, essas práticas se conjugavam à intensificação do trabalho e

10. Essa segunda citação refere-se ao texto de Franco, T., Druck, G. e Seligmann-Silva, E. (2010), “As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais do trabalho precarizado”. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 35, n. 122, p. 229-248.

ao prolongamento da jornada, configurando para alguns autores como modelo de administração por estresse, com impactos sobre a saúde física e psíquica dos trabalhadores. Como observa Praun (2016, p. 157):

É neste contexto, marcado pela crescente individualização, insegurança, instabilidade, medo e fragilização dos laços coletivos, que um amplo contingente de trabalhadores vem desenvolvendo, entre outras formas de adoecimento, aquelas classificadas como transtornos mentais.

O conceito de “precariedade subjetiva” (Linhart, 2014)¹¹, por ser inovador e estar associado à presença de penosidades no trabalho e ao sofrimento psíquico, teve forte influência nas pesquisas de sociólogos do trabalho, e principalmente entre pesquisadores dedicados à questão da saúde do trabalhador, principalmente psicólogos. Entre esses últimos, cabe indicar, como exemplo, Castro, Alvarez, Luz (2017), cujo artigo discute as relações entre terceirização e a precariedade subjetiva. Cabe mencionar também o artigo de Ana Celeste Casulo (2019) que discute a precarização subjetiva, realizando uma reflexão a partir de Danièle Linhart, além dos artigos de Luci Praun (2016) e de Rafael A. da Silva (s/d) que estudamos aspectos da atual configuração produtiva e da gestão do trabalho, considerando os discursos associados ao neoliberalismo e à teoria do capital humano.

Referências

Almeida, H. P.; Souza, K. R.; Pina, J. A. (2018). Trabalho e saúde nas lutas dos operários da construção civil do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 43, e7.

Bernardo, M. H.; Nogueira, F.R. C.; Büll, S. (2011). Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade e subjetiva. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, n. 63 (núm. esp.), p. 83-93.

11. Também foi influente o conceito de “individualização” dos trabalhadores.

Castro, F. G.; Alvarez, M.; Luz, R. (2017). Modo de produção flexível, terceirização e precariedade subjetiva. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 20, n. 1, p. 43-54.

Casulo, A. C. A. (2019). A precarização subjetiva do trabalho: uma reflexão a partir de Danièle Linhart. *Revista Estudos do Trabalho*, ano IX, n. 23, p. 134-146.

Franco, T., Druck, G.; Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais do trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 35, n. 122, p. 229-248.

Kemmelmeier, C. (2013). Por um trabalho mais humano: o conceito de precariedade subjetiva e a releitura do poder diretivo à luz da tutela jurídica do meio ambiente de trabalho equilibrado. *Livro do GT Direito do Trabalho II. XXII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI)*, realizado na UNINOVE, São Paulo, de 13 a 16 de nov., p. 465-484. Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br/publicacao/uninove/livro.php?gt=123>>. Acesso em 9 set. 2022.

Linhart, D. (2000). Entrevista Danièle Linhart. Entrevistadora: Lucília Machado. *Revista Trabalho e Educação*, jul./dez., Belo Horizonte, n. 7, p. 17-22.

_____. (2000). O indivíduo no centro da modernização das empresas: um reconhecimento esperado, mas perigoso. *Revista Trabalho & Educação*, jul./dez., Belo Horizonte, n. 7, p. 24-36.

_____. (2004). La modernisation des entreprises. *Col. Repères*. Paris: La Découverte.

_____. (2007). *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.

_____. (2008). *Pourquoi travaillons-nous? Une approche sociologique de la subjectivité au travail*. Paris: Edition Erès.

_____. (2009). Modernisation et précarisation de la vie au travail, *Papeles del CIEC*, marzo, v.1, n. 43, 1-19.

_____. (2014). Modernização e precarização da vida no trabalho. In: Antunes, Ricardo (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*, 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial.

_____. (2015). L'entreprise de dépossession. Entretien avec Danièle Linhart, le 22 mai 2015. Disponível em <<http://www.laviedesidees.fr/Lentreprise-de-depossession-3054.html>>. Acesso em 19 ago. 2022.

_____. (2017). Imaginer un salariat sans subordination. *Le Monde Diplomatique*, 1º/07. <<https://www.monde-diplomatique.fr/2017/07/LI-NHART/57684>>. Acesso em 19 ago. 2022.

Pina, J. A.; Stotz, E. N. (2014). Intensificação do trabalho e saúde do trabalhador: uma abordagem teórica. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 39, n. 130, p. 150-160.

_____. (2015). *Intensificação do trabalho e saúde dos trabalhadores: um estudo na Mercedes Benz do Brasil*. São Bernardo do Campo, São Paulo. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 826-840.

Praun, L. (2016). A solidão dos trabalhadores: sociabilidade contemporânea e degradação do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 19, n. 2, p. 147-160.

Rebechi, C. N. (2017). *A subjetividade do trabalhador no contexto da uberiização do trabalho: um novo desafio para os estudos de comunicação nas relações de trabalho*. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Trabalho apresentado no 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, PR, de 4 a 9 de set. de 2017. Disponível em <<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2122-1.pdf>>. Acesso em 23 set. 2022.

Rigolon, W.; Venco, S. (2013). Quem quer ser professor? A precariedade subjetiva e objetiva no trabalho docente. *Anais da 36ª Reunião Anual da ANPED*, 2013, Goiânia, GO. Disponível em <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt09_2817_texto.pdf>. Acesso em 13 dez. 2022.

Rodrigues, M. C. P. (2016). *Reestruturação, precarização e resistência nas telecomunicações do Rio de Janeiro: o trabalho no “campo de batalha”*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ.

Silva, R. A. (s/d). *A exaustão de Sísifo: gestão produtiva e o trabalhador contemporâneo*. Disponível em <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=A+exaust%C3%A3o+de+S%C3%ADsifo%3A+gest%C3%A3o+produtiva+e+o+trabalhador+contempor%C3%A2neo&btnG=&lr=lang_pt>. Acesso em 23 ago. 2022.

Soares, E. L. A. (2014). Trabalho e precarização: breve análise sobre o recente cenário de adoecimento entre trabalhadores da construção civil. *Revista da ABET* (jul./dez.), João Pessoa, v. 12. n. 2, p. 48-62.

Souza, A. N. (2017). Trabalho docente em Universidades Públicas - olhares cruzados: Brasil e França. *Revista de Educación* (Espacios en Blanco.), jun., n. 27, p. 63-85. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina.

Souza, R. S. (2020). *Terceirização e Precarização Laboral na Construção Civil na Grande Vitória (ES)*. Trabalho apresentado no 8º Encontro Internacional de Política Social e no 15º Encontro Nacional de Política Social, Vitória, ES, Brasil, de 16 a 19 de novembro.

Venco, S. (2006). Centrais de atendimento: a fábrica do século XIX nos serviços do século XXI. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 31, n. 114, p. 7-18.

_____. (2016). Precariedades: desdobramentos da Nova Gestão Pública no trabalho docente. crítica e sociedade. *Revista de Cultura Política*, nov., v. 6, n. 1, p. 72-90.

Verde, F. F.; Bernardo, M. H.; Büll, S. (2013). Trabalho e precarização na saúde pública. *Estudos Contemporâneos da Subjetividade* (ECOS), v. 3, n. 1, p. 19-31.

27. SOCIALIZAÇÃO IDENTITÁRIA E PROFISSIONALIZAÇÃO EM CLAUDE DUBAR

JORDÃO HORTA NUNES

Introdução

A contribuição de Claude Dubar à sociologia contemporânea é marcante, sobretudo no campo das análises sobre trabalho, profissões e identidades. Seu reconhecimento transcende a sociologia francesa e repercute internacionalmente, com especial ênfase no Brasil. Este texto focaliza o livro “La socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles”, publicado em 1991. A primeira edição brasileira (Dubar, 2005) foi realizada a partir da terceira edição francesa, com incorporação de um prefácio com respostas a críticas e referências às obras subsequentes. Em termos de minha trajetória acadêmica, esse livro, doravante designado como “A socialização”, foi muito influente, referendado em várias publicações em que fui autor ou coautor, além de figurar também nos trabalhos de pós-graduação que orientei nas duas últimas décadas. Portanto, sinto-me gratificado em realizar esta leitura e espero aqui expressar meu reconhecimento a Claude Dubar. Início com informações biográficas para contextualizar a publicação, a seguir reconstruo a estrutura e os pontos e argumentos que considero relevantes no livro. Finalizo comentando sua difusão e repercussão na produção sociológica.

Informações biográficas e contexto da publicação do livro

Claude Dubar descende de uma família operária de origem rural e nasceu em Lille, norte da França, em 1945¹. Vivenciou uma experiência como militante na Juventude Estudantil Cristã e também na União Nacional dos Estudantes da França. Iniciou sua formação superior em matemática, mudando para filosofia e, por fim, estabeleceu-se na sociologia. Torna-se assistente na Universidade de Ciências e Técnicas de Lille, onde toma rapidamente um papel ativo na reorganização do ensino de sociologia, valorizando o trabalho de campo, a pesquisa direta e a realização de projetos coletivos e grupos de estudos, imprimindo a chancela da pesquisa empírica na profissão de sociólogo. Defende, em 1970, sua tese de doutorado, “*Idéologie et choix professionnels des éducateurs spécialisés*”. Em seguida transfere-se para o Líbano, lecionando sociologia em Beirute e escrevendo, logo após, em coautoria com Salim Nasr, o livro “*Les classes sociales au Libano*”.

Ingressa no Centro Nacional de Pesquisa Científica (Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS), em 1973, tornando-se depois docente no Instituto de Sociologia de Lille. Volta-se à análise da formação profissional contínua e de sua contribuição na redução de desigualdades, tema ligado à sua origem social e à experiência como militante, intensificada com a filiação ao Partido Comunista Francês, de 1973 a 1983. O processo de formação converteu-se, para Dubar, num observatório da mobilidade social e das afiliações profissionais, e o sociólogo desenvolveu diversas pesquisas coletivas sobre experiências de formação, envolvendo alunos e colegas. Esse programa de pesquisas coletivas conduziu à criação do Laboratório da Sociologia do Trabalho, da Educação e do Emprego (LASTREE).

Durante os quinze anos que permaneceu na Universidade de Lille Dubar sedimentou o interesse de pesquisa da formação profissional, tornando-se um especialista na temática. Realizou uma série de investigações sobre ações coletivas de formação desenvolvidas por mineiros de carvão na bacia do Pas de Calais, visando o desenvolvimento local e articulando a cultura tradicional e a cultura erudita. O programa de pesquisa originou a publicação do livro “*Formation permanente et contradictions sociales*” (1980).

1. As informações biográficas têm referência principalmente nos textos de homenagens publicados logo após sua morte, em 2015 (p. ex., Demazière, 2016; Paugam, 2016; Thoemmes e Ramos, 2015; Tripier, 2015). Esses tributos constituíram as principais referências do verbete “Claude Dubar” na Wikipedia em língua francesa (Claude Dubar, 2022). Constituiu referência também a apresentação feita por Vanilda Paiva, em 2010, para o periódico *A especiaria* (Paiva, 2010).

Desenvolveu também, nesse período, sua tese de Estado, sob a orientação de Raymond Boudon, “A formação profissional contínua”, publicada em livro em 1984 (Dubar; Nasser, 2015). Com base nas pesquisas desenvolvidas, Dubar asseverou que a formação profissional contínua clássica, bem como os programas inovadores mais recentes, não corrige as desigualdades escolares, mas tende, inversamente, a reproduzi-las e intensificá-las.

O LASTREE realizou importante pesquisa coletiva a partir de 1982, sobre a experiência de jovens do Norte-Estreito de Calé (Nord-Pas-de-Calais), desempregados ou vinculados de forma intermitente, mas filiados a um programa governamental de auxílio. Os resultados evidenciaram que mesmo os jovens provindos de posições sociais semelhantes desenvolvem lógicas de ação diferenciadas em relação à formação, ao emprego e ao trabalho, levando a questionar a valorização clássica de determinantes sociais ou culturais para explicar trajetórias de exclusão e conferir importância às relações sociais concretas com parceiros de sistemas de ação, como colegas de trabalho ou escola, profissionais e membros de associações. Essa pesquisa é uma das três apresentadas em “A socialização” e está no contexto do desenvolvimento da teoria relacional da socialização e das identidades de Dubar.

O LASTREE realizou outra grande pesquisa coletiva, entre 1986 e 1989, com o objetivo de esclarecer a evolução das políticas e práticas de formação contínua por empresas privadas, que ostentavam, na época, a implementação de “inovações” na organização do trabalho, na gestão social e na formação. Foram selecionadas seis empresas pertencentes a diferentes setores, localizadas em diferentes regiões da França, de forma a abranger os principais tipos de inovação. Uma amostra aleatória dos funcionários afetados pelas inovações foi constituída para a realização de entrevistas não diretivas, procurando assegurar as melhores condições de investigação (voluntariado, confiança, anonimato, etc.) (cf. Dubar, 1992, p. 514-515).

Ao encerrar seu vínculo com a Universidade de Lille, Dubar muda-se para Paris e assume, a partir de 1988, a diretoria do Departamento de Profissões e Mercado de Trabalho, do Centro de Pesquisa sobre Qualificações (CE-REQ), por cinco anos, até ingressar, em 1993, como docente pesquisador na Universidade de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines. Nesse período, foi escrito o livro “A socialização”, em que as pesquisas coletivas antes realizadas embasaram empiricamente uma abordagem sociológica do trabalho e das organizações e profissões, teoricamente respaldadas por uma pertinente reconstrução das análises da socialização em diferentes tradições so-

ciológicas, mas também em domínios como a fenomenologia, a psicologia cognitiva e a psicanálise.

O período em que trabalhou no CEREQ foi marcado por uma aproximação teórica e metodológica com a sociologia das profissões, na época construída por uma produção anglo-saxã que envolvia tradições diferentes, como o funcionalismo, o marxismo e o interacionismo. A segunda parte de “A socialização” compreende uma reconstrução dessas abordagens articuladas com elementos da sociologia das organizações produzida na França, principalmente com base nas pesquisas de Renaud Sainsaulieu, Philippe Zarifian e Pierre Rivard. Pierre Tripier, que viria a escrever, em coautoria com Dubar e Valérie Boussard, o livro “Sociologie des professions” (2015 [1998]), informa que a origem dessa publicação que veio a reorientar a sociologia das profissões na França foi um *paper* apresentado por Dubar num dos primeiros encontros internacionais da sociologia do trabalho, na cidade de Nantes, em 1986:

um cara que eu não conhecia, mas cujas obras sobre educação e formação social eu havia lido, tomou a palavra e fez uma apresentação mostrando que lia tudo, entendia tudo e sobretudo sabia fazer ligações entre as obras que escapavam até mesmo a seus autores: era Claude (Tripier, 2015, p. 1).

O *paper* foi publicado na revista *Sociologie du Travail*, “La qualification à travers les journées de Nantes” (1987) e depois aprimorado para constituir a segunda parte de “A socialização”.

Estrutura e síntese de “A socialização”

Dubar inscreve, nesse livro, o objetivo até então mais relevante em seu percurso acadêmico, a formação continuada, como uma modalidade da socialização, tradicionalmente analisada nos contextos da família, da escola e do trabalho. Numa época em que as transformações tecnológicas no processo produtivo e a flexibilização das relações de trabalho já ameaçavam o reconhecimento social conferido pela condição de assalariado, cresce a relevância da análise das transformações na identidade do trabalhador, es-

pecificamente no que concerne à eficácia de ações coletivas de inclusão e de formação continuada, para contornar o mal maior, ou seja, o desemprego em faixas da população com baixa escolaridade. O livro compreende três partes interdependentes, mas que guardam certa autonomia. A primeira, “Socialização e construção social da identidade”, compreende uma reconstrução do conceito de socialização a partir de domínios epistemológicos diferentes: a psicologia cognitiva e suas aproximações com a sociologia, a antropologia cultural e o funcionalismo, a teoria bourdieusiana do *habitus* e as abordagens construcionistas inspiradas no interacionismo simbólico e a fenomenologia. No final da primeira parte, Dubar expõe os elementos de uma teoria sociológica da socialização identitária. Na segunda parte, o autor aborda a literatura sociológica que versa sobre profissões e organizações, articulada ao processo de socialização e sobre o mercado de trabalho orientado a profissões. A terceira parte compreende relatos e resultados de três pesquisas coletivas orientadas pelo autor, tendo como objeto a produção e o uso da formação profissional nas e pelas empresas. Aqui são identificados quatro tipos de socialização profissional que dão origem a quatro formas identitárias, de forma indutiva, a partir de *surveys*, análise documental e entrevistas, constituindo o suporte empírico que embasa a elaboração da teoria da construção identitária a partir de processos de socialização, por meio de uma dupla transação, objetiva e subjetiva, atributiva e de reconhecimento, formulada na primeira parte do livro. Optei, na síntese a seguir, por inverter o ordenamento original e iniciar pela terceira parte, comentando as pesquisas de campo e a identificação das formas identitárias extraídas da análise de casos empíricos, expondo por último as reconstruções que conduziram à elaboração do esquema analítico formulado pelo autor na primeira parte.

Dubar declara, em artigo publicado em 1992, que a teorização desenvolvida na primeira parte de “A socialização” decorre de uma abordagem indutiva, a exemplo de diversas pesquisas até então realizadas na França sobre identidade no trabalho, qualificação e profissionalização, por autores como Sainsaulieu, Rivard, Demazière e outros. A partir da confrontação de resultados de três pesquisas empíricas, Dubar construiu um conjunto de conceitos explicativos de mecanismos comuns colocados em evidência nas investigações, conduzindo à hipótese teórica, em nível abstrato e generalizante, de uma dupla transação envolvendo processos biográficos e relacionais (cf. Dubar, 1992, p. 509-510). As pesquisas analisam as reações individuais a iniciativas institucionais de formação promovidas por autoridades públicas

ou empresas privadas. Os sistemas de formação confrontados são bastante diferentes: jovens desempregados sem diploma incentivados a entrar num regime de integração; funcionários de empresas privadas que implementam “inovações” técnicas e sociais; trabalhadores de uma grande empresa pública engajada em um programa ambicioso de treinamento. Duas dessas pesquisas já foram atrás mencionadas, desenvolvidas pelo LASTREE a partir de 1982. A terceira foi realizada de 1984 a 1985, em dois centros de produção eletronuclear, envolvendo assalariados em formação contínua. A metodologia empregou entrevistas semiestruturadas a partir de uma amostra aleatória de assalariados dos dois centros, complementadas por um questionário, o que permitiu traçar o conjunto da carreira profissional dos entrevistados e mensurar precisamente suas diversas atividades de formação. De modo geral, as três pesquisas privilegiam a abordagem qualitativa por meio de entrevistas em profundidade, com o objetivo de compreender as práticas implementadas. No entanto, procedimentos quantitativos também foram empregados e as técnicas qualitativas foram diferenciadas em cada pesquisa.

A pesquisa coletiva mais abrangente foi aquela realizada em empresas privadas de diversos setores na França, de 1986 a 1989, que desenvolveram políticas e práticas de formação contínua. Foi empregada a mesma técnica antes utilizada na pesquisa com jovens sem diploma do Pas-de-Calais, a agregação de esquemas de entrevistas em torno de “unidades-núcleos”, porém com uma amostra maior e mais diversificada, conduzindo a uma tipologia de categorias relacionadas a três temas principais de pesquisa: relações com o trabalho (mundo vivido do trabalho); a trajetória subjetivamente reconstruída (biografia anterior e visão do futuro) e a concepção da formação (representações e práticas da formação).

A segunda parte de “A socialização” é desenvolvida em três capítulos, dos quais o primeiro compreende uma reconstrução do início da sociologia das profissões nos Estados Unidos, precedida de uma breve retrospectiva histórica sobre a categoria de profissão. Dubar comenta alguns textos fundadores da perspectiva cultural-funcionalista sobre as profissões, acatando desta as seguintes considerações: a profissão é um saber científico e não somente prático, resguardado por uma comunidade de praticantes que compartilham dos mesmos valores e representações sobre a atividade exercida. O autor acolhe, no final do capítulo, alguns conceitos da aceção interacionista de profissões, como os de licença e mandato. O saber profissional é prerrogativa de “iniciados”, que compartilham um conhecimento

esotérico que não deve ser “profanado” por pessoas que não fazem parte do grupo institucionalizado e reconhecido para exercê-lo. Assim, o exercício de uma profissão demanda um tipo específico de organização social e de socialização. Incorporando noções do programa de pesquisa em serviços desenvolvido por Everett Huges na Escola de Chicago, Dubar aproxima a socialização profissional de organizações reguladoras e da constituição de carreiras. A socialização promovida por intermédio dos grupos profissionais possibilita uma identificação, pelo agente, de modelos de referência, que são antecipados, como ideais de carreira. Assim, a socialização profissional inclui quem compartilha dos valores e “segredos” do conhecimento profissional, mas também exclui pessoas que não os compartilham, para salvaguardar os primeiros. Entretanto, Dubar amplia o alcance da sociologia das profissões, mais restrito às ocupações que prescrevem a formação em nível superior e a constituição de conselhos reguladores, argumentando que ocupações de menor nível de qualificação, como padeiros, cozinheiros, eletrotécnicos, artistas, além de outras, também comportam uma socialização profissional e estão inscritas em grupos profissionais.

Dubar volta-se à sociologia das organizações para compreender a socialização profissional em ocupações diversas. Recorre ao estrutural-funcionalismo na sociologia de Robert Merton para associar as funções manifestas às pessoas que experimentam uma vocação e as funções latentes às organizações profissionalizantes, fechadas, que se preocupam com a própria reprodução. As profissões tornam-se corpos fechados, preocupados com seu funcionamento interno e o respeito a seus procedimentos burocráticos, frequentemente contra a própria clientela e a qualidade dos serviços desempenhados. Assim, a profissionalização envolve um efeito perverso de segregação, e a burocratização das carreiras e diplomas consiste no principal mecanismo de constituição de uma organização profissional fechada. Esse mecanismo é complementado por outro, “que conduz o grupo profissional a multiplicar as regulamentações, as normas estatutárias e os privilégios diferenciados para seus próprios membros” (Dubar, 2005, p. 195). Esse tipo de análise leva a associar a evolução de uma “profissão” à construção de organizações, algumas delas, como os hospitais, muito próximas do modelo da grande empresa industrial ou da administração pública.

Dubar desloca o foco da análise da profissionalização do trabalho para a questão da dupla fonte de poder envolvido nesse processo: a primeira é a relação com o capital, apropriada pelos dirigentes empresariais; a segunda é a relação com o saber, mais frequente entre os profissionais “de ofício”,

técnicos especializados. Os assalariados estão, segundo esse modelo, desprovidos tanto da relação com o capital, efetivada na relação salarial, quanto da relação com o conhecimento, efetivada nas relações profissionais. A interação entre relações salariais e relações profissionais e a instabilidade resultante da dificuldade de equilibrar interesses de dirigentes, profissionais de ofício e de assalariados, dificulta a interpretação da evolução de organizações profissionais, com foco na questão do poder. Dubar recorre, assim, às explicações neomarxistas do desenvolvimento capitalista e da profissionalização, como as protagonizadas por Braverman (2011), que superestima a proletarização e a desprofissionalização, Johnson (1972), que prevê a polarização das qualificações, e Magali Larson (1977), que descarta a proletarização das profissões e valoriza um novo modo de gestão da mão de obra pelas empresas, específico a essa categoria de assalariados e que valoriza a profissionalização e os valores da expertise. Dubar contesta as abordagens de Braverman e Johnson, que estabelecem uma correspondência *a priori* entre a posição dos indivíduos no seu processo de trabalho e seu pertencimento de classe, mas acolhe elementos da explicação de Larson, pois esta implica “a referência a um duplo espaço: o espaço da organização do trabalho ‘interno’ à empresa”, facultando zonas de autonomia e de iniciativas a profissionais assalariados, e o espaço da organização profissional “externa”, “transversal às empresas e permitindo aos profissionais assalariados a manutenção de formas de associação, de construção e de defesa de suas competências e capacidades de *expertise*” (Larson, 2005, p. 202, grifo meu). Essa posição é compatível com o que defendem as teorias neweberianas, que compreendem o “fechamento social” que caracteriza a profissionalização como um processo pelo qual uma determinada categoria social tende a regular em seu favor as condições do mercado diante da concorrência de *outsiders*.

Influenciado por Larson, Dubar valoriza o trabalho da argumentação bem sucedida, pelos profissionais, de relacionar a esfera da prática à esfera da teoria, ou seja, à legitimidade “científica” da disciplina na qual a profissão se apoia (Dubar, 2005, p. 203). Essa posição teórica será muito influente na formulação da ideia de dupla transação na elaboração da teoria da socialização e construção de identidades. A proletarização de profissionais assalariados é evitada pela transação entre o reconhecimento, pelo empregador, de uma competência apoiada em um título e a mobilização (*commitment*), pelo profissional assalariado, dessa competência a serviço da empresa.

O capítulo sobre organizações e relações profissionais encerra-se com uma reconstrução de modelos que relacionam as competências adquiridas no

processo de qualificação dos assalariados e as competências demandadas pelos empregadores, compreendendo a qualificação como uma socialização profissional. Dubar sintetiza a comparação desses modelos de espaços de qualificação, considerando-os como uma construção de espaços comuns de racionalidade a partir de lógicas diferentes, visando a construção conjunta da profissionalidade e articulando três processos: formação das competências, construção e evolução dos empregos, reconhecimento das competências, este como resultado do movimento das relações profissionais. O autor finaliza o capítulo apresentando uma análise de comparação internacional (França e Alemanha Ocidental), centrada no destaque de coerências nacionais entre esses três processos, argumentando em favor da necessidade de articulá-los para compreender as dinâmicas da socialização profissional.

A segunda parte de “A socialização” encerra-se com um capítulo sobre as profissões e o mercado de trabalho. Tendo como ponto de partida as análises econômicas do trabalho e a teoria neoclássica do “capital humano”, Dubar mostra que alguns fatores, como as discriminações de raça ou sexo e os efeitos de origem social ou de formas de contratação, colocam em xeque o poder explicativo do nível de escolaridade e experiência no trabalho em relação a diferenças salariais. Uma das primeiras explicações da segmentação do mercado de trabalho vem do marxismo, que a considera como resultado de modos de gestão da força de trabalho pelo capital, segregando e articulando: a) um setor central, caracterizado por grande integração entre os trabalhadores, organização coletiva dos assalariados e gestão negociada de carreiras, composto principalmente por homens brancos de origem urbana; e b) um setor periférico constituído por empregos residuais, não protegidos e precarizados, ocupados por mulheres, estrangeiros, minorias de origem rural. O “modelo profissional”, recuperado pelas grandes empresas, exerce a função de integração no setor central.

A hipótese dualista da compartimentalização do mercado considera o confronto de dois sistemas de emprego, correspondentes a dois processos de trabalho, a produção em massa e a produção unitária ou em pequena escala. O dualismo provém do tamanho das empresas: as grandes se interessam por segmentos de demanda estável e previsível; as pequenas, por frações da demanda instável e imprevisível. As primeiras remetem ao mercado primário e as segundas ao mercado secundário, sendo que estas desempenham um papel regulador, contribuindo para a dinâmica econômica por meio da flexibilização da gestão da mão de obra. Os dois setores são profundamente complementares, ainda que diferentes em relação ao processo de trabalho

e à gestão do emprego. O dualismo no mercado de trabalho remete, para Dubar “a dois modos opostos e funcionalmente ligados de socialização profissional” (2005, p. 230).

Alguns setores de trabalho escapam às formas regulares de qualificação e emprego, como na modalidade de “mercados de trabalho fechados”, caracterizada por “espaços sociais onde a alocação da força de trabalho aos cargos é subordinada a regras impessoais de recrutamento e promoção”, segundo Cathérine Paradeise (1984 *apud* Dubar, 2005, p. 232), ao analisar o trabalho na marinha mercante, na França. Poderíamos equiparar esse tipo de espaço social com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) ou o Instituto Militar de Engenharia (IME), no Brasil. O fechamento não vem das características do trabalho, mas do funcionamento do sistema de emprego, que se vale de procedimentos que não são subordinados às leis do mercado das profissões liberais. No entanto, esses procedimentos são coerentes com o tipo específico de formação e desempenham um papel fundamental nesse mercado fechado. O caráter integrado da socialização profissional, no “mercado de trabalho fechado”, advém do fato de que este impulsiona tanto a formação quanto o acesso ao emprego e o desenvolvimento de carreira, bem como a remuneração do trabalho.

Após reconstruir, identificar e selecionar conceitos e relações teóricas sobre o mercado de trabalho relacionado à socialização profissional, Dubar passa a discutir o papel da formação no mercado de trabalho profissional. Por muito tempo, na sociologia francesa, a qualificação foi reduzida à qualificação do trabalho e do emprego, distinta da formação. Esta, reduzida à formação pelo sistema escolar, era considerada, após a crítica feita por Bourdieu e Passeron (2010), um instrumento da reprodução social, necessário para a formação dos *habitus* de novas gerações que ocupariam cargos e funções, coerente com sua posição de classe. Para inscrever a qualificação no funcionamento do mercado de trabalho é necessário ir além da análise das tarefas realizadas para dar conta das diferenças de qualificação, considerando-a o produto de uma socialização profissional integrada a um mercado de trabalho interno, relacionada a um tipo de organização da produção e afetada por um sistema de relações profissionais.

Dubar encerra a parte sobre profissões, organizações e mercado de trabalho comentando a multiplicação de ações de formação continuada em diversos países, na tentativa de impulsionar a inclusão profissional e atenuar o processo de exclusão social enfrentado pelas pessoas que não conseguem se integrar

ao mercado de trabalho de forma estável e decente. As ações desenvolvidas evidenciam o reforço do papel dos órgãos de gestão de emprego, que coordenam um novo sistema de formação e multiplicação de trajetórias profissionais multifacetadas, ainda que não se possa concluir que estejam identificados e testados os novos elementos de uma socialização profissional ou de um modo alternativo de socialização capaz de enfrentar o desemprego.

As análises sociológicas da socialização e a teoria da identidade social

A primeira parte de “A socialização” compreende o núcleo teórico da obra e contém a formulação de uma teoria sociológica da identidade, elaborada a partir de uma reconstrução racional das teorias da socialização. De um ponto de vista metodológico, não se trata de uma formulação *a priori*, a partir de uma reconstrução metateórica, a ser testada empiricamente, mas de uma construção tipológica a partir de resultados de pesquisas empíricas coletivamente realizadas que, de certa forma, a justifica e pode validar hipoteticamente a construção de formas identitárias em contextos mais amplos, não explicitamente relacionados a experiências de formação continuada no trabalho ou de acesso ao emprego. Dubar inicia as análises da socialização pela psicologia de Piaget, procurando aproximá-la de uma leitura sociológica. O desenvolvimento mental da criança ocorre, segundo Piaget (1932 *apud* Dubar, 2005, p. 11), pela construção contínua e não linear de um processo de equilíbrio, mediante a passagem de um estágio de menor a outro de maior equilíbrio. O processo é conduzido por formas de organização mental internas, cognitivas, e outras externas ao organismo, afetivas e relacionais. Essas reações são decorrentes da interação entre o organismo da criança e o ambiente social e daí a necessidade de manutenção do equilíbrio, que resulta por assimilação às estruturas já construídas ou por acomodação, reajustando estruturas em função das transformações externas. Em cada estágio é possível corresponder formas típicas de socializações com modos de relação da criança com outros seres humanos.

Dubar identifica o *hardcore* da concepção piagetiana de socialização na correspondência, em cada estágio, entre operações lógicas (estruturas mentais) e ações morais (estruturas sociais). A psicologia genética piagetiana encontra pontos em comum com a sociologia durkheimiana na afirmação do caráter moral e metódico, geracional, da educação, mas substitui a dimensão coercitiva por uma prática construtiva de novas regras, de um espí-

rito de cooperação em lugar da coerção. Ainda assim, a educação, como um tipo de socialização, guarda uma dimensão repressiva dirigida a quem não respeita as regras coletivamente aceitas, implica uma sanção, o que aproxima Piaget da noção durkheimiana de crime como infração da moralidade. Entretanto, o que define a sociedade, para Piaget, é o conjunto de relações sociais, que não está relacionado a uma moralidade unificada e homogênea. As relações de cooperação e coerção podem ser diferentes em grupos sociais específicos, como ocorre na relação de autoridade entre crianças, por exemplo, que é sustentada por outros princípios, em relação ao que ocorre nas interações entre adultos.

A socialização, na reconstrução feita por Dubar de Piaget, inclui três aspectos: o cognitivo (regras), o afetivo (valores) e o expressivo (signos). Porém, a reciprocidade entre estruturas mentais, lógicas e estruturas sociais, na concepção piagetiana da socialização, traz dificuldades para uma operacionalização sociológica, pois não se estabelece uma prioridade no sequenciamento de construções sociais ou construções mentais, o que não nos permite assegurar se um desenvolvimento lógico da criança, aferível por testes, originou uma capacidade maior de interação social ou, ao contrário, se esse desenvolvimento cognitivo decorreu do aprimoramento do espírito de cooperação social. Em busca de um “paradigma psicossociológico” do desenvolvimento cognitivo, intuído mas não concluído por Piaget, Dubar referenda sociólogos que levaram adiante essa busca, como Jacques Lautray, para quem as condições ligadas ao estatuto socioeconômico dos pais determinam suas práticas educativas que, por sua vez, influenciam o desenvolvimento intelectual da criança. É possível também argumentar, na linha de Basil Bernstein, que formas de comunicação ou “códigos” mais avançados produzidos pelos alunos não derivam necessariamente de maior desenvolvimento cognitivo, mas de reprodução de formas de comunicação usadas no ambiente doméstico, em lugar de um “código restrito” que é empregado em famílias que compartilham condições socioculturais diferentes.

Fatores de ordem política também podem influenciar o desempenho escolar, argumenta Dubar recorrendo a Annick Percheron, que, na tentativa de operacionalizar uma abordagem da socialização definida a partir de princípios piagetianos, propõe uma forma específica de análise da linguagem, no caso a análise estatística do vocabulário típico de crianças de dez a quinze anos, visando identificar as linhas de força e as “dimensões essenciais do campo das representações políticas” (Dubar, 2005, p. 25).

Finalizando a análise da abordagem piagetiana da socialização, Dubar questiona a viabilidade do modelo quando, diante de crises socioeconômicas, comuns na sociedade pós-industrial, o percurso profissional atinge um caráter aleatório, tornando imprevisível a continuidade entre o último estágio da inteligência formal da criança e sua entrada no mercado de trabalho. É possível manter as características gerais da socialização, como a descontinuidade e a sucessão de desequilíbrios e reequilíbrios, mas também o duplo movimento de acomodação e de assimilação, associando estruturas lógicas e formas sociais de cooperação. Porém, esse processo se prolonga por toda a vida do indivíduo. Não se pode falar mais em “estágio terminal” da cognição e a própria ideia de “estágio” deve ser relativizada, pois as mudanças socioeconômicas influenciam o comportamento, originando períodos de estabilidade relativa.

A socialização vista pela ótica da antropologia cultural ou do funcionalismo procura superar as limitações do enfoque psicogenético, desenvolvendo uma síntese teórica ambiciosa que, embora objeto de críticas, produziu modelos de análise empregados até recentemente. A reconstrução da análise culturalista organiza-se em torno de uma tese geral: a personalidade dos indivíduos é produto da cultura em que eles nasceram e viveram. Os tabus e as características consideradas “desviantes” estão presentes em todas as sociedades, ainda que possam diferir e até serem contraditórios de uma sociedade a outra. No entanto, prevalece uma imprecisão no que concerne aos “conteúdos” ou os traços culturais relacionados à construção do *self* e da personalidade.

As teorias culturalistas da socialização enfrentam o problema de justificar a reprodução de um núcleo cultural comum que permita a identificação de traços originários da sociedade que a precede, pelas novas gerações, e ao mesmo tempo se adaptar à dinâmica cultural e originar uma cultura própria. Os funcionalistas enfrentaram esse dilema construindo uma teoria da ação humana, incorporando elementos de teóricos reconhecidos, como Durkheim, Weber, Freud e Pareto, e integrada a uma teoria funcional sistêmica da sociedade. Talcott Parsons e Robert Bales desenvolveram um esquema conceitual do sistema social, LIGA, estruturado em quatro funções, que constitui a síntese mais elaborada das teorias gerais funcionalistas: latência (manter a estabilidade de valores e normas); integração (atores e seus valores); objetivos (*goals*) (efetivar metas da ação); adaptação (adequação dos meios aos fins). Dubar, interpretando o esquema de Parsons e Bales ao contexto de sua análise, considera que o processo de socialização deve, em

geral, conduzir à adaptação das personalidades individuais às estruturas que exprimem o sistema simbólico e cultural existente: “a conformidade precoce dos indivíduos às normas e aos valores é assegurada pelos agentes socializadores que foram, por sua vez, socializados nesse sistema e legitimados para assegurar seu papel socializador” (2005, p. 60). Quem não entra no esquema passa a desenvolver uma trajetória de desvio. A incorporação conceitual do “sistema social” complementa o esquema culturalista e permite atualizar seu emprego às sociedades contemporâneas.

Dubar reconstrói as principais críticas às abordagens culturalista e estrutural-funcionalista da socialização, primeiramente constatando que a valorização paradigmática do condicionamento torna o indivíduo socializado refém de suas experiências passadas e não uma pessoa autônoma. O privilégio das primeiras experiências e relações, na infância, responsabilizando fortemente o complexo parental do grupo de origem pela construção da personalidade é outro ponto de crítica. Finalmente, a concepção da sociedade como produto holístico da transmissão cultural traz dificuldade à operacionalização metodológica e representa um obstáculo à análise sociológica de comportamentos individuais na sociedade contemporânea. No entanto, Dubar (2005, p. 73) reconhece o valor heurístico desse esquema conceitual, “contanto que seja aplicada a análises empíricas sólidas”.

A influência de Bourdieu nas análises do processo de socialização ocupa todo um capítulo. Dubar problematiza as formulações bourdieusianas do *habitus*, como produto da socialização: “sistemas de disposições duradouras e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações” (2005, p. 78). Do ponto de vista operacional, o *habitus* é representado por uma correlação entre as probabilidades objetivas (chances) e as esperanças subjetivas (motivações, necessidades). Dubar valoriza passagens em que Bourdieu associa o *habitus* a trajetórias sociais. Torna-se possível apreender a mudança, se a incluirmos numa trajetória característica de uma geração ou mesmo de uma classe ou fração de classe, caracterizada por um estilo de vida e recursos de capital econômico e cultural que permitem antecipar as mesmas disposições para o futuro. O *habitus* é produto de uma história que envolve a trajetória dos agentes por campos sociais como a família, o sistema escolar e o mundo profissional. Compartilhar um *habitus* implica manter uma mesma visão do mundo econômico e social a que correspondem uma posição e uma trajetória. Ecoando Bourdieu, Dubar considera que a socialização produz o pertenc-

cimento de classe dos indivíduos, reproduzindo a classe como grupo, ao assegurar a incorporação dos *habitus*.

A principal crítica da análise bourdieusiana da socialização é relativa a uma acepção de identidade social que implica uma dupla redução, da objetividade à “posição diferencial” e da subjetividade à “tendência a perpetuá-la” (2005, p. 91). O *habitus* pode, assim, ser assimilado como identificação a uma posição relativa, mas permanente, e às disposições a ela associadas. Dubar afasta-se nesse ponto de Bourdieu, pois sua concepção de identidade parte da irredutibilidade das lógicas constitutivas do social, sobretudo daquela relacionada às representações do poder, orientadora das práticas relacionais à lógica estratégica ou instrumental que orienta as transações associadas ao capital. A identidade social parte da dupla articulação de uma orientação “estratégica” e de uma posição “relacional”, resultante da interação entre uma trajetória social e um sistema de ação. Essa hipótese já não comporta uma harmonia preestabelecida entre as identidades “para si”, produzidas pela trajetória passada, e as identidades “para o outro”, incluídas em um sistema de ação. Os elementos que nos permitem compreender a fundamentação da teoria da identidade social, em contraposição à dupla redução que requer a teoria bourdieusiana do *habitus* como produto da socialização, são considerados por Dubar no capítulo seguinte, a partir de uma reconstrução de Habermas embasada no jovem Hegel.

Em oposição à ideia de socialização como integração social ou cultural baseada num condicionamento inconsciente que pressupõe uma unidade social, Dubar recorre à caracterização mais geral de socialização na tradição alemã: exteriorização do subjetivo e interiorização do objetivo na constituição do mundo social. Endossando a leitura feita por Habermas (cf. Habermas, 1973) da “*Realphilosophie*” escrita por Hegel em Jena, Dubar considera “esse estabelecimento de uma relação entre o desenvolvimento dos indivíduos levando a ‘identidades sociais’ e a estruturação dos sistemas sociais que servem de suporte a ‘mundos sociais’ como a problemática fundadora das ‘ciências sociais clássicas’”, “que encontramos tanto em Durkheim como em Weber ou em Marx”. Todos consideram que “a socialização é o processo explicativo primordial e que não há individualização sem socialização” (2005, p. 99). A identidade social é fruto de um reconhecimento recíproco. Habermas considera que a dialética motriz da socialização não se pauta no desenvolvimento progressivo do indivíduo em resposta às incitações objetivas de seu meio, mas no vínculo entre o trabalho e a interação, isto é, “entre a dinâmica das atividades instrumentais - sistemas de ação racional

em relação a um fim, segundo a definição de Max Weber - e a natureza das atividades comunicativas - sistemas de poder e de legitimidade, e também de libertação e de reciprocidade” (2005, p. 102).

Ao tomar como base o modelo de Hegel para uma teoria da socialização identitária, Dubar emprega uma estratégia similar à de Axel Honneth, que também partiu da “*Realphilosophie*” hegeliana para fundamentar sua teoria sobre o reconhecimento na identidade social: reconstruir o modelo à luz de uma psicologia social empiricamente sustentada com suporte em George Herbert Mead (cf. Honneth, 2003). Este valoriza a linguagem no contexto social interativo como constituinte do processo de socialização e da construção do *self* ou pessoa social. A criança inicia o desenvolvimento cognitivo e social recriando papéis da mãe ou do pai em brincadeiras infantis (*role playing*), até ser capaz de simular e alterar diversos papéis sociais, num estágio em que os “outros significantes” de seu círculo de convivência e conhecimento se convertem no “outro generalizado”, uma capacidade cognitiva e social que implica o conhecimento prático da sociedade e de seu funcionamento, que caracteriza o indivíduo socializado. A socialização, portanto, progride com a individualização: “quanto mais se é Si-mesmo, mais se está integrado ao grupo” (Dubar, 2005, p. 118).

Continuando sua reconstrução das abordagens construcionistas da socialização, Dubar comenta a ideia da construção social da realidade desenvolvida por Berger e Luckman, a partir da teoria do *self* e da socialização de Mead. A identidade social é formada por um processo em que se distinguem a socialização primária e a socialização secundária. A primeira é caracterizada pela incorporação de conhecimentos básicos como o aprendizado da língua. A segunda compreende a aquisição do conhecimento profissional, isto é, de saberes e papéis específicos direta ou indiretamente enraizados na divisão do trabalho. A socialização secundária constitui uma ruptura com a socialização primária, implicando uma reestruturação das identidades, ainda que a identidade geral construída no estágio da socialização primária não desapareça. Dessa maneira, a socialização é coerente com a mudança social e não apenas com a reprodução da ordem. O capítulo é concluído com uma síntese, uma perspectiva fenomenológica e compreensiva, que Dubar julga complementar à abordagem causal reconstruída no capítulo anterior. Tal estratégia constituiu a porta de entrada para a análise da identidade social: a identificação dos “mundos” construídos mentalmente pelos indivíduos a partir de sua experiência social, que permite a pesquisadores a reconstrução de identidades típicas pertinentes em um campo social es-

pecífico. A técnica compreende a reconstrução de “representações ativas” que estruturam o discurso dos indivíduos sobre suas práticas sociais especializadas, identificando vocabulários típicos. Essas representações ativas são caracterizadas pelas seguintes dimensões: a) a relação com os sistemas, com as instituições e com os detentores dos poderes diretamente implicados na vida cotidiana; b) a relação com o futuro, o do sistema e o seu próprio; c) a relação com as categorias linguísticas que são usadas para descrever uma situação vivida.

A detalhada reconstrução do conceito de socialização a partir de quatro lentes interpretativas, a psicologia genética, o cultural-funcionalismo, a teoria relacional de construção do *habitus* e a abordagem fenomenológica, justifica e fundamenta um modelo operatório da dinâmica da construção identitária. Assumindo uma caracterização dual da identidade social, originada pela ação instrumental em nível societário e ação comunicativa, em nível comunitário, Dubar incorpora essa dualidade também na dimensão interna da identidade, pois a identidade “para si” depende do reconhecimento para outrem. Ele leva em conta as trajetórias sociais e as narrativas biográficas, e não reduz as socializações secundárias às socializações primárias, valorizando a recuperação empírica de representações ativas do “mundo vivido”. A identidade constitui “o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições” (2005, p. 136).

Para caracterizar a dinâmica da construção identitária, Dubar toma o conceito de “transação entre o indivíduo e a sociedade” que provém da leitura sociológica da teoria piagetiana feita por Annick Percheron. A dinâmica identitária desenvolve-se mediante um processo de equilíbrio resultante de uma dupla transação conjunta, externa e interna, objetiva e subjetiva. A primeira transação remete a um processo objetivo, de atribuições conferidas institucionalmente, que provém de sistemas de ação em que os indivíduos estão envolvidos e que podem originar formas de “rotulação” (classificação em grupos, no sentido conferido por Howard S. Becker) ou de construção de identidades sociais virtuais (no sentido estabelecido por Goffman). A segunda transação remete à incorporação subjetiva, de reconhecimento, das identidades socialmente atribuídas, ainda que esta “identidade para si” não coincida necessariamente com papéis que seriam mais “adequados” ou “coerentes” com trajetórias típicas no grupo ou classe social a que pertence. Uma pessoa formada em educação, por exemplo, pode não se reconhecer

ou não se identificar com o estatuto de sua formação, dedicando-se mais à atuação do sindicato da categoria do que a atividades docentes. Essa identidade “para si”, ou “real”, no sentido atribuído por Goffman, envolve uma transação objetiva entre identidades “herdadas” e identidades “visadas”.

As duas transações coexistem, para Dubar, de forma autônoma, sem harmonia pré-estabelecida, ainda que seja necessária uma articulação entre os dois processos, similar a uma negociação identitária, processo comunicativo mais complexo. Influenciado por Berger e Luckman (2001), Dubar supõe que esquemas de tipificação delimitam os tipos identitários socialmente relevantes para a realização de combinações coerentes de identificações preliminares. Categorias como ativo/inativo, assalariado/conta-própria, permanente/temporário, no mundo do trabalho ou católico, protestante, ateu, etc., no campo religioso, constituem termos que permitem identificações. Tais categorias podem variar no percurso de vida e são, portanto, historicamente contingentes. Os esquemas de tipificação articulam a identidade para si (processo biográfico) e a identidade para outrem (processo relacional). Do ponto de vista metodológico, as categorias “científicas”, construídas por pesquisadores, devem levar em conta ao máximo as tipificações produzidas pelos indivíduos (categorias “indígenas”) em situações de trocas comunicacionais recíprocas e negociações.

Em “A socialização”, Dubar mantém a relevância de categorias ligadas à profissionalização e à formação na análise da identidade social. No entanto, alerta que as primeiras representações ativadas no percurso de vida concernem à classificação sexual, a origens étnicas e de classe. Dubar privilegia a transição da formação escolar e o confronto com o mercado de trabalho como intervalo chave na construção de uma identidade profissional. Inspirado na tradição interacionista, caracteriza essa “identidade ocupacional” pela identificação a um tipo de carreira, pelo comprometimento com um tipo de atividade e pelas experiências da estratificação social, das discriminações étnicas e sexuais, das desigualdades de acesso a diferentes ramos profissionais. Esse processo de construção identitária profissional “para si”, de caráter biográfico, contrasta com um processo relacional de construção identitária, que pode ser assimilado à concepção de Sainsaulieu (1985), em que a identidade no trabalho tem como base distintas representações coletivas, construindo atores típicos num sistema social empresarial. O foco não é nos papéis sociais construídos, mas na transação, “um investimento essencial em relações duradouras que colocam em questão o reconhecimento recíproco dos parceiros” (Sainsaulieu, 2005, p. 151), que é objetiva-

mente constatável mediante análises das situações de trabalho e dos sistemas sociais empresariais.

Dubar acata, em parte, a hipótese de Sainsaulieu de que o investimento privilegiado em um espaço de reconhecimento identitário depende estreitamente da natureza das relações de poder e da posição ocupada nesse espaço social pelo indivíduo e o grupo a que se filia. No entanto, discorda que se possa considerar a empresa ou o ambiente de trabalho como espaço privilegiado de reconhecimento da identidade social, pois este depende da aceitação ou rejeição de competências, saberes e representações de si que vêm a constituir os núcleos das identidades reivindicadas.

Nas considerações finais de sua teoria sociológica da identidade, Dubar assume a influência da psicologia de Erik Erikson e de sua concepção geral de identidade como espaço-tempo geracional, que se torna mais relevante no campo do trabalho e da formação. Ainda que sua densa reconstrução incorpore elementos de diferentes escolas sociológicas, evidencia-se uma aproximação relevante e criativa, em sua formulação final, de teoria do *self* e da ontogênese construída a partir de George H. Mead e do interacionismo simbólico, e de elementos da análise sociológica das ocupações e profissões (Becker, 1963; Sainsaulieu, 1985).

As repercussões da teoria da socialização identitária de Dubar

Dubar amplia sua análise das formas identitárias em perspectiva histórica, considerando as transformações em curso não somente no mundo do trabalho, mas também no campo da construção de gênero e de crenças simbólicas (política, religião, cultura, etc.). Constata uma crise na construção identitária e no autorreconhecimento de formas simbólicas até então hegemônicas. O modelo anterior é condensado na construção de dois pares de formas identitárias, duas herdadas, culturais e estatutárias, e duas emergentes, reflexivas e narrativas, como metatipos ideais, no sentido weberiano. A dinâmica das sociedades modernas é caracterizada pela tensão entre identificações defensivas, de tipo comunitário, e identificações construtivas, mas instáveis, de tipo “societário”. Esses modelos da socialização identitária, o primeiro formalizado em “A socialização” e o segundo em “A crise das identidades” (2006), articulados a pesquisas empíricas rigorosas e amparados em cuidadosa reconstrução teórico-metodológica, caracteri-

zaram a atuação de Dubar nos âmbitos institucionais da formação, da pesquisa e da extensão.

A coordenação e criação do Laboratório “Printemps” (profissões, instituições, temporalidades), na Universidade de Versailles – St. Quentin, em Yvelines, por Dubar e Tripier, foi o ponto culminante dos esforços da pequena equipe que organizou o grupo temático Sociologia dos Grupos Profissionais, que evoluiu para Comitê de Pesquisa na Associação Internacional de Sociologia (ISA). O Printemps, dirigido por Dubar até 2000, associou-se ao CNRS em 1998, e nos anos subsequentes manteve convênio com diversas instituições científicas na França e em outros países, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

A partir da virada do milênio, Dubar intensifica o interesse pela relação entre percursos de vida, trajetórias e sociedade, o que o leva a incentivar a pesquisa pelas temporalidades sociais, criar e dirigir o periódico *Temporalités*, voltado a concepções e práticas do tempo em diversos contextos sócio-históricos, em perspectiva multidisciplinar. Por outro lado, Dubar investe, de forma reflexiva e criativa, na escrita autobiográfica. Publica “Faire de la sociologie: un parcours d’enquêtes” (2006), obra em que retoma entrevistas realizadas em projetos precedentes, reconstruindo os contextos em que foram produzidas e, de certa forma, validando o modelo de socialização identitária e justificando o tipo de sociologia compreensiva que desenvolveu. O foco nas produções de caráter autobiográfico originou outra publicação relevante, “Le secret d’Alvino” (Dubar; Paiva, 2012), com a pesquisadora brasileira Vanilda Paiva, sua esposa à época. A partir de entrevistas presenciais e relatos escritos, reconstrói-se o percurso de vida de Alvino Andrade da Silva, indígena da etnia Macuxi, desde sua infância, na comunidade de origem, passando pela integração e conflito com a Igreja Católica, a reconstrução de si e a retomada da identidade Macuxi. Retomando o modelo de socialização identitária, Dubar e Paiva articulam uma interpretação compreensiva com uma análise estrutural dos dados, ligando o discurso de Alvino às condições sociais de sua expressão.

Os seminários no campo de análises sobre o trabalho, organizados pelo Laboratório Printemps, sob a direção de Dubar, motivaram o interesse e a participação de diversos pesquisadores brasileiros que desenvolviam pós-graduação ou estágios pós-doutorais na França, a exemplo de Nadya Guimarães e Helena Hirata. Depois, a atuação do Printemps se desdobrou em outras áreas de pesquisa, como políticas públicas e sociologia da ciência.

Entretanto, a ênfase na sociologia do trabalho advinda das trajetórias de Dubar, Tripier e Demazière, preponderante no convênio com o Cebrap e depois na atuação cooperada de Dubar e Vanilda Paiva em diversos projetos envolvendo cooperação internacional, provocaram o interesse de gerações subsequentes pelo modelo da socialização identitária.

A repercussão do programa de pesquisa liderado por Dubar na sociologia brasileira pode ser avaliada por uma consulta, ainda que não rigorosa e sistemática, às produções científicas que o referendam com destaque. Um levantamento feito na Base de Dissertações e Teses do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia identifica 58 trabalhos, aprovados entre 2003 e 2020 (27 teses e 31 dissertações) em que “Claude Dubar” aparece no resumo ou no título, indicando a importância teórica e metodológica do sociológico nessas obras, já que a busca não atinge o conteúdo total dos textos, se restringindo a título, resumo e palavras-chave. Os conceitos de identidade social e identidade profissional, principalmente referentes ao trabalho docente, são os principais termos referendados, o que evidencia a influência do modelo de socialização identitária no Brasil, aplicado a diversos objetos correlatos, como formação continuada, políticas públicas, inserção profissional, narrativas, trajetórias, autobiografias. Embora a temática mais frequente em teses e dissertações seja a da construção da identidade docente em processos de formação, há trabalhos relativos a grupos profissionais diferentes, como enfermagem, tecnologia da informação e artes. O enfoque sobre biografias aparece também, em geral, articulado a construções identitárias específicas, como a de identidade narrativa em contadores de histórias (Fleck, 2018). Os principais textos referendados nessas obras são os livros “A socialização”, “A crise das identidades” e o artigo “Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos” (1998). Embora haja diferenças entre os sistemas de formação e educação na França e no Brasil, a difusão do modelo analítico das formas identitárias produziu reconstruções bastante frutíferas na análise de programas de educação de jovens e adultos, em comparações de construções identitárias no ensino público ou privado, em narrativas de jovens ingressantes no mercado de trabalho, na formação de jovens aprendizes, bem como na análise de grupos profissionais diversos.

No que concerne a artigos científicos, constata-se uma disseminação tematicamente mais variada e um número um pouco menor de referências (44). Foram excluídos da busca artigos de autoria do próprio Dubar e resenhas de seus livros e os resultados foram limitados a períodos de acesso aberto pelo

Open Journal Systems, no intervalo de 1993 a 2021. A maior parte dos artigos foi publicada em inglês (19), português (14), espanhol (6), francês (2) e italiano (2). Entretanto, tais publicações têm ocorrido com maior frequência em periódicos brasileiros (24). As temáticas da identidade docente e identidade em outras profissões e ocupações ocorrem sobretudo em aplicações a casos empíricos. Entretanto, há artigos em que se busca uma interpretação mais complexa de processos sociais que já foram objeto da análise sociológica sob várias perspectivas, como é o caso da socialização e mobilidade social de jovens em “Metamorfoses da questão geracional: o problema da incorporação dos jovens na dinâmica social”. O autor, Adalberto Cardoso, recorre a Dubar, considerando a socialização como um “processo dialógico, no qual os indivíduos em processo de construção de sua identidade social negociam o tempo todo com os códigos e conteúdos oferecidos pelas várias instituições (e pessoas) responsáveis por sua socialização, isto é, as gerações passadas” (Cardoso, 2015, p. 885). No entanto, a exemplo do sociólogo francês, Cardoso emprega em sua reconstrução das análises sociológicas da geração e da socialização, outros autores, como Eisenstadt e Mannheim, além de estudos de bases de dados governamentais e pesquisas empíricas já realizadas, conduzindo a uma interpretação específica do problema das gerações no Brasil, que assume um contorno bastante diferente do padrão europeu:

Por décadas as novas gerações foram acolhidas num fluxo populacional que era isso mesmo, população em fluxo, movendo-se do campo para a cidade e nela reconstruindo padrões de sociabilidade, reinventando tradições culturais e lutando por meios de vida em condições muito vulneráveis, o que fez do trabalho precoce dos jovens um mecanismo central de sua socialização (Cardoso, 2015, p. 899).

Nesse campo de reconstruções brasileiras que se valem do modelo de Dubar há trabalhos ensaísticos, como o artigo “Possibilidades identitárias contemporâneas em um mundo do trabalho flexibilizado”, em que se propõe uma aproximação conceitual do processo de construção identitária nas sociedades contemporâneas, a partir de Dubar, Manuel Castells, Alain Touraine, Stuart Hall e Robert Castel (Ribeiro e Uvaldo, 2011). Outra aproximação reconstrutiva ensaística aparece no artigo “Identidade de gênero e identidade profissional no campo do trabalho” (Chiés, 2010), onde Paula Chiés argumenta a favor da articulação da teoria da identidade social de Dubar

com elementos do pensamento feminista, para analisar questões referentes às mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, a influência do modo de análise da construção de identidades sociais e profissionais formulado em “A socialização” reflete mais sua prática de pesquisa coletiva construída no LASTREE e no CERQ e consolidada no “Printemps”, a partir de rigorosa reconstrução teórica inspirada no pluralismo metodológico e suporte empírico amparado em triangulação de fontes (documentos, resultados de *surveys* e transcrições de entrevistas) e de abordagens de análise (indutiva, dedutiva, qualitativa, quantitativa).

As formas identitária reflexiva e narrativa não estavam diretamente explicitadas em “A socialização”. Surgem na ampliação do foco realizada em “A crise das identidades”. Dubar priorizou a análise da construção dessas formas a partir de sua aposentadoria, em 2006, vindo a publicar, no escopo dessa temática, “Faire de la sociologie” (2006) e “Le secret d’Alvino” (2012). No entanto, após sua morte, foi publicado o livro “Les biographies en sociologie” (2017), em coautoria com Sandrine Nicourd, em que se reconstitui criticamente o emprego metodológico de dados biográficos em diversas tradições sociológicas, procurando compatibilizar diferentes fontes, como histórias de vida e narrativas de percursos, bem como os conceitos de trajetórias e carreiras. A obra envolve uma síntese teórica com suporte empírico em resultados e dados de pesquisas realizadas. Embora esse livro não tenha alcançado uma repercussão na produção sociológica brasileira ou internacional comparável à teoria da socialização identitária que a precede, constitui uma produção póstuma que reflete características fundamentais da *démarche* do sociólogo Claude Dubar: pluralismo metodológico, crítica ao dogmatismo, rigor na conceitualização e construção do suporte empírico, pesquisa coletiva, alternância entre teorização e produção de dados, valorização epistemológica de processos sociais, influência de tradições que valorizam a linguagem e a ação comunicativa, como o interacionismo simbólico e a fenomenologia.

Encerro aqui os comentários sobre “A socialização”, acrescidos de breves considerações sobre sua recepção e repercussões na produção sociológica brasileira. Sinto-me gratificado pela oportunidade de compartilhar nesta coletânea uma leitura dessa obra que muito me influenciou, trazendo consequências para projetos que vim a orientar nas últimas décadas. Espero que esta reflexão possa motivar, em algum grau, o interesse pelo programa de pesquisa e a produção sociológica de Claude Dubar, para quem porventura ainda não o conhece, e suscitar a crítica e o debate a colegas que já compartilharam ou se beneficiaram de seu legado.

Referências

- Becker, H. S. (1963). *Outsiders. Studies in the sociology of deviance*. Nova York: Free Press.
- Berger, P.; Luckman, T. (2001). *A construção social da realidade*. 20ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes.
- Bourdieu, P.; Passeron, J-C. (2010). *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 7ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes.
- Braverman, H. (2011 [1987]). *Trabalho e capital monopolista a degradação do trabalho no século XX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC.
- Cardoso, A. (2015). Metamorfoses da questão geracional: o problema da incorporação dos jovens na dinâmica social. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 4, p. 873-912.
- Chiés, P. V. (2010). Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 507-528.
- Doray, P. (1992). Claude Dubar - La socialisation, construction des identités sociales et professionnelles, Paris, Armand Colin, 1991, 278p. *Cahiers de Recherche Sociologique*, Montréal, n. 18-19, p. 308.
- Dubar, C. (2006). *A crise das identidades. A interpretação de uma mutação*. Porto: Edições Afrontamento.
- _____. (1998). Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação & Sociedade*, abr., v. 19, n. 62, p. 13-30.
- _____. (1987). La qualification à travers les journées de Nantes. *Sociologie du Travail*, v. 29, n. 1, p. 3-14.
- _____. (1996). *La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles*. 2e éd. rev ed. Paris: A. Colin. (Collection U).
- _____. (1992). Formes identitaires et socialisation professionnelle. *Revue Française de Sociologie*, out., v. 33, n. 4, p. 505.
- _____. (2005). *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2006). *Faire de la sociologie: un parcours d'enquêtes*. Paris: Éditions Belin.

_____; Paiva, V. (2012). *Le secret d'Alvino*. Récits de vie d'un Indien du Brésil, Paris: Les Belles Lettres.

_____; Nasser, C. (2015). *La formation professionnelle continue*. 6^{ème} édition. Paris: la Découverte (Repères, 28).

_____; Nicourd, S. (2017). *Les biographies en sociologie*. Paris: La Découverte.

_____; Tripier, P.; Boussard, V. (2015). *Sociologie des professions*. 4^a ed. Paris: Armand Colin.

Fleck, F. O. (2018). *A identidade como narrativa: histórias de contadores de histórias em Santa Catarina*. Tese de Doutorado em Ciência da Informação. UFSC, Florianópolis.

Habermas, J. (1973). Travail et interaction. Remarques sur la Philosophie de l'Esprit de Hegel à Iena. In: _____. *La technique et la science comme "idéologie"*. Tradução de Jean-Rene Ladmiral. Paris: Denöel/Gonthier, p. 163-212.

Hedoux, J. (1992). Dubar (Claude). La socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles. *Revue Française de Pédagogie*, Paris, juil-sept., n. 100, p. 117-121.

Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.

Johnson, T. J. (1972). *Profession and power*. Londres: Macmillan.

Larson, M. S. (1977). *The rise of professionalism*. Berkeley: University of California Press.

Paiva, V. (2010). Apresentação de Claude Dubar. *Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas*, jul./dez. (2009); jan./jun. (2010), Ilhéus, BA, v. 12 - 13, n. 22-23, p. 327-333.

Paugam, S. (2016). *In memoriam Claude Dubar (1945-2015)*. *Sociologie [on-line]*, v. 7, n. 1. Disponível em <<http://journals.openedition.org/sociologie/2729>>. Acesso em 13 maio 2022.

Piaget, J. (1932). *Le jugement moral chez l'enfant*. Paris: PUF. [O juízo moral na criança. São Paulo: Summus. 1994].

Ribeiro, M. A.; Uvaldo, M. C. C. (2011). Possibilidades identitárias contemporâneas em um mundo do trabalho flexibilizado. *Polis e Psique*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 42-60.

Sainsaulieu, R. (1985). *L'identité au travail*, 2ed. Paris: Presses de la FNSP.

Tanguy, L. (1993). Dubar Claude, La socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles. *Revue française de sociologie*, Paris, v. 34, n. 2. p. 296-299.

Thoemmes, J.; Ramos, J-M. (2015). In memoriam Claude. *Temporalités*, n. 22, 1 dez. 2015. Disponível em <<http://journals.openedition.org/temporalites/3165>>. Acesso em 11 maio 2022.

Tripier, P. (2015). *L'hommage de Pierre Tripier*. Disponível em <https://www.printemps.uvsq.fr/medias/fichier/hommage-de-ptripier-a-cdubar_1448528339282-pdf>. Acesso em 14 maio 2022.

_____. Dubar, C. (1992). La socialisation, construction des identités sociales et professionnelles, Coll. U, 1991. *Sociologie du travail*, oct.-déc., Paris, v. 34, n. 4, p. 509-510.

Varro, G.; Paiva, V. (2015). La dernière leçon de Claude Dubar. *Temporalités*, n. 22, 1 dez. Disponível em <<http://journals.openedition.org/temporalites/3166>>. Acesso em 12 maio 2022.

28. “A DISTINÇÃO”: CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA AOS ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL

MAURÍCIO ROMBALDI

KIMI APARECIDA TOMIZAKI

Introdução

Publicada na França em 1979 e traduzida para o português, no Brasil, em 2007, a obra “A distinção: crítica social do julgamento” foi organizada em torno dos resultados de dezessete anos de pesquisas, discussões e debates desenvolvidos no âmbito do Centre de Sociologie Européenne na École des Hautes Études en Sciences Sociales (CSE/EHESS), por uma ampla gama de pesquisadores e pesquisadoras, sob a coordenação de Pierre Bourdieu. Trata-se de uma proposta ambiciosa: analisar a sociedade francesa dos anos 1960 e 1970 a partir das diferenças entre classes e frações de classe em múltiplos domínios, tais como as profissões, o conhecimento sobre artes, a frequência a museus, a prática de esportes, os posicionamentos políticos, etc., com o objetivo de demonstrar que o julgamento e as práticas individuais, mesmo consideradas em dimensões tão diversas, guardam coerência sob *habitus* constituídos a partir de origens e trajetórias sociais particulares. Assim, por meio de uma análise detalhada de diferentes estilos de vida associados a determinados grupos e da convergência de uma série de conceitos desenvolvidos por Bourdieu ao longo de suas pesquisas, o livro apresenta a ideia de que o espaço social é um espaço multidimensional de posições sociais. Para o campo de estudos sobre o trabalho, em especial, tal perspectiva constitui uma referência para o tratamento de conceitos que auxiliam no entendimento das condições sociais às quais os trabalhadores estão submetidos, bem como na constituição de ações individuais e coletivas relacionadas aos ambientes produtivo e político.

Em relação ao debate quanto ao peso das estruturas sociais sobre as práticas, Pierre Bourdieu propôs uma série de respostas que representaram uma ruptura entre perspectivas objetivistas e subjetivistas. Em “A distinção”, isso redundou na compreensão acerca do papel de capitais materiais e simbólicos na formação das classes sociais, bem como implicou considerar a relação entre condições de existência e trajetórias sociais na constituição de (pré)disposições a perceber, avaliar e agir frente à realidade social. Ainda que muitos defendam que tais reflexões foram direcionadas, ao longo da trajetória acadêmica do autor, a temas culturais, elas trazem uma inegável contribuição à problematização das configurações e das dinâmicas das relações de trabalho. Afinal, como explicar a maior ou menor disposição de trabalhadores a adaptarem-se ao trabalho em suas mais diversas configurações? Como compreender a desigualdade de condições para que indivíduos sejam bem-sucedidos nos esforços empreendidos ao longo de seus percursos ocupacionais? Como entender o engajamento e o desengajamento de trabalhadores junto a sindicatos e aos mais diversos movimentos de contestação política? Esses são apenas alguns exemplos de questões levantadas a partir de reflexões proporcionadas pela obra de Bourdieu, que ganham forma, em especial, em “A distinção”, e que permitem pensar as múltiplas potencialidades do emprego de ferramentas do autor para a análise do mundo do trabalho.

Neste capítulo, abordamos como “A distinção” tem oferecido contribuições para a análise das relações de trabalho em termos gerais e, mais especificamente, para o desenvolvimento de estudos no campo da sociologia do trabalho no Brasil. Para tanto, o presente texto está estruturado em três partes fundamentais. Na primeira delas, tratamos da recepção da obra de Pierre Bourdieu no Brasil e do peso de “A distinção” no desenvolvimento de análises inspiradas pelo pensamento bourdieusiano em nosso país. Na sequência, expomos alguns dos principais conceitos e abordagens presentes no referido livro, considerando a sua relevância para o entendimento de fenômenos sociais no campo de estudos sobre trabalho. Por fim, versamos sobre contribuições da sociologia do trabalho brasileira inspiradas no legado bourdieusiano presente na aludida publicação e mencionamos a sua influência na formulação de questões que têm orientado as nossas pesquisas.

Os caminhos da entrada bourdieusiana no Brasil: a cultura e os estudos sobre camponeses

A compreensão da influência – passada ou presente – de “A distinção” sobre os estudos do trabalho no Brasil passa pelo entendimento de como se deu a recepção das obras do autor no país. A esse respeito, uma série de análises tem sido desenvolvida com o intuito de delinear caminhos e descaminhos percorridos no processo de consagração brasileira da obra de Bourdieu (Rocha, 2022; Campos e Szwako, 2020; Bortoluci, Jackson e Pinheiro Filho, 2015; Ortiz, 2013; Pinheiro, 2009). De modo geral, esses estudos apontam para as condições sociais da acolhida do pensamento bourdieusiano desde finais dos anos 1960 até os dias atuais, as quais implicaram o foco em uma variedade de temas e objetos de pesquisa – entre os quais, sobretudo na contemporaneidade, o campo das relações de trabalho assumiu um papel relativamente periférico.

O desenvolvimento das ideias de Bourdieu no Brasil ocorreu sob influência de uma série de mediadores, que promoveram o autor por meio da publicação de textos traduzidos e de estudos inspirados em seus conceitos. Nesse sentido, a introdução do pensamento bourdieusiano no país esteve relacionada tanto ao contexto científico quanto à ascensão acadêmica de seus intérpretes e ao resultado da continuidade de agendas e projetos desenvolvidos por grupos de pesquisa. A esse respeito, Bortoluci, Jackson e Pinheiro Filho (2015) observam o peso da institucionalização das ciências sociais no país para a recepção do autor e destacam, entre outros fatores, a importância do impulso propiciado pela *missão francesa*¹ na Universidade de São Paulo, que favoreceu tanto a acolhida de outros intelectuais franceses no Brasil quanto a ida de cientistas sociais brasileiros à França, onde se relacionariam com Bourdieu, entre outros autores, para, posteriormente, se tornarem seus mediadores no Brasil.

Segundo Rocha (2022), a difusão do pensamento bourdieusiano no país se iniciou por meio de duas vertentes principais: a primeira, vinculada a Sérgio Miceli, então professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, direcionada a uma agenda de consolidação nacional da sociologia da cultura; e a segunda, associada a Moacir Palmeira, no Museu Nacional do Rio

1. Nos referimos, aqui, à presença, a partir da primeira metade do século XX, de intelectuais franceses na Universidade de São Paulo, com o objetivo de consolidação da sociologia enquanto disciplina científica. Entre eles destacam-se Roger Bastide, Claude Lévi-Strauss e Fernand Braudel.

de Janeiro, que desenvolveu um programa de pesquisas² sobre populações camponesas a partir das reflexões de Pierre Bourdieu sobre a Argélia, com o emprego de ferramentas bourdieusianas para a análise da reconversão das classes sociais a partir do declínio da dominação tradicional em um ambiente rural. Se é possível afirmar que os esforços de pesquisadores do Museu Nacional no uso da problemática bourdieusiana resultaram em importantes análises sobre a realidade de trabalhadores rurais no Brasil³ tanto quanto “na conformação de um habitus científico” (Leite Lopes, 2013, p. 51), Rocha pondera que essa contribuição para a divulgação da obra bourdieusiana teve repercussão reduzida, em razão da “ausência de esforços editoriais comparáveis aos de Miceli” (Rocha, 2022, p. 38).

A despeito da importância da sociologia da cultura na consolidação do pensamento de Bourdieu no país⁴, este se desenvolveu a partir de uma multiplicidade temática crescente, relacionada à *consagração internacional do autor*, e que impulsionou tanto a tradução de seus livros quanto investigações promovidas por grupos e redes de pesquisa emergentes. Nesse contexto, a ampliação dos usos das reflexões do sociólogo francês ocorreu por meio de obras como “A reprodução”⁵, que estimulou a produção de análises sobre o tema da educação, assim como debates sobre um suposto caráter reprodutivista da teoria bourdieusiana (Catani, Catani e Pereira, 2001). “A distinção”, publicada no final dos anos 1970, surgiu, então, como obra central, por representar a síntese dos conceitos do autor sobre a prática social e, em especial, por buscar dar acabamento à formulação de uma teoria sobre classes sociais. Se, de um lado, esse estudo teve repercussão significativa sobre uma sociologia voltada à compreensão do gosto e das práticas culturais, de outro, se consolidou como referência ao entendimento da constituição dos mecanismos de produção e reprodução de desigualdades entre classes sociais, um tema caro à sociologia do trabalho.

Em análise sobre as citações nas revistas mais bem classificadas no campo das ciências sociais no Brasil, Campos e Szwako (2020) observam que Pierre Bourdieu tem se consolidado como o cientista social mais influente na área no século XXI. Dado o marcante alcance do pensamento do sociólogo

2. A esse respeito, destaca-se o projeto “Emprego e mudança social no Nordeste” (1975-1977), coordenado por Palmeira.

3. A este respeito, ver os trabalhos de Garcia Jr. (1989), Sigaud (1980), Leite Lopes (1976), entre outros.

4. A esse respeito, ver estudo de Fernandes (2017).

5. Bourdieu, P.; Passeron, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

francês, os autores também questionam uma suposta primazia de temas culturais no ingresso da sociologia bourdieusiana no país, por identificarem múltiplas apropriações de sua obra – com “A distinção” ocupando papel de destaque nesse cenário. Com efeito, em análise dirigida exclusivamente aos livros de Bourdieu, os autores constatam a prevalência da referida obra tanto em número de citações quanto em termos de frequência em artigos publicados em revistas científicas de expressão (Campos e Szwako, 2020, p. 9-11). Segundo o estudo, mesmo que o livro tenha sido traduzido para o português, no Brasil, apenas em 2007⁶, ele já representa cerca de 20% das citações de Bourdieu, sendo seguido pela coletânea “O poder simbólico” – traduzida dezoito anos antes – com índice um pouco inferior. Ainda nesse recorte, Campos e Szwako indicam que a publicação “As regras da arte” é apenas o quinto livro mais referenciado do sociólogo, com 7% das menções, o que põe em questão o argumento de que a sociologia da cultura seria a área mais importante para a assimilação da sociologia bourdieusiana no Brasil (Bortoluci, Jackson e Pinheiro Filho, 2015, p. 236).

“A distinção” e a caixa de ferramentas bourdieusiana nos estudos do trabalho

Em termos gerais, a despeito de parte significativa dos estudos derivados da sociologia de Pierre Bourdieu ter sido direcionada a matérias culturais, a temática do trabalho não deixou de ser central na obra do autor francês. De acordo com Quijoux (2021 e 2015), os postulados bourdieusianos foram marginalizados no campo de estudos do trabalho em razão de uma hegemonia marxista que relegava a segundo plano problemas relativos às formas de dominação simbólica e ao papel conferido a instituições na reprodução de desigualdades. Ainda segundo ele, contudo, as relações de trabalho tiveram papel de destaque no desenvolvimento do pensamento de Pierre Bourdieu desde as suas primeiras pesquisas, desenvolvidas na Argélia (1955-1960). Naquele período, Bourdieu se preocupava com o tema do trabalho a partir de dois aspectos fundamentais: de um lado, as atividades dos camponeses ainda não totalmente incorporados ao mundo capitalista, cujos modos de vida eram regidos pelos ciclos da natureza; e, de outro, a experiência dos camponeses desenraizados, transformados em subproletários em contex-

6. Ou seja, quase trinta anos após o seu lançamento, ocorrido em 1979.

tos urbanos. Tal abordagem permitiu que Bourdieu realizasse uma análise densa dos processos de desagregação dos arranjos econômicos tradicionais e das condições sociais específicas para a elaboração de disposições econômicas, o que implicou tratar dos efeitos de ordem objetiva e subjetiva sobre os modos como indivíduos e grupos sociais agiam no tempo presente e projetavam – ou não – o seu futuro, incluindo a concepção e realização da sua inserção no mundo do trabalho (Bourdieu, 2021).

Segundo Quijoux, conceitos tais como *habitus* e *campo*, desenvolvidos ao longo da obra de Bourdieu, não apenas permitiram a compreensão de condições objetivas e subjetivas das relações de trabalho, como também retiraram o foco das atividades produtivas para revelar uma diversidade de estruturas e práticas sociais relacionadas a processos de dominação. Com isso, ofereceram-se ferramentas para o entendimento do papel que instituições como a escola e a empresa exercem no condicionamento de condutas que implicam a “fabricação de trabalhadores”, a criação de identidades profissionais e a dinâmica das profissões. Nesse contexto, a noção de *habitus*, em especial, cumpre a função de permitir que se compreenda a matriz geradora de condutas práticas que orienta os agentes frente às mais diversas situações experimentadas em seu cotidiano. Nesse sentido, para Bourdieu, o *habitus* é definido da seguinte forma:

Produto da história, o *habitus* produz as práticas, individuais e coletivas, portanto, da história, conforme aos esquemas engendrados pela história; ele garante a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem, de forma mais segura que todas as regras formais e que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo (Bourdieu, 2009, p. 90).

Com essa ferramenta conceitual, portanto, Bourdieu se propõe a relacionar histórias individuais e coletivas por meio de processos de socialização e da decorrente constituição de esquemas de percepção, apreciação e ação estabelecidos como um sistema de predisposições durável e transponível.⁷

7. Por “sistema de (pré)disposições durável e transponível”, entende-se um sistema mental de inclinações a ver a realidade social de determinada forma, que podem se transformar ao longo das experiências, e que têm reflexos nas mais diferentes situações.

Relacionado tanto às socializações de um indivíduo nos meios familiar, escolar, religioso e político quanto àquelas decorrentes de sua trajetória ocupacional, esse sistema de disposições mentais – e, até mesmo, corpóreas⁸ – é sedimentado subjetivamente como uma matriz de reprodução e produção social. Nesse sentido, se o conceito de *habitus* refere-se à inculcação de disposições, ele também permite apreender as capacidades adaptativas e inventivas para improvisar de acordo com as circunstâncias. Significa considerar, sobretudo, a readaptação contínua das práticas sociais baseada em experiências individuais e coletivas, tais quais aquelas enraizadas no mundo do trabalho e suas contradições decorrentes.

As condições sócio-históricas nas quais os indivíduos estão inseridos – como as oportunidades e restrições econômicas associadas à posição de classe de sua família – também atuam como condicionantes da ação social. Bourdieu propõe em “A distinção” que as condições objetivas de existência – que estão relacionadas a dada posição de classe – se traduzem em condicionamentos subjetivos, isto é, em disposições à conduta expressa nos mais variados estilos de vida. Isso significa que, para os membros de uma dada classe social, existem orientações que induzem – não determinam, portanto – à constituição dos gostos musicais e preferências alimentares, alcançando até as inclinações políticas ou as disposições para o exercício de atividades profissionais.

Assim, na sociologia bourdieusiana, os modos como os indivíduos percebem e atuam referem-se a condições estruturais dadas – o que inclui grupos mais ou menos integrados e coerentes – que servem à orientação de práticas, crenças e valores associados às posições ocupadas. Nesse sentido, Bourdieu observa:

Estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas, o *habitus* também é estrutura estruturada: o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, a produto da incorporação da divisão em classes sociais (2007, p. 164).

8. Bourdieu desenvolve a noção de *hexis corporal* para tratar dos esquemas corpóreos de ação. Isso constitui uma das três dimensões do *habitus*, às quais se agregam o *eidos* – relativo aos esquemas cognitivos de percepção – e o *ethos* – que diz respeito aos esquemas éticos e estéticos de avaliação/apreciação.

A esse respeito, “A distinção” oferece uma perspectiva para a compreensão das dinâmicas dos grupos, em que se consideram os estilos de vida – concebidos de forma ampla, desde o consumo de bens culturais até as predisposições às práticas políticas, por exemplo. Segundo o autor:

[...] o *habitus*, enquanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente - ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes - [...] [sejam] sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos ou mutuamente convertíveis - e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida (Bourdieu, 2007, p. 162).

A pertença a um grupo e a semelhança das trajetórias sociais conduzem à relativa partilha de disposições sociais, da mesma forma que isso atribui um sentido às práticas. Sobre o tema, Quijoux (2021, p. 226-227) observa que, se o *habitus* oferece antecipações – ou espécies de hipóteses práticas – fundamentadas na experiência passada, a análise dos efeitos de socializações condicionadas por instituições deve considerar o papel fundamental exercido pelas empresas e instituições escolares. Segundo ele, a análise bourdieusiana propõe que as instituições “possuem uma história específica constitutiva de uma socialização” atuando na conformação de *habitus* específicos e permitindo que se conceba a constituição de certos tipos de *habitus professional*. Nesse sentido, à exceção de conversões repentinas, esse sistema particular de disposições vinculado ao mundo do trabalho é elaborado entre a socialização primária, que se inicia na infância – ou até mesmo antes, em razão dos desejos do pai e/ou da mãe –, e as posições ocupadas institucionalmente por indivíduos ao longo de suas trajetórias. Para Quijoux (2022, p. 227), portanto, “o *habitus* do trabalho é, assim, questão de um encontro osmótico entre disposição e posição, de um efeito de espelho social entre indivíduo e instituição”.

Na teoria bourdieusiana, o conceito de *campo* também se apresenta enquanto ferramenta útil à compreensão das disputas laborais, na medida em que permite compreender o trabalho como um espaço de lutas particular, para além das contradições de caráter produtivo. Se para Bourdieu o campo

corresponde a um microcosmo social que conforma lógicas próprias de funcionamento, o conceito de *campo do trabalho* talvez possa ser considerado enquanto estratégia teórico-metodológica que permite uma taxonomia dos conflitos de ordem simbólica. Segundo Quijoux (2021, p. 232):

[...] o mundo do trabalho em Bourdieu não é apenas a extensão de um *habitus* e de uma condição de classe e, em efeito, de reprodução social: como campo, ele é um espaço dinâmico no qual diferentes agentes – principalmente sindicatos e empregadores – se opõem e tentam impor suas definições sobre ‘[...] os nomes das profissões ou dos postos de trabalho [...], assim como sobre os títulos escolares, as armas e os espaços de luta e de negociação’ (Bourdieu, 1989, p. 174).⁹

Com isso, o autor observa que, para Bourdieu, aquilo que muitas vezes se denomina como *política de uma empresa* na verdade corresponderia ao *campo da empresa*, a dizer,

menos o resultado de escolhas pessoais ou de trocas coletivas do que o resultado de uma luta desigual entre agentes, com trajetórias e *habitus* diferenciados, que tentam, de todas as formas – principalmente por meio do seu capital escolar e simbólico – impor sua visão sobre a condução da empresa (Quijoux, 2021, p. 233).

Com o exemplo da empresa, observa-se o espaço social a partir de sua multidimensionalidade, em que as posições sociais são sustentadas a partir da distribuição desigual de propriedades materiais e/ou simbólicas entre indivíduos e grupos – o que lhes confere poder nas relações com os outros. Tais propriedades são consideradas a partir de distintas formas de capital, tais como o econômico (relativo aos recursos financeiros, monetários, fundiários etc.), o cultural (vinculado a saberes incorporados, certificações escolares, práticas culturais etc.), o social (que corresponde à rede de relações familiares, de amizade, profissionais etc.) e o simbólico (que, apesar de ter um sentido mais amplo, pode ser entendido como a percepção e a avaliação

9. Bourdieu, Pierre (1989). *La noblesse d'Etat*. Paris: Minuit.

das outras pessoas sobre os agentes sociais e seus capitais, como uma espécie de “crédito” fornecido em função da sua posição social).

Com isso, uma posição social deve ser analisada, de um lado, por um recorte sincrônico de determinada estrutura social, ou seja, examinando-se o volume e a composição dos capitais possuídos, e, de outro lado, mediante um recorte diacrônico, que considera cada posição ocupada pelos agentes diante de sua trajetória social (Bourdieu, 2005, p. 134-161). Para Bourdieu, isso implica a interpretação de que:

A posição social de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa (‘superior’, ‘média’ ou ‘inferior’) numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória que um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do *trajeto social*. Logo, sob pena de deixar escapar tudo que define concretamente a experiência da posição como etapa de uma ascensão ou de um descenso, como promoção ou regressão, é necessário caracterizar cada ponto pela diferencial da função que exprime a curva, isto é, por toda a curva. (Bourdieu, 2004, p. 8, grifos do autor).

Desse modo, a compreensão do *sentido da trajetória* de cada indivíduo ou grupo tanto quanto a sua avaliação acerca da possibilidade de mantê-la ou de alterá-la redundam em modos específicos de conceber estratégias para o presente e projetos para o futuro. O uso da abordagem das trajetórias na perspectiva bourdieusianas e constitui, então, pela necessidade de se observar a relação entre as condições estruturais e a dinâmica das práticas sociais, para além de interpretações centradas exclusivamente na racionalidade econômica – como se os indivíduos detivessem as mesmas capacidades de julgamento. Em “A distinção”, ao analisar a correlação entre as condições sociais relativas à posição ocupada e a probabilidade de que certos percursos sociais sejam percorridos, o autor observa:

A determinado volume de capital herdado corresponde um feixe de trajetórias praticamente equiprováveis que levam a posições praticamente equivalentes – trata-se do campo dos possíveis oferecido objetivamente a determinado agente; e a passagem de uma trajetória para

outra depende, muitas vezes, de acontecimentos coletivos (guerras, crises etc.) ou individuais (encontros, ligações amorosas, privilégios etc.) descritos, comumente, como acasos (felizes ou infelizes), apesar de dependerem, por sua vez, estatisticamente, da posição e das disposições daqueles que vivenciam tais eventos – por exemplo, o senso das relações por meio do qual os detentores de um elevado capital social têm a possibilidade de conservar ou aumentar esse capital [...] (Bourdieu, 2007, p. 104).

A relação direta entre trajetória e *habitus*, que já havia sido discutida pelo sociólogo francês em outras obras¹⁰, ganha uma outra dimensão em “A distinção” devido à introdução da ideia de “efeito de trajetória”, segundo a qual agentes dotados das mesmas propriedades e que ocupam a mesma posição social podem ter trajetórias diferentes da *trajetória modal* – ou a trajetória provável – do seu grupo de origem. Segundo Bourdieu, isso teria efeitos decisivos sobre as “disposições e as opiniões pela experiência da ascensão social ou do declínio – nesta lógica, a posição de origem é a apenas o ponto de partida de uma trajetória, a referência em relação à qual define-se o sentido da carreira social” (Bourdieu, 2007, p. 105). Nesse sentido, na obra, abre-se uma perspectiva importante para estudos sobre as relações de trabalho no que tange à compreensão das trajetórias ocupacionais.

A ocupação de um posto de trabalho diz respeito a um percurso social particular que corresponde a uma mobilidade social particular e implica efeitos sobre os modos pelos quais trabalhadores percebem e julgam o seu trabalho – seja o tipo de vínculo, o empregador, os colegas, o sindicato, a remuneração recebida ou as condições para o exercício de suas atividades. A análise dos efeitos das diferentes trajetórias sociais, portanto, ganha relevância no pensamento bourdieusiano, tendo em vista o objetivo de se compreender não apenas a probabilidade de que uma ação social ocorra, como efeito da incorporação simbólica nas disposições, mas, também, aqueles casos que fogem à regra ou as opiniões divergentes em meio a um grupo – ou, no mesmo sentido, a heterogeneidade dos grupos em meio a condições sociais semelhantes, também definidos como *frações de classe*. Tal abordagem permite observar a diversidade de obstáculos objetivos à mobilidade social ascendente no mercado de trabalho, sem ignorar a constituição de disposições sociais particulares, o que amplia a compreensão sobre desi-

10. Em especial, em Bourdieu, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas/SP: Papirus, 1996.

gualdades tais como aquelas relacionadas ao acesso à proteção social por meio do trabalho. Principalmente, evita as armadilhas de uma percepção distorcida da desigualdade, considerada como contingencial, resultado de um acidente meritocrático.

Como recém observamos, portanto, a sociologia bourdieusiana oferece uma complexificação da interpretação social sobre a pluralidade de práticas sociais – entre elas, as desenvolvidas no trabalho – a partir de ferramentas como os conceitos de *habitus*, capitais e trajetória. Em “A distinção”, tais práticas são problematizadas a partir da análise dos estilos de vida – compreendidos como conjuntos sistemáticos de preferências – estruturalmente condicionados por classes sociais. É a partir dessa inferência, fundamentada em reflexões empíricas e teóricas, que Bourdieu renova o debate sobre o conceito de classe ao questionar o entendimento materialista sobre a sua constituição. Segundo ele:

A classe não é definida por uma propriedade (mesmo que se tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma soma de propriedades (sexo, idade, origem social ou étnica – por exemplo, parcela de brancos e de negros, de indígenas e de imigrantes etc., remunerações, nível de instrução etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades, todas elas ordenadas a partir de uma propriedade fundamental – a posição nas relações de produção -, em uma relação de causa e efeito, de condicionante e condicionado, mas pela estrutura das relações entre todas a propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas (Bourdieu, 2007, p. 101).

Com isso, portanto, Bourdieu se recusa a compreender o espaço social de forma unidimensional – a partir de critérios de classificação econômicos, por exemplo – e objetivista – em que se ignoraria tanto o peso das subjetividades e das lutas simbólicas na conformação de grupos e das dinâmicas sociais, como se aceitaria que imposições estruturais conformariam classes sociais “concretas” relativamente homogêneas e “organizadas”. Para ele, as classes são construções teóricas que identificam condições da experiência social e as probabilidades de ação. É neste sentido que é possível conceber uma “condição artística” no campo da arte, uma “condição jornalística” no campo do jornalismo, ou uma “condição operária” no campo produtivo. A

respeito da última, Beaudé Pialoux (2009), a partir de estudo sobre o caso dos trabalhadores da empresa francesa Peugeot, elaboraram uma análise de inspiração bourdieusiana referencial sobre a alteração das condições da experiência operária em um ambiente de transformações produtivas que implicaram a subsequente conformação de frações de classe e disputas simbólicas entre operários de diferentes gerações no interior da fábrica. Entre as lições bourdieusianas de “A distinção”, que permeiam o estudo, está a asserção de que a heterogeneidade de condições e trajetórias sociais, que podem ocorrer até mesmo no interior de uma mesma classe, resultam em *habitus* particulares.

A realidade do trabalho recente no Brasil sob o prisma da sociologia bourdieusiana

Se pudemos observar, até aqui, a profunda relação entre os postulados bourdieusianos e as problematizações no campo das relações de trabalho – em que “A distinção” assume papel relevante na sistematização de conceitos chave –, também apontamos a importância das apropriações de sua obra em outros campos de estudo. Sobre os principais mediadores brasileiros contemporâneos de Pierre Bourdieu, Campos e Szewako (2020, p. 19) observam que entre os intelectuais brasileiros vivos e academicamente ativos mais citados de forma vinculada ao sociólogo francês estão Sérgio Miceli e Renato Ortiz, no campo da sociologia da cultura, Luis Felipe Miguel, com atuação na área da ciência política, e Jessé de Souza, com uma sociologia direcionada à compreensão da invisibilidade da produção de desigualdades sociais no Brasil, à análise da reprodução de formas precárias de cidadania (Souza, 2003), bem como à temática das desigualdades em meio a relações de classe e de trabalho (Souza, 2010 e 2009).

Nessa perspectiva, Souza (2010 e 2009) buscou compreender a dinâmica da estrutura social brasileira e a subsequente reprodução de desigualdades, ao destacar as condições sociais que influenciam na conformação da subjetividade de indivíduos pertencentes a distintas frações de classe. Nessas análises, o autor e uma equipe de pesquisadores constataram particularidades da estrutura social brasileira no começo do século XXI, tendo identificado duas frações fundamentais da classe trabalhadora no país, que Jessé denominou *batalhadores* e *ralé*. O primeiro grupo corresponde a trabalhadores que vivenciaram o ingresso no ensino superior por intermédio de políticas

públicas e, a partir disso, desenvolveram lógicas de pensamento prospectivo e progresso econômico, sem que o acesso a empregos formais significasse, contudo, o abandono da experiência da precariedade. Já o segundo grupo, da *ralé*, diz respeito a um estrato inferior da classe trabalhadora, um resultado do processo de modernização brasileira que representa uma fração de classe significativamente desprovida de capital econômico e cultural e, sobretudo, de precondições mínimas para a sua aquisição. Este grupo convive, em grande medida, com a experiência de situações instáveis e irregulares de trabalho. Assim, os estudos em questão permitem observar a constituição de um “habitus precário” (Souza, 2006, p. 167), produzido em processos de sociabilização ocorridos em contextos de ampla escassez material e simbólica.

É possível afirmar que as reflexões de Souza e sua equipe constituíram-se como referências ao estudo sociológico das relações de trabalho contemporâneas no Brasil, por reverberarem problemáticas bourdieusianas que em certa medida deram continuidade às análises empreendidas pelos pesquisadores oriundos do Museu Nacional. Atualmente, a abordagem do trabalho sob o prisma dos conceitos do sociólogo francês no país tem se desenvolvido a partir de uma implementação difusa, presente sobretudo em termos de estratégias teórico-metodológicas presentes em pesquisas que buscam superar a dicotomia objetivista/subjetivista na análise das práticas sociais no âmbito do trabalho. Além disso, a crescente superação do entendimento de que os postulados bourdieusianos estariam vinculados principalmente aos estudos da cultura tem contribuído, cada vez mais, para o desenvolvimento de um campo fértil às pesquisas voltadas à compreensão dos múltiplos fenômenos contemporâneos relativos às formas de trabalho instáveis, desprotegidas e, principalmente, resultantes da produção e reprodução de relações sociais desiguais.

Seguindo esse ponto de vista, nossas pesquisas foram inspiradas por um corpo teórico e empírico desenvolvido nas obras de Bourdieu desde os estudos sobre a Argélia, o qual convergiu para as formulações presentes em “A distinção” e, posteriormente, para a elaboração da tese da “dupla verdade do trabalho” (Bourdieu, 1996), que aborda o trabalho como exploração econômica e como experiência cotidiana e identitária. Dessa forma, se a “primeira verdade do trabalho” se localiza na dimensão objetiva e econômica, a “segunda verdade” corresponde à experiência subjetiva da situação de trabalho. Foi justamente a possibilidade de articular essas duas dimensões que nos aproximou da obra de Bourdieu, inicialmente com o interesse de analisar o trabalho dos sindicalistas sob uma perspectiva que interrogasse a

relação entre as transformações do movimento sindical a partir da dinâmica do mundo do trabalho. Em especial, o interesse residia na compreensão das trajetórias dos sindicalistas que ocupavam espaços de legitimidade política em um campo de forças em contínua transformação. Afinal, se as estruturas econômicas de ajustavam continuamente à lógica capitalista, alterando não apenas o ambiente das empresas, mas também o perfil dos trabalhadores, quais seriam as contradições, os dilemas e os conflitos experimentados no interior dos sindicatos? O que permitiria a ascensão de lideranças a posições de destaque em espaços sindicais nacionais e/ou internacionais? Dito de outro modo, tratava-se de compreender como as disposições individuais – constituídas em função das origens e trajetórias sociais específicas – encontram as condições para a sua realização em determinadas conjunturas econômicas, sociais e políticas, por meio da reconstituição e entrelaçamento de um feito de histórias individuais, coletivas e institucionais.

Em pesquisas anteriores¹¹ empreendemos reflexões que derivaram do “pacote de ferramentas” bourdieusiano para a compreensão do contexto das relações de trabalho no Brasil e, em especial, do movimento sindical no país. Sobretudo, ao nos debruçarmos sobre a análise de setores como da metalurgia, das telecomunicações e da construção, entendemos que o trabalho sindical, como toda atividade associada ao campo político, constitui uma ação instável que requer daqueles que ocupam posições de liderança a legitimidade que advém da mobilização de capitais simbólicos variados – tais como o político, o social e o escolar – associados a um *habitus* político/militante específico, bem como ao aprendizado de um conjunto de regras de funcionamento desse ambiente. Ao mesmo tempo, destacamos que os símbolos valorizados para a ocupação de tais posições se alteraram em razão de transformações na configuração das estruturas sociais, o que exigiu a redefinição das formas de atuação de lideranças sindicais. Como consequência desse processo, observou-se tanto a ascensão de novos militantes e grupos a posições de destaque em organizações sindicais nacionais e internacionais quanto a exclusão dos que se mostraram incapazes de se adaptar àquilo que Bourdieu denominaria “novas regras do jogo”.

Tais reflexões desaguaram, atualmente, em duas pesquisas que partilhamos, concebidas a partir do diálogo com a obra de Bourdieu e, em especial, com as reflexões oriundas de “A distinção”. A primeira delas, intitulada “Entre a escola e o trabalho: comportamentos políticos de jovens trabalhadores em situação

11. Ver Tomizaki e Rombaldi (2009); Rombaldi e Tomizaki (2017).

de precariedade”¹² tem como foco a análise das homologias entre as posições sociais e os comportamentos políticos de jovens trabalhadores. O seu objetivo principal é discutir os processos de formação dos comportamentos políticos de jovens trabalhadores, pertencentes a uma geração que se beneficiou da ampliação do acesso à escola no Brasil, sobretudo no final do século XX e início do XXI, mas que não logrou constituir trajetórias profissionais estáveis, vivenciando uma inserção no mercado de trabalho marcada por diferentes níveis de precarização, a dizer, desemprego, trabalho informal, baixos salários, contratos temporários, condições adversas de trabalho, etc. A segunda pesquisa é denominada “Desigualdade e relações de trabalho no Brasil: trajetórias sociais e precariedade na região Nordeste do país”¹³ e busca compreender a relação entre condicionamentos de classe – e de frações de classe – e trajetórias para a constituição de disposições sociais para o trabalho. Na proposta, em termos gerais, visamos à compreensão dos mecanismos materiais e simbólicos de reprodução de desigualdades por meio das relações de trabalho no Brasil, a partir da análise de trajetórias sociais que experimentam precariedade em um contexto de informalidade em diferentes segmentos econômicos da região Nordeste. Em ambas as propostas pretende-se identificar em que medida a frustração das expectativas em termos de mobilidades sociais positivas ou negativas, fomentadas em meio à constituição de disposições sociais particulares, tem implicações sociais, a exemplo das de caráter político.

Considerações finais: potencialidades das problematizações bourdieusianas para a sociologia do trabalho brasileira

A forma como a sociologia de Pierre Bourdieu entrou e se desenvolveu no Brasil esteve relacionada aos interesses acadêmicos de seus mediadores. A despeito de as relações de trabalho terem sido abordadas com frequência nas pesquisas do sociólogo francês, o trabalho, enquanto objeto de estudo, não foi o foco de interesse predominante entre os seus principais intérpretes no país. As problematizações bourdieusianas direcionadas a essa temática têm ganhado força para além dos estudos desenvolvidos pelos primeiros intérpretes provenientes do Museu Nacional. Para tanto, foi necessário que ocorresse uma ampliação

12. Projeto de Pesquisa, chamada CNPq/MCTI nº 18/2021 - processo CNPq: 407664/2021-1.

13. Projeto de Pesquisa, chamada CNPq/MCTI Bolsa de Produtividade em Pesquisa nº 04/2021 – processo:311646/2022-0.

dos temas abordados pela sociologia bourdieusiana brasileira, a partir da consagração internacional do autor, da tradução de seus textos para o português e da institucionalização das ciências sociais no país – o que permitiu que novos grupos de pesquisa inspirados por Bourdieu desenvolvessem investigações que extrapolassem os temas abordados pelos seus primeiros mediadores.

Nesse sentido, observou-se que “A distinção”, apesar de sua tardia tradução no Brasil, tem se consagrado no campo das ciências sociais brasileiras enquanto obra bourdieusiana referencial, tendo sido utilizada para a análise de múltiplos temas e objetos de pesquisa. Para a sociologia do trabalho, a obra se mostra especialmente relevante por sistematizar conceitos e abordagens que permitem a reflexão sobre uma série de fenômenos relativos ao mundo do trabalho, a exemplo da formação das classes sociais e das disposições associadas ao engajamento de trabalhadores em atividades precárias ou no campo político. Além disso, possibilita lançar luz sobre temas caros à realidade brasileira – como a reprodução de desigualdades em meio às relações de trabalho – e desvelar a manutenção de padrões de precarização e contradições particulares ao capitalismo nacional.

No Brasil, se as problematizações bourdieusianas sobre o trabalho já estão presentes, elas também se constituem enquanto potencialidades a serem exploradas diante das dinâmicas decorrentes do contexto político-econômico recente. Em especial, chamam atenção as implicações das transformações no padrão de desregulação das relações de trabalho expressas na Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/17), implementada em novembro de 2017 e a intensificação da plataformização do trabalho e a convergência entre crises econômica, política e sanitária. Nesse contexto, evidencia-se a relevância dos problemas de pesquisa e das estratégias teórico-metodológicas inspirados nas reflexões de Pierre Bourdieu para o debate científico sobre a dinâmica centro-periferia do capitalismo e a sua relação com a conformação de trajetórias e disposições sociais. Nesse panorama, portanto, estudiosos do trabalho no país estão desafiados a compreender fenômenos sociais diversos, tais como as experiências de trabalho formal ou informal e a sua intersecção; a conformação de trajetórias laborais instáveis; as disputas simbólicas em torno da questão do empreendedorismo; as inserções laborais a partir dos fluxos migratórios no interior do país; a redefinição da relação entre trabalho e outras esferas da vida social (como família, educação, moradia, religião e lazer); os processos de industrialização e de desindustrialização nacionais ou regionais; bem como as possíveis relações entre as formas reconfiguradas do trabalho, os conflitos decorrentes e a organização coletiva de trabalhadores.

Referências

- Beaud, S.; Pialoux, M. (2009). *Retorno à condição operária. Investigação em fábricas da Peugeot na França*. São Paulo: Boitempo.
- Bourdieu, P. (1996). La double vérité du travail. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, sep., v. 114., p. 89-90.
- _____. (2004). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (2005). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.
- _____. (2009). *O senso prático*. Petrópolis (RJ): Vozes.
- _____. (2021). *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*, 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Bortoluci, J. H.; Jackson, L. C.; Pinheiro Filho, F. A. (2015). Contemporâneo clássico: a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, n. 94, p. 217-254.
- Campos, L. A.; Szwako, J. (2020). Biblioteca bourdieusiana ou como as ciências sociais brasileiras vêm se apropriando de Pierre Bourdieu (1999-2018). *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais [S. l.]*, n. 91, p. 1-25.
- Catani, A.; Catani, D. B.; Pereira, G. R. M. (2001). As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, através de periódicos da área. *Revista Brasileira de Educação*, maio/ago., n. 17, p. 63-85.
- Fernandes, D. C. (2017). Sociologia da cultura no Brasil: uma interpretação. In: Miceli, Sérgio; Martins, Carlos Benedito (Orgs.). *Sociologia Brasileira Hoje*, 1ª ed., v. 1, p. 99-140. Cotia: Ateliê Editorial.
- Garcia Jr., A. R. (1989). O Sul, caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. *Coleção Pensamento Antropológico*. Brasília – DF: Editora Unb/MCT/ CNPq.
- Klüger, E. (2021). Apresentação. In: Bourdieu, P. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*, 2ª ed. São Paulo: Perspectiva.

Leite Lopes, J. S. (1976). *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2013). Touraine e Bourdieu nas ciências sociais brasileiras: duas recepções diferenciadas. *Sociologia & Antropologia*, v. 3, n. 5.

Ortiz, R. (2013). Nota sobre a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. *Sociologia & Antropologia*, v. 3, n. 5, p. 81-90.

Pinheiro Filho, F. A. (2009). The renovation: aspects of Pierre Bourdieu's reception in Brazil. *Sociológica*, n. 1.

Quijoux, M. (2015). *Bourdieu et le travail*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

_____. (2021). Reprodução, habitus, campo: como Bourdieu pensa o trabalho? *Revista de Ciências Sociais Política e Trabalho*, n. 1(54), 220–236.

Rocha, Maria Eduarda da Mota (2022). Uma travessia transatlântica: a primeira geração de mediadores e mediadoras da obra de Bourdieu no Brasil. *Tempo Social* [On-line], v. 34, n. 01.

Rombaldi, M.; Tomizaki, K. (2017). Ultrapassando fronteiras: trajetórias de ascensão de militantes brasileiros no sindicalismo transnacional. *Sociologias*, UFRGS, v. 19, p. 24-50.

Sigaud, L. (1980). *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Souza, J. (2006). *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Rio de Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte: UFMG.

_____. (2009). *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

_____. (Org.). (2010). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Humanitas.

Tomizaki, K.; Rombaldi, M. (2009). Construindo a legitimidade: reflexões sobre as transformações das práticas de militância no movimento sindical. *Pró-Posições*, Unicamp, Campinas, SP, v. 20, p. 93-112.

IV
NOVAS CONFIGURAÇÕES LABORAIS
E SOCIETAIS

29. O PARADIGMA INFORMACIONAL DE CASTELLS E SUAS REPERCUSSÕES NOS ESTUDOS DO TRABALHO NO BRASIL

ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA

Introdução

Manuel Castells Oliván nasceu na região autônoma de Castilla-La Mancha, na Espanha, em 1942, tendo iniciado seus estudos universitários em Barcelona. Nesse período, se envolveu na militância política de oposição ao regime militar franquista. Em 1962, diante do aperto da repressão, refugiou-se na França. Em 1964, graduou-se em Direito Público e Economia Política, na Universidade de Paris (Sorbonne). No mesmo ano que concluiu o doutorado em Sociologia, em 1967, foi nomeado professor na Universidade de Paris (Nanterre), onde permaneceu até 1969. Durante esse período esteve próximo e recebeu grande influência de Alain Touraine (Anttiroiko, 2015). De 1970 a 1979, sob a mediação de Touraine, passou a atuar na École des Hautes Études en Sciences Sociales. De 1979 a 2003, foi professor de sociologia e Planejamento Urbano e Regional na Universidade da Califórnia, Berkeley. Foi ainda Catedrático de Sociologia na Universitat Oberta da Catalunya, Barcelona, de 2001 a 2019. Em 2003, foi nomeado professor de Comunicação e, a partir de 2009, assumiu o posto de professor de Tecnologia da Comunicação e Sociedade da Universidade do Sul da Califórnia.¹

Atuou, ainda, como professor visitante em universidades dos EUA, assim como da Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda, Dinamarca, Suíça, China, Hong Kong, Taiwan, Rússia, Japão, Singapura, África do Sul, Porto

1. Estas informações foram retiradas de “Professor Manuel Castells - Curriculum Vitae and Bibliography”, 2022, publicado no *site* da Annenberg School for Communication & Journalism University of Southern California, disponível em <<https://annenberg.usc.edu/faculty/manuel-castells>>. Acesso em jan. 2023.

Rico, Bolívia, México, Venezuela, Brasil e Chile. Ganhou prêmios e títulos de *Doctor Honoris Causa* de dezenas de universidades das diversas regiões do mundo. Assessorou órgãos das Nações Unidas e da Comissão Europeia, além de órgãos governamentais de vários países, particularmente no tema da Tecnologia da Informação e Comunicação. Foi Ministro das universidades do governo espanhol, entre 2020 e 2021.

Ao longo de sua carreira, publicou mais de duas dezenas de livros, além de capítulos de livros e artigos em revistas científicas, com traduções para diversas línguas, sobre temas como: sociologia urbana, economia política, economia informal, desenvolvimento regional, Internet e sociedade, globalização e comunicação, paradigma da informação e sociedade em rede, movimentos sociais, crise da democracia, entre outros. Apenas no que se refere aos livros nos quais consta como único autor, ou autor principal, segue no quadro as indicações principais:

Quadro 1. Livros de Manuel Castells

Título	Ano	Traduções
<i>Rupture. The crisis of liberal democracy.</i> Cambridge, Polity Press.	2019	Espanhol e português
<i>Another economy is possible. Economy and culture in a time of crisis.</i> Cambridge, Polity Press. (autor principal).	2017	Espanhol e português
<i>De la crisis economica a la crisis política. Una mirada critica.</i> Barcelona: Libros de Vanguardia.	2016	
2 nd Ed.: <i>Networks of outrage and hope: social movements in the Internet age.</i> Cambridge: Polity Press.	2015	
<i>Networks of outrage and hope: social movements in the Internet age,</i> Cambridge: Polity Press.	2012	Espanhol, italiano, catalão, português, polonês, coreano, turco e árabe
<i>Communication power.</i> Oxford: Oxford University Press.	2009	Italiano, espanhol, catalão, português, polonês, chinês, francês, românico, croata e russo.
<i>Mobile communication and society: a global perspective.</i> Cambridge, Massachussets: The MIT Press.	2006	Espanhol, italiano, português e coreano.
<i>Globalización, desarrollo y democracia: Chile en el contexto mundial.</i> Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica.	2005	
<i>The Internet galaxy. reflections on the Internet, business, and society.</i> Oxford: Oxford University Press.	2001	Espanhol, francês, catalão, italiano, alemão, russo, sueco, coreano, português, ucraniano, húngaro, polonês, holandês, dinamarquês, chinês e japonês.

Continua

Quadro 1. (Continuação)

Titulo	Ano	Traduções
<i>The information age: economy, society, and culture</i> . 1996-1998, 2000-2004 ed. Oxford, England, and Cambridge; Massachusetts: Blackwell Publishers. Volume I: <i>The rise of the network society</i> (1996, 2 nd ed. 2000). Volume II: <i>The power of identity</i> (1997, 2 nd ed. 2004). Volume III: <i>End of millennium</i> (1998, 2 nd ed. 2000)	1996-2004	Espanhol, catalão, francês, chinês, português, russo, sueco, coreano, alemão, italiano, parses, turco, croata, búlgaro, lituano, dinamarquês, macedônio e polonês.
<i>Global economy, information society, cities, and regions</i> . Tokyo: Aoki Shoten	1999	Publicado somente em japonês
<i>The Shek Kip Mei Syndrome: economic development and public housing in Hong Kong and Singapore</i> . London: Pion.	1990	
<i>The informational city. information technology, economic restructuring and the urban-regional process</i> . Oxford, England; Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers.	1989	Espanhol, chinês e coreano.
<i>Nuevas tecnologías, economía y sociedad en Espana</i> . 2 vols. Madrid: Alianza Editorial.	1986	
<i>The city and the grassroots. A cross-cultural theory of urban social movements</i> . Berkeley: University of California Press; London: Edward Arnold. (ganhador do prêmio "C. Wright Mills").	1983	Espanhol e coreano (parcialmente)
<i>Capital multinacional, estados nacionales y comunidades locales</i> . Mexico: Siglo XXI	1982	
<i>Crisis urbana y cambio social</i> . Madrid-Mexico: Siglo XXI.	1981	
<i>The economic crisis and american society</i> . Princeton, NJ: Princeton University Press; Oxford: Basil Blackwell Publishers. (Also published in French (Presses Universitaires de France).	1980	Espanhol e chinês
<i>City, class, and power</i> . London: Mac Millan; New York: St Martin's Press.	1978	Japonês
<i>Crise du logement et mouvements sociaux urbains. Enquete sur la région parisienne</i> . Paris: Mouton.	1978	Italiano (parcialmente)
<i>Sociologie de l'espace industriel</i> . Paris: Anthropos.	1975	Espanhol
<i>Monopolville. L'entreprise, l'état, l'urbain</i> . Paris: Mouton.	1974	
<i>La question urbaine</i> . Paris: Francois Maspero. Revised edition, 1980; Paris: La Decouverte.	1972	Inglês, espanhol, italiano, alemão, português, grego, polonês e japonês.
<i>Problemas de investigacion en sociologia urbana</i> . Madrid-Mexico: Siglo XXI.	1971	Português

Fonte: USCAnnenbergFaculty (2023)²

2. Cf. <<https://annenberg.usc.edu/faculty/manuel-castells>>. Acesso em 15 jan. 2023.

Dos 24 títulos acima enumerados, nove foram traduzidos para o português, aí incluídos os de maior repercussão mundial, como a trilogia “The information age...”, além das obras “The Internet galaxy...”, “Communication power” e “La question urbaine...”.

Castells ganhou projeção internacional como sociólogo urbano nos anos 1970, especialmente quando publicou “La question urbaine...”, ocasião em que, com uma abordagem que combinava uma perspectiva marxista, uma referência na sociologia urbana e uma ênfase no tema dos movimentos sociais, articulando influências empirista americana, teórica francesa e ativista política espanhola, formulou uma concepção de cidade como arena de consumo coletivo. Ao final da década, foi se afastando do referencial marxista. Sua transferência para UC Berkeley coincide com uma inflexão teórica e temática na sua carreira, quando processa uma migração para uma abordagem centrada nas conexões entre os temas da tecnologia da informação, da economia, da sociedade e da cidade. Daí resultaram publicações como “The city and the grassroots” e, anos depois, “The informational city”, nos anos 1980, culminando, na segunda metade da década seguinte, com a trilogia “The information age...”, momento em Castells foi alçado à condição de um dos sociólogos mais lidos do mundo. Com sua inserção na Escola de Comunicação e Jornalismo da Universidade do Sul da Califórnia, a partir de 2003, passou a focar no tema da comunicação (mídia, poder e redes) em um contexto de transformações sociais, em conexão com o que vinha produzindo antes, quando publica “Communication Power”, em 2009 (Anttiroiko, 2015).

Este capítulo se detém mais especificamente sobre o Volume I de “The information age...”, intitulado “The rise of the network society”, publicado em 1996. Trata mais especificamente de sua repercussão no Brasil, sobretudo na área dos estudos do trabalho. O Volume I foi publicado pela primeira vez no país, em 1999, pela Editora Paz e Terra, sob o título “A sociedade em rede”, com prefácio de Fernando Henrique Cardoso, enquanto a trilogia foi denominada “A era da informação: economia, sociedade e cultura”. Utilizamos como referência a 9ª edição, publicada em 2006, em uma versão que incorpora importantes mudanças realizadas no original em 2000. Como observou o autor, tais mudanças não alteraram o argumento central da primeira versão, tendo, contudo, precisado melhor as ideias ali apresentadas e incorporado elementos da crítica gerada a partir do amplo debate internacional que suscitou. Castells (2006, em “Agradecimentos 2000”) cita dezenas de resenhadores do mais alto reconhecimento internacional, tais como:

Michael Burawoy, Anthony Giddens, Alain Touraine, Peter Hall, Zygmunt Bauman, Charles Tilly, entre outros.³

Este texto está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução e as considerações finais. A segunda parte se dedica a apresentar uma síntese geral do Volume I, seguindo a disposição dos seus capítulos. Na seguinte, indicamos alguns pontos de problematização das ideias formuladas pelo autor. Na terceira, fornecemos um quadro panorâmico sobre as repercussões da obra de Castells nas ciências humanas no Brasil, com foco nos estudos sobre trabalho.

Ideias centrais de “A sociedade em rede”

O referido volume, no “Prólogo”, apresenta de modo introdutório a ideia central do livro, qual seja a de que os processos de transformação tecnológica captados naquele momento pelo autor inauguram uma nova era. Tratava-se de uma “revolução tecnológica” concentrada nas tecnologias da informação e associada a um contexto de crescente interdependência global entre as economias, e inéditas relações entre economia, Estado e sociedade. A “era da informação”, que nomeou como “informacionalismo”, operava uma profunda remodelação da base material da sociedade e de todo o contexto social e cultural. O informacionalismo deveria ser concebido, segundo o autor, como um novo “modo de desenvolvimento”, moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção. Para Castells (2006, p. 57), “todas as sociedades são afetadas pelo capitalismo e informacionalismo, e muitas delas (certamente todas as sociedades importantes) já são informacionais, embora de tipos diferentes, em diferentes cenários e com expressões culturais/institucionais específicas”.

Alteram-se, portanto, os procedimentos por meio dos quais o trabalho é realizado, cuja fonte de produtividade passa a ser as tecnologias de geração de conhecimentos e de processamento de informações e comunicação. Nessa configuração se produz um distanciamento crescente entre a “rede” e o “ser”, entre as novas tecnologias da informação, que estão na base da integração do mundo em redes globais de instrumentalidade, e as comunidades virtuais, fundadas em identidades primárias, fragmentadas e parti-

3. O livro se encontra atualmente na sua 24ª edição.

cularistas (as quais teriam adquirido, a partir dos anos 1990, papel decisivo na definição da política).

Além do prólogo, o Volume I está dividido em sete capítulos. O primeiro, “A revolução da tecnologia da informação”, posiciona a “revolução informacional” como um evento de mesma estatura histórica da revolução industrial, quando a informação e o conhecimento, que embora tenham tido papel relevante a partir da primeira revolução tecnológica, desta vez ganham absoluta centralidade. A mente humana se converte, pela primeira vez na história, em “uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo”, com as novas tecnologias da informação atuando como “amplificadores e extensões da mente humana” (Castells, 2006, p. 69). Outro fator de distinção em relação às revoluções tecnológicas anteriores se refere à velocidade de difusão das novas tecnologias informacionais.

Esse processo foi desencadeado especialmente nos anos 1970, tendo como epicentro os EUA e, principalmente, a Califórnia (Vale do Silício). Não teria, contudo, resultado de “nenhuma necessidade preestabelecida”. Mais do que produto de “determinação social”, teria sido gestada por uma “dinâmica econômica”, sendo esta motivada por “indução tecnológica”. Entretanto, uma vez passando a existir como sistema, “o desenvolvimento dessa revolução, suas aplicações e, em última análise, seu conteúdo foram decisivamente delineados pelo contexto histórico em que se expandiu”, contexto este particularmente marcado pela crise e reestruturação econômica que impactaram o mundo entre os anos 1970 e 1980. Assim, observa o autor, o surgimento da sociedade em rede não poderia ser compreendido “sem a interação entre estas duas tendências relativamente autônomas: o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e a tentativa da antiga sociedade de reaparelhar-se com o uso do poder da tecnologia para servir a tecnologia do poder” (Castells, 2006, p. 97-98).

O Vale do Silício se tornou um centro de inovação capaz de liderar a revolução informacional porque ali se concentraram alguns fatores, tais como: uma concentração de universidades com capacidade de liderança intelectual e institucional, influente no fomento à produção e propagação de novos conhecimentos tecnológicos; a disponibilidade de fundos financeiros de grande magnitude e de empresas de capital de risco dispostos a apostar em inovações tecnológicas e em novos modelos produtivos; a existência de uma cultura empreendedora e de um mercado mundialmente conectado; investimentos estatais de valor estratégico (área da defesa), en-

tre outros. A partir desse impulso inicial, não foi necessário que se reproduzissem os padrões cultural, institucional e industrial do Vale do Silício para que a revolução informacional se espalhasse pelo mundo:

Em resumo, o paradigma da tecnologia da informação não evolui para seu fechamento como um sistema, mas rumo à abertura como uma rede de acessos múltiplos. É forte e impositivo em sua materialidade, mas adaptável e aberto em seu desenvolvimento histórico. Abrangência, complexidade e disposição em forma de rede são seus principais atributos (Castells, 2006, p. 113).

No capítulo seguinte, “A nova economia: informacionalismo, globalização, funcionamento em rede”, Castells (2006, p. 120) argumenta que em associação com a revolução da tecnologia da informação surgiu uma “nova economia”, informacional, global e em rede, “profundamente interdependente”. Essa seria “cada vez mais capaz de aplicar seu progresso em tecnologia, conhecimentos e administração na própria tecnologia, conhecimentos e administração”. Produzir-se-ia, a partir daí, um “círculo virtuoso”, envolvendo a geração de uma maior produtividade e eficiência econômicas e de transformações organizacionais e institucionais profundas.

Mas se a economia informacional se tornou global, nem tudo é global na economia. Em torno de um núcleo envolvendo, sobretudo, o mercado financeiro, o comércio internacional, a produção transnacional, os governos dos países mais industrializados, agências multilaterais, agências de ciência e tecnologia, além de uma mão de obra especializada, subsistem amplamente economias locais/regionais. Assim, avalia o autor, embora a economia informacional tenha alcançado uma capacidade de influência global, os maiores contingentes de mão de obra se mantêm não diretamente vinculados aos processos produtivos e de consumo que a caracteriza.

A nova economia não deixou de ser capitalista, embora implique um novo tipo de capitalismo. Resultou da reestruturação das empresas e dos mercados financeiros, como consequência da crise desencadeada nos anos 1970. Expandiu-se utilizando-se de novas tecnologias da informação e da comunicação. Tornou-se possível grandemente graças a políticas governamentais deliberadas. Não foi criada, portanto, apenas pelos mercados, mas por meio da interação entre esses e governos.

No terceiro capítulo, “A empresa em rede: a cultura, as instituições e as organizações da economia informacional”, o autor se fixa na relação entre a economia informacional e os diversos contextos socioculturais e institucionais que a abrigam nas várias regiões do mundo, evidenciando, com isso, sua capacidade de adaptação. O novo paradigma tecnológico, em verdade, combina-se com uma nova lógica organizacional, tendo esta evoluído de bases organizativas e institucionais diversas. As novas trajetórias organizacionais não resultaram automaticamente das transformações tecnológicas. Por exemplo, o toyotismo, surgido no Japão no final dos anos 1940, nesse momento não dependeu de conexões *on-line*. Nos EUA, nos anos 1980, as novas tecnologias atuaram mais como um fator de redução de custos de mão de obra e de controle dos trabalhadores do que como proposta de mudança organizacional. A disseminação das tecnologias da informação no sistema produtivo, entre os anos 1980 e 1990, requereu todo um esforço de adaptação e ajustes em relação às novas culturas organizacionais. Entretanto, realizado o encontro entre o novo paradigma tecnológico e uma nova lógica organizacional, engendrado um novo modo de desenvolvimento, os sistemas produtivos interagiram e se misturaram.

Ao invés das empresas, são redes de empresas que assumem a forma organizacional por excelência da economia informacional global, uma vez que têm maior capacidade de inovação, de processamento de informações, de flexibilidade e de adaptação, diante da dinâmica variável da nova economia. As “redes horizontais” constituídas entre grandes empresas no Japão, as “redes multissetoriais” de grandes empresas na Coreia, as empresas familiares e de redes de empresas em Taiwan, Hong Kong e Sudeste da China, onde o Estado em geral atuou com um papel desenvolvimentista, são exemplos de lógicas organizacionais baseadas em rede de empresas, tendo tais culturas e lógicas se misturado ao longo do tempo. Para além dos modelos históricos de organização empresarial em redes no Leste Asiático, a economia informacional ensejou (por meio de ferramentas tecnológicas e da introdução de novas lógicas organizativas) os modelos de organização em rede anglo-saxão, francês, do norte da Itália, entre outros, adquirindo um caráter cada vez mais internacional.

A organização em rede convive e se combina com a concentração oligopolista e com a concorrência global, onde sobressaem as redes de fornecedores (e de subcontratação), de produtores (com acordos de coprodução), de clientes (conectando indústrias e distribuidores), de coalizões-padrão (ca-

pazes de definir padrões globais) e de cooperação tecnológica (com forte peso das empresas multinacionais).

O capitalismo continua sendo o modo de produção predominante, de modo que o espírito empresarial de acumulação e o permanente apelo ao consumismo também fundamentam o informacionalismo. Entretanto, a unidade básica da organização econômica deixa de ser o empresário ou família empresarial e passa a ser a rede de empresas. Embora não se assente em uma base cultural e institucional particular (já que há uma diversidade de redes), a empresa em rede conta, contudo, com um código cultural comum, a “cultura do efêmero”, uma cultura virtual multifacetada.

O capítulo que segue, o quarto, intitulado “A transformação do trabalho e do mercado de trabalho: trabalhadores ativos na rede, desempregados e trabalhadores com jornada flexível”, parte do entendimento de que o processo de trabalho se situa no âmago da estrutural social. É, portanto, por meio das transformações tecnológicas e organizacionais do trabalho e dos sistemas produtivos que o paradigma informacional e a nova economia afetam a sociedade como um todo.

Castells (2006) empreende uma ampla análise da evolução da estrutura ocupacional e do emprego, a partir das primeiras décadas do século XX até o início do século XXI, com foco nas transições entre os modos de desenvolvimento rural, industrial e informacional, ocorridas nos países capitalistas mais avançados⁴, quando constata tendências comuns e variações em função das diferenças culturais e institucionais entre eles. Nesse momento, apresenta uma crítica à tese do pós-industrialismo (especialmente defendida por Daniel Bell), ancorada nas ideias de que, nessa nova situação, a fonte de produtividade e crescimento teria sido deslocada para a geração de conhecimento e o processamento da informação, a atividade econômica transitara da produção de bens para a prestação de serviços, ganhando cada vez mais importância as profissões com grande conteúdo de informação e conhecimento (administrativas, especializadas e técnicas). Para Castells (2006), entretanto, o que singulariza o informacionalismo é o uso de tecnologias da informação, e não o uso do conhecimento como base de crescimento da produtividade. Por outro lado, a terciarização das ocupações não significava que a indústria estaria perdendo importância, já que: muitos serviços são gestados a partir de seu vínculo direto com a indústria; entre

4. Refere-se aos países integrantes do G7: EUA, Canadá, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Japão.

esta e aqueles processa-se uma crescente imbricação; e o peso da indústria tem sido subestimado ao não se considerar o crescimento de sua importância nas economias em desenvolvimento (compondo uma estrutura de produção cada vez mais integrada globalmente). Ainda, para o autor, não só estaria ocorrendo uma expansão das profissões ricas em informação, mas também as ocupações com baixa qualificação. Por fim, não haveria um modelo único de sociedade informacional.

Na análise da evolução na estrutura ocupacional, distingue inicialmente dois períodos, 1920-1970 e 1970-1990, lançando mão de bases de dados distintas. No primeiro, em geral, ocorreu a passagem da sociedade rural à industrial (queda do emprego rural e ascensão do emprego industrial), e, no segundo, desta para a pós-industrial (queda do emprego industrial e ascensão do emprego nos serviços). Ao mesmo tempo, buscou realçar o caráter diferenciado para cada país analisado, quanto às proporções e ritmos das mudanças. Sobre o segundo período, destacou inicialmente que “embora a informação seja um componente crucial no funcionamento da economia e na organização da sociedade, não significa que a maior parte dos empregos esteja ou estará na área de informática” (Castells, 2006, p. 275). A influência alcançada pelas novas tecnologias de informação na reestruturação da economia e no processo de trabalho vai muito além do seu reflexo no emprego. Assim, para um melhor entendimento das transformações na estrutura ocupacional produzida sob a economia informacional, propôs um foco sobre as variações nas ocupações em serviços (e não a partir do seu peso relativo na área da informação). Fez, a partir daí, as seguintes observações: os “serviços relacionados à produção” crescem rapidamente em todos os países analisados (com exceção do Japão), seguindo o avanço da produtividade da economia, embora ainda representem peso pequeno no total de empregos; os “serviços sociais” registram taxas mais diversas de crescimento, em função de um maior poder de pressão por parte dos movimentos sociais e nível de concessão por parte do Estado; os “serviços de distribuição”, não obstante as diferenças, mantiveram-se com importância relativa alta em todos os países; já com relação aos “serviços pessoais”, que vêm de um período proto-industrial, em geral, elevaram sua participação a partir dos anos 1970, variando sobretudo quanto aos tipos de serviços pessoais. Castells (2006) nota, sobre a tese do pós-industrialismo, que, nessa configuração, os serviços relacionados à produção e os serviços sociais teriam um aumento substancial, que,

[...] a tendência existe, mas é irregular, visto que começa de uma base muito diferente em 1970: os países anglo-saxônicos já haviam desenvolvido uma sólida base de emprego em serviços avançados, enquanto o Japão, a Alemanha e a França mantinham um nível de emprego muito mais alto na indústria e na agricultura. Assim, observamos dois caminhos diferentes na expansão do emprego em serviços ‘pós-industriais’: um, o modelo anglo-saxônico, que desloca da indústria para os serviços avançados, mantendo o emprego nos serviços tradicionais; o outro, o modelo japonês/alemão que tanto expande os serviços avançados quanto preserva a base industrial, ao mesmo tempo em que absorve algumas das atividades de serviços no setor industrial. A França está em posição intermediária, embora tendendo para o modelo anglo-saxão (Castells, 2006, p. 279).

Registra-se, assim, um padrão comum e, grosso modo, dois caminhos na transição para uma nova estrutura ocupacional. O autor contesta, por outro lado, a tese de que a economia informacional estaria produzindo a expansão mais elevada de ocupações de baixo nível no setor de serviços, em comparação com o crescimento dos administradores, profissionais especializados e técnicos. Embora haja indícios de certa polarização social e econômica nas sociedades informacionais, esses “não assumem a forma de trajetos divergentes na estrutura ocupacional, mas de cargos diferentes de profissões semelhantes entre setores e entre empresas” (Castells, 2006, p. 284), sendo as desigualdades resultante mais dos processos discriminatórios estabelecidos na dinâmica da força de trabalho.

Para completar o quadro, o autor lança mão de projeções de emprego para o século XXI, focando no que considerou na ocasião do estudo casos extremos de sociedades informacionais, os EUA e o Japão. No primeiro caso, na sua previsão, as tendências do mercado de trabalho confirmarão o projeto da sociedade informacional: continua o processo de eliminação gradativa do emprego rural; permanece o declínio do emprego industrial (embora em ritmo mais lento); novas ocupações serão criadas sobretudo na forma de serviços industriais; os serviços (ligados à produção, à saúde e à educação) seguirão liderando a criação de empregos, em termos relativos e absolutos; os empregos nos setores varejistas e de serviços vão continuar ampliando a oferta de oportunidades de baixa qualificação. As profissões com maiores tendências de crescimento pressionam pela elevação no nível médio de escolarização. Conclui o autor:

Portanto, algumas tendências apontam para a melhoria do nível da estrutura ocupacional em consonância com as previsões da teoria pós-industrial. Por outro lado, o fato de as profissões com alta qualificação tenderem a crescer mais depressa não significa necessariamente que a sociedade em geral evite a polarização e o dualismo, devido ao peso relativo dos empregos não qualificados, quando contados em números absolutos (Castells, 2006, p. 289-290).

No que se refere ao Japão, registrará um declínio lento do emprego industrial, fazendo-o permanecer em torno de um quarto do nível geral de ocupação. Também aumentará a oferta de empregos nos serviços para a indústria e outros serviços, com aumento significativo das profissões especializadas e técnicas. Por outro lado, haverá grande declínio do emprego rural. No geral, prevalecerá uma tendência de estabilidade, com transição gradativa para o paradigma informacional:

Enquanto os Estados Unidos parecem estar enfatizando sua tendência para sair do emprego industrial e concentrar-se em serviços relacionados à produção e em serviços sociais, o Japão está mantendo uma estrutura mais equilibrada, com um forte setor industrial e grande apoio dos serviços ligados às atividades do setor varejista (Castells, 2006, p. 292).

As diferenças entre os países do G7, quanto às tendências do mercado de trabalho na economia informacional (cada vez mais integrada e interdependente), explicam-se, segundo o autor, pela posição assumida na economia global (decorrente da estrutura econômica de cada um, assim como das respectivas decisões governamentais e empresariais), e não apenas pelo grau de avanço tecnológico. Por exemplo: “quando um concentra-se no modelo de ‘economia de serviços’ significa que outros países estão desempenhando seu papel como economias de produção industrial” (Castells, 2006, p. 295).

A partir daí, Castells (2006) pauta algumas questões para a reflexão. A primeira delas, sobre se é possível se falar em uma força de trabalho global. Quanto a isso, observa que ao contrário do capital, que se move com liberdade por meio das redes financeiras globais, o trabalho é mantido sob restrições institucionais. Assim, a existência de um mercado de trabalho

internacional se limita a uma pequena parcela da força de trabalho, em geral envolvendo profissionais mais especializados. Observa-se, contudo, que tal parcela se expande, especialmente por meio das multinacionais e suas redes, do impacto do comércio internacional sobre o emprego, pelos efeitos da concorrência global, pelo crescimento das migrações internacionais, entre outros fatores

A segunda reflexão, ainda quanto aos efeitos das tecnologias da informação sobre o mercado de trabalho, discute se caminhamos para uma sociedade sem emprego. O autor considera que o problema do agravamento do desemprego nos anos 1990 deve ser melhor analisado:

Portanto, todos os indícios apontam para o fato de que o alto nível de desemprego nos países desenvolvidos era problema principalmente de alguns (mas não todos) países europeus durante os primeiros estágios de sua transição para a nova economia [cita em destaque Espanha, Itália, França, Alemanha, Finlândia e Bélgica]. Esse problema foi provocado, principalmente, não pela chegada das novas tecnologias, porém por políticas macroeconômicas incorretas e por um ambiente institucional desestimulador da criação de empregos privados, embora a inovação e a difusão tecnológicas não surtiram consequências diretas na criação ou na destruição de empregos, num nível agregado (Castells, 2006, p. 319).

As tecnologias economizadoras de mão de obra, na visão do autor, exercem forte efeito de redução do emprego se a economia não crescer. A relação entre as tecnologias da informação e os níveis de emprego depende das políticas macroeconômicas e dos contextos políticos e institucionais.

Uma terceira questão estabelece o foco sobre o processo de flexibilização dos processos e dos mercados de trabalho, impulsionado pela empresa em rede e favorecido pelas tecnologias da informação. Surge, com isso, um tipo de trabalhador de jornada flexível, condição essa associada à instabilidade no emprego, a contratos de trabalho desprotegidos e a processos de terceirização. A tendência de flexibilidade generalizada, envolvendo relações e condições de trabalho, afeta tanto trabalhadores especializados quanto os sem especialização.

Por fim, pergunta-se o autor, se a reestruturação das relações capital-trabalho em curso está levando a um dualismo social ou a sociedades fragmentadas. Castells (2006) admite que vem se impondo um processo de deterioração das condições de trabalho no que se refere à grandes parcelas dos trabalhadores, podendo tal deterioração assumir formas diversas em cada país (desemprego, rebaixamento salarial, crescimento do subemprego, informalização, etc.), mas tal tendência não decorre da lógica estrutural do novo paradigma informacional, devendo-se sobretudo à reestruturação das relações capital-trabalho. Castells (2006) contesta a visão predominante na OCDE e FMI de que a piora nos indicadores do mercado de trabalho se devia a uma inadequação das qualificações dos trabalhadores e à pouca flexibilidade do mercado de trabalho. Ao final, conclui:

Portanto, as sociedades estavam/estão ficando aparentemente dualizadas, com uma grande camada superior e também uma grande camada inferior, crescendo em ambas as extremidades da estrutura ocupacional, portanto encolhendo no meio, em ritmo e proporção que dependem da posição de cada país na divisão do trabalho e de seu clima político. Mas, lá no fundo da estrutura social incipiente, o trabalho informacional desencadeou um processo mais fundamental: a desagregação do trabalho, introduzindo a sociedade em rede (Castells, 2006, p. 351).

O quinto capítulo, “A cultura da virtualidade real: a integração da comunicação eletrônica, o fim da audiência de massa e o surgimento de redes interativas”, trata do surgimento de um novo sistema eletrônico de comunicação, de alcance global, e de sua implicação no plano da cultura (que por sua vez é mediada e determinada pela comunicação). Trata-se da integração de diversos modos de comunicação em uma rede interativa, que resulta na formação de um “hipertexto” e de uma “metalinguagem” (escrita, oral, audiovisual), implicando na superação da audiência de massa (tornada possível por meio dos fenômenos do rádio e, principalmente, da TV) e no surgimento da “cultura da virtualidade real”. Com a diversificação dos conteúdos favorecida pelas novas tecnologias de comunicação, rompeu-se a uniformidade da mensagem recebida, e, principalmente, com a emergência da comunicação mediada pela Internet, ocorre um avanço inédito no seu caráter interativo. Tudo isso reforça a “privatização da sociabilidade”:

a reconexão das redes sociais em torno do indivíduo. Entretanto, o poder continuou se concentrando, com a constituição de um sistema multimídia integrado:

Em razão da convergência tecnológica entre computadores, telecomunicações e grande mídia em todas as suas modalidades, consórcios regionais/globais foram formados e dissolvidos em escala gigantesca. Companhias telefônicas, operadoras de TV a cabo, operadoras de transmissão de TV por satélite, estúdios de cinema, estúdios de gravação de discos, editoras, jornais, empresas de computadores e provedores de serviços de Internet tanto competiram quanto se fundiram para proteger-se contra os riscos do novo mercado (Castells, 2006, p. 451).

Desenvolve-se, com isso, a cultura da virtualidade real, que se baseia na integração em rede digitalizada dos diversos modos de comunicação, determinando por essa via um novo marco de inclusão e abrangência das expressões culturais.

Nesse momento, o autor passa a tratar das implicações da sociedade em rede, e da combinação entre as novas tecnologias da informação e as mudanças sociais em curso, em relação ao espaço e ao tempo. No sexto capítulo, “O espaço de fluxos”, Castells (2006) observa que a expansão dos serviços avançados (em relação aos investimentos, à produção e ao emprego), embora de modo irregularmente distribuído na geografia do planeta, vem contribuindo para a constituição das cidades globais e para uma rede global que também integra (diferenciada, hierárquica e dinamicamente) centros regionais e locais. Os espaços de inovação industrial de alta tecnologia são por ele denominados de “tecnópoles”, sendo normalmente situados em áreas metropolitanas, como bases produtivas herdadas do processo de industrialização. A exceção mais eloquente é o Vale do Silício, na Califórnia, epicentro da revolução tecnológica em foco. A cidade sofre profundas modificações (sem que para isso siga um único modelo), especialmente com a dissociação entre a proximidade espacial e o desempenho das funções rotineiras (expressa em destaque pelo teletrabalho), na forma de trabalho, compras, entretenimento, atividades de educação, saúde, segurança, etc. Mais do que uma forma, a cidade informacional adquire o caráter de um processo, que o autor denomina “espaço de fluxos”, referindo-se a fluxos

de capital, de informação, de tecnologia, de interação organizacional, de símbolos. Observe-se, contudo, que a maioria das pessoas continua percebendo o espaço onde se situam como um lugar: “Portanto, as pessoas ainda vivem em lugares. Mas, como a função e o poder em nossas sociedades estão organizados no espaço de fluxos, a dominação estrutural de sua lógica altera de forma fundamental o significado e a dinâmica dos lugares” (Castells, 2006, p. 517).

No último capítulo, “O limiar do eterno: tempo intemporal”, o foco passa a ser a relação do tempo com a sociedade. Na sociedade em rede, o tempo é gerenciado como um recurso flexível: “apenas a forma de organização em rede e as máquinas de processamento de informação cada vez mais poderosas e móveis podem assegurar o gerenciamento flexível do tempo como a nova fronteira das empresas de alto desempenho” (Castells, 2006, p. 530-531). Com a expansão dos serviços avançados, ocorre uma crescente diversificação do tempo e dos horários de trabalho. Inspirando-se na tese da compressão do tempo e do espaço, de David Harvey, Castells (2006) propõe que, com a sociedade em rede, surge um novo conceito de temporalidade, o “tempo intemporal”. O sentido de instantaneidade desarticula as barreiras temporais e a mistura de tempos na mídia torna-os síncronos (em uma confusão na ordem sequencial dos fenômenos), fomentando-se uma cultura do eterno e do efêmero: “O tempo eterno/efêmero da nova cultura adapta-se à lógica do capitalismo flexível e à dinâmica da sociedade em rede, mas acrescenta sua camada poderosa, instalando sonhos individuais e representações coletivas em um panorama mental atemporal” (Castells, 2006, p. 555). Ocorre, na era informacional, uma inversão na relação entre tempo e espaço: na era industrial, o tempo moldou o espaço, enquanto que na nova era o espaço de fluxos dilui o tempo e instaura a sociedade da efemeridade eterna. Contudo, a maioria das pessoas continua vivenciando outra percepção de temporalidade, produzindo-se imensos contrastes entre a intemporalidade estruturada pelo espaço de fluxos e as múltiplas temporalidades subordinadas:

O tempo intemporal pertence ao espaço de fluxos, ao passo que a disciplina tempo, o tempo biológico e a sequência socialmente determinada caracterizam os lugares em todo o mundo, estruturando e desestruturando materialmente nossas sociedades segmentadas (Castells, 2006, p. 557).

O autor finaliza o Volume I dizendo que “uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico [e] suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio” (Castells, 2006, p. 566).

Nos volumes II e III, “O poder da identidade” e “O fim do milênio”, o autor amplia a abordagem, pondo em relevo as implicações do novo paradigma econômico-tecnológico nos planos institucional, político e cultural e em um sentido mais histórico, percebido a partir da perspectiva do final do século.

Problematizações

Antes de passarmos aos modos como as formulações de Castells sobre a sociedade em rede repercutiram no país, discutimos brevemente alguns temas problemáticos, especialmente se consideramos tais formulações do ponto de vista de quem busca explorar sua recepção em contextos como o brasileiro.

A questão do determinismo tecnológico

A abordagem de Castells (2006) parte do reconhecimento da centralidade da revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação e, só a partir desse ponto, discute sua relação com o contexto social, que a molda. As transformações tecnológicas são analisadas como um fenômeno com dinâmica própria. Perguntando-se sobre se o novo paradigma tecnológico teria sido uma resposta tecnológica do capitalismo à crise desencadeada nos anos 1970 ou uma reação dos EUA aos avanços da URSS na corrida espacial e nuclear, o autor considera que nenhuma das duas são respostas satisfatórias: o “ajuste tecnológico” teria ocorrido muito próximo da crise, não havendo tempo de maturação; a reação dos EUA ao choque provocado pelo lançamento do Sputnik, no final dos anos 1950, foi respondida nos anos 1960, produzindo uma onda de inovações tecnológicas na área militar, sendo que um novo impulso só veio a acontecer com o programa “Guerra nas Estrelas” lançado em 1983. Por isso, conclui: “De fato, o surgimento de um novo sistema tecnológico na década de 1970 deve ser atribuído à dinâmica autônoma da descoberta e difusão tecnológica, inclusive aos efeitos sinérgicos entre todas as várias principais tecnologias” (Castells, 2006, p. 97).

O ponto de partida da revolução tecnológica ocorrida no Vale do Silício, na Califórnia, nos anos 1970, foi, segundo constatou, mais resultado da “indução tecnológica” do que de “determinação social”. Entretanto, elenca como fatores que explicaram o desencadeamento desse processo naquele lugar: a concentração de universidades e talentos, a disponibilidade de capital e de mercados consumidores, a atuação indutora por parte do Departamento de Defesa, a existência de uma cultura do empreendedorismo, entre outros. Por outro lado, admite que, uma vez iniciada tal revolução, seu ritmo e conteúdos foram moldados pelo contexto histórico no qual se expandiu, tendo se constituído em um elemento central do processo de reestruturação socioeconômica dos anos 1980 e de seus desdobramentos nos anos 1990. Avalia, ainda, que sua expansão em escala global não requereu, como uma necessidade, a reprodução dos padrões cultural, institucional e econômico do Vale do Silício. Esse processo foi em muito impulsionado e moldado pela ação de governos, agências multilaterais, redes transnacionais de produção, sendo amplamente favorecido também pela formação de um mercado financeiro integrado globalmente e pela desregulamentação dos mercados nacionais e pelas privatizações de empresas públicas.

Assim, considera que o paradigma da tecnologia da informação conserva uma abertura como uma “rede de acessos múltiplos” (Castells, 2006, p. 113), combinando uma imensa capacidade de se impor em sua materialidade, mas revelando uma igualmente grande capacidade de se adaptar a diversos contextos.

Ao mesmo tempo em que admite na sua análise o caráter “autônomo” do evento tecnológico informacional, nega que tal perspectiva se trate de determinismo tecnológico. Cita Fernand Braudel, para afirmar: “A tecnologia não determina a sociedade: incorpora-a. Mas a sociedade também não determina a inovação tecnológica: utiliza-a” (Castells, 2006, p. 62). Para ele, não teria, portanto, pertinência o dilema do determinismo tecnológico, já que a tecnologia é parte da sociedade.

Esse tema permanece como um elemento de ambiguidade na abordagem de Manuel Castells, não obstante o esforço de, na edição ampliada e revista, de 1999, buscar se livrar desse estigma. Na percepção de Anttiroiko (2015), Castells oscilou entre um determinismo “*soft*” e um determinismo social “*structurally oriented*”. Talvez, com vistas a uma posição não determinista mais consequente, tivesse ele que dar maior realce às transformações tecnológicas como resultados de processos sociais, econômicos, institucio-

nais e culturais, associados entre si, na sua origem, ao desenvolvimento e a novos impulsos inovadores, assim como ressignificar o que denominou de “autônomo” nas dinâmicas geradoras de tais transformações, principalmente como elementos de justificação social no seu processo de imposição diante dos diversos contextos por onde se disseminaram.

A nova centralidade da informação e do conhecimento

Desde a Revolução Industrial, ressalta Castells, a informação e o conhecimento tiveram papel relevante na economia, mas foi com a revolução tecnológica informacional que ganharam nova centralidade, passando a ser uma força direta de produção, com as novas tecnologias funcionando como instrumentos potencializadores da mente humana. Ou seja, na “sociedade (economia) informacional”, a geração, o processamento e a transmissão da informação se convertem em fontes principais de produtividade e de poder de decisão.

Com isso, conforme já enfatizado, Castells procura se diferenciar da teoria clássica do pós-industrialismo, ponderando sobre três teses principais que a caracterizaram: i) ao invés de denominar de “pós-industrial” a nova economia, chama de “informacional”, visto que seu sistema produtivo (como um “modo informacional de desenvolvimento”) visa a maximização da produtividade baseada no conhecimento, utilizando-se para isso das tecnologias da informação; ii) o avanço das ocupações no terciário não significa que a indústria esteja desaparecendo, haja vista o crescimento dos serviços industriais, o avanço industrial nas economias em desenvolvimento, assim como a linha tênue que separa e distingue a produção de “bens” e “serviços” (o que torna cada vez mais imprecisa a clássica distinção entre agricultura, indústria e serviços); iii) ao lado da expansão das profissões ricas em informação, crescem também as ocupações com baixa qualificação, o que indica uma tendência à polarização no mercado de trabalho.

Por outro lado, observa o autor que, sob a economia informacional, opera-se uma nova divisão espacial do trabalho em nível internacional. Ao mesmo tempo em que os conceitos de tempo e espaço se alteram, com a dissociação entre a proximidade espacial e o desempenho das funções rotineiras, a aglomeração espacial continua a produzir sinergia na geração de valor agregado. Mesmo entre as economias avançadas, propõe Castells (2006, p.

295), as diferenças de múltiplos modelos de sociedades em rede dependem da posição de cada um na economia global, de modo que, “quando um concentra-se no modelo de ‘economia de serviços’ significa que outros países estão desempenhando seu papel como economias de produção industrial”. Isso se reflete em diferentes estruturas ocupacionais, especialmente quando são contrastados os países avançados com os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos: “à medida que as economias evoluem a passos rápidos para a integração e interpenetração, o mercado de trabalho resultante refletirá intensamente a posição de cada país e região na estrutura global interdependente de produção, distribuição e administração” (2006, p. 296). O dualismo e a fragmentação do mercado de trabalho, que se verifica nos países avançados, têm implicações ainda mais contundentes nos demais países e regiões do mundo, onde são muito mais amplos proporcionalmente os segmentos de trabalhadores não qualificados e desprotegidos (distante do perfil dos trabalhadores dos serviços avançados), particularmente naqueles lugares onde aquilo que o autor denomina economia global não se faz presente por meio de suas conexões mais diretas.

Entretanto, o autor não explora as implicações da nova divisão internacional do trabalho para a periferia da economia mundial (nem foi essa uma intenção anunciada).

O conceito de rede

A constituição de redes de empresas, enquanto arranjos mais flexíveis de organização e conexão no sistema produtivo, é a forma por excelência da economia informacional e do novo paradigma societal, a sociedade em rede. Os caminhos e modalidades para se chegar a tal conformação são cultural, institucional e politicamente múltiplos, resultando da formação de redes de subcontratação centralizadas em grandes empresas, redes horizontais de pequenas e médias empresas, teias articuladas a partir de redes estratégicas entre grandes empresas, grandes empresas verticais convertidas em grandes empresas horizontais. De modo geral, evidencia o autor, a organização em redes não é incompatível, ao contrário, com a concentração oligopolista.

Para Castells (2006), a organização em rede (que não é nova, embora jamais tenha alcançado a centralidade que passou a ter) não derivou automática-

mente das transformações tecnológicas. Contudo, uma vez havendo a convergência e integração entre um e outro fenômenos, as tecnologias informacionais potencializaram enormemente (como ferramentas tecnológicas) a nova lógica organizacional (ampliando sua flexibilidade e capacidades de adaptação, geração de conhecimento, processamento de informações e inovação). À medida em que se amplia o escopo da tecnologia e do mercado, os sistemas empresariais interagem em escala global e os padrões de produção, com suas lógicas organizacionais próprias, se misturam, resultando em processo de adaptação aos diversos contextos sociais onde operam. Sob o paradigma informacional, a empresa em rede (nova unidade básica de organização econômica) se torna um fenômeno cada vez mais internacional e de alcance cultural.⁵

Assim, conclui: “Fora das redes, a sobrevivência fica cada vez mais difícil. Com a rápida transformação tecnológica, as redes – não as empresas – tornaram-se a unidade operacional real” (Castells, 2006, p. 232). Entendidas como conjuntos de nós interconectados, que processam fluxos de capital, de informação, entre outros, com o apoio das novas tecnologias, as redes se converteram em um conceito-chave para Castells, sobretudo a partir de “A sociedade em rede”, embora tivesse sido incorporado por ele desde “The informational city” (Anttiroiko, 2015).

Segundo Anttiroiko (2015), apesar dessa centralidade, firmou-se um paradoxo na concepção do autor, já que não foi acompanhada de uma maior elaboração, tendo, ao contrário, sido referida muito mais como uma metáfora. Por outro lado, observa o comentador, a abordagem de rede significou uma inflexão no pensamento de Castells em relação à sua trajetória anterior referenciada em uma perspectiva marxista. Contudo, um elemento de análise estrutural se manteve presente, de modo que seu estudo focou em uma análise macroteórica da relação entre tecnologia, economia e sociedade, ao mesmo tempo em que buscou associá-la a uma incursão nas dimensões microssociológicas da problemática estudada.⁶

Para Castells, ainda, em meio à diversidade cultural e institucional que está na base de constituição das múltiplas formas de redes, haveria um código cultural comum, a “cultura do efêmero”, uma cultura virtual multifacetada. De

5. “For Castells, the advent of what he calls ‘network society’ involves changes in every aspect of life, from our grossest material existence to our most inchoate notions of civil society, nation and self” (Collins, 1999, p. 02).

6. O que veio a fazer de modo mais detido no Volume II da trilogia.

outra parte, contudo, as redes na sociedade em rede formam comunidades virtuais fortes, mesmo entre pessoas com laços fracos (com desconhecidos). A noção de rede, ao se apresentar em muito associada à materialidade das novas tecnologias de informação e comunicação, ganha, assim, para o autor, um sentido pronunciadamente instrumental. Por isso, considera haver um distanciamento crescente entre “rede” e “ser” na sociedade informacional, de modo que, como observou Anttiroiko (2015, p. 17)⁷, o “poder da identidade” se coloca como uma contraforça diante das redes instrumentais.

Uma perspectiva sociocentrista

O estudo teve como foco os países da OCDE e, mais especificamente, aqueles que constituem o restrito grupo do G7, nos quais emergiram e primeiro se desenvolveram, nos termos do autor, as novas tecnologias informacionais, a economia informacional e a sociedade em rede. Por outro lado, ao tratar da emergência das redes de empresas asiáticas, foi além do Japão e trouxe referências históricas também sobre Coreia e China.

Ao mesmo tempo, em uma visão mais abrangente sobre a economia global, admitiu o caráter diferenciado e contrastante entre setores da economia, países, regiões, segmentos de trabalhadores, etc., para os quais nem tudo é global na economia informacional. Constatou, por exemplo, que não há, ainda, uma mão de obra global em geral, mas tão somente parcela restrita que assim pode ser denominada: segmentos de profissionais superespecializados (executivos de empresas, cientistas, programadores, engenheiros, artistas, desportistas, etc.) e aqueles vinculados a processos migratórios (não beneficiários de direitos de cidadania e trabalhistas). Os maiores contingentes de mão de obra continuam locais. A economia global não integra ainda todos os processos produtivos nem todos os territórios do planeta, embora afete o mundo inteiro, sendo por isso global. As dinâmicas econômicas locais e regionais continuam fortemente presentes, embora cada vez mais subordinadas às dinâmicas centrais (ancoradas no “núcleo globalizado”).

7. “Such networks of instrumental exchanges are challenged by social movements and people with their historical and locally-rooted identities, which are a source of genuine human meaning as opposed to global instrumentality. Hence the fundamental tension between the Net and the Self” (Anttiroiko, 2015, p. 17).

Assim, admite o autor, uma questão central diz respeito ao modo como as dinâmicas econômicas locais e regionais se conectam à economia informacional e global.⁸ Considere-se, para além disso, que, com vistas a uma apreensão mais eficaz e adequada dos elementos de análise propostos pelo autor nos estudos sobre realidades periféricas, como as latino-americanas e brasileira, os pontos de problematização acima apresentados (sobre o determinismo tecnológico, a centralidade da informação/conhecimento, o conceito de rede e a perspectiva sociocentrista) ganham ainda mais relevância.

Sobre a repercussão das ideias de Castells no Brasil

Manuel Castells se tornou um autor de referência no Brasil, sobretudo a partir da publicação, originalmente em francês, de “La question urbaine”, em 1972, e em seguida também em inglês, espanhol e português. Além desse, “Problemas de investigación en sociología urbana”, publicado em 1971, teve uma versão em português em 1975. “Movimientos sociales urbanos”, lançado em 1974, foi também bastante citado. A respeito dessa primeira fase da produção do autor, as suas principais influências se concentraram na sociologia urbana⁹, na geografia urbana¹⁰ e nos estudos sobre movimentos sociais urbanos¹¹. A partir, contudo, do lançamento de “The rise of the network society”, em 1996 (e sua tradução para várias línguas, entre as quais as de maior circulação nos meios acadêmicos do país, incluindo o português, com sua primeira edição em 1999), as influências de Castells se ampliaram ao mesmo tempo em que mudaram de foco e de perspectiva de abordagem. A publicação de “The Informational City”, em 1989, e sua versão em espanhol, “La ciudad informacional”, em 1995, constituiu a passagem entre os estudos anteriores prioritariamente voltados para a cidade

8. No Volume III, que não é objeto deste texto, o autor dedica a maior parte do livro à abordagem das relações e implicações do informacionalismo *vis-à-vis* o colapso da União Soviética, a integração seletiva da África subsaariana, a economia do crime global e o desenvolvimento e crise na região do Pacífico asiático.

9. Em Kowarick (2000), este autor indica o diálogo crítico que estabeleceu (ao longo de sua trajetória enquanto um dos principais expoentes da sociologia urbana no Brasil) com as contribuições de Castells nessa fase.

10. A exemplo do que sinaliza Limonad (1999).

11. Ver a respeito, por exemplo, Gohn (1997), especialmente o capítulo V, “O paradigma marxista na análise dos movimentos sociais”, assim como também Kowarick (1986). A influência de Castells nesses estudos no país é evidenciada ainda por Bringel e Teixeira (2015).

e os movimentos sociais urbanos e a nova agenda centrada na revolução da tecnologia da informação e suas implicações econômicas e sociais.

A respeito dessa nova fase da trajetória de Castells, inúmeras resenhas de seus livros, sobretudo os convertidos ao português, vieram a público. Além de Albino (1999), Randolph (1999) e Rodrigues (2012), sobre “A sociedade em rede”, e Souza (2004), sobre os dois primeiros volumes de “A era da informação”, outras obras foram resenhadas, entre as quais: Guessier (2004) e Carvalho (2006), sobre “A galáxia da Internet”; Manieri (2014), Pereira (2015) e Padovani (2016), sobre “Redes de indignação e esperança”; Soffner e Caro (2014) e Mendonça (2014), sobre “Networks of outrage: social movements in the Internet age”; Marino e Kiuchi (2018), Silva (2019) e Pierini (2020), sobre “Ruptura: a crise da democracia liberal”; Bundt (2007), sobre “La sociedad de la información y el Estado del bienestar”; Viveiros (2011), sobre “Comunicación y poder”.

A projeção de Castells no Brasil, contudo, não se limitou ao mundo acadêmico. Foram incontáveis, por exemplo, as entrevistas concedidas a órgãos de mídia. No jornal eletrônico *Extra Classe*, na introdução a uma entrevista com o autor, realizada em 2005, ocasião em que participava de um painel na quinta edição do Fórum Social Mundial, ao lado do então ministro da cultura, Gilberto Gil, comenta-se: “À tarde, após o painel, Castells conversou com a imprensa numa concorrida coletiva na qual os ávidos repórteres tiveram direito a uma única pergunta cada” (*Extra Classe*, 2005). Na mesma ocasião, a *TV Brasil*, em conjunto com a *TV Senado*, *TV Câmara*, *TV Justiça* e *Radiobrás*, realizou uma entrevista exclusiva com o autor.¹² Em 1999, concedeu entrevista ao programa *Roda Viva*, da *TV Cultura*.¹³ Outras entrevistas impressas ou em vídeo ocorreram nos anos seguintes: *Folha de São Paulo*, em 2010¹⁴; jornal *O Estado de São Paulo*, em 2013¹⁵; *Revista Época*, em 2013¹⁶; projeto *Fronteras do Pensamento*, em 2013¹⁷; jornal *O Globo*,

12. Cf. <<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-01-30/tv-brasil-transmite-entrevista-com-professor-manuel-castells-no-forum-social-mundial>>.

13. Cf. <<https://www.youtube.com/watch?v=TaXeu4k4OJE>>.

14. Cf. <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2109201022.htm>>.

15. Cf. <[https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/ha-uma-crise-de-legitimidade-do-atual-sistema-politico-diz-castells-imp-/->](https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/ha-uma-crise-de-legitimidade-do-atual-sistema-politico-diz-castells-imp-/).

16. Cf. <<http://www.antp.org.br/noticias/clippings/manuel-castells-a-mudanca-esta-na-cabeca-das- pessoas.html>>.

17. Cf. <<https://www.youtube.com/watch?v=RJY4YZ17pVE&list=RDCMUcr9-y5fOcA04REYePWiTigw&index=1>>.

em 2017¹⁸; *Revista Isto É*, em 2018¹⁹; *Instituto Novos Paradigmas*, em 2019²⁰, entre tantas mais.

“The rise of the network society” (sobretudo a partir de sua versão em português, “A sociedade em redes”) se converteu em referência obrigatória para uma grande diversidade de áreas do conhecimento, nos estudos sobre as tecnologias da informação e da comunicação, a economia informacional, os padrões reconfigurados de relações de trabalho, os novos padrões de sociabilidade e de construção de identidades mediados e influenciados por ambientes virtuais, os movimentos sociais que emergem e ou se transformam em conexão com esse novo contexto, entre outros temas. São exemplos de abordagens que se referenciaram (seja em uma perspectiva mais celebrativa ou mais crítica) nas ideias contidas nessa obra e, muitas vezes também, nos dois outros volumes da trilogia e nas obras que a sucederam, como “The Internet galaxy” e “Communication power”, sendo que várias dessas abordagens incorporaram esforços interdisciplinares:

- Comunicação: Prado (2000 e 2001), Fuser (2003), Moraes (2006), Kunsch (2007), Assis (2011), Santi (2014), Grohmann (2016), Camargo (2016), Passareli e Gomes (2020).
- Planejamento urbano e regional e arquitetura e urbanismo: Araujo (2001 e 2007), Frey (2003), Ferreira (2003), Detoni, Freitas, Bessa e Piccinini (2020).
- Antropologia e filosofia: Costa (2001), Dornelles (2008), Triana (2014), Ramos (2015), Bavaresco, Porto e Martins (2015), Neves (2022).
- Ciência da informação e gestão do conhecimento: Nehmy e Paim (2002), Bernette Varvakis (2010), Silvia e Correia (2010), Santos (2014), Lira (2022).
- Psicologia: Nicolaci-da-Costa (2002), Silveira (2004), Salgado e Carla (2020).
- Educação e sociologia da educação: Stoer e Magalhães (2003), Kenski (2008), Aquino (2008), Nunes, Rosa, Souza e Spanhoi (2016).

18. Cf. <<https://oglobo.globo.com/brasil/voces-estao-vivendo-um-novo-tipo-de-ditadura-diz-sociologo-manuel-castells-23812733>>.

19. Cf. <<https://istoe.com.br/a-democracia-esta-se-autodestruindo-pela-corrupcao/>>.

20. Cf. <<https://www.youtube.com/watch?v=ioQyqLKh6qU>>.

- Sociologia econômica: Grun (2003 e 2007).
- Geografia: Dias e Rogério (2005).
- Direito: Oliveira e Schwanka (2009), Andrade (2006), Barros e Barros (2016), Luz e Cruz (2017), Santiago (2016), Silva e Siqueira (2019).
- Movimentos sociais: Bacci (2010), Ruediger, Martins, Luz e Grassi (2014), Corrêa e Souza (2014), Copatti e Flores (2016), Salgueiro (2018), Macedo (2018), Coelho (2022).
- Estudos de religião: Aguiar (2010), Zanon (2019), Rodrigues (2019).
- Economia política: Lopes (2011).
- Estudos culturais: Nascimento (2013).
- Estudos do corpo e da saúde: Vermelho, Velho e Bertonecello (2015), Costa (2016), Silva (2017), Bressan (2018).
- Administração: Giglio e Sacomano (2016).
- Sociologia rural: Samborski (2016).
- Biblioteconomia: Paletta (2016).
- Estudos feministas: Rodrigues, Gadenz e De la Rue (2014), Santini e Almeida (2017).
- Ciência política: Vasconcelos (2019).
- E em outras áreas. Várias dessas abordagens envolveram não raras vezes uma perspectiva interdisciplinar.

Tendo iniciado sua trajetória sob um referencial analítico de matiz marxista, Castells, ao operar uma inflexão no seu pensamento na passagem das décadas de 1980 e 1990, tendo como fatores decisivos a incorporação da noção de rede e a proposição de um novo paradigma informacional, gerou controvérsias quanto à sua recepção no Brasil. Grun (2007), por exemplo, a respeito da publicação da trilogia “A era da informação” no país, chama a atenção para os prefácios de Fernando Henrique Cardoso (então presidente do país) para o primeiro volume e de Ruth Cardoso para o segundo. Para ele, a obra de Castells apresentou uma versão “positiva” da ideia de rede. Os referidos prefácios, portanto, não seriam obra do acaso:

A ação inusitada do então Presidente da República e sua esposa é altamente reveladora do que está em jogo. O enquadramento 'sociedade em rede' é otimista e torna positivas as características ainda controversas da atualidade. Para os que cultivam a imagem de 'moderno', é gratificante associar-se à idéia [*sic*] de sociedade em rede, que ganhou um caráter inequívoco de tendência intelectual bem-sucedida. Além de constrangimentos identitários ou políticos, a idéia [*sic*] também fornece uma justificativa suplementar, e robusta, para a obra de desmantelamento das 'pesadas' estruturas econômicas e trabalhistas que o Brasil herdou do período getulista (Grun, 2007, p. 399).

Para Grun (2007, 400), o grupo no poder precisava de uma maneira de legitimar as políticas que vinham sendo adotadas no país, particularmente na sua base de apoio de perfil mais intelectualizado. Ou seja,

[...] a adesão à ideia de 'sociedade em rede' era um atrativo muito forte, pois fornecia um excelente espaço de referências no qual o Presidente e seu grupo se localizariam. Além disso, ela é um produto incontestavelmente sociológico, que fornece referências e enquadramentos intelectualmente legítimos para os que não se conformam à visão de mundo implícita na pregação financeira (e não é por acaso que esta última não aparece explicitamente na arena pública) (Grun, 2007, p. 400).

No que se refere aos estudos com foco no trabalho - interesse maior deste capítulo -, em geral prevaleceram, particularmente sobre as ideias de sociedade em rede e revolução informacional, duas posições: uma, mais voltada à sua crítica, quanto aos seus fundamentos epistemológicos e ou diagnósticos; e, outra, que as tomam sobretudo como suporte para seus estudos de corte mais específico, sem, contudo, problematizá-las (tais ideias).

Na primeira categoria, Pochmann (2001, p. 51) parte da constatação de que projeções como as de Castells, sobre as perspectivas do mercado de trabalho no contexto das transformações do capitalismo no final do século XX, tendiam a ser excessivamente otimistas:

Em geral, as perspectivas dos estudos realizados tendem a fazer maior referência às possibilidades de expansão das ocupações profissionais que utilizam maior informação e das atividades multifuncionais, sobretudo aquelas sustentadas por exigências crescentes de mais escolaridade e qualificação profissional. Nesse sentido, os perfis ocupacionais para o início do próximo século tenderiam a estar associados diretamente à crescente capacitação tecnológica.

Entretanto, em contraposição, pondera: “Mas o cenário em construção para o mundo do trabalho parece refletir muito mais as mudanças marcadas por maior insegurança e competição” (Pochmann, 2001, p. 51-52).

Dupas (1998, p. 155) já havia chegado à mesma conclusão:

Apesar da visão otimista de Castells, nossa pesquisa parece evidenciar haver boas razões para preocupações quanto ao futuro do emprego no mundo, em especial nos países periféricos. O contínuo avanço tecnológico, hoje definido basicamente pelo setor privado, não parece garantir que as sociedades futuras possam gerar – unicamente por mecanismos de mercado – postos de trabalhos, ainda que flexíveis, compatíveis em qualidade e renda com as necessidades mínimas dos cidadãos.

Com um foco mais conceitual, Lopes (2006) concorda com as interpretações, como a de Castells, de que a informação e o conhecimento adquiriram um lugar central na sociedade contemporânea e que o capital financeiro e as novas tecnologias da informação e comunicação ganharam importância econômica decisiva. Entretanto, objeta que as proposições de “informacionalismo” e “sociedade em rede” seriam uma “típica inversão ideológica” (Lopes, 2006, p. 16). Aproximando-se da perspectiva analítica de autores como Nicolas Garham, entre outros, Lopes (2006, p. 17), em contraposição à visão de Castells, analisa as comunicações, informação e cultura como “eficazes instâncias de mediação entre as necessidades de acumulação do capital e a reprodução simbólica do mundo vivido”, realçando, assim, seu “papel produtivo”. O referido autor recorre a Luc Boltanski e Ève Chiapello para dizer que a “cidade por projetos” (a nova configuração ideológica do “novo espírito do capitalismo”), embora proposta com base na análise da literatura empresarial da década de 1990, poderia ser mais bem represen-

tada pela obra de Castells. Por outro lado, considera que, apesar do esforço realizado na trilogia “A era da informação”, Castells não teria conseguido fugir de uma abordagem marcada pelo determinismo tecnológico. Apesar desse esforço, observa Lopes (2006, p. 111, grifo do autor), “sua obra coloca a dinâmica da mudança social, a estrutura econômica, política e cultural atual como instâncias baseadas no novo paradigma tecnológico, chamado *informacional*”. Assim, propõe Lopes (2006, p. 115, grifo do autor):

Apesar de ver o informacionalismo como um modo de desenvolvimento capitalista, sua cisão com o modo anterior, o industrialismo, é tal que poderíamos falar na emergência de uma sociedade ‘pós-capitalista’, baseada não mais no ‘crescimento econômico’, mas no ‘desenvolvimento tecnológico’ e na ‘acumulação de conhecimentos’. Ao transformar o que para o capitalismo é um meio em fim, esfumaça-se aquilo que permeia todos os modos de desenvolvimento, seja industrial ou informacional, sob o capitalismo, isto é, sua subsunção às lógicas de acumulação.

Lopes (2006) direciona sua crítica a Castells também no tema das redes. Alega que a abordagem de “A sociedade em redes” pressupunha uma forma de organização social mais democrática e humanitária, porque menos rígida e centralizadora, mais inclusiva, e baseada na figura de um trabalhador mais instruído e autônomo. Ao mesmo tempo, imprime à noção de rede um sentido de dispositivo técnico, associando-a fortemente à rede global de computadores, subestimando os mecanismos “extratecnológicos” implicados na moldagem e regulação social das redes. Perde-se, com isso, a capacidade de empreender uma análise a partir das novas dinâmicas do capitalismo. Referindo-se, ainda, às novas assimetrias sociais observadas em escala mundial, cuja expressão mais contundente, nos termos de Castells, seria o surgimento do “Quarto Mundo”, Lopes (2006, p. 154) comenta:

Esta ‘divisão digital’ e o surgimento da ‘cidade dual’ que Castells constata na nova economia constituem a marca de sua análise. Se por um lado aponta para a ‘desconexão’ produtiva de vastas regiões do planeta, para a expansão do trabalho informal, para a cisão entre as elites educadas e os setores alijados da ‘tecnologia’ e reconhece que sob o impacto dos ‘fluxos de informação’ a rede satisfaz os ganhadores e abandona os

excluídos à própria sorte; por outro lado, afirma que esta polarização não é tão grave e tende a diminuir com o êxito dos países emergentes, o barateamento da base material tecnológica e a imposição da ‘lição de casa’ aos países excluídos. Falta a Castells, como afirma Cláudio Katz, a percepção de que não se trata de uma rede de ‘duas caras’, mas de uma mesma dinâmica do capital. Neste sentido, o que a divisão e exclusão digitais revelam, em associação com as disparidades sociais, é o mecanismo em ação de um sistema produtivo que necessita, além dos aspectos anteriormente analisados, de um ajuste espacial que lhe garanta a sobrevivência.

Braga (2009, p. 61) admite que a obra “A sociedade em rede” tem grandes méritos na definição dos fundamentos gerais do novo modelo de desenvolvimento baseado na globalização e nas tecnologias informacionais, apresentando “uma visão totalizante do comportamento econômico baseado numa espécie de princípio unificador: a noção de rede”. Mas, avaliando, com Musso (2003), que a noção de rede de Castells é imprecisa e vaga, enfatiza ao mesmo tempo que prevalece neste um determinismo tecnológico, “ao selecionar um instrumento técnico para construir uma determinada representação de conjunto das relações sociais”, com as bases da sociedade contemporânea sendo fundadas na morfologia das redes computacionais e na “empresa horizontal” (Braga, 2009, p. 61). Embora se refira a uma “nova fratura social”, resultante da polarização entre trabalhadores qualificados e desqualificados, incluídos e excluídos sociais das redes e dos fluxos informais que a sociedade em rede promove, para Castells, segundo Braga (2006, p. 62-63), o informacionalismo seria “uma superação histórica necessária e positiva do industrialismo”, sendo capaz de atenuar tal polarização a partir de seus êxitos. Diante de visões como essa e a de Hardt e Negri (2001), que considera uma idealização do trabalho informacional, apresenta a “outra face”, a sua “miséria”, o “infotaylorismo” das Centrais de Teleatividades, uma de suas expressões mais contundentes. Repõe, a partir daí, a conhecida e questionada proposição de Braverman ([1974] 1987), da crescente simplificação e desqualificação do trabalho, enfocando “exatamente naquele campo outrora tido como refratário ao diagnóstico de Braverman: o trabalho de alta tecnologia, de serviços e de escritórios” (Braga, 2009, p. 87), o que dá sentido ao título do texto.

Já Camargo (2011) vai mais longe na crítica, advogando a ideia de que proposições como as de sociedade pós-industrial, de Daniel Bell, sociedade

do consumo, de Jean Baudrillard, e sociedade em rede, de Manuel Castells, para os quais, embora com posições teóricas diferentes, haveria na contemporaneidade uma tendência de ampliação das esferas do consumo, dos serviços e do papel da informação, “sequer preconizam o conceito de capitalismo como fundamental para a compreensão deste período histórico” (Camargo, 2011, p. 13). Tal posição contrastaria com aqueles que, embora também por caminhos diversos, sustentam a ideia de capitalismo, seja este ressignificado com o adjetivo “tardio” (Fredric Jameson), “cultural” (Jeremy Rifkin) ou “cognitivo” (André Gorz). Ou seja, entre duas posições contrastantes, Castells se situa, na visão do autor, na primeira:

Grosso modo, podemos dizer que por um lado há aqueles que preconizam certa independência das forças produtivas, notadamente da tecnologia, atribuindo a esta o motivo principal das mudanças que se processaram principalmente nos países capitalistas avançados ao longo do século XX e com maior ênfase nas últimas décadas. Por outro, há aqueles que veem o avanço tecnológico como algo indissociado das relações de produção, com uma ênfase maior ou menor quanto ao papel das classes sociais, mas em última instância entendendo que as relações sociais em um capitalismo avançado continuam sendo ‘capitalistas’ (Camargo, 2011, p. 13).

Mais próxima da abordagem de Braga (2009), Castro (2013) questiona a compreensão de Castells segundo a qual o trabalho informacional estaria ancorado no enfraquecimento do “sistema de hierarquias” e no favorecimento do trabalho “criativo” e “desalienado”. Apoiando-se, para isso, além do estudo de Braverman (1987), no trabalho de Kumar (1997), para quem haveria uma tendência de taylorização do trabalho informacional (apesar de um nível médio de escolaridade mais elevado), com as atividades de tipo mais criativas se concentrando em segmentos restritos, dedicados à concepção de *softwares*. Entretanto, Castro (2013) ressalta que em sua pesquisa empírica, especialmente no que se refere às empresas de pequeno e médio portes, as tarefas de execução e de análise e programação aparecem misturadas. Citando a coletânea organizada por Antunes e Braga (2009), na maior parte dedicada ao estudo dos *call centers*, Castro (2013) propõe ampliar o olhar (com isso abrangendo também os profissionais com maior domínio sobre o conhecimento) de modo a melhor fundamentar essa crí-

tica. Assim, orienta sua proposta de estudo para o que considera “profissionais de TI” (responsáveis pelo *design*, planejamento e programação das tecnologias de informação):

Despertar o olhar para o surgimento e profusão de novas ocupações não qualificadas vinculadas à informática descortina a ingenuidade analítica presente em Castells, quando ele defendia o fim da alienação do trabalho. No entanto, para resgatar outro argumento já presente em Braverman (1980)²¹, é preciso olhar para a classe trabalhadora como um todo, independentemente de sua posição na estrutura de remuneração (Castro, 2013, p. 34).

Amorim e Grazia (2018) se colocam em oposição à tese de que a assim denominada produção imaterial (cuja matéria-prima são o conhecimento, a informação e a comunicação) não configura uma sociedade pós-industrial, do conhecimento, da inteligência ou da informação, uma vez que não haveria evidências de superação da “organização gerencial tipicamente capitalista” (seja nas formas mais precárias de trabalho, seja, até mesmo, naquelas mais adensadas intelectualmente). Com isso, busca realçar, não as rupturas implicadas com a emergência do trabalho informacional na organização industrial, mas os elementos contidos nas formas pretéritas de organização do trabalho que se reproduzem no arranjo atual. Mesmo para os casos dos trabalhadores mais diretamente envolvidos na produção informacional, sobre os quais Castells vislumbrou certa autonomia em razão da necessidade de ter que contar com graus mais elevados de escolarização (pela natureza do trabalho realizado), Amorim e Grazia (2018) consideram que o processo de qualificação desses trabalhadores (tanto geral como técnico) é mais afeito ao controle do capital sobre o trabalho do que à autonomia do trabalhador. Apoiando-se em Gorz (2005), propõem:

Assim, nos parece possível questionarmos, de um lado, de que tipo de conhecimento e saberes estamos falando quando se valora positivamente a autonomia no trabalho, a satisfação profissional, a liberdade produtiva de programadores e desenvolvedores de software, particularmente, e do trabalho na produção imaterial,

21. Se refere ao que aqui estamos tratando por Braverman (1987).

em geral e, de outro, diagnosticarmos os fundamentos de um tipo de produção que tem, como neste caso específico, a mesma base da produção material, isto é, o toyotismo: suas práticas gerenciais e produtivas, e suas formas de cooptação ideológica baseadas no engajamento objetivo e subjetivo do trabalhador como parte do corpo social da empresa (Amorim e Grazia, 2018, p. 752).

Sadi (2021) se concentra, por sua vez, no questionamento das noções de “tempo intemporal” e de “limiar do tempo eterno”, defendidas por Castells como forma dominante de manifestação do tempo na sociedade em rede. O faz a partir de um argumento inspirado em Marx, segundo o qual isso não elimina o tempo de trabalho excessivo: “A produção de valor, na teoria do valor trabalho, está determinada pelo tempo de trabalho médio gasto pelos trabalhadores do mundo todo e não propriamente pela intemporalidade dos fluxos financeiros internacionais” (Sadi, 2021, p. 104). Segundo o autor, o foco deve recair no trabalho excessivo no capitalismo global, e mais em particular no tema da duração da jornada, a qual tem sido fortemente atingida pelo “fenômeno da invasão do tempo de trabalho sobre os horários livres das pessoas” (Sadi, 2021, p. 105).

Inúmeros estudos das áreas da sociologia do trabalho, da economia do trabalho e afins lançaram mão das referências conceituais, dos quadros interpretativos e dos dados empíricos produzidos por Castells tão somente como suportes às suas proposições, sem avançarem em diálogos mais críticos, quando muito se limitando a registrarem o tom otimista da abordagem do autor, em contraste com o caráter precário das condições de trabalho observadas em campo. Entre esses, podemos citar: Ruduit (2001); De Toni (2003 e 2004); Rosenfield (2006); Silva (2006); Burkhardt (2006); Leite (2007); Jakobsen (2009); Oliveira (2009); Barbosa (2010); Alves (2012); Santos (2013); Lauda (2013); Heleno (2013); Martins (2014); Guirado Neto (2014); Costa (2016); Feitosa (2016); Sanches (2017); Rodrigues (2017); Martins (2017); Bridi e Lima (2018); Moraes (2018); Rodrigues (2018); Oliveira Neto (2018 e 2020); Lima e Bridi (2019); Maders (2020); Moliani (2020); Bridi (2021); Vêras de Oliveira (2021); Satuf (2021); Sanson (2021); Ferreira (2021); Nascimento (2021); Fincato, Wunsch e Schneider (2021); Lopes (2022).

Considerações finais

As proposições de Castells, nas suas abordagens sobre a era da informação, depois de mais de 30 anos desde que começaram a ser apresentadas ao público, continuam referenciando os estudos sobre a sociedade contemporânea, conforme indica o volume de citações, entre as mais recentes, em áreas do conhecimento muito diversas. A emergência de fenômenos nomeados e citados mundialmente como “capitalismo de plataformas”, “indústria 4.0”, “*gig economy*”, “uberização”, e outros correlacionados, tem renovado e ampliando o interesse pelo tema das novas tecnologias e suas implicações econômicas, sociais, políticas e culturais, remetendo consequentemente a obras como a de Castells, de escopo amplo e caráter seminal.

Do ponto de vista dos estudos com foco no trabalho e posicionados especialmente na perspectiva de como tais fenômenos repercutem e atuam na periferia do mundo, a exemplo da situação do Brasil e da América Latina (prismas que orientaram a presente abordagem), ganham ainda mais relevância temas como: os modos de interação entre os processos de inovação tecnológica e as transformações nos padrões produtivos e de sociabilidade (como se posicionar sobre a questão do determinismo tecnológico?); o alcance e sentido do conceito de redes para a apreensão das novas dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais (como se colocar diante da ideia de rede, de suas possibilidades de articulação das escalas macro e micro de análise, assim como dos riscos de resvalar para uma concepção instrumental de rede?); os significados e alcances da proposição de uma nova centralidade do conhecimento e da informação na sociedade contemporânea (quais suas implicações econômicas e laborais e, no caso dos países periféricos, além disso, como se expressa e influencia tal centralidade quanto aos novos padrões de inserção internacional desses países? Há que se pensar em uma nova divisão internacional do trabalho?).

Tudo isso nos redireciona às formulações se prognósticos de Castells, assim como às controvérsias que suas ideias produziram (e continuam produzindo), principalmente se, nos nossos estudos sobre as realidades brasileira e latino-americana, estamos atentos às especificidades do capitalismo que aqui se desenvolveu e aos modos como os novos processos internacionais se conectam com essas realidades históricas.

Referências

- Aguiar, C. E. S. (2010). *A sacralidade digital: a mística tecnológica e a presença do sagrado na rede*. São Paulo: ECA.
- Albino, L. (1999). A sociedade em rede - Resenha. *Revista Sociedade e Estado*, jul./dez., v. XIV, n. 2.
- Alves, T. P. (2012). *A relevância econômica da garantia de emprego*. Dissertação de Mestrado em Direito. 103p. Faculdade de Direito, USP, São Paulo.
- Amorim, H.; Grazia, M. R. (2018). Taylorização e auto-taylorização do trabalho: as metodologias ágeis na indústria de software. *Revista de Ciências Sociais*, jul./dez., v. 8, n. 2, p. 747-776.
- Andrade, C. S. (2006). *Educomunicação: novo paradigma de educação na sociedade em rede e a constituição*. 184p. Mestrado em Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Anttiroiko, A. V. (2015). Networks in Manuel Castells' theory of the network Society. *MPRA Papern*. 65617. Disponível em <<https://mpra.ub.uni-muenchen.de/65617/>>. Acesso em out. 2022.
- Aquino, M. A. (2008). O novo status da informação e do conhecimento na cultura digital. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 18, n. 1.
- Assis, F. (2011). Redes de Relacionamento na Aldeia Global: diálogos entre McLuhan e Castells. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 8, n. 14-15, p. 106-115.
- Bacci, A. P. (2010). *Novas dinâmicas da sociedade civil e o Movimento Nossa São Paulo - indagações de uma experiência em construção*. 103p. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo.
- Barbosa, A. M. S. (2010). *Mudanças organizacionais e diferenciação social: os trabalhadores da indústria do alumínio primário paraense*. 155p. Tese de Doutorado em Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos. UFSCar, São Paulo.
- Barros, C. L.; Barros, L. F. B. (2016). Direito à informação na sociedade em rede. *Direito e Desenvolvimento*, João Pessoa/PB, v. 7, n. 13, p. 155-169.

Bavaresco, A.; Porto, T.; Martins, G. (2015). Redes sociais e redes humanas ou a lógica da insociável sociabilidade humana. *Veritas*, Porto Alegre, v. 60, n. 2, maio/ago., p. 379-400.

Belluzzo, R. C. B. (2014). O conhecimento, as redes e a Competência em Informação (COINFO) na sociedade contemporânea: uma proposta de articulação conceitual. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, out., v. 4, Núm. Esp., p. 48-63.

Bernett, D.; Varvakis, G. (2010). Desafios das Tecnologias de Informação e Comunicação sob a perspectiva da Gestão do Conhecimento na Sociedade em Redes. *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 10.

Braga, R. (2009). A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contraponto. In: Antunes, R.; Braga, R. (Orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo.

Braverman, H. ([1974] 1987). *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

Bressan, M. Z. (2018). O não-lugar da anoréxica numa sociedade em rede e do espetáculo. *Caderno de Letras*, set./dez., n. 32.

Bridi, M. A. (2021). *Trabalhadores em tecnologias da informação e sindicalismo no Brasil: o que há de novo no horizonte?* São Paulo: Annablume.

_____; Lima, J. C. (Orgs.). (2018). *Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologias de informação*. Curitiba: Editora UFPR.

Bringel, B.; Teixeira, M. A. S. (2015). Repertórios de ação e repertórios de interpretação: trinta anos de estudos sobre os movimentos sociais no Brasil. In: Hann Luchmann, W. e L. H. (Orgs.). *Movimentos Sociais e Engajamento Político: trajetórias e tendências analíticas*. Florianópolis: Editora UFSC, p. 43-76.

Bundt, R. (2007). O estudo de uma alternativa – Resenha (La sociedad de la información y el Estado del bienestar: El modelo finlandés). *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, PUC/RS, ago., n. 33, p. 133-134.

Burkhardt, F. (2006). *Jornalistas free-lancers: Trabalho precário na grande imprensa da Região Metropolitana de Porto Alegre*. 115p. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.

- Camargo, A. M. (2016). *Sociedade em rede: comunicação científica na nova mídia*. 1ª ed., v. 1. Curitiba: Editora e Livraria Appris Ltda, 143p.
- Camargo, S. C. (2011). *Trabalho Imaterial e Produção Cultural - a dialética do capitalismo tardio*. São Paulo: Annablume, v. 1. 162p.
- Carvalho, G. P. de. (2006). Uma reflexão sobre a rede mundial de computadores -Resenha (A galáxia da Internet). *Sociedade e Estado*, Brasília, maio/ago., v. 21, n. 2, p. 549-554.
- Castro, B. G. de (2013). *Afogados em contratos: o impacto da flexibilização do trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI*. 388p. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas/SP.
- Coelho, V. A. (2022). *Movimentos sociais, Internet e direito: estudo de caso do coletivo anonymous*. 240p. Tese de Doutorado em Direito. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Collins, S. (1999). Finding the event horizon along the black holes of network society. review of Castells, M., 'The rise of network society', Castells, M., 'The power of identity' and Castells, M., 'End of millennium'. H-USA, H-Net. *Humanities & Social Sciences*, sep. Disponível em <<http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=3399>>. Acesso em dez. 2022.
- Copatti, L. C.; Flores, N. C. (2016). Sociedade em rede e democracia: reflexões acerca das mobilizações sociais ocorridas no Brasil em 2013. *Revista da Faculdade de Direito/RFD-UERJ*, Rio de Janeiro, dez., n. 30.
- Corrêa, C. S.; Souza, S. J. (2014). Subjetividade indignada: movimentos em rede e a afirmação da democracia. *Revista Polis e Psique*, v. 4, n. 1, p. 21-40.
- Costa, E. S. (2016). Relações laborais no capitalismo informacionalista. *Revista de Ciências Sociais*, n. 45, jul./dez. de 2016, p. 341-358.
- Costa, M. R. (2001). Tribos urbanas e identidades nas metrópoles. *EccoS-Ver. Cient.* UNINOVE, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 41-55.
- Costa, M. I. S. (2016). *Saúde Mental e os Novos Paradigmas de Cidadania e Inclusão Social na Sociedade Contemporânea*. 282p. Tese de Doutorado em Saúde Pública. USP.
- Dal Rosso, S. (2014). Trabalho excessivo. In: Cattani, A. (Org.). *Trabalho: horizonte 2021*. Porto Alegre: Escritos.

Dantas, R. A. A. (2001). *A cidade contemporânea e as novas tecnologias*. Dissertação de Mestrado em Urbanismo. 117p. Programa de pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. PROURB/FAU/UFRJ, Rio de Janeiro.

_____. (2007). *A cidade sou eu? O Urbanismo do Século XXI*. 232p. Tese de Doutorado em Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. PROURB – FAU/UFRJ. Rio de Janeiro.

De Toni, M. (2004). *Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho - Um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre*. 303p. Tese de Doutorado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PPGS/UFRGS.

_____. (2003). Visões sobre o trabalho em transformação. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 9, jan./jun., p. 246-286.

Detoni, L. P.; Freitas, G.; Bessa, C. B. F. P.; Piccinini, L. T. S. (2020). *As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e o planejamento urbano: reflexões no contexto da pandemia da Covid-19*. VI Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 1-5 mar. Disponível em: <<http://enanparq2020.s3.amazonaws.com/MT/23113.pdf>> Acesso em nov. 2022.

Dias, L. C.; Silveira, R. L. L. (Org.). (2005). *Redes, sociedades e territórios*, 1ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 1, p. 11-28.

Dornelles, J. (2008). *Vida na rede: uma análise antropológica da virtualidade*. 293p. Tese de Doutorado em Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PPGA/UFRGS, Rio Grande do Sul.

Dupas, G. (1998). A lógica da economia global e a exclusão social. *Estudos Avançados*, v. 12, n. 34.

Feitosa, R. R. S. (2016). *Globalização e trabalho: os trabalhadores nas packing houses de manga do Vale do São Francisco*. 317p. Tese de Doutorado em Sociologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, PPGS, Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.

Ferreira, J. S. W. (2003). *São Paulo: o mito da cidade-global*. 336p. Tese de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

Ferreira, L. A. S. (2021). *A precarização do trabalho no processo produtivo em empresas de tecnologia da informação em Londrina*. 550p. Tese de

Doutorado em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília/SP.

Fincato, D. P.; Wünsch, G.; Schneider, P. G. B. (2021). *O direito e as metamorfoses do trabalho desafios e perspectivas do direito do trabalho em um cenário de transformações*. Londrina: Thoth.

Frey, K. (2003). Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR - Impresso), Curitiba, p. 165-185.

Fuser, B. (2003). Sociedade em rede: perspectivas de poder no espaço virtual. *Transinformação*, Campinas, set./dez, n. 15, Edição Especial, p. 117-128.

Giglio, E. M.; Sacomano Neto, M. (2016). Ensaio sobre o paradigma da sociedade em rede: aspectos teóricos, metodológicos e aplicativos. *Revista de Administração da UNIMEP*, jan./abr., v. 14, n. 1.

Gohn, M. G. (1997). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.

Gorz, A. (2005). *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Anablume.

Grohmann, R. N. (2016). *As classes sociais na comunicação: sentidos teóricos do conceito*. 365p. Tese de Doutorado em Comunicação. Escola de Comunicação e Artes, USP, São Paulo.

Grun, R. (2003b). A promessa da “inserção profissional instigante” da sociedade em rede: a imposição de sentido e a sua sociologia. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 46, n. 1, p. 5-37.

_____. (2007). Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira. *Mana*, v. 13, n. 2, p. 381-410.

Guesser, A. H. (2004). Uma viagem ao mundo (des)conhecido da Internet - Resenha (A galáxia da Internet). *Política & Sociedade*, abr., n. 04.

Guirado Neto, J. (2014). *Para além da costura trabalho imigrante e organização coletiva na metrópole*. 147p. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

Hardt, M.; Negri, A. (2001). *Império*. São Paulo: Record.

Heleno, E. A. (2013). *Configurações do trabalho a domicílio nas confecções de roupas de jeans no município de Toritama-PE*. 313p. Tese de Doutorado em Sociologia. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, CCHLA/UFPB, João Pessoa, PB.

Jakobsen, K. A. (2009). *Relações transnacionais e o funcionamento do regime trabalhista internacional*. 154p. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

Kenski, V. M. (2008). Educação e comunicação: interconexões e convergências. *Educação e Sociedade – Especial*, out., Campinas, v. 29, n. 104, p. 647-665.

Kowarick, L. (2000). *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34.

_____. (1986). *Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 03. Disponível em <http://anpocs.com/images/stories/RBCS/03/rbcs03_03.pdf>. Acesso em set. 2022.

Kumar, K. (1997). *Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Kunsch, M. M. K. (2007). Comunicação organizacional na era digital: contextos, percursos e possibilidade. *Signo y Pensamiento*, 51, v. XXVI, jul./dez.

Lauda, L. Z. A. (2013). *Dispositivos de gestão e controle sobre o trabalho: um estudo sobre os gerentes de contas das agências de turismo corporativo*. 107p. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PPGDOC, UFRGS, Porto Alegre/RS.

Leite, A. T. B. (2007). *Precarização do trabalho. Uma abordagem das desigualdades de gênero no mercado de trabalho de Goiânia*. 138p. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, UFG, Goiânia, GO.

Lima, J. C.; Bridi, M. A. (2019). Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. *Caderno C R H*, Salvador, maio/ago., v. 32, n. 86, p. 325-341.

Lima, M. O. C. (2004). *A sociedade da informação e o determinismo tecnológico: notas para um debate*. *Líbero* (Facasper), São Paulo, ano VI, v. 6, n. 11, p. 83-93.

Limonad, E. (1999). Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. *GEOgraphia*, ano 1, n. 1.

Lira, J. (2022). *O Manifesto Cluetrain e sua contribuição para a compreensão dos impactos da Internet para a sociedade em rede*. 181p. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, UFPE, Recife/PE.

Lopes, R. S. (2006). *Informação, conhecimento e valor*. 208p. Tese de Doutorado em Filosofia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

_____. (2008). As TICs e a “nova economia”: para além do determinismo tecnológico. *Ciência e Cultura* [On-line], v. 60, n. 1, p. 26-29.

_____. (2011). As TIC's e a regulação financeira - uma crítica à Manuel Castells. *Revista Electrónica Internacional de Economía Política de las Tecnologías de la Información y la Comunicación*, São Cristóvão, SE, jan./abr., v. 13, n. 1.

Lopes, J. C. N. (2022). *A inserção da Uber em uma região periférica: uma análise sobre os seus efeitos no mercado de trabalho e na trajetória de motoristas por aplicativo no Rio Grande do Norte*. 193p. Tese de Doutorado em Sociologia. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, PPGS/ UFPB, João Pessoa, PB.

Luz, P.; Cruz, F. A. (2017). Poder, estado e sociedade em rede. *Raízes Jurídicas*, Curitiba, jul./dez., v. 9, n. 2.

Macedo, C. S. (2018). Cidadania, cultura de convergência e movimentos sociais organizados em rede. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, ano 4, n. 4.

Maders, T. R. (2020). *Tempos flexíveis e teletrabalho: a suplantação do controle de jornada pelo “trabalho feito” e a necessidade de efetivação do direito à desconexão do trabalho*. 191p. Dissertação de Mestrado em Direito. Programa de Pós-graduação em Direito, Faculdade de Direito, UFPel, Pelotas, RS.

Manieri, D. (2014). *Internet e os novos movimentos sociais – Resenha (Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet)*. *Plural. Revista do Programa de PósGraduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 195198.

Marino, B.; Kiuchi, G. C. (2018). Resenha crítica do livro Ruptura: a crise da democracia liberal, de M. Castells. *Revista Culturas Jurídicas*, set./dez., v. 5, n. 12.

Martins, C. A. B. (2017). *Trabalho do engenheiro docente no ensino superior privado, em tempos de convergência midiática*. 106p. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Uberaba/UNIUBE, Uberaba, MG.

Martins, M. C. R. (2014). *Internet e trabalho produtivo não-remunerado: da criação de redes à palavra-mercadoria*. 159p. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, ECO/UFRJ, Rio de Janeiro.

Mendonça, C. (2014). Movimentos sociais em rede: do medo ao espaço de autonomia no século XXI -Resenha (Networks of outrage: social movements in the Internet age). *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, set./dez., v. 50, n. 3, p. 310-312.

Moliani, J. A. (2020). *O trabalho em agências de comunicação: processos produtivos e densificação da atividade no jornalismo de rabo preso com o cliente*. 270p. Tese de Doutorado em Ciência da Comunicação, Escola de Comunicação e Artes, USP, São Paulo.

Moraes, A. C. N. (2018). *Trabalhadores de call centers: Trabalho precário e resistências na Paraíba*. 335p. Tese de Doutorado em Sociologia. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Sociologia, CCHLA/UFPB, João Pessoa/PB.

Moraes, D. (Org.). (2006). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad Editora.

Musso, P. (2003). *Critique des reseaux*. Paris: PUF.

Nascimento, M. P. (2021). *A eficácia horizontal dos direitos fundamentais do trabalho no capitalismo de multidão*. 113p. Dissertação de Mestrado em Direito Constitucional. Escola de Direito e Administração Pública, UFPI, Teresina.

Nascimento, T. C. (2013). *O Centro de Mídia Independente: A política e a estética*. Mestrado em Ciências Sociais. 140f. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, UNISINOS, São Leopoldo, RS.

Nehmy, R.M.Q.; Paim, I. (2002). Repensando a sociedade da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, jan./jun., v. 7, n. 1, p. 9-21.

Neves, S. S. (2022). Caburi: uma comunidade amazônica na sociedade em rede. *Revista Eco-Pós*, v. 25, n. 3, p. 178-199.

- Nicolaci-da-Costa, A. M. (2002). Revoluções tecnológicas e transformações subjetivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, maio/ago., v. 18, n. 2, p. 193-202.
- Nunes, L. L. S.T. *et al.* (2016). Educação em rede: tendências tecnológicas e pedagógicas na sociedade em rede. *Em Rede – Revista de Educação à Distância*, v. 3, n. 2.
- Oliveira Neto, A. E. (2020). *Negociação coletiva transnacional: Acordos Marco Globais, sindicatos e globalização*. Belo Horizonte: RTM/Instituto Edésio Passos.
- Oliveira Neto, C. P. (2018). *Trabalho em ambiente virtual: causas, efeitos e conformação*. São Paulo: LTr Editora.
- Oliveira, D. R. (2009). *Os trabalhadores da indústria de software: flexíveis e precários?* 119p. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFSCar, São Carlos, SP.
- Oliveira, G. J; Schwanka, C. (2009). A administração consensual como a nova face da administração pública no Século XXI: fundamentos dogmáticos, formas de expressão e instrumentos de ação. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, jan./dez., v. 104, p. 303-322.
- Padovani, G. (2016). Resenha (Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet). *Revista GEMInIS*, ano 7, n. 1, p. 295-300.
- Paletta, F. C. (2016). Acesso, apropriação e uso da informação na sociedade em rede. In: Silva, J. F. M.; Paletta, F. C. (Orgs.). *Tópicos para o Ensino de Biblioteconomia*, 1ed. São Paulo: Livre Expressão, v. 1, p. 56-72.
- Passarelli, B.; Gomes, A. C. F. (2020). Transliteracias: a terceira onda informacional nas humanidades digitais. *RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação*, Brasília, DF, jan./abril, v. 13, n. 1, p. 253-275.
- Pereira, J. M. (2015). Resenha (Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet). *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, jul./dez., ano 21, n. 44, p. 407-410.
- Pierini, A. (2020). Resenha (Ruptura: a crise da democracia liberal). *Revista Diálogos*, v. 08, n. 01.
- Pochamann, M. (2001). *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo.

Prado, J. L. A. (2000). A naturalização da rede em Castells. Intercom - XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2000, Manaus, 2-6 set. *Caderno de resumos e CDIntercom*. Manaus: Intercom.

_____. (2001). O enredamento globalizante de Castells. In: _____; Sovik, L. (Orgs.). *Lugar global Lugar nenhum*. 1ed. São Paulo: Hacker Editores, p. 97-114.

Ramos, J. S. (2015). Subjetivação e poder no ciberespaço. Da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, p. 57-76.

Randolph, R. (1999). Resenha (A Sociedade em Rede). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nov., n. 02.

Rodrigues, A. L. S. L. (2018). *Redes sindicais internacionais: uma contribuição ao fortalecimento*. Bauru: Projeto Editorial Praxis.

Rodrigues, A. G.; Gadenz, D.; De la Rue, L.A. (2014). Feminismo.com: o movimento feminista na sociedade em rede. *Derecho y Cambio Social*, Lima, Peru, año XI, n. 36.

Rodrigues, C. O. (2012). Resenha (Paradigma tecnológico e a cultura da virtualidade real) (A sociedade em rede). *Caderno de Resenhas*, n. 02, PPG-COM/UFPA.

Rodrigues, N. L. R. (2019). Evangélicos e a sociedade em rede: as eleições de 2018 e o impacto das redes sociais no Brasil. *REFLEXUS*, ano XIII, n. 21.

Rodrigues, T. M. (2017). *Juventude e mercado de trabalho no Brasil: formação e empregabilidade*. 86p. Dissertação de Mestrado em Administração de Empresas, PUC/SP, São Paulo.

Rosenfield, C. L. (2006). Trabalho, empresa e sociedade: a teoria do reconhecimento de A. Honneth e o teletrabalho. V Workshop Empresa, Empresários e Sociedade. *O mundo empresarial e a questão social*, 2006, Porto Alegre, RS, 2-5 maio.

Ruduit, S. (2001). *Relações interfirmas e emprego: Estudo de uma rede de empresas em telecomunicações*. 172p. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PPGS, UFRGS, Porto Alegre, RS.

Ruediger, M. A.; Martins, R.; Luz, M.; Grassi, A. (2014). Ação coletiva e polarização na sociedade em rede para uma teoria do conflito no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Sociologia*, jun./dez., v. 02, n. 04.

Salgado, L.; Leitão, C. (2020). Cultura na prática da computação: um desafio para o profissional da sociedade em rede. In: Macie, C.; Viterbo, J. (Orgs.). *Computação e sociedade: a sociedade - Volume 2*. [e-book]. Cuiabá: EdUFMT Digital.

Salgueiro, G. H. (2018). *A sociedade em rede e a eficácia dos movimentos sociais no Brasil*. 125p. Dissertação de Mestrado em Direito. UFSE, São Cristóvão, Sergipe.

Samborski, T. (2016). Ruralidade e sociedade em rede. *Revista Exitus*, v. VI, p. 199-210.

Sanches, A.T. (2017). *Trabalho bancário: inovações tecnológicas, intensificação de controles e gestão por resultados*. São Paulo: Annablume, v. 01. 352p.

Sanson, C. (2021). O futuro do trabalho: breve revisão teórica do debate entre os contemporâneos. *Revista Sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas Brasília*, jul. /dez. v. 5, n. 2.

Santi, V. J. (2014). A sociedade em rede, a geração digital e a crise na imprensa: para onde caminha o jornalismo? *ANIMUS – Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, v. 13, n. 26.

Santiago, L. S. (2016). *Os “novíssimos” movimentos sociais e a sociedade em rede: a criminalização das “Jornadas de Junho” de 2013 e a consolidação de um estado delinquente*. 123p. Dissertação de Mestrado em Direito. Centro de Ciências Sociais e Humanas, PPGD/UFMS, Santa Maria, RS.

Santini, R. M.; Almeida, A. R. D. (2017). Feminismo 2.0: a mobilização das mulheres no Brasil contra o assédio sexual através das mídias sociais (#Primeiroassedio). *P2P & Inovação*, Rio de Janeiro, set./mar., v. 3, n. 1.

Santos, H. (2014). Complexidade e informacionalismo: as contribuições de Edgar Morin e Manuel Castells. In: Passarelli, B.; Silva, A. M.; Ramos, F. (Orgs.). *E-infocomunicação: estratégias e aplicações*. São Paulo: Editora Senac, p. 25-47.

Santos, S. M. A. (2013). *O trabalho flexível no comércio varejista: multifuncionalidade e precarização*. 115p. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Centro de Educação em Ciências Humanas, UFSCAR, São Carlos, SP.

Satuf, C. V. V. (2021). *A construção dos sentidos e significados do trabalho no Brasil: A influência de fatores demográficos e estruturais*. 263p. Tese de Doutorado em Sociologia, FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, MG.

Silva, A. K. A.; Correia, A. E. G. C.; Lima, I. F. (2010). O conhecimento e as tecnologias na sociedade da informação. *Revista Interamericana de Bibliotecologia*, jan./jun., v. 33, n. 1, p. 213-239.

Silva, C. R. (2019). Resenha (Ruptura: a crise da democracia liberal). *Emanipação*, Ponta Grossa, v. 19, n. 2, p. 1-5, e13571.

Silva, L. G.; Siqueira, A. C.M. (2019). A (há) liberdade de expressão na sociedade em rede (?): manipulação na era digital. *Revista Relações Internacionais do Mundo Atual*, v. 2, n. 23.

Silva, L. F. S. C. (2006). *Relações de trabalho em call centers: flexibilidade laboral e perfis sócio-ocupacionais em novo cenário de emprego*. 150p. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, RS.

Silva, T. T. (2017). *Ativismo digital e imagem: estratégias de engajamento e mobilização em rede*. Jundiaí: Paco Editorial.

Silveira, M. D. P. (2004). Efeitos da globalização e da sociedade em rede via Internet na formação de identidades contemporâneas. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 24, n. 4, p. 42-51.

Soffner, R.; Caro, S. (2014). Resenha (Networks of outrage: social movements in the Internet age). *Educação & Linguagem*, jan./jun., v. 17, n. 1, p. 255-257.

Souza, H. (2004). Resenha (A era da informação: economia, sociedade e cultura - vols. I e II). *Comunicação e Sociedade*, v. 5.

Stoer, S. R.; Magalhães, A. M. (2003). Educação, conhecimento e a sociedade em rede. *Educação e Sociedade*, Campinas, dez., v. 24, n. 85, p. 1179-1202.

Triana, Y. Q. (2014). Tecnologias sociais na era da informação: o caso das redes de software livre. *Revista Contraponto*, jan./jul., v. 1, n. 1.

Vasconcelos, C. (2019). *A formação da cultura política dos jovens: a influência das redes sociais em contextos socioeconômicos desiguais*. 307p. Tese de Doutorado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, RS.

Véras de Oliveira, R. (2021). Os trabalhadores de tecnologia da informação em Pernambuco. In: _____; Rodgers, G. (Orgs.). *Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil*. V. 1. São Paulo: Annablume, p. 615-653.

Vermelho, S. C.; Velho, A. P.M.; Bertoncetto, V. (2015). Sobre o conceito de redes sociais e seus pesquisadores. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, out./dez., v. 41, n. 04, p. 863-881.

Viveiros, E. (2011). Resenha (Comunicación y Poder). *Aurora*, n. 10.

Zanon, D. (2019). *Igreja e sociedade em rede: impactos para uma cibereclesiologia*. São Paulo: Editora Paulus.

30. O DEBATE SOBRE O CAPITALISMO CONEXIONISTA EM BOLTANSKI E CHIAPELLO

MARCELO SAMPAIO CARNEIRO

Introdução

A abordagem desenvolvida no livro “O novo espírito do capitalismo” (Boltanski e Chiapello, 1999) abriu uma perspectiva inovadora para a análise de diferentes tipos de conflitos sociais no final do século XX. Esses conflitos, provocados pelo desenvolvimento de uma nova fase do capitalismo, denominada de conexcionista, passam a ser pesquisados a partir da dialética entre diferentes formas de crítica e justificação, dando continuidade ao desenvolvimento teórico da chamada “sociologia pragmática da crítica” francesa, com sua ênfase no estudo de disputas realizadas em situações de justiça (Boltanski e Thévenot, 1991).

Recebido como uma perspectiva analítica adequada para dar conta dos conflitos sociais nas novas condições do capitalismo reticular (Benquet, 2010), mas também criticado por uma menor atenção conferida às dimensões estruturais da dominação (Ramaux, 2001; Gautier, 2001), “O novo espírito do capitalismo” foi e vem sendo utilizado por pesquisadores(as) brasileiros(as) atuantes em diferentes campos disciplinares, para estudar temas bastante diversos, envolvendo questões como a adoção de práticas de responsabilidade social empresarial, de flexibilização das relações de trabalho, de construção de novas sociabilidades, etc.

No presente texto, discuto como essa obra foi recebida no Brasil, abordando principalmente a sua recepção no campo de estudos da sociologia econômica, destacando sua utilização para a compreensão da atuação da crítica (social e ambiental) e a resposta adotada por empresas, a partir dos estudos que realizei sobre a questão do combate às práticas do trabalho escravo na

cadeia da produção siderúrgica (Carneiro, 2008 e 2016) e sobre o processo de regulação da atividade de exploração florestal na Amazônia (Carneiro, 2006 e 2017).

Para desenvolver essa argumentação, organizei o capítulo em quatro partes, além dessa introdução e da conclusão. Na primeira parte, apresento o argumento central de “O novo espírito do capitalismo”, destacando a questão da emergência da chamada “*cité por projeto*”. Na segunda seção, discuto a continuidade da perspectiva de análise, realizada por Boltanski (2009) a partir do livro “*De la critique*”. Na terceira seção, exponho os resultados de um levantamento sobre a recepção do livro no Brasil, enfatizando sua utilização no campo de estudos da sociologia econômica. Na última seção, apresento o que poderia ser considerado como a teoria na prática, mostrando os resultados que obtive, utilizando elementos dessa perspectiva teórica¹ a partir de pesquisa abordando a questão do trabalho escravo e a exploração florestal na Amazônia.

Na conclusão, retomo alguns elementos apresentados pela sociologia pragmática da crítica, de forma a problematizar a mobilização dessa perspectiva na análise de questões atuais, que, apesar de se caracterizarem como situações de disputa em justiça (Boltanski, 1990), estão marcadas pela dificuldade de atuação da crítica diante dos mecanismos de manutenção dos sistemas de dominação (Mathieu, 2020).

“O novo espírito do capitalismo”: argumento central

O livro “O novo espírito do capitalismo” representa um prolongamento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da chamada sociologia pragmática (Nachi, 2006; Lemieux, 2018) ou sociologia pragmática da crítica (Boltanski, 2009), abordagem intelectual desenvolvida na França, nos anos 1990, numa reação ao domínio da sociologia de Pierre Bourdieu, considerada como demasiadamente determinista e conferindo pouca capacidade de agência aos atores.

1. Vale dizer que minha utilização tem algo de heterodoxo, pois, apesar de utilizar o esquema analítico crítica/justificação na dinâmica entre movimentos sociais e empresas na Amazônia, trato a resposta das empresas a partir de uma perspectiva bourdieusiana, considerando os diferentes capitais que esses agentes dispõem, para fazer frente ao desafio da crítica.

Inspirado no modelo das chamadas *cités*², elaborado no livro “A justificação” (Boltanski e Thévenot, 1991), isto é, ordens ou gramáticas normativas que definem as qualidades dos seres e medeiam as disputas em regime de justiça, o “O novo espírito do capitalismo” apresenta uma abordagem inovadora para a compreensão do funcionamento do capitalismo contemporâneo, denominado por seus autores como conexcionista, cujos argumentos centrais apresento a seguir.

O primeiro aspecto a ser considerado se refere ao fato de que a perspectiva do “O novo espírito do capitalismo” privilegia a análise das disputas que ocorrem em situações de equivalência. Esse argumento foi elaborado em livro anterior de Boltanski (1990), no qual ele define quatro regimes de ação, estabelecidos a partir do cruzamento de duas dimensões: a natureza do regime (disputa/paz) e a existência ou não de equivalência, conforme Quadro 1, abaixo.

Quadro 1. Os diferentes regimes de ação segundo Boltanski

	Com equivalência	Sem equivalência
Situação de disputa	Justiça	Violência
Situação de paz	Justeza	Ágape

Fonte: Elaborado a partir de Boltanski (1990).

Essa distinção é importante, pois a análise desenvolvida em “O novo espírito do capitalismo” corresponde ao regime de ação da disputa em justiça, que se caracteriza pela dialética entre a apresentação da crítica e a mobilização de justificações, como na relação entre a crítica e o espírito do capitalismo, elaborada por Boltanski e Chiapello a partir da discussão de Weber (2020) sobre a necessidade de legitimação para a ordem capitalista e do esquema desenvolvido por Hirschman (1973) acerca do papel da relação entre voz, saída e lealdade no desenvolvimento das organizações.

O espírito do capitalismo corresponde à necessidade que o sistema possui, para manter seu funcionamento, de estabelecer “um conjunto de crenças

2. De acordo com Lemieux (2018, p. 53), as *cités* “possuem por característica principal permitirem às pessoas o estabelecimento de formas de comparação”; são o nome que os autores de “A justificação” deram às formas gerais de equivalência identificadas em sua pesquisa. De acordo com Boltanski e Thévenot (1991), são seis as *cités* apresentadas no livro “A justificação”: doméstica, mercantil, inspirada, industrial, cívica e de opinião.

associadas à sua ordem e que servem para justificar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições que são coerentes com ele” (Boltanski e Chiapello, 1999, p. 46). Nesse sentido, ao longo do seu processo histórico, o capitalismo desenvolveu diferentes “espíritos”, como a gestão paternalista, característica do momento em que as empresas se identificavam com as famílias proprietárias, e a gestão burocrática, quando o controle da empresa se separa de sua administração e a sociedade por ações se torna a forma majoritária de propriedade das firmas.

Outro aspecto importante a ser considerado diz respeito ao papel desempenhado por diferentes atores no processo de legitimação ou de promoção dos respectivo espírito do capitalismo, pois, se no momento do primeiro espírito a relação da empresas com seus trabalhadores e partes interessadas (os chamados *stakeholders*) era realizada pelos próprios proprietários, a partir da chamada revolução gerencial (Chandler Jr., 1988) essa tarefa caberá aos gerentes, os *cadres*, na tradição francesa (Boltanski e Chiapello, 1999, p. 51).

O papel desses *cadres* é central, pois são eles que estarão na linha de frente do trabalho de defesa da ordem capitalista, que, como realçam os autores do NEC, envolve a articulação entre a dinâmica econômica da acumulação do capital e a existência de uma moralidade que justifica esse padrão de acumulação, de produção de riquezas e de obtenção do lucro. Nesse sentido, eles sublinham que é na obtenção da adesão dos *cadres* que o capitalismo deve completar seu aparelho justificativo, como fica claro na seguinte passagem:

Esse discurso se endereça prioritariamente aos *cadres*, cuja adesão ao capitalismo é particularmente indispensável ao desenvolvimento das empresas e à obtenção do lucro, mas, cujo elevado nível de engajamento requerido, não pode ser obtido pelo constrangimento puro, uma vez que esses atores, menos sujeitos à necessidade de que os operários, podem opor uma resistência passiva, se engajar com reticência, ou mesmo fragilizar a ordem capitalista, criticando-a a partir de dentro (Boltanski e Chiapello, 1999, p. 51).

Essa defesa da necessidade da obtenção do engajamento dos *cadres*, sob o risco de sua “defecção”, se relaciona com a utilização que os autores fazem do esquema proposto por A. Hirschman (1973), que analisou o desenvolvimento de firmas e organizações estatais, a partir da tríade saída (defecção),

voz (crítica) ou lealdade (adesão). Em “O novo espírito do capitalismo”, a ênfase recai nas diferentes formas que a crítica ao capitalismo pode assumir, nos seus diferentes níveis de intensidade e nas respostas que o sistema pode oferecer a essas críticas.

Boltanski e Chiapello (1999) identificam dois níveis de expressão de uma crítica, um que opera num plano mais imediato, das emoções, e outro, mais reflexivo, que exige uma elaboração teórica. É esse segundo nível que permite a sustentação de lutas ideológicas, ao possibilitar a identificação de situações históricas a serem criticadas por intermédio da mobilização de valores que permitam a universalização – o crescimento em generalidade³ - dessa crítica.

Em seguida, os autores defendem a existência de quatro fontes de indignação contra o capitalismo, relacionadas com a questão da inautenticidade, da opressão, da desigualdade e do egoísmo, e dizem que a partir da combinação dessas fontes é possível distinguir dois tipos básicos de crítica ao capitalismo: a crítica social e a crítica artística. Enquanto a crítica artística se baseia na denúncia da inautenticidade e da opressão, e expressa uma sensibilidade típica de movimentos culturais, a crítica social se manifesta na luta contra o egoísmo dos interesses particulares e a miséria crescente das classes populares, dando lugar à teoria da exploração mobilizada pelo movimento socialista (Boltanski e Chiapello, 1999, p. 84).

A segunda dimensão da crítica diz respeito à relação entre seu caráter e as provas (*épreuves*)⁴, conceito que define as operações que instituem a qualidade das pessoas e dos seres, de acordo com uma determinada *cité*. Essas provas ocorrem cotidianamente, quando inexistente discordância entre os seres e seus atributos. Contudo, quando eclode um desacordo acerca da qualificação dos seres, espera-se que a prova (correspondente ao estado de grandeza em questão) seja capaz de resolver essa disputa (Boltanski e Thévenot, 1991, p. 172).

Podem existir, entretanto, disputas quanto à natureza mesma da prova, e nesse caso temos a emergência da crítica, que pode ser de natureza corretiva ou radical. A crítica corretiva, como o próprio nome sugere, tem por

3. A questão do crescimento em generalidade de uma crítica faz parte do argumento desenvolvido por Boltanski (1990) para explicar as situações nas quais uma denúncia logra se transformar numa ação coletiva, ao passo que outras permanecem como críticas isoladas.

4. O conceito de *épreuve* tem sua origem no trabalho de Boltanski e Thévenot (1991) sobre os diferentes regimes de grandeza (mercantil, doméstica, industrial, etc.), servindo para qualificar os seres (humanos e não humanos) como pertencentes a um determinado regime. Como diz Boltanski, a prova “conduz as pessoas a construírem acordos sobre a importância relativa dos seres que se encontram engajados em uma dada situação” (1990, p. 58).

objetivo aperfeiçoar uma dada prova, enquanto a crítica radical possui por alvo a substituição da prova, considerada incapaz de atingir determinado objetivo. Essa discussão apresentada em “O novo espírito do capitalismo” retoma um argumento elaborado em “A justificação”, como destacam Boltanski e Chiapello (1999):

[...] a crítica corretiva é uma crítica que leva a sério a *crité* em relação a qual a prova é construída. De alguma maneira, ela é uma crítica interna à *crité*. De forma inversa, a crítica radical é aquela que se faz em nome de outros princípios, relativos à outra *crité*, e não daqueles sobre os quais a prova, em sua definição corrente, encontra-se fundamentada (p. 77).

Por último, os autores apresentam as formas como o capitalismo reage aos diferentes tipos de crítica. No caso da crítica corretiva, destacam três possibilidades: (i) a defesa da prova, tentando desacreditar a crítica; (ii) a aceitação da crítica, buscando o aprimoramento da prova, de forma que ela se adeque ao modelo de *crité* no qual foi inspirada, e (iii) a tentativa de contornar a crítica, através de deslocamentos que procuram desarmar a crítica (Boltanski e Chiapello, 1999, p. 77-78).

Esse terceiro tipo de comportamento, de contornar a crítica, é central para a análise, pois, de acordo com Boltanski e Chiapello, ele corresponde à estratégia adotada pelo patronato francês para enfrentar os diferentes tipos de crítica que eclodiram no período de 1965-1975, e que colocaram em questão o modelo social hexagonal. “Esse elevado nível de crítica alarmou os responsáveis das instituições do capitalismo e, em primeiro lugar, o patronato, que se inquietou fortemente com a ‘crise de autoridade’ e da ‘recusa do trabalho na empresa’, particularmente entre os jovens” (Boltanski, 2003, p. 27).

A disputa entre a crítica e o capitalismo e a emergência da “*crité* por projeto”

A principal tese de Boltanski e Chiapello é que nos anos 1980 emergiu uma nova *crité*, isto é, um conjunto original de dispositivos de justificação (provas) que ca-

racterizariam o surgimento de um terceiro espírito do capitalismo, diferente do primeiro (capitalismo familiar) e do segundo (capitalismo fordista/gerencial).

A emergência dessa nova *cit *, que designam de “*cit * por projeto”, foi uma reposta do patronato   forte contestação social que a França enfrentou no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. De acordo com os autores, num primeiro momento, a resposta das organizações empresariais às reivindicações deu-se num formato tradicional de reação   crítica social, com a concessão de reajustes salariais e outras medidas relacionadas com a segurança no trabalho, no âmbito de negociações com as centrais sindicais; contudo, diante da persistência da situação, num segundo momento, o patronato mudou de estratégia, passando a adotar medidas que se relacionavam com as demandas da crítica artística.

Eles compreenderão a crise nos termos de uma crise est tica, como uma revolta contra condições escravizantes do trabalho e contra as formas tradicionais de autoridade. Não esperar o o retorno   paz social por obra das centrais sindicais, parar o de negociar vantagens sociais com elas e, ao contrário, tratarão de contorná-las no plano local e nas questões das relações de trabalho (Boltanski e Chiapello, 1999, p. 256).

A partir da análise dos textos de revistas de administração (*management*) voltados aos *cadres*, Boltanski e Chiapello mostram o aparecimento de modificações importantes no discurso da gestão empresarial, que, nos anos 1960, se concentrava na questão da direção por objetivos e nas atitudes paternalistas dos empresários (1999, p. 104-105), ao passo que nos anos 1990, a discussão se volta para temas com a flexibilidade, a crítica dos *cadres*, a emergência dos *experts* e a importância do autocontrole.

Assim, podemos ver na passagem do controle para o autocontrole, e na externalização dos custos de controle, antes assumido pela organização, pelos assalariados e pelos clientes, os traços mais marcantes da evolução do *management* no curso dos últimos trinta anos (Boltanski e Chiapello, 1999, p. 126).

Foi a partir da caracterização desse novo padrão de justificação que o discurso gerencial assumiu, centrado em temas como o autocontrole, a mobilidade, a

empregabilidade, a autonomia⁵ etc., que Boltanski e Chiapello (1999) enxergaram o surgimento de uma ordem original para avaliar a grandeza das pessoas, a “*cit * por projeto”. Nessa nova *cit *, o elemento central para a defini o da grandeza de um ator está na sua capacidade em estabelecer (e desfazer) conexões, em montar redes (Boltanski e Thévenot, 2021, p. 66).

O surgimento dessa *cit *, com suas novas provas de grandeza, produz ou acentua as divisões entre os trabalhadores (novos/velhos; migrantes/nacionais) e fragiliza o movimento sindical franc s⁶, cujas estratégias de contesta o das práticas empresariais revelaram-se inadequadas para o novo contexto. Ou seja, de acordo com o quadro teórico proposto, “os deslocamentos do capitalismo (conexionista) contribuíram para desfazer provas” que haviam sido elaboradas ao longo de anos de desenvolvimento da crítica social, mas que pertenciam ao mundo do segundo espírito do capitalismo (Boltanski e Chiapello, 1999, p. 401).

A partir da constata o da incapacidade da crítica social e artística em compreender o movimento do capitalismo, com a emergência da empresa em rede, dos processos de terceiriza o e de deslocamento de plantas industriais para regiões com salários mais baixos, Boltanski e Chiapello (1999) chamam a aten o para a nova forma que a questão da explora o assume nesse contexto, considerando os diferentes níveis de mobilidade e capacidade de estabelecer conexão entre os diferentes atores. Dizem os autores:

Em efeito, num mundo conexionista, a mobilidade, a capacidade de deslocar-se com autonomia, n  só no espaço geográfico, mas também entre as pessoas ou mesmo em espaços mentais, entre ideias, é uma qualidade essencial dos grandes, de tal modo que os pequenos se caracterizam primordialmente por sua fixidez (Boltanski e Chiapello, 1999, p. 444-445).

5. Temas que eram mobilizados pela crítica artística e que o discurso gerencial passou a utilizar contra a questão da segurança social, até então central nas mobiliza es sindicais. Nesse sentido, dizem os autores que foi aberto o caminho para um novo espírito do capitalismo, valorizando as dimensões da mobilidade e da adaptabilidade, “enquanto o espírito anterior se preocupava [...] mais com a seguridade do que com a liberdade (Boltanski e Chiapello, 1999, p. 286).

6. Em texto posterior, Boltanski (2003) vai diferenciar as rea es do movimento sindical ao novo contexto, destacando a estratégia da Confedera o Geral dos Trabalhadores (CGT), com aceita o mais forte entre operários, que se centrava na questão dos aumentos salariais, ao passo que as mobiliza es da Confedera o Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) terão como foco a questão da participa o dos trabalhadores na gestão da empresa e na busca de maior autonomia individual.

Assumindo a necessidade da construção de dispositivos de justiça adequados ao contexto desse novo tipo de capitalismo, que seriam os fundamentos da “*cit   por projeto*”, Boltanski e Chiapello (1999, p. 466) passam a discutir as possibilidades da emergência desses dispositivos, elencando os atores capazes de participar dessa mobilização, os novos movimentos sociais, mas, também, “altos funcionários, políticos e uma fração de homens de negócio” que seriam autônomos em relação aos interesses capitalistas e à tutela dos acionistas e teriam interesse na regulação desse mundo conexcionista.

Para regular os processos de exploração associados ao mundo conexcionista, os autores de “O novo espírito do capitalismo” apresentam alguns dispositivos de justiça – as novas provas da *cit   por projeto* – que visam proteger os atores menos móveis, mas, sem prejudicar as características de flexibilidade das empresas⁷. Esses dispositivos, que podem ser tanto políticas públicas como a  oes empresariais, visariam “permitir o reconhecimento das pessoas que participam dos projetos (desenvolvidos em rede), elaborar princípios justos de remuneração para os participantes desses projetos e promover uma maior igualdade entre os atores mais/ menos móveis do mundo conexcionista” (Boltanski e Chiapello, 1999, p. 474).

Nesse sentido, Boltanski e Chiapello apresentam algumas iniciativas que buscam limitar a mobilidade do capital, como a proposta da Taxa Tobin e o desenvolvimento de sistemas transnacionais de certificação, medidas que visam proteger os trabalhadores excluídos da ordem conexcionista, como as propostas de renda mínima de inserção, e destacam a necessidade da substituição do contrato de trabalho tradicional por um contrato de atividade.

Os contratos de atividade constituem um dispositivo de compromisso, entre, por um lado, as demandas patronais de flexibilidade e mobilidade dos assalariados e, por outro lado, as exigências de justiça que buscam ‘contrabalançar uma repartição unilateral dos riscos do emprego’ (Simitis, 1997) e possibilitar que as pessoas adquiram empregabilidade, competências, bem como transportarem essas aquisi  oes quando se movimentarem no espaço heterogêneo de um mundo em rede, sem que sejam relegadas    margens da exclusão quando terminarem os projetos nos quais participaram (Boltanski e Chiapello, 1999, p. 494).

7. Tema que será retomado anos depois, com o debate acerca das medidas ditas de *flex securit  *, que conjugariam um bom sistema de proteção aos trabalhadores, mas permitiriam flexibilidade de atuação às empresas, que seriam características do modelo produtivo dinamarquês, visto como modelo a ser seguido na França (Boyer, 2006).

A continuação da perspectiva de análise: o livro “De la critique”

Apesar de ser uma obra escrita em coautoria⁸, “O novo espírito do capitalismo” pode ser considerado como um livro que se insere no projeto desenvolvido sob a liderança de Luc Boltanski para ultrapassar a chamada sociologia crítica, pelo estabelecimento de uma sociologia pragmática da crítica, marcando sua ruptura com a abordagem bourdieusiana, considerada como demasiado determinista por não conferir o devido poder à capacidade de agência dos atores. Nesse sentido, como destaquei anteriormente, esse livro possui conexão direta com obras anteriores desse autor (Boltanski, 1990; Boltanski e Thévenot, 1991), e teve prosseguimento em obras posteriores, principalmente no livro “De La critique: précis de sociologie de l’émancipation” (2009), cujas principais contribuições abordo nessa seção.⁹

Escrito a partir de um convite feito por Axel Honneth para a realização de conferências no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, “De la critique...” apresenta várias conexões com “O novo espírito do capitalismo”, principalmente no que concerne à relação entre crítica social e justificação, pois, como afirmou Boltanski – na introdução com Thévenot para a edição brasileira de “A justificação” – o livro teve como objetivo elaborar uma teoria acerca das “condições de emergência, sucesso e insucesso da crítica social” (Boltanski e Thévenot, 2021).¹⁰

Apesar dessa continuidade, é necessário ressaltar a introdução de um conjunto de novas questões, como, por exemplo, a discussão acerca da emergência de um sistema de dominação gestonária, ba-

8. Ève Chiapello produziu um importante livro sobre a sociologia das ferramentas de gestão (Chiapello e Gilbert, 2013) e, nos últimos anos, tem se dedicado ao estudo da relação entre processos de financeirização e a gestão da questão ambiental, conforme pode ser observado nos cursos que ela vem oferecendo na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), em Paris.

9. Não existe tradução do livro para o português. Contudo, há um artigo publicado na revista *Sociologia & Antropologia* (Boltanski, 2013) que apresenta, de forma resumida, a argumentação desenvolvida no quinto capítulo do livro.

10. De acordo com Boltanski (2009), o livro está organizado em três partes. Nos dois primeiros capítulos, ele discute a relação da sociologia com a atividade crítica, a partir da sociologia crítica e da sociologia pragmática da crítica. Nos dois capítulos seguintes, analisa as possibilidades do desenvolvimento da crítica a partir da atividade cotidiana das pessoas, e, nos dois capítulos finais, volta-se para as condições de exercício da crítica no mundo contemporâneo, considerando a existência de um sistema de dominação gestonária.

seado no uso recorrente da noção de necessidade como elemento central na explicação para a adoção de medidas.¹¹

Esse modo de governança remete a uma lógica completamente diferente, que é a da causalidade. É sempre a “necessidade”, no sentido de “necessidade causal”, que determina as medidas tomadas, e fornece uma explicação em vez de justificação (Boltanski, 2013, p. 449).

Outra dimensão importante do modo de dominação gestionária é a utilização das ciências (naturais e sociais) como fundamento para esse discurso da necessidade (ou fatalidade). Esse recurso à ciência oferece um fundamento para a intervenção nos formatos das provas e qualificações, sem que seja acusado de arbitrário, isto é, sem que possa ser denunciado pela crítica como uma ação que tem “por objetivo principal a manutenção das vantagens de um grupo dominante” (Boltanski, 2009, p. 196).

Uma última característica desse modo de dominação, em íntima relação com o argumento anterior, está na dificuldade que a crítica enfrenta para identificar os responsáveis pela dominação, que se realiza a partir de dispositivos aparentemente sem sujeitos, e com uma relação ambígua com as regras gerais estabelecidas, que podem ser manipuladas em proveito próprio, apesar da manifestação pública de seu respeito (Boltanski, 2009, p. 216-217).

No que concerne à relação entre as duas obras, Boltanski dirá que as expectativas da construção de dispositivos de justiça conexionista, a “*cité* por projeto”, apresentada no final de “O novo espírito do capitalismo”, não se concretizaram. Ao invés disso, “[...] o capitalismo, longe de se reformar, viu sua violência se intensificar e suas contradições crescerem ao longo dos dez anos que se seguiram, até chegar à crise que marcou o ano de 2008 e os seguintes” (Boltanski, 2013, p. 458).

Se em “O novo espírito do capitalismo” a perspectiva era que a relação entre crítica e justificação se orientasse no sentido de que a atividade de contestação levasse ao estabelecimento de novas provas, mediando a relação entre grandes e pequenos do mundo conexionista, na situação da dominação gestionária apresentada em “De la critique” não há muito espaço para o

11. A contraposição ao modo de dominação gestionária é a dominação simples, ou ideológica, na qual “aqueles que exercem o poder expõem publicamente as razões de suas decisões e ações e, portanto, afirmam submeterem-se às exigências de justificação” (Boltanski, 2013, p. 447). O autor fala ainda de um terceiro tipo de modo de dominação, exercido com base no terror, mas, que considera excepcional, indicando que a dominação “pela ideologia” e a “gestionária” são as mais características das sociedades ocidentais contemporâneas (Boltanski, 2009, p. 179).

desenvolvimento de uma crítica de natureza política, que passa a ser substituída por uma crítica de natureza técnica – realizada principalmente por *experts*, a partir da mobilização de argumentos emanados da ciência – que se desenvolve num espaço dominado, com baixa capacidade de contestar a realidade estabelecida.

Segundo Boltanski (2013), essa forma de operar a crítica, a partir da mobilização de conhecimentos científicos, numa disputa que ele chama de “querela entre experts e contra-experts”, tem como principal defeito o fato de se realizar num espaço de polêmica previamente controlado, cujas disputas ocorrem sobre aspectos marginais da realidade, que não incidem, por exemplo, na possibilidade de transformar provas existenciais em provas de realidade.

A essa dificuldade, derivada da dificuldade enfrentada para o reconhecimento dos novos grupos dominantes e do papel crescente desempenhado pela ciência na dominação, Boltanski adiciona uma outra, a da incapacidade do Estado-nação em fazer frente às demandas sociais (Boltanski, 2009, p. 234). Nesse sentido, em uma entrevista realizada posteriormente, ao se referir à questão da relação entre crítica e formatação das provas pelas instituições, ele dirá que o processo de estabilização da realidade no quadro de um Estado-nação dificilmente pode ser levado a cabo, devido à desestabilização constante provocada pelo desenvolvimento do capitalismo (Boltanski, 2017).

A recepção da obra no Brasil: visão geral e a partir da sociologia econômica

A tradução no Brasil de “O novo espírito do capitalismo” só ocorreu em 2009, como parte das ações do Ano da França no Brasil. Contudo, a repercussão do livro nas ciências sociais brasileiras ocorreu bem antes, a partir do início da primeira década do presente século. De acordo com levantamento realizado na plataforma “Google Acadêmico”, a primeira utilização da abordagem de Boltanski e Chiapello em artigo no Brasil apareceu em 2001, na revista *Dados*, numa discussão acerca da emergência de uma nova modernidade, cuja sociedade ou o mundo conexcionista seria uma das características mais salientes (Domingues, 2001).

No quadro a seguir, apresento as informações desse levantamento, destacando o número de citações recenseadas, de acordo com o período de tempo e segundo algumas áreas de conhecimento. Como se trata de um

exercício aproximativo, só considerarei as citações de “O novo espírito” que apareceram em periódicos publicados no Brasil, deixando de lado produções em livros, teses, dissertações e anais de eventos científicos.¹²

Tabela 1. Número de citações de “O novo espírito do capitalismo”, por período e áreas de conhecimento (1999 a 2018).

	Sociologia do Trabalho	Sociologia Econômica ¹³	Sociologia da Educação	Outras áreas	Total
1999-2003	0	0	0	1	1
2004-2008	2	12	7	5	26
2009-2013	15	26	6	29	76
2014-2018	47	40	12	70	169
Total	64	78	25	105	272

Fonte: Google Acadêmico (2022).

Como pode ser observado, entre a publicação original (1999) e o aparecimento da tradução em português (2009)¹⁴, foram identificados vinte e sete artigos, a maior parte relacionada com a temática da sociologia econômica ou dos estudos organizacionais, vindo a seguir estudos classificados como de sociologia da educação. A partir do período 2009-2013, há um aumento significativo no número de artigos, que passam a se dividir de forma mais equilibrada entre as disciplinas sociologia do trabalho e sociologia econômica. Contudo, nesse período, também é possível observar a ocorrência de uma forte produção de artigos em outras áreas de conhecimento, principalmente os estudos de comunicação, sociologia do direito e religião.

No quadro a seguir, exponho os principais temas identificados nos artigos, de acordo com as respectivas áreas de conhecimento. No caso dos artigos classificados na área de sociologia do trabalho, dois temas gerais se mani-

12. A consulta buscou todas as produções com o enunciado “O novo espírito do capitalismo”, no período compreendido de 1999 a 2018. Foram identificados 1.700 documentos, que, em seguida, foram analisados considerando-se somente os artigos publicados em periódicos científicos.

13. Considerei as produções oriundas do campo dos estudos organizacionais, publicadas principalmente em revistas de administração de empresas, como integrando o campo da sociologia econômica, devido à proximidade desses dois campos de estudos (Serva e Andion, 2006). O mesmo vale para os estudos de sociologia das empresas (Kirschner e Monteiro, 2002).

14. Na bibliografia consultada também aparecem referências à edição em espanhol, publicada pela editora Akal em 2002, e em inglês, publicada pela editora Verso em 2005.

festam. Por um lado, temos um conjunto de textos que abordam a questão dos efeitos do novo tipo de organização do capitalismo (o mundo conexio-nista) no mundo do trabalho, com destaque para a questão da reestruturação produtiva e seus efeitos na precarização dos vínculos do trabalho, na terceirização, nos efeitos sobre a qualidade do emprego (saúde e segurança do trabalhador), enquanto outros voltam-se para a análise das exigências para a inserção dos trabalhadores nesse novo mercado de trabalho, sobretudo para a questão das competências, da “pejotização”, da repercussão na identidade profissional, etc.

Quadro 2. Temas mais mencionados nos artigos por áreas de conhecimento

	Sociologia do Trabalho	Sociologia Econômica	Sociologia da Educação	Outras áreas
Temas	Precarização	Responsabilidade Social	Formação profissional	Conjuntura contemporânea
	Empregabilidade	Empresarial	Formação do educador	Sociologia do corpo/saúde
	Gestão do trabalho	Economia solidária	Competências	Sociologia da arte
	Saúde e Segurança	Inovação	Avaliação educacional	Sociedade em Rede
	Inserção profissional	Consumo	Tecnologias digitais na educação	Tecnologias da comunicação
	Identidade profissional	Estratégias corporativas		Publicidade
	Pejotização	Convenções		Direito
	Pós-fordismo	Discurso Empresarial		Religião
Temas	Trabalho imaterial	Economia criativa		Globalização
	Sindicalismo	Financeirização		Neoliberalismo
	Flexibilidade	Empreendedorismo		Colonialismo
	Trabalho autônomo	Neoliberalismo		Acumulação flexível
	Mercado de trabalho	Redes organizacionais		Teoria crítica
	Justiça do trabalho	Capitalismo cognitivo		
	Reestruturação produtiva	Mercados		
	Profissões	Gestão ambiental		

Fonte: Google Acadêmico (2022).

A temática da competência também aparece nos artigos classificados na área da sociologia da educação, contudo, mais voltada para as transformações promovidas nas escolas e nas universidades, com a adoção de novas práticas de gestão educacional, o que envolve também a discussão dos impactos produzidos pela utilização de novas tecnologias da informação.

Um terceiro conjunto de trabalhos, agrupados na rubrica “Outras Áreas”, engloba uma variedade de artigos, que têm como elemento mais comum a utilização de “O novo espírito do capitalismo” como base para a explica-

ção das características gerais do capitalismo contemporâneo, seja no plano macrossocial, com as discussões sobre características da globalização e do neoliberalismo, seja para a análise de dimensões mais microssociais, como a emergência de novas formas de sociabilidade, características da sociedade em rede (conexionista). Vale destacar, nesse conjunto de trabalhos, o forte peso de estudos publicados em revistas da área de comunicação.

Por último, quero destacar os artigos classificados na área de sociologia econômica, envolvendo um conjunto diversificado de temas, mas concentrados, sobretudo, nas discussões sobre a responsabilidade social empresarial, estratégias corporativas e empreendedorismo, seguidos de questões como construção de mercados, novas práticas de consumo e inovação. O predomínio do primeiro conjunto de temas, principalmente da questão da responsabilidade social empresarial e das estratégias corporativas, pode ser explicado pela incorporação nessa área de conhecimento dos chamados estudos organizacionais, que marcam presença nas revistas de administração de empresas, enquanto os demais temas – inovação, consumo consciente, financeirização, empreendedorismo, financeirização, etc. - se distribuem de forma mais aleatória em revistas da área da sociologia.

A recepção de “O novo espírito do capitalismo” no campo de estudos da sociologia econômica

Como destacado na seção anterior, o trabalho de Boltanski e Chiapello (1999) aparece com um número importante de artigos classificados na área da sociologia econômica. Essa relevância pode ser confirmada a partir de outras fontes, caso dos trabalhos de revisão do estado da arte desse campo disciplinar, como os realizados – em diferentes momentos - por Lopes Jr. (2012) e Nahoum (2017)¹⁵ e em meus próprios estudos acerca da constituição de dispositivos de certificação social e ambiental no Brasil (Carneiro, 2008 e 2017).

O estudo realizado por Lopes Jr. (2012), a partir de levantamento de produção bibliográfica na Internet, no período de 2000 a 2010, foi apresentado inicialmente no GT de Sociologia Econômica da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), realizado em 2011, no Rio de Janeiro. De acordo com esse levantamento, que procurou identificar as principais referências intelectuais utilizadas nos es-

15. Cécile Raud (2009) também realizou um balanço do campo de estudos da sociologia econômica no Brasil, contudo, sem se preocupar com as influências intelectuais nos trabalhos analisados.

tudos da chamada nova sociologia econômica no Brasil, a produção associada ao nome de Luc Boltanski aparece em dezoito trabalhos, com uma frequência semelhante à de outros autores relevantes nesse campo, como Marie-France Garcia-Parpet, Michel Callon, Mary Douglas, etc.¹⁶

Em outro balanço acerca da construção dos estudos da sociologia econômica no Brasil, Nahoum (2017) também destacou a relevância da abordagem de “O novo espírito do capitalismo” para o desenvolvimento desse campo de conhecimento. De acordo com o autor, a mobilização da sociologia da crítica foi importante para compreender as disputas

[...] pela definição das concepções legítimas e as recíprocas relações entre concepções internas ao campo e representações sociais mais amplas. Esses autores argumentam que a legitimação das formas e práticas capitalistas repousa em um número de representações orientadoras da ação que são disputadas com a crítica (Nahoum, 2017, p. 36).

Aprofundando a perspectiva apontada por Nahoum (2017), creio que existem dois temas de estudo nos quais a mobilização dessa análise da relação entre crítica e justificação se mostra promissora na sociologia econômica: o que se refere às estratégias submetidas ao forte processo de contestação social e o da construção social de mercados. O primeiro caso, é abordado na próxima seção, a partir dos estudos que realizei sobre a indústria florestal e siderúrgica na Amazônia, enquanto o segundo tema pode ser exemplificado nos estudos realizados por Wilkinson (2016) e Niederle e Wesz Junior (2018), sobre mercados (ou ordens) agroalimentares.

A atuação da crítica e a construção de dispositivos de certificação na produção siderúrgica e na exploração florestal na Amazônia

A apropriação que fiz da perspectiva analítica desenvolvida em “O novo espírito do capitalismo” ocorreu a partir da pesquisa que realizei para a tese de doutorado, que buscou compreender o processo de construção da certificação da exploração florestal na Amazônia (Carneiro, 2004), e que prosseguiu

16. Os autores mais citados, de acordo com o levantamento, foram Mark Granovetter, Pierre Bourdieu e Richard Swedberg, com, respectivamente, 66, 62 e 50 produções associadas (Lopes Jr., 2012).

com o estudo sobre a construção de práticas de controle do trabalho escravo na cadeia de produção siderúrgica na Amazônia (Carneiro, 2008 e 2016).

Em ambas as situações, procurei analisar as controvérsias envolvendo empresas e agentes da contestação social (movimentos sociais, organizações não governamentais, etc.)¹⁷, procurando compreender o processo pelo qual algumas empresas aderiram ou criaram sistemas de certificação de suas práticas. Vale destacar que a certificação aparece como uma das medidas identificadas por Boltanski e Chiapello (1999) capazes de limitar o deslocamento das empresas e, portanto, de regular a exploração dos pequenos pelos grandes no mundo conexcionista, conforme pode ser visto na passagem abaixo:

No que concerne à redução dos diferenciais de mobilidade de (empresas) multinacionais/assalariados de diferentes países, é necessário adicionar ao conjunto de dispositivos da cité por projeto as práticas crescentes de certificação das empresas, que permitem restringir as desigualdades quanto à proteção dos trabalhadores e do meio-ambiente, de acordo com os países, uma vez que essas práticas constituem uma das motivações para os processos de realocização (Boltanski e Chiapello, 1999, p. 497).

No estudo da experiência da construção da certificação do Forest Stewardship Council (FSC), procurei mostrar como a crítica ambiental atuou – por intermédio de mobilizações realizadas por ONGs como o Greenpeace e Amigos da Terra – para forçar as principais cadeias de comercialização de produtos madeireiros na Europa e nos Estados Unidos a consumirem produtos certificados e, dessa forma, levar um grupo de empresas florestais na Amazônia a adotar práticas de exploração florestal consideradas mais respeitosas com relação ao meio ambiente, às relações de trabalho e aos direitos de comunidades tradicionais¹⁸ (Carneiro, 2007).

17. Como destacaram Chiapello e Gilbert (2013, p. 121), os momentos de disputa – denominados como momentos críticos – são centrais para a compreensão da natureza dos dispositivos de gestão (convenções). Nesses momentos, cada parte é “levada a clarificar [...] os pontos de apoio normativos que fundam seu julgamento”.

18. Os critérios para a concessão do selo do FSC envolvem: o respeito aos direitos das populações tradicionais, o respeito da legislação (trabalhista, ambiental e fundiária), a ampliação do bem-estar de trabalhadores e comunidades envolvidos, a promoção da utilização eficiente dos recursos florestais, a garantia da conservação da diversidade ambiental, bem como a realização dos objetivos do manejo florestal e manutenção de florestas com alto valor para a conservação (Carneiro, 2007).

Cabe ressaltar também que, no caso da exploração florestal na Amazônia, a certificação foi adotada por empresas que participavam de uma cadeia global de mercadorias (GCC), cujo controle era exercido por grandes marcas do ramo, como Ikea, Home Depot, Castorama, etc., isto é, empresas dirigidas por compradores (*buyer-driven*), como proposto pelo modelo de análise das GCC (Gereffi, 1994).

Na outra pesquisa, analisei o desenvolvimento de práticas denominadas de responsabilidade social empresarial (RSE) por parte de algumas empresas do setor siderúrgico na Amazônia Oriental, submetidas à forte contestação social, por conta da ocorrência de situações de trabalho escravo em sua cadeia de fornecedores de carvão vegetal (Carneiro, 2008).

Nesse caso, a contestação social foi realizada por ONGs de direitos humanos, com destaque para o papel desempenhado pela Comissão Pastoral da Terra, pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia (Maranhão), com o apoio de instituições como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Ministério Público do Trabalho (MPT). A partir da atuação desse conjunto de atores, algumas empresas do Polo Siderúrgico de Carajás (PSC) assinaram a “Carta-Compromisso pelo fim do trabalho escravo na produção de carvão vegetal e pela dignificação, formalização e modernização do trabalho na cadeia produtiva do setor siderúrgico” e criaram uma organização que ficou responsável pelo monitoramento da existência de trabalho escravo na cadeia da produção siderúrgica: o Instituto Carvão Cidadão (ICC) (Carneiro, 2016).

O ICC é um sistema de autocertificação empresarial, estruturado num formato semelhante ao da fiscalização realizada pelos auditores do Ministério do Trabalho nas carvoarias, com base em auditorias regulares e na produção de relatórios de adequação às normas trabalhistas por parte de cada fornecedor de carvão das empresas associadas ao Instituto (Pitombeira, 2011). Nesse sentido, ela corresponde ao tipo de prova que seria característico do mundo conexcionista, pois baseia-se na realização da fiscalização de fornecedores, com o objetivo de impedir a transferência das “atividades litigiosas para terceiros menos controlados (Boltanski e Chiapello, 1999, p. 498).

Creio que a utilização dessa perspectiva de análise possibilitou a compreensão do processo pelo qual diferentes tipos de mobilização levaram à construção de acordos justificados (Boltanski e Thévenot, 1991) e ao estabelecimento de mecanismos de controle da atividade empresarial na Amazônia, mesmo em situações nas quais o dispositivo de controle dessa atividade não

tenha sido um selo ambiental ou social, como no caso da chamada “lista suja do desmatamento” (Carneiro e Assis, 2015), a moratória da soja ou a mesa-redonda pela pecuária sustentável (Guéneau, 2018).

Por último, mas não menos importante, é preciso ressaltar que a observação da construção desses diferentes dispositivos não implicou na desconsideração dos processos pelos quais algumas empresas procuraram contornar a ação da crítica (Boltanski e Chiapello, 1999), como no caso das empresas siderúrgicas que não aderiram ao ICC e continuaram a utilizar carvão vegetal oriundo de fontes ilegais (Carneiro, 2016), ou na constatação de que a maior parte das empresas florestais continua operando sob parâmetros tradicionais na Amazônia, e de que o pequeno número de firmas certificadas constituiu um oligopólio com acesso privilegiado ao mercado consumidor europeu (Carneiro, 2012).

Considerações finais

Como destaquei na primeira parte, a sociologia pragmática da crítica foi elaborada para pensar situações de disputa em justiça, nas quais o recurso à força é limitado (Boltanski e Chiapello, 1999) e no qual a crítica (social ou artística) consegue interferir no processo de definição de provas legítimas¹⁹, a exemplo dos dispositivos de certificação ou de iniciativas com a Renda Mínima de Inserção (RMI).

Em textos posteriores, Boltanski argumentou que “O novo espírito do capitalismo” foi gestado a partir de uma perspectiva da crítica reformista, e que a “*cité* por projeto” apresentava a expectativa de que elementos da crítica social pudessem ser incorporados em novos dispositivos de justiça, adaptados ao capitalismo conexcionista em construção (Rosatti *et al.*, 2014; Boltanski e Thévenot, 2021). Como já vimos, em “De la critique...”, escrito dez anos depois, o balanço da relação entre a crítica e o capitalismo – visto a partir da conceito do modo de dominação gestonária – é fortemente pessimista, apontando para a dificuldade da crítica em transformar provas existenciais, emanadas das experiências vividas pelos subalternos, em provas de realidade e, nesse sentido, de construir um mundo mais justo (Boltanski, 2009; Mathieu, 2020).

19. Diferentemente do regime de ação de disputa sem equivalência (violência), ou de dominação pela opressão. Nesse tipo de regime de ação, “as pessoas dificilmente podem reconhecer qualquer coisa em comum” e a possibilidade da crítica é excluída. Nesse sentido, quando “crítica e questionamento são anulados a justificação não tem razão de existir” (Nachi, 2009, p. 186).

Apesar dessa dimensão conjuntural que marca a elaboração de “O novo espírito do capitalismo”, creio que o esquema analítico proposto nessa obra, bem como os elementos mais gerais da discussão acerca de conflitos (disputas) em situação de justiça ou de violência (Boltanski, 1990), oferece uma boa perspectiva para a compreensão da relação entre contestação social e capitalismo, a partir da chave analítica hirschmaniana (saída, voz ou lealdade) e da noção de que o capitalismo se mobiliza para a recuperação da crítica, jogando, por exemplo, elementos da crítica artística contra a crítica social.

Um último aspecto que gostaria de destacar diz respeito à evolução do pensamento de Boltanski acerca da capacidade de ação dos atores quando confrontados com forças superiores, como no caso dos modos de dominação (simples ou gestonária), pois, como indicado pelos proponentes da sociologia pragmática da crítica (Boltanski, 1990; Boltanski e Thévenot, 2021), o reconhecimento da capacidade reflexiva dos atores em situação de disputa representa um componente central no seu programa teórico.

Esse argumento, que foi objeto de diferentes tipos de crítica (Mathieu, 2012; Celikates, 2012; Honneth, 2013), modificou-se ao longo do tempo, de forma que em trabalhos posteriores Boltanski reconheceu a necessidade de combinar a abordagem pragmática com algum tipo de análise das determinações estruturais que pesam sob os atores em certas situações. Nesse sentido, ele argumentará, numa entrevista para a revista *Global Dialogue*: “Minha posição atual é que é impossível fazer uma sociologia inteiramente pragmática, que repouse unicamente no acompanhamento das situações”, uma vez que muitos dos constrangimentos que influenciam a vida dos atores escapam ao domínio que essas pessoas possuem acerca do que fazem (Boltanski, 2017).

Referências

Benquet, M. (2010). Le NEC aux prises avec les nouvelles radicalités professionnelles. *Actuel Marx*, v. 1, n. 47. Disponível em <<https://www.cairn.info/revue-actuel-marx-2010-1-page-80.htm>> Acesso em 05 fev. 2022.

Boltanski, L. (1990). *L'amour et la justice comme competences: trois essais sur sociologie de l'action*. Paris: Métailié.

_____. (2003). La gauche après mai 1968 et l'aspiration à la révolution totale. *Cosmopolitiques* (février), n.3, p. 19-39. Disponível em <https://cosmopolitiques.phpnet.org/cosmopolitiques/article.php?id_article=52> Acesso em 05 fev. 2022.

_____. (2004). Uma crítica para o presente: entrevista com Luc Boltanski. Entrevistadores: Rosatti, Camila G.; Bonaldi, Eduardo V.; Ferreira, Mariana. *Plural, Revista de Ciências Sociais*, v.21, n.1. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/83629>>. Acesso em 05 jun. 2022.

_____. (2009). *De la critique. Précis de sociologie de l'émancipation*. Paris: Gallimard.

_____. (2013). Sociologia da crítica, instituições e novo modo de dominação gestonária. *Sociologia & Antropologia*, v. 3, n. 6, p. 441-463.

_____. (2017). Remettre en cause la réalité: un entretien avec le sociologue français Luc Boltanski. *Global Dialogue - Magazine of The International Sociological Association*. Disponível em <<https://globaldialogue.isa-sociology.org/articles/remettre-en-cause-la-realite-un-entretien-avec-le-sociologue-francais-luc-boltanski>>. Acesso em 05 jun. 2022.

_____; Chiapello, E. (1999). *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.

_____; Thévenot, L. (1991). *De la justification: économies de la grandeur*. Paris: Gallimard.

_____. (2020). Prefácio à edição brasileira: críticas e justificações de “A justificação”. In: Boltanski, L.; Thévenot, L. *A justificação: sobre as economias da grandeza*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

Boyer, R. (2006). *La flexicurité danoise. Quels enseignement pour la France?* Paris: Éditions Rue D’Ulm. (Collection du CEPREMAP).

Carneiro, M. S. (2004). *O dinheiro é verde? A construção social do mercado de madeiras certificadas na Amazonia brasileira*. Tese de doutorado em Sociologia, UFRJ, Rio de Janeiro.

_____. (2007). A construção social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira: a atuação das ONGs ambientalistas e das empresas pioneiras. *Sociedade e Estado*, v. 22, p. 681-713.

_____. (2008). Crítica social e responsabilização empresarial: análise das estratégias para a legitimação da produção siderúrgica na Amazônia Oriental. *Cadernos CRH*, v. 21, p. 323-336.

_____. (2012). Entre o Estado, a sociedade e o mercado: análise dos dispositivos de governança da indústria florestal na Amazônia. *Cadernos CRH*, v. 25, p. 73-86.

_____. (2016). Mercado e contestação: a atuação da crítica social e as transformações nas estratégias das empresas siderúrgicas de Carajás (1988-2012). *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 15, p. 282-313.

_____. (2017). O papel dos dispositivos de prescrição e julgamento no funcionamento dos mercados: o caso da certificação florestal. *Tomo*, n. 30, p. 267-302.

_____; Assis, W. S. (2015). O controle do desmatamento na Amazônia como um processo de modernização ecológica: a experiência do Projeto Município Verde. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 12, p. 53.

Celikates, R. (2012). O não reconhecimento sistemático e a prática da crítica. *Novos Estudos Cebrap* [On-line], n. 93, p. 29-42. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/nec/a/dXCxkJMyrsL9tKTfgYvSrbR/?lang=pt>>. Acesso em 18 jul. 2022.

Chandler Jr., A. (1988). *La main visible des managers. Une analyse historique*. Paris: Economica.

Chiapello, E.; Gilbert, P. (2013). *Sociologie des outils de gestion. Introduction à l'analyse sociale de l'instrumentation de gestion*. Paris: La Decouverte.

Domingues, J. M. (2001). Modernidade, complexidade e articulação mista. *Dados* [On-line], v. 44, n. 2. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/dados/a/bcTHtJcNzq4GWWg8kNpp3ns/?lang=pt>>. Acesso em 18 jul. 2022.

Gadrey, J.; Hatchuel, A.; Boltanski, L.; Chiapello, E. (2001). Symposium sur le nouvel esprit du capitalisme. *Sociologie du Travail*, v. 3, n. 3. Disponível em <<https://journals.openedition.org/sdt/35243>>. Acesso em 05 fev. 2022.

Gautier, C. (2001). La sociologie de l'accord. Justification contre déterminisme et domination. *Politix*, n. 54, p. 197-220. Disponível em <<https://www.cairn.info/revue-politix-2001-2-page-197.htm>> Acesso em 05 fev. 2022.

Gereffi, G. (1994). The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S. Retailers shape overseas production networks. In: Gereffi, Gary; Korzeniewicz, Miguel (Ed.). *Commodity chains and global capitalism*. Westport & London: Praeger, p. 95-122.

Guéneau, S. (2018). Durabilité des chaînes globales de valeur du soja et de la viande de boeuf em Amazonie: conséquences d'une gouvernamentalité néolibérale. *Brésil(s)* [On-line], v.13. Disponível em <<https://journals.openedition.org/bresils/2468>> Acesso em 05 fev. 2022.

Hirschman, A. (1973). *Saída, voz e lealdade. Reações ao declínio de firmas, organizações e estados*. São Paulo: Ed. Perspectiva.

Honneth, A. (2013). *Ce que social veut dire. Tome I- Le déchirement du social*. Paris: Gallimard.

Kirschner, A. M.; Monteiro, C. F. (2002). Da sociologia econômica à sociologia da empresa: por uma sociologia da empresa brasileira. *Sociedade & Estado*, Brasília, p. 79-103.

Lemieux, C. (2018). *La sociologie pragmatique*. Paris: La Decouverte.

Lopes Jr., Edmilson (2012). Um balanço da sociologia econômica brasileira (2000 – 2010). In: Rasia, Jose et al. (Orgs.). *Temas de sociologia contemporânea*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 139-154.

Mancini, R. M; Carneiro, M. S. (2019). A construção do mercado de trabalho de carvão vegetal na Amazônia oriental: estratégias corporativas e crítica social. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 23, p. 175-196.

Mathieu, L. (2012). *L'espace des mouvements sociaux*. Paris: Editions du Croquant.

_____. (2020). Courant pragmatique. In: Fillieule, Olivier et al. (Dir.). *Dictionnaire des mouvements sociaux*. 2ª éd. Paris: Presses de Sciences Po, p. 165-170.

Nachi, M. (2009). *Introduction à la sociologie pragmatique*. Paris: Armand Colin.

Nahoum, A. V. (2017). A sociologia econômica no Brasil: balanço de um campo jovem. In: Miceli, Sérgio; Martins, Carlos M. (Orgs.). *Sociologia Brasileira Hoje*, v. 1. São Paulo: Ateliê Editorial, p. 15-85.

Niederle, P.; Wesz Jr., V. J. (2018). *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Pitombeira, K. S. (2011). *A construção da responsabilidade social empresarial no Polo Siderúrgico de Carajás: o caso do Instituto Carvão Cidadão*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão.

Ramaux, C. (2001). La critique est-elle soluble dans le capitalisme? *L'année de la régulation*, n. 5. Disponível em <<https://www.cairn.info/l-annee-de-la-regulation-n-5-2001-2002--9782724608577-page-283.htm>>. Acesso em 05 fev. 2022.

Raud, C. (2009). Dimensões da sociologia econômica no Brasil. In: Mondadore, Ana Paula C. et al (Orgs.) *Sociologia Econômica e das Finanças*. São Carlos: Edufscar, p. 345-364.

Serva, M.; Andion, C. (2006). Teoria das organizações e a nova sociologia econômica: um diálogo interdisciplinar. *Revista de Administração de Empresas* (FGV), v. 46, n. 2, p. 10-21.

Weber, M. (2020). *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (Edição Integral) Petrópolis: Vozes.

Wilkinson, J. (2016). Os mercados não vêm mais do mercado. In: Marques, Flávia C. et al. (Orgs.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 416p.

31. A NOVA CULTURA DO TRABALHO NA OBRA DE RICHARD SENNETT

JACOB CARLOS LIMA

Introdução

A proposta deste texto é analisar a contribuição de Sennett para os estudos sobre trabalho no Brasil, mais especificamente, atendendo à chamada deste projeto de publicação, partindo de pesquisas que tenho desenvolvido nas últimas décadas. O texto está focado na trilogia “A corrosão do caráter”, “A nova cultura do capitalismo” e “Respeito”, que, com abordagem própria, destaca as mudanças culturais das transformações do trabalho e da vida dos trabalhadores. Richard Sennett retoma a tradição interacionista norte-americana na análise do trabalho, através da observação dos comportamentos e representações, recuperando a subjetividade dos trabalhadores como forma de entender a dinâmica dos processos sociais. Relaciona como as transformações na estrutura social resultam em mudanças valorativas, comportamentais e questionamentos morais. Essas obras possuem caráter ensaístico, mas fundamentam-se em pesquisas realizadas através de entrevistas de cunho etnográfico e de observações realizadas pelo autor. Esse material é exposto na forma de trajetórias que contrapõem gerações nas quais os valores com relação ao trabalho estão em mudança, e para pior.

Os estudos sobre cultura do trabalho são tributários dos estudos sobre a classe trabalhadora, sobre a formação de identidades, estruturas e representações. Existe uma longa tradição de pesquisas na sociologia sobre o tema, embora o recorte subjetivo tenha menor destaque.

Sennett, ao analisar a nova cultura do capitalismo, enfatiza a nova cultura do trabalho a partir dos efeitos desestruturantes das transformações sociais que resultam da reorganização das relações capital e trabalho e

que comprometem a estruturação da vida pessoal dos trabalhadores. As mudanças na relação tempo-espaço eliminam a separação trabalho e vida privada, os limites de jornadas, a separação casa e trabalho. Não o fim do trabalho, mas agora do trabalho sem fim. E as novas tecnologias informacionais agudizam essa situação pela sua ubiquidade, transformando comportamentos, tornando a gratuidade presente em redes sociais uma nova forma de dominação.

A corrosão do caráter e a perda de valores resultam do fim de uma estabilidade mínima no trabalho e na formação de competências com suas possibilidades de mobilidade social, de sociabilidade e cooperação, que se tornam efêmeras, e que se espraiam para a vida social como um todo. A insegurança e volatilidade no trabalho, a competitividade entre os trabalhadores, fragilizam os laços sociais e as possibilidades de solidariedade coletiva. Os direitos sociais passam a ser vistos como custos a serem enxugados. A financeirização global faz com que as empresas se preocupem apenas com seus acionistas, desaparecendo qualquer veledade de responsabilidade social, que se torna apenas um apelo midiático sem fundamentação concreta.

Sennett busca entender, num contexto de fragmentação geral das instituições e precarização da vida, quais os valores e práticas possibilitam manter as pessoas juntas, quais as narrativas construídas que justificam e orientam o dia a dia. Para tanto, discute com autores contemporâneos voltados a esse contexto e a seus impactos na sociedade e na sociabilidade humana. Esse material é exposto na forma de trajetórias que contrapõem gerações e no qual os valores com relação do trabalho estão em mudança, e para pior.

Para discutir a obra de Sennett aqui recortada, faço uma revisão bibliográfica, não exaustiva, de obras de referência na construção dos estudos da cultura do trabalho na sociologia, finalizando com a vinculação desse debate à minha produção relativa à sociologia do trabalho brasileira.

O texto está organizado em cinco seções. Na primeira, recupero rapidamente dados biográficos do autor e contextualizo a sua obra; na segunda trago os conceitos desenvolvidos pelo autor, situando-o no debate da sociologia do trabalho; na terceira, analiso sua influência no desenvolvimento das minhas pesquisas.

Contextualizando

Richard Sennett nasceu em Chicago, em 1943, tendo se graduado em sociologia na Universidade de Chicago, em 1964, e defendido seu doutorado em história em 1969, na Universidade de Harvard. É professor de sociologia e história da London School of Economics (UK), do Massachusetts Institute of Technology e da New York University (USA), além de músico e romancista. Não é um sociólogo do trabalho no sentido estrito do termo, com uma farta produção na temática. Entretanto, sua preocupação com o tema do trabalho, das classes sociais, da cidade, além de perpassar toda sua produção, tem um papel fundamental para a compreensão das transformações capitalistas recentes (nos últimos 50 anos) e suas consequências subjetivas para os trabalhadores. Para além da discussão sobre reestruturação produtiva, contratos e direitos do trabalho, seu interesse voltou-se para a recuperação da subjetividade dos trabalhadores, dos sentimentos decorrentes do fim de uma perspectiva estável e programável da vida.

A flexibilidade do modo de acumulação pós-1970 (Harvey, 1994) é percebida como um desmonte do modelo burocrático do período fordista, no qual a qualidade do trabalho era deixada de lado, compensada pela inserção, regularidade e estabilidade que proporcionava, em grande medida, à vida social. No caso dos países do Norte Global, o *welfare state*, sua representação concreta, garantiu, durante sua vigência, uma forte mobilidade social para a classe trabalhadora, com acesso aos bens materiais e simbólicos propiciados pelo capitalismo avançado.

As mudanças na passagem do “modelo fordista” para o “modelo toyotista” e sua generalização enquanto “acumulação flexível”, representaram uma quebra no compromisso capital-trabalho, no qual o primeiro assumiu a reprodução da força de trabalho, significando uma espécie de volta ao capitalismo não regulado. Esse retorno, obviamente, deve ser matizado, uma vez que se dá num contexto de expansão global do capitalismo propiciado por mudanças tecnológicas, com o fim das experiências socialistas e do que seria uma alternativa oferecida ao capital pelo trabalho. Para os trabalhadores, o livre mercado de trabalho tem representado uma precarização crescente, não apenas das relações de trabalho e formas de inserção no mercado de trabalho, mas da vida propriamente. Essas mudanças estruturais vêm juntas com mudanças culturais e ideológicas nas quais o indivíduo é cultuado e o coletivo secundarizado. Segue-se o primado tatcheriano de

que não existe sociedade, mas indivíduos, um velho retorno ao século XIX, com ares de século XXI. O capitalismo teria vencido.

Essas questões têm sido largamente debatidas econômica, política e sociologicamente, sempre privilegiando os movimentos do capital, da financeirização global, da empresa como um modelo institucional a ser seguido, bem como suas consequências em termos de desorganização dos trabalhadores, e mesmo do fim das classes sociais. Menos enfatizadas têm sido as consequências subjetivas dessas mudanças para os sujeitos envolvidos, a construção de uma nova cultura do capitalismo (Sennett, 2009) ou mesmo um novo espírito do capitalismo (Boltanski e Chiapello, 1999).

Sennett pode ser incluído como um estudioso da cultura do trabalho com todos os riscos das classificações *a posteriori*. Cultura essa que pressupõe uma abordagem interdisciplinar com contribuições da sociologia, da psicologia, da psicanálise e da antropologia. Na sociologia encontram-se influências teóricas que pode-se agrupar “grosso modo”, do interacionismo simbólico, das condições de trabalho e de suas motivações, desde Elton Mayo (1949), na década de 1930, passando por “Men and their work”, de Everett Hughes (1958), na década de 1950, o qual discute personalidade, papéis sociais, *status* e outros temas que incorporam as tradições durkheimianas, weberianas e simmelianas, que caracterizaram os estudos da Escola de Chicago. Se atravessarmos o Atlântico, podemos nos referir, não a influências diretas, mas à contribuição de diversos autores voltados ao estudo das preocupações culturais, e que recuperam os clássicos da sociologia: na Inglaterra, as pesquisas de Goldthorpe (1974) sobre classe operária, o consumo e a mobilidade social, que incluem no debate Marx e Durkheim; na história social inglesa, Hoggart (1998), E. P. Thompson (1987) e Paul Willis (1991), que se debruçaram sobre experiência de classe na formação de identidades num recorte marxista.¹

Na França, as pesquisas são amplas nessa direção, destacando-se desde os estudos de Friedman e Naville (1973) sobre atitudes operárias, nos anos 1950, aos de Dubar (2005 e 2018), sobre identidade profissional e de classe; desde a obra de Bourdieu (1987, 1998 e 2007), não apenas por seu debate sobre situação de classe, mas sobre a distinção e a miséria do mundo num contexto geral de precarização da vida, aos estudos de Beaud e Pialoux (2009) abordando a condição operária na atualidade; assim como Paugam

1. Utilizamos a recuperação histórica dos estudos de Rocío Guadarrama Olivera (2000) sobre a cultura do trabalho, com adaptações e inclusões.

(2000) e Castel (1998), que discorrem sobre a precariedade e as zonas sombrias do assalariamento, o sentimento de vergonha nas políticas compensatórias da previdência social e seguro desemprego.

Os estudos sobre formação de uma cultura de classe também se aproximam da sociologia organizacional, nos estudos da cultura de empresa que a obra de Taylor, de Ford, da escola das relações humanas, do “Management”, que buscam relacionar ou discutir o surgimento de uma cultura do trabalho fomentada pela empresa, ou a cultura da empresa como repositório das mudanças do capitalismo, se impondo ideologicamente aos trabalhadores. E por outro lado, as formas de resistência destes trabalhadores aos avanços da exploração capitalista, com greves, mobilizações, sabotagens explícitas nos espaços de trabalho, mas também implícitas através de contestações subjetivas, tal como as estudadas pioneiramente por Donald Roy (1959-1960), Linhart (1978) e Burawoy (1979), sobre consensos e resistências.

Sennett, a categoria trabalho fragmentada e suas consequências subjetivas

Harvey (1994) é um autor fundamental para a discussão da passagem do fordismo para a acumulação flexível. Baseado na teoria francesa da regulação, ele analisa a passagem da rigidez característica da organização do trabalho fordista para a incorporação, pelo Estado de bem-estar social, dos custos com a reprodução da força de trabalho, o que resultou na vinculação trabalho-direitos sociais que marcou o capitalismo a partir da década de 1930, e mais ainda os chamados 25 anos gloriosos que se seguiram após a Segunda Guerra Mundial. Esse período foi marcado por forte mobilidade ascendente da classe operária nos países industrializados do Norte Global e, segundo Harvey, pela cooptação do movimento sindical, seduzido por melhores condições de vida e trabalho comparativamente àquelas oferecidas aos trabalhadores nos Estados socialistas.

Essa passagem significou mudanças radicais na utilização da força de trabalho, com a desregulamentação crescente das relações de trabalho, a terceirização, a flexibilização dos vínculos contratuais e a perda de direitos sociais. Isso num contexto de transformações tecnológicas, que Castells (1999), utilizando Harvey como referência, vai chamar de revolução informacional, que mudou profundamente o capitalismo. Esse debate tem início na década de

1970, a partir de um contexto político e econômico que ora será conhecido como reestruturação econômica, reestruturação produtiva, modelo japonês, ora como capitalismo desregulado, capitalismo flexível ou neoliberal, entre outros, mas que teve características e consequências comuns.

Entre as consequências dessas mudanças destacam-se o surgimento do desemprego estrutural, a reespecialização da produção em busca de menores custos pelas empresas, o deslocamento da produção industrial para a Ásia; a terceirização e formação das redes empresariais, a migração em massa para os países de capitalismo desenvolvido, a eliminação de qualificações, a fragmentação da classe trabalhadora e o enfraquecimento de suas organizações representativas.

Nesse processo e nessa lógica, Sennett (2006) vai destacar os aspectos subjetivos aí presentes. Começa apontando o desmantelamento das instituições como uma crise da burocracia e da estabilidade. A partir de Weber, demonstra que a jaula de ferro, a racionalização militar da produção, estabelecia regras claras e era um fator de estabilidade e de organização do capitalismo. Do modelo de capitalismo social que se constituiu no século XX.

A mobilidade do capital e do trabalho tornam-se o mote do novo momento. A fragmentação das tarefas de trabalho irá representar a fragmentação da vida, agora despossuída de âncoras espaciais e temporais: trabalho eventual e temporário; ausência de vínculos, impermanência no trabalho, instabilidade dos contratos ou mesmo a sua inexistência, transformação do espaço de trabalho em não lugares, como definido por Augé (2010), ou lugares de passagem permanente, ou como diz Sennett, os lugares de trabalho como estações ferroviárias (2006).

A flexibilidade se torna um mantra. Significando o reinventar-se permanente do trabalhador em termos de formação continuada e atualização constante, a capacidade de mudar, aceitar desafios, mobilizar-se em função das necessidades das empresas. Uma retórica antiestabilidade vista agora como acomodação. Permanecer no mesmo emprego por muito tempo implica em esmorecer, desistir, não investir em si próprio, não arriscar. O trabalhador agora tem que agir como uma empresa no mercado, empresa esta tida como modelo da sociabilidade neoliberal. A figura do PJ – pessoa jurídica – é representativa deste momento no Brasil, com o incremento da empresa de uma pessoa só, que “presta serviços” a terceiros, ou seja, que vende sua força de trabalho, mas fora das relações formais de trabalho, como relações comerciais entre empresas.

O tempo torna-se um grande desafio, na hora de gerir as relações de curto prazo, como a administração da vida pessoal, numa eterna improvisação para dar conta dos deslocamentos, dos diferentes empregos e tarefas, que por sua vez exigem a construção de novas narrativas da própria vida. Se antes, no momento burocrático, marcado pelo fordismo, a estabilidade era algo mais concreto, a carreira numa empresa em diversos degraus, com uma previsão de evolução de promoções e aumentos salariais, propiciava a programação de um futuro plausível, do que seria uma vida de trabalho; hoje, qualquer previsibilidade desapareceu.

A burocracia, em certa medida, representava mais inclusão do que eficiência. Garantia a satisfação retardada do futuro, o acesso à casa, à aposentadoria tranquila, aos direitos universais. O capital financeiro dominante é impaciente, a mudança do poder gerencial para o poder acionário tem o lucro imediato como objetivo, secundarizando projetos institucionais. O enxugamento das empresas e sua flexibilização é excludente, a crise do emprego sua consequência.

A formação do jovem era vista como um bem para a vida inteira, e as carreiras passavam por várias etapas que agregavam qualificação e experiência. A experiência adquirida e as qualificações formais tornam-se inúteis diante da informatização de todos os aspectos da vida e da casualização do emprego. A vida passa a ser pensada a curto prazo, assim como as qualificações. A meritocracia ressurgiu com força na ideologia empreendedora, numa exacerbação da individualidade. Essa exacerbação implica na responsabilização do trabalhador, que tem que garantir a sua própria empregabilidade, estando permanentemente atualizado e em condições para concorrer num mercado cada vez mais competitivo.

A vida fica à deriva, a automação torna-se um pesadelo, com o fim da própria função ou qualificação. O medo de se tornar supérfluo aflige o trabalhador. Antes, a narrativa da própria vida era linear e se mesclava com a narrativa institucional. Estar na empresa, fazendo a diferença, ser necessário, útil, era um marcador do tempo vital.

A empresa enxuta é menor (Piore e Sabel, 1984), mais eficiente, a função é substituída por tarefas de pequeno porte, no caso de empresas de plataformas, as microtarefas virtuais independem da localização do trabalhador, o pagamento pode ser feito por tarefas pela Internet, o trabalho se concretiza no curto prazo.

A competição entre trabalhadores, seja em equipes presenciais ou virtuais, em busca de resultados cada vez mais rápidos, com formas de vigilância tecnologicizadas, provocam o aumento da ansiedade e do medo, alimentando e recriando traumas sociais e emocionais. Da mesma forma que resulta em menor lealdade do empregado com seu empregador, uma vez que o envolvimento institucional é baixo, dado o pouco tempo e a circulação permanente entre diversas tarefas com contrato ou sem contrato de trabalho. A ética do trabalho também se enfraquece, uma vez que a confiança é um valor constituinte dessa ética. O valor atribuído ao trabalho se dilui, pois depende de como seus resultados são percebidos na vida social, na família, na comunidade, e a instabilidade implica em perda de prestígio pela ausência da “gratificação postergada”, uma vez que objetiva apenas o imediato.

Esse curto prazo, para Sennett, origina o que irá chamar de “*déficits* sociais”: a inexistência de lealdade institucional, de confiança, e enfraquecimentos das redes informais entre os trabalhadores que historicamente tiveram importante papel por sua resistência aos abusos empresariais. As redes sociais, virtuais ou não, tornam-se fundamentais para os trabalhadores se moverem nesse mercado competitivo, mas com dificuldade para construir capitais sociais mais densos, dada a impermanência nos empregos. O mesmo pode ser dito das identidades no trabalho, difíceis de serem construídas e mantidas num quadro crescente de fragmentação e exclusão social, que, por sua vez, possui recorte etário, de gênero e raça, aprofundando desigualdades já existentes. As novas tecnologias que propiciaram o isolamento – evidente durante o período pandêmico – tornam-se um vetor a mais de desigualdade, pela dificuldade de acesso a ferramentas digitais que poderiam garantir a execução das tarefas, por mais precárias que sejam.

O risco torna-se valor nesse novo mundo de trabalho, interiorizado através de um discurso que o naturaliza (Beck, 2010). Risco como sinônimo de desafio, de arroubo, de empreendedorismo, o oposto de acomodação. Assim, no caso brasileiro, questiona-se a legislação trabalhista, e os próprios trabalhadores terminam por encampar o discurso de sua desatualização.² A informalidade torna-se sinônimo de liberdade, mesmo que precária, e o trabalhador é visto como seu próprio patrão. Da mesma forma, desconsidera-se a importância de direitos como previdência social, em nome dos ganhos imediatos. Se esgarça a solidariedade social.

2. Veja-se o caso de depoimentos de trabalhadores de aplicativos.

Burocracia, vidas à deriva, ansiedade, medo, risco, inutilidade, “insegurança ontológica”³ são alguns dos conceitos utilizados por Sennett (1999, 2006) na recuperação da subjetividade dos trabalhadores do capitalismo flexível. A nova cultura do trabalho, marcada pela individualização dos riscos e responsabilização pelos resultados, exige do trabalhador um caráter proativo como condição para sobreviver no mercado, em outros termos, que sejam ágeis, abertos às mudanças de curto prazo, assumam riscos e dependam menos de vínculos (1999, p. 9).

Enfim, ocorre a corrosão do caráter neste contexto onde “os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem” (Sennett, 1999, p.10) estão cada vez mais fragilizados, enquanto o reconhecimento que o constituiu vem perdendo força. A ausência desse reconhecimento, que tem no trabalho um forte componente, evidencia uma desigualdade social crescente.

As características presentes na obra de Sennett também estão presentes em autores como Dubar, ao analisar identidades profissionais e de classe a partir da flexibilização da produção e das relações de trabalho (2005, 2018). Em Gaulejac (2007, 2014), ao estudar as trajetórias sociais e os conflitos de identidade presentes na reconfiguração das classes, a neurose como um dos seus desdobramentos psíquicos; o novo poder gerencialista como ideologia e a nova doença social provocada pela cultura do desempenho social. Por Boltanski e Chiapello (2009) ao demonstrarem a desconstrução do mundo do trabalho e sua reconfiguração ideológica, na autorrealização do trabalhador, no ser flexível, e nos significados do fracasso. Em Christophe Dejours, na perspectiva da saúde do trabalhador da psicologia e da psicanálise. Duas obras suas são referências. “A loucura do trabalho” (1988), que recupera historicamente as estratégias defensivas dos trabalhadores e as resistências não organizadas para contornar um trabalho insatisfatório e repetitivo; ao discutir o sofrimento decorrente da insatisfação com o conteúdo da tarefa; o medo, a frustração e a ansiedade na organização do trabalho. Em “A banalização da injustiça social” (2003), tendo a contemporaneidade reestruturada como referência, se aproxima das abordagens presentes na obra de Sennett: o medo da incompetência, o não reconheci-

3. Sennett (2006, p. 159), referindo-se à psicanalista Margareth Mahler, descreve a insegurança ontológica como “ansiedade flutuante – alguém que está sempre preocupado mesmo quando não tem motivos de temor numa situação específica”. Segundo Giddens (1991, p. 95), a segurança ontológica “se refere à crença que a maioria dos seres humanos têm na continuidade da sua identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundantes”.

to, a vergonha, a submissão, as resistências através da mentira, indo além e discutindo ambiguidades nas estratégias da defesa, a virilidade como fator de risco e a justificativa, a doença e o sofrimento. É possível dizer que, por vias próximas, mas distintas, suas análises chegam a um mesmo resultado: as consequências subjetivas de uma cultura do risco, do medo, da deriva.

A formação e trajetória de pesquisa nos estudos sobre cultura do trabalho

Desde a pesquisa do doutorado (1996), sempre tive uma preocupação com as questões relativas à subjetividade dos trabalhadores, suas representações acerca da própria identidade profissional e de classe que se manifestavam através da estratégia de permanência em determinada função, como por exemplo o trabalho fabril. Os “atalhos”, tal como discutidos por Guimaraes (1995) ao se referir à constituição do trabalhador petroquímico na Bahia, se manifestavam também entre operários têxteis e metalúrgicos em Pernambuco e mesmo em outros estados do Nordeste, com uma industrialização restrita - porém, que permaneceu ou se reforçou com as políticas de incentivos fiscais da Sudene, ou mesmo após, já num contexto neoliberal, com a guerra fiscal e a atração de fábricas do Sul-Sudeste em busca de menores custos de instalação, manutenção e mão de obra. A experiência operária era recuperada através de Leite Lopes (1979, 1988); as trajetórias e os *habitus* de classe em Cabanes (1986) e Bourdieu (1987); a experiência com Thompson (1987), as resistências e redes informais com Linhart (1987); enquanto as famílias operárias mereceram a atenção de Barnes (1987), Both (1976) e Durham (1980), apenas para ficar em alguns.

Posteriormente, com o advento das políticas neoliberais nos anos 1990, comecei a estudar os efeitos da globalização em territórios periféricos, tendo o Nordeste brasileiro como referência. Me detive nos processos de deslocalização espacial da indústria do vestuário do Sul-Sudeste para o Nordeste através da guerra fiscal entre estados brasileiros na busca por investimentos industriais, num contexto de abandono das políticas de desenvolvimento pelo Estado.

Isto implicou na instalação de unidades industriais no interior dos estados nordestinos, agora em pequenas cidades sertanejas (ao contrário da política da Sudene nos anos de 1970, de implementação de unidades industriais em capitais e regiões metropolitanas). E, ainda, unidades organizadas nas

formas de cooperativas de produção, em tese geridas pelos trabalhadores. Essas “cooperativas” na realidade eram unidades das empresas com as vantagens de não contratar formalmente os trabalhadores. Eram as *cooper-fraudes*. Sua instalação levou postos de trabalho industriais para regiões sem outras perspectivas de emprego e ocupação. Não funcionaram, seja porque as empresas não conseguiram fornecer regularmente os produtos necessários à manufatura, criando forte instabilidade nos ganhos dos trabalhadores das unidades; seja pela ausência de qualquer traço cultural de trabalho cooperativo, até mesmo pela inexistência de trabalho assalariado regular que pudesse ser entendido como uma cultura do assalariamento, na qual o trabalho cooperativo se constituísse numa perspectiva de trabalho sem patrão. Os patrões continuavam presentes nas unidades através dos supervisores das fábricas. Mesmo sem essa experiência anterior de vínculo empregatício, predominava a expectativa, naquele momento, de um assalariamento regular, o que levou vários trabalhadores a entrarem na Justiça acusando as empresas de assalariamento disfarçado. Progressivamente, essas cooperativas foram fechadas pela Justiça do Trabalho e convertidas, em muitos casos, em unidades regulares das empresas. Outras foram simplesmente fechadas e os trabalhadores ficaram desassistidos. Outro elemento a considerar é que os trabalhadores dessas cooperativas (no caso das confecções, majoritariamente mulheres) eram relativamente escolarizados, com ensino fundamental ou mesmo médio, o que contribuiu para fortalecer suas reivindicações, embora as condições objetivas do espaço social dessas cidades não fossem favoráveis. Embora Sennett não tenha sido referência direta, sua teoria da cultura do trabalho foi discutida, seja pela “novidade” do fato social, seja pelos conflitos que ocorreram entre trabalhadores assalariados das empresas, responsáveis pela supervisão das cooperativas, e aqueles cooperativados ou associados. Às diferenças de vínculos, somavam-se diferenças culturais: trabalhadores do Sul e Sudeste, em posições de poder e os trabalhadores locais subordinados, situação essa que criou uma segregação espacial e social nas cidades entre “os gaúchos” e os “nordestinos”, provocando conflitos intraclasse, embora os “gaúchos”, operários em sua região de origem, se encontrassem, diga-se, em uma situação de classe pretensamente diferente (Lima, 2002).

Em 2010, publiquei o artigo “Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?”, tendo Sennett como referência obrigatória na minha preocupação em recuperar o elemento cultural-ideológico verificado nas transformações do capitalismo flexível, na construção da figura do

empreendedor de si mesmo, que foi se tornando o discurso ideológico dominante, incorporado até por discursos mais à esquerda desse espectro. Nas pesquisas sobre informalidade e os novos ramos produtivos, como o digital, esse discurso esteve presente, com nuances e contradições, mas marcando sua internalização e mesmo uma tendência à normalização cultural.

Em 2014, organizei o “Seminário Internacional Juventudes e a nova cultura do trabalho”, que resultou posteriormente no artigo “Juventudes e a nova cultura do trabalho: considerações sobre o trabalho digital”, escrito conjuntamente com Aline Suelen Pires (Lima e Pires, 2017). Nele, utilizamos o exemplo de Enrico e seu filho Rico, relatado por Sennett, explanando os dois momentos distintos de trajetórias geracionais: o pai, empregado a vida toda com sua narrativa da vida construída institucionalmente, e o filho, consultor, acostumado ao trabalho móvel e flexível, com uma narrativa não linear, justificando positivamente os desafios permanentes da contemporaneidade, desconsiderando as precariedades que marcavam a nova forma de vida.

Diversos outros artigos foram escritos acerca da informalidade e do trabalho digital insistindo nas mudanças culturais no trabalho, tendo Sennett como referência constante, mesmo que nem sempre direta. Por uma questão de espaço não vou citá-los, restringindo-me a um capítulo sobre cultura do trabalho na produção sociológica brasileira, escrito conjuntamente com Marcia de Paula Leite. Não se pretendeu uma recuperação exaustiva da discussão, focando-se na constituição da sociedade do trabalho no Brasil e na atuação das classes trabalhadoras nesse processo, finalizando com o debate atual a respeito do empreendedorismo, da imaterialidade do trabalho digital no estabelecimento de uma cultura do trabalho entre nós, como uma reconfiguração da nossa precariedade histórica na modernidade globalizada (Lima e Leite, 2020).

Como a obra comentada foi “recebida” no Brasil, que impactos causou no debate acadêmico e, eventualmente, na sociedade, em sentido mais amplo?

A corrosão do caráter de Sennett teve uma calorosa recepção no Brasil e na América Latina, no momento em que se discutia a implementação de políticas neoliberais em países recém-democratizados como Brasil e Argentina. Os efeitos da reestruturação produtiva e dessas políticas foram devastadores, com o crescimento do desemprego, a eliminação de qualificações e, no

caso brasileiro, a desnacionalização do parque industrial. Os processos de terceirização globalmente situados implicaram no fechamento de unidades de produção de autopeças para a indústria automobilística, que passou a demandá-las de cadeias de fornecedores, em geral localizadas em seus países ou regiões de origem, restando às empresas nacionais revenderem ou fecharem as portas. Isto para mencionar apenas um setor. Da mesma forma, houve uma crescente reespecialização da indústria, com o desenvolvimento de uma guerra fiscal entre estados, que tendeu a reduzir o emprego industrial nas regiões metropolitanas em benefício de *greenfields* com custos menores de instalação, generosos subsídios fiscais, e trabalho não organizado. Outro elemento importante foi a crescente informalização da força de trabalho e os incentivos dados a novos tipos de contratos, entre os quais se destacam a prestação de serviços formalizados, através da pejotização (o trabalhador se registra como pessoa jurídica e vende serviços à empresa onde antes trabalhava), eliminando custos com a gestão da força de trabalho. Ao lado disso, instituições governamentais e para-governamentais, com forte apoio empresarial, passaram a difundir a ideologia do empreendedorismo, questionando o trabalho assalariado como forma de emprego da mão de obra. Com isso, reconfigura-se a informalidade, como coisa de trabalhador pobre, agora percebida em seu potencial empreendedor.

E como a arte imita a vida, apenas para nos referirmos ao cinema, numa linguagem quase sociológica, menciono dois filmes que, pode-se afirmar, com certa licença poética, complementaram o livro do Sennett em linguagem visual: “O declínio do império americano” (“Le déclin de l’empire américain”), do diretor canadense Denis Arcand, de 1986, enfocando um grupo de professores universitários em Montreal, ao qual se seguiu, 17 anos depois, o longa “As invasões bárbaras” (“Les invasions barbares”), de 2003, analisando o cotidiano desse mesmo grupo num contexto de neoliberalização da vida. Outro filme do período “Ou tudo ou nada” (“The full monty”), de 1997, dirigido pelo cineasta britânico Peter Cattaneo, mostra um grupo de operários industriais “reestruturados”, vivendo de auxílio-desemprego, que em parte fingem para suas famílias e ex-famílias estarem empregados, se reunindo para montar um espetáculo para levantarem dinheiro. A peculiaridade do “empreendimento” estava no *show* de *striptease* dirigido às mulheres, evento em evidência no período.

Em comum entre as obras, a linguagem visual e a produção de Sennett buscando recuperar as transformações estruturais no cotidiano dos trabalhadores, das suas angústias, sensação de fracasso e a perda dos laços estáveis, e a viração, ou bicos, como forma de sobrevivência.

Sennett recebeu várias críticas pela forma de apresentação dos dados com uma abordagem mais etnográfica, recontando as histórias a partir de suas observações e entrevistas. É justamente onde se encontra seu diferencial. Sem se preocupar em apresentar dados de forma sistemática, a partir de uma linguagem acessível, ele recupera as mudanças recentes no capitalismo e seus impactos na subjetividade dos trabalhadores.

Observações críticas sobre a apropriação da obra na interpretação da realidade brasileira

Sennett deixa claro que está se referindo a uma situação tal como se apresenta no capitalismo avançado do Norte Global. O que não diminui seu mérito, ao contrário, pois aponta tendências que ocorrem globalmente, dado os avanços tecnológicos notados nas áreas de transportes e das comunicações, a partir dos quais a encomenda de uma mercadoria pode ser controlada em tempo real pelas empresas que terceirizam a sua produção na periferia do capitalismo. Os resultados, no caso do Sul Global, afetam os trabalhadores escolarizados e qualificados, que correm o risco de perder contratos estáveis e benefícios sociais; e, do outro lado, a massa de trabalhadores, tradicionalmente precários, que tende a perder a possibilidade tão esperada de acesso ao mercado de trabalho regulado e com direitos. O Norte Global assiste ao surgimento de uma informalidade representada pela migração, por trabalhadores indocumentados que se submetem a todo tipo de precarização; assiste também à multiplicação de empregos temporários, com contratos zero hora, voltados aos segmentos mais escolarizados e qualificados, que vão perdendo as oportunidades de ingressar em postos estáveis e regulares. A juventude torna-se a principal faixa etária afetada, pela ausência de perspectivas de futuro. Novas ocupações em plataformas digitais, tanto no Norte como no Sul se multiplicam, formando o que autores como Standing (2013) vai chamar de precariado, e Huws (2017) de cibertariado: prestadores de serviços mediados por plataformas, microtrabalhos que funcionam na lógica da distribuição de tarefas, efetuando o pagamento somente dessas tarefas. Nas velhas atividades informais, a ideologia empreendedora aos poucos vai sendo incorporada pelos trabalhadores desencantados com o cada vez mais distante assalariamento, frente ao qual a informalidade passa a impressão de poder remunerar mais, desde que haja mais esforço, que se trabalhe mais. Em outros termos, uma contínua

transformação da subjetividade dos trabalhadores, favorecida por um contexto econômico e cultural de autoritarismo político, de um neoliberalismo econômico e de avanços religiosos com viés fortemente individualista.⁴

Dessa forma, os conceitos utilizados por Sennett, que não são necessariamente originais, por estarem presentes nos diversos autores que estudam o binômio flexibilização-precarização em distintas abordagens disciplinares, estão incorporados à bibliografia da sociologia e da antropologia do trabalho no Brasil, uma vez que tratam do fenômeno das tendências das transformações capitalistas, a partir de um olhar voltado a comportamentos, medos, angústias, inseguranças, valores e moral. Demonstra a construção de subjetividades e identidades fragmentadas, o que não elimina formas de resistências, embora dificultem sua organização coletiva. O individualismo torna-se o modo de objetivação das mudanças estruturais, enfraquecendo lealdades de grupo num cenário competitivo no qual predomina o salve-se quem puder. As resistências aparecem, crescentemente, fora dos aparatos tradicionais das associações classistas como sindicatos e organizações de trabalhadores, manifestando-se em conflitos em torno das mobilidades no espaço urbano, pelo “espaço virtual” das tecnologias digitais. Este quadro permite antever uma reconstrução de formas organizacionais mediadas por essas tecnologias, assim como também, uma reconfiguração dos direitos sociais atrelados às novas relações de trabalho, o que permitiria aos trabalhadores a retomada de suas narrativas de vida, mesmo que não mais lineares.

Referências

Augé, M. (2010). *Não lugares: introdução e uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus.

Barnes, J. A. (1987). Redes sociais e processo político. In: Fieldman-Bianco, B. *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, p. 159-194.

Beaud, S.; Pialoux, M. (2009). *Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França*. São Paulo: Boitempo.

Beck, U. (2010). *Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34.

4. Sobre essa discussão veja-se Lima e Oliveira (2021) e Rangel (2022).

- Boltanski, L.; Chiapello, E. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Both, E. (1976). *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Bourdieu, P. (1987). Condição de classe e posição de classe. In: Bourdieu, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, p. 3-25.
- _____. (1998). *A miséria do mundo*. Petrópolis (RJ): Vozes.
- _____. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Editora Zouk; São Paulo: Edusp.
- Buraway, M. (1979). *Manufacturing consent: changes in the labor process under monopoly capitalism*. Chicago: University of Chicago Press.
- Cabanes, R. (1986). Mercados de trabalho, trajetórias profissionais de segmentos da classe operária. In: L. B. (Org.). *Organização, trabalho e tecnologia*. São Paulo: Atlas, p. 55-68.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Dejours, C. (1988). *A loucura do trabalho. Estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora; Oboré.
- _____. (2003). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Dubar, C. (2005). *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2018). Classe e identidade: substituição ou mistura? In: Sallum Jr, B; Schwarcz, L.M.; Vidal, D.; Cattani, A. (Orgs.). *Identidades*. São Paulo: Edusp, p. 173-191.
- Durham, E. (1980). A família operária: consciência e ideologia. *Revista Dados*, v. 23, n. 2, p. 201-213.
- Friedmann, G.; Naville, P. (1973). *Tratado de sociologia do trabalho*, v. 2. São Paulo: Cultrix.
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social*. Aparecida (SP): Ideias e Letras.
- _____. (2014). *A neurose de classe: trajetória social e conflitos de identidade*. São Paulo: Via Lettera.

Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.

Guimarães, A. S. (1995). A ilusão do atalho: a experiência operária da pequena burguesia em descenso. In: Guimarães, A. S.; Agier, M.; N. A. Castro, *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo: Hucitec, p. 149-180.

Harvey, D. (1994). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.

Hoggart, R. (1998). *The uses of literacy*. New Brunswick (U.S.A); London (U.K): Transaction Publishers.

Hughes, E. C. (2012 [1958]). *Men and their work*. London: Forgotten Books.

Huws, U. (2017). *A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real*. Campinas: Editora Unicamp.

Leite Lopes, J. S. (1988). *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UNB-CNPq.

Lima, J. C. (1996). *Trabalho, mercado e formação de classe: estudo sobre operários fabris em Pernambuco*. João Pessoa: Editora Universitária.

_____. (2002). *As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. São Paulo: Terceira Margem.

_____. (1996). Trabalho, família e mobilidade social. *Cadernos CRH*, jan./dez., n. 24 -25, p. 123-153.

_____. (2010). Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, set./dez., ano 12, n. 25, p. 158-98.

_____; Ferreira, B. C. (1996). Trabalhadores urbanos no Nordeste: trajetórias profissionais, mobilidade espacial e organização operária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 30, p. 83-99.

_____; Leite, M. (2020). Sociologia do trabalho I: Trabalho, classe e cultura no Brasil - uma revisão temática. In: Fazzi, R. d. & J. A. (Orgs.). *Campos das Ciências Sociais. Figuras dos mosaicos das pesquisas no Brasil e em Portugal*. Petrópolis (RJ): Vozes, p. 304-321.

_____; Vêras de Oliveira, R. (2021). O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, set./dez., v. 11, n. 3, p. 905-932.

_____; Pires, A. S. (2020). Juventudes e a nova cultura do trabalho: considerações a partir do trabalho digital. In: Leite, M. d.; Biavaschi, M. R. C.

Salas & J. C. Lima. *O trabalho em crise: flexibilidade e precariedade*. São Carlos: EdUFSCar, p. 105-130.

_____; Pires, A. S. (2017). Youth and the new culture of work: considerations drawn from digital work. *Sociologia & Antropologia*, dez., v. 7, n. 03, p. 773-797.

_____; Soares, M. J. (2002). O novo informal. *Caderno do CRH*, v. 15, n. 37, p.163-180.

Linhart, R. (1978). *Greve na fábrica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Mayo, E. (1949). *The social problems of an industrial civilization*. London: Routledge & Kegan Paul Ltda.

Oliveira, R. G. (2000). La cultura laboral. In: Toledo, E. D. *Tratado Latinoamericano de sociología del trabajo*. México, DF: El Colégio de México; FLACSO; UAM; Fondo de Cultura Económica, p. 213-242.

Paugam, S. (2000). *Le salarié de la précarité. Les nouvelles formes de l'integration professionnelle*. Paris: Presses Universitaires de France.

Piore, M.; Sabel, C. (1984). *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. Boston: Basic Books.

Rangel, F. (2021). *A empresarização dos mercados populares*. Belo Horizonte: Fino Traço.

Roy, D. F. (1959-1960). "Banana time": job satisfaction and informal interaction. *Human Organization*, v. 18, n. 4, winter, p. 158-167.

Sennett, R. (1999). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Record.

_____. (2006). *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

Standing, G. (2013). *O precariado: a nova classe perigosa*. São Paulo: Autêntica.

Thompson, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Willis, P. (1991). *Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social*. Porto Alegre: Artes Médicas.

32. ISTVÁN MÉSZÁROS E A ONTOLOGIA SINGULARMENTE HUMANA DO TRABALHO

RICARDO LUIZ COLTRO ANTUNES

Introdução

A “Introdução” da obra do filósofo húngaro István Mészáros no Brasil está bastante associada à sua filiação intelectual a György Lukács, de quem foi aluno e, posteriormente, a convite de seu mestre, tornou-se professor na Universidade de Budapeste, em meados dos anos 1950.

István Mészáros pôde, desde muito jovem, converter-se em um dos mais importantes intelectuais de inspiração lukácsiana, especialmente nos estudos marxistas contemporâneos, uma vez que a obra meszariana foi publicada em diversos países e em distintos continentes, incluindo a Europa, as Américas, a Ásia e o Oriente Médio. No Brasil, praticamente todos os seus livros foram publicados¹

Vale aqui destacar um traço pessoal, biográfico, que é de relevância para uma melhor compreensão de sua obra. Mészáros era filho de família oriunda da classe trabalhadora e foi operário na Hungria, antes de se tornar professor. Não foi por acaso, então, que desde seu ingresso como estudante na universidade destacou-se a sua forte coerência entre vida intelectual e vida social.

Em sua reflexão e em seus estudos podemos constatar as constantes inquietações intelectuais com as necessidades humanas vitais; essa relação sempre esteve presente no âmbito de seu trabalho intelectual, mesmo aqueles mais teóricos e filosóficos. Foi assim que seu espírito anticapitalista somou-se

1. Inicialmente pela Editora Ensaio e, desde 2002, o conjunto de sua obra vem sendo sistematicamente publicado pela Boitempo, na Coleção Mundo do Trabalho, sob nossa coordenação.

desde cedo a uma percepção agudamente crítica do “socialismo real”, denominação que recusava preempitoriamente.

Foi exatamente por isso que, quando da invasão soviética em 1956, foi exilado da Hungria, o que o levou a trabalhar em várias universidades (Escócia, Itália, Canadá e México).

Por fim, tornou-se cidadão inglês e recebeu o título de professor emérito da Universidade de Sussex, na Inglaterra, onde teve papel central na criação do importante Social and Political Thought MA, com Tom Bottomore, Chris Arthur e outros. Tratava-se de um Programa de Pós-graduação muito original que integrava filósofos, sociólogos e cientistas políticos, formando um núcleo amplo e multidisciplinar de estudos que foi seminal para o desenvolvimento dos estudos críticos em ciências sociais na Inglaterra.

Feitas essas breves considerações, neste texto percorremos especialmente suas obras mais relevantes para a intelexção da temática do trabalho: “Marx’s theory of alienation” (1970), “The power of ideology” (1989), “Beyond capital” (1995), todas autorais, além da coletânea por ele organizada com o título “Aspects of history and class consciousness” (1971a), que agregou um amplo grupo de autores cujo objetivo era discutir o clássico “História e consciência de classe”, de György Lukács.

Ao assim proceder, mesmo sabendo que a produção de Mészáros é vastíssima, acreditamos que o núcleo central de sua formulação para os estudos e pesquisas sobre a temática do trabalho possa ser melhor apresentado através destes livros, dos quais, na íntegra, somente a referida coletânea ainda não foi publicada no Brasil.

A teoria da alienação como ponto de Arquimedes

O livro que introduziu István Mészáros no Brasil foi, sem dúvida, “A teoria da alienação em Marx”², cujo foco objetivava uma melhor compreensão dos tantos desafios presentes nos estudos sobre a consciência da classe trabalhadora. Mais particularmente, seu propósito era oferecer elementos analíticos e empíricos capazes de ajudar nos estudos e pesquisas realizados na filosofia, na teoria social e também na sociologia do trabalho, de inspi-

2. Publicado inicialmente pela Zahar (1981), recebeu edição completamente nova pela Boitempo (2006).

ração marxista, uma vez que esse livro não só realizou uma densa análise teórica no interior das obras de Lukács e de Marx, como dedicou especial atenção ao debate contemporâneo acerca das formas de alienação vigentes.

Já nesse seu consagrado livro, podemos encontrar os elementos embrionários da profunda crítica que o autor fará, em suas obras posteriores, sobre o capitalismo, e em especial ao que denominou como *sistema de reprodução sociometabólico do capital*. Em “A teoria da alienação em Marx” já foi explicitada a sua tese central de que a vigência do sistema do capital só pode consolidar-se através da nefasta *divisão social hierárquica do trabalho*, que perpetuou e consolidou a *subordinação estrutural do trabalho ao capital*.

Em sua formulação, o trabalho alienado é expressão de uma forma social concreta, muito distante de uma *determinação inalterável e ineliminável*. Contrariamente a uma leitura embasada em uma ontologia metafísica, Mészáros demonstrou, a partir de Marx (e sempre procurando compreender o mundo contemporâneo), que foi o próprio *sistema social do capital* que gerou uma *nova divisão social hierárquica e alienada* que subordinou o trabalho ao capital. E o fez através da eliminação do trabalho entendido como *atividade humana vital*, como *ação autoconstituente*, introduzindo-lhe uma “segunda natureza” que o transfigurou e o subordinou aos imperativos do sistema global do capital.³

Para apresentar sua argumentação, vale destacar desde logo que Mészáros denomina esse fenômeno social como *alienação* e não *estranhamento*, apesar de sua linhagem seguir clara inspiração lukácsiana. E o faz indicando uma diferenciação conceitual marxiana importante, que assim ele resume:

Quando a ênfase recai sobre a “externalização” ou “objetivação”, Marx usa o termo *Entäusserung* (ou termos como *Vergegenständlichung*), ao passo que *Entfremdung* é usado quando a intenção do autor é ressaltar o fato de que o homem está encontrando oposição por parte de um poder hostil, criado por ele mesmo, de modo que ele frustra seu próprio propósito (Mészáros, 2006, p. 20, grifos nossos).

3. Aqui vamos utilizar alguns argumentos que apresentamos em vários textos que escrevemos sobre a obra de Mészáros, mas especialmente em Antunes (2011).

Ou seja: ainda que seguindo pistas presentes na formulação madura de Lukács⁴, na concepção ampla, abrangente e complexa assumida por Mészáros, o fenômeno social da *alienação* abarca tanto a *exteriorização* quanto o *estranhamento*.

Esse processo de alienação encontrou sua origem a partir do momento em que a *atividade humana vital* (que plasma e realiza a dimensão relacional mediadora entre ser social, trabalho e natureza, visando a produção de *bens socialmente úteis*) foi profundamente alterada e transfigurada pelo *sistema do capital*, cuja vigência foi responsável pela instituição do *trabalho heterodeterminado*, em substituição ao *trabalho autônomo*. Foi neste momento que começou a se consolidar o trabalho assalariado e alienado, processualidade complexa que Mészáros denominou como *mediação de segunda ordem*.⁵

Ao contrário da prevalência do *trabalho concreto*, que nasceu com a própria humanidade, o *sistema de metabolismo social do capital* – e em particular o modo de produção capitalista – entronizou a prevalência do *trabalho abstrato*, cuja expressão real encontramos em sua forma fetichista e alienada, uma vez que “os meios se tornam os fins últimos, enquanto os fins humanos são transformados em simples meios subordinados aos fins reificados desse sistema institucionalizado de mediações de segunda ordem” (Mészáros, 2006, p. 82).

É por isso que a alienação do trabalho constitui o que Mészáros denominou como “ponto arquimédico” (Mészáros, 2006, p. 76) da formulação marxiana: sob o comando do sistema do capital, as relações humano-sociais tornaram-se mediadas pela propriedade privada, intercâmbio, divisão do trabalho, comércio, lucro, assalariamento, etc., que acabaram por transfigurar a *ontologia singularmente humana do trabalho* ao metamorfosear a atividade produtiva humana e social original, para convertê-la em subordinação ao capital, mecanismo imprescindível para a efetivação do processo de extração do mais-valor e da conseqüente valorização do capital.

Mészáros retoma aqui a concepção marxiana segundo a qual o trabalho é alienado na medida em que é expressão da negatividade que caracteriza a produção do capital, na qual o produto não pertence ao seu produtor; e este, por conseqüência, também não se reconhece nem no produto de seu trabalho e nem mesmo em seu próprio trabalho, em sua própria atividade,

4. Ver, por exemplo, o posfácio de Lukács (2003) em a “História e consciência de classe”, redigido em 1967.

5. Ver Mészáros (2006), especialmente Capítulo III. Ver também Antunes (2011).

o que o impossibilita de se reconhecer até mesmo enquanto indivíduo que é parte do gênero humano.

Dessa análise resulta a forte conclusão de Mészáros: “a negação adequada da alienação é, por conseguinte, inseparável da negação radical das mediações capitalistas de segunda ordem” (Mészáros, 2006, p. 82).

E se este era o cenário no tempo de Marx, nos séculos seguintes, seguindo as pistas de Mészáros, podemos acrescentar que os processos de alienação e estranhamento se intensificaram e se complexificaram ainda mais.⁶

Isso porque, na fase taylorista-fordista, na chamada “sociedade do automóvel”, o trabalho assalariado se caracterizou pelo caráter parcelar, fragmentado, bem como pela separação nítida entre a concepção (de responsabilidade da gerência científica) e a execução (realizada pela classe trabalhadora), intensificando ainda mais a alienação e coisificação. Foi, entretanto, a partir da crise estrutural dos anos 1970 que o capitalismo sofreu novas mutações, que afetaram profundamente a subjetividade dos trabalhadores, aprofundando ainda mais as expressões da alienação e do estranhamento⁷

Com efeito, com o advento do toyotismo e da acumulação flexível, a alienação tornou-se (*aparentemente*) menos *despótica*, mas de fato mais *interiorizada e intensificada* na subjetividade operária. Trabalhadores e trabalhadoras foram redenominados como “colaboradores” e “parceiros”, e deveriam ser sempre mais “resilientes”, atuando com mais “sinergia”, de modo a intensificar ainda mais a alienação do trabalho em relação ao capital.⁸

Estas nossas indicações exemplificam como a obra de Mészáros nos foi decisiva, ao oferecer elementos analíticos acerca da maior complexidade da alienação do trabalho contemporâneo. Foi assim que “A teoria da alienação em Marx” se tornou referência, ao oferecer uma base analítica densa e profunda sobre os fundamentos econômicos, sociais, políticos e ideológicos da consciência operária e das diferentes formas de alienação. E, ao assim proceder, pode indicar tantas pistas para uma inteligência mais abrangente e contemporânea do fenômeno social da alienação e de suas distintas formas de persistência, ampliação e intensificação.

6. Ver Antunes (1999), Capítulo VII; e Antunes (2008), segunda parte, Capítulo VI.

7. *Idem*, *ibidem*.

8. *Idem*, *ibidem*.

Não por acaso, o impacto do livro foi imediato, não somente no Brasil, uma vez que foi publicado em quinze países (em doze línguas diferentes), além de receber o cobiçado prêmio Isaac Deutscher, na Inglaterra.⁹

A tecnologização da ciência

Uma breve nota, que é, entretanto, muito importante para os estudos do trabalho, nos leva a recordar aqui o livro “O Poder da ideologia”. Não apresentaremos a sua reflexão densa sobre a *ideologia* – eixo do livro – pois isso extrapolaria em muito o âmbito temático desse nosso texto.

Destacamos somente a importante crítica feita por Mészáros a certa teoria social que teve muita acolhida no contexto do capitalismo tardio, presente no Capítulo 3 de “O poder da ideologia”¹⁰, particularmente no item em que direciona uma forte crítica à Habermas e que tem grande valor para o tema do trabalho, de sua centralidade. Assim, vamos reter o centro da crítica de Mészáros ao argumento central habermasiano que, como sabemos, teve forte impacto global, especialmente em sua proposição acerca da pretensa perda de relevância do trabalho, da classe trabalhadora e da vigência da teoria do valor.¹¹

Indo direto ao ponto: segundo Habermas, dado o crescimento exponencial da tecnologia e sua imbricação com a ciência, “a técnica e a ciência tornam-se a principal força produtiva, com o que caem por terra as condições de aplicação da *teoria do valor do trabalho* de Marx” (Habermas, 1975, p. 320-1, grifos nossos).¹²

Mészáros, ao contrário, após afirmar que a tese habermasiana tinha como pretensão desconstruir a validade categorial do valor-trabalho, afirmou que o filósofo herdeiro da Escola de Frankfurt não foi capaz de compreender que o “trabalho vivo, em conjunção com ciência e tecnologia, constitui uma complexa e contraditória unidade, sob as condições dos desenvolvimentos capitalistas”, na medida em que “a tendência do capital para dar à produção um caráter científico é neutralizada pelas mais íntimas limitações do

9. Conforme consta de nossa Nota de Orelha, na edição da Boitempo (Mészáros, 2006).

10. Vale indicar, entretanto, que neste capítulo há uma reflexão densa no universo da teoria social, o que permite à Mészáros empreender sua crítica à Raymond Aron e à Adorno, dialogar com Marcuse e ainda polemizar com Merleau-Ponty.

11. Ver Mészáros (2004), especialmente Capítulo 3, item 3.4.

12. Ver Antunes (1999), Capítulo VIII, no qual reproduzimos longa e detalhadamente os vários argumentos utilizados por Habermas para intentar sua desconstrução do trabalho.

próprio capital: isto é, pela necessidade última, paralisante e antissocial, de ‘manter o já criado valor, como valor’, visando restringir a produção dentro da base limitada do capital” (Mészáros *apud* Antunes, 1999, p. 121).

A síntese da crítica de Mészáros foi, então, assim resumida:

O maior dilema da ciência moderna é que o seu desenvolvimento esteve sempre vinculado ao dinamismo contraditório do próprio capital. [...] A obtenção da justa disjunção entre a ciência e as determinações capitalistas destrutivas é concebível somente se a sociedade como um todo tiver sucesso em sair fora da órbita do capital e prover um novo patamar – com princípios de orientação diferentes – no qual as práticas científicas possam florescer a serviço de finalidades humanas (Mészáros, 1989 *apud* Antunes, 1999, p. 122-123)¹³.

Desse modo, sendo prisioneira dos imperativos do capital em seu processo de criação de valor de troca, menos do que *cientificização da tecnologia*, como imaginou Habermas, o que de fato ocorre, segundo Mészáros, é um amplo processo de *tecnologização da ciência*, uma vez que inexiste uma efetiva autonomia da ciência em relação ao capital. Isso porque, em última instância, a ciência acaba por sofrer os constrangimentos e limitações requeridos pelo capital em seu incessante processo de valorização (Mészáros, 1989 *apud* Antunes, 1999).

A dogmática precoce de Habermas encontrava uma forte objeção de outro filósofo europeu que, entretanto, recusava o eurocentrismo. E, ao assim proceder, Mészáros incentivou inúmeros estudos, com o objetivo de melhor compreender as novas formas de vigência da teoria do valor no capitalismo contemporâneo, seja no Norte, seja no Sul do mundo.

O sistema de reprodução sociometabólico do capital

Se, como indicamos anteriormente, a obra de Mészáros é ampla e densa, podemos acrescentar que “Para além do capital” (2002) é seu empreendi-

13. As referências a Mészáros de 1989 remetem a seu livro “*The power of ideology*”, com o qual trabalhamos em “*Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a negação e afirmação do trabalho*” (Antunes, 1999). Em 2004, a editora Boitempo lançou a tradução para o português da obra, sob o título “*O poder da ideologia*” (Mészáros, 2004).

mento intelectual mais ousado e original, uma vez que oferece uma análise crítica, tanto em relação aos mecanismos e engrenagens que movimentam o que denomina como *sistema sociometabólico do capital*, quanto oferece uma concepção acerca dos significados fundamentais do universo do trabalho, contrastando fortemente com certa leitura eurocêntrica que asseverou o mito do *fim do trabalho* e da classe trabalhadora.

Dada a amplitude dessa obra, que compreende vinte e cinco capítulos, divididos em quatro partes, indicamos alguns de seus elementos mais importantes, especialmente para a compreensão de suas teses mais gerais. Iremos nos referir aqui às categorias centrais que, em nosso entendimento, ao menos para os estudos do trabalho, estruturam a obra.

A primeira tese, extremamente original, foi a que István Mészáros denominou como *sistema de reprodução sociometabólico do capital*. Partindo de pistas seminais presentes em “O capital” e também (ainda que em menor grau) de indicações esporádicas de Lukács, que aparecem em sua “Para uma ontologia do ser social” e em outros escritos, Mészáros fez uma enorme ampliação e conceitualização desta concepção, redefinindo-a como *sistema de reprodução sociometabólico do capital*.

Desde logo, afirma o autor, esse sistema é constituído pelo tripé *capital, trabalho e Estado*. E são exatamente esses três elementos fundamentais que colocam a engrenagem do sistema em movimento, dando vida, força e impulso ao capital, de modo que a eliminação do sistema de reprodução social do capital é mais complexa do que as formações sociais anteriores. Esta formulação lhe obriga a demonstrar, ao longo dos vários capítulos da obra, que a superação do capital é impossível sem o enfrentamento e demolição destes polos do tripé.¹⁴

Para que se tenha uma melhor compreensão de sua formulação, há uma segunda tese, que é decisiva para o autor, ainda que polêmica e objeto de muita controvérsia, que pode ser assim apresentada: segundo Mészáros, a partir da experiência do século XX, é preciso diferenciar *capital* e *capitalismo*. Sua identificação obliterou e vedou uma melhor compreensão das revoluções socialistas que ocorreram no século XX, particularmente a Revolução Russa, bem como de seus respectivos desenvolvimentos históricos.

14. Retomamos aqui, de modo bastante resumido, alguns dos vários pontos que desenvolvemos na “Apresentação” que fizemos ao livro “Para além do capital” (2002).

O núcleo essencial da argumentação pode ser assim resumido: para Mészáros, o capital nasceu e existiu antes mesmo do capitalismo (de que é exemplo o capital comercial ou mercantil) e se mostrou vigente, sob novas formas, durante as experiências pós-revolucionárias, que não foram capazes de demolir o edifício que sustentava o *sistema de reprodução sociometabólico do capital*.

Na síntese de István Mészáros, 1985 (*apud* Antunes, 1999, p. 24-25)¹⁵:

[...] dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital, que são completamente articuladas – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e também o Estado. Isso porque, paradoxalmente, o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é o Estado, mas o trabalho, em sua contínua dependência estrutural do capital.

E acrescentou:

Enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente tomadas e autonomamente exercidas pelos produtores associados, mas permanecerem sob a autoridade de um controle pessoal separado (isto é, o novo tipo de personificação do capital), o *trabalho* enquanto tal continuará reproduzindo o poder do capital sobre si próprio, mantendo e ampliando materialmente a regência da riqueza alienada sobre a sociedade (Mészáros *apud* Antunes, 1999, p. 24-25).

Entre tantos argumentos oferecidos pelo autor, há a constatação fática de que os experimentos “socialistas”, apesar de suas singularidades, acabaram sendo incapazes de eliminar a *divisão hierárquica do trabalho que o manteve subordinado ao capital*. Isso ocorreu porque o sistema do capital se mostrou vigente através da constituição de uma nova modalidade de capital, que Mészáros designou como “sistema de capital pós-capitalista”, cuja

15. As referências a Mészáros de 1995 remetem a seu livro “*Beyond capital: towards a theory of transition*”, com o qual trabalhamos em “*Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a negação e afirmação do trabalho*” (Antunes, 1999). Em 2002, a editora Boitempo lançou a tradução para o português da obra, sob o título “*Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*” (Mészáros, 2002).

existência, segundo o autor, efetivou-se tanto na URSS, como no “Bloco Socialista” do Leste Europeu que estava em sua zona de influência.

Para Mészáros, que, sendo húngaro, conhecia por dentro a experiência de seu país, tanto a “expropriação dos expropriadores” como a extinção “jurídico-política” da propriedade privada e sua constituição em propriedade estatal, independentemente de sua importância, acabaram por manter *intacto o edifício do sistema de capital*, através da manutenção da hierarquização que subordinava o trabalho assalariado ao Estado, gerando uma *mais-valia politicamente extraída* que acabou por preservar sua estrutura alienante caracterizada pela divisão social.¹⁶

E foi assim que, ao longo do século XX, seja em sua variante mais ampla e abrangente, presente no *sistema de reprodução sociometabólico do capital*, que abarca também a URSS e o bloco europeu, seja através da vigência do *modo de produção capitalista*, dominante no Ocidente, o sistema do capital se tornou mais poderoso e abrangente, assumido crescentemente sua forma *expansionista*, aproximando-se cada vez mais da *incontrolabilidade*, que acabou por consolidar sua principal característica, dada pela enorme *destrutividade*. Os exemplos atuais da devastação da natureza, do trabalho e da humanidade falam por si só.

Essa constatação levou Mészáros a apresentar sua terceira tese central: desde fins de 1960, o sistema do capital adentrou em uma *crise profunda*, caracterizada por uma nova fase de *depressão continuada*, que o autor pioneiramente definiu como *crise estrutural do sistema do capital*, diferentemente das fases anteriores do capitalismo, nas quais os movimentos se realizavam através de ondas cíclicas, ora de expansão, ora de recessão.

Com o advento da *crise estrutural*, ao contrário, todos os limites absolutos foram sendo rompidos, o que gerou uma nova fase, na qual há a possibilidade objetiva do *espectro da destruição global da humanidade*.

E as consequências desta nova realidade em relação ao mundo do trabalho foram de tal amplitude e intensidade que, em nosso entendimento, tornam-se incompreensíveis se desconsiderarmos a real significação da *crise estrutural do capital*, que se agravou ainda mais depois de 2008/9 e, mais recentemente, com a eclosão da pandemia do coronavírus e da invasão da Rússia à Ucrânia.

16. Ver Mészáros (2002), especialmente Capítulo 22.

Foi compreendendo em profundidade esse cenário que o autor trouxe sua quarta tese: a necessidade inadiável da *alternativa histórica socialista*, largamente desenvolvida em sua obra e que pode ser assim sintetizada: a ruptura radical com o *sistema de reprodução sociometabólico do capital* (e não somente com o *capitalismo*) somente encontrará sua possibilidade efetiva através do processo de *autoemancipação do trabalho*.

E essa processualidade se constitui no maior desafio do mundo do trabalho, dos movimentos sociais e políticos da classe trabalhadora, polos sociais capazes de avançar rumo a uma sociedade de *indivíduos sociais*, de *produtores livremente associados* e, assim, buscar a superação do capital e de seu sistema de reprodução sociometabólico, eliminando definitivamente a divisão estrutural e hierárquica do trabalho e sua dependência ao capital. Toda a terceira parte de “Para além do capital” é dedicada a esta reflexão.

Para concluir as indicações centrais dessa obra de Mészáros, recorreremos a uma síntese já formulada anteriormente na “Apresentação” dessa obra de Mészáros. O desafio central, então, está em se encontrar um

[...] equivalente racionalmente controlável e humanamente compensador das funções vitais da reprodução da sociedade e do indivíduo que devem ser realizadas, de uma forma ou de outra, por todo o sistema de intercâmbio produtivo, no qual é preciso assegurar finalidades conscientemente escolhidas pelos indivíduos sociais que lhes permitam realizar-se a si mesmos como indivíduos – e não como personificações particulares do capital ou do trabalho. Nessa nova forma de sociabilidade ou novo sistema de sociometabolismo reprodutivo, a atividade humana deverá se estruturar sob o princípio do *tempo disponível*, num modo de controle social autônomo, autodeterminado e autorregulado (Antunes, 2002, p. 19, grifos nossos).

Por fim, adicionamos ainda um convite à leitura de seus capítulos destinados à emancipação feminina (Capítulo 5, item 3), à crucial temática ambiental, onde o autor desenvolve sua outra tese que denomina como *tendência decrescente da taxa de uso das mercadorias* (Capítulo 16), que tem inúmeras implicações em relação ao trabalho e à classe trabalhadora, além de suas reflexões seminais sobre o *sistema comunal* e a *lei do valor* (capítulos XVIII, XIX e XX), entre tantos outros pontos presentes em sua densa reflexão.

A ontologia singularmente humana do trabalho

Como se pode perceber nas indicações anteriores, a centralidade do trabalho tem uma prioridade ontológica no conjunto da obra de Mészáros, uma vez que o trabalho, entendido enquanto *atividade vital*, é parte da constituição do próprio ser social. Foi assim procedendo que o autor desenvolveu, ao longo de sua densa obra, um fio condutor categorial de extrema importância, que ganhou seus primeiros contornos em “A teoria da alienação em Marx”, desenvolveu-se em “O poder da ideologia”, encontrando em sua obra de maturidade, “Para além do capital” o adensamento ontológico sob o qual o trabalho foi ricamente desenhado.¹⁷

Uma efetiva intelecção acerca de sua abordagem *ontológica* ao tema do *trabalho* nos obriga a compreender sua diferenciação essencial entre as *mediações de primeira ordem* e as *mediações de segunda ordem*. Aqui, sua contribuição, tanto empírica quanto analítica é, desde logo, uma clara contraposição conceitual à equivocada tese do *fim do trabalho*.

As *mediações de primeira ordem*, sempre, segundo o autor, são aquelas ontologicamente vitais, uma vez que têm como objetivo precípuo o exercício das funções de *reprodução individual e societal*.¹⁸

Suas principais características podem ser assim resumidas: a humanidade é parte intrínseca da natureza, com a qual está em constante intercâmbio, visando a satisfação de suas necessidades. Desse modo, qualquer possibilidade de sobrevivência enquanto indivíduo social está indelevelmente baseada em uma profunda troca com a natureza. É exatamente aqui que florescem as *mediações de primeira ordem*: é a interação humana com a natureza que dá nascimento ao trabalho humano. E este é, como sabemos, distinto da ação instintiva dos animais (Mészáros, 1995 *apud* Antunes, 1999, p. 21-22). É exatamente esta atividade vital, que nasce com a própria humanidade, que busca sua autoprodução e reprodução, que dá nascimento à *ontologia singularmente humana do trabalho*.

Assim, as *mediações de primeira ordem* abarcam a organização e regulação do processo de trabalho que efetivam o intercâmbio comunitário com a na-

17. Ver também sua ampla reflexão, tanto na filosofia como na ciência social, presente nos dois volumes de “Estrutura social e formas de consciência” (2009 e 2011).

18. Essas ideias centrais de István Mészáros, que resumidas nos próximos parágrafos, encontram-se sintetizadas em Antunes (1999, p. 21-22). Ver também Mészáros (1995, p. 138).

tureza, visando a produção dos bens necessários, bem como do instrumental de trabalho, que possibilitam o desenvolvimento de um sistema de intercâmbio e de trocas para o atendimento das necessidades sociais. Com a complexificação da vida e da reprodução social, tornou-se imperioso criar um sistema de organização, coordenação e regulamentação das diversas atividades, materiais e culturais, bem como garantir a utilização racional dos recursos, de modo a evitar a escassez, para não transpor os limites socioeconômicos existentes (Mészáros, 1995 *apud* Antunes, 1999, p. 21-22).

Como indicamos em “Os sentidos do trabalho”, pode-se dizer, em sintonia com a argumentação de Mészáros, que “nenhum destes imperativos de mediação primários necessitam do estabelecimento de hierarquias estruturais de dominação e subordinação que configuram o sistema de metabolismo social do capital” (Antunes, 1999, p. 22).

Foi com o surgimento das *mediações de segunda ordem*, introduzidas a partir da expansão do capitalismo, que se efetivou uma profunda metamorfose que alterou as *mediações de primeira ordem*. E foi esse movimento que permitiu a implantação e a generalização do trabalho assalariado, da produção de mercadorias, implementando um *novo sistema de metabolismo social* que acarretou a subordinação das atividades humanas aos imperativos da valorização e da reprodução do capital (p. 23).

Para tanto, além da crucial disjunção entre valor de uso e valor de troca, com a subordinação do primeiro ao segundo, o *sistema de reprodução sociometabólico do capital* introduziu uma estrutura vertical e subordinada de controle do trabalho, que se tornou alienado em relação ao conjunto da atividades produtivas vitais, dando origem à separação entre o trabalho e os meios de produção e à conseqüente instauração de uma nova estrutura de mando e de controle que converteu os *indivíduos sociais* em *novas personificações do capital*, cuja ação deveria garantir os imperativos do capital (Mészáros, 1995 *apud* Antunes, 1999, p. 23-24).

Foi assim que se gestaram as *mediações de segunda ordem*, uma vez que as funções genuinamente humanas e verdadeiramente produtivas para a comunidade social foram alteradas pela separação radical entre *produção e controle* do processo de trabalho, que deixou de ser autônomo e se tornou heterônomo, consolidando a alienação do trabalho.

Assim, à *ontologia singularmente humana do trabalho* se interpôs um novo *sistema de metabolismo antissocial* do capital que só pode se sustentar através do trabalho alienado, coisificado e reificado.

A síntese de Mészáros é enfática:

As mediações de segunda ordem do capital - isto é, os meios de produção alienados e suas 'personificações'; dinheiro; produção para troca; a diversidade de formação do estado do capital em seu contexto global; o mercado mundial - sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e à mediação primária existente entre eles (Mészáros, 1995, apud Antunes, 1999, p. 19, grifos nossos)

E acrescenta:

Somente um exame crítico radical desse sistema historicamente específico de mediações de segunda ordem, pode oferecer uma saída a este labirinto conceitual fetichizado. [...] O prevalescimento das mediações de segunda ordem oblitera a própria consciência das relações mediadoras primárias e [...] produzem uma completa inversão do atual relacionamento que gera como resultado a degradação da ordem primária e a usurpação de seu lugar pelas mediações de segunda ordem, alienadas, com consequências [sic!] potencialmente as mais perigosas para a sobrevivência da humanidade[...] (Mészáros, 1995 apud Antunes, 1999, p. 19).

Ao obliterar e derrogar a *ontologia singularmente humana do trabalho*, isto é, ao transfigurar a orientação *genuinamente humana presente no trabalho*, acabou por fazer com que a centralidade do trabalho deixasse de ter como eixo a atenção das necessidades *humano-sociais*, para se tornar uma atividade assalariada e alienada que, entretanto, tornou-se central para a produção de mercadorias visando a valorização do capital.

E, uma vez que o trabalho adquiriu sua característica alienada, quais foram as consequências em relação à consciência de classe do proletariado?

A consciência de classe e a crítica à sociologia empiricista e positivista

Finalizamos esse texto apresentando a contribuição de Mészáros aos estudos da sociologia marxista do trabalho e em particular à consciência de classe. E, devo acrescentar, que essa contribuição do autor é também um testemunho pessoal, uma vez que a obra analisada foi marcante em nosso trabalho, especialmente nos estudos dedicados à consciência de classe do proletariado brasileiro.¹⁹

Como discípulo bastante *herético* de Lukács, Mészáros era um dos mais qualificados conhecedores de “História e consciência de classe”, livro que teve enorme impacto na sociologia em geral²⁰ e em particular na sociologia do trabalho, destacando-se os capítulos “A coisificação e a consciência do proletariado” e “Consciência de classe”, este último bastante difundido no Brasil, uma vez que foi publicado em importante coletânea organizada por Tom Bottomore.²¹

Como sabemos, a obra lukácsiana desperta há muito tempo um interesse particular no Brasil, seja pelo impacto que “História e consciência de classe” (HCC) teve em um grupo de jovens professores da USP, nos anos 1960/70, seja pela contribuição de jovens marxistas, tendo à frente, entre outros, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e José Paulo Netto, no Rio de Janeiro, e José Chasin, em São Paulo, responsáveis particularmente pela introdução da obra de Lukács da maturidade (a “Estética” e, especialmente, a “Ontologia”) no Brasil.²²

Diferentemente da leitura que operava uma forte disjuntiva entre a obra de juventude e a de maturidade de Lukács, István Mészáros foi pioneiro ao oferecer um olhar distinto, como se pode ver em sua coletânea “Aspectos de História e Consciência de Classe” (1971b)²³, que nos ajudou enormemente

19. Ver especialmente nossos estudos que tratam da consciência de classe, de que são exemplos Antunes (1982, 1988).

20. Ver os vários estudos de Tom Bottomore, Lucien Goldmann, Eric Hobsbawm, Ralph Miliband, sem falar na influência crucial que esta obra teve na fundação da Escola de Frankfurt, entre tantos outros exemplos que poderiam ser aqui mencionados.

21. Ver o livro de Bottomore (1981), “Karl Marx”, que traz o capítulo acima referido em português.

22. Ver Antunes e Rego (Org.) (1996). Sobre a influência do pensamento de Lukács no Brasil, ver Frederico (2007); e sobre sua presença na sociologia no Brasil, ver a tese de doutorado de Barbosa (2011).

23. A coletânea traz artigos de Ralph Miliband, Tom Bottomore, Lucien Goldmann, Eric Hobsbawm, Arnold Hauser, David Daiches, Anthony Thorlby, Rudolf Schlesinger, além do próprio István Mészáros.

a melhor compreender a difícil e tortuosa questão da consciência de classe e, desse modo, melhor apreender os méritos e os limites presentes em HCC.

Como epígrafe que abre “Aspectos de História e Consciência de Classe”, Mészáros cita um fragmento de uma carta de autoria de Lukács (que fora endereçada à Mészáros, em 20 de junho de 1970), que assim se referiu à sua obra seminal:

[...] sem dúvida esta coletânea de ensaios resultara valiosa. O que nela se apresenta acerca da determinação da consciência de classe na atualidade é, em essência, uma análise *verdadeira* da natureza intrínseca do capitalismo de nossos dias [que] agora se [constitui] em um problema mais complexo, tanto de teoria quanto de prática (Lukács *apud* Mészáros, 1971b, p. 5).

Foi assim que HCC mereceu de Mészáros não só a organização do livro acima referido, mas também a elaboração de um excelente capítulo de sua autoria, intitulado “Consciência de classe contingente e consciência de classe necessária” (Mészáros, 1971b).

Nesse capítulo encontramos inúmeras pistas analíticas que nortearam diretamente nossos estudos sobre o tema. Isso porque István Mészáros, contrariamente à disjuntiva abrupta entre o *jovem* e o *velho* Lukács, foi capaz de reconhecer em HCC traços claramente ontológicos que, entretanto, foram se adensando em sua obra posterior. Assim, ao invés de seguir acriticamente esta obra, ou recusá-la por ser pré-ontológica, Mészáros destaca seus pontos centrais, aprofundando-os e, em alguns pontos, superando-os.

Em sua primeira consideração, ao tratar da consciência de classe, acentuou a linhagem ontológica de Marx, presente no Lukács de HCC. Segundo suas palavras:

[...] é essencial notar que Marx, ao afirmar a necessidade histórica da ação proletária consciente, não se refere simplesmente a ‘crises econômicas’, [...] mas se refere ao ‘*ser*’ da classe: isto é, ele indica a linha de solução em termos dos determinantes complexos de uma ontologia social em oposição a um certo mecanismo econômico. É isso que faz toda a diferença, pois o ‘*ser*’ de qualquer classe é a síntese

abrangente de *todos* os fatores atuantes na sociedade, enquanto os proponentes de um ‘determinismo econômico’ – corretamente criticado por Gramsci – isolam apenas *um* fator e, grosseiramente, o sobrepõem a todos os outros. Se a abordagem de Marx ao problema das classes e consciência de classe for interpretada segundo o [...] modelo grosseiro do ‘determinismo econômico’, em “vez de uma avaliação dialética do ‘ser social’, nos é dada uma descrição esquemática e uma pseudo-solução (Mészáros, 2008, p. 56).²⁴

Contrariamente ao determinismo presente em várias análises que se encontravam na herança da Segunda Internacional, Mészáros acentuou que a complexidade metodológica de Marx era a chave crucial para a compreensão da temática de consciência de classe:

Em uma concepção mecanicista, há uma linha de demarcação definida entre o ‘determinado’ e seus ‘determinantes’, mas não é o que ocorre no quadro de uma metodologia dialética. Nos termos dessa metodologia, embora os fundamentos econômicos da sociedade capitalista constituam os ‘determinantes fundamentais’ do ser social de suas classes, eles são também, ao mesmo tempo, ‘determinantes *determinados*’ (Mészáros, 2008, p. 56-57).

Isso se dá uma vez que, ao conceber a economia sob um prisma ontológico, o desafio principal deve buscar a apreensão das “interações complexas”, em um movimento interrelacional presente nos mais distintos setores da atividade humana, pois as mais diversas manifestações humanas “não são simplesmente ‘construídas sobre’ uma base econômica, mas também *estruturam* ativamente essa base econômica, através de uma estrutura própria, imensamente intrincada e relativamente *autônoma*”, uma vez que as determinações econômicas “não existem fora do complexo historicamente mutável de mediações específicas, incluindo as mais ‘espirituais’” (p. 57).

É exatamente por conta dessa dimensão interrelacional que, segundo Mészáros, a consciência de classe pode se encontrar tanto prisioneira da vida alienada quanto se colocar à serviço da sua superação. Dada a *dialética*

24. Todas as citações seguintes, que estão em português, foram extraídas da edição de “Filosofia, ideologia e ciência social”, publicada pela editora Boitempo.

das determinações recíprocas, não é possível aceitar uma “*autonomia absoluta* à consciência, postulando estruturas políticas e formas de organização em nítida contradição com as *possibilidades objetivas* da situação sócio-histórica determinada” (p. 57). Nuançando em boa medida o acento dado por Lukács em HCC, Mészáros acrescentou que seu entendimento não pode ser feito “simplesmente em termos de fatores organizacionais e ideológicos da esfera política, por mais importantes que eles possam ser” (p. 59-60).

Por fim, devemos destacar que, dados os pressupostos metodológicos e ontológicos de Mészáros, sua crítica à sociologia positivista e empiricista merece atenção especial exatamente pelas tantas limitações presentes em algumas formulações sociológicas que privilegiam ou enfatizam, por exemplo, a ascensão social, a busca do sucesso individual, conceitualizações que se consolidaram através do *self-made man*. Segundo Mészáros, esse universo argumentativo acabaria por se constituir em uma marca impeditiva para a compreensão efetiva da consciência de classe.

A este aspecto, Mészáros direciona uma contundente crítica a David Lockwood:

Dizer que ‘na medida em que os indivíduos buscam a sua melhoria social, através da ação individual, em vez da ação de grupo, a consciência de classe vai ficando enfraquecida pelas aspirações de *status*’ (Lockwood, 1958. p. 210) é uma hiper simplificação grosseira (2008, p. 70-71).

Isso porque a

[...] ‘ação de grupo’, em si mesma, não é, de forma alguma, uma garantia da consciência de classe adequada. Tudo depende da natureza real dos objetivos envolvidos, isto é, se as conquistas da ação de grupo podem ser integradas com sucesso ou não. A ação de grupo, desprovida de objetivos estrategicamente significativos, pode apenas fortalecer a ‘consciência de grupo’ – ou ‘consciência tradeunionista’ – apoiada nos interesses *parciais* de um grupo limitado de trabalhadores (p. 70-71, grifo no original).

Mas, além desse aspecto, Mészáros acrescenta uma argumentação adicional que é central, ao afirmar que “a ‘melhoria de posição’ do indivíduo não precisa necessariamente acarretar o enfraquecimento da consciência de classe. Se acarreta ou não, depende, em larga medida, do grau de consciência de classe do indivíduo em questão” (p. 71).

Isso porque o proletariado,

[...] em qualquer tempo determinado, é uma contingência sociológica, com objetivos específicos, poderes e instrumentos mais ou menos limitados para sua realização. O mesmo proletariado, entretanto, é simultaneamente também – em virtude de sua posição de classe necessariamente subordinada em relação à burguesia – uma parte constituinte do antagonismo estrutural irreconciliável da sociedade capitalista (p. 71).

O que o leva a concluir que a “distância entre esses dois aspectos do ‘ser do proletariado’, conforme se reflete na forma dominante de consciência de classe, pode ser maior ou menor em situações históricas diferentes” (p. 71).

Isso porque a

[...] consciência da classe proletária é, portanto, *a consciência do trabalhador de seu ser social enquanto ser enquistado no antagonismo estrutural necessário da sociedade capitalista, em oposição à contingência da consciência de grupo que percebe somente uma parte mais ou menos limitada da confrontação global* (Mészáros, 2008, p. 72, grifos no original).

Assim,

[...] a atribuição de mero *status* de um ‘tipo ideal’ ao conceito de proletariado inevitavelmente tem como resultado a concepção de consciência de classe e de ação política como um ‘dever-ser’ arbitrário, desde o voluntarismo consciente do mito de Sorel até alguns defensores contemporâneos de um ‘utopismo crítico’ (mesmo algumas partes de *História e consciência de classe* de Lukács são influenciadas pelo voluntarismo de Sorel e da ‘tipologia’ de Max Weber) [...] (p. 72).

Em contrapartida, “o reconhecimento da contradição entre o ‘ser’ e a ‘existência’ do proletariado traz consigo a tarefa de ‘superar a lacuna’ entre a consciência de grupo e a consciência de classe, ou, mais exatamente, a tarefa de transcender os limites da consciência de grupo dos grupos determinados de trabalhadores em direção a uma consciência global de seu ser social”, o que, por certo, não é uma “inevitabilidade histórica mecânica” (p. 72).

Mészáros apresenta, assim, sua proposição categorial assertiva, dotada de forte potência analítica que foi capaz de influenciar um conjunto de pesquisadores e pesquisadoras que atuam no âmbito da sociologia do trabalho e em particular os que se dedicam ao complexo tema da consciência de classe.

O traço distintivo essencial para se compreender a questão da consciência de classe, segundo o autor, decorre do fato de que, enquanto a consciência *contingente* “percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições” (p. 89), a consciência *necessária* pode possibilitar a compreensão das densas inter-relações existentes na vida social que, entretanto, são imprescindíveis para o funcionamento do sistema do capitalismo (Mészáros, 2008). E sua compreensão torna-se, então, vital para o florescimento de uma consciência emancipada.

Assim, enquanto a consciência de classe *contingente* “permanece emaranhada em conflitos locais, mesmo quando a escala da operação é relativamente grande” (Mészáros, 2008, p. 89), a consciência de classe *necessária* (concebida conceitualmente sempre no sentido de sua *possibilidade objetiva* e jamais em sentido *teleológico*), “ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do controle social”, acaba por obter uma apreensão mais totalizante da vida social, preocupando-se “com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados (por exemplo, uma tentativa de manter viva, sob o controle dos operários, uma fábrica que esteja sucumbindo à “racionalização” capitalista) (p. 89).

Se pudermos, por nossa conta, dar um exemplo magnífico, dotado de faticidade, nós o encontramos na Comuna de Paris, de 1871, onde o aparentemente impossível tornou-se realidade e concretude.

E como a possibilidade objetiva “reside nas contradições objetivas do sistema socioeconômico”, para as quais a classe trabalhadora pode apresentar uma propositura alternativa, aqueles, como se constata em certa sociologia positivista e empiricista, que teoricamente negam a possibilidade concreta do afloramento da consciência de classe emancipada de-

vem “provar ou que o sistema global do capitalismo é desprovido de contradições significativas ou que ele é capaz de dominar suas contradições em todas as circunstâncias” (p. 89).

Portanto, menos do que “um *vínculo psicológico* homogêneo – que é uma ficção” (p. 89), o que permite a conexão de “vários grupos sociais em uma situação histórica favorável – por exemplo, em uma greve geral – não é algum poder psicológico misterioso”, mas a existência de “programas práticos significativos, resultantes da realidade empírica da subordinação estrutural comum aos grupos ligados ao poder do capital” que possibilitem uma “elaboração prática de um conjunto de objetivos estratégicos que correspondam à posição estrutural objetiva dos vários grupos sociais que os formulam”. E isso “não tem relação, em hipótese alguma, com qualquer forma de fatalismo mecanicista”, mas somente poderá se efetivar através de “uma unidade dialética de determinações, objetivas e subjetivas, internas e externas” (p. 90).

Foi através dessa proposição categorial assertiva e crítica que István Mészáros pôde influenciara sociologia crítica do trabalho, de linhagem marxista, ajudando-a a se desvencilhar, por exemplo, da forte presença explicativa da tese do *self-made man*, da “origem rural do proletariado no Brasil” que, ao migrar para o mundo urbano-industrial, através desse salto social ascensional, veria obliterada e mesmo vedadas as possibilidades de avançar em direção a uma consciência de classe socialista e emancipada. E, ainda mais, dada sua filiação ontológica materialista, ao se desvencilhar da leitura estruturalista dentro do marxismo, que recusava a teoria da alienação do “jovem” Marx, em oposição ao Marx “científico” da maturidade.

O esforço realizado pelo autor pôde oferecer, então, no início dos anos 1970, um sólido adensamento ontológico, ao buscar incessantemente a compreensão do *ser como ele é* (ou do *ser-precisamente-assim*, para recordar Lukács), superando, também, certa *tipificação* que estava presente no “Lukács de História e consciência de classe”.

Seja pela sua contribuição crítica mais geral, voltada para a compreensão das complexas engrenagens que movem contemporaneamente o *sistema de reprodução sociometabólico do capital*, seja por sua reflexão sempre calibrada pela realidade e concretude – na qual sempre transparece seu ineludível vínculo com a *ontologia singularmente humana do trabalho* - a obra de Mészáros deixou raízes em nosso solo sociológico crítico, em particular, em nossa sociologia do trabalho.

Referências

- Antunes, R. (1982). *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- _____. (1988). *A rebeldia do trabalho*. São Paulo: Ensaio.
- _____. (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a negação e afirmação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2002). Apresentação. In: Mészáros, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2008). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2011). O sistema de metabolismo social do capital e seu corolário, a alienação, na obra de István Mészáros. In: Jinkings, Ivana; Nobile, Rodrigo (Orgs.). *István Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo.
- _____; Rego, W. D. L. (1996). *Lukács: um Galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo.
- Barbosa, G. T. (2011). *A produção de conhecimento dos lukácsianos brasileiros*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE).
- Bottomore, T. (Org.). (1981). *Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Frederico, C. (2007). Presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade. In: Moraes, João Quartim. *História do marxismo no Brasil, v. 2: os influxos teóricos*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Habermas, J. (1975). Técnica e ciência como “ideologia”. In: Benjamin, Habermas; Horkheimer, Adorno. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- Lockwood, D. (1958). *The blackcoated worker: a study in class consciousness*. Londres: Allen & Unwin.
- Lukács, G. (2003). *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes.
- Mészáros, I. (1970). *Marx's theory of alienation*. Londres: Merlin Press.

- _____. (Org.). (1971a). *Aspects of history and class consciousness*. Londres: Routledge.
- _____. (Org.). (1971b). *Aspectos de la historia y la conciencia de clase*. Cidade do México: Editora da UNAM.
- _____. (1981). *A teoria da alienação em Marx*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____. (1986). *Philosophy, ideology & social science: essays in negation and affirmation*. Brighton: Wheatsheaf Books, Sussex.
- _____. (1989). *The power of ideology*. Nova Iorque/Londres/Toronto/ Sidney/Tóquio: Harvester Wheatsheaf.
- _____. (1995). *Beyond capital: towards a theory of transition*. Londres: Merlin Press.
- _____. (2004). *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2006). *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2008). Consciência de classe contingente e necessária. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2009). *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. V. I. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2011). *Estrutura social e formas de consciência: a dialética da estrutura e da história*. Volume II. São Paulo: Boitempo.

33. TRABALHO IMATERIAL EM NEGRI E LAZZARATO: UMA CATEGORIA OUSADA E POLÊMICA

CESAR SANSON

Introdução

Traduzida para o português em 2001, a obra “Trabalho imaterial: formas de vida e produção da subjetividade”, dos autores Antonio Negri e Maurizio Lazzarato, assume particular importância para a sociologia do trabalho por colocar em evidência a categoria “trabalho imaterial”. Embora o conceito trabalho imaterial tenha sido lançado pelos autores uma década antes, em um artigo na revista francesa *Futur Antérieur*, no Brasil, foi nos anos 2000, particularmente em função da publicação deste livro e da ampliação desta literatura a partir da publicação de outras obras de Negri (2001, 2003 e 2005), Gorz (2005) e Cocco (2005, 2009 e 2012), que esta categoria ganhou relevo no debate acadêmico.

Negri e Lazzarato, ambos italianos, são autores com vastíssima produção. Muitas de suas obras estão traduzidas para o português, e a elaboração teórica de ambos se estende para as áreas da sociologia, filosofia e economia política. Negri é mais conhecido, particularmente em função de sua obra “Império”,¹ em parceria com Michael Hardt, que ganhou grande repercussão, e pelo fato de ter visitado várias vezes o Brasil. Ambos são originários da escola de pensamento vinculado ao *operaísmo*² e se inserem na tradição de debates da literatura marxiana.

1. “Império”, escrito em parceria com Michael Hardt, compõe ao lado dos livros “Multidão” e “Commonwealth” uma trilogia.

2. O conceito *operaísmo* também é traduzido como *operarismo*.

Particularmente, como destacado anteriormente, na temática do trabalho são conhecidos e citados, sobretudo, pela introdução da categoria trabalho imaterial como uma das características disruptivas de um novo tipo de capitalismo, o capitalismo cognitivo, que de acordo com os autores abole definitivamente as formas hegemônicas de trabalho fordista e dá vazão à sociedade pós-industrial. Em nosso país, o debate acerca da categoria trabalho imaterial pouco escapou do universo acadêmico, e seus críticos são em número significativamente superior àqueles que a incorporaram em suas interpretações das mudanças na sociedade do trabalho. Registre-se, entretanto, que é incontestável o fato de que a categoria trabalho imaterial é uma contribuição importante para o alargamento das tentativas de explicação das novas configurações que o trabalho humano assume no contexto das profundas e substanciais mudanças que se processam na sociedade do labor.

Este texto tem o objetivo de sistematizar o significado da *categoria trabalho imaterial*, contextualizar a teoria social que fundamenta o conceito e explicitar a sua recepção no debate acadêmico em nosso país. Nesta empreitada, parte-se de uma obra: “Trabalho imaterial: formas de vida e produção da subjetividade”. Ao longo do texto incorporam-se outros livros para ampliar o debate sobre a compreensão do tema.

Contextualização e fundamentação teórica da categoria trabalho imaterial

A compreensão da categoria trabalho imaterial em Negri³ e Lazzarato⁴ exige a sua abordagem a partir do contexto da reestruturação produtiva dos anos 1970, ou ainda naquilo que denominam de transição do fordismo para

3. Negri reconhece que a categoria trabalho imaterial é polêmica e desde a obra “Império” passa a utilizar com mais frequência o conceito de produção biopolítica no lugar de trabalho imaterial.

4. Um importante registro: Lazzarato, em uma entrevista ao portal do Instituto Humanitas (IHU), em 08 de novembro de 2017, afirmou que abandonou a utilização da categoria trabalho imaterial. Segundo ele, “é um conceito muito ambíguo, não leva em consideração todas as formas de trabalho existentes na sociedade, considera apenas uma parte do trabalho [...] se concentra em uma pequena parcela da população, considerando uma espécie de vanguarda. Creio que o conceito é politicamente frágil nesse sentido, não conseguindo levar em conta todas as formas de trabalho existentes na sociedade. Pode, então, gerar ambiguidades. Portanto, eu o abandonei por acreditar que ele não é capaz de dar conta do que acontece”. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/573402-revolucao-4-0-uma-coisa-e-a-maquina-tecnica-outra-e-a-maquina-social-a-maquina-de-guerra-que-utiliza-essa-tecnologia-entrevista-especial-com-maurizio-lazzarato>>. Acesso em 23 out. 2022.

o pós-fordismo, ou da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial. Outra forma ainda de compreensão desta categoria é apontada pelos autores com a identificação da transição do “operário-massa” ao “operário-social”. Estas chaves de leitura por sua vez exigem uma digressão à teoria social do *operaísmo*, movimento no qual estes intelectuais italianos, entre outros⁵, estiveram envolvidos entre os anos 1960 e 1970, na Itália, e que (re) coloca em debate o conceito da teoria valor-trabalho e a composição de classe, originários da teoria social dos escritos *marxianos*.

Tratar da categoria trabalho imaterial exige, portanto, a compreensão da teoria social do *operaísmo*, que ao contrário do que muitos interpretam não se constituiu meramente num movimento, mas numa teoria social analítica da luta operária que se desenvolveu em território italiano, representando uma escola de pensamento (Altamira, 2008; Viel, 2017). A produção teórica e o conjunto do pensamento desta escola se encontram originalmente nas publicações do movimento operário italiano, como *Quaderni Rossi*, *Potere Operaio*, *Classe Operaia*. Importante registrar, portanto, que mais do que uma interpretação periodizada de um movimento circunscrito aos anos 1960 e 1970, o *operaísmo* espousa uma teoria social de como se desenvolvem as lutas sociais na relação trabalho *versus* capital. Esta escola reivindica e assenta a sua produção teórica na literatura marxiana. Segundo Negri (1980, p. 150), o *operaísmo*, também identificado como *autonomismo*, se apresenta como uma releitura das categorias marxistas: “modificação real do nosso modo de entender o marxismo”.

O *operaísmo* se assume, portanto, como um movimento e uma teoria analítica que a partir das lutas sociais reinterpreta categorias marxistas. Segundo Altamira (2008, p. 124), “se o período anterior podia ser interpretado como de apego teórico às grandes categorias marxistas, daquele momento em diante passava a se tratar da reconstrução sistemática destas categorias”. É a partir da reinterpretação de categorias marxistas coladas às lutas sociais dos anos 1960 e 1970 em território italiano que surge o conceito de *recomposição de classe*, conceito caro ao *operaísmo* e fundante na compreensão do que vem a ser posteriormente o trabalho imaterial e as janelas que aí se abrem para as

5. Segundo Altamira (2008), entre os principais teóricos da nova geração do *operaísmo*, se encontram Antonio Negri, Yan Moulier Boutang, Sergio Bologna, Jean Marie Vincent, Maurizio Lazzarato, Carlo Vercellone, Giuseppe Cocco, Paolo Virno, Michael Hardt e Harry Cleaver. Inicialmente, muitos deles aglutinaram-se ao redor de publicações italianas como *Potere Operaio* e *Primo Maggio*; posteriormente, reuniram-se na revista francesa *Futur Antérieur*, para finalmente congregar-se na versão atual da *Multitudes*, da revista italiana *Posse* e das brasileiras *Lugar Comum* e *Global Brasil*.

lutas sociais do século XXI. Registre-se (isso é retomado à frente) que a contestação à categoria trabalho imaterial encontra-se sobretudo nas críticas da releitura que o *operaísmo* faz de categorias e conceitos-chave do marxismo.

Antes de debruçarmo-nos sobre o conceito *recomposição de classe*, chave para a compreensão da categoria trabalho imaterial, é importante ter presente que para o *operaísmo* a derrocada do fordismo não é uma derrota do movimento operário. Esta perspectiva de análise é importante porque fornece as bases do caráter emancipatório do trabalho imaterial. Na interpretação *operaísta* são as lutas sociais, o movimento operário, as lutas estudantis, das mulheres, que derrotam o fordismo. Neste sentido, a crise do fordismo foi acelerada pelas lutas sociais, e a recomposição técnica do trabalho, a reestruturação produtiva e os investimentos em novas tecnologias são uma resposta do capital às lutas sociais. A crise do fordismo na interpretação do *operaísmo*, destaca Altamira (2008, p. 63), “não pode ser considerada expressão de leis imanentes que conduzem o sistema ao estancamento e à paralisia do desenvolvimento, mas deve, sim, ser apreendida a partir da ação operária que enfrenta o capital como sujeito antagônico”. A ideia subjacente aqui é a de que o desenvolvimento histórico da sociedade capitalista produziu um movimento operário que, enquanto sujeito, construiu seu próprio poder e, nesta construção, acaba por colocar o sistema em crise e em uma situação de potencial destruição. A *recomposição de classe* está associada, portanto, à crise do fordismo, que apresenta o seu esgotamento com as lutas operárias dos anos 1960 e 1970. É esta crise que sinaliza para a *recomposição da classe* que se apresentará cada vez mais difusa, rompendo com o sistema fabril ou o mundo-fábrica e sua representação de lutas vinculadas ao sindicato e ao partido. Por outro lado, é constitutivo ao *operaísmo* a ideia de que a relação capital-trabalho não se resume à relação produtiva-salarial, mas incorpora também o conjunto dos trabalhadores, mesmos aqueles que não estão submetidos ao assalariamento formal. Segundo Altamira (2008, p. 59-60), para o *operaísmo*,

[...] a constituição e a transformação cotidiana das relações de força entre capital e trabalho ultrapassam sempre qualquer aproximação econômica, cujo horizonte social vê-se histórica e terrivelmente reduzido a uma visão claramente formalista dos jogos institucionais, donde sua corporação fica restrita à análise das formas de organização sindical e à das contradições sociais que se expressam no nível das instituições.

Chegamos ao núcleo central do *operaísmo*: a *recomposição técnica* do trabalho (reestruturação produtiva) é acompanhada pela *recomposição de classe* (operário-social) e resulta em uma *nova composição política* (novas configurações na representação das lutas sociais). Daqui para frente, o operário-social “substitui” o operário-massa, e o faz pela composição técnica de um novo tipo de trabalho, substituindo-o na potência das novas lutas sociais. O operário-social, simultaneamente em sua recomposição de classe, se apresenta em uma nova composição política. A composição política destes trabalhadores é marcadamente difusa em sua conformação técnica de trabalho e não mais atravessada necessariamente pela relação salarial fordista. Segundo Altamira (2008, p. 124):

[...] era a época da comprovação prática e da construção teórica do operário-social, assim como do descobrimento de uma difusão generalizada dos comportamentos operários na sociedade, seja nos movimentos feministas, seja nos grupos homossexuais. Época também do reconhecimento do proletariado difuso, sujeito/ agente da nova composição de classe, intimamente ligado à expansão da produção para a esfera da circulação. Neste contexto o processo de circulação já não funcionava como elemento externo à produção, mas como componente interno, razão pela qual os gastos de circulação deveriam ser doravante assumidos como custos de produção.

Nos anos 1970, Cocco (2001) chama atenção para as análises sociológicas que falavam na emergência de duas sociedades do trabalho, uma constituída pelos trabalhadores das plantas industriais, das fábricas, e a outra por trabalhadores que estariam fora do sistema produtivo e fora do *Welfare*. Esta dualização social, de uma composição de “duas classes” de trabalhadores – uma incluída aos circuitos produtivos e outra excluída – é contestada pelo *operaísmo*. Na leitura desses teóricos esta interpretação é equivocada e não dá conta da *recomposição de classe* colocada em curso pela reestruturação produtiva e que resulta no protagonismo de um novo tipo de trabalhador, do operário-social já identificado pelo neomarxismo operaísta dos anos 1950-1960. Doravante,

[...] à relativa pacificação negociada nas grandes fábricas tayloristas contrapunha-se uma dinâmica *rampante* de *lutas sociais de novo tipo*, acionadas por figuras de tipo novo: por um lado, havia a mobilização de estudantes universitários e secundaristas (já inseridos nos circuitos do trabalho terceirizado), de trabalhadores ‘precários’ e das primeiras levas de desempregados (Cocco, 2001, p. 20-21, grifos do autor).

Trata-se daquilo que Negri, recuperando as ideias de Tronti⁶, denominará de “fábrica sem muros” ou “fábrica social”. Logo, a incorporação do operário-social como resultante da *recomposição de classe* recusa a tese da dualização, da separação entre setores produtivos e setores improdutivos e, mais importante, passa a “articular a centralidade produtiva de figuras sociais cujas dimensões produtivas não dependiam mais da inserção na relação salarial central” (Cocco, 2001, p. 21). É exatamente “esta noção de operário-social que se desenvolverá, na década de 1980, na definição de trabalho imaterial” (Cocco, 2001, p. 22).

Outra questão não menos importante é a que trata da representação da luta operária, fator central nos debates dos movimentos sociais, também na academia, acerca das organizações que efetivamente representam a luta operária. O *operaísmo* inaugura uma corrente marxista “fundada na relação estabelecida entre a autonomia de classe com relação ao poder do capital e a organização que a própria classe podia construir, mostrando como os operários forjavam e descartavam formas de organização de acordo com o caráter concreto que assumia a relação de classe” (Altamira, 2008, p. 144). Logo, o *operaísmo* dá importância aos espaços e articulações de lutas que se estendem para além da fábrica e neste sentido não apenas incorpora as lutas dos trabalhadores ligados à esfera reprodutiva, como também as lutas dos desempregados não assalariados, donas de casa, estudantes, etc. De acordo com Altamira (2008, p. 66), a análise autonomista “não supõe a centralização das lutas através de algum partido ou organização política particular que hierarquiza o movimento e ou subordine. Resgata, ao contrário, o entrelaçamento das lutas como produto que determina ‘a circulação das lutas’”.

6. Mario Tronti é um teórico importante da teoria social do *operaísmo*. Ao lado de Raniero Panzieri e Antonio Negri, é um dos fundadores da revista *Quaderni Rossi* e posteriormente da revista *Classe Operaia*, que esposam a fundamentação teórica original das bases do *operaísmo*.

A composição de classe e sua recomposição, assim como as suas lutas, é vista, portanto, pelo *operaísmo*, como um processo em permanente mudança, na medida em que ao mesmo tempo em que o capital procura decompor a luta operária através de mudanças no seu padrão tecnológico e organizacional para fragilizá-la, os trabalhadores resistem incorporando novas capacidades de resistência e contra iniciativas, sendo desta maneira “gestado um processo de *composição*, *decomposição* e *recomposição* como momentos de *ciclos de lutas*” (Altamira 2008, p. 68-69 – grifos do autor).

Por fim, há ainda um aspecto importante ao *operaísmo*, o da reinterpretção da categoria *trabalho vivo*, uma categoria marxista subtraída de “Grundrisse” (2011). Voltamos a isso mais à frente em função de sua importância para a compreensão da categoria trabalho imaterial. Por ora, destaque-se que os *operaístas* sugerem uma inversão na interpretação desta categoria:

Enquanto Marx enfatizava as mudanças de composição orgânica do capital, derivadas das modificações e inovações tecnológicas – a maneira pela qual o capital fortalece o seu poder na produção -, os autonomistas invertem a análise, buscando, determinar, através da composição de classe, o fortalecimento do poder do trabalho vivo para disputar e retirar definitivamente do capital sua dominação sobre o trabalho (Altamira, 2008, p. 67).

Em “Grundrisse” e posteriormente em “O capital”, Marx argumenta que com a introdução da máquina-ferramenta o *trabalho vivo* não se baseia mais na experiência do trabalhador, mas se situa cada vez mais fora dele. O processo produtivo passa a ser ancorado num conhecimento objetivado nas máquinas. A maquinaria aniquila a subjetividade do operário: “Na maquinaria, o trabalho objetivado se contrapõe ao trabalho vivo no próprio processo de trabalho como o poder que o governa, poder que, de acordo com sua forma, o capital é como apropriação do trabalho vivo” (Marx, 2011, p. 581). Há um aspecto, entretanto, presente em “Grundrisse” no qual Marx, associando o *trabalho vivo* à maquinaria, fala em “cérebro social” ou ainda “intelecto geral”. É Rosdolsky (2011) quem chama a atenção para esta intuição do pensador alemão. Estes conceitos – “cérebro social”, “intelecto geral” – dizem respeito na perspectiva marxista ao desenvolvimento da técnica, da ciência, como produto da engenhosidade humana coletiva que foi apropriada privadamente pelo capital. A ideia subjacente é de que a maqui-

naria se apresenta como resultado do desenvolvimento da ciência, que por sua vez é oriunda do *trabalho vivo*. Essa ciência que se traduz em inovações tecnológicas se torna um “negócio”, afirma Marx, ao ser apropriada pelo capital. Esse fato, entretanto, não anula o caráter de que o desenvolvimento da técnica, da ciência, das forças produtivas é resultante do *cérebro social*, do *intelecto geral*, do *saber social geral*, em suma, do *trabalho vivo*.

Este debate é retomado pelos teóricos do *operaísmo* a partir das mudanças do capitalismo nesta transição de século. Nas revoluções tecnológicas em curso, o conhecimento – o trabalho imaterial – carrega em si a potência da ideia do *intelecto geral* de Marx. Esta ideia é coerente ao *operaísmo* ao considerar que “se o poder dos trabalhadores é o que força a reorganização e as mudanças no capital que se desenvolve, logo o capital não pode ser entendido como uma força externa independente dos trabalhadores, deve ser então entendido como uma relação de classe em si mesma” (Altamira, 2008, p. 132). Nesta perspectiva, “enquanto o capital tenta incorporar a classe trabalhadora *em si*, como simples força de trabalho, o movimento operário se auto-afirmava [*sic*] como classe independente *para si*, através das lutas que rompem o processo de auto-reprodução [*sic*] capitalista” (Altamira, 2008, p. 132, grifos do autor). Logo, “a incorporação da autonomia operária na teoria do desenvolvimento capitalista implicou numa nova forma de apreender e relacionar a luta de classes com o desenvolvimento da estrutura da divisão capitalista do trabalho” (Altamira, 2008, p. 140). Particularmente, a tese é de que neste novo momento do capitalismo as formas centrais de produção em seu novo estágio, incorporando o trabalho imaterial – *intelecto geral* –, já não emergem apenas das forças produtivas do capital, mas do próprio *trabalho vivo*, e não se circunscreve apenas à esfera produtiva, mas se encontra também na esfera da circulação das pessoas, estando elas trabalhando ou não. Posta esta análise preliminar do resgate do *operaísmo*, do seu contexto e das suas premissas básicas, a compreensão da categoria trabalho imaterial se faz mais acessível.

Trabalho imaterial

Como destacado anteriormente, a categoria trabalho imaterial precisa ser compreendida no contexto da teoria social do *operaísmo*, corrente que considera que a *recomposição de classe* está em permanente processo. Ao mesmo tempo em que a reestruturação produtiva do capital altera a sua

composição técnica, coloca-se em curso a *recomposição de classe* e consequentemente sua *composição de luta*. Logo, como destaca Cocco (2001, p. 15), “as origens operaísta das abordagens em termos de ‘trabalho imaterial’ se situam exatamente nesta perspectiva; a de um ‘assalto à história’ e ao determinismo do capital, ou seja, de uma grande operação de apropriação - do ponto de vista do trabalho vivo - da dinâmica do desenvolvimento”.

A categoria trabalho imaterial daqui para frente é apresentada tomando como referência principal a obra “Trabalho imaterial: formas de vida e produção da subjetividade”, de Antonio Negri e Maurizio Lazzarato. A relação desta obra com a categoria em análise se dá por um motivo simples, é neste livro que se apresenta a categoria trabalho imaterial pela “primeira vez”, ao menos em nosso meio, entre os estudiosos e pesquisadores brasileiros da sociedade do trabalho. É a literatura de Negri e Lazzarato que introduz em nossos debates a categoria trabalho imaterial. Acerca desta obra, Cocco (2001, p. 8) faz um importante esclarecimento:

Os quatro primeiros capítulos apresentados neste livro correspondem a artigos escritos por Maurizio Lazzarato em períodos diferentes e quase todos publicados na revista francesa *Futur Antérieur*. O primeiro e mais importante desses (Trabalho imaterial e subjetividade) foi escrito com Antonio Negri em 1991. Trata-se de um verdadeiro programa de trabalho teórico e empírico que se desenvolve e desdobra, inclusive, nos outros capítulos de Maurizio Lazzarato propostos neste livro.

A obra foi publicada no Brasil em 2001, uma década depois do artigo escrito, mas é exatamente nesta década – fundamentalmente em função da publicação deste livro – que a categoria trabalho imaterial ganha espaço no meio acadêmico brasileiro. Do conjunto dos artigos presentes no livro nos valem os dois primeiros por considerar que são básicos para a compreensão da categoria trabalho imaterial: Capítulo 1 (“Trabalho imaterial e subjetividade”) e Capítulo 2 (“O ciclo da produção do imaterial”).

No Capítulo 1, o principal, que apresenta o trabalho imaterial, os autores destacam que a reestruturação produtiva em curso se move “na direção da hegemonia do trabalho imaterial”. Segundo eles, vinte anos de reestruturação das grandes fábricas levaram a um estranho paradoxo. Com efeito, afirmam Lazzarato e Negri (2001, p. -25) “é contemporaneamente sobre

a derrota do operário fordista e sobre o reconhecimento da centralidade de um trabalho vivo, sempre mais intelectualizado, que se constituíram as variantes do modelo pós-fordista”.

Temos aqui, portanto, uma primeira indicação do que os autores compreendem por trabalho imaterial, a tese de que o capital produtivo, naquilo que denominam de sociedade pós-industrial, se vale cada vez menos de um controle sobre os corpos e as vidas dos trabalhadores e, ao contrário, investe nestas vidas e nestes corpos como capacidades produtivas singulares – o *trabalho vivo*. Investe não mais para subordiná-los, adestrá-los e controlá-los, mas para ativar sua cooperação subjetiva e possibilitar o *plus* produtivo. A percepção dos autores é a de que a sociedade industrial taylorista-fordista cindiu o operário reduzindo-o a uma máquina produtiva. As suas características pessoais eram desconsideradas, o seu conhecimento desqualificado, o seu saber não reconhecido e a sua subjetividade dispensada. Na unidade fabril da sociedade industrial, o trabalhador se tornou um numerário, sem rosto e sem fruição a ser manifestada. A sua energia física é consumida, o seu tempo de trabalho é roubado e o seu conhecimento, quando exigido, é usurpado. Coisificado e assujeitado, assim é o trabalhador da sociedade industrial. Assim como a mercadoria produto do trabalho fordista é estandardizada, o trabalhador também é estandardizado. A assertiva de Negri e Lazzarato é a de que, em contraponto ao trabalhador calado do modo de produção do capitalismo fordista, o capitalismo cognitivo, em sua versão pós-industrial, demanda o *trabalho vivo*. Pede ao trabalhador que se disponha a inventar e a produzir novos procedimentos cooperativos, que colabore, que se explicita, apresente ideias para a produção. O conceito de força de trabalho na sociedade pós-industrial é a de que ela se constitui como um todo corpóreo, reúne todas as faculdades, da força física à competência linguística, recompondo o *trabalho vivo*. Agora, o capital investe sobre a vida do trabalhador, mobiliza-o em sua totalidade física e intelectual. Nas palavras dos autores “como prescreve o novo management hoje ‘é a alma do operário que deve descer na oficina’. É sua personalidade, a sua subjetividade, que deve ser organizada e comandada. Qualidade e quantidade do trabalho são reorganizadas em torno de sua imaterialidade” (Lazzarato e Negri, 2001, p. 25).

Nesta mesma perspectiva, afirma Paolo Virno (2005, p. 6):

Trinta anos atrás, em muitas fábricas, havia cartazes que intimavam: ‘Silêncio, trabalha-se!’. A principal novidade do pós-fordismo consiste em ter colocado a linguagem a trabalhar. Hoje, em algumas fábricas, podemos fixar dignamente cartazes invertidos aos de outros tempos: ‘Aqui se trabalha. Fale!’

Logo, contrapondo-se ao operário-massa do período fordista, temos o operário-social que “se desenvolverá, na década de 1980, na definição de trabalho imaterial” (Cocco, 2001, p. 22).

Mas, atenção, o trabalho imaterial – o conhecimento, a comunicação, a cooperação, a subjetividade – que passa a ser requerido no processo produtivo não é uma característica demandada apenas pela fábrica, pelo processo produtivo fabril; ao contrário, estas características permeiam todo o conjunto da sociedade e por isso se pode falar em sociedade pós-industrial, uma sociedade em que a subjetividade comanda os circuitos de produção e consumo. Neste sentido, “essa forma de atividade produtiva – trabalho imaterial – não pertence somente aos operários mais qualificados: trata-se também do valor de uso da força de trabalho, e mais genericamente da forma de atividade de cada sujeito produtivo na sociedade pós-industrial” (Lazzarato e Negri, 2001, p. 26). Segundo os autores, o trabalhador precário, o jovem desocupado, já contém todas as características da subjetividade produtiva pós-industrial. Os autores falam em “fábrica difusa”, organização de um trabalho descentralizado de um lado, e as diferentes formas de terceirização, de outro: “A integração do trabalho imaterial no trabalho industrial e terciário torna-se uma das principais fontes da produção e atravessa os ciclos de produção definidos precedentemente e que por sua vez a organizam” (Lazzarato e Negri, 2001, p. 26).

O que os autores querem dizer é que a categoria clássica de trabalho se demonstra insuficiente para dar conta da atividade do trabalho imaterial e nesta nova realidade “é sempre mais difícil distinguir o tempo do trabalho do tempo da produção ou do tempo livre. Encontramo-nos em um tempo de vida global, na qual é quase impossível distinguir entre o tempo produtivo e o tempo de lazer” (Lazzarato e Negri, 2001, p. 30). Agora, segundo os autores, o trabalho imaterial “é reconhecido como base fundamental da produção, este processo não investe somente a produção, mas na forma inteira do ciclo ‘reprodução-consumo’: o trabalho imaterial não se reproduz

(e não reproduz a sociedade) na forma de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade” (Lazzarato e Negri, 2001, p. 30).

Nessa perspectiva – outros autores se somam a esta análise–, sugerindo que o conceito mais-valor precisa ser ampliado em função de que ele não se reduz agora ao mais-valor produzido no tempo fabril. Mais do que isso, para os autores, o mais-valor é produzido incessantemente porque se vale também do tempo de não trabalho, daquele tempo que se encontra externalizado ao processo produtivo e inclui toda a vida social. O trabalho imaterial, portanto, complexifica a teoria valor-trabalho: “Quando o tempo socialmente necessário a uma produção se torna incerto, essa incerteza não pode deixar de repercutir sobre o valor de troca do que é produzido” (Gorz, 2005, p. 30). O trabalho, então, se torna menos mensurável e coloca em xeque a pertinência das noções de “sobre trabalho” e “sobrevvalor”, que passam a ser o resultado de um processo produtivo mais amplo da jornada de trabalho estritamente entendida.

O mais-valor nesta interpretação é gerado por uma cooperação social que compreende também o tempo de não-trabalho, o tempo de aprendizagem, o tempo dos afetos, o tempo do consumo cultural. Esta cooperação social extratrabalho não é paga pelo salário, mas constitui uma força produtiva fundamental. A ela se deve a gênese do mais-valor. Seria conveniente uma teoria do mais-valor (e do lucro) que vá além da jornada de trabalho individual. Deveríamos considerar o processo de trabalho somente como uma parte de um processo de produção mais geral, que compreende, em si, a vida como tal (Virno, 2005, p. 08).

A categoria trabalho imaterial sugere, portanto, uma redefinição do conceito da teoria valor-trabalho que dê conta de ampliar o conceito de exploração do trabalho. No paradigma da produção imaterial, nem a teoria do valor nem a exploração podem ser concebidas em termos de tempo, porque

[...] devemos entender a produção de valor em termos do comum, assim também devemos tentar conceber a exploração como a expropriação do comum. Em outras palavras, o comum tornou-se o lócus do mais-valor. A exploração é a apropriação privada de

parte do valor produzido como comum, ou de todo ele. As relações e comunicações produzidas são comuns por sua própria natureza, e, no entanto, o capital consegue apropriar-se em caráter privado de parte de sua riqueza (Hardt e Negri, 2005, p. 198-199).

Sob a hegemonia do trabalho imaterial, de acordo com os autores citados, a exploração já não é primordialmente a expropriação do valor medido pelo tempo de trabalho individual ou coletivo e, sim, a captura do valor que é produzido pelo trabalho cooperativo que se torna cada vez mais comum através de sua circulação nas redes sociais. Chegamos ao que denominam de “fábrica social”, na qual o ciclo da produção imaterial se apresenta como confrontação à produção clássica da grande indústria e dos serviços. Segundo os autores, a empresa hoje estrutura a sua estratégia na relação com o consumidor, a ideia de que “um produto antes de ser fabricado deve ser vendido [...] Parece então que a mercadoria pós-industrial é o resultado de um processo de criação que envolve tanto o produtor quanto o consumidor” (Lazzarato e Negri, 2001, p. 44). Dessa forma, “a superação da organização taylorista dos serviços é caracterizada pela integração da relação entre produção e consumo, o consumidor intervém de maneira ativa na constituição do produto” (Lazzarato e Negri, 2001, p. 44). É como se a subjetividade comandasse a produção.

A questão central e nova, afirmam Lazzarato e Negri (2001, p. 45), é o fato de que “o trabalho imaterial se encontra no cruzamento (é a interface) dessa nova relação produção/consumo, é o trabalho imaterial que ativa e organiza a relação produção/consumo”. Ainda mais, segundo os autores, “a particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial (pois o seu valor de uso consiste essencialmente no seu conteúdo informativo e cultural) está no fato de que ela não se destrói no ato do consumo, mas alarga, transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor” (Lazzarato e Negri, 2001, p. 46). Desta forma, o trabalho imaterial produz acima de tudo uma relação social, ou seja, “a ‘matéria-prima’ do trabalho imaterial é a subjetividade e o ‘ambiente ideológico’ no qual esta subjetividade vive e se reproduz” (Lazzarato e Negri, 2001, p. 46). Temos aqui o *insight* dos autores de que a subjetividade, a matéria-prima do trabalho imaterial, é o que impõe o caráter inovador no processo produtivo:

Se a produção é hoje diretamente produção de relação social, a ‘matéria-prima’ do trabalho imaterial é a subjetividade e o ‘ambiente ideológico’ no qual esta subjetividade vive e se reproduz. A produção da subjetividade cessa, então, de ser somente um instrumento de controle social (pela reprodução das relações mercantis) e torna-se diretamente produtiva, porque em nossa sociedade pós-industrial o seu objetivo é construir o consumidor comunicador (Lazzarato e Negri, 2001, p. 47).

Resumindo as intuições dos autores, Cocco (2012, p. 151-152) destaca que, agora,

[...] a integração dos ciclos de produção e reprodução tende a eliminar toda diferença possível entre o tempo de trabalho e o tempo de vida, entre as atividades produtivas e as atividades improdutivas. A noção de trabalho imaterial pode levar em conta o novo valor de uso das forças de trabalho, não apenas na sua qualidade de assalariados [...], ela engloba tanto o operário qualificado quanto o conjunto das figuras sociais (trabalhadores precários, desempregados, jovens operários, estudantes, estagiários).

Ou dito de outra forma, por Cocco (2013),

[...] agora, o trabalho dos incluídos enquanto excluído é um trabalho de tipo diferente: ele é precarizado (do ponto de vista da relação de emprego); imaterial (do ponto de vista que depende da recomposição subjetiva e comunicativa do trabalho manual e intelectual) e terciário (do ponto de vista da cadeia produtiva, aquela dos serviços).

Os autores falam em “capacidade produtiva social”. As premissas que estão na base do desenvolvimento da sociedade pós-fordista são: “1) O trabalho se transforma integralmente em trabalho imaterial e a força de trabalho em ‘intelectualidade de massa’ (os dois aspectos que Marx chama *General Intellect*) e 2) A intelectualidade de massa pode transformar-se em um sujeito social e politicamente hegemônico” (Lazzarato e Negri, 2001, p. 27). Deriva desta reflexão, o caráter emancipatório do trabalho imaterial.

A potência emancipatória do trabalho imaterial: o *comum* e a *multidão*

Um dos aspectos intrínsecos ao trabalho imaterial destacado por Lazzarato e Negri é a sua potência emancipatória. Aqui os autores resgatam o Maio de 1968. Assim como o tema da subjetividade e a composição de classe estiveram presentes no Maio de 68 – “a intelectualidade de massa que não precisou atravessar a maldição do trabalho assalariado” – temos uma nova e possível ruptura da hegemonia do capital. Segundo Lazzarato e Negri (2001, p. 33), é em torno de Maio de 68 que acontece o verdadeiro deslocamento epistemológico, onde “[...] os focos de resistência e de revolta são ‘múltiplos,’ ‘heterogêneos,’ ‘transversais’ em relação à organização do trabalho e às divisões sociais. A definição da relação com o poder é subordinada à ‘constituição de si’ como sujeito social”. Os autores introduzem aqui uma releitura da categoria da subjetividade nas obras de Foucault e Deleuze para afirmar que, assim como em 68, “o processo de produção da subjetividade, isto é, o processo de produção *tout court*, se constitui ‘fora’ da relação de capital, no cerne dos processos constitutivos da intelectualidade de massa, isto é, na subjetivação do trabalho” (Lazzarato e Negri, 2001, p. 35). Portanto,

se o trabalho tende a tornar-se imaterial, se a sua hegemonia social se manifesta na constituição do *General Intellect*, se esta transformação é constitutiva dos sujeitos sociais, independentes e autônomos, a contradição que opõe esta nova subjetividade ao domínio capitalista (se de alguma forma se queira designá-lo na sociedade pós-industrial) não será dialética, e sim alternativa (Lazzarato e Negri, 2001, p. 35-36).

Na intuição de Negri e Lazzarato (2001, p. 36), nas sociedades pós-industriais, onde o *General Intellect* é hegemônico, não há mais lugar para o conceito de transição, “mas somente para o conceito de ‘poder constituinte’ como expressão radical do novo”. Segundo Lazzarato e Negri (2001, p. 36), “a constituição antagonista, portanto, não se determina mais a partir dos dados da relação capitalista, mas da ruptura com ela; não a partir do trabalho assalariado, mas de sua dissolução; não sob a base das figuras do trabalho, mas daquelas do não-trabalho”. Ou seja, a emancipação se encontra agora não mais necessariamente dentro do trabalho assalariado enrijecido, fordista, mas, sobretudo fora dele, uma vez que o trabalho imaterial produz

“novas relações de poder e, por consequência, novos processos de subjetivação” (Lazzarato e Negri, 2001, p. 38). Posto que o trabalho imaterial é reconhecido como um “processo que não investe somente a produção, mas a forma inteira do ciclo ‘reprodução-consumo’: o trabalho imaterial não se reproduz (e não reproduz a sociedade) na forma de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade” (Lazzarato e Negri, 2001, p. 30).

De acordo com os autores, se o caráter da exploração muda, também se estabelece outra dialética de enfrentamento. Doravante a fonte do excedente, do mais-valor, apropriado pelo capital, não se dá mais necessariamente pelo roubo do tempo de trabalho individual ou coletivo, e sim pela captura do valor que é produzido pelos recursos imateriais, o conhecimento, a cooperação e a comunicação que se faz no conjunto da sociedade – a fábrica social. É aqui que se encaixa a intuição do *intelecto geral* ou *General Intellect* de Marx⁷ para um projeto emancipatório. A ideia é a de que, da mesma forma que o capital procura apropriar-se do excedente produzido pelo trabalho imaterial – o mais-valor de hoje –, este pode ser a base da resistência dos sujeitos do trabalho. Da mesma forma que os recursos imateriais que cada trabalhador possui são ativados pelo capital para o *plus* produtivo, o mesmo também pode ser o reverso de um projeto coletivo de resistência e luta social. Dito de outra forma, a aposta dos autores é a de que, sob a hegemonia do trabalho imaterial, a exploração já não é primordialmente a expropriação do valor medido pelo tempo de trabalho, e sim a captura do valor que é produzido pelo trabalho cooperativo, se tornando cada vez mais comum através de sua circulação nas redes sociais de produção, circulação e consumo. A ideia de que “viver e produzir tornaram-se uma só coisa, e o tempo de vida e o da produção se hibridaram sempre mais” (Negri, 2003, p. 263).

Isto significa que as formas centrais de cooperação produtiva já não são criadas apenas pelo capitalista como parte do projeto para organizar o trabalho, mas emergem das energias produtivas do próprio trabalho. Nas palavras de Negri e Hardt (2005, p. 201), “a riqueza que o trabalho imaterial cria é tomada, e é esta a fonte do seu antagonismo. Mas ele preserva a sua capacidade de produzir riqueza, e esta é a sua força. Nessa combinação de antagonismo e força repousa o germe de uma subjetividade revolucionária”. O que os autores afirmam é que a produção de capital é hoje em dia também produção da vida social, e na medida em que o capital instiga o trabalhador a disponibilizar todos os seus recursos (linguísticos, de comunicação, de interação, de cooperação) com o objetivo de subordiná-los à

7. Os autores utilizam esta expressão marxiana em sua tradução inglesa.

sua lógica, tem-se também um processo inverso. Esses mesmos recursos servem aos trabalhadores para o seu crescimento pessoal e para o enriquecimento de suas relações sociais, logo, assim como servem ao capital, criam mecanismos de resistência a ele.

O aspecto central do paradigma da produção imaterial que precisamos apreender é aqui a sua relação íntima com a cooperação, a colaboração e a comunicação – em suma, sua fundamentação no comum [...] No paradigma da produção imaterial o próprio trabalho tende a produzir diretamente os meios de interação, comunicação e cooperação para a produção [...] Na produção imaterial a criação de cooperação tornou-se um elemento interno do trabalho, e, portanto, externo ao capital (Hardt e Negri, 2005, p. 195).

É neste contexto que se constitui outra categoria importante derivada do trabalho imaterial ou da produção biopolítica, como prefere denominar, que é a da *multidão*. Aqui, para a compreensão da categoria *multidão*, alargamos as referências bibliográficas, trazendo as reflexões de Negri em parceria com Hardt na obra “Multidão” (2005). Este conceito, na opinião dos autores, repousa na tese de que não existe uma prioridade política entre as formas de trabalho. Doravante, opinam os autores, como destacado anteriormente, todas as formas de trabalho são socialmente produtivas, potencializam a produção do *comum* e compartilham um potencial de resistência à dominação do capital. Destacam que isto não significa que “o trabalho industrial ou a classe operária não sejam importantes, mas apenas que não detêm um privilégio político em relação às outras classes do trabalho no interior da *multidão*”. Logo, “a *multidão* confere ao conceito de proletariado sua definição mais ampla: todos aqueles que trabalham e produzem sob o domínio do capital” (Hardt e Negri, 2005, p. 147-148). A *multidão* para os autores designa um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em *comum*. A *multidão* como

um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que tem em comum [...] A *multidão*, embora se mantenha múltipla e internamente diferente, é capaz de agir em comum, e, portanto, de se governar (Hardt e Negri, 2005, p. 140).

Embora se mantenha múltipla e internamente diferente, a *multidão* é capaz de agir em comum. É nesse sentido que os autores defendem a ideia de que “a multidão é um conceito de classe” (Hardt e Negri, 2005, p. 143). Trabalhadores e capitalistas chocam-se na produção social “porque os trabalhadores [a multidão] representam o comum [a cooperação], enquanto os capitalistas [o poder] representam as múltiplas – mas sempre ferozes – vias da apropriação privada” (Negri, 2003, p. 267). A indagação de fundo proposta por Negri (2003, p. 213) é: “como transformar, portanto, êxodo e autovalorização do trabalho imaterial em uma nova luta de classe, em desejo organizado de apropriação da riqueza social e de libertação da subjetividade?” Segundo ele, Marx era ligado a uma fenomenologia manufatureira de trabalho industrial e, nesse contexto, “a relação entre composição técnica do proletariado e estratégia política chama-se ‘Comum’ ou ‘Partido Comunista’ – e são a ‘comuna’ ou o ‘Partido’ que realizam o reconhecimento do real e propõem uma plena circulação entre estratégia política (subversiva) e organização (biopolítica) das massas” (Negri, 2003, p. 213). Nessa perspectiva, o partido é o motor de produção de subjetividade e se torna o instrumento na produção de subjetividade subversiva, incitando o sujeito coletivo. A formulação que propõe é: qual é a produção de subjetividade para a tomada de poder, hoje, por parte do proletariado imaterial? Dito em outras palavras, se, hoje, “o contexto da produção é constituído pela cooperação social do trabalho imaterial, e tudo isso chamamos *General Intellect*, como será possível construir o corpo subversivo [biopolítico] do intelecto geral?” (Negri, 2003, p. 213-214). Em sua opinião, o sujeito revolucionário, hoje, deve basear-se em outro esquema, não se coloca mais apenas no eixo industrial ou no âmbito da economia. É necessário reafirmar que para os autores do trabalho imaterial, como já destacado anteriormente, o conceito de *multidão* é amplo e não se restringe aos trabalhadores que estão no mercado formal de trabalho. Deve-se distinguir a multidão da classe operária. Em sua utilização

[...] mais estrita, o conceito [classe operária] é empregado para se referir apenas a trabalhadores industriais, distinguindo-os dos trabalhadores da agricultura, do setor de serviços e de outros setores; em seu sentido mais amplo, a expressão classe operária refere-se a todos os trabalhadores assalariados, diferenciando-os dos pobres que prestam serviços domésticos sem remuneração e de todos os demais que não recebem salário (Hardt e Negri, 2005, p. 13).

O conceito de *multidão* repousa na tese de que entre as diferentes formas de trabalho não existe uma prevalência política e todas as suas formas são socialmente produtivas, produzem o *comum* e também compartilham o potencial de resistência ao capital. Em contraste com as exclusões que caracterizam o conceito de classe operária, assim, a *multidão* é um conceito aberto e expansivo. É nesta perspectiva que Hardt e Negri (2005) sugerem a *multidão* como um novo conceito para a classe. Segundo os autores:

O conceito de multidão pretende repropor o projeto político da luta de classes lançado por Marx. Dessa perspectiva, a multidão baseia-se não tanto na existência empírica atual da classe, mas em suas condições de possibilidade. Em outras palavras, não seria o caso de perguntar ‘Que multidão?’, mas ‘Que pode vir a ser a multidão?’ Um tal projeto político deve fundamentar-se claramente numa análise empírica que demonstre as condições comuns daqueles que podem tornar-se multidão (p. 146).

Em suma, de acordo com os autores, a nova configuração do trabalho, agora sob hegemonia tendencial do trabalho imaterial, possibilita uma recomposição de classe e abre novas possibilidades de lutas sociais.

Recepção à categoria trabalho imaterial

A recepção à categoria trabalho imaterial no debate brasileiro, sobretudo acadêmico, não foi entusiástica, pelo contrário, foi mais criticada do que acolhida. Para complexificar o debate, via de regra, também se associa a Negri e Lazzarato outro tema de grande polêmica entre os pesquisadores da sociedade do trabalho, quer seja o da “centralidade do trabalho”, ou particularmente, da perda da centralidade do trabalho na sociedade. A rigor este tema é sugerido originalmente por André Gorz em sua obra “Adeus ao Proletariado” (1987), de enorme repercussão entre nós e que se encontra discutida neste livro.⁸ A associação um tanto ligeira de Negri e Lazzarato a Gorz se deve, sobretudo, ao fato de que este autor também aderiu à catego-

8. Conferir neste livro o capítulo de Josué Pereira da Silva, que trata da obra “Adeus ao proletariado”.

ria do trabalho imaterial⁹ e ao conceito de sociedade pós-industrial. Logo, os três autores são comumente vinculados aos temas e debates acerca dos conceitos “trabalho imaterial”, “centralidade do trabalho” e “sociedade pós-fordista” ou “pós-industrial”. Por este motivo é muito comum que as críticas daqueles que estão em desacordo com a categoria trabalho imaterial serem endereçadas simultaneamente aos três.

Como destacado anteriormente, a categoria trabalho imaterial não encontrou boa receptividade entre aqueles que discutem a sociedade do trabalho no país, particularmente na academia e especificamente na sociologia do trabalho. Nas instituições de ensino superior, essa categoria e seus autores em geral não foram incorporados às ementas de componentes curriculares que debatem o trabalho, quando muito apenas residualmente. Ainda mais, os autores que criticam a categoria trabalho imaterial superam em muito aqueles que a incorporaram em suas reflexões como um horizonte de ampliação dos debates acerca das características das mudanças em curso no mundo do trabalho. Entre os críticos mais contundentes, além de outros, destacam-se Lessa (2007) e Amorim (2009). Estes autores criticam a releitura que Negri e Lazzarato – incluem aqui também Gorz -, fazem das categorias marxistas, considerando equivocadas suas interpretações acerca da reestruturação produtiva e do papel emancipatório que o lugar do trabalho imaterial ocupa em suas teorias.

Há, porém, em menor número, autores que veem nas reflexões do trabalho imaterial teses que auxiliam na compreensão do caráter disruptivo do capitalismo nesta transição de século e permitem a identificação de lutas de um novo tipo. Entre estes autores se destacam Camargo (2011) e Viel (2017), que consideram a categoria trabalho imaterial importante para a compreensão do novo estágio em que se encontra o capitalismo. No Brasil, entretanto, o autor mais referenciado nos debates do trabalho imaterial é Cocco (2005, 2009 e 2012). Vinculado à teoria social do *operaísmo*, Cocco – italiano, porém, residente há muitos anos no Brasil – tem vasta produção publicada, inclusive em parceria com Negri.¹⁰ Fundador das revistas brasileiras *Global Brasil* e *Lugar Comum* é o responsável por viabilizar para o português a obra “Trabalho imaterial”, de Negri e Lazzarato, ora analisada.

9. Conferir a sua obra “O imaterial” (2005).

10. Os dois autores publicaram o livro “Glob(AL): biopoder e luta em uma América Latina globalizada” (2005).

Destacamos ainda entre os autores que fazem referência ao trabalho imaterial Antunes (2001) e Pochmann (2008). Estes, embora não sejam entusiastas das teorias de Negri e Lazzarato, reconhecem a categoria como importante para a compreensão das mutações do capital e sua nova lógica produtiva. Antunes (2001, p. 129) afirma:

Ao recorrer à discussão acerca das formas de vigência do trabalho *imaterial*, devo acrescentar que minha interpretação oferece uma *reelaboração* do seu significado, quando discuto a centralidade do trabalho hoje. Essa é a expressão da vigência da força constituinte do *trabalho vivo*, tanto na sua manifestação como trabalho *material* – em meu entendimento ainda *fortemente predominante*, quando se analisa o sistema produtivo *global* – quanto também nas formas de vigência do trabalho imaterial, que *não é dominante hoje, mas se mostra como uma tendência cada vez mais presente e crescente nos processos de ponta do mundo produtivo* (Grifos do autor).

Retornando aos críticos da categoria trabalho imaterial, apresentamos brevemente a essência das críticas de Lessa (2001) e Amorim (2009). Lessa (2007, p. 119)¹¹ afirma: “estamos convencidos de que a tese do ‘trabalho imaterial’, cuja formulação original deve-se a M. Hardt, A. Negri e M. Lazzarato, não resiste a um exame mais acurado”. O autor qualifica de “absurdas” a releitura de categorias marxistas feitas pelos autores da tese do trabalho imaterial, entre elas a mais grave, em sua opinião, a reinterpretção da configuração de classe social. Segundo Lessa (2007, p. 139), “os teóricos marxistas do ‘trabalho imaterial’ (pois Negri, Lazzarato e Hardt insistem em ser ‘marxistas’), a nosso ver, estão completamente equivocados”. Insiste que, do ponto de vista teórico, a categoria trabalho imaterial é uma contradição no universo marxiano.

O trabalho é sempre ‘socialmente material’, e a imaterialidade do trabalho não passa de quadratura do círculo. Em segundo lugar, porque o rearranjo das atividades e das profissões no interior dos processos de produção ou de realização da mais-valia não cancela,

11. A inclusão de Hardt deve-se ao fato de que o autor tem escrito artigos e livros em parceria com Negri abordando a categoria trabalho imaterial.

antes reafirma, a distinção ontológica entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, tal como concebida por Marx. Em terceiro lugar, porque o rearranjo das atividades e das profissões como ‘produtivas’ e ‘improdutivas’ de mais-valia não cancela a distinção entre os operários (a única classe que vive da riqueza material que produz) e os outros trabalhadores assalariados não-operários (que vivem do conteúdo material da riqueza produzida pelo trabalho operário). Em outras palavras, o critério da inserção na estrutura produtiva, como ponto nodal da determinação do ser e da subjetividade das classes sociais, continua válido (Lessa, 2007, p. 139).

Está também em desacordo acerca do caráter originário da reestruturação produtiva e de sua consequência na reconfiguração da sociedade do trabalho feita por Negri e Lazzarato. De forma irônica, contestando a tese do *operaísmo*, embora não a cite, afirma que seria como se “no mundo inteiro, tivéssemos patrões em pânico com a falta de operários, os quais, na era do ‘trabalho imaterial’, não têm mais razão para aceitarem a exploração capitalista” (Lessa, 2007, p. 128). Nesta perspectiva, rechaça o conceito de “fábrica social” sugerida por Negri e Lazzarato, afirmando que, “com essa expansão da produção a todo o tecido social, não há mais lugar para uma classe parasitária que se contraponha a uma classe produtiva” (Lessa, 2007, p. 132). Na opinião do autor, essa ideia de “fábrica social” cancela a luta de classes. Em sua crítica, Lessa (2007, p. 133-134) afirma: “cancelam a distinção entre as classes sociais, cancelam a luta de classes como motor da história e revogam a contradição capital/trabalho como a essência do mundo em que vivemos. É nesse contexto que postulam eles a ‘imaterialidade’ do trabalho”.

Finalizando as suas críticas, Lessa (2007, p. 141) indaga:

[...] não seria essa teoria mais uma, das muitas das últimas décadas, capitulação ao capital, em especial ao seu - aparentemente irresistível - impulso à autovalorização? Poderia surgir, pela ‘esquerda’, um maior elogio da ‘positividade’ das transformações que estamos acostumados a sumariar sob o termo de ‘reestruturação produtiva’?

Amorim, acompanhando as críticas de Lessa, destaca que Lazzarato e Negri, também inclui Gorz, “são representativos de um movimento de aparente ruptura paradigmática, quando, na prática, apenas aprofundam os

seus antigos esquemas teóricos” (2009, p. 76). Segundo ele, as teses sobre o trabalho imaterial como força produtiva central hoje exprimem “um amadurecimento de antigas formulações teóricas relacionadas à transformação do operariado tecno-científico para aquele polivalente (Gorz), ou ainda, da passagem do ‘operário massa’ ao ‘operário-social’ (Negri)” (Amorim, 2009, p. 82). Em sua opinião, os autores produzem não “uma concepção histórica sobre as transformações no e do trabalho, mas sim de um sujeito histórico ideal condicionado por um suposto núcleo homogêneo definido com base em sua suposta condição autônoma frente aos processos de valorização e acumulação do capital” (Amorin, 2009, p. 82).

O autor contesta a releitura que Negri e Lazzarato, também Gorz, fazem a partir do “Grundrisse” da teoria valor-trabalho, do conceito de trabalho vivo e da revisão da categoria classe social. Amorim está em desacordo ainda com a proposição de que o trabalho imaterial carrega potencialidade emancipatória. Este autor, assim como Lessa, insiste na relevância das classes sociais.

Na prática, uma de nossas pressuposições de fundo é a de que a quase totalidade dos autores que fundamentam suas teorias em uma economia política imaterial como força produtiva central hoje propõem ou uma revisão completa da estratificação social, relegando a pertinência da classe social a segundo plano, ou mesmo descartando completamente sua existência (Amorim, 2009, p. 20).

Critica também os conceitos de “fábrica sem muros” ou “fábrica social” que, segundo ele, relativizam a classe social originária do mundo fabril.

As possibilidades de criar uma identidade de classe com base nas relações de produção estrito senso são consideradas ultrapassadas, pois a razão econômica teria extrapolado os domínios da fábrica, teria se libertado, portanto, das amarras da fábrica, ganhando maior sociabilidade e chegando, dessa forma, a se constituir como um mecanismo de disseminação política ativo. Se a produção constituisse fora da fábrica, o poder político que proviria dessa produção também se alargaria para fora dela (Amorim, 2009, p. 86-7).

O autor considera que esta interpretação torna a luta de classes um conceito ultrapassado e nesta perspectiva refuta a tese de Negri sobre a formação do trabalho imaterial como sujeito de transformação da sociedade. Considera ainda equivocada a ideia – uma das teses centrais do *operaísmo* – de que na reestruturação produtiva os “capitalistas foram forçados pelos trabalhadores a implantar novas tecnologias na produção e reorganizar as formas gerenciais de controle e organização dos processos de trabalho junto aos trabalhadores” (Amorim, 2009, p. 83). De acordo com Amorim (2009, p. 84), “depois de passados quarenta anos, vemos que a organização ‘oficial’ do movimento operário a que se referia Negri não conseguiu conter o avanço do capital e tampouco se tornou sujeito gestora desse processo”. Segundo ele, a tese de que os próprios operários poderiam se colocar como gestores da reestruturação da produção não se realizou.

Refutando as críticas à categoria do trabalho imaterial, Cocco considera que as mesmas se inserem no que denomina de reação conservadora. Segundo ele, “as causas destas resistências, no Brasil, à inovação das ferramentas teóricas da crítica do trabalho são múltiplas. Boa parte delas é de origem ideológica. Outras, bem mais importantes, estão inscritas nas específicas dimensões estruturais do mercado de trabalho e da relação salarial no Brasil” (Cocco, 2001, p. 8-9). No plano ideológico, o autor considera que há diferentes tipos de resistências, mas, segundo ele,

[...] podemos facilmente atribuí-las à hegemonia de uma visão teórica, herdada de um certo marxismo ortodoxo e uma certa tradição do movimento operário organizado, que vê a emergência da classe (e suas organizações) como uma consequência [*sic*] da relação de capital; *identificando os destinos dos trabalhadores aos da relação salarial*, hipoteca a vitalidade das lutas ao andamento da curva do emprego (forma e preferivelmente de tipo industrial) (Cocco, 2001, p. 9, grifo do autor).

Considerações finais

Concluindo, destaco minha recepção à obra em questão e como me posiciono neste debate acerca da categoria trabalho imaterial (Sanson, 2014). Estou entre aqueles que ao ter acesso à literatura sobre esta categoria, sobretudo o livro citado, identifiquei-me inicialmente com as reflexões, sobretudo

do em função de algumas razões. Primeiro, a literatura de Negri, Lazzarato e de outros autores – vinculados ao *operaísmo* – falava de coisas novas acerca das mudanças na sociedade do trabalho, coisas que não se escutava em nossos debates sobre a sociedade do trabalho, particularmente no que concerne ao esforço em identificar as lutas pela emancipação. Sempre me incomodou na Sociologia do Trabalho, quando das reflexões sobre as mudanças do capitalismo nesta transição de século, a perspectiva pouco dialéctica dos debates. Quase tudo relacionado ao mundo do trabalho se resume a subsunção, exploração, opressão e assujeitamento.

Segundo aspecto que me fez interessar pela categoria do trabalho imaterial é a abordagem heterodoxa da literatura marxiana – a ideia sugerida por Negri, retomando o método marxiano, de que as radicais mudanças do capitalismo exigem uma releitura de suas categorias. Negri chama a atenção para o fato de que o próprio Marx, nas páginas iniciais de “O capital”, reconhece que o trabalho industrial e a produção capitalista à sua época representavam apenas uma parte da economia inglesa, uma parte menor das economias alemã e de outros países europeus e apenas uma fração infinitesimal da economia global. Nesse momento histórico, “o trabalho imaterial encontra-se hoje na mesma posição em que estava o trabalho industrial há 150 anos, quando respondia apenas por uma pequena fração da produção global e se concentrava numa pequena parte do mundo, mas exercia hegemonia sobre todas as outras formas de produção” (Negri e Hardt, 2005, p. 151). Ou seja, é interessante o esforço que estes autores fazem ao estudar a natureza das transformações do capitalismo e identificar o que é hoje o seu *leitmotiv*, aquilo que é a sua mola propulsora no novo padrão de acumulação.

Nesta perspectiva, chama a atenção a “provocação” desses autores ao afirmarem que o carácter da exploração do mais-valor se dá sobretudo pela captura do valor que é produzido pelos recursos imateriais. O que querem dizer é que os parâmetros da teoria-valor do trabalho e da mercadoria se complexificaram, particularmente o mais-valor, considerando-se que na teoria marxiana o que determina o valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho socialmente despendido para produzi-la, mais especificamente, a média do tempo utilizado de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas e, hoje, é preciso reconhecer que o tempo de trabalho já não é necessariamente a única medida de valor. A pergunta aqui é mais ou menos a seguinte: Quanto vale uma ideia, por exemplo, o desenvolvimento de um *software*, que aumenta exponencialmente a produtividade? Qual é a métrica para se medir este mais-valor? Ainda mais, como medir o valor

originário da subjetividade social, partindo-se da ideia de que a produção de muitas empresas é cada vez mais orientada pela captura de ideias que circulam na sociedade e nas redes sociais? Certa vez, em visita ao chão de fábrica de uma grande indústria têxtil, indaguei quem determinava a diversidade gigantesca na produção de roupas, estilos e estampas; a resposta foi de que esta produção era definida na sociedade a partir de pesquisas regulares sobre os desejos dos consumidores. Algo semelhante me foi dito por um engenheiro de produção também em uma visita ao chão de fábrica de uma montadora. Ao ser indagado sobre a definição dos *layouts* dos carros, a resposta foi de que pesquisas são realizadas para identificar os gostos dos consumidores. Temos aqui, portanto, um tipo de produção, diferentemente do período fordista, que não é “definida” pela fábrica, mas pela apropriação da subjetividade social que se transforma em mercadoria. A ideia dos autores é a de que, sob a hegemonia do trabalho imaterial, “a exploração já não é primordialmente a expropriação do valor medida pelo tempo de trabalho individual ou coletivo, e sim a captura do valor que é produzido pelo trabalho cooperativo e que se torna cada vez mais comum através de sua circulação nas redes sociais” (Negri e Hardt, 2005, p. 156). Retornando ainda ao debate no quadrante da literatura marxiana, estou de acordo com a percepção de Heinrich (2018, p. 31), ao afirmar que o maior equívoco na leitura de Marx e “que talvez tenha sido o maior problema com muitos ‘marxismos’ é que eles transformaram o pensamento de Marx em uma espécie de visão de mundo, uma espécie de sistema fechado, que reivindicava dar respostas a todas as questões possíveis”. Neste sentido, creio que a ousadia dos autores em ampliar o debate é interessante.

Concluindo, outro aspecto que considerei instigante na análise em torno do trabalho imaterial é a procura por identificar onde se dão hoje as lutas sociais. A sugestão de Negri de que a “classe” se transforma em “multidão” desenvolvida na trilogia “Império”, “Multidão” e “Commonwealth”, embora polêmica, é bastante sugestiva e oportuna para a ampliação do debate sobre os novos protagonismos sociais. Creio que a rotulação que se faz de Negri e Lazzarato como autores pós-modernos que estariam negando a essência da verdade marxiana é, muitas vezes, superficial, feita apressadamente, sem sequer conhecer o conjunto de sua obra. O debate em torno da categoria trabalho imaterial acrescenta na ampliação da discussão do caráter das mudanças em curso na sociedade do trabalho, e nesta perspectiva, concorde-se ou não, é uma contribuição importante.

Referências

- Altamira, C. (2008). *Os marxismos do novo século*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Amorim, H. (2009). *Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo*. São Paulo: Annablume.
- Antunes, R. (2001). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 5ª edição. São Paulo: Boitempo.
- Camargo, S. (2011). *Trabalho imaterial e produção cultural: a dialética do capitalismo tardio*. São Paulo: Annablume.
- Cocco, G. (2001). Introdução. In: Lazzarato, M.; Negri, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- _____; Negri, A. (2005). *Glob(AL): biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.
- _____. (2009). *MundoBraz: o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.
- _____. (2012). *Trabalho e Cidadania: produção e direitos na crise do capitalismo global*. 3ª ed. São Paulo: Cortez.
- _____; G., Alexander P.; Silva, G. (Orgs.). (2003). *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- _____. (2013). Mobilização reflete nova composição técnica do trabalho imaterial das metrópoles. Entrevista especial com Giuseppe Cocco a Patricia Fachin. *Sítio eletrônico IHU*, 25 de junho.
- Gorz, A. (1987). *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- _____. (2005). *O imaterial*. São Paulo: Annablume.
- Heinrich, M. (2018). *Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna: biografia e desenvolvimento de sua obra*, v. 1, p. 1818-1841. São Paulo: Boitempo.
- Lazzarato, M.; Negri, A. (2001). *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

_____. (2017). Revolução 4.0? Uma coisa é a máquina técnica, outra é a máquina social, a máquina de guerra que utiliza essa tecnologia. *Portal IHU On-line*, 08 nov. São Leopoldo (RS).

Lessa, S. (2007). Trabalho imaterial: Negri, Lazzarato e Hardt. *Estudos de Sociologia* [S. l.], v. 6, n. 11.

Marx, K. (2011). *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo.

Negri, A. (2003). *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

_____. (1980). *Del obrero masa al obrero social*. Barcelona: Anagrama.

_____; Hardt, M. (2001). *Império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.

_____; Hardt, M. (2005). *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.

Pochmann, M. (2008). Trabalho imaterial e redução da jornada de trabalho. *Portal IHU On-line*, 28 abr. São Leopoldo (RS), p. 5-7.

Rosdolski, R. (2011). *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Sanson, C. (2014). *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial*. Natal: Editora da UFRN.

Viel, J. M. (2017). *A formação do conceito de trabalho imaterial na filosofia de Antonio Negri*. Dissertação de Mestrado em Filosofia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

Virno, P. (2002). *Grammaire de la multitude*. Québec: Conjectures & l'éclat.

_____. (2005). O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso. *IHU On-line*, ano IV, n. 161, São Leopoldo (RS), p. 4-10.

34. JUSTIÇA, TRABALHO E SOLIDARIEDADE EM “HOMO JURIDICUS”, DE ALAIN SUPIOT

ELINA GONÇALVES DA FONTE PESSANHA

KAREN ARTUR

Introdução

O presente capítulo aborda os diálogos centrais de uma obra fundamental de Alain Supiot, “Homo juridicus”, condutora de sua reflexão sobre uma visão antropológica do direito, através da qual nota-se a importância da construção coletiva das instituições para ativar princípios de justiça social e de solidariedade.

Tal visão tem sido retomada pelo autor, em seus diversos textos, e principalmente nos que se dedicam ao estudo das transformações correntes da regulação do trabalho sob pressões econômicas e também à afirmação das possibilidades de confirmação e extensão de direitos às novas formas de trabalho. O autor soma-se, em qualidade, àqueles que não se cansam de denunciar o confinamento do direito à uma ordem econômica desumana e o desaparecimento de um horizonte comum necessário para a democracia.

Além dessa introdução e das considerações finais, este texto traz três partes: a apresentação da trajetória, da produção e da reprodução da obra de Alain Supiot; uma análise mais detalhada do conteúdo do livro “Homo juridicus”; e os desdobramentos das ideias do autor para a afirmação de um imaginário social e institucional no qual a justiça seja central para a definição das relações de trabalho.

Alain Supiot: trajetória, produção e reprodução

Alain Supiot, formado em direito e sociologia, nasceu em Nantes, na França, em 1949, e obteve seu doutorado em 1979, na Universidade Montesquieu, de Bourdeaux. Professor nas universidades de Poitiers e Nantes e no Institut Universitaire de France, foi eleito para o Collège de France, em 2012, com a cátedra: “Estado Social e Mundialização: análise jurídica das solidariedades”.

Em 1995, fundou a Maison des Sciences de l’Homme Ange Guépin; entre 1998 e 2001, presidiu o National Council for the Development of Human and Social Sciences; fundou e dirigiu, de 2008 a 2013, o Institut d’Études Avancées de Nantes. No exterior, realizou pesquisas no Berkeley-Institute of Industrial Relations, em 1981, no European Institute of Florence, em 1989/90, e no Berlim-*Wissenschaftskolleg*, em 1997/98. Entre 1997 e 1999, dirigiu o grupo internacional de pesquisa sobre “Transformações do trabalho e futuro do direito do trabalho na Europa”, da Comissão Europeia; entre 2004 e 2006, presidiu o grupo “Trabalho decente e proteção social: novas perspectivas para as normas internacionais do trabalho”; e em 2017, foi nomeado, pela OIT, membro da Comissão Global para análise sobre o futuro do trabalho.

Durante sua trajetória acadêmica, Supiot publicou, sozinho ou como organizador, mais de 40 livros, e dezenas de artigos em seu país ou no estrangeiro. Depois de publicar sua tese de doutorado “Le juge et le droit du travail”, em 1980, e as obras “Critique du droit du travail” em 1994, “Au-delà de l’emploi”, em 1999¹ e “Le droit de travail”, em 2004, entre outras, ele lançou, em 2005, o ensaio “Homo Juridicus – Essai sur la fonction anthropologique du Droit”, que, traduzido para diversas línguas, ganhou uma versão em português no Brasil, em 2007. A este seguiriam ainda, entre outros livros e textos, “L’esprit de Philadelphie”, em 2010, “Grandeur et misère de l’État social”, em 2013, “La gouvernance par les nombres”, de 2015 e, mais recentemente, em 2022, a publicação da conferência “La justice au travail – Quelques leçons de l’histoire”.

A obra de Supiot transita da compreensão do papel das leis e do direito nas sociedades ocidentais para a reflexão sobre como estender os princípios de justiça ao trabalho, garantindo a paz social. Ele desenvolve, em seus textos,

1. Aqui referido com a edição Supiot (2001).

uma reflexão extensa e sempre densa sobre os fundamentos da vida em sociedade, e sobre o papel que o direito ocupa na racionalidade ocidental:

O direito não é revelado por Deus nem descoberto pela ciência, é uma obra plenamente humana, da qual participam aqueles que se dedicam a estudá-lo e que não podem interpretá-lo sem levar em consideração os valores por ele veiculados. A obra jurídica atende à necessidade, vital para qualquer sociedade, de compartilhar um mesmo dever de ser que a preserve de uma guerra civil (Supiot, 2007, p. XXIV).

Ele recorre ao historiador do direito e psicanalista Pierre Legendre, a quem atribui ter recolocado a questão “no cerne da análise da modernidade”, para reforçar sua perspectiva dogmática do direito.²

Com isso, sua abordagem se distingue, por um lado, da doutrina “Law and Economics”, para a qual toda regra se reporta a um “cálculo de utilidade [...] fonte e medida de sua legitimidade”. Assim fragmentado em direitos individuais voltados para a competição, o direito desapareceria como bem comum (Supiot, 2007, p. XXV). Por outro lado, Supiot não se identifica também com os que chama de “teóricos do direito”, que a partir principalmente da abordagem materialista mais ortodoxa, veem-no “apenas como produto de forças políticas e econômicas”³.

Em “Crítica do direito do trabalho”, por exemplo, o autor enfrenta diversas posições contrárias à legalização do direito do trabalho, desde as liberais, como as de Hayek, que se afastam da justiça social, até o que ele chama de ambiguidades nas visões marxistas sobre a legislação trabalhista, que ora é apresentada como racionalidade jurídica da legalidade burguesa, ora como produto das lutas de classe. No primeiro caso, o direito é visto como “um direito de interesse democrático e popular”, um “contra direito”, ao passo que no segundo, afirma-se que “não há direito do trabalho, há direito burguês que se ajusta ao trabalho, e é tudo” (Supiot, 2016, p. 263).

Afinal, Supiot diz preferir a companhia de Tocqueville, Comte, Durkheim, Weber, Maussou Dumont, que não teriam “perdido de vista as crenças que

2. Ver Legendre (1999).

3. Supiot recebe críticas, por sua vez, a partir desse campo, provavelmente por indicar as possibilidades de uma relação equilibrada entre capitalismo e democracia, recorrendo com frequência ao horizonte do “Estado de Bem-estar Social”.

unem as sociedades humanas”. O direito, para ele, serve a diferentes fins, tanto na história dos sistemas políticos quanto na das ciências e das técnicas, mas “os serve subordinando o poder e a técnica a uma razão humana”. Com isso, como consta no “Prólogo” de seu “Homo juridicus”, ele seria capaz de “aproximar, sem nunca poder atingir, uma representação justa do mundo” (Supiot, 2007, p. XXX).

Se a justiça é o referencial último das contribuições teóricas do autor, o trabalho ocupa um dos lugares centrais em seu pensamento:

La cuestión del trabajo es efectivamente central puesto que es en el trabajo donde, para lo bueno y para lo malo, el hombre inscribe las imágenes que le animan en el orden de las realidades del mundo y donde él se confronta con esas realidades (Supiot, 2016b, s/pág).

Os efeitos da globalização e do avanço incontornável da tecnologia são abordados criticamente em relação a isso. Assim, não há como ignorar as transformações em curso no plano da organização e da exploração do trabalho, que desafiam as sociedades contemporâneas. Como diz o autor:

[...] ello nos lleva a identificar dos formas de deshumanización del trabajo. La primera es aquella del taylorismo inmortalizada por Chaplin: es una negación del pensamiento y la reducción del trabajo a la obediencia mecánica a las órdenes. Es lo que en derecho del trabajo se llamó en esa misma época la subordinación. La segunda es una negación de la realidad y la asimilación del trabajo a un proceso programado de tratamiento de la información. A esta forma de deshumanización es a lo que conduce la gobernanza por los números, dado que esclaviza al trabajador atado al objetivo de satisfacer los indicadores numéricos del rendimiento, de acuerdo con los cuales él es evaluado independientemente de los efectos reales sobre su trabajo (Supiot, 2016b, s/pág.).

Suas críticas ao ultraliberalismo dos tempos atuais são contundentes. E, nesse contexto, o autor tem sido um dos arautos importantes contra o que ele chama de versão contemporânea de um “anarcocapitalismo”.

Impulsionado pela fé religiosa em um processo histórico de globalização, o anarcocapitalismo tende a liquidar a diversidade de leis e territórios para submetê-los uniformemente à ‘ordem espontânea’ de um mercado que se tornou total, supostamente para abolir a solidariedades e as fronteiras nacionais e governar uniformemente o planeta (Supiot, 2022a, s/pág.).

A influência internacional da obra de Supiot, se tomamos como referência - na longa lista de suas publicações feita pelo Collège de France, em 2022 - os seus livros traduzidos para várias línguas e a presença de seus textos em livros e periódicos de diversos países, é certamente muito expressiva. “Homo juridicus”, por exemplo, foi traduzido para onze línguas; “L’esprit de philadelphie”, para oito; “Grandeur et misère de l’État social”, para cinco; Au delà de l’emploi, para quatro, etc. Artigos e capítulos aparecem em alemão, inglês, espanhol, italiano, coreano, polonês, chinês, japonês, grego, português.

No Brasil, uma primeira impressão é a de que sua influência se fez sentir bem mais fortemente no campo acadêmico. E ainda: que ela é obviamente mais significativa na área do direito (especialmente do direito do trabalho, mas não só), do que em outras ciências humanas e sociais, muito embora a interlocução em torno da temática dos direitos, principalmente com certas áreas da sociologia, da antropologia, da história, da filosofia e da ciência política, tenha feito crescer essa influência.⁴ Seus textos são, hoje, adotados em diferentes cursos das universidades brasileiras, e muitas dissertações e teses são produzidas a partir de questões por ele levantadas. Além disso, têm crescido as traduções brasileiras de suas entrevistas.

Por tudo isso, Alain Supiot tornou-se uma referência imprescindível para o entendimento do processo de construção dos direitos e da legislação do trabalho, com seus efeitos sociais (Sorj, 2007). E também para a reconstrução, pelo exercício do poder coletivo, (Supiot, 2018a) desses direitos violentados pelas diversas “reformas” que, sucessivamente, têm desconsiderado inteiramente o penoso acúmulo histórico de conquistas da classe

4. As autoras deste texto têm utilizado as obras de Supiot desde os anos 2000, como referência para pensar criticamente os sentidos do trabalho e de suas instituições reguladoras. Além disso, têm compartilhado sua abordagem sobre as possibilidades de construção de um processo no qual as instituições reflitam a participação dos atores sociais, em torno de relações de trabalho mundialmente reconhecidas e normatizadas, com base em princípios fundamentais de dignidade humana.

trabalhadora e desfigurado as relações de trabalho e a própria identidade dos trabalhadores.⁵

Leis, contrato, trabalho e direitos em *Homo juridicus*: o livro

“Homo juridicus – ensaio sobre a função antropológica do direito” é considerado um dos mais importantes trabalhos de Supiot, tendo influenciado, por sua abordagem, estudiosos de várias áreas do conhecimento. Revelando uma extraordinária erudição, se movimentando nos campos, entre outros, da filosofia, da antropologia, da sociologia, da história, e evidentemente do direito, Supiot recorre em vários momentos a uma perspectiva comparativa entre Oriente-Occidente e Norte-Sul, para iluminar e relativizar a trajetória dos direitos no mundo ocidental.

Nesta parte do texto pretendemos apenas ilustrar⁶, de modo bastante resumido, e partindo das páginas do próprio livro⁷, como Supiot trata a aspiração de justiça antropológica, já que acredita que os homens precisam, para viver e conviver, estar de acordo sobre o sentido da vida e confiar na segurança da ordem existente. É por aí que ele constrói “Homo juridicus”, reconhecendo a relação dos homens com as leis, a força dos contratos, desenhando o espaço do proibido e do poder, e indicando os caminhos possíveis para o uso eficaz dos direitos humanos.

As leis e o direito

A perspectiva antropológica, adotada abertamente por Supiot, marca indelévelmente o desenho da obra analisada. Remeter para os fundamentos da ordem social e reconhecer a presença da noção de justiça como característica inerente à condição humana tem um peso teórico inquestionável em todo o livro.

5. Ver, nesse sentido, Artur e Pessanha (2018) e Pessanha e Artur (2019).

6. Seria impossível, dentro dos limites deste texto, ao menos citar os inúmeros autores de várias épocas e nacionalidades (do Oriente e do Ocidente), entre filósofos, cientistas sociais e naturais, historiadores, juristas, etc., a quem Supiot recorre - e com quem dialoga- para construir seus argumentos.

7. A edição utilizada é a publicada no Brasil (Supiot, 2007). As páginas do livro são indicadas entre parênteses.

Ao direito caberia um papel central nesse processo. Como “a maneira pela qual o Ocidente ordena as regras que os homens se impõem” (Supiot, 2007), ele seria herdeiro do *ius* (designação das fórmulas pelas quais se expressa a justiça), mas também construído a partir da ideia de direção (*directum*).⁸

Entretanto, no livro, Supiot opta por partir da reflexão sobre as leis, “universo infinitamente maior do que o do direito” (2007, p.51). Explorando a comparação com o pensamento oriental, pergunta-se por que a ideia de governo pelas leis prosperou no Ocidente. Se na tradição confuciana, o poder político garante a harmonia que permite a cada um exercer seu talento próprio, ele lembra que Aristóteles já sugeria que, no mundo ocidental, os homens têm uma imagem dos poderes que se exercem “entre eles”, imagem essa calcada na ideia de quem comanda o leme, quem é o “pastor”, e por consequência na ideia de governo.

Ele recorre a Montesquieu (1951) na abertura de “O espírito das leis”, para lembrar que essas são “as relações necessárias que derivam da natureza das coisas: e nesse sentido, todos os seres têm suas leis” (Supiot, 2007, p. 57). Presente no pensamento ocidental, a lei não parou de produzir, até hoje, os seus efeitos, embora tenham sido necessários sete séculos (do XII ao XIX), para que os planos religioso, humano e natural não se confundissem sob uma lei única e o Estado e a ciência se libertassem da referência religiosa (Supiot, 2007, p. 63).

Estando vago o lugar da lei divina, o homem procurou ocupá-la. Para lhe dar legitimidade comparável à das ciências naturais, muitos acharam que era necessário “transpor os métodos dessas ciências para o estudo do homem e da sociedade” (Supiot, 2007, p. 67), e foi o que Comte fez ao fundar uma ciência nova, a sociologia. Como Saint-Simon e Marx, diz Supiot, Comte esperava que a humanidade, tendo se livrado da divindade, encontraria na ciência os meios de se livrar do poder do Estado. No plano político e ideológico, isso abriu, entretanto, espaço para os regimes totalitários, que se apresentaram como “instrumento de uma lei mais alta, de uma lei científica e sobre-humana, que desqualifica o Estado e a lei positiva” (Supiot, 2007, p. 70). Foi o que fez o nazismo, referindo-se a pretensas leis científicas de superioridade racial.

8. Prólogo de Supiot (2007), p. XXVII.

Reforçando que a natureza dogmática do direito é incontestável, mas que ele deriva de uma civilização que colocou o conhecimento científico no centro de seu sistema de valores, o autor atribui a essa contradição o lugar de motor do pensamento jurídico (Supiot, 2007, p. 88). Segundo Supiot, dissolver o direito nas leis da ciência, como quer a ciência do direito - que ele insiste em criticar porque não se interroga “sobre as razões (e desrazões) do direito” - levaria a um impasse, e ele prefere avançar com a hipótese de que as noções de lei positiva e de lei da ciência seguem trajetórias paralelas, já que a ideia de lei científica e a de Estado-nação se impuseram ao mesmo tempo. Ele acredita que fica, assim, com o “melhor da tradição sociológica”, ao seguir Mauss que, ao invés de tratar do direito com fórmulas definitivas, conseguiu, em “*Une catégorie de l'esprit humain*”, evidenciar a função antropológica da dogmática jurídica (Supiot, 2007, p. 94).⁹

Ele pergunta então “como situar ... as leis positivas, as leis do direito?”. Elas teriam, como diz Hannah Arendt, o papel de “erguer barreiras e organizar vias de comunicação entre os homens, cuja comunidade é incessantemente ameaçada pelos novos homens que nela nascem”, garantindo “a preexistência de um mundo comum, a realidade de certa continuidade que transcende a duração da vida individual de cada geração”.¹⁰ A ausência dessas leis fere a “necessidade do ser humano enquanto animal simbólico que, diferentemente de outros animais, percebe e organiza o mundo através do filtro da linguagem”, embora Supiot mais uma vez destaque que nem a presença da lei nem as construções jurídicas à maneira ocidental tenham sido meios de assegurar essa função antropológica em outras sociedades (Supiot, 2007, p. 72).

No contexto atual, em que a estrutura linguística e o mercado são, segundo ele, as duas referências a partir das quais as ciências sociais procuram conhecer as leis subjacentes que governam as relações entre os homens no Ocidente, ele compartilha da indignação de Bourdieu frente à incapacidade do Estado - e das leis- para, após a experiência do Estado do bem-estar, controlar os efeitos perversos do mercado.¹¹ Mas nos convida à análise da dimensão institucional do Estado e aposta em sua evolução:

O Welfare não é um monumento histórico que deva ser defendido contra as injúrias do tempo; é uma mecânica jurídica de uma extrema

9. A obra referida é de Mauss (1983).

10. Ver Arendt (1972).

11. Em Bourdieu (1998).

complexidade e em perpétua evolução, cuja sobrevivência depende da compreensão que dela se tem (Supiot, 2007, p. 94).¹²

Defende, afinal, que o “Direito comunitário”, das Uniões, da Comunidade (a europeia), é um objeto ideal para se refletir sobre isso (Supiot, 2007, p. 95). A ideia da lei se mantém, ele diz, sob a forma de leis nacionais inseridas num sistema comunitário que tanto faz lei para seus membros quanto deixa espaço à diversidade de situações nacionais, locais ou profissionais (Supiot, 2007, p.96). Assim, ele conclui essa reflexão reafirmando o valor heurístico da teoria da relatividade das leis positivas, de Montesquieu:

Elas devem ser relativas ao físico do país; ao clima gelado, ardente ou temperado; à qualidade do terreno, à sua situação, ao seu tamanho; ao gênero de vida dos povos, agricultores, caçadores ou pastores; elas devem reportar-se ao grau de liberdade que a constituição pode aguentar; à religião dos habitantes, às suas inclinações, à riqueza, ao número, ao comércio, aos costumes, às maneiras deles. Enfim, elas têm relações entre si; têm-nas com sua origem, com o objetivo do legislador, com a ordem das coisas sobre as quais são estabelecidas. É em todas essas vistas que é preciso considerá-las (Supiot, 2007, p. 96).

O contrato, o direito do trabalho, o domínio das técnicas

Supiot afirma que as leis só ganham sentido se referidas a um sistema de regras fundamentais do qual fazem parte, e onde as regras processuais, a processualização, “desenha possíveis, que só o contrato atualiza” (2007, p. 87).¹³

12. Supiot registra que Carl Schmitt, sob o peso “da carga totalitária da ideia de soberania”, foi incapaz de apreender os traços mais originais do Estado providência que emergia em Weimar nos anos 1920, e cujo alcance os juristas alemães Hugo Sinzheimer e Otto Kahn-Freund, ambos perseguidos pelo nazismo, tão bem compreenderam. Ver Herrera (2002).

13. Segundo Supiot, “a processualização é um fenômeno sobre o qual estão de acordo todos os juristas, mesmo que o interpretem e o apreciem diversamente”(2007, p. 157), e ele ilustra tal assertiva com os exemplos de Habermas(1987), para quem os procedimentos discursivos poderiam ser um meio “de conciliar a democracia com a racionalidade tecnocientífica” (Supiot, 2007, p. 157) e de Luhmann (2001), que vê na processualização “a prova da falsidade de todos os discursos que pretenderiam fundamentar [o direito] em valores extrajurídicos” (Supiot, 2007, p. 158).

Acreditar na “missão civilizadora do contrato” é, para ele, uma das maiores forças do direito ocidental na contemporaneidade. Isso porque, no Oriente, que por vezes convive instrumentalmente com a ideia “globalizada” do contrato (veja-se o Japão), fica difícil aceitar, em princípio, que um acordo firmado nas circunstâncias de hoje “possa vincular o futuro”.

O respeito “à palavra dada” surgiu, no ocidente, como uma regra moral, apoiada nas Escrituras e na jurisprudência da Igreja, e foi só no século XIII que essa regra moral se transformou em obrigação jurídica (Supiot, 2007, p. 115), formalizada depois, por exemplo, na legislação francesa do século XVI. A garantia pela lei divina foi substituída pela lei do Estado nas sociedades “laicas”, muito embora, como entende Supiot, a força da crença permaneça ainda, agora como crença no guardião do compromisso firmado. A onipresença dessa terceira figura do contrato se exprime, em primeiro lugar, pela referência à lei. “A lei participa da estrutura de todo contrato, acima das pessoas, das coisas, do espaço e do tempo” (Supiot, 2007, p. 118). Não pode haver contrato sem lei, “sem uma lei que, pelo menos, funde a personalidade daqueles que contratam e dê força à palavra deles” (Supiot, 2007, p. 119).

Os Estados modernos, monopolizando a enunciação da lei e a cunhagem da moeda, reuniram as condições de garantir e estender o alcance do vínculo contratual, atribuindo uma definição qualitativa às pessoas, às coisas, ao tempo e ao espaço. Supiot diz, entretanto, que a mercantilização dos recursos humanos no contrato e no mercado de trabalho entra em contradição com a separação entre pessoas e coisas, fundamento da ordem mercantil. Nesse sentido, conceitos como “emprego” e “solidariedade”, teriam trazido novidades ao campo do contrato e do estatuto. E direitos especiais - como do trabalho, ambiental, do consumidor, previdenciário, etc.-, ganharam espaço para atuar para além do interesse individual.

De toda forma, o esvaziamento dos Estados nacionais terminou por trazer uma fragmentação do controle dos contratos, distribuído entre distintas autoridades, e escapando à tutela pública frequentemente (Supiot, 2007, p. 132). Supiot considera que essas e outras metamorfoses do contrato só causaram prejuízo à separação entre público e privado, esvaziando o Estado e a força da lei, ferindo de morte a confiança como valor e degradando a coesão social.

A menção ao direito do trabalho retorna várias vezes ao texto do livro de Supiot, como por exemplo, quando ele reflete sobre a relação entre direito e técnicas. Esse ramo do direito acompanhou a Revolução Industrial, viu prosperar

uma nova concepção de propriedade sem os vínculos feudais, assistiu à emancipação do contrato frente aos controles corporativos, e ao avanço da mecanização com seus efeitos perversos sobre homens, mulheres e até crianças.¹⁴ E se impôs, nos países industriais, para limitar a exploração humana, conquistando um lugar no “mundo das técnicas”, como técnica de humanização da técnica, com a função de interpor e proibir (Supiot, 2007, p. 143).

Enquanto técnica, o direito participou desde o início do cenário de novas tecnologias de informação. Supiot considera que ideias de comunicação, permitindo aos homens “reagir uns aos outros e ajustar mutuamente seus comportamentos” (Supiot, 2007, p. 146), estiveram presentes no plano jurídico antes mesmo da difusão dos computadores, e abriram espaço para a lógica posterior das “redes, ou seja, das estruturas policêntricas, das quais cada elemento é a um só tempo autônomo e ligado a todos os outros”.

Mas os anos 1970 trouxeram também, para o campo do trabalho, a fragmentação do polo patronal, a subcontratação, a dificuldade de definir o empregador, que constituem, ainda hoje, um dos problemas centrais do direito do trabalho (Supiot, 2007, p. 150). Para os trabalhadores, seguiu-se ainda a ameaça da individualização dos estatutos, e a subordinação se apresentou sob novas formas. Em contrapartida, no âmbito da informação, o direito do trabalho teria procurado muitas vezes se afinar com os primeiros teóricos da comunicação, defendendo não a sua patrimonialização, mas a “transparência”, a partilha das informações pelas empresas, principalmente sobre o que afeta os empregados.

Poder e direitos, negociação coletiva, solidariedade

O processo de questionamento do poder soberano¹⁵ em todos os níveis, nas primeiras décadas do século XX, produziu uma profunda transformação nas relações de poder que, no plano jurídico, se apresentou em parte como “recoo do poder discricionário em proveito do poder funcional”, aumentando o alcance do controle externo – pelos juízes, mas também social e

14. Supiot destaca o impacto da legislação sobre acidentes de trabalho (a lei francesa é de 1898), “que revolucionou o conjunto do direito de responsabilidade civil e fez surgir a sociedade previdencial” (2007, p. 173).

15. Aqui, Supiot relembra Hans Kelsen (1999), sobre a legitimidade do poder, a necessidade de que o poder seja reconhecido para exercer-se duradouramente.

econômico (p. 187). Paralelamente, houve também um “recuo da centralização do poder em proveito de uma distribuição de poderes”, que permitiu relações mais horizontais. No entanto, à desregulamentação jurídica sucede a normatização técnica, e as noções “de lei, contrato, democracia – perdem seus traços distintivos. As metamorfoses contemporâneas do Estado fazem ressurgir a velha distinção entre o poder e a autoridade e fazem o Legislador perder sua soberania” (Supiot, 2007, p. 189).

O recuo do Legislativo pode se operar só em proveito do Executivo, mas Supiot usa o exemplo da França no pós-1968, para demonstrar como “corpos intermediários” – as organizações sindicais e patronais – entram em cena para ativar uma política contratual que sobressai nesse plano das relações de trabalho. A negociação coletiva, adotada em tantos países, permite a participação na elaboração de leis, propondo seu conteúdo ao Parlamento ou impondo regras novas (Supiot, 2007, p. 201-203).

Se nas relações de trabalho, o contrato podia ser encarado como meio de sujeição de uma pessoa a outra, essa sujeição tem assumido novas formas. Alguns trabalhadores gozam de liberdade, mas é uma liberdade controlada, sujeita a objetivos definidos pela empresa. Supiot diz que do governo dos homens passou-se à “governança”, técnica normatizadora dos comportamentos. Surgem trabalhadores “objetivados”, regidos por objetivos supostamente “combinados com eles”, e essa lógica não somente atinge os trabalhadores independentes, como alcança o próprio direito da negociação coletiva, esta também submetida a objetivos que estão além dos interesses das partes negociadoras, e dificultada por exigências que se tornam mais duras gradativamente. O autor registra que reformas como as Auroux, da França, em 1981, estabelecem quais e quando os objetos devem ser negociados, tornando tanto os trabalhadores como os patrões, agentes de execução de políticas públicas gerais e não definidas por eles (Supiot, 2007, p. 227).

Finalmente Supiot tenta pensar sobre os direitos de todos os homens. Retoma a ideia de globalização, que não trata como fato novo, mas como “última etapa de um processo”, “cujas origens podemos remontar ao Renascimento e à conquista do Novo Mundo” (Supiot, 2007, p. 231). Reconhece o caráter dogmático da “tábua” de direitos humanos que se pretende universal a partir de valores oriundos da cristandade ocidental, mas apela a Tocqueville, para quem “não há sociedade que possa prosperar sem crenças semelhantes, ou melhor, não há nenhuma que subsista assim” (Supiot, 2007, p. 232).

Ele analisa as alternativas que uma interpretação “fundamentalista” desses valores, pelo Ocidente, tem apresentado para se expandir. Tanto um “messianismo” que tenta impor ao mundo inteiro esses valores, quanto o “comunitarismo”, que os considera uma marca de superioridade ocidental, e o “cientificismo”, que apela aos dogmas da ciência, todos esses caminhos são criticados por ele, e rejeitados como incapazes de respeitar outros códigos civilizatórios e de tentar abrir canais de “interpretação” e algum entendimento entre eles (Supiot, 2007, p. 241-255).¹⁶

Mas Supiot acredita em saídas e prega a solidariedade. Ele defende que esse princípio “é de grande atualidade, já que, como a globalização, é uma fonte de interdependência”. Mas segundo ele, “a dimensão social da globalização” está condenada a ser um mero *slogan*, enquanto dispositivos internacionais apropriados não forem gestados. Assim, frente à globalização da economia de mercado, ele indica a necessidade de “mecanismos que permitam uma hermenêutica humana e social do direito econômico”, ao abrigo da regulação internacional das trocas, e buscando minorar o desequilíbrio mundial “pelo reconhecimento de direitos específicos de ação dos países pobres em suas relações econômicas com os países ricos” (Supiot, 2007, p. 270).

Ele conclui que só um direito cuja interpretação é “aberta a todos”, criará as condições para que uma humanidade tão diversa “consiga entender-se sobre os valores que a unem” (Supiot, 2007, p. 272).

A partir de Supiot: a importância de um imaginário social e institucional baseado na justiça

A obra de Supiot nos leva a vários caminhos que demonstram, enfatizam e dialogam com os princípios expressos e consolidados em “Homo juridicus”. O livro se segue a textos críticos mais voltados para o direito do Trabalho, às relações de emprego, ao papel da justiça, e funciona como um profundo elo teórico entre todas as contribuições de Supiot, as anteriores e as posteriores.

16. Supiot lembra aqui, da “Carta africana dos direitos do homem e dos povos”, de 1981, que mesmo respeitando os direitos individuais, insere-os numa concepção do Homem como ser ligado a seus semelhantes, “que tira sua identidade do fato de pertencer a uma série de comunidades”. Além do indivíduo e do Estado, a família (guardiã dos valores) e o povo (com direito, inclusive, de lutar contra a dominação estrangeira, seja política, econômica ou cultural), são também sujeitos presentes na Declaração.

A leitura geral de sua obra só vai aprofundar que a sua visão sobre o direito baseado no “dever ser” não é a-histórica nem afastada das ciências sociais. O que ele visa, afinal, é denunciar a expansão do imaginário econômico em detrimento de um direito fundado nas demandas e crenças sociais. Se analisarmos estudos da antropologia do direito, vamos encontrar o direito como um centro de lutas políticas por justiça, e podemos localizar a discussão que não nega a inspiração de padrões universais legais para as demandas sociais, mas que também busca responder à questão sobre o que é a justiça diante da variação de contextos (Goodale, 2017).

Para Supiot, o direito tem o papel importante de conferir sentidos extraídos de uma ordem social comprometida com a justiça social, instituída e reiterada em momentos históricos como os da criação das declarações que regem a atuação da OIT. Um dos focos de sua obra, aliás, está na centralidade de instituições normativas que foram e devem ser guiadas pelas demandas sociais para garantir a dignidade humana.¹⁷

Assim, ele destaca esse sentido nos documentos constitutivos da OIT, especialmente a Constituição e a Declaração de Filadélfia¹⁸ - aprovada em Conferência de 1944 - que ele divulgou amplamente e analisou destacando a importância de uma ordem não mais fundada na força, mas sim no direito e na justiça social.

17. Por outro lado, em um ambiente unicamente preocupado em classificar o direito quanto à sua rigidez para os negócios, as instituições estariam cada vez mais tomadas pela lógica do mercado total como o centro regulador da vida social, esvaziando o imaginário social em torno de ideais de justiça presentes nos pactos sociais democráticos e, também, dificultando a participação dos atores sociais na construção de novos acordos em torno desses ideais (Supiot, 2010c). Logo, a (des)institucionalização é um dos problemas centrais de sua obra, que se preocupa com a perda de valores compartilhados e o direcionamento de nossas vidas por uma elite comprometida apenas com o mercado (Supiot, 2020).

18. “II - A Conferência, convencida de ter a experiência plenamente demonstrado a verdade da declaração contida na Constituição da Organização Internacional do Trabalho, que a paz, para ser duradoura, deve assentar sobre a justiça social, afirma que: a) todos os seres humanos de qualquer raça, crença ou sexo, têm o direito de assegurar o bem-estar material e o desenvolvimento espiritual dentro da liberdade e da dignidade, da tranquilidade econômica e com as mesmas possibilidades; b) todos os seres humanos de qualquer raça, crença ou sexo, têm o direito de assegurar o bem-estar material e o desenvolvimento espiritual dentro da liberdade e da dignidade, da tranquilidade econômica e com as mesmas possibilidades a realização de condições que permitam o exercício de tal direito deve constituir o principal objetivo de qualquer política nacional ou internacional; c) quaisquer planos ou medidas, no terreno nacional ou internacional, máxime os de caráter econômico e financeiro, devem ser considerados sob esse ponto de vista e somente aceitos, quando favorecerem, e não entravarem, a realização desse objetivo principal [...]”. Declaração de Filadélfia, que retomou e reforçou princípios da OIT, 1944. Essa declaração e os desdobramentos da quebra de solidariedade frente ao avanço do mercado foram analisados mais detidamente em Supiot (2010a).

Seus textos e palestras enunciam os autores nos quais se baseia, não por mera erudição, mas para resgatar o esforço histórico do pensamento humano em transformar relações de poder na busca por justiça e, mais recentemente – tomando, por exemplo, Karl Polanyi ¹⁹ para desnaturalizar a existência do mercado e apontar que terra, trabalho e dinheiro não são mercadorias, como quer o capitalismo (Supiot, 2010b, 2013 e 2019a). E Supiot se aproxima exatamente dessas análises, ao denunciar o neoliberalismo que impõe leis econômicas para toda a humanidade em detrimento da diversidade e da justiça.

Ele expõe a conversão do papel do Estado em instrumento para promoção da competição entre os indivíduos, num mundo em que tudo é pensado e medido em termos econômicos. Nessa dinâmica, Supiot (2017) argumenta que o cálculo e o contrato sem valores protetivos, estão afastando o direito como referência normativa, imaginada como comprometida com a justiça social, com a deliberação coletiva e com o cumprimento das legislações frutos dessas condicionantes,²⁰ para transformá-lo em mero otimizador dessa competição, sem maiores preocupações com as questões de desigualdade.²¹ Na verdade, ele se preocupa com a utilização do próprio direito como um mero produto à disposição dos atores no mercado, desse modo desvinculado de uma cultura jurídica que busca tratá-lo, como se viu, como uma técnica de humanização das técnicas. Critica um direito baseado em cálculos sem respeito à tal base normativa de solidariedade.²²

Igualmente, condena as visões que entendem a democracia e a justiça social como perturbadoras do mercado, e que tentam moldar os indivíduos para reagirem somente a sinais da economia. Do mesmo modo, combate visões restritivas de liberdade, que apenas promovem a livre competição no

19. Ver Karl Polanyi (1983).

20. No Brasil, podemos situar aqui os argumentos que se baseiam nas convenções da OIT e na Constituição Federal de 1988, os quais são contrapostos àqueles que naturalizam as mudanças na legislação trabalhista em torno de um trabalhador sempre disponível, a quem os riscos do negócio são transferidos e que pode negociar individualmente direitos que eram protegidos pela lei ou pela negociação coletiva.

21. Exemplos dessa lógica são os argumentos que defendem a liberalização da terceirização para que as empresas possam competir e para que empregos sejam criados, sem questionamentos sobre a qualidade dos mesmos e sem atentar para as dificuldades de responsabilização nas cadeias de produção.

22. Neste caso, um exemplo do problema, com efeitos sobre a própria ideia de segurança jurídica, seria a constituição de regras e interpretações obrigando as instituições a fornecerem quadros de cálculo sobre o quanto vale a pena – para os atores mais poderosos- descumprirem a lei. Com isso, as instituições deixam de oferecer condições de igualdade para que as partes criem normas baseadas na justiça social.

mercado, sem considerar a necessidade de segurança material para todos. Preocupa-se com o caos gerado pelas desigualdades e com as violências provocadas pela concentração extrema da riqueza. Além disso, embora aceite a importância das demandas por reconhecimento, alerta para o não abandono da centralidade das condições socioeconômicas para a justiça social (Supiot, 2019b).²³

Pode-se também afirmar que ele visa afastar concepções que baseiam a ordem social e política em fatores que não passam pela deliberação coletiva para que isso se concretize, e que são fundamentadas na biologia ou em crenças num sentido único da história, em Deus, e, atualmente, naquilo que se expressa como “mercado total” (Supiot, 2017). Neste último caso, os homens são tratados como meros dados materiais e o direito pode ser escolhido pelos investidores como for mais conveniente, numa competição que rebaixa os padrões pensados para a realização da paz e da justiça social.

Whether it is God or the market which is called to the rescue in the various upheavals we are undergoing, the result always seems to be that collective deliberation is muzzled. In other words, the ideal of a res publica governed by the laws a people gives itself seems to end up abandoned or betrayed (Supiot, 2017, p. 9).

Nesse sentido, Supiot constantemente enfatiza a relevância do fomento da atividade sindical para a produção do direito democrático. Em “La justice au travail” (2022b), ele se refere aos princípios intangíveis do Estado Social “inventado” nos países democráticos no século XX, e aos mecanismos “liberdade sindical, o direito de greve e a negociação coletiva”, que permitem converter as relações de força em relações de direito, sustentando a democracia econômica e social sem a qual a democracia política definharia.

É nas assembleias sindicais, conforme o autor, que são manifestadas as palavras que expressam o interesse comum (Supiot, 2019). Complemen-

23. Supiot acrescentou, posteriormente, que, nesses casos, a solidariedade não desaparece, “mas é transposta para outras bases”, tais como: o pertencimento étnico ou religioso, a cor da pele ou a orientação sexual. Assim, a justiça social seria “invocada em apoio às reivindicações identitárias, cuja inflação é proporcional ao declínio da cidadania econômica e social” (Supiot, 2022a).

tarmente, relembra que cabe aos sindicatos todo um trabalho educacional e cultural que permita o enfrentamento da batalha ideológica em curso, contra a supremacia absoluta dos interesses do capital.

Historically, it was the trade unions that enabled workers to gain access to culture and to acquire the means to understand their economic situation. Unions had a double aim: educational and cultural. This is no longer the case. They have left themselves be locked into the role of negotiators over the price of the work force. One way forward for trade unionism would be to re-connect with their educational and cultural mission and to ensure that we hear voices other than those of the media, which have fallen back under the spell of what the manifesto of the National Council of the Resistance called ‘financial power’ (Supiot, 2018b, s/p.).

Por essas razões, ele alerta para o enfraquecimento desses espaços normativos, tanto pelas mudanças nas legislações, menos tendentes a criar o equilíbrio nessas relações, quanto pelas mudanças no mundo do trabalho, que enfraquecem solidariedades.

Mesmo antes da explosão de análises sobre as mudanças no mundo do trabalho devido à atuação das plataformas digitais, Supiot já defendia o papel do direito de humanizar as técnicas, e anunciava a necessidade de limites à fantasia de um trabalhador sempre disponível num mundo virtual e em tempo real. Desse modo, cabe ao direito do trabalho intervir “para reconstituir um tempo-espaço humanamente suportável” (Supiot, 2007, p. 164).²⁴

O desmantelamento da regulação trabalhista por meio de empresas que operam via plataformas digitais é uma das expressões mais fortes de uma atuação que prescinde dos ideais normativos do trabalho decente, para impor a competição de mercado e a exploração dos trabalhadores por meio dos algoritmos, sem direitos básicos, sem informação e sem negociação coletiva. E, também, sem passar pelo crivo judicial, uma vez que essas empresas buscam impor arbitragens como

24. Essas preocupações do autor tornam-se ainda mais relevantes diante das atuais experiências com o teletrabalho e as discussões sobre sua humanização, com o direito à desconexão, por exemplo. Nesse sentido, como observado por Supiot (2016a), o direito do trabalho tem tido o “papel de dizer” como os trabalhadores podem exercer liberdades face à autoridade do empregador.

forma de solução dos conflitos por elas produzidos, para, assim, não haver decisões públicas sobre sua atuação (Supiot, 2017).

Atualizando essa preocupação, em “Governance by numbers” (“La Gouvernance par nombres”), o autor registra a pretensão econômica de um trabalhador orientado unicamente pelo auto interesse, “capaz de adaptar-se em tempo real às variações no ambiente” (Supiot, 2017, p. 175), apontando que este sujeito corre riscos nunca vistos quanto à saúde mental. Com isso, “o trabalho deixa de ser o caminho mais significativo para os seres humanos realizarem seu envolvimento com as realidades do mundo, e que lhes permita usarem e exercitarem – “e não perderem - suas mentes” (Supiot, 2017, p. 177).

Além desse papel de objetar limites, na linha de uma democracia econômica com participação daqueles que efetivamente produzem a riqueza nas empresas nas quais trabalham, o autor defende algo que atualmente é o centro de disputa ainda mais contundente no capitalismo: o acesso às informações sobre as decisões que afetam os trabalhadores e a sociedade (Supiot, 2007, p. 169 e seguintes).

Portanto, a defesa de uma visão antropológica do direito, produzida pelos atores sociais afetados, a serviço da razão guiada pela justiça social, e responsiva a novos desafios, ou seja, permitindo conceber soluções ainda que provisórias, tornou-se o mote do autor. Ele prioriza um direito guiado por tal normatividade e pela participação, afastando arranjos que causem dependência e não permitam a expressão da voz dos atores.

Considerações finais

Ao nos reaproximarmos aqui - sem qualquer pretensão exaustiva - da obra de Alain Supiot, fica evidente que, desde o relatório Supiot (2001), ele tem coerentemente defendido a proteção legal para todas as formas de trabalho economicamente dependentes e o diálogo social para fazer frente aos desafios das mudanças no mundo do trabalho, com atenção para os diferentes momentos da vida dos trabalhadores.

Tendo como pano de fundo as ideias que sistematiza teoricamente e expõe em “Homo juridicus”, esse é o núcleo de sua contribuição reflexiva, que ele não abandona e que está presente, até hoje, em suas palestras (Collège de France, 2014-2015; Supiot, 2022b), entrevistas e publicações

mais recentes, como em “Justice au travail” (Supiot, 2022c). Ele se manifesta firmemente a favor da participação dos atores sociais na construção social das instituições, de modo a exigirem um mercado que seja responsável e que leve em conta, também, as novas demandas referentes não só à proteção do que chama de “ritmos de vida”, mas também do trabalho não remunerado, do meio ambiente, do respeito à criatividade. Assim, em “Le travail n’est pas une marchandise”, ele nos diz: “La fiction du travail-marchandise, qui fait de l’œuvre un simple moyen au service d’objectifs financiers, n’est écologiquement plus soutenable à l’échelle de la planète. Elle doit céder la place à un statut du travail qui combine liberté, sécurité et responsabilité” (Supiot, 2019a, p. 58.).

Mas construir um novo e inclusivo estatuto do trabalho não passaria para Supiot, como vimos, pela globalização - tendente a liquidar a diversidade das leis e dos territórios, visando submetê-los à lógica uniformizadora do mercado autorregulador (Supiot, 2022c). Ele aposta num processo de verdadeira *mundialização*,²⁵ para promover efetivas solidariedades entre as nações, a melhoria da vida dos trabalhadores em seus próprios países, a justiça *no* trabalho (Supiot, 2022c). É isso que ele defende, e é nesse sentido que sua obra nos estimula a intervir.

Como nos lembra, finalmente, Sayonara Grillo:

A obra do professor Supiot inicia-se [...] com uma profunda concepção da filosofia do direito, mas chega neste momento [...] a uma filosofia política. E essa migração não é à toa, porque ela acompanha a temporalidade do nosso presente e as questões que, hoje, o trabalho traz. E, por isso, me parece que o professor Supiot [...], ao pensar em como transformar as leis do trabalho no início do século XXI, nos diz que sabemos da inevitabilidade das revoluções tecnológicas. A Revolução Digital pode ser inevitável, mas o neoliberalismo não é inevitável, as escolhas não são inevitáveis, porque, afinal de contas, é de política e de escolha e, portanto, de liberdade, que nós estamos falando (Grillo, 2019, s/p.).

25. Supiot, 2022c.

Referências

Arendt, H. (1972). *Les origines dutotalitarisme. Le Système Totalitaire*. Paris: Seuil.

Artur, K.; Pessanha, E. (2018). Construção social dos direitos do trabalho no Brasil: resistências democráticas à Reforma Trabalhista de 2017. *Século XXI - Revista de Ciências Sociais*, v. 8, p. 564-588.

Bourdieu, P. (1998). *Contrefeux*. Paris: Raisons d'Agir.

Collège de France (2014-2015). Taking responsibility seriously. *Symposium 2014-2015*. Disponível em <<https://www.college-de-france.fr/site/en-alain-supiot/symposium-2014-2015.htm>>. Acesso em 23 mar. 2022.

Goodale, M. (2017). *Anthropology and law: a critical introduction*. New York: New York University Press.

Grillo, S. (2019). Palestra no Seminário Trabalho e Democracia: qual o futuro? *Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná/ TRT 9*. Parte 2, 15 out. 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2_th4XRoc18>. Acesso em 20 mar. 2022.

Habermas, J. (1973). *La technique et la science comme "ideologie"*. Paris: Galilimard.

Herrera, C. M. (2002). *Les juristes de gauche sous la République de Weimar*. Paris: Kimé.

Kelsen, H. (1999). *Théorie pure du droit*. Paris/Bruxellas: Bruylant; LGDJ.

Legendre, P. (1999). *Sur la question dogmatique en Occident*. Paris: Fayard.

Luhmann, N. (2001). *La légitimation par la procédure*. Quebec: Presses de l'Université Laval – Éditions du Cerf.

Mauss, M. (1983). Une catégorie de l'esprithumain: la notion de personne, celle de "moi" (1938). *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF.

Montesquieu, C. (1951). *L'esprit des lois*. Paris: Gallimard.

Pessanha, E.; Artur, K. (2019). Justiça do trabalho: controle dos conflitos sociais e dignidade das relações trabalhistas. *Carta Maior*, 22 jan.

Polanyi, K. (1983). *La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris: Gallimard.

- Sorj, B. (2007). *Latin America's elusive democracies* [On-line]. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro p. 28-57. Disponível em <<https://books.scielo.org/>>. Acesso em 12 ago. 2022.
- Supiot, A. (2001) *Beyond employment: changes in work and the future of labour law in Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2004). *Le droit du travail*. Paris: PUF.
- _____. (2007). *Homo juridicus: ensaio sobre a função antropológica do direito*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2010a). *L'esprit de philadelphie: la justice sociale face au marché total*. Paris: Le Seuil.
- _____. (2010b). The Declaration of Philadelphia today. Alain Supiot's 2010 ILO Lecture. *International Labor Office*. Disponível em <https://www.ilo.org/century/events/WCMS_181426/lang--en/index.htm>. Acesso em 12 ago. 2022.
- _____. (2010c). A legal perspective on the economic crisis of 2008. *Intern Labour Rev*, v. 149, n. 2, p.151-160. Disponível em <<http://ilo.org/public/english/revue/download/pdf/s1supiot.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2022.
- _____. (2013). The grandeur and misery of the social state. *Collège de France. Inaugural lecture delivered on 29 November 2012*. Disponível em <<https://books.openedition.org/cdf/3093>>. Acesso em 10 mar. 2022.
- _____. (2016a). *Crítica do direito do trabalho*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- _____. (2016b). Volver a un trabajo realmente humano es, a largo plazo, la clave del progreso económico. *Pazos a la izquierda*, 9 jun. 2016, Barcelona. Disponível em <<https://pasosalaizquierda.com/alain-supiot-volver-a-un-trabajo-realmente-humano-es-a-largo-plazo-la-clave-del-progreso-economico/>>. Acesso em 26 maio 2022.
- _____. (2017). *Governance by numbers: the making of a legal model of allegiance*. Oxford/Portland, Oregon: Hart Publishing.
- _____. (2018a). Como transformar as leis, no século 21. *Instituto Humanitas Unisinos*. 02 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/579552-como-transformar-as-leis-do-trabalho-no-seculo-21>>. Acesso em 12 ago. 2022.

_____. (2018b). Economic democracy: an interview with Alain Supiot. *Eurozine*. 13 de abril de 2018. Disponível em <<https://www.eurozine.com/economic-democracy-interview-alain-supiot/>>. Acesso em 19 ago. 2022.

_____. (2019a). *Le travail n'est pas une marchandise. Contenu et sens du travail aux xie siècle*. Paris: Collège de France.

_____. (2019b). Palestra no V Seminário Internacional do Programa Trabalho Seguro. *Tribunal Superior do Trabalho*. 18 out. 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oAn_vkI0dVM&list=PL9lRQ6CcE7s6gCVvetlkrQzuOQW-05xvY>. Acesso em 01 mar. 2022.

_____. (2019b). *Le travail n'est pas une marchandise. Contenu et sens du travail aux xie siècle*. Paris: Collège de France.

_____. (2020). Only the shock with reality can awaken from a dogmatic sleep. Entrevista. *The Nantes Institute for Advanced Study*, 21mar. 2020. Disponível em <https://www.iea-nantes.fr/en/news/alain-supiot-only-the-shock-with-reality-can-awaken-from-a-dogmatic-sleep_924>. Acesso em 19 ago. 2022.

_____. (2022a). Uma sociedade que propõe por ideal a sua juventude tornar-se milionário se condena à repetição de crises. Entrevista. *L'Humanité*, 27 de maio. Trad. André Langer. Instituto Humanitas Unisinos, 31 de maio. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/619038-uma-sociedade-que-oferece-a-seus-jovens-o-ideal-de-se-tornarem-milionarios-esta-condenada-a-repeticao-das-crieses-entrevista-com-alain-supiot>>. Acesso em 30 jun. 2022.

_____. (2022b). Conférence inaugurale par Alain Supiot: La justice autrement. Collège de France. 18 nov. 2021. *Rendez-vous de l'histoire*. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=VRxypDLfYic>>. Acesso em 10 mar. 2022.

_____. (2022c). *Justice autrement: quelques leçons d'histoire*. Paris: Le Seuil.

35. O “PRECARIADO” SEGUNDO GUY STANDING

SIDARTHA SORIA E SILVA

CRISTIANO WELLINGTON NOBERTO RAMALHO

Introdução

A chegada de “O precariado: a nova classe perigosa” no Brasil, em 2013¹, foi celebrada no seio da sociologia do trabalho nacional por seus evidentes e numerosos méritos intelectuais, tanto por alguns elementos considerados polêmicos – em particular a questão, trazida por Standing, do precariado como “nova classe social”, tema sempre precioso para aqueles que trabalham na perspectiva marxista dos estudos do trabalho –, quanto pelo diagnóstico e interpretação rica sobre os condicionantes que envolveriam a existência e dinâmica dessa classe e, também, pela perspectiva de ação que as forças progressistas deveriam adotar a partir da visão do próprio precariado. Tudo isso em um cenário sociopolítico de propagação da extrema-direita em vários lugares do mundo.

Embora tenha ficado mais conhecido pela discussão do fenômeno do precariado, não foi Standing o inventor do termo, cujas raízes podem ser encontradas já nos anos 1980. Para Braga (2017), a expressão “precariado” já era utilizada na Itália dos anos de 1980, para se referir às novas gerações que chegavam para trabalhar, mas sem encontrar o arco de políticas de bem-estar social e trabalhista que asseguravam a qualidade dos postos de trabalho ocupados pelos mais velhos. Já a origem do termo remontaria aos anos 1960, quando Bourdieu usou a palavra para analisar a classe trabalhadora nas colônias francesas (Jorgensen, 2015 *apud* Fernandes, 2020).

1. Standing, Guy (2013). *O precariado: a nova classe perigosa*. (Tradução Cristina Antunes). Belo Horizonte: Autêntica Editora.

O uso historicamente mais recente do termo teria se dado antes no âmbito de organizações trabalhistas italianas e francesas, para só depois ser encampado analiticamente pela sociologia, destacando-se a obra de Castel (1998 [1995]). Na época, já havia uma atmosfera de pressão sobre as categorias tradicionais referentes ao trabalho e à classe trabalhadora no capitalismo, premidas pelo avanço dos processos de liberalização, financeirização e flexibilização produtivas que surgiram no início da década de 1980. André Gorz abria a década discutindo o fim da existência do proletariado (Gorz, 1980). Beck (2011 [1986]) caracterizava a sociedade (europeia) pós-moderna como de *risco*, em que as instituições coletivas – reguladas ou administradas sob a configuração de capitalismo “fordista” e que conferiam estabilidade e previsibilidade à vida social e laboral –, eram dissolvidas, restando aos indivíduos construir suas próprias trajetórias sob a égide da lógica bruta do cada um por si e de todos à mercê do capital e de suas formas de socialização dos danos à natureza. Somando-se a isso, a questão dos migrantes e o crescente empobrecimento da classe trabalhadora colocam ingredientes decisivos para se entender a construção da ideia de precariado, bem como suas repercussões políticas, sociais, econômicas e acadêmicas.

É neste contexto que Standing está a refletir sobre o que chama de precariado e ao qual dedicou o esforço de redigir o livro ora analisado neste texto. Antes, contudo, de se passar em revista os principais elementos trabalhados na obra, deve-se considerar um fator, ainda, no tocante à chegada de “O precariado...” no Brasil e que apresentamos na forma de proposição. A rápida afinidade com as categorias analíticas e reflexões trazidas pelo autor dever-se-ia pelo fato de que, dada a anatomia do capitalismo e do mundo do trabalho no Brasil, boa parte da discussão feita por ele já seria percebida na prática por quem vive e estuda a dimensão do trabalho no país. Assim, o que é constatado com espécie pelo autor, em sociedades salariais típicas do capitalismo avançado, entre nós seria relativamente (ou tristemente) familiar, com a diferença de que, enquanto o precariado de Standing representaria um momento de regressão, o precariado brasileiro refletiria a impossibilidade de progressão rumo ao limite civilizatório admitido pela sociedade burguesa.

Um dos exemplos mais contundentes dessa constatação se expressa no universo dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da sociedade brasileira (colonos, moradores de condição, foreiros, arrendatários, meeiros, etc.), cuja ausência de direitos trabalhistas e previdenciários, somada à instabilidade de acesso à terra, ao caráter compulsório do trabalho, à questão étnico/racial, à dominação patriarcal e violência do capital aliada à do

Estado, marcaram suas vidas (Andrade, 2005; Garcia Jr., 1989; Kowarick, 1994; Silva, 1999).² Não por acaso foi o sentimento ambivalente dos antigos moradores de condição no Nordeste que prevaleceu quando passaram a acionar judicialmente os senhores de engenhos de cana-de-açúcar na busca por seus direitos. Direitos que chegaram ao campo somente na década de 1960. Anteriormente, as demandas nesse âmbito eram “resolvidas” ou “bloqueadas” dentro do próprio sistema de *plantation* por meio dos laços pessoais, senhoriais, privados (Sigaud, 2004).

Não se deve desconsiderar, ademais, o peso da informalidade enquanto sinônimo das relações laborais no Brasil. Por isso, o que se denomina de precariado não seria, para nós, um fato desconhecido, mas ao contrário.

Os sete capítulos do livro são visitados de acordo com a seguinte disposição. Em uma primeira parte, discute-se a constituição, dinâmica e evolução histórica do precariado, aspectos observados nos primeiros quatro capítulos. E a segunda parte deste texto focaliza o tema dos dilemas enfrentados por quem está no precariado ou é por ele afetado – exemplo do fenômeno do tempo e seu arrocho, ocasionado pelo curso do precariado –, bem como dos cenários ou perspectivas de futuros possíveis.

O precariado: constituição, dinâmica e desenvolvimento histórico

A definição de precariado e a questão do precariado como “nova classe social”

A questão do precariado como classe surge já no primeiro capítulo, quando o autor resgata momentos históricos, como o EuroMayDay, o 1º de maio de 2005, na cidade de Milão, que registrou, pela primeira vez – já que o EuroMayDay vinha acontecendo desde 2001, sempre no primeiro dia de maio, como um protesto alternativo – uma massa capaz de fazer sombra aos tradicionais eventos do Dia do Trabalhador organizados pelos sindicatos.

No 1º de maio de 2005, Milão virou epicentro de manifestações que tomaram diversas outras cidades europeias. Mas, ao contrário do que supunham

2. A literatura brasileira revelou isso, em diversos momentos, em obras importantes: Ramos, G. (2019). *Vidas secas*. 156ª. edição. São Paulo: Record.; Rego, J. L. (2011). *Fogo morto*. 71ª. Edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.; Vieira Júnior, I. (2019). *Torto Arado*. São Paulo: Todavia.

as lideranças sindicais convencionais, aquelas massas não tinham interesse em ressuscitar o trabalhismo.

O entendimento de Standing sobre a “nova classe” em gestação derivaria da apreensão do novo fenômeno de massa, tanto em termos de sua complexa composição ou constituição quanto por seus referenciais ou conjuntos (ainda frouxos, vagos ou desarticulados) de valores. Em ambos os planos, haveria uma distinção relativa à classe trabalhadora “tradicional”, baseada na nacionalidade – enquanto o precariado já seria um filho da globalização, com fronteiras borradas em termos de fluxos de capitais e trabalhadores migrantes – e em um senso mais ou menos claro de identidade, e narrativa pessoal de vida, como “trabalhador” ou “assalariado” –, enquanto os membros do precariado possuiriam uma ligação muito mais titubeante, incerta, hesitante ou mesmo problemática com a dimensão do trabalho ou de uma perspectiva de vida baseada no exercício normal de um trabalho.

Antes de seguir com a polêmica questão sobre se o precariado seria uma nova classe social, deve-se esclarecer o que o autor entende pelo termo, como o define. A definição de precariado por Standing, curiosamente, parece algo fugidia ou imprecisa, embora possa ser sintomático da natureza do próprio fenômeno que se dedica a apreender. Do neologismo, formado pela junção entre o substantivo “proletariado” e o adjetivo “precário”, Standing inicia sua definição pelo que o precariado *não é*, delimitando-o em relação a outros grupos socioeconômicos.

Acima de tudo estaria a elite global – “minúsculo número de cidadãos globais absurdamente ricos governando o universo” (Standing, 2020, p. 24) –, seguida, no degrau inferior, pelos “assalariados”, aqui um subgrupo de trabalhadores de alto nível, com empregos estáveis e ainda protegidos por sistemas públicos de seguridade, visíveis na nata do setor privado e do setor público. *Ao lado* (não abaixo) dos assalariados estariam os *proficians*, profissionais peritos em certas áreas do saber técnico ou tecnológico, para os quais a relação salarial não cabe, pois que se dedicam a contratos vultosos, atuando como consultores mais livres. Abaixo dos consultores *experts* figuraria o que o autor chama de uma “essência da velha classe trabalhadora” (p. 24), a típica classe de trabalhadores de colarinho azul, embora grandemente reduzida de seus grandes contingentes na época do fordismo. Finalmente, abaixo dos quatro grupos acima, surge o precariado, ladeado tanto pelo exército de desempregados quanto pelo lumpesinato (Standing, 2020, p. 25).

O precariado teria características de classe (distinta) pelo fato de que a seus membros faltam características típicas do assalariado e do proletariado – não existe identidade segura baseada no trabalho, não existe perspectiva de se conformarem a ambientes de trabalho por períodos indeterminados, o que lhes tiraria também a característica de desenvolverem relações (de confiança) com colegas e patrões, implicando direitos e obrigações mútuas, ou o poder de barganha em função destas.

Ao iniciar deste modo sua reflexão em torno do conceito, o autor pretende enfatizar, primeiramente, o processo de fragmentação das estruturas de classe nacionais pela emergência da globalização neoliberal. Neste sentido, a ideia de definir o precariado como classe (ou classe em formação) visaria compensar a perda de poder analítico ou explicativo de conceitos como “classe trabalhadora” ou “proletariado”, que, a despeito de terem sido incorporados pela cultura moderna e, por muito tempo, terem servido como referenciais nos quais os indivíduos se reconheciam, hoje em dia pouco mais seriam do que “etiquetas evocativas” (Standing, 2020, p. 24).

Evidentemente, tal proposta não passaria despercebida pela gendarmeria intelectual marxista, a qual, a despeito de reconhecer méritos no argumento do economista inglês, mobilizou um conjunto de contra-argumentos a Standing, os quais variam em forma de compreensão e nível de contundência crítica à reflexão do autor. Sinteticamente, para autores como Braga (2012) e Alves (2013), o erro de Standing estaria em não considerar o precariado como parte, camada ou segmento da própria classe trabalhadora. Em Braga (2012), Standing diferenciaria o precariado do proletariado por confundir este com o *salariado*, a classe trabalhadora que conheceu empregos de longo prazo, estáveis, com remuneração segura e crescente, direitos sociais e trabalhistas, etc. E, para Alves (2013), o precariado seria na verdade uma camada nova da mesma classe proletária, com a especificidade de ser constituída por trabalhadores jovens-adultos, altamente escolarizados, embora imersos em relações de trabalho e emprego precárias.

Não é interessante aprofundar tal contenda, mas seu registro parece suficiente para lançar luzes sobre um elemento essencial no argumento de Standing, que parece escapar aos olhares forjados na ortodoxia conceitual ou teórica. Primeiramente, é certo que o autor não discordará do fato de que o precariado, até mesmo por uma razão etimológica, é precisamente o “proletariado precarizado”, sendo o primeiro termo substantivo e o segundo adjetivo daquele. Tratam-se, sim, de indivíduos trabalhadores e ex-

plorados no âmbito da lógica do capital; e se a reflexão de Standing aqui se detivesse, daria razão à pena de seus críticos.

Contudo, a originalidade da formulação do autor residiria na afirmação de que os indivíduos membros do precariado “carecem de uma identidade baseada no trabalho”, “não se sente[m] parte de uma comunidade trabalhista solidária”, “carece[m] de identidade ocupacional” (Standing, 2020, p. 31).

Fatores como este, elementos do universo simbólico, valorativo, cultural ou das “formas de consciência” dos indivíduos – que, na teoria marxista convencional, são considerados como obstáculos a serem enfrentados e neutralizados no processo (político) de retomada da conscientização livre de vieses ideológicos “burgueses” –, poderiam ser analisados de outro modo, que é o que faz Standing, a ponto de levá-lo à ousadia de sugerir a existência de uma nova classe social.

De fato, o objetivo do autor é operar com conceitos analíticos capazes de maior poder de apreensão das manifestações do fenômeno empírico. O capitalismo contemporâneo, por sua própria configuração mais recente, conduziu a uma tal transformação na forma com que se dá a dinâmica de exploração do trabalho vivo que, no entendimento de Standing, tornaria meros “evocativos abstratos” termos como “proletariado” ou “classe trabalhadora”. Em outros autores isso também se observa. Por exemplo, para Sennett (2009), a destruição de ambientes laborais duráveis ou estáveis pela automação acelerada, a rotatividade insana e a tônica do curto prazo nas relações de trabalhadores com as empresas e entre si, conduziram a um estado de espírito, da parte de quem trabalha, aparentemente mais próximo da indiferença (em relação ao trabalho) do que da alienação.

Voltando ao caso brasileiro, Jessé Souza (2011, p. 21) aponta – inspirado em conceitos de Bourdieu - o aparecimento de um personagem que tem relação direta com o tipo de processo de modernização do país, *a ralé brasileira*. Segundo o referido autor, ela constituiria “[...] uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação [Grifos do autor]”. Ela, dessa maneira, expressaria uma dimensão singular, histórica e importante do Brasil, de parte considerável de seu próprio povo, a saber, “o abandono social e político, ‘consentido por toda sociedade’, de toda uma classe de indivíduos ‘precarizados’ que se reproduz há gerações enquanto tal” (Souza, 2011, p. 21). Nesse sentido, essa classe, a *ralé brasileira*, não se-

ria um fenômeno recente, cuja base social encontraria nos imigrantes e na globalização neoliberal elementos decisivos em sua formação, como acontece em boa parte dos casos na Europa e na América do Norte, de acordo com Standing.

O “curto-prazismo” crônico das relações de trabalho em particular e sociais em geral – “o precariado é definido pelo curto prazismo” (Stading, 2020, p. 39) –, a mediação cada vez maior de sistemas automatizados e remotos nas relações sociais e a consagração ou positivação de valores como risco, indeterminação e não-engajamento no universo laboral, acabou condicionando gerações de indivíduos para os quais a esfera do trabalho, a despeito de ser incontornável para quem precisa trabalhar para viver, é crescentemente desestimulante, desinteressante e até irrelevante se comparada a outras esferas de sociabilidade – como, por exemplo, sexualidade, gênero, estética, religiosidade – e ao poder destas de engendrar sentidos de (auto)identificação.

Em outras palavras, se o trabalho segue tendo centralidade inequívoca para a lógica do capital, teria cada vez menos centralidade na vida dos indivíduos, e aparentemente é essa a pista seguida por autores como Standing na análise da nova dinâmica laboral representada pelo precariado.

Não obstante, Standing reflete sobre a constituição do precariado como *classe para si*, na melhor tradição marxista do hibridismo entre análise científica e ação política. O desafio, aqui, está na efetivação de um sentimento de pertencimento a uma classe laboral que, diferentemente da classe trabalhadora em outras épocas, não consegue identificar qualquer elemento de positividade na posição estrutural em que se encontra.

Poderão objetar, com razão, que a ojeriza do trabalhador em relação ao trabalho sob o capitalismo não representa qualquer novidade, conforme demonstra a célebre máxima de Marx nos “Manuscritos econômico-filosóficos”, de que o trabalhador foge ao trabalho como de uma peste, justamente por causa do estranhamento, que brutaliza a relação entre indivíduo e trabalho, o qual deixa de ser fim da aventura humana para se converter em ordinário e detestável meio de sobreviver. Aparentemente, para Standing o precariado elevaria tal tendência a um nível máximo e sem precedentes, uma classe ainda “em si” que vive em guerra consigo mesma e é constituída por indivíduos angustiados, raivosos, ressentidos, desleais, indiferentes e descompromissados, sem memória e sem empatia, assim forjados em um mundo do trabalho que os coloca permanentemente a deslizar por sua su-

perfície, não permitindo qualquer engajamento, seja com uma atividade, seja com quem compartilha a sua sina.

Assim, seja o precariado uma classe nova, uma camada de classe ou mesmo uma tendência a contaminar amplamente o mundo do trabalho, de fato ele encerra um perigo, que estimula o autor a discutir, como se verá mais adiante, uma “política de paraíso” capaz de pôr termo a tal impasse.

A expansão do precariado e sua composição: fatores condicionantes

A natureza “globalizada” do precariado se explica em função da natureza igualmente global das transformações operadas no sistema capitalista mundial; como nunca, ordens de acontecimentos ocorridos em determinadas regiões do globo lançarão ondas de choque cujos efeitos se farão sentir mesmo nas paragens mais longínquas ou recônditas.

Assim, segundo Standing (2020), o precariado – ou pelo menos o precariado *nos países desenvolvidos* – crescerá por força das pressões competitivas ocasionadas pelos países (periféricos) de industrialização tardia, os NICs, mas, principalmente, pela emergência do colosso formado por China e Índia. Não se trata de capítulo trivial este, na trajetória histórica de luta dos países periféricos por melhorar suas posições relativas ao sistema mundial de produção e de troca de mercadorias. Porque, pelo todo que formam, China e Índia possuem um peso absolutamente desconcertante no cenário global, tanto por sua gigantesca população quanto pelos impressionantes avanços obtidos no *front* do desenvolvimento científico e tecnológico de suas forças produtivas.

A soma destes dois fatores produz um cenário de pesadelo para o Ocidente: agora, chineses e indianos possuem não apenas uma oferta virtualmente ilimitada de força de trabalho, como, também, esta possui qualificações e especializações cada vez mais similares às existentes nos países centrais, até então soberanos em C&T e inovação.

A combinação de quantidade e qualidade pela potência sino-indiana aumenta dramaticamente o raio de alcance do fenômeno da precarização no trabalho, já que agora nem mesmo o núcleo mais qualificado e especializado de trabalhadores – indivíduos que operam no *crème de la crème* do universo laboral, ocupações em ciência, tecnologia, engenharia, etc. – está a salvo de

uma concorrência cada vez mais violenta. Como potências científicas e tecnológicas em rápida ascensão, China e Índia acabaram impondo um processo de demolição crescente das melhores condições e situações ocupacionais existentes nos mercados de trabalho dos países desenvolvidos.

O que se segue daí é a corrosão continuada dos empregos mais protegidos, bem como dos sistemas públicos de proteção social e trabalhista: mercadorização da empresa (de ambiente em que havia relações de longo prazo e vínculos de confiança a espaço permanentemente sujeito à dissolução por obra de liquidação, fusão e outras formas de decomposição da empresa no mercado); remercadorização do trabalho (menos proteção estatal aproxima o emprego da condição de mercadoria comum, sujeita à lógica da oferta e procura); flexibilização do emprego (contratação, remuneração, jornada, demissão) e fragmentação do mercado de trabalho; dismantelamento profissional (enfraquecimento da posição das ocupações baseadas em *expertise* profissional, das associações profissionais corporativas); regressão do setor público; economia de subsídios (captura dos fundos públicos pelo interesse privado, que os conduz em direção a práticas de subsidiar setores econômicos e produtivos, postos de trabalho atípicos e precários, permitindo assim às empresas perpetuarem a própria precariedade laboral); economia das sombras (informalidade crescente); declínio da mobilidade social.

Pelo fato de que ninguém está livre do flagelo de se ver incluído no precariado, demograficamente pode-se falar em variedades de precariado, cada qual com suas especificidades. São homens, mulheres, jovens, idosos. Standing se adianta ao dizer que não há apenas vítimas no precariado – trabalhadores/as que decaem –, mas também indivíduos que, por razões diversas, não têm interesse na relação salarial típica, que implica formas típicas de emprego, etc.

Em cada segmento ou variedade de precariado, haverá os *grinners* (gracejantes, sorridentes) e os *groaners* (lamentosos). Entre os jovens, os sorridentes seriam estudantes e mochileiros errantes, ocupando satisfeitos empregos informais e temporários, enquanto os lamentosos são os que não conseguem empregos não precários pela competição com concorrentes mais velhos. Entre os mais velhos, sorridentes seriam os que já conseguiram alguns direitos de seguridade, podendo trabalhar casualmente, por prazer, dinheiro extra, etc. Já os lamentosos seriam os que, justamente por não terem conseguido acessar aqueles direitos, são obrigados a seguir trabalhando. Entre as mulheres, sorridentes seriam as que, por serem casadas com assalariados ou terem

outras fontes de renda, podem se dar ao luxo de considerar o trabalho precário como algo acessório ou secundário, e lamentosas aquelas submetidas a jornadas triplas por absoluta falta de opção. Finalmente, os homens sorridentes contam com cônjuges que também geram renda razoável, lamentosos seriam, por exemplo, os solteiros com poucas chances de conseguir algo melhor do que bicos precários (Standing, 2020).

Por serem historicamente subgrupos sociais mais vulneráveis, mulheres e jovens acabam sendo vanguardas involuntárias no avanço do precariado. Ao serem constrangidos a se atirar no mercado de trabalho, tais subgrupos acabam concorrendo para o nivelamento para baixo das condições de trabalho e remuneração, além de gerarem outros tipos de efeitos, como o declínio da posição dominante do homem experiente.

Além disso, o aumento do precariado concorre também para o aumento dos contingentes de fracassados, dos derrotados na arena implacável da competição extrema pela oportunidade de serem explorados. Ampliam-se, portanto, as frações de indivíduos marginalizados, criminalizados e encarcerados.

Finalmente, completando a caracterização do precariado, sua incidência mundial reflete necessariamente na sua natureza de também ser constituído por indivíduos “nômades”, os migrantes, “a infantaria ligeira do capitalismo global” (Standing, 2020, p. 173). Aqui, novas fontes de tensão e conflito intestino à vista, com a questão do imigrante ocupando um espaço crescente na agenda das sociedades que ainda figuram como ilhas de segurança em meio aos mares revoltos da turbulência econômica e da deterioração social crescentes nas periferias globais. O lugar ambíguo do imigrante – indesejado pelo nativo por “roubar-lhe empregos”, embora disposto a trabalhar justamente nas ocupações que o nativo costuma recusar – reflete, a seu modo, a ambiguidade e a confusão tensas, típicas do precariado.

O encontro de elementos objetivos e simbólicos no mundo do precariado: entre a danação e a salvação

A expansão do precariado, como foi frisado, não seria possível sem as agudas transformações ocorridas nas bases estruturantes do capitalismo, que engendraram e (des)regularam o trabalho, as próprias relações sociais frutos de um mundo globalizado em fundamentos neoliberais.

O precariado estaria inserido, portanto, em inúmeras e significativas mudanças, as quais entrecruzariam não apenas o trabalho como também a corrosão e a negação do ócio e de direitos, o arrocho no tempo, a ação do Estado num cenário político marcado pela presença de sujeitos neofacistas, neoliberais e, também, utilitaristas, a crise do Estado de bem-estar social. E isso imporia às forças progressistas uma compreensão mais complexa do precariado, seja para fugir da ideia de interpretá-lo enquanto um personagem reduzido à mera condição de um ator passivo e capaz de cair, com imensa facilidade, nos apelos da extrema direita e de suas políticas de ódio, seja para reconhecê-lo enquanto um possível e importante artífice político, isto é, “embora o precariado ainda não seja uma classe-para-si, ela é uma classe-em-construção, cada vez mais capaz de identificar o que deseja combater e o que deseja construir” (Standing, 2020, p. 233). Por isso, “há uma necessidade de uma nova política de paraíso que seja leve e orgulhosamente utópica” (p. 234).

Mas quais os outros dilemas, além do que já apontamos, que também deveriam ser compreendidos e que envolveriam a vida do precariado, tornando-se essenciais para que uma política do paraíso possa combater e construir alternativas?

Acerca disso e na busca de um exercício de síntese, destacamos alguns movimentos que se combinariam enquanto elos indissociáveis e com implicações objetivas e simbólicas, a partir do que elaborou Standing.

De início, situam-se mudanças intensificadoras de desigualdades, expropriações e formas de dominação encarnadas no conceito de *tempo terciário*, que representaria “uma indivisibilidade dos usos do tempo. A ideia de fazer certa atividade em certo espaço de tempo delimitável é cada vez menos aplicável” (Standing, 2020, p. 182). Assim, “uma característica da *sociedade terciária* e da existência precariada é a pressão para estar atarefado o tempo inteiro” (Idem, p. 183, grifo nosso), inexistindo fronteiras entre a casa, locais públicos, espaços de lazer e trabalho, como havia na sociedade industrial.

Em relação ao tempo, vale mencionar que Karl Marx (2013 [1867]), especialmente no emblemático capítulo “A jornada de trabalho” presente no livro “O capital”, e E. P. Thompson (2003 [1967]), no escrito “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, analisaram como o capitalismo buscou, por um lado, pôr fim aos feriados locais e às dinâmicas específicas de organização produtiva baseadas nos modos de vida dos artesãos e do

campesinato e, de outro, como o tempo natural, assim, foi cedendo espaço para o tempo artificial do relógio do modo de produção capitalista, como uma maneira essencial de uniformizar ritmos de trabalho e integrar regiões a partir das necessidades de reprodução do capital, de seu mercado, separando, com base num cálculo racional, como destacou Weber (2004 [1905]), o mundo da casa e do trabalho, a vida da família e da empresa.

As rupturas exigidas na era da *sociedade terciária* provocaram, no mundo do precariado, um excesso em horas de trabalho, gastos excessivos de energias físicas e intelectuais, principalmente “por medo de ficarem aquém das expectativas” (Standing, 2020, p. 182). Ademais, “as pessoas estão trabalhando mais porque as compensações de qualquer emprego são baixas e arriscadas” (p. 184), com “vínculos” flexíveis.

Aqui as mulheres precariadas vão sentir, em maior medida, o peso do tempo *terciário*, da *sociedade terciária*, porque terão um fardo quádruplo, a saber, cuidar de suas/seus filhas/os e parentes, tendo que também trabalhar, em várias situações, em mais de dois empregos e/ou lugares³.

Isso ocorre pelo fato do trabalho ter virado – cada vez mais – uma tarefa, um tipo de trabalho por tarefa para o precariado. Standing, para refletir sobre isso, recupera uma noção tecida por Hannah Arendt, n^o “A condição humana” (2004 [1958]), uma distinção entre trabalho e tarefa com base no que existia na Grécia antiga, onde esta seria resultado de uma ação humana capaz de produzir objetos, um mundo de coisas, valores de troca, distinto daquilo que é natural, sendo “feita pelos escravos e pelos *banausoi*, os estrangeiros, não pelos cidadãos” (Standing, 2020, p. 179); e aquele, “[...] o trabalho, como *práxis*, era realizado pelo seu valor de uso, com parentes e amigos ao redor da casa, cuidando dos outros – reproduzindo-os como capazes de serem eles próprios cidadãos” (p. 180, grifos do autor).⁴

3. No contexto brasileiro, o aspecto étnico/racial é um componente histórico importante para entendermos essa questão, ontem e hoje, inclusive enquanto característica da nossa classe trabalhadora.

4. Na tradução do livro de Arendt (2004) para o Brasil, realizada por Roberto Raposo e publicado pela Editora Forense Universitária, há uma diferença em relação a esses termos, porque, ao invés de se entender trabalho da forma acima exposta, sua definição seria justamente a inversa, confundindo-se com a noção de tarefa. Aliás, tarefa é um termo que não aparece, existindo uma oposição ou complementaridade entre labor e trabalho, em detrimento de trabalho e tarefa. Na tradução referida labor ocupa o significado de trabalho no texto de Standing e trabalho o de tarefa. Sobre esse conceito de tarefa, é oportuno chamar a atenção da luta do capitalismo em subordinar o trabalho ao tempo do relógio social da indústria, do capitalismo, cuja tarefa seria um empecilho ou algo a ser subvertido para o historiador E. P. Thompson, visto que a tarefa estaria ligada à fase anterior de organização do trabalho, que ainda imperava na manufatura, isto é, pertencia mais ao tempo natural, biológico do que o tempo artificial do relógio e

No capitalismo, “a tarefa – trabalho como valor de troca – foi colocada num pedestal, enquanto todo trabalho que não era tarefa foi negligenciado” (Standing, 2020, p. 180), o que provocou a desvalorização de valiosas atividades necessárias para a reprodução da vida humana, aumentando as desigualdades de gênero e ocultando, com isso, a importância de trabalhos significativos por suas inúmeras utilidades intrínsecas e que pertencem ao universo do valor de uso, da reprodução. Além de ver a própria tarefa em si submetida a processos de maior exploração e desvalorização, o precariado experiencia seu trabalho em condições cada vez mais adversas, onde ele é ressignificado e redefinido enquanto *trabalho por tarefa*.

Então, para reproduzir-se no universo das atividades ligadas ao valor de troca, das tarefas, o precariado deverá estar “disposto” a fazer com que seu tempo de trabalho seja cada vez mais subsumido pelos ditames de um mercado de trabalho flexível para que as tarefas que interessam ao capital sejam a razão de ser. Por isso, manter redes de contatos pessoais; trabalhar em casa à noite e nos finais de semana; construir estratégias para melhor colocar-se no mercado, mesmo nos momentos de “diversão” por meio de contato com outros, com pessoas “interessantes”; fazer novas capacitações e sempre ocupar “bem” o seu tempo é fundamental; e aquilo que não se liga diretamente às necessidades da reprodução do capital é posto de lado, a exemplo do ócio. Isso vai interferir, ademais, em algo “que os antigos gregos consideravam como verdadeiro ócio, a *schole*, a participação na vida pública, a esfera do cidadão”. Então, “seja como for, o precariado é induzido a dedicar menos tempo para a mais humana das atividades, o ócio político” (Standing, 2020, p. 196, grifo do autor).

Sem dúvida, “há muitas outras formas de trabalho por tarefa, algumas complementares à tarefa contratada, algumas obrigatórias como parte da relação de emprego. Também há um crescimento do ‘trabalho para reprodução’” (Standing, 2020, p. 190), de cuidado, sendo “difícil de ser medido porque abarca inúmeras atividades e tende a se expandir para preencher o

de suas cobranças por sincronias do tempo. Assim, executar atividades mistas era normal e tinham outras medições mais flexíveis. “Daí temos a irregularidade característica dos padrões de trabalho antes da introdução da indústria em grande escala movida a máquinas” (Thompson, 2003, p. 280), pois “os mineiros de estanho da Cornualha também participavam da pesca da sardinha; os mineiros de chumbo do Norte eram igualmente pequenos proprietários de terras; os artesãos da vila dedicavam a várias tarefas na construção, transporte de carroça, carpintaria; os trabalhadores domésticos deixavam o seu trabalho para ajudar na colheita; o pequeno fazendeiro/tecelão dos Peninos. É da natureza desse tipo de trabalho não admitir cronogramas precisos e repetitivos” (Thompson, 2003, p. 280-281).

tempo disponível” (p. 191), como cuidar de crianças e de pessoas idosas, tornando esse trabalho algo comercializado, mercadorizado, pago com baixas remunerações.⁵

Dessa maneira, estimulam-se, através da insegurança permanente colocada sobre o precariado, necessidades de múltiplas habilidades, que devem ser sempre renovadas por meio de qualificações, “reciclagens”, como ferramentas essenciais para que esse possa literalmente sobreviver, embora ela (a habilidade) tenha de propósito uma crescente imprecisão.

Mas o que, de fato, seria ter habilidade?

Entre essas supostas habilidades está a “emocional”, que vai desde o fato de ter “boa aparência”, “um sorriso vencedor”, “ser agradável”, até ter uma “linguagem corporal” adequada. O dilema é que - em uma sociedade terciária - alimenta-se a insegurança por meio do mito de que “há sempre uma escassez de habilidades” (Standing, 2020, p. 187). Isso lembra os consultores escutados diariamente pela grande mídia, gurus da cultura neoliberal, que afirmam que “há empregos, mas não existem pessoas capacitadas para os mesmos”, transferindo a falha para os indivíduos e não para o sistema.

Mais recentemente, outro termo, que é alma gêmea do mito da habilidade, tornou-se a palavra da moda, ora para comentaristas esportivos, apresentadores(as) de programas de auditórios nas TVs e radialistas, ora para economistas, psicólogos e cientistas sociais. Referimo-nos ao termo *resiliência*, *ser resiliente*, importando-o da física para adaptá-lo ao comportamento humano, às respostas sociais. Não é demais lembrar que “o termo integra os estudos sobre resistência dos materiais e já era usado desde, pelo menos, 1807, quando o inglês Thomas Young [...] publicou a obra em que a noção de módulo de elasticidade foi introduzida pela primeira vez” (Brandão *et al.*, 2011, p. 264). Além disso, “para que se deformem sem se romper, é necessária a resiliência que implica na absorção da energia do impacto” (p. 265) e a capacidade de retornar à sua forma inicial. Esse termo foi trazido para as relações sociais, humanas, mecanicamente sem mediações, aumentando, dessa maneira, o arsenal da linguagem neoliberal para indivi-

5. Se pensarmos no caso brasileiro, essa atividade - do cuidar, do trabalho doméstico - sempre foi submetida a horários extenuantes, sendo desenvolvida historicamente por mulheres, que, na imensa maioria, são negras (Lima e Prates, 2019), mostrando que o tema da desigualdade por aqui deve ser entendido a partir do cruzamento das questões gênero, raça/etnia e classe social, bem como o fenômeno crônico da informalidade (um dos exemplos disso é que apenas em 2015 em âmbito federal, através da Lei Complementar n. 150, de 1 de junho de 2015, aprovou-se um conjunto de direitos ligados ao contrato de trabalho doméstico).

dualizar problemas, culpas, incapacidades de respostas das pessoas por não saberem adaptar-se, ao deslocar biografias do todo social.

O mito da habilidade é algo que deve ser buscado incessantemente pelo precariado, mas sem se saber ao certo do que se trata. Hoje, “as habilidades necessárias para sobreviver em um mundo precariado não são aprendidas durante anos de escolaridade formal” (Standing, 2020, p. 187), como no período da sociedade industrial.

Para que o *tempo terciário* e a *sociedade terciária* ganhem força, outros elementos seriam decisivos, a saber, a *sociedade panóptica* combinada à *demonização do precariado*.

Na *sociedade panóptica* um amplo sistema de vigilância social é forjado (câmeras de circuito fechado, invasão de privacidade, disciplina no trabalho, educação, etc.), onde todos e todas são rastreados, observados, identificados, ampliando aspectos pensados por Jeremy Bentham, em 1787, segundo Standing. De fato, “as redes sociais podem ter começado como uma proposta de ‘encontros amigáveis supostamente voyeurísticos’. Mas estão se tornando ‘cúmplices de vigilância’, cooptadas por motivos comerciais ou outros ainda mais sinistros. Uma sociedade vigiada pela rede está sendo construída” (Standing, 2020, p. 205), possibilitando “ao Estado ferramentas extremamente poderosas com as quais se pode construir um sistema panóptico. Os membros do precariado são mais vulneráveis porque se envolvem em atividades abertas ao monitoramento e a juízos de valor, e porque são mais expostos às consequências” (p. 205).

Esse sistema esprou-se para além da fábrica e é, hoje, uma estrutura de controle constante, perseguição e radiografia do histórico pessoal, podendo levar a não contratação, demissão, insegurança e adestramento de trabalhadores e trabalhadoras do precariado. Sem dúvida, “a vigilância é direta, pessoal e intrusiva – e essas características vão se tornando cada vez mais fortes” (Standing, 2020, p. 210).

Ao mencionar Loïc Wacquant (*apud* Standing, 2020, p. 233), Standing almeja revelar que tudo isso não emerge à toa, porque cumpriria uma missão de identificar, através das políticas e instituições, possíveis “desajustados”, “preguiçosos” e “vilões”, no intuito de combatê-los, bem como bloquear quaisquer inconformismos coletivos que possam brotar do precariado, “educando-os” por meio de uma moral do trabalho neoliberal que se apresentaria simbólica e objetivamente. Tudo isso conectado a sofisticados sistemas tecnológicos e de convencimentos sociais, a exemplo do que se deu

na Inglaterra e nos Estados Unidos da América em pleno governo de Barack Obama. Teses como o ideário neoliberal de felicidade (um tipo de utilitarismo neoliberal), e medidas sociais tomadas por um Estado terapêutico e da arquitetura da escolha avolumaram-se e se alimentaram mutuamente, induzindo, por meio de alguns incentivos governamentais, os indivíduos a “tomar ‘melhores’ decisões, no interesse da ‘sociedade’” (Standing, 2020, p. 211) e de sua própria felicidade, sempre por meio do emprego, que deverá ser alcançado e/ou mantido a qualquer custo, com o sacrifício pessoal.

É sob esses signos que *workfare* encontra sentido no Reino Unido, pelo fato dos governos entenderem o desemprego como uma estratégia de alguns sujeitos do precariado para “fugir” do emprego, objetivando viver de subsídios do Estado, em detrimento da boa moral do trabalho e da busca pela felicidade. Transforma-se, assim, a situação do desemprego, que marca as estruturas sociais, em “culpa daqueles descritos como viciados em benefícios” (Standing, 2020, p. 218), cobrando-lhes objetiva e subjetivamente, por meios de medidas de pressão moral (a capacitação é uma delas) e de ações públicas, que abduquem dos benefícios ao serem obrigados a aceitar qualquer emprego (distante de seus lugares de morada, dos laços familiares e de amigos, atividades que pagam pouco e são temporárias etc.). Caso não façam isso - aceitar esses empregos -, são cortados dos benefícios sociais.

Para Standing (2020, p. 219), os programas de *workfare* tem como seu principal foco “manipular o nível de desemprego para baixo, não pela criação de emprego, mas desencorajando os desempregados de reivindicarem benefícios”.

Essa vigilância e política de “convencimento” - é bom mencionarmos - é uma das facetas do próprio capitalismo desde a sua origem. Max Weber (2006 [1918]), em “A gênese do capitalismo moderno”, lembrou a “Lei dos Pobres e a Lei de Aprendizagem da rainha Elisabeth” (2006, p. 51), apontando que elas surgiram para colaborar no recrutamento da força de trabalho para as empresas capitalistas, ou seja, “quem não se apresentasse voluntariamente era metido nas casas de correção e trabalho com sua disciplina severa; quem abandonasse o posto de trabalho sem documento de licenciamento [...] era tratado como vagabundo”. Ademais, “nenhum desempregado recebia apoio senão em forma de coerção de se dirigir à casa de correção e trabalho. Desse modo, recrutaram-se os primeiros trabalhadores para as fábricas” (Weber, 2006, p 52). De acordo com Karl Marx, em “Formações econômicas pré-capitalistas” (1991 [1857-58]), logo após o

processo de acumulação primitiva e, portanto, da expulsão de camponeses do meio rural, um imenso contingente de pessoas ficou a vagar desamparadas, destituídas de suas condições históricas de existência (terra, oficinas, trabalho) e que, segundo Marx, “tal massa ficou reduzida ou a vender sua força de trabalho ou a mendigar, a vagabundear ou a assaltar”. Contudo, viu-se obrigada “a tomar o estreito sendeiro que conduz ao mercado de trabalho por meio da força do pelourinho e do chicote” (Marx, 1991, p. 104).

Através de meios mais modernos mas não menos incisivos, busca-se, como ocorria no passado, dar conta dos sujeitos tidos como perigosos aos valores institucionais, à sociedade, seus costumes, seus empregos oferecidos, o que ganha maior dimensão em decorrência da insegurança econômica e social provocada pelo sistema neoliberal e traduzida no desemprego em massa, no desgaste democrático, nas correções institucionais e no avanço da extrema direita (neofascismo) em países europeus e na América do Norte. Todavia, não é o sistema neoliberal que surge como culpado por isso, e sim o precariado, especialmente os migrantes e imigrantes e seus descendentes, que se tornaram alvos prediletos de uma política de demonização baseada no medo, buscando como base social para tanto também o precariado nacional. A responsabilidade por estimular essa política de demonização “recai sobre os estrategistas políticos, cujas políticas têm fomentado as tensões e gerado extremismo” (Standing, 2020, p. 227), que vai do governo trabalhista inglês ao movimento de extrema direita, a exemplo do *Tea Party*, nos Estados Unidos, e do *Net Far Right*, no Japão.

De maneira geral, a queda na renda familiar, a deterioração das relações sociais e a proliferação de comportamento antissocial após a desindustrialização de algumas localidades e regiões levaram seus habitantes a ficarem cercados pela miséria, sofrendo “privação relativa”. “Como essas áreas atraem um número desproporcional de migrantes e minorias étnicas de baixa renda, os habitantes ‘brancos’ ou ‘cidadãos’ sentem vários medos, principalmente de perder o pouco que têm” (Standing, 2020, p. 227). São esses, que também estão no universo do precariado, que se sentem “representados” pelo discurso do ódio, do medo, da raiva e do ressentimento no Reino Unido contra os de fora, os diferentes. Na França, por exemplo, “parte do precariado estava passando para a extrema direita” (p. 226); no Japão, alguns jovens ingressam nas fileiras de movimentos neofascistas, onde “a maioria recebe baixos salários e tem emprego de tempo parcial ou de curto prazo” (p. 229); e nos Estados Unidos, o *Tea Party* “é constituído predominantemente por ‘homens e mulheres brancos irritados’ afetados pela perda

de empregos e diminuição do nível de vida” (Standing, 2020, p. 228).⁶ Se os partidos não oferecerem “ao precariado uma agenda de segurança econômica e de mobilidade social, parte substancial do precariado continuará sendo levada ao limite do perigoso” (Standing, 2020, p. 228).

Diante disso, como construir alternativas, um caminho, “uma política de paraíso”, “uma agenda progressista a partir da perspectiva do precariado” (Standing, 2020, p. 233)? Acerca disso é que reunimos apontamentos do item a seguir.

Algumas considerações (sem) finais

Inicialmente, Standing, além de ver o precariado enquanto uma classe-em-construção, capaz de opor-se a seus adversários e construir ações próprias, considera que a solidariedade social e o universalismo devem ser buscados como esteios para negar o utilitarismo e edificar saídas, não só diante da crise do trabalho, da social-democracia e da falência moral do neoliberalismo, mas para superar as agendas que não atendem aos seus interesses, as necessidades objetivas e subjetivas do precariado. Para tanto, além de ser necessário fazer as mediações sócio-históricas, econômicas e políticas ligadas às realidades do Brasil para melhor dar conta de várias e oportunas contribuições do livro, elencamos alguns elementos (poderiam ser outros), enquanto um projeto de reforma/transformação social, postulados por Standing:

1. Os sujeitos do precariado não podem ser vistos pelas tradicionais correntes políticas e governos como sinônimo de transgressores de leis, viciados em benefícios, refratários aos empregos e ao trabalho, preguiçosos, sendo, portanto, uma massa perigosa e incapaz de elaborar alternativas sociopolíticas e econômicas consistentes. Assim, “é preciso confiar que as pessoas pensarão e agirão para o próprio bem, bem como respeitarão os outros” (Standing, 2020, p. 234).

6. Quando pensamos no Brasil, a eleição de Jair Messias Bolsonaro (na época no Partido Social Liberal – PSL) para presidente da República, em 2018, é bastante significativa, no que concerne ao avanço da extrema direita, de valores neofascistas, da antipolítica, da pauta dos costumes traduzidos, por exemplo, na defesa da “família tradicional”. E isso chegou com força nos setores populares, do precariado, porque se vinculou a uma base popular de massas pertencente aos neopentecostais e ultraconservadores católicos. Contudo, isso necessitaria de maiores aprofundamentos, o que não cabe no momento.

2. É fundamental pôr fim ao Estado vigilante, à sociedade panóptica, que controla o tempo e as pessoas, interferindo e induzindo em suas escolhas. Torna-se central experienciar, viver um tempo de qualidade, respeitando as escolhas das pessoas, a partir de, entre outras questões, de uma educação emancipadora. Nesse sentido, a educação voltada ao precariado não pode ser refém da “preparação do capital humano”. Então, “a educação libertadora deve recuperar a primazia por si só, e os que promovem a mercadorização devem ser combatidos” (Standing, 2020, p. 239). Tudo isso levará a um sentimento de controle maior de seu tempo, de suas escolhas “e o acesso a uma esfera pública que melhore a educação como processo deliberativo lento” (p. 240).⁷ Com isso, busca-se colocar elementos para combater o *workfare*, o Estado terapêutico, a condicionalidade e os mitos das múltiplas habilidades e da felicidade neoliberal.
3. Além do precariado, os governos e a sociedade deveriam valorizar, por um lado, o trabalho, resgatando-o de vê-lo apenas importante quando o mesmo se torna emprego ou tarefa, e isso só seria possível a partir de uma verdadeira mercadorização plena do trabalho, com a valorização e respeito às genuínas capacidades humanas. O trabalho não é um fim em si mesmo. O emprego não é razão máxima da felicidade. É um meio, um instrumento que deveria estar submetido aos princípios da solidariedade social e universalização de direitos; e, de outro, defender ócio é também essencial, para que a esfera pública floresça. “Devemos encontrar maneiras de permitir que todos nós tenhamos mais tempo para o trabalho que não é tarefa e para o ócio que não é diversão” (Standing, 2020, p. 241), cuja liberdade profissional seria uma âncora valiosa, pois ela exigiria igualdades de condições, ora para o precariado, ora para que sujeitos “outros realizem uma ampla variedade de trabalho e tarefa na construção de seu próprio senso de carreira profissional, sem que o Estado torne determinada forma de tarefa superior a outras em termos morais e econômicos” (p. 246).

7. Para aprofundamentos futuros (torna-se inviável por ora, pois exigiria um debate mais detalhado), seria interessante estabelecer, embora Standing não o faça, relações com a ideia geral de educação libertadora para o precariado, apresentada por este autor com base no pensamento de Paulo Freire sobre a educação, especialmente em diálogo com várias de suas obras: “Pedagogia do oprimido”; “Pedagogia da esperança”; “Pedagogia da autonomia”; “Educação como prática da liberdade”; “Extensão ou comunicação?”

4. Para isso, a liberdade associativa vincula-se, para o autor, ao pertencimento às comunidades, cujos valores e princípios éticos profissionais possam dar voz coletiva ao precariado. Por isso, “agora é hora de surgirem corporações que representem o precariado de maneira regular para negociar com os empregadores, com intermediários” (Standing, 2020, p. 250). Nesse momento, as corporações – não como se fora um retorno ao passado, mas ajustadas às necessidades do tempo presente e resguardando antigos valores ligados às sociedades mútuas e às guildas - assumem papel central, que precisa fundamentar-se num tipo de corporação colegiada e na negociação colaborativa, para dialogar com empregadores, intermediar relações com o Estado, especialmente com aqueles órgãos “que lidam com os serviços sociais e as atividades de monitoramento” (p. 252). Também construir possibilidades de mobilidade social interna e exigir um regime internacional de direitos, iniciando com ajustes na Organização Internacional do Trabalho, onde “os direitos relacionados ao trabalho deveriam incluir regras sobre práticas aceitáveis entre trabalhadores e dentro das comunidades profissionais” (p. 246), escapando aos bloqueios e processos de exclusão gerados por países na aceitação ou não dos trabalhos dos migrantes, é mais que urgente.⁸

Para pensar em efetivar condições de igualdade e de superação dos dilemas que afetam o precariado e o colocam numa política de inferno no mundo neoliberal, a luta pelo acesso e pelo controle de alguns recursos principais é crucial, isto é, “segurança econômica, tempo, espaço de qualidade, conhecimento e capital financeiro” (Standing, 2020, p. 255). Isso se traduz nos seguintes eixos para o referido autor: (a) nas combinações de uma renda básica para que as pessoas possam, efetivamente, desenvolver suas capacidades, objetivando, com isso, eliminar a força de insegurança presente no mundo neoliberal e em suas políticas, e redistribuir “segurança econômica universal como um meio de permitir que internalizemos um comporta-

8. Vale aqui ressaltar duas questões (também para futuras aproximações): (a) é interessante cotejar algumas dessas ideias de Standing, embora saibamos das diferenças, com o instigante prefácio - escrito por Emile Durkheim - para a segunda edição da obra “Da divisão do trabalho social”, onde o tema das corporações é discutido enquanto possibilidade de reforma social. (Durkheim, 2004); e (b) estabelecer interações com a noção de economia solidária, suas visões de mundo e estratégias objetivas existentes em muitas localidades, especialmente no Brasil.

mento baseado em princípios” (p. 259), algo que não é compreendido por utilitarista e pela moral neoliberal. Por isso, redistribuir capital financeiro, a partir de inúmeras iniciativas (taxas Tobin, renda básica, etc.), é um desafio político crucial, pois o “precariado deveria obter uma parte desse capital” (p. 262); (b) controlar o tempo é algo a ser almejado e efetivado, e uma renda básica é significativo para isso, além dos aspectos que já abordamos anteriormente nos itens 2 e 3 – em relação à educação e ao trabalho; e (c) recuperar as áreas públicas e estimular o ócio (o gosto pela política, pela democracia deliberativa), subsidiando-o assim como o próprio trabalho. Aliás, esses elementos não estão dissociados, no que diz respeito a pensar nas formas emancipatórias em termos sociais, para o precariado inclusive. Aqui, experiências democráticas de discussões, gestão e deliberação de orçamentos públicos, por bairros, sentimento de localismo, devem ser levados em conta; “e associar o direito de subsídio a um compromisso moral para participar da atividade democrática seria a melhor maneira de seguir em frente” (Standing, 2020, p. 270). Tudo isso sem desconsiderar a construção e defesa de espaços públicos de qualidade, as áreas verdes, praças, rios, águas, etc. E por quê? “Naturalmente, é o precariado que é a classe verde no debate por uma sociedade mais igualitária, em que as atividades de partilha e de reprodução e conservação de recursos são priorizadas” (Standing, 2020, p. 266). É o precariado que sente, em maior medida, os efeitos das mudanças climáticas. Pode-se aqui associar essa questão (o autor não o faz) a temas como injustiça e racismo ambiental, conferindo um potencial ainda mais questionador ao precariado.⁹

Por fim, em que pesem as polêmicas, méritos, controvérsias, possíveis limites sobre as inúmeras questões abordadas e propostas neste livro (aliás, isso por si só o faz uma obra de leitura obrigatória), é impossível passarmos incólumes as suas provocações, ousadas. Ao olharmos a linha de raciocínio erguida por Standing, o precariado é um sujeito histórico relevante, o que o leva a realizar um chamamento das forças progressistas em relação a essa classe. Em seu entendimento, encontra-se nessa nova classe social um caráter transformador, possível de questionar e colocar em xeque as estru-

9. Essa questão ambiental é uma pista oportuna para saltos maiores. Discutir teórica e politicamente uma aliança do precariado com comunidades e povos tradicionais (indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, pescadoras e pescadores, etc.) seria interessante no que concerne a problematizar o potencial revolucionário de uma agenda ecossocial a partir daí. Falamos isso pensando nas diversas formas autônomas, solidárias, estéticas, irredentas de experienciar o trabalho, presentes em comunidades e povos tradicionais na América Latina (e no Brasil, portanto). Sobre isso vale ler Ramalho (2017) e Tible (2013).

turas fundantes das desigualdades sociopolíticas e econômicas presentes na sociedade terciária e que não deve ser negligenciada.

Podemos, com base nas definições de Standing, concluir com a frase: “Precariados de todo mundo, uni-vos!”

Referências

Andrade, M. C. (2005). *A terra e o homem no Nordeste: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7ª ed. São Paulo: Cortez.

Beck, U. (2011). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34.

Braga, R. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.

_____. (2017). *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global*. São Paulo: Boitempo.

Brandão, J. M.; Mahfoud, M.; Gianordoli-Nascimento, I. F. (2011). A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. *Paidéia*, v. 21, n. 49, p. 263-271.

Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.

Durkheim, E. (2004). *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.

Fernandes, V. T. (2020). O precariado como problema sociológico. *Mediações*, jan./abr., Londrina, v. 25, n. 1, p. 126-141.

Garcia Jr., A. R. (1989). *O Sul: caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UnB/ MCT-CNPq.

Gorz, A. (1980). *Adieux au prolétariat. Au de-là du socialisme*. Paris: Editions Galilée.

Lima, M.; Prates, I. (2019). Emprego doméstico e mudança social: reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 149-171.

Kowarick, L. (1994). *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Marx, K. (2013). A jornada de trabalho. In: Marx, Karl. *O Capital*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, p. 305-374.

_____. (1996). *Formações econômicas pré-capitalistas*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

Ramalho, C. W. N. (2017). *Embarcações do encantamento: trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima*. Campinas-SP: Ceres/Unicamp; São Cristóvão: Editora da UFS.

Sigaud, L. (2004). Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. *Mana*, v. 10, n.1, p. 131-163.

Silva, M. A. de Moraes (1999). *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora da UNESP.

Souza, J. (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Standing, G. (2020). *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica.

Thompson, E. P. (1998). Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: Thompson, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 267-304.

Tible, J. (2013). *Marx selvagem*. São Paulo: Annablume.

Weber, M. (2006). *A gênese do capitalismo moderno*. São Paulo: Ática.

_____. (2004). *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

36. TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL: A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR EM DETRIMENTO DO CIDADÃO, SEGUNDO LUCIE TANGUY

LILIANA PETRILLI SEGNINI

SELMA BORGHI VENCO

RAFAEL FERMINO BEVERARI

“Eu abracei a sociologia como uma ciência que, pelos conhecimentos que ela produz, poderia contribuir para a orientação das transformações sociais por mais justiça, igualdade, solidariedade ou por valores que me animaram na vida. Ao longo do tempo, eu precisei abandonar essa ambição e recorrer a outros objetivos mais acessíveis: compreender o mundo em sua diversidade, produzir conhecimentos originários de pesquisas de campo que fossem verificáveis.”

Lucie Tanguy, 2020.

Introdução

O objetivo do presente capítulo é analisar a obra mais recente de Lucie Tanguy, intitulada “Enseigner l’esprit d’entreprise à l’école”, publicada em 2016, em Paris, pela editora francesa *La Dispute*. Pesquisadora emérita do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e vinculada ao Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris (CRESPPA), articulou em sua trajetória acadêmica as sociologias do trabalho e da educação. Pesquisadora cuja aproximação com o Brasil se deu, para além do reconhecimento dos seus escritos, pela participação nos acordos firmados entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Comité Français d’Évaluation de la Coopération Universitaire et Scientifique avec le Brésil (Cofecub), por vinte e dois anos (2000-2022), sendo, até hoje, uma embaixatriz da sociologia para os e as colegas brasileiras, doutorandos e pós doutorandos.

Sinuosos caminhos trilhados desde os estudos iniciais em um internato católico até sua inscrição no curso de literatura na Sorbonne possibilitaram-lhe experiências construtivas que marcaram suas análises sociológicas.

Na Argélia, em 1961, por ocasião da Guerra de Independência Argelina (1954-1962), Lucie Tanguy dá continuidade à sua graduação na Universidade da Argélia e vivencia sua primeira pesquisa de campo - pela mediação de Abdelmalek Sayad -, sob orientação de Pierre Bourdieu, em estudo voltado à compreensão da vida das mulheres habitantes nas cidades periféricas. A vivência aguçou sua já presente sensibilidade sobre a sociedade e seus caminhos se voltaram à sociologia, quando do seu retorno a Paris.

Será pelas mãos de Viviane Isambert-Jamati que ocorrerá seu primeiro contato com a sociologia da educação, ao integrar a equipe por ela coordenada no Centro de Estudos Sociológicos (CES), cuja investigação voltava-se às desigualdades territoriais no processo de escolarização na França.

Lucie Tanguy ingressa como pesquisadora do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) em 1967 e é rapidamente reconhecida pelos pares por sua relevante contribuição na análise das transformações da sociedade e, principalmente, para o entrelaçamento entre trabalho e educação, um binômio captado por diferentes ângulos, um verdadeiro caleidoscópio.

Em artigo publicado na *Revue Française de Sociologie*, em 1972, intitulado “L’État et l’école privée en France”¹, a autora analisa as mudanças provocadas pela lei Debré (1959)² que possibilitou novos arranjos entre o Estado e os estabelecimentos privados de ensino, posto que legitimava a transferência de recursos públicos às escolas privadas - denominadas “sob contrato” -, em forma de pagamento dos salários docentes, mas com permanência da cobrança de mensalidades das famílias.

O entusiasmo em alçar outras possibilidades de análise sobre o tema resultou em múltiplos artigos e no livro “Le capital, les travailleurs et l’école: l’exemple de la Lorraine sidérurgique”³, publicado em 1976. Nele, a autora examinou o processo de escolarização de crianças em uma região voltada ao atendimento de demandas por formação da força de trabalho local, cujo predomínio econômico era sustentado pelas minas de carvão e siderurgia.

A procura por uma “sociologia de possibilidades”, ao invés de uma “sociologia da necessidade”, a conduziu a um leque de questionamentos ao longo

1. Tradução livre: “O Estado e a escola privada”.

2. A Lei Debré, de 31/12/1959 refere-se ao ato jurídico que vincula uma escola privada ao Ministério da Educação. Cf. Disponível em <<http://www.education.gouv.fr/cid251/les-etablissements-d-enseignement-prive.html>>. Acesso em 10 ago. 2022.

3. Tradução livre: “O capital, os trabalhadores e a escola: o exemplo da Lorraine siderúrgica”.

de sua vasta produção. Ao tecer e estimular o pensamento crítico, Lucie Tanguy privilegiou o elo entre trabalho e educação na formação profissional e a transformação do ser humano pelo trabalho.

Os saberes, anteriormente filiados ao conhecimento técnico, à constituição do *métier*, às conquistas de direitos vinculados ao trabalho e ao processo de modificação da natureza expresso nas máquinas e materiais, divergem da vaga atual, na qual se instaura a prerrogativa da “formação ao longo da vida”. Neste contexto, a autora salienta a instrumentalização da educação voltada aos interesses do capital e amplia suas críticas à participação do empresariado nas deliberações das políticas educacionais, lhes atribuindo papel relevante na dissolução do conhecimento sobre o trabalho, dando lugar aos saberes imediatistas, mas com ênfase, sobretudo, nos valores e nos comportamentos caros ao setor privado.

Para ela, escolhas foram realizadas no livro e, a exemplo da não abordagem acerca dos movimentos de resistência, defende, com base em Scott (1990), que a apresentação dos fatos e as análises presentes nas entrelinhas poderão dar lugar a expressões dos dominados e, com isso, criar políticas capazes de revogar os atrasos manifestos na aniquilação da formação para a cidadania.

A promoção de novas institucionalidades oriundas do empresariado sobrepõe, segundo a autora, o Estado em suas funções precípuas, substituídas pela premência da flexibilidade e do imediatismo inspirados na teoria do capital humano, cabendo a cada trabalhador e trabalhadora conquistar no mercado da força de trabalho. E, assim, pavimentam uma educação para o trabalho distinta e distante da anteriormente propagada.

Lucie Tanguy, no livro citado, orientada pela perspectiva sócio-histórica, demonstra as transformações das relações humanas em suas múltiplas dimensões e como as desigualdades sociais emergem, igualmente, das disparidades escolares. E expressa em toda a sua obra uma análise de problemas sociais voltados à emancipação dos cidadãos e cidadãs, pela educação e pelo trabalho.

A passagem da perspectiva dos saberes para a das competências, tanto na esfera da educação como na do trabalho ao longo do tempo, possibilitou à autora expor reflexões aos que buscam a justiça social, ou, dito de outra forma, que almejam a igualdade nas relações sociais.

O acesso à sua produção é ainda restrito no Brasil, circunscrito a pesquisadores e pesquisadoras leitores do idioma francês e alguns textos traduzidos

para o português. Não obstante, o livro aporta importante contribuição à realidade brasileira que adota, gradativa e aceleradamente, a inserção de atores privados na política educacional. De tal modo que legitima a hipótese da autora ao colocar as empresas numa condição proeminente na formação das futuras gerações de trabalhadores e trabalhadoras.

Constata-se, portanto, a internacionalização de orientações que assolam a educação enquanto relação social. Exemplifica-se, igualmente, os conceitos e perspectivas veiculadas na obra “Saberes e competências, o uso de tais noções na escola e na empresa”, organizada conjuntamente com Françoise Ropé e publicada no Brasil em 1997, a qual revela a adoção de uma política adaptada aos princípios neoliberais marcados pela individualização e reafirmadora de uma aprendizagem em prol do pensamento crítico e reflexivo e prioriza o pragmatismo e a responsabilização do estudante na edificação de sua trajetória profissional, se possível, na condição de um indivíduo assalariado, sob a égide da teoria do capital humano.

Em seus escritos mais recentes e ainda não divulgados no Brasil⁴, Lucie Tanguy aprofunda a análise das relações entre o empresariado e a educação. Em seu último artigo (2023) destaca a relevância do Rotary Club na França, ator que estiliza o percurso histórico da escola francesa e seu caráter público, laico e com forte autonomia, ao oferecer soluções a uma educação moldada às exigências do capital e para o exercício da cidadania. Uma nova peça no complexo desafio do financiamento da educação, posto ser um ator que, se compreende, portador de recursos à educação pública por meio de bolsas de estudo, apoio a projetos, entre outros aspectos para obtenção de lucros indiretos, quais sejam: participar diretamente da formação de futuros trabalhadores e trabalhadoras.

Outra contribuição para além da relação trabalho e educação refere-se à obra publicada no Brasil, em 2017, destinada à análise do trabalho dos sociólogos: “A sociologia do trabalho na França: pesquisa sobre o trabalho dos sociólogos (1950 - 1990)”. Neste texto, Tanguy destaca os meandros que culminaram na sociologia do trabalho, após a Segunda Grande Guerra, no contexto da criação do Plano Marshall. Dessa maneira, os caminhos intelectuais são minuciosamente traçados ao longo da história na consolidação do campo.

4. “Les partenariats dans l’Éducation nationale, en jeux d’une hybridité public/privé. L’exemple de clubs du Rotary”. *Revue Française de Pédagogie*, 2022/2023.

Empreendedorismo nas escolas: longe de uma simples encenação inofensiva

A obra “Enseigner l’esprit d’entreprise à l’école”, subdividida em quatro capítulos, evidencia a relação entre trabalho e educação e a atuação das empresas na educação básica e profissionalizante, com aval e apoio político e financeiro do Estado.

O rigor conceitual e metodológico, marca indelével da autora, permeia sua carreira. O debate é iniciado pela problematização de dois termos amplamente empregados em tempos neoliberais que passam a compor o glossário das políticas públicas: parceria e empreendedorismo.

Tanguy recupera a construção histórica do termo “parceria”, com destaque para seu uso mais recorrente nas últimas décadas, que se espalha em direção ao setor público e, no caso francês, é acompanhado do processo de descentralização das políticas públicas, com transferência de competências aos municípios em nome da democratização.

De um lado, os desmembramentos das competências obscurecem as responsabilidades e as tomadas de decisão. E, por outro, a necessidade de uma formação *à la carte*, que funda a parceria e poderia derivar uma forma de administração capaz de permitir que os “pagantes” se transformem em “tomadores de decisão” (Tanguy, 2016, p. 29-30).

Para além do aspecto jurídico - com o estabelecimento do respeito, por parte dos “parceiros”, aos valores do serviço público -, a medida confere maior poder especialmente às empresas situadas no entorno das escolas, ao promover atividades como a “semana escola/empresa” ou a “semana da indústria”, de forma a aproximar crianças e jovens à cultura empresarial.

Para abordar a questão do “empreendedorismo”, Lucie Tanguy concretiza ampla pesquisa de campo a fim de demonstrar a abrangência do conceito e do projeto de sociedade em curso, a partir dos valores e práticas adotadas nas escolas. A Federação Empreender para Aprender (EPA), instituição dita sem fins lucrativos, integra redes europeia e mundial e agrega pessoas consideradas “morais que contribuem de diferentes formas, financeiras, humanas e logísticas (...) para o funcionamento da federação” (EPA s/d *apud* Tanguy, 2016, p. 35). Assim como a Lei Debret já citada, a EPA também se beneficia de recursos públicos, por meio de contratos com vários ministérios.

A despeito da transferência de dinheiro público às empresas, fundações e federações dessa natureza, a situação se agudiza pelo fato de subverter o caráter educacional de crianças e jovens, à medida em que tais atores implementam programas reconhecidos e legitimados pelo governo francês, cujo propósito é construir com os/as estudantes das escolas públicas o espírito empreendedor e o desenvolvimento das competências adequadas aos interesses empresariais. As ações promovidas pela mesma EPA são destinadas a diferentes faixas etárias, rotulados como lúdicos. São eles:

- *Nossa cidade*, para crianças a partir de 6 anos, com vistas a conhecer os serviços oferecidos na cidade e a entender a circulação do dinheiro na sociedade;
- *Mini-empresas*, dedicado a estudantes dos ensinos fundamental II e médio, visa a criação de empresas com apoio da Federação para dar suporte a estudantes e professores na implementação do projeto. Este envolve: a identificação de parceiros na cidade, empresários que serão padrinhos da miniempresa; a venda de ações para pais e professores para posterior compra de materiais; a seleção dos que ocuparão cargos de presidente, diretor de recursos humanos, de *marketing* e outros; a elaboração do orçamento e as demais etapas constituintes do funcionamento de uma corporação. Pretende-se, de acordo com a autora, contribuir para a formação do trabalhador moderno, motivado, dinâmico, “flexível”, empreendedor e responsável por si mesmo.

Nesses moldes, o mote mais explícito é formatar as gerações futuras que comporão o mercado de trabalho, ressaltando que a intencionalidade das ações atua direta e indiretamente no “saber-ser” dos e das estudantes.

O espírito da empresa, tão exaltado como sinônimo de espírito de iniciativa, transcendência, de criatividade e liderança, se confunde entre os jovens estudantes com o espírito de subordinação necessário ao alcance do objetivo fixado: criar e conduzir uma empresa rentável. Estamos longe de uma simples encenação inofensiva como muitas vezes se apregoa sobre as miniempresas (Tanguy, 2016, p. 59).

Todavia, ressalta a autora, um movimento de resistência poderia revertê-las, dado que a racionalização instrumental das atividades sociais exige a construção de formas de pensamento passíveis de penetrar todas as esfe-

ras da vida coletiva e individual. Para ela, os aspectos restritos à produção distanciam-se de um debate sobre o trabalho, as condições nas quais ele se desenvolve, os direitos trabalhistas a ele vinculados, a representação sindical e outras formas de coletivos no ambiente de trabalho.

Além dos contratos firmados entre EPA e Ministério da Educação, os professores trabalham para os programas, uma vez que são neles envolvidos. Suas manifestações são, contudo, pendulares, pois oscilam entre atestar o entusiasmo das crianças nas atividades e levantar críticas em relação à importância na formação de cidadãos e cidadãs, e não de sujeitos econômicos. À luz da ideologia do empreendedorismo, os estudantes são colocados diante de um jogo cujo objetivo final é a maximização dos lucros, e nem mesmo a busca pelo sentido pedagógico de suas experiências é considerada no programa.

O abandono dos princípios educacionais do projeto republicano, como assinala a autora, é fundamentado pela racionalização do conhecimento fomentada por diversos atores de distintas organizações patronais e ministérios voltados aos interesses do capital. Com as reformas implementadas nas últimas décadas, há uma aproximação entre empresas e escolas, por meio das ditas “parcerias”. Via a confluência dessas instituições, o Estado delega determinadas funções da educação – antes de incumbência do sistema escolar – às associações patronais, firmando contratos que, além de todo o contexto, contribuem para a privatização, ainda que indireta, da educação.

A inversão do modelo de formação profissional é, igualmente, debatida no segundo capítulo. Fiel à sua metodologia de análise, Lucie Tanguy recupera os aspectos históricos do processo de legitimação da empresa enquanto ator central na educação e destaca a construção da desigualdade social, via desigualdade educacional. Isso porque, compreende-se, há a perpetuação do dualismo na política educacional, posto haver uma educação reservada aos e às educandas com maior poder aquisitivo e, outra, para o treinamento, no sentido de adestramento, de trabalhadores e trabalhadoras a serem encaminhados para atividades menos qualificadas. Esses dois segmentos sociais são por ela compreendidos distintamente, um pelo estatuto adquirido e vivido e outro pelo futuro que lhes é reservado.

Assim, demonstra a presença dos interesses empresariais na educação desde o século XIX, cujo aprimoramento se intensifica no início da década de 1970, com a promulgação de quatro leis que ampliam a formação na em-

presa, em nome da “luta contra o déficit da escola” (Tanguy, 2016, p. 91) e, concomitantemente, revigoram a aprendizagem na empresa.

Com um elevado índice de desemprego no país, ainda que distante dos patamares brasileiros, a preocupação com a formação de trabalhadores e trabalhadoras se tornou um tema recorrente nos muitos acordos aprovados pela Assembleia Nacional e na Comunidade Europeia, movidos pelas variações da conjuntura econômica e pela adesão ao neoliberalismo.

Para além da estreita relação entre a iniciativa privada e o poder público no campo educacional, a autora evidencia como as empresas buscam por jovens com certificações. Assim, o dualismo na educação permanece vívido e, segundo ela, resulta em clivagens entre os socialmente favorecidos, que se dirigem aos estudos superiores, logo, com maiores chances de integrar o topo da pirâmide social, e àqueles cuja passagem ao ensino médio já é direcionada aos liceus profissionalizantes.

A aprendizagem na empresa é destacada pela autora, posto que alerta para os desdobramentos causados pela transferência de parte do conhecimento, antes transmitido pela escola, à empresa, com suas inúmeras implicações, a exemplo da formação de pessoas afeitas à competitividade e, como já destacado, aos valores caros ao capitalismo. Para Tanguy (2016), tal opção política vai de encontro aos valores republicanos firmados no pós-guerra, que privilegiavam a escola para formar cidadãos e cidadãs.

No contexto da economia mundializada, de concorrência exacerbada e com altas taxas de desemprego juvenil, a França opta pela formação profissional destinada aos jovens de 16 a 25 anos, inspirada no modelo alemão de alternância entre empresa e escola. O programa implica no pagamento ao aprendiz de percentuais variáveis do salário-mínimo; esses jovens são supervisionados, na empresa, por um “mestre de aprendizagem”. Porém, a política reproduz formas de segregação semelhantes às praticadas no mercado de trabalho, posto que as estatísticas indicam que os participantes do programa são majoritariamente homens, brancos e oriundos de classes populares.

Uma nova fase do processo de descentralização da política é abordada no terceiro capítulo, “Le temps des régions”⁵, em contraposição à histórica centralização das decisões pelo Ministério da Educação, que confere, assim, um poder ampliado de resolução às empresas. Este modo de governança da instituição escolar implica na aplicação de novos instrumentos de do-

5. Tradução livre: “O momento das regiões” (2016), p. 121.

minação por parte das organizações privadas. Desta maneira, a formação encontra-se vinculada às especificidades econômicas de cada região. A autora destaca que, mesmo que as crianças e os adolescentes sejam formados com as competências específicas exigidas, a noção de flexibilidade necessária se faz presente no processo educativo, mesmo porque ela também está no processo produtivo.

A ação de descentralizar algumas tomadas de decisão do âmbito educacional em território francês facilita a invasão das organizações empresariais locais no sistema educativo. As questões envolvendo trabalho e educação são cotejadas conforme os arranjos regionais dos poderes políticos e econômicos delineados.

Por fim, no quarto capítulo, intitulado “Définition et mise en œuvre d’une doctrine européenne”,⁶ a autora ressalta os ideais defendidos pela Comunidade Europeia desde 1992, sustentados pela teoria do capital humano, com forte responsabilização individual na inserção no mundo do trabalho. Se, no capítulo anterior, Lucie Tanguy enfatizou o processo de regionalização das políticas educacionais em território francês, nesse, destaca a europeização de tais arranjos. A relação entre trabalho e educação é aqui analisada em distintas escalas. Nesse processo de reorganização da relação empresa/escola no contexto europeu, ela ressalta a importância da interlocação das federações patronais na disseminação das propostas de empreendedorismo no ambiente escolar.

Esse movimento da União Europeia, para tornar comum alguns pontos concernentes à educação de seus países-membros, é apresentado como resultado de intensos debates em suas comissões. Compreender como as diretrizes políticas de formação no campo educacional europeu estão relacionadas com o praticado na França foi um dos desafios traçados pela autora. Com isso, se sobressai a influência de determinadas organizações nas decisões deliberadas no âmbito europeu, a exemplo da European Round Table of Industrialists (ERT), a Aliança europeia para a aprendizagem (AEA) e o Euro Apprenticeship, todas com vinculação às propostas patronais e dos Estados-membros.

Entrevistas, pesquisa documental e observação direta possibilitaram uma obra analítica que contempla uma relação entre os dois campos – trabalho e educação. Dessa forma, as escolas e as empresas estabelecem diferentes

6. Tradução livre: “Definição e implementação de uma doutrina europeia” (2016), p. 165.

contornos de acordo com os interesses dos agentes em disputa em um contexto marcado pelo crescimento do desemprego desde os anos 1980. Nesse período, em que a esquerda assume o poder na França e estimula a política industrial, Tanguy reitera a importância do lugar da pesquisa científica para avaliar as inovações e o papel da educação e das empresas no contexto socioeconômico. A interdisciplinaridade torna-se condição essencial para a compreensão dos processos em curso, e o pesquisador, sobretudo no campo da sociologia do trabalho, mais do que um produtor de conhecimentos, deve agir como um *expert*, capaz de fornecer subsídios para a intervenção na realidade. “A economia industrial tanto como a história social, o direito trabalhista e as ciências da gestão são disciplinas que, juntas, se fortalecem no estudo da empresa.” (Tanguy, 2017, p. 252). Portanto, conclui a autora, a notável inflexão nesse período não se deu em direção à sociologia crítica, mas ao encontro da *expertise*.

A educação, apresentada como objeto de disputa, se insere nas particularidades de nosso tempo. O aumento do desemprego e a adequação às novas formas de trabalho emergem nesse contexto conturbado da juventude. Neste sentido, a autora suscita um debate acerca dos novos modos de gestão da educação, pois o processo de ensino-aprendizagem se insere em um campo cuja competitividade econômica irrompe como uma das principais catalisadoras de nosso sistema.

A transferência de competências da esfera da educação à econômica é resultado da divisão de poderes do Estado com organismos da iniciativa privada. A existência de indicadores de aprendizagem nas escolas reflete uma mensuração que visa o desenvolvimento de habilidades voltadas às necessidades do mercado de trabalho local. É deste modo que Lucie Tanguy apresenta as relações de poder e seus atores no que diz respeito às políticas da Europa, de um Estado-membro e de uma região específica.

Esse livro é resultado de uma pesquisa empírica que mostra as transformações em curso tanto nos campos educacional e do trabalho. De modo a estabelecer valores voltados ao empreendedorismo, por meio de ideias vinculadas a um trabalhador flexível, a educação e a formação são associadas no decorrer do percurso formativo dos educandos. E, portanto, analisar as contradições desse processo consiste em estabelecer os limites de um projeto educativo emancipatório.

Pensar as mudanças sem observar suas permanências é traduzido por uma perda de capacidade crítica das análises sociológicas realizadas, conclui

Tanguy. Ela avulta que essa mesma argumentação se inscreve nas políticas educacionais que revelam a íntima relação entre formação e mercado de trabalho, e oculta as relações sociais não pertinentes ao contexto escolar, tais como a divisão do trabalho, a hierarquia escolar e a intensificação da competitividade do processo seletivo no mercado de trabalho. Nas análises sociológicas tecidas pela autora, duas dimensões são portadoras de relevante capacidade de orientação às pesquisas brasileiras em ciências sociais: de um lado, a pesquisa como atividade social; de outro lado, a relação entre ciência e política.

A autora finaliza sua reflexão com “Des hypothèses à explorer, des idées à cultiver”⁷ que indagam a relevância da análise dos últimos trinta anos para compreender as mudanças em curso criadas com o intuito de garantir a permanência dos objetivos vinculados ao modo de produção capitalista.

Para saber mais sobre a autora

Lucie Tanguy se dedicou a analisar os fenômenos concernentes à relação entre trabalho e educação.⁸ A obra da autora sobre o tema é composta por artigos e livros, seminários e formação de doutores, cooperação científica internacional. Destacamos: “L’enseignement professionnel en France: des ouvriers aux techniciens” (*PUF*, 1991); “Histoire et sociologie de l’enseignement technique et professionnel: un siècle en perspective” (*Revue Française de Pédagogique*, 2000); “De l’éducation à la formation: quelles réformes?” (*Éducation et Sociétés*, 2005); “Les instituts du travail: la formation syndicale à l’université de 1955 à nos jours” (*PUR*, 2006); “La sociologie du travail en France. Enquête sur le travail des sociologues” (1950-1990) (*La Découverte*, 2011).

Lucie Tanguy participou de todos os Acordos de Cooperação Científica CAPES/COFECUB e CNRS/FAPESP, entre o Brasil e a França, quer seja como coordenadora ou membro da equipe no período 2000 à 2022. Contribuiu com a formação de 13 doutores e 11 pós doutores brasileiros, também recebidos na França.

7. Tradução livre: “Hipóteses a explorar, ideias a cultivar” (2016), p. 195.

8. Lembré, Stéphane; Moreau, Gilles; Tanguy, Lucie. *Penser les relations entre éducation et travail, l’expérience de Lucie Tanguy. Revue Images du travail / travail des images*, n. 9. Université de Poitiers, 2020. A apresentação da socióloga Lucie Tanguy neste texto é baseada na entrevista citada.

Referências

- Chambard, O. (2016). Lucie Tanguy, Enseigner l'esprit d'entreprise à l'école. Le tournant politique des années 1980-2000 en France. *Revue Française de Pédagogie*, Paris, n. 197, p. 148-151.
- Lembré, S.; Moreau, G.; Tanguy, L. (2020). Penser les relations entre éducation et travail, l'expérience de Lucie Tanguy. *Revue Images du Travail / Travail des Images*. Poitiers: Université de Poitiers, n. 9.
- Martinache, I. (2016). Lucie Tanguy, Enseigner l'esprit d'entreprise à l'école. *Lectures*. Disponível em <<http://journals.openedition.org/lectures/20555>>. Acesso em 07 dez. 2022.
- Ropé, F.; Tanguy, L. (1997). *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*. 207p. Campinas: Papirus.
- Segnini, L. P. (2017). Prefácio. In: Tanguy, Lucie. *A sociologia do trabalho: pesquisa sobre o trabalho dos sociólogos (1950-1990)*. 312p. São Paulo: Edusp.
- Tanguy, L. (1972). L'État et l'école privée en France. *Revue Française de Sociologie*, Paris, n. 13, p. 325-375.
- _____. (1976). *Le capital, les travailleurs et l'école: l'exemple de la Lorraine sidérurgique*. Paris: Maspéro.
- _____. (1991). *L'enseignement professionnel en France: des ouvriers aux techniciens*. Paris: PUF.
- _____. (1999). Do sistema educativo ao emprego. Formação: um bem universal? *Educação & Sociedade*, ago., São Paulo, v. 20, n. 67, p. 48-69.
- _____. (2000). Histoire et sociologie de l'enseignement technique et professionnel : un siècle en perspective. *Revue Française de Pédagogie*, abr., Paris, 131, p. 97-127.
- _____. (2005). De l'éducation à la formation: quelles réformes? *Éducation et Sociétés*, Paris, v. 16, n. 2, p. 99-122.
- _____. (2006). *Les instituts du travail: la formation syndicale à l'université de 1955 à nos jours*. Rennes: PUR.
- _____. (2011). *La sociologie du travail en France. Enquête sur le travail des sociologues (1950-1990)*. Paris: La Découverte.

_____. (2012). A sociologia: ciência e ofício. *Educação & Sociedade*, mar., São Paulo, v. 33, n. 118, p. 33-46.

_____. (2016). Enseigner l'esprit d'entreprise à l'école : le tournant politique des années 1980-2000 en France. Paris: La Dispute.

_____. (2017). *A sociologia do trabalho na França*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Edusp.

_____. (2022). *Les partenariats dans l'Éducation nationale, en jeux d'une hybridité public/privé. L'exemple de clubs du Rotary*. *Revue française de pédagogie*, Paris, n. 216, p. 117-130.

Venco, S. (2017). Ensinar o espírito da empresa na escola: a guinada política dos anos 1980-2000 na França. *Educação & Sociedade*, jun., São Paulo, v. 38, n. 139, p. 527-530.

37. TRABALHO “CLÁSSICO” E TRABALHO “NÃO CLÁSSICO”: A CONTRIBUIÇÃO DE ENRIQUE DE LA GARZA PARA O DEBATE SOBRE A CRISE TEÓRICA DO TRABALHO

MARIA APARECIDA BRIDI

Introdução¹

Enrique de la Garza Toledo (1947-2021), um dos mais importantes sociólogos mexicanos, é referência obrigatória no processo de construção da sociologia do trabalho na América Latina. Suas obras - cerca de quinze livros publicados e centenas de capítulos de livros e artigos científicos - expressam uma trajetória de pesquisa e reflexões em torno do trabalho e suas transformações no capitalismo contemporâneo a partir do contexto latino-americano. Destaca-se sua inserção no debate sobre a crise *do* trabalho e *no* trabalho, que pôs em xeque o objeto da sociologia do trabalho e o trabalho como categoria explicativa da realidade social.

Nesse sentido, buscando atender aos objetivos deste livro, o de sistematizar as contribuições internacionais aos estudos do trabalho no Brasil, trazemos as principais elaborações de Enrique de la Garza. Optamos por abordar aquelas que consideramos suas formulações teóricas mais significativas. Entre estas, sua intenção em dar uma resposta à crise teórica que se abateu sobre os estudos do trabalho ao ampliar o conceito de trabalho para além do assalariamento clássico e ao distinguir trabalhos “clássicos” e “não clássicos”. O esforço deste capítulo será percorrer a literatura produzida e a própria trajetória de Enrique de la Garza e destacar o seu papel na construção e consolidação da sociologia do trabalho na América Latina.

1. Agradeço de modo muito especial à Dra. Marcela A. Hernández Romo, professora investigadora de mestrado e doutorado em Estudos Sociais da UNAM-México, que gentilmente fez a leitura desse texto, e pelas contribuições valiosas.

A sociologia do trabalho na América Latina, a ALAST e os percursos de Enrique de la Garza

A sociologia do trabalho, um campo do conhecimento cujos primeiros estudos podem ser identificados em obras de Marx e de Engels, no século XIX, sobre as condições de vida e trabalho da nascente classe operária, se constituiu, enquanto disciplina, a partir dos anos 1950. E como observado por George Friedman e Pierre Naville (1973, p. 14), teve sua profissionalização na década de 1960, configurando-se não apenas como uma “Sociologia da indústria, no sentido estrito do termo, mas também [como] o estudo das coletividades de trabalho não industriais no comércio, na administração, na agricultura”. Desse modo, compreendendo “velhos” e novos objetos que emergem e uma diversidade de problemas sob diversos ângulos e perspectivas teóricas, na América Latina, a sociologia do trabalho é marcada pela situação histórica, econômica e política da região (Abramo, 1999; Bridi, Braga e Santana, 2018). No Brasil, por exemplo, Vêras de Oliveira, Ramalho e Rosenfield (2019, p. 11), em um balanço sobre esse campo no país, analisaram que a sociologia do trabalho refletiu e compartilhou das “tendências que se observam também na América Latina e no mundo”, tendo incorporado “em sua trajetória uma ampla diversidade temática, algo que lhe permite se beneficiar de múltiplas interfaces com inúmeras áreas do conhecimento, assim como reelaborar permanente e diversamente seu objeto por excelência, o trabalho”.²

Definida por Abramo como uma disciplina militante, dada a sua relação “com os temas que marcaram, em cada período, os embates e desafios colocados pelos atores sociais e políticos no plano geral da sociedade (1999, p. 11), nos anos 1980, a sociologia do trabalho foi desafiada pelas teses que negaram a centralidade do trabalho. Entretanto, apesar de colocada em xeque pelas teorias “pós-industrialistas”, “pós-fordistas”, “pós-modernas”, a disciplina nunca perdeu seu vigor. Enrique de la Garza não se furtou a esse debate, enxergando as incompletudes de tais teorias centradas na realidade dos contextos europeus, sobretudo, daqueles em que vigorou um Estado de bem-estar-social, e, muitas vezes, apesar

2. Nadya Guimarães, em um estudo publicado na RELET (2022, p. 13), também analisou que “tanto a sociologia latino-americana quanto a sociologia do trabalho foram levadas a se abrir ao diálogo interdisciplinar, notadamente com a história e a antropologia”.

de localizadas, se pretenderam gerais e universalizantes. Tal enfrentamento, a nosso ver, se deveu a uma trajetória acadêmica atenta aos problemas latino-americanos, expressando as suas inquietações sobre a inserção dependente da globalização e os impactos do neoliberalismo sobre o mercado de trabalho e o trabalho.

De la Garza, tendo realizado doutorado em sociologia pelo Colégio do México (COLMEX) e pós-doutoramento nas Universidades de Warwick, na Inglaterra, e da Califórnia, em Berkeley, nos Estados Unidos, alçou um caminho internacional, tendo sido um dos responsáveis pela consolidação da sociologia do trabalho na América Latina, além da formação e criação de uma sociedade científica como um espaço de produção, pesquisa e intercâmbios entre os estudiosos, pesquisadores e pós-graduandos. Essa associação, até o VI Congresso realizado na Cidade do México, entre 20 a 23 de abril de 2010, então denominada Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho (ALAST), sob a presidência de Enrique de la Garza no triênio³, alterou sua denominação para Associação Latino-Americana de Estudos do Trabalho, mantendo a sigla ALAST. Essa alteração se deveu ao amadurecimento dos debates na América Latina e à compreensão de que o campo do trabalho exigia múltiplos olhares e saberes disciplinares. Nesse sentido, se aproximou da Associação Brasileira dos Estudos do Trabalho (ABET), que embora, inicialmente, se encontrasse centrada na economia, também se abriu para outros campos, incluindo a sociologia, o direito, a educação, história, entre outros, passando a contar com gestões e diretorias interdisciplinares. Trata-se de duas sociedades científicas que nasceram no bojo do que chamamos “crise da centralidade do trabalho”, quando este perdia espaço, ao menos no plano teórico, por ser considerado não mais central para a vida social, por autores de grande envergadura intelectual e influência nas ciências sociais, como Touraine, Habermas, Gorz etc. (Bridi, 2009).

A criação da ALAST deu-se na contramão daquelas teses que, em certa medida, decretaram o fim do trabalho, quando afirmavam sua inoperância como categoria válida para a explicação da vida social. Nos termos postos por De la Garza, a ALAST foi criada no contexto da pri-

3. Os mandatos das diretorias da ALAST são de três anos. Cada gestão culmina no congresso, quando é eleita uma nova diretoria e um novo país passa a sediar a entidade. A ALAST sustenta uma revista acadêmica, a *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo (RELET)*, uma publicação semestral, fundada em 1995.

meira onda de tentativas de marginalização do trabalho e dos questionamentos quanto à sua capacidade explicativa no suposto novo mundo do trabalho, na hipotética nova “sociedade do conhecimento”. Algumas vertentes das teses pós-industrialistas defendiam que as mudanças informacionais e os processos de automação promoveriam um trabalho dotado de sentido, enriquecido e livre dos constrangimentos do fordismo, dos trabalhos manuais, repetitivos, monótonos, típicos dos sistemas fordistas de produção e organização do trabalho. Pressupunham que os direitos e as condições laborais alcançados no século XX, estariam asseguradas pelos sindicatos.

A tese do fim do trabalho advinda da “*primeira onda de descrédito intelectual do trabalho* em relação ao neoliberalismo e à pós-modernidade” (De la Garza, 2010, s/p, grifos originais) foi enfrentada por toda uma geração de pesquisadores na década de 1990, que, segundo De la Garza, se organizou em torno da ALAST e promoveu “novos estudos do trabalho” na América Latina”.⁴ Em um primeiro momento, esses estudos dedicavam-se à análise da reestruturação produtiva, suas consequências para os mercados de trabalho, numa perspectiva crítica da produção enxuta e flexível e do modelo econômico que emergia. Ainda que alguns intelectuais tenham mantido a tese de que o trabalho não era mais o articulador das relações sociais, preconizavam o fim dos grandes sujeitos e mesmo de projetos de futuro, outros estudiosos do trabalho passaram a buscar analisar e compreender as transformações *no* e *do* trabalho.

O vigor do trabalho, contudo, pode ser observado em novos temas de investigação relacionados à organização das empresas e relações de trabalho, às tecnologias e transformações nas maneiras de produzir e trabalhar, à fragmentação das carreiras ocupacionais, ao trabalho flexível, novas intersecções entre trabalho e diversos temas sociais. Nessa direção, se orientou parte das obras de Enrique De la Garza, na medida em que o autor buscou enfrentar a chamada “crise da centralidade do trabalho” e propor, como vemos na sequência, conceitos que fossem fecundos para apreensão e análise da multiplicidade de trabalhos, da heterogeneidade e das novas e velhas configurações do trabalho. Os

4. Nessa trajetória, dirigiu o I Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho; em 1994 foi um dos fundadores da Associação Latino-Americana de Estudos do Trabalho, também tendo figurado como o primeiro diretor do *Latin American Journal of Labor Studies*.

debates sobre o refluxo e crise do movimento sindical dos anos 1980 também foram enfrentados por De la Garza, em seus estudos sobre a ação coletiva na América Latina.

Em sua trajetória, publicou dezenas de artigos em revistas científicas e capítulos de livros, produziu em torno de 40 livros⁵, sendo alguns autorais, outros em coautorias, além da organização de coletâneas. É importante destacar que suas obras, além de expressarem suas preocupações e reflexões, também revelam o compromisso político e intelectual, dimensões cruciais para um sociólogo do trabalho. Sendo que alguns textos são chaves para a apreensão de seu pensamento e trajetória de vida.

Na década de 1980, publicou livros que analisavam os processos de crise e reestruturação produtiva, ação coletiva estudantil, e adentrou o debate do Estado em duas obras respectivamente publicadas em 1984 e 1988. Publicou, ainda nessa década, “El método del concreto-abstracto-concreto” (1984), no início de sua carreira acadêmica, contendo uma reflexão sobre a metodologia da ciência social. Para Hernandez (2022), essa

[...] é uma chave indispensável para entender o pensamento de Enrique e suas contribuições como construtor não só da disciplina da sociologia do trabalho na América Latina, mas de seu desenvolvimento como intelectual e suas contribuições para a sociologia, para as ciências sociais. Isto é, além da própria disciplina.⁶

Tal contribuição teve repercussões importantes no mundo acadêmico, e possivelmente foi esse o germe de sua proposta posterior, na sua fase madura do paradigma configuracionista desenvolvida adiante.

Na década seguinte (1990), suas reflexões giraram também em torno do avanço do neoliberalismo na América Latina, da crise do Estado autoritário, e de estudos sobre a reestruturação produtiva, sindicalismo, estratégias de modernização e de industrialização no México.

5. Ver na página: <<http://sgpwe.izt.uam.mx/pages/egt/publicaciones/libros/index.htm>>.

6. Essa avaliação é de Marcela Hernandez, a nós enviada por meio de correio eletrônico, em 6 de setembro de 2022.

No VI Congresso da ALAST⁷, quando estive na presidência da entidade, reafirmou,

[...] contra todas as expectativas, a importância do trabalho na economia, na política e na sociedade atuais; que o trabalho não acabe, que se transforme e que as ciências do trabalho devem ampliar o espectro de seus problemas, ampliar seus conceitos ou criar outros para analisar as velhas formas de trabalho, marginalizadas pelos estudiosos, e as novas, como a produção imaterial, o puramente simbólico, a emergência de sujeitos não clássicos do trabalho dentro dos processos produtivos (De la Garza, 2010, não paginado).

A partir da virada para o século XXI, em sua primeira década (2000), os temas anteriores continuaram a ser objetos de pesquisa e publicação. Em 2006, De la Garza deu início ao “Tratado latino-americano de sociologia”, uma importante referência que condensa estudos de importantes pesquisadores latino-americanos. As reflexões, acompanhadas de publicações sobre o tema da identidade, trabalho e ação coletiva e um conjunto de reflexões

7. No Congresso da ALAST, na cidade do México, a Assembleia trienal, elegeu nova diretoria, cabendo a presidência à brasileira Marcia de Paula Leite, tendo sido decidida também a migração da direção da revista *RELET* para o Brasil, quando assumiram a editoria José Ricardo Ramalho e Adalberto Moreira Cardoso. Nos congressos seguintes, foram ampliadas as temáticas presentes nos debates da ALAST. Tais temáticas podem ser visualizadas nos eixos que se orientam por estudos do rural e do urbano, pelas formas de contratação e regulação do trabalho e formas flexíveis de trabalho, pela informalidade, empresas e modelos de produção, sindicalismo e ação coletiva, por trabalho e dinâmicas territoriais, entre outros. Somando-se a esses temas mais recorrentes, conforme Bridi, Braga e Santana (2018), foi elencada uma série de outros novos, debates e interseccionalidades envolvendo outras dimensões, como risco, violência, meio ambiente, cuidado, emoção etc. No que se refere ao trabalho e às tecnologias advindas com a revolução informacional da segunda metade do século XX, a discussão do trabalho digital, no evento de Buenos Aires (2016), foi realizada no eixo “Identidades, a mobilização de processos de conhecimento e subjetividade no trabalho”, no subeixo “Trabalho imaterial-cognitivo e as novas tecnologias: configurações do trabalho e valorização do trabalho no capitalismo contemporâneo”, sob coordenação de Maria Aparecida Bridi, Pablo Miguez e Jacob Carlos Lima. Já no evento de Bogotá (2019), o tema do trabalho digital foi incorporado ao painel denominado “Trabalho não clássico” (trabalho emocional, estético, cognitivo, subjetivo, imaterial), formulação de Enrique de la Garza, mas também no grupo de trabalho “Mudança tecnológica, dinâmica setorial: impactos no trabalho e nos trabalhadores” (Bridi, 2021, p. 10). E no evento do Chile, em 2022, foi abordado no GT “Capitalismo de plataforma y las distintas facetas del trabajo digital en América Latina”, coordenado por Minor Mora Salas e Carlos Alba, ambos do México; por Maria Aparecida Bridi e Roberto Véras de Oliveira, do Brasil, e Andreia Delfino, da Argentina. Nesse evento, o tema do capitalismo de plataforma também entrou na pauta dos simpósios, com destaque para o “Capitalismo de plataforma y Trabajo: metodologías y nuevas posibilidades de investigación”.

realizadas até então -a nosso ver, fruto do amadurecimento intelectual -, o levou a consolidar uma abordagem teórica na qual procurou ampliar o conceito de trabalho e distinguir o “trabalho clássico” do “trabalho não clássico”, publicando, em 2011, o texto “Trabajo no clásico, organización y acción coletiva”.

Um destaque sobre a produção de Enrique de la Garza se refere à preocupação com a metodologia de pesquisa nas ciências sociais, expressa em obras de 1988, quando publicou “Hacia una metodología de la reconstrucción” e, dez anos depois, “Hacia una metodología de la reconstrucción: fundamentos, crítica y alternativas ala metodología y técnicas de investigación social” (1998). Na sequência, nessa linha, estão as obras de preocupação metodológica: o “Tratado de metodología de las ciencias sociales” (2012) e “La metodología configuracionista para la investigación” (2018). Nesta última, perpassou em seus vários capítulos temas como o positivismo, o relativismo, o método do abstrato, estrutura, subjetividade e ação, a questão da empiria, dos dados, medição e quantificação no processo de apreensão da realidade social. Um realce dessa obra é a descrição analítica e generosa do autor de como se deu o processo de elaboração, qual o método, quais as reflexões, os conceitos e as escolhas metodológicas que fez para construir o conceito de trabalho não clássico, tomando a configuração como articulação entre áreas de relações sociais, conceitos, dimensões e indicadores. Vejamos no próximo tópico esses conceitos.

O conceito de trabalho não clássico e a sua construção

A construção do conceito de *trabalho não clássico* se deu como uma tentativa de resposta aos debates que colocaram em xeque a centralidade do trabalho no quadro do capitalismo contemporâneo. Para De la Garza, as concepções teóricas sobre o trabalho nas sociedades modernas estavam restritas ao assalariamento e/ou à sua modalidade de contratação formal. Nessa direção, analisa que na visão neoclássica, nenhum outro trabalho além do assalariado é considerado. Para o marxista clássico, “embora o conceito de trabalho não se restringisse ao assalariado e fosse reconhecido como tal a toda atividade relacionada à riqueza material da sociedade, o trabalho assalariado também era privilegiado” (2009, p. 113); e a “classe trabalhadora – em sentido restrito”, por sua vez, “era chamada a cumprir uma tarefa histórica” (De la Garza, 2009, p. 113). Citando Gorz, o autor destaca

a ênfase dada nas teorizações à modalidade de trabalho realizada em fábricas que tinham grandes concentrações de trabalhadores, ainda que os estudos não ignorassem a coexistência do trabalho industrial com outros empreendimentos “capitalistas de serviços e agricultura, e mesmo localizados em formas produtivas não capitalistas ao mesmo tempo, mas estes eram marginais na linha evolutiva principal” (Dela Garza, 2009, p. 113). Também a sociologia do trabalho em suas origens deu maior importância aos estudos do trabalho centrados no trabalho industrial, na grande fábrica fordista, em processos de reestruturação produtiva, em detrimento de outros setores da economia. Por isso, citando Thompson (1982), compreende que “a maioria dos conceitos cunhados por essa disciplina continuam a arrastar suas origens industriais e modernas”, e identifica nessas perspectivas um certo “evolucionismo explícito ou implícito” e certa crença de que as “grandes empresas varreriam formas de produção pré-capitalistas e o processo de proletarização seria quase universalizado com o desenvolvimento do capitalismo” (De la Garza, 2009, p. 113-114).

Reconhecendo, contudo, a importância desse trabalho assalariado clássico e a sua relação com o papel no produto interno bruto, ao menos nos países centrais, chama a atenção para a distinta realidade dos mercados de trabalho na América Latina, que historicamente mantém parte de sua população economicamente ativa na informalidade. Em países como o México,

[...] os empregos não clássicos (preferimos essa denominação para evitar a impressão de que são aqueles que envolvem o maior percentual da população economicamente ativa), sempre foram a maioria e, no entanto, seu estudo tem sido desprezado pelo menos em duas das três perspectivas em que os estudos trabalhistas foram desenvolvidos (De la Garza, 2009, 115).

Para a distinção de trabalho não clássico do trabalho clássico, uma primeira observação é de que essa distinção realizada pelo autor se insere no quadro teórico-metodológico de suas preocupações e no esforço de ampliação do conceito de trabalho, que não pode ser restrito a um determinado tipo de atividade econômica, ocupação e forma de regulação. Uma segunda observação é que, quando propôs o conceito de trabalho não clássico, o uso do termo “trabalho atípico” era bastante utilizado para referência ao trabalho

fora da regulação, às formas desprotegidas ou informais. Mas esclarece o autor que o seu ponto de partida,

[...] não era se certas regulamentações trabalhistas eram atendidas ou não, nem se o tipo de trabalho não clássico era majoritário ou não em uma sociedade, menos se era tudo novo ou se existia há muito tempo, nem se era formal ou informal. O não clássico foi pertinente porque na sociologia do trabalho, também na economia, o protótipo do trabalho foi o industrial, no qual um produto material foi gerado separado do trabalhador e sua subjetividade. Este produto poderia ser armazenado, revendido, e sua produção não envolvia o cliente. A imagem desse tipo de trabalho e seus conceitos continuaram a pesar conceitualmente na sociologia do trabalho, apesar da ascensão dos serviços (De la Garza, 2011, p. 12).

Em sua formulação de trabalho não clássico, o autor considera três formas, que podem se dar separadamente ou combinadas com o trabalho clássico: a) produção de símbolos sem intervenção do cliente; b) interação simbólica como parte fundamental do produto; c) intervenção do cliente no trabalho, mas o produto não é fundamentalmente a interação.

Basta a ocorrência de uma dessas dimensões para configurar-se como não clássico. Por outro lado, a concepção do trabalho não clássico consegue dar conta mais eficientemente das mudanças nos conteúdos do trabalho (predominantemente simbólico, interativo ou com intervenção do cliente) e da relação de trabalho, colocando o cliente como um terceiro componente dela, mesmo não sendo assalariado nem empresário. O conceito de trabalho não clássico permite também a inclusão dos trabalhadores da produção mercantil simples, dos trabalhadores das vendas, do trabalho para o autoconsumo e do trabalho no lar. Não estamos falando de um conceito fechado, ele possui uma função heurística que supera a mera esfera teórica e lhe permite, a partir de princípios gerais, expandir-se e incorporar trabalhos por enquanto considerados muito anômalos, como no caso dos youtubers (Cérón Hernandez e De la Garza, 2018, p. 226).

A atividade dos *youtubers* é considerada como trabalho não clássico, pois “gera símbolos visuais ou audiovisuais, pressupõe comunicação unilateral com o público e com o YouTube através da rede, mas também o público pode solicitar ao youtuber que insira determinados conteúdos e [...] o próprio YouTube interage também com o youtuber” (Céron Hernández e De la Garza, 2018). Nesse caso, conforme Lima e Bridi (2019, p. 12), os trabalhadores se inserem em uma modalidade de trabalho imaterial, individual, realizada de forma independente, “fora das empresas e com uma organização do trabalho muito peculiar, não se configurando como assalariados ligados a alguma empresa específica”, cuja remuneração também se distingue, por se dar a partir do número de visualizações e medição virtual. Na outra ponta dessa modalidade, configuram-se as atividades de carroceiros, trabalhadores pobres que atuam na praia de Boa Viagem, Recife, transportando materiais usados por barraqueiros e barraqueiras que atendem clientes frequentadores da praia, analisadas por Patrícia Marília Félix da Silva (2019). Acionando o conceito de trabalho não clássico de Enrique de la Garza, a autora analisa essas ocupações a partir da situação de rua desses trabalhadores, do controle sobre seu trabalho e identidade, ponderando os componentes simbólicos e os controles que se dão a partir de elementos subjetivos e objetivos.⁸

De la Garza (2013, p. 319) afirma que “o conceito não clássico de trabalho deve ser considerado como um conceito ampliado, tanto ao nível da valorização como ao nível do processo de trabalho”. Destaca que para essa expansão do conceito é necessário que se defina o que é trabalho, quem trabalha e quem controla o trabalho. Ao estar em interação com não assalariados (clientes e/ou outros atores, a depender do tipo de trabalho), estes também exercem controle sobre o assalariado, além do empregador. Nessa medida, o conceito de vínculo empregatício também é impactado. Na síntese do autor sobre esse trabalho não clássico, o compreende como

[...] aquele em que a intervenção do cliente é essencial para a produção a realizar e o produto a ser obtido. Seja porque os símbolos são gerados e transmitidos ao cliente, seja porque o produto é a própria interação.

8. Ver a tese de Patrícia Marília Félix da Silva, denominada “Nas ruas do labor: configuração do processo de trabalho de pessoas em situação de rua em Recife-Brasil” (Recife, 2019), que adota a perspectiva teórico-metodológica de “trabalho não clássico” do autor, analisando a dinâmica do processo de trabalho, que é influenciada por estruturas e por elementos subjetivos.

A intervenção do cliente envolve a interação com os trabalhadores clássicos e, às vezes, com outros atores aparentemente estranhos a esse trabalho, e trocas simbólicas entre os sujeitos do trabalho, incluindo o cliente. Isso ocorre porque uma parte importante do trabalho não clássico é a produção e troca de símbolos (cognitivos, emocionais, morais, estéticos) (De la Garza, 2013, p. 319).

Conclui que, em última análise, o conceito de trabalho não clássico pode ser mais do que um tipo de trabalho, tratando-se de fato de uma abordagem analítica.

Por fim, importante destacar que é no último livro do autor, “Configuraciones productivas y circulatorias en los servicios y trabajo no clásico. Fundamentos Teóricos Metodológicos”, publicado em 2020, que ele consolida sua perspectiva epistemológica-teórico-metodológica, integralmente acerca do trabalho não clássico.

A seguir, trazemos os estudos de Enrique de la Garza sobre as multinacionais, datados de fins da segunda década do século XXI, outra contribuição do autor para a compreensão das configurações produtivas e relações laborais em empresas multinacionais na América Latina.

A contribuição teórica-metodológica dos estudos de multinacionais a partir da América Latina

Entre as últimas publicações de Enrique de la Garza de Toledo, se destaca o livro “Configuraciones productivas y relaciones laborales en empresas multinacionales en América Latina” (2018), organizado em parceria com Marcela Hernandez Romo. A publicação é resultado de um projeto de pesquisa com apoio do Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (Conacyt), denominado “Estrategias de relaciones laborales de multinacionales en América Latina”, cujos pesquisadores envolvidos são enumerados a seguir.

Essa obra de 2018 foi desenvolvida a partir de estudos de casos de duas multinacionais norte-americanas, Ford e Citibank, e duas multilatinas⁹ mexicanas, a Bimbo e a América Móvil, instaladas em países latinos. No caso

9. Se refere às multinacionais de origem latino-americana.

do Brasil, essas empresas foram estudadas por José Ricardo Ramalho e Rodrigo Santos; na Colômbia, por Juan Carlos Célis Ospina; na Venezuela, por Consuelo Iranzo e Leonardo Vivas; na Argentina, por Cecilia Senén González y Julieta Haidar.¹⁰ Das empresas norte-americanas, uma é do sistema financeiro, outra do segmento automobilístico, enquanto as duas empresas do México correspondem ao setor de telecomunicação e outra ao de alimentos.

Os cinco países analisados, Argentina, Brasil, Colômbia, Venezuela e México, têm um passado histórico e um papel comum na divisão internacional do trabalho, caracterizado pela dependência tecnológica e subordinação. Outros pontos em comum entre eles são os processos de buscas descontinuadas para a superação do subdesenvolvimento, a pobreza e os mercados de trabalho fragilmente estruturados. Entretanto, cada um deles contém particularidades importantes, não apenas pelas heranças coloniais espanhola e portuguesa, como também pelos processos históricos, políticos, culturais e sociais de cada um. O Brasil, por exemplo, mesmo após a independência, manteve o caráter de economia “periférica” até o século XIX, condicionada à industrialização europeia; e depois da primeira guerra mundial (1918), no século XX, sob influência norte-americana. Como forma de superar o “atraso”, a bússola encontrava-se orientada para o desenvolvimento, entretanto, a forma e os caminhos buscados nos diversos contextos tiveram particularidades marcadas pelas elites dominantes de cada país. Os processos de desenvolvimento oscilantes e incompletos, como analisou Raúl Prebisch, em “Capitalismo periférico: crise e transformação” (1981), apresentaram falhas e enormes contradições: de um lado, a prosperidade e, de outro, a persistente pobreza. Portanto, um sistema absolutamente excludente.

A onda de inserção na globalização neoliberal do Brasil e de outros países latino-americanos nos anos 1990, caracterizada, entre outras, pela abertura e liberalização dos mercados, se deu a partir de condições específicas em cada país. Com padrões de desenvolvimento heterogêneos, tais processos derivaram “dos centros do capitalismo mundial, controlado pelos grupos poderosos de cada país — [agindo], mais uma vez, como a *mão visível* do sistema capitalista, ou seja, como garantidor da acumulação de capital”. E sob o signo do neoliberalismo, “reproduziu e reproduz um olhar renovado

10. E, em 2021, também em parceria com Marcela Hernandez, publica a obra “Configuraciones productivas y circulatorias en los servicios y trabajo no clásico: fundamentos teóricos y estudios de caso”.

sobre as velhas perspectivas hegemônicas do Norte global” (Acosta, 2021, p. 15). Países da América Latina foram impactados em seus mercados de trabalho, com a precarização das relações laborais. Os estudos demonstraram que, como resultante dos processos de reestruturação produtiva, empresas multinacionais já estabelecidas na região, flexibilizaram a produção e as modalidades de contratação. E as novas empresas que se estabeleceram a partir da década de 1990, adotaram padrões rebaixados de direitos que foram estimuladas pela flexibilização que assolou o trabalho, a produção, salários, jornadas e os direitos. Ilustra esse processo o caso da indústria automobilística brasileira, cujas plantas adotaram pisos salariais mais baixos, quando comparados ao ABC Paulista, além de jornadas e remuneração flexíveis (Ramalho, 2004). No Brasil, outro setor que ilustra tais processos é o de telecomunicação, duramente impactado pela privatização, que provocou a implosão da então categoria de trabalhadores da área de telefonia e a sua reconfiguração, que desde então se encontra dispersa e fragmentada em empresas terceirizadas (Araújo *et al.*, 2006).

O quadro de um desenvolvimento desigual e subordinado, com efeitos nem sempre positivos para a classe trabalhadora, justifica o interesse pelas multinacionais nos países latino-americanos. Entre os estudos, destaca-se a pesquisa coordenada por De la Garza, já referenciada no início deste tópico. As questões que conformam pontos de partida para a pesquisas e referem aos problemas levantados em estudos sobre as multinacionais, abordando as discussões teóricas sobre o tema e a proposição de alternativas metodológicas para a investigação das empresas, a partir dos contextos latino-americanos.

Analisa as mudanças nas relações laborais em relação aos modelos produtivos (que denominará de “configurações sociotécnicas”), à estratégia gerencial das matrizes, ao contexto econômico, político e trabalhista de cada país no plano internacional, assim como aos comportamentos dos atores clássicos das relações de trabalho: gerências, Estado e sindicatos (De la Garza, 2017, p. 13). Portanto, sua trajetória demonstra muita atenção aos caminhos metodológicos, destacando que não pretendeu adotar um modelo teórico *a priori* ou uma explicação universal para todos os casos estudados nos diferentes países.

O conceito de configuração, central em sua proposta teórica, é entendido como uma rede não sistêmica, que apresenta contradições, disfuncionalidades ou fragmentações. Para o caso do estudo das relações do trabalho em

multinacionais de diferentes países, envolve níveis estruturais, institucionais, macro, meso, micro, “com a configuração sociotécnica dos processos de trabalho, níveis de tecnologias, organização, perfil laboral, relações de trabalho e culturas de trabalho e gerenciais” (De la Garza, 2017, p. 15). Uma configuração sociotécnica definida por De la Garza pode ser “a rede formada por um certo nível de tecnologia, uma certa forma de organização do trabalho, certas relações de trabalho, um perfil da força de trabalho e culturas trabalhistas e gerenciais” (De la Garza, 2017, p. 15). Pode, portanto, ser articulada “com configurações do ambiente como o mercado de trabalho, o da tecnologia, o do dinheiro, das culturas regionais e nacionais, clientes e fornecedores” e, por sua vez, serem inseridas nas configurações da macroeconomia nacional e internacional (De la Garza, 2017, p. 16).

Para o estudo de multinacionais e suas configurações sociotécnicas nos países latino-americanos, a análise das pressões exercidas pela empresa matriz para impor uma determinada configuração de relações de trabalho é fundamental. Igualmente são essenciais as consequências das crises econômicas, impactos nos mercados de produtos e investimentos, as alterações na regulação do trabalho, as empresas e as dinâmicas dos sindicatos, das gestões e do Estado e as mudanças nas relações industriais (De la Garza, 2017). Ou seja, em última instância, a perspectiva é de busca de uma visão de totalidade.

De la Garza, atento à crise paradigmática nas ciências sociais do trabalho – que levou os estudiosos do trabalho a olharem para os fenômenos que até então tinham escapado à observação acurada e análise sistemática, destaca as implicações das teorias do pós-fordismo dos anos 1980 e do sistema de produção toyotista na América Latina.

O pós-fordismo se insere como uma versão das teses do pós-industrialismo. Essa vertente tomou como paradigma a chamada Terceira Itália, que tinha como características a descentralização da produção, operários especializados e baixa hierarquia entre trabalhadores, fundada na colaboração entre as empresas. Supunha uma forma de produzir, organizar a produção e de trabalhar superior, melhor, mais autônomo, contendo, portanto, certo otimismo sobre as mudanças então em curso. De la Garza retoma essa abordagem destacando as controvérsias entre os adeptos do pós-fordismo, que aderiram ao que chamou de utopia do pós-fordismo, pressupondo uma condição superior ao trabalho de tipo fordista, com melhorias salariais,

maior poder de decisão dos trabalhadores e seus críticos, que viam suas limitações teóricas e empíricas.

Inúmeras pesquisas empíricas se debruçaram sobre o espalhamento em grandes empresas, sobretudo, das formas de organização de tipo Toyotista¹¹ ou pós-fordista, a adoção da “flexibilidade” das relações de trabalho presente em acordos coletivos, na regulamentação e processos de trabalho. As empresas passaram a produzir de forma enxuta e flexível (com menos trabalhadores diretos), exigindo mais compromisso e lealdade dos trabalhadores para com a empresa, introduzindo sistemas de remuneração vinculados a metas, programas de melhoria contínua, formação de círculos de qualidade total, entre outras características. Entretanto, nos países latino-americanos, essas características do toyotismo, que em seu país de origem (Japão) envolvia também segurança e vitaliciedade do emprego, jamais foram adotadas. As pesquisas mostraram as mudanças nas empresas e nos modelos produtivos, mas sem a efetivação das promessas do “bom trabalho” para a classe trabalhadora, como apregoavam muitos teóricos do pós-fordismo. No estudo sobre a reestruturação produtiva e a organização sindical de trabalhadores de telefonia na República do México, De la Garza (2017, p. 345) identificou que um dos efeitos da “teoria toyotista que apelou à identidade com a empresa, à formação de uma cultura nesse sentido, foi uma cultura instrumental do bônus” e o incentivo do “individualismo e [d]o conservadorismo, de modo a não colocar em risco um padrão de vida que eles viam como um dos melhores do país para os trabalhadores”.

De la Garza (2017), ao propor a transformação do conceito de modelo de produção para “configuração sociotécnica”, afirma que este não se reduz à fabricação e tampouco ao setor industrial. Amplia o conceito, que em sua primeira formulação compreendia três dimensões da estratégia empresarial: a) organização trabalhista e relacionamento salarial, somando o nível tecnológico; b) a organização do trabalho, a relação de trabalho, o perfil da força de trabalho; e c) as culturas trabalhista e gerencial. Para o setor de serviços, destaca as dimensões da intervenção do cliente na produção, a interação e trocas simbólicas, além da possibilidade de gerar produtos intangíveis. Destaca que a configuração sociotécnica “por ser uma rede de relações entre as dimensões supracitadas, pode coexistir com contradições, disfuncionalidades e até mesmo obscuridade”. Por fim, define a configuração sociotécnica como uma plataforma estrutural, no interior da empresa,

11. Há autores que tomam o modelo toyotista como sinônimo de produção enxuta e flexível.

“sobre a qual os sujeitos comandam, trabalhadores e sindicatos interagem, concordam ou se confrontam”. Nesse processo, “a configuração não determina esses sujeitos, mas os pressiona, e suas decisões passam por sua visão de mundo, cultura e subjetividade” (De la Garza, 2017, p. 28), enfatizando ainda que a empresa não é uma ilha, mas se encontra localizada em níveis de realidade local, nacional, global, de onde intervêm outras estruturas, atores e maneira de ver.

Dos estudos sobre as configurações sociotécnicas das multinacionais, o autor destaca que essas empresas, embora tenham grande poder, não são onipotentes, uma vez que as estratégias cunhadas nas matrizes passam por diversas e múltiplas mediações. As pesquisas empíricas de multinacionais, publicadas na coletânea já referida, em 2017, realizadas por pesquisadores dos diferentes países, com empresas norte-americanas (Ford e Citibank), mexicana (América Movil e Bimbo) e suas filiais nos quatro países latino-americanos, Brasil, Colômbia, México e Venezuela, contemplando os segmentos industrial (Ford e Bimbo), financeiro (Citibank) e telecomunicações (América Movil e Claro), seguiram uma metodologia comum, cujas configurações sociotécnicas foram analisadas a partir das dimensões financeira, de mercado, das tecnologias, estratégias corporativas e das relações de trabalho e sindicais. Sem entrar no mérito das conclusões e achados dessas pesquisas empíricas, ressaltamos as notas em que De la Garza analisa a metodologia configuracionista e os conceitos que lhe são caros. A análise do conjunto das pesquisas apresentadas no último capítulo do livro “Configurações (...)” contribui para testar a abordagem do autor quanto aos conceitos de configurações sociotécnicas e de trabalho não clássico.

Nas pesquisas realizadas em países latino-americanos, De la Garza reflete sobre as dificuldades e inadequação de inferências para o universo de empresas multinacionais, a partir dos estudos de um número de casos reduzido. Longe de invalidar os estudos, destaca que estes permitem analisar as relações que podem ser encontradas entre variáveis, mas também com as teorias em disputa. Para ele, as teorizações “não são generalizações simples de dados empíricos” ou “modelos de formação, porque as relações entre os níveis abstratos de conceitos teóricos e dados empíricos não são correspondências um-a-um”. Destaca que os dados “são uma síntese de mais determinantes do que o conceito teórico e não permite que sejam deduzidos de um conceito ou que se possa definir um conceito a partir dos dados” (De la Garza, 2017, p. 467).

Considera que há uma relação mais ampla e mais complexa entre os dados e as teorizações, visto que as teorizações dependem de dados que as apoiem, mas também de coerência teórica. Para o caso dos conceitos novos ou das relações entre eles, destaca que estes não são obtidos a partir de estruturas teóricas rígidas. A descoberta e formulações de novos conceitos,

[...] implica abrir os quadros teóricos diante de uma realidade empírica que se recusa a ser explicada - simplesmente - do antigo. Abrir a teoria diante de novas realidades não contempladas pela velha teoria é ousar reformular relações entre conceitos, mas também incorporar outros conceitos de outras teorias, e até mesmo imaginar novas a partir de termos da linguagem comum (De la Garza, 2017, p. 468).

Defende, portanto, a possibilidade de articulação de diferentes teorias e abordagens para dar conta do presente.

Concordando com as observações sobre os limites dos estudos de caso, as dificuldades de generalização e os alertas metodológicos – fruto de reflexões epistemológicas –, avaliamos que esses estudos contribuem para novas investigações, em razão de uma matriz de análise que pode ser aplicada a outras investigações sobre as multinacionais, como se vê na sequência.

O configuracionismo como proposta de investigação e análise das multinacionais na América Latina

Como destaca Hernandez (2017, p. 122), o paradigma configuracionista é tomado por De la Garza como “uma nova estratégia geral de construção do conhecimento”, como “uma abordagem teórico-metodológica que implica uma concepção de realidade e um novo método” e ou mesmo “um guia heurístico de como fazer a pesquisa”. Tal proposta é fecunda para a compreensão de uma realidade que se encontra em permanente movimento e transformação, exigindo uma articulação entre o objeto e o sujeito.

A configuração (que apresenta diversas dimensões, que podem variar dependendo dos diferentes contextos) é um método através do qual uma empresa ou uma multinacional pode ser analisada. Neste caso, engloba tanto a sua configuração produtiva (nível do piso da fábrica), quanto sua articu-

lação com instituições, governo, corporações, tecnologias etc. Uma vez que essas dimensões podem variar, e no processo da investigação, novas dimensões e questões são descobertas, a proposta do configuracionismo permite a flexibilidade necessária para captar essas dimensões, que podem variar e/ou serem preenchidas com novos conteúdos. Assim como possibilitar a articulação entre os diversos níveis da realidade.¹²

No trabalho de campo que resultou na coletânea “Configuraciones productivas y relaciones laborales en empresas multinacionales en América Latina¹³”, tanto os organizadores quanto os autores adotaram o configuracionismo como método. As pesquisas foram realizadas em duas multinacionais originárias dos Estados Unidos e duas do México, trazendo contribuições para outras investigações e permitindo novas indagações. Enquanto os Estados Unidos disputam a hegemonia global, sendo um dos países mais ricos do planeta, o México, apesar da proximidade com o primeiro, integra o bloco dos países em desenvolvimento ou emergentes, a depender da conceituação adotada.

Nesse estudo, autores dos diferentes países buscaram responder sobre as seguintes variáveis:

- Empresa (informações gerais)
- Estratégias de mercado
- Modelos de produção e oferta de bens e serviços
- Salários

12. Devemos esta excelente formulação à Marcela Hernandez, que organizou diversas obras com Enrique de la Garza.

13. Do sumário, que optamos em manter em espanhol, consta: Introducción: “Los ejes problemáticos en el estudio de las multinacionales”, de Enrique de la Garza Toledo; Capítulo I - “Empresas multinacionales, discusiones teóricas y alternativas metodológicas para su estudio”, de Enrique de la Garza Toledo; Capítulo II, “Crítica del neoinstitucionalismo y alternativas teóricas para el análisis de las multinacionales”, de Marcela Hernández Romo; Capítulo III, “Estrategias productivas y de relaciones laborales globales de Ford, Bimbo, Citibank y América Móvil”, de Marcela Hernández Romo; Capítulo IV - “Las configuraciones y estrategias productivas, de relaciones laborales y sindicales en grandes corporaciones en México”, de Marcela Hernández Romo; Capítulo V - “Estrategias productivas y de relaciones laborales en empresas multinacionales en Colombia: los casos de Bimbo, América Móvil y Citibank”, de Juan Carlos Célis Ospina; Capítulo VI - “Estrategias corporativas y relaciones de trabajo en empresas transnacionales norteamericanas y mexicanas en Brasil”, de José Ricardo Ramalho y Rodrigo Salles P. dos Santos; Capítulo VII - “Estrategias de relaciones laborales en empresas multinacionales en Venezuela”, de Consuelo Iranzo y Leonardo Vivas; Capítulo VIII - “Estrategias de relaciones laborales de empresas multinacionales en Argentina: Ford, Citibank, Claro y Bimbo”, de Cecilia Senén González y Julieta Haidar; Capítulo IX, “Del toyotismo al lean production, trabajo clásico y no clásico en multinacionales”, de Enrique de la Garza Toledo.

- Negociações formais
- Subcontratação
- Relações de trabalho
- Jornadas de trabalho
- Relações sindicais
- Relação com a matriz
- Modernização organizacional/tecnologias

São dimensões da configuração e circulação sócio-produtiva (Hernandez, 2017), podendo variar em razão da realidade do país e o interesse do pesquisador. Por isso, algumas dessas dimensões receberam denominações um pouco distinta, a depender do pesquisador e/ou das particularidades do país envolvido.

Todos os estudos dos diferentes autores consideraram as dinâmicas econômicas e as implicações das crises capitalistas globais nos contextos locais investigados e os reflexos nas empresas estudadas.

No Capítulo IX, “Del toyotismo al lean production, trabajo clásico y no clásico en multinacionales”, De La Garza analisa cada um dos estudos de caso e constrói conexões entre eles, identificando semelhanças entre as multinacionais e suas referidas dinâmicas em cada país, suas adaptações e, ao mesmo tempo, suas especificidades, a depender de um conjunto de fatores históricos e estruturais. As conclusões desses estudos, segundo o autor,

[...] baseiam-se nas informações empíricas coletadas para o projeto de pesquisa, mas também no diálogo com as teorias, buscando ampliar seu horizonte. Acrescenta-se a discussão entre trabalho clássico e não clássico, referindo-se à relação entre produção e vendas, especialmente para as corporações de serviços estudadas (Bancos e Telecomunicações), embora também tenha sido relevante para os fabricantes (Ford e Bimbo), quando o cliente final é incluído no processo de vendas. A discussão culmina com a controvérsia entre convergência ou divergência de configurações sociotécnicas e relações de trabalho, propondo que esse processo não se trata da convergência de divergências, mas da divergência de convergências entre os projetos que vêm das empresas-matrizes e seu estabelecimento em determinados contextos nacionais (De la Garza, 2017, p. 469).

Intenta o autor, relacionar o toyotismo e a chamada produção enxuta com o conceito de trabalho clássico e não clássico. Lança mão do uso de imagens e da construção de quadros comparativos sobre as quatro empresas nos vários países. E produz várias esquematizações sobre cada uma das multinacionais analisadas, buscando apreendê-las e compreendê-las a partir da formulação teórica das configurações sociotécnicas .O quadro a seguir é construído para cada empresa e descrito sinteticamente para cada um dos países estudados.

Quadro 1. Variáveis para análise das multinacionais

Número de funcionários no país
Estratégia de negócios
Crise em 2009
Faz Pesquisa e Desenvolvimento no país
Mudança tecnológica
Novas formas de organização
Maior flexibilidade
Subcontratação
Salário
Jaleo*
A matriz determina as relações de trabalho?
Influência das leis trabalhistas
Influência de outras regulamentações
Posição do governo nas relações industriais
Estratégias de negócios de relações industriais
Posição sindical nas relações industriais
Cultura de gestão
Cultura do trabalho

Fonte: Elaboração própria, a partir em De La Garza (2017).

Nota: Não encontramos uma tradução para o termo “Jaleo”, o qual corresponde a uma configuração produtiva e de serviço que envolve a produção por vendas e meios informáticos, puxada e impulsionada pela demanda, envolvendo o cliente em sua estratégia, com informações e avaliações que alimentam o sistema da produção. Por isso, requer automatização e tecnologia, informações vinculadas entre provedores-produção-circulação-vendas, o que implica a articulação entre produção e serviços como parte da estratégia (Dela Garza e Hernandez, 2017).

Nessa construção analítica sobre as empresas, De la Garza (2017) pondera que tanto o pré-vendas como o pós-vendas são processos centrais para os lucros das empresas, portanto têm a relação com os clientes como fundamental. Observa como e por quais meios ocorre a conexão com os clientes e a relação com as chefias, identificando um taylorismo estendido ao atendimento ao usuário (servitaylorismo), como aquele que envolve em certa medida a iniciativa por parte do trabalhador no diálogo. Analisa, assim, que a produção enxuta (ou produção magra característica da indústria e dos chamados sistemas toyotistas) foi parcialmente “importada da indústria para os serviços, e estes têm aportado - à indústria - a importância de colocar a atenção nos clientes como trabalho não clássico”. Desse modo, pode-se falar, segundo o autor, “em uma nova configuração, em parte *servitaylorista* e em parte *lean production*”. No processo de trabalho, nas referidas empresas analisadas, o autor ainda observa a

[...] separação entre concepção e execução na produção da Ford com robotização e na Bimbo com automação. Em vendas e atendimento ao cliente na Bimbo, Ford, Claro e Citibank, ao mesmo tempo em que introduz qualidade total, zero erros, Kanban e ou Just in Time, como aspectos parciais da produção enxuta, sem implicações na tomada de decisão pelos trabalhadores, mas como técnicas que reduzem o desperdício. Devemos adicionar os sistemas de bônus, cotas mínimas de produção ou vendas que empurram para a intensificação do trabalho (De La Garza, 2017, p. 484).

Na equação formulada pelo autor para cunhar o conceito de trabalho não clássico, ele analisa que embora seja certo que o componente do trabalho não clássico, o trabalho do cliente, não se dê em todo o processo imediato de produção, destaca que é na produção articulada com a circulação e o consumo que o cliente aparece. Nesse processo, pode o cliente puxar a produção e/ou interagir com os empregados das empresas (caso das empresas de telecomunicação), que trabalham em articulação com os setores de produção, por meio de sistemas informacionais, puxando, a partir das vendas, a produção em tempo real. Identifica que, no processo de articulação entre vendas e produção “nos bancos, telecomunicações, automóveis e pães em pequenas empresas, parte importante do sucesso das corporações se deve à indução pelo consumidor” (2017, p. 494). Esclarece que esse processo em

algumas empresas ocorreu “diretamente pela corporação (CACs da própria empresa, agências bancárias), em outras, através de concessionárias (venda de carros, celulares), em especial por meio de *call centers*”(De la Garza, 2017, p. 494). As relações entre o pessoal da corporação e os clientes podem ser tanto presenciais quanto por meios informacionais e “envolvem relações com fortes componentes simbólicos, éticos, emocionais, cognitivos, códigos estéticos, e formas de raciocínio técnico e cotidiano, para que a venda possa prosperar ou ser limitada por entendimentos ou mal-entendidos subjetivos” (De la Garza, 2017, p. 495). São os agentes encarregados dessas relações com os clientes que desempenham o que o autor chama de trabalho “não clássico (interativo, com geração de significados e com trabalho do cliente)”. Daí, cabe falar no conceito de *controle do cliente*, uma variável fundamental do conceito de trabalho não clássico. Com a introdução do controle do cliente, “um novo limite de eficiência produtiva se encontra agora em circulação, relacionado a acordos subjetivos entre empregado e cliente” (De la Garza, 2017, p. 495).

Considerações finais

Nesse momento, tecemos algumas considerações sobre as contribuições de Enrique de la Garza. Começamos por reconhecer as dificuldades em sistematizar em um capítulo todas as contribuições do autor. Podemos, contudo, assinalar que sua vasta produção se deu de forma sempre atenta aos contextos políticos, econômicos e sociais da América Latina e suas implicações para o trabalho, para os sistemas de produção adotados e os mercados de trabalho, assim como também observando as inflexões e construções analíticas sobre o trabalho como elemento estruturante da sociedade capitalista contemporânea.

Rigoroso em suas escolhas metodológicas, por várias ocasiões se debruçou sobre as metodologias das ciências sociais para a apreensão da realidade, sobretudo do mundo do trabalho. De suas inquietações com o debate da crise do trabalho e das teorias desconstrutivas, matizadas de pós-industrialistas, resultaram suas contribuições para uma conceituação ampliada do trabalho e a formulação da noção de trabalho não clássico. Esse conceito tem sido utilizado por pesquisadores do Brasil e da América Latina, sobretudo, quando se deparam com novas formas de trabalho que se apresentam nesse universo, em razão das tecnologias informacionais, das plataformas

digitais, que vêm se dando fora de uma relação de assalariamento clássica, como é o caso dos *youtubers*, dos produtores de conteúdo para empresas de plataformas digitais, mas também para ocupações como a dos trabalhadores que prestam serviços em uma praia pernambucana, como tratamos no corpo do capítulo.

Entre suas contribuições referidas ao conceito de trabalho não clássico, destacamos também a noção de configuração sociotécnica que engloba as tecnologias, organização, relações de trabalho (tipos de regulação), perfil da mão de obra, culturas do trabalho e gerenciais. Não nos propusemos a medir suas contribuições nos estudos brasileiros de forma quantitativa, o que hoje poderia ser realizado por meio de *softwares* de análises de conteúdos, mas a destacar as suas contribuições no que se refere às suas principais formulações teóricas, que vêm influenciando gerações de pesquisadores que se apoiaram em suas pesquisas e construções teórico-metodológicas. Uma das mais importantes, que também foi tratada por Juan Castillo, refere-se à introdução do cliente nos processos de trabalho e de produção, com implicações sobretudo nas condições de trabalho. Castillo e Agulló (2018) analisaram que o trabalho no cliente e o trabalho por projeto se constituem como uma forma de organização generalizada de produção, como se desprende dos estudos feitos com empresas de tecnologias, como no caso dos desenvolvedores de *software*.

Referências

Abramo, L. (1999). Desafios atuais da sociologia do trabalho na América Latina: algumas hipóteses para a discussão. In: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. *Los retos teóricos de los estudios del trabajo hacia el siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO Editorial/Editor.

Araújo, S. M. *et al.* (2005). O sindicalismo e o Movimento do Capital: bancários, metalúrgicos e telefônicos. *Cadernos CRH*, Universidade Federal da Bahia, v. 18, n. 43, p. 137-149.

Bridi, M. A.; Lima, J. (Orgs.). (2018). *Flexíveis, virtuais e precários. Os trabalhadores em tecnologias de informação*. Curitiba: Editora da UFPR.

Castillo, J.; Agulló, I. (2018). Invasão do trabalho na vida pessoal dos trabalhadores na sociedade da informação. In: Bridi, Maria A.; Lima, Jacob (Orgs.). *Flexíveis, virtuais e precários. Os trabalhadores em tecnologias de informação*. Curitiba: Editora da UFPR.

De la Garza, E.; Hernandez, M. (Orgs.). (2020). *Configuraciones Productivas y Circulatorias en los Servicios y Trabajo no Clásico. Fundamentos Teóricos*. Ciudad de México: UAM-I; Gedisa.

_____; Hernandez, M. (Orgs.). (2017). *Configuraciones productivas y relaciones laborales en empresas multinacionales en América Latina*. México: UAM-I; Gedisa.

_____. (2016). Los estudios laborales en América Latina. *Anthropos*. México: UAM-I, México.

_____. (2013). Trabajo no clásico y flexibilidad. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, n. 68, p. 315-330.

_____. (2011). *Trabajo no clásico, organización y acción colectiva*. Tomo II. Plaza y Valdés. Ciudad de México: UAM-I.

_____. (2011). *Trabajo no clásico, organización y acción colectiva*. Tomo I. México: Plaza y Valdés; UAM-I.

_____. (2010). *Trabajo y modelos productivos en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.

_____. (2010). VI Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo, CDC, abr. 2010, CDC, Caracas v. 27, n. 73, p. 203-206. Disponible en <http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082010000100010>. Acceso em 10 abr. 2022.

_____; Neffa, J. C.; Terra, L. M. (2009). *Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo e identidades laborales*. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO / CAICyT.

_____. (2006). Tratado latinoamericano de sociología. *Anthropos*, UAM-I. Cidade do México.

_____. (2006). *Reestructuración productiva, empresas y trabajadores en México*. Ciudad de México: STyPS, en edición con el FCE.

_____. (2004). *Sindicatos y Nuevos Actores Sociales*. Buenos Aires: CLACSO.

_____. (2004). *Alternativas sindicales en América Latina*. Escuela Nacional Sindical, Medellín, Colombia.

_____. (1992) *Reestructuración productiva y respuesta sindical en México*. UNAM-UAM-I, Premio Jesús Silva Herzog, México.

_____. (1988). *Ascenso y crisis del Estado Social autoritario*. Ciudad de México: Colegio de México.

_____. (1988). *Crisis y estructuración productiva en México*. UAM-I, México.

_____. (2010). VI Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo. *Cuadernos del Cendes*. CDC, v. 27, n. 73, abril. Caracas, Venezuela. Disponível em <http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082010000100010>. Acesso em 10 jul. 2021.

_____. (1984). *El método del concreto-abstracto-concreto*. Universidad Autónoma Metropolitana: Unidad Iztapalapa / División de Ciencias Sociales y Humanidades: Carrera de Sociología, México.

Hernandez, M. (2017). Crítica del neoinstitucionalismo y alternativas teóricas para el análisis de las multinacionales. In: De la Garza, Enrique; Hernandez, Marcela (Orgs.). *Configuraciones productivas y relaciones laborales em empresas multinacionales em América Latina*. Ciudad de México: UAM-I; Gedisa.

Hernandez, J. A. C.; De la Garza, E. (2018). Os youtubers como trabalhadores não clássicos. In: Bridi, Maria A.; Lima, Jacob (Orgs.). *Flexíveis, virtuais e precários. Os trabalhadores em tecnologias de informação*. Curitiba: Editora da UFPR.

Guimarães, N. (2022). O lugar do trabalho na sociologia Latinoamericana das desigualdades: explorando diálogos. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Colômbia, v. 25, n. 41. Disponível em <<http://alast.info/relet/index.php/relet>>. Acesso em 31 jul. 2022.

Prebisch, R. (1981). *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.

Ramalho, J. R. (2004). Novas fábricas, velhas práticas: relações trabalhistas e sindicais na indústria automobilística brasileira. *Caderno CRH*, maio/ago. Salvador, v. 17, n. 41, p. 199-210.

Rangel, F.; Martin, F. R. (2016). Uma sociologia “não clássica” do trabalho: entrevista com Enrique de la Garza Toledo. *Áskesisv.* 5, n. 1, p. 114-132. jan./jun.

Silva, P. M. F. (2019). *Nas ruas do labor: Configuração do processo de trabalho de pessoas em situação de rua em Recife-Brasil.* 402p. Tese de doutorado em sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.

Véras de Oliveira, R.; Ramalho, J. R.; Rosenfield, C. (2019). A sociologia do trabalho e suas interfaces: trajetória e tendências atuais. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, São Paulo, n. 90, p. 1-28.

AUTORES E AUTORAS

ADALBERTO MOREIRA CARDOSO é doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), professor associado do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro IESP-UERJ, membro da Coordenação Nacional da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar das Relações de Trabalho (REMIR). Autor de “Classes médias e política no Brasil: 1922-2016” (Rio de Janeiro, FGV, 2020); “À beira do abismo: uma sociologia política do bolsonarismo” (Rio de Janeiro, Amazon, 2020); e “Classes médias no Brasil: estrutura, mobilidade social e ação política” (com Edmond Préteceille. Rio de Janeiro, UFRJ, 2021), entre outros. acardoso@iesp.uerj.br

ALICE RANGEL DE PAIVA ABREU é professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutora em ciências sociais pela USP (1980) e mestrada em Sociologia pela London School of Economics and Political Science (1971). É International Honorary Member da American Academy of Arts and Sciences. Recebeu a Ordem Nacional do Mérito Científico do Brasil (Comendador) (2001); a Palmes Académiques (Officier), do Ministère de la Jeunesse, de l'Éducation Nationale et de la Recherche da França (2003); o Prêmio Florestan Fernandes de Sociologia (2009); o Prêmio de Excelência Acadêmica Antônio Flávio Pierucci de Sociologia (2013); e Menção Honrosa Prêmio Carolina Bori Ciência & Mulher da SBPC (2020). Temas centrais de pesquisa: políticas científicas, gênero e ciência, sociologia do trabalho. alicepabreu@gmail.com

ANDRÉIA GALVÃO é professora livre-docente do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Suas pesquisas tratam do sindicalismo e das relações de trabalho no Brasil. Integra a Coordenação Nacional da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar das Relações de Trabalho (REMIR) e é coordenadora do grupo de pesquisa do CNPq “Trabalho, reformas neoliberais, movimentos sindicais e sociais”. agalvao@unicamp.br

ANGELA MARIA CARNEIRO ARAÚJO é doutora em ciências sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1994) e pós-doutora pela University of Manchester (2001) e pelo Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris (2012). Foi vice-presidente da Associação Latino América de Estudos do Trabalho (ALAST), de 2010 a 2013, presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), de 2013 a 2015, e membro do Conselho Executivo da Latin American Studies Association (LASA), de 2017 a 2019. É professora livre docente da UNICAMP e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero (PAGU). Tem experiência nas áreas de ciência política e sociologia do trabalho, atuando nos temas: relações de gênero e raça no trabalho, sindicalismo, informalidade, feminismo e política, cooperativismo e economia solidária. angelamcaraujo@hotmail.com

ANTONIO LUIGI NEGRO é professor de história na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador CNPq. Doutor em história pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Autor de “Linhas de montagem. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores”. São Paulo, Boitempo, 2004. negro@ufba.br

ARMANDO BOITO JÚNIOR é professor titular de ciência política da Unicamp e pesquisador do CNPq. É editor da Revista Crítica Marxista. Autor de: “O sindicalismo de Estado no Brasil - uma análise crítica da estrutura sindical” (Hucitec, 1991); “Política neoliberal e sindicalismo no Brasil” (Xamã, 1999); “O sindicalismo na política brasileira” (IFCH, Unicamp, 2005); “Estado, política e classes sociais” (Editora Unesp, 2007); “Reforma e crise política no Brasil - os conflitos de classe nos governos do PT” (Editoras Unesp e Unicamp, 2018). armando.boito@gmail.com

CESAR SANSON é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Áreas de ensino e pesquisa: sociologia do trabalho e sociologia do Brasil. Autor dos livros: “Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial” (Editora da UFRN, 2014) e “O trabalho nos clássicos da sociologia: Marx, Durkheim e Weber” (Editora Expressão Popular, 2021). cesarsanson@gmail.com

CIBELE SALIBA RIZEK é professora titular em estudos socioeconômicos da urbanização e docente do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). É também professora convidada do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e pesquisadora do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (FFLCH/USP). cibelesr@uol.com.br

CINARA LERRER ROSENFELD é professora convidada do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da UFRGS e professora titular aposentada do Departamento de Sociologia. Doutora pela Université Paris Dauphine, com estágio pós-doutoral na Universidade Técnica de Lisboa (Laboratório SOCIUS). Pesquisadora do CNPq e coordenadora do grupo de pesquisa Trabalho e Justiça Social (JusT). rosenfeld@uol.com.br

CLARISSE GOULART PARADIS é professora adjunta do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB/Bahia) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. É mestre e doutora em ciência política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Temas preferenciais: relação entre feminismo e Estado, em perspectiva comparada, com mais atenção para a região latino-americana; a história da teoria feminista, recuperando *autorxs* e os seus debates formadores. clarisseparadis@unilab.edu.br

CLAUDIO SALVADORI DEDECCA é doutor em ciência econômica pela Universidade Estadual de Campinas, com pós-doutorado em ciência econômica pela Université de Paris XII. É professor livre docente e titular aposentado do Instituto de Economia da Unicamp. Foi presidente da Associação Brasileira de

Estudos do Trabalho (ABET). Tem trajetória de pesquisa nas áreas de economia social e do trabalho e de crescimento, flutuações e planejamento econômico, com ênfase na regulação social, políticas sociais, emprego, mercado de trabalho, desemprego, relações de trabalho, recursos humanos em ciência e tecnologia e recursos humanos em saúde. Tem atuado em projetos de políticas públicas nas diversas esferas de Governo. claudio.dedecca@gmail.com

CRISTIANO WELLINGTON NOBERTO RAMALHO é doutor em ciências sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordena o Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (Nuhumar) e é pesquisador do CNPq. Estuda trabalho no universo das comunidades pesqueiras artesanais, publicando livros e artigos acerca dessa temática. cristiano.ramalho@ufpe.br

ELINA GONCALVES DA FONTE PESSANHA é professora titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora do CNPq. Doutora em antropologia pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutora pela Universidade de Londres. Pesquisa áreas de sindicalismo e negociação coletiva, instituições e direitos do trabalho, e imaginário coletivo sobre justiça. elina.pessanha@gmail.com

FERNANDO RAMALHO MARTINS é professor doutor assistente, vinculado ao Departamento de Administração Pública na Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Araraquara. Possui doutorado em sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atuou como professor visitante na Universidade de Birmingham e como pesquisador honorário na Universidade de Cardiff. Realiza pesquisas nas áreas de sociologia do trabalho e estudos organizacionais. fernando.martins@unesp.br

FLÁVIO DA SILVA MENDES é professor colaborador junto ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Realizou doutorado e pós-doutorado em sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Realiza pesquisas nas áreas de pensamento social Latino-Americano e teorias sociológicas contemporâneas. flavio85@gmail.com

MARIA DA GRAÇA DRUCK é professora titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades/CRH/UFBA. Bolsista de produtividade do CNPq. Doutora em ciências sociais pela Unicamp. Temas prioritários: precarização do trabalho, terceirização, servidores públicos, reformas administrativas e neoliberalismo. druckg@gmail.com

HELENA SUMIKO HIRATA é doutora em sociologia, diretora de pesquisa emérita no Centre National de la Recherche Scientifique (CRESPPA/GTM); pesquisadora colaboradora da USP. H.D.R.; livre-docente na Université de Versailles-Saint-Quentin. Temas de pesquisa: trabalho e divisão sexual do trabalho; gênero e globalização; desemprego, instituições e atores; teorias e práticas do cuidado. helena.hirata@cnsr.fr

JACOB CARLOS LIMA é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Pesquisador do CNPq, doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Eleito presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), para os períodos 2019-2021 e 2021-2023. Atua nas áreas de sociologia econômica e do trabalho. jacobl@ufscar.br

JAIME SANTOS JUNIOR é professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em sociologia (FFLCH/USP). Realiza pesquisas nas áreas de sociologia e antropologia do trabalho, nos temas sindicalismo, migrações em contextos rural e urbano e estudos sobre famílias, memórias e práticas de resistência. jaimesjr@ufpr.br

JORDÃO HORTA NUNES é professor na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG). Tem doutorado em sociologia pela Universidade de São Paulo. Atua principalmente nas áreas de sociologia do trabalho e das profissões, e metodologia das ciências sociais. jordao_fcs@ufg.br

JOSÉ DARI KREIN é doutor em economia do trabalho, professor livre docente e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT/UNICAMP). É pesquisador do CNPQ, ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) e membro da Coordenação Nacional da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar das Relações de Trabalho (REMIR). Pesquisa mercado e relações de trabalho, com ênfase nos impactos da reforma trabalhista, nas mudanças do trabalho, assim como sindicalismo e negociações coletivas. darikrein@gmail.com

JOSÉ RICARDO RAMALHO é professor titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado nas Universidades de Manchester e Londres. Foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), gestão 2014-2016. É membro da Coordenação Nacional da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar das Relações de Trabalho (REMIR). É também Pesquisador do CNPq e da Faperj (Cientistas do Nosso Estado). Atua nas áreas de sociologia do trabalho, relações de trabalho na indústria, sindicato e movimentos sociais. josericardoramalho@gmail.com

JOSÉ SERGIO LEITE LOPES é professor titular aposentado do Museu Nacional/UFRJ. Colaborador voluntário do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/MN/UFRJ. Coordenador do Programa de Memória dos Movimentos Sociais (Memov/CBAE/UFRJ) e da Comissão Memória e Verdade da UFRJ. Tem realizado pesquisa nos temas relacionados à antropologia do trabalho e dos trabalhadores, meio ambiente e conflitos sociais, história social das ciências sociais, antropologia visual e memória dos movimentos sociais. jsergiollopes@gmail.com

JOSUÉ PEREIRA DA SILVA é professor (aposentado) de sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). Áreas de pesquisa: trabalho, cidadania, reconhecimento e renda básica. Entre os livros publicados estão: “André Gorz: trabalho e política”, Annablume, 2002; “Sociologia crítica e a crise da esquerda”, Intermeios, 2019, além de outros. josueps@unicamp.br

KAREN ARTUR é professora adjunta da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), doutora em ciência política pela Universidade de São Carlos (UFSCAR), com estágios pós-doutorais na UFRJ (PPGSA-IFCS), na USP (FDRP) e na UFScar (ciência política). Pesquisa mudanças nas instituições do trabalho, especialmente as judiciais. karenartur2014@gmail.com

KIMI APARECIDA TOMIZAKI é doutora em educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma unidade (PPGE/FEUSP). Realizou pós-doutoramento no Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris. Autora do livro “Ser metalúrgico no ABC Paulista: transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores” (Centro de Memória da Unicamp/Arte Escrita Editora/FAPESP). kimi@usp.br

LEONARDO MELLO E SILVA é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), graduação e pós-graduação. Doutor em sociologia pela mesma universidade. Pesquisa e orienta estudos com temáticas da sociologia do trabalho, do sindicalismo e do trabalho na globalização. leonardogomesmello@gmail.com

LILIANA ROLFSEN PETRILLI SEGNINI é doutora em sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), é professora titular colaboradora (2011/2022) do Programa de Pós-Graduação em Educação e Programa de Doutorado em Ciências Sociais (IFCH/Unicamp). Pesquisadora associada no Laboratório Genre, Travail et Mobilités, vinculado ao Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris (CNRS). É pesquisadora do CNPq, com apoio FAPESP/CNPq/FAEPEX/Unicamp para desenvolver pesquisas em sociologia, trabalho, relações sociais de classe, gênero e raça, sociologia do trabalho artístico, relações de poder no trabalho. lilianaseg@uol.com.br

LUCAS LEMOS WALMRATH é doutorando em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Suas pesquisas se concentram nas áreas de sociologia econômica e sociologia do trabalho. lucaslemos_22@hotmail.com

LUCÍLIA REGINA DE SOUZA MACHADO é professora titular aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, no IFRS. Doutora em educação (PUC de São Paulo) e pós-doutora em sociologia do trabalho (Iresco, CNRS, França). Temáticas de pesquisa: trabalho-educação; educação profissional e tecnológica; trabalho, educação e gênero. luciliamachado2014@gmail.com

MARCELO SAMPAIO CARNEIRO é professor titular do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Fez doutorado em sociologia pelo PPGSA/UFRJ (2000-2004), pós-doutorado na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais – EHESS (2021-2022) e é bolsista de produtividade do CNPQ. Áreas prioritárias de pesquisa: relações entre crítica social e empresas e análise do funcionamento de mercados. marcelo.sampaio@ufma.br

MARIA APARECIDA BRIDI é graduada em ciências sociais, mestra e doutora em sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista de produtividade do CNPq. Compõe a Coordenação Nacional da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar das Relações de Trabalho (REMIR). É coeditora da Revista da ABET. Pesquisadora na área de sociologia do trabalho, destacando-se as temáticas: reconfigurações do trabalho em diferentes setores econômicos; trabalho flexível; trabalho digital e trabalho informacional; teletrabalho; capitalismo de plataforma; sindicalismo e ação coletiva. macbridi@gmail.com

MARILDA APARECIDA DE MENEZES é professora colaboradora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, professora colaboradora da Universidade Federal do ABC (UFABC) no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais. Possui pós-doutorado pela Yale University - Programa de Estudos Agrários -, e Unicamp - Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Realiza pesquisas nas áreas de sociologia e antropologia do trabalho, migrações rurais e urbanas; memória e história oral; práticas de resistência; movimentos sociais agrários; gênero, gerações e família. menezesmarilda@gmail.com

MÁRIO HENRIQUE LADOSKY é professor na área de ciências sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Participa da coordenação do grupo de pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Política Pública (TDEPP) e do Observatório do Mercado de Trabalho e da Informalidade na Paraíba (OMTI-PB). Seus temas de pesquisa são: sociologia do trabalho, sindicalismo, mercado de trabalho e desenvolvimento. mhladosky@gmail.com

MAURÍCIO ROMBALDI é doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Realizou pós-doutoramento pelo Laboratoire Interdisciplinaire pour la Sociologie Économique (LISE/CNAM), de Paris. Atualmente, é editor associado da Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS/Anpocs) e coordenador do GT10 “Trajetórias e Disposições Sociais em meio às Reconfigurações do Mundo do Trabalho”, da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. mauricio.rombaldi@gmail.com

NADYA ARAUJO GUIMARÃES é bacharel (1971) e mestra (1974) em sociologia pela Universidade de Brasília, doutora em sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (1983), com pós-doutorado no Massachusetts Institute of Technology / SPURS Program (1993-1994). É professora titular sênior do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, onde atua desde 1999, e foi professora nas universidades de Brasília e da Federal da Bahia. É pesquisadora associada ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e membra titular da Academia Brasileira de Ciências. Tem pesquisado e publicado sobre temas como desigualdades de gênero, raça e de idade no trabalho; trajetórias e experiências de desemprego; procura de trabalho, redes e instituições de intermediação; trabalho e trabalhadoras do cuidado. nadya@usp.br

PATRÍCIA VIEIRA TRÓPIA é professora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (INCIS/UFU). Doutora em ciências sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi presidenta da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) no período 2020-2021. Pesquisa os seguintes temas: sindicalismo, classe média e sindicalismo, classe média e comportamento político. tropia@uol.com.br

RAFAEL FERMINO BEVERARI é doutorando em ciências sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), com estágio de pesquisa na equipe de trabalho Genre, Travail et Mobilités (GTM), vinculada ao Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). Possui experiência nas áreas de sociologia e audiovisual, atuando principalmente nos seguintes temas: sociedade, trabalho, cinema, lutas sociais e memória. rfbeverari@gmail.com

RICARDO LUIZ COLTRO ANTUNES é professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). Foi *visiting professor* da Universidade Ca'Foscari (Veneza/Itália) e da Universidade de Coimbra (Portugal) e *visiting research fellow* na Universidade de Sussex (Inglaterra). Recebeu os prêmios Cátedra Florestan Fernandes (CLACSO), Prêmio Zeferino Vaz (Unicamp) e Comenda (TST). Coordena a coleção Mundo do Trabalho (Boitempo). Seus livros foram publicados em 13 países (Américas, Europa e Ásia). rantunes@unicamp.br

RICARDO COLTURATO FESTI é professor adjunto de sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Doutor em sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Tem experiências nas áreas de sociologia do trabalho e do pensamento social, desenvolvendo pesquisas e estudos sobre sociologia da sociologia do trabalho, plataformas digitais e mundo do trabalho, entre outros. ricardo.festi@unb.br

ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA é professor titular do Departamento de Ciências Sociais e docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Fez estágio pós-doutoral na Universidade da Califórnia, Los Angeles. É bolsista de produtividade do CNPq. Coordena o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho (LAEPT/UFPB). É membro da Coordenação Nacional da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar das Relações de Trabalho (REMIR). É autor (com Gerry e Janine Rodgers) de “Unequal Development and labour in Brazil”, publicado em 2023, pela Routledge (mais recente publicação). roberto.veras.2002@gmail.com

RODRIGO SALLES PEREIRA DOS SANTOS é professor adjunto do Departamento de Sociologia e docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia & Antropologia (PPGSA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Diretor da ANPOCS (Biênio 2023-2024), integra o CA Ciências Políticas y Sociales da AUGM e é membro da Society for the Advancement of Socio-Economics (SASE), da International Sociological Association (ISA) e da SBS. Atua na subárea da sociologia econômica e possui experiência nos temas da mudança social, globalização, instituições e organizações econômicas. Coordena o grupo de pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA) e integra o grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). santosrodrigosp@googlemail.com

RUY GOMES BRAGA NETO é sociólogo do trabalho e professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Especializado na relação entre reconfigurações contemporâneas das classes trabalhadoras e movimentos sociais liderados por trabalhadores precários. Seu livro “A política do precariado” foi finalista do prêmio Jabuti em 2013. ruy.braga@usp.br

SELMA BORGHI VENCO é socióloga, professora livre-docente da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), doutora em educação e pós-doutora em sociologia do trabalho, pelo IFCH/Unicamp e Université Paris X/CRESPPA, pesquisadora associada do Centre des Recherches Sociologiques et Politiques de Paris (CRESPPA). Suas pesquisas recentes analisam a precariedade nas relações de trabalho no território, no Brasil e na França. svenco@unicamp.br

SIDARTHA SORIA E SILVA é doutor em sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É líder do Grupo de Estudos em Sociologia do Trabalho e dos Ofícios (Gesto). Desenvolve estudos na área do trabalho, concentrando-se mais recentemente na análise das formas singulares de trabalho e de motivação para o trabalho (trabalho como ofício e trabalhador como artífice), em atividades profissionais. sidartha.soria@ufpe.br

TARIK DIAS HAMDAN é doutorando em sociologia pelo Programa da Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Suas pesquisas se concentram nas áreas de sociologia do trabalho e sociologia econômica, em especial nos temas relacionados à ação sindical e relações industriais. hamdantarik@gmail.com

